



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1618

Quarta-feira - 19 de Novembro de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Itapoá.....	376
Alto Bela Vista.....	2	Ituporanga.....	381
Antônio Carlos.....	3	Jacinto Machado.....	382
Ascurra.....	4	Joaçaba.....	383
Atalanta.....	97	Lages.....	386
Balneário Rincão.....	98	Lauro Muller.....	388
Bela Vista do Toldo.....	98	Leoberto Leal.....	389
Biguaçu.....	99	Lindóia do Sul.....	392
Blumenau.....	140	Luzerna.....	393
Bom Jesus do Oeste.....	146	Macieira.....	401
Bom Retiro.....	147	Mafra.....	401
Braço do Trombudo.....	148	Massaranduba.....	434
Brunópolis.....	152	Meleiro.....	438
Brusque.....	153	Morro da Fumaça.....	441
Caçador.....	170	Navegantes.....	442
Camboriú.....	180	Nova Trento.....	446
Campo Alegre.....	185	Novo Horizonte.....	446
Campos Novos.....	194	Orleans.....	447
Canoinhas.....	218	Palhoça.....	448
Capinzal.....	225	Papanduva.....	458
Caxambu do Sul.....	225	Passos Maia.....	459
Celso Ramos.....	227	Paulo Lopes.....	459
Chapadão do Lageado.....	227	Penha.....	460
Cocal do Sul.....	228	Peritiba.....	460
Concórdia.....	229	Pinheiro Preto.....	461
Cordilheira Alta.....	240	Pomerode.....	463
Coronel Martins.....	265	Ponte Serrada.....	479
Correia Pinto.....	267	Porto Belo.....	480
Corupá.....	268	Porto União.....	488
Curitibanos.....	271	Pouso Redondo.....	491
Ermo.....	278	Presidente Castello Branco.....	492
Faxinal dos Guedes.....	279	Rio do Sul.....	493
Forquilha.....	281	Salto Veloso.....	519
Fraiburgo.....	296	Santa Rosa do Sul.....	519
Garopaba.....	301	Santa Terezinha do Progresso.....	521
Garuva.....	303	Santiago do Sul.....	522
Gaspar.....	304	São Bento do Sul.....	524
Grão Pará.....	306	São Carlos.....	532
Guaramirim.....	328	São Domingos.....	533
Herval d'Oeste.....	331	São José.....	536
Ibiam.....	332	São Pedro de Alcântara.....	542
Imarui.....	334	Schroeder.....	547
Imbituba.....	343	Serra Alta.....	557
Indaial.....	347	Sombrio.....	559
Ipumirim.....	366	Timbé do Sul.....	559
Irineópolis.....	371	Timbó.....	560
Itá.....	375	Treze Tílias.....	601
Itaiópolis.....	375	Turvo.....	603
Itapiranga.....	376	Urussanga.....	605

Vargeão.....	606
Vargem Bonita.....	633
Videira.....	663
Vitor Meireles.....	669
Xavantina.....	670
Xaxim.....	671

Consórcios

ARIS.....	672
CIM-AMAVI.....	672
CIMVI.....	672
CIS/AMARP.....	673
CIS/AMUREL.....	675
CISAM.....	676

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

PORTARIA 287/2014

PORTARIA Nº 287/2014 de 18 de novembro de 2014
"NOMEAR PARA O CARGO DE COORDENADOR DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo em comissão de Coordenador do Sistema de Controle Interno, a servidora, Vera Lucia Daros Balestrin, brasileira, casada, inscrita sob CPF o nº 027.692.789-32, a partir de 01/11/2014.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/11/2014 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de novembro de 2014
Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor do Dpto de RH

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 1922, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

DÉCIO GRATNER, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º, V da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

DECRETA

Art. 1º Nomeação da Sra. JANAINA ANTONIAZZI SPANHOLI, para exercer o Cargo de FARMACÊUTICO - 40 HORAS em caráter temporário, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A Contratação ora realizada, dar-se-á através do Processo Seletivo 002/2014 de 1º de Outubro, homologado através do Decreto nº. 1918, de 07 de novembro de 2014, que preencha a referida vaga.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Alto Bela Vista/SC, em 17 de Novembro de 2014.

DÉCIO GRATNER

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DA FASE DE PROPOSTAS DE PREÇO TP Nº007/2014

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2014

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para coordenação e execução de concurso, conforme termo de referência.

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DA FASE DE PROPOSTAS DE PREÇO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de proposta de preços da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante FERNANDO DA SILVA TEIXEIRA ME restou desclassificada por preço inexequível. A licitante ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ficou na primeira colocação com o valor global de R\$ 13.200,00 (Treze mil e duzentos reais), a licitante GMC ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME ficou na segunda colocação com o valor de R\$ 15.750,00 (Quinze mil setecentos e cinquenta reais), a licitante NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ficou na terceira colocação com o valor global de R\$ 19.750,00 (dezenove mil setecentos e cinquenta reais), a licitante OBJETIVA CONCURSOS LTDA, ficou na quarta colocação com o valor global de R\$ 19.900,00 (dezenove mil e novecentos reais), a licitante CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADMINISTRATIVAS

E PEDAGÓGICAS LTDA ficou na quinta colocação no valor global de R\$ 24.350,00 (vinte e quatro mil trezentos e cinquenta reais) e a licitante ICAP INSTITUTO DE CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA, ficou na sexta colocação com o valor global de R\$ 28.500,00 (vinte oito mil e quinhentos reais). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas franqueada ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recursos.

Alto Bela Vista, SC, 13 de novembro de 2014.
CASSIANO MARTINAZZO
Presidente da C.P.L.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 010/2014 - FMS
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 008/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando o Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as normas consoantes na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até à 08h45 do dia 04 de dezembro de 2014, em sessão pública com abertura prevista para às 9h da mesma data, dirigida por pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital e informações, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>.

Alto Bela Vista (SC), em 18 de novembro de 2014.
Décio Grätner
Prefeito Municipal.

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO Nº 118/2014

DECRETO Nº 118/2014

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 4.400,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.304.0007.2.031-3.3.90.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 4.400,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 4.400,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 14 de Novembro de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 100/2014 PREGÃO PRESENCIAL 64/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 100/2014; Modalidade: Pregão Presencial nº. 64/2014; Tipo: Menor Preço por item; Objeto: aquisição de implementos agrícolas para uso da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Antônio Carlos /SC. Entrega dos envelopes e abertura: 03 de dezembro de 2014 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48)3272-8617, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 18 de novembro de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

PORTARIA N 514/2014

PORTARIA Nº 514/2014.

Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora efetiva KARINA SILVA SCHAEFER, ocupante do cargo de BIBLIOTECARIA, referente ao período aquisitivo de 09/07/2012 a 10/07/2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de novembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 19 de novembro de 2014.

Ascurra**PREFEITURA****LEI Nº 1381, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014**

LEI Nº 1381, de 14 de novembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - LRF, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, compreendendo:

I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;

II - a organização e estrutura dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;

IV - as disposições sobre a dívida pública municipal;

V - as disposições sobre despesas com pessoal;

VI - as disposições sobre alteração da legislação tributária;

VII - as disposições gerais.

Parágrafo único. Integram a presente Lei o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais.

CAPÍTULO II**AS PRIORIDADES E METAS DA****ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º - As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2015 estão discriminadas no Anexo I desta Lei, em consonância com o Plano Plurianual para o período 2014-2017.

Parágrafo único. As prioridades e metas da administração pública municipal terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro para 2015, respeitando as determinações constitucionais e legais sobre vinculações das receitas e das despesas orçamentárias.

Art. 3º - Será observado na programação da Lei Orçamentária Anual o atendimento das despesas com os projetos em andamento, bem como aqueles referentes às despesas de conservação do patrimônio público municipal.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo I, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

CAPÍTULO III**A ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º - Para efeito desta Lei entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta em produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Órgão Orçamentário, o maior nível de classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

VIII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

IX - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

X - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XI - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar, já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais e estas com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico situacional do programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta Nº 03 de 14 de outubro de 2008, que trata do Manual da Receita e Despesa Nacional editada pelo Secretário do tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e Secretaria do Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e demais alterações posteriores.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

§ 3º A Modalidade de Aplicação - MA destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social ou;

II - indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas sem fins lucrativos.

§ 4º A especificação da modalidade de que trata este artigo observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - governo Federal (MA 20);

II - administração municipal (MA 40);

III - entidade privada sem fins lucrativos (MA 50);

IV - consórcios públicos (MA 71-93);

V - aplicação direta (MA 90); e

VI - aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (MA 91).

§ 5º As receitas decorrentes das operações intra-orçamentárias, destinadas às despesas de Órgãos, Fundos, Autarquias e Fundações, mantidas pelo Poder Público Municipal, serão identificadas pelas seguintes classificações em nível de categoria econômica:

I - 7000.00.00 - Receitas correntes intra-orçamentárias;

II - 8000.00.00 - Receitas de capital intra-orçamentárias.

§ 6º Cada ação orçamentária, entendida como sendo atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função e a subfunção às quais se vincula.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos e será

estruturado em conformidade com a configuração organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das unidades gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus fundos e aos orçamentos fiscal e da seguridade social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e alterações, na forma dos seguintes Anexos:

I - Texto da Lei

II - Quadros Orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964.

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo:

a) Receitas, discriminadas por natureza, identificando as fontes de recursos correspondentes a cada cota-parte de natureza de receita, o orçamento a qual pertence e a sua natureza financeira (F) ou Primária (P) observado o disposto no art. 6º da Lei 4.320; e

b) Despesas discriminadas na forma prevista no art. 5º e nos demais dispositivos pertinentes nesta Lei.

Art. 8º - A mensagem de encaminhamento de Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, parágrafo único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - quadro demonstrativo da participação relativa de cada fonte na composição da receita total;

II - quadro demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua participação relativa;

III - demonstrativo da origem e destinação dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino;

IV - demonstrativo da origem e destinação dos recursos destinados a ações públicas de saúde;

V - Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais grupos da receita e da despesa.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO

DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º - Os orçamentos para o exercício de 2015 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos (artigos 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 10 - Os Fundos Municipais constituídos como unidades gestoras, terão suas receitas especificadas em orçamento próprio e estas, por sua vez, vinculadas as despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em planos de aplicação representadas nas planilhas de despesas referidas no art. 7º desta Lei.

§1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por sua manifestação formal, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balanços apartados da unidade gestora central quando a gestão for delegada pelo Prefeito Municipal a Servidor Municipal.

Art. 11 - Os estudos para definição dos orçamentos da receita para 2015 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Até 30 (trinta) dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os

estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 12 - Se a receita estimada para 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13 - Na execução do orçamento, verificando que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo de forma proporcional as suas dotações, adotarão os mecanismos da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

- I - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101 de 01 de maio de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão.

Art. 15 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do anexo III desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2015.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei ao Poder Legislativo, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16 - A Reserva de Contingência, observado o inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000, será constituída, exclusivamente, de recursos do orçamento fiscal, equivalendo, no Projeto de Lei Orçamentária para 2015, a no máximo 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o mesmo exercício e serão constituídos exclusivamente de recursos de destinação "00" - ordinários.

Parágrafo Único. Os recursos da reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 17 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contempladas no Plano Plurianual.

Art. 18 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais da arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 19 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2015 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e artigo 50, I da LRF.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 20 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2015, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 21 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário - financeiro e declaração de ordenador de despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade, ou junto à Lei municipal que a der causa.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2015, em cada evento, não exceda duas vezes ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 22 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 23 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei orçamentária (artigo 62 da LRF).

Art. 24 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 25 - A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações.

Seção II

Das alterações da Lei Orçamentária

Art. 26 - As fontes de recursos, as modalidades de aplicação e os identificadores de uso, as metas, os produtos, as unidades de medida e as unidades orçamentárias das ações constantes da Lei Orçamentária de 2015 e dos créditos adicionais, inclusive reabertos no exercício, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de Execução, se autorizados através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2015.

§ 2º Os créditos adicionais aprovados pela Câmara Municipal serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva Lei.

Art. 27 - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, bem como a abertura de créditos adicionais suplementares criados a partir do provável excesso de arrecadação do

exercício de 2015 e do superávit financeiro do exercício anterior, poderão ser feitas através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º Considera-se excesso de arrecadação, para fins do art. 43, § 3º, da Lei 4.320, de 1964, os recursos disponibilizados a partir da apuração das metas de arrecadação previstas e a receita efetivamente arrecadada, para cada fonte de recursos.

Art. 28 - Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015 e constantes desta Lei.

Art. 29 - Os programas priorizados por esta Lei, extraídas do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - anexo I e contemplados na Lei Orçamentária para 2015, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e janeiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Parágrafo único: Fica o Poder Legislativo responsável pela convocação da audiência pública de que trata o "caput" do presente artigo.

Art. 30 - Para fins do disposto no art. 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

Seção III

Da destinação de recursos ao setor privado e a pessoas físicas

Art. 31 - A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei no 4.320, de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde e educação.

Art. 32 - A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos, e que preencham uma das seguintes condições:

I - estejam autorizadas em lei específica;

Art. 33 - A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei no 4.320, de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação especial, ou representativa da comunidade escolar das escolas públicas municipais da educação básica estabelecidas no município de Ascurra;

II - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas pelas entidades sem fins lucrativos que sejam cadastradas como entidades beneficentes de assistência social junto ao Departamento de Assistência Social;

III - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Municipal;

IV - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas que representem o município em competições oficiais, desde que formalizado instrumento jurídico adequado que garanta a disponibilização do espaço esportivo implantado para o desenvolvimento de programas governamentais, e demonstrada pelo órgão concedente, a necessidade de tal destinação e sua imprescindibilidade, oportunidade e importância para o setor público;

V - voltadas, na área de assistência social, ao atendimento direto e gratuito de pessoas portadoras de deficiência;

VI - voltadas diretamente às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para a aplicação dos recursos;

VII - voltadas ao atendimento de pessoas carentes em situação de risco social ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrada que a entidade privada tem melhores condições que o Poder Público local para o desenvolvimento das ações pretendidas, devidamente justificado pelo órgão concedente responsável; e

VIII - de atendimento direto e gratuito de crianças e idosos, cadastrado como entidade beneficente de assistência social, junto ao Departamento de Assistência Social do município de Ascurra.

Art. 34 - A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6º, da Lei no 4.320, de 1964.

Art. 35 - Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 31, 32 e 33 desta Lei, a destinação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3º do art. 12 da Lei no 9.532, de 1997, dependerá ainda de:

I - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio ou instrumento congênere;

II - execução na modalidade de aplicação 50 - entidade privada sem fins lucrativos;

III - compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, consulta ao extrato do convênio ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

IV - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação, inexistência de prestação de contas rejeitada e pendência de aprovação de no máximo duas prestações;

V - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular nos últimos 3 (três) anos, por meio da declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária, inclusive com inscrição no CNPJ, emitida no exercício de 2015 por 1 (uma) autoridades locais sob as penas da lei;

VI - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor da concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá quando se verificar desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

VII - manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica do órgão concedente sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria;

VIII - manutenção de escrituração contábil regular; e

IX - apresentação pela entidade de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, Estadual e Municipal e ainda certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade.

Art. 36 - O regime de adiantamento será aplicável exclusivamente nos casos em que se apresente impraticável o pagamento, diretamente pela Unidade Gestora, mediante ordem bancária ou cheque nominativo.

§ 1º O Adiantamento será concedido exclusivamente a servidor

do quadro da municipalidade, que deverá movimentar os recursos através de conta-corrente, em banco oficial.

§ Os recursos de adiantamento ou os saldos destes, não aplicados até 31 de dezembro, ou decorrido o prazo de aplicação, deverão ser recolhidos à Tesouraria.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 37 - A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização de Operações de Crédito para atendimento à despesas de capital, observado o limite de endividamento de 50% (cinquenta por cento) das receitas corrente líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF.

Art. 38 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 39 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no artigo 30 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no artigo 13 desta Lei.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 40 - Os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, redenominar cargos, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder a revisão geral anual, conceder vantagens, admitir pessoal em caráter efetivo ou temporário, na forma da Lei, bem como nomear servidores para provimento de cargos em comissão, observados os limites e as regras da LRF.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2015 ou em créditos adicionais.

Art. 41 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a administração municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 42 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF.

I - a eliminação das despesas com horas extras, salvo nos casos justificados em que prevalecer o excepcional interesse público disposto do art. 41 da presente lei;

II - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

III - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

IV - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão.

Art. 43 - Fica autorizada a revisão geral anual das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, cujo percentual será definido em Lei específica.

Art. 44 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade de contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituições de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de

Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 45 - A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada ou editada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar federal nº 101, de 2000. Parágrafo único - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, decorrente da aplicação do inciso II do art. 14 da Lei Complementar federal nº 101, de 2000, somente entrará em vigor após adoção efetiva das medidas de compensação.

Art. 46 - O Executivo Municipal autorizado por Lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única no prazo de vencimento.

Art. 47 - O Executivo Municipal autorizado por Lei, poderá conceder benefício fiscal, através de programas de Refinanciamento de Débitos Fiscais (Refis) a ser considerado nos cálculos do orçamento da receita anual de 2015, desde que apresentado os estudos do seu impacto e o atendimento ao disposto no art. 14 da Lei Complementar federal nº 101, de 2000.

Art. 48 - A Dívida Ativa de valor inferior a 50 (UFM's), por contribuinte, poderá não ser imediatamente encaminhada à cobrança judicial, sendo que permanecerá como estoque de dívida ativa do município para possível cobrança até o exercício imediatamente anterior a sua prescrição, onde será procedido o seu cancelamento mediante autorização legislativa, não se constituindo em renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 14, § 3º da Lei Complementar Federal n.101/00).

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49 - O Poder Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido no Art. 1º dos Atos das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Município de Ascurra.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 50 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 51 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses de exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Prefeito Municipal.

Art. 52 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, com a devida homologação do Poder Legislativo, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2015.

Art. 53 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 14 de novembro de 2014.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,
Município de Ascurra em, 14 de novembro de 2014.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

LEI Nº 1382, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 1382, de 14 de novembro de 2014.

"Abre crédito suplementar por transposição de dotação."

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1342, de 09 de dezembro de 2013.

Art. 1º- É aberto ao orçamento do exercício de 2014, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 50.000,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
01	CAMARA DE VEREADORES
01.001	CAMARA DE VEREADORES
01.001.0001	LEGISLATIVA
01.001.0001.0031	ACAO LEGISLATIVA
01.001.0001.0031.0010	PROCESSO LEGISLATIVO
01.001.0001.0031.0010.2001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (50.000,00)

Art. 2º- Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
07	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001.0015	URBANISMO
07.001.0015.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
07.001.0015.0451.0030	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL
07.001.0015.0451.0030.1008	REURBANIZAÇÃO URBANA
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (50.000,00)

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 14 de novembro de 2014.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,
Município de Ascurra em, 14 de novembro de 2014.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

LEI Nº 1383, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 1383, de 14 de novembro de 2014.

"Abre Credito Suplementar por Transposição de Dotação."

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1342, de 09 de dezembro de 2013.

Art. 1º- É aberto ao orçamento do exercício de 2014, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 105.000,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
05.001.0010.0301.0070.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (50.000,00)
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
05.001.0010.0301.0070.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (32.000,00)
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
05.001.0010.0301.0070.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3339300000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (23.000,00)

Art. 2º- Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0004	ADMINISTRACAO

03.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
03.001.0004.0121.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0004.0121.0100.2003	CONTRIBUICOES FINANCEIRAS A ENTIDADES
3335000000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (15.000,00)
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ES- PORTE E CULTURA
04.001	SECRETARIA DE EDUCACAO
04.001.0012	EDUCACAO
04.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
04.001.0012.0361.0040	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
04.001.0012.0361.0040.0005	ENCARGOS INATIVOS E PENSIO- NISTAS
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (2.000,00)
07	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001.0015	URBANISMO
07.001.0015.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
07.001.0015.0451.0030	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁ- RIO MUNICIPAL
07.001.0015.0451.0030.1008	REURBANIZAÇÃO URBANA
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (58.000,00)
07	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001.0015	URBANISMO
07.001.0015.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
07.001.0015.0451.0030	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁ- RIO MUNICIPAL
07.001.0015.0451.0030.1012	MELHORAMENTO DA PATRULHA MECANIZADA
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (5.000,00)
07	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001.0015	URBANISMO
07.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
07.001.0015.0452.0030	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁ- RIO MUNICIPAL
07.001.0015.0452.0030.2018	MANUTENCAO CONVENIO CON- SORCIOS
3339300000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (15.000,00)

09	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTEN- CIA SOCIAL
09.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTEN- CIA SOCIAL
09.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
09.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
09.001.0008.0244.0080	ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNI- CÍPIO
09.001.0008.0244.0080.2019	MANUTENCAO GERAL DA ASSIS- TENCIA SOCIAL
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (5.000,00)
09	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTEN- CIA SOCIAL
09.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTEN- CIA SOCIAL
09.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
09.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
09.001.0008.0244.0080	ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNI- CÍPIO
09.001.0008.0244.0080.2020	ATENDIMENTO A TERCEIRA IDADE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (5.000,00)

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 14 de novembro de 2014.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,
Município de Ascurra em, 14 de novembro de 2014.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

LEI Nº 1384, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 1384, de 14 de novembro de 2014.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar Por Anulação de Dotação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1342, de 09 de dezembro de 2013.

Art. 1º- É aberto ao orçamento do exercício de 2014, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 39.545,75, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ES- PORTE E CULTURA
04.001	SECRETARIA DE EDUCACAO
04.001.0012	EDUCACAO
04.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
04.001.0012.0361.0040	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

04.001.0012.0361.0040.2011	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR (NUCLEACAO)
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (8.000,00)
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ES- PORTE E CULTURA
04.001	SECRETARIA DE EDUCACAO
04.001.0012	EDUCACAO
04.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
04.001.0012.0361.0040	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
04.001.0012.0361.0040.2011	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR (NUCLEACAO)
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (11.545,75)
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ES- PORTE E CULTURA
04.002	ESPORTE E CULTURA
04.002.0027	DESPORTO E LAZER
04.002.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
04.002.0027.0812.0060	APOIO AO ESPORTE E CULTURA
04.002.0027.0812.0060.2008	MANUTENCAO ATIVIDADES ES- PORTIVAS
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (20.000,00)

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
07	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001.0026	TRANSPORTE
07.001.0026.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
07.001.0026.0782.0030	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁ- RIO MUNICIPAL
07.001.0026.0782.0030.1011	CONSTRUÇÃO DE PONTES E GA- LERIAS PLUVIAIS
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (39.545,75)

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,
Município de Ascurra em, 14 de novembro de 2014.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

ATA 2ª ASSEMBLEIA CIAPS

ATA DA 2ª ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS:

Ao vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e quatorze (21/10/2014), às quinze e trinta horas, na Fundação Municipal de Desporto de Blumenau, na Rua Alberto Stein, nº 544, velha, cidade de Blumenau - SC, reuniram-se os Senhores Nicanor Morro - Prefeito do Município de Apiúna, Moacir Polidoro - Prefeito do Município de Ascurra, Paulo Roberto Weiss - Prefeito do Município de Rodeio, e Luiz Claudio Kades - Assessor Jurídico da AMMVI (OAB/SC 17692), para Assembleia Extraordinária do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS com a seguinte Ordem do Dia: 1) Leitura e aprovação da Ata da Assembleia anterior; 2) Aprovação do Estatuto do CIAPS; 3 - Aprovação do regulamento do Quadro de Pessoal do CIAPS; 4) Aprovação da Proposta Orçamentária do CIAPS para 2015; 5) Assuntos diversos. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente, Prefeito Nicanor Morro, confirmou a entrega/recebimento da ata por parte dos demais prefeitos do CIAPS, colocando-a em discussão, e, nada havendo a registrar, passou-se a sua aprovação por unanimidade. Prosseguindo, informou que serão tratados conjuntamente os itens 2 e 3 da pauta, passando a palavra ao Presidente da Comissão Especial, Prefeito Paulo Roberto Weiss e ao Assessor Jurídico da AMMVI, Dr. Luiz Claudio Kades, que informaram da inexistência de emendas aos textos básicos do Estatuto e do Regulamento de Pessoal de que tratam a Resolução nº 01, de 14/10/2014, os quais podem ser objeto de deliberação na presente Assembleia. Com isso, o Presidente da Comissão Especial colocou em votação a proposta de Estatuto e de Regulamento do Quadro de Pessoal, que restaram aprovadas por unanimidade. Da mesma forma, deliberou-se que o Regulamento do Quadro de Pessoal será objeto de Resolução específica a partir do texto aprovado, bem como que, juntamente com o Estatuto, depois de assinado, será publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC. Passando ao item 4, o Presidente registrou que a contadora da AMMVI elaborou a proposta orçamentária do CIAPS para 2015 prevendo receita de transferências da União no montante de R\$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais), transferência do Estado de Santa Catarina no montante de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e transferência dos Municípios Consorciados no montante de R\$ 126.400,00 (cento e vinte e seis mil e quatrocentos reais), correspondentes ao valor de R\$ 43.938,92 para o Município de Apiúna, R\$ 33.427,34 para o Município de Ascurra e R\$ 49.033,73 para o Município de Rodeio, conforme coeficiente populacional apurado pelo censo IBGE 2012. Deste modo a receita fica estimada em R\$ 444.400,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos reais) e a despesa fixada neste mesmo montante, incluindo-se R\$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais) para Pessoal e Encargos (elemento 3190), R\$ 44.400,00 (quarenta e quatro mil e quatrocentos reais) para Outras Despesas Correntes (elemento 3390) e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para Investimentos (elemento 4490). Debatido os valores e verificado sua compatibilidade, restou aprovada a proposta orçamentária, a qual deverá ser encaminhada aos Municípios para inclusão das dotações necessárias para as transferências financeiras ao CIAPS de competência de cada Ente consorciado em sua Lei Orçamentária 2015. Por fim, adentrou-se ao item 5 - Assuntos diversos, donde foi deliberado que caberá ao Município de Apiúna, através de seu Secretário de Saúde, o encaminhamento de projeto ao Estado de Santa Catarina para captação dos valores iniciais necessários a implantação do CAPS I que será gerido pelo CIAPS, bem como que será gerenciado junto a AMMVI para que a mesma organize a realização do Concurso Público necessário para efetivação do Quadro de Pessoal do CIAPS a partir de 2015. Neste sentido, o Presidente do CIAPS fica autorizado a firmar convênio de cooperação com a AMMVI, prevendo a realização do certame, mediante cobrança do preço público previsto no Regulamento do Quadro de Pessoal. Quanto as minutas dos contratos de rateio, o Assessor Jurídico da AMMVI

reiterou que serão apresentadas na próxima Assembleia do CIAPS, visto que, se aprovadas, serão firmadas para vigorar a partir de janeiro do próximo exercício. Nada mais havendo a tratar, da referida assembleia, eu, Luiz Claudio Kades, secretário "ad-hoc", lavrei a presente ata que vai assinada pelos participantes.

Nicanor Morro Moacir Polidoro
Município de Apiúna Município de Ascurra

Paulo Roberto Weiss
Município de Rodeio

Luiz Claudio Kades
Assessor Jurídico - AMMVI
Secretário "ad-hoc"

ESTATUTO - CIAPS

ESTATUTO DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

Art. 1º - O consórcio público será denominado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, e constituir-se sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando, nos termos da lei, a administração indireta dos Entes consorciados.

§ 1º - O Consórcio adquire personalidade jurídica de direito público, na forma da Lei nº 11.107/05 e do seu regulamento, com a publicação e vigência das leis editadas pelos Entes consorciados para ratificação do Protocolo de Intenções, identificadas nos incisos do art. 8º deste Estatuto.

§ 2º - A publicação do Protocolo de Intenções e das Leis Municipais que o ratificaram ocorreu nas edições nº 1571 (págs. 15-33) e nº 1580 (págs. 11-62) do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, dos dias 19 e 26 de Setembro de 2014, resultando no Contrato de Consórcio Público firmado em 14 de Outubro de 2014, e publicado em 15 de Outubro de 2014, no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC - edição nº 1593, páginas 05 a 22.

§ 3º - O Consórcio Público gozará da imunidade tributária de que trata o art. 150, VI, "a", e § 2º, da Constituição Federal, bem como da isenção dos demais tributos instituídos pelos Municípios consorciados.

CAPÍTULO II DAS FINALIDADES

Art. 2º - Constitui finalidade deste Consórcio Público a organização da rede de atenção à saúde mental dos Municípios consorciados, integrando-se com a rede básica e tendo como uma das atribuições supervisionar e qualificar a rede básica para a atenção em saúde mental.

§ 1º - O Consórcio Público promoverá a implantação e gestão de um Centro Regional de Atenção Psicossocial (CAPS), modalidade I, para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS nas redes municipais de saúde de Apiúna, Ascurra e Rodeio, possibilitando:

I - Oferta de suporte hospitalar para as situações de urgência/emergência em saúde mental;

II - Minimizar o sofrimento mental grave, principalmente no momento de crise aguda, com o cuidado hospitalar até a remissão do quadro;

III - Proporcionar retaguarda hospitalar a Rede de Atenção Psicossocial;

IV - Fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) da região;

V - Oferecer projeto terapêutico individualizado, atendendo as necessidades de cada usuário;

VI - Reduzir a iatrogenia e a cronicidade dos quadros de intenso sofrimento psíquico.

§ 2º - O CAPS deverá constituir-se em serviço ambulatorial de atenção diária que funcione segundo a lógica do território de atuação do Consórcio Público, disponibilizando serviço de atenção psicossocial com as seguintes características:

I - Responsabilizar-se, sob coordenação do gestor local, pela organização da demanda e da rede de cuidados em saúde mental no âmbito do seu território;

II - Possuir capacidade técnica para desempenhar o papel de regulador da porta de entrada da rede assistencial no âmbito do seu território e/ou do módulo assistencial, definido na Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS), de acordo com a determinação do gestor local;

III - Coordenar, por delegação do gestor local, as atividades de supervisão de unidades hospitalares psiquiátricas no âmbito do seu território;

IV - Supervisionar e capacitar às equipes de atenção básica, serviços e programas de saúde mental no âmbito do seu território e/ou do módulo assistencial;

V - Realizar, e manter atualizado, o cadastramento dos pacientes que utilizam medicamentos essenciais para a área de saúde mental, regulamentados pela Portaria/GM/MS nº 1077 de 24 de agosto de 1999, e medicamentos excepcionais, regulamentados pela Portaria/SAS/MS nº 341 de 22 de agosto de 2001, dentro de sua área assistencial;

VI - Funcionar no período de 08 as 18 horas, em 02 (dois) turnos, durante os cinco dias úteis da semana.

§ 3º - A assistência prestada ao paciente no CAPS I inclui as seguintes atividades:

I - Atendimento individual (medicamentoso, psicoterápico, de orientação, entre outros);

II - Atendimento em grupos (psicoterapia, grupo operativo, atividades de suporte social, entre outras);

III - Atendimento em oficinas terapêuticas executadas por profissional de nível superior ou nível médio;

IV - Visitas domiciliares;

V - Atendimento à família;

VI - Atividades comunitárias enfocando a integração do paciente na comunidade e sua inserção familiar e social;

VII - Os pacientes assistidos em um turno (04 horas) receberão uma refeição diária, os assistidos em dois turnos (08 horas)

receberão duas refeições diárias.

Art. 3º - Para cumprimento de suas finalidades, o Consórcio Público poderá:

I - Firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos governamentais ou não governamentais;

II - Ser contratado pela administração direta ou indireta dos Municípios consorciados, dispensada a licitação;

III - Realizar licitações compartilhadas e promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social;

IV - Adquirir e ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio.

Art. 4º - O desenvolvimento de ações e de serviços de saúde pelo Consórcio Público, deve obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 5º - Os Municípios só poderão se consorciar em relação a todas as finalidades objeto da instituição do CIAPS.

CAPÍTULO III DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

Art. 6º - O Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS, vigorará por prazo indeterminado.

Parágrafo Único - A alteração ou a extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela assembléia geral, estando autorizado, ou sendo ratificado, através de lei por todos os Entes consorciados.

Art. 7º - O Consórcio Público terá sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, Centro, CEP. 89.135-000, na cidade de Apiuna, Estado de Santa Catarina.

§ 1º - Os serviços administrativos, contábeis e jurídicos do Consórcio Público poderão ser realizados, a título de cooperação, pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, sita à Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, por seus próprios meios.

§ 2º - A Assembléia Geral do Consórcio, mediante decisão de 2/3 (dois terços) dos consorciados, poderá alterar a sede, dispensando-se, para este fim, a ratificação mediante lei por todos os Entes consorciados.

CAPÍTULO IV DOS ENTES SUBSCRITORES E INTEGRANTES DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 8º - São subscritores do Protocolo de Intenções, ratificado por Lei, e do Contrato de Consórcio Público, e integrante do CIAPS, os seguintes Entes Federados:

I - MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 79.373.767/0001-16, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Lei Complementar Municipal nº 142, de 19/08/2014;

II - MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant,

nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Lei Complementar Municipal nº 152, de 01/09/2014;

XIII - MUNICÍPIO DE RODEIO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Lei Complementar Municipal nº 50, de 19/08/2014.

Parágrafo único - Os Entes consorciados serão representados nos atos do Consórcio Público pela autoridade que estiver no exercício das funções de Prefeito, ressalvado o disposto no § 1º do art. 17 deste Estatuto.

Art. 9º - Considerar-se-ão subscritores do Protocolo de Intenções e admitidos no Consórcio Público todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do artigo anterior, observada, no que couber, a regra do artigo subsequente.

Art. 10 - É facultado o ingresso de novos municípios participantes no Consórcio Público a qualquer momento, o que se fará com o pedido formal à Diretoria, a qual, uma vez aprovado na Assembléia Geral e atendidos os requisitos legais e os deste Estatuto de Consórcio Público, informará da aceitação ou não do novo consorciado.

§ 1º - Aprovado o ingresso do Ente no Consórcio Público, este providenciará a:

I - Lei Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções e de autorização para adesão ao Contrato de Consórcio Público;

II - Celebração do Contrato de Rateio e subscrição de Contrato de Programa;

III - Inclusão da dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual, para destinação de recursos financeiros ao Consórcio Público;

IV - Efetiva participação nas atividades do Consórcio Público e nas Assembléias Gerais, com colaboração para ações de fortalecimento e defesa da Entidade e de suas prerrogativas.

§ 2º - O Ente admitido passará a integrar o Contrato de Rateio, assumindo compromisso de repasse de recursos financeiros ao Consórcio Público, a partir do início do exercício seguinte ao cumprimento do estabelecido no inciso I do parágrafo anterior, ou seja, a partir de 1º de janeiro do ano posterior à promulgação da Lei Municipal de ratificação do Protocolo de Intenções.

§ 3º - A efetivação do ingresso do Ente no Consórcio Público se dará com assinatura de:

I - Adendo ao protocolo de intenções para adesão a este pelo Ente ingressante, e anuência expressa dos demais consorciados, antes da ratificação legislativa;

II - Aditivo ao Contrato de Consórcio, após o cumprimento da etapa estabelecida no inciso I do § 1º deste artigo;

III - Adendo ao artigo 8º do Estatuto do Consórcio Público, com inclusão dos incisos correspondentes a identificação do Ente admitido.

§ 4º - Na hipótese da lei de ratificação prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, capítulos, artigos, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público ou deste Estatuto, o consorciamento do

Município interessado dependerá da aceitação das reservas previstas pelos Entes Federados que já compõe o CIAPS.

§ 5º - Não será admitida nenhuma reserva ou limitação posterior ao ingresso do Município a qualquer uma das finalidades objeto da instituição do Consórcio Público.

CAPÍTULO V DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 11 - A área de atuação do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS, será a área correspondente à soma dos territórios dos Municípios consorciados.

Art. 12 - Em caso de interesse dos Municípios Consorciados, condicionado a aprovação da Assembléia Geral, o Consórcio Público poderá exercer atividades fora de sua área territorial de atuação.

Parágrafo Único - Quando a atuação do Consórcio Público importar em atos e ações afetos a própria autonomia dos demais Entes, ela será precedida da formalização de convênio para delegação de competência.

CAPÍTULO VI DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

Art. 13 - Constituem direitos dos consorciados:

I - Participar das Assembleias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II - Votar e ser votado para os cargos de Presidente, de Vice-Presidente ou do Conselho Fiscal;

III - Propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento do Consórcio Público;

IV - Compor a Diretoria ou o Conselho Fiscal do Consórcio Público nas condições estabelecidas neste Estatuto.

Parágrafo Único - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer Ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das disposições estabelecidas no Contrato do Consórcio Público e neste Estatuto.

Art. 14 - Constituem deveres sociais dos Entes consorciados:

I - Cumprir e fazer cumprir o Contrato de Consórcio Público, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no "Contrato de Rateio";

II - Acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio Público, em especial ao que determinam o "Contrato de Programa" e o "Contrato de Rateio";

III - Cooperar para o desenvolvimento das atividades e a efetividade dos atos, ações e metas do Consórcio Público;

IV - Atuar pelo fortalecimento do Consórcio Público, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados, conveniados e/ou colaboradores;

V - Participar ativamente das reuniões e Assembleias Gerais do Consórcio Público.

CAPÍTULO VII DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 15 - O Consórcio será organizado por este Estatuto e pelas Resoluções que o regulamentam, cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas do Contrato de Consórcio Público.

Art. 16 - O Consórcio Público é composto dos seguintes órgãos:

I - Assembléia Geral;

II - Diretoria;

III - Conselho Fiscal.

Parágrafo Único - A Assembléia Geral poderá autorizar a formação de grupos ou comissões especiais para propósitos específicos, delimitando sua atuação e competência.

CAPÍTULO VIII Da Assembléia Geral

Art. 17 - A Assembléia Geral, instância máxima do Consórcio Público, é órgão colegiado composto pelos Chefes dos Poderes Executivos de todos os Entes consorciados.

§ 1º - No caso de impedimento ou ausência do Chefe do Poder Executivo, este poderá delegar expressamente competência ao Vice-Prefeito para representá-lo na Assembléia Geral, praticando todos os atos.

§ 2º - Ninguém poderá representar dois consorciados na Assembléia Geral, ou seja, para preservação da autonomia dos Entes consorciados não será admitida a representação de um Município por servidor, agente, dirigente ou Chefe de Poder de outro Município.

§ 3º - Acaso o Chefe do Poder Executivo se faça representar por outro servidor municipal ou dirigente de algum Órgão ou Unidade Administrativa do Município, este não terá direito a voto nas deliberações da Assembléia Geral.

Art. 18 - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente três vezes por ano, em datas a serem definidas pela Diretoria, e, extraordinariamente, sempre que convocada, inclusive, neste último caso, para deliberar sobre a destituição de membros da Diretoria ou sobre alterações estatutárias.

§ 1º - As assembleias gerais ordinárias e extraordinárias serão convocadas pelo Presidente do CIAPS, aquelas com antecedência mínima de cinco (05) dias e estas com antecedência mínima de vinte e quatro (24) horas, mediante comunicação direta ao Chefe do Poder Executivo de cada Município consorciado e publicação de Edital no site mantido na internet.

§ 2º - Em casos excepcionais, devidamente justificados no ato de convocação, as Assembleias Gerais extraordinárias poderão ser convocadas sem a antecedência mínima estabelecida no § 1º, observadas as demais condições.

Art. 19 - Cada consorciado, devidamente representado na forma deste Estatuto, terá direito a um voto na Assembléia Geral.

§ 1º - O voto será público e nominal, inclusive nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade à servidores do Consórcio Público ou à Ente consorciado.

§ 2º - O Presidente do Consórcio Público, salvo nas eleições,

destituições e nas decisões que exijam quorum qualificado, votará apenas para desempatar.

Art. 20 - Para instalação da Assembléia e validade de suas deliberações será necessária a presença de mais de cinquenta por cento da representação dos consorciados.

§ 1º - Acaso a Assembléia se inicie sem o quorum mínimo estabelecido, ela não terá validade e as eventuais deliberações adotadas não terão nenhuma eficácia.

§ 2º - Verificado a inexistência de quorum legal, o Presidente do Consórcio poderá retardar o início da Assembléia por até uma hora.

§ 3º - Instalado validamente a Assembléia somente se admitirão deliberações se mantido o quorum mínimo necessário.

§ 4º - A aprovação das matérias postas à deliberação da Assembléia Geral depende do voto favorável da maioria simples dos representantes dos Municípios consorciados, presentes e em condições de votar, exceto para as decisões que exijam quorum qualificado.

§ 5º - O quorum qualificado corresponderá ao voto favorável de dois terços (2/3) dos representantes dos Entes Consorciados, sendo que, neste caso, o Presidente votará pela representação do Ente que lhe corresponda, em igualdade de condições aos representantes dos demais.

§ 6º - Se exigirá quorum qualificado para deliberação a respeito das matérias de que trata os incisos I, II, III e VI e § 1º do artigo 21 deste Estatuto, podendo, por deliberação da maioria dos representantes dos Municípios reunidos em Assembléia Geral, ser estendido tal exigência para outras matérias de interesse do Consórcio Público.

Art. 21 - Compete à Assembléia Geral:

I - Homologar o ingresso no Consórcio Público de Ente federativo que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;

II - Aplicar a pena de exclusão do Consórcio Público;

III - Elaborar o Estatuto do Consórcio Público e aprovar as suas alterações;

IV - Eleger ou destituir o Presidente e o Vice-Presidente do Consórcio Público, cujos mandatos serão de 1 (um) ano, permitida a reeleição para um único período subsequente;

V - Ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os demais membros da Diretoria;

VI - Aprovar:

- a) orçamento plurianual de investimentos;
- b) programa anual de trabalho;
- c) o orçamento anual do Consórcio Público, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos do Contrato de Rateio;
- d) a realização de operações de crédito;
- e) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos, bem como de outros valores devidos ao Consórcio Público pelos consorciados, por particulares ou pelos usuários;
- f) a alienação e a oneração de bens do Consórcio Público ou daqueles que, nos termos de Contrato de Programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;

VII - Homologar as decisões do Conselho Fiscal;

VIII - Aceitar a cessão de servidores por Ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio Público;

IX - Aprovar planos e regulamentos dos serviços do Consórcio Público;

X - Aprovar a celebração de convênios e Contratos de Programa;

XI - Apreciar e sugerir medidas sobre:

- a) a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio Público;
- b) o aperfeiçoamento das relações do CIAPS com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

§ 1º - Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o Consórcio Público mediante decisão unânime da Assembléia Geral, presente pelo menos dois terços (2/3) dos membros consorciados.

§ 2º - As competências arroladas neste artigo não prejudicam que outras sejam reconhecidas por deliberação da Assembléia Geral.

§ 3º - O mandato do Presidente e/ou do Vice-Presidente cessará automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do Ente consorciado que representa na Assembléia Geral, hipótese em que será sucedido por quem preencha essa condição.

Art. 22 - Os membros da Diretoria poderão ser destituídos mediante aprovação de moção de censura apresentado com apoio de pelo menos dois terços dos Consorciados, em Assembléia Geral especificamente convocada.

§ 1º - Em qualquer Assembléia Geral donde conste na pauta o item "assuntos gerais", poderá ser apresentado eventuais moções de censura ao final da reunião, observando-se a subscrição qualificada de que trata o "caput" deste artigo.

§ 2º - Recebida moção de censura, sua discussão e apreciação será objeto da primeira Assembléia Geral Extraordinária que se seguir, vedada a deliberação de qualquer outro item de pauta.

§ 3º - A votação da moção de censura será efetuada depois de facultada a palavra, por quinze minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao membro da Diretoria que se pretenda destituir.

§ 4º - Será considerada aprovada a moção de censura se obter voto favorável de 2/3 (dois terços) dos representantes presentes à Assembléia Geral, em votação pública e nominal.

§ 5º - Caso aprovada moção de censura do Presidente do Consórcio Público, ele estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma Assembléia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato, observados as disposições do artigo 26 deste Estatuto, no que couber.

§ 6º - Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias.

§ 7º - Aprovada moção de censura apresentada em face do Coordenador Executivo, ele será automaticamente exonerado, aguardando-se indicação do Presidente do Consórcio Público para nomeação de seu substituto, após homologação da Assembléia Geral.

§ 8º - Rejeitada moção de censura, nenhuma outra, de igual teor, poderá ser apresentada nas Assembléias que se realizarem nos sessenta (60) dias seguintes.

Art. 23 - A alteração deste Estatuto, mediante proposição justificada de iniciativa da Diretoria, depende de deliberação favorável, aprovada pela maioria dos representantes dos Municípios consorciados, reunidos em Assembléia Geral.

§ 1º - Para alteração deste Estatuto será convocada Assembléia Geral Extraordinária, por meio de publicação e correspondência dirigida a todos os subscritores do Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público, acaso não tenha ocorrido à convocação específica durante a realização da Assembléia anterior.

§ 2º - Confirmado o quorum de instalação, a Assembléia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Comissão Especial que dirigirá a Assembléia e, ato contínuo, aprovará resolução que estabeleça:

I - O texto básico do projeto de Alteração do Estatuto, proposto pela Assessoria Jurídica do Consórcio Público, que norteará os trabalhos da Comissão Especial;

II - O prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado;

III - O número de votos necessários para aprovação de emendas ao Projeto de Alteração do Estatuto.

§ 3º - A Comissão Especial de que trata o § 2º deste artigo, proporá alterações ao texto básico e/ou receberá propostas de emendas, apresentadas pelos representantes dos Municípios Consorciados, até o prazo estabelecido.

§ 4º - Findo o prazo de que trata o inciso II do § 2º deste artigo, a Comissão Especial deverá consolidar as propostas, elaborando o projeto final de alteração do Estatuto a ser apresentado na Assembléia Geral.

§ 5º - As emendas apresentadas somente serão recebidas para integrar o texto do projeto final de alteração do Estatuto, se obtiverem a aprovação em voto favorável da maioria (2/3) dos membros da Comissão Especial.

§ 6º - Apresentado o projeto de alteração do Estatuto pela Comissão Especial, o Presidente do CIAPS convocará Assembléia Geral Extraordinária para sua apreciação.

§ 7º - Na reunião da Assembléia será apresentado o projeto de alteração do Estatuto pelos membros da Comissão Especial ou pela Assessoria designada, passando-se a deliberação prévia de admissibilidade.

§ 8º - Havendo consenso sobre a admissibilidade do Projeto de alteração do Estatuto, este será posto em votação, necessitando do voto favorável por quorum qualificado de dois terços (2/3) dos representantes dos Municípios Consorciados para sua aprovação.

§ 9º - Ocorrendo votos contrários a admissibilidade do Projeto de alteração do Estatuto ou este não recebendo a votação necessária para sua aprovação, será aberto prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de novas Emendas pelos representantes dos Municípios consorciados.

§ 10 - Findo o prazo para Emendas, a Comissão Especial será convocada para apresentar parecer sobre as mesmas, no prazo de quinze dias.

§ 11 - Apresentado o parecer de que trata o § 10 deste artigo, o Presidente do CIAPS convocará Assembléia Geral Extraordinária para deliberação, a qual funcionará da seguinte forma:

I - As Emendas individuais apresentadas pelos representantes dos Municípios serão lidas pela Comissão Especial, seguidas da leitura do parecer exarado, passando-se a deliberação sobre sua admissibilidade pela Assembléia Geral, e, após, pela sua aprovação ou rejeição, observados o quorum qualificado de que trata o § 8º deste artigo;

II - As Emendas subscritas por representantes de dois ou mais Municípios consorciados serão lidas pela Comissão Especial, seguidas da leitura do parecer exarado, sendo automaticamente admitidas como destaque para votação em separado, após a deliberação sobre as Emendas individuais;

III - As Emendas admitidas como destaques serão postas à deliberação após a concessão da palavra a um dos subscritores para sua defesa, necessitando do voto favorável, por quorum qualificado de dois terços (2/3) dos representantes dos Municípios Consorciados, para sua aprovação.

§ 12 - Aprovado o Projeto de alteração do Estatuto com Emendas, a Comissão Especial ficará encarregada de apresentar a redação final para assinatura e publicação.

§ 13 - Sempre que recomendar o adiamento da hora, os trabalhos serão suspensos para recomeçarem em dia, horário e local, anunciados antes do término da sessão.

§ 14 - Da nova sessão poderão comparecer os Entes que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham sido admitidos no Consórcio Público, após o cumprimento de todas as formalidades estabelecidas.

§ 15 - As alterações ao Estatuto do Consórcio Público entrarão em vigor após publicação na imprensa oficial, na forma legal.

Art. 24 - Nas atas da Assembléia Geral serão registradas:

I - Por meio de lista de presença, todos os Entes Federativos representados na Assembléia Geral;

II - De forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembléia Geral;

III - A íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembléia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

§ 1º - No caso de votação secreta, será registrada em ata a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

§ 2º - Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembléia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada por 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

§ 3º - A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembléia Geral.

Art. 25 - Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembléia Geral será, em até dez dias, publicada no sítio que o Consórcio Público deve manter na rede mundial de computadores - internet.

Parágrafo Único - Mediante requerimento e pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata será fornecida para

qualquer interessado.

CAPÍTULO IX DA DIRETORIA (PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE)

Art. 26 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos em Assembléia especialmente convocada, no mês de dezembro de cada ano, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros trinta minutos. Somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder Executivo de Ente consorciado, ou seja, de Prefeito titular.

§ 1º - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e nominal. Havendo apenas um candidato para cada função, a eleição poderá se dar por aclamação, mediante deliberação da Assembléia Geral.

§ 2º - Será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados.

§ 3º - Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição na mesma Assembléia Geral, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados para cada função. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos.

§ 4º - Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias, caso necessário, prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente ou do Vice-Presidente em exercício.

§ 5º - Na ocorrência de prorrogação pro tempore do mandato do Presidente ou do Vice-Presidente em exercício, o mandato do novo Presidente e Vice-Presidente se iniciará um dia após a eleição, se estendendo até o final do exercício.

§ 6º - Os novos Presidente e Vice-Presidente eleitos terão livre acesso aos documentos e informações do Consórcio Público para fins de transição administrativa e continuidade dos serviços públicos, a partir da eleição até o início de seu mandato, cabendo ao Coordenador Executivo zelar pelo atendimento desta disposição.

Art. 27 - Proclamado eleito candidato a Presidente, a ele será dada à palavra para que indique o Coordenador Executivo ou o confirme na função.

§ 1º - Uma vez indicado, o Presidente da Assembléia indagará, caso presente, se o mesmo aceita a função. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por qualquer meio idôneo.

§ 2º - Caso haja recusa da indicação, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova indicação.

§ 3º - Estabelecida indicação válida, esta somente produzirá efeito caso aprovada por 2/3 (dois terços) dos votos, exigida a presença da maioria absoluta dos consorciados. Após a aprovação, o indicado será nomeado e deverá tomar posse e entrar em exercício na forma disciplinada neste Estatuto e no regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público, a ser definido por resolução aprovada pela Assembléia Geral.

§ 4º - Caso ocorra apenas à confirmação na função, ou seja, a manutenção do então ocupante do emprego de Coordenador Executivo, sua contratação não sofrerá solução de continuidade.

Art. 28 - Sem prejuízo de outras competências estabelecidas neste Estatuto ou por deliberação da Assembléia Geral, incumbe ao Presidente:

I - Representar o Consórcio Público judicial e extrajudicialmente;

II - Ordenar as despesas do Consórcio Público e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

III - Convocar as Assembleias Gerais;

IV - Zelar pelos interesses do Consórcio Público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas pelo Contrato de Consórcio Público ou por este Estatuto a outro órgão do CIAPS;

V - Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio Público.

§ 1º - Com exceção da competência prevista no inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Coordenador Executivo.

§ 2º - Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio Público, o Coordenador Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

Art. 29 - Na ausência eventual ou impedimento temporário do Presidente, assumirá o Vice-Presidente, exercendo todas as competências daquele, mediante ratificação da Assembléia Geral, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 30 deste Estatuto.

§ 1º - O substituto ou sucessor do Prefeito na direção do Município consorciado o substituirá automaticamente na Presidência ou Vice-Presidência do Consórcio Público, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 30 deste Estatuto.

§ 2º - O término de mandato político junto ao Ente consorciado não será impedimento para candidatura e eleição de representante de Ente Consorciado, caso em que se aplicará o disposto no § 1º deste artigo.

§ 3º - O mandato do Presidente e/ou do Vice-Presidente cessará automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do Ente consorciado que representa na Assembléia Geral, hipótese em que será sucedido automaticamente por quem preencha essa condição, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 30 deste Estatuto.

§ 4º - No caso de renúncia conjunta do mandato de Presidente e de Vice-Presidente, o exercício interino da função de Presidente caberá ao Chefe do Poder Executivo de maior idade, dentre todos os demais representantes dos Entes consorciados, ao qual compete convocar novas eleições, para término do mandato objeto de renúncia, observados as disposições do artigo 26 deste Estatuto, no que couber.

Art. 30 - O mandato do Presidente e do Vice-Presidente do Consórcio Público será de um ano, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do mesmo exercício, excetuadas as demais situações excepcionais previstas neste Estatuto, permitido a reeleição para um único mandato subsequente.

§ 1º - O Presidente eleito assinará termo de posse na data de início de seu mandato, apresentando os demais documentos necessários para o fiel desempenho de seus encargos, dentre estes a cópia de seus documentos pessoais e o termo de posse nas funções de Prefeito titular do Ente consorciado representado. O Vice-Presidente adotará igual procedimento, na hipótese de assunção das funções de Presidente.

§ 2º - O Vice-Presidente eleito será empossado na mesma data e local da posse do Presidente.

§ 3º - O Vice-Presidente poderá se candidatar para a função de Presidente sem a desincompatibilização da função ocupada, desde que não tenha substituído o titular nos últimos seis meses.

CAPÍTULO X

Da DIRETORIA E DO COORDENADOR EXECUTIVO

Art. 31 - A Diretoria é órgão executivo e de gestão das atividades do Consórcio Público, composta por dois membros que exercerão funções próprias, sendo um o Presidente do Consórcio Público e outro o Coordenador Executivo.

§ 1º - Não haverá percepção de remuneração ou quaisquer espécies de verba indenizatória por parte do Presidente, sem prejuízo do pagamento das despesas de locomoção, transporte, hospedagem e/ou alimentação quando em deslocamento no interesse exclusivo do Consórcio Público.

§ 2º - O Coordenador Executivo perceberá a remuneração estabelecida para a função, acaso não perceba qualquer outro tipo de vencimento, salário ou subsídio de qualquer outro órgão de Ente Federado ou de Município consorciado.

§ 3º - O ocupante do emprego de Coordenador Executivo será nomeado por resolução do Presidente do Consórcio Público, observadas as disposições deste Estatuto, devendo tomar posse e entrar em exercício na forma do regulamento do quadro de pessoal do CIAPS.

Art. 32 - Mediante proposta do Presidente do Consórcio Público, aprovada pela Assembléia Geral, poderá haver redesignação interna de funções na Diretoria e/ou delegação de competência.

Art. 33 - A Diretoria deliberará sobre atos de gestão do Consórcio Público e executará todas as deliberações da Assembléia Geral.

Parágrafo Único - As deliberações da Diretoria serão externadas na forma de Resolução, numeradas sequencialmente.

Art. 34 - Sem prejuízo de outras atribuições contempladas neste Estatuto ou por deliberação da Assembléia Geral, compete à Diretoria:

I - Julgar recursos relativos à:

- homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;
- impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;
- aplicação de penalidades a servidores do Consórcio Público;

II - Autorizar que o Consórcio Público ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

III - Autorizar a contratação e a dispensa ou a exoneração de empregados e de servidores temporários;

IV - Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio Público.

Art. 35 - Para exercício da função de Coordenador Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CIAPS.

CAPÍTULO XI DO CONSELHO FISCAL

Art. 36 - O Conselho Fiscal é composto por três Conselheiros, sendo dois secretários municipais de saúde indicados por seus pares e um Prefeito eleito pela Assembléia Geral realizada no mês de dezembro de cada ano, para mandato de um ano, o qual coincidirá com o ano civil.

§ 1º - Os membros do Conselho Fiscal não serão remunerados, sob pretexto ou forma alguma, sendo, entretanto, o exercício do mandato considerado serviço público relevante.

§ 2º - Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembléia Geral, exigida a presença de 2/3 dos representantes dos Entes consorciados.

Art. 37 - A Assembléia Geral reunir-se-á mediante convocação para eleição do Conselho Fiscal.

§ 1º - Nos primeiros trinta minutos de reunião serão apresentadas as indicações dos dois secretários municipais de saúde que integrarão o Conselho Fiscal, bem como as candidaturas dos prefeitos interessados para a vaga em disputa.

§ 2º - As candidaturas serão sempre pessoais, vedada à inscrição ou apresentação de chapas.

§ 3º - Poderá se candidatar ao Conselho Fiscal qualquer representante de Ente consorciado.

§ 4º - A eleição do Conselho Fiscal realizar-se-á por meio de voto aberto sendo que cada eleitor somente poderá votar em um candidato para cada vaga efetiva.

§ 5º - Considera-se eleito membro efetivo o candidato com maior número de votos e, como membro suplente, os candidatos que se seguirem em número de votos.

§ 6º - Em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.

§ 7º - Na inexistência de candidatos, serão indicados tantos nomes quanto necessários, dentre os representantes dos Entes consorciados não atingidos pelo impedimento de que trata o § 8º deste artigo, passando-se a eleição por aclamação na mesma Assembléia Geral.

§ 8º - Não poderá participar do Conselho Fiscal o representante de Ente consorciado que for eleito para Presidente ou Vice-Presidente do Consórcio Público.

Art. 38 - Sem prejuízo de outras atribuições contempladas neste Estatuto ou por deliberação da Assembléia Geral, compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do Consórcio Público, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas.

Parágrafo Único - O disposto no "caput" deste artigo, não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada Ente consorciado e nem a fiscalização dos respectivos Conselhos Municipais de Saúde, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao Consórcio Público.

Art. 39 - O Conselho Fiscal será presidido pelo membro mais idoso, ao qual compete convocar as reuniões, com antecedência mínima de vinte e quatro (24) horas, mediante comunicação direta aos demais Conselheiros.

§ 1º - Os trabalhos do Conselho Fiscal do Consórcio Público serão secretariados por empregado ou servidor designado pela Diretoria, registrando-se em ata as deliberações adotadas.

§ 2º - O Conselho Fiscal poderá convocar membro da Diretoria para esclarecer a motivação dos atos administrativos ou justificar os procedimentos seguidos na administração dos interesses do Consórcio Público.

§ 3º - As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembléia Geral.

CAPÍTULO XII DOS RECURSOS HUMANOS

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio Público os contratados para ocupar os empregos públicos previstos nos artigos 46 e 47 deste Estatuto e os servidores cedidos pelos Entes consorciados, bem como, em caso de necessidade motivada, pessoas físicas ou jurídicas contratadas por meio de licitação, na forma da lei.

§ 1º - A participação do Conselho Fiscal ou de outros órgãos diretivos que sejam criados pelo Estatuto ou por deliberação da Assembléia Geral, bem como a participação dos representantes dos Entes consorciados na Assembléia Geral e em outras atividades do Consórcio Público não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

§ 2º - O Presidente não será remunerado e não poderá receber qualquer quantia do Consórcio Público, em razão do exercício dessa função, observando-se o disposto no § 1º do artigo 31 deste Estatuto.

§ 3º - O Coordenador Executivo perceberá o salário estabelecido para o emprego, observando-se o disposto no § 2º do artigo 31 deste Estatuto, bem como as demais vantagens estabelecidas em Lei ou no Protocolo de Intenções ratificado.

Art. 41 - Os empregados públicos efetivos, comissionados ou contratados temporariamente pelo Consórcio Público são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social.

§ 1º - O regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público, a ser definido por resolução aprovada pela Assembléia Geral, obedecendo ao disposto no Protocolo de Intenções, no Contrato de consórcio e neste Estatuto, tratará especialmente da descrição das funções, dos requisitos para ocupação dos empregos públicos, da forma de recrutamento, dos benefícios funcionais, da jornada de trabalho, dos direitos e deveres e do regime disciplinar.

§ 2º - A exoneração ou demissão de empregados públicos dependerá de ato administrativo da Diretoria, motivado no caso de dispensa por iniciativa do Consórcio Público, observada as demais formalidades legais.

§ 3º - Os empregados não poderão ser cedidos para nenhuma entidade ou organização, inclusive para os próprios Entes consorciados, sem prejuízo da possibilidade de prestação de serviços na sua área de atuação, através do Consórcio Público.

§ 4º - Os Entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores efetivos, na forma e condições da legislação de cada um, observado o disposto no § 1º do artigo 21 deste Estatuto.

§ 5º - Os servidores efetivos recebidos em cessão, na forma do § 4º deste artigo, permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, com remuneração paga pelo órgão cedente, podendo, a critério da Assembléia Geral, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da remuneração de mercado para função que venham a desempenhar no CIAPS, no percentual de até 100% (cem por cento) de sua remuneração mensal do órgão de origem.

§ 6º - O pagamento de gratificação complementar na forma prevista no § 5º deste artigo, não configura vínculo novo do servidor cedido, para fins trabalhistas, contudo o CIAPS efetuará a retenção e recolherá os encargos tributários correspondentes.

§ 7º - Na hipótese do § 4º deste artigo, o Ente da Federação consorciada cedente deverá assumir a manutenção da remuneração regular do servidor e dos encargos, donde tais pagamentos serão contabilizadas como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no Contrato de Rateio e/ou ressarcidos mensalmente pelo CIAPS.

Art. 42 - O quadro de pessoal do CIAPS é composto pelos empregos públicos constantes dos artigos 46 e 47 deste Estatuto, remunerados em conformidade com o Protocolo de Intenções, com o Contrato de Consórcio Público e com este Estatuto.

§ 1º - Os empregos permanentes do Consórcio Público serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, na forma do regulamento do quadro de pessoal do CIAPS.

§ 2º - O(s) emprego(s) previsto(s) no artigo 46 deste Estatuto será(ão) de livre nomeação e exoneração.

§ 3º - A remuneração dos empregos públicos é a definida nos artigos 46 e 47 deste Estatuto, observadas as condições de desenvolvimento funcional estabelecidas no artigo 53 para os empregos permanentes.

§ 4º - Após deliberação da Assembléia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

§ 5º - O aumento do número de vagas, o reequadramento salarial ou a criação de novos empregos públicos depende de prévia deliberação da Assembléia Geral, da alteração do Protocolo de Intenções e do presente Estatuto, de autorização legislativa própria editada por todos os Entes consorciados e do aditamento ao Contrato de Consórcio Público.

§ 6º - A contratação de profissionais para o(s) emprego(s) de que trata o artigo 46, bem como a declaração de abertura de vagas e a autorização para início do processo de recrutamento para os empregos de provimento efetivo ou para as contratações temporárias, depende de prévia justificação da necessidade, da demonstração da viabilidade financeira e da aprovação em Assembléia Geral.

§ 7º - São requisitos básicos para ingresso no Quadro Funcional do Consórcio Público:

I - A nacionalidade brasileira.

II - O gozo dos direitos políticos.

III - A quitação com as obrigações militares e eleitorais.

IV - O nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego,

e/ou os requisitos especiais para o seu desempenho.

V - Idade mínima de 18 (dezoito) anos.

VI - Aptidão física e mental.

VII - Possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), inclusive para eventual condução de veículos do CIAPS em deslocamentos a serviço, exceto se contratado na forma estabelecida no § 5º do art. 47 deste Estatuto.

§ 8º - As atribuições do emprego podem justificar a exigência de outros requisitos, estabelecidos na forma do § 1º do artigo anterior.

§ 9º - Sem prejuízo das atribuições do quadro funcional, fica instituído o Programa de Concessão de Estágio Não-Obrigatório aplicado ao estágio de estudantes, na forma da legislação federal específica, com disponibilidade de vagas em igual número de Entes Federados que integre o Consórcio Público.

§ 10 - O recrutamento de candidatos para as vagas de estágio, dentre o contingente de alunos das instituições de ensino conveniadas, será feito:

I - Diretamente pelo CIAPS através de processo seletivo simplificado, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II - Em caso de urgência ou necessidade imediata, diretamente pela Instituição de Ensino ou pelos Agentes de Integração, através de processo seletivo ou cadastro.

§ 11 - A carga horária de estágio ficará estabelecida em 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, remuneradas através de bolsa-estágio nos seguintes valores:

I - R\$ 433,80 (quatrocentos e trinta e três reais e oitenta centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II - R\$ 648,09 (seiscentos e quarenta e oito reais e nove centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

§ 12 - Sem prejuízo da contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e do pagamento da remuneração de que trata o parágrafo anterior, lhe será concedido:

I - Auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular);

II - Auxílio-alimentação, na forma concedida aos empregados em geral, proporcionalmente a jornada diária de estágio.

III - Período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares e antes do encerramento do contrato, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, ou proporcional nos demais casos, vedado sua indenização.

§ 13 - O Consórcio Público poderá, também, celebrar convênio de concessão de estágio obrigatório com Instituições de Ensino, assumindo responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e mediante remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido para contraprestação do estágio não obrigatório.

Art. 43 - Os editais de concurso público do CIAPS deverão atender ao contido no regulamento do quadro de pessoal, e serão subscritos pelo Presidente e/ou pelo Coordenador Executivo.

§ 1º - Será encaminhada cópia do edital de concurso público para conhecimento em todos os Entes consorciados, mediante divulgação pelos meios regulamentares.

§ 2º - O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o Consórcio Público mantiver na rede mundial de computadores - internet - bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial e em jornal de circulação regional.

§ 3º - Nos quinze primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no parágrafo anterior, poderá ser apresentadas impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em sete dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão será publicada no sítio que o Consórcio Público manter na rede mundial de computadores - internet.

Art. 44 - Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público consistente na substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público.

§ 1º - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado, percebendo a remuneração para ele prevista.

§ 2º - A contratação de que trata este artigo, será precedida de processo seletivo de provas ou de provas e títulos.

Art. 45 - As contratações temporárias observarão as disposições estabelecidas no art. 37, IX, da Constituição Federal, artigos 443, 445, 451 e 452 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e demais disposições deste Estatuto.

§ 1º - As contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogado justificadamente uma única vez até atingir o prazo máximo total de dois anos.

§ 2º - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções ou o alcance do prazo máximo de que trata o parágrafo anterior faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

§ 3º - O regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público disciplinará a contratação temporária de que trata este Estatuto.

SEÇÃO II

DO(S) EMPREGO(S) PÚBLICO(S) DE CONFIANÇA

Art. 46 - O Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS terá o(s) seguinte(s) emprego(s) público(s) de confiança em sua estrutura funcional:

Nº de Emprego(s)	Denominação do(s) Emprego(s)	Carga Horária Semanal	Salário/mês
1	Coordenador Executivo	40 hs	R\$ 4.000,00

§ 1º - O(s) emprego(s) público(s) de que trata o "caput" deste artigo é(são) de livre nomeação e exoneração, regido(s) pelo critério de confiança e obrigado(s) ao regime de dedicação integral ao serviço, donde poderá(ao) ser convocado(s) a trabalhos excepcionais além da carga horária regulamentar, sem remuneração adicional.

§ 2º - A nomeação será feita pelo Presidente do CIAPS, após regular aprovação da escolha pela Assembléia Geral do Consórcio Público, ao qual compete dar posse e fiscalizar o exercício funcional, observadas as disposições deste Estatuto e do regulamento do quadro de pessoal.

SEÇÃO III dos empregos públicos PERMANENTES

Art. 47 - O Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS, terá os seguintes empregos públicos permanentes em sua estrutura funcional:

Nº de Emprego(s)	Denominação do(s) Emprego(s)	Carga Horária Semanal	Salário/mês
01	Médico	10 horas	R\$ 4.000,00
01	Enfermeiro	40 horas	R\$ 3.017,71
01	Assistente Social	30 horas	R\$ 2.753,81
01	Psicólogo	40 horas	R\$ 2.753,81
01	Técnico em Enfermagem	40 horas	R\$ 1.406,20
01	Auxiliar Administrativo	40 horas	R\$ 1.523,38
01	Motorista	40 horas	R\$ 1.113,00
01	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	R\$ 820,29

§ 1º - Os empregos públicos de que trata o "caput" deste artigo serão acessados, na forma do regulamento do quadro de pessoal, por meio de:

I - Concurso público, no caso de provimento efetivo;

II - Processo seletivo, no caso de contratação temporária.

§ 2º - Os atos de nomeação e posse, e os de contratação serão expedidos pela Diretoria, observados os procedimentos legais.

§ 3º - Além do pessoal referido neste artigo e no antecedente, o Consórcio Público poderá receber servidores efetivos que lhe forem colocados à disposição, nos termos deste Estatuto.

§ 4º - Compete a Diretoria dar posse ao empregado efetivo, bem como proporcionar treinamento e fiscalizar o exercício funcional dos integrantes do quadro de pessoal, zelando pela pontualidade, assiduidade e eficiência dos empregados e colaboradores do Consórcio Público.

§ 5º - Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de emprego cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, na forma estabelecida no regulamento do quadro de pessoal, para as quais serão reservadas até 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso.

§ 6º - O concurso público será de provas ou de provas e títulos,

podendo ser realizado em 02 (duas) etapas, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento de "preço público" fixado em Resolução, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

§ 7º - O concurso público terá validade de até 02 (dois) anos, a contar da sua homologação, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Diretoria.

§ 8º - Para coordenar todas as etapas do concurso público, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, a autoridade competente designará Comissão Especial composta de 03 (três) servidores do CIAPS, facultada, em caso de necessidade, a designação de servidores efetivos de qualquer um dos Entes Consorciados.

§ 9º - O Coordenador Executivo ou a Comissão Especial de que trata o parágrafo anterior, mediante autorização do Presidente do Consórcio Público, poderá contratar instituição especializada ou confiar a uma instituição de ensino, a elaboração, aplicação e correção das provas.

§ 10 - Observar-se-ão, na realização dos concursos as seguintes normas:

I - A abertura de concurso público se dará por edital, cujo extrato será publicado na imprensa local por 02 (duas) vezes, disponibilizado em site da internet e afixado em mural público de fácil acesso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias entre a última divulgação e a primeira etapa/prova a ser realizada, de que constem:

a) o número de vagas oferecidas, denominação dos empregos e respectivos salários;

b) o tipo de concurso, se de provas ou de provas e títulos, e, se for o caso, os títulos exigidos;

c) as condições para inscrição e provimento do emprego;

d) tipo, natureza e programa das provas;

e) a forma de julgamento das provas e dos títulos;

f) os limites de pontos atribuíveis a cada prova e aos títulos;

g) os critérios e os níveis de habilitação, classificação e desempate;

h) o prazo das inscrições;

i) a forma de comprovação dos requisitos para a inscrição;

j) a época da:

1 - realização das provas constando o dia, horário e local;

2 - publicação nominal das inscrições homologadas com o número da inscrição;

3 - publicação dos aprovados por ordem de classificação, constando o número da inscrição e o nome do candidato;

4 - o prazo de validade do concurso, que não excederá de dois anos, prorrogável por igual período.

II - O limite mínimo de idade para inscrição em concurso será de 18 (dezoito) anos, completados até a data limite para inscrição.

III - Aos candidatos serão assegurados amplos meios de recursos, nas fases de homologação das inscrições, publicações de resultados parciais ou globais, homologação do concurso e contratação de candidatos.

IV - Interposto recurso, o candidato poderá participar condicionalmente das provas que se realizarem, e no caso do não provimento do recurso, as provas serão anuladas e desconsideradas.

V - Terá preferência para a contratação, em caso de empate na classificação, sucessivamente, o candidato:

a) que tiver obtido melhor grau na matéria de peso mais elevado, estabelecida no edital.

b) que tiver maior idade, considerando-se a data de nascimento.

c) que tiver maior número de dependentes, observada a legislação previdenciária.

VI - Os critérios e demais condições mencionadas neste parágrafo serão estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal do CIAPS.

SEÇÃO IV DOS SALÁRIOS E DA REMUNERAÇÃO

Art. 48 - Salário é a retribuição pecuniária pelo exercício do emprego público, com valor fixado na forma do "caput" dos artigos 46 e 47 deste Estatuto.

§ 1º - O valor dos salários será alterado uniformemente, através de Resolução da Diretoria do CIAPS em face da Revisão Geral Anual.

§ 2º - Remuneração é o salário do emprego público, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas neste Estatuto ou em lei.

§ 3º - O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego, sendo que esta poderá ser aumentada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), com o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração.

§ 4º - Além do salário, poderá ser pago ao empregado as seguintes vantagens:

I - Indenizações;

II - Auxílios pecuniários;

III - Gratificações;

IV - Adicionais.

§ 5º - As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao salário para qualquer efeito.

§ 6º - As gratificações e os adicionais integram a remuneração do empregado, nos casos e condições indicados em Lei, neste Estatuto ou no regulamento do quadro de pessoal, devendo ser nominalmente identificado e destacado.

§ 7º - As vantagens pecuniárias não serão acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

§ 8º - Os adicionais e gratificações devidos aos empregados em razão do exercício do emprego serão calculadas na forma da lei ou do regulamento do quadro de pessoal, atendendo as situações específicas de sua aplicabilidade e incidirão sempre tão somente sobre o salário atribuído ao empregado.

SUBSEÇÃO I DAS INDENIZAÇÕES

Art. 49 - Conceder-se-á:

I - Indenização de transporte ao empregado que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, conforme dispuser o regulamento do quadro de pessoal, observado o limite de ¼ do valor do litro do combustível gasolina, por quilometro.

II - Adiantamento de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.

§ 1º - Na hipótese do empregado receber adiantamento de viagem e não realizar o deslocamento, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar em prazo menor que o previsto, restituirá os valores recebidos em excesso, no mesmo prazo.

§ 2º - Os adiantamentos de viagens serão requeridos em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

§ 3º - Aplica-se o disposto nesta subseção, e seus regulamentos, aos servidores públicos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou paraestatal, e aos contratados temporariamente.

Art. 50 - Será concedido vale transporte na forma da legislação federal específica ao empregado que o requerer, bem como o auxílio transporte para o(s) estagiário(s), para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa.

SUBSEÇÃO II DOS AUXÍLIOS PECUNIÁRIOS

Art. 51 - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas neste Estatuto, a Diretoria poderá conceder aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários, o auxílio alimentação proporcional a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal, limitado ao valor máximo diário de R\$ 20,00 (vinte reais).

SUBSEÇÃO III DAS GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS

Art. 52 - Além do salário e das demais vantagens previstas em lei ou neste Estatuto, poderá ser deferido aos empregados as seguintes gratificações e adicionais:

I - Gratificação natalina, na forma estabelecida em Lei;

II - Gratificação complementar, na forma estabelecida no § 5º do artigo 41 deste Estatuto;

III - Adicional por serviço extraordinário, na forma da Lei;

IV - Adicional de férias, na forma da Lei;

V - Adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso, na forma da Lei;

VI - Adicional noturno, na forma da Lei;

VII - Adicional por qualificação.

Parágrafo único - O valor da gratificação complementar de que trata o inciso II deste artigo poderá ser reduzido nos casos em que sua aplicação integral acarrete o pagamento de remuneração superior ao valor do salário estabelecido para o emprego de Coordenador Executivo.

Art. 53 - O adicional por qualificação corresponderá a um acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o salário do empregado efetivo, limitado ao máximo de 30% (trinta por cento), por força da qualificação profissional obtida além daquela prevista para ocupação do emprego e que guarde correlação direta com as atribuições deste, observado interstício de cinco anos de exercício no emprego para cada período aquisitivo.

§ 1º - Para habilitar-se ao adicional por qualificação o empregado deverá atender, cumulativamente, as seguintes condições:

I - Ter concluído curso de pós-graduação, especialização, mestrado ou doutorado ou ter completado 150 (cento e cinquenta) horas de cursos/seminários/palestras, dentre outros, sempre em temas correlatos com o emprego ocupado;

II - Ter completado 05 (cinco) anos de serviço no Consórcio Público, ininterruptos ou não, para o primeiro período aquisitivo, e interstício de igual tempo para os períodos aquisitivos subsequentes.

§ 2º - Fica prejudicada a contagem regular do período aquisitivo para o adicional de que trata este artigo, se o empregado apresentar qualquer uma das seguintes ocorrências em sua vida funcional:

I - Tiver sido condenado em processo criminal, por decisão definitiva, ou sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II - Tiver mais de 05 (cinco) faltas injustificadas no período aquisitivo;

III - Tiver se afastado de suas funções por período contínuo superior a trinta dias, independentemente de percepção ou não de remuneração, exceto para os casos de exercício de emprego de confiança no próprio Consórcio Público ou em Ente consorciado.

§ 3º - O empregado que no decorrer do período aquisitivo incidir nas hipóteses do parágrafo anterior, perderá o tempo decorrido, iniciando-se novo período aquisitivo quinquenal após a cessação do impedimento.

SEÇÃO V DAS ATRIBUIÇÕES E DESCRIÇÕES DOS EMPREGOS

Art. 54 - Os empregos públicos de que tratam os artigos 46 e 47 deste Estatuto terão suas atribuições e descrições disciplinadas pelo regulamento do quadro de pessoal, observadas as seguintes diretrizes mínimas:

I - Para o emprego de COORDENADOR EXECUTIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desempenhar as atribuições de gestão e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por

força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CIAPS.

II - Para o emprego de MÉDICO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar atividade de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva; Examinar o paciente, auscultando, palpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo ao especialista; Analisar e interpretar resultados de exames de raios X, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico; Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados para conservar ou restabelecer a saúde do paciente; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada; Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender a determinações legais; Atender a urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

III - Para o emprego de ENFERMEIRO(A):

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar ações educativas, preventivas e curativas, na área da saúde pública; Selecionar e executar ações de enfermagem de acordo com as prioridades, necessidades e características de cada caso, particularmente para: gestantes e crianças de alto risco, bem como, outros clientes que apresentam risco para si próprio ou para a comunidade; Coordenar e supervisionar a organização e execução das atividades de enfermagem, desenvolvidas nas Unidades de atendimento sob sua responsabilidade, levando em conta os demais elementos da equipe de saúde do Centro de Saúde; Supervisionar e avaliar sistematicamente os registros e anotações das atividades realizadas pelo pessoal de enfermagem; Assegurar condições adequadas de limpeza, preparo, esterilização e manuseio do material em uso; Verificar sistematicamente o funcionamento de aparelhos utilizados na área de enfermagem, providenciando reparação ou substituição quando for o caso; Participar na supervisão das atividades de matrícula e fichário central; Verificar periodicamente as condições de conservação e prazo de validade de soros e vacinas; Promover o inter-relacionamento das atividades internas e externas do CAPS desenvolvidas pelo pessoal de enfermagem; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

IV - Para o emprego de ASSISTENTE SOCIAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Planejar e executar atividades que visam a assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida, bem como busca garantir o atendimento

das necessidades básicas das classes populares e dos Segmentos sociais mais vulneráveis às crises sócio-econômicas; Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional, baseando-se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas; Promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, desenvolvendo suas potencialidades; Programar a ação básica de uma comunidade no campo social e outros, valendo-se da análise dos recursos e das carências sócio-econômicas dos indivíduos e da comunidade; Assistir as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional e outros; Desenvolver outras atividades de caráter comunitário que possam ser utilizadas como elemento catalisador da potencialidade dos indivíduos na solução de seus próprios problemas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

V - Para o emprego de PSICÓLOGO(A):

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar nos processos intra e interpessoais e nos mecanismos de comportamento humano; Elaborar e ampliar técnicas psicológicas, como teste para determinação de características afetivas, intelectuais, sensoriais ou motoras; Técnicas psicoterápicas e outros métodos de verificação, para possibilitar a orientação, seleção e treinamento de campo profissional, no diagnóstico e na identificação e interferência nos fatores determinantes na ação do indivíduo, em sua história pessoal, familiar, educacional e social; Atendimento familiar, e individual, visitas domiciliares; Assessoria e orientação aos casos encaminhados pelo Conselho Tutelar; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

VI - Para o emprego de TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Auxiliar no atendimento à pacientes nas unidades hospitalares e de saúde pública sob supervisão; Orientar e revisar o auto cuidado do cliente a alimentação e higiene pessoal; Executar a higienização ou preparação dos clientes para exames ou atos cirúrgicos; Zelar pela limpeza, conservação e assepsia do material e do instrumental; Executar e providenciar a esterilização de salas e do instrumento adequado às intervenções programadas; Manter atualizado o prontuário dos pacientes; Verificar a temperatura, pulso e respiração e registrar os resultados nos prontuários; Ministrar medicamentos, aplicar imunizantes e fazer curativos; Fazer a orientação sanitária de indivíduos em unidade de saúde; Atividade auxiliar, na área de enfermagem, desenvolvidas junto ao indivíduo, família a comunidade visando a prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso Técnico na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

VII - Para o emprego de AUXILIAR ADMINISTRATIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Exercer atividades de ordem auxiliar em executar atividades de caráter administrativo, financeiro, tributário e fiscal, sob supervisão da chefia imediata; fazer encaminhamentos, procedimentos e trabalhos que lhe forem atribuídos pela chefia imediata; digitar e ou datilografar processos de rotinas internas ou externas; prestar atendimento ao público em todas as áreas que lhe forem fixadas; transcrever atos oficiais; preencher formulários, fichas e outros; codificar e arquivar documentos; providenciar e preparar material de expediente; executar outras atividades correlatas.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Escolaridade Nível Médio

VIII - Para o emprego de MOTORISTA:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Dirigir veículos de passageiros e transporte de pacientes; Manter o veículo em condições de conservação e funcionamento, providenciando conserto, abastecimento, lubrificação, limpeza e troca de peças; Atender às normas de segurança e higiene no trabalho; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Escolaridade de Nível Médio; CNH categoria "C".

IX - Para o emprego de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Operar eletrodomésticos e outros equipamentos e utensílios; Lavar manualmente ou por meios mecânicos louças, talheres e utensílios; Fazer e servir café, água e outros alimentos solicitados nas dependências dos órgãos; Preparar e servir refeições e proceder a aquecimento de alimentos; Receber e examinar o material destinado à preparação de alimentos e bebidas e acondicioná-los em recipientes adequados; Informar previamente à Chefia imediata sobre a necessidade de material para o desenvolvimento normal dos serviços; Manter e zelar pela conservação dos equipamentos e utensílios utilizados; Efetuar o controle do material existente no setor, discriminando-o por peças e respectivas quantidades, para manter o estoque e evitar extravios; Executar serviços de limpeza e conservação, zelando pela ordem e segurança no ambiente de trabalho, observando as normas e instruções, para prevenir acidentes; Notificar toda e qualquer ocorrência que dificulte o bom andamento dos trabalhos, visando o conserto ou reparo de aparelhos ou substituição de materiais; Manter o ambiente de trabalho limpo e com boa aparência; Proceder a coleta e remoção de resíduos, aplicação de ceras industriais, conservantes, lustradores e limpadores em móveis e pisos, retirada do pó ou varrição de pisos, carpetes e tapetes nos escritórios e áreas externas; Coleta e remoção de papéis usados, colocação de desodorizantes, aplicação de detergentes, lavagem e higienização em sanitários; Retirada de resíduos e limpeza dos vidros das portas e janelas; Reposição de materiais de higiene pessoal, tudo visando ao asseio e conservação dos prédios públicos e das áreas limítrofes; Efetuar corte de grama, bem como a poda de árvores e arbustos; Capinagem de áreas verdes com a retirada de todo material para depósito de lixo; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Escolaridade de Ensino Fundamental Completo.

**SEÇÃO VI
DOS DEVERES E DO REGIME DISCIPLINAR****SUBSEÇÃO I
DOS DEVERES**

Art. 55 - São deveres do empregado, além de outras obrigações expressas que lhe sejam impostas por lei ou pelo regulamento do quadro de pessoal:

I - Respeitar o regime de horário de trabalho que lhe for estabelecido bem como o registro de entradas e saídas, horas extras e autorização para tal e ainda proceder à anotação do registro do ponto;

II - Acatar com presteza e boa vontade as ordens que lhe forem dadas pelo Presidente, Coordenador Executivo e demais Chefes;

III - Desempenhar suas atribuições com honestidade, atenção e critério, visando sempre o atendimento dos objetivos do Consórcio Público e cooperando para o perfeito andamento dos serviços;

IV - Comportar-se com ordem, disciplina e urbanidade no trato com os colegas de trabalho e com os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e servidores dos Municípios Consorciados, para que seja mantido o espírito de cordialidade e cooperação indispensável ao desempenho das tarefas;

V - Apresentar-se ao trabalho adequadamente trajado;

VI - Guardar segredo, quando necessário, sobre fatos que lhe chegam ao conhecimento em virtude do seu constante relacionamento com os representantes dos Municípios Consorciados;

VII - Comunicar ao Chefe imediato quaisquer fatos ou informações que possam interessar ao Consórcio Público e ao serviço;

VIII - Oferecer, quando pedidas ou espontaneamente, quaisquer sugestões que possam representar melhoria dos serviços;

IX - Atender, na forma das disposições legais, a prorrogação do horário de trabalho quando exigir o serviço e a juízo do Coordenador Executivo;

X - Devotar-se, inteiramente, aos encargos que lhe forem delegados, não aceitando atribuições estranhas que possam influir na sua produtividade e que provoquem incompatibilidade de horário, sobrepondo os interesses do Consórcio a quaisquer outros de ordem pessoal;

XI - Atender com presteza:

- a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;
- b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;
- c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública;

XII - Zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

XIII - Representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

XIV - Manter atualizado seus dados cadastrais junto ao Consórcio Público.

Parágrafo Único - A representação de que trata o inciso XIII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representado a ampla defesa.

**SUBSEÇÃO II
DAS PROIBIÇÕES**

Art. 56 - Ao empregado é especialmente proibido:

I - Referir-se de modo depreciativo aos superiores ou a seus atos, bem como aos colegas e representantes dos Municípios;

II - Promover, nas dependências do Consórcio Público, manifestação de apreço ou desapeço a pessoas ou a entidades, propaganda política ou aliciamento partidário;

III - Receber propinas, comissões ou vantagens indevidas de qualquer espécie, em razão do emprego;

IV - Fornecer informações que possam comprometer o Consórcio Público ou os Municípios consorciados;

V - Executar, durante o expediente, serviços estranhos ao CIAPS, sendo, também, proibido o uso de material do Consórcio Público para fins particulares;

VI - Retirar-se do trabalho durante as horas de expediente, sem permissão, ou perturbar os colegas de trabalho com conversas estranhas ao serviço;

VII - Utilizar-se de aparelhos, equipamentos e veículos do Consórcio no interesse particular próprio ou de terceiros;

VIII - Ocupar concomitantemente ao emprego do Consórcio qualquer cargo ou emprego remunerado no serviço público, exceto nos casos de acumulação permitida pela Constituição Federal e mediante comprovada compatibilidade de horários;

IX - Prestar serviços particulares aos Municípios consorciados, diretamente ou através de interposta pessoa, mediante o recebimento de remuneração ou vantagem, ou exercer atividades incompatíveis com as atividades do Consórcio Público;

X - Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

XI - Recusar fé a documentos públicos e/ou opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

XII - Cometer a pessoa estranha ao Consórcio Público, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de seu subordinado;

XIII - Manter sob sua chefia imediata, cônjuge, companheiro ou parente até segundo grau civil;

XIV - Participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comércio, e, nessa qualidade, transacionar com o Consórcio Público;

XV - Cometer qualquer das condutas tipificadas no art. 482 da CLT;

XVI - Comparecer no trabalho em estado de embriaguez ou sob efeito de qualquer outra droga capaz de afetar a consciência;

XVII - Praticar usura sob qualquer de suas formas;

XVIII - Recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.

**SUBSEÇÃO III
DAS RESPONSABILIDADES**

Art. 57 - Pelo exercício irregular de suas atribuições, o empregado está sujeito às sanções disciplinares e outras de caráter trabalhista, bem como à responsabilização civil e criminal.

§ 1º - A reparação de eventual prejuízo causado pelo empregado ao Consórcio Público, direta ou indiretamente, é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

§ 2º - Quando necessário, o Consórcio deve promover ação regressiva contra o empregado.

§ 3º - As multas de trânsito são de responsabilidade do empregado que estiver utilizando o veículo, podendo ser pagas pelo Consórcio e descontadas da remuneração do empregado em até 03 (três) parcelas, mediante requerimento do interessado.

§ 4º - Sem prejuízo das sanções disciplinares, o empregado pode ser responsabilizado por:

I - Sonegação de valores, objetos, aparelhos e equipamentos confiados a sua guarda e responsabilidade;

II - Faltas, danos, avarias e quaisquer prejuízos que venham a sofrer os bens e os materiais sob sua guarda ou sujeitos a sua fiscalização, exame ou conferência;

III - Qualquer prejuízo que causar ao patrimônio ou a quaisquer bens e direitos do Consórcio Público, dos Municípios consorciados ou de terceiros, por culpa, dolo, ignorância, indolência, negligência ou omissão.

**SUBSEÇÃO IV
DAS PENALIDADES**

Art. 58 - São penalidades disciplinares:

I - Advertência;

II - Repreensão;

III - Suspensão;

IV - Demissão.

§ 1º - A pena de advertência será aplicada verbalmente pelo Coordenador Executivo, quando o empregado deixar de cumprir os deveres funcionais.

§ 2º - A pena de repreensão será aplicada pelo Coordenador Executivo quando o empregado for reincidente na falta de cumprimento de seus deveres, devendo ser escrita e anotada em sua ficha funcional e garantido ao empregado o pleno direito de defesa.

§ 3º - A pena de suspensão ocorre quando houver dolo, ou culpa na falta de cumprimento dos deveres pelo empregado ou por reincidência na falta de cumprimento de seus deveres pela qual já tenha sido repreendido.

§ 4º - A pena de suspensão, aplicada pelo Presidente ou pelo Coordenador Executivo, deve ser graduada em períodos de 03 (três), 07 (sete) ou 15 (quinze) dias, conforme a gravidade da infração cometida e dos danos acarretados aos serviços do Consórcio Público.

§ 5º - A demissão deve ser aplicada nos casos definidos como falta grave.

§ 6º - Na aplicação das penalidades deve ser considerada a vida funcional do empregado, a natureza e gravidade da falta e os danos que dela decorrerem para o Consórcio Público ou para terceiros.

§ 7º - As penalidades de advertência e de repreensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o empregado não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

§ 8º - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de salário ou remuneração, ficando o empregado obrigado a permanecer em serviço.

**SEÇÃO VII
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**

Art. 59 - A autoridade ou chefia que tiver ciência de irregularidade praticada por qualquer empregado do Consórcio Público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

§ 1º - As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

§ 2º - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

Art. 60 - Da sindicância poderá resultar:

I - Arquivamento do processo;

II - Aplicação de penalidade de advertência ou suspensão;

III - Instauração de processo disciplinar.

§ 1º - O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade competente.

§ 2º - Sempre que o ilícito praticado pelo empregado ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 07 (sete) dias, de demissão do emprego efetivo ou destituição do emprego em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

**SUBSEÇÃO I
DO AFASTAMENTO PREVENTIVO**

Art. 61 - Como medida cautelar e a fim de que o empregado não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do emprego, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo Único - O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

**SUBSEÇÃO II
DO PROCESSO DISCIPLINAR**

Art. 62 - O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar

responsabilidades de empregado por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do emprego em que se encontre investido.

§ 1º - O processo disciplinar será conduzido por comissão processante especial composta de três empregados, designados pela autoridade competente que indicará, dentre eles, o seu presidente.

§ 2º - A comissão terá como secretário, empregado designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

§ 3º - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

§ 4º - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse do Consórcio Público.

§ 5º - O prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 6º - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

§ 7º - Será assegurado transporte aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

§ 8º - As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado, e serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 63 - O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - Instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;

II - Inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório;

III - Julgamento.

SUBSEÇÃO III DO INQUÉRITO

Art. 64 - O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

§ 1º - Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa da instrução.

§ 2º - Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

§ 3º - Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

§ 4º - É assegurado ao empregado o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 5º - O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 6º - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

§ 7º - As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

§ 8º - Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

§ 9º - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 10 - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 11 - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

§ 12 - Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado.

§ 13 - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 14 - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

§ 15 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos 01 (um) médico psiquiatra.

§ 14 - O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição de laudo pericial.

Art. 65 - Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicação do empregado, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§ 1º - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na secretaria do Consórcio Público.

§ 2º - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte dias).

§ 3º - No caso de recusa do indiciado em exarar o ciente na cópia do mandado, a recusa não lhe aproveitará, e o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que procedeu ao ato de citação.

§ 4º - O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

§ 5º - Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

§ 6º - Na hipótese do parágrafo anterior, o prazo para defesa será de dez dias, contados do dia útil seguinte a publicação do edital.

§ 7º - Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 8º - A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo.

Art. 66 - Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do empregado.

§ 2º - Reconhecida a responsabilidade do empregado, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

§ 3º - O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

SUBSEÇÃO IV DO JULGAMENTO

Art. 67 - No prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

§ 2º - Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

§ 3º - Reconhecida pela comissão a inocência do empregado, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

§ 4º - Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando transladado na repartição.

Art. 68 - O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

§ 1º - Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o empregado de responsabilidade.

§ 2º - Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, o saneamento do processo, com o refazimento dos atos anulados, suprimindo as irregularidades.

§ 3º - O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

§ 4º - A autoridade julgadora que der causa à prescrição, será responsabilizada na forma da Lei.

§ 5º - Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do empregado.

Art. 69 - O empregado que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

SUBSEÇÃO V DA REVISÃO DO PROCESSO

Art. 70 - O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do empregado, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º - No caso de incapacidade mental do empregado, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

§ 3º - No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

§ 4º - A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

§ 5º - O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Presidente do Consórcio Público que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido a autoridade competente para providenciar a constituição de nova comissão processante, na forma deste Estatuto e do regulamento do quadro de pessoal.

§ 6º - A revisão correrá em apenso ao processo originário.

§ 7º - Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

§ 8º - A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

§ 9º - Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

Art. 71 - O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º - O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

§ 2º - Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do empregado, exceto em relação à destituição do emprego em comissão, que será convertida em exoneração.

§ 3º - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

CAPÍTULO XIII DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

Art. 72 - Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade de quem lhe deu causa, todas as contratações do Consórcio Público observarão ao disposto na legislação de licitações e contratos administrativos.

§ 1º - O Consórcio Público poderá realizar licitação cujo instrumento convocatório preveja contratos a serem celebrados pela Administração direta ou indireta dos Entes da Federação consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei no 8.666, de 21/06/1993.

§ 2º - O Consórcio Público poderá manter sistema de registro de preços, observado o disposto no parágrafo anterior.

§ 3º - Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

Art. 73 - Acaso o Consórcio Público não possua empregados públicos permanentes para integrarem a Comissão de Licitações, esta poderá funcionar com a designação de servidores efetivos de qualquer um dos Entes consorciados.

Parágrafo Único - Aplica-se também o disposto no caput deste artigo para os casos de designação de pregoeiro(s) e membros da respectiva equipe de apoio, para o caso de licitações realizadas sob a modalidade de pregão eletrônico e/ou presencial.

Art. 74 - Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

Art. 75 - Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo Consórcio Público.

Art. 76 - O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, por maioria de dois terços de seus membros, poderá determinar que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

CAPÍTULO XIV DO PATRIMÔNIO

Art. 77 - O patrimônio do Consórcio Público será constituído pelos:

I - Bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - Bens e direitos que lhe forem transferidas por entidades públicas ou privadas.

§ 1º - A alienação dos bens imóveis que integram o patrimônio do Consórcio Público será submetida à apreciação da Assembleia Geral convocada para este fim, que a aprovará pelo voto de 2/3 (dois terços) dos prefeitos dos municípios consorciados presentes.

§ 2º - A alienação de bens móveis dependerá unicamente da aprovação da Diretoria, quando inservíveis para os fins do Consórcio Público.

CAPÍTULO XV DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Art. 78 - A execução das receitas e das despesas do Consórcio Público obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 79 - Constituem recursos financeiros do Consórcio Público:

I - As contribuições mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembleia Geral, expressas em "Contrato de Rateio", de acordo com a Lei;

II - A remuneração de outros serviços prestados pelo Consórcio Público aos consorciados ou para terceiros;

III - Os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV - Os saldos do exercício, quando vinculados a investimentos previstos no Plano Plurianual de Trabalho;

V - As doações e legados;

VI - O produto de alienação de seus bens livres;

VII - O produto de operações de crédito;

VIII - As rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX - Os créditos e ações;

X - As transferências voluntárias decorrentes de convênios, ajustes, termos de cooperação ou programas.

Parágrafo Único - O produto da arrecadação do imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Consórcio Público, será repassado aos Entes consorciados na proporção de sua participação para manutenção do CIAPS, podendo haver compensação contábil com as obrigações estabelecidas no contrato de rateio.

Art. 80 - Os Entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio Público:

I - Para o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Contrato de Consórcio Público e neste Estatuto, devidamente especificados;

II - Quando tenham contratado o Consórcio Público para a prestação, direta ou indireta, de serviços na forma de Contrato de Prestação de Serviço ou por meio de Contrato de Programa;

III - Na forma do respectivo Contrato de Rateio.

Parágrafo Único - Os Entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio Público.

Art. 81 - O Consórcio Público estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do CIAPS, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os Entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

Art. 82 - No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio Público deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

§ 1º - Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I - O investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II - A situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

§ 2º - Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no

sítio que o Consórcio Público mantiver na rede mundial de computadores - internet.

Art. 83 - Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o Consórcio Público fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Art. 84 - Fica o Consórcio Público autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por Entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras ou programas e/ou prestar serviços.

CAPÍTULO XVI DA REPRESENTAÇÃO DOS ENTES CONSORCIADOS

Art. 85 - Em assuntos de interesse comum dos Municípios ou de maior repercussão para as atividades do Consórcio Público, a Diretoria fica autorizada a representar os Entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo, inclusive com o objetivo de celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, receber transferências e/ou aplicar recursos, efetuar Prestação de Contas, e defender as causas municipais e/ou regionais.

Parágrafo Único - A Diretoria deverá relatar em Assembleia Geral todas as ações e providências adotadas com base na autorização de que trata este artigo, evitando interferência injustificada ou prejudicial aos interesses dos Municípios consorciados.

CAPÍTULO XVII DA SAÍDA DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 86 - A retirada de Ente Federado do Consórcio Público dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral, e somente se concretizará após a apresentação de lei local específica que autorize ou ratifique o ato de saída.

Art. 87 - A saída não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio Público.

§ 1º - Os bens destinados ao Consórcio Público pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - Decisão de 2/3 (dois terços) dos Entes federativos consorciados do Consórcio Público, manifestada em Assembleia Geral;

II - Expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III - Reserva da lei de ratificação do Protocolo de Intenções que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Contrato de Consórcio Público ou pela Assembleia Geral do CIAPS.

§ 2º - A saída do Ente Federado detentor de condição essencial ou em cujo território o Consórcio Público tenha instalações e/ou serviços implantados não poderá impedir ou inviabilizar a continuidade de atuação do CIAPS, nem prejudicar os demais Municípios consorciados.

Art. 88 - São hipóteses de exclusão de Ente consorciado, observada, necessariamente, a legislação respectiva:

I - A não inclusão, pelo Ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de Contrato de Rateio ou deliberação da Assembleia Geral;

II - A subscrição de Protocolo de Intenções para constituição de outro Consórcio Público com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;

III - A existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

§ 1º - A exclusão prevista no inciso I do caput deste artigo, somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o Ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º - As hipóteses de exclusão de que trata este artigo, não excluem outras disciplinadas em lei ou neste Estatuto.

Art. 89 - O procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão observará o seguinte trâmite:

I - Apresentação e leitura da denúncia em Assembleia Geral, a qual poderá ser apresentada oralmente ou por escrito por qualquer outro representante de Ente consorciado ou por membro da Diretoria, contendo a descrição da falta cometida pelo Ente consorciado;

II - Concessão de direito à defesa prévia oral pelo representante do Ente consorciado denunciado, na mesma Assembleia Geral em que ocorrer a leitura da denúncia ou na Assembleia Geral seguinte, mediante citação pessoal;

III - Deliberação da Assembleia Geral, por maioria simples de votos, pela admissibilidade ou não da denúncia;

IV - Intimação do representante do Ente consorciado denunciado para apresentação de defesa escrita no prazo de quinze (15) dias corridos, contados da intimação, no caso de admissibilidade da denúncia, assegurando-se o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa;

V - Emissão de parecer jurídico conclusivo sobre os fatos da denúncia e os elementos da defesa;

VI - Deliberação da Assembleia Geral, por maioria de votos, pela aplicação ou não da pena de exclusão, ou pela suspensão de que trata o § 1º do artigo anterior.

§ 1º - A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembleia Geral, exigido o mínimo de metade mais um dos votos, sem prejuízo da exigibilidade das obrigações já constituídas entre o consorciado apenado e o Consórcio Público.

§ 2º - Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto na legislação própria.

§ 3º - Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, e será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão.

CAPÍTULO XVIII DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 90 - Os Municípios consorciados autorizam a gestão associada dos serviços públicos de saúde mental na forma do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e deste Estatuto, os quais serão prestados conforme estes instrumentos ou conforme o contrato de programa.

Art. 91 - Para a consecução da gestão associada, os Municípios consorciados podem transferir ao Consórcio Público o exercício

das competências de planejamento, de gestão e/ou de execução dos serviços públicos.

Parágrafo Único - As competências cujo exercício poderá se transferir, incluem, dentre outras atividades:

I - A elaboração, a avaliação, a auditoria e o monitoramento de planos de trabalho, bem como de programas e seus respectivos orçamentos e especificações;

II - A elaboração de planos de investimentos para a expansão, a manutenção e a modernização dos sistemas e serviços em saúde;

III - A elaboração de planos de redução dos custos dos serviços em saúde;

IV - O acompanhamento e a avaliação das condições de prestação dos serviços em saúde;

V - O apoio à prestação dos serviços em saúde, destacando-se:
a) a aquisição, a guarda e a distribuição de materiais e medicamentos para a manutenção, a reposição, a expansão e a operação dos sistemas;
b) a manutenção de média e alta complexidade;
c) o controle de qualidade e monitoramento;
d) demais serviços de cunho administrativo e financeiro que se fizerem necessários.

Art. 92 - Fica o Consórcio Público autorizado a receber a transferência do exercício de outras competências referentes ao planejamento, a gestão e a execução de serviços públicos na área de saúde mental.

§ 1º - O Consórcio Público poderá conceder, permitir ou autorizar a particular a prestação dos serviços públicos objeto da gestão associada, seja em nome próprio, seja em nome de Entes consorciados, ficando também permitido estabelecer termo de parceria ou contrato de gestão que tenha por objeto quaisquer dos serviços sob regime de gestão associada.

§ 2º - Não será proibida a prestação de serviços públicos, objeto da gestão associada, pelo Consórcio Público através de administração indireta, desde que observado a aplicação da legislação de licitações e contratos administrativos.

Art. 93 - Será editada resolução específica para estabelecer normas complementares para o procedimento administrativo do Consórcio Público que tenha por objeto a elaboração de planos ou regulamentos de serviços públicos, bem como a atividade de fiscalização e exercício do poder disciplinar, hierárquico e de polícia.

CAPÍTULO XIX DO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 94 - Ao Consórcio Público somente é permitido comparecer a Contrato de Programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

§ 1º - O Consórcio Público também poderá celebrar Contrato de Programa com as Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração indireta dos Entes consorciados.

§ 2º - O disposto no "caput" deste artigo não prejudica que, nos Contratos de Programa celebrados pelo Consórcio Público, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

Art. 95 - São cláusulas necessárias do Contrato de Programa celebrado pelo Consórcio Público, observando-se necessariamente a legislação correspondente, as que estabeleçam:

I - O objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II - O modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III - Os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;

IV - Procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares, especialmente no que se refere aos subsídios cruzados;

V - Os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio Público, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

VI - Os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização dos serviços;

VII - A forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

VIII - As penalidades e sua forma de aplicação;

IX - Os casos de extinção;

X - Os bens reversíveis;

XI - Os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio Público relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;

XII - A obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio Público ao titular dos serviços;

XIII - A periodicidade em que o Consórcio Público deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XIV - O foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

§ 1º - No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - Os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II - As penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - O momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV - A indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - A identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e

administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - O procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas emergentes da prestação dos serviços.

§ 2º - Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do Município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio Público pelo período em que vigor o Contrato de Programa.

§ 3º - Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio Público para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

§ 4º - Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregue como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

§ 5º - A extinção do Contrato de Programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio Público, por razões de economia de escala ou de escopo.

§ 6º - O Contrato de Programa continuará vigente nos casos de:

I - O titular se retirar do Consórcio Público ou da gestão associada;

II - Extinção do Consórcio Público.

§ 7º - Os Contratos de Programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimento previstos na legislação.

CAPÍTULO XX DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 96 - A extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, autorizado ou ratificado mediante lei por todos os Entes consorciados.

§ 1º - Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, sendo que os demais bens, mediante deliberação da Assembléia Geral, serão alienados, se possível, e seus produtos rateados em cotas partes iguais aos consorciados.

§ 2º - Até que haja decisão que indique os responsáveis para cada obrigação, os Entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantidos o direito de regresso em face dos Entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º - Com a extinção, o pessoal cedido ao Consórcio Público retornará aos seus órgãos de origem.

Art. 97 - A alteração do Consórcio Público ou de seus instrumentos observará o procedimento estabelecido no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio, neste Estatuto e na legislação aplicável.

CAPÍTULO XXI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 98 - O CIAPS será regido pelo disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, por seu regulamento, pelo Contrato de Consórcio Público, por este Estatuto e pelas leis de ratificação do Protocolo

de Intenções que o precedeu, as quais se aplicam somente aos Entes federativos que as emanaram.

Parágrafo Único - Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos do CIAPS, observando-se que:

I - O Diário Oficial dos Municípios substitui a publicação impressa e será veiculado gratuitamente no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br;

II - A publicação atenderá os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil;

III - Os prazos, para todos os efeitos, serão contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios;

IV - Serão publicados no Diário Oficial dos Municípios todos os atos administrativos editados pelo Consórcio Público;

V - A Diretoria observará a necessidade de publicação também por outros meios, quando necessário para atendimento de disposição específica de lei.

Art. 99 - A interpretação do disposto neste Estatuto e no Contrato de Consórcio Público deverá ser compatível com o exposto no preâmbulo do Protocolo de Intenções, bem como, com os seguintes princípios:

I - Respeito à autonomia dos Entes Federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do Consórcio Público depende apenas da vontade de cada Ente federativo, sendo vedado que se ofereça incentivos para o ingresso;

II - Solidariedade, em razão da qual os Entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio Público;

III - Eletividade de todos os órgãos dirigentes do Consórcio Público;

IV - Transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de Ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do Consórcio Público;

V - Eficiência, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio Público tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

Art. 100 - O exercício fiscal coincidirá com o ano civil para efeitos de atendimento às normas de contabilização do Consórcio Público.

§ 1º - O Consórcio Público adotará a contabilidade pública, bem como executará a Prestação de Contas legalmente exigível.

§ 2º - Além do estabelecido em Lei e nos regulamentos, o Consórcio Público observará as regras editadas pela Secretaria do tesouro Nacional - STN e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC para recebimento, contabilização e aplicação de receitas, assunção, liquidação e pagamento de despesas, e Prestação de Contas.

Art. 101 - Este Estatuto e/ou suas alterações entrarão em vigor a partir da publicação na imprensa oficial, na forma legal.

Parágrafo Único - Este Estatuto será publicado no sítio da rede mundial de computadores - internet mantido pelo CIAPS e/ou pela

AMMVI, donde se poderá obter texto integral de todos os dispositivos que regem sua atuação.

Art. 102 - A Diretoria, mediante aplicação de índices oficiais, poderá corrigir monetariamente os valores previstos neste Estatuto de Consórcio Público.

Art. 103 - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, observando-se os princípios da legislação aplicável aos Consórcios Públicos e a Administração Pública em geral.

CAPÍTULO XXII DO FORO

Art. 104 - Para dirimir eventuais controvérsias do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público ou deste Estatuto e dos demais atos que destes originar, fica eleito o foro da Comarca de Ascurra, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Blumenau, SC, 21 de Outubro de 2014.

Nicanor Morro	Moacir Polidoro
Município de Apúna	Município de Ascurra

Paulo Roberto Weis	Luiz Cláudio Kades
Município de Rodeio	OAB/SC 17.692
	Assessor Jurídico - AMMVI/CIAPS

REGULAMENTO QUADRO PESSOAL CIAPS

RESOLUÇÃO Nº 02, de 21 de Outubro de 2014.

Estabelece o Regulamento do Quadro de Pessoal do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS; e Considerando-se as deliberações da Assembleia Geral do CIAPS, realizada nesta data (21 de Outubro do corrente) na cidade de Blumenau/SC;

Considerando-se as disposições gerais previstas nos instrumentos legais do Consórcio Público e a previsão da realização de Concurso Público para efetivação de quadro de pessoal em 2015, conforme previsão orçamentária/financeira 2015 aprovada para o CIAPS e que será objeto dos respectivos Contratos de Rateio a serem firmados com os Municípios;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído o Regulamento do Quadro de Pessoal do CIAPS, aprovado na Assembleia Geral Ordinária - AGO do dia 21 de Outubro de 2014, realizada nas dependências da Fundação Municipal de Desporto de Blumenau - FMD na cidade de Blumenau - SC, conforme anexo único, integrante desta Resolução.

Art. 2º - O Regulamento do Quadro de Pessoal, de que trata esta Resolução, entra em vigor na data de sua publicação.

Apiuna, SC, em 21 de Outubro de 2014.

Nicanor Morro Prefeito de Apiuna Presidente do CIAPS	Moacir Polidoro Prefeito de Ascurra
--	--

Paulo Roberto Weiss
Prefeito de Rodeio

Luiz Cláudio Kades
Assessor Jurídico da AMMVI /
CIAPS OAB/SC 17.692

Anexo Único - REGULAMENTO DO QUADRO DE PESSOAL DO CIAPS

TÍTULO I DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Este Regulamento dispõe sobre o Regime Jurídico e Previdenciário dos Servidores Públicos do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS, bem como disciplina os empregos públicos e demais direitos, deveres e disposições específicas aplicadas aos recursos humanos do Consórcio Público.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste regulamento, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo, emprego ou função pública.

Art. 2º - Emprego público é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a servidor, criado pelo Protocolo de Intenções e ratificado por lei, com denominação própria, em número certo e salário pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

§ 1º - Função pública é a atribuição ou conjunto de atribuições que se confere a cada categoria profissional ou individualmente a determinados servidores de serviços eventuais.

§ 2º - As funções permanentes do Consórcio Público devem ser desempenhadas por titulares de empregos públicos ou por servidores efetivos recebidos por cessão dos Municípios consorciados, e, as transitórias, por servidores designados, admitidos ou contratados precariamente.

Art. 3º - Os salários dos empregos públicos corresponderão aos valores básicos, fixados no Protocolo de Intenções e ratificados por lei.

§ 1º - O valor dos salários será alterado anual e uniformemente, através de Resolução da Diretoria do CIAPS, em face da Revisão Geral Anual.

§ 2º - Após deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

§ 3º - O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego, sendo que esta poderá ser aumentada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), com o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração.

§ 4º - É proibida a prestação de serviços gratuitos salvo os casos previstos em lei e/ou no Protocolo de Intenções e no Estatuto do Consórcio Público.

Art. 4º - Os empregos públicos são considerados efetivos ou em comissão.

§ 1º - Os empregos efetivos são aqueles cujo provimento se dá

em caráter permanente.

§ 2º - Os empregos em comissão são aqueles cujo provimento se dá em caráter provisório, destinado às funções de chefia, direção ou assessoramento e regidos pelos critérios de confiança dos superiores hierárquicos.

§ 3º - O aumento do número de vagas, o reajuste ou reenquadramento salarial e a criação de novos empregos públicos depende de prévia deliberação da Assembleia Geral, da alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto do Consórcio Público, de ratificação legislativa editada por todos os Entes consorciados e do aditamento ao Contrato de Consórcio, para posterior incorporação neste regulamento.

§ 4º - A contratação de profissionais para os empregos de que trata este regulamento, bem como a declaração de abertura de vagas e a autorização para início do processo de recrutamento para os empregos de provimento efetivo ou para as contratações temporárias, depende de prévia justificativa da necessidade, da demonstração da viabilidade financeira e da aprovação em Assembleia Geral.

Art. 5º - Quadro é o conjunto de empregos de carreira, empregos isolados, funções gratificadas e empregos em comissão integrantes da estrutura de pessoal do Consórcio Público.

CAPÍTULO II DO REGIME JURÍDICO

Art. 6º - Os servidores públicos ocupantes de emprego público efetivo ou em comissão terão suas relações de trabalho com o Consórcio Público disciplinado pelo Regime Jurídico Trabalhista ou da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

§ 1º - Aplica-se aos servidores submetidos a este regime jurídico as disposições legais da Consolidação das Leis do Trabalho aprovadas pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º/05/1943, e alterações posteriores, e as disposições próprias da Constituição Federal e deste Regulamento.

§ 2º - Os servidores efetivos dos Municípios consorciados recebidos em cessão pelo Consórcio Público, na forma deste regulamento, permanecerão no seu regime jurídico originário.

CAPÍTULO III DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

Art. 7º - Aplica-se aos servidores públicos do CIAPS o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, na forma da Constituição Federal e da legislação específica (Lei nº 8.213/91).

Parágrafo Único - Os servidores efetivos dos Municípios consorciados recebidos em cessão pelo Consórcio Público, na forma deste regulamento, permanecerão no seu regime previdenciário originário.

TÍTULO II DO PROVIMENTO, SUBSTITUIÇÃO E VACÂNCIA

CAPÍTULO I DO PROVIMENTO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º - São requisitos básicos para ingresso no Quadro Funcional do Consórcio Público:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - a quitação com as obrigações militares, se for o caso, e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego público, e/ou os requisitos especiais para o seu desempenho;

V - Idade mínima de 18 (dezoito) anos, completados até a data da posse;

VI - aptidão física e mental;

VII - possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), inclusive para eventual condução de veículos do CIAPS em deslocamentos a serviço, exceto se contratado na forma estabelecida no § 2º deste artigo.

§ 1º - As atribuições do emprego público podem justificar a exigência de outros requisitos, estabelecidos na forma deste Regulamento.

§ 2º - Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de emprego público cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, na forma estabelecida no Edital, para as quais serão reservadas até 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso.

Art. 9º - O provimento dos empregos públicos far-se-á por ato do Presidente do Consórcio Público, ou por preposto investido de tais prerrogativas.

§ 1º - São formas de provimento de empregos públicos:

I - nomeação ou contratação;

II - reversão; e

III - reintegração.

§ 2º - Os empregos em comissão serão providos exclusivamente por nomeação.

SEÇÃO II DA NOMEAÇÃO OU CONTRATAÇÃO

Subseção I Das Disposições Preliminares

Art. 10 - A nomeação far-se-á em comissão, inclusive na condição de interino, para empregos em comissão vagos.

§ 1º - Prescinde de concurso público a nomeação para emprego de provimento em comissão.

§ 2º - A nomeação do servidor público para emprego de provimento em comissão determina, no ato da posse, o seu afastamento do emprego público efetivo de que for titular.

§ 3º - A designação para exercício de função gratificada recairá, exclusivamente, em servidor efetivo.

§ 4º - O servidor ocupante de emprego em comissão poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro emprego de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles

durante o período de interinidade.

Art. 11 - A contratação, quando se tratar de provimento de emprego público efetivo, depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Parágrafo Único - A contratação para atender necessidade temporária de excepcional interesse público dependerá de prévia classificação em processo seletivo.

Subseção II Do Concurso Público

Art. 12 - Os concursos para a seleção de candidatos aos empregos públicos efetivos do CIAPS serão realizados quando a Diretoria julgar oportuno e reger-se-ão pelas normas contidas nesta Subseção.

Parágrafo Único - O Coordenador Executivo ou a Comissão Especial de que trata o artigo 16, mediante autorização do Presidente do Consórcio Público, poderá contratar instituição especializada ou confiar a uma instituição de ensino, a elaboração, aplicação e correção das provas.

Art. 13 - O concurso público será de provas (escrita e/ou prática) ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, desde que expressamente previsto no Edital, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento de "preço público" fixado neste regulamento, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

§ 1º - O concurso público terá validade de até dois anos, a contar da sua homologação, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Diretoria.

§ 2º - A aprovação em concurso não cria direito à nomeação e/ou contratação, mas esta, quando se der, respeitará a ordem de classificação dos candidatos.

Art. 14 - A abertura de concurso público se dará por edital, cujo extrato será publicado na imprensa local por 02 (duas) vezes, disponibilizado em site da internet e afixado em mural público de fácil acesso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias entre a última divulgação e a primeira etapa/prova a ser realizada, de que constem:

I - o número de vagas oferecidas, denominação dos empregos públicos e respectivos salários e/ou remuneração;

II - o tipo de concurso, se de provas (escrita e/ou prática) ou de provas e títulos, e, se for o caso, os títulos exigidos;

III - as condições para inscrição e provimento do emprego público;

IV - tipo, natureza e programa das provas;

V - a forma de julgamento das provas e dos títulos;

VI - os limites de pontos atribuíveis a cada prova e aos títulos;

VII - os critérios e os níveis de habilitação, classificação e desempate;

VIII - o prazo das inscrições;

IX - a forma de comprovação dos requisitos para a inscrição;

X - A época da:

- a) realização das provas, constando o dia, horário e local;
- b) publicação nominal das inscrições homologadas com o número da inscrição;
- c) publicação dos aprovados por ordem de classificação, constando o número da inscrição e o nome do candidato.

XI - o prazo de validade do concurso, que não excederá de dois anos, a contar de sua homologação, prorrogável por igual período.

§ 1º - O extrato do edital, de que trata o caput deste artigo, deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - denominação dos empregos públicos, número de vagas disponíveis, carga horária semanal e respectivos salários e/ou remuneração;

II - período e local das inscrições;

III - a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações relativas ao concurso.

§ 2º - Os prazos do edital poderão ser prorrogados a juízo da Comissão Especial, através de publicação no jornal em que se tenha divulgado o extrato do edital.

§ 3º - Os editais de concurso público do CIAPS serão subscritos pelo Presidente e/ou pelo Coordenador Executivo.

§ 4º - Será encaminhada cópia do edital de concurso público para conhecimento em todos os Entes consorciados mediante divulgação pelos meios regulamentares.

§ 5º - O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o Consórcio Público mantiver na rede mundial de computadores - internet - bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial e em jornal de circulação regional.

§ 6º - Nos quinze primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no parágrafo anterior, poderá ser apresentadas impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em sete dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão será publicada no sítio que o Consórcio Público manter na rede mundial de computadores - internet.

Art. 15 - Poderão candidatar-se aos empregos públicos do Quadro de Pessoal do Consórcio Público todos os cidadãos que atendam aos requisitos previstos no art. 8º deste regulamento, sendo exigida comprovação no ato da posse.

§ 1º - As inscrições dos candidatos serão efetuadas pela Comissão Especial e/ou por quem ela designar, no horário e dentro dos prazos fixados no edital do concurso.

§ 2º - O pedido de inscrição deverá ser preenchido sem emendas ou rasuras pelo próprio candidato, em formulário especial fornecido pela Comissão Especial e/ou disponibilizado na internet.

§ 3º - Cada candidato não poderá se inscrever para mais de um emprego público em cada Concurso, e as provas deverão ser realizadas simultaneamente para todos os empregos oferecidos.

§ 4º - No ato da inscrição, o candidato receberá um cartão de identificação, sem a apresentação do qual não lhe será permitido fazer as provas.

§ 5º - Não será permitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, devendo todos os documentos serem apresentados por ocasião do preenchimento da ficha de inscrição, se for o caso.

§ 6º - Os requisitos relativos à escolaridade e/ou formação técnica ou profissional, a inscrição na entidade profissional competente e os demais requisitos ou habilitações exigidas, deverão ser comprovados no ato da posse, sob pena de revogação do ato de provimento e desclassificação do candidato, além da convocação do sucessor imediato na ordem de classificação, para assunção da vaga.

§ 7º - A declaração falsa ou inexata de dados constantes da ficha de inscrição, bem como a apresentação de documentos falsos ou graciosos, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos decorrentes.

§ 8º - O pedido de inscrição implicará no conhecimento e na aceitação de todas as disposições deste regulamento e do respectivo edital.

§ 9º - A inscrição em concurso será feita pelo próprio candidato ou por procurador, com poderes especiais legalmente investidos.

Art. 16 - Para coordenar todas as etapas do concurso público, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, a autoridade competente designará Comissão Especial composta de 03 (três) servidores do CIAPS, facultada, em caso de necessidade, a designação de servidores efetivos de qualquer um dos Entes Consorciados.

§ 1º - Dos servidores mencionados no "caput" deste artigo, dois (2) deverão ser ocupantes de emprego de carreira e de hierarquia superior ou igual a do emprego a ser preenchido e um (1) será indicado pelo sindicato de classe com jurisdição no Município sede do Consórcio Público.

§ 2º - A Comissão Especial deverá fiscalizar a duplicação das provas, se for o caso, tomando as medidas necessárias à manutenção do sigilo.

§ 3º - A Comissão Especial poderá, a seu critério e justificadamente, antes da homologação final, suspender, alterar, anular ou cancelar o concurso, não assistindo aos candidatos o direito à indenização.

§ 4º - Os casos omissos no edital serão resolvidos pela Comissão Especial.

Art. 17 - Na hipótese prevista no parágrafo único do artigo 12 deste regulamento, a instituição deverá indicar três membros de seu quadro de colaboradores para constituir Comissão Técnica que se responsabilizará pela elaboração, aplicação e correção das provas, bem como pelo assessoramento no julgamento de eventuais recursos relacionados às provas.

Parágrafo Único - A Comissão Técnica poderá ser auxiliada por funcionários efetivos do CIAPS ou de qualquer um dos Entes Consorciados, na qualidade de fiscais de prova.

Art. 18 - As provas deverão conter questões objetivas e de aplicação prática no desempenho do emprego público a que se refere o concurso.

§ 1º - Todas as provas são de caráter eliminatório.

§ 2º - A cada matéria corresponde uma prova em separado.

§ 3º - Cada membro da Comissão Especial ou Técnica corrigirá as provas e todos eles atribuirão graus a elas.

§ 4º - Tendo sido elaboradas por entidade especializada, as provas serão enviadas a esta entidade para a correção ou serão corrigidas

por pessoas especialmente designadas, sob a fiscalização da Comissão Especial.

§ 5º - As provas serão avaliadas de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, observando-se o critério de escore bruto, e terão caráter eliminatório e classificatório.

§ 6º - O grau de cada prova será a média aritmética dos graus atribuídos pelos examinadores, em conformidade com o Edital.

§ 7º - O Edital de Concurso Público fixará, em sendo o caso, a nota mínima a ser atingida em cada prova e a nota mínima geral a ser atingida no concurso para fins de eliminação e/ou classificação de candidato.

§ 8º - Cada matéria terá um peso próprio, estabelecido no edital, o qual possibilitará a determinação da média ponderada e, consequentemente, a aprovação ou reprovação do candidato.

Art. 19 - As provas serão realizadas em dia, hora e local conforme previsão estabelecida no Edital.

§ 1º - Os candidatos deverão estar no local, com antecedência mínima de vinte (20) minutos, portando obrigatoriamente o original da Carteira de Identidade, Cartão de Identificação e caneta esferográfica azul ou preta, se for o caso.

§ 2º - O candidato que se recusar a fazer qualquer prova ou que se retirar do recinto durante a realização de qualquer delas, sem autorização da Comissão Especial e/ou Técnica, ficará automaticamente eliminado do concurso.

§ 3º - Não haverá segunda chamada para nenhuma prova, eliminando-se o candidato faltoso.

§ 4º - Durante a realização das provas, não será permitido ao candidato, sob pena de exclusão do concurso:

I - comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao concurso, bem como consultar livros ou apontamentos, bem como qualquer equipamento eletrônico, salvo as fontes informativas que forem autorizadas pelo Edital ou pela Comissão Especial ou Técnica.

II - ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais, na companhia de fiscal.

Art. 20 - Expirado o prazo para solução das questões, as provas serão recolhidas e desidentificadas pelo órgão encarregado do concurso, sendo entregues incontinenti à Comissão Especial ou Técnica, que terá prazo de 05 (cinco) dias para correção das mesmas.

Parágrafo único - Tendo sido elaboradas por entidade especializada, as provas serão enviadas a esta entidade para a correção ou serão corrigidas por pessoas especialmente designadas, sob a fiscalização da Comissão Especial.

Art. 21 - A identificação das provas será feita pelo órgão encarregado do concurso em ato público, na presença da Comissão Especial e a divulgação dos resultados será feita imediatamente após, sendo obrigatória sua posterior publicação no órgão de imprensa oficial.

§ 1º - Não será permitido qualquer tipo de identificação nas provas que possibilite aos examinadores a identificação dos candidatos.

§ 2º - Será dada vista das provas aos interessados, dois dias úteis após o término do concurso, no local em que se encontrem.

Art. 22 - Tratando-se de prova de títulos, a Comissão selecionará aqueles que atendam às exigências do edital ou que com elas guardem relação, atribuindo graus a eles na forma estabelecida, e rejeitará os demais.

Art. 23 - O local de prova será fiscalizado por elementos designados pela Comissão Especial, vedado o ingresso de pessoas estranhas.

Art. 24 - Terminadas as avaliações das provas e dos títulos, serão divulgadas as notas por prova e a média final de cada candidato.

Art. 25 - No prazo de 02 (dois) dias a contar da publicação referida no artigo anterior, o candidato poderá requerer revisão fundamentada da nota atribuída às provas e dos pontos atribuídos aos títulos.

Parágrafo Único - Feita a revisão, será publicado com todas as eventuais alterações, o resultado final do concurso.

Art. 26 - Quando, na realização do concurso, ocorrer irregularidade insanável ou preterição de formalidade substancial que possa afetar o seu resultado, qualquer candidato poderá recorrer ao Presidente do Consórcio Público que, mediante decisão fundamentada, proferida no prazo máximo de 10 (dez) dias, poderá anular o concurso, parcial ou totalmente, promovendo a apuração de responsabilidade dos culpados.

Parágrafo Único - O recurso previsto neste artigo poderá ser interposto até 03 (três) dias após a publicação do resultado final do concurso.

Art. 27 - Compete ao Presidente do Consórcio Público, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da publicação do resultado final, a homologação do concurso, à vista do relatório apresentado pela Comissão Especial.

Art. 28 - Terá preferência para a contratação, em caso de empate na classificação, sucessivamente, o candidato:

I - que tiver obtido melhor grau na matéria de peso mais elevado, estabelecida no edital.

II - que tiver maior idade, considerando-se a data de nascimento.

III - que tiver maior número de dependentes, observada a legislação previdenciária.

§ 1º - Os critérios de desempate de que trata este artigo será aplicado sucessivamente na ordem dos incisos anteriores, prevalecendo o critério do inciso I sobre o do inciso II e o deste sobre aquele do Inciso III, sucessivamente.

§ 2º - Após a aplicação dos critérios acima, se persistir o empate de candidatos, decidir-se-á a favor daquele que tenha maior número de dependentes.

Art. 29 - Aos candidatos serão assegurados amplos meios de recursos, nas fases de homologação das inscrições, publicações de resultados parciais ou globais, homologação do concurso e contratação de candidatos.

§ 1º - Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão Especial.

§ 2º - Dos recursos deverá constar à justificativa do pedido, em que se apresente sua razão, sendo, liminarmente, indeferidos os que não contenham fatos novos ou que se baseiam em razões subjetivas.

§ 3º - Interposto o recurso, o candidato poderá participar condicionalmente das provas que se realizarem, e no caso de não provimento do recurso, as provas serão anuladas e desconsideradas.

§ 4º - Os recursos deste artigo poderão ser interpostos até 2 (dois) dias após o cumprimento de cada fase.

Art. 30 - Os pedidos de revisões de provas serão dirigidos à Comissão Especial, circunstancialmente fundamentados e instruídos com comprovante do pagamento do preço público recursal, cabendo a esta decidir sobre eles.

§ 1º - O prazo para o pedido de revisão das provas e títulos previsto neste artigo é de 2 (dois) dias após a publicação da média final.

§ 2º - Feita a revisão será publicado, com todas as eventuais alterações, o resultado final do concurso.

Art. 31 - Fica instituído preço público para inscrição em Concurso Público do CIAPS, destinado a remunerar o custo do serviço para elaboração, aplicação, julgamento e avaliação das provas escritas e/ou práticas, o qual constará do instrumento convocatório, nos seguintes valores:

I - R\$ 60,00 (sessenta reais) para os empregos que exigem nível superior; e

II - R\$ 40,00 (quarenta reais) para os empregos que exigem nível médio.

§ 1º - Ficam isentos do pagamento do preço público para inscrição em Concurso Público os candidatos doadores de sangue, atendidas as condições estabelecidas nos parágrafos seguintes.

§ 2º - Considera-se, para enquadramento ao benefício previsto no parágrafo anterior, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

§ 3º - A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição.

§ 4º - O documento previsto no parágrafo anterior, deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital do concurso no qual o doador pretenda inscrever-se.

§ 5º - Os valores previstos nos incisos I e II do caput deste artigo serão atualizados anualmente pelo mesmo percentual aplicado na revisão geral das remunerações, ou seja, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

Art. 32 - Fica instituído preço público para recurso de revisão de provas em Concurso Público do CIAPS, destinado a remunerar o custo do serviço para revisão das provas escritas e/ou práticas, o qual constará do instrumento convocatório, em valores correspondentes a 50% (cinquenta por cento) daquele estabelecido no "caput" do artigo anterior para a inscrição do candidato.

Parágrafo Único - O pagamento do preço público para recurso de revisão de provas é condição indispensável para conhecimento do recurso, ficando a cargo do recorrente seu recolhimento antes do protocolo do recurso, bem como sua comprovação junto às razões de recurso.

Subseção III Da Posse e do Exercício

Art. 33 - Posse é a investidura no emprego publico, e se dá com a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades e direitos inerentes ao emprego público efetivo ou em comissão, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

§ 1º - A posse ocorrerá no prazo de quinze (15) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais quinze (15) dias, a requerimento do interessado.

§ 2º - Em se tratando de servidor já integrante do quadro de pessoal do Consórcio Público ou de Município consorciado em outro emprego público ou cargo e que esteja em gozo de licença ou em qualquer outro afastamento legal, o prazo será contado do término do impedimento.

§ 3º - Só haverá posse nos casos de provimento de emprego público por nomeação ou contratação efetiva.

§ 4º - A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

§ 5º - No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, no caso de emprego público em comissão, e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, ou da condição de aposentado por qualquer regime previdenciário.

§ 6º - Tornar-se-á, automaticamente, sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo.

Art. 34 - A posse em emprego público efetivo dependerá de prévia inspeção por junta médica oficial ou médico assistente.

§ 1º - Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente, para o exercício do emprego publico, e tiver cumprido os demais requisitos estabelecidos em lei ou regulamento.

§ 2º - Compete a Diretoria dar posse ao empregado efetivo, bem como proporcionar treinamento e fiscalizar o exercício funcional dos integrantes do quadro de pessoal, zelando pela pontualidade, assiduidade e eficiência dos empregados e colaboradores do Consórcio Público.

Art. 35 - Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do emprego público ou da função de confiança.

§ 1º - O exercício das funções do emprego público terá início dentro de até cinco (5) dias, contados da data:

I - da publicação oficial do ato, no caso de reintegração ou aproveitamento;

II - da posse nos demais casos.

§ 2º - Será tornado sem efeito o ato de provimento se não ocorrerem a posse e o exercício nos prazos previstos neste Regulamento.

Art. 36 - O início, a interrupção e o reinício do exercício, serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo Único - Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao assentamento individual.

Art. 37 - O exercício de emprego em comissão ou função de

confiança exigirá do seu ocupante dedicação integral ao serviço, tendo que cumprir sua jornada regular de trabalho e podendo ser convocado fora dela sempre que houver interesse do Consórcio Público.

Subseção IV Do Contrato de Experiência e da Avaliação de Desempenho

Art. 38 - Ao entrar em exercício, o servidor contratado para emprego de provimento efetivo será submetido a contrato de experiência, por noventa dias, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação especial para o desempenho das funções do emprego público, observados os seguintes fatores:

I - assiduidade;

II - pontualidade;

III - disciplina;

IV - capacidade de iniciativa;

V - produtividade e qualidade de trabalho;

VI - responsabilidade; e

VII - eficiência.

§ 1º - A avaliação especial de desempenho para fins de acompanhamento do contrato de experiência se processará antes do término do prazo deste.

§ 2º - O afastamento do exercício do emprego efetivo não suspende o prazo do contrato de experiência, exceto nos casos previstos em Lei.

Art. 39 - A avaliação dos servidores em contrato de experiência será realizada pelo Coordenador Executivo do Consórcio Público, apurando-se o preenchimento, pelo avaliado, dos fatores mencionados no artigo anterior.

§ 1º - De posse da avaliação, o órgão de pessoal emitirá parecer concluindo a favor ou contra a confirmação do servidor em experiência, conforme alcance ou não a pontuação mínima de 70% (setenta por cento) do total possível.

§ 2º - Se o parecer for contrário à permanência do servidor, lhe será dado conhecimento deste, para efeito de apresentação de defesa escrita, no prazo de dois (02) dias.

§ 3º - O órgão de pessoal encaminhará o parecer e a defesa ao Presidente do Consórcio Público, que decidirá pela exoneração ou manutenção do servidor.

§ 4º - Se o Presidente considerar aconselhável a exoneração pelo término do contrato será comunicado ao servidor quando do último dia de serviço; caso contrário, o contrato do servidor passará a vigor por prazo indeterminado, ao final do prazo de experiência, sem prejuízo da manutenção de um sistema de avaliação periódica de desempenho.

§ 5º - A apuração dos requisitos mencionados no "caput" deste artigo deverá processar-se de modo que a exoneração, se houver, seja feita quando findo o período de experiência.

Subseção V Da Inexistência de Estabilidade

Art. 40 - O servidor habilitado em concurso público e empossado

em emprego de provimento efetivo, sob este regime, não adquirirá estabilidade no serviço público, contudo sua exoneração, por iniciativa do Consórcio Público, deverá ser justificada, sem prejuízos das indenizações estabelecidas em lei acaso se processe antes ou posteriormente ao término do período de contrato de experiência.

§ 1º - A exoneração ou demissão de empregados públicos dependerá de ato administrativo da Diretoria, motivado no caso de dispensa por iniciativa do Consórcio Público, observada as demais formalidades legais.

§ 2º - O servidor será demitido:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - por justa causa, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º - O servidor poderá ser exonerado nas hipóteses previstas em Lei e/ou neste regulamento, inclusive por desempenho insuficiente, após procedimento de avaliação periódica de desempenho, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Subseção VI Da Reabilitação Profissional e da Readaptação Funcional

Art. 41 - Observada a legislação trabalhista e previdenciária, o servidor poderá sofrer reabilitação profissional e readaptação funcional.

§ 1º - Readaptação funcional é a investidura do servidor em funções de outro emprego público, cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a qualificação funcional e com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção por junta médica oficial.

§ 2º - A readaptação decorrerá de processo de reabilitação profissional, de responsabilidade da Previdência Social. Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado, na forma da Lei.

§ 3º - Em qualquer hipótese, a readaptação não poderá acarretar mudança de emprego público, aumento ou redução do salário do servidor.

SEÇÃO III DA REVERSÃO

Art. 42 - Reversão é:

I - o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

II - o retorno do servidor readaptado ao desempenho das funções do emprego público efetivo, quando atestada a plena recuperação da capacidade laborativa para tais atividades.

§ 1º - A reversão de que trata o Inciso I do caput deste artigo far-se-á no mesmo emprego público anteriormente ocupado, ou naquele resultante de sua transformação.

§ 2º - Encontrando-se provido o emprego público, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

§ 3º - Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado setenta (70) anos de idade.

SEÇÃO IV DA REINTEGRAÇÃO

Art. 43 - Reintegração é a reinvestidura do servidor no emprego público anteriormente ocupado ou naquele resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, se for o caso.

§ 1º - Encontrando-se provido todas as vagas do emprego público o ocupante da última vaga será reconduzido ao eventual emprego público de origem, caso tenha se exonerado de outro emprego junto ao Consórcio Público para assunção deste último ocupado, sem direito a indenização, ou exonerado sem justa causa, com pagamento das indenizações de lei.

§ 2º - Na hipótese de o emprego público originário ter sido extinto, o servidor beneficiado pela reintegração será exonerado, com pagamento das indenizações de lei.

CAPÍTULO II DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 44 - Em caso excepcional, atendida a conveniência do serviço, o titular de emprego de direção, chefia ou assessoramento poderá ser nomeado ou designado, cumulativamente, para outro emprego da mesma natureza, até que se verifique a nomeação, designação ou reassunção do titular, e, nesse caso, só perceberá a remuneração correspondente a um emprego, cabendo ao servidor a opção.

Parágrafo Único - A reassunção ou vacância do emprego faz cessar, de pronto, os efeitos da substituição.

CAPÍTULO III DA VACÂNCIA

Art. 45 - A vacância do emprego público decorrerá de:

I - rescisão ou extinção do contrato temporário;

II - exoneração;

III - demissão;

IV - falecimento.

§ 1º - A demissão será aplicada ao servidor, por justa causa, a bem do serviço público, em virtude de processo administrativo disciplinar ou sentença judicial transitada em julgado.

§ 2º - A exoneração de emprego público efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou de ofício.

§ 3º - A exoneração de ofício dar-se-á:

I - quando não satisfeitas às condições do contrato de experiência;

II - quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido;

III - por insuficiência de desempenho, aferida em avaliação periódica.

§ 4º - A exoneração de emprego em comissão e a dispensa de função de confiança dar-se-á:

I - a juízo da autoridade competente; ou

II - a pedido do próprio servidor.

TÍTULO III DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPÍTULO I DO SALÁRIO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 46 - Salário é a retribuição pecuniária pelo exercício do emprego público, com valor fixado no Protocolo de Intenções do Consórcio Público e ratificado por lei dos Municípios consorciados.

§ 1º - O valor dos salários será alterado uniformemente, através de Resolução da Diretoria do CIAPS, no mês de janeiro de cada ano, após deliberação da Assembleia Geral do Consórcio Público, em face da Revisão Geral Anual, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

§ 2º - Remuneração é o salário do emprego público, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas neste regulamento ou em lei.

§ 3º - O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego.

§ 4º - A carga horária regular do emprego público poderá ser aumentada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), de comum acordo e mediante Resolução, com o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração.

§ 5º - Os descontos autorizados e as consignações em folha de pagamento não poderão ser superiores a trinta por cento (30%) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

§ 6º - O salário do emprego público efetivo acrescido das vantagens de caráter permanente é irredutível.

§ 7º - As reposições e indenizações ao erário, em valores atualizados, tornar-se-ão objeto de desconto, em parcelas mensais não excedentes da décima parte da remuneração.

§ 8º - Os prejuízos causados pelo servidor aos bens públicos ou as multas de trânsito recebidas no uso de veículos do Consórcio Público serão de responsabilidade do servidor o qual se incumbirá de seu pagamento integral, e acaso arcadas pelo CIAPS no interesse de seus serviços deverão ser objeto de reposição ou indenização ao erário na forma do parágrafo anterior.

§ 9º - O servidor em débito com o erário, que se exonerar ou que for demitido, terá o prazo de sessenta (60) dias para quitar o débito, sob pena de cobrança judicial.

Art. 47 - Perderá o salário ou remuneração do emprego público efetivo o servidor:

I - quando no exercício de emprego ou cargo em comissão;

II - quando no exercício de mandato eletivo, ressalvado o de Vereador, havendo compatibilidade de horário.

Parágrafo Único - Nos casos mencionados no caput deste artigo, quando exercidos na área de atuação do Consórcio Público, o servidor poderá optar pela remuneração do emprego público efetivo de que for titular, sem ônus para o CIAPS.

Art. 48 - O servidor perderá:

I - a remuneração correspondente a carga horária não cumprida por atraso e/ou saída antecipada durante o mês, salvo se autorizada sua compensação;

II - a remuneração do dia e o repouso remunerado imediatamente posterior, se não comparecer ao serviço, salvo motivo justificado;

III - a remuneração do emprego público durante o afastamento por motivo de gozo de benefício previdenciário por doença ou acidente, pagos pela Previdência Social;

IV - a remuneração total durante o afastamento por motivo de prisão criminal ou civil, e/ou cumprimento de pena judicial que não determine a demissão.

CAPÍTULO II DAS VANTAGENS

Art. 49 - Além do salário, poderá ser pago ao empregado as seguintes vantagens:

I - indenizações;

II - auxílios pecuniários;

III - gratificações;

IV - adicionais.

§ 1º - As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao salário para qualquer efeito.

§ 2º - As gratificações e os adicionais integram a remuneração do empregado, nos casos e condições indicados em Lei, no Estatuto do Consórcio Público ou neste regulamento, devendo ser nominalmente identificado e destacado.

§ 3º - As vantagens pecuniárias não serão acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

§ 4º - Os adicionais e gratificações devidos aos empregados em razão do exercício do emprego serão calculadas na forma da lei ou deste regulamento, atendendo as situações específicas de sua aplicabilidade e incidirão sempre tão somente sobre o salário atribuído ao empregado.

SEÇÃO I DAS INDENIZAÇÕES

Art. 50 - Conceder-se-á:

I - Indenização de transporte ao empregado que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, devidamente autorizado pela Diretoria do Consórcio Público, observado o limite de ¼ do valor do litro do combustível gasolina, por quilometro;

II - Adiantamento de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana;

III - Vale transporte ao empregado que necessitar de transporte público para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa;

IV - Auxílio alimentação para ressarcimento de despesas com alimentação do próprio empregado.

§ 1º - Na hipótese do empregado receber adiantamento de viagem e não realizar o deslocamento, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-lo integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar em prazo menor que o previsto, restituirá os valores recebidos em excesso, no mesmo prazo.

§ 2º - Os adiantamentos de viagem serão requeridos de forma não cumulativa e em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

§ 3º - Aplica-se o disposto nesta subseção, e seus regulamentos, aos servidores públicos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou paraestatal, e aos contratados temporariamente.

Art. 51 - Será concedido vale transporte na forma da legislação federal específica ao empregado que necessitar para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa.

§ 1º - Todos servidor deverá preencher declaração contendo seu endereço residencial e as linhas de transporte coletivo utilizadas para o deslocamento previsto neste artigo, possibilitando-se a aquisição, fornecimento e controle do vale transporte, ou declarar expressamente sua renúncia ao benefício.

§ 2º - Qualquer alteração nas informações prestadas na forma do parágrafo anterior, devem ser comunicadas imediata e formalmente ao Consórcio Público, sob pena de responsabilidade.

Art. 52 - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas no Estatuto do Consórcio Público e neste regulamento será concedido aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, no valor diário de R\$ 13,80 (treze reais e oitenta centavos).

§ 1º - Para fins de concessão do auxílio previsto neste artigo, será considerado vinte (20) dias úteis para cada mês, de forma que o valor máximo a ser pago será de R\$ 276,00 (duzentos e setenta e seis reais) mensais.

§ 2º - O valor do auxílio alimentação será reajustado na mesma data da revisão geral anual das remunerações dos empregados do Consórcio Público, respeitando-se o valor máximo diário estabelecido pelo Estatuto do CIAPS.

§ 3º - O valor do auxílio alimentação mensal será proporcional no caso de empregado que cumpra jornada de trabalho inferior àquela estabelecida regularmente para o emprego público de que seja titular.

§ 4º - Será deduzido do auxílio alimentação mensal, mediante redução proporcional no valor do auxílio do mês posterior:

I - o(s) dia(s) em que o empregado faltar injustificadamente ao trabalho (art. 48, II) ou estiver suspenso disciplinarmente;

II - o(s) dia(s) em que o empregado faltar ao trabalho por motivo de prisão criminal ou civil.

§ 5º - O auxílio alimentação será concedido através de cartão eletrônico, recarregável mensalmente, para ressarcimento de despesas com alimentação, e terá caráter indenizatório, não sendo considerado como verba salarial para quaisquer efeitos.

§ 6º - O empregado não terá direito ao auxílio alimentação durante o período que estiver afastado do emprego público por:

I - licença sem remuneração;

II - licença para atividade política;

III - motivo de gozo de benefício previdenciário por doença ou acidente, pagos pela Previdência Social;

IV - motivo de prisão criminal ou civil, e/ou cumprimento de pena judicial que não determine a demissão.

§ 7º - O Consórcio Público deverá se inscrever no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT do Ministério do Trabalho para manutenção do presente benefício, bem como poderá, mediante resolução, estabelecer participação dos empregados no custeio do auxílio alimentação, nos limites da Lei.

SEÇÃO II DAS GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS

Art. 53 - Além do salário e das demais vantagens previstas em lei, no Estatuto do Consórcio Público ou neste regulamento, poderá ser deferido aos empregados as seguintes gratificações e adicionais:

I - gratificação natalina, na forma estabelecida em Lei;

II - gratificação complementar, na forma estabelecida no § 5º do artigo 41 do Estatuto do Consórcio Público;

III - adicional por serviço extraordinário, na forma da Lei;

IV - adicional de férias, na forma da Lei;

V - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso, na forma da Lei;

VI - adicional noturno, na forma da Lei;

VII - adicional por qualificação.

Parágrafo Único - O adicional por qualificação será disciplinado no Capítulo dedicado ao desenvolvimento funcional (art. 98), neste regulamento.

Subseção I Da Gratificação Natalina

Art. 54 - A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano e beneficiará a todos os empregados do Consórcio Público.

§ 1º - A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será considerada como mês integral para os efeitos deste artigo.

§ 2º - A gratificação será paga até o dia 20 (vinte) de dezembro de cada ano, compensada a importância que, a título de adiantamento, o empregado houver recebido.

§ 3º - Entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano, o Consórcio Público pagará, como adiantamento da gratificação, de uma só vez, metade do salário recebido pelo respectivo empregado no mês anterior.

§ 4º - O Consórcio Público não estará obrigado a pagar o adiantamento, no mesmo mês, a todos os seus empregados.

§ 5º - O adiantamento será pago ao ensejo das férias do empregado, sempre que este o requerer no mês de janeiro do correspondente ano.

§ 6º - Ocorrendo a extinção do contrato de trabalho antes do pagamento de que trata o § 2º deste artigo, o Consórcio Público poderá compensar o adiantamento mencionado com a gratificação devida, e, se não bastar, com outro crédito de natureza trabalhista que possua o respectivo empregado.

§ 7º - As contribuições devidas à Previdência Social, que incidem sobre a gratificação salarial referida neste artigo, ficam sujeitas ao limite estabelecido na legislação da Previdência Social.

§ 8º - A gratificação será proporcional:

I - na extinção dos contratos a prazo, entre estes os de experiência, ainda que a relação de emprego haja findado antes de dezembro; e

II - na cessação da relação de emprego, ainda que verificada antes de dezembro.

§ 9º - As faltas legais e justificadas ao serviço não serão deduzidas para os fins previstos neste artigo.

§ 10 - Ocorrendo rescisão, sem justa causa, do contrato de trabalho, o empregado receberá a gratificação devida nos termos deste artigo, calculada sobre a remuneração do mês da rescisão.

Subseção II Da Gratificação Complementar

Art. 55 - Os servidores efetivos recebidos em cessão, na forma do Estatuto do Consórcio Público, permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, com remuneração paga pelo órgão cedente, podendo, a critério da Assembleia Geral a através de resolução, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da remuneração de mercado para função que venham a desempenhar no CIAPS, no percentual de até 100% (cem por cento) de sua remuneração mensal do órgão de origem.

§ 1º - O pagamento de gratificação complementar na forma prevista no caput deste artigo, não configura vínculo novo do servidor cedido, para fins trabalhistas, contudo o CIAPS efetuará a retenção e recolherá os encargos tributários correspondentes, se for o caso.

§ 2º - O valor da gratificação complementar de que trata este artigo poderá ser reduzido nos casos em que sua aplicação integral acarrete o pagamento de remuneração superior ao valor do salário estabelecido para o emprego de Coordenador Executivo.

Subseção III Do Adicional por Serviço Extraordinário

Art. 56 - O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho do servidor.

§ 1º - Serão permitidos serviços extraordinários somente para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada.

§ 2º - A contagem de horas extras do servidor em pernoite fora da sede a serviço deverá ocorrer reduzindo-se o tempo mínimo de oito horas de descanso.

§ 3º - O serviço extraordinário prestado pelo servidor integrará, pela média do valor dos serviços realizados, nos respectivos períodos aquisitivos, o cálculo da gratificação natalina e das férias relativas ao emprego público de que for titular.

Subseção IV Do Adicional de Férias

Art. 57 - Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, adicional de um terço da remuneração correspondente ao período de férias.

Subseção V Do Adicional pelo Trabalho Insalubre ou Perigoso

Art. 58 - Os servidores efetivos ou temporários que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, perceberão adicionais de insalubridade ou de periculosidade, nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes aos trabalhadores em geral, calculados sobre o salário mínimo.

§ 1º - O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles.

§ 2º - O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos de deram causa a sua concessão.

§ 3º - A concessão do adicional pelo exercício de atividade em condições insalubres ou perigosas far-se-á em obediência às situações estabelecidas na legislação específica.

Subseção VI Do Adicional Noturno

Art. 59 - O adicional devido ao servidor efetivo ou temporário, pelo serviço noturno, prestado no horário entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, corresponderá ao valor-hora acrescido de 20% (vinte por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

CAPÍTULO III DAS FÉRIAS

Art. 60 - O servidor fará jus a trinta dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.

§ 1º - Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos doze meses de exercício.

§ 2º - É vedado levar a conta de férias qualquer falta ao serviço.

§ 3º O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período, podendo ser parcial, a pedido do servidor.

§ 4º - Na exoneração do servidor será devida à remuneração simples ou em dobro, conforme o caso, correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido, e a indenização será calculada com base na remuneração do mês em que ocorreu a exoneração ou a aposentadoria.

§ 5º - É facultado ao servidor converter 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário, desde que requeira com, pelo menos, quinze dias de antecedência do seu início.

§ 6º - No cálculo do abono pecuniário será considerado o valor do adicional de férias previsto no artigo 57.

§ 7º - As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri,

serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

Art. 61 - O servidor terá direito a férias na seguinte proporção:

I - 30 (trinta) dias corridos quando não houver faltado ao serviço mais de cinco dias;

II - 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) à 14 (quatorze) faltas;

III - 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) à 23 (vinte e três) faltas;

IV - 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) à 32 (trinta e duas) faltas.

§ 1º - No cálculo das férias, será considerado o período aquisitivo.

§ 2º - O período de férias será computado, para todos os efeitos, como tempo de serviço.

§ 3º - As faltas de que trata este artigo, são as injustificadas.

Art. 62 - Não terá direito a férias o servidor que no curso do período aquisitivo:

I - permanecer em gozo de licença, com percepção de remuneração ainda que parcial, por mais de 30 (trinta) dias.

II - tiver percebido da Previdência Social benefício de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 (seis) meses, embora descontínuos.

§ 1º - A interrupção de prestação de serviços deverá ser anotada na ficha prontuário do servidor.

§ 2º - Iniciar-se-á o decurso de novo período aquisitivo quando o servidor, após o implemento de qualquer das condições previstas neste artigo, retornar ao serviço.

Art. 63 - As férias serão concedidas pela autoridade competente, a requerimento do servidor, em época que melhor consulte aos interesses do Consórcio Público, e nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o servidor tiver adquirido o direito.

§ 1º - É facultado a autoridade competente conceder as férias em mais de um período.

§ 2º - Os membros de uma mesma família terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim desejarem.

§ 3º - O servidor estudante terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.

§ 4º - As férias concedidas após o vencimento de dois períodos aquisitivos serão pagas em dobro com todos os adicionais, inclusive o de férias.

§ 5º - É facultado a autoridade competente conceder férias coletivas, desde que mantido os serviços essenciais.

§ 6º - No caso do parágrafo anterior, ao servidor que não tiver um período completo as férias serão proporcionais iniciando-se então, novo período aquisitivo.

Art. 64 - Os adicionais por trabalho extraordinário, noturno, insalubre ou perigoso, serão computados na remuneração que servirá de base de cálculo das férias.

§ 1º - Se, no momento das férias, o servidor não estiver percebendo as mesmas vantagens do período aquisitivo, ou quando o valor deste não tiver sido uniforme, será computada a média duodecimal recebida naquele período, após a atualização das importâncias a pagar, mediante incidência dos percentuais dos reajustamentos de salários supervenientes.

§ 2º - No cálculo das férias, não serão levados em consideração às indenizações e auxílios pecuniários.

Art. 65 - No caso de término de contrato ou exoneração, o servidor terá direito a remuneração relativa ao período incompleto de férias, observado o disposto nos artigos anteriores deste Capítulo, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de exercício ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

Parágrafo Único - Em caso de término de contrato, exoneração ou demissão o servidor terá direito às férias vencidas e as proporcionais, esta última ainda que não tiver completado 12 (doze) meses de exercício no emprego público.

CAPÍTULO IV DAS LICENÇAS E AFASTAMENTOS

SEÇÃO I DAS LICENÇAS

Art. 66 - Conceder-se-á licença ao servidor:

I - para serviço militar obrigatório;

II - para atividade política.

Art. 67 - Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação específica.

Parágrafo Único - Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do emprego público de for titular.

Art. 68 - O servidor efetivo ou temporário terá direito a licença, sem remuneração, durante período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º - O servidor candidato a cargo eletivo na área de atuação do Consórcio Público, onde desempenha a sua função, e que exerça emprego ou cargo de direção, chefia ou assessoramento, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito.

§ 2º - A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os salários do emprego público efetivo, somente pelo período de três meses.

SEÇÃO II DOS AFASTAMENTOS

Art. 69 - O servidor não poderá ausentar-se do serviço para estudo ou missão de qualquer natureza, com ou sem vencimentos, sem prévia autorização do Coordenador Executivo do Consórcio Público.

§ 1º - O afastamento do exercício do emprego público efetivo será permitido para:

I - exercer emprego ou cargo de provimento em comissão no

Consórcio Público ou na administração Federal, Estadual ou Municipal, respectivas Autarquias, Fundações e entidades paraestatais;

II - concorrer a mandato eletivo, na forma da legislação específica;

III - exercício de mandato eletivo, na forma da legislação específica;

IV - as hipóteses previstas no art. 473 da CLT;

V - realizar estágios especiais ou cursos de atualização e aperfeiçoamento de interesse do Consórcio Público e afins ao emprego público que ocupa, quando autorizado pelo Coordenador Executivo;

VI - gozo de licença paternidade, maternidade ou à adotante.

§ 2º - O servidor efetivo investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato federal ou estadual, ficará afastado do emprego;

II - investido no mandato de Prefeito ou Vice-Prefeito, será afastado do emprego, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, sem ônus ao Consórcio Público;

III - investido no mandato de vereador:

a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu emprego, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;
b) não havendo compatibilidade de horário, será afastado do emprego, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, sem ônus para o Consórcio Público.

§ 3º - No caso de afastamento do emprego, o servidor contribuirá para a seguridade social como se em exercício estivesse.

CAPÍTULO V DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 70 - É assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos em defesa de direito ou de interesse legítimo.

§ 1º - O direito de requerer prescreve:

I - em cinco anos, quanto aos atos de demissão ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;

II - em cento e vinte dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

§ 2º - A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pelo Consórcio Público.

§ 3º - O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

§ 4º - Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

§ 5º - O requerimento e o pedido de reconsideração de que trata o parágrafo anterior deverão ser despachados no prazo máximo de cinco dias úteis e decididos dentro de trinta dias.

§ 6º - Caberá recurso:

I - do indeferimento do pedido de reconsideração;

II - das decisões sobre recursos sucessivamente interpostos.

§ 7º - O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, se houver.

§ 8º - O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de trinta dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

TÍTULO IV DOS DEVERES E DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I DA ACUMULAÇÃO

Art. 71 - Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de empregos públicos, cargos ou funções.

§ 1º - A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios.

§ 2º - A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 3º - Considera-se acumulação proibida a percepção de salário ou vencimento de emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os empregos públicos ou cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

§ 4º - O servidor vinculado ao regime desta lei que acumular licitamente dois empregos públicos efetivos, quando investido em emprego de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os empregos públicos.

§ 5º - O servidor não poderá exercer mais de um emprego em comissão, exceto no caso previsto no artigo 44, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.

§ 6º - Verificada, em processo administrativo, acumulação irregular de emprego público ou cargo, o servidor será demitido de um destes e restituirá o que tiver percebido indevidamente.

CAPÍTULO II DOS DEVERES

Art. 72 - São deveres do empregado, além de outras obrigações expressas que lhe sejam impostas por lei:

I - Respeitar o regime ou horário de trabalho que lhe for estabelecido bem como o registro de entradas e saídas, horas extras e autorização para tal e ainda proceder a anotação do registro do ponto, inclusive comunicando imediatamente qualquer impossibilidade de comparecimento ao serviço por motivo de doença ou acidente;

II - Acatar com presteza e boa vontade as ordens que lhe forem dadas pelo Presidente, Coordenador Executivo e demais Chefes, exceto quando manifestamente ilegais;

III - Desempenhar suas atribuições com honestidade, lealdade, atenção e critério, visando sempre o atendimento dos objetivos do Consórcio Público e cooperando para o perfeito andamento dos serviços;

IV - Comportar-se com ordem, disciplina e urbanidade no trato com os colegas de trabalho e com os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e servidores dos Municípios Consorciados, para que seja mantido o espírito de cordialidade e cooperação indispensável ao desempenho das tarefas;

V - Apresentar-se ao trabalho adequadamente trajado;

VI - Guardar segredo, quando necessário, sobre fatos que lhe chegam ao conhecimento em virtude do seu constante relacionamento com os representantes dos Municípios Consorciados;

VII - Comunicar ao Chefe imediato quaisquer fatos ou informações que possam interessar ao Consórcio Público e ao serviço;

VIII - Oferecer, quando pedidas ou espontaneamente, quaisquer sugestões que possam representar melhoria dos serviços;

IX - Atender, na forma das disposições legais, a prorrogação do horário de trabalho quando exigir o serviço e a juízo do Coordenador Executivo;

X - Devotar-se, inteiramente, aos encargos que lhe forem delegados, não aceitando atribuições estranhas que possam influir na sua produtividade e que provoquem incompatibilidade de horário, sobrepondo os interesses do Consórcio a quaisquer outros de ordem pessoal;

XI - atender com presteza:

- a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressaltadas as protegidas por sigilo;
- b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;
- c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública;

XII - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

XIII - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

XIV - manter atualizado seus dados cadastrais junto ao Consórcio Público.

Parágrafo Único - A representação de que trata o inciso XIII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representado a ampla defesa.

CAPÍTULO III DAS PROIBIÇÕES

Art. 73 - Ao empregado é especialmente proibido:

I - Referir-se de modo depreciativo aos superiores ou a seus atos, bem como aos colegas e representantes dos Municípios;

II - Promover, nas dependências do Consórcio, manifestação de apreço ou desapeço a pessoas ou a entidades, propaganda política ou aliciamento partidário;

III - Receber propinas, comissões ou vantagens indevidas de qualquer espécie, em razão do emprego;

IV - Fornecer informações que possam comprometer o Consórcio ou os Municípios consorciados;

V - Executar, durante o expediente, serviços estranhos ao Consórcio, sendo, também, proibido o uso de material do Consórcio para fins particulares;

VI - Retirar-se do trabalho durante as horas de expediente, sem permissão, ou perturbar os colegas de trabalho com conversas estranhas ao serviço;

VII - Utilizar-se de aparelhos, equipamentos e veículos do Consórcio no interesse particular próprio ou de terceiros;

VIII - Ocupar concomitantemente ao emprego do Consórcio qualquer cargo ou emprego remunerado no serviço público, exceto nos casos de acumulação permitida pela Constituição Federal e mediante comprovada compatibilidade de horários;

IX - Prestar serviços particulares aos Municípios consorciados, diretamente ou através de interposta pessoa, mediante o recebimento de remuneração ou vantagem, ou exercer atividades incompatíveis com as atividades do Consórcio Público.

X - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

XI - recusar fé a documentos públicos e/ou opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

XII - cometer a pessoa estranha ao Consórcio Público, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de seu subordinado;

XIII - manter sob sua chefia imediata, cônjuge, companheiro ou parente até segundo grau civil;

XIV - participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comércio, e, nessa qualidade, transacionar com o Consórcio Público;

XV - cometer qualquer das condutas tipificadas no art. 482 da CLT;

XVI - comparecer no trabalho em estado de embriaguez ou sob efeito de qualquer outra droga capaz de afetar a consciência;

XVII - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XVIII - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.

CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES

Art. 74 - Pelo exercício irregular de suas atribuições, o empregado está sujeito às sanções disciplinares e outras de caráter trabalhista, bem como à responsabilização civil e criminal.

§ 1º - A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

§ 2º - A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho de emprego público ou função.

§ 3º - As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

§ 4º - A reparação de eventual prejuízo é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

§ 5º - Quando necessário, o Consórcio deve promover ação regressiva contra o empregado.

§ 6º - As multas de trânsito são de responsabilidade do empregado que estiver utilizando o veículo, podendo ser pagas pelo Consórcio e descontadas da remuneração do empregado em até 03 (três) parcelas, mediante requerimento do interessado.

§ 7º - Sem prejuízo das sanções disciplinares, o empregado pode ser responsabilizado por:

I - Sonegação de valores, objetos, aparelhos e equipamentos confiados a sua guarda e responsabilidade;

II - Faltas, danos, avarias e quaisquer prejuízos que venham a sofrer os bens e os materiais sob sua guarda ou sujeitos a sua fiscalização, exame ou conferência;

III - Qualquer prejuízo que causar ao patrimônio ou a quaisquer bens e direitos do Consórcio Público, dos Municípios consorciados ou de terceiros, por culpa, dolo, ignorância, indolência, negligência ou omissão.

CAPÍTULO V DAS PENALIDADES

Art. 75 - São penalidades disciplinares:

I - advertência.

II - repreensão.

III - suspensão.

IV - demissão.

§ 1º - A pena de advertência será aplicada verbalmente pelo Coordenador Executivo, quando o empregado deixar de cumprir os deveres funcionais.

§ 2º - A pena de repreensão será aplicada pelo Coordenador Executivo quando o empregado for reincidente na falta de cumprimento de seus deveres, devendo ser escrita e anotada em sua ficha funcional e garantido ao empregado o pleno direito de defesa.

§ 3º - A pena de suspensão ocorre quando houver dolo, ou culpa na falta de cumprimento dos deveres pelo empregado ou por reincidência na falta de cumprimento de seus deveres pela qual já tenha sido repreendido.

§ 4º - A pena de suspensão, aplicada pelo Presidente ou pelo Coordenador Executivo, deve ser graduada em períodos de 03 (três), 07 (sete) ou 15 (quinze) dias, conforme a gravidade da infração cometida e dos danos acarretados aos serviços do Consórcio Público.

§ 5º - A demissão deve ser aplicada nos casos definidos como falta grave.

§ 6º - Na aplicação das penalidades deve ser considerada a vida funcional do empregado, a natureza e gravidade da falta e os danos que dela decorrerem para o Consórcio ou para terceiros.

§ 7º - As penalidades de advertência e de repreensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, sem efeitos retroativos, se o empregado não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

§ 8º - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de salário ou remuneração, ficando

o empregado obrigado a permanecer em serviço.

§ 9º - O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 76 - Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, o servidor será notificado, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias contados da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por três servidores públicos e, simultaneamente, indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração;

II - instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório;

III - julgamento.

§ 1º - A indicação da autoria de que trata o inciso I dar-se-á pelo nome e matrícula do servidor, e a materialidade pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico.

§ 2º - A comissão lavrará, até três dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indiciamento em que serão transcritas as informações de que trata o parágrafo anterior, bem como promoverá a citação pessoal do servidor indiciado, ou por intermédio de sua chefia imediata, para, no prazo de cinco dias, apresentar defesa escrita, assegurando-se vista do processo na repartição, observado o disposto no artigo 87.

§ 3º - Apresentada à defesa a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre a licitude da acumulação em exame, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento.

§ 4º - No prazo de cinco dias contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão, aplicando-se, quando for, o caso o disposto no § 1º do art. 89.

§ 5º - A opção pelo servidor até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa-fé, hipótese em que se converterá automaticamente em pedido de exoneração do outro emprego público ou cargo.

§ 6º - Caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé, aplicar-se-á a pena de demissão, destituição ou cassação de disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação serão comunicados.

§ 7º - O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá trinta dias contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até quinze dias, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 8º - O procedimento sumário rege-se pelas disposições deste artigo, observando-se, no que lhe for aplicável, subsidiariamente, as disposições dos Títulos IV e V deste regulamento.

Art. 77 - Para os efeitos deste regulamento, entende-se por:

I - abandono de emprego público: a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de trinta dias consecutivos.

II - inassiduidade habitual: a falta ao serviço, sem causa justificada, por cinco dias, intercaladamente, durante o período de doze meses.

Parágrafo Único - Na apuração de abandono de emprego ou inassiduidade habitual, também será adotado o procedimento sumário a que se refere o art. 76, observando-se especialmente que:

I - a indicação da materialidade dar-se-á:

a) na hipótese de abandono de emprego, pela indicação precisa do período de ausência intencional do servidor ao serviço superior a trinta dias;

b) no caso de inassiduidade habitual, pela indicação dos dias de falta ao serviço sem causa justificada, por período igual ou superior a cinco dias intercaladamente, durante o período de doze meses;

II - após a apresentação da defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará o respectivo dispositivo legal, opinará, na hipótese de abandono de emprego, sobre a intencionalidade da ausência ao serviço superior a trinta dias e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento.

Art. 78 - As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I - pelo Presidente do Consórcio Público, as de demissão;

II - pelo Coordenador Executivo, nos casos de advertência, repreensão e suspensão.

Art. 79 - A demissão do emprego público incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em emprego, cargo ou função pública do Consórcio Público e dos Municípios consorciados, inclusive das suas Autarquias e Fundações Públicas instituídas e mantidas.

Parágrafo Único - A demissão no caso de falta grave com dano ao Erário implica na indisponibilidade dos bens do servidor para garantia do ressarcimento, sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 80 - A ação disciplinar prescreverá:

I - em cinco anos, quanto às infrações puníveis com demissão;

II - em dois anos, quanto à suspensão;

III - em um ano, quanto à repreensão;

IV - em cento e oitenta dias, quanto à advertência.

§ 1º - O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2º - Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas, também, como crime.

§ 3º - A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição.

§ 4º - Interrompido o curso da prescrição, esta recomeçará a correr, pelo prazo restante, a partir do dia em que cessar a interrupção.

TÍTULO V DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 81 - A autoridade ou chefia que tiver ciência de irregularidade praticada por qualquer empregado do Consórcio é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado a ampla defesa.

§ 1º - As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

§ 2º - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

§ 3º - A sindicância será conduzida por Comissão Especial ou Permanente designada pelo Presidente do Consórcio Público, composta por até três servidores, a qual adotará o procedimento sumário a que se refere o art. 76, com a indicação da materialidade, instrução e notificação para defesa, e, após a apresentação da defesa, elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos e indicará o respectivo dispositivo legal, remetendo o processo à autoridade competente para julgamento e/ou aplicação da sanção.

Art. 82 - Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo.

II - aplicação de penalidade de advertência, repreensão ou suspensão.

III - instauração de processo disciplinar.

§ 1º - O prazo inicial para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado, a critério da autoridade competente.

§ 2º - Sempre que o ilícito praticado pelo empregado ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 07 (sete) dias ou de demissão do emprego, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

CAPÍTULO II DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 83 - Como medida cautelar e a fim de que o empregado não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do emprego, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo Único - O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

CAPÍTULO III DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 84 - O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do emprego em que se encontre investido.

§ 1º - O processo disciplinar será conduzido por comissão processante especial composta de três servidores, designados pela autoridade competente que indicará, dentre eles, o seu presidente.

§ 2º - A comissão terá como secretário, servidor designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

§ 3º - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

§ 4º - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse do Consórcio.

§ 5º - O prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 6º - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

§ 7º - Será assegurado transporte aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

§ 8º - As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado, e serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 85 - O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão.

II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório.

III - julgamento.

SEÇÃO I DO INQUÉRITO

Art. 86 - O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

§ 1º - Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa da instrução.

§ 2º - Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

§ 3º - Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

§ 4º - É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 5º - O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 6º - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independe de conhecimento especial de perito.

§ 7º - As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

§ 8º - Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

§ 9º - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 10 - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 11 - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

§ 12 - Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado.

§ 13 - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 14 - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

§ 15 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos 01 (um) médico psiquiatra.

§ 16 - O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição de laudo pericial.

Art. 87 - Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicação do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§ 1º - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na secretaria do Consórcio.

§ 2º - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte dias).

§ 3º - No caso de recusa do indiciado em exarar o ciente na cópia do mandado, a recusa não lhe aproveitará, e o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que procedeu ao ato de citação.

§ 4º - O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

§ 5º - Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

§ 6º - Na hipótese do parágrafo anterior, o prazo para defesa será de dez dias, contados do dia útil seguinte a publicação do edital.

§ 7º - Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 8º - A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo.

Art. 88 - Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§ 2º - Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

§ 3º - O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

SEÇÃO II DO JULGAMENTO

Art. 89 - No prazo de vinte dias contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

§ 2º - Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

§ 3º - Reconhecida pela comissão à inocência do servidor, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

§ 4º - Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando transladado na repartição.

Art. 90 - O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

§ 1º - Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o servidor de responsabilidade.

§ 2º - Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, o saneamento do processo, com o refazimento dos atos anulados, suprimindo as irregularidades.

§ 3º - O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

§ 4º - A autoridade julgadora que der causa à prescrição, será responsabilizada na forma deste regulamento.

§ 5º - Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 91 - O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Parágrafo Único - Ocorrida a exoneração de que trata o § 3º, inciso I, do art. 45, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

SEÇÃO III DA REVISÃO DO PROCESSO

Art. 92 - O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do empregado, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º - No caso de incapacidade mental do empregado, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

§ 3º - No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

§ 4º - A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

§ 5º - O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Presidente do Consórcio que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido a autoridade competente para providenciar a constituição de nova comissão processante, na forma deste regulamento.

§ 6º - A revisão correrá em apenso ao processo originário.

§ 7º - Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

§ 8º - A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

§ 9º - Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

Art. 93 - O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º - O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

§ 2º - Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do empregado, exceto em relação à destituição do emprego em comissão, que será convertida em exoneração.

§ 3º - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

TÍTULO VI DO QUADRO DE EMPREGOS DO CONSÓRCIO PÚBLICO E DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

CAPÍTULO I DOS RECURSOS HUMANOS

Art. 94 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio Público os contratados para ocupar os empregos públicos

previstos no Protocolo de Intenções, no Estatuto e neste regulamento, bem como, em havendo necessidade e interesse, pessoas físicas ou jurídicas contratadas na forma da lei.

§ 1º - A participação do Conselho Fiscal ou de outros órgãos diretivos que sejam criados pelo Estatuto ou por deliberação da Assembleia Geral, bem como a participação dos representantes dos Entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio Público não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

§ 2º - O Coordenador Executivo perceberá o salário estabelecido para o emprego, observando-se o disposto no Estatuto do CIAPS, bem como as demais vantagens estabelecidas em Lei ou no Protocolo de Intenções ratificado.

§ 3º - Para exercício da função de Coordenador Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CIAPS.

§ 4º - Os empregados não poderão ser cedidos, inclusive para os próprios Entes consorciados, sem prejuízo da possibilidade de prestação de serviços na sua área de atuação, através do Consórcio Público.

§ 5º - Os Entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores efetivos, na forma e condições da legislação de cada um, observado o disposto no Estatuto do Consórcio Público e neste regulamento.

CAPÍTULO II dos empregos públicoS DE CONFIANÇA

Art. 95 - O CIAPS terá o seguinte emprego público de confiança em sua estrutura funcional:

Nº de Emprego	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
1	Coordenador Executivo	40 hs	R\$ 4.000,00

§ 1º - O emprego público de que trata o "caput" deste artigo é de livre nomeação e exoneração, regido pelo critério de confiança e obrigado ao regime de dedicação integral ao serviço, donde poderá ser convocado a trabalhos excepcionais além da carga horária regulamentar, sem remuneração adicional.

§ 2º - A nomeação será feita pelo Presidente do CIAPS, após regular aprovação da escolha pela Assembleia Geral do Consórcio Público, ao qual compete dar posse e fiscalizar o exercício funcional, observadas as disposições do Estatuto e deste regulamento.

CAPÍTULO III dos empregos públicos PERMANENTES

Art. 96 - O CIAPS terá os seguintes empregos públicos permanentes em sua estrutura funcional:

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
01	Médico	10 horas	R\$ 4.000,00
01	Enfermeiro	40 horas	R\$ 3.017,71
01	Assistente Social	30 horas	R\$ 2.753,81
01	Psicólogo	40 horas	R\$ 2.753,81
01	Técnico em Enfermagem	40 horas	R\$ 1.406,20

01	Auxiliar Administrativo	40 horas	R\$ 1.523,38
01	Motorista	40 horas	R\$ 1.113,00
01	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	R\$ 820,29

§ 1º - Os empregos públicos de que trata o "caput" deste artigo serão acessados, na forma deste regulamento, por meio de:

I - concurso público no caso de provimento efetivo;

II - processo seletivo no caso de contratação temporária.

§ 2º - Os atos de nomeação e posse, e os de contratação serão expedidos pela Diretoria, observados os procedimentos legais.

§ 3º - Além do pessoal referido neste artigo e no antecedente, o Consórcio Público poderá receber servidores efetivos que lhe forem colocados à disposição, nos termos do Estatuto.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES E DESCRIÇÕES DOS EMPREGOS

Art. 97 - Os empregos públicos de que tratam os Capítulos I e II deste Título tem as seguintes atribuições e descrições:

I - Para o emprego de COORDENADOR EXECUTIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desempenhar as atribuições de gestão e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CIAPS.

II - Para o emprego de MÉDICO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar atividade de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva; Examinar o paciente, auscultando, palpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo ao especialista; Analisar e interpretar resultados de exames de raios X, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico; Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados para conservar ou restabelecer a saúde do paciente; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada; Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender a determinações legais; Atender a urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das

atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

III - Para o emprego de ENFERMEIRO(A):

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar ações educativas, preventivas e curativas, na área da saúde pública; Selecionar e executar ações de enfermagem de acordo com as prioridades, necessidades e características de cada caso, particularmente para: gestantes e crianças de alto risco, bem como, outros clientes que apresentam risco para si próprio ou para a comunidade; Coordenar e supervisionar a organização e execução das atividades de enfermagem, desenvolvidas nas Unidades de atendimento sob sua responsabilidade, levando em conta os demais elementos da equipe de saúde do Centro de Saúde; Supervisionar e avaliar sistematicamente os registros e anotações das atividades realizadas pelo pessoal de enfermagem; Assegurar condições adequadas de limpeza, preparo, esterilização e manuseio do material em uso; Verificar sistematicamente o funcionamento de aparelhos utilizados na área de enfermagem, providenciando reparação ou substituição quando for o caso; Participar na supervisão das atividades de matrícula e fichário central; Verificar periodicamente as condições de conservação e prazo de validade de soros e vacinas; Promover o inter-relacionamento das atividades internas e externas do CAPS desenvolvidas pelo pessoal de enfermagem; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

IV - Para o emprego de ASSISTENTE SOCIAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Planejar e executar atividades que visam a assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida, bem como busca garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos Segmentos sociais mais vulneráveis às crises sócio-econômicas; Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional, baseando-se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas; Promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, desenvolvendo suas potencialidades; Programar a ação básica de uma comunidade no campo social e outros, valendo-se da análise dos recursos e das carências sócio-econômicas dos indivíduos e da comunidade; Assistir as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional e outros; Desenvolver outras atividades de caráter comunitário que possam ser utilizadas como elemento catalisador da potencialidade dos indivíduos na solução de seus próprios problemas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

V - Para o emprego de PSICÓLOGO(A):

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar nos processos intra e interpessoais e nos mecanismos de comportamento humano; Elaborar e ampliar técnicas psicológicas, como teste para determinação de características afetivas, intelectuais,

sensoriais ou motoras; Técnicas psicoterápicas e outros métodos de verificação, para possibilitar a orientação, seleção e treinamento de campo profissional, no diagnóstico e na identificação e interferência nos fatores determinantes na ação do indivíduo, em sua história pessoal, familiar, educacional e social; Atendimento familiar, e individual, visitas domiciliares; Assessoria e orientação aos casos encaminhados pelo Conselho Tutelar; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

VI - Para o emprego de TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Auxiliar no atendimento à pacientes nas unidades hospitalares e de saúde pública sob supervisão; Orientar e revisar o auto cuidado do cliente a alimentação e higiene pessoal; Executar a higienização ou preparação dos clientes para exames ou atos cirúrgicos; Zelar pela limpeza, conservação e assepsia do material e do instrumental; Executar e providenciar a esterilização de salas e do instrumento adequado às intervenções programadas; Manter atualizado o prontuário dos pacientes; Verificar a temperatura, pulso e respiração e registrar os resultados nos prontuários; Ministrando medicamentos, aplicar imunizantes e fazer curativos; Fazer a orientação sanitária de indivíduos em unidade de saúde; Atividade auxiliar, na área de enfermagem, desenvolvidas junto ao indivíduo, família a comunidade visando a prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso Técnico na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

VII - Para o emprego de AUXILIAR ADMINISTRATIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: - Exercer atividades de ordem auxiliar em executar atividades de caráter administrativo, financeiro, tributário e fiscal, sob supervisão da chefia imediata; fazer encaminhamentos, procedimentos e trabalhos que lhe forem atribuídos pela chefia imediata; digitar e ou datilografar processos de rotinas internas ou externas; prestar atendimento ao público em todas as áreas que lhe forem fixadas; transcrever atos oficiais; preencher formulários, fichas e outros; codificar e arquivar documentos; providenciar e preparar material de expediente; executar outras atividades correlatas.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Escolaridade Nível Médio

VIII - Para o emprego de MOTORISTA:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Dirigir veículos de passageiros e transporte de pacientes; Manter o veículo em condições de conservação e funcionamento, providenciando conserto, abastecimento, lubrificação, limpeza e troca de peças; Atender às normas de segurança e higiene no trabalho; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Escolaridade de Nível Médio; CNH categoria "C".

IX - Para o emprego de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Operar eletrodomésticos e outros equipamentos e utensílios; Lavar manualmente ou por meios mecânicos louças, talheres e utensílios; Fazer e servir café, água e outros alimentos solicitados nas dependências dos órgãos; Preparar e servir refeições e proceder a aquecimento de alimentos; Receber e examinar o material destinado à preparação de alimentos e bebidas e acondicioná-los em recipientes adequados; Informar previamente à Chefia imediata sobre a necessidade de material para o desenvolvimento normal dos serviços; Manter e zelar pela conservação dos equipamentos e utensílios utilizados; Efetuar o controle do material existente no setor, discriminando-o por peças e respectivas quantidades, para manter o estoque e evitar extravios; Executar serviços de limpeza e conservação, zelando pela ordem e segurança no ambiente de trabalho, observando as normas e instruções, para prevenir acidentes; Notificar toda e qualquer ocorrência que dificulte o bom andamento dos trabalhos, visando o conserto ou reparo de aparelhos ou substituição de materiais; Manter o ambiente de trabalho limpo e com boa aparência; Proceder a coleta e remoção de resíduos, aplicação de ceras industriais, conservantes, lustradores e limpadores em móveis e pisos, retirada do pó ou varrição de pisos, carpetes e tapetes nos escritórios e áreas externas; Coleta e remoção de papéis usados, colocação de desodorizantes, aplicação de detergentes, lavagem e higienização em sanitários; Retirada de resíduos e limpeza dos vidros das portas e janelas; Reposição de materiais de higiene pessoal, tudo visando ao asseio e conservação dos prédios públicos e das áreas limítrofes; Efetuar corte de grama, bem como a poda de árvores e arbustos; Capinagem de áreas verdes com a retirada de todo material para depósito de lixo; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Escolaridade de Ensino Fundamental Completo.

**CAPÍTULO V
DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL**

Art. 98 - O desenvolvimento funcional do servidor efetivo ocorrerá na forma deste Capítulo, através do adicional por qualificação.

§ 1º - O adicional por qualificação corresponderá a um acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o salário do empregado efetivo, limitado ao máximo de 30% (trinta por cento), por força da qualificação profissional obtida além daquela prevista para ocupação do emprego e que guarde correlação direta com as atribuições deste, observado interstício de cinco anos de exercício no emprego para cada período aquisitivo.

§ 2º - Para habilitar-se ao adicional por qualificação o empregado deverá apresentar requerimento e comprovar o atendimento, cumulativo, das seguintes condições:

I - ter concluído curso de pós-graduação, especialização, mestrado ou doutorado ou ter completado 150 (cento e cinquenta) horas de cursos/seminários/palestras, dentre outros, sempre em temas correlatos com o emprego ocupado.

II - ter completado 05 (cinco) anos de serviço no Consórcio, ininterruptos ou não, ou interstício de igual tempo para os períodos aquisitivos subsequentes.

§ 3º - Fica prejudicada a contagem regular do período aquisitivo para o adicional de que trata este artigo, se o empregado apresentar qualquer uma das seguintes ocorrências em sua vida funcional:

I - tiver sido condenado em processo criminal, por decisão definitiva, ou sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II - tiver mais de 05 (cinco) faltas injustificadas no período aquisitivo;

III - tiver se afastado de suas funções por período contínuo superior a trinta dias, independentemente de percepção ou não de remuneração, exceto se para exercício de emprego de confiança no próprio Consórcio Público ou em Ente consorciado.

§ 4º - O empregado que no decorrer do período aquisitivo incidir nas hipóteses do parágrafo anterior, perderá o tempo decorrido, iniciando-se novo período aquisitivo quinquenal após a cessação do impedimento.

§ 5º - O cumprimento dos requisitos de que trata este artigo, dentro do período aquisitivo considerado, será apurado em processo administrativo próprio, devidamente instruído, sendo que os efeitos financeiros do benefício, acaso concedido, serão estabelecidos no ato administrativo expedido.

**TÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS****CAPÍTULO I
DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA**

Art. 99 - Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público consistente na substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público.

§ 1º - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado, percebendo a remuneração inicial para ele prevista.

§ 2º - A contratação de que trata este artigo, será precedida de processo seletivo de provas ou de provas e títulos.

Art. 100 - As contratações temporárias observarão as disposições estabelecidas no art. 37, IX, da Constituição Federal, artigos 443, 445, 451 e 452 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e demais disposições do Estatuto do Consórcio Público e deste Regulamento.

§ 1º - As contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogado justificadamente uma única vez até atingir o prazo máximo total de dois anos.

§ 2º - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções ou o alcance do prazo máximo de que trata o parágrafo anterior faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

Art. 101 - O pessoal contratado nos termos deste Capítulo não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de emprego em comissão ou de confiança.

Parágrafo Único - A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

Art. 102 - As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos deste Capítulo serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de 30 (trinta) dias, assegurada a ampla defesa.

Art. 103 - O contrato formado de acordo com este Capítulo extinguir-se-á, sem direito a indenização:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado.

§ 1º - A extinção do contrato por iniciativa do Consórcio Público contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

§ 2º - A extinção do contrato, no caso do inciso II, será comunicada com antecedência de 30 (trinta) dias, ficando a critério do Consórcio Público contratante a dispensa deste prazo.

Art. 104 - O tempo de serviço prestado em virtude de contratação temporária, nos termos deste Capítulo, será computado para todos os efeitos.

CAPÍTULO II DO PROGRAMA DE ESTÁGIO

Art. 105 - Sem prejuízo das atribuições do quadro funcional, fica instituído o Programa de Concessão de Estágio Não obrigatório aplicado ao estágio de estudantes, na forma da legislação federal específica, com disponibilidade de vagas em igual número de Entes Federados que integre o Consórcio Público.

§ 1º - O recrutamento de candidatos para as vagas de estágio, dentre o contingente de alunos das instituições de ensino conveniadas, será feito:

I - diretamente pelo CIAPS através de processo seletivo simplificado, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II - em caso de urgência ou necessidade imediata, diretamente pela Instituição de Ensino ou pelos Agentes de Integração, através de processo seletivo ou cadastro.

§ 2º - A carga horária de estágio ficará estabelecida em 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, remuneradas através de bolsa-estágio nos seguintes valores:

I - R\$ 433,80 (quatrocentos e trinta e três reais e oitenta centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II - R\$ 648,09 (seiscentos e quarenta e oito reais e nove centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

§ 3º - Sem prejuízo da contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e do pagamento da remuneração de que trata o parágrafo anterior, lhe será concedido:

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular);

II - auxílio-alimentação, na forma concedida aos empregados em geral, proporcionalmente a jornada diária de estágio.

III - período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares e antes do encerramento do contrato, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, ou proporcional nos demais casos, vedado sua indenização.

§ 4º - O valor da bolsa-estágio será revisado em janeiro de cada ano pelos mesmos índices aplicados à revisão geral anual da remuneração dos servidores do Consórcio Público.

Art. 106 - O Consórcio Público poderá, também, celebrar convênio de concessão de estágio obrigatório com Instituições de Ensino, assumindo responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e mediante remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido para contraprestação do estágio não obrigatório.

TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 107 - O "Dia do Servidor Público" será comemorado em 28 de outubro.

§ 1º - Caberá ao Presidente do Consórcio Público estabelecer ponto facultativo na data de que trata o "caput" deste artigo, se necessário.

§ 2º - Por conveniência ou necessidade de serviço a comemoração da data de que trata o "caput" deste artigo poderá ser antecipada ou postergada em alguns dias.

Art. 108 - A jornada normal de trabalho no Consórcio Público será:

I - de 8 (oito) horas diárias para o serviço técnico, administrativo ou operacional, cujo desempenho seja atribuído a servidores com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

II - de 6 (seis) horas diárias para os serviços cujo desempenho seja atribuído a servidores com carga horária de 30 (trinta) horas semanais;

III - de 4 (quatro) horas diárias para os serviços cujo desempenho seja atribuído a servidores com carga horária de 20 (vinte) horas semanais;

IV - de 2 (duas) a 5 (cinco) horas diárias para os serviços cujo desempenho seja atribuído a servidores com carga horária menor de 20 (vinte) horas semanais.

§ 1º - A jornada de trabalho prevista neste artigo é do número de horas imposta ao servidor, podendo ser aumentada ou diminuída nos casos previstos neste regulamento, sempre com redução ou aumento de remuneração e de comum acordo entre as partes.

§ 2º - Observado o disposto no inciso XIII do artigo 7º da Constituição Federal, a Administração poderá estabelecer jornadas especiais de trabalho, plantões ou escalas.

Art. 109 - O Consórcio Público poderá ter servidores de sobreaviso ou e em escala de revezamento, para executarem serviços essenciais, serviços imprevistos ou para substituições de outros servidores que faltem à escala organizada.

§ 1º - Considera-se de "sobreaviso" o servidor que permanecer em sua própria casa, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço.

§ 2º - Cada escala de "sobreaviso" será, no máximo, de vinte e quatro horas.

§ 3º - As horas de "sobreaviso", para todos os efeitos, serão contadas à razão de 1/3 (um terço) do salário normal.

§ 4º - Considera-se "em escala de revezamento" o servidor que ficar nas dependências do serviço público, executando atividades ou aguardando ordens.

§ 5º - A escala de revezamento será, no máximo, de doze horas de serviço por trinta e seis horas de descanso.

§ 6º - Quando, no estabelecimento ou dependência em que se achar o servidor, houver facilidade de alimentação, às doze horas de escala de revezamento, a que se refere o parágrafo anterior, poderão ser contínuas. Quando não existir essa facilidade, depois de seis horas de prontidão, haverá sempre um intervalo de uma hora para cada refeição, que não será, nesse caso, computada como de serviço.

Art. 110 - Para todos os efeitos previstos neste regulamento, os exames de sanidade física e mental serão obrigatoriamente realizados por médico do serviço público de saúde (SUS).

§ 1º - Em casos especiais, atendendo a natureza da enfermidade o Presidente do Consórcio Público poderá designar uma junta médica para proceder ao exame, dela fazendo parte obrigatoriamente, um médico do Município sede do CIAPS.

§ 2º - O atestado médico apresentado pelos servidores poderá ter sua validade condicionada a ratificação posterior pelo serviço de medicina ocupacional do Consórcio Público.

Art. 111 - Contarão por dias corridos os prazos previstos nesta lei.

Parágrafo Único - Computar-se-á no prazo o dia inicial prorrogando-se para o primeiro dia útil o vencimento que incidir em sábado, domingo ou feriado.

Art. 112 - Este Regulamento entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiuna, SC, em 21 de Outubro de 2014.

Nicanor Morro Prefeito de Apiuna Presidente do CIAPS	Moacir Polidoro Prefeito de Acurra
Paulo Roberto Weiss Prefeito de Rodeio	Luiz Cláudio Kades Assessor Jurídico da AMMVI / CIAPS OAB/SC 17.692

RESOLUÇÃO 01-2014

RESOLUÇÃO nº 01, de 14 de Outubro de 2014.

Estabelece os textos básicos para o projeto de Estatuto e de Regulamento de Pessoal do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público do CIAPS; e Considerando-se as deliberações da Assembleia Geral do CIAPS realizada em 14 de Outubro do corrente;

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer os textos básicos para o projeto de Estatuto e de Regulamento do Quadro de Pessoal do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS, na forma dos anexos I e II desta Resolução.

Art. 2º - Compor a Comissão Especial encarregada de coordenar os trabalhos de elaboração do Projeto Final de Estatuto e de Regulamento do Quadro de Pessoal do CIAPS, incluindo o recebimento e deliberação sobre propostas de emendas ou alterações no anteprojeto de que trata o artigo anterior, constituída pelo Prefeito do Município de Rodeio, pelo Assessor Jurídico da AMMVI - Dr. Luiz Claudio Kades - e pelo Secretário Municipal de Saúde de Apiuna, sob a Presidência do primeiro e Secretaria do segundo.

§ 1º - A Comissão Especial de que trata este artigo proporá alterações ao texto básico e/ou receberá propostas de emendas, apresentadas pelos representantes dos Municípios Consorciados, até a data de 20 de Outubro de 2014.

§ 2º - Findo o prazo de que trata o parágrafo anterior, a Comissão Especial deverá consolidar as propostas, elaborando o projeto final do Estatuto e do Regulamento do Quadro de Pessoal a ser apresentado na Assembleia Geral.

§ 3º - As emendas apresentadas somente serão recebidas para integrar o texto do projeto final do Estatuto e do Regulamento do Quadro de Pessoal, se obtiverem a aprovação em voto favorável da maioria (2/3) dos membros da Comissão Especial.

Art. 3º - Apresentado o projeto do Estatuto e do Regulamento do Quadro de Pessoal pela Comissão Especial, o Presidente do CIAPS convocará Assembleia Geral Extraordinária para sua apreciação.

§ 1º - Na reunião da Assembleia serão apresentados os Projetos do Estatuto e do Regulamento do Quadro de Pessoal pelos membros da Comissão Especial ou pela Assessoria designada, passando-se a deliberação prévia de admissibilidade.

§ 2º - Havendo consenso sobre a admissibilidade dos Projetos do Estatuto e do Regulamento do Quadro de Pessoal, estes serão postos em votação, necessitando do voto favorável por quorum qualificado de 2/3 (dois terços) dos representantes dos Municípios Consorciados para sua aprovação.

§ 3º - Ocorrendo votos contrários a admissibilidade dos Projetos do Estatuto e do Regulamento do Quadro de Pessoal ou estes não recebendo a votação necessária para sua aprovação, será aberto prazo de trinta dias para apresentação de novas Emendas pelos representantes dos Municípios consorciados.

§ 4º - Findo o prazo para Emendas, a Comissão Especial será convocada para apresentar parecer sobre as mesmas, no prazo de quinze dias.

§ 5º - Apresentado o parecer de que trata o parágrafo anterior, o

Presidente do CIAPS convocará Assembleia Geral Extraordinária para deliberação, a qual funcionará da seguinte forma:

I - As Emendas individuais apresentadas pelos representantes dos Municípios serão lidas pela Comissão Especial, seguidas da leitura do parecer exarado, passando-se a deliberação sobre sua admissibilidade pela Assembleia Geral, e, após, pela sua aprovação ou rejeição, observados o quorum qualificado de que trata o § 2º deste artigo.

II - As Emendas subscritas por representantes de dois ou mais Municípios consorciados serão lidas pela Comissão especial, seguidas da leitura do parecer exarado, sendo automaticamente admitidas como destaque para votação em separado, após a deliberação sobre as Emendas individuais.

III - As Emendas admitidas como destaques serão apreciadas após a concessão da palavra a um dos subscritores para sua defesa, necessitando do voto favorável, por quorum qualificado de 2/3 (dois terços) dos representantes dos Municípios Consorciados, para sua aprovação.

§ 6º - Aprovado o Projeto do Estatuto e do Regulamento do Quadro de Pessoal com Emendas, a Comissão Especial ficará encarregada de apresentar a redação final para publicação.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna, SC, 14 de Outubro de 2014.

Nicanor Morro

Presidente do CIAPS

Anexo I

Texto básico para o Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS:

“CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

Art. 1º - O consórcio público será denominado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, e constituir-se sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando, nos termos da lei, a administração indireta dos Entes consorciados.

§ 1º - O Consórcio adquire personalidade jurídica de direito público, na forma da Lei nº 11.107/05 e do seu regulamento, com a publicação e vigência das leis editadas pelos Entes consorciados para ratificação do Protocolo de Intenções, identificadas nos incisos do art. 8º deste Estatuto.

§ 2º - A publicação do Protocolo de Intenções e das Leis Municipais que o ratificaram ocorreu nas edições nº 1571 (págs. 15-33) e nº 1580 (págs. 11-62) do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, dos dias 19 e 26 de Setembro de 2014, resultando no Contrato de Consórcio Público firmado em 14 de Outubro de 2014, e publicado em xx de xxxxxx de 2014, no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC - edição nº xxx, páginas xx a xx.

§ 3º - O Consórcio Público gozará da imunidade tributária de que trata o art. 150, VI, “a”, e § 2º, da Constituição Federal, bem como da isenção dos demais tributos instituídos pelos Municípios consorciados.

CAPÍTULO II DAS FINALIDADES

Art. 2º - Constitui finalidade deste Consórcio Público a organização da rede de atenção à saúde mental dos Municípios consorciados, integrando-se com a rede básica e tendo como uma das atribuições supervisionar e qualificar a rede básica para a atenção em saúde mental.

§ 1º - O Consórcio Público promoverá a implantação e gestão de um Centro Regional de Atenção Psicossocial (CAPS), modalidade I, para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS nas redes municipais de saúde de Apiúna, Ascurra e Rodeio, possibilitando:

I - Oferta de suporte hospitalar para as situações de urgência/emergência em saúde mental;

II - Minimizar o sofrimento mental grave, principalmente no momento de crise aguda, com o cuidado hospitalar até a remissão do quadro;

III - Proporcionar retaguarda hospitalar a Rede de Atenção Psicossocial;

IV - Fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) da região;

V - Oferecer projeto terapêutico individualizado, atendendo as necessidades de cada usuário;

VI - Reduzir a iatrogenia e a cronicidade dos quadros de intenso sofrimento psíquico.

§ 2º - O CAPS deverá constituir-se em serviço ambulatorial de atenção diária que funcione segundo a lógica do território de atuação do Consórcio Público, disponibilizando serviço de atenção psicossocial com as seguintes características:

I - Responsabilizar-se, sob coordenação do gestor local, pela organização da demanda e da rede de cuidados em saúde mental no âmbito do seu território;

II - Possuir capacidade técnica para desempenhar o papel de regulador da porta de entrada da rede assistencial no âmbito do seu território e/ou do módulo assistencial, definido na Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS), de acordo com a determinação do gestor local;

III - Coordenar, por delegação do gestor local, as atividades de supervisão de unidades hospitalares psiquiátricas no âmbito do seu território;

IV - Supervisionar e capacitar às equipes de atenção básica, serviços e programas de saúde mental no âmbito do seu território e/ou do módulo assistencial;

V - Realizar, e manter atualizado, o cadastramento dos pacientes que utilizam medicamentos essenciais para a área de saúde mental, regulamentados pela Portaria/GM/MS nº 1077 de 24 de agosto de 1999, e medicamentos excepcionais, regulamentados pela Portaria/SAS/MS nº 341 de 22 de agosto de 2001, dentro de sua área assistencial;

VI - Funcionar no período de 08 as 18 horas, em 02 (dois) turnos, durante os cinco dias úteis da semana.

§ 3º - A assistência prestada ao paciente no CAPS I inclui as seguintes atividades:

I - Atendimento individual (medicamentoso, psicoterápico, de orientação, entre outros);

II - Atendimento em grupos (psicoterapia, grupo operativo, atividades de suporte social, entre outras);

III - Atendimento em oficinas terapêuticas executadas por profissional de nível superior ou nível médio;

IV - Visitas domiciliares;

V - Atendimento à família;

VI - Atividades comunitárias enfocando a integração do paciente na comunidade e sua inserção familiar e social;

VII - Os pacientes assistidos em um turno (04 horas) receberão uma refeição diária, os assistidos em dois turnos (08 horas) receberão duas refeições diárias.

Art. 3º - Para cumprimento de suas finalidades, o Consórcio Público poderá:

I - Firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos governamentais ou não governamentais;

II - Ser contratado pela administração direta ou indireta dos Municípios consorciados, dispensada a licitação;

III - Realizar licitações compartilhadas e promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social;

IV - Adquirir e ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio.

Art. 4º - O desenvolvimento de ações e de serviços de saúde pelo Consórcio Público, deve obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 5º - Os Municípios só poderão se consorciar em relação a todas as finalidades objeto da instituição do CIAPS.

CAPÍTULO III DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

Art. 6º - O Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS, vigorará por prazo indeterminado.

Parágrafo Único - A alteração ou a extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, estando autorizado, ou sendo ratificado, através de lei por todos os Entes consorciados.

Art. 7º - O Consórcio Público terá sede na Rua Quintino Bocaiuva, nº 204, Centro, CEP. 89.135-000, na cidade de Apiuna, Estado de Santa Catarina.

§ 1º - Os serviços administrativos, contábeis e jurídicos do Consórcio Público poderão ser realizados, a título de cooperação, pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, sita à Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, por seus próprios meios.

§ 2º - A Assembleia Geral do Consórcio, mediante decisão de 2/3 (dois terços) dos consorciados, poderá alterar a sede, dispensando-se, para este fim, a ratificação mediante lei por todos os Entes

consorciados.

CAPÍTULO IV DOS ENTES SUBSCRITORES E INTEGRANTES DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 8º - São subscritores do Protocolo de Intenções, ratificado por Lei, e do Contrato de Consórcio Público, e integrante do CIAPS, os seguintes Entes Federados:

I - MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 79.373.767/0001-16, com sede na Rua Quintino Bocaiuva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Lei Complementar Municipal nº 142, de 19/08/2014;

II - MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Lei Complementar Municipal nº 152, de 01/09/2014;

XIII - MUNICÍPIO DE RODEIO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Lei Complementar Municipal nº 50, de 19/08/2014.

Parágrafo único - Os Entes consorciados serão representados nos atos do Consórcio Público pela autoridade que estiver no exercício das funções de Prefeito, ressalvado o disposto no § 1º do art. 17 deste Estatuto.

Art. 9º - Considerar-se-ão subscritores do Protocolo de Intenções e admitidos no Consórcio Público todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do artigo anterior, observada, no que couber, a regra do artigo subsequente.

Art. 10 - É facultado o ingresso de novos municípios participantes no Consórcio Público a qualquer momento, o que se fará com o pedido formal à Diretoria, a qual, uma vez aprovado na Assembleia Geral e atendidos os requisitos legais e os deste Estatuto de Consórcio Público, informará da aceitação ou não do novo consorciado.

§ 1º - Aprovado o ingresso do Ente no Consórcio Público, este providenciará a:

I - Lei Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções e de autorização para adesão ao Contrato de Consórcio Público;

II - Celebração do Contrato de Rateio e subscrição de Contrato de Programa;

III - Inclusão da dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual, para destinação de recursos financeiros ao Consórcio Público;

IV - Efetiva participação nas atividades do Consórcio Público e nas Assembleias Gerais, com colaboração para ações de fortalecimento e defesa da Entidade e de suas prerrogativas.

§ 2º - O Ente admitido passará a integrar o Contrato de Rateio, assumindo compromisso de repasse de recursos financeiros ao Consórcio Público, a partir do início do exercício seguinte ao cumprimento do estabelecido no inciso I do parágrafo anterior, ou seja, a partir de 1º de janeiro do ano posterior à promulgação da Lei Municipal de ratificação do Protocolo de Intenções.

§ 3º - A efetivação do ingresso do Ente no Consórcio Público se dará com assinatura de:

I - Adendo ao protocolo de intenções para adesão a este pelo Ente ingressante, e anuência expressa dos demais consorciados, antes da ratificação legislativa;

II - Aditivo ao Contrato de Consórcio, após o cumprimento da etapa estabelecida no inciso I do § 1º deste artigo;

III - Adendo ao artigo 8º do Estatuto do Consórcio Público, com inclusão dos incisos correspondentes a identificação do Ente admitido.

§ 4º - Na hipótese da lei de ratificação prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, capítulos, artigos, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público ou deste Estatuto, o consorciamento do Município interessado dependerá da aceitação das reservas previstas pelos Entes Federados que já compõe o CIAPS.

§ 5º - Não será admitida nenhuma reserva ou limitação posterior ao ingresso do Município a qualquer uma das finalidades objeto da instituição do Consórcio Público.

CAPÍTULO V DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 11 - A área de atuação do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS, será a área correspondente à soma dos territórios dos Municípios consorciados.

Art. 12 - Em caso de interesse dos Municípios Consorciados, condicionado a aprovação da Assembleia Geral, o Consórcio Público poderá exercer atividades fora de sua área territorial de atuação.

Parágrafo Único - Quando a atuação do Consórcio Público importar em atos e ações afetos a própria autonomia dos demais Entes, ela será precedida da formalização de convênio para delegação de competência.

CAPÍTULO VI DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

Art. 13 - Constituem direitos dos consorciados:

I - Participar das Assembleias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II - Votar e ser votado para os cargos de Presidente, de Vice-Presidente ou do Conselho Fiscal;

III - Propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento do Consórcio Público;

IV - Compôr a Diretoria ou o Conselho Fiscal do Consórcio Público nas condições estabelecidas neste Estatuto.

Parágrafo Único - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer Ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das disposições estabelecidas no Contrato do Consórcio Público e neste Estatuto.

Art. 14 - Constituem deveres sociais dos Entes consorciados:

I - Cumprir e fazer cumprir o Contrato de Consórcio Público, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no "Contrato de Rateio";

II - Acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio Público, em especial ao que determinam o "Contrato de Programa" e o "Contrato de Rateio";

III - Cooperar para o desenvolvimento das atividades e a efetividade dos atos, ações e metas do Consórcio Público;

IV - Atuar pelo fortalecimento do Consórcio Público, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados, conveniados e/ou colaboradores;

V - Participar ativamente das reuniões e Assembleias Gerais do Consórcio Público.

CAPÍTULO VII DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 15 - O Consórcio será organizado por este Estatuto e pelas Resoluções que o regulamentam, cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas do Contrato de Consórcio Público.

Art. 16 - O Consórcio Público é composto dos seguintes órgãos:

I - Assembleia Geral;

II - Diretoria;

III - Conselho Fiscal.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral poderá autorizar a formação de grupos ou comissões especiais para propósitos específicos, delimitando sua atuação e competência.

CAPÍTULO VIII Da Assembléia Geral

Art. 17 - A Assembleia Geral, instância máxima do Consórcio Público, é órgão colegiado composto pelos Chefes dos Poderes Executivos de todos os Entes consorciados.

§ 1º - No caso de impedimento ou ausência do Chefe do Poder Executivo, este poderá delegar expressamente competência ao Vice-Prefeito para representá-lo na Assembleia Geral, praticando todos os atos.

§ 2º - Ninguém poderá representar dois consorciados na Assembleia Geral, ou seja, para preservação da autonomia dos Entes consorciados não será admitida à representação de um Município por servidor, agente, dirigente ou Chefe de Poder de outro Município.

§ 3º - Acaso o Chefe do Poder Executivo se faça representar por outro servidor municipal ou dirigente de algum Órgão ou Unidade Administrativa do Município, este não terá direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Art. 18 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente três vezes por ano, em datas a serem definidas pela Diretoria, e, extraordinariamente, sempre que convocada, inclusive, neste último caso, para deliberar sobre a destituição de membros da Diretoria ou sobre alterações estatutárias.

§ 1º - As assembleias gerais ordinárias e extraordinárias serão convocadas pelo Presidente do CIAPS, aquelas com antecedência mínima de cinco (05) dias e estas com antecedência mínima de vinte e quatro (24) horas, mediante comunicação direta ao Chefe do Poder Executivo de cada Município consorciado e publicação de

Edital no site mantido na internet.

§ 2º - Em casos excepcionais, devidamente justificados no ato de convocação, as Assembleias Gerais extraordinárias poderão ser convocadas sem a antecedência mínima estabelecida no § 1º, observadas as demais condições.

Art. 19 - Cada consorciado, devidamente representado na forma deste Estatuto, terá direito a um voto na Assembleia Geral.

§ 1º - O voto será público e nominal, inclusive nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade à servidores do Consórcio Público ou à Ente consorciado.

§ 2º - O Presidente do Consórcio Público, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam quorum qualificado, votará apenas para desempatar.

Art. 20 - Para instalação da Assembleia e validade de suas deliberações será necessária a presença de mais de cinquenta por cento da representação dos consorciados.

§ 1º - Acaso a Assembleia se inicie sem o quorum mínimo estabelecido, ela não terá validade e as eventuais deliberações adotadas não terão nenhuma eficácia.

§ 2º - Verificado a inexistência de quorum legal, o Presidente do Consórcio poderá retardar o início da Assembleia por até uma hora.

§ 3º - Instalado validamente a Assembleia somente se admitirão deliberações se mantido o quorum mínimo necessário.

§ 4º - A aprovação das matérias postas à deliberação da Assembleia Geral depende do voto favorável da maioria simples dos representantes dos Municípios consorciados, presentes e em condições de votar, exceto para as decisões que exijam quorum qualificado.

§ 5º - O quorum qualificado corresponderá ao voto favorável de dois terços (2/3) dos representantes dos Entes Consorciados, sendo que, neste caso, o Presidente votará pela representação do Ente que lhe corresponda, em igualdade de condições aos representantes dos demais.

§ 6º - Se exigirá quorum qualificado para deliberação a respeito das matérias de que trata os incisos I, II, III e VI e § 1º do artigo 21 deste Estatuto, podendo, por deliberação da maioria dos representantes dos Municípios reunidos em Assembleia Geral, ser estendido tal exigência para outras matérias de interesse do Consórcio Público.

Art. 21 - Compete à Assembleia Geral:

I - Homologar o ingresso no Consórcio Público de Ente federativo que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;

II - Aplicar a pena de exclusão do Consórcio Público;

III - Elaborar o Estatuto do Consórcio Público e aprovar as suas alterações;

IV - Eleger ou destituir o Presidente e o Vice-Presidente do Consórcio Público, cujos mandatos serão de 1 (um) ano, permitida a reeleição para um único período subsequente;

V - Ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os demais membros da Diretoria;

VI - Aprovar:

- a) orçamento plurianual de investimentos;
- b) programa anual de trabalho;
- c) o orçamento anual do Consórcio Público, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos do Contrato de Rateio;
- d) a realização de operações de crédito;
- e) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos, bem como de outros valores devidos ao Consórcio Público pelos consorciados, por particulares ou pelos usuários;
- f) a alienação e a oneração de bens do Consórcio Público ou daqueles que, nos termos de Contrato de Programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;

VII - Homologar as decisões do Conselho Fiscal;

VIII - Aceitar a cessão de servidores por Ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio Público;

IX - Aprovar planos e regulamentos dos serviços do Consórcio Público;

X - Aprovar a celebração de convênios e Contratos de Programa;

XI - Apreciar e sugerir medidas sobre:

- a) a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio Público;
- b) o aperfeiçoamento das relações do CIAPS com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

§ 1º - Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o Consórcio Público mediante decisão unânime da Assembleia Geral, presente pelo menos dois terços (2/3) dos membros consorciados.

§ 2º - As competências arroladas neste artigo não prejudicam que outras sejam reconhecidas por deliberação da Assembleia Geral.

§ 3º - O mandato do Presidente e/ou do Vice-Presidente cessará automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do Ente consorciado que representa na Assembleia Geral, hipótese em que será sucedido por quem preencha essa condição.

Art. 22 - Os membros da Diretoria poderão ser destituídos mediante aprovação de moção de censura apresentado com apoio de pelo menos dois terços dos Consorciados, em Assembleia Geral especificamente convocada.

§ 1º - Em qualquer Assembleia Geral donde conste na pauta o item "assuntos gerais", poderá ser apresentado eventuais moções de censura ao final da reunião, observando-se a subscrição qualificada de que trata o "caput" deste artigo.

§ 2º - Recebida moção de censura, sua discussão e apreciação será objeto da primeira Assembleia Geral Extraordinária que se seguir, vedada a deliberação de qualquer outro item de pauta.

§ 3º - A votação da moção de censura será efetuada depois de facultada a palavra, por quinze minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao membro da Diretoria que se pretenda destituir.

§ 4º - Será considerada aprovada a moção de censura se obter voto favorável de 2/3 (dois terços) dos representantes presentes à Assembleia Geral, em votação pública e nominal.

§ 5º - Caso aprovada moção de censura do Presidente do Consórcio Público, ele estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma Assembleia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato, observados as disposições

do artigo 26 deste Estatuto, no que couber.

§ 6º - Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima Assembleia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias.

§ 7º - Aprovada moção de censura apresentada em face do Coordenador Executivo, ele será automaticamente exonerado, aguardando-se indicação do Presidente do Consórcio Público para nomeação de seu substituto, após homologação da Assembleia Geral.

§ 8º - Rejeitada moção de censura, nenhuma outra, de igual teor, poderá ser apresentada nas Assembleias que se realizarem nos sessenta (60) dias seguintes.

Art. 23 - A alteração deste Estatuto, mediante proposição justificada de iniciativa da Diretoria, depende de deliberação favorável, aprovada pela maioria dos representantes dos Municípios consorciados, reunidos em Assembleia Geral.

§ 1º - Para alteração deste Estatuto será convocada Assembleia Geral Extraordinária, por meio de publicação e correspondência dirigida a todos os subscritores do Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público, acaso não tenha ocorrido à convocação específica durante a realização da Assembleia anterior.

§ 2º - Confirmado o quorum de instalação, a Assembleia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Comissão Especial que dirigirá a Assembleia e, ato contínuo, aprovará resolução que estabeleça:

I - O texto básico do projeto de Alteração do Estatuto, proposto pela Assessoria Jurídica do Consórcio Público, que norteará os trabalhos da Comissão Especial;

II - O prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado;

III - O número de votos necessários para aprovação de emendas ao Projeto de Alteração do Estatuto.

§ 3º - A Comissão Especial de que trata o § 2º deste artigo, proporá alterações ao texto básico e/ou receberá propostas de emendas, apresentadas pelos representantes dos Municípios Consorciados, até o prazo estabelecido.

§ 4º - Findo o prazo de que trata o inciso II do § 2º deste artigo, a Comissão Especial deverá consolidar as propostas, elaborando o projeto final de alteração do Estatuto a ser apresentado na Assembleia Geral.

§ 5º - As emendas apresentadas somente serão recebidas para integrar o texto do projeto final de alteração do Estatuto, se obtiverem a aprovação em voto favorável da maioria (2/3) dos membros da Comissão Especial.

§ 6º - Apresentado o projeto de alteração do Estatuto pela Comissão Especial, o Presidente do CIAPS convocará Assembleia Geral Extraordinária para sua apreciação.

§ 7º - Na reunião da Assembleia será apresentado o projeto de alteração do Estatuto pelos membros da Comissão Especial ou pela Assessoria designada, passando-se a deliberação prévia de admissibilidade.

§ 8º - Havendo consenso sobre a admissibilidade do Projeto de alteração do Estatuto, este será posto em votação, necessitando do voto favorável por quorum qualificado de dois terços (2/3) dos

representantes dos Municípios Consorciados para sua aprovação.

§ 9º - Ocorrendo votos contrários a admissibilidade do Projeto de alteração do Estatuto ou este não recebendo a votação necessária para sua aprovação, será aberto prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de novas Emendas pelos representantes dos Municípios consorciados.

§ 10 - Findo o prazo para Emendas, a Comissão Especial será convocada para apresentar parecer sobre as mesmas, no prazo de quinze dias.

§ 11 - Apresentado o parecer de que trata o § 10 deste artigo, o Presidente do CIAPS convocará Assembleia Geral Extraordinária para deliberação, a qual funcionará da seguinte forma:

I - As Emendas individuais apresentadas pelos representantes dos Municípios serão lidas pela Comissão Especial, seguidas da leitura do parecer exarado, passando-se a deliberação sobre sua admissibilidade pela Assembleia Geral, e, após, pela sua aprovação ou rejeição, observados o quorum qualificado de que trata o § 8º deste artigo;

II - As Emendas subscritas por representantes de dois ou mais Municípios consorciados serão lidas pela Comissão Especial, seguidas da leitura do parecer exarado, sendo automaticamente admitidas como destaque para votação em separado, após a deliberação sobre as Emendas individuais;

III - As Emendas admitidas como destaques serão postas à deliberação após a concessão da palavra a um dos subscritores para sua defesa, necessitando do voto favorável, por quorum qualificado de dois terços (2/3) dos representantes dos Municípios Consorciados, para sua aprovação.

§ 12 - Aprovado o Projeto de alteração do Estatuto com Emendas, a Comissão Especial ficará encarregada de apresentar a redação final para assinatura e publicação.

§ 13 - Sempre que recomendar o adiamento da hora, os trabalhos serão suspensos para recomencem em dia, horário e local, anunciados antes do término da sessão.

§ 14 - Da nova sessão poderão comparecer os Entes que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham sido admitidos no Consórcio Público, após o cumprimento de todas as formalidades estabelecidas.

§ 15 - As alterações ao Estatuto do Consórcio Público entrarão em vigor após publicação na imprensa oficial, na forma legal.

Art. 24 - Nas atas da Assembleia Geral serão registradas:

I - Por meio de lista de presença, todos os Entes Federativos representados na Assembleia Geral;

II - De forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral;

III - A íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembleia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

§ 1º - No caso de votação secreta, será registrada em ata a expressão motivação do segredo e o resultado final da votação.

§ 2º - Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão na qual se

indiquem expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada por 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

§ 3º - A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembleia Geral.

Art. 25 - Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até dez dias, publicada no sítio que o Consórcio Público deve manter na rede mundial de computadores - internet.

Parágrafo Único - Mediante requerimento e pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata será fornecida para qualquer interessado.

CAPÍTULO IX DA DIRETORIA (PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE)

Art. 26 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos em Assembleia especialmente convocada, no mês de dezembro de cada ano, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros trinta minutos. Somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder Executivo de Ente consorciado, ou seja, de Prefeito titular.

§ 1º - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e nominal. Havendo apenas um candidato para cada função, a eleição poderá se dar por aclamação, mediante deliberação da Assembleia Geral.

§ 2º - Será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados.

§ 3º - Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição na mesma Assembleia Geral, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados para cada função. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos.

§ 4º - Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembleia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias, caso necessário, prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente ou do Vice-Presidente em exercício.

§ 5º - Na ocorrência de prorrogação pro tempore do mandato do Presidente ou do Vice-Presidente em exercício, o mandato do novo Presidente e Vice-Presidente se iniciará um dia após a eleição, se estendendo até o final do exercício.

§ 6º - Os novos Presidente e Vice-Presidente eleitos terão livre acesso aos documentos e informações do Consórcio Público para fins de transição administrativa e continuidade dos serviços públicos, a partir da eleição até o início de seu mandato, cabendo ao Coordenador Executivo zelar pelo atendimento desta disposição.

Art. 27 - Proclamado eleito candidato a Presidente, a ele será dada à palavra para que indique o Coordenador Executivo ou o confirme na função.

§ 1º - Uma vez indicado, o Presidente da Assembleia indagará, caso presente, se o mesmo aceita a função. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por qualquer meio idôneo.

§ 2º - Caso haja recusa da indicação, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova indicação.

§ 3º - Estabelecida indicação válida, esta somente produzirá efeito caso aprovada por 2/3 (dois terços) dos votos, exigida a presença da maioria absoluta dos consorciados. Após a aprovação, o indicado será nomeado e deverá tomar posse e entrar em exercício na forma disciplinada neste Estatuto e no regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público, a ser definido por resolução aprovada pela Assembleia Geral.

§ 4º - Caso ocorra apenas à confirmação na função, ou seja, a manutenção do então ocupante do emprego de Coordenador Executivo, sua contratação não sofrerá solução de continuidade.

Art. 28 - Sem prejuízo de outras competências estabelecidas neste Estatuto ou por deliberação da Assembleia Geral, incumbe ao Presidente:

I - Representar o Consórcio Público judicial e extrajudicialmente;

II - Ordenar as despesas do Consórcio Público e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

III - Convocar as Assembleias Gerais;

IV - Zelar pelos interesses do Consórcio Público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas pelo Contrato de Consórcio Público ou por este Estatuto a outro órgão do CIAPS;

V - Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio Público.

§ 1º - Com exceção da competência prevista no inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Coordenador Executivo.

§ 2º - Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio Público, o Coordenador Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

Art. 29 - Na ausência eventual ou impedimento temporário do Presidente, assumirá o Vice-Presidente, exercendo todas as competências daquele, mediante ratificação da Assembleia Geral, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 30 deste Estatuto.

§ 1º - O substituto ou sucessor do Prefeito na direção do Município consorciado o substituirá automaticamente na Presidência ou Vice-Presidência do Consórcio Público, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 30 deste Estatuto.

§ 2º - O término de mandato político junto ao Ente consorciado não será impedimento para candidatura e eleição de representante de Ente Consorciado, caso em que se aplicará o disposto no § 1º deste artigo.

§ 3º - O mandato do Presidente e/ou do Vice-Presidente cessará automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do Ente consorciado que representa na Assembleia Geral, hipótese em que será sucedido automaticamente por quem preencha essa condição, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 30 deste Estatuto.

§ 4º - No caso de renúncia conjunta do mandato de Presidente e de Vice-Presidente, o exercício interino da função de Presidente caberá ao Chefe do Poder Executivo de maior idade, dentre todos os demais representantes dos Entes consorciados, ao qual compete convocar novas eleições, para término do mandato objeto de renúncia, observados as disposições do artigo 26 deste Estatuto, no que couber.

Art. 30 - O mandato do Presidente e do Vice-Presidente do Consórcio Público será de um ano, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do mesmo exercício, excetuadas as demais situações excepcionais previstas neste Estatuto, permitido a reeleição para um único mandato subsequente.

§ 1º - O Presidente eleito assinará termo de posse na data de início de seu mandato, apresentando os demais documentos necessários para o fiel desempenho de seus encargos, dentre estes a cópia de seus documentos pessoais e o termo de posse nas funções de Prefeito titular do Ente consorciado representado. O Vice-Presidente adotará igual procedimento, na hipótese de assunção das funções de Presidente.

§ 2º - O Vice-Presidente eleito será empossado na mesma data e local da posse do Presidente.

§ 3º - O Vice-Presidente poderá se candidatar para a função de Presidente sem a desincompatibilização da função ocupada, desde que não tenha substituído o titular nos últimos seis meses.

CAPÍTULO X

Da DIRETORIA E DO COORDENADOR EXECUTIVO

Art. 31 - A Diretoria é órgão executivo e de gestão das atividades do Consórcio Público, composta por dois membros que exercerão funções próprias, sendo um o Presidente do Consórcio Público e outro o Coordenador Executivo.

§ 1º - Não haverá percepção de remuneração ou quaisquer espécies de verba indenizatória por parte do Presidente, sem prejuízo do pagamento das despesas de locomoção, transporte, hospedagem e/ou alimentação quando em deslocamento no interesse exclusivo do Consórcio Público.

§ 2º - O Coordenador Executivo perceberá a remuneração estabelecida para a função, acaso não perceba qualquer outro tipo de vencimento, salário ou subsídio de qualquer outro órgão de Ente Federado ou de Município consorciado.

§ 3º - O ocupante do emprego de Coordenador Executivo será nomeado por resolução do Presidente do Consórcio Público, observadas as disposições deste Estatuto, devendo tomar posse e entrar em exercício na forma do regulamento do quadro de pessoal do CIAPS.

Art. 32 - Mediante proposta do Presidente do Consórcio Público, aprovada pela Assembleia Geral, poderá haver redesignação interna de funções na Diretoria e/ou delegação de competência.

Art. 33 - A Diretoria deliberará sobre atos de gestão do Consórcio Público e executará todas as deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo Único - As deliberações da Diretoria serão externadas na forma de Resolução, numeradas sequencialmente.

Art. 34 - Sem prejuízo de outras atribuições contempladas neste Estatuto ou por deliberação da Assembleia Geral, compete à Diretoria:

I - Julgar recursos relativos à:

- homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;
- impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;
- aplicação de penalidades a servidores do Consórcio Público;

II - Autorizar que o Consórcio Público ingresse em juízo, reservado

ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

III - Autorizar a contratação e a dispensa ou a exoneração de empregados e de servidores temporários;

IV - Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio Público.

Art. 35 - Para exercício da função de Coordenador Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CIAPS.

CAPÍTULO XI

DO CONSELHO FISCAL

Art. 36 - O Conselho Fiscal é composto por três Conselheiros, sendo dois secretários municipais de saúde indicados por seus pares e um Prefeito eleito pela Assembleia Geral realizada no mês de dezembro de cada ano, para mandato de um ano, o qual coincidirá com o ano civil.

§ 1º - Os membros do Conselho Fiscal não serão remunerados, sob pretexto ou forma alguma, sendo, entretanto, o exercício do mandato considerado serviço público relevante.

§ 2º - Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembleia Geral, exigida a presença de 2/3 dos representantes dos Entes consorciados.

Art. 37 - A Assembleia Geral reunir-se-á mediante convocação para eleição do Conselho Fiscal.

§ 1º - Nos primeiros trinta minutos de reunião serão apresentadas as indicações dos dois secretários municipais de saúde que integrarão o Conselho Fiscal, bem como as candidaturas dos prefeitos interessados para a vaga em disputa.

§ 2º - As candidaturas serão sempre pessoais, vedada à inscrição ou apresentação de chapas.

§ 3º - Poderá se candidatar ao Conselho Fiscal qualquer representante de Ente consorciado.

§ 4º - A eleição do Conselho Fiscal realizar-se-á por meio de voto aberto sendo que cada eleitor somente poderá votar em um candidato para cada vaga efetiva.

§ 5º - Considera-se eleito membro efetivo o candidato com maior número de votos e, como membro suplente, os candidatos que se seguirem em número de votos.

§ 6º - Em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.

§ 7º - Na inexistência de candidatos, serão indicados tantos nomes quanto necessários, dentre os representantes dos Entes consorciados não atingidos pelo impedimento de que trata o § 8º deste artigo, passando-se a eleição por aclamação na mesma Assembleia Geral.

§ 8º - Não poderá participar do Conselho Fiscal o representante de Ente consorciado que for eleito para Presidente ou Vice-Presidente do Consórcio Público.

Art. 38 - Sem prejuízo de outras atribuições contempladas neste Estatuto ou por deliberação da Assembleia Geral, compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do Consórcio Público, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas.

Parágrafo Único - O disposto no "caput" deste artigo, não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada Ente consorciado e nem a fiscalização dos respectivos Conselhos Municipais de Saúde, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao Consórcio Público.

Art. 39 - O Conselho Fiscal será presidido pelo membro mais idoso, ao qual compete convocar as reuniões, com antecedência mínima de vinte e quatro (24) horas, mediante comunicação direta aos demais Conselheiros.

§ 1º - Os trabalhos do Conselho Fiscal do Consórcio Público serão secretariados por empregado ou servidor designado pela Diretoria, registrando-se em ata as deliberações adotadas.

§ 2º - O Conselho Fiscal poderá convocar membro da Diretoria para esclarecer a motivação dos atos administrativos ou justificar os procedimentos seguidos na administração dos interesses do Consórcio Público.

§ 3º - As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO XII DOS RECURSOS HUMANOS

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio Público os contratados para ocupar os empregos públicos previstos nos artigos 46 e 47 deste Estatuto e os servidores cedidos pelos Entes consorciados, bem como, em caso de necessidade motivada, pessoas físicas ou jurídicas contratadas por meio de licitação, na forma da lei.

§ 1º - A participação do Conselho Fiscal ou de outros órgãos diretivos que sejam criados pelo Estatuto ou por deliberação da Assembleia Geral, bem como a participação dos representantes dos Entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio Público não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

§ 2º - O Presidente não será remunerado e não poderá receber qualquer quantia do Consórcio Público, em razão do exercício dessa função, observando-se o disposto no § 1º do artigo 31 deste Estatuto.

§ 3º - O Coordenador Executivo perceberá o salário estabelecido para o emprego, observando-se o disposto no § 2º do artigo 31 deste Estatuto, bem como as demais vantagens estabelecidas em Lei ou no Protocolo de Intenções ratificado.

Art. 41 - Os empregados públicos efetivos, comissionados ou contratados temporariamente pelo Consórcio Público são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social.

§ 1º - O regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público, a ser definido por resolução aprovada pela Assembleia Geral, obedecido ao disposto no Protocolo de Intenções, no Contrato de consórcio e neste Estatuto, tratará especialmente da descrição das funções, dos requisitos para ocupação dos empregos públicos, da

forma de recrutamento, dos benefícios funcionais, da jornada de trabalho, dos direitos e deveres e do regime disciplinar.

§ 2º - A exoneração ou demissão de empregados públicos dependerá de ato administrativo da Diretoria, motivado no caso de dispensa por iniciativa do Consórcio Público, observada as demais formalidades legais.

§ 3º - Os empregados não poderão ser cedidos para nenhuma entidade ou organização, inclusive para os próprios Entes consorciados, sem prejuízo da possibilidade de prestação de serviços na sua área de atuação, através do Consórcio Público.

§ 4º - Os Entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores efetivos, na forma e condições da legislação de cada um, observado o disposto no § 1º do artigo 21 deste Estatuto.

§ 5º - Os servidores efetivos recebidos em cessão, na forma do § 4º deste artigo, permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, com remuneração paga pelo órgão cedente, podendo, a critério da Assembleia Geral, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da remuneração de mercado para função que venham a desempenhar no CIAPS, no percentual de até 100% (cem por cento) de sua remuneração mensal do órgão de origem.

§ 6º - O pagamento de gratificação complementar na forma prevista no § 5º deste artigo, não configura vínculo novo do servidor cedido, para fins trabalhistas, contudo o CIAPS efetuará a retenção e recolherá os encargos tributários correspondentes.

§ 7º - Na hipótese do § 4º deste artigo, o Ente da Federação consorciada cedente deverá assumir a manutenção da remuneração regular do servidor e dos encargos, donde tais pagamentos serão contabilizadas como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no Contrato de Rateio e/ou ressarcidos mensalmente pelo CIAPS.

Art. 42 - O quadro de pessoal do CIAPS é composto pelos empregos públicos constantes dos artigos 46 e 47 deste Estatuto, remunerados em conformidade com o Protocolo de Intenções, com o Contrato de Consórcio Público e com este Estatuto.

§ 1º - Os empregos permanentes do Consórcio Público serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, na forma do regulamento do quadro de pessoal do CIAPS.

§ 2º - O(s) emprego(s) previsto(s) no artigo 46 deste Estatuto será(ão) de livre nomeação e exoneração.

§ 3º - A remuneração dos empregos públicos é a definida nos artigos 46 e 47 deste Estatuto, observadas as condições de desenvolvimento funcional estabelecidas no artigo 53 para os empregos permanentes.

§ 4º - Após deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

§ 5º - O aumento do número de vagas, o reenquadramento salarial ou a criação de novos empregos públicos depende de prévia deliberação da Assembleia Geral, da alteração do Protocolo de Intenções e do presente Estatuto, de autorização legislativa própria editada por todos os Entes consorciados e do aditamento ao Contrato de Consórcio Público.

§ 6º - A contratação de profissionais para o(s) emprego(s) de que trata o artigo 46, bem como a declaração de abertura de vagas e a autorização para início do processo de recrutamento para os empregos de provimento efetivo ou para as contratações temporárias, depende de prévia justificação da necessidade, da demonstração da viabilidade financeira e da aprovação em Assembleia Geral.

§ 7º - São requisitos básicos para ingresso no Quadro Funcional do Consórcio Público:

I - A nacionalidade brasileira.

II - O gozo dos direitos políticos.

III - A quitação com as obrigações militares e eleitorais.

IV - O nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego, e/ou os requisitos especiais para o seu desempenho.

V - Idade mínima de 18 (dezoito) anos.

VI - Aptidão física e mental.

VII - Possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), inclusive para eventual condução de veículos do CIAPS em deslocamentos a serviço, exceto se contratado na forma estabelecida no § 5º do art. 47 deste Estatuto.

§ 8º - As atribuições do emprego podem justificar a exigência de outros requisitos, estabelecidos na forma do § 1º do artigo anterior.

§ 9º - Sem prejuízo das atribuições do quadro funcional, fica instituído o Programa de Concessão de Estágio Não obrigatório aplicado ao estágio de estudantes, na forma da legislação federal específica, com disponibilidade de vagas em igual número de Entes Federados que integre o Consórcio Público.

§ 10 - O recrutamento de candidatos para as vagas de estágio, dentre o contingente de alunos das instituições de ensino conveniadas, será feito:

I - Diretamente pelo CIAPS através de processo seletivo simplificado, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II - Em caso de urgência ou necessidade imediata, diretamente pela Instituição de Ensino ou pelos Agentes de Integração, através de processo seletivo ou cadastro.

§ 11 - A carga horária de estágio ficará estabelecida em 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, remuneradas através de bolsa-estágio nos seguintes valores:

I - R\$ 433,80 (quatrocentos e trinta e três reais e oitenta centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II - R\$ 648,09 (seiscentos e quarenta e oito reais e nove centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

§ 12 - Sem prejuízo da contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e do pagamento da remuneração de que trata o parágrafo anterior, lhe será concedido:

I - Auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular);

II - Auxílio-alimentação, na forma concedida aos empregados em geral, proporcionalmente a jornada diária de estágio.

III - Período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares e antes do encerramento do contrato, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, ou proporcional nos demais casos, vedado sua indenização.

§ 13 - O Consórcio Público poderá, também, celebrar convênio de concessão de estágio obrigatório com Instituições de Ensino, assumindo responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e mediante remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido para contraprestação do estágio não obrigatório.

Art. 43 - Os editais de concurso público do CIAPS deverão atender ao contido no regulamento do quadro de pessoal, e serão subscritos pelo Presidente e/ou pelo Coordenador Executivo.

§ 1º - Será encaminhada cópia do edital de concurso público para conhecimento em todos os Entes consorciados, mediante divulgação pelos meios regulamentares.

§ 2º - O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o Consórcio Público mantiver na rede mundial de computadores - internet - bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial e em jornal de circulação regional.

§ 3º - Nos quinze primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no parágrafo anterior, poderá ser apresentadas impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em sete dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão será publicada no sítio que o Consórcio Público manter na rede mundial de computadores - internet.

Art. 44 - Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público consistente na substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público.

§ 1º - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado, percebendo a remuneração para ele prevista.

§ 2º - A contratação de que trata este artigo, será precedida de processo seletivo de provas ou de provas e títulos.

Art. 45 - As contratações temporárias observarão as disposições estabelecidas no art. 37, IX, da Constituição Federal, artigos 443, 445, 451 e 452 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e demais disposições deste Estatuto.

§ 1º - As contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogado justificadamente uma única vez até atingir o prazo máximo total de dois anos.

§ 2º - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções ou o alcance do prazo máximo de que trata o parágrafo anterior faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

§ 3º - O regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público disciplinará a contratação temporária de que trata este Estatuto.

SEÇÃO II

DO(S) EMPREGO(S) PÚBLICO(S) DE CONFIANÇA

Art. 46 - O Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS terá o(s) seguinte(s) emprego(s) público(s) de confiança em sua estrutura funcional:

Nº de Emprego(s)	Denominação do(s) Emprego(s)	Carga Horária Semanal	Salário/mês
1	Coordenador Executivo	40 hs	R\$ 4.000,00

§ 1º - O(s) emprego(s) público(s) de que trata o "caput" deste artigo é(são) de livre nomeação e exoneração, regido(s) pelo critério de confiança e obrigado(s) ao regime de dedicação integral ao serviço, donde poderá(ao) ser convocado(s) a trabalhos excepcionais além da carga horária regulamentar, sem remuneração adicional.

§ 2º - A nomeação será feita pelo Presidente do CIAPS, após regular aprovação da escolha pela Assembleia Geral do Consórcio Público, ao qual compete dar posse e fiscalizar o exercício funcional, observadas as disposições deste Estatuto e do regulamento do quadro de pessoal.

SEÇÃO III

dos empregos públicos PERMANENTES

Art. 47 - O Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS, terá os seguintes empregos públicos permanentes em sua estrutura funcional:

Nº de Emprego(s)	Denominação do(s) Emprego(s)	Carga Horária Semanal	Salário/mês
01	Médico	10 horas	R\$ 4.000,00
01	Enfermeiro	40 horas	R\$ 3.017,71
01	Assistente Social	30 horas	R\$ 2.753,81
01	Psicólogo	40 horas	R\$ 2.753,81
01	Técnico em Enfermagem	40 horas	R\$ 1.406,20
01	Auxiliar Administrativo	40 horas	R\$ 1.523,38
01	Motorista	40 horas	R\$ 1.113,00
01	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	R\$ 820,29

§ 1º - Os empregos públicos de que trata o "caput" deste artigo serão acessados, na forma do regulamento do quadro de pessoal, por meio de:

I - Concurso público, no caso de provimento efetivo;

II - Processo seletivo, no caso de contratação temporária.

§ 2º - Os atos de nomeação e posse, e os de contratação serão expedidos pela Diretoria, observados os procedimentos legais.

§ 3º - Além do pessoal referido neste artigo e no antecedente, o Consórcio Público poderá receber servidores efetivos que lhe

forem colocados à disposição, nos termos deste Estatuto.

§ 4º - Compete a Diretoria dar posse ao empregado efetivo, bem como proporcionar treinamento e fiscalizar o exercício funcional dos integrantes do quadro de pessoal, zelando pela pontualidade, assiduidade e eficiência dos empregados e colaboradores do Consórcio Público.

§ 5º - Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de emprego cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, na forma estabelecida no regulamento do quadro de pessoal, para as quais serão reservadas até 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso.

§ 6º - O concurso público será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em 02 (duas) etapas, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento de "preço público" fixado em Resolução, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

§ 7º - O concurso público terá validade de até 02 (dois) anos, a contar da sua homologação, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Diretoria.

§ 8º - Para coordenar todas as etapas do concurso público, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, a autoridade competente designará Comissão Especial composta de 03 (três) servidores do CIAPS, facultada, em caso de necessidade, a designação de servidores efetivos de qualquer um dos Entes Consorciados.

§ 9º - O Coordenador Executivo ou a Comissão Especial de que trata o parágrafo anterior, mediante autorização do Presidente do Consórcio Público, poderá contratar instituição especializada ou confiar a uma instituição de ensino, a elaboração, aplicação e correção das provas.

§ 10 - Observar-se-ão, na realização dos concursos as seguintes normas:

I - A abertura de concurso público se dará por edital, cujo extrato será publicado na imprensa local por 02 (duas) vezes, disponibilizado em site da internet e afixado em mural público de fácil acesso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias entre a última divulgação e a primeira etapa/prova a ser realizada, de que constem:

- a) o número de vagas oferecidas, denominação dos empregos e respectivos salários;
- b) o tipo de concurso, se de provas ou de provas e títulos, e, se for o caso, os títulos exigidos;
- c) as condições para inscrição e provimento do emprego;
- d) tipo, natureza e programa das provas;
- e) a forma de julgamento das provas e dos títulos;
- f) os limites de pontos atribuíveis a cada prova e aos títulos;
- g) os critérios e os níveis de habilitação, classificação e desempate;
- h) o prazo das inscrições;
- i) a forma de comprovação dos requisitos para a inscrição;
- j) a época da:
 - 1 - realização das provas constando o dia, horário e local;
 - 2 - publicação nominal das inscrições homologadas com o número da inscrição;
 - 3 - publicação dos aprovados por ordem de classificação, constando o número da inscrição e o nome do candidato;
 - 4 - o prazo de validade do concurso, que não excederá de dois anos, prorrogável por igual período.

II - O limite mínimo de idade para inscrição em concurso será de

18 (dezoito) anos, completados até a data limite para inscrição.

III - Aos candidatos serão assegurados amplos meios de recursos, nas fases de homologação das inscrições, publicações de resultados parciais ou globais, homologação do concurso e contratação de candidatos.

IV - Interposto recurso, o candidato poderá participar condicionalmente das provas que se realizarem, e no caso do não provimento do recurso, as provas serão anuladas e desconsideradas.

V - Terá preferência para a contratação, em caso de empate na classificação, sucessivamente, o candidato:

- a) que tiver obtido melhor grau na matéria de peso mais elevado, estabelecida no edital.
- b) que tiver maior idade, considerando-se a data de nascimento.
- c) que tiver maior número de dependentes, observada a legislação previdenciária.

VI - Os critérios e demais condições mencionadas neste parágrafo serão estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal do CIAPS.

SEÇÃO IV DOS SALÁRIOS E DA REMUNERAÇÃO

Art. 48 - Salário é a retribuição pecuniária pelo exercício do emprego público, com valor fixado na forma do "caput" dos artigos 46 e 47 deste Estatuto.

§ 1º - O valor dos salários será alterado uniformemente, através de Resolução da Diretoria do CIAPS em face da Revisão Geral Anual.

§ 2º - Remuneração é o salário do emprego público, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas neste Estatuto ou em lei.

§ 3º - O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego, sendo que esta poderá ser aumentada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), com o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração.

§ 4º - Além do salário, poderá ser pago ao empregado as seguintes vantagens:

I - Indenizações;

II - Auxílios pecuniários;

III - Gratificações;

IV - Adicionais.

§ 5º - As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao salário para qualquer efeito.

§ 6º - As gratificações e os adicionais integram a remuneração do empregado, nos casos e condições indicados em Lei, neste Estatuto ou no regulamento do quadro de pessoal, devendo ser nominalmente identificado e destacado.

§ 7º - As vantagens pecuniárias não serão acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

§ 8º - Os adicionais e gratificações devidos aos empregados em

razão do exercício do emprego serão calculadas na forma da lei ou do regulamento do quadro de pessoal, atendendo as situações específicas de sua aplicabilidade e incidirão sempre tão somente sobre o salário atribuído ao empregado.

SUBSEÇÃO I DAS INDENIZAÇÕES

Art. 49 - Conceder-se-á:

I - Indenização de transporte ao empregado que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, conforme dispuser o regulamento do quadro de pessoal, observado o limite de ¼ do valor do litro do combustível gasolina, por quilometro.

II - Adiantamento de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.

§ 1º - Na hipótese do empregado receber adiantamento de viagem e não realizar o deslocamento, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar em prazo menor que o previsto, restituirá os valores recebidos em excesso, no mesmo prazo.

§ 2º - Os adiantamentos de viagens serão requeridos em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

§ 3º - Aplica-se o disposto nesta subseção, e seus regulamentos, aos servidores públicos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou paraestatal, e aos contratados temporariamente.

Art. 50 - Será concedido vale transporte na forma da legislação federal específica ao empregado que o requerer, bem como o auxílio transporte para o(s) estagiário(s), para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa.

SUBSEÇÃO II DOS AUXÍLIOS PECUNIÁRIOS

Art. 51 - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas neste Estatuto, a Diretoria poderá conceder aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários, o auxílio alimentação proporcional a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal, limitado ao valor máximo diário de R\$ 20,00 (vinte reais).

SUBSEÇÃO III DAS GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS

Art. 52 - Além do salário e das demais vantagens previstas em lei ou neste Estatuto, poderá ser deferido aos empregados as seguintes gratificações e adicionais:

I - Gratificação natalina, na forma estabelecida em Lei;

II - Gratificação complementar, na forma estabelecida no § 5º do artigo 41 deste Estatuto;

III - Adicional por serviço extraordinário, na forma da Lei;

IV - Adicional de férias, na forma da Lei;

V - Adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso, na forma da Lei;

VI - Adicional noturno, na forma da Lei;

VII - Adicional por qualificação.

Parágrafo único - O valor da gratificação complementar de que trata o inciso II deste artigo poderá ser reduzido nos casos em que sua aplicação integral acarrete o pagamento de remuneração superior ao valor do salário estabelecido para o emprego de Coordenador Executivo.

Art. 53 - O adicional por qualificação corresponderá a um acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o salário do empregado efetivo, limitado ao máximo de 30% (trinta por cento), por força da qualificação profissional obtida além daquela prevista para ocupação do emprego e que guarde correlação direta com as atribuições deste, observado interstício de cinco anos de exercício no emprego para cada período aquisitivo.

§ 1º - Para habilitar-se ao adicional por qualificação o empregado deverá atender, cumulativamente, as seguintes condições:

I - Ter concluído curso de pós-graduação, especialização, mestrado ou doutorado ou ter completado 150 (cento e cinquenta) horas de cursos/seminários/palestras, dentre outros, sempre em temas correlatos com o emprego ocupado;

II - Ter completado 05 (cinco) anos de serviço no Consórcio Público, ininterruptos ou não, para o primeiro período aquisitivo, e interstício de igual tempo para os períodos aquisitivos subsequentes.

§ 2º - Fica prejudicada a contagem regular do período aquisitivo para o adicional de que trata este artigo, se o empregado apresentar qualquer uma das seguintes ocorrências em sua vida funcional:

I - Tiver sido condenado em processo criminal, por decisão definitiva, ou sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II - Tiver mais de 05 (cinco) faltas injustificadas no período aquisitivo;

III - Tiver se afastado de suas funções por período contínuo superior a trinta dias, independentemente de percepção ou não de remuneração, exceto para os casos de exercício de emprego de confiança no próprio Consórcio Público ou em Ente consorciado.

§ 3º - O empregado que no decorrer do período aquisitivo incidir nas hipóteses do parágrafo anterior, perderá o tempo decorrido, iniciando-se novo período aquisitivo quinquenal após a cessação do impedimento.

SEÇÃO V DAS ATRIBUIÇÕES E DESCRIÇÕES DOS EMPREGOS

Art. 54 - Os empregos públicos de que tratam os artigos 46 e 47 deste Estatuto terão suas atribuições e descrições disciplinadas pelo regulamento do quadro de pessoal, observadas as seguintes diretrizes mínimas:

I - Para o emprego de COORDENADOR EXECUTIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desempenhar as atribuições de gestão e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos

consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CIAPS.

II - Para o emprego de MÉDICO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar atividade de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva; Examinar o paciente, auscultando, palpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo ao especialista; Analisar e interpretar resultados de exames de raios X, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico; Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados para conservar ou restabelecer a saúde do paciente; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada; Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender a determinações legais; Atender a urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

III - Para o emprego de ENFERMEIRO(A):

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar ações educativas, preventivas e curativas, na área da saúde pública; Selecionar e executar ações de enfermagem de acordo com as prioridades, necessidades e características de cada caso, particularmente para: gestantes e crianças de alto risco, bem como, outros clientes que apresentam risco para si próprio ou para a comunidade; Coordenar e supervisionar a organização e execução das atividades de enfermagem, desenvolvidas nas Unidades de atendimento sob sua responsabilidade, levando em conta os demais elementos da equipe de saúde do Centro de Saúde; Supervisionar e avaliar sistematicamente os registros e anotações das atividades realizadas pelo pessoal de enfermagem; Assegurar condições adequadas de limpeza, preparo, esterilização e manuseio do material em uso; Verificar sistematicamente o funcionamento de aparelhos utilizados na área de enfermagem, providenciando reparação ou substituição quando for o caso; Participar na supervisão das atividades de matrícula e fichário central; Verificar periodicamente as condições de conservação e prazo de validade de soros e vacinas; Promover o inter-relacionamento das atividades internas e externas do CAPS desenvolvidas pelo pessoal de enfermagem; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

IV - Para o emprego de ASSISTENTE SOCIAL:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Planejar e executar atividades que visam a assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida, bem como busca garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos Segmentos sociais mais vulneráveis às crises sócio-econômicas; Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional, baseando-se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas; Promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, desenvolvendo suas potencialidades; Programar a ação básica de uma comunidade no campo social e outros, valendo-se da análise dos recursos e das carências sócio-econômicas dos indivíduos e da comunidade; Assistir as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional e outros; Desenvolver outras atividades de caráter comunitário que possam ser utilizadas como elemento catalisador da potencialidade dos indivíduos na solução de seus próprios problemas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

V - Para o emprego de PSICÓLOGO(A):

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar nos processos intra e interpessoais e nos mecanismos de comportamento humano; Elaborar e ampliar técnicas psicológicas, como teste para determinação de características afetivas, intelectuais, sensoriais ou motoras; Técnicas psicoterápicas e outros métodos de verificação, para possibilitar a orientação, seleção e treinamento de campo profissional, no diagnóstico e na identificação e interferência nos fatores determinantes na ação do indivíduo, em sua história pessoal, familiar, educacional e social; Atendimento familiar, e individual, visitas domiciliares; Assessoria e orientação aos casos encaminhados pelo Conselho Tutelar; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

VI - Para o emprego de TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Auxiliar no atendimento à pacientes nas unidades hospitalares e de saúde pública sob supervisão; Orientar e revisar o auto cuidado do cliente a alimentação e higiene pessoal; Executar a higienização ou preparação dos clientes para exames ou atos cirúrgicos; Zelar pela limpeza, conservação e assepsia do material e do instrumental; Executar e providenciar a esterilização de salas e do instrumento adequado às intervenções programadas; Manter atualizado o prontuário dos pacientes; Verificar a temperatura, pulso e respiração e registrar os resultados nos prontuários; Ministrar medicamentos, aplicar imunizantes e fazer curativos; Fazer a orientação sanitária de indivíduos em unidade de saúde; Atividade auxiliar, na área de enfermagem, desenvolvidas junto ao indivíduo, família a comunidade visando a prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso Técnico na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

VII - Para o emprego de AUXILIAR ADMINISTRATIVO:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Exercer atividades de ordem auxiliar em executar atividades de caráter administrativo, financeiro, tributário e fiscal, sob supervisão da chefia imediata; fazer encaminhamentos, procedimentos e trabalhos que lhe forem atribuídos pela chefia imediata; digitar e ou datilografar processos de rotinas internas ou externas; prestar atendimento ao público em todas as áreas que lhe forem fixadas; transcrever atos oficiais; preencher formulários, fichas e outros; codificar e arquivar documentos; providenciar e preparar material de expediente; executar outras atividades correlatas.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Escolaridade Nível Médio

VIII - Para o emprego de MOTORISTA:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Dirigir veículos de passageiros e transporte de pacientes; Manter o veículo em condições de conservação e funcionamento, providenciando conserto, abastecimento, lubrificação, limpeza e troca de peças; Atender às normas de segurança e higiene no trabalho; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Escolaridade de Nível Médio; CNH categoria "C".

IX - Para o emprego de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Operar eletrodomésticos e outros equipamentos e utensílios; Lavar manualmente ou por meios mecânicos louças, talheres e utensílios; Fazer e servir café, água e outros alimentos solicitados nas dependências dos órgãos; Preparar e servir refeições e proceder a aquecimento de alimentos; Receber e examinar o material destinado à preparação de alimentos e bebidas e acondicioná-los em recipientes adequados; Informar previamente à Chefia imediata sobre a necessidade de material para o desenvolvimento normal dos serviços; Manter e zelar pela conservação dos equipamentos e utensílios utilizados; Efetuar o controle do material existente no setor, discriminando-o por peças e respectivas quantidades, para manter o estoque e evitar extravios; Executar serviços de limpeza e conservação, zelando pela ordem e segurança no ambiente de trabalho, observando as normas e instruções, para prevenir acidentes; Notificar toda e qualquer ocorrência que dificulte o bom andamento dos trabalhos, visando o conserto ou reparo de aparelhos ou substituição de materiais; Manter o ambiente de trabalho limpo e com boa aparência; Proceder a coleta e remoção de resíduos, aplicação de ceras industriais, conservantes, lustradores e limpadores em móveis e pisos, retirada do pó ou varrição de pisos, carpetes e tapetes nos escritórios e áreas externas; Coleta e remoção de papéis usados, colocação de desodorizantes, aplicação de detergentes, lavagem e higienização em sanitários; Retirada de resíduos e limpeza dos vidros das portas e janelas; Reposição de materiais de higiene pessoal, tudo visando ao asseio e conservação dos prédios públicos e das áreas limítrofes; Efetuar corte de grama, bem como a poda de árvores e arbustos; Capinagem de áreas verdes com a retirada de todo material para depósito de lixo; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Escolaridade de Ensino Fundamental Completo.

SEÇÃO VI
DOS DEVERES E DO REGIME DISCIPLINAR

SUBSEÇÃO I
DOS DEVERES

Art. 55 - São deveres do empregado, além de outras obrigações expressas que lhe sejam impostas por lei ou pelo regulamento do quadro de pessoal:

I - Respeitar o regime de horário de trabalho que lhe for estabelecido bem como o registro de entradas e saídas, horas extras e autorização para tal e ainda proceder à anotação do registro do ponto;

II - Acatar com presteza e boa vontade as ordens que lhe forem dadas pelo Presidente, Coordenador Executivo e demais Chefes;

III - Desempenhar suas atribuições com honestidade, atenção e critério, visando sempre o atendimento dos objetivos do Consórcio Público e cooperando para o perfeito andamento dos serviços;

IV - Comportar-se com ordem, disciplina e urbanidade no trato com os colegas de trabalho e com os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e servidores dos Municípios Consorciados, para que seja mantido o espírito de cordialidade e cooperação indispensável ao desempenho das tarefas;

V - Apresentar-se ao trabalho adequadamente trajado;

VI - Guardar segredo, quando necessário, sobre fatos que lhe chegam ao conhecimento em virtude do seu constante relacionamento com os representantes dos Municípios Consorciados;

VII - Comunicar ao Chefe imediato quaisquer fatos ou informações que possam interessar ao Consórcio Público e ao serviço;

VIII - Oferecer, quando pedidas ou espontaneamente, quaisquer sugestões que possam representar melhoria dos serviços;

IX - Atender, na forma das disposições legais, a prorrogação do horário de trabalho quando exigir o serviço e a juízo do Coordenador Executivo;

X - Devotar-se, inteiramente, aos encargos que lhe forem delegados, não aceitando atribuições estranhas que possam influir na sua produtividade e que provoquem incompatibilidade de horário, sobrepondo os interesses do Consórcio a quaisquer outros de ordem pessoal;

XI - Atender com presteza:

- a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressaltadas as protegidas por sigilo;
- b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;
- c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública;

XII - Zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

XIII - Representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

XIV - Manter atualizado seus dados cadastrais junto ao Consórcio Público.

Parágrafo Único - A representação de que trata o inciso XIII será

encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representado a ampla defesa.

SUBSEÇÃO II
DAS PROIBIÇÕES

Art. 56 - Ao empregado é especialmente proibido:

I - Referir-se de modo depreciativo aos superiores ou a seus atos, bem como aos colegas e representantes dos Municípios;

II - Promover, nas dependências do Consórcio Público, manifestação de apreço ou desapeço a pessoas ou a entidades, propaganda política ou aliciamento partidário;

III - Receber propinas, comissões ou vantagens indevidas de qualquer espécie, em razão do emprego;

IV - Fornecer informações que possam comprometer o Consórcio Público ou os Municípios consorciados;

V - Executar, durante o expediente, serviços estranhos ao CIAPS, sendo, também, proibido o uso de material do Consórcio Público para fins particulares;

VI - Retirar-se do trabalho durante as horas de expediente, sem permissão, ou perturbar os colegas de trabalho com conversas estranhas ao serviço;

VII - Utilizar-se de aparelhos, equipamentos e veículos do Consórcio no interesse particular próprio ou de terceiros;

VIII - Ocupar concomitantemente ao emprego do Consórcio qualquer cargo ou emprego remunerado no serviço público, exceto nos casos de acumulação permitida pela Constituição Federal e mediante comprovada compatibilidade de horários;

IX - Prestar serviços particulares aos Municípios consorciados, diretamente ou através de interposta pessoa, mediante o recebimento de remuneração ou vantagem, ou exercer atividades incompatíveis com as atividades do Consórcio Público;

X - Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

XI - Recusar fé a documentos públicos e/ou opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

XII - Cometer a pessoa estranha ao Consórcio Público, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de seu subordinado;

XIII - Manter sob sua chefia imediata, cônjuge, companheiro ou parente até segundo grau civil;

XIV - Participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comércio, e, nessa qualidade, transacionar com o Consórcio Público;

XV - Cometer qualquer das condutas tipificadas no art. 482 da CLT;

XVI - Comparecer no trabalho em estado de embriaguez ou sob efeito de qualquer outra droga capaz de afetar a consciência;

XVII - Praticar usura sob qualquer de suas formas;

XVIII - Recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando

solicitado.

SUBSEÇÃO III DAS RESPONSABILIDADES

Art. 57 - Pelo exercício irregular de suas atribuições, o empregado está sujeito às sanções disciplinares e outras de caráter trabalhista, bem como à responsabilização civil e criminal.

§ 1º - A reparação de eventual prejuízo causado pelo empregado ao Consórcio Público, direta ou indiretamente, é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

§ 2º - Quando necessário, o Consórcio deve promover ação regressiva contra o empregado.

§ 3º - As multas de trânsito são de responsabilidade do empregado que estiver utilizando o veículo, podendo ser pagas pelo Consórcio e descontadas da remuneração do empregado em até 03 (três) parcelas, mediante requerimento do interessado.

§ 4º - Sem prejuízo das sanções disciplinares, o empregado pode ser responsabilizado por:

I - Soncação de valores, objetos, aparelhos e equipamentos confiados a sua guarda e responsabilidade;

II - Faltas, danos, avarias e quaisquer prejuízos que venham a sofrer os bens e os materiais sob sua guarda ou sujeitos a sua fiscalização, exame ou conferência;

III - Qualquer prejuízo que causar ao patrimônio ou a quaisquer bens e direitos do Consórcio Público, dos Municípios consorciados ou de terceiros, por culpa, dolo, ignorância, indolência, negligência ou omissão.

SUBSEÇÃO IV DAS PENALIDADES

Art. 58 - São penalidades disciplinares:

I - Advertência;

II - Repreensão;

III - Suspensão;

IV - Demissão.

§ 1º - A pena de advertência será aplicada verbalmente pelo Coordenador Executivo, quando o empregado deixar de cumprir os deveres funcionais.

§ 2º - A pena de repreensão será aplicada pelo Coordenador Executivo quando o empregado for reincidente na falta de cumprimento de seus deveres, devendo ser escrita e anotada em sua ficha funcional e garantido ao empregado o pleno direito de defesa.

§ 3º - A pena de suspensão ocorre quando houver dolo, ou culpa na falta de cumprimento dos deveres pelo empregado ou por reincidência na falta de cumprimento de seus deveres pela qual já tenha sido repreendido.

§ 4º - A pena de suspensão, aplicada pelo Presidente ou pelo Coordenador Executivo, deve ser graduada em períodos de 03 (três), 07 (sete) ou 15 (quinze) dias, conforme a gravidade da infração cometida e dos danos acarretados aos serviços do Consórcio

Público.

§ 5º - A demissão deve ser aplicada nos casos definidos como falta grave.

§ 6º - Na aplicação das penalidades deve ser considerada a vida funcional do empregado, a natureza e gravidade da falta e os danos que dela decorrerem para o Consórcio Público ou para terceiros.

§ 7º - As penalidades de advertência e de repreensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o empregado não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

§ 8º - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de salário ou remuneração, ficando o empregado obrigado a permanecer em serviço.

SEÇÃO VII DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 59 - A autoridade ou chefia que tiver ciência de irregularidade praticada por qualquer empregado do Consórcio Público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

§ 1º - As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

§ 2º - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

Art. 60 - Da sindicância poderá resultar:

I - Arquivamento do processo;

II - Aplicação de penalidade de advertência ou suspensão;

III - Instauração de processo disciplinar.

§ 1º - O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade competente.

§ 2º - Sempre que o ilícito praticado pelo empregado ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 07 (sete) dias, de demissão do emprego efetivo ou destituição do emprego em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

SUBSEÇÃO I DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 61 - Como medida cautelar e a fim de que o empregado não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do emprego, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo Único - O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

SUBSEÇÃO II DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 62 - O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de empregado por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do emprego em que se encontre investido.

§ 1º - O processo disciplinar será conduzido por comissão processante especial composta de três empregados, designados pela autoridade competente que indicará, dentre eles, o seu presidente.

§ 2º - A comissão terá como secretário, empregado designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

§ 3º - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

§ 4º - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse do Consórcio Público.

§ 5º - O prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 6º - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

§ 7º - Será assegurado transporte aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

§ 8º - As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado, e serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 63 - O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - Instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;

II - Inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório;

III - Julgamento.

SUBSEÇÃO III DO INQUÉRITO

Art. 64 - O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

§ 1º - Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa da instrução.

§ 2º - Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

§ 3º - Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

§ 4º - É assegurado ao empregado o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 5º - O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 6º - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independe de conhecimento especial de perito.

§ 7º - As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

§ 8º - Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

§ 9º - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 10 - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 11 - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

§ 12 - Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado.

§ 13 - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 14 - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

§ 15 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos 01 (um) médico psiquiatra.

§ 14 - O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição de laudo pericial.

Art. 65 - Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do empregado, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§ 1º - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na secretaria do Consórcio Público.

§ 2º - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte dias).

§ 3º - No caso de recusa do indiciado em exarar o ciente na cópia do mandado, a recusa não lhe aproveitará, e o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que procedeu ao ato de citação.

§ 4º - O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

§ 5º - Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

§ 6º - Na hipótese do parágrafo anterior, o prazo para defesa será de dez dias, contados do dia útil seguinte a publicação do edital.

§ 7º - Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 8º - A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo.

Art. 66 - Apiciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do empregado.

§ 2º - Reconhecida a responsabilidade do empregado, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

§ 3º - O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

SUBSEÇÃO IV DO JULGAMENTO

Art. 67 - No prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

§ 2º - Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

§ 3º - Reconhecida pela comissão a inocência do empregado, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

§ 4º - Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando transladado na repartição.

Art. 68 - O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

§ 1º - Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o empregado de responsabilidade.

§ 2º - Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, o saneamento do processo, com o refazimento dos atos anulados, suprimindo as irregularidades.

§ 3º - O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

§ 4º - A autoridade julgadora que der causa à prescrição, será responsabilizada na forma da Lei.

§ 5º - Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do empregado.

Art. 69 - O empregado que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

SUBSEÇÃO V DA REVISÃO DO PROCESSO

Art. 70 - O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do empregado, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º - No caso de incapacidade mental do empregado, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

§ 3º - No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

§ 4º - A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

§ 5º - O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Presidente do Consórcio Público que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido a autoridade competente para providenciar a constituição de nova comissão processante, na forma deste Estatuto e do regulamento do quadro de pessoal.

§ 6º - A revisão correrá em apenso ao processo originário.

§ 7º - Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

§ 8º - A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

§ 9º - Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

Art. 71 - O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º - O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

§ 2º - Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do empregado, exceto em relação à destituição do emprego em comissão, que será convertida em exoneração.

§ 3º - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

CAPÍTULO XIII DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

Art. 72 - Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade de quem lhe deu causa, todas as contratações do Consórcio Público observarão ao disposto na legislação de licitações e contratos administrativos.

§ 1º - O Consórcio Público poderá realizar licitação cujo instrumento convocatório preveja contratos a serem celebrados pela Administração direta ou indireta dos Entes da Federação consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei no 8.666, de 21/06/1993.

§ 2º - O Consórcio Público poderá manter sistema de registro de preços, observado o disposto no parágrafo anterior.

§ 3º - Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

Art. 73 - Acaso o Consórcio Público não possua empregados públicos permanentes para integrarem a Comissão de Licitações, esta poderá funcionar com a designação de servidores efetivos de qualquer um dos Entes consorciados.

Parágrafo Único - Aplica-se também o disposto no caput deste artigo para os casos de designação de pregoeiro(s) e membros da respectiva equipe de apoio, para o caso de licitações realizadas sob a modalidade de pregoão eletrônico e/ou presencial.

Art. 74 - Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

Art. 75 - Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo Consórcio Público.

Art. 76 - O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, por maioria de dois terços de seus membros, poderá determinar que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

CAPÍTULO XIV DO PATRIMÔNIO

Art. 77 - O patrimônio do Consórcio Público será constituído pelos:

I - Bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - Bens e direitos que lhe forem transferidas por entidades públicas ou privadas.

§ 1º - A alienação dos bens imóveis que integram o patrimônio do Consórcio Público será submetida à apreciação da Assembleia Geral convocada para este fim, que a aprovará pelo voto de 2/3 (dois terços) dos prefeitos dos municípios consorciados presentes.

§ 2º - A alienação de bens móveis dependerá unicamente da aprovação da Diretoria, quando inservíveis para os fins do Consórcio Público.

CAPÍTULO XV DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Art. 78 - A execução das receitas e das despesas do Consórcio Público obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 79 - Constituem recursos financeiros do Consórcio Público:

I - As contribuições mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembleia Geral, expressas em "Contrato de Rateio", de acordo com a Lei;

II - A remuneração de outros serviços prestados pelo Consórcio Público aos consorciados ou para terceiros;

III - Os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV - Os saldos do exercício, quando vinculados a investimentos previstos no Plano Plurianual de Trabalho;

V - As doações e legados;

VI - O produto de alienação de seus bens livres;

VII - O produto de operações de crédito;

VIII - As rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX - Os créditos e ações;

X - As transferências voluntárias decorrentes de convênios, ajustes, termos de cooperação ou programas.

Parágrafo Único - O produto da arrecadação do imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Consórcio Público, será repassado aos Entes consorciados na proporção de sua participação para manutenção do CIAPS, podendo haver compensação contábil com as obrigações estabelecidas no contrato de rateio.

Art. 80 - Os Entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio Público:

I - Para o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Contrato de Consórcio Público e neste Estatuto, devidamente especificados;

II - Quando tenham contratado o Consórcio Público para a prestação, direta ou indireta, de serviços na forma de Contrato de Prestação de Serviço ou por meio de Contrato de Programa;

III - Na forma do respectivo Contrato de Rateio.

Parágrafo Único - Os Entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio Público.

Art. 81 - O Consórcio Público estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do CIAPS, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os Entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

Art. 82 - No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio Público deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

§ 1º - Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I - O investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II - A situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

§ 2º - Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no

sítio que o Consórcio Público mantiver na rede mundial de computadores - internet.

Art. 83 - Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o Consórcio Público fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Art. 84 - Fica o Consórcio Público autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por Entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras ou programas e/ou prestar serviços.

CAPÍTULO XVI DA REPRESENTAÇÃO DOS ENTES CONSORCIADOS

Art. 85 - Em assuntos de interesse comum dos Municípios ou de maior repercussão para as atividades do Consórcio Público, a Diretoria fica autorizada a representar os Entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo, inclusive com o objetivo de celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, receber transferências e/ou aplicar recursos, efetuar Prestação de Contas, e defender as causas municipais e/ou regionais.

Parágrafo Único - A Diretoria deverá relatar em Assembleia Geral todas as ações e providências adotadas com base na autorização de que trata este artigo, evitando interferência injustificada ou prejudicial aos interesses dos Municípios consorciados.

CAPÍTULO XVII DA SAÍDA DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 86 - A retirada de Ente Federado do Consórcio Público dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral, e somente se concretizará após a apresentação de lei local específica que autorize ou ratifique o ato de saída.

Art. 87 - A saída não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio Público.

§ 1º - Os bens destinados ao Consórcio Público pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - Decisão de 2/3 (dois terços) dos Entes federativos consorciados do Consórcio Público, manifestada em Assembleia Geral;

II - Expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III - Reserva da lei de ratificação do Protocolo de Intenções que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Contrato de Consórcio Público ou pela Assembleia Geral do CIAPS.

§ 2º - A saída do Ente Federado detentor de condição essencial ou em cujo território o Consórcio Público tenha instalações e/ou serviços implantados não poderá impedir ou inviabilizar a continuidade de atuação do CIAPS, nem prejudicar os demais Municípios consorciados.

Art. 88 - São hipóteses de exclusão de Ente consorciado, observada, necessariamente, a legislação respectiva:

I - A não inclusão, pelo Ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de Contrato de Rateio ou deliberação da Assembleia Geral;

II - A subscrição de Protocolo de Intenções para constituição de outro Consórcio Público com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;

III - A existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

§ 1º - A exclusão prevista no inciso I do caput deste artigo, somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o Ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º - As hipóteses de exclusão de que trata este artigo, não excluem outras disciplinadas em lei ou neste Estatuto.

Art. 89 - O procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão observará o seguinte trâmite:

I - Apresentação e leitura da denúncia em Assembleia Geral, a qual poderá ser apresentada oralmente ou por escrito por qualquer outro representante de Ente consorciado ou por membro da Diretoria, contendo a descrição da falta cometida pelo Ente consorciado;

II - Concessão de direito à defesa prévia oral pelo representante do Ente consorciado denunciado, na mesma Assembleia Geral em que ocorrer a leitura da denúncia ou na Assembleia Geral seguinte, mediante citação pessoal;

III - Deliberação da Assembleia Geral, por maioria simples de votos, pela admissibilidade ou não da denúncia;

IV - Intimação do representante do Ente consorciado denunciado para apresentação de defesa escrita no prazo de quinze (15) dias corridos, contados da intimação, no caso de admissibilidade da denúncia, assegurando-se o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa;

V - Emissão de parecer jurídico conclusivo sobre os fatos da denúncia e os elementos da defesa;

VI - Deliberação da Assembleia Geral, por maioria de votos, pela aplicação ou não da pena de exclusão, ou pela suspensão de que trata o § 1º do artigo anterior.

§ 1º - A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembleia Geral, exigido o mínimo de metade mais um dos votos, sem prejuízo da exigibilidade das obrigações já constituídas entre o consorciado apenado e o Consórcio Público.

§ 2º - Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto na legislação própria.

§ 3º - Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, e será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão.

CAPÍTULO XVIII DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 90 - Os Municípios consorciados autorizam a gestão associada dos serviços públicos de saúde mental na forma do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e deste Estatuto, os quais serão prestados conforme estes instrumentos ou conforme o contrato de programa.

Art. 91 - Para a consecução da gestão associada, os Municípios consorciados podem transferir ao Consórcio Público o exercício

das competências de planejamento, de gestão e/ou de execução dos serviços públicos.

Parágrafo Único - As competências cujo exercício poderá se transferir, incluem, dentre outras atividades:

I - A elaboração, a avaliação, a auditoria e o monitoramento de planos de trabalho, bem como de programas e seus respectivos orçamentos e especificações;

II - A elaboração de planos de investimentos para a expansão, a manutenção e a modernização dos sistemas e serviços em saúde;

III - A elaboração de planos de redução dos custos dos serviços em saúde;

IV - O acompanhamento e a avaliação das condições de prestação dos serviços em saúde;

V - O apoio à prestação dos serviços em saúde, destacando-se:
a) a aquisição, a guarda e a distribuição de materiais e medicamentos para a manutenção, a reposição, a expansão e a operação dos sistemas;
b) a manutenção de média e alta complexidade;
c) o controle de qualidade e monitoramento;
d) demais serviços de cunho administrativo e financeiro que se fizerem necessários.

Art. 92 - Fica o Consórcio Público autorizado a receber a transferência do exercício de outras competências referentes ao planejamento, a gestão e a execução de serviços públicos na área de saúde mental.

§ 1º - O Consórcio Público poderá conceder, permitir ou autorizar a particular a prestação dos serviços públicos objeto da gestão associada, seja em nome próprio, seja em nome de Entes consorciados, ficando também permitido estabelecer termo de parceria ou contrato de gestão que tenha por objeto quaisquer dos serviços sob regime de gestão associada.

§ 2º - Não será proibida a prestação de serviços públicos, objeto da gestão associada, pelo Consórcio Público através de administração indireta, desde que observado a aplicação da legislação de licitações e contratos administrativos.

Art. 93 - Será editada resolução específica para estabelecer normas complementares para o procedimento administrativo do Consórcio Público que tenha por objeto a elaboração de planos ou regulamentos de serviços públicos, bem como a atividade de fiscalização e exercício do poder disciplinar, hierárquico e de polícia.

CAPÍTULO XIX DO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 94 - Ao Consórcio Público somente é permitido comparecer a Contrato de Programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

§ 1º - O Consórcio Público também poderá celebrar Contrato de Programa com as Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração indireta dos Entes consorciados.

§ 2º - O disposto no "caput" deste artigo não prejudica que, nos Contratos de Programa celebrados pelo Consórcio Público, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

Art. 95 - São cláusulas necessárias do Contrato de Programa celebrado pelo Consórcio Público, observando-se necessariamente a legislação correspondente, as que estabeleçam:

I - O objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II - O modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III - Os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;

IV - Procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares, especialmente no que se refere aos subsídios cruzados;

V - Os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio Público, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

VI - Os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização dos serviços;

VII - A forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

VIII - As penalidades e sua forma de aplicação;

IX - Os casos de extinção;

X - Os bens reversíveis;

XI - Os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio Público relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;

XII - A obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio Público ao titular dos serviços;

XIII - A periodicidade em que o Consórcio Público deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XIV - O foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

§ 1º - No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - Os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II - As penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - O momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV - A indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - A identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e

administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - O procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas emergentes da prestação dos serviços.

§ 2º - Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do Município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio Público pelo período em que vigor o Contrato de Programa.

§ 3º - Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio Público para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

§ 4º - Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregue como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

§ 5º - A extinção do Contrato de Programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio Público, por razões de economia de escala ou de escopo.

§ 6º - O Contrato de Programa continuará vigente nos casos de:

I - O titular se retirar do Consórcio Público ou da gestão associada;

II - Extinção do Consórcio Público.

§ 7º - Os Contratos de Programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimento previstos na legislação.

CAPÍTULO XX DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 96 - A extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, autorizado ou ratificado mediante lei por todos os Entes consorciados.

§ 1º - Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, sendo que os demais bens, mediante deliberação da Assembleia Geral, serão alienados, se possível, e seus produtos rateados em cotas partes iguais aos consorciados.

§ 2º - Até que haja decisão que indique os responsáveis para cada obrigação, os Entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantidos o direito de regresso em face dos Entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º - Com a extinção, o pessoal cedido ao Consórcio Público retornará aos seus órgãos de origem.

Art. 97 - A alteração do Consórcio Público ou de seus instrumentos observará o procedimento estabelecido no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio, neste Estatuto e na legislação aplicável.

CAPÍTULO XXI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 98 - O CIAPS será regido pelo disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, por seu regulamento, pelo Contrato de Consórcio Público, por este Estatuto e pelas leis de ratificação do Protocolo

de Intenções que o precedeu, as quais se aplicam somente aos Entes federativos que as emanaram.

Parágrafo Único - Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos do CIAPS, observando-se que:

I - O Diário Oficial dos Municípios substitui a publicação impressa e será veiculado gratuitamente no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br;

II - A publicação atenderá os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil;

III - Os prazos, para todos os efeitos, serão contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios;

IV - Serão publicados no Diário Oficial dos Municípios todos os atos administrativos editados pelo Consórcio Público;

V - A Diretoria observará a necessidade de publicação também por outros meios, quando necessário para atendimento de disposição específica de lei.

Art. 99 - A interpretação do disposto neste Estatuto e no Contrato de Consórcio Público deverá ser compatível com o exposto no preâmbulo do Protocolo de Intenções, bem como, com os seguintes princípios:

I - Respeito à autonomia dos Entes Federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do Consórcio Público depende apenas da vontade de cada Ente federativo, sendo vedado que se ofereça incentivos para o ingresso;

II - Solidariedade, em razão da qual os Entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio Público;

III - Eletividade de todos os órgãos dirigentes do Consórcio Público;

IV - Transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de Ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do Consórcio Público;

V - Eficiência, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio Público tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

Art. 100 - O exercício fiscal coincidirá com o ano civil para efeitos de atendimento às normas de contabilização do Consórcio Público.

§ 1º - O Consórcio Público adotará a contabilidade pública, bem como executará a Prestação de Contas legalmente exigível.

§ 2º - Além do estabelecido em Lei e nos regulamentos, o Consórcio Público observará as regras editadas pela Secretaria do tesouro Nacional - STN e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC para recebimento, contabilização e aplicação de receitas, assunção, liquidação e pagamento de despesas, e Prestação de Contas.

Art. 101 - Este Estatuto e/ou suas alterações entrarão em vigor a partir da publicação na imprensa oficial, na forma legal.

Parágrafo Único - Este Estatuto será publicado no sítio da rede mundial de computadores - internet mantido pelo CIAPS e/ou pela

AMMMVI, donde se poderá obter texto integral de todos os dispositivos que regem sua atuação.

Art. 102 - A Diretoria, mediante aplicação de índices oficiais, poderá corrigir monetariamente os valores previstos neste Estatuto de Consórcio Público.

Art. 103 - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, observando-se os princípios da legislação aplicável aos Consórcios Públicos e a Administração Pública em geral.

CAPÍTULO XXII DO FORO

Art. 104 - Para dirimir eventuais controvérsias do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público ou deste Estatuto e dos demais atos que destes originar, fica eleito o foro da Comarca de Ascurra, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja."

Anexo II

Texto básico para o Regulamento do Quadro de Pessoal do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS:

"TÍTULO I DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Este Regulamento dispõe sobre o Regime Jurídico e Previdenciário dos Servidores Públicos do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS, bem como disciplina os empregos públicos e demais direitos, deveres e disposições específicas aplicadas aos recursos humanos do Consórcio Público.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste regulamento, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo, emprego ou função pública.

Art. 2º - Emprego público é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a servidor, criado pelo Protocolo de Intenções e ratificado por lei, com denominação própria, em número certo e salário pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

§ 1º - Função pública é a atribuição ou conjunto de atribuições que se confere a cada categoria profissional ou individualmente a determinados servidores de serviços eventuais.

§ 2º - As funções permanentes do Consórcio Público devem ser desempenhadas por titulares de empregos públicos ou por servidores efetivos recebidos por cessão dos Municípios consorciados, e, as transitórias, por servidores designados, admitidos ou contratados precariamente.

Art. 3º - Os salários dos empregos públicos corresponderão aos valores básicos, fixados no Protocolo de Intenções e ratificados por lei.

§ 1º - O valor dos salários será alterado anual e uniformemente, através de Resolução da Diretoria do CIAPS, em face da Revisão Geral Anual.

§ 2º - Após deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (IBGE) acumulado

no ano anterior.

§ 3º - O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego, sendo que esta poderá ser aumentada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), com o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração.

§ 4º - É proibida a prestação de serviços gratuitos salvo os casos previstos em lei e/ou no Protocolo de Intenções e no Estatuto do Consórcio Público.

Art. 4º - Os empregos públicos são considerados efetivos ou em comissão.

§ 1º - Os empregos efetivos são aqueles cujo provimento se dá em caráter permanente.

§ 2º - Os empregos em comissão são aqueles cujo provimento se dá em caráter provisório, destinado às funções de chefia, direção ou assessoramento e regidos pelos critérios de confiança dos superiores hierárquicos.

§ 3º - O aumento do número de vagas, o reajuste ou reestruturação salarial e a criação de novos empregos públicos depende de prévia deliberação da Assembleia Geral, da alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto do Consórcio Público, de ratificação legislativa editada por todos os Entes consorciados e do aditamento ao Contrato de Consórcio, para posterior incorporação neste regulamento.

§ 4º - A contratação de profissionais para os empregos de que trata este regulamento, bem como a declaração de abertura de vagas e a autorização para início do processo de recrutamento para os empregos de provimento efetivo ou para as contratações temporárias, depende de prévia justificativa da necessidade, da demonstração da viabilidade financeira e da aprovação em Assembleia Geral.

Art. 5º - Quadro é o conjunto de empregos de carreira, empregos isolados, funções gratificadas e empregos em comissão integrantes da estrutura de pessoal do Consórcio Público.

CAPÍTULO II DO REGIME JURÍDICO

Art. 6º - Os servidores públicos ocupantes de emprego público efetivo ou em comissão terão suas relações de trabalho com o Consórcio Público disciplinado pelo Regime Jurídico Trabalhista ou da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

§ 1º - Aplica-se aos servidores submetidos a este regime jurídico as disposições legais da Consolidação das Leis do Trabalho aprovadas pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º/05/1943, e alterações posteriores, e as disposições próprias da Constituição Federal e deste Regulamento.

§ 2º - Os servidores efetivos dos Municípios consorciados recebidos em cessão pelo Consórcio Público, na forma deste regulamento, permanecerão no seu regime jurídico originário.

CAPÍTULO III DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

Art. 7º - Aplica-se aos servidores públicos do CIAPS o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, na forma da Constituição Federal e da legislação específica (Lei nº 8.213/91).

Parágrafo Único - Os servidores efetivos dos Municípios consorciados recebidos em cessão pelo Consórcio Público, na forma deste regulamento, permanecerão no seu regime previdenciário originário.

TÍTULO II DO PROVIMENTO, SUBSTITUIÇÃO E VACÂNCIA

CAPÍTULO I DO PROVIMENTO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º - São requisitos básicos para ingresso no Quadro Funcional do Consórcio Público:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - a quitação com as obrigações militares, se for o caso, e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego público, e/ou os requisitos especiais para o seu desempenho;

V - Idade mínima de 18 (dezoito) anos, completados até a data da posse;

VI - aptidão física e mental;

VII - possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), inclusive para eventual condução de veículos do CIAPS em deslocamentos a serviço, exceto se contratado na forma estabelecida no § 2º deste artigo.

§ 1º - As atribuições do emprego público podem justificar a exigência de outros requisitos, estabelecidos na forma deste Regulamento.

§ 2º - Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de emprego público cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, na forma estabelecida no Edital, para as quais serão reservadas até 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso.

Art. 9º - O provimento dos empregos públicos far-se-á por ato do Presidente do Consórcio Público, ou por preposto investido de tais prerrogativas.

§ 1º - São formas de provimento de empregos públicos:

I - nomeação ou contratação;

II - reversão; e

III - reintegração.

§ 2º - Os empregos em comissão serão providos exclusivamente por nomeação.

SEÇÃO II DA NOMEAÇÃO OU CONTRATAÇÃO

Subseção I Das Disposições Preliminares

Art. 10 - A nomeação far-se-á em comissão, inclusive na condição de interino, para empregos em comissão vagos.

§ 1º - Prescinde de concurso público a nomeação para emprego de provimento em comissão.

§ 2º - A nomeação do servidor público para emprego de provimento em comissão determina, no ato da posse, o seu afastamento do emprego público efetivo de que for titular.

§ 3º - A designação para exercício de função gratificada recairá, exclusivamente, em servidor efetivo.

§ 4º - O servidor ocupante de emprego em comissão poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro emprego de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período de interinidade.

Art. 11 - A contratação, quando se tratar de provimento de emprego público efetivo, depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Parágrafo Único - A contratação para atender necessidade temporária de excepcional interesse público dependerá de prévia classificação em processo seletivo.

Subseção II Do Concurso Público

Art. 12 - Os concursos para a seleção de candidatos aos empregos públicos efetivos do CIAPS serão realizados quando a Diretoria julgar oportuno e reger-se-ão pelas normas contidas nesta Subseção.

Parágrafo Único - O Coordenador Executivo ou a Comissão Especial de que trata o artigo 16, mediante autorização do Presidente do Consórcio Público, poderá contratar instituição especializada ou confiar a uma instituição de ensino, a elaboração, aplicação e correção das provas.

Art. 13 - O concurso público será de provas (escrita e/ou prática) ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, desde que expressamente previsto no Edital, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento de "preço público" fixado neste regulamento, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

§ 1º - O concurso público terá validade de até dois anos, a contar da sua homologação, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Diretoria.

§ 2º - A aprovação em concurso não cria direito à nomeação e/ou contratação, mas esta, quando se der, respeitará a ordem de classificação dos candidatos.

Art. 14 - A abertura de concurso público se dará por edital, cujo extrato será publicado na imprensa local por 02 (duas) vezes, disponibilizado em site da internet e afixado em mural público de fácil acesso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias entre a última divulgação e a primeira etapa/prova a ser realizada, de que constem:

I - o número de vagas oferecidas, denominação dos empregos públicos e respectivos salários e/ou remuneração;

II - o tipo de concurso, se de provas (escrita e/ou prática) ou de provas e títulos, e, se for o caso, os títulos exigidos;

III - as condições para inscrição e provimento do emprego público;

IV - tipo, natureza e programa das provas;

V - a forma de julgamento das provas e dos títulos;

VI - os limites de pontos atribuíveis a cada prova e aos títulos;

VII - os critérios e os níveis de habilitação, classificação e desempate;

VIII - o prazo das inscrições;

IX - a forma de comprovação dos requisitos para a inscrição;

X - A época da:

a) realização das provas, constando o dia, horário e local;

b) publicação nominal das inscrições homologadas com o número da inscrição;

c) publicação dos aprovados por ordem de classificação, constando o número da inscrição e o nome do candidato.

XI - o prazo de validade do concurso, que não excederá de dois anos, a contar de sua homologação, prorrogável por igual período.

§ 1º - O extrato do edital, de que trata o caput deste artigo, deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - denominação dos empregos públicos, número de vagas disponíveis, carga horária semanal e respectivos salários e/ou remuneração;

II - período e local das inscrições;

III - a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações relativas ao concurso.

§ 2º - Os prazos do edital poderão ser prorrogados a juízo da Comissão Especial, através de publicação no jornal em que se tenha divulgado o extrato do edital.

§ 3º - Os editais de concurso público do CIAPS serão subscritos pelo Presidente e/ou pelo Coordenador Executivo.

§ 4º - Será encaminhada cópia do edital de concurso público para conhecimento em todos os Entes consorciados mediante divulgação pelos meios regulamentares.

§ 5º - O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o Consórcio Público mantiver na rede mundial de computadores - internet - bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial e em jornal de circulação regional.

§ 6º - Nos quinze primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no parágrafo anterior, poderá ser apresentadas impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em sete dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão será publicada no sítio que o Consórcio Público manter na rede mundial de computadores - internet.

Art. 15 - Poderão candidatar-se aos empregos públicos do Quadro de Pessoal do Consórcio Público todos os cidadãos que atendam aos requisitos previstos no art. 8º deste regulamento, sendo exigida comprovação no ato da posse.

§ 1º - As inscrições dos candidatos serão efetuadas pela Comissão Especial e/ou por quem ela designar, no horário e dentro dos prazos fixados no edital do concurso.

§ 2º - O pedido de inscrição deverá ser preenchido sem emendas ou rasuras pelo próprio candidato, em formulário especial fornecido pela Comissão Especial e/ou disponibilizado na internet.

§ 3º - Cada candidato não poderá se inscrever para mais de um emprego público em cada Concurso, e as provas deverão ser realizadas simultaneamente para todos os empregos oferecidos.

§ 4º - No ato da inscrição, o candidato receberá um cartão de identificação, sem a apresentação do qual não lhe será permitido fazer as provas.

§ 5º - Não será permitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, devendo todos os documentos serem apresentados por ocasião do preenchimento da ficha de inscrição, se for o caso.

§ 6º - Os requisitos relativos à escolaridade e/ou formação técnica ou profissional, a inscrição na entidade profissional competente e os demais requisitos ou habilitações exigidas, deverão ser comprovados no ato da posse, sob pena de revogação do ato de provimento e desclassificação do candidato, além da convocação do sucessor imediato na ordem de classificação, para assunção da vaga.

§ 7º - A declaração falsa ou inexata de dados constantes da ficha de inscrição, bem como a apresentação de documentos falsos ou graciosos, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos decorrentes.

§ 8º - O pedido de inscrição implicará no conhecimento e na aceitação de todas as disposições deste regulamento e do respectivo edital.

§ 9º - A inscrição em concurso será feita pelo próprio candidato ou por procurador, com poderes especiais legalmente investidos.

Art. 16 - Para coordenar todas as etapas do concurso público, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, a autoridade competente designará Comissão Especial composta de 03 (três) servidores do CIAPS, facultada, em caso de necessidade, a designação de servidores efetivos de qualquer um dos Entes Consorciados.

§ 1º - Dos servidores mencionados no "caput" deste artigo, dois (2) deverão ser ocupantes de emprego de carreira e de hierarquia superior ou igual a do emprego a ser preenchido e um (1) será indicado pelo sindicato de classe com jurisdição no Município sede do Consórcio Público.

§ 2º - A Comissão Especial deverá fiscalizar a duplicação das provas, se for o caso, tomando as medidas necessárias à manutenção do sigilo.

§ 3º - A Comissão Especial poderá, a seu critério e justificadamente, antes da homologação final, suspender, alterar, anular ou cancelar o concurso, não assistindo aos candidatos o direito à indenização.

§ 4º - Os casos omissos no edital serão resolvidos pela Comissão Especial.

Art. 17 - Na hipótese prevista no parágrafo único do artigo 12 deste regulamento, a instituição deverá indicar três membros de seu quadro de colaboradores para constituir Comissão Técnica que se responsabilizará pela elaboração, aplicação e correção das provas, bem como pelo assessoramento no julgamento de eventuais recursos relacionados às provas.

Parágrafo Único - A Comissão Técnica poderá ser auxiliada por

funcionários efetivos do CIAPS ou de qualquer um dos Entes Consorciados, na qualidade de fiscais de prova.

Art. 18 - As provas deverão conter questões objetivas e de aplicação prática no desempenho do emprego público a que se refere o concurso.

§ 1º - Todas as provas são de caráter eliminatório.

§ 2º - A cada matéria corresponde uma prova em separado.

§ 3º - Cada membro da Comissão Especial ou Técnica corrigirá as provas e todos eles atribuirão graus a elas.

§ 4º - Tendo sido elaboradas por entidade especializada, as provas serão enviadas a esta entidade para a correção ou serão corrigidas por pessoas especialmente designadas, sob a fiscalização da Comissão Especial.

§ 5º - As provas serão avaliadas de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, observando-se o critério de escore bruto, e terão caráter eliminatório e classificatório.

§ 6º - O grau de cada prova será a média aritmética dos graus atribuídos pelos examinadores, em conformidade com o Edital.

§ 7º - O Edital de Concurso Público fixará, em sendo o caso, a nota mínima a ser atingida em cada prova e a nota mínima geral a ser atingida no concurso para fins de eliminação e/ou classificação de candidato.

§ 8º - Cada matéria terá um peso próprio, estabelecido no edital, o qual possibilitará a determinação da média ponderada e, conseqüentemente, a aprovação ou reprovação do candidato.

Art. 19 - As provas serão realizadas em dia, hora e local conforme previsão estabelecida no Edital.

§ 1º - Os candidatos deverão estar no local, com antecedência mínima de vinte (20) minutos, portando obrigatoriamente o original da Carteira de Identidade, Cartão de Identificação e caneta esferográfica azul ou preta, se for o caso.

§ 2º - O candidato que se recusar a fazer qualquer prova ou que se retirar do recinto durante a realização de qualquer delas, sem autorização da Comissão Especial e/ou Técnica, ficará automaticamente eliminado do concurso.

§ 3º - Não haverá segunda chamada para nenhuma prova, eliminando-se o candidato faltoso.

§ 4º - Durante a realização das provas, não será permitido ao candidato, sob pena de exclusão do concurso:

I - comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao concurso, bem como consultar livros ou apontamentos, bem como qualquer equipamento eletrônico, salvo as fontes informativas que forem autorizadas pelo Edital ou pela Comissão Especial ou Técnica.

II - ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais, na companhia de fiscal.

Art. 20 - Expirado o prazo para solução das questões, as provas serão recolhidas e desidentificadas pelo órgão encarregado do concurso, sendo entregues incontinenti à Comissão Especial ou Técnica, que terá prazo de 05 (cinco) dias para correção das mesmas.

Parágrafo único - Tendo sido elaboradas por entidade especializada, as provas serão enviadas a esta entidade para a correção ou serão corrigidas por pessoas especialmente designadas, sob a fiscalização da Comissão Especial.

Art. 21 - A identificação das provas será feita pelo órgão encarregado do concurso em ato público, na presença da Comissão Especial e a divulgação dos resultados será feita imediatamente após, sendo obrigatória sua posterior publicação no órgão de imprensa oficial.

§ 1º - Não será permitido qualquer tipo de identificação nas provas que possibilite aos examinadores a identificação dos candidatos.

§ 2º - Será dada vista das provas aos interessados, dois dias úteis após o término do concurso, no local em que se encontrem.

Art. 22 - Tratando-se de prova de títulos, a Comissão selecionará aqueles que atendam às exigências do edital ou que com elas guardem relação, atribuindo graus a eles na forma estabelecida, e rejeitará os demais.

Art. 23 - O local de prova será fiscalizado por elementos designados pela Comissão Especial, vedado o ingresso de pessoas estranhas.

Art. 24 - Terminadas as avaliações das provas e dos títulos, serão divulgadas as notas por prova e a média final de cada candidato.

Art. 25 - No prazo de 02 (dois) dias a contar da publicação referida no artigo anterior, o candidato poderá requerer revisão fundamentada da nota atribuída às provas e dos pontos atribuídos aos títulos.

Parágrafo Único - Feita a revisão, será publicado com todas as eventuais alterações, o resultado final do concurso.

Art. 26 - Quando, na realização do concurso, ocorrer irregularidade insanável ou preterição de formalidade substancial que possa afetar o seu resultado, qualquer candidato poderá recorrer ao Presidente do Consórcio Público que, mediante decisão fundamentada, proferida no prazo máximo de 10 (dez) dias, poderá anular o concurso, parcial ou totalmente, promovendo a apuração de responsabilidade dos culpados.

Parágrafo Único - O recurso previsto neste artigo poderá ser interposto até 03 (três) dias após a publicação do resultado final do concurso.

Art. 27 - Compete ao Presidente do Consórcio Público, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da publicação do resultado final, a homologação do concurso, à vista do relatório apresentado pela Comissão Especial.

Art. 28 - Terá preferência para a contratação, em caso de empate na classificação, sucessivamente, o candidato:

I - que tiver obtido melhor grau na matéria de peso mais elevado, estabelecida no edital.

II - que tiver maior idade, considerando-se a data de nascimento.

III - que tiver maior número de dependentes, observada a legislação previdenciária.

§ 1º - Os critérios de desempate de que trata este artigo será aplicado sucessivamente na ordem dos incisos anteriores, prevalecendo o critério do inciso I sobre o do inciso II e o deste sobre aquele do Inciso III, sucessivamente.

§ 2º - Após a aplicação dos critérios acima, se persistir o empate de candidatos, decidir-se-á a favor daquele que tenha maior número de dependentes.

Art. 29 - Aos candidatos serão assegurados amplos meios de recursos, nas fases de homologação das inscrições, publicações de resultados parciais ou globais, homologação do concurso e contratação de candidatos.

§ 1º - Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão Especial.

§ 2º - Dos recursos deverá constar à justificativa do pedido, em que se apresente sua razão, sendo, liminarmente, indeferidos os que não contenham fatos novos ou que se baseiam em razões subjetivas.

§ 3º - Interposto o recurso, o candidato poderá participar condicionalmente das provas que se realizarem, e no caso de não provimento do recurso, as provas serão anuladas e desconsideradas.

§ 4º - Os recursos deste artigo poderão ser interpostos até 2 (dois) dias após o cumprimento de cada fase.

Art. 30 - Os pedidos de revisões de provas serão dirigidos à Comissão Especial, circunstancialmente fundamentados e instruídos com comprovante do pagamento do preço público recursal, cabendo a esta decidir sobre eles.

§ 1º - O prazo para o pedido de revisão das provas e títulos previsto neste artigo é de 2 (dois) dias após a publicação da média final.

§ 2º - Feita a revisão será publicado, com todas as eventuais alterações, o resultado final do concurso.

Art. 31 - Fica instituído preço público para inscrição em Concurso Público do CIAPS, destinado a remunerar o custo do serviço para elaboração, aplicação, julgamento e avaliação das provas escritas e/ou práticas, o qual constará do instrumento convocatório, nos seguintes valores:

I - R\$ 60,00 (sessenta reais) para os empregos que exigem nível superior; e

II - R\$ 40,00 (quarenta reais) para os empregos que exigem nível médio.

§ 1º - Ficam isentos do pagamento do preço público para inscrição em Concurso Público os candidatos doadores de sangue, atendidas as condições estabelecidas nos parágrafos seguintes.

§ 2º - Considera-se, para enquadramento ao benefício previsto no parágrafo anterior, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

§ 3º - A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição.

§ 4º - O documento previsto no parágrafo anterior, deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital do concurso no qual o doador pretenda inscrever-se.

§ 5º - Os valores previstos nos incisos I e II do caput deste artigo serão atualizados anualmente pelo mesmo percentual aplicado na revisão geral das remunerações, ou seja, pelo Índice Nacional de

Preços ao Consumidor - INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

Art. 32 - Fica instituído preço público para recurso de revisão de provas em Concurso Público do CIAPS, destinado a remunerar o custo do serviço para revisão das provas escritas e/ou práticas, o qual constará do instrumento convocatório, em valores correspondentes a 50% (cinquenta por cento) daquele estabelecido no "caput" do artigo anterior para a inscrição do candidato.

Parágrafo Único - O pagamento do preço público para recurso de revisão de provas é condição indispensável para conhecimento do recurso, ficando a cargo do recorrente seu recolhimento antes do protocolo do recurso, bem como sua comprovação junto às razões de recurso.

Subseção III Da Posse e do Exercício

Art. 33 - Posse é a investidura no emprego público, e se dá com a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades e direitos inerentes ao emprego público efetivo ou em comissão, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

§ 1º - A posse ocorrerá no prazo de quinze (15) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais quinze (15) dias, a requerimento do interessado.

§ 2º - Em se tratando de servidor já integrante do quadro de pessoal do Consórcio Público ou de Município consorciado em outro emprego público ou cargo e que esteja em gozo de licença ou em qualquer outro afastamento legal, o prazo será contado do término do impedimento.

§ 3º - Só haverá posse nos casos de provimento de emprego público por nomeação ou contratação efetiva.

§ 4º - A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

§ 5º - No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, no caso de emprego público em comissão, e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, ou da condição de aposentado por qualquer regime previdenciário.

§ 6º - Tornar-se-á, automaticamente, sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo.

Art. 34 - A posse em emprego público efetivo dependerá de prévia inspeção por junta médica oficial ou médico assistente.

§ 1º - Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente, para o exercício do emprego público, e tiver cumprido os demais requisitos estabelecidos em lei ou regulamento.

§ 2º - Compete a Diretoria dar posse ao empregado efetivo, bem como proporcionar treinamento e fiscalizar o exercício funcional dos integrantes do quadro de pessoal, zelando pela pontualidade, assiduidade e eficiência dos empregados e colaboradores do Consórcio Público.

Art. 35 - Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do emprego público ou da função de confiança.

§ 1º - O exercício das funções do emprego público terá início dentro de até cinco (5) dias, contados da data:

I - da publicação oficial do ato, no caso de reintegração ou

aproveitamento;

II - da posse nos demais casos.

§ 2º - Será tornado sem efeito o ato de provimento se não ocorrerem a posse e o exercício nos prazos previstos neste Regulamento.

Art. 36 - O início, a interrupção e o reinício do exercício, serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo Único - Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao assentamento individual.

Art. 37 - O exercício de emprego em comissão ou função de confiança exigirá do seu ocupante dedicação integral ao serviço, tendo que cumprir sua jornada regular de trabalho e podendo ser convocado fora dela sempre que houver interesse do Consórcio Público.

Subseção IV

Do Contrato de Experiência e da Avaliação de Desempenho

Art. 38 - Ao entrar em exercício, o servidor contratado para emprego de provimento efetivo será submetido a contrato de experiência, por noventa dias, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação especial para o desempenho das funções do emprego público, observados os seguintes fatores:

I - assiduidade;

II - pontualidade;

III - disciplina;

IV - capacidade de iniciativa;

V - produtividade e qualidade de trabalho;

VI - responsabilidade; e

VII - eficiência.

§ 1º - A avaliação especial de desempenho para fins de acompanhamento do contrato de experiência se processará antes do término do prazo deste.

§ 2º - O afastamento do exercício do emprego efetivo não suspende o prazo do contrato de experiência, exceto nos casos previstos em Lei.

Art. 39 - A avaliação dos servidores em contrato de experiência será realizada pelo Coordenador Executivo do Consórcio Público, apurando-se o preenchimento, pelo avaliado, dos fatores mencionados no artigo anterior.

§ 1º - De posse da avaliação, o órgão de pessoal emitirá parecer concluindo a favor ou contra a confirmação do servidor em experiência, conforme alcance ou não a pontuação mínima de 70% (setenta por cento) do total possível.

§ 2º - Se o parecer for contrário à permanência do servidor, lhe será dado conhecimento deste, para efeito de apresentação de defesa escrita, no prazo de dois (02) dias.

§ 3º - O órgão de pessoal encaminhará o parecer e a defesa ao Presidente do Consórcio Público, que decidirá pela exoneração ou manutenção do servidor.

§ 4º - Se o Presidente considerar aconselhável a exoneração pelo término do contrato será comunicado ao servidor quando do último dia de serviço; caso contrário, o contrato do servidor passará a vigor por prazo indeterminado, ao final do prazo de experiência, sem prejuízo da manutenção de um sistema de avaliação periódica de desempenho.

§ 5º - A apuração dos requisitos mencionados no "caput" deste artigo deverá processar-se de modo que a exoneração, se houver, seja feita quando findo o período de experiência.

Subseção V

Da Inexistência de Estabilidade

Art. 40 - O servidor habilitado em concurso público e empossado em emprego de provimento efetivo, sob este regime, não adquirirá estabilidade no serviço público, contudo sua exoneração, por iniciativa do Consórcio Público, deverá ser justificada, sem prejuízos das indenizações estabelecidas em lei acaso se processe antes ou posteriormente ao término do período de contrato de experiência.

§ 1º - A exoneração ou demissão de empregados públicos dependerá de ato administrativo da Diretoria, motivado no caso de dispensa por iniciativa do Consórcio Público, observada as demais formalidades legais.

§ 2º - O servidor será demitido:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - por justa causa, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º - O servidor poderá ser exonerado nas hipóteses previstas em Lei e/ou neste regulamento, inclusive por desempenho insuficiente, após procedimento de avaliação periódica de desempenho, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Subseção VI

Da Reabilitação Profissional e da Readaptação Funcional

Art. 41 - Observada a legislação trabalhista e previdenciária, o servidor poderá sofrer reabilitação profissional e readaptação funcional.

§ 1º - Readaptação funcional é a investidura do servidor em funções de outro emprego público, cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a qualificação funcional e com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção por junta médica oficial.

§ 2º - A readaptação decorrerá de processo de reabilitação profissional, de responsabilidade da Previdência Social. Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado, na forma da Lei.

§ 3º - Em qualquer hipótese, a readaptação não poderá acarretar mudança de emprego público, aumento ou redução do salário do servidor.

SEÇÃO III

DA REVERSÃO

Art. 42 - Reversão é:

I - o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

II - o retorno do servidor readaptado ao desempenho das funções do emprego público efetivo, quando atestada a plena recuperação da capacidade laborativa para tais atividades.

§ 1º - A reversão de que trata o Inciso I do caput deste artigo far-se-á no mesmo emprego público anteriormente ocupado, ou naquele resultante de sua transformação.

§ 2º - Encontrando-se provido o emprego público, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

§ 3º - Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado setenta (70) anos de idade.

SEÇÃO IV DA REINTEGRAÇÃO

Art. 43 - Reintegração é a reinvestidura do servidor no emprego público anteriormente ocupado ou naquele resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, se for o caso.

§ 1º - Encontrando-se provido todas as vagas do emprego público o ocupante da última vaga será reconduzido ao eventual emprego público de origem, caso tenha se exonerado de outro emprego junto ao Consórcio Público para assunção deste ultimo ocupado, sem direito a indenização, ou exonerado sem justa causa, com pagamento das indenizações de lei.

§ 2º - Na hipótese de o emprego público originário ter sido extinto, o servidor beneficiado pela reintegração será exonerado, com pagamento das indenizações de lei.

CAPÍTULO II DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 44 - Em caso excepcional, atendida a conveniência do serviço, o titular de emprego de direção, chefia ou assessoramento poderá ser nomeado ou designado, cumulativamente, para outro emprego da mesma natureza, até que se verifique a nomeação, designação ou reassunção do titular, e, nesse caso, só perceberá a remuneração correspondente a um emprego, cabendo ao servidor a opção.

Parágrafo Único - A reassunção ou vacância do emprego faz cessar, de pronto, os efeitos da substituição.

CAPÍTULO III DA VACÂNCIA

Art. 45 - A vacância do emprego público decorrerá de:

I - rescisão ou extinção do contrato temporário;

II - exoneração;

III - demissão;

IV - falecimento.

§ 1º - A demissão será aplicada ao servidor, por justa causa, a bem do serviço público, em virtude de processo administrativo disciplinar ou sentença judicial transitada em julgado.

§ 2º - A exoneração de emprego público efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou de ofício.

§ 3º - A exoneração de ofício dar-se-á:

I - quando não satisfeitas às condições do contrato de experiência;

II - quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido;

III - por insuficiência de desempenho, aferida em avaliação periódica.

§ 4º - A exoneração de emprego em comissão e a dispensa de função de confiança dar-se-á:

I - a juízo da autoridade competente; ou

II - a pedido do próprio servidor.

TÍTULO III DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPÍTULO I DO SALÁRIO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 46 - Salário é a retribuição pecuniária pelo exercício do emprego público, com valor fixado no Protocolo de Intenções do Consórcio Público e ratificado por lei dos Municípios consorciados.

§ 1º - O valor dos salários será alterado uniformemente, através de Resolução da Diretoria do CIAPS, no mês de janeiro de cada ano, após deliberação da Assembleia Geral do Consórcio Público, em face da Revisão Geral Anual, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

§ 2º - Remuneração é o salário do emprego público, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas neste regulamento ou em lei.

§ 3º - O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego.

§ 4º - A carga horária regular do emprego público poderá ser aumentada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), de comum acordo e mediante Resolução, com o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração.

§ 5º - Os descontos autorizados e as consignações em folha de pagamento não poderão ser superiores a trinta por cento (30%) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

§ 6º - O salário do emprego público efetivo acrescido das vantagens de caráter permanente é irredutível.

§ 7º - As reposições e indenizações ao erário, em valores atualizados, tornar-se-ão objeto de desconto, em parcelas mensais não excedentes da décima parte da remuneração.

§ 8º - Os prejuízos causados pelo servidor aos bens públicos ou as multas de trânsito recebidas no uso de veículos do Consórcio Público serão de responsabilidade do servidor o qual se incumbirá de seu pagamento integral, e acaso arcadas pelo CIAPS no interesse de seus serviços deverão ser objeto de reposição ou indenização ao erário na forma do parágrafo anterior.

§ 9º - O servidor em débito com o erário, que se exonerar ou que for demitido, terá o prazo de sessenta (60) dias para quitar o débito, sob pena de cobrança judicial.

Art. 47 - Perderá o salário ou remuneração do emprego público efetivo o servidor:

I - quando no exercício de emprego ou cargo em comissão;

II - quando no exercício de mandato eletivo, ressalvado o de Vereador, havendo compatibilidade de horário.

Parágrafo Único - Nos casos mencionados no caput deste artigo, quando exercidos na área de atuação do Consórcio Público, o servidor poderá optar pela remuneração do emprego público efetivo de que for titular, sem ônus para o CIAPS.

Art. 48 - O servidor perderá:

I - a remuneração correspondente a carga horária não cumprida por atraso e/ou saída antecipada durante o mês, salvo se autorizada sua compensação;

II - a remuneração do dia e o repouso remunerado imediatamente posterior, se não comparecer ao serviço, salvo motivo justificado;

III - a remuneração do emprego público durante o afastamento por motivo de gozo de benefício previdenciário por doença ou acidente, pagos pela Previdência Social;

IV - a remuneração total durante o afastamento por motivo de prisão criminal ou civil, e/ou cumprimento de pena judicial que não determine a demissão.

CAPÍTULO II DAS VANTAGENS

Art. 49 - Além do salário, poderá ser pago ao empregado as seguintes vantagens:

I - indenizações;

II - auxílios pecuniários;

III - gratificações;

IV - adicionais.

§ 1º - As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao salário para qualquer efeito.

§ 2º - As gratificações e os adicionais integram a remuneração do empregado, nos casos e condições indicados em Lei, no Estatuto do Consórcio Público ou neste regulamento, devendo ser nominalmente identificado e destacado.

§ 3º - As vantagens pecuniárias não serão acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

§ 4º - Os adicionais e gratificações devidos aos empregados em razão do exercício do emprego serão calculadas na forma da lei ou deste regulamento, atendendo as situações específicas de sua aplicabilidade e incidirão sempre tão somente sobre o salário atribuído ao empregado.

SEÇÃO I DAS INDENIZAÇÕES

Art. 50 - Conceder-se-á:

I - Indenização de transporte ao empregado que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, devidamente autorizado pela Diretoria do Consórcio Público, observado o limite de ¼ do valor do litro do combustível gasolina,

por quilometro;

II - Adiantamento de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana;

III - Vale transporte ao empregado que necessitar de transporte público para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa;

IV - Auxílio alimentação para ressarcimento de despesas com alimentação do próprio empregado.

§ 1º - Na hipótese do empregado receber adiantamento de viagem e não realizar o deslocamento, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-lo integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar em prazo menor que o previsto, restituirá os valores recebidos em excesso, no mesmo prazo.

§ 2º - Os adiantamentos de viagem serão requeridos de forma não cumulativa e em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

§ 3º - Aplica-se o disposto nesta subseção, e seus regulamentos, aos servidores públicos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou paraestatal, e aos contratados temporariamente.

Art. 51 - Será concedido vale transporte na forma da legislação federal específica ao empregado que necessitar para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa.

§ 1º - Todos servidor deverá preencher declaração contendo seu endereço residencial e as linhas de transporte coletivo utilizadas para o deslocamento previsto neste artigo, possibilitando-se a aquisição, fornecimento e controle do vale transporte, ou declarar expressamente sua renúncia ao benefício.

§ 2º - Qualquer alteração nas informações prestadas na forma do parágrafo anterior, devem ser comunicadas imediata e formalmente ao Consórcio Público, sob pena de responsabilidade.

Art. 52 - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas no Estatuto do Consórcio Público e neste regulamento será concedido aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, no valor diário de R\$ 13,80 (treze reais e oitenta centavos).

§ 1º - Para fins de concessão do auxílio previsto neste artigo, será considerado vinte (20) dias úteis para cada mês, de forma que o valor máximo a ser pago será de R\$ 276,00 (duzentos e setenta e seis reais) mensais.

§ 2º - O valor do auxílio alimentação será reajustado na mesma data da revisão geral anual das remunerações dos empregados do Consórcio Público, respeitando-se o valor máximo diário estabelecido pelo Estatuto do CIAPS.

§ 3º - O valor do auxílio alimentação mensal será proporcional no caso de empregado que cumpra jornada de trabalho inferior àquela estabelecida regularmente para o emprego público de que seja titular.

§ 4º - Será deduzido do auxílio alimentação mensal, mediante redução proporcional no valor do auxílio do mês posterior:

I - o(s) dia(s) em que o empregado faltar injustificadamente ao

trabalho (art. 48, II) ou estiver suspenso disciplinarmente;

II - o(s) dia(s) em que o empregado faltar ao trabalho por motivo de prisão criminal ou civil.

§ 5º - O auxílio alimentação será concedido através de cartão eletrônico, recarregável mensalmente, para ressarcimento de despesas com alimentação, e terá caráter indenizatório, não sendo considerado como verba salarial para quaisquer efeitos.

§ 6º - O empregado não terá direito ao auxílio alimentação durante o período que estiver afastado do emprego público por:

I - licença sem remuneração;

II - licença para atividade política;

III - motivo de gozo de benefício previdenciário por doença ou acidente, pagos pela Previdência Social;

IV - motivo de prisão criminal ou civil, e/ou cumprimento de pena judicial que não determine a demissão.

§ 7º - O Consórcio Público deverá se inscrever no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT do Ministério do Trabalho para manutenção do presente benefício, bem como poderá, mediante resolução, estabelecer participação dos empregados no custeio do auxílio alimentação, nos limites da Lei.

SEÇÃO II DAS GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS

Art. 53 - Além do salário e das demais vantagens previstas em lei, no Estatuto do Consórcio Público ou neste regulamento, poderá ser deferido aos empregados as seguintes gratificações e adicionais:

I - gratificação natalina, na forma estabelecida em Lei;

II - gratificação complementar, na forma estabelecida no § 5º do artigo 41 do Estatuto do Consórcio Público;

III - adicional por serviço extraordinário, na forma da Lei;

IV - adicional de férias, na forma da Lei;

V - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso, na forma da Lei;

VI - adicional noturno, na forma da Lei;

VII - adicional por qualificação.

Parágrafo Único - O adicional por qualificação será disciplinado no Capítulo dedicado ao desenvolvimento funcional (art. 98), neste regulamento.

Subseção I Da Gratificação Natalina

Art. 54 - A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano e beneficiará a todos os empregados do Consórcio Público.

§ 1º - A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será considerada como mês integral para os efeitos deste artigo.

§ 2º - A gratificação será paga até o dia 20 (vinte) de dezembro de cada ano, compensada a importância que, a título de

adiantamento, o empregado houver recebido.

§ 3º - Entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano, o Consórcio Público pagará, como adiantamento da gratificação, de uma só vez, metade do salário recebido pelo respectivo empregado no mês anterior.

§ 4º - O Consórcio Público não estará obrigado a pagar o adiantamento, no mesmo mês, a todos os seus empregados.

§ 5º - O adiantamento será pago ao ensejo das férias do empregado, sempre que este o requerer no mês de janeiro do correspondente ano.

§ 6º - Ocorrendo a extinção do contrato de trabalho antes do pagamento de que trata o § 2º deste artigo, o Consórcio Público poderá compensar o adiantamento mencionado com a gratificação devida, e, se não bastar, com outro crédito de natureza trabalhista que possua o respectivo empregado.

§ 7º - As contribuições devidas à Previdência Social, que incidem sobre a gratificação salarial referida neste artigo, ficam sujeitas ao limite estabelecido na legislação da Previdência Social.

§ 8º - A gratificação será proporcional:

I - na extinção dos contratos a prazo, entre estes os de experiência, ainda que a relação de emprego haja findado antes de dezembro; e

II - na cessação da relação de emprego, ainda que verificada antes de dezembro.

§ 9º - As faltas legais e justificadas ao serviço não serão deduzidas para os fins previstos neste artigo.

§ 10 - Ocorrendo rescisão, sem justa causa, do contrato de trabalho, o empregado receberá a gratificação devida nos termos deste artigo, calculada sobre a remuneração do mês da rescisão.

Subseção II Da Gratificação Complementar

Art. 55 - Os servidores efetivos recebidos em cessão, na forma do Estatuto do Consórcio Público, permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, com remuneração paga pelo órgão cedente, podendo, a critério da Assembleia Geral a través de resolução, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da remuneração de mercado para função que venham a desempenhar no CIAPS, no percentual de até 100% (cem por cento) de sua remuneração mensal do órgão de origem.

§ 1º - O pagamento de gratificação complementar na forma prevista no caput deste artigo, não configura vínculo novo do servidor cedido, para fins trabalhistas, contudo o CIAPS efetuará a retenção e recolherá os encargos tributários correspondentes, se for o caso.

§ 2º - O valor da gratificação complementar de que trata este artigo poderá ser reduzido nos casos em que sua aplicação integral acarrete o pagamento de remuneração superior ao valor do salário estabelecido para o emprego de Coordenador Executivo.

Subseção III Do Adicional por Serviço Extraordinário

Art. 56 - O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho do servidor.

§ 1º - Serão permitidos serviços extraordinários somente para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada.

§ 2º - A contagem de horas extras do servidor em pernoite fora da sede a serviço deverá ocorrer reduzindo-se o tempo mínimo de oito horas de descanso.

§ 3º - O serviço extraordinário prestado pelo servidor integrará, pela média do valor dos serviços realizados, nos respectivos períodos aquisitivos, o cálculo da gratificação natalina e das férias relativas ao emprego público de que for titular.

Subseção IV Do Adicional de Férias

Art. 57 - Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, adicional de um terço da remuneração correspondente ao período de férias.

Subseção V Do Adicional pelo Trabalho Insalubre ou Perigoso

Art. 58 - Os servidores efetivos ou temporários que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, perceberão adicionais de insalubridade ou de periculosidade, nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes aos trabalhadores em geral, calculados sobre o salário mínimo.

§ 1º - O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles.

§ 2º - O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos de deram causa a sua concessão.

§ 3º - A concessão do adicional pelo exercício de atividade em condições insalubres ou perigosas far-se-á em obediência às situações estabelecidas na legislação específica.

Subseção VI Do Adicional Noturno

Art. 59 - O adicional devido ao servidor efetivo ou temporário, pelo serviço noturno, prestado no horário entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, corresponderá ao valor-hora acrescido de 20% (vinte por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

CAPÍTULO III DAS FÉRIAS

Art. 60 - O servidor fará jus a trinta dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.

§ 1º - Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos doze meses de exercício.

§ 2º - É vedado levar a conta de férias qualquer falta ao serviço.

§ 3º - O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período, podendo ser parcial, a pedido do servidor.

§ 4º - Na exoneração do servidor será devida à remuneração simples ou em dobro, conforme o caso, correspondente ao período de

férias cujo direito tenha adquirido, e a indenização será calculada com base na remuneração do mês em que ocorreu a exoneração ou a aposentadoria.

§ 5º - É facultado ao servidor converter 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário, desde que requeira com, pelo menos, quinze dias de antecedência do seu início.

§ 6º - No cálculo do abono pecuniário será considerado o valor do adicional de férias previsto no artigo 57.

§ 7º - As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

Art. 61 - O servidor terá direito a férias na seguinte proporção:

I - 30 (trinta) dias corridos quando não houver faltado ao serviço mais de cinco dias;

II - 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) à 14 (quatorze) faltas;

III - 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) à 23 (vinte e três) faltas;

IV - 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) à 32 (trinta e duas) faltas.

§ 1º - No cálculo das férias, será considerado o período aquisitivo.

§ 2º - O período de férias será computado, para todos os efeitos, como tempo de serviço.

§ 3º - As faltas de que trata este artigo, são as injustificadas.

Art. 62 - Não terá direito a férias o servidor que no curso do período aquisitivo:

I - permanecer em gozo de licença, com percepção de remuneração ainda que parcial, por mais de 30 (trinta) dias.

II - tiver percebido da Previdência Social benefício de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 (seis) meses, embora descontínuos.

§ 1º - A interrupção de prestação de serviços deverá ser anotada na ficha prontuário do servidor.

§ 2º - Iniciar-se-á o decurso de novo período aquisitivo quando o servidor, após o implemento de qualquer das condições previstas neste artigo, retornar ao serviço.

Art. 63 - As férias serão concedidas pela autoridade competente, a requerimento do servidor, em época que melhor consulte aos interesses do Consórcio Público, e nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o servidor tiver adquirido o direito.

§ 1º - É facultado a autoridade competente conceder as férias em mais de um período.

§ 2º - Os membros de uma mesma família terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim desejarem.

§ 3º - O servidor estudante terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.

§ 4º - As férias concedidas após o vencimento de dois períodos aquisitivos serão pagas em dobro com todos os adicionais,

inclusive o de férias.

§ 5º - É facultado a autoridade competente conceder férias coletivas, desde que mantido os serviços essenciais.

§ 6º - No caso do parágrafo anterior, ao servidor que não tiver um período completo as férias serão proporcionais iniciando-se então, novo período aquisitivo.

Art. 64 - Os adicionais por trabalho extraordinário, noturno, insalubre ou perigoso, serão computados na remuneração que servirá de base de cálculo das férias.

§ 1º - Se, no momento das férias, o servidor não estiver percebendo as mesmas vantagens do período aquisitivo, ou quando o valor deste não tiver sido uniforme, será computada a média duodecimal recebida naquele período, após a atualização das importâncias a pagar, mediante incidência dos percentuais dos reajustamentos de salários supervenientes.

§ 2º - No cálculo das férias, não serão levados em consideração às indenizações e auxílios pecuniários.

Art. 65 - No caso de término de contrato ou exoneração, o servidor terá direito a remuneração relativa ao período incompleto de férias, observado o disposto nos artigos anteriores deste Capítulo, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de exercício ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

Parágrafo Único - Em caso de término de contrato, exoneração ou demissão o servidor terá direito às férias vencidas e as proporcionais, esta ultima ainda que não tiver completado 12 (doze) meses de exercício no emprego público.

CAPÍTULO IV DAS LICENÇAS E AFASTAMENTOS

SEÇÃO I DAS LICENÇAS

Art. 66 - Conceder-se-á licença ao servidor:

I - para serviço militar obrigatório;

II - para atividade política.

Art. 67 - Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação específica.

Parágrafo Único - Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do emprego público de for titular.

Art. 68 - O servidor efetivo ou temporário terá direito a licença, sem remuneração, durante período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º - O servidor candidato a cargo eletivo na área de atuação do Consórcio Público, onde desempenha a sua função, e que exerça emprego ou cargo de direção, chefia ou assessoramento, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito.

§ 2º - A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os salários do emprego público efetivo, somente pelo período de três meses.

SEÇÃO II DOS AFASTAMENTOS

Art. 69 - O servidor não poderá ausentar-se do serviço para estudo ou missão de qualquer natureza, com ou sem vencimentos, sem prévia autorização do Coordenador Executivo do Consórcio Público.

§ 1º - O afastamento do exercício do emprego público efetivo será permitido para:

I - exercer emprego ou cargo de provimento em comissão no Consórcio Público ou na administração Federal, Estadual ou Municipal, respectivas Autarquias, Fundações e entidades paraestatais;

II - concorrer a mandato eletivo, na forma da legislação específica;

III - exercício de mandato eletivo, na forma da legislação específica;

IV - as hipóteses previstas no art. 473 da CLT;

V - realizar estágios especiais ou cursos de atualização e aperfeiçoamento de interesse do Consórcio Público e afins ao emprego público que ocupa, quando autorizado pelo Coordenador Executivo;

VI - gozo de licença paternidade, maternidade ou à adotante.

§ 2º - O servidor efetivo investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato federal ou estadual, ficará afastado do emprego;

II - investido no mandato de Prefeito ou Vice-Prefeito, será afastado do emprego, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, sem ônus ao Consórcio Público;

III - investido no mandato de vereador:

a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu emprego, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;

b) não havendo compatibilidade de horário, será afastado do emprego, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, sem ônus para o Consórcio Público.

§ 3º - No caso de afastamento do emprego, o servidor contribuirá para a seguridade social como se em exercício estivesse.

CAPÍTULO V DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 70 - É assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos em defesa de direito ou de interesse legítimo.

§ 1º - O direito de requerer prescreve:

I - em cinco anos, quanto aos atos de demissão ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;

II - em cento e vinte dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

§ 2º - A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pelo Consórcio Público.

§ 3º - O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver

imediatamente subordinado o requerente.

§ 4º - Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

§ 5º - O requerimento e o pedido de reconsideração de que trata o parágrafo anterior deverão ser despachados no prazo máximo de cinco dias úteis e decididos dentro de trinta dias.

§ 6º - Caberá recurso:

I - do indeferimento do pedido de reconsideração;

II - das decisões sobre recursos sucessivamente interpostos.

§ 7º - O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, se houver.

§ 8º - O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de trinta dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

TÍTULO IV DOS DEVERES E DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I DA ACUMULAÇÃO

Art. 71 - Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de empregos públicos, cargos ou funções.

§ 1º - A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios.

§ 2º - A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 3º - Considera-se acumulação proibida a percepção de salário ou vencimento de emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os empregos públicos ou cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

§ 4º - O servidor vinculado ao regime desta lei que acumular lícitamente dois empregos públicos efetivos, quando investido em emprego de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os empregos públicos.

§ 5º - O servidor não poderá exercer mais de um emprego em comissão, exceto no caso previsto no artigo 44, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.

§ 6º - Verificada, em processo administrativo, acumulação irregular de emprego público ou cargo, o servidor será demitido de um destes e restituirá o que tiver percebido indevidamente.

CAPÍTULO II DOS DEVERES

Art. 72 - São deveres do empregado, além de outras obrigações expressas que lhe sejam impostas por lei:

I - Respeitar o regime ou horário de trabalho que lhe for estabelecido bem como o registro de entradas e saídas, horas extras e autorização para tal e ainda proceder a anotação do registro do ponto, inclusive comunicando imediatamente qualquer impossibilidade de

comparecimento ao serviço por motivo de doença ou acidente;

II - Acatar com presteza e boa vontade as ordens que lhe forem dadas pelo Presidente, Coordenador Executivo e demais Chefes, exceto quando manifestamente ilegais;

III - Desempenhar suas atribuições com honestidade, lealdade, atenção e critério, visando sempre o atendimento dos objetivos do Consórcio Público e cooperando para o perfeito andamento dos serviços;

IV - Comportar-se com ordem, disciplina e urbanidade no trato com os colegas de trabalho e com os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e servidores dos Municípios Consorciados, para que seja mantido o espírito de cordialidade e cooperação indispensável ao desempenho das tarefas;

V - Apresentar-se ao trabalho adequadamente trajado;

VI - Guardar segredo, quando necessário, sobre fatos que lhe chegam ao conhecimento em virtude do seu constante relacionamento com os representantes dos Municípios Consorciados;

VII - Comunicar ao Chefe imediato quaisquer fatos ou informações que possam interessar ao Consórcio Público e ao serviço;

VIII - Oferecer, quando pedidas ou espontaneamente, quaisquer sugestões que possam representar melhoria dos serviços;

IX - Atender, na forma das disposições legais, a prorrogação do horário de trabalho quando exigir o serviço e a juízo do Coordenador Executivo;

X - Devotar-se, inteiramente, aos encargos que lhe forem delegados, não aceitando atribuições estranhas que possam influir na sua produtividade e que provoquem incompatibilidade de horário, sobrepondo os interesses do Consórcio a quaisquer outros de ordem pessoal;

XI - atender com presteza:

- a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressaltadas as protegidas por sigilo;
- b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;
- c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública;

XII - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

XIII - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

XIV - manter atualizado seus dados cadastrais junto ao Consórcio Público.

Parágrafo Único - A representação de que trata o inciso XIII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representado a ampla defesa.

CAPÍTULO III DAS PROIBIÇÕES

Art. 73 - Ao empregado é especialmente proibido:

I - Referir-se de modo depreciativo aos superiores ou a seus atos, bem como aos colegas e representantes dos Municípios;

II - Promover, nas dependências do Consórcio, manifestação de apreço ou desapeço a pessoas ou a entidades, propaganda

política ou aliciamento partidário;

III - Receber propinas, comissões ou vantagens indevidas de qualquer espécie, em razão do emprego;

IV - Fornecer informações que possam comprometer o Consórcio ou os Municípios consorciados;

V - Executar, durante o expediente, serviços estranhos ao Consórcio, sendo, também, proibido o uso de material do Consórcio para fins particulares;

VI - Retirar-se do trabalho durante as horas de expediente, sem permissão, ou perturbar os colegas de trabalho com conversas estranhas ao serviço;

VII - Utilizar-se de aparelhos, equipamentos e veículos do Consórcio no interesse particular próprio ou de terceiros;

VIII - Ocupar concomitantemente ao emprego do Consórcio qualquer cargo ou emprego remunerado no serviço público, exceto nos casos de acumulação permitida pela Constituição Federal e mediante comprovada compatibilidade de horários;

IX - Prestar serviços particulares aos Municípios consorciados, diretamente ou através de interposta pessoa, mediante o recebimento de remuneração ou vantagem, ou exercer atividades incompatíveis com as atividades do Consórcio Público.

X - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

XI - recusar fé a documentos públicos e/ou opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

XII - cometer a pessoa estranha ao Consórcio Público, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de seu subordinado;

XIII - manter sob sua chefia imediata, cônjuge, companheiro ou parente até segundo grau civil;

XIV - participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comércio, e, nessa qualidade, transacionar com o Consórcio Público;

XV - cometer qualquer das condutas tipificadas no art. 482 da CLT;

XVI - comparecer no trabalho em estado de embriaguez ou sob efeito de qualquer outra droga capaz de afetar a consciência;

XVII - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XVIII - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.

CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES

Art. 74 - Pelo exercício irregular de suas atribuições, o empregado está sujeito às sanções disciplinares e outras de caráter trabalhista, bem como à responsabilização civil e criminal.

§ 1º - A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

§ 2º - A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho de emprego público

ou função.

§ 3º - As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

§ 4º - A reparação de eventual prejuízo é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

§ 5º - Quando necessário, o Consórcio deve promover ação regressiva contra o empregado.

§ 6º - As multas de trânsito são de responsabilidade do empregado que estiver utilizando o veículo, podendo ser pagas pelo Consórcio e descontadas da remuneração do empregado em até 03 (três) parcelas, mediante requerimento do interessado.

§ 7º - Sem prejuízo das sanções disciplinares, o empregado pode ser responsabilizado por:

I - Sonegação de valores, objetos, aparelhos e equipamentos confiados a sua guarda e responsabilidade;

II - Faltas, danos, avarias e quaisquer prejuízos que venham a sofrer os bens e os materiais sob sua guarda ou sujeitos a sua fiscalização, exame ou conferência;

III - Qualquer prejuízo que causar ao patrimônio ou a quaisquer bens e direitos do Consórcio Público, dos Municípios consorciados ou de terceiros, por culpa, dolo, ignorância, indolência, negligência ou omissão.

CAPÍTULO V DAS PENALIDADES

Art. 75 - São penalidades disciplinares:

I - advertência.

II - repreensão.

III - suspensão.

IV - demissão.

§ 1º - A pena de advertência será aplicada verbalmente pelo Coordenador Executivo, quando o empregado deixar de cumprir os deveres funcionais.

§ 2º - A pena de repreensão será aplicada pelo Coordenador Executivo quando o empregado for reincidente na falta de cumprimento de seus deveres, devendo ser escrita e anotada em sua ficha funcional e garantido ao empregado o pleno direito de defesa.

§ 3º - A pena de suspensão ocorre quando houver dolo, ou culpa na falta de cumprimento dos deveres pelo empregado ou por reincidência na falta de cumprimento de seus deveres pela qual já tenha sido repreendido.

§ 4º - A pena de suspensão, aplicada pelo Presidente ou pelo Coordenador Executivo, deve ser graduada em períodos de 03 (três), 07 (sete) ou 15 (quinze) dias, conforme a gravidade da infração cometida e dos danos acarretados aos serviços do Consórcio Público.

§ 5º - A demissão deve ser aplicada nos casos definidos como falta grave.

§ 6º - Na aplicação das penalidades deve ser considerada a vida funcional do empregado, a natureza e gravidade da falta e os danos que dela decorrerem para o Consórcio ou para terceiros.

§ 7º - As penalidades de advertência e de repreensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, sem efeitos retroativos, se o empregado não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

§ 8º - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de salário ou remuneração, ficando o empregado obrigado a permanecer em serviço.

§ 9º - O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 76 - Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, o servidor será notificado, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias contados da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por três servidores públicos e, simultaneamente, indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração;

II - instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório;

III - julgamento.

§ 1º - A indicação da autoria de que trata o inciso I dar-se-á pelo nome e matrícula do servidor, e a materialidade pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico.

§ 2º - A comissão lavrará, até três dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indiciamento em que serão transcritas as informações de que trata o parágrafo anterior, bem como promoverá a citação pessoal do servidor indiciado, ou por intermédio de sua chefia imediata, para, no prazo de cinco dias, apresentar defesa escrita, assegurando-se vista do processo na repartição, observado o disposto no artigo 87.

§ 3º - Apresentada à defesa a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre a licitude da acumulação em exame, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento.

§ 4º - No prazo de cinco dias contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão, aplicando-se, quando for, o caso o disposto no § 1º do art. 89.

§ 5º - A opção pelo servidor até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa-fé, hipótese em que se converterá automaticamente em pedido de exoneração do outro emprego público ou cargo.

§ 6º - Caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé, aplicar-se-á a pena de demissão, destituição ou cassação de disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou

entidades de vinculação serão comunicados.

§ 7º - O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá trinta dias contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até quinze dias, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 8º - O procedimento sumário rege-se pelas disposições deste artigo, observando-se, no que lhe for aplicável, subsidiariamente, as disposições dos Títulos IV e V deste regulamento.

Art. 77 - Para os efeitos deste regulamento, entende-se por:

I - abandono de emprego público: a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de trinta dias consecutivos.

II - inassiduidade habitual: a falta ao serviço, sem causa justificada, por cinco dias, intercaladamente, durante o período de doze meses.

Parágrafo Único - Na apuração de abandono de emprego ou inassiduidade habitual, também será adotado o procedimento sumário a que se refere o art. 76, observando-se especialmente que:

I - a indicação da materialidade dar-se-á:

a) na hipótese de abandono de emprego, pela indicação precisa do período de ausência intencional do servidor ao serviço superior a trinta dias;

b) no caso de inassiduidade habitual, pela indicação dos dias de falta ao serviço sem causa justificada, por período igual ou superior a cinco dias intercaladamente, durante o período de doze meses;

II - após a apresentação da defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará o respectivo dispositivo legal, opinará, na hipótese de abandono de emprego, sobre a intencionalidade da ausência ao serviço superior a trinta dias e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento.

Art. 78 - As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I - pelo Presidente do Consórcio Público, as de demissão;

II - pelo Coordenador Executivo, nos casos de advertência, repreensão e suspensão.

Art. 79 - A demissão do emprego público incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em emprego, cargo ou função pública do Consórcio Público e dos Municípios consorciados, inclusive das suas Autarquias e Fundações Públicas instituídas e mantidas.

Parágrafo Único - A demissão no caso de falta grave com dano ao Erário implica na indisponibilidade dos bens do servidor para garantia do ressarcimento, sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 80 - A ação disciplinar prescreverá:

I - em cinco anos, quanto às infrações puníveis com demissão;

II - em dois anos, quanto à suspensão;

III - em um ano, quanto à repreensão;

IV - em cento e oitenta dias, quanto à advertência.

§ 1º - O prazo de prescrição começa a correr da data em que o

fato se tornou conhecido.

§ 2º - Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas, também, como crime.

§ 3º - A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição.

§ 4º - Interrompido o curso da prescrição, esta recomeçará a correr, pelo prazo restante, a partir do dia em que cessar a interrupção.

TÍTULO V

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 81 - A autoridade ou chefia que tiver ciência de irregularidade praticada por qualquer empregado do Consórcio é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado a ampla defesa.

§ 1º - As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

§ 2º - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

§ 3º - A sindicância será conduzida por Comissão Especial ou Permanente designada pelo Presidente do Consórcio Público, composta por até três servidores, a qual adotará o procedimento sumário a que se refere o art. 76, com a indicação da materialidade, instrução e notificação para defesa, e, após a apresentação da defesa, elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos e indicará o respectivo dispositivo legal, remetendo o processo à autoridade competente para julgamento e/ou aplicação da sanção.

Art. 82 - Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo.

II - aplicação de penalidade de advertência, repreensão ou suspensão.

III - instauração de processo disciplinar.

§ 1º - O prazo inicial para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado, a critério da autoridade competente.

§ 2º - Sempre que o ilícito praticado pelo empregado ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 07 (sete) dias ou de demissão do emprego, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

CAPÍTULO II

DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 83 - Como medida cautelar e a fim de que o empregado não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do emprego, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo Único - O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 84 - O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do emprego em que se encontre investido.

§ 1º - O processo disciplinar será conduzido por comissão processante especial composta de três servidores, designados pela autoridade competente que indicará, dentre eles, o seu presidente.

§ 2º - A comissão terá como secretário, servidor designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

§ 3º - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

§ 4º - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse do Consórcio.

§ 5º - O prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 6º - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

§ 7º - Será assegurado transporte aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

§ 8º - As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado, e serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 85 - O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão.

II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório.

III - julgamento.

SEÇÃO I

DO INQUÉRITO

Art. 86 - O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

§ 1º - Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa da instrução.

§ 2º - Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

§ 3º - Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

§ 4º - É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 5º - O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 6º - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial de perito.

§ 7º - As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

§ 8º - Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

§ 9º - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 10 - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 11 - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

§ 12 - Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado.

§ 13 - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 14 - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

§ 15 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos 01 (um) médico psiquiatra.

§ 16 - O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição de laudo pericial.

Art. 87 - Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§ 1º - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na secretaria do Consórcio.

§ 2º - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte dias).

§ 3º - No caso de recusa do indiciado em exarar o ciente na cópia

do mandado, a recusa não lhe aproveitará, e o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que procedeu ao ato de citação.

§ 4º - O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

§ 5º - Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

§ 6º - Na hipótese do parágrafo anterior, o prazo para defesa será de dez dias, contados do dia útil seguinte a publicação do edital.

§ 7º - Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 8º - A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo.

Art. 88 - Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§ 2º - Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

§ 3º - O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

SEÇÃO II DO JULGAMENTO

Art. 89 - No prazo de vinte dias contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

§ 2º - Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

§ 3º - Reconhecida pela comissão à inocência do servidor, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

§ 4º - Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando transladado na repartição.

Art. 90 - O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

§ 1º - Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o servidor de responsabilidade.

§ 2º - Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, o saneamento do processo, com o refazimento dos atos anulados, suprimindo as irregularidades.

§ 3º - O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

§ 4º - A autoridade julgadora que der causa à prescrição, será responsabilizada na forma deste regulamento.

§ 5º - Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 91 - O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Parágrafo Único - Ocorrida a exoneração de que trata o § 3º, inciso I, do art. 45, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

SEÇÃO III DA REVISÃO DO PROCESSO

Art. 92 - O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do empregado, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º - No caso de incapacidade mental do empregado, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

§ 3º - No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

§ 4º - A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

§ 5º - O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Presidente do Consórcio que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido a autoridade competente para providenciar a constituição de nova comissão processante, na forma deste regulamento.

§ 6º - A revisão correrá em apenso ao processo originário.

§ 7º - Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

§ 8º - A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

§ 9º - Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

Art. 93 - O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º - O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

§ 2º - Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do empregado, exceto em relação à destituição do emprego em comissão, que será convertida em exoneração.

§ 3º - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

TÍTULO VI DO QUADRO DE EMPREGOS DO CONSÓRCIO PÚBLICO E DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

CAPÍTULO I DOS RECURSOS HUMANOS

Art. 94 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio Público os contratados para ocupar os empregos públicos previstos no Protocolo de Intenções, no Estatuto e neste regulamento, bem como, em havendo necessidade e interesse, pessoas físicas ou jurídicas contratadas na forma da lei.

§ 1º - A participação do Conselho Fiscal ou de outros órgãos diretivos que sejam criados pelo Estatuto ou por deliberação da Assembleia Geral, bem como a participação dos representantes dos Entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio Público não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

§ 2º - O Coordenador Executivo perceberá o salário estabelecido para o emprego, observando-se o disposto no Estatuto do CIAPS, bem como as demais vantagens estabelecidas em Lei ou no Protocolo de Intenções ratificado.

§ 3º - Para exercício da função de Coordenador Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CIAPS.

§ 4º - Os empregados não poderão ser cedidos, inclusive para os próprios Entes consorciados, sem prejuízo da possibilidade de prestação de serviços na sua área de atuação, através do Consórcio Público.

§ 5º - Os Entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores efetivos, na forma e condições da legislação de cada um, observado o disposto no Estatuto do Consórcio Público e neste regulamento.

CAPÍTULO II dos empregos públicos DE CONFIANÇA

Art. 95 - O CIAPS terá o seguinte emprego público de confiança em sua estrutura funcional:

Nº de Emprego	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
1	Coordenador Executivo	40 hs	R\$ 4.000,00

§ 1º - O emprego público de que trata o "caput" deste artigo é de livre nomeação e exoneração, regido pelo critério de confiança e obrigado ao regime de dedicação integral ao serviço, donde poderá ser convocado a trabalhos excepcionais além da carga horária regulamentar, sem remuneração adicional.

§ 2º - A nomeação será feita pelo Presidente do CIAPS, após regular aprovação da escolha pela Assembleia Geral do Consórcio Público, ao qual compete dar posse e fiscalizar o exercício funcional, observadas as disposições do Estatuto e deste regulamento.

CAPÍTULO III dos empregos públicos PERMANENTES

Art. 96 - O CIAPS terá os seguintes empregos públicos permanentes em sua estrutura funcional:

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
01	Médico	10 horas	R\$ 4.000,00
01	Enfermeiro	40 horas	R\$ 3.017,71
01	Assistente Social	30 horas	R\$ 2.753,81
01	Psicólogo	40 horas	R\$ 2.753,81
01	Técnico em Enfermagem	40 horas	R\$ 1.406,20
01	Auxiliar Administrativo	40 horas	R\$ 1.523,38
01	Motorista	40 horas	R\$ 1.113,00
01	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	R\$ 820,29

§ 1º - Os empregos públicos de que trata o "caput" deste artigo serão acessados, na forma deste regulamento, por meio de:

I - concurso público no caso de provimento efetivo;

II - processo seletivo no caso de contratação temporária.

§ 2º - Os atos de nomeação e posse, e os de contratação serão expedidos pela Diretoria, observados os procedimentos legais.

§ 3º - Além do pessoal referido neste artigo e no antecedente, o Consórcio Público poderá receber servidores efetivos que lhe forem colocados à disposição, nos termos do Estatuto.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES E DESCRIÇÕES DOS EMPREGOS

Art. 97 - Os empregos públicos de que tratam os Capítulos I e II deste Título tem as seguintes atribuições e descrições:

I - Para o emprego de COORDENADOR EXECUTIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desempenhar as atribuições de gestão e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CIAPS.

II - Para o emprego de MÉDICO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar atividade de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva; Examinar o paciente, auscultando, palpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo ao especialista; Analisar e interpretar resultados de exames de raios X, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico; Prescrever medicamentos,

indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados para conservar ou restabelecer a saúde do paciente; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada; Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender a determinações legais; Atender a urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

III - Para o emprego de ENFERMEIRO(A):

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar ações educativas, preventivas e curativas, na área da saúde pública; Selecionar e executar ações de enfermagem de acordo com as prioridades, necessidades e características de cada caso, particularmente para: gestantes e crianças de alto risco, bem como, outros clientes que apresentam risco para si próprio ou para a comunidade; Coordenar e supervisionar a organização e execução das atividades de enfermagem, desenvolvidas nas Unidades de atendimento sob sua responsabilidade, levando em conta os demais elementos da equipe de saúde do Centro de Saúde; Supervisionar e avaliar sistematicamente os registros e anotações das atividades realizadas pelo pessoal de enfermagem; Assegurar condições adequadas de limpeza, preparo, esterilização e manuseio do material em uso; Verificar sistematicamente o funcionamento de aparelhos utilizados na área de enfermagem, providenciando reparação ou substituição quando for o caso; Participar na supervisão das atividades de matrícula e fichário central; Verificar periodicamente as condições de conservação e prazo de validade de soros e vacinas; Promover o inter-relacionamento das atividades internas e externas do CAPS desenvolvidas pelo pessoal de enfermagem; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

IV - Para o emprego de ASSISTENTE SOCIAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Planejar e executar atividades que visam a assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida, bem como busca garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos Segmentos sociais mais vulneráveis às crises sócio-econômicas; Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional, baseando-se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas; Promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, desenvolvendo suas potencialidades; Programar a ação básica de uma comunidade no campo social e outros, valendo-se da análise dos recursos e das carências sócio-econômicas dos indivíduos e da comunidade; Assistir as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional e outros; Desenvolver outras atividades de caráter comunitário que possam ser utilizadas como elemento catalisador da potencialidade dos indivíduos na solução de seus próprios problemas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área;

Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

V - Para o emprego de PSICÓLOGO(A):

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar nos processos intra e interpessoais e nos mecanismos de comportamento humano; Elaborar e ampliar técnicas psicológicas, como teste para determinação de características afetivas, intelectuais, sensoriais ou motoras; Técnicas psicoterápicas e outros métodos de verificação, para possibilitar a orientação, seleção e treinamento de campo profissional, no diagnóstico e na identificação e interferência nos fatores determinantes na ação do indivíduo, em sua história pessoal, familiar, educacional e social; Atendimento familiar, e individual, visitas domiciliares; Assessoria e orientação aos casos encaminhados pelo Conselho Tutelar; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

VI - Para o emprego de TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Auxiliar no atendimento à pacientes nas unidades hospitalares e de saúde pública sob supervisão; Orientar e revisar o auto cuidado do cliente a alimentação e higiene pessoal; Executar a higienização ou preparação dos clientes para exames ou atos cirúrgicos; Zelar pela limpeza, conservação e assepsia do material e do instrumental; Executar e providenciar a esterilização de salas e do instrumento adequado às intervenções programadas; Manter atualizado o prontuário dos pacientes; Verificar a temperatura, pulso e respiração e registrar os resultados nos prontuários; Ministrar medicamentos, aplicar imunizantes e fazer curativos; Fazer a orientação sanitária de indivíduos em unidade de saúde; Atividade auxiliar, na área de enfermagem, desenvolvidas junto ao indivíduo, família a comunidade visando a prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso Técnico na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

VII - Para o emprego de AUXILIAR ADMINISTRATIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: - Exercer atividades de ordem auxiliar em executar atividades de caráter administrativo, financeiro, tributário e fiscal, sob supervisão da chefia imediata; fazer encaminhamentos, procedimentos e trabalhos que lhe forem atribuídos pela chefia imediata; digitar e ou datilografar processos de rotinas internas ou externas; prestar atendimento ao público em todas as áreas que lhe forem fixadas; transcrever atos oficiais; preencher formulários, fichas e outros; codificar e arquivar documentos; providenciar e preparar material de expediente; executar outras atividades correlatas.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Escolaridade Nível Médio

VIII - Para o emprego de MOTORISTA:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Dirigir veículos de passageiros e transporte de pacientes; Manter o veículo em condições de conservação e funcionamento, providenciando conserto, abastecimento, lubrificação, limpeza e troca de peças; Atender às

normas de segurança e higiene no trabalho; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Escolaridade de Nível Médio; CNH categoria "C".

IX - Para o emprego de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Operar eletrodomésticos e outros equipamentos e utensílios; Lavar manualmente ou por meios mecânicos louças, talheres e utensílios; Fazer e servir café, água e outros alimentos solicitados nas dependências dos órgãos; Preparar e servir refeições e proceder a aquecimento de alimentos; Receber e examinar o material destinado à preparação de alimentos e bebidas e acondicioná-los em recipientes adequados; Informar previamente à Chefia imediata sobre a necessidade de material para o desenvolvimento normal dos serviços; Manter e zelar pela conservação dos equipamentos e utensílios utilizados; Efetuar o controle do material existente no setor, discriminando-o por peças e respectivas quantidades, para manter o estoque e evitar extravios; Executar serviços de limpeza e conservação, zelando pela ordem e segurança no ambiente de trabalho, observando as normas e instruções, para prevenir acidentes; Notificar toda e qualquer ocorrência que dificulte o bom andamento dos trabalhos, visando o conserto ou reparo de aparelhos ou substituição de materiais; Manter o ambiente de trabalho limpo e com boa aparência; Proceder a coleta e remoção de resíduos, aplicação de ceras industriais, conservantes, lustradores e limpadores em móveis e pisos, retirada do pó ou varrição de pisos, carpetes e tapetes nos escritórios e áreas externas; Coleta e remoção de papéis usados, colocação de desodorizantes, aplicação de detergentes, lavagem e higienização em sanitários; Retirada de resíduos e limpeza dos vidros das portas e janelas; Reposição de materiais de higiene pessoal, tudo visando ao asseio e conservação dos prédios públicos e das áreas limítrofes; Efetuar corte de grama, bem como a poda de árvores e arbustos; Capinagem de áreas verdes com a retirada de todo material para depósito de lixo; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Escolaridade de Ensino Fundamental Completo.

CAPÍTULO V DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

Art. 98 - O desenvolvimento funcional do servidor efetivo ocorrerá na forma deste Capítulo, através do adicional por qualificação.

§ 1º - O adicional por qualificação corresponderá a um acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o salário do empregado efetivo, limitado ao máximo de 30% (trinta por cento), por força da qualificação profissional obtida além daquela prevista para ocupação do emprego e que guarde correlação direta com as atribuições deste, observado interstício de cinco anos de exercício no emprego para cada período aquisitivo.

§ 2º - Para habilitar-se ao adicional por qualificação o empregado deverá apresentar requerimento e comprovar o atendimento, cumulativo, das seguintes condições:

I - ter concluído curso de pós-graduação, especialização, mestrado ou doutorado ou ter completado 150 (cento e cinquenta) horas de cursos/seminários/palestras, dentre outros, sempre em temas

correlatos com o emprego ocupado.

II - ter completado 05 (cinco) anos de serviço no Consórcio, ininterruptos ou não, ou interstício de igual tempo para os períodos aquisitivos subsequentes.

§ 3º - Fica prejudicada a contagem regular do período aquisitivo para o adicional de que trata este artigo, se o empregado apresentar qualquer uma das seguintes ocorrências em sua vida funcional:

I - tiver sido condenado em processo criminal, por decisão definitiva, ou sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II - tiver mais de 05 (cinco) faltas injustificadas no período aquisitivo;

III - tiver se afastado de suas funções por período contínuo superior a trinta dias, independentemente de percepção ou não de remuneração, exceto se para exercício de emprego de confiança no próprio Consórcio Público ou em Ente consorciado.

§ 4º - O empregado que no decorrer do período aquisitivo incidir nas hipóteses do parágrafo anterior, perderá o tempo decorrido, iniciando-se novo período aquisitivo quinquenal após a cessação do impedimento.

§ 5º - O cumprimento dos requisitos de que trata este artigo, dentro do período aquisitivo considerado, será apurado em processo administrativo próprio, devidamente instruído, sendo que os efeitos financeiros do benefício, acaso concedido, serão estabelecidos no ato administrativo expedido.

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

CAPÍTULO I DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Art. 99 - Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público consistente na substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público.

§ 1º - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado, percebendo a remuneração inicial para ele prevista.

§ 2º - A contratação de que trata este artigo, será precedida de processo seletivo de provas ou de provas e títulos.

Art. 100 - As contratações temporárias observarão as disposições estabelecidas no art. 37, IX, da Constituição Federal, artigos 443, 445, 451 e 452 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e demais disposições do Estatuto do Consórcio Público e deste Regulamento.

§ 1º - As contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogado justificadamente uma única vez até atingir o prazo máximo total de dois anos.

§ 2º - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções ou o alcance do prazo máximo de que trata o parágrafo anterior faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

Art. 101 - O pessoal contratado nos termos deste Capítulo não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de emprego em comissão ou de confiança.

Parágrafo Único - A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

Art. 102 - As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos deste Capítulo serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de 30 (trinta) dias, assegurada a ampla defesa.

Art. 103 - O contrato formado de acordo com este Capítulo extinguir-se-á, sem direito a indenização:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado.

§ 1º - A extinção do contrato por iniciativa do Consórcio Público contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

§ 2º - A extinção do contrato, no caso do inciso II, será comunicada com antecedência de 30 (trinta) dias, ficando a critério do Consórcio Público contratante a dispensa deste prazo.

Art. 104 - O tempo de serviço prestado em virtude de contratação temporária, nos termos deste Capítulo, será computado para todos os efeitos.

CAPÍTULO II DO PROGRAMA DE ESTÁGIO

Art. 105 - Sem prejuízo das atribuições do quadro funcional, fica instituído o Programa de Concessão de Estágio Não obrigatório aplicado ao estágio de estudantes, na forma da legislação federal específica, com disponibilidade de vagas em igual número de Entes Federados que integre o Consórcio Público.

§ 1º - O recrutamento de candidatos para as vagas de estágio, dentre o contingente de alunos das instituições de ensino conveniadas, será feito:

I - diretamente pelo CIAPS através de processo seletivo simplificado, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II - em caso de urgência ou necessidade imediata, diretamente pela Instituição de Ensino ou pelos Agentes de Integração, através de processo seletivo ou cadastro.

§ 2º - A carga horária de estágio ficará estabelecida em 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, remuneradas através de bolsa-estágio nos seguintes valores:

I - R\$ 433,80 (quatrocentos e trinta e três reais e oitenta centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II - R\$ 648,09 (seiscentos e quarenta e oito reais e nove centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

§ 3º - Sem prejuízo da contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e do pagamento da remuneração de que trata o parágrafo anterior, lhe será concedido:

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais.

II - auxílio-alimentação, na forma concedida aos empregados em geral, proporcionalmente a jornada diária de estágio.

III - período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares e antes do encerramento do contrato, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, ou proporcional nos demais casos, vedado sua indenização.

§ 4º - O valor da bolsa-estágio será revisado em janeiro de cada ano pelos mesmos índices aplicados à revisão geral anual da remuneração dos servidores do Consórcio Público.

Art. 106 - O Consórcio Público poderá, também, celebrar convênio de concessão de estágio obrigatório com Instituições de Ensino, assumindo responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e mediante remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido para contraprestação do estágio não obrigatório.

TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 107 - O "Dia do Servidor Público" será comemorado em 28 de outubro.

§ 1º - Caberá ao Presidente do Consórcio Público estabelecer ponto facultativo na data de que trata o "caput" deste artigo, se necessário.

§ 2º - Por conveniência ou necessidade de serviço a comemoração da data de que trata o "caput" deste artigo poderá ser antecipada ou postergada em alguns dias.

Art. 108 - A jornada normal de trabalho no Consórcio Público será:

I - de 8 (oito) horas diárias para o serviço técnico, administrativo ou operacional, cujo desempenho seja atribuído a servidores com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

II - de 6 (seis) horas diárias para os serviços cujo desempenho seja atribuído a servidores com carga horária de 30 (trinta) horas semanais;

III - de 4 (quatro) horas diárias para os serviços cujo desempenho seja atribuído a servidores com carga horária de 20 (vinte) horas semanais;

IV - de 2 (duas) a 5 (cinco) horas diárias para os serviços cujo desempenho seja atribuído a servidores com carga horária menor de 20 (vinte) horas semanais.

§ 1º - A jornada de trabalho prevista neste artigo é do número de horas imposta ao servidor, podendo ser aumentada ou diminuída nos casos previstos neste regulamento, sempre com redução ou

aumento de remuneração e de comum acordo entre as partes.

§ 2º - Observado o disposto no inciso XIII do artigo 7º da Constituição Federal, a Administração poderá estabelecer jornadas especiais de trabalho, plantões ou escalas.

Art. 109 - O Consórcio Público poderá ter servidores de sobreaviso ou e em escala de revezamento, para executarem serviços essenciais, serviços imprevistos ou para substituições de outros servidores que falem à escala organizada.

§ 1º - Considera-se de "sobreaviso" o servidor que permanecer em sua própria casa, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço.

§ 2º - Cada escala de "sobreaviso" será, no máximo, de vinte e quatro horas.

§ 3º - As horas de "sobreaviso", para todos os efeitos, serão contadas à razão de 1/3 (um terço) do salário normal.

§ 4º - Considera-se "em escala de revezamento" o servidor que ficar nas dependências do serviço público, executando atividades ou aguardando ordens.

§ 5º - A escala de revezamento será, no máximo, de doze horas de serviço por trinta e seis horas de descanso.

§ 6º - Quando, no estabelecimento ou dependência em que se achar o servidor, houver facilidade de alimentação, às doze horas de escala de revezamento, a que se refere o parágrafo anterior, poderão ser contínuas. Quando não existir essa facilidade, depois de seis horas de prontidão, haverá sempre um intervalo de uma hora para cada refeição, que não será, nesse caso, computada como de serviço.

Art. 110 - Para todos os efeitos previstos neste regulamento, os exames de sanidade física e mental serão obrigatoriamente realizados por médico do serviço público de saúde (SUS).

§ 1º - Em casos especiais, atendendo a natureza da enfermidade o Presidente do Consórcio Público poderá designar uma junta médica para proceder ao exame, dela fazendo parte obrigatoriamente, um médico do Município sede do CIAPS.

§ 2º - O atestado médico apresentado pelos servidores poderá ter sua validade condicionada a ratificação posterior pelo serviço de medicina ocupacional do Consórcio Público.

Art. 111 - Contarão por dias corridos os prazos previstos nesta lei.

Parágrafo Único - Computar-se-á no prazo o dia inicial prorrogando-se para o primeiro dia útil o vencimento que incidir em sábado, domingo ou feriado.

Art. 112 - Este Regulamento entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº43/2014

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 43/2014 PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
CONCURSO PÚBLICO
PROCESSO SELETIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE ASCURRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 43/2014

CONTRATANTE: Município de Ascurra

CONTRATADO: INSTITUTO O BARRIGA VERDE - IoBV.

OBJETO: Contratação de empresa para celebração de contrato com instituição especializada em concursos públicos e processos de seleção de recursos humanos, que tenha por objeto a prestação de serviços técnico-especializados de organização e promoção de concurso público e processo seletivo para provimento de vagas para diversos cargos da Prefeitura Municipal de Ascurra.

VALOR TOTAL: R\$20.160,00

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os serviços deverão ser prestados até a data de 18/02/2015.

Ascurra, 17 de novembro de 2014.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Atalanta**PREFEITURA****053/2014**

D E C R E T O N.º 053/2014

"Dispensa o Servidor Márcio Petruy ocupante do Cargo de Fisioterapeuta lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Registro de Ponto Eletrônico e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Art. 65, Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e,

- Considerando o requerimento efetuado pelo Servidor Márcio Petruy, bem como visando o interesse público:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o servidor Márcio Petruy, dispensado do registro do ponto eletrônico, cuja carga horária a ser cumprida deverá ser controlada por meio dos registros e horários de atendimento dos pacientes, comprovante de preparação de atendimento, bem como por meio dos registros das evoluções dos mesmos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 30 de outubro de 2014.

Tarcísio POLASTRI

prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE CHAMADA PUBLICA 023/FMS/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

AVISO DE EDITAL DE CHAMADA PUBLICA Nº. 023/FMS/2014.

Data e horário da sessão: a partir de 19/11/2014 às 08h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: O município de Balneário Rincão, Estado da Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados o Edital de Chamada Publica para contratação de Entidades Privadas, Filantrópicas sem Fins Lucrativos e Prestadores de Serviços de Assistência à Saúde, interessadas em participar de forma complementar ao Sistema Único de Saúde do Município do Balneário Rincão/SC.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC, 19 de Novembro de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PP 087/PMBR/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 087/PMBR/2014.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 09/12/2014 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de utensílios para cozinha, para atender as necessidades das Unidades Escolares do Município de Balneário Rincão/SC., beneficiadas pelo Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, durante o ano de 2014.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC, 18 de Novembro de 2014.

Pregoeira

Gisele Ferreira

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

CONCURSOS Nº 01/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

EDITAL Nº 001/2014 (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

EXTRATO DO EDITAL Nº 001/2014 DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Concurso Público para provimento de vagas do quadro único de pessoal da administração direta do município de Bela Vista do Toldo, para os cargos de: Alfabetizado: Motorista, Operador de Máquinas; Ensino Fundamental: Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino), Auxiliar de Serviços Gerais (Masculino e Feminino), Merendeira, Agente de Combate a Endemias Ensino Médio: Assistente Administrativo, Assistente Administrativo Escolar, Auxiliar de Odontologia, Fiscal de Obras e Tributos, Monitor (Creche), Técnico Agrícola, Técnico de Enfermagem e Técnico em Vigilância Sanitária. Ensino Superior: Advogado Municipal, Assistente Social, Engenheiro Civil, Fisioterapeuta, Médico Clínico Geral, Médico Ginecologista, Médico Pediatra, Monitor Educação Especial, Odontólogo, Psicólogo, Pedagogo e Professores (Responsável pelos anos iniciais, Responsável pelos anos finais, Artes, Ciências, Educação Física, Educação Infantil e Anos Iniciais, Ensino Religioso, Inglês (15h e 30h), Língua Portuguesa, Matemática, Música, Sala Multifuncional). As inscrições "on line" estão abertas no período de 20/11/2014 a 19/12/2014. As provas estão previstas para o dia 25/01/2015. As informações completas sobre número de vagas, remuneração e atribuições dos cargos, bem como o cronograma, constam divulgadas no inteiro teor deste edital que encontra-se divulgado no site www.iobv.org.br, e www.pmbvt.sc.gov.br e no mural de publicações do Paço Municipal.

Bela Vista do Toldo, 19 de novembro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

EDITAL Nº 002/2014 (EMPREGO PÚBLICO)

EXTRATO DO EDITAL Nº 002/2014 DE CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREGO PÚBLICO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna Público que fará realizar Concurso Público para provimento de vagas para Emprego Público do quadro de pessoal do município de Bela Vista do Toldo, para os cargos de: Ensino Fundamental: Agente Comunitário de Saúde. Ensino Médio: Orientador Social e Ensino Superior: Pedagogo (CRAS); Odontólogo ESF; Professor de Educação Física (NASF); Psicólogo (NASF). As inscrições "on line" estão abertas no período de 20/11/2014 a 19/12/2014. As provas estão previstas para o dia 25/01/2015. As informações completas sobre número de vagas, remuneração e atribuições dos cargos, bem como o cronograma, constam divulgadas no inteiro teor deste edital que encontra-se divulgado no site www.iobv.org.br, e www.pmbvt.sc.gov.br e no mural de publicações do Paço Municipal.

Bela Vista do Toldo, 19 de novembro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 10.105/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 46/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.105/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 46/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA O PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS, POLICLÍNICA E SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA (DST) DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

Fornecedor: CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME

Valor: R\$ 78.528,00 (setenta e oito mil quinhentos e vinte e oito reais).

Vigência: 31/10/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

DECRETO Nº 190/2014

DECRETO Nº 190 /2014 DE: 12 DE NOVEMBRO DE 2014.
Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira segundo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2014.

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal nº 3417/13 - LDO,

DECRETA:

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 6.563.100,00 (seis milhões, quinhentos e sessenta e três mil e cem reais) e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo, de forma a assegurar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais de resultado nominal e primário estabelecidas na LDO, conforme Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação até o 5º Bimestre de 2014 em anexo a este decreto:

1. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

FONTE 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários - R\$ 4.333.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.04.122.0002.1002	Construção do Centro Admin. Municipal	2.200.000,00
4.4.90.00	Investimentos	2.200.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.04.121.0002.2008	Implantação e Manutenção da Ind. Projetos	115.200,00

3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	115.200,00
-----------	---------------------------	------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.1005	Ampliação da Rede Física do Ensino Fund.	123.600,00
4.4.90.00	Investimentos	123.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.365.0003.1007	Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil	250.000,00
4.4.90.00	Investimentos	250.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.13.391.0005.1012	Reestruturação do Mercado Público	50.000,00
4.4.90.00	Investimentos	50.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.15.451.0009.1044	Pavimentação de Ruas	888.000,00
4.4.90.00	Investimentos	888.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.15.451.0009.1044	Revitalização de Praças	205.000,00
4.4.90.00	Investimentos	205.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.14.453.0009.1051	Construção ou Ampl. de Abrigos de Passag.	90.900,00
4.4.90.00	Investimentos	90.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1301.27.812.0005.1015	Construção de Equipamentos Esportivos	318.000,00
4.4.90.00	Investimentos	318.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1301.27.812.0005.1017	Construção do Centro de Artes Marciais	93.000,00
4.4.90.00	Investimentos	93.000,00

FONTE 0.1.01.000000 - Recursos de Impostos p/ MDEB - R\$ 105.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.1005	Ampliação da Rede Física do Ensino Fund.	105.500,00
4.4.90.00	Investimentos	105.500,00

FONTE 0.1.08.000000 - Transferência Diretas do FNDE - PNAE Fund. - R\$ 8.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.306.0003.2017	Oferta de Merenda Escolar – Fundamental	8.200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	8.200,00

FONTE 0.1.13.000000 -Transf. de Recursos do FUNDEB 10,07% - R\$ 17.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
--------	---------------	-------

0701.12.361.0003.2022	Manutenção Transp. Escolar – Ensino Fund.	17.900,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	17.900,00

FONTE 0.1.26.000000 -Manutenção do FIA - R\$ 700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1102.08.243.0006.2054	Funcionamento e Manutenção do FIA	700,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	700,00

FONTE 0.1.37.000066 - IGD Bolsa Família - R\$ 18.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2065	Manutenção do Bolsa Família	18.700,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	18.700,00

FONTE 0.1.37.000069 - Piso Básico Fixo - PAIF - R\$ 6.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2062	Proteção Social Básica	6.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	6.000,00

FONTE 0.1.37.000070 - IGD SUAS R\$ 5.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2061	Gestão Da Política de Assistência Social	5.500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	5.500,00

FONTE 0.1.37.000072 - Piso de Transição de Média Complexidade R\$ 2.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Piso especial de Média Complexidade	2.800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	2.800,00

FONTE 0.1.37.000141 - Piso Fixo de Média Complexidade R\$ 8.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Média Complexidade	8.600,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	8.600,00

FONTE 0.1.37.000160 - Piso Variável de Média Complexidade - R\$ 24.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Piso de Média Complexidade	24.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	24.000,00

FONTE 0.1.37.000175 - Co-Financiamento - R\$ 58.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	58.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
4.4.90.00	Investimentos	28.000,00

FONTE 0.1.37.000198 - Acessuas - R\$ 63.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2061	Gestão de Política de Assistência Social	63.300,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	63.300,00

FONTE 0.1.80.000000 - Recursos Ordinários - R\$ 199.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1901.28.843.0000.0003	Amortização de Dívidas	199.800,00
4.6.90.00	Amortização de Dívidas	199.800,00

FONTE 0.1.81.000011 - Convênio Transporte Escolar - R\$ 3.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2022	Manut. Transp. Escolar – Ens. Fundamental	3.900,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	3.900,00

FONTE 0.1.81.000058 - Manutenção do FUNREBOM - R\$ 200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0206.06.182.0006.2052	Funcionamento e Man. do FUNREBOM	200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	200,00

FONTE 0.1.81.000059 - Manutenção do FIA - R\$ 1.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1102.08.243.0006.2054	Funcionamento e Manutenção do FIA	1.600,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	1.600,00

2. UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE 0.1.02.000000 - Recursos de Impostos p/ ASPS - R\$ 130.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2037	Ações de Saúde Bucal	130.800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	130.800,00

FONTE 0.2.28.000042 - ASPS Piso de Atenção Básica - R\$ 37.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.304.0004.2034	Ações de Atenção Básica	37.700,00
4.4.90.00	Investimentos	37.700,00

FONTE 0.2.28.000046 - ASPS - ACS - R\$ 518.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2036	Ações de ACS	518.400,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	518.400,00

FONTE 0.2.28.000047 - ASPS - SF - R\$ 332.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2035	Ações de SF	332.200,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	332.200,00

FONTE 0.2.28.000048 - ASPS - SAMU - R\$ 44.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2041	SAMU	44.900,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	44.900,00

FONTE 0.2.28.000106 - Rede Cegonha - R\$ 91.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2042	Manjtenção das Ações de MAC	91.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	91.000,00

FONTE 0.2.28.000108 - Incent. Qualif. Das Ações de Dengue - R\$ 25.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.304.0004.2045	Ações de Vigilância Sanitária	25.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	25.000,00

FONTE 0.2.28.000109 - Form Inf. Crianças Vert. Esp. - R\$ 10.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.305.0004.2046	Ações de Vigilância Epid. e Amb. de Saúde	10.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00

FONTE 0.2.28.000119 - ASPS - Teto Mun. MAC. - R\$ 141.100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2042	Manutenção das Ações de MAC	141.100,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	141.100,00

FONTE 0.2.28.000120 - ASPS - Inc. Prog. Nac. HIV/AIDS - R\$ 12.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.305.0004.2046	Ações Vig. Epid. Amb. Em Saúde	12.700,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	12.700,00

FONTE 0.2.28.000182 - ASPS - PMAQ - R\$ 51.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2040	CEO	51.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	51.000,00

FONTE 0.2.28.000184 - ASPS - Saúde Bucal - R\$ 72.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2037	Ações de Saúde Bucal	72.500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	72.500,00

FONTE 0.2.28.000203 - ASPS - Compensação de Esp. Regionais - R\$ 9.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica	9.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	9.000,00

FONTE 0.2.30.000000 - Pref. Mun. Gov. Celso Ramos - R\$ 8.100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2041	SAMU	8.100,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	8.100,00

FONTE 0.2.30.000000 - Pref. Mun. Antonio Carlos- R\$ 9.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2041	SAMU	13.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	13.000,00

3. UNIDADE GESTORA FAMABI

FONTE 0.2.36.000000 - Manutenção da FAMABI - R\$ 205.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1701.18.543.0008.1040	Construção da Sede da Famabi	205.700,00
4.4.90.00	Investimentos	205.700,00

FONTE 0.2.81.000082 - RDE de Recursos da FAMABI - R\$ 5.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1701.18.541.0008.2078	Manutenção da FAMABI	5.600,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	5.600,00

Art. 2º As fontes de recursos da Unidade Gestora Biguaçu prev que não alcançaram as metas de arrecadação não serão objeto de limitação de empenho, haja vista que o déficit apurado até o bimestre de referência poderá ser coberto pelo superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Restabelecida a receita prevista nas fontes acima indicadas, apurada no Demonstrativo do Cumprimento das Metas nos próximos bimestres, ainda que parcial, a recomposição das dotações correspondentes dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação e revoga o Decreto 129/2014.

Biguaçu, 12 de novembro de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 190 - ANEXOS

ESTADO DE SANTA CATARINA									
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU									
ACOMPANHAMENTO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO RELATIVO AO QUINTO BIMESTRE DE 2014									
ESPECIFICAÇÕES	ATÉ BIMESTRE ANTERIOR			NO BIMESTRE			ATÉ O BIMESTRE		
	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA
PREFEITURA									
0.1.00.000 Recursos Ordinários	36.187,0	32.817,8	-3.369,2	8.680,0	7.715,5	-964,5	44.867,0	40.533,3	-4.333,7
0.1.01.000 Recursos de Impostos p/ MDEB	6.327,0	6.097,9	-229,1	1.356,0	1.479,6	123,6	7.683,0	7.577,5	-105,5
0.1.02.000 Recursos de Impostos p/ASPS	12.440,0	12.217,5	-222,5	2.874,0	2.965,7	91,7	15.314,0	15.183,2	-130,8
0.1.03.000 Receita de Honorários Advocatícios	0,0	84,0	84,0		15,5	15,5	,0	99,5	99,5
0.1.04.000 Cosip	1.925,0	2.971,6	1.046,6	617,0	802,8	185,8	2.542,0	3.774,4	1.232,4
0.1.05.000 Cide	0,0	8,4	8,4		,0	,0	,0	8,4	8,4
0.1.06.000 Transferências do Salário Educação	912,0	974,1	62,1	238,0	236,1	-1,9	1.150,0	1.210,2	60,2
0.1.07.000 Transferências Diretas do FNDE ref. PDDE	0,0	0,0	0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.08.000 Transferências Diretas FNDE ref.PNAE-Ens.Fund	96,0	60,9	-35,1	34,0	60,9	26,9	130,0	121,8	-8,2
0.1.09.000 Transferências Diretas FNDE ref. ao PNATE	12,0	29,9	17,9	8,0	13,5	5,5	20,0	43,4	23,4
0.1.10.000 Transferências Diretas FNDE ref. PNAE-Ens.Inf.	144,0	134,1	-9,9	48,0	134,1	86,1	192,0	268,2	76,2
0.1.11.000 Brasil Carinhoso - Merenda infantil				,0	72,8	72,8	,0	72,8	72,8
0.1.12.000 Transferências de Rec. do FUNDEB - 89,93%	8.790,0	9.169,8	379,8	2.499,0	2.369,7	-129,3	11.289,0	11.539,5	250,5
0.1.13.000 Transferências de Rec. do FUNDEB - 10,07%	870,0	822,0	-48,0	183,0	213,1	30,1	1.053,0	1.035,1	-17,9
0.1.16.000 Multas Previs. na Leg. de Trans - Polícia Civil	71,0	74,2	3,2	21,0	19,5	-1,5	92,0	93,7	1,7
0.1.17.000 Multas Previs. na Leg.de Trans - Parte Pol. Militar	71,0	74,2	3,2	21,0	19,5	-1,5	92,0	93,7	1,7
0.1.18.000 Multas Previs. na Leg. de Trans. - Parte PMB	79,0	80,8	1,8	23,0	22,2	-,8	102,0	103,0	1,0
0.1.19.000 Melhoria do Sistema Viário	0,0	4,5	4,5		,0	,0	,0	4,5	4,5
0.1.20.000 Eventos Festivos	0,0	20,0	20,0		,0	,0	,0	20,0	20,0
0.1.26.000 Manutenção do FIA	0,0	1,0	1,0	2,0	,3	-1,7	2,0	1,3	-,7
0.1.33.000 Manutenção do FUNREBOM	134,0	211,0	77,0	38,0	53,3	15,3	172,0	264,3	92,3
0.1.34.000 Manutenção do FMDR	80,0	131,5	51,5	20,0	37,6	17,6	100,0	169,1	69,1
0.1.37.061 Piso de Alta Complexidade	25,0	47,0	22,0	8,0	,0	-8,0	33,0	47,0	14,0
0.1.37.066 Índice de Gestão Descentralizada-Bolsa Família	40,0	26,5	-13,5	10,0	4,8	-5,2	50,0	31,3	-18,7
0.1.37.069 Piso Básico Fixo-PAIF	72,0	84,0	12,0	18,0	,0	-18,0	90,0	84,0	-6,0
0.1.37.070 Índice de Gestão Descentralizadas-SUAS	8,0	4,5	-3,5	2,0	,0	-2,0	10,0	4,5	-5,5
0.1.37.072 Piso de Transição de Média Complexidade	8,0	7,2	-0,8	2,0	,0	-2,0	10,0	7,2	-2,8
0.1.37.132 Piso Básico Variável II	10,0	81,0	71,0	4,0	5,3	1,3	14,0	86,3	72,3
0.1.37.141 Piso Fixo de Média Complexidade	80,0	91,4	11,4	20,0	,0	-20,0	100,0	91,4	-8,6
0.1.37.160 Piso Variável de Média Complexidade	18,0		-18,0	6,0	,0	-6,0	24,0		-24,0
0.1.37.175 Cofinanciamento	46,0		-46,0	12,0	,0	-12,0	58,0		-58,0
0.1.37.198 Acessuas	72,0	26,7	-45,3	18,0	,0	-18,0	90,0	26,7	-63,3
0.1.38.200 Benefícios Eventuais	8,0	13,6	5,6	2,0	,0	-2,0	10,0	13,6	3,6
0.1.38.156 Co-Financiamento	0,0	10,0	10,0		10,0	10,0	,0	20,0	20,0

0.1.38.175 Proteção Especial de Alta Complexidade	0,0	52,0	52,0		83,0	83,0	,0	135,0	135,0
0.1.70.020 Conv. Ministério das Cidades-Hab.Popular	0,0	368,1	368,1		40,0	40,0	,0	408,1	408,1
0.1.70.021 Conv. Ministério Turismo-Sinaliz. e Portal Turist.	0,0	121,9	121,9		,0	,0	,0	121,9	121,9
0.1.70.022 Conv. Minist. Cidades - Implantação de Ciclovias	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.70.073 Conv.Minist.Agricultura-Form.da Patr.Agrícola	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.70.074 Conv.IPHAN-Restauração Casarão Wollinger	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.70.075 Conv.Minist.Desenv.Soc.-Centro Int.Assist.Soc.	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.70.090 Conv.Minit.Esportes-Construção Eptos Esportivos	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.70.093 Conv.Minist. Cidades-Aquis.de Eptos Rodov.	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.70.094 Conv.Minist. Cidades-Pavimentação de Ruas	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.70.097 Conv.Minist. Cidades- Drenagem Pluvial	0,0	242,9	242,9		,0	,0	,0	242,9	242,9
0.1.70.098 Conv.Minist.Cidades-Drag. Rio e Fix.da Barra	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.70.140 Conv.c/MEC- Ampl. Da Rede Fís. de Ens. Infantil	0,0	370,5	370,5		117,6	117,6	,0	488,1	488,1
0.1.70.202-Conv.Minist.da Integração-Recup de Danos Intern	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.70.206 Construção e Cobertura de Qudra de Esportes	0,0	102,0	102,0		,0	,0	,0	102,0	102,0
0.1.71.012 Convenio SDR – Manut. Transporte Escolar	0,0	626,7	626,7		208,9	208,9	,0	835,6	835,6
0.1.71.030 Convênio SDR – Apoio e Realiz.de Eventos Econ	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.71.095 Convênio SDR – Pavimentação de Ruas	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.71.162 Festividades Carnavalescas	0,0	82,4	82,4		,0	,0	,0	82,4	82,4
0.1.71.147 Convenio SDR - Constr. de Eqtos de Segurança	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.71.172 Festividades Carnavalescas	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.80.000 Recursos Ordinários	458,0	305,9	-152,1	143,0	95,3	-47,7	601,0	401,2	-199,8
0.1.81.001 RDB – MDE/FUNDEB	26,0	51,3	25,3	10,0	9,5	-,5	36,0	60,8	24,8
0.1.81.002 RDB – MDE /SALÁRIO EDUCAÇÃO	8,0	25,7	17,7	2,0	5,7	3,7	10,0	31,4	21,4
0.1.81.003 RDB – CIDE/Infra Estrutura em Transporte	0,0	0,3	0,3		,0	,0	,0	,3	,3
0.1.81.004 RDB – PNAE-Merenda Escolar Ens.Fund..	0,0	2,0	2,0		,6	,6	,0	2,6	2,6
0.1.81.005 RDB – PNAE-Merenda Escolar Ens.Infant.	0,0	1,9	1,9		,6	,6	,0	2,5	2,5
0.1.81.006 RDB – PNATE – Transporte Escolar	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.81.008 RDB – Multa de Transito-Educ.Trans.Pol.Civil	0,0	9,7	9,7		1,8	1,8	,0	11,5	11,5
0.1.81.009 RDB – Multa de Transito-Educ.Trans.Pol.Militar	0,0	1,1	1,1		,1	,1	,0	1,2	1,2
0.1.81.010 RDB – Multa de Transito-Educ.Trans.Prefeitura	0,0	1,4	1,4		,5	,5	,0	1,9	1,9
0.1.81.011 RDB – Convênio Transporte Escolar	8,0	5,1	-2,9	2,0	1,0	-1,0	10,0	6,1	-3,9
0.1.81.058 RDB – Manutenção do FUNREBOM	1,0	2,1	1,1	2,0	,7	-1,3	3,0	2,8	-,2
0.1.81.059 RDB – Manutenção do FIA	0,0	0,4	0,4	2,0	,0	-2,0	2,0	,4	-1,6

0.1.81.067 RDB – Manutenção do FMAS	16,0	30,1	14,1	4,0	8,0	4,0	20,0	38,1	18,1
0.1.81.080 RDB – Manutenção do FMDR	0,0	0,1	0,1		,0	,0	,0	,1	,1
0.1.81.118 RDB – Outros Recursos Vinculados	87,0	174,8	87,8	26,0	60,0	34,0	113,0	234,8	121,8
0.1.82.013 Oper.Cred.Int.p/Prog. de Modern.Adm.Publica	0,0	900,0	900,0		,0	,0	,0	900,0	900,0
0.1.82.089 Oper Cred Int. p/Programa Educação	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.82.096 Badesc Pavimentação de Ruas	0,0	772,8	772,8		,0	,0	,0	772,8	772,8
0.1.82.161 Badesc Aquis.de Equipamentos Rodoviários	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.82.170 CEF – Pró-Transporte	0,0	150,8	150,8		,0	,0	,0	150,8	150,8
0.1.85.099 Veículos da Educação-Desp.de Cap.da Educ.	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.85.100 Outros Veíc. Bens Mov.em Geral-Desp.Cap.Geral	0,0	45,0	45,0		,0	,0	,0	45,0	45,0
SOMA	69.129,0	70.824,1	1.695,1	16.955,0	16.885,1	-69,9	86.084,0	87.709,2	1.625,2
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE									
0.2.20.000 ASPS Manutenção do FMS	0,0	32,4	32,4		9,0	9,0	,0	41,4	41,4
0.2.27.000 ASPS – Tx. Fisc.de Vig. Sanitária	116,0	137,8	21,8	30,0	41,9	11,9	146,0	179,7	33,7
0.2.28.015 ASPS – Teto Mun.Red de Urgência-UPA	1.360,0	1.530,0	170,0	340,0	340,0	,0	1.700,0	1.870,0	170,0
0.2.28.042 ASPS – Piso de Atenção Bás. (PAB Fixo)	1.064,0	1.035,4	-28,6	268,0	258,9	-9,1	1.332,0	1.294,3	-37,7
0.2.28.043 ASPS – Vigilância Sanitária	16,0		-16,0	4,0	99,6	95,6	20,0	99,6	79,6
0.2.28.044 ASPS – Assist. Farmaceutica Básica	195,0	225,6	30,6	50,0	25,1	-24,9	245,0	250,7	5,7
0.2.28.045 - Ações de Vigilância Sanitária	0,0	16,9	16,9		,7	,7	,0	17,6	17,6
0.2.28.046 ASPS – Agentes Com. de Saúde	1.176,0	739,7	-436,3	294,0	211,9	-82,1	1.470,0	951,6	-518,4
0.2.28.047 ASPS – Saúde da Família	1.088,0	813,2	-274,8	272,0	214,6	-57,4	1.360,0	1.027,8	-332,2
0.2.28.048 ASPS – SAMU-Serv.Atendimento Mov.Urg.	129,0	105,0	-24,0	34,0	13,1	-20,9	163,0	118,1	-44,9
0.2.28.049 ASPS – CEO-Centro Espec. Odontologica	68,0	99,0	31,0	18,0	9,9	-8,1	86,0	108,9	22,9
0.2.28.050 ASPS – Núcleo de Apoio a Saúde da Fam.	280,0	260,0	-20,0	80,0	100,0	20,0	360,0	360,0	,0
0.2.28.056 - Ações de Atenção Básica	0,0	250,0	250,0		100,0	100,0	,0	350,0	350,0
0.2.28.057 - Ações de Atenção Básica	0,0	30,0	30,0		12,0	12,0	,0	42,0	42,0
0.2.28.104 ASPS – Rede Brasil sem Miséria	40,0	45,0	5,0	10,0	10,0	,0	50,0	55,0	5,0
0.2.28.106 ASPS – Rede Cegonha	72,0		-72,0	19,0	,0	-19,0	91,0		-91,0
0.2.28.107 ASPS – Piso Fixo de Vig.e Prom.da Saúde	134,0	160,5	26,5	34,0	19,2	-14,8	168,0	179,7	11,7
0.2.28.108 ASPS – Incet.Qualif.das Ações de Dengue	19,0	97,2	78,2	6,0	-97,2	-103,2	25,0		-25,0
0.2.28.109 ASPS – Form.Inf.Crianças Vert.Esp.	8,0	0,0	-8,0	2,0	,0	-2,0	10,0		-10,0
0.2.28.119 ASPS – Teto Mun.MAC Amb.e Hospitalar	1.224,0	1.122,5	-101,5	308,0	268,4	-39,6	1.532,0	1.390,9	-141,1
0.2.28.120 ASPS – Inc.ao Prog.Nac. HIV/AIDS e Outra	56,0	50,2	-5,8	14,0	7,1	-6,9	70,0	57,3	-12,7
0.2.28.179 ASPS – Prog. Melh. Aces. Qualidade-PAB	864,0	1.047,9	183,9	218,0	123,0	-95,0	1.082,0	1.170,9	88,9
0.2.28.182 ASPS – Prog. Melh.Aces. Qualidade-CEO	40,0		-40,0	11,0	,0	-11,0	51,0		-51,0
0.2.28.184 ASPS – Saúde Bucal	146,0	84,7	-61,3	38,0	26,8	-11,2	184,0	111,5	-72,5

0.2.28.187 ASPS – Rede Psico-Social	112,0	254,7	142,7	28,0	56,7	28,7	140,0	311,4	171,4
0.2.28.203 ASPS – Comp.de Espec. Regionais	7,0		-7,0	2,0	,0	-2,0	9,0		-9,0
0.2.29.051 - ASPS - Ações de Vigilância Sanitária					26,4	26,4	,0	26,4	26,4
0.2.29.052 ASPS – Assist. Farmaceutica Básica	174,0	204,4	30,4	44,0	58,0	14,0	218,0	262,4	44,4
0.2.29.053 ASPS – Centro Espec. Odontologica-CEO	24,0	24,7	0,7	8,0	8,3	,3	32,0	33,0	1,0
0.2.29.054 ASPS – Co-Financiamento-PAB	224,0	241,4	17,4	56,0	83,6	27,6	280,0	325,0	45,0
0.2.30.000 ASPS – Prefeitura Munc. Gov.Celso Ramos	16,0	7,4	-8,6	4,0	4,5	,5	20,0	11,9	-8,1
0.2.30.000 ASPS – Prefeitura Antônio Carlos	9,0		-9,0	4,0	,0	-4,0	13,0		-13,0
0.2.70.102 Convênio MS-UPA-Ampliação	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.2.70.176 Convênio MS-Const.UBS-Prado	0,0		0,0		395,4	395,4	,0	395,4	395,4
0.2.70.208 Polos de Academia de Saúde	0,0	48,0	48,0		,0	,0	,0	48,0	48,0
0.2.71.055 Convênio SDR-Hospital de Biguaçu	0,0	3.066,7	3.066,7		,0	,0	,0	3.066,7	3.066,7
0.2.81.041 ASPS – RDB Recursos do FMS	64,0	104,7	40,7	20,0	26,6	6,6	84,0	131,3	47,3
0.2.85.101 Veículos da Saúde	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
SOMA	8.725,0	11.835,0	3.110,0	2.216,0	2.453,5	237,5	10.941,0	14.288,5	3.347,5
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE									
0.2.36.000 Manutenção Fundação Meio Ambiente	226,0	84,8	-141,2	85,0	20,5	-64,5	311,0	105,3	-205,7
0.2.70.136 Transferências da Eletrosul	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.2.81.082 RDB de Recursos da FAMABI	8,0	3,4	-4,6	2,0	1,0	-1,0	10,0	4,4	-5,6
SOMA	234,0	88,2	-145,8	87,0	21,5	-65,5	321,0	109,7	-211,3
PREVBIGUAÇU									
0.2.32.000 Pagamento de Inativos e Pensionistas	5.715,0	4.705,3	-1.009,7	1.384,0	887,9	-496,1	7.099,0	5.593,2	-1.505,8
0.2.35.000 Contr.Patr.Serv.Ativo Civil – Intra-Orçam.	282,0		-282,0	74,0	,0	-74,0	356,0		-356,0
0.2.81.040 Rem.dos Invest.RPPS-Renda Fixa	6.432,0	5.502,1	-929,9	1.658,0	793,8	-864,2	8.090,0	6.295,9	-1.794,1
0.2.81.165 Rem dos Invest.RPPS-Renda Fixa	78,0	84,9	6,9	30,0	15,9	-14,1	108,0	100,8	-7,2
SOMA	12.507,0	10.292,3	-2.214,7	3.146,0	1.697,6	-1.448,4	15.653,0	11.989,9	-3.663,1
TOTAL GERAL	90.595,0	93.039,6	2.444,6	22.404,0	21.057,7	-1.346,3	112.999,0	114.097,3	1.098,3
Biguaçu,12 de novembro de 2014									
JOSE CASTELO DESCHAMPS			PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO						
Prefeito Municipal			Contadora – CRC/SC 028726/O-6						

PP 247/2014 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 247/2014 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO PARA A SECRETARIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 2 dezembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 2 dezembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 19 de novembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO Nº 10.095/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 46/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.095/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 46/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA O PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS, POLICLÍNICA E SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA (DST) DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

Fornecedor: STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$ 9.573,50 (nove mil quinhentos e setenta e três reais e cinquenta centavos).

Vigência: 04/11/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.**DECRETO Nº 205/2014**

DECRETO Nº 205/2014 DE: 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

INSTITUI NOVAS TARIFAS PARA O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - TÁXI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e em conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c com o artigo 21 da Lei nº 631, de 17 de julho de 1990;

DECRETA:

Art. 1º As tarifas de transporte de passageiros - TÁXI passam a vigorar de acordo com a seguinte tabela:

TARIFA COMUM	VALOR
Bandeirada	R\$ 4,20
Bandeira 1	R\$ 2,25
Bandeira 2	R\$ 2,65
Hora Parada	R\$ 20,00

Parágrafo Único - Não poderá ser cobrada taxa de retorno.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 221/2012, de 22 de outubro de 2012, assim como todas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 17 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

PORTARIA Nº 2611/2014

PORTARIA nº 2611 de 18 de novembro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) GUSTAVO OLIVEIRA DOS REIS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de FARMACÊUTICO, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GUSTAVO OLIVEIRA DOS REIS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de FARMACÊUTICO, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 10/11/2014 a 09/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/11/2014.

Biguaçu, 18 de novembro de 2014.

JOSE CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2610/2014

PORTARIA nº 2610 de 18 de novembro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) RICHARD MACHADO ANTONIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENCANADOR, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RICHARD MACHADO ANTONIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENCANADOR, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03/11/2014 a 02/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/11/2014.

Biguaçu, 18 de novembro de 2014.
JOSE CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2609/2014

PORTARIA nº 2609 de 18 de novembro 2014
Admitir o (a) Servidor (a) LEONELA CECILIA DE SOUZA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LEONELA CECILIA DE SOUZA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 29/10/2014 a 28/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/10/2014.

Biguaçu, 18 de novembro de 2014.
JOSE CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2608/2014

PORTARIA nº 2608 de 18 de novembro 2014
Admitir o (a) Servidor (a) GIANE VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE DE ENDEMIAS, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GIANE VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE DE ENDEMIAS, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04/11/2014 a 03/11/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/11/2014.

Biguaçu, 18 de novembro de 2014.
JOSE CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

GASTOS COM SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
RREO - Anexo 12 (LC nº 141/2012, art. 35)
DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS. REFERÊNCIA ATÉ OUTUBRO DE 2014

1.	Receita produto de Impostos.	70.555.001,21
1.1.	Receita de Impostos	15.389.736,71
1.1.	Receita de IPTU	3.214.030,54
1.2.	Receita de ITBI	1.714.736,45
1.3.	Receita de ISS	7.781.609,12
1.4.	Receita de IRRF	1.433.789,15
1.5.	Receita de Multas e Juros de Mora sobre os Impostos	255.172,72
1.6.	Receita de Dívida Ativa de Impostos	19.100,54
1.7.	Receita de Multas e Juros de Mora sobre a Dívida Ativa de Impostos	989.071,63
1.8.	(-) Descontos e Renúncia de Receita	-17.773,44
1.2.	Receita de Transferências Constitucionais e Legais	55.165.264,50
2.1.	Cota-Parte do FPM – Parcela referente à CF, art. 159, alínea "b".	18.487.489,66
2.2.	Cota-Parte do ITR	28.521,42
2.3.	Cota-Parte do ICMS	31.740.992,98
2.4.	ICMS – Desoneração – LC nº 87/1996	124.528,05
2.5.	Cota-Parte do IPI Exportação	489.837,58
2.6.	Cota-Parte do IPVA	4.293.894,81
2.7.	Cota-Parte IOF - Ouro	0,00

2. Origem dos Recursos Vinculados a ASPS

CÓDIGO D.R.	ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS	VALOR
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS (21,53% do item 1, conforme LOA)	15.190.491,76
0.1.02.000000	Déficit Financeiro dos Recursos de impostos p/ ASPS	-720.070,13
0.3.14.000000	Superávit Financeiro Construção do Hospital de Biguaçu	100,00
0.2.20.000000	Outras Receitas Correntes	41.404,69
0.6.20.000000	Superávit Financeiro de Outras Receitas Correntes	25.046,44
0.2.27.000000	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	179.740,19
0.2.27.000000	Cancelamento de Restos a Pagar	378,70
0.6.27.000000	Superávit Financeiro Taxa de Vigilância Sanitária	28.264,67
0.2.28.000015	Teto Municipal Rede de Urgência (UPA)	1.870.000,00
0.2.28.000042	Piso de Atenção Básica – PAB Fixo	1.294.280,00
0.2.28.000042	Cancelamento de Restos a Pagar	4.662,00
0.6.28.000042	Superávit Financeiro Piso de Atenção Básica – PAB Fixo	15.095,22
0.2.28.000043	Piso Fixo de Vigilância Sanitária – PFVISA – Parte do FNS	99.648,86
0.6.28.000043	Superávit Financeiro Piso Fixo de Vig. San. – PFVISA – Parte do FNS	16.791,85
0.2.28.000044	Componente Básico de Assistência Farmacêutica	250.686,26
0.6.28.000044	Superávit Financeiro Componente Básico de Assistência Farmacêutica	74.148,90
0.2.28.000045	Piso Fixo de Vigilância Sanitária – Parte ANVISA	17.556,64
0.2.28.000107	Piso Fixo de Vigilância em Saúde	179.681,87

0.6.28.000107	Superávit Financeiro Piso Fixo de Vigilância em Saúde	30.994,81
0.6.28.000107	Cancelamento de Restos a Pagar	656,00
0.2.28.000046	Agentes Comunitários de Saúde	951.638,00
0.6.28.000046	Superávit Financeiro Agentes Comunitários de Saúde	67.454,82
0.2.28.000047	Saúde da Família	1.027.780,00
0.6.28.000047	Superávit Financeiro Saúde da Família	28.162,04
0.2.28.000120	Incentivo ao Programa Nacional de HIV/AIDS e Outras DST	57.333,28
0.6.28.000120	Superávit Financeiro Incentivo ao Prog. Nac. de HIV/AIDS e Outras DST	60.350,45
0.2.28.000048	SAMU-Serviço Atendimento Médico de Urgência	118.125,00
0.6.28.000048	Superávit Financeiro SAMU-Serviço Atendimento Médico de Urgência	8.596,69
0.2.28.000049	Centro de Especialidades Odontológicas – MAC/CEO	108.900,00
0.6.28.000049	Superávit Financeiro Centro de Espec. Odontológicas – MAC/CEO	7.498,10
0.2.28.000050	Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF	360.000,00
0.6.28.000050	Superávit Financeiro Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF	1.104,77
0.2.28.000056	Programa Nacional de Atenção Domiciliar – EMAD	350.000,00
0.2.28.000057	Programa Nacional de Equipes Multiprofissionais de Apoio – EMAP	42.000,00
0.2.28.000104	Rede Brasil sem Miséria (Prótese dentária)	55.000,00
0.2.28.000106	Rede Cegonha	0,00
0.2.28.000119	Teto Municipal MAC Ambulatorial e Hospitalar	1.390.893,23
0.6.28.000119	Superávit Financeiro Teto Municipal MAC Ambulatorial e Hospitalar	54.425,39
0.2.28.000179	Programa Melhoria do Acesso e da Qualidade – PMAQ	1.170.900,00
0.6.28.000179	Superávit Financeiro Prog. Melhoria do Acesso e da Qualidade – PMAQ	173.921,45
0.2.28.000180	Programa de Requalificação de UBS	0,00
0.2.28.000180	Programa de Requalificação de UBS	-108.348,22
0.2.28.000184	Saúde Bucal	111.500,00
0.2.28.000185	Polos de Academia de Saúde	0,00
0.2.28.000186	Produção Ambulatorial e Hospitalar	0,00
0.2.28.000186	Produção Ambulatorial e Hospitalar	-148.101,58
0.2.28.000187	Rede Psico Social	311.355,00
0.6.28.000187	Superávit Financeiro Rede Psico Social	83.046,26
0.2.28.000193	Programa Saúde na Escola	0,00
0.6.28.000193	Superávit Financeiro Programa Saúde na Escola	11.400,00
0.2.28.000203	Compensação de Especificidades Regionais	0,00
0.6.28.000203	Superávit Financeiro Compensação de Especificidades Regionais	4.625,00
0.2.28.000205	MAC por Demandas Judiciais	0,00
0.2.28.000206	MAC - Rede Viver sem Limites	0,00
0.6.28.000206	Superávit Financeiro MAC - Rede Viver sem Limites	4.950,00
0.2.29.000051	Vigilância Sanitária	26.400,00
0.6.29.000051	Superávit Financeiro Vigilância Sanitária	39,04

0.2.29.000052	Programa de Assistência Farmacêutica Básica	262.357,80
0.6.29.000052	Superávit Financeiro Programa de Assistência Farmacêutica Básica	11,59
0.2.29.000053	Centro Especialidades Odontológicas	33.000,00
0.6.29.000053	Superávit Financeiro Centro de Especialidades Odontológicas	6.105,28
0.2.29.000171	Produção Hospitalar e Ambulatorial	0,00
0.6.29.000171	Superávit Financeiro Produção Hospitalar e Ambulatorial	16.683,53
0.2.29.000054	Co-Financiamento – PAB	325.040,00
0.6.29.000054	Superávit Financeiro Co-Financiamento-PAB	142.643,20
0.6.29.000232	Superávit Financeiro Emergências de Enchentes	6.960,00
0.2.29.000155	Incentivo p/ Operacionalização da Port. GM 2588/2008	0,00
0.2.29.000188	Produção Hospitalar e Ambulatorial/ CAPS	0,00
0.6.29.000188	Superávit Financeiro Produção Hospitalar e Ambulatorial	137.144,50
0.2.30.000000	Transf. Municípios de Governador Celso Ramos e Antônio Carlos	11.928,00
0.6.30.000000	Superávit Financeiro Transf. Mun. Gover. Celso Ramos e Antônio Carlos	1.149,64
0.2.70.000102	Convênio Ministério da Saúde – UPA	0,00
0.6.70.000102	Superávit Financeiro Convênio Ministério da Saúde – UPA	7.316,98
0.2.70.000126	Convênio Ministério da Saúde – UBS Centro	-20.833,71
0.2.70.000126	Superávit Financeiro Convênio Ministério da Saúde – UBS Centro	0,00
0.2.70.000172	Convênio Ministério da Saúde – UBS Fundos	-86.701,15
0.2.70.000176	Convênio MS – Construção da UBS – Prado	395.400,00
0.2.70.000191	Convênio Ministério da Saúde Ampliação de Unidade Básica de Saúde	0,00
0.6.70.000192	Superávit Financeiro Convênio MS Ampliação Unidade Básica de Saúde	160.203,19
0.2.70.000192	Convênio MS Programa de Requalificação UBS	0,00
0.2.70.000197	Convênio MS – Construção da UBS – Prado	0,00
0.6.70.000197	Superávit Financeiro Convênio MS – Construção da UBS – Prado	131.800,00
0.2.70.000208	Implantação e Manutenção de Polos de Academia de Saúde	48.000,00
0.2.71.000055	Convênio SDR – Construção Hospital Regional	3.066.666,67
0.2.71.000178	Convênio SDR – Aquisição de Veículo	0,00
0.3.80.000000	Superávit Financeiro RDB de Recursos Ordinários	1.919,21
0.2.81.000041	Receita de RDB de Recursos Vinculados à Saúde	131.305,67
0.6.81.000041	Superávit Financeiro de Receita de RDB Vinculados à Saúde	31.102,23
0.6.81.000204	Superávit Financeiro de Receita de RDB Convênio SDR	163,04
0.2.85.000101	Alienação de Veículos da Saúde	0,00
0.6.85.000101	Superávit Financeiro Alienação de Veículos da Saúde	21.200,00
	TOTAL	29.761.073,12

3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
CÓDIGO DA F.R.	CÓDIGO SUB-FUNÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	EXIGÊNCIA LEGAL	DESPESA LIQUIDADADA ATÉ O MÊS	DIFERENÇA	
3.1. Receita de Impostos			14.470.421,63	14.702.518,63	232.097,00	
0.1.02.000000	301	Atenção Básica	8.977.319,19	8.489.346,06	-487.973,13	
0.1.02.000000	302	Assistência Hosp. E Ambul.	5.878.010,82	5.878.010,82	0,00	
0.1.02.000000	304	Vigilância Sanitária	48.313,46	48.313,46	0,00	
0.1.02.000000	305	Vigilância Epidemiológica	286.848,29	286.848,29	0,00	
0.1.02.000000	301	Atenção Básica	-720.070,13	0,00	720.070,13	
(+) Cancelamento de Restos a Pagar			0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RP não Processado e Inscrito sem Cobertura Financeira			0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Pagamento de RP Inscrito sem Cobertura Financeira			0,00	0,00	0,00	0,00
3.2. Receita de Outras Fontes			15.290.651,49	13.336.398,54	-1.952.252,95	
0.3.14.000000	301	Atenção Básica	100,00	0,00	-100,00	
0.2.20.000000	301	Atenção Básica	41.404,69	0,00	-41.404,69	
0.6.20.000000	301	Atenção Básica	25.046,44	4.271,18	-20.775,26	
0.2.27.000000	304	Vigilância Sanitária	179.740,19	130.378,80	-49.361,39	
0.2.27.000000	Cancelamento de Restos a Pagar		378,70	0,00	-378,70	
0.6.27.000000	304	Vigilância Sanitária	28.264,67	7.585,26	-20.679,41	
0.2.28.000015	301	Atenção Básica	1.870.000,00	1.633.707,44	-236.292,56	
0.2.28.000042	301	Atenção Básica	1.294.280,00	1.267.834,77	-26.445,23	
0.2.28.000042	Cancelamento de Restos a Pagar		4.662,00	0,00	-4.662,00	
0.6.28.000042	301	Atenção Básica	15.095,22	7.131,73	-7.963,49	
0.2.28.000043	304	Vigilância Sanitária	99.648,86	5.392,13	-94.256,73	
0.6.28.000043	304	Vigilância Sanitária	16.791,85	49,25	-16.742,60	
0.2.28.000044	301	Atenção Básica	250.686,26	176.962,80	-73.723,46	
0.6.28.000044	301	Atenção Básica	74.148,90	33.660,20	-40.488,70	
0.2.28.000045	304	Vigilância Sanitária	17.556,64	5.831,78	-11.724,86	
0.2.28.000107	305	Vigilância Epidemiológica	179.681,87	119.368,99	-60.312,88	
0.2.28.000107	Cancelamento de Restos a Pagar		30.994,81	0,00	-30.994,81	
0.6.28.000107	305	Vigilância Epidemiológica	656,00	0,00	-656,00	
0.2.28.000046	301	Atenção Básica	951.638,00	932.180,14	-19.457,86	
0.6.28.000046	301	Atenção Básica	67.454,82	67.454,82	0,00	
0.2.28.000047	301	Atenção Básica	1.027.780,00	1.097.396,09	69.616,09	
0.6.28.000047	301	Atenção Básica	28.162,04	28.162,04	0,00	
0.2.28.000120	301	Atenção Básica	57.333,28	14.424,90	-42.908,38	
0.6.28.000120	301	Atenção Básica	60.350,45	7.678,00	-52.672,45	
0.2.28.000048	302	Assistência Hosp. E Ambul.	118.125,00	158.302,61	40.177,61	
0.6.28.000048	302	Assistência Hosp. E Ambul.	8.596,69	8.596,69	0,00	
0.2.28.000049	301	Atenção Básica	108.900,00	84.062,77	-24.837,23	
0.6.28.000049	301	Atenção Básica	7.498,10	1.012,75	-6.485,35	
0.2.28.000050	301	Atenção Básica	360.000,00	341.377,30	-18.622,70	
0.6.28.000050	301	Atenção Básica	1.104,77	596,90	-507,87	
0.2.28.000056	301	Atenção Básica	350.000,00	298.157,64	-51.842,36	
0.2.28.000057	301	Atenção Básica	42.000,00	0,00	-42.000,00	
0.2.28.000104	301	Atenção Básica	55.000,00	13.464,00	-41.536,00	
0.2.28.000106	302	Assistência Hosp. E Ambul.	0,00	0,00	0,00	
0.2.28.000119	301	Atenção Básica	1.390.893,23	912.197,79	-478.695,44	
0.6.28.000119	301	Atenção Básica	54.425,39	42.808,89	-11.616,50	
0.2.28.000179	301	Atenção Básica	1.170.900,00	931.587,57	-239.312,43	
0.6.28.000179	301	Atenção Básica	173.921,45	103.757,29	-70.164,16	
0.2.28.000180	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	
0.2.28.000180	301	Atenção Básica	-108.348,22	0,00	108.348,22	

0.2.28.000184	301	Atenção Básica	111.500,00	105.934,18	-5.565,82		
0.2.28.000185	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.2.28.000186	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.2.28.000186	301	Atenção Básica	-148.101,58	0,00	148.101,58		
0.2.28.000187	301	Atenção Básica	311.355,00	189.206,97	-122.148,03		
0.6.28.000187	301	Atenção Básica	83.046,26	70.789,65	-12.256,61		
0.2.28.000193	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.6.28.000193	301	Atenção Básica	11.400,00	0,00	-11.400,00		
0.2.28.000203	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.6.28.000203	301	Atenção Básica	4.625,00	1.850,00	-2.775,00		
0.2.28.000205	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.2.28.000206	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.6.28.000206	301	Atenção Básica	4.950,00	1.193,67	-3.756,33		
0.2.29.000051	304	Vigilância Sanitária	26.400,00	0,00	-26.400,00		
0.6.29.000051	301	Atenção Básica	39,04	0,00	-39,04		
0.2.29.000052	301	Atenção Básica	262.357,80	142.564,03	-119.793,77		
0.6.29.000052	301	Atenção Básica	11,59	0,00	-11,59		
0.2.29.000053	301	Atenção Básica	33.000,00	10.535,59	-22.464,41		
0.6.29.000053	301	Atenção Básica	6.105,28	5.845,00	-260,28		
0.2.29.000171	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.6.29.000171	301	Atenção Básica	16.683,53	0,00	-16.683,53		
0.2.29.000054	301	Atenção Básica	325.040,00	331.360,89	6.320,89		
0.6.29.000054	301	Atenção Básica	142.643,20	0,00	-142.643,20		
0.6.29.000232	301	Atenção Básica	6.960,00	0,00	-6.960,00		
0.2.29.000155	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.2.29.000188	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.6.29.000188	301	Atenção Básica	137.144,50	70.618,24	-66.526,26		
0.2.30.000000	301	Atenção Básica	11.928,00	7.796,36	-4.131,64		
0.6.30.000000	301	Atenção Básica	1.149,64	1.149,64	0,00		
0.2.70.000102	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.6.70.000102	301	Atenção Básica	7.316,98	0,00	-7.316,98		
0.2.70.000126	301	Atenção Básica	-20.833,71	0,00	20.833,71		
0.2.70.000126	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.2.70.000172	301	Atenção Básica	-86.701,15	0,00	86.701,15		
0.2.70.000176	301	Atenção Básica	395.400,00	120.221,55	-275.178,45		
0.2.70.000191	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.6.70.000192	301	Atenção Básica	160.203,19	51.506,85	-108.696,34		
0.2.70.000192	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.2.70.000197	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.6.70.000197	301	Atenção Básica	131.800,00	96.326,00	-35.474,00		
0.2.70.000208	301	Atenção Básica	48.000,00	33.056,60	-14.943,40		
0.2.71.000055	301	Atenção Básica	3.066.666,67	3.581.729,09	515.062,42		
0.2.71.000178	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.3.80.000000	301	Atenção Básica	1.919,21	0,00	-1.919,21		
0.2.81.000041	301	Atenção Básica	131.305,67	79.047,69	-52.257,98		
0.6.81.000041	301	Atenção Básica	31.102,23	274,02	-30.828,21		
0.6.81.000204	301	Atenção Básica	163,04	0,00	-163,04		
0.2.85.000101	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.6.85.000101	301	Atenção Básica	21.200,00	0,00	-21.200,00		
TOTAL			29.761.073,12	28.038.917,17	-1.722.155,95		

4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS	MÍNIMO	REALIZADO	DIFERENÇA
4.1. Manutenção das ASPS	15% do item 1	20,84%	5,84%

5. MEMÓRIA DE CALCULO DO % DE GASTOS MÍNIMOS REALIZADOS

4.1 = 14.702.518,63x100/70.555.001,21=20,84%

Biguaçu, 11 de novembro de 2014.

JOSE CASTELO DESCHAMPS	LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Prefeito Municipal	Secretario Municipal de Saúde

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO	JOHN KENNEDY LARA DA COSTA
Contadora – CRC/SC 028726/O-6	Secretário Municipal da Fazenda

GASTOS COM EDUCAÇÃO

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS Á MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO - MDEB.

REFERÊNCIA ATÉ OUTUBRO DE 2014

1. Receita produto de Impostos.	70.555.001,21
1.1. Receita de Impostos	15.389.736,71
1.1. Receita de IPTU	3.214.030,54
1.2. Receita de ITBI	1.714.736,45
1.3. Receita de ISS	7.781.609,12
1.4. Receita de IRRF	1.433.789,15
1.5. Receita de Multas e Juros de Mora sobre os Impostos	255.172,72
1.6. Receita de Dívida Ativa de Impostos	19.100,54
1.7. Receita de Multas e Juros de Mora sobre a Dívida Ativa de Impostos	989.071,63
1.8. (-) Descontos e Renúncia de Receita	-17.773,44
1.2. Receita de Transferências Constitucionais e Legais	55.165.264,50
2.1. Cota-Parte do FPM – Parcela referente à CF, art. 159, alínea "b".	18.487.489,66
2.2. Cota-Parte do FPM – Parcela referente à CF, art. 159, alínea "d".	0,00
2.3. Cota-Parte do ITR	28.521,42
2.4. Cota-Parte do ICMS	31.740.992,98
2.5. ICMS – Desoneração – LC nº 87/1996	124.528,05
2.6. Cota-Parte do IPI Exportação	489.837,58
2.7. Cota-Parte do IPVA	4.293.894,81
2.8. Cota-Parte IOF - Ouro	0,00

2. Origem dos Recursos Vinculados à MDEB

CÓDIGO D.R.	ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS	VALOR
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB (26,37% do item 1, conforme LOA)	18.605.353,82
0.1.01.000000	Cancelamento de Restos a Pagar	7.235,41
0.3.01.000000	Superávit Financeiro de Recursos de Impostos para MDEB	0,00
0.3.01.000000	Cancelamento de Restos a Pagar	1.367,01
0.1.06.000000	Transferências do Salário Educação	1.210.156,12
0.1.06.000000	Cancelamento de Restos a Pagar	8.109,49
0.3.06.000000	Superávit Financeiro das Transferências do salário Educação	87.597,24
0.1.07.000000	Programa Dinheiro Direto nas Escolas - PDDE	0,00
0.3.07.000000	Superávit Financeiro do PDDE	1.223,28
0.1.09.000000	Programa Nacional de Transportes Escolar – PNATE	43.371,75

0.3.09.000000	Superávit Financeiro do PNATE	7.846,15
0.1.11.000000	Brasil Carinhoso	72.795,37
0.3.11.000000	Superávit Financeiro Brasil Carinhoso	27.534,47
0.1.12.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB – 91,75%	11.539.553,88
0.3.12.000000	Superávit Financeiro das Transferências de Recursos do FUNDEB	0,00
0.1.13.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB – 8,25%	1.035.083,13
0.3.13.000000	Superávit Financeiro de Transferências de Recursos do FUNDEB	16.951,47
0.1.21.000000	Manutenção da Educação Infantil	0,00
0.1.70.000127	Convênio com o MEC/FNDE – Aquisição de Ônibus	0,00
0.1.70.000139	Convênio MEC – Ampliação de Rede Física de Ensino Fundamental	0,00
0.3.70.000139	Superávit financeiro Conv. MEC – Ampl. Rede Física de Ens Fund.	47.483,75
0.1.70.000140	Convênio MEC – Ampliação de Rede Física de Ensino Infantil	488.137,82
0.3.70.000140	Superávit Financeiro Conv. MEC – Ampl. Rede Fís. Ensino Infantil	118.362,45
0.1.70.000201	Convênio MEC – Construção de Cobertura de Quadra em Escola	0,00
0.3.70.000201	Superávit Financeiro Construção Cobertura de Quadra em Escola	35.752,99
0.1.70.000206	Construção e Cobertura de Quadra de Esportes	101.998,47
0.1.71.000012	Convênio SDR – Transporte Escolar	835.600,00
0.3.71.000012	Superávit Financeiro Convênio SDR – Transporte Escolar	1.930,79
0.1.71.000177	Convênio SDR – Aquisição de Ônibus	0,00
0.1.81.000001	Remuneração de Depósito Bancário – FUNDEB	60.831,30
0.3.81.000001	Superávit Financeiro RDB – FUNDEB	1.955,40
0.1.81.000002	RDB – Salário Educação	31.407,82
0.3.81.000002	Superávit Financeiro RDB – Salário Educação	31.427,01
0.1.81.000006	RDB – PNATE	596,55
0.3.81.000006	Superávit Financeiros RDB – PNATE	198,27
0.1.81.000011	RDB – Convênio SDR – Transporte Escolar.	5.487,02
0.3.81.000011	Superávit Financeiro RDB Convênio SDR – Transporte Escolar	651,96
0.3.85.000099	Superávit Financeiro Alienação de Bens da Educação	15.683,38
	TOTAL	34.441.683,57

3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS Á MDEB							
CÓDIGO DA F.R.	CÓDIGO SUB-FUNÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR DA EXIGÊNCIA LEGAL	DESPESA LIQUIDADA ATÉ O MÊS	DIFERENÇA		
3.1. Receita de Impostos			18.613.956,24	18.078.760,98	-535.195,26		
0.1.01.000000	361	Ensino Fundamental	4.119.871,89	3.593.279,05	-526.592,84		
0.1.01.000000	365	Educação Infantil	3.382.927,09	3.382.927,09	0,00		
0.1.01.000000	366	Educação Jovens e Adultos	70.628,52	70.628,52	0,00		
0.1.01.000000	843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00		
0.1.01.000000		Retenção FUNDEB	11.031.926,32	11.031.926,32	0,00		
0.3.01.000000	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00		
0.3.01.000000	365	Educação Infantil	0,00	0,00	0,00		
(+) Cancelamento de Restos a Pagar			8.602,42	0,00	-8.602,42	0,00	-8.602,42
(-) RP não Processado e Inscrito sem Cobertura Financeira			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Pagamento de RP Inscrito sem Cobertura Financeira			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2. Receita do Fundeb e de RDB			12.635.468,31	13.038.527,90	403.059,59		
0.1.12.000000	361	Ensino Fundamental	3.760.716,07	4.361.478,06	600.761,99		
0.1.12.000000	365	Educação Infantil	7.778.837,81	7.778.837,81	0,00		
0.1.13.000000	361	Ensino Fundamental	985.713,13	848.842,03	-136.871,10		
0.1.13.000000	365	Educação Infantil	49.370,00	49.370,00	0,00		
0.1.81.000001	361	Ensino Fundamental	60.831,30	0,00	-60.831,30		
3.3. Recursos do SF do FUNDEB a ser Aplicado até março 2013			18.906,87	18.906,87	0,00		
0.3.13.000000	361	Ensino Fundamental	16.951,47	16.951,47	0,00		
0.3.81.000001	361	Ensino Fundamental	1.955,40	1.955,40	0,00		

3.4. Receita de Outras Fontes			3.173.352,15	2.360.833,46	-812.518,69		
0.1.06.000000	361	Ensino Fundamental	987.184,72	830.303,88	-156.880,84		
0.1.06.000000	365	Educação Infantil	222.971,40	222.971,40	0,00		
0.1.06.000000	Cancelamento de Restos a Pagar		8.109,49	0,00	-8.109,49		
0.3.06.000000	361	Ensino Fundamental	87.597,24	60.009,22	-27.588,02		
0.1.07.000000	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00		
0.3.07.000000	361	Ensino Fundamental	1.223,28	0,00	-1.223,28		
0.1.09.000000	361	Ensino Fundamental	43.371,75	32.339,64	-11.032,11		
0.3.09.000000	361	Ensino Fundamental	7.846,15	7.726,15	-120,00		
0.1.11.000000	365	Educação Infantil	72.795,37	0,00	-72.795,37		
0.3.11.000000	365	Educação Infantil	27.534,47	14,00	-27.520,47		
0.1.21.000000	365	Educação Infantil	0,00	4.614,78	4.614,78		
0.1.70.000127	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00		
0.1.70.000139	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00		
0.3.70.000139	361	Ensino Fundamental	47.483,75	0,00	-47.483,75		
0.1.70.000140	365	Educação Infantil	488.137,82	263.651,86	-224.485,96		
0.3.70.000140	365	Educação Infantil	118.362,45	6.343,92	-112.018,53		
0.1.70.000201	361	Ensino Fundamental	0,00	36.135,18	36.135,18		
0.3.70.000201	361	Ensino Fundamental	35.752,99	0,00	-35.752,99		
0.1.70.000206	361	Ensino Fundamental	101.998,47	67.341,32	-34.657,15		
0.1.71.000012	361	Ensino Fundamental	835.600,00	784.271,34	-51.328,66		
0.3.71.000012	361	Ensino Fundamental	1.930,79	1.930,79	0,00		
0.1.71.000177	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00		
0.1.81.000002	361	Ensino Fundamental	31.407,82	6.516,00	-24.891,82		
0.3.81.000002	361	Ensino Fundamental	31.427,01	29.250,70	-2.176,31		
0.1.81.000006	361	Ensino Fundamental	596,55	590,73	-5,82		
0.3.81.000006	361	Ensino Fundamental	198,27	198,27	0,00		
0.1.81.000011	361	Ensino Fundamental	5.487,02	5.972,32	485,30		
0.3.81.000011	361	Ensino Fundamental	651,96	651,96	0,00		
0.3.85.000099	361	Ensino Fundamental	15.683,38	0,00	-15.683,38		
TOTAL			34.441.683,57	33.497.029,21	-944.654,36		
4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS			MÍNIMO	REALIZADO	DIFERENÇA		
4.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino			25% do item 1	25,62%	0,62%		
4.2. Remuneração dos Profissionais do Magistério			60% do Fundeb	96,08%	36,08%		
4.3. Aplicação dos recursos do FUNDEB no Exercício			95%	103,19%	8,19%		

5. MEMÓRIA DE CALCULO DOS % DE GASTOS MÍNIMOS REALIZADOS

4.1 = $18.078.760,98 \times 100 / 70.555.001,21 = 25,62\%$ 4.2 = $4.361.478,06 + 7.778.837,81 \times 100 / 12.635.468,31 = 96,08\%$ 4.3 = $13.038.527,90 \times 100 / 12.635.468,31 = 103,19\%$

Biguaçu, 11 de novembro de 2014.

JOSE CASTELO DESCHAMPS	KÁTIA ROUSSENQ BICHELS
Prefeito Municipal	Secretária Municipal da Educação
PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO	JOHN KENNEDY LARA DA COSTA
Contadora – CRC/SC 028726/O-6	Secretário Municipal da Fazenda

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BIGUAÇU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111416460400505690

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R\$ 1,00	
CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)	
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/b)
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	181.015.000,00	181.015.000,00	20.234.949,98		110.028.423,19	60,78	70.986.576,81
2	RECEITAS CORRENTES	139.225.000,00	139.225.000,00	19.681.976,80	14,14	103.286.737,85	74,19	35.938.262,15
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	25.093.000,00	25.093.000,00	2.954.310,41	11,77	16.322.012,23	65,05	8.770.987,77
4	Impostos	20.867.000,00	20.867.000,00	2.601.757,81	12,47	14.126.391,82	67,70	6.740.608,18
5	Taxas	3.726.000,00	3.726.000,00	352.552,60	9,46	2.195.620,41	58,93	1.530.379,59
6	Contribuição de Melhoria	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	5.896.000,00	5.896.000,00	1.160.441,06	19,68	5.533.877,39	93,86	362.122,61
8	Contribuições Sociais	2.596.000,00	2.596.000,00	356.586,56	13,74	1.758.454,00	67,74	837.546,00
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Contribuição de Iluminação Pública	3.300.000,00	3.300.000,00	803.854,50	24,36	3.775.423,39	114,41	-475.423,39
11	RECEITA PATRIMONIAL	13.627.000,00	13.627.000,00	730.715,16	5,36	7.046.689,16	51,71	6.580.310,84
12	Receitas Imobiliárias	19.000,00	19.000,00	1.522,21	8,01	7.263,76	38,23	11.736,24
13	Receitas de Valores Mobiliários	13.608.000,00	13.608.000,00	727.894,98	5,35	7.032.735,95	51,68	6.575.264,05
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	1.297,97	0,00	6.689,45	0,00	-6.689,45
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	453.000,00	453.000,00	94.986,20	20,97	391.084,29	86,33	61.915,71
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	91.119.000,00	91.119.000,00	14.109.384,42	15,48	71.390.802,70	78,35	19.728.197,30
30	Transferências Intergovernamentais	88.450.000,00	88.450.000,00	13.900.226,42	15,72	70.395.814,91	79,59	18.054.185,09
31	Transferências de Instituições Privadas	1.936.000,00	1.936.000,00	0,00	0,00	75.777,79	3,91	1.860.222,21
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	4.000,00	4.000,00	260,00	6,50	1.260,00	31,50	2.740,00
34	Transferências de Convênios	729.000,00	729.000,00	208.898,00	28,66	917.950,00	125,92	-188.950,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUAÇU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111416460400505690

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.037.000,00	3.037.000,00	632.139,55	20,81	2.602.772,08	85,69	434.727,92				
37	Multas e Juros de Mora	959.000,00	959.000,00	206.913,54	21,58	890.000,02	92,81	68.999,98				
38	Indenizações e Restituições	124.000,00	124.000,00	14.118,27	11,39	110.550,58	89,15	13.449,42				
39	Receita da Dívida Ativa	1.597.000,00	1.597.000,00	325.975,56	20,41	1.141.710,93	71,49	455.289,07				
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
41	Receitas Correntes Diversas	357.000,00	357.000,00	85.132,18	23,85	460.010,55	128,85	-103.010,55				
42	RECEITAS DE CAPITAL	41.790.000,00	41.790.000,00	552.973,18	1,32	6.741.685,34	16,13	35.048.314,66				
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.200.000,00	10.200.000,00	0,00	0,00	1.823.638,60	17,88	8.376.361,40				
44	Operações de Crédito Internas	10.200.000,00	10.200.000,00	0,00	0,00	1.823.638,60	17,88	8.376.361,40				
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
46	ALIENAÇÃO DE BENS	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	45.000,00	42,86	60.000,00				
47	Alienação de Bens Móveis	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	45.000,00	42,86	60.000,00				
48	Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	31.485.000,00	31.485.000,00	552.973,18	1,76	4.873.046,74	15,48	26.611.953,26				
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	1.185.000,00	1.185.000,00	395.400,00	33,37	443.400,00	37,42	741.600,00				
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	30.300.000,00	30.300.000,00	157.573,18	0,52	4.429.646,74	14,62	25.870.353,26				
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.243.000,00	6.243.000,00	823.207,50	13,19	4.069.711,21	65,19	2.173.288,79				
63	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.813.000,00	5.813.000,00	709.388,73	12,20	3.541.524,02	60,92	2.271.475,98				
64	REC.DEC.APORTE PERIOD P/AMORT.DÉFICIT	430.000,00	430.000,00	113.818,77	26,47	528.187,19	122,83	-98.187,19				
65	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	187.258.000,00	187.258.000,00	21.058.157,48	11,25	114.098.134,40	60,93	73.159.865,60				
66	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
67	Operações de Crédito Internas - Ref. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
68		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				

Pag. 2/ 26

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUAÇU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111416460400505690

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
69	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	187.258.000,00	187.258.000,00	21.058.157,48	11,25	114.098.134,40	60,93	73.159.865,60	
74	DEPÓSITO (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-
75	TOTAL (VII) = (V+VI)	187.258.000,00	187.258.000,00	21.058.157,48	11,25	114.098.134,40	-	-	-
76	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	2.718.123,03	-	-	1.572.246,23	-	-	-
77	Superávit Financeiro	-	2.718.123,03	-	-	1.572.246,23	-	-	-
78	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-	-
79	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	181.015.000,00	14.705.631,28	195.720.631,28	16.869.151,55	106.735.360,90	20.472.532,66	90.265.358,61	105.455.272,67
80	DESPESAS CORRENTES	105.737.000,00	3.665.400,85	109.402.400,85	12.908.324,73	84.232.431,89	17.262.280,85	76.762.675,66	32.639.725,19
81	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	63.204.000,00	-6.243.141,26	56.960.858,74	8.331.840,39	43.453.445,45	8.344.518,04	43.447.186,95	13.513.671,79
82	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.787.000,00	-1.140.000,00	647.000,00	43.700,00	646.767,37	88.633,62	589.117,18	57.882,82
83	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.746.000,00	11.048.542,11	51.794.542,11	4.532.784,34	40.132.219,07	8.829.129,19	32.726.371,53	19.068.170,58
84	DESPESAS DE CAPITAL	56.802.000,00	11.040.230,43	67.842.230,43	3.960.826,82	22.502.929,01	3.210.251,81	13.502.682,95	54.339.547,48
85	INVESTIMENTOS	52.995.000,00	8.533.003,61	61.528.003,61	2.183.966,32	16.580.815,12	2.071.517,67	8.577.836,77	52.950.166,84
86	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.807.000,00	2.507.226,82	6.314.226,82	1.776.860,50	5.922.113,89	1.138.734,14	4.924.846,18	1.389.380,64
88	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	400.000,00	0,00	400.000,00	-	-	-	-	-
89	RESERVA DE RPPS	18.076.000,00	0,00	18.076.000,00	-	-	-	-	-
90	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	6.243.000,00	-211.547,44	6.031.452,56	666.041,72	3.381.158,54	659.405,87	3.854.522,69	2.176.929,87
91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.813.000,00	-419.547,44	5.393.452,56	608.576,08	3.389.324,48	601.940,23	3.382.688,63	2.010.763,93
92	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	430.000,00	208.000,00	638.000,00	57.465,64	471.834,06	57.465,64	471.834,06	166.165,94
93	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	187.258.000,00	14.494.083,84	201.752.083,84	17.535.193,27	110.596.519,44	21.131.938,53	94.119.881,30	107.632.202,54
94	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Dívida Mobiliária - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	Outras Dívidas - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUAÇU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111416460400505690

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)
1		DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	181.015.000,00	195.720.631,28	16.869.151,55	106.735.360,90	20.472.532,66	90.265.358,61	95,90	46,12
2	00001	Legislativa	5.292.000,00	5.292.000,00	782.695,11	4.334.102,25	841.782,06	4.122.183,24	4,38	77,89
3	01031	Ação Legislativa	5.292.000,00	5.292.000,00	782.695,11	4.334.102,25	841.782,06	4.122.183,24	4,38	77,89
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	15.119.000,00	14.019.182,80	1.423.817,73	9.624.016,65	1.868.831,84	8.548.484,77	9,08	60,98
12	04121	Planejamento e Orçamento	2.874.000,00	1.528.000,00	177.402,97	1.143.426,34	222.541,24	1.096.785,89	1,17	71,78
13	04122	Administração Geral	7.683.000,00	7.711.000,00	742.018,30	4.543.659,65	942.279,41	4.019.505,10	4,27	52,13
14	04123	Administração Financeira	2.611.000,00	2.755.000,00	340.728,93	2.362.624,10	435.455,69	2.156.257,18	2,29	78,27
15	04124	Controle Interno	113.000,00	138.000,00	19.381,21	111.344,81	21.554,09	109.024,18	0,12	79,00
16	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04126	Tecnologia da Informação	883.000,00	913.182,80	21.932,00	654.747,13	121.103,78	467.896,79	0,50	51,24
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	29.000,00	14.000,00	200,00	8.760,00	200,00	8.760,00	0,01	62,57
20	04129	Administração de Receitas	186.000,00	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	45.000,00	0,05	75,00
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	740.000,00	900.000,00	122.154,32	739.454,62	125.697,63	645.255,63	0,69	71,70
23	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	00006	Segurança Pública	10.084.000,00	10.012.966,02	33.536,75	462.982,29	60.907,62	298.141,39	0,32	2,98
28	06181	Policimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	06182	Defesa Civil	10.084.000,00	10.012.966,02	33.536,75	462.982,29	60.907,62	298.141,39	0,32	2,98
30	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	00008	Assistência Social	5.572.000,00	5.890.214,51	362.571,72	3.314.274,95	525.749,89	2.997.248,09	3,18	50,89
35	08241	Assistência ao Idoso	1.266.000,00	1.298.000,00	38.805,08	247.987,44	84.656,58	220.693,30	0,23	17,00
36	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.097.000,00	1.774.349,08	217.099,08	1.248.742,60	243.608,85	1.170.687,14	1,24	65,98
38	08244	Assistência Comunitária	3.209.000,00	2.817.865,43	106.667,56	1.817.544,91	197.484,46	1.605.867,65	1,71	56,99

Pag. 5/ 26

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUAÇU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111416460400505690

RREO - Anexo 2 (LRF - Art. 52, inciso II, alínea "c")

		3.651.000,00	3.651.000,00	552.240,17	2.731.838,50	552.240,17	2.731.838,50	2.900	74,82	919.161,50
39	00009 Previdência Social									
40	09271 Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,90	0,00	919.161,50
41	09272 Previdência do Regime Estatutário	3.651.000,00	3.651.000,00	552.240,17	2.731.838,50	552.240,17	2.731.838,50	2,90	74,82	919.161,50
42	09273 Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	09274 Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	00010 Saúde									
45	10301 Atenção Básica	34.387.000,00	43.727.725,65	4.783.062,12	30.444.967,96	6.723.727,96	27.196.448,90	28,90	62,19	16.531.276,75
46	10302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	20.450.000,00	30.443.962,91	3.287.864,18	20.376.891,18	4.455.948,36	18.081.366,78	19,21	59,39	12.362.596,13
47	10303 Suporte Profilático e Terapêutico	12.731.000,00	12.006.567,33	1.340.629,68	9.268.330,45	2.128.010,21	8.524.457,92	9,06	71,00	3.482.109,41
48	10304 Vigilância Sanitária	353.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	10305 Vigilância Epidemiológica	751.000,00	391.357,94	35.987,14	220.277,33	48.303,00	184.785,12	0,20	47,22	206.572,82
50	10306 Alimentação e Nutrição	102.000,00	783.837,47	118.581,12	529.969,00	87.011,39	392.375,08	0,42	50,06	391.462,39
51	00011 Trabalho									
52	11331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	11332 Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	11333 Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	11334 Fomento ao Trabalho	23.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
56	00012 Educação									
57	12361 Ensino Fundamental	30.346.000,00	33.237.306,03	4.998.908,95	26.488.437,69	5.594.006,79	23.146.685,28	24,59	69,64	10.090.620,75
58	12362 Ensino Médio	11.107.000,00	14.651.561,33	2.072.627,72	11.493.087,38	2.791.731,90	10.145.730,34	10,78	69,25	4.505.830,99
59	12363 Ensino Profissional	210.000,00	132.000,00	7.335,06	129.065,25	28.312,23	106.697,62	0,11	80,83	25.302,38
60	12364 Ensino Superior	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	12365 Educação Infantil	16.694.000,00	15.951.588,69	2.267.039,03	12.518.102,77	2.334.420,26	10.967.400,94	11,65	68,75	4.984.187,75
62	12366 Educação de Jovens e Adultos	207.000,00	75.000,00	13.038,05	70.628,52	13.743,08	70.628,52	0,08	94,17	4.371,48
63	12367 Educação Especial	290.000,00	290.000,00	58.320,00	289.200,00	58.320,00	289.200,00	0,31	99,72	800,00
64	12306 Alimentação e Nutrição	1.813.000,00	2.137.156,01	580.549,09	1.988.353,77	367.479,32	1.567.027,86	1,66	73,32	570.128,15
65	00013 Cultura									
66	13391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	682.000,00	475.000,00	0,00	22.919,24	3.185,15	18.791,91	0,02	3,96	456.208,09
67	13392 Difusão Cultural	600.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450.000,00
68	00014 Direitos da Cidadania									
69	14421 Custódia e Reinserção Social	82.000,00	25.000,00	0,00	22.919,24	3.185,15	18.791,91	0,02	75,17	6.208,09
70	14422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	265.000,00	264.000,00	8.362,68	145.634,68	38.862,68	145.634,68	0,15	55,16	118.365,32
71	14423 Assistência aos Povos Indígenas	61.000,00	60.000,00	8.362,68	48.034,68	8.362,68	48.034,68	0,05	80,06	11.965,32
72	14453 Transportes Coletivos Urbanos	204.000,00	204.000,00	0,00	97.600,00	30.500,00	97.600,00	0,10	47,84	106.400,00
73	00015 Urbanismo									
74	15451 Infra-Estrutura Urbana	32.469.000,00	33.878.711,19	1.219.877,03	14.032.372,80	1.609.114,61	8.754.181,18	9,30	25,84	25.124.530,01
75	15452 Serviços Urbanos	20.920.000,00	21.063.000,00	51.274,60	4.156.605,79	143.032,00	1.591.216,15	1,69	7,55	19.471.783,85
76	15453 Transportes Coletivos Urbanos	11.549.000,00	12.815.711,19	1.168.602,43	9.875.767,01	1.466.082,61	7.162.965,03	7,61	55,89	5.652.746,16
77	00016 Habitação									
78	16481 Habitação Rural	2.200.000,00	2.200.000,00	0,00	1.075.278,88	39.985,00	280.095,48	0,30	12,73	1.919.904,52
79	16482 Habitação Urbana	2.200.000,00	2.200.000,00	0,00	1.075.278,88	39.985,00	280.095,48	0,30	12,73	1.919.904,52
80	00017 Saneamento									
		19.000,00	19.000,00	7.782,12	15.119,76	3.742,90	11.080,54	0,01	58,32	7.919,46

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUAÇU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111416460400505690

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

81	17511	Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	17512	Saneamento Básico Urbano	19.000,00	19.000,00	7.782,12	80.532,03	496.401,22	84.977,12	3.742,90	11.080,54	58,32	7.919,46	0,00	0,00	0,00
83	00018	Gestão Ambiental	1.964.000,00	2.008.770,00	80.532,03	80.532,03	496.401,22	84.977,12	3.742,90	457.847,12	22,79	1.550.922,88	0,00	0,00	0,00
84	18541	Preservação e Conservação Ambiental	1.506.000,00	1.550.770,00	80.532,03	80.532,03	496.401,22	84.977,12	3.742,90	457.847,12	29,52	1.092.922,88	0,00	0,00	0,00
85	18542	Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	458.000,00	458.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	458.000,00	0,00	0,00	0,00
87	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	19573	Diffusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	00020	Agricultura	3.118.000,00	2.868.090,63	418.284,20	1.723.939,61	443.059,42	1.538.497,61	1,63	53,64	1.329.593,02	0,00	0,00	0,00	0,00
94	20601	Promoção da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	20602	Promoção da Produção Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	20605	Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	20606	Extensão Rural	3.118.000,00	2.868.090,63	418.284,20	1.723.939,61	443.059,42	1.538.497,61	1,63	53,64	1.329.593,02	0,00	0,00	0,00	0,00
100	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	00022	Indústria	812.000,00	853.448,00	42.360,92	573.977,10	58.266,92	555.535,63	0,59	65,09	297.912,37	0,00	0,00	0,00	0,00
105	22661	Promoção Industrial	812.000,00	853.448,00	42.360,92	573.977,10	58.266,92	555.535,63	0,59	65,09	297.912,37	0,00	0,00	0,00	0,00
106	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	00023	Comércio e Serviços	590.000,00	520.000,00	0,00	151.734,16	151.734,16	151.734,16	0,16	29,18	368.265,84	0,00	0,00	0,00	0,00
111	23691	Promoção Comercial	438.000,00	368.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	368.000,00	0,00	0,00	0,00
112	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	23695	Turismo	152.000,00	152.000,00	0,00	151.734,16	151.734,16	151.734,16	0,16	99,83	265,84	0,00	0,00	0,00	0,00
116	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	25752	Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111416460400505690

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										RS 1,00
123	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	00026	Transporte	6.064.000,00	6.680.897,39	114.414,63	1.364.480,81	292.339,81	1.176.105,93	1,25	17,60
125	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	26782	Transporte Rodoviário	6.064.000,00	6.680.897,39	114.414,63	1.364.480,81	292.339,81	1.176.105,93	1,25	17,60
127	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	00027	Desporto e Lazer	2.678.000,00	2.923.350,00	172.687,58	1.631.258,85	244.204,86	1.382.206,25	1,47	47,28
131	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	27812	Desporto Comunitário	1.331.000,00	1.412.000,00	46.266,04	456.140,29	64.880,98	325.041,02	0,35	23,02
133	27813	Lazer	230.000,00	232.350,00	174.882,11	174.882,11	0,00	174.882,11	0,19	75,27
134	27122	Administração Geral	1.117.000,00	1.279.000,00	126.421,54	1.000.236,45	179.323,88	882.283,12	0,94	68,98
135	00028	Encargos Especiais	7.204.000,00	8.719.969,06	1.888.073,81	8.101.623,50	1.487.547,86	6.752.617,98	7,17	77,44
136	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	28843	Serviço da Dívida Interna	5.544.000,00	6.850.226,82	1.820.560,50	6.457.881,26	1.210.415,57	5.427.293,35	5,77	79,23
139	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	28845	Outras Transferências	1.660.000,00	1.869.742,24	47.457,31	1.643.742,24	277.132,29	1.325.324,60	1,41	70,88
141	28846	Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
142	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
144		RESERVA DO RPPS	18.076.000,00	18.076.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
145		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	6.243.000,00	6.031.452,56	666.041,72	3.861.158,54	659.405,87	3.854.522,69	4,10	63,91
146	00001	Legislativa	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
147	01031	Ação Legislativa	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	00004	Administração	1.115.000,00	1.343.000,00	155.279,02	943.332,15	155.279,02	943.332,15	0,99	321,33
151	04121	Planejamento e Orçamento	137.000,00	137.000,00	18.499,62	88.200,10	18.499,62	88.200,10	0,09	64,38
152	04122	Administração Geral	684.000,00	912.000,00	93.436,50	642.753,41	93.436,50	642.753,41	0,68	70,48
153	04123	Administração Financeira	271.000,00	271.000,00	41.438,04	204.070,48	41.438,04	204.070,48	0,22	75,30
154	04124	Controle Interno	18.000,00	18.000,00	823,02	3.807,37	823,02	3.807,37	0,00	21,15
155	04131	Comunicação Social	5.000,00	5.000,00	1.081,84	4.500,79	1.081,84	4.500,79	0,00	90,02
156	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	00006	Segurança Pública	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	06182	Defesa Civil	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	00008	Assistência Social	202.000,00	262.055,00	27.139,62	136.611,20	20.403,77	129.975,35	0,13	131,78
161	08241	Assistência ao Idoso	9.000,00	9.000,00	490,44	1.211,80	490,44	1.211,80	0,00	13,46
162	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	37.000,00	67.055,00	5.188,71	51.469,70	5.188,71	51.469,70	0,05	76,76
163	08244	Assistência Comunitária	156.000,00	186.000,00	21.460,47	83.929,70	14.824,62	77.293,85	0,08	41,56
164	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUAÇU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111416460400505690

RREO - Anexo 2 (LRF - Art. 52, inciso II, alínea "c")

	165	00010	Saúde	1.714.000,00	1.247.067,56	93.124,06	842.468,27	93.124,06	842.468,27	0,89	287,14	404.599,29
	166	10301	Atenção Básica	329.000,00	632.791,95	6.784,66	415.648,67	415.648,67	415.648,67	0,44	65,68	217.143,28
	167	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.374.000,00	550.075,61	81.322,86	378.108,94	81.322,86	378.108,94	0,40	68,74	171.966,67
	168	10304	Vigilância Sanitária	9.000,00	9.000,00	788,28	6.933,78	788,28	6.933,78	0,01	77,04	2.066,22
	169	10305	Vigilância Epidemiológica	2.000,00	55.200,00	4.228,26	41.776,88	4.228,26	41.776,88	0,04	75,68	13.423,12
	170	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	171	00012	Educação	2.569.000,00	2.532.330,00	324.510,53	1.610.330,74	324.510,53	1.610.330,74	1,71	210,40	921.999,26
	172	12306	Alimentação e Nutrição	65.000,00	53.000,00	5.735,68	31.605,17	5.735,68	31.605,17	0,03	59,63	21.394,83
	173	12361	Ensino Fundamental	848.000,00	835.000,00	115.744,08	551.897,17	115.744,08	551.897,17	0,59	66,10	283.102,83
	174	12363	Ensino Profissional	9.000,00	9.000,00	403,48	1.976,24	403,48	1.976,24	0,00	21,96	7.023,76
	175	12365	Educação Infantil	1.638.000,00	1.634.330,00	202.627,29	1.024.852,16	202.627,29	1.024.852,16	1,09	62,71	609.477,84
	176	12366	Educação de Jovens e Adultos	9.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
	177	00013	Cultura	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
	178	13392	Diffusão Cultural	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
	179	00014	Direitos da Cidadania	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
	180	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difuso	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
	181	00015	Urbanismo	200.000,00	203.000,00	26.049,75	128.930,40	26.049,75	128.930,40	0,14	63,51	74.069,60
	182	15452	Serviços Urbanos	200.000,00	203.000,00	26.049,75	128.930,40	26.049,75	128.930,40	0,14	63,51	74.069,60
	183	00016	Habituação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	184	00017	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	185	00018	Gestão Ambiental	49.000,00	51.000,00	6.967,30	38.874,74	6.967,30	38.874,74	0,04	76,22	12.125,26
	186	18541	Preservação e Conservação Ambiental	49.000,00	51.000,00	6.967,30	38.874,74	6.967,30	38.874,74	0,04	76,22	12.125,26
	187	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	188	00020	Agricultura	96.000,00	95.000,00	16.419,00	81.658,68	16.419,00	81.658,68	0,09	85,96	133.411,32
	189	20606	Extensão Rural	96.000,00	95.000,00	16.419,00	81.658,68	16.419,00	81.658,68	0,09	85,96	133.411,32
	190	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	191	00022	Indústria	8.000,00	8.000,00	403,48	1.976,24	403,48	1.976,24	0,00	24,70	6.023,76
	192	22661	Promoção Industrial	8.000,00	8.000,00	403,48	1.976,24	403,48	1.976,24	0,00	24,70	6.023,76
	193	00023	Comércio e Serviços	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
	194	23691	Promoção Comercial	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
	195	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	196	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	197	00026	Transporte	83.000,00	83.000,00	9.269,94	41.470,70	9.269,94	41.470,70	0,04	49,96	41.529,30
	198	26782	Transporte Rodoviário	83.000,00	83.000,00	9.269,94	41.470,70	9.269,94	41.470,70	0,04	49,96	41.529,30
	199	00027	Desporto e Lazer	63.000,00	63.000,00	6.879,02	35.505,42	6.879,02	35.505,42	0,04	56,36	27.494,58
	200	27122	Administração Geral	63.000,00	63.000,00	6.879,02	35.505,42	6.879,02	35.505,42	0,04	56,36	27.494,58

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUAÇU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: NOV/2013 a OUT/ 2014.

CVA: 2014111416460400505690

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Novembro 2013	Dezembro 2013	Janeiro 2014	Fevereiro 2014	Março 2014	Abril 2014	Mai 2014
1	RECEITAS CORRENTES (I) = (2+8+...+13+22)	10.175.316,73	11.717.305,61	10.836.905,40	12.057.020,50	13.065.653,93	11.638.626,45	12.084.681,72
2	Receita Tributária = (3+4+5+6+7)	1.084.964,53	1.478.673,99	1.034.566,52	1.479.604,62	3.995.520,34	1.565.570,41	1.277.269,50
3	IPTU	28.929,66	23.858,23	1.909,32	129.168,83	2.296.732,27	275.100,51	27.258,44
4	ISS	844.900,58	675.888,08	601.274,47	763.597,58	951.342,23	780.641,72	697.269,06
5	ITBI	127.542,25	276.843,21	89.023,17	184.917,02	154.343,14	132.237,90	191.156,05
6	IRRF	172.992,48	478.029,85	148.134,84	183.907,82	165.314,60	145.091,95	98.334,63
7	Outras Receitas Tributárias	-89.400,44	24.054,62	194.224,72	218.013,37	427.788,10	232.498,33	263.251,32
8	Receita de Contribuições	539.068,69	689.931,58	435.297,22	646.943,65	553.160,66	566.848,79	550.094,40
9	Receita Patrimonial	162.875,38	433.710,03	56.822,81	1.417.532,57	414.527,13	950.774,70	1.495.299,30
10	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita de Serviços	19.519,02	26.733,42	18.533,22	41.585,47	45.862,44	55.521,90	44.267,78
13	Transferências Correntes = (14+...+21)	8.218.453,38	8.912.393,60	9.099.012,99	8.301.033,73	7.836.275,23	8.329.140,96	8.476.597,29
14	Cota-Parte do FPM	1.798.778,20	2.713.668,45	2.379.325,46	2.540.771,59	1.507.173,15	1.720.184,40	2.292.357,23
15	Cota-Parte do ICMS	3.558.587,32	3.543.497,30	2.921.179,33	3.115.970,63	3.161.065,35	3.440.653,43	3.131.319,93
16	Cota-Parte do IPV/A	225.226,65	161.832,13	631.276,16	356.591,74	439.705,31	108.519,21	472.426,34
17	Cota-Parte do ITR	1.273,23	239,43	136,63	160,72	87,86	150,29	141,70
18	Transferências da LC 87/1996	55.439,79	59.253,16	52.360,53	44.329,71	43.315,86	47.130,00	51.261,60
19	Transferências da LC 61/1989	14.729,42	14.729,42	13.836,45	13.836,45	0,00	13.836,45	13.836,45
20	Transferências do FUNDEB	1.222.449,37	1.267.661,46	1.329.865,42	1.298.449,98	1.198.578,21	1.200.113,09	1.320.445,77
21	Outras Transferências Correntes	1.341.969,40	1.151.512,25	1.771.033,01	930.922,91	1.486.349,49	1.798.554,09	1.194.808,27
22	Outras Receitas Correntes	150.435,73	175.862,99	192.672,64	170.320,46	220.308,13	170.769,69	241.153,45
23	DEDUÇÕES (II) = (24+25+26)	1.310.194,97	1.465.242,82	1.376.652,30	1.390.076,71	1.221.378,80	1.240.447,90	1.366.830,12
24	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	179.388,30	338.258,77	177.029,59	175.911,32	175.554,56	175.072,28	174.489,85
25	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	15.870,34	0,00	0,00
26	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.130.806,67	1.126.984,05	1.199.622,71	1.214.165,39	1.029.953,90	1.065.375,62	1.192.340,27
27	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (1-23)	8.865.121,76	10.252.062,79	9.460.253,10	10.666.943,79	11.844.275,13	10.398.178,55	10.717.851,60

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Junho 2014	Julho 2014	Agosto 2014	Setembro 2014	Outubro 2014	TOTAL (ÚLT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
-------	---------------	---------------	---------------	----------------	------------------	-----------------	----------------------	--------------------------------

Pag. 11/ 26

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: NOV/2013 a OUT/ 2014.

CVA: 2014111416460400505690

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)											RS, 1.000	
28	RECEITAS CORRENTES (I) = (29+35+...+40+49)					10.600.213,71	10.565.480,52	11.617.579,03	10.216.282,48	11.618.663,79	136.193.729,87	153.224.000,000
29	Receita Tributária = (30+31+32+33+34)					1.296.987,46	1.399.296,07	1.318.886,90	1.321.539,43	1.632.770,98	18.885.650,75	25.093.000,000
30	IPTU					27.816,06	30.731,52	86.170,31	76.794,21	260.802,28	2.730.000,000	2.730.000,000
31	ISS					721.518,71	759.947,35	773.446,69	816.312,25	905.801,10	9.291.939,82	13.580.000,000
32	ITBI					233.386,16	234.405,21	180.277,63	125.095,62	184.125,86	2.113.353,22	2.395.000,000
33	IRRF					151.216,94	167.360,59	141.601,29	116.340,73	116.485,76	2.084.811,48	2.162.000,000
34	Outras Receitas Tributárias					163.049,59	206.851,40	137.390,98	186.996,62	165.555,98	2.130.274,59	4.226.000,000
35	Receita de Contribuições					546.434,86	406.433,93	668.222,82	555.623,62	604.817,44	6.762.877,66	5.896.000,000
36	Receita Patrimonial					379.520,29	624.256,01	977.241,19	29.289,70	701.425,46	7.643.274,57	13.627.000,000
37	Receita Agropecuária					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Receita Industrial					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Receita de Serviços					23.583,46	30.442,21	36.301,61	36.533,42	58.452,78	437.336,73	453.000,000
40	Transferências Correntes = (41+...+48)					7.970.179,61	7.758.462,06	8.372.116,62	8.048.039,08	8.214.314,81	99.536.019,36	105.118.000,000
41	Cota-Parte do FPM					1.719.119,96	1.476.506,52	1.793.704,22	1.572.331,72	1.486.015,41	22.999.936,31	21.933.000,000
42	Cota-Parte do ICMS					3.176.800,52	2.952.152,76	3.097.132,56	3.320.883,23	3.423.835,24	38.843.077,60	41.832.000,000
43	Cota-Parte do IPVA					451.153,32	537.737,54	486.279,80	437.097,40	373.107,99	4.680.953,59	5.235.000,000
44	Cota-Parte do ITR					475,53	249,71	487,66	6.619,38	20.012,94	30.035,08	37.000,000
45	Transferências da LC 87/1996					48.823,96	50.157,41	51.701,19	48.652,51	52.103,81	604.529,53	674.000,000
46	Transferências da LC 61/1989					13.836,45	13.836,45	13.836,45	13.836,45	13.836,45	153.986,89	293.000,000
47	Transferências do FUNDEB					1.249.581,61	1.157.073,82	1.237.716,41	1.263.110,57	1.319.702,13	15.064.747,84	16.462.000,000
48	Outras Transferências Correntes					1.310.388,26	1.570.747,85	1.691.258,33	1.385.507,82	1.525.700,84	17.158.752,52	18.652.000,000
49	Outras Receitas Correntes					383.508,03	346.590,24	244.809,89	225.257,23	406.882,32	2.928.570,80	3.037.000,000
50	DEDUÇÕES (II) = (51+52+53)					1.290.762,72	1.189.750,29	1.263.271,96	1.259.142,47	1.252.413,96	15.626.165,02	16.695.000,000
51	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência					174.886,50	174.929,50	173.994,17	178.608,92	177.977,64	2.276.101,07	2.596.000,000
52	Compensação Financ. entre Regimes Previd.					33.834,81	8.692,93	649,61	649,61	649,61	60.346,91	100.000,000

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: NOV/2013 a OUT/ 2014.

CVA: 20141111416460400505690

RREO - Anexo 3 (LRF - Art. 53, inciso I)

53	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.082.041,74	1.006.127,86	1.088.628,18	1.079.883,94	1.073.786,71	13.289.717,04	13.999.000,00
54	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (28-50)	9.309.450,99	9.375.730,23	10.354.307,07	8.957.140,01	10.366.249,83	120.567.564,85	136.529.000,00

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 14/11/2014

JOSE CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 019.850.619-88

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
CONTADORA
CRC.: 028726/O-6

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111416460400505690

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PLANO PREVIDENCIÁRIO		RECEITAS REALIZADAS		
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (2+21-25)	15.107.000,00	15.107.000,00	874.394,09	7.920.175,24	3.791.232,12
2	RECEITAS CORRENTES = (3+12+13+17+18)	15.107.000,00	15.107.000,00	1.167.504,70	8.215.452,68	5.471.669,76
3	Receita de Contribuições dos Segurados = (4+8)	2.596.000,00	2.596.000,00	356.586,56	1.758.454,00	1.828.922,59
4	Pessoal Civil = (5+6+7)	2.596.000,00	2.596.000,00	356.586,56	1.758.454,00	1.828.922,59
5	Ativo	2.574.000,00	2.574.000,00	354.697,60	1.750.228,67	1.817.954,01
6	Inativo	22.000,00	22.000,00	1.888,96	8.225,33	10.968,58
7	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Pessoal Militar = (9+10+11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receita Patrimonial = (14+15+16)	12.411.000,00	12.411.000,00	809.618,92	6.396.651,77	3.642.747,17
14	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Receitas de Valores Mobiliários	12.411.000,00	12.411.000,00	809.618,92	6.396.651,77	3.642.747,17
16	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Correntes = (19+20)	100.000,00	100.000,00	1.299,22	60.346,91	0,00
19	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	100.000,00	100.000,00	1.299,22	60.346,91	0,00
20	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITAS DE CAPITAL = (22+23+24)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	293.110,61	295.277,44	1.680.437,64
26	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.243.000,00	6.243.000,00	823.206,50	4.069.711,21	3.983.103,62
27	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (1+26)	21.350.000,00	21.350.000,00	1.697.600,59	11.989.886,45	7.774.335,74

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
28	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (29+32)	20.000,00	20.000,00	0,00	2.026,80	2.585.557,46
29	ADMINISTRAÇÃO = (30+31)	20.000,00	20.000,00	0,00	2.026,80	211.654,06
30	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	0,00	2.026,80	211.654,06
32	PREVIDÊNCIA = (33+37+41)	0,00	0,00	0,00	0,00	2.373.903,40
33	Pessoal Civil = (34+35+36)	0,00	0,00	0,00	0,00	2.373.903,40
34	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	2.225.888,57
35	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	148.014,83
36	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Pessoal Militar = (38+39+40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Outras Despesas Previdenciárias = (42+43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00
45	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (28+44)	23.000,00	23.000,00	0,00	2.026,80	2.585.557,46
46	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (27-45)	21.327.000,00	21.327.000,00	1.697.600,59	11.987.859,65	5.188.778,28

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111416460400505690

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
47	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (48+52)	0,00	0,00	164.987,70	853.993,02	1.166.923,72
48	Plano Financeiro = (49+50+51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Plano Previdenciário = (53+54+55)	0,00	0,00	164.987,70	853.993,02	1.166.923,72
53	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	164.987,70	853.993,02	1.166.923,72

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
56	Valor	18.076.000,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Set/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em. Out/2014	Em 31 /Dez/2013
57	CAIXA	64.917,42	64.750,66	2.155,98
58	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
59	INVESTIMENTOS	53.048.188,08	54.022.600,18	43.907.490,20
60	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
61	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (62+74+75+76)	6.243.000,00	6.243.000,00	823.206,50	4.069.711,21	3.983.103,62
62	Receita de Contribuições = (63+72+73)	5.813.000,00	5.813.000,00	709.388,73	3.541.524,02	3.635.877,61
63	Patronal = (64+68)	5.813.000,00	5.813.000,00	709.388,73	3.541.524,02	3.635.877,61
64	Pessoal Civil = (65+66+67)	5.813.000,00	5.813.000,00	709.388,73	3.541.524,02	3.635.877,61
65	Ativo	5.380.000,00	5.380.000,00	709.388,73	3.541.524,02	3.635.877,61
66	Inativo	433.000,00	433.000,00	0,00	0,00	0,00
67	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Pessoal Militar = (69+70+71)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Outras Receitas Correntes	430.000,00	430.000,00	113.817,77	528.187,19	347.226,01
77	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (78+79+80)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (61+77-81)	6.243.000,00	6.243.000,00	823.206,50	4.069.711,21	3.983.103,62

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
83	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (84+85)	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00
84	Despesas Correntes	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00
85	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (83)	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111416460400505690

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
87	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (88+107-111)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	RECEITAS CORRENTES = (89+98+99+103+104)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	Receita de Contribuições dos Segurados = (90+94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Pessoal Civil = (91+92+93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Pessoal Militar = (95+96+97)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Receita Patrimonial = (100+101+102)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	Outras Receitas Correntes = (105+106)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	RECEITAS DE CAPITAL = (108+109+110)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (87+112)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
114	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (115+118)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	ADMINISTRAÇÃO = (116+117)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	PREVIDÊNCIA = (119+123+127)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	Pessoal Civil = (120+121+122)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	Pessoal Militar = (124+125+126)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	Outras Despesas Previdenciárias = (128+129)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (114+130)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (113-131)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111416460400505690

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
133	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (134+138)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	Plano Financeiro = (135+136+137)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	Plano Previdenciário = (139+140+141)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
142	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Set/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em. Out/2014	Em 31 /Dez/2013
143	CAIXA	0,00	0,00	0,00
144	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
145	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
146	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
147	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (148+160+161+162)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	Receita de Contribuições = (149+158+159)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	Patronal = (150+154)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	Pessoal Civil = (151+152+153)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	Pessoal Militar = (155+156+157)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (164+165+166)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (147+163-167)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
169	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (170+171)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111416460400505690

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

171	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (169)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 14/11/2014

JOSE CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 019.850.619-88

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO

CONTADORA

CRC.: 028726/O-6

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111416460400505690

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013 (a)	Em 31/Ago/2014 (b)	Em. 31/Out/2014 (c)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	16.238.190,73	20.759.036,26	19.750.200,29
2	DEDUÇÕES (II) = (3 + 4 - 5)	5.540.661,45	15.580.646,81	14.069.039,88
3	Disponibilidade de Caixa Bruta	8.396.167,67	18.435.117,58	17.141.136,70
4	Demais Haveres Financeiros	138.871,43	166.537,78	178.178,29
5	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.994.377,65	3.021.008,55	3.250.275,11
6	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	10.697.529,28	5.178.389,45	5.681.160,41
7	RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
8	PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	2.822.160,28	8.966.785,85	8.738.102,07
9	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	7.875.369,00	-3.788.396,40	-3.056.941,66

CAMPO	RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
10	VALOR	731.454,74	-10.932.310,66

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
11	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	7.463.000,00

CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO			
	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	Em 31/Dez/ 2013	Em 31/Ago/2014	Em. 31/Out/2014
12	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	47.283.031,91	47.283.031,91	47.283.031,91
13	Passivo Atuarial	47.283.031,91	47.283.031,91	47.283.031,91
14	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
15	DEDUÇÕES (VIII) = (16+17+18-19)	44.803.022,95	52.813.979,97	54.087.350,84
16	Disponibilidade de Caixa Bruta	502,74	61.272,10	64.750,66
17	Investimentos	44.802.520,21	52.752.707,87	54.022.600,18
18	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
19	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
20	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	2.480.008,96	-5.530.948,06	-6.804.318,93
21	PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
22	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	2.480.008,96	-5.530.948,06	-6.804.318,93

Se o cálculo das "Deduções" resultar em valor negativo, o campo será preenchido pelo sistema com um traço.

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 14/11/2014

JOSE CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 019.850.619-88

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
CONTADORA
CRC.: 028726/O-6

**RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111416460400505690

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
1	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) = (2+8+11+14+19)	131.862.000,00	19.777.289,32	100.323.713,11	91.357.244,62
2	Receitas Tributárias = (3+4+5+6+7)	25.093.000,00	2.954.310,41	16.322.012,23	14.154.110,23
3	IPU	2.730.000,00	337.596,49	3.212.483,75	2.016.849,81
4	ISS	13.580.000,00	1.722.113,35	7.771.151,16	7.542.982,11
5	ITBI	2.395.000,00	309.221,48	1.708.967,76	2.311.484,73
6	IRRF	2.162.000,00	232.826,49	1.433.789,15	1.751.695,39
7	Outras Receitas Tributárias	4.226.000,00	352.552,60	2.195.620,41	531.098,19
8	Receitas de Contribuições. = (9+10)	11.709.000,00	1.869.829,79	9.075.401,41	8.201.472,12
9	Receitas Previdenciárias	8.409.000,00	1.065.975,29	5.299.978,02	5.464.800,20
10	Outras Receitas de Contribuições	3.300.000,00	803.854,50	3.775.423,39	2.736.671,92
11	Receita Patrimonial Líquida = (12-13)	21.000,00	2.820,18	13.953,21	122.005,99
12	Receita Patrimonial	13.627.000,00	730.715,16	7.046.689,16	2.593.138,69
13	(-) Aplicações Financeiras	13.606.000,00	727.894,98	7.032.735,95	2.471.132,70
14	Transferências Correntes = (15+16+17+18)	91.119.000,00	14.109.384,42	71.390.802,70	66.446.498,52
15	FPM	17.547.000,00	2.446.677,75	14.789.991,97	12.549.537,43
16	ICMS	33.466.000,00	5.395.774,95	25.464.822,95	25.441.797,72
17	Convênios	729.000,00	208.898,00	917.950,00	615.883,00
18	Outras Transferências Correntes	39.377.000,00	6.058.033,72	30.218.037,78	27.839.280,37
19	Demais Receitas Correntes = (20+21)	3.920.000,00	840.944,52	3.521.543,56	2.433.157,76
20	Dívida Ativa	1.597.000,00	325.975,56	1.141.710,93	920.614,53
21	Diversas Receitas Correntes	2.323.000,00	514.968,96	2.379.832,63	1.512.543,23
22	RECEITAS DE CAPITAL (II) = (23+...+26+29)	41.790.000,00	552.973,18	6.741.685,34	16.006.013,92
23	Operações de Crédito (III)	10.200.000,00	0,00	1.823.638,60	3.386.743,11
24	Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Alienação de Bens (V)	105.000,00	0,00	45.000,00	0,00
26	Transferências de Capital = (27+28)	31.485.000,00	552.973,18	4.873.046,74	12.619.270,81
27	Convênios	30.300.000,00	157.573,18	4.429.646,74	12.395.899,69
28	Outras Transferências de Capital	1.185.000,00	395.400,00	443.400,00	223.371,12
29	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
30	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	31.485.000,00	552.973,18	4.873.046,74	12.619.270,81
31	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	163.347.000,00	20.330.262,50	105.196.759,85	103.976.515,43

CAMPO	DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
32	DESPESAS CORRENTES (VIII) = (33+34+35)	115.433.853,41	17.921.686,72	80.617.198,35	81.531.354,66
33	Pessoal e Encargos Sociais	62.354.311,30	8.946.458,27	46.829.875,58	52.475.652,69
34	Juros e Encargos da Dívida (IX)	647.000,00	88.633,62	589.117,18	1.032.663,89
35	Outras Despesas Correntes	52.432.542,11	8.886.594,83	33.198.205,59	28.023.038,08
36	DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	114.786.853,41	17.833.053,10	80.028.081,17	80.498.690,77
37	DESPESAS DE CAPITAL (XI) = (38+39+43)	67.842.230,43	3.210.251,81	13.502.682,95	23.739.029,68
38	Investimentos	61.528.003,61	2.071.517,67	8.577.836,77	20.658.588,37
39	Inversões Financeiras = (40+41+42)	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Amortização da Dívida (XIV)	6.314.226,82	1.138.734,14	4.924.846,18	3.080.441,31
44	DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	61.528.003,61	2.071.517,67	8.577.836,77	20.658.588,37
45	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	400.000,00	-	-	-
46	RESERVA DO RPPS (XVII)	18.076.000,00	0,00	0,00	0,00

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BIGUAÇU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111416460400505690

RREO - Anexo 7 (LRF, art.53, inciso V)

R\$ 1,00

CAMPO	PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
		Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
1	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	67.541,07	2.555.811,41	2.122.089,95	3.261,65	498.000,88	256.267,65	2.434.155,17	1.264.977,96		130.808,32	1.294.636,54
2	EXECUTIVO	67.541,07	2.488.312,74	2.054.591,28	3.261,65	498.000,88	256.267,65	2.372.503,50	1.239.181,98		130.808,32	1.258.780,85
3	ADMINISTRAÇÃO DIRETAS	67.541,07	2.488.312,74	2.054.591,28	3.261,65	498.000,88	256.267,65	2.372.503,50	1.239.181,98		130.808,32	1.258.780,85
4	LEGISLATIVO	0,00	67.498,67	67.498,67	0,00	0,00	0,00	61.651,67	25.795,98		0,00	35.855,69
5	CAMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU	0,00	67.498,67	67.498,67	0,00	0,00	0,00	61.651,67	25.795,98		0,00	35.855,69
6	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	371.025,17	371.025,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
7	EXECUTIVO	0,00	371.025,17	371.025,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
8	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	371.025,17	371.025,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
9	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
10	TOTAL (III) = (I+II)	67.541,07	2.926.836,58	2.493.115,12	3.261,65	498.000,88	256.267,65	2.434.155,17	1.264.977,96		130.808,32	1.294.636,54

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUAÇU, 14/11/2014

JOSE CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL
CPF: 019.850.619-88

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
CONTADOR(A)
CRC: 028726/O-6

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

CVA: 2014111416460400505690

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a+b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1	TOTAL DE ATIVOS = (2+3+4)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL DE PASSIVOS (I) = (6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
9	GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
11	PASSIVOS CONTINGENTES = (12+13+14)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
15	ATIVOS CONTINGENTES = (16+17)	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2013	2014	2015	2016	2017	2018
18	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	107.133.535,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2019	2020	2021	2022	2023
23	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI)= (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 14/11/2014

JOSE CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 019.850.619-88

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO

CONTADORA

CRC.: 028726/O-6

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

CVA: 2014111416460400505690

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
1	RECEITAS	-	-
2	Previsão Inicial	-	187.258.000,00
3	Previsão Atualizada	-	187.258.000,00
4	Receitas Realizadas	21.058.157,48	114.098.134,40
5	Déficit Orçamentário	-	-
6	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	1.572.246,23
7	DESPESAS	-	-
8	Dotação Inicial	-	187.258.000,00
9	Créditos Adicionais	-	14.494.083,84
10	Dotação Atualizada	-	201.752.083,84
11	Despesas Empenhadas	17.535.193,27	110.596.519,44
12	Despesas Liquidadas	21.131.938,53	94.119.881,30
13	Superávit Orçamentário	-	19.978.253,10

CAMPO	DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
14	Despesas Empenhadas	17.535.193,27	110.596.519,44
15	Despesas Liquidadas	21.131.938,53	94.119.881,30

CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
16	Receita Corrente Líquida	120.567.564,85

CAMPO	RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
17	Regime Geral de Previdência Social	-	-
18	Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	-	-
19	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	-	-
20	Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	-	-
21	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-
22	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-
23	Receitas Previdenciárias Realizadas. (IV)	1.697.600,59	11.989.886,45
24	Despesas Previdenciárias Liquidadas. (V)	0,00	2.026,80
25	Resultado Previdenciário. (VI) = (IV - V)	1.697.600,59	11.987.859,65
26	PLANO FINANCEIRO	-	-
27	.Receitas Previdenciárias Realizadas (VII)	0,00	0,00
28	.Despesas Previdenciárias Liquidadas (VIII)	0,00	0,00
29	.Resultado Previdenciário (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00

CAMPO	RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
30	Resultado Nominal	7.463.000,00	-10.932.310,66	-146,49
31	Resultado Primário	-18.319.000,00	16.590.841,91	-90,57

CAMPO	RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
32	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.994.377,65	3.261,65	2.493.115,12	498.000,88
33	Poder Executivo	2.926.878,98	3.261,65	2.425.616,45	498.000,88
34	Poder Legislativo	67.498,67	0,00	67.498,67	0,00
35	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2.690.422,82	130.808,32	1.264.977,96	1.294.636,54
36	Poder Executivo.	2.628.771,15	130.808,32	1.239.181,98	1.258.780,85
37	Poder Legislativo.	61.651,67	0,00	25.795,98	35.855,69
38	TOTAL	5.684.800,47	134.069,97	3.758.093,08	1.792.637,42

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

CVA: 2014111416460400505690

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
39	Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	18.078.760,98	25%	25,62
40	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	13.038.527,90	60%	96,08
41	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
42	Complementação da União ao FUNDEB - Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB	0,00	10%	0,00

CAMPO	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
43	Receitas de Operação de Crédito	-	-
44	Despesa de Capital Líquida	-	-

CAMPO	PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
45	Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
46	Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
47	Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
48	Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
49	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
50	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-	-	-
51	Receitas Previdenciárias. (III)	-	-	-	-
52	Despesas Previdenciárias. (IV)	-	-	-	-
53	Resultado Previdenciário. (III - IV)	-	-	-	-
54	PLANO FINANCEIRO	-	-	-	-
55	.Receitas Previdenciárias (V)	-	-	-	-
56	.Despesas Previdenciárias (VI)	-	-	-	-
57	.Resultado Previdenciário. (V - VI)	-	-	-	-

CAMPO	RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
58	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	-	-
59	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	-	-

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
60	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	14.702.518,63	15,00	20,84

CAMPO	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
-------	---	-------------------------------------

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

CVA: 2014111416460400505690

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

61	Total das Despesas/RCL (%)	0,00
----	----------------------------	------

¹Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 14/11/2014

JOSE CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 019.850.619-88

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO

CONTADORA

CRC.: 028726/O-6

Blumenau**PREFEITURA****PORTARIA Nº 18.192/2014**

PORTARIA N.º 18.192, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

DEMITE OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS A.R. E S.L.L.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 201, I, da Lei Complementar n.º 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 185, III, do mesmo diploma legal, resolve:

DEMITIR

A.R., matrícula nº 19127-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo e S.L.L., matrícula nº 22250-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cadastrador Imobiliário, ambos lotados na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, por infringência aos artigos 177, XIII; 190, IV, da Lei Complementar n.º 660, de 28 de novembro de 2007, c/c com o art. 10, XII e art. 11, I, ambos da Lei Federal 8.429/92, à vista do que consta do Relatório Final e do Julgamento prolatado nos autos do Processo Administrativo Disciplinar - PAD N.º 011/13.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de novembro de 2014.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.237/2014

PORTARIA Nº 18.237, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPENSA MARCIA ZAKALUK DA SILVEIRA DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme Memorando SEFAZ nº 217/2014, resolve:

DISPENSAR

a servidora pública municipal MARCIA ZAKALUK DA SILVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda -SEFAZ, da função gratificada de confiança de Coordenador de Execução Orçamentária e da Despesa - FGC 50%, concedida pela Portaria nº 16.871, de 12/04/2013, a contar de 16 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de novembro de 2014.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.238/2014

PORTARIA Nº 18.238, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MARCIA ZAKALUK DA SILVEIRA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme Memorando SEFAZ nº 217/2014, resolve:

DESIGNAR a servidora pública municipal MARCIA ZAKALUK DA SILVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ, para o exercício, a contar desta data, da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Execução Orçamentária e da Despesa - FGC 50%, constante do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 01/04/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de novembro de 2014.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 174/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 174/2014 - Aquisição de 01 veículo automotor, através do recurso FMAS Estadual 1176 e Municipal 677, conforme especificações constantes neste Edital - FMAS/Convênio. EMPRESA: Blu Star Comercio de Veículos LTDA - Valor Total: R\$ 142.000,00.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 13/11/2014.

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 58/2014 - SEMUDES

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 58/2014

DISPÕE SOBRE A RENOVAÇÃO DE REGISTRO DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE NO CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, e com base no seu Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003,

CONSIDERANDO:

- que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA é o órgão a quem compete deliberar e exercer o controle do atendimento às crianças e adolescentes em todos os níveis, conforme previsto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA);

- a Resolução nº 017/2013, alterada pela Resolução nº 023/2013, que dispõe sobre o registro de Entidades Não-Governamentais; a inscrição de programas e serviços de atendimento à criança e ao adolescente de Entidades Governamentais e Não Governamentais; a inscrição de projetos para obtenção de financiamento através de editais específicos, e sobre a certificação para captação de recursos, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para projetos de atendimento à criança e ao adolescente;

- que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE tem como objetivo viabilizar o atendimento a pessoa com deficiência mental, oportunizando seu desenvolvimento físico, social, psíquico, intelectual e profissional facilitando sua inclusão, de sua família junto à sociedade, promovendo o efetivo exercício da cidadania.

- que a Entidade "APAE" desenvolve suas atividades em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

- a Resolução 001/2010, que dispõe sobre o Registro da entidade no CMDCA;

- a aprovação da Renovação do Registro da entidade APAE no CMDCA pela Comissão de Normas e Registro, realizada na reunião de 23 de outubro de 2014;

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em Plenária Ordinária, realizada no dia 29 de outubro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer validade de 04 (quatro) anos para Renovação de Registro da Entidade APAE, sob o número 018/10 com início a contar de 29 de outubro de 2014 e término em 29 de outubro de 2018.

Art. 2º . Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 29 de outubro de 2014.

Vanessa Raquel Cardoso

Coordenadora Geral do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Gestão 2013 - 2015

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 59/2014 - SEMUDES

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 59/2014

APROVA DESPESA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA, PARA PARTICIPAÇÃO NO SEMINÁRIO: "FISSURAS E INTERFACES DA SOCIEDADE CIVIL NO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS ."

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003, e conforme o art. 7º da Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, e

CONSIDERANDO:

- a necessidade de transparência do processo de transferência de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

- o convite do Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Rede de Articulação e Conectividade dos Direitos da Criança e do Adolescente - RACDCA;

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em Plenária realizada em 29 de outubro de 2014, conforme consta na Ata nº 16/2014, que aprovou a referida despesa.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o custeio de diárias com recursos do FIA para 02 (duas) pessoas da Comissão Intersetorial Para Elaboração do Plano Municipal de Atendimento do Plano Socioeducativo, participarem

do Seminário "Fissuras e Interfaces da Sociedade Civil no Sistema de Garantia de Direitos" que acontecerá em Florianópolis - SC, nos dias 11 e 12 de novembro de 2014, promovido pela Rede de Articulação e Conectividade dos Direitos da Criança e do Adolescente - RACDCA.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 04 de novembro de 2014.

Vanessa Raquel Cardoso

Coordenadora do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 62/2014 - SEMUDES

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 62/2014

APROVA O PLANO DE AÇÃO PLURIANUAL DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU PARA O PERÍODO 2014 À 2017.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e com base no seu Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003,

CONSIDERANDO:

- a Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, que dispõe sobre os Princípios da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar, e dá outras providências;

- o Decreto Municipal nº 7.556, de 24, de novembro de 2003, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme o art. 7º, V, da Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, em formular as prioridades a serem incluídas no Planejamento Integrado e Orçamentário do Município, no que se refere ou possa afetar as condições de vida de crianças e adolescentes;

- a Resolução N. TC-077/2013, que dispõe sobre a alteração dos artigos 20 e 25 que tratam da remessa das demonstrações contábeis das unidades municipais e consolidadas dos municípios e acrescenta o art. 104-A à Resolução n. TC-16/94, em especial do envio que trata o art. 1º, parágrafo 2º - "item b- Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990, acompanhado do Plano de Ação e do Plano de Aplicação, sobre a prestação de contas do respectivo fundo especial, incluindo a avaliação acerca do cumprimento dos referidos planos";

- que o Plano é um mecanismo norteador das deliberações do Conselho, que enfatiza a municipalização do atendimento, a implementação de medidas, serviços, programas e projetos destinados a crianças e adolescentes e a elevação de eficiência e eficácia de ações com transparência e prioridade;

- a aprovação da Comissão de Política, Plano e Diagnóstico - CPPD, em reunião do dia 21 de outubro de 2014;

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em Plenária Ordinária, realizada em 29 de outubro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação Plurianual, referente ao exercício 2014- 2017 (anexo), no âmbito do Fundo Municipal dos Direitos

da Criança e do Adolescente - FIA, dentro dos eixos: I- Atividades de Incentivo a Guarda e Adoção; II - Ações de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; III - Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 11 de novembro de 2014.

Vanessa Raquel Cardoso

Coordenadora Geral do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
Gestão 2013- 2015

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 63/2014 - SEMUDES

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 63/2014

APROVA O PLANO DE APLICAÇÃO DO ANO 2014 DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e com base no seu Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003,

CONSIDERANDO:

- a Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, que dispõe sobre os Princípios da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar, e dá outras providências;

- o Decreto Municipal nº 7.556, de 24, de novembro de 2003, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme o art. 7º, V, da Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, em formular as prioridades a serem incluídas no Planejamento Integrado e Orçamentário do Município, no que se refere ou possa afetar as condições de vida de crianças e adolescentes;

- a Resolução N. TC-077/2013, que dispõe sobre a alteração dos arts. 20 e 25 que tratam da remessa das demonstrações contábeis das unidades municipais e consolidadas dos municípios e acrescenta o art. 104-A à Resolução n. TC-16/94, em especial do envio que trata o art. 1º, parágrafo 2º - "item b Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal nº 8. 069, de 13 de junho de 1990, acompanhado do Plano de Ação e do Plano de Aplicação, sobre a prestação de contas do respectivo fundo especial, incluindo a avaliação acerca do cumprimento dos referidos planos";

- a aprovação da Comissão de Finanças e Captação - CFC, em reunião do dia 22 de outubro de 2014;

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em Plenária Ordinária, realizada em 29 de outubro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Aplicação, referente ao exercício 2014 (anexo), no âmbito do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, dentro dos eixos: I- Atividades de Incentivo a Guarda e Adoção: com valor previsto de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); II - Ações de Defesa dos Direitos da Criança e do

Adolescente: com valor previsto de R\$ 828.000,00 (oitocentos e vinte e oito mil reais); III - Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: com valor previsto de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 11 de novembro de 2014.

Vanessa Raquel Cardoso

Coordenadora Geral do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
Gestão 2013- 2015

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 175/2014 - SEDEAD

Homologação do pregão presencial n.º 175/14 - Data da Homologação: 11 de novembro de 2014

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática, conforme especificações constantes no edital. Recurso PMAT Projeto nº 64060439013/ contrapartida PMB - SEGG.

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Empresa: PRINTBLU COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Valor unitário R\$ 3.490,00

Valor total R\$ 104.700,00 (cento e quatro mil, setecentos reais).

Base Legal: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, que regula a modalidade Pregão, Decreto Municipal nº 7.106/12, Lei Complementar 123/06 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 e alterações.

PORTARIA Nº 5610/2014 - SAMAE

PORTARIA Nº 5610/14

DESIGNA MEMBROS PARA CONSTITUIREM A COMISSÃO ESPECIAL DE PENALIDADE NOS TERMOS DO DECRETO Nº 9003, DE 09 DE SETEMBRO DE 2009, DO DECRETO Nº 9365, DE 05 DE ABRIL DE 2011 ALTERADO PELO DECRETO Nº 10.402, DE 28 DE JULHO DE 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, sem ônus para a Autarquia, os servidores relacionados para comporem a Comissão Especial de Penalidades a quem compete análise de eventual irregularidade praticada por empresas licitantes e às contratadas pela Autarquia e aplicação de sanções, nos moldes do Decreto nº 9.003, de 09 de setembro de 2009:

Karla Kaestner, cadastro 717-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Gerência de Suprimentos, na Diretoria Administrativa;

Sandra Aparecida Alves de Oliveira, cadastro 1321-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Computador, lotado na Presidência, na Seção de Controladoria, atuando como membro;

Fernando de Mello, cadastro 1919-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador, lotado na Gerência de Suprimentos, na Diretoria Administrativa;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Samae, 31 de outubro de 2014.
VALDAIR JOSÉ MATIAS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5611/2014 - SAMAE

PORTARIA Nº 5611/14

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO

De acordo com o Artigo 6, §3º, do Decreto nº 8601, de 01 de fevereiro de 2008, incluído pelo Decreto nº 9291, de 08 de dezembro de 2010, por renúncia à nomeação correspondente à classificação no Concurso Público nº 001/2014, a contar desta data, o candidato aprovado:

JAIR TROCATTI, nomeado pela Portaria 5602/14, de 30 de outubro de 2014, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 2, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 369/1410;

Samae, 31 de outubro de 2014.
VALDAIR JOSÉ MATIAS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5612/2014 - SAMAE

PORTARIA Nº 5612/14

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

NOMEAR

De acordo com o Artigo 9, inciso I da Lei Complementar Nº 660, de 28 de novembro de 2007, os candidatos aprovados no Concurso Público Nº 001/2014, a contar desta data:

LEONARDO CUSTÓDIO DE SOUZA, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 3, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 372/1411;

EMANOEL DE OLIVEIRA QUADROS, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente de Manutenção, do Quadro Permanente

de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 3, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 374/1411.

Samae, 03 de novembro de 2014.
VALDAIR JOSÉ MATIAS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5613/2014 - SAMAE

PORTARIA Nº 5613/14

NOMEIA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

NOMEAR

De acordo com o Artigo 9, inciso I da Lei Complementar Nº 660, de 28 de novembro de 2007, o candidato aprovado no Concurso Público Nº 001/2014, a contar desta data:

JANE BATISTA DA SILVA SCHMITT, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 2, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 384/1411.

Samae, 07 de novembro de 2014.
VALDAIR JOSÉ MATIAS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5615/2014 - SAMAE

PORTARIA Nº 5615/14

NOMEIA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

NOMEAR

De acordo com o Artigo 9, inciso I da Lei Complementar Nº 660, de 28 de novembro de 2007, o candidato aprovado no Concurso Público Nº 001/2014, a contar desta data:

CARLOS ROBERTO DA CRUZ, para ocupar cargo de provimento efetivo de Técnico em Saneamento, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 6, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 389/1411.

Samae, 11 de novembro de 2014.
VALDAIR JOSÉ MATIAS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5616/2014 - SAMAE

PORTARIA Nº 5616/14

DISPENSA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 20-A, Anexo III da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, RESOLVE:

DISPENSAR

A servidora pública autárquica municipal relacionada, ocupante de cargo de provimento efetivo, a contar de 31 de outubro de 2014, da seguinte função gratificada de confiança:

ANDRÉIA HADLICH DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativa, lotada na Secretaria Municipal de Administração, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, cedida para o SAMAE, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Assistente de Fiscalização, símbolo FGC 30%, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 509, de 17 de maio de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 880 de 01 de abril de 2013.

Samae, 12 de novembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5617/2014 - SAMAE

PORTARIA Nº. 5617/14

DESIGNA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA O EXERCICIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 20-A, Anexo III da Lei Complementar nº 509 de 17 de março de 2005, resolve;

DESIGNAR

A servidora pública municipal relacionada, ocupante de cargo de provimento efetivo, para o exercício, a contar de 01 de novembro de 2014, da seguinte Função Gratificada de Confiança, constantes do Anexo III da Lei Complementar nº 509, de 17 de maio de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 880 de 01 de abril de 2013:

ANDRÉIA HADLICH DOS SANTOS, servidora pública municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativa, lotada na Secretaria Municipal de Administração, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, cedida para o SAMAE, para o exercício, da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Almoxarifado Central, símbolo FGC 50%.

Samae, 11 de novembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5618/2014 - SAMAE

PORTARIA N.º 5618/14

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO O SERVIDOR PÚBLICO AUTÁQUICO MUNICIPAL DEYVERSON FABRÍCIO PATERNO

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº. 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

E X O N E R A R

Com base no artigo 46, inciso I, da Lei Complementar Nº. 660, de 28 de novembro de 2007:

DEYVERSON FABRÍCIO PATERNO, cadastro 1959-3, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Estação de Tratamento de Água 3, a partir desta data.

Samae, 13 de novembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5619/2014 - SAMAE

PORTARIA N.º 5619/14

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCICIO DE CARGO EM COMISSÃO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

NOMEAR

Com base no artigo 9, inciso II, da Lei Complementar Nº. 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 20, inciso II, Lei Complementar nº 509, de 17 de março de 2005, a contar de 14 de novembro de 2014;

JÚLIO CESAR DE ANDRADE no cargo de provimento em comissão de Gerente de Estação de Tratamento de Água 3, lotado na Diretoria de Operações.

Samae, 13 de novembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5620/2014 - SAMAE

PORTARIA Nº. 5620/14

DESIGNA SERVIDOR PUBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL PARA O EXERCICIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 20-A, Anexo III da Lei Complementar nº 509 de 17 de março de 2005, resolve;

DESIGNAR

O servidor público autárquico municipal relacionado, ocupante de cargo de provimento, para o exercício, a contar de 01 de novembro de 2014, da seguinte Função Gratificada de Confiança, constante

do Anexo III da Lei Complementar nº 509, de 17 de maio de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 880 de 01 de abril de 2013:

JULIMAR VACCARI DE ABREU, cadastro 1960-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Informática, do Quadro de Pessoal da Autarquia, lotado na Diretoria Administrativa, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Assistente de Fiscalização, símbolo FGC 30%.

Samae, 11 de novembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO MD Nº 2.178

RESOLUÇÃO MD Nº 2.178

AUTORIZA REALIZAÇÃO DE DESPESA PARA OFICINA DE SENSIBILIZAÇÃO SOBRE CIPA NA CÂMARA MUNICIPAL.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a realização de despesa, até o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), para realização de oficina de sensibilização sobre CIPA, na Câmara Municipal, promovida pela Escola do Legislativo e ministrada pelo Técnico em Segurança do Trabalho Horst Sontag, no dia 19 de novembro de 2014.

Parágrafo único. A despesa de que trata este artigo deverá ser comprovada mediante apresentação de nota fiscal.

Art. 2º A despesa de que trata esta Resolução correrá por conta de verbas próprias consignadas no orçamento anual da Câmara Municipal.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA
Presidente

ROBERTO TRIBESS
Vice-Presidente

MARCOS DA ROSA
1º Secretário

JENS JUERGEN MANTAU
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.179

RESOLUÇÃO MD Nº 2.179

INDICA NOMES PARA FORMAÇÃO DE SUBCOMISSÃO TÉCNICA DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS PARA A TOMADA DE PREÇOS Nº 40-01/2014, NA CÂMARA MUNICIPAL.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º A relação dos profissionais, dentre os quais serão sorteados

pela Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal, as 14 horas do dia 1º de dezembro de 2014, em sessão pública, na sede da Câmara Municipal de Blumenau, os integrantes da Subcomissão Técnica de Avaliação das Propostas Técnicas que forem apresentadas à Tomada de Preços nº 40-01/2014, fica assim definida:

I - Armando Pilla;

II - Clóvis Reis;

III - Cynthia Morgana Boos de Quadros;

IV - Deivi Eduardo Oliari;

V - Elvys Sewald;

VI - Fabrícia Durieux Zucco;

VII - Fernanda Schroeder Macha Ostetto;

VIII - Luís Augusto Zillmer Cardoso;

IX - Rafael José Bona.

Art. 2º Nos termos da Lei Federal 12.232/2010, todos os profissionais relacionados nos incisos do artigo 1º têm formação superior em Comunicação, Publicidade ou Marketing e, na sessão pública mencionada, serão sorteados, dentre eles, três membros para compor a Subcomissão Técnica de Avaliação de que trata esta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir do dia 18 de novembro de 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA
Presidente

ROBERTO TRIBESS
Vice-Presidente

MARCOS DA ROSA
1º Secretário

JENS JUERGEN MANTAU
2º Secretário

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 227/2014 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 227/2014, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal Sra. SIRLEI CANTELE SCHMITZ, inscrita na matrícula nº 693-9, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme Atestado Médico, no período de 13 de novembro de 2014 a 17 de novembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 17 de Novembro de 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 228/2014 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 228/2014, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
EXONERA SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA Servidor Municipal Sr. JOSÉ ENRIQUE LANG BONI, matrícula nº 690-4, portador do CPF sob. nº 088.270.319-60, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, ocupante do cargo de Farmacêutico, admitido em 01 de setembro de 2014, sendo a exoneração a partir do dia 20/11/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de novembro de 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 229/2014 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 229/2014, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITOS PARA SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão por Méritos para servidores públicos municipais, a partir do mês de novembro do ano 2014, conforme art. 68 da Lei nº 542/2006 (Estatuto de Servidores) a art. 25 da Lei nº 755/2010 (Plano de Cargos e Salários), conforme relação e percentuais abaixo:

NOME	MATRICULA	PERCENTUAL
Paulo Piccoli	628-9	14%
Daniely Lunardi	675-0	4%

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de novembro 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº09-14 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014 DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DOS ARTS. 12,15, § 1º E ANEXO III DA LEI Nº001-2013.

LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 09/14 de 18 de novembro de 2014.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DOS ARTS. 12,15, § 1º E ANEXO III DA LEI Nº001/2013 QUE DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DOS CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL CRIA VANTAGENS ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVALDO DEFENDI RIBEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste- SC, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, promulgo a seguinte Lei do Legislativo Municipal.

Art. 1º - Ficam alterados os Art(s).12, Art. 15 e seu § 1º, da Lei Complementar do Legislativo nº001/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. O Servidor Público do Legislativo contratado na forma desta Lei, fica sujeito ao enquadramento da jornada de 10/15/20/25/30/35 ou 40 horas semanais de trabalho, conforme anexo III."

"Art. 15º. O Servidor Público do Poder Legislativo, contratado por concurso público, que apresentar no mês de janeiro de cada ano, no mínimo 100 horas de curso de aperfeiçoamento, realizados no período de 12 meses imediatamente anteriores, dentro da área de atuação, fará jus, a partir do mês imediatamente seguinte ou da

apresentação dos cursos, a 2% de progressão por mérito limitado a 14%”.

“§ 1º. (...) 100 (cem) horas (...)”.

Art. 2º - As despesas provenientes da realização da presente Lei correrão por conta de dotações do Orçamento Municipal Legislativo vigente.

Art. 3º - Esta Lei do Legislativo entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, em 18 de novembro de 2014.

IVALDO DEFENDI RIBEIRO
Presidente da Câmara

LEISI RAUBER WANDSCHEER
1º Secretária

Bom Retiro

PREFEITURA

EXTRATO RESCISÃO CESSÃO DE USO 02

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Termo de Rescisão de Cessão de Uso

O presente termo tem por objeto a rescisão unilateral da Cessão de Uso de uma sala comercial na Rodoviária de Bom Retiro, sendo esta para uso de uma Lanchonete, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Bom Retiro e o Sr. Rodrigo Manoel Werlich, celebrado em 10/11/2014.

Bom Retiro, 18 de novembro de 2014.
Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Portaria 0166/2014

PORTARIA Nº 0166/2014

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora Roseli Baade, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de 25.10.2014 a 10.12.2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 25.10.2014.

Braço do Trombudo, em 17 de novembro de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Decreto 0133/2014

DECRETO N º 0133/2014 17.11.2014.

Constitui e Nomeia os Membros da Comissão de Avaliação de Servidores Públicos em Estágio Probatório.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o parágrafo 1º do artigo 37 da Lei Complementar nº 09/99, de 17.11.99 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e parágrafo 4º do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 19, de 04.06.98, etc...

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Especial de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório, formada pelos servidores: Mônica Dalila Sell Dalmarco, Mara Eliza Schaade, Michelle Vermoehlen, Mauros Mueller e Soni Nair Koenig Trupell.

Art. 2º A Comissão será presidida pela servidora Mônica Dalila Sell Dalmarco e Secretariada por Michelle Vermoehlen e tem como objetivo executar a Avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório.

Art. 3º A Comissão ora constituída seguirá as normas do Decreto nº 067/05, de 26.08.05 que baixou instruções especiais sobre Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, e as disposições legais em vigor, tomadas as providências necessárias a sua fiel execução e julgamento.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 17 de novembro de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

DECRETO 0134/2014

DECRETO Nº 0134/2014.

Revoga o Decreto nº 0116/2014, que toma providências com despesa de pessoal para ajustamento, em conformidade com a Lei 101/00 (LRF).

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado e sem efeito o Decreto nº 0116/2014, de 16 de outubro de 2014, que toma providências com despesa de pessoal para ajustamento, em conformidade com a Lei 101/00 (LRF), a partir de 17.11.2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 17 de novembro de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37 2013PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2013

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 37/2013		Data do Registro: 19/11/2013		Válido até: 19/11/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de empresa especializada para execução de sondagem de reconhecimento de solo tipo SST, conforme especificações constantes neste edital, pelo período de 01 (um) ano, sendo que o serviço licitado compreende a execução de atividades com o deslocamento de materi							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviço de Sondagem, conforme detalhamento do anexo VII e VIII. (12005)	M	Rafaela Sant Ana (9203)		0	47.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2013

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 37/2013		Data do Registro: 19/11/2013		Válido até: 19/11/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de empresa especializada para execução de sondagem de reconhecimento de solo tipo SST, conforme especificações constantes neste edital, pelo período de 01 (um) ano, sendo que o serviço licitado compreende a execução de atividades com o deslocamento de materi							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Deslocamento de Equipe, conforme detalhamento do anexo VII e VIII (12006)	D	Rafaela Sant Ana (9203)		0	450,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2013

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 37/2013		Data do Registro: 19/11/2013		Válido até: 19/11/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de empresa especializada para execução de sondagem de reconhecimento de solo tipo SST, conforme especificações constantes neste edital, pelo período de 01 (um) ano, sendo que o serviço licitado compreende a execução de atividades com o deslocamento de materi							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2013
PROCESSO Nº 66/2013

(9203) - Rafaela Sant Ana

Braço do Trombudo, 19 de Novembro de 2013.

Brunópolis

PREFEITURA

LEI MUN. Nº 819

LEI Nº 819, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito especial no Orçamento programa de 2014.

O Prefeito Municipal de Brunópolis no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município faz saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou, e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 23.852,94 para a seguinte dotação orçamentária:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPORTO

05.01 - Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Desporto

05.01.12.365.0003.2.041 - PROINFÂNCIA

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 23.852,94

Fonte de Recursos: 0.1.0022 - Transferência de Convênios - Educação

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da respectiva fonte.

Art.3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 17 de novembro de 2014.

Ademil Antônio da Rosa

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a Presente no DOM.

José Thieres Alves Ribeiro

Secretário de Administração Planejamento e Fazenda

LEI MUN. Nº 820

LEI Nº 820, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LAR JOÃO DIDOMENICO, DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, FAZ saber a todos os habitantes do Município de Brunópolis que os Vereadores votaram e aprovaram e ELE sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio de Cooperação financeira com a Associação Beneficente Lar João Didomenico, da cidade de Campos Novos, inscrito no CNPJ sob o nº 82.802.885/0001-07.

Art. 2º. Pelo presente Convênio a Associação Beneficente Lar João Didomenico se compromete em aceitar em suas dependências as crianças e adolescentes, de ambos os sexos, que forem encaminhados pelo município de Brunópolis, para abrigo.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a repassar o valor de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) mensais, a partir da assinatura de Convênio específico, vigorando de 01 de janeiro de 2015 até 31

de dezembro de 2015.

Art. 4º. Os recursos de que trata esta Lei, serão utilizados exclusivamente na manutenção das atividades existentes.

Art. 5º. O ente de que trata art.1º, desta lei, deverá prestar contas dos recursos recebidos, na forma da legislação em vigor.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 7º. Considerando que a Associação Beneficente Lar João Didomenico incorporou, desde 1º de setembro de 2014, todas as atividades do extinto Lar das Meninas "Casa dos Caminhos", CNPJ nº 00.469.406/0001-18, o Município de Brunópolis pagará à associação indicada no artigo 1º os valores previstos na Lei nº 763/2013 relativos aos meses de setembro/2014 a dezembro/2014, inclusive, devendo a entidade incorporadora prestar contas dos recursos relativamente ao período em questão.

Art. 8º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brunópolis, SC, em 17 de novembro de 2014.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publica a Presente Lei no DOM.

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO

Secretário de Administração Planejamento e Fazenda

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 006/2014 (FMAS)

Espécie: Contrato nº 006/2014 (FMAS), entre o Município de Brusque e a UVEL COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA , em 30/10/2014. Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Valor: 64.200,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 092/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 06 meses. Signatários: MIRELA ZUCCO MULLER .

EXTRATO CONTRATO Nº 013/2014 (FMS)

Espécie: Contrato nº 013/2014 (FMS), entre o Município de Brusque e a WDF Serviços LTDA , em 28/10/2014. Objeto: Execução das obras de construção da unidade de saúde do bairro Rio Branco, localizada na Rua Marcio Hass, Município de Brusque. Valor: 474.237,28. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preço nº 003/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 24 meses. Signatários: Ana Beatriz Baron Ludivig

EXTRATO CONTRATO Nº 014/2014 (FMS)

Espécie: Contrato nº 014/2014 (FMS), entre o Município de Brusque e a WDF Serviços LTDA , em 28/10/2014. Objeto: Execução das obras de construção da unidade de saúde do bairro Limeira Alta, localizada na Rua Alberto Muller, Município de Brusque. Valor: 547.155,12. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preço nº 005/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 24 meses. Signatários: Ana Beatriz Baron Ludivig

EXTRATO CONTRATO Nº 015/2014 - FMS

Espécie: Contrato nº 015/2014 - FMS, entre o Município de Brusque e a empresa RODRIGUES & CAMARGO LTDA EPP, em 28/10/2014. Objeto: EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DO BAIRRO ZANTÃO, LOCALIZADA NA RUA ARNALDO RISTOW. Valor: R\$ 461.117,66. Fundamento legal: na Lei 8.666/93. Origem: Tomada de preço nº 004/2014. Dotação Orçamentária: conforme processo administrativo. Vigência: 24 meses. Signatário: ANA BEATRIZ BARON LUDIVIG.

EXTRATO CONTRATO Nº 016/2014 (FMS)

Espécie: Contrato nº 016/2014 (FMS), entre o Município de Brusque e a WDF Serviços LTDA , em 29/10/2014. Objeto: Execução das obras de construção da unidade de saúde do bairro São Pedro, localizada na Rua Catarina Visconti Imhof, Município de Brusque. Valor: 493.801,56. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preço nº 002/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 24 meses. Signatários: Ana Beatriz Baron Ludivig

EXTRATO CONTRATO Nº 017/2014 - FMS

Espécie: Contrato nº 017/2014 - FMS, entre o Município de Brusque e a empresa RODRIGUES & CAMARGO LTDA EPP, em 29/10/2014. Objeto: EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE EMA II, LOCALIZADA NO BAIRRO LIMOEIRO, RUA B LOTEAMENTO SANTA MONICA. Valor: R\$ 528.702,64. Fundamento legal: na Lei 8.666/93. Origem: Tomada de preço nº 007/2014. Dotação Orçamentária: conforme processo administrativo. Vigência: 24 meses. Signatário: ANA BEATRIZ BARON LUDIVIG.

EXTRATO CONTRATO Nº 121/2014

Espécie: Contrato nº 121/2014, entre o Município de Brusque e CM PONCIANO ME, em 16/11/2014. Objeto: Prestação de serviços de locação de 02 (dois) sanitários químicos tipo containers. Valor: R\$ 19.960,00 Fundamento legal : artigo 24, inciso V Lei 8.666/93. Origem: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 030/2014. Dotação Orçamentária: conforme processo administrativo. Vigência: 15 DIAS. Signatários: NORBERTO JOÃO MAESTRI.

EXTRATO CONTRATO Nº 122/2014

Espécie: Contrato nº 122/2014, entre o Município de Brusque e o Instituto de certificação e estudos de trânsito e transportes - ICE-TRAN, em 27/10/2014. Objeto: Curso de formação de agentes de trânsito para proporcionar aos integrantes uma sólida formação como agentes de trânsito, habilitando-os para o exercício da missão estabelecida no código de trânsito brasileiro, especialmente no que se refere a ordenação e fiscalização do trânsito nas vias e estradas do município de Brusque. Valor: R\$ 43.800,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Inexigibilidade nº 019/2014. Dotação Orçamentária: conforme processo administrativo. Vigência: 90 DIAS. Signatários: PAULO RODRIGO SESTREM.

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO, CONTRATO Nº 103/2013

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 103/2013, entre o Município de Brusque e a empresa TERRA PLANAGEM NH LTDA EPP, em 06/10/2014. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 103/2012 , cujo objeto é Locação de Equipamento (rolo compactador). Fundamento legal: artigo 57, II c/c art. 55, III, ambos da Lei 8.666/93. Origem: Pregão Presencial nº 091/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatário: ARNALDO FRANCISCO DA SILVA.

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO, CONTRATO Nº 003/2012

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 003/2012, entre o Município de Brusque e a empresa GERMANN CONSTRUTORA LTDA - EPP, em 23/09/2014. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 003/2012. Fundamento legal: artigo 57, § 1º, inciso II da Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preço nº 002/2012. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatário: VILSON AFONSO MORESCO.

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO, CONTRATO Nº 018/2013

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 018/2013, entre o Município de Brusque e a empresa PACOPEDEPA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA, em 28/10/2014. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 050/2013. Fundamento legal: artigo 57, § 1º, inciso I e II da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 011/2012. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatário: ARNALDO FRANCISCO DA SILVA.

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO, CONTRATO Nº 099/2012

Espécie: 5º Termo Aditivo, Contrato nº 099/2012, entre o Município de Brusque e a empresa TERRAPLANAGEM E TRANSPORTE ZABEL LTDA, em 28/10/2014. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 099/2012. Fundamento legal: artigo 57, § 1º, inciso II da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 011/2012. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatário: ARNALDO FRANCISCO DA SILVA.

EXTRATO SÉTIMO TERMO ADITIVO, CONTRATO Nº 044/2010 (FMS)

Espécie: 7º Termo Aditivo, Contrato nº 044/2010 (FMS), entre o Município de Brusque e a Recicle Catarinense de Resíduos LTDA, em 23/09/2014. Objeto: Reajuste do valor de acordo com a correção feita pelo IGP-M (FGV) de setembro/2013 a agosto/2014, CONTRATO Nº 044/2010 - TOMADA DE PREÇO Nº 008/2010-FMS. Fundamento legal: artigo 65, § 8º da Lei 8.666/93. Origem: TOMADA DE PREÇO nº 008/2010. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: ANA BEATRIZ BARON LUDVIG

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2014

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 067/2014, em 07/11/2014. Objeto: aquisição de combustíveis (álcool, Gasolina, óleo diesel e óleo diesel S10). Valor: R\$ 1.050.890,00. Origem: Pregão nº 100/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2014

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 068/2014, em 02/09/2014. Objeto: aquisição de recarga de GLP (Gás liquefeito de Petróleo) para uso doméstico e contratação de fornecimento de GLP para abastecimento da usina de asfalto. Valor: R\$ 1.129.600,00. Origem: Pregão nº 102/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 203/2014

CONCORRÊNCIA nº 017/2014

Processo Licitatório nº 203/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, destinada ao recebimento de propostas para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE MACRODRENAGEM NA AVENIDA PRIMEIRO DE MAIO, MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 22/12/2014, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site www.brusque.sc.gov.br 19/11/2014

GILMAR VILAMOSKI

Secretário de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 026/2014 SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 026/2014

ESPÉCIE: serv. Ampliação e reforma sede administrativa. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Concorrência PROCESSO LICITATÓRIO: 026/2014. PRAZO EXECUÇÃO: até 31/12/2014. DATA DA ASSINATURA: 17/11/2014; CONTRATADA: WDF Serviços Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 17 de novembro de 2014.

PUBLIQUE-SE

Rogério Ristow

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO DE TRANSITO Nº50 1956 A 1960 /2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1957/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGZ4256	55923073E	6599/2	29/10/2014	230 * V
AGZ4256	55923074E	5010/0	29/10/2014	162 * I
AGZ4256	55923075E	5118/0	29/10/2014	164 c/c 162 * I
AGZ4256	55923076E	6726/1	29/10/2014	230 * XVIII
ALM1778	55911235E	5169/1	24/10/2014	165
AOL9761	55925820E	5169/1	05/10/2014	165
APD7970	55911463E	5010/0	18/10/2014	162 * I
ASA8668	54937580E	6610/2	26/10/2014	230 * VII
BGK6769	55924514E	7340/0	05/10/2014	252 * IV
BKH4287	55923159E	5010/0	25/10/2014	162 * I
BKH4287	55923160E	5118/0	25/10/2014	164 c/c 162 * I
BMR4866	55925492E	7340/0	27/09/2014	252 * IV
CKH5337	55923802E	6599/2	29/10/2014	230 * V
CKH5337	55923803E	6580/0	29/10/2014	230 * IV
CLI7780	54936636E	6912/0	29/10/2014	232
DDK2900	55922069E	6408/0	24/10/2014	221
EAJ0566	55911488E	7340/0	22/10/2014	252 * IV
IBE3917	55911247E	6637/1	30/10/2014	230 * IX
IEW5020	55923111E	6726/1	29/10/2014	230 * XVIII
IEW5020	55923112E	6769/1	29/10/2014	230 * XXII
IEW5020	55923113E	7340/0	29/10/2014	252 * IV
INY4656	54937959E	7340/0	01/11/2014	252 * IV
JBC1965	55923086E	6700/0	01/11/2014	230 * XVI
JTM8146	55175823E	5169/1	25/10/2014	165
KVS9697	55911351E	6548/0	23/10/2014	229
LBG1412	55911684E	6610/2	03/10/2014	230 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWW1898	55923126E	6599/2	01/11/2014	230 * V
LXB0319	55180446E	6726/1	30/09/2014	230 * XVIII
LXB0319	55180447E	6637/2	30/09/2014	230 * IX
LXS9202	55924517E	6599/2	06/10/2014	230 * V
LXU9976	55911097E	6599/2	22/10/2014	230 * V
LXY0035	55911095E	5010/0	22/10/2014	162 * I
LYW5682	55924937E	5010/0	27/10/2014	162 * I
LYW5682	55924938E	6408/0	27/10/2014	221
LYY7359	54937507E	7340/0	24/10/2014	252 * IV
LZD3011	55923186E	6599/2	28/10/2014	230 * V
LZD3011	55923187E	6726/1	28/10/2014	230 * XVIII
LZG7808	55923185E	6912/0	28/10/2014	232
LZN9831	55922167E	6726/1	23/10/2014	230 * XVIII
LZN9831	55922168E	6637/2	23/10/2014	230 * IX
LZN9831	55922169E	7340/0	23/10/2014	252 * IV
LZN9831	55923062E	6769/1	23/10/2014	230 * XXII
MAR8174	55925948E	6599/2	21/10/2014	230 * V
MAW7047	55923064E	6599/2	25/10/2014	230 * V
MAW7047	55923065E	6602/0	25/10/2014	230 * VI
MAW7047	55923066E	6726/1	25/10/2014	230 * XVIII
MBA7703	55922378E	5045/0	01/11/2014	162 * V
MBB5165	55911473E	7340/0	21/10/2014	252 * IV
MBG7536	55911429E	5010/0	01/11/2014	162 * I
MBI9311	55923851E	7340/0	30/10/2014	252 * IV
MBM8251	55923106E	6599/2	28/10/2014	230 * V
MBM8251	55923107E	6912/0	28/10/2014	232
MBY5565	55177576E	6599/2	31/10/2014	230 * V
MBY5565	55177577E	5010/0	31/10/2014	162 * I
MBY5565	55177578E	5118/0	31/10/2014	164 c/c 162 * I
MBY5565	55177579E	6726/1	31/10/2014	230 * XVIII
MCF2144	55911472E	6599/2	21/10/2014	230 * V
MCF9612	55924419E	6599/2	20/10/2014	230 * V
MCI0338	55925716E	5169/1	04/10/2014	165
MCI0338	55925717E	5010/0	04/10/2014	162 * I
MCI0338	55925718E	5118/0	04/10/2014	164 c/c 162 * I
MCJ5217	55922175E	6408/0	23/10/2014	221
MCT2811	55924078E	6726/1	22/10/2014	230 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCY7352	55923201E	6599/2	21/10/2014	230 * V
MCY7352	55925949E	5010/0	21/10/2014	162 * I
MCY7352	55925950E	5118/0	21/10/2014	164 c/c 162 * I
MCZ2111	55923061E	6670/0	23/10/2014	230 * XIII
MCZ2111	55923252E	6610/2	23/10/2014	230 * VII
MCZ4047	55923198E	6912/0	28/10/2014	232
MDA8111	55922376E	5045/0	01/11/2014	162 * V
MDA9477	54937575E	5045/0	24/10/2014	162 * V
MDD4847	55911354E	6599/2	31/10/2014	230 * V
MDI5778	54951386E	6912/0	22/10/2014	232
MDI5778	54951387E	5037/1	22/10/2014	162 * III
MDI5778	54951388E	5088/1	22/10/2014	163 c/c 162 * III
MDI5778	54951389E	6556/4	22/10/2014	230 * I
MDI9632	55924963E	6912/0	25/09/2014	232
MDI9632	55924964E	6726/1	25/09/2014	230 * XVIII
MDI9656	55923834E	5010/0	30/10/2014	162 * I
MDI9656	55923835E	6599/2	30/10/2014	230 * V
MDK7923	54937813E	6599/2	28/10/2014	230 * V
MDO2568	55924913E	5169/1	26/09/2014	165
MDP6913	55923253E	5010/0	23/10/2014	162 * I
MDP6913	55923254E	5118/0	23/10/2014	164 c/c 162 * I
MDR4908	55923194E	6599/2	28/10/2014	230 * V
MDT5204	55923301E	5045/0	23/10/2014	162 * V
MDT8111	55911479E	6599/2	21/10/2014	230 * V
MDT8111	55911480E	5010/0	21/10/2014	162 * I
MDT8111	55911481E	5118/0	21/10/2014	164 c/c 162 * I
MDW1112	55922172E	6599/2	23/10/2014	230 * V
MDW9764	54938951E	5010/0	09/10/2014	162 * I
MDW9764	54938952E	5118/0	09/10/2014	164 c/c 162 * I
MDW9764	54938953E	6556/1	09/10/2014	230 * I
MDY8423	54937803E	7340/0	26/10/2014	252 * IV
MDY8423	54937804E	6599/2	26/10/2014	230 * V
MEE2325	55924087E	6912/0	27/10/2014	232
MEE2325	55924088E	6556/1	27/10/2014	230 * I
MEE2325	55924089E	6637/2	27/10/2014	230 * IX
MEJ4387	55911687E	5010/0	03/10/2014	162 * I
MEJ7660	55923839E	6726/1	30/10/2014	230 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEK9958	55923189E	6726/1	28/10/2014	230 * XVIII
MEO1688	55911077E	6599/2	09/10/2014	230 * V
MEQ0811	55923845E	7340/0	30/10/2014	252 * IV
MEY9883	55911099E	6599/2	23/10/2014	230 * V
MEY9883	55911100E	5010/0	23/10/2014	162 * I
MFB7156	55924503E	6599/2	01/10/2014	230 * V
MFC9038	55924249E	5118/0	25/09/2014	164 c/c 162 * I
MFL6836	54937550E	6548/0	26/10/2014	229
MFS4519	55924081E	6912/0	23/10/2014	232
MFS8450	55925497E	5010/0	04/10/2014	162 * I
MGA8928	55922165E	6726/1	22/10/2014	230 * XVIII
MGA8928	55922166E	6670/0	22/10/2014	230 * XIII
MGE1877	55923171E	6599/2	25/10/2014	230 * V
MGE1877	55923172E	6726/1	25/10/2014	230 * XVIII
MGG4102	55911408E	6637/1	03/10/2014	230 * IX
MGV3167	55923806E	6599/2	29/10/2014	230 * V
MGZ9217	55911353E	5010/0	30/10/2014	162 * I
MHA1706	55922170E	6726/1	23/10/2014	230 * XVIII
MHD9307	54937556E	6599/2	23/10/2014	230 * V
MHK5910	55922073E	7340/0	28/10/2014	252 * IV
MHO0785	55925828E	5045/0	31/10/2014	162 * V
MHO2695	55923010E	5169/1	19/10/2014	165
MHR1441	55923801E	7340/0	29/10/2014	252 * IV
MHR6423	55925935E	6599/2	25/09/2014	230 * V
MHV4596	55922107E	6599/2	30/10/2014	230 * V
MIC8246	55923853E	6599/2	30/10/2014	230 * V
MIG8359	54938108E	6726/1	03/10/2014	230 * XVIII
MIL8132	55911098E	5010/0	23/10/2014	162 * I
MIL9002	55911490E	6912/0	22/10/2014	232
MIY9021	55923168E	6645/0	25/10/2014	230 * X
MJF0883	55924425E	6599/2	21/10/2014	230 * V
MJG2297	54937823E	6599/2	28/10/2014	230 * V
MJL1013	55911469E	6599/2	21/10/2014	230 * V
MJL1013	55911470E	5045/0	21/10/2014	162 * V
MJR2256	55924427E	5118/0	21/10/2014	164 c/c 162 * I
MJR2256	55924428E	5010/0	21/10/2014	162 * I
MJX6611	55755621C	6670/0	01/10/2014	230 * XIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKG9285	55923829E	6912/0	29/10/2014	232
MLO6826	54938359E	5045/0	20/10/2014	162 * V
MLO6826	54938360E	5142/0	20/10/2014	164 c/c 162 * V
NFV3037	55922154E	6637/1	17/10/2014	230 * IX
NHP1008	55923175E	6700/0	25/10/2014	230 * XVI
NJZ0336	55923837E	6610/2	30/10/2014	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1958/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABN6642	54937844E	5185/2	30/10/2014	167
AFC7678	55922113E	5185/1	01/11/2014	167
ALZ6521	54939032E	5541/2	14/10/2014	181 * XVII
APV8356	55925965E	7056/1	03/10/2014	244 * III
ASA8668	54937579E	5185/2	26/10/2014	167
ASV9343	54939102E	5444/0	01/11/2014	181 * VII
ATF5842	55924416E	5185/1	09/10/2014	167
AYW9183	54937596E	5541/6	28/10/2014	181 * XVII
AYW9183	54937597E	5835/0	28/10/2014	195
AZL0005	55925493E	7234/0	27/09/2014	250 * I * a
BMJ1871	55923184E	5193/0	28/10/2014	168
CIY4438	55922095E	6050/2	01/11/2014	208
CIY4438	55922096E	5185/1	01/11/2014	167
CIY4438	55922097E	5843/4	01/11/2014	196
CWQ7857	54938363E	5452/6	20/10/2014	181 * VIII
DQE2002	55911233E	7366/2	22/10/2014	252 * VI
EBY8970	54937849E	6050/1	30/10/2014	208
EFB2817	54938366E	5541/2	20/10/2014	181 * XVII
ENJ2237	54938156E	7366/2	06/10/2014	252 * VI
GUP6719	54938312E	5541/6	24/10/2014	181 * XVII
HOI9039	55922052E	5185/2	18/10/2014	167
HRZ1836	54938259E	5185/1	21/10/2014	167
IBP6867	55924969E	5185/1	27/09/2014	167
INL0949	54937557E	5541/6	23/10/2014	181 * XVII
KKU9192	54939009E	5541/2	10/10/2014	181 * XVII
LWV4798	55911049E	5835/0	03/10/2014	195

1 / 5

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWX0586	54938414E	5541/2	03/10/2014	181 * XVII
LXB2421	54937559E	5541/5	23/10/2014	181 * XVII
LXL0681	54937788E	5541/2	09/10/2014	181 * XVII
LXZ6286	54938395E	5541/6	22/10/2014	181 * XVII
LYC5501	55911193E	5185/2	12/10/2014	167
LYF6612	54939206E	5541/2	14/10/2014	181 * XVII
LYK6369	54937584E	5193/0	26/10/2014	168
LZF2807	54938267E	5452/6	23/10/2014	181 * VIII
LZV6832	54939229E	5541/2	15/10/2014	181 * XVII
LZV6832	54939245E	5541/2	16/10/2014	181 * XVII
MAE8431	55923161E	7099/1	25/10/2014	244 * V II
MAG9735	54939217E	5541/2	15/10/2014	181 * XVII
MAL0436	55923018E	5207/0	27/10/2014	169
MAN9655	54939022E	5541/2	13/10/2014	181 * XVII
MAN9655	54939202E	5541/2	14/10/2014	181 * XVII
MAS0221	54938356E	5193/0	20/10/2014	168
MAT3983	54938367E	5550/0	20/10/2014	181 * XVIII
MAV5194	54938302E	5541/6	20/10/2014	181 * XVII
MBA7703	55922379E	5193/0	01/11/2014	168
MBA7703	55922380E	5185/2	01/11/2014	167
MBA8676	54939204E	5541/2	14/10/2014	181 * XVII
MBI2771	54937843E	7366/2	30/10/2014	252 * VI
MBR8431	55911094E	5185/1	22/10/2014	167
MBT9013	54937773E	5541/2	08/10/2014	181 * XVII
MBV2450	54938920E	5550/0	23/09/2014	181 * XVIII
MBW8041	55922082E	5835/0	30/10/2014	195
MBW8041	55922083E	7030/2	30/10/2014	244 * I
MBW8041	55922084E	6050/2	30/10/2014	208
MBW8041	55922085E	5797/0	30/10/2014	191
MBZ1307	54938309E	5541/5	23/10/2014	181 * XVII
MBZ8581	54937789E	5541/2	09/10/2014	181 * XVII
MCC4124	54938790E	5541/1	02/10/2014	181 * XVII
MCD7057	54938381E	5550/0	22/10/2014	181 * XVIII
MCE0877	55923821E	5185/1	29/10/2014	167
MCE2343	55922381E	5185/2	01/11/2014	167
MCE3655	55180442E	5452/1	29/09/2014	181 * VIII
MCH1988	54938618E	5550/0	23/09/2014	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCJ6549	54939261E	5541/2	17/10/2014	181 * XVII
MCK4399	54938362E	5967/0	20/10/2014	203 * V
MCN6737	54937771E	5541/2	08/10/2014	181 * XVII
MCZ2111	55923251E	5185/1	23/10/2014	167
MDC2453	55922368E	5185/1	28/10/2014	167
MDC6918	54937845E	7366/2	30/10/2014	252 * VI
MDO4898	54937809E	5967/0	28/10/2014	203 * V
MDR2713	54939205E	5541/2	14/10/2014	181 * XVII
MDR2713	54939209E	5541/2	14/10/2014	181 * XVII
MDS0158	54937563E	5185/1	24/10/2014	167
MDW6613	54938304E	5541/1	20/10/2014	181 * XVII
MDX2939	54939203E	5541/2	14/10/2014	181 * XVII
MDZ8504	54938242E	7366/2	03/11/2014	252 * VI
MEB3663	54937808E	7366/2	28/10/2014	252 * VI
MED7580	54939107E	5444/0	01/11/2014	181 * VII
MEJ7660	55923838E	5185/1	30/10/2014	167
MEO4050	55922091E	5185/1	31/10/2014	167
MEP7985	54939015E	5541/2	13/10/2014	181 * XVII
MEX8758	55923910E	5541/5	31/10/2014	181 * XVII
MEY6392	55922067E	6050/2	24/10/2014	208
MEY6392	55922068E	5967/0	24/10/2014	203 * V
MEY6392	55922070E	7030/2	24/10/2014	244 * I
MFA0537	54939117E	5193/0	01/11/2014	168
MFA3068	54937780E	5541/2	08/10/2014	181 * XVII
MFA3068	54937798E	5541/2	10/10/2014	181 * XVII
MFH5468	54938121E	7030/2	03/10/2014	244 * I
MFL1241	55922179E	5231/1	24/10/2014	172
MFN3232	54939006E	5541/2	10/10/2014	181 * XVII
MFR2037	54939221E	5541/2	15/10/2014	181 * XVII
MFS4092	54939252E	5541/2	16/10/2014	181 * XVII
MFU6033	55911203E	5525/0	02/10/2014	181 * XV
MFU8034	54938268E	5550/0	23/10/2014	181 * XVIII
MFV1471	54937851E	5568/0	29/10/2014	181 * XIX
MGB8217	54937534E	5541/1	24/10/2014	181 * XVII
MGF7196	54938318E	5444/0	01/11/2014	181 * VII
MGK6684	54951170E	5185/1	04/10/2014	167
MGM2007	54939246E	5541/2	16/10/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGO6093	54938880E	5568/0	24/10/2014	181 * XIX
MGQ8619	54937591E	5541/1	28/10/2014	181 * XVII
MGR5283	54939258E	5541/2	17/10/2014	181 * XVII
MGZ2710	54938251E	5193/0	13/10/2014	168
MHA3355	55923315E	5878/0	29/10/2014	199
MHD2324	54939016E	5541/2	13/10/2014	181 * XVII
MHD9680	55925825E	5835/0	28/10/2014	195
MHD9680	55925826E	5738/0	28/10/2014	186 * II
MHO0785	55925827E	7030/1	31/10/2014	244 * I
MHO2695	55911226E	6491/0	19/10/2014	227 * II
MHO2695	55911227E	5185/1	19/10/2014	167
MHR9602	55923158E	5967/0	23/10/2014	203 * V
MHU5331	55924961E	5185/1	25/09/2014	167
MHU6561	54938252E	5819/7	13/10/2014	193
MHU6561	54938253E	5835/0	13/10/2014	195
MHV0544	54939127E	5568/0	03/11/2014	181 * XIX
MHX4224	54939019E	5541/2	13/10/2014	181 * XVII
MIN6763	55925791E	5185/1	01/10/2014	167
MJA9456	54939137E	5541/5	03/11/2014	181 * XVII
MJC9823	54939020E	5541/2	13/10/2014	181 * XVII
MJE0507	54938763E	5541/6	26/09/2014	181 * XVII
MJF0883	55924426E	5185/1	21/10/2014	167
MJG2297	54937822E	5550/0	28/10/2014	181 * XVIII
MJH4438	54939130E	5207/0	03/11/2014	169
MJM3377	54939241E	5541/2	16/10/2014	181 * XVII
MJM4924	54939257E	5541/2	17/10/2014	181 * XVII
MJO6847	54939033E	5541/2	14/10/2014	181 * XVII
MJR1379	54937817E	7366/2	28/10/2014	252 * VI
MJW2646	54938273E	5185/1	25/10/2014	167
MJW5936	55922063E	5185/1	23/10/2014	167
MJX9117	54939012E	5541/2	10/10/2014	181 * XVII
MKD3964	54938089E	5541/2	15/09/2014	181 * XVII
MKE1278	54938676E	7366/2	29/10/2014	252 * VI
MKE8412	55923840E	5185/1	30/10/2014	167
MKF7057	54937966E	5541/1	03/11/2014	181 * XVII
MKK4497	55180448E	7366/2	02/10/2014	252 * VI
MKN6198	54937540E	6050/1	24/10/2014	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKN6198	54937541E	5835/0	24/10/2014	195
MKN7711	54939017E	5541/2	13/10/2014	181 * XVII
MKP0807	55923306E	5185/1	23/10/2014	167
MKP2222	54939030E	5541/2	13/10/2014	181 * XVII
MKY1198	54938768E	7366/2	26/09/2014	252 * VI
MKY4285	55923155E	5967/0	23/10/2014	203 * V
MKZ7358	55923122E	5185/1	01/11/2014	167
MLA8310	55923108E	5967/0	28/10/2014	203 * V
MLD1566	54937495E	5550/0	27/10/2014	181 * XVIII
MLD3438	54939211E	5541/2	14/10/2014	181 * XVII
MLD6264	54938271E	5967/0	25/10/2014	203 * V
MLG0155	55911943E	5185/1	25/09/2014	167
MLG0155	55911944E	5720/0	25/09/2014	186 * I
MLG0155	55911945E	5835/0	25/09/2014	195
MLG0155	55911946E	7234/0	25/09/2014	250 * I * a
MLG0155	55911947E	6289/1	25/09/2014	220 * III
MLG0155	55911948E	5207/0	25/09/2014	169
MLG0155	55911949E	5967/0	25/09/2014	203 * V
MLN0096	54937781E	5541/2	08/10/2014	181 * XVII
MLO6826	54938358E	5967/0	20/10/2014	203 * V
MLR2613	55925436E	5185/2	05/10/2014	167
MLV7544	54939224E	5541/2	15/10/2014	181 * XVII
MLZ2841	55180441E	5541/1	28/09/2014	181 * XVII
NBY0388	54937913E	5452/6	04/11/2014	181 * VIII
NKJ6093	54937518E	5452/2	24/10/2014	181 * VIII
OLY7096	54938598E	7366/2	23/10/2014	252 * VI
OPN9476	55925490E	7234/0	26/09/2014	250 * I * a
QHC1047	54938369E	5541/6	20/10/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1959/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHB5820	55176925E	6599/2	11/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
AIS9734	55179723E	6637/2	18/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
AIS9734	55179724E	6556/1	18/07/2014	R\$ 191,53	230 * I
AIS9734	55179725E	6637/1	18/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
BKI1025	55925619E	5045/0	03/09/2014	R\$ 191,53	162 * V
BKI1025	55925620E	6610/2	03/09/2014	R\$ 127,69	230 * VII
BVR7669	54934573E	6912/0	22/06/2014	R\$ 53,20	232
DIQ6310	54825182E	5169/1	20/07/2014	R\$ 1.915,38	165
IOT0642	55911619E	6610/2	13/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
KJY9199	54824788E	5045/0	12/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
KJY9199	54824838E	5142/0	12/07/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
LWR4195	55925354E	6637/1	02/09/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LWR4195	55925355E	6599/2	02/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
LWR4195	55925356E	6637/1	02/09/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LWV4776	55925016E	6556/1	15/08/2014	R\$ 191,53	230 * I
LXR7201	55179365E	6602/0	01/07/2014	R\$ 191,53	230 * VI
LYJ8858	54496856B	6912/0	12/08/2014	R\$ 53,20	232
LYO7434	54825394E	5010/0	10/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYO7434	54825396E	6599/2	10/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZK6240	54824937E	6599/2	16/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZQ1260	55925102E	5010/0	19/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZQ1260	55925103E	5118/0	19/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZQ1260	55925104E	6599/2	19/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZQ1260	55925105E	6912/0	19/08/2014	R\$ 53,20	232
MBI7614	55177869E	6912/0	10/07/2014	R\$ 53,20	232
MBW3784	55911567E	6548/0	10/08/2014	R\$ 85,12	229

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBW4120	54936990E	6769/1	14/09/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MBW5317	55180360E	6670/0	20/06/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MBY9483	55911545E	5010/0	29/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBY9483	55911546E	5118/0	29/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCA4399	55176940E	5045/0	11/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MCD6582	55176716E	6599/2	14/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDH2866	55176777E	6637/2	02/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MDM3062	55176795E	6610/2	10/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MDN0297	55176381E	6602/0	16/06/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MDN0297	55176382E	6610/2	16/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MDP6508	54825123E	7285/0	14/06/2014	R\$ 85,12	250 * III
MDT8148	55911516E	6599/2	11/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDT8148	55911517E	5037/1	11/08/2014	R\$ 574,61	162 * III
MEG7599	55176375E	5010/0	14/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEG7599	55176376E	5118/0	14/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEG7705	55180288E	6548/0	12/07/2014	R\$ 85,12	229
MEL2210	55911610E	6408/0	12/08/2014	R\$ 85,12	221
MEO3901	54951548E	6769/1	04/09/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MFC1490	54937457E	6599/2	29/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFC7095	54824718E	5118/0	03/09/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFC7095	55180299E	6599/2	03/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFC7095	55180300E	5010/0	03/09/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFE2034	55176486E	6912/0	04/07/2014	R\$ 53,20	232
MFM7891	55176444E	6912/0	17/07/2014	R\$ 53,20	232
MGE6382	54935947E	6912/0	30/07/2014	R\$ 53,20	232
MGE6382	54935948E	6599/2	30/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGU6033	55176910E	6912/0	10/06/2014	R\$ 53,20	232
MGU7595	55924403E	6726/1	01/10/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MIH8934	55179286E	6599/2	11/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIM8916	55177860E	6912/0	09/07/2014	R\$ 53,20	232
MIN9571	55925688E	6661/0	28/08/2014	R\$ 127,69	230 * XII
MIP1104	55179653E	6912/0	14/07/2014	R\$ 53,20	232
MKC8258	54951994E	6912/0	11/06/2014	R\$ 53,20	232
MKE5674	55177210E	6912/0	09/07/2014	R\$ 53,20	232
MKZ2325	54938552E	5045/0	15/09/2014	R\$ 191,53	162 * V
MKZ2325	54938553E	5142/0	15/09/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1960/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABO5909	55682693D	5185/1	11/06/2014	R\$ 127,69	167
AJI3399	54937307E	5541/5	22/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AJK6974	55179494E	5193/0	14/07/2014	R\$ 191,53	168
ATF0385	55176740E	5185/1	12/07/2014	R\$ 127,69	167
CSW1441	54937301E	5185/1	22/06/2014	R\$ 127,69	167
GRW9223	54934989E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IFM6184	54936988E	6050/1	13/09/2014	R\$ 191,53	208
JFY7134	54935631E	5185/2	02/06/2014	R\$ 127,69	167
JOP1099	54937106E	5525/0	05/06/2014	R\$ 85,12	181 * XV
LWS1714	54937329E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LWW0421	55177233E	5835/0	02/09/2014	R\$ 127,69	195
LXE0547	54935464E	5541/1	21/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYQ1731	55177611E	6050/1	09/08/2014	R\$ 191,53	208
LYS1545	54825130E	5185/2	15/06/2014	R\$ 127,69	167
LYW2535	55177113E	7030/2	24/06/2014	R\$ 191,53	244 * I
LZE5040	55177796E	5185/2	12/07/2014	R\$ 127,69	167
MAM2955	54934974E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBG2900	55177126E	5185/1	24/06/2014	R\$ 127,69	167
MBQ8938	54937148E	7366/2	01/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MBT8672	54935383E	5185/1	15/06/2014	R\$ 127,69	167
MCQ4301	54937252E	6050/1	24/06/2014	R\$ 191,53	208
MCW8231	54934576E	5185/1	20/06/2014	R\$ 127,69	167
MCW8231	54934577E	7366/2	20/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MCY8168	54936921E	7366/2	13/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MDC0193	55925452E	5185/2	03/09/2014	R\$ 127,69	167
MDE4931	55179680E	5207/0	17/07/2014	R\$ 53,20	169

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDE7859	54934556E	5541/6	20/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDL9665	54934885E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEI8696	54934981E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEK5109	54824898E	5185/1	09/07/2014	R\$ 127,69	167
MES2767	55179729E	5207/0	18/07/2014	R\$ 53,20	169
MET3273	54936930E	6050/1	15/08/2014	R\$ 191,53	208
MFC1490	54937456E	5460/0	29/07/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MFF4438	54937352E	5185/1	19/07/2014	R\$ 127,69	167
MFK4082	54934860E	5541/2	09/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFL3558	54935967E	5185/1	21/06/2014	R\$ 127,69	167
MFT8168	54935492E	5967/0	20/08/2014	R\$ 191,53	203 * V
MFV4809	54937383E	5185/1	19/08/2014	R\$ 127,69	167
MFZ1861	54935900E	7366/2	30/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGG2821	54934630E	5452/6	14/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MGQ4621	55179407E	6181/0	10/07/2014	R\$ 127,69	215 * II
MHV4524	54936455E	5550/0	15/09/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJD7779	55177819E	5185/1	14/07/2014	R\$ 127,69	167
MJJ9333	54936922E	7366/2	13/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJM2826	54935488E	5541/6	20/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKS3244	55176453E	5207/0	14/06/2014	R\$ 53,20	169
MKV0315	54934293E	7366/2	15/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKY7079	54937337E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLJ9216	54935230E	5185/2	21/06/2014	R\$ 127,69	167
MLN3347	54935358E	5193/0	10/06/2014	R\$ 191,53	168
MLQ7281	55180628E	7056/1	02/07/2014	R\$ 191,53	244 * III
NSB9287	54936265E	7366/2	07/09/2014	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.204/2014

DECRETO nº 6.204, de 14 de novembro de 2014.
Designa Comissão Especial de Julgamento.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Ficam designados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Julgamento do Processo de Licitação nº 134/2014 - Concorrência nº 04/2014, cujo objeto é contratação de empresa especializada para ampliação do Centro de Educação Infantil Sonho Encantado; conclusão dos serviços de construção de creche situada na rua Elias Biasi, esquina com a rua Victor Hugo Petry, pelo programa federal Próinfância; conclusão da quadra da escola Alto Bonito; construção do muro de contenção na creche Nossa Senhora Salete:

I - Emerson Schmidt;

II - Antônio Carlos Castilho;

III - Carolina Fruet de Lima.

Art. 2º A Comissão reunir-se-á a partir das 14:05min. do dia 15 de dezembro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

AVISO DE LICITAÇÃO PR 93-2014 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PORCESSO DE LICITAÇÃO Nº 137/2014

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2014

OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR ON-LINE DO MUNICIPIO DE CAÇADOR SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16h00min do dia 02/12/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16h05min do dia 02/12/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 17 de novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PR 94-2014 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PORCESSO DE LICITAÇÃO Nº 138/2014

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2014

OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTONIVELADORA COM FORNECIMENTO DE CASCALHO/MACADAME, DESTINADA AS AÇÕES DA DEFESA CIVIL DO MUNICIPIO DE CAÇADOR SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 08/12/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h05min do dia 08/12/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 18 de novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.207/2014

DECRETO Nº 6.207, de 18 de novembro de 2014.

Decreta Luto Oficial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e

Considerando o infausto passamento do Senhor URBANO HARTMANN, ocorrido neste dia 18 de novembro de 2014;

Considerando que o ilustre extinto foi um dos fundadores da empresa Auto Coletivo Caçador;

Considerando sua destacada atuação no desenvolvimento econômico do município;

Considerando ter sido agraciado no ano de 2011 com a Medalha do Mérito "O Desbravador Caçadoreense";

Considerando que é dever do Poder Público render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o bem-estar da Coletividade,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial, por três dias, em todo o território do Município, em sinal de pesar pelo falecimento do Senhor URBANO HARTMANN, ocorrido em 18 de novembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,

em 18 de novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.547

PORTARIA nº 24.547, de 18 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, §2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER conversão em dinheiro de férias aos Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, especificando: código, nome dos servidores, cargo, secretaria de lotação e período aquisitivo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec.	Período Aquisitivo
1857	Adenir Zotto	Motorista	006	01/01/2013 a 31/12/2013
2027	Edezio Recalcatti	Motorista	006	01/01/2009 a 31/12/2009
3174	Julio Cesar Pe-trykowski	Motorista	005	15/05/2010 a 14/05/2011
7848	Neiva Vieceli	Assistência Social	008	01/10/2011 a 30/09/2012
2497	Vilmar Goes	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	002	01/01/2009 a 31/12/2009

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.780

PORTARIA Nº 24.780, de 31 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
1857	Adenir Zotto	Motorista Utilitário	006	2/3	01/09/2009 a 01/09/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
31 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 24.794

PORTARIA Nº 24.794, de 03 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

PRORROGAR o contrato por tempo determinado do Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, especificando: código, nome, cargo, carga horária, referência e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.	Ref.	Prorrogar até:
13321	Alberto Luiz Aramaki	Terapeuta Ocupacional	30h	36	30/06/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO NºS 1924 A 1927

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1924/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACP8341	55703162D	5010/0	27/09/2014	162 * I
ACP8341	55703163D	5118/0	27/09/2014	164 c/c 162 * I
AFA0793	55135339E	6912/0	26/10/2014	232
IES9095	55697421D	6599/2	05/10/2014	230 * V
LXB7304	55697755D	6726/1	27/10/2014	230 * XVIII
LXW7246	55696067D	5045/0	03/10/2014	162 * V
LZP1012	55135336E	5010/0	26/10/2014	162 * I
LZP1012	55135338E	5118/0	26/10/2014	164 c/c 162 * I
LZQ8708	55702060D	6599/2	01/10/2014	230 * V
LZQ8708	55702062D	5010/0	01/10/2014	162 * I
MAJ5833	55135495E	6556/1	04/10/2014	230 * I
MBC6017	55702113D	6599/2	30/09/2014	230 * V
MDE9902	55135321E	6670/0	06/10/2014	230 * XIII
MEV9003	55697205D	6599/2	30/09/2014	230 * V
MLK1622	55698693D	5010/0	06/10/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014

FABIANO LOCATELLI

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1925/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJT5094	54959439E	5509/0	02/10/2014	181 * XIII
AOS5667	55697594D	5185/1	01/10/2014	167
DAS5097	55697488D	5185/1	23/10/2014	167
DYD1724	55697459D	5185/1	30/09/2014	167
FMW3011	55134959E	5541/5	22/10/2014	181 * XVII
HYT1931	55697466D	7366/2	01/10/2014	252 * VI
JLX9908	55697572D	5185/1	01/10/2014	167
JRO3960	55133296E	6068/1	17/10/2014	209
KLA4872	55697605D	5185/1	02/10/2014	167
MAN3416	55697608D	5185/1	02/10/2014	167
MAN9713	55697585D	5185/1	01/10/2014	167
MAX0971	55696993D	5452/6	03/10/2014	181 * VIII
MBF4373	55697565D	5185/1	01/10/2014	167
MBM1346	55697467D	5207/0	01/10/2014	169
MBO0931	55697579D	5185/1	01/10/2014	167
MCE9377	55697474D	5185/1	02/10/2014	167
MEX2433	55702987D	7366/2	26/09/2014	252 * VI
MHC8342	55135291E	6050/1	10/10/2014	208
MHZ9471	55134904E	5967/0	21/10/2014	203 * V
MID4786	55135331E	5738/0	24/10/2014	186 * II
MJF7830	55697561D	6122/0	01/10/2014	214 * I
MJN8650	55697567D	5185/1	01/10/2014	167
MLM3375	55134913E	7366/2	23/10/2014	252 * VI
MLM3375	55134914E	6041/2	23/10/2014	207
MLO0248	55135405E	5541/1	03/10/2014	181 * XVII
OKF4904	55697560D	6122/0	01/10/2014	214 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014

ALEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1926/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFA0031	55702915D	6670/0	16/08/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
AJN0503	55701199D	6599/2	12/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
AMH6289	55703095D	5010/0	01/09/2014	R\$ 574,61	162 * I
AOX6184	55702480D	6700/0	01/09/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
CBB2745	55702614D	6599/2	09/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
CCR0564	55696626D	6556/1	08/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
JKX8657	55702974D	5010/0	28/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
KJB7086	55703350D	6912/0	30/08/2014	R\$ 53,20	232
LYS9514	55702957D	5045/0	19/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
LZC9036	55701040D	6610/2	19/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LZC9036	55701041D	5061/0	19/08/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LZC9036	55701042D	5010/0	19/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZX5679	55700767D	6599/2	28/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZY9786	55133518E	6599/2	16/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAG6323	55692292D	5045/0	26/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
MAH4601	55703346D	5010/0	28/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBC4656	55703273D	6599/2	19/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBC5710	55696969D	5010/0	21/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBP2380	55703018D	5061/0	01/09/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBT4612	55702616D	6599/2	24/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCA2187	55702269D	6610/2	20/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MEE7455	55703334D	6599/2	13/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEI3007	54959990E	6599/2	20/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEI3007	54959991E	5045/0	20/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
MEU2528	55700831D	6637/1	30/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MFD9580	55703107D	5045/0	31/08/2014	R\$ 191,53	162 * V

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFF5354	55702524D	6599/2	15/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGG5148	55702788D	6670/0	17/08/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MGH5164	55703102D	6670/0	22/08/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MHW0318	55702053D	6599/2	19/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHW0318	55702055D	5010/0	19/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MJI7078	55695796D	6599/2	20/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJP1950	55702712D	6599/2	25/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJP1950	55702713D	5037/1	25/08/2014	R\$ 574,61	162 * III
MJP1950	55702714D	6912/0	25/08/2014	R\$ 53,20	232
MKB7677	55698516D	5045/0	17/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
MLI7030	55701239D	6700/0	25/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MLW5928	55702829D	5010/0	19/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MMM4654	55135264E	5037/1	08/09/2014	R\$ 574,61	162 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014

FABIANO LOCATELLI

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1927/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFL2368	55133277E	6041/2	11/09/2014	R\$ 127,69	207
AFL2368	55133278E	5185/1	11/09/2014	R\$ 127,69	167
AHH0012	55701043D	5185/1	19/08/2014	R\$ 127,69	167
AHS6435	55133424E	6041/2	15/08/2014	R\$ 127,69	207
AJC2293	55702790D	5231/1	17/08/2014	R\$ 85,12	172
AJU3340	55133510E	6041/2	15/08/2014	R\$ 127,69	207
AJZ6150	55133692E	6041/2	21/08/2014	R\$ 127,69	207
AME1205	55700969D	5541/1	21/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AOS5667	55701189D	5185/1	19/08/2014	R\$ 127,69	167
APT2676	55133420E	6041/2	15/08/2014	R\$ 127,69	207
ARS7902	55696539D	5185/1	15/07/2014	R\$ 127,69	167
CEC7689	55700894D	6122/0	19/08/2014	R\$ 191,53	214 * I
CEC7689	55700895D	5843/4	19/08/2014	R\$ 127,69	196
CEC7689	55700896D	5185/1	19/08/2014	R\$ 127,69	167
DLB3305	55133580E	6041/2	19/08/2014	R\$ 127,69	207
DLB3305	55133602E	6041/2	18/08/2014	R\$ 127,69	207
EEJ4049	55133427E	6041/2	15/08/2014	R\$ 127,69	207
IBB8561	55701032D	5185/1	18/08/2014	R\$ 127,69	167
IJJ3765	55133643E	6041/2	07/09/2014	R\$ 127,69	207
ISL5160	55702815D	6122/0	13/08/2014	R\$ 191,53	214 * I
LYO5713	55698473D	5541/1	21/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYQ9721	55700978D	5541/1	21/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYS0963	54959989E	7234/0	18/08/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
LYW4778	55133514E	6041/2	15/08/2014	R\$ 127,69	207
LZE2969	55133682E	6041/2	21/08/2014	R\$ 127,69	207
LZE5847	55702721D	5231/2	03/09/2014	R\$ 85,12	172

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZQ0332	55135507E	6041/2	14/08/2014	R\$ 127,69	207
LZQ3310	55133698E	6041/2	21/08/2014	R\$ 127,69	207
LZR3430	55135534E	6041/2	18/08/2014	R\$ 127,69	207
LZS1923	55133554E	5185/1	18/08/2014	R\$ 127,69	167
LZU2451	55133564E	6041/2	19/08/2014	R\$ 127,69	207
MAL4555	55133553E	6041/2	18/08/2014	R\$ 127,69	207
MAO0413	55696701D	5185/1	19/08/2014	R\$ 127,69	167
MAU8574	55703121D	5428/4	13/09/2014	R\$ 191,53	181 * V
MAU8822	55702916D	7366/2	19/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MAV3934	55133403E	6041/2	13/08/2014	R\$ 127,69	207
MCA3710	54959548E	6041/2	19/08/2014	R\$ 127,69	207
MCC2535	55133197E	7366/2	26/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MCT2021	55702857D	5185/1	14/08/2014	R\$ 127,69	167
MCU0323	55703098D	6122/0	03/09/2014	R\$ 191,53	214 * I
MDM2290	55702881D	7366/2	26/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MDT2575	55133529E	6041/2	21/08/2014	R\$ 127,69	207
MEE7455	55701024D	5185/1	13/08/2014	R\$ 127,69	167
MEO4167	55696743D	5185/1	19/08/2014	R\$ 127,69	167
MEZ8903	55701039D	5185/1	18/08/2014	R\$ 127,69	167
MFB9930	55133560E	6041/2	19/08/2014	R\$ 127,69	207
MFF1955	55133595E	6041/2	26/08/2014	R\$ 127,69	207
MFO5315	55702474D	7366/2	27/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MFR8127	55703060D	5185/1	21/08/2014	R\$ 127,69	167
MFS6626	55700900D	5185/1	20/08/2014	R\$ 127,69	167
MGD5987	55698461D	5185/1	06/08/2014	R\$ 127,69	167
MHI2434	55133422E	6041/2	15/08/2014	R\$ 127,69	207
MHO0743	55135538E	6068/1	20/08/2014	R\$ 127,69	209
MHX2629	55696729D	5207/0	19/08/2014	R\$ 53,20	169
MIF8725	55695787D	5665/0	08/08/2014	R\$ 85,12	182 * X
MII5460	55703063D	5185/1	21/08/2014	R\$ 127,69	167
MIP7677	55700842D	5185/1	30/07/2014	R\$ 127,69	167
MIY5841	55696718D	5185/1	19/08/2014	R\$ 127,69	167
MJC3150	55701038D	5185/1	18/08/2014	R\$ 127,69	167
MJD3738	54959298E	6041/2	18/08/2014	R\$ 127,69	207
MJD3738	55703099D	5185/1	03/09/2014	R\$ 127,69	167
MJG4615	55696712D	5185/1	19/08/2014	R\$ 127,69	167
MJI7078	55695795D	5738/0	20/08/2014	R\$ 191,53	186 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJN2568	55703054D	5185/1	21/08/2014	R\$ 127,69	167
MJP2878	55135549E	6041/2	09/09/2014	R\$ 127,69	207
MJU1239	55696737D	7366/2	19/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKD2329	55702865D	7366/2	15/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKE1668	54959300E	6041/2	18/08/2014	R\$ 127,69	207
MKL4039	55702392D	5185/1	20/08/2014	R\$ 127,69	167
MKW8652	55702921D	7366/2	20/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLF3835	55696738D	5207/0	19/08/2014	R\$ 53,20	169
MMI0504	55696747D	7366/2	19/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014

ALEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 50-2014 - COMISSÃO LICITAÇÃO**

PORTARIA nº 050, de 17 de novembro de 2014.

Designa Comissão Especial de Licitações da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 129, do Regimento Interno e com fundamento na Lei nº 8.666/1993 e alterações subsequentes,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os Servidores abaixo relacionados para, sob a Presidência do primeiro, compor Comissão Especial de Licitação da Câmara Municipal de Caçador, a fim de credenciar, habilitar e julgar o processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços 02/2014, cujo objeto é a reforma da sede da Câmara Municipal:

Membros Efetivos:

JOSÉ ARI LINS - CPF nº 550.811.859-49

ILVAITA FAORO BARON - CPF nº 882.367.909-59

DANIELE ALVES SCHNOOR - CPF nº 064.289.799-93

Membros Suplentes:

DIMALEICY APARECIDA PEREIRA - CPF nº 007.813.289-42

STÉFANI CIVIDINI BACK - CPF nº 056.706.829-39

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia a publicação no Diário Oficial.

Gabinete da Presidência, 17 de novembro de 2014.

Wilson Luiz Binotto,
PRESIDENTE

Carlos Evandro Luz,
VICE-PRESIDENTE

Flavio Henrique dos Santos
1º SECRETÁRIO

Cleony Lopes Barboza Figur
2ª SECRETÁRIA.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 20/2014

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 20/2014

A Comissão Especial de Licitação, da entidade CÂMARA MUNICIPAL DE CACADOR, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 50/2014, de 18/11/2014, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 04/12/2014, às 13:30 horas, no endereço, RUA FERNANDO MACHADO, Nº 139, Caçador-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 2/2014-TP na modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supracitado ou pelo e-mail <licitacao@camaracador.sc.gov.br>

Objeto da Licitação:

Contratação de empresa de engenharia especializada para execução, mediante o regime de empreitada por preço global, de obra referente à reforma do prédio onde está instalada a sede da Câmara Municipal, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico/Executivo e demais Anexos deste Edital.

Caçador, 20 de Novembro de 2014.

Wilson Luiz Binotto.

Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

Camboriú**PREFEITURA****PR 93/14 - PMC**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 093/2014-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS PÚBLICOS PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 15:30 horas do dia 28 (Vinte e Oito) de Novembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 18 de Novembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 94/14 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 094/2014-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA RECUPE-RAÇÃO ASFÁLTICA DE DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS - SINAPI QUE INCLUI IMPRIMAÇÃO COM CM-30 - 1,2 L/M2, PINTURA DE LIGAÇÃO RR-2C - 1,0 A 1,20 L/M2 E CAMADA DE CAUQ - ESP = 4CM.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 02 (Dois) de Dezembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 18 de Novembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1302/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1302/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BGJ6955	54950183E	5010/0	06/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
BMQ8605	54623731E	6920/0	01/07/2014	R\$ 127,69	233
DJJ7370	54949523E	6599/2	29/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
JEO6632	54950388E	6599/2	05/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LWR3316	54949471E	6602/0	12/07/2014	R\$ 191,53	230 * VI
LWR3316	54949472E	6637/2	12/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LXW5174	54949430E	5010/0	14/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAL7715	54950234E	5010/0	25/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAW7884	54949929E	5010/0	16/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAX9417	54949483E	5010/0	19/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAX9417	54949484E	5061/0	19/07/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MAX9417	54949485E	6610/2	19/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MCR1909	54950190E	5010/0	12/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCR1909	54950191E	6599/2	12/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDG9875	54950232E	5010/0	24/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDG9875	54950233E	6637/2	24/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MDH9123	54623738E	6920/0	01/07/2014	R\$ 127,69	233
MDM9420	54950230E	5010/0	24/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDM9420	54950231E	6637/2	24/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MEG1709	55727551E	6610/2	20/09/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MEG1709	55727552E	7340/0	20/09/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MFA9561	54948793E	6912/0	20/09/2014	R\$ 53,20	232
MHX8136	54948446E	6610/2	12/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MHX8136	54948447E	5045/0	12/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MHX8136	54948448E	5096/0	12/07/2014	R\$ 191,53	163 c/c 162 * V
MIH9733	54948500E	5045/0	02/08/2014	R\$ 191,53	162 * V

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIP9479	55373384C	5010/0	06/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MIP9479	55373386C	5061/0	06/08/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MIS2046	54949438E	5010/0	21/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MKF2821	55726901E	5010/0	16/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MKW2367	55726685E	6610/2	14/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MLC0921	54947333E	5010/0	13/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MLC0921	54947334E	5061/0	13/08/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MLR2531	54950450E	7340/0	12/09/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MMF3350	55727555E	5274/1	23/09/2014	R\$ 191,53	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1303/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1303/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AVN9277	54950304E	5541/6	06/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CAJ1897	55726986E	5185/1	13/09/2014	R\$ 127,69	167
DAK5646	55727085E	5452/1	12/08/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
EVD5596	55003065D	7366/2	24/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
GWV2518	54950445E	5525/0	12/09/2014	R\$ 85,12	181 * XV
IEV0905	55727356E	5185/1	16/09/2014	R\$ 127,69	167
IKB0145	54948495E	5720/0	01/08/2014	R\$ 127,69	186 * I
JEO6632	54950387E	5541/6	05/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXK9805	55727092E	5568/0	12/08/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
LXK9805	55727093E	5452/1	12/08/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
LXK9805	55727094E	5525/0	12/08/2014	R\$ 85,12	181 * XV
LYN9741	54950436E	5525/0	09/08/2014	R\$ 85,12	181 * XV
LYZ6809	54949764E	5568/0	12/08/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MBG9622	55726778E	5193/0	23/08/2014	R\$ 191,53	168
MBM3661	55726552E	5185/2	26/08/2014	R\$ 127,69	167
MDM0784	54949521E	6130/0	12/08/2014	R\$ 191,53	214 * II
MDU7909	54950130E	5185/1	03/07/2014	R\$ 127,69	167
MFB3992	55727075E	5568/0	08/08/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MFV6394	55727149E	5541/5	09/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGZ7617	54950096E	5185/1	08/07/2014	R\$ 127,69	167
MHA0389	54623900E	5568/0	17/08/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MHT6224	54949763E	5568/0	13/08/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MIB2503	54950431E	5525/0	07/08/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MKC9834	54949340E	5452/1	25/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MKF2821	55726902E	5738/0	16/08/2014	R\$ 191,53	186 * II
MKW2367	55726686E	5185/1	14/08/2014	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MMF3350	55727554E	5185/1	23/09/2014	R\$ 127,69	167
MTG3258	55726507E	5541/5	21/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 83/80 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1980

DECRETO Nº 83/80

EXONERA DIRETOR ADMINISTRATIVO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de fevereiro de 1980.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de fevereiro de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 82/79 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1979

DECRETO Nº 82/79

ALTERA O VALOR DA UNIDADE FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 1980.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de dezembro de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de dezembro de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 81/79 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1979

DECRETO Nº 81/79

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO APARCIAL DE PROJETOS DE ATIVIDADES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de dezembro de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de dezembro de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 80/79 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1979

DECRETO Nº 80/79

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO APARCIAL DE PROJETOS DE ATIVIDADES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de dezembro de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de dezembro de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 79/79 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1979

DECRETO Nº 79/79

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO APARCIAL DE PROJETOS DE ATIVIDADES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de dezembro de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de dezembro de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 78/79 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1979

DECRETO Nº 78/79

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO APARCIAL DE PROJETOS DE ATIVIDADES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de novembro de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de novembro de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 77/79 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1979

DECRETO Nº 77/79

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO APARCIAL DE PROJETOS DE ATIVIDADES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de novembro de 1979.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de novembro de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO
Secretário

DECRETO Nº 76/79 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1979

DECRETO Nº 76/79

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO APARCIAL DE PROJETOS DE ATIVIDADES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de novembro de 1979.

EUGÊNIO TABBERT
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de novembro de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO
Secretário

DECRETO Nº 75/79 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1979

DECRETO Nº 75/79

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO APARCIAL DE PROJETOS DE ATIVIDADES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de novembro de 1979.

EUGÊNIO TABBERT
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de novembro de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO
Secretário

DECRETO Nº 74/79 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1979

DECRETO Nº 74/79

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO APARCIAL DE PROJETOS DE ATIVIDADES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de novembro de 1979.

EUGÊNIO TABBERT
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de novembro de 1979.

HERCÍLO BUENO FRANCO
Secretário

OFÍCIO GAPRE 334/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 334/2014 - GAPRE.

Campo Alegre/SC, 17 de Novembro de 2014.

Assunto: Requer restituição antecipada do saldo financeiro do duodécimo não utilizado durante o exercício de 2014.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, bem como a toda a Mesa e demais integrantes desta Casa Legislativa, vimos pedir formalmente a restituição antecipada do saldo financeiro do duodécimo não utilizado pela Câmara de Vereadores durante o exercício de 2014, conforme o que segue.

É sabido que "caberá aos órgãos de contabilidade ou de arrecadação organizar demonstrações mensais da receita arrecadada, segundo as rubricas, para servirem de base a estimativa da receita na proposta orçamentária" (Lei 4.320/64, art. 29), ou seja, cada unidade administrativa - seja Prefeitura, Câmara de Vereadores, Fundo ou Autarquia - deverá estimar sua despesa com base nos "três últimos exercícios" (art. 30), enviando "as propostas orçamentárias parciais" para serem "revistas e coordenadas na proposta geral" (art. 31).

Este itinerário de medidas foi cumprido no ano de 2013 pela Câmara de Vereadores, que enviou uma proposta parcial com valores que superam a média das despesas do Poder Legislativo. O motivo de haver uma proposta parcial de fixação de despesa com valor superior a média das despesas é que sem esta elevação artificial do valor a Mesa da Câmara adentraria o exercício fiscal descumprindo automaticamente o limite previsto no art. 29A, parágrafo 1º, da CF/88, E.C nº 25 (folha de pagamento do legislativo não excederá a 70% do valor do repasse financeiro do executivo).

Disto se concluiu que a Mesa da Câmara haverá de receber anualmente repasses de duodécimo em valor para além de sua média de despesas ordinárias. É lícito à Câmara de Vereadores despende tais recursos segundo o seu orçamento, todavia, desde que sejam legítimas as despesas e absolutamente vinculadas ao interesse público. Em não havendo despesas a ser realizadas conforme estes limites é forçoso a devolução do saldo financeiro, isto até o último dia do exercício, como já vem normatizando o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina:

Prejulgado TCE/SC n. 2018 - "A restituição pela Câmara do saldo do suprimento não utilizado deve ocorrer até o dia 31 de dezembro, não havendo impedimento para que se processe antes do termo aprazado."

Prejulgado TCE/SC n. 1274 - 1. O lançamento contábil para a Câmara Municipal de Vereadores devolver o numerário correspondente ao duodécimo não utilizado durante o exercício é aquele que credita a conta Bancos e debita a conta Suprimentos. Em relação ao montante utilizado na realização de despesa, deverá compor a prestação de contas do Poder Legislativo ao Poder Executivo. 2. Consoante as normas da Lei Complementar nº 101/2000, o valor do suprimento não utilizado pelo Poder Legislativo e devolvido ao Tesouro Municipal, administrado pelo Poder Executivo, não integra a Receita Corrente Líquida, pois representaria duplicidade, situação vedada pelo art. 22, IV, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como se vê dos prejulgados acima, donde há valiosas informações quanto ao lançamento contábil da restituição, o valor pode ser devolvido antes do final do exercício, em especial se a Mesa da Câmara já tem definidas as despesas até o início do recesso parlamentar, que terá início em pouco mais de um mês.

Considerando que a geração do saldo não é mais do que uma decorrência do cumprimento das leis por parte da Mesa da Câmara e considerando que a devolução destes recursos se impõe normativamente, é lícito aos gestores do Poder Executivo levar em conta a restituição destes valores por ocasião da fixação da última quota trimestral do exercício, visando "o equilíbrio entre a receita

arrecada e a despesa realizada, de modo a reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria" (Lei 4.320/64, art. 48 "b"). Assim que, em primeiro lugar, vimos informar que o Poder Executivo já está contando com a restituição do saldo financeiro do duodécimo não utilizado durante o exercício de 2014 pela Câmara de Vereadores, restando avaliar apenas o momento em que se dará tal restituição.

Dito isto, vimos pedir a V.Exª que, consultados os demais integrantes da Mesa, determine desde logo a referida restituição, para o que espera um resposta em até 48 horas, a fim de alterar a tempo o quadro de quotas da último trimestre, para que se possa planejar o encerramento do exercício.

Determino a publicidade do presente ofício, no Diário Oficial dos Municípios e em jornal de circulação local/regional, bem como no átrio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre. Deverá ter igual tratamento a resposta enviada pela Câmara de Vereadores ou, em não havendo resposta em até 48 horas, a respectiva certidão. Atenciosamente,

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

Ao
Exmo. Sr. RAUL JOHANSON
DD. Presidente da Câmara Municipal
Nesta.

ADITIVO 81/2014

ADITIVO CONTRATUAL Nº 81/2014
TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 058PL/2014 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 55/2014 (originado do Processo Licitatório nº 55/2014, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 55/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA VILMAR CONSTRUÇÕES LTDA A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 55/2014.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 55/2014 fica prorrogado até o dia 23 de dezembro de 2014.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 55/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 24 de outubro de 2014.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	VILMAR LINO DE LIMA Vilmar Construções Ltda CONTRATADA
---	--

ADITIVO 22/2014 FMS

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 22/2014.

QUINTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO LN CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETIVANDO O ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 29/2013.

Pelo presente instrumento particular de contrato de realização de obra que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº. 01.941.360/0001-50, com sede à Rua Irmã Amália Gueller, nº. 22, Centro, em Campo Alegre-SC, neste ato representado pela Gestora Sra. Carolina da Costa Telma, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado LN CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 10.834.999/0001-28, com sede a Rua Iracema, nº. 349, Sala 2, Bairro Cruzeiro, cidade São Bento do Sul - SC, representada por Lourival Negreli, CPF nº. 420.543.899-00, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem entre si certo e ajustado o seguinte (em decorrência a homologação do processo licitatório nº. 26/2013, modalidade Tomada de Preços):

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ACRESCIMO E SUPRESSÃO DE QUANTITATIVOS

ACRESCE E SUPRIME ao contrato nº 29/2013 os seguintes serviços/fornecimento e valores:

CLÁUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 29/2013 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 02 de outubro de 2014.

Carolina da Costa Telma Gestora do Fundo Municipal de Saúde Contratante	Lourival Negreli LN CONSTRUÇÕES LTDA Contratada
---	---

PREGÃO 25/2014 FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2014
MODALIDADE PREGÃO (presencial)

1 - DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1 - O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 01.941.360/0001-50, torna público que está instaurando licitação, através do presente instrumento, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, na modalidade PREGÃO (de forma presencial) - Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO, segundo as condições estabelecidas no presente Edital, nos seus Anexos, cujos termos, igualmente, o integram.

1.1.1 - DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 09 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 01/12/2014, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

1.1.1.1 - A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo

a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

1.1.2 - DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

DIA: 01/12/2014

HORA: 10 HORAS

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

1.2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DOS RECURSOS:

1.2.1 - As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2015, na seguinte classificação:

- 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo;

1.3 - Não serão aceitas nem recebidas (pela Comissão de Licitações ou Pregoeiro), em hipótese alguma, documentações e propostas após a data e hora aprazadas no item 1.1.1, ainda que tenham sido despachadas, endereçadas e/ou enviadas por qualquer meio, anteriormente a data de vencimento.

1.4 - Ocorrendo a decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a Licitação fica automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação, no mesmo local e horário.

1.5 - Os esclarecimentos de dúvidas de caráter técnico ou legal sobre o presente Edital deverão ser objeto de consulta por escrito ao Protocolo deste Município em até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da Licitação. O(a) Pregoeiro(a) responderá às questões formuladas e disponibilizará a consulta e resposta no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), sendo de total responsabilidade dos licitantes o acesso e acompanhamento no respectivo site.

2 - DO OBJETO E CONDIÇÕES

2.1 - O objeto da licitação consiste no Registro de Preços para aquisição de gasolina comum, óleo diesel S500, óleo diesel S10, conforme descrição e quantidade constante do Anexo I, parte integrante deste Edital. Material que será utilizado para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, no exercício 2015.

2.1.1 - Para o fornecimento dos ITEM 01 (gasolina comum) e ITEM 02 (óleo diesel S500) (constante do Anexo V), a empresa vencedora se obriga a fornecer o combustível ao servidor público municipal, na sede da licitante, na quantidade solicitada, de posse da requisição devidamente preenchida e assinada pela autoridade competente da Prefeitura Municipal;

2.1.2 - Para o fornecimento do ITEM 03 (óleo diesel S10) relacionado no (constante do Anexo V), a empresa vencedora se obriga a fornecer 01 (um) tanque (entregar no pátio da garagem municipal, sem custo de frete ou outros), através de comodato GRATUITO, com capacidade para 1.000 (mil) litros, e fornecer o diesel S10 conforme solicitação do Município (que poderá ser via fax ou e-mail).

2.2 - PARA O FORNECIMENTO ITEM 01 (gasolina comum) e ITEM 02 (óleo diesel S500), O LICITANTE DEVERÁ ESTAR INSTALADO NUM RAIOS MÁXIMO DE 3 KM (TRÊS QUILOMETROS) DA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE.

2.3 - Está fixado o valor máximo UNITÁRIO para a apresentação da proposta, para todos os itens. Os valores máximos constam do Anexo V, parte integrante deste Edital;

2.3.1 - As propostas apresentadas com valores acima do fixado serão automaticamente desclassificadas.

2.4 - Órgãos participantes do Registro de Preços: Fundo Municipal de Saúde, através de todas as órgãos/unidades.

2.5 - Validade do Registro de Preços: 12 (doze) meses a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.6 - Poderá ser admitido revisão dos valores inicialmente pactuados, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, caso haja alteração dos mesmos (por parte do Governo Federal) cujo percentual deverá ser devidamente comprovado e Autorizado pelo Município.

2.7 - Serão admitidos a participar desta licitação os que estejam legalmente estabelecidos na forma da lei, para os fins do objeto pleiteado.

2.8 - O Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre, se reserva o direito de, a seu exclusivo critério, utilizar ou não a totalidade prevista, não gerando este fato nenhum direito ou indenização a licitante.

2.9 - O critério de julgamento será pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM (Valor unitário), com observância aos valores máximos fixados UNITÁRIO por ITEM.

3 - DA APRESENTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Os interessados deverão entregar, na data, horário e local indicados neste Edital 2 (dois) envelopes fechados e numerados, em cuja parte externa deverá constar:

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA e/ou PREÇO

Pregão nº 25/2014

Nome da empresa licitante

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO e/ou HABILITAÇÃO

Pregão nº 25/2014

Nome da empresa licitante

3.1.1 - O envelope nº 01 deverá conter a proposta comercial e o nº 02 a documentação necessária à habilitação;

3.1.2 - Encerrado o prazo para entrega dos envelopes, nenhum outro documento será recebido, nem serão permitidos quaisquer adendos ou alterações à documentação ou a proposta.

3.2. DA PARTICIPAÇÃO

3.2.1. Poderão participar desta Licitação empresas do ramo que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital;

3.2.2. Não poderão participar da presente Licitação empresas:

a) Concorratórias ou em processo de recuperação judicial ou de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

b) Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou que estejam com tal direito suspenso;

c) Estrangeiras que não funcionem no País.

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Os interessados em efetuar lances verbais, manifestar intenção de recurso, e/ou participar como representante da empresa na sessão, deverão se credenciar junto ao Pregoeiro, no início da sessão de abertura do pregão, através de representante legal devidamente munido de documento que o credencie a participar do procedimento licitatório.

4.2 - O credenciamento que trata o item 4.1 poderá ser realizado das seguintes formas:

4.2.1 - Por meio de procuração pública ou particular com firma reconhecida expressando seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome da representada (acompanhada do respectivo Estatuto, Contrato Social, ou ato constitutivo da empresa a

representar, para confirmação dos poderes ali estabelecidos); ou.

4.2.2 - Em sendo o representante sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá este apresentar cópia autenticada do respectivo Estatuto, Contrato Social, ou ato constitutivo da empresa a representar, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.3 - O representante deverá apresentar, também, carteira de identidade ou documento equivalente que o identifique.

4.4 - Será admitido apenas 1 (um) representante para cada empresa licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4.5 - Os documentos para o credenciamento (exceto carteira de identidade ou documento equivalente que o identifique) deverão ser apresentados em fotocópia autenticada.

4.5.1 - A autenticação que trata o item 4.5 poderá ser realizada em cartório competente ou por servidor público integrante da Equipe de Apoio ou Pregoeiro (deste Pregão), ou publicação em órgão da imprensa oficial (exceto os documentos emitidos via Internet).

4.5.1.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item 4.5.1, somente poderá ser realizada até às 09 horas e 30 minutos do dia 01/12/2014, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

5 - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

5.1 - Aberta a sessão, após o credenciamento, os interessados ou os seus representantes apresentarão a Declaração, conforme modelo no Anexo II (FORA dos Envelopes nºs 1 e 2), dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

5.1.1 - Em caso do licitante não apresentar a Declaração poderá preenchê-la na própria sessão, pelo licitante devidamente credenciado à sessão, utilizando o modelo padrão fornecido pela Equipe de Apoio.

5.1.2 - Caso o licitante não compareça a sessão de julgamento e não apresente a Declaração, este estará automaticamente desclassificado.

6- DA COMPROVAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

6.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem valer-se da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, também (FORA dos Envelopes nºs 1 e 2), Certidão Simplificada (emitida pela Junta Comercial do respectivo Estado), comprovando o enquadramento como micro empresa ou empresa de pequeno porte.

6.1.1 - A Certidão Simplificada que trata o item 6.1 deverá ser recente, não sendo aceito com data de emissão anterior a 01 de outubro de 2014.

6.1.2 - A Certidão Simplificada de que trata o item 6.1 deverá ser apresentada em original ou fotocópia autenticada.

6.1.2.1 - A autenticação que trata o item 6.1.2 poderá ser realizada em cartório competente ou por ou servidor público integrante da Equipe de Apoio ou Pregoeiro (deste Pregão).

6.1.2.1.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item 6.1.2.1, somente poderá ser realizada até às 09 horas e 30 minutos do dia 01/12/2014, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

7- DA PROPOSTA COMERCIAL

7.1 - A proposta comercial (envelope nº. 01) deverá conter (conforme modelo constante do Anexo V):

- a) Especificação do objeto cotado;
- b) Preço unitário e total do item, bem como valor total do ITEM, formulado em moeda corrente nacional, devendo estar nele incluídas todas as despesas, tais como: frete, impostos, etc.

c) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

7.1.1 - A omissão dos prazos de execução e de validade da proposta não desclassificará o proponente, sendo considerados os estipulados neste Edital;

7.1.2 - Serão consideradas apenas as propostas devidamente carimbadas (ou identificadas) e assinadas, que não contenham emendas ou rasuras;

7.1.2.1 - A falta de assinatura e carimbo na proposta poderá ser suprida pelo representante legal da empresa presente à Sessão (devidamente credenciado).

7.1.3 - Não serão aceitas propostas alternativas de preço oferecidas pelo mesmo licitante.

7.1.4 - Os proponentes poderão utilizar até 4 (quatro) casas decimais para a apresentação do valor da proposta.

8 - DA HABILITAÇÃO

8.1 - Os licitantes deverão apresentar, no envelope nº 02, os seguintes documentos:

8.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1.1 - Contrato social, ou documento constitutivo.

8.1.1.1.1 - Fica dispensado da apresentação do contrato social ou documento constitutivo a empresa que já o apresentou (cópia autenticada) no Credenciamento (item 4).

8.1.2 - HABILITAÇÃO FISCAL

8.1.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

8.1.2.2 - Certidão Conjunta de Débitos e Tributos Federais;

8.1.2.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante;

8.1.2.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante;

8.1.2.5 - Prova de regularidade relativa a Seguridade Social - Certidão Negativa de Débito - CND, com o INSS, demonstrando situação regular no cumprimento das contribuições sociais, ou conjunta, na forma da lei;

8.1.2.6 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

8.1.2.7 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT).

8.1.3 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

8.1.3.1 - Declaração da licitante, subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo constante do ANEXO III;

8.1.3.2 - Declaração da licitante, subscrita pelo representante legal, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo constante do ANEXO IV.

8.2 - Os documentos que trata o subitem 8.1 deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou servidor público integrante da Equipe de Apoio deste Pregão, ou publicação em órgão da imprensa oficial (exceto os documentos emitidos via Internet).

8.2.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item anterior, somente poderá ser realizada até às 09 horas e 30 minutos do dia 01/12/2014, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

8.3 - Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial (exceto quando o próprio documento comprovar que é válido tanto para matriz quanto para filial).

9 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E DA HABILITAÇÃO

9.1 - Aberta a sessão do PREGÃO, no local, dia e hora definidos neste edital, o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, adotará os seguintes procedimentos:

9.1.1- Conferência do credenciamento dos representantes legais, mediante confronto do instrumento de credenciamento com seu documento de identificação;

9.1.2 - Recebimento da Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;

9.1.3 - Recebimento da Declaração do Enquadramento de Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso;

9.1.4 - Abertura do envelope contendo a proposta comercial;

9.1.5 - Ordenação e classificação das propostas em ordem crescente de preços e verificação da conformidade da proposta de menor preço, com as especificações e as demais exigências constantes deste Edital;

9.1.6 - Classificação das propostas de menor preço por ITEM (desde que obedecido o valor máximo fixado unitário) e daquelas que contenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas comerciais escritas nas condições definidas nesta alínea, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

9.1.7 - Solicitação de lances verbais aos representantes presentes e credenciados que serão formulados individualmente e seqüencialmente, a partir do autor da proposta classificada de maior preço. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes. No caso de empate no preço das propostas escritas, será efetuado sorteio para definição da ordem de formulação dos lances verbais;

9.1.8 - Aplicabilidade de Lei Complementar nº 123/2006 "direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte", conforme o caso, somente às empresas que apresentaram a Declaração que trata o item 5.0;

9.1.8 - Abertura do envelope de habilitação do licitante, cuja proposta foi classificada com menor preço, para confirmação de suas condições habilitatórias;

9.1.9 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar no envelope de habilitação os documentos referentes à regularidade fiscal, todavia, apresentada a declaração constante do item 5.0, eventual restrição poderá ser sanada após o julgamento das propostas de preços, no prazo de dois dias úteis, contados da data de sessão de julgamento, na forma da Lei Complementar nº 123/06.

9.1.10 - Espaço concedido aos licitantes para manifestação e motivação de interposição de recurso quanto às fases do pregão.

9.2 - Caso não se realizem lances verbais ou a empresa não credencie representante para participar da sessão, serão considerados os preços constantes das propostas escritas;

9.3 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente, às penalidades constantes neste Edital.

10. DOS RECURSOS

10.1 - Das decisões do pregoeiro caberá recurso, desde que haja manifestação da intenção de recorrer feita durante a sessão, com registro em ata da síntese de suas razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, contados a partir do término do prazo do recorrente. A licitante que apresentou a intenção do recurso terá prazo de 3 (três) dias consecutivos para protocolizar as razões do recurso (no Protocolo da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292 - Centro, Campo Alegre-SC).

10.2 - O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo;

10.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

10.4 - A falta de manifestação do licitante de interpor recurso no decorrer da sessão pública de abertura do pregão, importará a decadência do direito de recurso e será adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Da sessão pública do Pregão será lavrada Ata circunstanciada, com o registro das Licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise dos documentos de habilitação e dos recursos interpostos, além de outros registros pertinentes.

11.2. O procedimento de adjudicação será do Pregoeiro, se não houver recurso, ou da autoridade competente, que também procederá à homologação do certame.

12. DO CONTRATO

12.1. A Licitante vencedora deverá assinar o termo de contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a homologação, sob pena de ser facultado ao Pregoeiro, após esse prazo, examinar as ofertas subseqüentes e a qualificação das Licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva Licitante declarada vencedora.

12.1.1 - A empresa contratada obriga-se a manter em dia todas as condições de habilitação, exigidas nesta licitação.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1 - O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após o recebimento das notas fiscais, nas quais deverão estar anexadas as Requisições que poderão ser entregues semanalmente (no Serviço de Suprimentos) na proporção direta da quantidade consumida na semana respectiva.

13.1.1 - Não será aceito nota fiscal com rasuras.

13.2. Nenhum pagamento será feito à Contratada se pendente de cumprimento qualquer sanção/multa que lhe tenha sido imposta ou que não esteja em dia com a documentação exigida (neste instrumento) para a habilitação.

14 - DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO

14.1 - O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, deixar de cumprir parcial ou totalmente as cláusulas contratuais, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, poderá ficar impedido de licitar e contratar com o Município de Campo Alegre pelo prazo de até 5 (cinco) anos e estará sujeito também à aplicação de multas, conforme segue:

a) Multa de 1% sobre o valor total do contrato pela empresa, nos casos de desistência da proposta.

b) Multa de até 5% do valor total do contrato, nos casos que venham a gerar a rescisão do contrato, ou descumprimento contratual, ou ainda, ter cometido algum dos itens citados no item 14.1.

15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - A licitação poderá ser revogada em qualquer de suas fases, por motivos de oportunidade e conveniência administrativa, devidamente justificados, sem que caiba aos respectivos participantes direito a reclamação ou indenização;

15.2 - A participação no presente processo licitatório implica na aceitação integral e irrevogável de todas as condições exigidas neste Edital e nos documentos que dele fazem parte integrante, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor.

15.3 - Da sessão pública para realização do pregão será lavrada ATA circunstanciada, que registrará os fatos ocorridos durante a sessão, o registro dos licitantes credenciados, as propostas escritas e verbais apresentadas, a análise da documentação exigida para habilitação e a intenção de interposição de recursos.

15.4 - Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br.

15.5 - Quaisquer informações deverão ser solicitadas por escrito, e encaminhadas ao protocolo da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292 - Centro, Campo Alegre, onde será respondido também por escrito e divulgado a consulta e resposta no site acima informado.

15.6 - Eventuais impugnações ao Edital, somente serão recebidas (obedecido o prazo imposto pela Lei de Licitações) em sua via original, protocolizada (no Protocolo da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292 - Centro, Campo Alegre-SC).

15.7 - Qualquer informação, alteração, complemento, revogação ou anulação ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

15.8 - Os casos omissos no presente Edital serão analisados de acordo com a Lei nº 10.520/02 e 8.666/93, suas alterações e demais legislação em vigor, pertinentes à matéria.

15.9 - O resumo do presente Edital será publicado no Diário Oficial do Município (www.diariomunicipal.sc.gov.br), e ainda, a sua íntegra disponibilizada no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br).

15.10 - A entrega dos envelopes de proposta e documentos no Protocolo da Prefeitura Municipal é de total responsabilidade da empresa licitante.

15.11 - Este edital foi elaborado de acordo com as informações/exigências contidas no Termo de Referência, documento elaborado pelo Grupamento de Bombeiros (órgão requisitante) e que consta dos autos do processo.

15.11.1 - Todas as informações/exigências contidas no Termo de Referência citado no item 15.11 foram transcritas para este Edital.

15.12 - Fazem parte integrantes deste Edital;

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo Declaração Cumprimento Requisitos de Habilitação;

ANEXO III - Modelo Declaração Atendimento às leis trabalhistas;

ANEXO IV - Modelo Declaração Inexistência de Fatos Impeditivos;

ANEXO V - Modelo Planilha para Cotação de Preços;

ANEXO VI Minuta Ata de Registro de Preços; e

ANEXO VII - Minuta Contrato.

Campo Alegre, 18 de Novembro de 2014.

Carolina da Costa Telma

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Edital devidamente aprovado pela assessoria jurídica deste Município, conforme fl. __a __ constante do processo licitatório em epígrafe, em cumprimento ao § único, art. 38, da Lei Federal 8.666/93 e alterações.

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo Licitatório nº 25/2014, modalidade Pregão (presencial)

Considerando a necessidade do Registro de Preços para aquisição de gasolina comum, óleo diesel, óleo diesel S10, para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, no exercício 2015. Sendo assim, elabora-se termo de referência descrevendo as condições para a contratação pretendida, conforme segue:

OBJETO

O presente Termo de Referência traz informações/detalhes para a elaboração do edital de processo licitatório, Registro de Preços para aquisição de gasolina comum, óleo diesel, óleo diesel S10, para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, no exercício 2015.

, conforme segue:

VALOR ESTIMADO

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor máximo fixado (R\$ unitário)	Valor Total R\$
01	44.856	litros	Gasolina comum	3,06	137,25
02	6.000	litros	Óleo diésel S500	2,60	15.600
01	14.000	litros	Óleo diesel S10	2,84	39.760

CONDIÇÕES:

- Para o fornecimento dos ITEM 01 (gasolina comum) e ITEM 02(óleo diesel S500) (constante do Anexo V), a empresa vencedora se obriga a fornecer o combustível ao servidor público municipal, na sede da licitante, na quantidade solicitada, de posse da requisição devidamente preenchida e assinada pela autoridade competente da Prefeitura Municipal;

- Para o fornecimento do ITEM 03 (óleo diesel S10) relacionado no (constante do Anexo V), a empresa vencedora se obriga a fornecer 01 (um) tanque (entregar no pátio da garagem municipal, sem custo de frete ou outros), através de comodato GRATUITO, com capacidade para 1.000 (mil) litros, e fornecer o diesel S10 conforme solicitação do Município (que poderá ser via fax ou e-mail).

- PARA O FORNECIMENTO ITEM 01 (gasolina comum) e ITEM 02 (óleo diesel S500), O LICITANTE DEVERÁ ESTAR INSTALADO NUM RAIOS MÁXIMO DE 3 KM (TRÊS QUILOMETROS) DA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE.

- Está fixado o valor máximo UNITÁRIO para a apresentação da proposta, para todos os itens. Os valores máximos constam do Anexo V, parte integrante deste Edital;

- As propostas apresentadas com valores acima do fixado serão automaticamente desclassificadas.

- Órgãos participantes do Registro de Preços: Fundo Municipal de Saúde, através de todas os órgãos/unidades.

- Validade do Registro de Preços: 12 (doze) meses a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

- Poderá ser admitido revisão dos valores inicialmente pactuados, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, caso haja alteração dos mesmos (por parte do Governo Federal) cujo percentual deverá ser devidamente comprovado e Autorizado pelo Município.

- Serão admitidos a participar desta licitação os que estejam

legalmente estabelecidos na forma da lei, para os fins do objeto pleiteado.

- O Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre, se reserva o direito de, a seu exclusivo critério, utilizar ou não a totalidade prevista, não gerando este fato nenhum direito ou indenização a licitante.
- O critério de julgamento será pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM (Valor unitário), com observância aos valores máximos fixados UNITÁRIO por ITEM.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2015, na seguinte classificação:

- 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo;

DAS PENALIDADES

O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, deixar de cumprir parcial ou totalmente as cláusulas contratuais, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, poderá ficar impedido de licitar e contratar com o Município de Campo Alegre pelo prazo de até 5 (cinco) anos e estará sujeito também à aplicação de multas, conforme segue:

a) Multa de 1% sobre o valor total do contrato pela empresa, nos casos de desistência da proposta.

b) Multa de até 5% do valor total do contrato, nos casos que venham a gerar a rescisão do contrato, ou descumprimento contratual, ou ainda, ter cometido algum dos itens citados.

Carolina da Costa Telma
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

ANEXO II

(Processo Licitatório nº 25/2014, modalidade Pregão)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(Nome do licitante) _____
____, CNPJ Nº _____ sediada (endereço completo) _____

_____ declara, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para a participação no presente processo licitatório, modalidade Pregão nº 25/2014.

_____ de _____ de _____

NOME: _____

CPF: _____

ASSINATURA: _____

ANEXO III

(Processo Licitatório nº 25/2014, modalidade Pregão)

Modelo Declaração Atendimento às leis trabalhistas;

DECLARAÇÃO

_____ (NOME DO LICITANTE), CNPJ-ME Nº _____, sediada _____ (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da Lei, que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de (18) anos para realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

_____, ____de ____de ____

NOME: _____

CPF: _____

ASSINATURA: _____

ANEXO IV

(Processo Licitatório nº 25/2014, modalidade Pregão)

Modelo Declaração Inexistência de Fatos Impeditivos

DECLARAÇÃO

(Nome do licitante) _____
____, CNPJ Nº _____ sediada (endereço completo) _____

_____ declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____ de _____ de _____

NOME: _____

CPF: _____

ASSINATURA: _____

ANEXO V

MODELO DE PLANILHA PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2014, MODALIDADE PREGÃO - Registro de Preços

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca	Valor máximo fixado (R\$ unitário)	Valor Unitário	Valor Total
01	44.856	litros	Gasolina comum		3,06		
02	6.000	litros	Óleo diésel S500		2,60		
01	14.000	litros	Óleo diesel S10		2,84		

Validade da proposta: _____ dias (não inferior a 60 dias)

CARIMBO E ASSINATURA:

ANEXOVI

(Processo Licitatório nº 25/2014, modalidade Pregão)
MINUTA ATA REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2014 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos ____ dias do mês de _____ de 2014, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para o eventual fornecimento de _____, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa _____, em decorrência da homologação do processo licitatório nº xx/xxxx, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

Item	Descrição	Quantidade estimada (p/ 12 meses)	Unidade	Valor Unitário Registrado (R\$)

Pregoeira Municipal

Representante legal da empresa

ANEXO VII

(Processo Licitatório nº 25/2014, modalidade Pregão)

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO Nº ____/____.

TERMO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO _____.

Pelo presente instrumento particular de contrato que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.941.360/0001-50, com sede à Rua Irmã Amália Gueller, 22, em Campo Alegre-SC, neste ato representado pela Gestora, Sra. _____, CPF nº _____, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede a Rua _____, nº _____, na cidade de _____, representada neste ato pelo(a) Sr(a), _____, CPF sob nº _____, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem entre si certo e ajustado o seguinte (em decorrência do processo licitatório nº xx/xxxx, modalidade Pregão):

CLÁUSULA PRIMEIRA -DO OBJETO E CONDIÇÕES

O objeto do presente contrato consiste na aquisição de _____. Para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, no exercício 2014. Consoante processo licitatório nº xx/xxxx, modalidade Pregão como Registro de Preços.

Parágrafo xxxxxx - Para o fornecimento dos itens _____ a contratada se obriga a fornecer o combustível ou material ao servidor público municipal, na sede da licitante, na quantidade solicitada, de posse da requisição devidamente preenchida e assinada pela autoridade competente da Prefeitura Municipal.

Parágrafo xxxxxx - Para o fornecimento do item _____ a contratada se obriga a fornecer 01 (um) tanque (entregar no pátio da garagem municipal, sem custo de frete ou outros), através de comodato GRATUITO, com capacidade para 1.000 (mil) litros, e fornecer o diesel S10 conforme solicitação do Município (que poderá ser via fax ou e-mail).

Parágrafo xxxxxx - PARA O FORNECIMENTO DOS ITENS _____ a contratada DEVERÁ ESTAR INSTALADA NUM RAIOS MÁXIMO DE 3 KM (TRÊS QUILOMETROS) DA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE.

Parágrafo xxxxxx - Poderá ser admitido revisão dos valores inicialmente pactuados, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, caso haja alteração dos mesmos (por parte do Governo Federal) cujo percentual deverá ser devidamente comprovado e Autorizado pelo Município.

Parágrafo xxxxxx - O Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre, se reserva o direito de, a seu exclusivo critério, utilizar ou não a totalidade prevista, não gerando este fato nenhum direito ou indenização a licitante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

A CONTRATANTE pagará a contratada o preço certo e ajustado conforme abaixo:

.....

Parágrafo xxxxxx - O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após o recebimento das notas fiscais, nas quais deverão estar anexadas as Requisições que poderão ser entregues semanalmente (no Serviço de Suprimentos) na proporção direta da quantidade consumida na semana respectiva.

Parágrafo xxxxxx - Poderá ser admitido reajuste dos preços, ou manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, caso haja alteração dos mesmos, por parte do Governo Federal, cujo percentual deverá ser devidamente comprovado e Autorizado pelo Município.

Parágrafo xxxxxx - Não será aceito nota fiscal com rasura.

Parágrafo xxxxxx - Em cada nota fiscal (referente o abastecimento de veículos) destacar o número do veículo, a placa e a quilometragem (exceto em caso de defeito no velocímetro).

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Parágrafo xxxxxx - As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias nº:

.....

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

Parágrafo xxxxxx - O prazo do presente contrato inicia-se na data de assinatura e expira-se em 31/12/2015.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

Parágrafo xxxxxx - A Fiscalização do objeto do presente contrato fica por conta do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Parágrafo xxxxxx - Se o contratado ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, deixar de cumprir parcial ou totalmente as disposições deste Instrumento, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, cometer fraude fiscal ou atrasar a entrega do material, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Campo Alegre pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sujeita a declaração de inidoneidade, e também à aplicação de multa de até 10% do total da proposta, por qualquer razões já citadas.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

Parágrafo xxxxxx - O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o presente contrato unilateralmente quando ocorrerem as hipóteses do art. 77 e 78 da Lei nº 8.666 de 21.06.93.

Parágrafo xxxxxx - A rescisão do presente contrato poderá ser ainda amigável ou judicial, conforme a razão que der causa à referida rescisão.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo xxxxxx - O presente contrato não implica em vínculo empregatício de qualquer espécie, ficando o CONTRATANTE desobrigado do pagamento de verbas trabalhistas, previdenciárias e securitárias.

Parágrafo xxxxxx - As partes elegem o Foro da Comarca de São Bento do Sul -SC para dirimir eventuais questões oriundas do

presente contrato, com exclusão de qualquer outro, pôr mais privilegiado que seja.

Parágrafo xxxxxx - E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou conveniado.

Campo Alegre, ____ de _____ de 2014.

Gestor(a)

Contratada

Assessor Jurídico

Testemunhas

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 24/2014 - SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 24/2014 - Social

O Município de Campos Novos, através do Fundo Municipal de Assistência Social, torna público que fará realizar no dia 01 de dezembro de 2014 às 16h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Lote, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE 1.200 CESTAS BÁSICAS PARA DOAÇÃO A FAMÍLIAS VULNERÁVEIS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min diariamente.

Campos Novos, 18 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.182/14 DE 17/11/2014 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.182/14 DE 17/11/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 36.785,91 (Trinta e seis mil, setecentos e oitenta e cinco reais e noventa e um centavos) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 03-SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 -DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.002-Manutenção Da Secretaria de Administração

Elementos de despesa: 180-3.3.90.00.00.00.00.00.01.0062- Aplicações Diretas R\$36.785,91

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos de excesso de arrecadação de outras transferências do FNDE.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 17 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.183/14 DE 17/11/2014 ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.183/14 DE 17/11/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 298.000,00 (Duzentos e noventa e oito mil reais) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 03-SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 -DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 0.002 - Amortização da Dívida Fundada Interna - Prefeitura

Elementos de despesa: 31-4.6.90.00.00.00.00.00.01.0000-

Aplicações Diretas R\$288.000,00

ÓRGÃO: 08-SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 -DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.078 -Recolhimento e destinação dos resíduos sólidos

Elementos de despesa: 119-

4.6.90.00.00.00.00.00.00.01.0000- Aplicações Diretas R\$10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos de excesso de arrecadação de Recursos Próprios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 17 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 25/2014 TRANSPORTE DE MAQUINAS PESADAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/6
Processo Nº.: 159/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 25/2014

No dia 17 do mês de Novembro do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). NELSON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 78/2014, Processo Licitatório nº. 159/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NO TRANSPORTE DE MÁQUINAS PESADAS E DE CAMINHÃO GUINCHO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8520	COMERCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA - EPP	1, 2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
COMERCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA - EPP	76.324.094/0001-16	DARIO F BRESOLA	056.576.629-54

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NO TRANSPORTE DE MÁQUINAS PESADAS E DE CAMINHÃO GUINCHO.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8520 - COMERCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA - EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	TRANSPORTE DE MÁQUINAS DE 25 TONELADAS	KM		10.000,000	4,2500	42.500,00
2	TRANSPORTE DE MÁQUINAS DE 10 TONELADAS	KM		10.000,000	3,0000	30.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/6
Processo Nº.: 159/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2014

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/6
Processo Nº.: 159/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2014

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/6
Processo Nº.: 159/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2014

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumento contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/6
Processo Nº.: 159/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2014

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/6
Processo Nº.: 159/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2014

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 17 de Novembro de 2014.

NELSON CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

COMERCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA - EPP

CNPJ: 76.324.094/0001-16

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2014 GENEROS ALIMENTICIOS FUNREBOM

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/14
Processo Nº.: 10/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2014

No dia 18 do mês de Novembro do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 20.202.916/0001-31, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) Prefeito Municipal, o Sr(a). NELSON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 7/2014, Processo Licitatório nº. 10/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENÉROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ALIMENTAÇÃO DA GUARNIÇÕES DE SERVIÇO DO CORPO DE BOMBEIROS E LIMPEZA DO QUARTEL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6462	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	7, 10, 26, 44, 54, 62, 65, 66
6463	CAPINZAL CENTER LTDA	1, 2, 5, 6, 9, 16, 19, 27, 28, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 43, 48, 49, 55, 64, 69, 70, 75
6429	MERCADO SANANDUVA LTDA ME	4, 21, 41, 68, 71
6461	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	17, 18, 25, 33, 34, 35, 57, 58, 67, 72, 76
6012	SUPERMERCADO CASTANHEL LTDA	3, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 20, 23, 24, 29, 39, 40, 42, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 56, 59, 60, 61, 63, 73, 74

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	GILMAR GURALSKI	071.777.699-94
CAPINZAL CENTER LTDA	07.383.088/0001-17	ENIO DELAZARI	453.533.100-63
MERCADO SANANDUVA LTDA ME	03.005.106/0001-76	GILBERTO RIBEIRO	424.352.180-87
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	JONATHAN DE LIMA PINTO	081.227.589-67
SUPERMERCADO CASTANHEL LTDA	82.699.067/0001-20	REGINALDO J DEL CASTANHEL	870.826.759-68

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENÉROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ALIMENTAÇÃO DA GUARNIÇÕES DE SERVIÇO DO CORPO DE BOMBEIROS E LIMPEZA DO QUARTEL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6012 - SUPERMERCADO CASTANHEL LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	AGUA MINERAL 20 LITROS	UN	PURIS	240,000	8,8800	2.131,20
8	Alho de primeira qualidade, branco, embalagem de 100 a 150 g Alho de primeira qualidade, branco, embalagem de 100 a 150 gramas. Apresentando grau de maturação tal que permita suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	KRIGUER	20,000	14,0000	280,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/14
 Processo Nº.: 10/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2014

Fornecedor: 6012 - SUPERMERCADO CASTANHEL LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	Banana caturra de primeira qualidade, apresentando grau de maturação tal que permita suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	CASTANHEL	250,000	1,4800	370,00
12	BANHA SUÍNA	KG	PAMPLONA	20,000	4,4200	88,40
13	BATATA DOCE, LAVADA, 1ª QUALIDADE - DEVERÁ APRESENTAR ODOR AGRADÁVEL, CONSISTÊNCIA FIRME, NÃO DEVERÁ APRESENTAR PERFURAÇÕES, MACHUCADOS OU COLORAÇÃO NÃO CARACTERÍSTICA	KG	CASTANHEL	100,000	2,2700	227,00
14	Batata lavada de primeira, tipo inglesa, apresentando grau de maturação tal que permita suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	CASTANHEL	220,000	1,9700	433,40
15	BETERRABA, tipo sem folhas, classificação extra, Tamanho e Coloração: Uniformes, Consumo Imediato e em escala, no decorrer da semana no máximo 5 (cinco) antes do vencimento, Características: Produto selecionado consistente ao toque e isento de partes amassadas ou batidas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA..	KG	CASTANHEL	100,000	1,8800	188,00
20	CARNE BOVINA MOÍDA 2ª QUALIDADE, COM INSPEÇÃO SIE, SIF, SIM PROCEDÊNCIA NA EMBALAGEM COM O MÁXIMO DE 12% DE GORDURA, RESFRIADA, PACOTE 1KG.	KG	FRIBAZ	150,000	8,9800	1.347,00
23	Cebola de primeira, branca, tamanho médio com casca, apresentando grau de maturação tal que permita suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA	KG	CASTANHEL	160,000	1,9400	310,40
24	Cebolinha verde para tempero, em maço, apresentando grau de maturação tal que permita suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	MÇ	CASTANHEL	100,000	1,3800	138,00
29	ESCOVA MULTI USO	UN	CONDOR	12,000	2,2900	27,48
39	Leite líquido integral, homogeneizado, submetido ao processo de ultra pasteurização, esterilizado (UHT), longa vida, contendo marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Ter registro no MA e/ou MS. Embalagens: embalagem cartonada "Longa Vida" (tetra pak) de 1 litro. Primária: U.H.T. (do inglês Ultra High Temperature), hermeticamente fechadas. Secundária: Embalagem de mercado que preserve a integridade e qualidade do produto. A rotulagem deve atender a legislação vigente. Legislação: Portaria no 368 de 04/09/97 - MAA; Portaria no 370 de 04/09/97 - MAA; Resolução RDC no 12 de 02/01/98 - ANVISA/MS; Resolução RDC no 360 de 21/03/01 - ANVISA/MS; Instrução Normativa no 22 de 24/11/05 - MAPA.	LTS	PIA	300,000	2,0600	618,00
40	Linguiça suína tipo calabresa. Embalagem máxima de 500g em PLinguiça suína tipo calabresa. Embalagem máxima de 500g em PVC, transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.	KG	PAMPLONA	80,000	14,8000	1.184,00
42	Maça nacional Gala ou Fuji de primeira qualidade, apresentando grau de maturação tal que permita suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	CASTANHEL	100,000	4,4900	449,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/14
 Processo Nº.: 10/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2014

Fornecedor: 6012 - SUPERMERCADO CASTANHEL LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
45	MAMÃO, tipo formosa, 1ª qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas; tamanho e coloração uniformes; devendo ser bem desenvolvido e maduro; com polpa firme e intacta; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Consumo imediato e em escala, no decorrer da semana no máximo 5 (cinco) dias antes do vencimento, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	CASTANHEL	150,000	2,8900	433,50
46	MANDIOCA DESCASCADA PCTE 1 KG.	KG	POP	100,000	4,1900	419,00
47	MANGA O fruto é oval, alongado arredondado, com casca fina, verde, amarela, roxa ou avermelhada. Polpa suculenta, adocicada, que varia do amarelo-claro ao alaranjado-escuro, fibrosa envolvendo uma grande semente achatada. Frutificação durante o verão.	KG	CASTANHEL	150,000	2,8800	432,00
50	Óleo de soja refinado, de primeira qualidade, 100% natural; Óleo de soja refinado, de primeira qualidade, 100% natural; comestível; extrato refinado, acidez máxima de 0,6 mg KOH/g, isento de gorduras trans. Embalagens: Embalagem em polietileno tereftalato (PET), original do fabricante, de 900ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto. Legislação: Resolução - RDC no 270, de 22 de setembro de 2005.	UN	COAMO	300,000	2,5900	777,00
51	OVOS DE GALINHA, FRESCOS, INSPECIONADOS, EMBALAGEM COM PROCEDENCIA E PRAZO DE VALIDADE, CLASSIFICAÇÃO ESPECIAL.	DZ	SURDI	220,000	4,3300	952,60
52	Pães de trigo e/ ou doce, 50g. Legislação: Resolução - RDC no 263, de 22 de setembro de 2005.	KG	CASTANHEL	360,000	7,9700	2.869,20
53	PALITO DENTAL CX C/ 100	CX	GABOARDI	100,000	0,3500	35,00
56	PEPINO: tipo comum, classificação extra A, Tamanho e Coloração: tipo comum, classificação extra A, Tamanho e Coloração: Uniformes, Consumo Imediato e em escala, no decorrer da semana no máximo 5 (cinco) dias antes do vencimento. Características: Produto selecionado consistente ao toque e isento de partes amassadas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	CASTANHEL	100,000	1,9800	198,00
59	PIMENTÃO VERDE	KG	CASTANHEL	70,000	4,3800	306,60
60	Presunto suíno cozido fatiado, resfriado, de primeira qualidade. Embalagem de 200 a 300g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA, com registro no MA ou MS.	KG	VARP	120,000	24,9000	2.988,00
61	Queijo tipo prato fatiado, de primeira qualidade, resfriado, interfolhado, embalagem de 200g a 300g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA, com registro no MA ou MS.	KG	WAGNER	120,000	23,8000	2.856,00
63	Rucula, em maços, apresentando grau de maturação tal que permita suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	MÇ	CASTANHEL	150,000	2,3800	357,00
73	TEMPERO COMPLETO EMBALAGEM DE 1KG	KG	OLIVEIRA	30,000	5,3900	161,70
74	Tomate extra, tipo salada longa vida de primeira, apresentando grau de maturação tal que permita suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	CASTANHEL	220,000	3,8800	853,60

Fornecedor: 6429 - MERCADO SANANDUVA LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	AGUA MINERAL COM GAS 500 ML	UN	VALE AZUL	360,000	0,8500	306,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/14
 Processo Nº.: 10/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2014

Fornecedor: 6429 - MERCADO SANANDUVA LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
21	Carne bovina, de coxão mole, cortado em bifes, resfriada, de primeira qualidade, sem osso c/ 4% gordura e carimbo SIF, em embalagens com, no máximo, 1 Kg. Embalada em PVC, transparente ou saco plástico transparente e segunda embalagem de papelão, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.	KG	FILIPIN	600,000	18,9800	11.388,00
41	LINGUICINHA	KG	VALLE	160,000	8,9600	1.433,60
68	SAL FINO TEMPERADO EMBALAGEM DE 1 KG	KG	DAJU	35,000	2,2200	77,70
71	Sobrecoxa de frango de primeira qualidade, embalada em PVC (Sobrecoxa de frango de primeira qualidade, embalada em PVC transparente ou saco plástico transparente, em embalagens com, no máximo, 1 Kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.	KG	NAT	200,000	6,7400	1.348,00

Fornecedor: 6461 - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
17	Biscoito salgado, tipo água e sal ou cream craker, crocante, Biscoito salgado, tipo água e sal ou cream craker, crocante, aroma e coloração característicos. Composição opcional: Farinha de trigo, sal refinado, gordura vegetal (livre de gorduras trans), amido de milho. Composição opcional: aditivos permitidos, pela legislação, exceto os corantes artificiais, e outros ingredientes, desde que declarados no rótulo. Deverá ser ISENTA de soja (extrato, farinha desengordurada, proteína concentrada, proteína isolada ou proteína texturizada de soja). Embalagens: Embalagem primária de polietileno, podendo ser metalizado, de 340g; secundária, embalagem de mercado que preserve a integridade e qualidade do produto. Deverá conter identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade e peso líquido. A rotulagem deve atender a legislação vigente. Legislação: Resolução nº 383 de 05/08/99 - ANVISA/MS; Resolução nº 23 de 15/03/00 - ANVISA/MS; Resolução RDC nº 12 de 02/01/01 - ANVISA/MS; Resolução RDC nº 259 de 10/09/02 - ANVISA/MS; Resolução RDC nº 344 de 13/12/02 - ANVISA/MS; Resolução RDC nº 175 de 08/07/03 - ANVISA/MS; Resolução RDC nº 360 de 23/12/03 - ANVISA/MS; e Resolução RDC nº 263 de 22/09/05 - ANVISA/MS.	UN	prodasa	250,000	2,1500	537,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/14
 Processo Nº.: 10/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2014

Fornecedor: 6461 - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
18	<p>Café torrado e moído, tipo Tradicional ou de melhor qualidade, procedente de grãos sãos, limpos e isentos de impurezas, de qualidade tradicional (nota mínima 4,9), constituído de café rábica ou combinado com robusta/conillon, que atenda os requisitos de qualidade global da bebida. Apresentar, por ocasião do pregão, laudos técnicos com validade de no máximo 60 dias, em original ou fotocópia autenticada, emitido por laboratório que deverá estar habilitado pela ANVISA ou com credenciamento junto ao mapa, comprovando os parâmetros constantes na RDC no 175 de 08/07/2003, ANVISA, Portaria no 157 de 24/11/2002, INMETRO, Resolução - RDC no 277, de 22 de setembro de 2005, ANVISA, RDC no 12 de 02/01/2001, ANVISA. Comprovar as seguintes características: sensoriais - aspecto, cor, odor, sabor; físico - químicas - cafeína, umidade e substâncias voláteis a 150oc; microscopia - identificação da composição de elementos histológicos, matéria macroscópica e matéria microscópica; microbiologia coliformes a 45oC. Apresentar, ainda, laudo de qualidade global da bebida, com nota mínima de 4,9. Registrado no Ministério da Saúde e atender a Portaria no 451, de 19 de setembro de 1997, do Ministério da Saúde e a Portaria ANVISA no 377, de 26 de abril de 1999. Dessa forma, deve obedecer à legislação vigente sobre embalagens e rotulagem (Portaria no 42, de 13 de janeiro de 1998, Regulamento Técnico para Rotulagem de Alimentos Embalados e Resolução - RDC no 360, de 23 de dezembro de 2003), Portaria MS no 1.428, de 26/11/93, Estabelece o Regulamento Técnico para Inspeção Sanitária de Alimentos e o Regulamento Técnico para o Estabelecimento de Padrões de Identidade e Qualidade para Produtos na Área de Alimentos, Portaria SVS/MS no 451, de 19 de setembro de 997, Institui Princípios Gerais para o Estabelecimento de Critérios e Padrões Microbiológicos para Alimentos. Embalagens: Além da embalagem a vácuo de alto desempenho, metalizada, tipo "tijolo" (PET/Al ***/ PE ou PET impressão / PET metalizado - alta barreira / PE), de 500g, fechamento hermético e acondicionado ou não em caixa individual de papelão bem vedada (cartão), que por sua vez deverá estar acondicionada em caixa de papelão, com prazo de validade impresso nas embalagens (na caixa de papelão e no pacote individual). A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor. Legislação: Além das supracitadas, a Resolução SAA - 28 de 01 de junho de 2007, Resolução SAA - 30 de 22 de junho de 2007, Resolução SAA - 31 de 22 de junho de 2007 - Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Resolução SAA - 19, de 5 de abril de 2010, Instrução Normativa no 16, de 24 de maio de 2010</p>	UN	jurere	150,000	8,0000	1.200,00
25	DESENGORDURANTE MULTIUSO, 500 ML	UN	zoom	80,000	1,9600	156,80
33	FARINHA DE MILHO EMBALAGEM DE 1KG	KG	zanin	80,000	1,1000	88,00
34	FARINHA DE TRIGO EMBALAGEM DE 1 KG	KG	marx	150,000	1,5500	232,50
35	FOLHA DE PAPEL ALUMINIO 0,45 CM X 7,5 METROS	UN	bompak	36,000	2,5900	93,24
57	PILHA ALCALINA AA CARTELA COM 4	UN	fiat lux	36,000	2,7900	100,44
58	PILHA ALCALINA AAA CARTELA COM 4	UN	fiat lux	50,000	3,1900	159,50
67	SACO PARA LIXO 30 LTS PCTE COM 30	UN	star	100,000	5,0700	507,00
72	<p>Suco em pó, sabores (laranja, limão, abacaxi, uva, morango, Suco em pó, sabores (laranja, limão, abacaxi, uva, morango, caju e maracujá), já adoçado, rendimento de 1 Litro, preparado sólido artificial para refresco de diversos sabores. Devem estar isentos de matéria terrosa, parasitas, fungos insetos, bem como livres de umidade. Embalagem: Embalagem de polietileno atóxico, resistentes, com peso líquido de 30 ou 35 gramas, com rendimento de 1 Litro. Legislação: Resolução - RDC no 39, de 21 de março de 2001.</p>	UN	leo	1.400,000	0,4000	560,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/14
 Processo Nº.: 10/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2014

Fornecedor: 6461 - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
76	Vinagre de álcool, líquido límpido, cor, cheiro e sabor próprio. Vinagre de álcool, líquido límpido, cor, cheiro e sabor próprio, isento de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem: Embalagem em PVC (polidloreto de vinila) ou polietileno tereftalado (pet), atóxico, com 900ml.	UN	koller	60,000	1,0800	64,80

Fornecedor: 6462 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	ALCOOL ETÍLICO HIDRATADO LITRO 92,8 INPM	UN	2610 FLOP'S	150,000	3,3500	502,50
10	BALDE PLÁSTICO CAPACIDADE 13,5 LITROS	UN	1461 ARQPLA	36,000	4,9500	178,20
26	DESINFETANTE LÍQUIDO EMBALAGEM 2 LITROS, ACONDICIONADO EM CAIXA CONTENDO 6 UNIDADES	UN	3136 FLEX	350,000	2,5000	875,00
44	MAIONESE SACHÊ EMBALAGEM DE 472 GRAMAS	UN	2016 SOYA	100,000	2,5000	250,00
54	PANO MULTIUSO PCTE C/3.	PCT	1302 FACILLE	100,000	4,4500	445,00
62	RODO DE BORRACHA, 39 CM, CABO DE MADEIRA PLASTIFICADO MEDINDO APROXIMADAMENTE 120CM	UN	1245 DESAFI	36,000	4,8500	174,60
65	SACO PARA LIMPEZA (BOLSA 100%ALGODÃO)	UN	3580 MARTIN	120,000	2,4500	294,00
66	SACO PARA LIXO 100 LTRS PCTE COM 15.	UN	1788 OESTE	100,000	5,9600	596,00

Fornecedor: 6463 - CAPINZAL CENTER LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Achocolatado em pó obtido pela mistura de: cacau em pó solúvel, açúcar refinado, extrato de malte e/ou maltodextrina, podendo conter sal, leite em pó e/ou soro de leite, vitaminas e minerais, além de outras substâncias alimentícias aprovadas que caracterizem o produto, as quais devem ser mencionadas. O produto deverá estar isento de soja e derivados, exceto lecitina de soja, e de farinhas e/ou espessantes na sua formulação. Não deverá conter corantes e conservadores. Embalagens: primária - rígida (plástico ou lata), de 400g. A embalagem primária do produto deverá ser lata de folha de flandres membranizadas e gasificadas, vedadas hermeticamente OU potes em plástico atóxico, resistente, vedados hermeticamente, com capacidade para 400 (quatrocentos) gramas. Além da vedação hermética, a embalagem primária deverá possuir sobre-tampa de encaixe na borda da lata/pote, de polietileno linear de média densidade, natural, atóxico, inodoro, próprio para entrar em contato direto com o alimento. A sobre-tampa não deverá apresentar rebarbas, sujidades, manchas ou falhas de injeção, e não poderá estar deformada por ação mecânica de forma que comprometa a vedação adequada da lata/pote. A embalagem secundária do produto deverá ser caixa de papelão reforçado, que resista às condições rotineiras de manipulação, transporte e armazenamento, com as abas superiores e inferiores lacradas com fita adesiva plastificada, identificada com o nome da empresa, com capacidade para 12 (doze) quilos. Para o peso líquido do produto, serão observados os critérios de tolerância constantes na Portaria do INMETRO no 74, de 25/05/95. Será considerada imprópria e será recusada, a embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração, ou que não permita o perfeito armazenamento do mesmo. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente (Resolução RDC n.º 259/02, ANVISA/MS, Resolução RDC n.º 360, de 23/12/03, ANVISA/MS, Portaria n.º 31 de 13/01/98, SVS/MS e Lei Federal no 8.078, de 11/09/90 - Código de Defesa do Consumidor). Legislação: de acordo com a legislação vigente, em especial, a Resolução RDC no 12, de 02/01/01, ANVISA/MS, Resolução - RDC no 175 de 08/07/03, ANVISA/MS, Resolução no 387 de 05/08/99, ANVISA/MS, Resolução RDC no 259/02, ANVISA/MS, Resolução RDC no 360, de 23/12/03, ANVISA/MS e Resolução 12/78 da CNNPA.	UN	SHOWC/	100,000	2,2900	229,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/14
 Processo Nº.: 10/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2014

Fornecedor: 6463 - CAPINZAL CENTER LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	Açúcar branco refinado, de primeira, branco, especial peneirado, isento de fermentações, matéria terrosas, parasitas e detritos animais e vegetais. Embalagens: primária - polietileno ou polietileno de baixa densidade, atóxica, original do fabricante, de 1 kg; secundária, caixa de papelão ou tipo fardo. Legislação: Resolução - RDC no 271, de 22 de setembro de 2005. OBS.: não vale prazo de validade da safra e, sim, o do produto, a contar da data de sua fabricação	KG	DUÇULA	400,000	1,7300	692,00
5	AGUA MINERAL SEM GAS 500 ML	UN	PURIS	360,000	0,7900	284,40
6	AGUA SANITÁRIA DE USO GERAL, EMBALAGEM COM 01 LITRO, TEOR MÍNIMO DE CLORO ATIVO DE 2,0-2,5% P/P. ROTULAGEM CONTENDO NOME E/OU MARCA, COMPOSIÇÃO, DATA DE VALIDADE, LOTE, TEOR DE CLORO ATIVO E REGISTRO NA ANVISA. EMBALAGEM BEM VEDADA, COM FECHAMENTO QUE IMPEÇA VAZAMENTOS.	UN	ATIVO	150,000	1,1900	178,50
9	Bacon de primeira qualidade, com fina capa de gordura, em embalagem máxima de 300g, de PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.	KG	PAMPLONAZ	50,000	16,9900	849,50
16	Biscoito doce, tipo leite ou maisena: Composição obrigatória: Biscoito doce, tipo leite ou maisena: Composição obrigatória: Farinha de trigo, sal refinado, gordura vegetal (livre de gorduras trans), amido de milho, açúcar. Composição opcional: Leite (ou soro), aditivos permitidos, pela legislação, exceto os corantes artificiais, e outros ingredientes, desde que declarados no rótulo. Deverá ser ISENTA de soja (extrato, farinha desengordurada, proteína concentrada, proteína isolada ou proteína texturizada de soja). Instrução: Permitido que o biscoito seja do tipo amanteigado. Embalagens: Dupla embalagem primária de polietileno, podendo ser metalizado, de 340g; secundária, embalagem de mercado que preserve a integridade e qualidade do produto. Deverá conter identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade e peso líquido. Legislação: Resolução nº 383 de 05/08/99 - ANVISA/MS; Resolução nº 23 de 15/03/00 - ANVISA/MS; Resolução RDC nº 12 de 02/01/01 - ANVISA/MS; Resolução RDC nº 259 de 10/09/02 - ANVISA/MS; Resolução RDC nº 344 de 13/12/02 - ANVISA/MS; Resolução RDC nº 175 de 08/07/03 - ANVISA/MS; Resolução RDC nº 360 de 23/12/03 - ANVISA/MS; e Resolução RDC nº 263 de 22/09/05 - ANVISA/MS.	UN	DIANA	250,000	2,1700	542,50
19	CALDO DE GALINHA 114 GRAMAS CAIXA COM 12 CUBOS	UN	APTI	60,000	1,4900	89,40
27	DETERGENTE LÍQUIDO PARA LOUÇA, ANTIBACTERIANO. FRASCO DE 500 ML, COM TAMPÃO PUSH POOL; ROTULO CONTENDO NOME E/OU MARCA, COMPOSIÇÃO, DATA DE VALIDADE, LOTE E REGISTRO NA ANVISA. AROMA NEUTRO	UN	NATURATTE	300,000	0,9700	291,00
28	EMBALAGEM PLÁSTICA PARA ALIMENTOS 03 KG PCTE COM 100	UN	ROYALPACI	60,000	3,8900	233,40
30	ESPONJA DE AÇO 60 GR PCTE COM 8	UN	RELUX	50,000	1,0500	52,50
31	ESPONJA MULTI USO PCTE COM 3	UN	BRILHUS	70,000	1,2900	90,30
32	Extrato de tomate, de 1ª qualidade, concentrado puro (à base de tomate, sal e aditivos permitidos pela legislação vigente), cor vermelho, cheiro e sabor característico, isento de peles e sementes. Embalagens: embalagem cartonada "Longa Vida" (Tetra Pak), lata ou sachet de 340g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação e validade, quantidade do produto. Legislação: Resolução - RDC no 272, de 22 de setembro de 2005.	UN	BONARE	150,000	1,1400	171,00
36	FÓSFORO PALITO GRANDE CX 240	CX	GABOARDI	12,000	1,9600	23,52

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Página: 8/14
 Processo Nº.: 10/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2014

Fornecedor: 6463 - CAPINZAL CENTER LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
37	Gelatina em pó: Gelatina em pó, açúcar e aromatizantes, nos sabores abacaxi, morango, limão, uva, framboesa, cereja, tutti frutti, pêssego e maracujá. OPCIONAL - Aditivos permitidos pela legislação, assim como corantes nos sabores específicos, e outros ingredientes que não descaracterizem o produto, que deverão ser declarados no rótulo. Deve ser evitada a utilização do corante artificial amarelo tartrazina (INS 102), vermelho bordeau. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Embalagem: Primária: pacotes de polietileno, íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo, de 35g. Secundária: Embalagem de mercado que preserve a integridade e qualidade do produto. A rotulagem deve atender a legislação vigente. Legislação: Resolução RDC nº 388 de 05/08/99 - ANVISA/MS; Resolução RDC nº 23 de 15/03/00 - ANVISA/MS; Resolução RDC nº 12 de 02/01/01 - ANVISA/MS; Resolução RDC nº 175 de 08/07/03 ANVISA/MS; Resolução RDC nº 360 de 23/12/03 ANVISA/MS.	UN	TOFANO	360,000	0,5100	183,60
38	GUARDANAPOS 20X23 PCTE C/ 50	PCT	PEROLA	200,000	0,5900	118,00
43	Macarrão tipo espaguete ou talharim com ovos, de 1ª qualidade, intacto e hermeticamente vedado, na porção de 80g aproximadamente, de 62g de carboidratos, 8,8g de proteínas e 0,8g de lipídios. Ingredientes: farinha de trigo comum enriquecida com ferro e ácido fólico, sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corantes naturais cúrcuma e urucum. contém glúten. as massas ao serem postas na água não devem turvar antes da cocção, não podem estar fermentadas ou rançosas. Devem estar isentas sujidades, parasitas, admitindo umidade máxima 13%. Embalagens: embalagem de polietileno transparente, atóxica de 500g, devendo conter a data de fabricação e validade. Legislação: Resolução - RDC no 263, de 22 de setembro de 2005 e Resolução RDC 12/01.	UN	OGLIARI	200,000	1,3900	278,00
48	Margarina cremosa com sal, de primeira qualidade, com no mínimo 80% de lipídios, isenta de gorduras trans. A apresentação, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares aos mesmos e deverão estar isentos de ranço e outras características indesejáveis. Embalagens: potes de polipropileno atóxico resistente, original do fabricante, apresentando vedação adequada, com 500g. Deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação e validade. Legislação: Resolução - RDC no 270, de 22 de setembro de 2005, Resolução - RDC no 360, de 23 de dezembro de 2003.	UN	COAMO	80,000	2,8100	224,80
49	MILHO VERDE/ERVILHA EM CONSERVA. GRÃO INTEIRO SEM DEFEITOS, IMERSO EM LÍQUIDO, COM TEXTURA APROPRIADA, ISENTA DE SUJIDADES E MISTURAS DE OUTRA VARIEDADE, CONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 280gr	UN	GOIAS	200,000	0,9800	196,00
55	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA, BRANCO, MACIO, NEUTRO, PICOTADO PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA, BRANCO, MACIO, NEUTRO, PICOTADO, HOMOGÊNEO E DE ALTA ABSORÇÃO. NÃO PODERÁ ESFARELAR DURANTE O USO, NÃO PODERÁ APRESENTAR ODORES DESAGRADÁVEIS (NÃO CARACTERÍSTICO), CORTE IMPERFEITO OU ENRUGAMENTO COM DOBRAS. DEVERÁ AINDA, SER ENROLADO DE MANEIRA UNIFORME EM UM TUBO DE PAPELÃO, APRESENTANDO CORTE LATERAL SEM REBARBAS. ROLO COM 30MX10CM, EMBALAGEM COM 4 UNIDADES E ACONDICIONADOS EM FARDO COM 64 ROLOS.	UN	BOB	150,000	2,7700	415,50
64	SABÃO ALVEJANTE EM PÓ, CONCENTRADO, PARA REMOÇÃO DE MANCHAS EM ROUPAS DE ALGODÃO/ POLIÉSTER, COMPOSTO DE CLORO, NA COR AZUL, ACONDICIONADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, PERFUMADO, EMBALAGEM COM 1 KG, COM REGISTRO/NOTIFICAÇÃO DA ANVISA.	UN	G.SOL	150,000	3,8900	583,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Página: 9/14
 Processo Nº.: 10/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2014

Fornecedor: 6463 - CAPINZAL CENTER LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
69	Sal refinado, iodado ou iodetado, para consumo doméstico, coSal refinado, iodado ou iodetado, para consumo doméstico, com granulação uniforme e com cristais brancos, isento de impurezas e umidade, com no mínimo 98,5% de cloreto de sódio e com dosagem de sais iodo de no mínimo 10 mg e no máximo 15 mg de iodo por quilo de acordo com a legislação federal especificada, acondicionado em saco plástico, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo. Com registro no Ministério da Agricultura ou Ministério da Saúde. Embalagens: plástico de polietileno, transparente original do fabricante, de 1 kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto, número de registro. Legislação: Resolução - RDC no 130, de 26 de maio de 2003, Decreto no 75.697, de 6 de maio de 1975, Resolução - RDC no 28, de 28 de março de 2000 e Lei no 6.150, de 3 de dezembro de 1974.	KG	ZIZO	35,000	0,9300	32,55
70	SAPONÁCEO LÍQUIDO, EMBALAGEM COM 300 ML. ROTULAGEM CONTENDO NOME E/OU MARCA, COMPOSIÇÃO, DATA DE VALIDADE E LOTE E REGISTRO NA ANVISA	UN	CLASS	80,000	1,9900	159,20
75	VASSOURA DE NYLON	UN	GUIRADO	50,000	3,9900	199,50

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Página: 10/14
Processo Nº.: 10/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2014

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS**

Página: 11/14
Processo Nº.: 10/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2014

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Página: 12/14
Processo Nº.: 10/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2014

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Página: 13/14
Processo Nº.: 10/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2014

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Página: 14/14
Processo Nº.: 10/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2014

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 18 de Novembro de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Empresas Participantes:

AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ: 05.919.156/0001-94

CAPINZAL CENTER LTDA

CNPJ: 07.383.088/0001-17

MERCADO SANANDUVA LTDA ME

CNPJ: 03.005.106/0001-76

NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ: 07.814.016/0001-87

SUPERMERCADO CASTANHEL LTDA

CNPJ: 82.699.067/0001-20

CÂMARA MUNICIPAL**RELATÓRIO FINAL CPI Nº 01/2014**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO Nº. 01/2014

A COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO Nº. 01/2014, destinada à apuração de supostas práticas de crimes de corrupção praticado por servidor público na Secretaria de Assistência Social e Habitação de Campos Novos/SC, apresenta o RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO, em conformidade com a legislação vigente:

I - RELATÓRIO

Através da Resolução da Mesa Diretora nº. 01/2014 foi instituída a Comissão Parlamentar de Inquérito nº. 01/2014, com o objetivo de apurar supostas práticas de crimes de corrupção praticados por servidor público na Secretaria de Assistência Social e Habitação de nosso Município, bem como, irregularidades na compra de materiais de construção, e na aplicação em projeto social de reforma de residências.

Ainda, de acordo com a Resolução acima mencionada foram nomeados os vereadores Dirceu José Kaiper, Irineu Armando Osório Junior, José Tadeu Guzatti, Nelson Carafa e Ricardo Damásio como membros integrantes da referida Comissão Parlamentar de Inquérito.

Segundo, ainda o disposto no § 3º da Resolução o prazo para conclusão dos trabalhos era de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da publicação da mesma, sendo que realizou a primeira reunião em 21 de maio de 2014.

Em seguida, foi apresentado o Relatório Preliminar por este Relator, tendo a Comissão aprovado o mesmo por unanimidade, em reunião realizada em 30 de maio de 2014.

A Comissão Parlamentar de Inquérito devidamente constituída seguiu os trâmites legais, sendo que após o prazo inicialmente concedido houve a prorrogação do mesmo para mais 60 (sessenta) dias, o que foi aprovado no dia 10 de setembro de 2014.

No decorrer da instrução dos trabalhos realizados pela Comissão Parlamentar de Inquérito foram ouvidas inúmeras testemunhas, sendo: Roseli Rodrigues Paz (folhas 200); Sonia Gomes (folhas 201); Alessandra de Fátima dos Santos (folhas 202); América Rodrigues Alves (folhas 203); Daniel de Agostinho Carvalho (folhas 198); João Telles da Silva (folhas 197); Rosalina Rodrigues de Almeida (folhas 196); Luiz Padilha (folhas 52, 53);

Segundo os depoimentos colhidos dessas testemunhas acima arroladas nada se obteve que pudesse caracterizar qualquer irregularidade no desempenho das atividades inerentes a Secretaria de Bem Estar Social - Setor de Habitação.

Além dos depoimentos de pessoas beneficiadas com materiais cedidos pela Secretaria de Bem Estar Social - Setor de Habitação, também foram ouvidos dois funcionários da própria secretaria sendo: Ivonete Sernajoto Trombeta (folhas 49 - 50 - 51) e Rudimar Leonir Pereira (folhas 47 - 48).

A par disto foram acostados vários documentos pela Secretaria de Assistência Social - Setor de Habitação que confirmam a entrega de materiais disponibilizados para várias pessoas carentes do município. Foram acostados também inúmeras notas fiscais de entregas de materiais à pessoas carentes com os respectivos estudos socioeconômicos, elaborados pela Secretaria de Assistência Social Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família.

É importante salientar que, além dos depoimentos prestados e

dos documentos acostados os membros integrantes da Comissão Parlamentar, realizaram visitas in loco, onde estiveram em várias residências de beneficiados com recursos do setor habitacional, e puderam constatar que nenhuma irregularidade houve.

II - CONCLUSÃO

Concluindo, após o término dos trabalhos os senhores vereadores, integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito chegaram à conclusão de que, por tudo que foi investigado e depois do incansável trabalho realizado para apurar os fatos que determinaram a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito, que diante dos elementos colhidos em toda sua fase, não se pode afirmar que houve qualquer ato ilícito praticado por quem quer que seja, razão pela qual entendemos que o processo referente a esta Comissão Parlamentar de Inquérito deve ser arquivado, em face da total falta de provas que possam ser atribuídas a servidores da Secretaria Municipal de Bem Estar Social - Setor de Habitação.

Diante do exposto, pelas razões acima e tendo em vista o término do prazo legal dos trabalhos desta Comissão, proponho que a Comissão Parlamentar de Inquérito seja extinta.

Assim, acolhemos o Parecer Final do Relator, extinguindo a presente Comissão Parlamentar de Inquérito, pelas razões apresentadas.

É o Parecer Final.

Campos Novos/SC 13/11/2014.

NELSON CARAFA

PRESIDENTE DA CPI Nº. 01/2014

JOSÉ TADEU GUZATTI

Relator da CPI Nº. 01/2014

DIRCEU JOSÉ KAIPER

MEMBRO da CPI Nº. 01/2014

IRINEU ARMANDO OSÓRIO JUNIOR

MEMBRO da CPI Nº. 01/2014

RICARDO DAMÁSIO

MEMBRO da CPI Nº. 01/2014

MOÇÃO Nº 81/2014

MOÇÃO Nº 81/2014

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo de Campos Novos SC, vem por meio de seus representantes legais, manifestar integral e irrestrita parabenização ao...

"CORAL DA FUNDAÇÃO CULTURAL CID CAESAR DE ALMEIDA PEDROSO E AO REGENTE MAESTRO SIMÃO ELIAS WOLFF"

A pedido do Vereador Antonio Rosa, vimos através desta parabenizá-los pela belíssima apresentação do Coral da Fundação Cultural,

realizada durante a missa na Igreja São João Batista, na tarde do dia 09 de novembro de 2014, no encerramento da 2ª edição do FLICAM.

Destacamos que foi uma linda apresentação onde todos os presentes se emocionaram.

Parabéns! Vocês realmente merecem e fazem a diferença para nós camponovenses.

Outrossim, desejamos sucesso a todos os membros integrantes do Coral e ao regente Simão Elias Wolf.

Sala das Sessões, em 11/11/2014.

Antônio Rosa

2º Secretário

Maurílio Castro Campagnoni
Presidente da mesa e.e.

MOÇÃO Nº 82/2014

MOÇÃO Nº 82/2014

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos homenageado a seguinte...

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo de Campos Novos SC, vem por meio de seus representantes legais, manifestar integral e irrestrita parabenização a...

"APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS"

A pedido do Vereador Antonio Rosa, vimos através desta parabenizar a APAE - Associação de Pais e Amigos Excepcionais, em nome do Senhor Luiz Augusto de Souza pela belíssima apresentação, realizada durante a missa na Igreja São João Batista, na tarde do dia 09 de novembro de 2014, no encerramento da 2ª edição do FLICAM. Destacamos que foi uma linda apresentação onde todos os presentes se emocionaram com a interpretação da música "AMIGO" de Roberto Carlos. Parabéns!

Outrossim, desejamos sucesso a todos os membros da APAE e em especial ao Senhor Luiz Augusto de Souza.

Sala das Sessões, em 11/11/2014.

Antônio Rosa

2º Secretário

Maurílio Castro Campagnoni (Cássio)
Presidente da Mesa e.e.

MOÇÃO Nº 83/2014

MOÇÃO Nº 83/2014

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo de Campos Novos SC, vem por meio de seus representantes legais, manifestar integral e irrestrita parabenização ao Senhor...

"JOCIL PEDRO PEREIRA"

A pedido do vereador Antônio Rosa, vimos através desta parabenizar-lo, pela iniciativa em fazer uma Moção de Apoio destinada a presidência do INSS manifestando a reforma emergencial da unidade, no mês em que assumiu como vereador interino no ano de 2013.

Consideramos que sua iniciativa, juntamente com o requerimento assinado por todos os sindicatos de Campos Novos, colaboraram para que esta reforma hoje esteja saindo do papel. Esta reforma estará dando acessibilidade e melhores condições para os segurados e servidores.

É muito bom podermos contar com pessoas assim como você, batalhador e dedicado as questões sociais. Agradecemos e parabenizamos em nome dos cidadãos camponovenses pela competência e seriedade com a qual sempre conduziu seus trabalhos.

Assim sendo, reiteramos nossas congratulações e desejamos sucesso na continuidade de seus trabalhos.

Sala das Sessões, em 11/11/2014.

Antônio Rosa

2º Secretário

Maurílio Castro Campagnoni (Cássio)
Presidente da Mesa e.e.

MOÇÃO Nº 84/2014

MOÇÃO Nº 84/2014

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

"MOÇÃO DE AGRADECIMENTO"

O Poder Legislativo de Campos Novos-SC, por meio de seus representantes Legais, manifestam integral e irrestrito agradecimento ao....

"ENGENHEIRO VISSILAR PRETTO"- SUPERINTENDENTE DO DNIT EM SC"

A pedido do Vereador Irineu Armando Osório Júnior "Piratuba", viemos através desta, agradecer pelo empenho e comprometimento em realizar a "OBRA DE REVITALIZAÇÃO DA BR 470" à qual teve início na última quarta feira dia 05 de novembro. Obra esta tão necessária e esperada por toda a Sociedade Camponovense.

É com grande satisfação que agradecemos seu esforço, pois, sabemos que toda nossa cidade e regiões vizinhas serão amplamente beneficiadas, sem contar que muitas vidas serão poupadas.

Aproveitamos o ensejo para reiteramos nossos votos de estima e consideração e desejarmos sucesso no decorrer de sua carreira.

Sala das Sessões, em 11/11/2014.
Irineu Armando Osório Junior
Vereador PSDB

Maurílio Castro Campagnoni (Cássio)
Presidente da Mesa e.e.

Canoinhas

PREFEITURA

ERRATA DA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO REALIZADA ÀS 11H00MIN DO DIA 14 (QUATORZE) DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ERRATA DA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO REALIZADA ÀS 11H00MIN DO DIA 14 (QUATORZE) DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2014.

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público que na ata da reunião da comissão de licitação realizada às 11h00min do dia 14 (quatorze) do mês de novembro de 2014, publicada neste vínculo dia 17/11/2014, onde LIA-SE: ATA DA REUNIÃO RELATIVA A ABERTURA DAS PROPOSTAS DAS EMPRESAS HABILITADAS NO PROCESSO N.º PMC 178/2014, TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 22/2014, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MENINO JESUS NA LOCALIDADE DA FARTURA, NESTA CIDADE DE CANOINHAS, LEIA-SE: ATA DA REUNIÃO RELATIVA A ABERTURA DAS PROPOSTAS DAS EMPRESAS HABILITADAS NO PROCESSO N.º PMC 176/2014, TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 21/2014, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A AMPLIAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR REINALDO KRUGER, LOCALIZADO NA RUA OTTO KOHLER, Nº 662, BAIRRO INDUSTRIAL I, NESTA CIDADE DE CANOINHAS.

PAULO CESAR SAFANELLI

Presidente da Comissão de Licitação

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 125/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 188/14

HOMOLOGAÇÃO: 17/11/14

CONTRATADO: STANG & STANG LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE GASOLINA COMUM ABASTECIDA NOS VEÍCULOS DA PREFEITURA E FUNDOS MUNICIPAIS DE CANOINHAS, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 289.000,00 (duzentos e oitenta e nove mil reais)

DATA: 18/11/14

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMAS 13/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/14

HOMOLOGAÇÃO: 17/11/14

CONTRATADO: JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS ELETRODOMÉSTICOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO, DESTINADOS A CASA DE PASSAGEM NOVA CANAÃ, LAR DO IDOSO E CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.180,00 (três mil cento e oitenta reais)
DATA: 18/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/14

HOMOLOGAÇÃO: 17/11/14

CONTRATADO: JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS ELETRODOMÉSTICOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO, DESTINADOS A CASA DE PASSAGEM NOVA CANAÃ, LAR DO IDOSO E CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.180,00 (quatro mil cento e oitenta reais) DATA: 18/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/14

HOMOLOGAÇÃO: 17/11/14

CONTRATADO: COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS ELETRODOMÉSTICOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO, DESTINADOS A CASA DE PASSAGEM NOVA CANAÃ, LAR DO IDOSO E CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.720,00 (nove mil setecentos e vinte reais)

DATA: 18/11/14

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2014

TOMADA DE PREÇO Nº 13/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/14

HOMOLOGAÇÃO: 18/11/14

CONTRATADO: EXITO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DE QUADRA POLIESPORTIVA COM ÁREA DE 772,40M², NA ESCOLA MUNICIPAL ALBERTO WARDENSKI - DISTRITO DO SALTO

D'ÁGUA VERDE, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 228.936,00 (duzentos e vinte e oito mil novecentos e trinta e seis reais)

DATA: 18/11/14

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 132/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 194/14

HOMOLOGAÇÃO: 18/11/14

CONTRATADO: MINDLAB DO BRASIL COMÉRCIO DE LIVROS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE KITS DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS, JOGOS EDUCATIVOS, DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E FINAIS).
VALOR DA DESPESA: R\$ 652.528,00 (seiscentos e cinquenta e dois mil quinhentos e vinte e oito reais)

DATA: 18/11/14

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº FMAS 01/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo n.º FMAS 18/2014

Inexigibilidade de Licitação n.º FMAS 01/2014

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob. n.º 11.45.05/0001-25, com sede na cidade de Canoinhas, sito à rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, Comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação. Artigo 25, CAPUT, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Vencedora: Lucia Rosani Mezzomo.

Contratada: Locação de Imóvel para Casa de Acolhimento Santa Clara.

Valor total: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 127/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Processo / Ano:	190/2014	Processo Administrativo:	
Licitação.....:	127/2014 - PR	Total dos Itens Vencedores:	41.960,00
Modalidade....:	PREGÃO PRESENCIAL		
Objeto.....:	AQUISIÇÃO DE 20 (VINTE) REFRIGERADORES DOMÉSTICOS, DESTINADOS AS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.		

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 44361	- REFRIGERADOR - Unidade: UN						
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	CONTINENTAL	20,000	0,0000	2,098,0000	41.960,00	Venceu	1 *****
12355	MASTER AUCTION TRANS E COM DE ELETRO-ELETRONICOS	CONSUL	20,000	0,0000	2,100,0000	42.000,00	Perdeu	2
16379	Licimaster Comércio de Equipamentos LTDA EIRELI-ME	CONSUL	20,000	0,0000	2,211,4500	44.229,00	Perdeu	3
12942	SUPERAR LTDA. ME	CONSUL	20,000	0,0000	2,400,0000	48.000,00	Desclassif.	0
16175	M. H. PERELLES - ME	ELETROLUX/DF51	20,000	0,0000	2,400,0000	48.000,00	Desclassif.	0
12287	TODT COMERCIAL LTDA EPP	CONTINENTAL	20,000	0,0000	2,450,0000	49.000,00	Desclassif.	0
16335	BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA - ME	CONTINENTAL	20,000	0,0000	2,500,0000	50.000,00	Desclassif.	0
16410	ANDREIA LORENZI	CONSUL	20,000	0,0000	2,500,0000	50.000,00	Desclassif.	0

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI - Pregoeiro(a)		
MARCIANO FERNANDES CORREA - SUPLENTE		
PAULO CESAR SAFANELLI - PREGOEIRO		
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO		
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - EQUIPE DE APOIO		
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - 28.754/SC		
VANESSA LANGER - CRC/SC 028524/O-0		

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMAS 14/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/2

Processo / Ano: 17/2014		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores: 4.790,00					
Licitação.....: 14/2014 - PR									
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL									
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE 76 (SETENTA E SEIS) CAIXAS PLÁSTICAS VAZADAS, 19 (DEZENOVE) ESTRADOS DE PLÁSTICO E 11.000 (ONZE MIL) SACOLAS PLÁSTICAS RECICLADAS DESTINADOS AO CRAS, CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA E PETI.									
Item.....: 1 - 311042312 - CAIXA PLÁSTICA VAZADA 46 LITROS, TAM 36X55,5X31, COR BRANCA - Unidade: UN									
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		76,000	0,0000	30,2151	2.296,35	Venceu	1	****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		76,000	0,0000	31,6713	2.407,02	Perdeu	2	
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		76,000	0,0000	38,0000	2.888,00	Inabilitado	0	
Item.....: 2 - 311042313 - ESTRADO DE PLASTICO TAMANHO 95 X 75 X 8 - Unidade: UN									
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		19,000	0,0000	83,0765	1.578,45	Venceu	1	****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		19,000	0,0000	75,4043	1.432,68	Perdeu	2	
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		19,000	0,0000	26,0000	494,00	Inabilitado	0	
Item.....: 3 - 311042314 - SACOLA PLASTICA RECICLADA 40 X 50 - Unidade: UN									
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		11,000,000	0,0000	0,0832	915,20	Venceu	1	****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		11,000,000	0,0000	0,0873	960,30	Perdeu	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/2

4.790,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 17/2014

Licitação.....: 14/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE 76 (SETENTA E SEIS) CAIXAS PLÁSTICAS VAZADAS, 19 (DEZENOVE) ESTRADOS DE PLÁSTICO E 11.000 (ONZE MIL) SACOLAS PLÁSTICAS RECICLADAS DESTINADOS AO CRAS, CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA E PETI.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 3 - 311042314 - SACOLA PLASTICA RECICLADA 40 X 50 - Unidade: UN

16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		11.000.000	0,0000	0,1000	1.100,00	Inabilitado	0
-------	---------------------------	--	------------	--------	--------	----------	-------------	---

Candoinhas, Em/...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA - EQUIPE DE APOIO
PAULO CESAR SAFANELLI - PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - SUPLENTE PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - 28.754/SC
TAYNÁ MACHADO - CRC/SC 037083/P-8

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 27/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/2

Processo / Ano: 43/2014		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores: 25.999,00				
Licitação.....: 27/2014 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS(S) ESPECIALIZADA(S) PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS, NO VEÍCULO AMBULÂNCIA DUCATO PLACA MAP 5204 E NO VEÍCULO RENAULT MASTER BUS PLACA MMD 9874.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 42610 - PEÇAS PARA AMBULÂNCIA FIAT DUCATO, PLACAS MAP 5204 - Unidade: C.J								
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA		1,000	0,0000	11.413,5739	11.413,57	Venceu	1 *****
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	11.496,2869	11.496,29	Perdeu	2
Item.....: 2 - 40263 - MAO DE OBRA MECÂNICA AMBULÂNCIA FIAT DUCATO, PLAC MAP 5204 - Unidade: C.J								
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA		1,000	0,0000	2.385,4261	2.385,43	Venceu	1 *****
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	2.402,7131	2.402,71	Perdeu	2
Item.....: 3 - 311042486 - PEÇAS PARA VEICULO RENAULT MASTER BUS, PLACAS MMD 9874 - Unidade: C.J								
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	10.228,7028	10.228,70	Venceu	1 *****
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA		1,000	0,0000	10.273,8600	10.273,86	Perdeu	2
Item.....: 4 - 311042487 - MAO DE OBRA MECÂNICA VEICULO RENAULT MASTER BU PLAC MMD 9874 - Unidade: C.J								
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	1.971,2972	1.971,30	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 43/2014

Licitação.....: 27/2014 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS, NO VEÍCULO AMBULÂNCIA DUCATO PLACA MAP 5204 E NO VEÍCULO RENAULT MASTER BUS PLACA MMD 9874.

Processo Administrativo: 25.999.00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 4	-	311042487	-	MAO DE OBRA MECÂNICA VEICULO RENAULT MASTER BU PLAC MMD 9874	-	Unidade: CJ		
6028		AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA	1,000	0,0000	1.980,0000	1.980,00	Perdeu	2

Candoinhas, Em/...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - - Pregoeiro(a)

MARCIANO FERNANDES CORREA - - SUPLENTE

ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHECK - - EQUIPE DE APOIO

CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE

DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - - 28.754/SC

JOSE CARLOS HERBST - - CRC/SC 031639/O-0

Capinzal**SIMAE****PORTARIA N º 44/2014/SIMAE-CAO**

PORTARIA Nº 044/2014/SIMAE-CAO, de 14 de novembro de 2014.
Designa Comissão para recebimento de objeto de Licitação.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

Designar os servidores Ademair de Giacometti, Cristina da Silva, Dionísio Alzir Rosset e Edson Raul Masson, para comporem a Comissão de Recebimento dos objetos dos Processos Licitatórios nº CAO/0308/2014 - Pregão Presencial nº CAO/27/2014 (Painel de Comando) e CAO/0310/2014 - Pregão Presencial nº CAO/28/2014 (Mudança Elétrica da Casa de Bombas CB-09).

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor Geral

Caxambu do Sul**PREFEITURA****DECRETO 162/2014**

DECRETO N. 162/2014

"DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e, de conformidade com o Art. 71, IV da Lei Orgânica Municipal, artigo 4º, da Lei nº 1.296/2013, c/c o Ofício Câmara n. 155/2014, de 03 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Contadoria Geral do Município autorizada a proceder suplementação de Dotação no Orçamento Geral do Município de 2014, no valor de R\$ 830,13 (Oitocentos e trinta reais e treze centavos), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Entidade: 02 - CÂMARA MUNICIPAL

Órgão: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unid. Orçamentária: 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Função: 01 - Legislativa

Sub-função: 031 - Ação Legislativa

Programa: 0001 - Processo Legislativo

Atividade: 2001 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal de Vereadores

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.00 - Aplicações Diretas/Recursos Ordinários

Valor:R\$ 830,13 (Oitocentos e trinta reais e treze centavos)

Art. 2º - Como contrapartida das suplementações de que trata o art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação de dotação orçamentária conforme segue:

Órgão: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unid. Orçamentária: 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Função: 01 - Legislativa

Sub-função: 031 - Ação Legislativa

Programa: 0001 - Processo Legislativo

Atividade: 2001 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal de Vereadores

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.00 - Aplicações Diretas/Recursos Ordinários

Valor:R\$ 830,13 (Oitocentos e trinta reais e treze centavos)

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul-SC, 18 de novembro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Certifico que este Decreto
foi publicado na data supra

EXTRATO CONTRATO 15/2014 - FMS

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 15/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL

Contratada...: JAIME ANTÔNIO SMANIOTTO ME.

Objeto.....: FORNECIMENTO DE PRÓTESES VISUAIS PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA E A MUNICÍPIOS QUE SE ENQUADREM NOS CRITÉRIOS DA LEI QUE DISPÕE SOBRE OS AUXÍLIOS CIRCUNSTÂNCIAIS.

Valor.....: R\$ 1.505,00 (um mil quinhentos e cinco reais).

Vigência.....: Início : 04/09/2014 Término : 31/12/2014.

CAXAMBU DO SUL, 04 de setembro de 2014.

VILMAR FOPPA

GESTOR FMS

DECRETO 161/2014

DECRETO N. 161/2014

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE NOVOS MEMBROS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais de seu cargo em conformidade com o art. 71, IV da Lei Orgânica Municipal, c/c com a Lei Municipal n. 922/2000, de 04 de setembro de 2000, Lei Municipal nº 1.216/2010 e Lei Federal n. 11.947 de 16 de junho de 2009;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho de Alimentação Escolar - CAE, do Município de Caxambu do Sul, para a gestão de 4 (quatro) anos, compreendendo o período de novembro de 2014 a novembro de 2018, com a seguinte composição:

Representante do poder Executivo Municipal:

Titular : Elias Chiarello - CPF nº 649.941.989-34

Suplente: Anildo José Gazzoni - CPF nº 664.805.409-30

Representante dos Docentes ou Trabalhadores da Área da Educação:

Titular: Elizandra Moreto - CPF nº 020.643.129-51

Suplente: Salete Moroni Lucas - CPF nº 010.146.429-00

Titular: Paulina Salete Giacomelli - CPF nº 018.799.729-21

Suplente: Marina Pizzi - CPF nº 009.649.989-39

Representante dos Pais de Alunos da rede Municipal de Ensino:

Titular: Andriani Chichelero - CPF nº 028.159.729-48

Suplente: Cleusa Fátima Cardoso - CPF nº 589.650.509-44

Titular: Jaci Coelho - CPF nº 558.133.809-49

Suplente: Juliana Pegoraro Gheller - CPF nº 038.386.139-02

Representante da Sociedade Civil:

Titular: Terezinha Mucelini - CPF nº 347.482.709-00

Suplente: Marilei Taffarel - CPF nº 017.373.019-11

Titular: Sidonia Fátima Ceccon Bellei - CPF nº 000.102.899-50

Suplente: Sedinei Chiarello Tomasi - CPF nº 824.150.219-20

Art. 2º. Os Membros do Conselho Municipal de Alimentação

Escolar, nomeados por este Decreto, exercerão suas atividades em caráter relevante, sem ônus para os cofres públicos municipais não gerando direito a qualquer vencimento e demais obrigações sociais e trabalhistas.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º . Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 079/2013 de 13 de junho de 2013.

Caxambu do Sul/SC 18 de novembro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

AVISO DE LICITAÇÃO 52/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 52/2014

Edital: Pregão Presencial Nº.: 41/2014

Tipo: Menor Preço/Por Item.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E MELHORIAS NO PRÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PRÉ-ESCOLAR CHAPEUZINHO VERMELHO.

Entrega dos Envelopes: 08h55min do dia 01 de Dezembro de 2014.

Abertura dos Envelopes: 09h00min do dia 01 de Dezembro de 2014.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h00min às 13h00min pelo fone (49) 3326-0101, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br.

CAXAMBU DO SUL, 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

VILMAR FOPPA

PREFEITO MUNICIPAL

Celso Ramos**PREFEITURA****EDITAL 81/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC
PREGÃO PRESENCIAL 47/2014
PROCESSO: 81/2014

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se em aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL: 47/2014, tipo MENOR PREÇO, objetivando a AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO 0 KM, COM CAÇAMBA BASCULANTE NOVA DE 4M3, MOTOR DIESEL, TRAÇÃO 4X2, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA DESCRITO NO ANEXO I DESTE EDITAL, ATRAVÉS DO PROGRAMA: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS PARA MUNICÍPIOS ATÉ 50 MIL HABITANTES - NO ESTADO DE SANTA CATARINA, SOB NUMERO DE CONTRATO: 052858/2013/CAIXA. Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia 01/12/2014, na Sala de Licitações.

Informações pelo fone 49-3547-1211 - setor de Licitações.

Celso Ramos, 19 de novembro de 2014
INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS
PREFEITA MUNICIPAL

Chapadão do Lageado**PREFEITURA****EXTRATO DO CONTRATO Nº 88/2014 - PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 88/2014

Nº. do Contrato Administrativo: 88/2014.
Vigência: 17/11/2014 à 31/12/2014
Prazo de execução: 270 (duzentos e setenta dias).
Processo Licitatório nº 76/2014
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: WILSON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
Valor/Remuneração: R\$ 1.071.000,00 (um milhão e setenta e um mil reais).;
Objeto: O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL COM 06 SALAS, localizado no Centro do MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC e, deverão ser executadas de acordo com os projetos, memorial descritivo, quadro de quantidades e cronograma físico-financeiros.

DATA DA ASSINATURA: 17 de novembro de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 449/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº. 449/2014

"CONSTITUI COMISSÃO PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA ADMISSÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO SOB REGIME ADMINISTRATIVO ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei nº 0085 de 30.06.99, Complementar nº 040 de 15.05.2009, Decreto nº 071 de 15.12.2009 c/c o art. 37, IX, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, para acompanhar e supervisionar o Processo, destinado a admissão pessoal, em caráter temporário, sob regime administrativo especial.

Art. 2º Para compor a Comissão de que trata o "caput" do art. 1º, ficam nomeados os seguintes membros:

I - ALEXSON MACHADO
II - MARIA ZENAIDE SENEM SOUZA
III - ELISANGELA SEBOLD MACIEL

Art. 3º A elaboração, execução e julgamento do Processo Seletivo, ficará por conta de Empresa Especializada, contrata pelo Município, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de novembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 447 DE 18.11.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 447/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal Decreto nº 050/2009 e de acordo com o art. 18 incisos I e II c/c com o § 1º da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº 049 de 09.12.10;

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional aos servidores públicos municipais, em conformidade com o Anexo IV da Lei Complementar nº 007, de 23.12.99.

Art. 2º Os servidores relacionados nesta Portaria passarão a receber o vencimento correspondente ao novo Nível, de acordo com o abaixo descrito:

NOME	CARGO	PROGRESSÃO	Do Nível	Para o Nível
Acir Melo	Operário	Desempenho	Nível - III	Nível - IV
Adenilson Antônio	Agente Profissional	Tempo de Serviço	Nível - V	Nível - VI
Angela da S. Paul	Auxiliar Administrativo	Tempo de Serviço	Nível - II	Nível - III
Claudirene Ferreira	Auxiliar Administrativo	Tempo de Serviço	Nível - VIII	Nível - IX
Leandro M. Correia	Oficial Administrativo	Tempo de Serviço	Nível - II	Nível - III
Rosicleide S. Pereira	Oficial de Nível Médio	Tempo de Serviço	Nível - V	Nível - VI
Simone I. da Silveira	Assistente Social	Desempenho	Nível - IV	Nível - V

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01.11.2014.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de novembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº. 219/14

RESOLUÇÃO N.º 219/14, de 18 de novembro de 2014.

ESTABELECE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL DURANTE A VIGÊNCIA DA HORA DE VERÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, AGENOR BENATI PEDROSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte:

RESOLVE

ART. 1º. A partir do dia 15 de dezembro a 22 de fevereiro de 2015 a Câmara Municipal de Cocal do Sul estará aberta, para atendimento ao Público, às segundas-feiras, quartas-feiras, quintas-feiras e sextas-feiras das 07:30 às 13:00 e nas terças-feiras das 12:30 às 17:30 horas.

Parágrafo único - Durante o recesso parlamentar, nas terças-feiras a Câmara Municipal funcionará das 07:30 às 13:00 horas.

ART. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, 18 de novembro de 2014.

AGENOR BENATI PEDROSO

Presidente da Câmara

SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA

1º Secretário

Registrada e publicada a presente Resolução nos Murais da Câmara e da Prefeitura, aos 18 dias do mês de novembro de 2014.

Concórdia

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE PERMUTA Nº 2/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE PERMUTA Nº 2/2014

ESPÉCIE: Termo de Compromisso de Permuta celebrado entre MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e os senhores ADIR DALLAGNOL e sua mulher, senhora IRACILDA MARIA SIMIONI DALLAGNOL e OLIR DALLAGNOL e sua mulher senhora IRACEMA MARIA CASAGRANDE DALLAGNOL.

OBJETO: Permuta da área de terras de 10.193,89m², de propriedade de Adir Dallagnol e sua mulher, senhora Iracilda Maria Simioni Dallagnol e Olir Dallagnol e sua mulher, senhora Iracema Maria Casagrande Dallagnol, pela área de terras de 10.193,89m², de propriedade do Município de Concórdia, sem compensação de valores, para qualquer das partes.

DATA DA ASSINATURA: 7 de novembro de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 7/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 7/2014

ESPÉCIE: Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável nº 7/2014, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a empresa AGROINDUSTRIAL SIMIONI LTDA., representada pelo senhor PAULO CÉSAR SIMIONI.

OBJETO: Aquisição da área de terras de 100.103,23m², necessária para a implantação das futuras instalações da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.

VALOR: R\$ 1.501.548,45 (um milhão, quinhentos e um mil, quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta e cinco centavos).

DATA DA ASSINATURA: 7 de novembro de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 8/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 8/2014

ESPÉCIE: Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável nº 8/2014, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e o senhor JOSÉ ALBERTO OLMÍ e sua mulher, senhora MARILIA CLARA POY OLMÍ.

OBJETO: Aquisição das áreas de terras de 37.630,60m² e 46.400,00m², necessárias para a implantação das futuras

instalações da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.

VALOR: R\$ 1.260.459,00 (um milhão, duzentos e sessenta mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais).

DATA DA ASSINATURA: 7 de novembro de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL/COMPRA E VENDA Nº 9/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL/COMPRA E VENDA Nº 9/2014

ESPÉCIE: Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável/Compra e Venda nº 9/2014, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a senhora AMÉLIA BUSSOLARO.

OBJETO: Aquisição das áreas de terras de 65.379,32m², necessária para a implantação das futuras instalações da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS e de 10.193,89m², para fins de permuta, com outra área, também necessária à implantação das futuras instalações da UFFS.

VALOR: R\$ 980.689,80 (novecentos e oitenta mil, seiscentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos) e 152.908,35 (cento e cinquenta e dois mil, novecentos e oito reais e trinta e cinco centavos).

DATA DA ASSINATURA: 7 de novembro de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 10/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 10/2014

ESPÉCIE: Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável nº 10/2014, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e os senhores ADIR DALLAGNOL e sua mulher, senhora IRACILDA MARIA SIMIONI DALLAGNOL e OLIR DALLAGNOL e sua mulher, senhora IRACEMA MARIA CASAGRANDE DALLAGNOL.

OBJETO: Aquisição da área de terras de 40.675,21m², necessária para a implantação das futuras instalações da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.

VALOR: R\$ 610.128,15 (seiscentos e dez mil, cento e vinte e oito reais e quinze centavos).

DATA DA ASSINATURA: 7 de novembro de 2014.

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 18/2014 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2014 - PMC
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica em CAUQ e drenagem pluvial de parte da Rua Rosa Chiossi, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 10/12/2014, ÀS 16h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 05/12/2014, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 10/12/2014, às 16h00min.

Abertura: dia 11/12/2014, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 18 de novembro de 2014

MAURI MARAN

Secretário Municipal Urbanismo e Obras

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2014 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2014 - PMC

Objeto: Aquisição de Hortifrutigranjeiros para o preparo de merenda nas Escolas da Rede Pública Municipal e Centros de Educação Infantil CMEIs deste Município com recursos oriundos dos convênios PNAE/PNAC e recursos próprios, para o exercício de 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 08/12/2014.

Abertura: dia 09/12/2014, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 18 de Novembro de 2014.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5940

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.940, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

Revoga o Decreto nº 5.889, de 7 de maio de 2014, que institui Espaço Múltiplo Cultural, denominado Centro Cultural Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 63, VI, e considerando a Lei nº 4.707, de 7 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 5.889, de 7 de maio de 2014, que institui Espaço Múltiplo Cultural, denominado Centro Cultural Concórdia.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de novembro de 2014.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 5941

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.941, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito suplementar e especial; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.709, de 10 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS

Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

Projeto/Atividade 15.0451.0042.1009 Modernização Urbanística - SEMURB

Elemento 4.4.90.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura - Superávit do

Exercício Anterior R\$ 600.000,00

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO

Unidade Orçamentária 09.02 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Projeto/Atividade 16.0122.0049.2605 Manutenção das Atividades-Meio do FMHIS

Elemento 4.4.90.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 10.625,00

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura - Superávit do
 Exercício Anterior R\$ 15.561,00
 Projeto/Atividade 16.0481.0048.2252 Ações das Habitações Rurais - FMHIS
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 25.000,00
 Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura - Superávit do
 Exercício Anterior R\$ 11.648,35
 Projeto/Atividade 16.0482.0048.2253 Ações das Habitações Urbanas - FMHIS
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 75.000,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais
 Projeto/Atividade 28.0843.0057.2042 Ações da Dívida Interna - Encargos Especiais
 Elemento 3.2.90.00.00.00.00.00 Juros e Encargos da Dívida - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 124.000,00
 Elemento 4.6.90.00.00.00.00.00 Amortização da Dívida - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 317.408,18

Órgão 17 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária 17.01 Fundação Municipal de Esportes
 Projeto/Atividade 27.0122.0078.1451 Modernização e Organização Administrativa da FMEC
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 10.202,64
 Projeto/Atividade 27.0122.0079.1453 Modernização e Organização Administrativa do
 Centro de Convivência FMEC
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 8.704,93

TOTAL ANULADO R\$ 1.198.150,10.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO

Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
 Projeto/Atividade 08.0122.0047.1010 Modernização e Organização Administrativa - SEDES
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 110.625,00
 Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura - Superávit do
 Exercício Anterior R\$ 27.209,35

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde
 Projeto/Atividade 10.303.0062.2103 Ações de Média e Alta Complexidade - FMS
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.020000 Receita de Impostos de Saúde R\$ 441.408,18
 Fonte de Recursos 03.020000 Receita de Impostos de Saúde - Superávit do
 Exercício anterior R\$ 600.000,00

Órgão 17 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária 17.01 Fundação Municipal de Esportes
 Projeto/Atividade 27.0811.0076.2452 Ações do Desporto e Rendimento - FMEC
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 18.907,57

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 1.198.150,10.

Art. 3º Ficam suplementadas, com recursos do excesso de arrecadação verificado até outubro de 2014, as dotações constantes dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil
 Projeto/Atividade 12.0365.0021.2018 Ações da Educação Infantil - SEMED
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.620000 Outros Recursos - FNDE R\$ 110.447,74
 Unidade Orçamentária 06.06 Ensino Médio
 Projeto/Atividade 12.0362.0024.2011 Ações do Ensino Médio - Convênios - SEMED
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.220000 Transferências de Convênios - Educação R\$ 5.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 115.447,74.

Art. 4º Ficam suplementadas, com o provável excesso de arrecadação, as dotações constantes dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 18 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 18.01 Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente
 Projeto/Atividade 18.0541.0082.2503 Melhoria Ambiental com Medidas Mitigadoras e Compensatórias - FUMDEMA
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.240000 Transferências de Convênios - Outros R\$ 74.000,00
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.240000 Transferências de Convênio - Outros R\$ 139.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 213.000,00.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA
NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 10 de novembro de 2014.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 5942

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.942, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 4.621, de 13 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas, com recurso do excesso de arrecadação verificado até 31 de outubro de 2014, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil

Projeto/Atividade 12.0365.0021.2018 Ações da Educação Infantil - SEMED

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.180000 Transferências do FUNDEB R\$ 165.654,00

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS

Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

Projeto/Atividade 15.0452.0039.2029 Ações Serviços Urbanos - SEMURB

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 50.000,00

Órgão 17 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária 17.01 Fundação Municipal de Esportes

Projeto/Atividade 27.0811.0076.2452 Ações do Desporto de Rendimento - FMEC

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 72.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 287.654,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 11 de novembro de 2014.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 788/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 788/2014, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014.

Interrompe licença remunerada para cursar mestrado à servidora MARIVANDA CADORE PISSOLO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 58 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e no Decreto nº 5.678, de 25 de janeiro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica interrompida, a pedido, a partir de 1º de dezembro de 2014, a licença remunerada para cursar mestrado, concedida pelo Decreto nº 771/2013, de 14 de agosto de 2013, à servidora MARIVANDA CADORE PISSOLO, relativa a matrícula 91294-04.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 3 de novembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 789/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 789/2014, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014.

Exonera, a pedido, a servidora ELOISA GROLI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora ELOISA GROLI, do cargo de provimento efetivo de Agente de Alimentação e Nutrição, a partir de 3 de novembro de 2014.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 3 de novembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 790/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 790/2014, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014.
Exonera, a pedido, o servidor IDACIR JOÃO BIAZIM.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor IDACIR JOÃO BIAZIM, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Compras, a partir de 3 de novembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 3 de novembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 791/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 791/2014, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014.
Nomeia MAURO FRIGO no cargo de Diretor de Compras; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor MAURO FRIGO, para exercer o

cargo de Diretor de Compras - Secretaria Municipal de Administração, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provisão em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento), a partir de 3 de novembro de 2014.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonerado o servidor MAURO FRIGO, do cargo de provimento em comissão de Chefe do Departamento de Licitações, a partir de 3 de novembro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 3 de novembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 792/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 792/2014, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014.
Exonera, a pedido, o servidor FERNANDO DUNKER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor FERNANDO DUNKER, do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 3 de novembro de 2014.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 3 de novembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4703

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.703, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.

Altera dispositivos na Lei nº 3.564, de 7 de junho de 2004, que dispõe sobre o regime de adiantamento.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei nº 3.564, de 7 de junho de 2004, que dispõe sobre o regime de adiantamento, terá dispositivos alterados, na forma desta Lei.

Art. 2º O art. 5º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O valor unitário de cada adiantamento não poderá ser superior a 1.000 (um mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIRS Municipal.” (NR)

Art. 3º O art. 8º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º Decorrido o prazo de aplicação, os recursos de adiantamentos ou saldos destes não aplicados no objeto, serão imediatamente recolhidos à conta bancária de origem, juntamente com as eventuais rendas de aplicações financeiras.” (NR)

Art. 4º O art. 12 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. Os recursos concedidos a título de adiantamento serão depositados em conta bancária específica vinculada e movimentada por cartão de pagamento, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário.

§ 1º A conta bancária deverá ser identificada com o nome da unidade concedente, acrescido da expressão “Adiantamento” e, sempre que possível, do responsável pelos recursos.

§ 2º A movimentação por cheques nominais, cruzados e individualizados por credor, serão admitidos apenas quando não for possível a movimentação na forma do caput deste artigo, devendo esta circunstância ser justificada na prestação de contas.

§ 3º A conta bancária que deixar de ser movimentada deve ser imediatamente encerrada, sendo vedada a sua utilização para outros fins ou sua movimentação por outro servidor.” (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO DE BARROS BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4704

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.704, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

Autoriza abertura de crédito suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município, autorizado a anular partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.01 Secretaria Municipal de Educação

Projeto/Atividade 12.122.0018.2012 Manutenção das Atividades-Meio da SEMED

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.010000 Receitas de Impostos e Transferências de

Impostos - Educação R\$ 30.000,00

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS

Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

Projeto/Atividade 15.0451.0042.1009 Modernização Urbanística - SEMURB

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 1.062.548,98

Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Projeto/Atividade 23.0695.0052.2039 Manutenção das Atividades Voltadas ao Turismo - SEDET

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências à Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 74.000,00

Órgão 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Unidade Orçamentária 11.01 Secretaria Municipal de Transportes

Projeto/Atividade 26.0122.0054.2040 Manutenção das Atividades-Meio da SEMUT

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 50.000,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais

Projeto/Atividade 28.0846.0058.2043 Ações de outros Encargos Especiais

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 50.000,00

Órgão 17 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária 17.01 Fundação Municipal de Esportes

Projeto/Atividade 27.0122.0078.1451 Modernização e Organização Administrativa da FMEC

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 9.000,00

Projeto/Atividade 27.0812.0077.2453 Ações do Desporto Comunitário - FMEC

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 25.300,00

Projeto/Atividade 27.0122.0080.2454 Manutenção do Centro de Convivência - FMEC

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 8.500,00

TOTAL ANULADO R\$ 1.309.348,98.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental

Projeto/Atividade 12.0361.0019.2017 Ações Ensino Fundamental - SEMED

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.010000 Receitas de Impostos e Transferência de Impostos da Educação R\$ 30.000,00

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS

Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

Projeto/Atividade 15.0512.0040.2030 Ações Saneamento Urbano - SEMURB

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 400.000,00

Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Projeto/Atividade 23.0695.0052.2039 Manutenção das Atividades voltadas ao Turismo - SEDET

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 74.000,00

Órgão 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Unidade Orçamentária 11.01 Secretaria Municipal de Transportes

Projeto/Atividade 26.0782.0055.2041 Ações Transporte Rodoviário - SEMUT

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 50.000,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais

Projeto/Atividade 28.0846.0058.2043 Ações de Outros Encargos Especiais

Elemento 3.3.20.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Transferências à União

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 50.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.303.0062.2103 Ações de Média e Alta Complexidade - FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.020000 Receita de Impostos de Saúde R\$ 662.548,98

Órgão 17 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária 17.01 Fundação Municipal de Esportes

Projeto/Atividade 27.0122.0075.2451 Manutenção das Atividades - FMEC

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 9.000,00

Projeto/Atividade 27.0811.0076.2452 Ações do Desporto e Rendimento - FMEC

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 33.800,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 1.309.348,98.

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 10 de outubro de 2014, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental

Projeto/Atividade 12.361.0019.2015 Ações do Ensino Fundamental - FUNDEB

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.180000 Transferências do FUNDEB R\$ 350.000,00

Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil

Projeto/Atividade 12.0365.0021.2018 Ações da Educação Infantil - SEMED

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.180000 Transferências do FUNDEB R\$ 189.900,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais

Projeto/Atividade 28.0846.0058.2043 Ações de Outros Encargos Especiais

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.540000 Convênio Trânsito - Militar R\$ 16.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.0122.0065.2106 Modernização e Organização Administrativa do FMS

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.880000 Alienação de Bens Destinados aos Programas de Saúde R\$ 7.350,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 563.250,00.

Art. 4º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.573, de 20 de setembro de 2013; 4.590, de 29 de outubro de 2013 e 4.621, de 13 de

dezembro de 2013, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 27 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4705

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.705, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Denomina via pública do Distrito de Tamanduá de Rua Egon Octavio Schwingel.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Rua A localizada no Desmembramento Osmar Cesco, no Distrito de Tamanduá, passa a denominar-se Rua Egon Octavio Schwingel.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 30 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4706

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.706, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Denomina via pública do Loteamento Residencial Parque da Colina de Rua Corina Lumi Bochi.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Rua D localizada no Loteamento Residencial Parque da Colina passa a denominar-se de Rua Corina Lumi Bochi.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 30 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4707

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.707, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014.

Institui e denomina Espaço Múltiplo Cultural, de Centro Cultural Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituído Espaço Múltiplo Cultural, localizado na Rua Dr. Maruri, 865, Centro, Concórdia, SC.

Art. 2º Fica denominado o Espaço a que se refere o art. 1º desta Lei de Centro Cultural Concórdia.

Parágrafo único. O Centro Cultural Concórdia abrigará:

I - o acervo doado pelo teólogo Leonardo Boff;

II - a Biblioteca Pública Municipal Júlio da Costa Neves;

III - o Museu Histórico Hermano Zanoni.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 7 de novembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 199/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 199/2014, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 16961/2014, em 11 de setembro de 2014, que visa apurar a responsabilidade relativa à multas de trânsito aplicadas à caminhões da frota Municipal, as quais foram pagas pela Secretária Municipal de Finanças;
- o Parecer nº 1231/2014, da Assessoria Jurídica do Município, no sentido de instauração de Sindicância;
- que, se comprovada a culpabilidade de servidores do Município, os mesmos poderão sujeitar-se à penalidade prevista no art. 163, I, do Estatuto do Servidor Público Municipal, sem prejuízo do ressarcimento ao Erário Público Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância, a fim de apurar os fatos relatados no processo protocolizado sob nº 16961/2014.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face da presente Sindicância:

I - presidente: ANA PAULA DE AGUIAR, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Grupo Ocupacional Funcional - GF;

II - secretário: ANDERSON DANIEL MÜLLER, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

III - vogais:

a) CASSIANO POZZA, ocupante do cargo de Desenhista;

b) GREICE KELLEN MORCHE, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 200/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 200/2014, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- os Adendos nºs. 10/2014 a 14/2014 ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras;

- a CI DRH 643/2014, de 6 de novembro de 2014, emitida pela

Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, Adicional de Periculosidade, correspondente a 30% (trinta por cento) do respectivo vencimento (salário base):

I - ANDRE LUIS ZANELATTO, ocupante do cargo de Agente da Autoridade de Trânsito;

II - IVONEI DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Agente da Autoridade de Trânsito;

III - JEFERSON RIBEIRO DE JESUS, ocupante do cargo de Agente da Autoridade de Trânsito;

IV - PAULO RODRIGO DA SILVA, ocupante do cargo de Fiscal de Obras e Posturas;

V - VALDECIR PEDRO COLASSO, ocupante do cargo de Fiscal de Obras e Posturas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 13 de outubro de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 201/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 201/2014, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Processo Seletivo Público nº 1/2014, de 8 de abril de 2014;

- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar para "2" (duas) o número de vagas disponibilizadas para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, do programa Estratégia Saúde da Família do Bairro São Cristóvão, para fins de aproveitamento dos aprovados no Processo Seletivo Público, objeto do Edital nº 1/2014.

Parágrafo único. O candidato aprovado será investido no cargo por ato próprio, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 202/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 202/2014, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- o Adendo nº 326/2014 ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT da Secretaria Municipal de Educação;

- a CI DRH 641/2014, de 6 de novembro de 2014, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora SANDRA LECI DE SOUZA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de outubro de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 203/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 203/2014, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º O inciso III do art. 2º da Portaria nº 196/2014, de 29 de outubro de 2014, que Instaura Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor Joci-mar Rossato passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

III - vogal: VANDERLEI FERRI, servidor estável, ocupante do cargo de Agente Administrativo.” (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 204/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 204/2014, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Diretoria de Compras, na C.I nº 337/2014, de 10 de novembro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o servidor EDSON FABRICIO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 17 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 206/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 206/2014, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 41 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder às servidoras abaixo relacionadas, Promoção por Aperfeiçoamento ou Capacitação, correspondente a 1% (um por cento) do respectivo vencimento-base:

I - com efeitos pecuniários retroativos a 1º de setembro de 2014: MARISA INES MUNARETTO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 32000-03;

II - com efeitos pecuniários retroativos a 1º de outubro de 2014: MARA ROSANE SAATKAMP, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 91979-00;

III - com efeitos pecuniários retroativos a 1º de novembro de 2014:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
1	91219-02	Cirlei Giombelli	Especialista em Educação, código 11.12
2	17353-04	Cleoni Conceição Borges	Professor, código 10.12
3	93718-00	Elena Ana Camini Signorin	Professor, código 10.10
4	61140-02	Gelsi Bergamo	Professor, código 10.12
5	91650-01	Ivone Marxreiter Bedin	Professor, código 10.12

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 205/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 205/2014, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o Calendário Fiscal para cobrança da Contribuição de Melhoria, referente à pavimentação asfáltica em trechos das Ruas Egito e Portugal e das Travessas Romênia e Marrocos, de que trata o Edital nº 1/2014, prevista no art. 130 e seguintes do Código Tributário Municipal, conforme tabela abaixo:

Parcelas	Única	1ª parcela	2ª parcela	3ª parcela	4ª parcela	5ª parcela
Vencimentos	10.12.2014	10.12.2014	10.1.2015	10.2.2015	10.3.2015	10.4.2015
6ª parcela	7ª parcela	8ª parcela	9ª parcela	10ª parcela	11ª parcela	12ª parcela
10.5.2014	10.6.2015	10.7.2015	10.8.2015	10.9.2015	10.10.2015	10.11.2015
13ª parcela	14ª parcela	15ª parcela	16ª parcela	17ª parcela	18ª parcela	19ª parcela
10.12.2015	10.1.2016	10.2.2016	10.3.2016	10.4.2016	10.5.2016	10.6.2016
20ª parcela	21ª parcela	22ª parcela	23ª parcela	24ª parcela	25ª parcela	26ª parcela
10.7.2016	10.8.2016	10.9.2016	10.10.2016	10.11.2016	10.12.2016	10.1.2017
27ª parcela	28ª parcela	29ª parcela	30ª parcela	31ª parcela	32ª parcela	33ª parcela
10.2.2017	10.3.2017	10.4.2017	10.5.2017	10.6.2017	10.7.2017	10.8.2017
34ª parcela	35ª parcela		36ª parcela			
10.9.2017	10.10.2017		10.11.2017			

Parágrafo único. Quando o vencimento da parcela ocorrer em dia não útil, será prorrogado para o primeiro dia útil posterior.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 78/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 78/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente outubro/2014 do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Escola de Tempo Integral, no valor de R\$ 792,00 (setecentos e noventa e dois reais).

Concórdia SC, 18 de novembro de 2014.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 508/2014

DECRETO Nº 508/2014, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1075/2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no presente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 344.000,00 (trezentos e quarenta e quatro mil reais) que serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.013 - Manutenção da Educação Básica.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 23

Fonte de Recursos: 10.01 - Ordinários - R\$ 33.000,00

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.065 - Feiras, Eventos e Atrações Culturais, Recreativas, Calendário Anual.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 60

Fonte de Recursos: 10.00 - Ordinários - R\$ 35.000,00

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.011 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Infraestrutura.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 94

Fonte de Recursos: 10.00 - Ordinários - R\$ 126.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 - Manutenção das Atividades da Secretaria da Saúde e promoção Social do Município.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 09

Fonte de Recursos: 10.02 - Ordinários - R\$ 150.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º, serão utilizados o provável excesso de arrecadação do orçamento vigente. - R\$ 344.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 11 de novembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO N. 513/2014

DECRETO Nº 513, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para acompanhamento de tratamento de saúde de membro da família à Servidora Municipal, Sra. SIRLEY TEREZINHA SEIBT, ocupante do cargo de Farmacêutica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o laudo médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 13 de novembro de 2014.

CLODOALDO BRIANCINI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 514/2014

DECRETO Nº 514, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Sra. ERNA DAMBROWISK, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria, lotada na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 12/06/2013 a 11/06/2014, que serão gozadas a partir de 22/12/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de novembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ERNA DAMBROWISK

Ciente em: ____/____/2014

DECRETO N. 516/2014

DECRETO Nº 516, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Sra. MARCIA ZANETTE, ocupante do cargo de Assistente de Farmácia, 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 20 (vinte) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/01/2014, que serão gozadas a partir de 22/12/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de novembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCIA ZANETTE

Ciente em: ____/____/2014

DECRETO N. 517/2014

DECRETO Nº 517/2014, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 067/2010,

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, à servidora Municipal, Sra. LOURDES MARIA LANZARIN FÁVERO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de novembro de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

EXTRATO EDITAL AVISO DE LICITAÇÃO P.P 61/2014

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 093/2014.

Pregão Presencial n. 061/2014.

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o a contratação de empresa para realização de substituição de telhas e instalação de luminárias no prédio do centro administrativo do município, com fornecimento do material.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 01/12/2014

Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 01/12/2014

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br e no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 18 de novembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

LRF - 5º BIMESTRE /2014

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	14.770.555,00	14.770.555,00	2.860.200,16	19,36	15.348.782,63	103,91	-578.227,63
RECEITA TRIBUTÁRIA	14.529.555,00	14.529.555,00	2.582.828,32	17,78	13.377.892,57	92,07	1.151.662,43
IMPOSTOS	1.015.500,00	1.015.500,00	236.708,38	23,31	1.260.551,22	124,13	-245.051,22
TAXAS	837.000,00	837.000,00	221.027,52	26,41	1.127.977,15	134,76	-290.977,15
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	176.500,00	176.500,00	13.414,42	7,60	123.705,57	70,09	52.794,43
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.000,00	2.000,00	2.286,44	113,32	8.868,50	443,42	-6.868,50
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	146.000,00	146.000,00	24.585,91	16,84	138.824,52	95,09	7.175,48
RECEITA PATRIMONIAL	146.000,00	146.000,00	24.585,91	16,84	138.824,52	95,09	7.175,48
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	89.034,00	89.034,00	27.446,09	30,83	145.872,06	163,84	-56.838,06
RECEITA DE SERVIÇOS	89.034,00	89.034,00	27.446,09	30,83	145.872,06	163,84	-56.838,06
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	428.000,00	428.000,00	81.346,59	19,01	463.124,75	108,21	-35.124,75
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.780.101,00	12.780.101,00	2.193.562,33	17,16	11.215.220,65	87,76	1.564.880,35
Transf. de Conv.	12.529.101,00	12.529.101,00	2.130.100,83	17,00	11.018.543,15	87,94	1.510.557,85
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	251.000,00	251.000,00	63.461,50	25,28	196.677,50	78,36	54.322,50
Multas e Juros de Mora	70.920,00	70.920,00	19.179,02	27,04	154.299,37	217,57	-83.379,37
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	28.620,00	28.620,00	8.815,39	30,80	42.029,71	146,85	-13.409,71
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	384,65	0,00	-384,65
RECEITAS DIVERSAS	34.600,00	34.600,00	9.650,74	27,89	107.901,79	311,85	-73.301,79
RECEITAS DE CAPITAL	7.700,00	7.700,00	712,89	9,26	3.983,22	51,73	3.716,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	241.000,00	241.000,00	277.371,84	115,09	1.970.890,06	817,80	-1.729.890,06
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	727.603,25	760,33	-726.603,25
ALIEIÇÃO DE BENS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	727.603,25	760,33	-726.603,25
ALIEIÇÃO DE BENS MÓVEIS	60.000,00	60.000,00	220.800,00	368,00	502.700,00	837,83	-442.700,00
ALIEIÇÃO DE BENS IMÓVEIS	50.000,00	50.000,00	220.800,00	441,60	502.700,00	1005,40	-452.700,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	58.000,00	58.000,00	6.577,16	11,34	49.352,78	85,09	8.647,22
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	122.000,00	122.000,00	49.994,68	40,98	691.234,03	566,59	-569.234,03
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	42.000,00	42.000,00	49.994,68	119,03	349.984,03	833,30	-307.984,03
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.770.555,00	14.770.555,00	2.860.200,16	19,36	15.348.782,63	103,91	-578.227,63
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilidade Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilidade Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.770.555,00	14.770.555,00	2.860.200,16	19,36	15.348.782,63	103,91	-578.227,63
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.770.555,00	14.770.555,00	2.860.200,16	19,36	15.348.782,63	103,91	-578.227,63
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	1.840.654,23	-	-	1.840.654,23	-	-
Superávit Financeiro	-	1.840.654,23	-	-	1.840.654,23	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR A (f' - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.720.555,00	4.655.429,20	19.375.984,20	2.241.278,88	16.351.885,03	2.936.035,26	15.226.819,97	78,59	4.149.164,23
DESPESAS CORRENTES	12.619.507,12	3.137.668,22	15.757.175,34	2.225.338,22	13.361.690,18	2.651.155,68	12.716.495,16	80,70	3.040.680,18
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.767.453,34	1.074.987,53	6.842.440,87	1.110.003,39	5.603.076,15	1.115.134,39	5.594.255,19	81,76	1.248.185,68
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00	-158.000,00	42.000,00	-11.985,75	41.231,18	5.515,86	36.208,25	86,21	5.791,75
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.652.053,78	2.220.680,69	8.872.734,47	1.127.320,58	7.717.382,85	1.530.505,43	7.086.031,72	79,85	1.786.702,75
DESPESAS DE CAPITAL	2.021.047,88	1.517.760,98	3.538.808,86	15.940,66	2.990.174,85	284.879,58	2.510.324,81	70,94	1.028.484,05
INVESTIMENTOS	1.271.047,88	1.979.760,98	3.250.808,86	14.762,93	2.703.160,95	236.834,41	2.273.640,35	69,94	977.168,51
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	750.000,00	-462.000,00	288.000,00	1.177,73	287.013,90	48.045,17	236.684,46	82,18	51.315,54
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	80.000,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.720.555,00	4.655.429,20	19.375.984,20	2.241.278,88	16.351.885,03	2.936.035,26	15.226.819,97	78,59	4.149.164,23

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.720.555,00	4.655.429,20	19.375.984,20	2.241.278,88	16.351.865,03	2.936.035,26	15.226.819,97	4.149.164,23
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	121.962,66	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.720.555,00	4.655.429,20	19.375.984,20	2.241.278,88	16.351.865,03	2.936.035,26	15.348.782,63	4.149.164,23

FONTE: Data de emissão 18/Nov/2014
Cordilheira Alta, 18/11/2014

ALCEU MAZZONI SOLANGE MARIA DERVANOSKI I. SILVANA MAGIONI FAVERO
PREFEITO MUNICIPAL CONTADORA - CRC/SC 028483/C TÉCNICO EM CONTROLE INTERI

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/MÊS OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	60.000,00	502.700,00	-442.700,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.000,00	0,00	10.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	502.700,00	-452.700,00
TOTAL	60.000,00	502.700,00	-442.700,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	502.700,00	502.700,00

FONTE: Data de emissão 18/Nov/2014

Cordilheira Alta, 18/11/2014

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	859.920,00	859.920,00	1.195.806,90	139,06
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	236.000,00	236.000,00	277.357,87	117,52
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	49.000,00	49.000,00	148.357,02	302,79
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	399.000,00	399.000,00	572.990,64	143,61
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	153.000,00	153.000,00	129.261,62	84,48
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	5.420,00	5.420,00	11.810,23	217,90
Dívida Ativa dos Impostos	13.600,00	13.600,00	47.577,55	349,83
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	3.900,00	3.900,00	8.441,97	216,46
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.777.300,00	12.777.300,00	11.139.342,75	87,18
Cota-Parte FPM	5.527.000,00	5.527.000,00	4.621.872,40	83,62
Cota-Parte ITR	5.300,00	5.300,00	5.248,23	99,02
Cota-Parte IPVA	498.000,00	498.000,00	446.941,87	89,75
Cota-Parte ICMS	6.610.000,00	6.610.000,00	5.950.092,69	90,02
Cota-Parte IP-Exportação	106.000,00	106.000,00	91.846,34	86,65
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	31.000,00	31.000,00	23.342,22	75,30
Desoneração ICMS (LC 87/96)	31.000,00	31.000,00	23.342,22	75,30
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	13.637.220,00	13.637.220,00	12.335.149,65	90,45

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.975.829,42	3.896.477,83	3.166.144,68	81,26	2.974.343,50	76,33
Pessoal e Encargos Sociais	1.546.543,94	1.771.154,48	1.227.466,94	69,30	1.226.266,94	69,24
Outras Despesas Correntes	1.429.285,48	2.125.323,35	1.938.677,74	91,22	1.748.076,56	82,25
DESPESAS DE CAPITAL	197.187,38	203.713,45	166.285,27	81,63	165.724,01	81,35
Investimentos	197.187,38	203.713,45	166.285,27	81,63	165.724,01	81,35

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	197.187,38	203.713,45	166.285,27	81,63	165.724,01	81,35
Investimentos	197.187,38	203.713,45	166.285,27	81,63	165.724,01	81,35
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.173.016,80	4.100.191,28	3.332.429,95	81,27	3.140.067,51	76,58
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	578.835,00	863.158,73	519.611,73	15,59	495.333,23	15,77
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	578.835,00	863.158,73	519.611,73	15,59	495.333,23	15,77
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	578.835,00	863.158,73	519.611,73	15,59	495.333,23	15,77
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.594.181,80	3.237.032,55	2.812.818,22	65,68	2.644.734,28	60,81
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						21,44
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						794.461,83

Continua 2/4

Município de Cordilheira Alta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
	SALDO INICIAL	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)				
	0,00	0,00				0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00				0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26						
	SALDO INICIAL	LIMITE NÃO CUMPRIDO		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)				
	-	-				-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	3.137.407,06	4.028.590,24	3.309.189,72	99,30	3.122.150,30	99,43
Vigilância Sanitária	35.609,74	71.601,04	23.240,23	0,70	17.917,21	0,57
TOTAL	3.173.016,80	4.100.191,28	3.332.429,95	100,00	3.140.067,51	100,00

FONTE: Data de emissão 18/Nov/2014

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+h'"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+h'"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+h')] - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

Cordilheira Alta, 18/11/2014

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	14.770.555,00	
Previsão Atualizada		—	14.770.555,00	
Receitas Realizadas		2.860.200,16	15.348.782,63	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.840.654,23	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	14.720.555,00	
Créditos Adicionais		—	4.655.429,20	
Dotação Atualizada		—	19.375.984,20	
Despesas Empenhadas		2.241.278,88	16.351.865,03	
Despesas Liquidadas		2.936.035,26	15.226.819,97	
Superavit Orçamentário		—	121.962,66	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		2.241.278,88	16.351.865,03	
Despesas Liquidadas		2.936.035,26	15.226.819,97	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			16.174.326,74	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-210.771,48	0,00
Resultado Primário		0,00	-1.030.672,72	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	7.485,00	0,00	7.416,34	68,66
EXECUTIVO	7.485,00	0,00	7.416,34	68,66
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	23.009,25	0,00	23.009,25	0,00
EXECUTIVO	23.009,25	0,00	23.009,25	0,00
TOTAL:	30.494,25	0,00	30.425,59	68,66
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		3.226.941,61	25%	26,16
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		838.658,45	60%	72,76
Liquidadas		838.658,45		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		727.603,25	-726.603,25	
Despesa de Capital Líquida		2.510.324,81	1.028.484,05	

Continua 1/2

Município de Cordilheira Alta - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			502.700,00	-442.700,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		2.644.734,28	15,00	21,44
Liquidadas		2.644.734,28		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE: Data de emissão 18/Nov/2014

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Cordilheira Alta, 18/11/2014

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
						% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)							
Legislativa	14.720.555,00	19.375.984,20	2.241.278,88	16.351.865,03	2.936.035,26	15.226.819,97	100,00
Ação Legislativa	652.500,00	652.500,00	84.532,11	522.680,43	103.347,00	492.300,76	3,23
Administração	1.828.750,00	2.232.140,00	208.695,07	1.988.029,01	313.872,84	1.860.896,31	75,45
Administração Geral	1.828.750,00	2.232.140,00	208.695,07	1.988.029,01	313.872,84	1.860.896,31	75,45
Assistência Social	372.250,00	589.936,89	90.373,28	345.007,26	86.089,48	336.848,04	83,37
Assistência à Criança e ao Adolescente	12.500,00	12.500,00	0,00	1.848,40	0,00	1.848,40	12,22
Assistência Comunitária	359.750,00	577.436,89	90.373,28	343.158,86	86.089,48	334.999,64	83,37
Saúde	3.173.016,80	4.100.191,28	529.658,82	3.332.429,95	671.407,02	3.140.067,51	57,10
Atenção Básica	3.137.407,06	4.028.590,24	521.730,71	3.308.189,72	668.801,93	3.122.150,30	14,79
Vigilância Sanitária	35.609,74	71.601,04	7.928,11	23.240,23	2.605,09	17.917,21	2,20
Educação	2.929.509,40	3.864.089,13	615.005,91	3.189.181,17	813.111,57	2.842.883,10	25,02
E Ensino Médio	2.500,00	440.118,06	84.177,55	315.404,62	93.579,75	311.818,30	18,67
E Ensino Superior	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73,57
Educação Infantil	210.250,00	500.250,00	0,00	487.341,97	111.162,88	211.487,66	2,05
Educação Especial	0,00	32.800,00	0,00	32.800,00	6.560,00	19.980,00	0,00
Educação Básica	2.714.259,40	2.890.901,07	530.828,36	2.353.634,58	601.808,94	2.299.597,14	1,39
Cultura	174.750,00	148.298,00	24.129,60	145.436,17	6.698,60	127.874,66	0,13
Difusão Cultural	174.750,00	148.298,00	24.129,60	145.436,17	6.698,60	127.874,66	15,10
Urbanismo	2.506.400,00	4.975.792,58	444.277,48	4.327.919,14	575.957,74	4.053.907,90	0,84
Serviços Urbanos	2.506.400,00	4.975.792,58	444.277,48	4.327.919,14	575.957,74	4.053.907,90	0,84
Habitação	36.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26,62
Habitação Rural	6.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81,47
Habitação Urbana	30.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.507.378,80	1.872.541,32	203.106,02	1.711.202,25	226.145,08	1.661.722,37	0,00
Extensão Rural	1.507.378,80	1.872.541,32	203.106,02	1.711.202,25	226.145,08	1.661.722,37	10,91
Comércio e Serviços	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,91
Administração Geral	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	299.000,00	327.315,00	49.794,69	277.300,58	54.864,86	274.277,79	0,00
Desporto Comunitário	299.000,00	327.315,00	49.794,69	277.300,58	54.864,86	274.277,79	1,80
Encargos Especiais	1.240.000,00	587.200,00	-8.294,10	512.679,07	84.541,07	436.041,53	1,80
Administração Geral	25.000,00	18.000,00	2.513,92	14.233,99	2.513,92	13.044,03	2,86
							0,09

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.720.555,00	19.375.984,20	2.241.278,88	16.351.865,03	2.936.035,26	15.226.819,97	100,00	78,59
Encargos Especiais	1.240.000,00	587.200,00	-8.294,10	512.679,07	84.541,07	436.041,53	2,86	74,26
Refinanciamento da Dívida Interna	950.000,00	330.000,00	-10.808,02	328.245,08	53.561,03	272.892,71	1,79	82,69
Serviço da Dívida Interna	265.000,00	239.200,00	0,00	170.200,00	28.466,12	150.104,79	0,99	62,75
TOTAL (III) = (I + II)	14.720.555,00	19.375.984,20	2.241.278,88	16.351.865,03	2.936.035,26	15.226.819,97	100,00	78,59

FONTE: Data de emissão 18/Nov/2014

Cordilheira Alta, 18/11/2014

ALCEU MAZZIONI SOLANGE MARIA DERVANOSKI L SILVANA MAGIONI FAVERO
PREFEITO MUNICIPAL CONTADORA - CRC/SC 028483/O TÉCNICO EM CONTROLE INTER

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Cordilheira Alta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

RECEITAS CORRENTES (II)	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)
1.664.247,66	1.789.084,18	1.611.841,39	1.628.549,53	1.684.751,93	1.633.971,84	1.622.986,19	1.484.689,53	1.398.112,09	1.507.280,22	1.551.412,71	1.462.583,72	1.650.090,99	17.019.055,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	38.646,64	126.083,81	64.901,94	105.525,27	285.828,25	119.947,61	95.422,61	102.735,73	117.051,16	128.430,27	91.187,94	1.425.281,67	1.015.500,00
IPTU	3.028,91	2.155,14	0,00	11.597,66	178.630,24	23.862,44	19.445,16	20.800,65	14.504,44	3.399,45	2.817,67	282.541,92	236.000,00
IRR/F	13.267,86	52.945,90	327,84	14.648,00	10.788,31	13.143,94	12.721,04	21.674,01	13.521,44	13.883,51	13.717,33	185.475,38	153.000,00
L.S.S.	33.373,05	53.397,92	37.653,54	46.674,64	42.738,20	66.356,58	39.556,00	47.666,25	70.271,24	74.323,17	88.595,02	56.150,00	396.000,00
L.T.B.L	-16.909,00	7.217,50	4.900,00	13.401,00	22.605,88	5.900,00	16.780,00	7.180,00	10.850,00	26.100,00	6.626,00	136.676,52	48.000,00
Outras Receitas Tributárias	5.884,82	10.367,35	22.420,55	23.004,97	31.084,62	10.684,65	6.520,41	6.154,82	7.904,04	8.719,14	7.393,07	146.826,24	176.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	10.936,54	13.494,17	10.230,37	10.305,70	28.018,00	13.965,32	12.761,22	13.694,30	13.101,03	12.291,67	13.751,53	163.195,23	146.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	9.812,52	12.341,96	11.311,94	13.042,01	14.893,89	15.654,84	16.982,51	16.940,90	16.330,86	13.569,02	14.258,72	168.026,54	86.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	40.380,39	42.131,52	39.338,11	45.240,10	78.382,16	52.517,06	41.732,04	44.893,75	43.975,30	35.711,74	38.691,56	545.646,66	428.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.358.813,76	1.580.551,09	1.471.551,54	1.435.741,46	1.275.739,62	1.403.974,03	1.447.793,09	1.279.590,66	1.197.533,00	1.306.453,39	1.256.285,75	1.362.452,08	15.289.601,00
Cota-Parte de FPM	480.576,88	740.091,40	594.831,36	635.192,50	376.793,29	430.046,10	573.089,30	429.779,98	369.126,63	448.426,05	393.082,94	5.852.539,68	5.627.000,00
Cota-Parte do ICMS	615.809,39	613.189,09	613.714,72	594.074,76	592.529,34	577.670,00	587.197,17	595.725,85	553.593,04	590.786,23	622.744,81	7.179.100,17	6.610.000,00
Cota-Parte do IPVA	21.442,19	12.484,86	16.664,52	47.595,46	38.000,81	48.323,51	47.705,57	52.773,85	47.280,77	50.317,21	44.419,76	489.888,92	498.000,00
Cota-Parte do ITR	29,25	11,45	117,99	0,00	12,85	21,20	0,00	7,19	0,00	4,26	1.245,03	5.288,93	5.300,00
Outras Transferências Correntes	102.631,97	86.379,88	112.015,21	39.020,83	150.478,97	224.840,41	105.595,09	75.076,99	109.544,56	101.240,27	131.053,31	1.340.083,38	1.232.301,00
Transferências da LC 61/1989	9.593,81	10.253,70	9.814,76	8.309,42	8.839,01	9.612,79	9.155,66	9.405,71	9.123,71	9.695,21	9.770,71	111.692,85	106.000,00
Transferências da LC 87/1996	2.548,91	2.548,91	2.548,91	2.593,58	2.593,58	2.593,58	2.593,58	2.593,58	2.593,58	2.593,58	2.593,58	26.440,04	31.000,00
Transferências do FUNDEB	116.182,36	115.582,80	121.900,40	118.954,51	103.805,00	110.635,22	120.999,59	114.477,55	106.002,71	113.390,38	115.716,90	1.384.428,11	1.280.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.647,81	14.541,63	14.509,49	12.693,99	11.910,01	27.912,98	8.324,72	37.284,19	11.120,84	11.394,13	8.169,22	174.488,81	70.920,00
DEDUÇÕES (II)	227.999,68	228.897,99	247.547,13	255.553,04	213.699,53	213.699,53	244.039,53	218.007,05	196.396,93	216.394,32	216.332,67	214.835,44	2.550.500,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	227.999,68	228.897,99	247.547,13	255.553,04	213.699,53	213.699,53	244.039,53	218.007,05	196.396,93	216.394,32	216.332,67	214.835,44	2.550.500,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.236.247,98	1.560.186,19	1.364.294,26	1.370.996,49	1.470.272,31	1.376.946,66	1.276.692,48	1.202.715,16	1.289.495,90	1.247.748,28	1.246.251,05	1.435.255,65	14.468.555,00
FONTE: Data de emissão 18/Nov/2014													
Cordilheira Alta, 18/11/2014													

ALCEU MAZZONI
PREFEITO MUNICIPALSOLANGE MARIA DERVANSKI LANZARIN
CONTADOR(A) - CRC/SC 028463/0-6SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	32.377,43	21.515,90	17.915,17
DEDUÇÕES (II)	1.829.690,39	2.105.377,81	2.025.999,61
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.852.643,44	2.527.337,45	2.311.418,63
Demais Haveres Financeiros	56,20	78,68	78,68
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	23.009,25	422.038,32	285.497,70
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.797.312,96	-2.083.861,91	-2.008.084,44
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.797.312,96	-2.083.861,91	-2.008.084,44

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
VALOR	75.777,47	-210.771,48

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Data de emissão 18/Nov/2014

Cordilheira Alta, 18/11/2014

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	14.440.521,00	2.555.382,23	13.232.020,51	12.226.219,09
Receita Tributária	1.015.500,00	236.708,38	1.260.551,22	1.357.287,51
I.P.T.U.	236.000,00	5.857,83	277.357,87	261.780,40
I.S.S.	399.000,00	147.745,02	572.990,64	353.060,07
I.T.B.I.	49.000,00	39.051,14	148.367,02	449.643,77
I.R.R.F.	153.000,00	28.373,53	129.261,62	102.348,60
Outras Receitas Tributárias	178.500,00	15.680,86	132.574,07	190.454,67
Receita de Contribuição	146.000,00	24.585,91	138.824,52	127.785,29
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	146.000,00	24.585,91	138.824,52	127.785,29
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	89.034,00	27.446,09	145.872,06	70.438,94
(-) Aplicações Financeiras	89.034,00	27.446,09	145.872,06	70.438,94
Transferências Correntes	12.780.101,00	2.193.562,33	11.215.220,65	10.230.036,42
F.P.M.	4.427.000,00	611.669,46	3.697.498,16	3.422.601,31
I.C.M.S.	5.288.000,00	1.011.836,69	4.760.075,04	4.292.541,33
Convênios	251.000,00	63.461,50	196.677,50	169.895,00
Outras Transferências Correntes	2.814.101,00	506.594,68	2.560.969,95	2.344.998,78
Demais Receitas Correntes	498.920,00	100.525,61	617.424,12	511.109,87
Dívida Ativa	34.600,00	9.650,74	107.901,79	134.642,19
Diversas Receitas Correntes	464.320,00	90.874,87	509.522,33	376.467,68
RECEITAS DE CAPITAL (II)	241.000,00	277.371,84	1.970.890,06	151.019,35
Operações de Crédito (III)	1.000,00	0,00	727.603,25	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	58.000,00	6.577,16	49.352,78	53.519,35
Alienação de Ativos (V)	60.000,00	220.800,00	502.700,00	0,00
Transferências de Capital	122.000,00	49.994,68	691.234,03	97.500,00
Convênios	80.000,00	0,00	341.250,00	0,00
Outras Transferências de Capital	42.000,00	49.994,68	349.984,03	97.500,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	122.000,00	49.994,68	691.234,03	97.500,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	14.562.521,00	2.605.376,91	13.923.254,54	12.323.719,09
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	15.757.175,34	2.651.155,68	12.716.495,16	10.448.520,04
Pessoal e Encargos Sociais	6.842.440,87	1.115.134,39	5.594.255,19	4.772.831,01
Juros e Encargos da Dívida (IX)	42.000,00	5.515,86	36.208,25	74.988,56
Outras Despesas Correntes	8.872.734,47	1.530.505,43	7.086.031,72	5.600.700,47
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	15.715.175,34	2.645.639,82	12.680.286,91	10.373.531,48
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.538.808,86	284.879,58	2.510.324,81	809.047,81
Investimentos	3.250.808,86	236.834,41	2.273.640,35	303.822,21
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	288.000,00	48.045,17	236.684,46	505.225,60
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.250.808,86	236.834,41	2.273.640,35	303.822,21

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	80.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	19.045.984,20	2.882.474,23	14.953.927,26	10.677.353,69
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-4.483.463,20	-277.097,32	-1.030.672,72	1.646.365,40
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.840.654,23	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.840.654,23	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE: Data de emissão 18/Nov/2014

Cordilheira Alta, 18/11/2014

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	14.440.521,00	2.555.382,23	13.232.020,51	12.226.219,09
Receita Tributária	1.015.500,00	236.708,38	1.260.551,22	1.357.287,51
I.P.T.U.	236.000,00	5.857,83	277.357,87	261.780,40
I.S.S.	399.000,00	147.745,02	572.990,64	353.060,07
I.T.B.I.	49.000,00	39.051,14	148.367,02	449.643,77
I.R.R.F.	153.000,00	28.373,53	129.261,62	102.348,60
Outras Receitas Tributárias	178.500,00	15.680,86	132.574,07	190.454,67
Receita de Contribuição	146.000,00	24.585,91	138.824,52	127.785,29
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	146.000,00	24.585,91	138.824,52	127.785,29
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	89.034,00	27.446,09	145.872,06	70.438,94
(-) Aplicações Financeiras	89.034,00	27.446,09	145.872,06	70.438,94
Transferências Correntes	12.780.101,00	2.193.562,33	11.215.220,65	10.230.036,42
F.P.M.	4.427.000,00	611.669,46	3.697.498,16	3.422.601,31
I.C.M.S.	5.288.000,00	1.011.836,69	4.760.075,04	4.292.541,33
Convênios	251.000,00	63.461,50	196.677,50	169.895,00
Outras Transferências Correntes	2.814.101,00	506.594,68	2.560.969,95	2.344.998,78
Demais Receitas Correntes	498.920,00	100.525,61	617.424,12	511.109,87
Dívida Ativa	34.600,00	9.650,74	107.901,79	134.642,19
Diversas Receitas Correntes	464.320,00	90.874,87	509.522,33	376.467,68
RECEITAS DE CAPITAL (II)	241.000,00	277.371,84	1.970.890,06	151.019,35
Operações de Crédito (III)	1.000,00	0,00	727.603,25	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	58.000,00	6.577,16	49.352,78	53.519,35
Alienação de Ativos (V)	60.000,00	220.800,00	502.700,00	0,00
Transferências de Capital	122.000,00	49.994,68	691.234,03	97.500,00
Convênios	80.000,00	0,00	341.250,00	0,00
Outras Transferências de Capital	42.000,00	49.994,68	349.984,03	97.500,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	122.000,00	49.994,68	691.234,03	97.500,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	14.562.521,00	2.605.376,91	13.923.254,54	12.323.719,09
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	15.757.175,34	2.651.155,68	12.716.495,16	10.448.520,04
Pessoal e Encargos Sociais	6.842.440,87	1.115.134,39	5.594.255,19	4.772.831,01
Juros e Encargos da Dívida (IX)	42.000,00	5.515,86	36.208,25	74.988,56
Outras Despesas Correntes	8.872.734,47	1.530.505,43	7.086.031,72	5.600.700,47
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	15.715.175,34	2.645.639,82	12.680.286,91	10.373.531,48
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.538.808,86	284.879,58	2.510.324,81	809.047,81
Investimentos	3.250.808,86	236.834,41	2.273.640,35	303.822,21
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	288.000,00	48.045,17	236.684,46	505.225,60
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.250.808,86	236.834,41	2.273.640,35	303.822,21

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	80.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	19.045.984,20	2.882.474,23	14.953.927,26	10.677.353,69
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-4.483.463,20	-277.097,32	-1.030.672,72	1.646.365,40
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.840.654,23	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.840.654,23	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE: Data de emissão 18/Nov/2014

Cordilheira Alta, 18/11/2014

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	23.009,25	23.009,25	-	-	-	7.485,00	7.416,34	7.416,34	-	68,66
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA											
Fundo Municipal de Saúde	0,00	23.009,25	23.009,25	0,00	0,00	0,00	7.485,00	7.416,34	7.416,34	0,00	68,66
Soc. Munic. da Infra-Estrutura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	23.009,25	23.009,25	0,00	0,00	0,00	7.485,00	7.416,34	7.416,34	0,00	68,66

FONTE: Data de emissão 19/Nov/2014

Cordilheira Alta, 19/11/2014

ALCEU MAZZIONI PREFEITO MUNICIPAL	SOLANGE MARIA DERVANOSKI LAI CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6	SILVANA MAGIONI FAVERO TÉCNICO EM CONTROLE INTERNC
--------------------------------------	---	---

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	859.920,00	859.920,00	229.412,79	1.195.806,90	139,06
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	253.200,00	253.200,00	10.148,69	321.769,74	127,08
1.1.1- IPTU	236.000,00	236.000,00	5.857,83	277.357,87	117,52
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.300,00	3.300,00	563,06	1.713,36	51,92
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	11.000,00	11.000,00	2.422,92	36.812,01	334,65
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.900,00	2.900,00	1.304,88	5.896,50	202,98
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	49.000,00	49.000,00	39.051,14	148.367,02	302,79
1.2.1- ITBI	49.000,00	49.000,00	39.051,14	148.367,02	302,79
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	404.720,00	404.720,00	151.839,43	596.408,52	147,36
1.3.1- ISS	399.000,00	399.000,00	147.745,02	572.990,64	143,61
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.120,00	2.120,00	2.769,79	10.096,87	476,27
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.600,00	2.600,00	941,76	10.765,54	414,06
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	382,86	2.555,47	255,55
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	153.000,00	153.000,00	28.373,53	129.261,62	84,48
1.4.1- IRRF	153.000,00	153.000,00	28.373,53	129.261,62	84,48
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.777.300,00	12.777.300,00	2.155.842,85	11.139.342,75	87,18
2.1- Cota-Parte FPM	5.527.000,00	5.527.000,00	764.586,78	4.621.872,40	83,62
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.527.000,00	5.527.000,00	764.586,78	4.621.872,40	83,62
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	6.610.000,00	6.610.000,00	1.264.795,58	5.950.092,69	90,02
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	31.000,00	31.000,00	5.167,16	23.342,22	75,30
2.4- Cota-Parte IP-EExportação	106.000,00	106.000,00	18.894,42	91.845,34	86,65
2.5- Cota-Parte ITR	5.300,00	5.300,00	5.084,74	5.248,23	99,02
2.6- Cota-Parte IPVA	498.000,00	498.000,00	97.294,17	446.941,87	89,75
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.637.220,00	13.637.220,00	2.385.255,64	12.335.149,65	90,45
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	6.800,00	6.800,00	1.254,50	5.320,15	78,24
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	6.800,00	6.800,00	1.254,50	5.320,15	78,24
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.550.500,00	2.550.500,00	431.168,11	2.227.866,58	87,35
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.100.000,00	1.100.000,00	152.917,32	924.374,24	84,03
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.322.000,00	1.322.000,00	252.968,89	1.190.017,65	90,02
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.300,00	6.300,00	1.037,42	4.668,39	74,10
10.4- Cota-Parte IP-EExportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	21.200,00	21.200,00	3.778,90	18.369,15	86,65
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.000,00	1.000,00	1.016,92	1.049,58	104,96
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	100.000,00	100.000,00	19.458,66	89.387,57	89,39
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.260.000,00	1.260.000,00	236.618,39	1.152.662,95	91,48
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.260.000,00	1.260.000,00	236.618,39	1.152.662,95	91,48
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.290.500,00	-1.290.500,00	-194.549,72	-1.075.203,63	83,32
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	819.600,00	957.245,99	212.682,06	838.658,45	87,61
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	819.600,00	957.245,99	212.682,06	838.658,45	87,61
14- OUTRAS DESPESAS	441.400,00	321.400,00	32.102,88	318.142,83	98,99
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	441.400,00	321.400,00	32.102,88	318.142,83	98,99
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.261.000,00	1.278.645,99	244.784,94	1.156.801,28	90,47
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 80%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.156.801,28
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					72,76
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					27,60
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-0,36
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3ª)	3.409.305,00	3.409.305,00	596.313,91	3.083.787,41	90,45
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	200.000,00	490.000,00	111.162,88	211.487,66	43,16
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.142.659,40	2.298.232,36	476.759,28	1.957.896,31	85,19
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.261.000,00	1.278.645,99	244.784,94	1.156.801,28	90,47
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	881.659,40	1.019.586,37	231.974,32	801.095,03	78,57
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.345.159,40	2.788.232,36	587.922,14	2.169.383,97	77,80
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-1.075.203,63
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					17.645,99
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-1.057.557,64
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					3.226.941,61
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					26,16
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	127.500,00	166.980,11	57.746,15	106.808,34	63,96
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	364.100,00	267.688,60	21.816,42	111.992,06	41,84
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	491.600,00	434.668,71	79.562,57	218.800,40	50,34
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.836.759,40	3.222.901,07	667.484,71	2.388.184,37	74,10

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.152.662,95	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		1.152.662,95	0,00

Cordilheira Alta, 18/11/2014

ALCEU MAZZIONI	SOLANGE MARIA DERVANOSKI L. SILVANA MAGIONI FAVERO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA - CRC/SC 028483/C TÉCNICO EM CONTROLE INTER

FONTE: Data de emissão 18/Nov/2014

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 17.645,99, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	1.000,00	727.603,25		-726.603,25
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	3.538.808,86	2.510.324,81	0,00	1.028.484,05
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.538.808,86	2.510.324,81	0,00	1.028.484,05
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.537.808,86	-1.782.721,56		-1.755.087,30

FONTE: Data de emissão 18/Nov/2014

Cordilheira Alta, 18/11/2014

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Coronel Martins

PREFEITURA

SÉTIMO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO PROCESSO SELETIVO N. 001/2014, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 125, DE 06 DE JUNHO DE 2014

SETIMO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO PROCESSO SELETIVO N. 001/2014, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 125, DE 06 DE JUNHO DE 2014.

Dirceu Favretto, Prefeito Municipal do Município de Coronel Martins-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, inciso IX do artigo 94 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Complementar nº 034, de 27 de agosto de 2013 e pela Lei complementar nº039, de 03 de dezembro de 2013, faz saber a todos, que fica convocado a se apresentar junto ao setor de recursos humanos da Prefeitura Municipal, no dia 01 de dezembro de 2014, às 08:00 hs, para a nomeação, posse e exercício de cargo de provimento temporário, o seguinte candidato e respectivo cargo classificado no supramencionado Processo Seletivo:

Cargo	Nome	Classificação
OPERADOR DE MÁQUINAS	ADILSON MAICON CAPELARO	1º

O candidato supra relacionado deverá apresentar até o dia 27 de novembro de 2014, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, cópia acompanhada dos originais dos seguintes documentos:

1. Carteira de Identidade;
2. Cadastro de Pessoa Física - CPF;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de quitação eleitoral;
5. Certidão de Nascimento ou Casamento;
6. Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);
7. Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);
8. 02 (duas) fotos 3 x 4 recentes;
9. Número de Inscrição no PIS/PASEP;
10. Carteira de Trabalho - CTPS;
11. Diploma ou Certificado de Conclusão fornecido por instituição de ensino, comprovando a escolaridade exigida para o cargo;
12. Registro do respectivo Conselho Regional (para cargos de profissão regulamentada);
13. Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);
14. Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo expedido por médico;
15. Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo foro do domicílio do candidato;
16. Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;
17. Conta Bancária (Bancos: do Brasil, CEF...);
18. Declaração de bens e fontes de rendas;
19. Declaração de dependentes;
20. Declaração de ter ou não sofrido, nos últimos 05 (cinco) anos, penalidade disciplinar de demissão do serviço público no exercício da função pública.

A não apresentação da documentação relacionada até o prazo estabelecido implicará na exclusão do candidato aprovado e convocado.

Caso o candidato, por qualquer motivo, não possa assumir o cargo

desta convocação, poderá solicitar, desde que o faça por escrito, a sua reclassificação para o último lugar dos classificados para o mesmo cargo.

O local de trabalho será indicado quando da entrada em exercício e não gera direito à estabilidade em relação àquele setor/órgão/local, podendo ser remanejado conforme a necessidade da Administração e no interesse público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC, em 18 de novembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 253, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 253, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

CRIA A COMISSÃO INTERSETORIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica do Município de 28/10/1994:

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família conforme dispõe o inciso I do Art. 14 do Decreto Federal nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que Regulamenta a Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

Art. 2º Cabe à Comissão Intersetorial o acompanhamento da gestão do cadastro único, como:

§ 1º Avaliar as estratégias adotadas pelo município para a identificação, mapeamento e cadastramento das famílias mais pobres, especialmente a realização de visitas domiciliares;

§2º Avaliar as estratégias de divulgação de ações de cadastramento;

§ 3º Identificar as situações de impedimento do cadastramento e procurar identificar junto ao poder público local o que pode ser feito para superar a dificuldade;

§ 4º Avaliar se os formulários do cadastro são mantidos em boas condições de manuseio e arquivo, pelo prazo mínimo de cinco anos;

§5º Verificar periodicamente a quantidade de famílias cadastradas, considerando que o município pode, a qualquer tempo, incluir novas famílias no Cadastro Único, desde que se enquadrem no critério de renda;

§6º Avaliar e acompanhar as estratégias de atualização cadastral realizada pelo município;

§7º No acompanhamento da gestão de benefícios:

§8º Acompanhar os atos de gestão de benefícios do Bolsa Família, via consulta ao Sistema de Benefícios ao cidadão (SIBEC);

§9º Avaliar se os atos de gestão de benefício estão sendo realizados corretamente, avaliando os motivos;

§10º No acompanhamento das modalidades;

§11º Trabalhar em parceria com os conselhos de saúde, educação e assistência social do Município para garantir que os serviços acompanhados por eles sejam ofertados pelo poder público às famílias beneficiárias do Bolsa Família;

§12º Sensibilizar os beneficiários sobre a importância da participação nas oportunidades de inserção econômica e social oferecidas pelo Município;

Art. 3º Cabe à Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família:

I- Acompanhar os processos de fiscalização orientados pelo MDS e pela Rede Pública de Fiscalização;

II- Solicitar ao gestor municipal, em caso de denúncias

comprovadas, que tome as devidas providências para solucionar a irregularidade;

III- Comunicar ao gestor municipal, ao MDS e à Rede Pública de Fiscalização do Programa Bolsa Família a existência de problemas na gestão do Programa;

VI- Identificar, no âmbito do Município, famílias em situação de pobreza e extrema pobreza;

V- Acompanhar o cumprimento das condicionalidades do Programa;

VI- Elaborar e/ou propor políticas públicas de combate à miséria e a

fome em âmbito municipal;

VII- Estimular a participação da comunidade no controle e execução do

Programa Bolsa Família;

VIII- Promover a articulação com as demais esferas de governo e com a sociedade civil organizada, a fim de propor melhorias e aperfeiçoamento ao Programa;

Art. 4º A Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família será composta por:

I- Dois membros representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social;

II- Dois membros representantes da Secretaria Municipal de Saúde;

III- Dois membros representantes da Secretaria Municipal de Educação.

§1º. Na primeira reunião, os membros nomeados escolherão entre si um Presidente e um Secretário, que coordenarão os trabalhos da comissão.

Art. 5º Os membros da Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família serão indicados por suas respectivas Secretarias e nomeados através de Decreto pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º Compete à Secretaria de Assistência Social:

I- A gestão municipal do Programa Bolsa Família, conforme definido no Termo de Adesão assinado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome;

II- A realização e o envio do Cadastramento Único das famílias beneficiadas com o Programa ao órgão federal competente;

III- A avaliação sócio-econômica das famílias pré-cadastradas no Programa e sua posterior aprovação;

IV- A inclusão, exclusão e ou bloqueio de benefícios do Programa;

V- Demais atividades inerentes ao Gestor Municipal do Programa Bolsa Família.

Art. 7º Compete à Secretaria de Educação:

I- A realização do pré-cadastro das famílias identificadas através das unidades escolares do Município, em situação de pobreza e extrema pobreza;

II- Encaminhar à Secretaria de Desenvolvimento Social, os pré-cadastros, para que se proceda a avaliação sócio- econômica e o posterior procedimento do Cadastramento Único da família e o envio de informações ao órgão federal competente;

III- O acompanhamento das condicionalidades do Programa no âmbito da educação;

IV- Articulação intersetorial contribuindo para ações de desenvolvimento das famílias

V- O compromisso da condicionalidade da educação é a frequência escolar de cada integrante em idade escolar (de 06 a 17 anos) das famílias beneficiárias do Bolsa Família.

Art. 8º Compete à Secretaria de Saúde:

I- A realização do pré-cadastro das famílias identificadas em situação de pobreza e extrema pobreza;

II- Encaminhar à Secretaria de Desenvolvimento Social, os

pré-cadastros, para que se proceda a avaliação sócio-econômica e o posterior procedimento do Cadastro Único da família e o envio de informações ao órgão federal

competente;

III- O acompanhamento das condicionalidades do Programa no âmbito da saúde;

IV- Articulação intersetorial contribuindo para ações de desenvolvimento das famílias;

V- Os Compromissos das condicionalidades em saúde são o acompanhamento do calendário vacinal, do crescimento e desenvolvimento das crianças menores de sete anos, e o acompanhamento de gestantes e nutrízes.

Art. 9º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto 195 de 14 de agosto de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 07 de novembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 254, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 254, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

NOMEIA COMISSÃO INTERSETORIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 027 de 17/05/2011 e Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Nos termos do Decreto nº. 252/2014, de 07 de novembro de 2014, ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família do Município.

I- Sandra Aparecida Scudella e Rosa Maria Camargo, representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social;

II- Elisangela de Fatima Salvador e Fabiane Knispel Buratto, representantes da Secretaria Municipal de Saúde;

III- Marinês Bento e Queila Elis Mariani, representantes da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Os membros da comissão nomeados pelo presente Decreto não receberão qualquer espécie de remuneração, sendo os seus serviços considerados relevantes para o Município.

Art. 3º Compete à Comissão resolver sobre os casos omissos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 07 de novembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 255, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 255, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.
DESIGNA GRUPO GESTOR DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica do Município de 28/10/1994, e Portaria Interministerial Nº 1.205, de 08 de Setembro de 2011, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º Ficam designadas as pessoas abaixo relacionadas para comporem o Grupo Gestor do Programa BPC na Escola - Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - com o objetivo de gerir e coordenar, garantindo o apoio necessário de funcionamento, para o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência, beneficiários do BPC, em conformidade com a Portaria Interministerial Nº 1.205, de 08 de Setembro de 2011.

I- Sandra Aparecida Scudella e Katia Ramos do Amaral, representantes da Secretaria de Assistência Social;

II- Marinês Bento e Sandra Regina Previatti, representantes da Secretaria de Educação;

III- Dinaura DallAcqua e Mareci Antonio Alvaristo, representantes da Secretaria de Saúde.

Art. 2º A coordenadora do Grupo Gestor será a Assistente Social, Senhora Sandra Aparecida Scudella.

Art. 3º As pessoas a que se referem os artigos anteriores, não será atribuída qualquer remuneração por se tratar de serviço de relevante interesse público.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº. 068, de 15 de abril de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 07 de novembro de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

Correia Pinto

PREFEITURA

PRAZO PARA RECURSO - PROCESSO 65/2014 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
TOMADA DE PREÇOS - PROCESSO 65/2014 - PMCP
PRAZO PARA RECURSO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NO BAIRRO PRÓ-FLOR, EM CORREIA PINTO, CONFORME DESCRITIVO NOS ANEXOS DO EDITAL. Tipo: Menor preço GLOBAL. A empresa Chave Certa Negócios Imobiliários Ltda foi inabilitada, por não apresentar ART referente ao Atestado de Capacidade Técnica e a Certidão de Acervo Técnico, conforme item "5.1", letra "i" do edital. Também no caso do responsável técnico, a empresa apresentou comprovação Física e Jurídica em nome do engenheiro Joseph Robert Franke, e no Atestado e CAT apresentou em nome de outro engenheiro, no caso, Christiano Vilmo Arsego. Sendo assim, abre-se o prazo para recurso, conforme item 10.5 do edital, 05 dias úteis contados a partir de 19 de novembro de 2014, para que a empresa se manifeste ou não a respeito da inabilitação. A abertura dos envelopes de proposta se dará no dia 26 de novembro de 2014, às 14:00 horas. Abertura dos envelopes de habilitação: 26/11/2014 às 14:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria.

Correia Pinto/SC, 19 de novembro de 2014.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Presidente da Comissão de Licitação

Corupá

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 04/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 04/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, no uso de suas atribuições legais, torna público que estarão abertas no período de 17 de novembro a 08 de dezembro de 2014, no horário compreendido, das 8 às 12 horas, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Corupá, as inscrições de candidatos para provimento de vagas específicas na Administração Municipal, nas áreas de Educação e Cultura, Saúde e Infraestrutura, para o ano de 2015, regendo-se pelas disposições do presente Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - Este Processo Seletivo destina-se a selecionar candidatos para preenchimento das vagas criadas por tempo determinado e reger-se-á pela Legislação em vigor (Lei Complementar Municipal 014/09 de 15/12/2009), sendo o vínculo de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com contribuição para o Regime Geral de Previdência (INSS).

2 - DAS INSCRIÇÕES:

2.1 - Não será permitida a inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por procuração, pública ou por instrumento particular com firma reconhecida, com poderes específicos para este Processo Seletivo, devendo o procurador entregar, além dos documentos exigidos, o instrumento de procuração original.

2.2 - O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador na Ficha de Inscrição, arcando o candidato com as consequências de eventuais erros de preenchimento daquele documento.

2.3 - Em ocorrendo divergência entre o cargo indicado na procuração e o cargo indicado na Ficha de Inscrição, será considerado o que constar da Ficha de Inscrição.

2.4 - O candidato deverá preencher na ficha de inscrição o código do cargo que pretende atuar, munidos da documentação relacionada no item 3 e mediante preenchimento e entrega da Ficha de Inscrição, conforme modelo Anexo I.

2.5 - No ato da inscrição o candidato receberá seu respectivo comprovante de inscrição devidamente assinado pelo atendente.

2.6 - A inscrição só terá validade se o comprovante estiver devidamente assinado.

2.7 - É vedada a inscrição de ex-servidores públicos (federal, estadual ou municipal) que tenham sido demitidos a bem do serviço público, por abandono de cargo, bem como aqueles exonerados em estágio probatório em razão de inaptidão para o cargo.

2.8 - Se houver inscrição de candidatos na situação mencionada no parágrafo anterior, o mesmo terá sua contratação rescindida.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO:

3.1 - São condições para a inscrição:

- Preencher corretamente a Ficha de Inscrição do Processo Seletivo, prevista no Anexo I;
- Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos até o último dia da inscrição;
- Encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;

- Estar quites com as obrigações militares e eleitorais;
- Apresentar fotocópia da Cédula de Identidade (frente e verso);
- Apresentar fotocópia do CPF;
- Apresentar fotocópia do Comprovante de Residência (Conta de água, Telefone ou Luz), ou o candidato deverá apresentar como prova para comprovar a residência, declaração prevista no Anexo II;
- Apresentar fotocópia do Comprovante de Escolaridade, conforme a exigência do cargo;
- Apresentar declaração de tempo de serviço para os cargos de ensino superior e de professor, até 30 de novembro de 2014.
- Fornecer com exatidão todos os demais dados necessários para o preenchimento da ficha de inscrição;
- Conhecer e estar de acordo com as exigências do edital.

3.2 - As inscrições serão homologadas e publicadas na data provável de 19 de dezembro de 2014.

4. DAS PROVAS E DE SEU LOCAL DE REALIZAÇÃO:

4.1- Para os cargos de Auxiliar de Serviços Gerais, Trabalhador Braçal, Motorista, Mecânico de Máquinas e Veículos, Operador de Máquina (retroescavadeira e patrão), Operador de Máquina I (trator de esteira), Merendeira, Técnico em Informática e Instrutor de Música as provas escritas serão dispensadas, mas haverá prova prática. Estes cargos realizam a prova prática de atividades inerentes as atribuições do cargo pretendido, no dia 15 de dezembro (segunda-feira). O cargo de Técnico em Informática realiza a prova prática na Escola de Música, prédio da Secretaria de Educação, no dia 15 de dezembro, às 9 horas. O cargo de Instrutor de Música (diversos) realiza a prova prática na Escola de Música, prédio da Secretaria de Educação, no dia 15 de dezembro, às 14 horas. Os cargos de Auxiliar de Serviços Gerais e Merendeira realizam a prova prática na Escola Aluísio Carvalho de Oliveira, com início às 9 horas. Os cargos de Trabalhador Braçal, Motorista, Mecânico de Máquinas e Veículos, Operador de Máquina e Operador de Máquina I, fazem a prova na Secretaria de Infraestrutura.

4.2 - Para os cargos de Auxiliar de Setor, Auxiliar de Consultório Dentário, Agente Epidemiológico, Auxiliar Administrativo e Assistente Administrativo, as provas serão de forma escrita, na modalidade de redação. A prova será realizada no dia 15 de dezembro de 2014, com início às 9 horas, na Escola Aluísio Carvalho de Oliveira, Corupá.

4.3- Para os cargos de Médico ESF, Médico Ginecologista, Médico Pediatra, Assistente Social, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Professor, Técnico em Enfermagem ESF e Enfermeiro ESF, não haverá prova prática e escrita. A classificação será pela comprovação de escolaridade e declaração do tempo de serviço na área, até 30 de novembro de 2014, entregues no ato da inscrição.

5. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO:

5.1 As listagens de classificação serão afixadas no mural da Prefeitura a partir de 19 de dezembro de 2014 e na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Educação.

6. DAS VAGAS, FUNÇÃO, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E GRAU DE ESCOLARIDADE:

6.1 - As vagas e sua distribuição estão definidos, conforme quadro abaixo. Algumas vagas são para cadastro reserva, não gerando ao município a obrigação da contratação.

	Cargo	Salário	Carga horária	Grau de Escolaridade
CR*	Agente Epidemiológico	R\$ 1.014,00	40h	Ensino Médio e carteira de habilitação AB

CR*	Assistente Administrativo	R\$ 1.200,01	35h	Ensino Médio
CR*	Assistente Social	R\$ 2.440,05	30h	Curso superior na área com registro no órgão da classe
CR*	Auxiliar Administrativo	R\$ 800,01	35h	Séries Finais do Ensino Fundamental
CR*	Auxiliar de Consultório Dentário	R\$ 990,67	40h	Ensino Médio
CR*	Auxiliar de Serviços Gerais	R\$ 800,01	44h	Séries Iniciais do Ensino Fundamental
CR*	Auxiliar de Setor	R\$ 1.000,00	40h	Ensino Médio
CR*	Enfermeiro ESF	R\$ 2.440,05	40h	Curso superior na área com registro no órgão da classe
CR*	Fisioterapeuta	R\$ 2.440,05	32h	Curso superior na área com registro no órgão da classe
CR*	Fonoaudióloga	R\$ 2.440,05	35h	Curso superior na área com registro no órgão da classe
CR*	Fonoaudióloga	R\$ 1.394,38	20h	Curso superior na área com registro no órgão da classe
CR*	Instrutor de Música: Clarinete e Saxofone	R\$ 300,00	10h	Ensino Médio
CR*	Instrutor de Música: Flauta Transversal	R\$ 300,00	10h	Ensino Médio
CR*	Instrutor de Música: Musicalização Infantil	R\$ 300,00	10h	Ensino Médio
CR*	Instrutor de Música: Teclado e gaita	R\$ 300,00	10h	Ensino Médio
CR*	Instrutor de Música: Violino	R\$ 300,00	10h	Ensino Médio
CR*	Mecânico de Máquinas e Veículos	R\$ 1.153,35	44h	Séries Iniciais do Ensino Fundamental e carteira de habilitação C
CR*	Médico ESF	R\$11.200,28	40h	Curso superior na área com registro no CRM
CR*	Médico Ginecologista	R\$ 4.026,75	10h	Curso superior na área com registro no CRM
CR*	Médico Pediatra	R\$ 4.026,75	10h	Curso superior na área com registro no CRM
CR*	Merendeira	R\$ 800,01	44h	Séries Iniciais do Ensino Fundamental
CR*	Motorista	R\$ 1.420,02	44h	Séries Iniciais do Ensino Fundamental e carteira de habilitação C ou D
CR*	Operador de Máquina (retroescavadeira e patrôla)	R\$ 1.420,02	44h	Séries Iniciais do Ensino Fundamental e carteira de habilitação C
CR*	Operador de Máquina I (trator de esteira)	R\$ 1.426,68	44h	Séries Iniciais do Ensino Fundamental e carteira de habilitação C

CR*	Professor I (educação infantil e ou séries iniciais do ensino fundamental)	R\$ 803,27 R\$ 1.606,54	20h 40h	Magistério (Ensino Médio)
CR*	Professor II (educação infantil e ou séries iniciais do ensino fundamental) ou nas disciplinas de 6º ao 9º ano	R\$ 972,17 R\$ 1.944,35	20h 40h	Curso de Pedagogia e ou Licenciatura Específica nas disciplinas de 6º ao 9º ano
CR*	Técnico de Enfermagem ESF	R\$ 1.168,00 R\$ 813,34	40h 20h	Curso Técnico na área com registro no órgão da classe
CR*	Técnico em Informática	R\$ 1.773,36	35h	Ensino Médio e carteira de habilitação B
CR*	Trabalhador Braçal	R\$ 800,01	44h	Séries Iniciais do Ensino Fundamental

*CR = Cadastro reserva

Adicional de auxílio alimentação para carga horária acima de 30 horas R\$ 286,00, de 20 horas a 29 horas R\$ 143,00 e de 10 horas a 19 horas R\$ 71,50.

7. DA CLASSIFICAÇÃO:

7.1. A classificação dos Professores será pela ordem: Habilitação; Tempo de serviço na função; Maior idade; Estado civil; Casados; Demais, Maior número de dependentes.

7.2. A classificação do cargo de Auxiliar de Setor, Auxiliar de Consultório Dentário, Agente Epidemiológico, Auxiliar Administrativo, Assistente Administrativo será pela nota da prova escrita. A prova acontecerá no dia 15 de dezembro na Escola Municipal Aluísio Carvalho de Oliveira, com início às 9h.

7.3. A classificação do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, será por meio do teste prático, que acontecerá no dia 15 de dezembro na Escola Municipal Aluísio Carvalho de Oliveira, com início às 9h.

7.4. A classificação do cargo de Merendeira, será por meio do teste prático, que acontecerá no dia 15 de dezembro na Escola Municipal Aluísio Carvalho de Oliveira, com início às 14h.

7.5. A classificação dos cargos de Trabalhador Braçal, Motorista, Mecânico de Máquinas e Veículos, Operador de Máquina (retroescavadeira e patrôla) e Operador de Máquina I (trator de esteira) será por meio do teste prático, que acontecerá no dia 15 de dezembro na Secretaria de Infraestrutura, com início às 9h.

7.6. A classificação do cargo de Instrutor de Música será pela prova prática na Escola de Música, prédio da Secretaria de Educação, no dia 15 de dezembro, às 14 horas.

7.7. A classificação do cargo de Técnico em Informática será pela prova prática na Escola de Música, prédio da Secretaria de Educação, no dia 15 de dezembro, às 9 horas.

7.8. A classificação dos cargos de Médico ESF, Médico Ginecologista, Médico Pediatra, Assistente Social, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Professor, Técnico de Enfermagem ESF e Enfermeiro ESF será pela formação e tempo de serviço na função.

7.9. O critério de desempate será o de idade, prevalecendo o candidato que tiver maior idade.

8. DO APROVEITAMENTO:

8.1. Os candidatos classificados serão convocados para atender as necessidades que surgirem no Município de Corupá.

8.2. Para efeitos de aproveitamento, serão respeitadas as listagens de classificação decorrentes de editais anteriores a este,

dentro de sua validade.

8.3. As contratações serão efetuadas conforme necessidade do Município de Corupá, por tempo determinado, podendo ser prorrogado ou pelos prazos previstos na Lei Complementar nº 014/09.

9. DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO:

9.1. Na admissão, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Habilitação;
- Quitação com obrigações militares e eleitorais;
- CPF e título de eleitor;
- Carteira de Trabalho;
- Conta Corrente na Caixa Econômica Federal;
- Comprovante de residência;
- Certidão de Nascimento dos filhos.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1. A inscrição constará do preenchimento de ficha própria à disposição na Secretaria de Educação e Cultura - SEMEC;

10.2. Não será admitida inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, porém por procuração, a qual deverá ser anexada à ficha de inscrição;

10.3. O processo seletivo de que trata este edital será realizado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura em conjunto com as Secretarias de Saúde, e Infraestrutura.

10.4. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Coordenadora do Concurso;

10.5. A aprovação do candidato no Processo Seletivo Simplificado não gera ao Município a obrigatoriedade de sua contratação;

10.6. A vigência do presente Processo Seletivo Simplificado será de (01) um ano.

Corupá, 17 de novembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

FERNANDO GEAN LUNELLI
ASSESSOR JURÍDICO

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO: EDITAL 4/2014/SEMEC

Número de inscrição: _____ Cargo: _____

I - Identificação

Nome: _____

Data Nasc.: _____ RG: _____

CPF: _____

Estado Civil: _____

No de Dependentes: _____

Portador de Necessidade Especial: () Não () Sim.

Qual ? _____

II - Endereço

Rua/Avenida: _____

Número: _____ Apto: _____

Município: _____

Bairro: _____ UF: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

III - Habilitação Profissional

() Curso Superior em: _____

() Cursando a _____ fase do Curso Superior em _____

() Ensino Médio

() Ensino Fundamental

IV- Tempo de Serviço

Anos	Meses	Dias

V- O cargo de professor pode assinalar duas opções de inscrição:
Cargo de Professor

Educação infantil e Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano: () Professor de Educação Especial: ()

Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano () nas disciplinas de _____

VI- Outros cargos

Geral	Infraestrutura	Saúde
Auxiliar de Setor () Auxiliar Administrativo () Merendeira () Auxiliar de Serviços Gerais () Instrutor de Música Flauta Transversal () Instrutor de Música Violino () Instrutor de Música Clarinete e Saxofone () Instrutor de Música Teclado e Gaita () Instrutor de Música Musicalização Infantil () Assistente Administrativo () Técnico em Informática ()	Trabalhador Braçal () Motorista () Operador de Máquina – retroescavadeira e patrão () Operador de Máquina I – trator de esteira () Mecânico de Máquinas e Veículos ()	Médico ESF () Médico Pediatra () Médico Ginecologista () Fisioterapeuta () Assistente Social () Fonoaudiólogo 35h () Fonoaudiólogo 20h () Auxiliar de Consultório Dentário () Agente Epidemiológico () Enfermeiro ESF () Técnico em Enfermagem ESF ()

Corupá, ____ de _____ de 2014

Assinatura do responsável pela inscrição Assinatura do candidato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO Nº 04/2014

Nome do Cargo	
---------------	--

Nome do (a) Candidato (a): _____

Portador de Necessidade Especial	Qual:
Sim Não	

Obrigatório a apresentação deste, juntamente com a carteira de identidade no local da prova. Levar caneta (Preta ou Azul) e chegar 15 minutos de antecedência.

Corupá(SC)	Assinatura do Candidato: _____ (Obs: A Assinatura deverá ser igual a constante na identidade)	Responsável pelo Recebimento - Prefeitura _____ Assinatura
/ 20		

Observação:

Prova escrita para os cargos de Auxiliar de Setor, Auxiliar de Consultório Dentário, Agente Epidemiológico, Auxiliar Administrativo e Assistente Administrativo: 15 de dezembro de 2014 (segunda-feira), na Escola Municipal Aluísio Carvalho de Oliveira, com início, às 9h.

Prova prática para os cargos de Auxiliar de Serviços Gerais: 15 de

dezembro de 2014, na Escola Municipal Aluísio Carvalho de Oliveira, com início, às 9h e o cargo de Merendeira, às 14h.

Prova prática para os cargos de Trabalhador Braçal, Motorista, Mecânico de Máquinas e Veículos, Operador de Máquina e Operador de Máquina I: 15 de dezembro de 2014, na Secretaria de Infraestrutura, com início, às 9h.

Prova prática para o cargo de Instrutor de Música, no dia 15 de dezembro, na Secretaria de Educação e Cultura, com início às 14 horas.

Prova prática para o cargo de Técnico em Informática, no dia 15 de dezembro, na Secretaria de Educação e Cultura, com início às 9 horas.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Declaramos para fins de comprovação de Residência a Comissão Executiva do Teste Seletivo do Município de Corupá/SC, que _____

(Nome do Declarante) _____
portador do CPF nº _____ Carteira de Identidade _____, reside no Bairro _____ deste Município, e demonstra ser uma pessoa idônea e merecedora de inteira confiança desta Comunidade.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração, para que surta os legais e jurídicos efeitos.

Corupá (SC), em _____ de _____ de 20__.

Assinatura declarante

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL Nº 002/2014, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

EDITAL Nº 002/2014, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre inscrições e fixa normas para o Concurso Público de ingresso em cargo público do Município de Curitibanos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei Orgânica do Município de Curitibanos, a Lei Complementar nº 24 de 25 de abril de 2002, a Lei Complementar nº 26 de 17 de junho de 2002, a Lei Complementar nº 43, de 29 de maio de 2006, a Lei Complementar nº 76, de 12 de janeiro de 2012 e demais legislações aplicáveis, torna público, pelo presente Edital, as normas para realização de CONCURSO PÚBLICO de ingresso e formação de cadastro de reserva de servidores em caráter efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade do município de Curitibanos através da comissão de concurso instituída pelo decreto nº 4.509/2014.

1.2. O presente Concurso Público destina-se ao provimento dos cargos públicos a serem ocupados na atual situação e para formação de cadastro reserva consoante disposição do Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.3. É de inteira responsabilidade do candidato inteirar-se do presente conteúdo, bem como fazer consultas diárias no site do município www.curitibanos.sc.gov.br para estar ciente de todas as publicações legais do processo que norteia o presente Edital.

II - DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para todos os cargos do referido Edital serão realizadas no auditório da Prefeitura Municipal no horário das 13:00 às 18:00h entre os dias 19/11/2014 até o dia 18/12/2014, observando-se o horário oficial de Brasília/DF.

2.1.1 O candidato deverá preencher o formulário de inscrição de forma a não deixar nenhum campo em branco, do contrário sua inscrição não será efetuada.

2.1.2. O candidato deverá prestar ATENÇÃO ao selecionar o cargo desejado para a realização da prova.

2.1.3. O candidato indicará telefone e endereço para contato de forma correta, sendo que qualquer alteração deverá ser informada à comissão de concurso.

2.2. O comprovante de inscrição e o comprovante de pagamento da taxa de inscrição deverão ser mantidos em poder do candidato e apresentados no local de realização das provas.

2.3. O candidato deverá, no período das inscrições, pagar a importância indicada a seguir, de acordo com o nível de escolaridade ao cargo pretendido no referido certame.

Ensino Superior	R\$ 100,00	Cem Reais
Ensino Médio e Técnico	R\$ 50,00	Cinquenta Reais
Ensino Séries Iniciais	R\$ 30,00	Trinta Reais

2.4. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

2.5. Não serão aceitos pedidos de isenção de pagamento do valor da inscrição, seja qual for o motivo alegado.

2.6. O formulário de inscrição só será aceito após a apresentação da comprovação do pagamento pelo candidato.

2.7. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até a data de vencimento constante no boleto.

2.8 A inscrição do candidato e o pagamento do boleto bancário implicarão no conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2.9. O candidato declarará, ao efetuar sua inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da admissão.

2.10. A inscrição só será homologada após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição e constatado que os campos obrigatórios estejam devidamente preenchidos.

2.11. A falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação, verificada em qualquer etapa do presente concurso, implicará na eliminação automática do candidato, sem prejuízo das cominações legais.

2.12. Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos constantes do Anexo I.

2.13. Caso a inscrição do candidato não conste na relação das inscrições pré-homologadas que será divulgada conforme data constante no Anexo V, deverá apresentar recurso no prazo de 2 dias corridos perante o protocolo da prefeitura municipal de Curitiba - ASSUNTO: CONCURSO PÚBLICO, sob pena de ser definitivamente indeferida a inscrição.

III - DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Ao candidato portador de necessidade especial é assegurado o direito de se inscrever neste Concurso Público, devendo assinar sua condição especial no item específico do requerimento de inscrição e apresentar no ato toda a documentação referida no item 3.5.

3.2. Será reservada vaga para o candidato portador de necessidade especial para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que seja portador, na proporção de um para cada cinco vagas, conforme art. 37, VIII, da Constituição Federal, art. 36, VII, da Lei Orgânica Municipal nº 026/2002.

3.3. Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas para pessoa com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos classificados neste Concurso Público.

3.4. Será considerada pessoa com deficiência aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que se enquadre nas categorias descritas nos Decretos federais nº 3.298/1999 e suas alterações, nº 5.296/2004 e suas alterações e na Lei federal nº 7.853/1989.

3.5. O candidato com deficiência deverá apresentar, o requerimento preenchido conforme modelo do Anexo VI, a cópia simples

do CPF e a cópia do laudo médico (original ou cópia autenticada) especificando a respectiva deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência e a indicação de que ela não impede ao candidato o exercício das funções do cargo a que se inscreveu, cuja data de expedição deverá ser compatível aos prazos legais estabelecidos por este Edital.

3.6. O candidato inscrito para a vaga reservada a candidato com deficiência que deixar de atender os requisitos legais e as determinações do disposto nos subitens anteriores terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer unicamente como candidato não portador de deficiência.

3.7. O candidato com deficiência submeter-se-á, quando da nomeação, à avaliação da junta médica, que terá a decisão terminativa sobre:

- a) a qualificação do candidato como deficiente ou não; e
- b) o grau de deficiência, capacitante ou não, para o exercício do cargo.

3.8. O candidato com deficiência participará deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, bem como à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.9. Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

3.10. O candidato que tiver a necessidade de realizar as provas em braile ou em qualquer outra condição especial deverá requerer no ato da inscrição.

3.11. O candidato que tiver a necessidade de prova em fonte ampliada deverá requerer no ato da inscrição, apresentando laudo médico para a condição especial e indicando o tamanho da fonte de sua prova ampliada, entre 18, 20, 22 ou 24.

3.12. O candidato com deficiência que não requerer e comprovar a condição especial na forma da legislação vigente, não terá o atendimento ou condição especial para a realização das provas, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição.

3.13. Não será realizado atendimento domiciliar em nenhuma hipótese.

IV - DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições estabelecidas neste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente no prazo previsto no cronograma constante do Anexo V e estarão disponíveis no Mural Público da Prefeitura Municipal de Curitiba e no endereço eletrônico www.curitiba.sc.gov.br.

4.2. Somente será divulgada a relação das inscrições que forem deferidas.

4.2.1 Para todos os efeitos, os candidatos que não constarem na relação do referido Edital, estarão com suas inscrições indeferidas.

4.3. Quanto ao indeferimento de inscrição, caberá recurso, dirigido à comissão de concursos do município através do protocolo da Prefeitura Municipal de Curitiba, no prazo máximo previsto no Anexo V, contado da data de publicação da relação mencionada desde edital.

4.3.1 O recurso deverá constar o nome completo do candidato, o número da inscrição e os motivos para a reforma da decisão de indeferimento.

V - DO VÍNCULO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

5.1 Os candidatos habilitados e classificados neste Concurso Público serão nomeados em caráter efetivo, conforme vagas previstas no Anexo I deste Edital em prazo vigente deste certame, ficando sujeitos ao Estágio Probatório, na forma da legislação vigente.

5.2. O candidato nomeado estará sujeito ao regime estatutário, definido pela LC n. 26/2002 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Curitiba e estará vinculado ao Regime do Instituto de Previdência do Município (IPESMUC).

VI - DA PROVA

6.1. O Concurso Público, objeto deste Edital, constará de Prova objetiva de conhecimentos para todos os cargos.

6.2. O candidato que necessite de alguma condição especial para realização da prova deverá requerer quando da sua inscrição, bem como protocolar e comprovar o que lhe é de direito no ato da inscrição para que o atendimento seja concedido.

6.3. Os portões do local de prova serão fechados 10 (dez) minutos antes do horário de início da aplicação das provas - observando-se o horário oficial de Brasília/DF, ou seja, **SERÁ FECHADO PONTUALMENTE AS 08:50 HRS, NÃO SENDO MAIS PERMITIDO O INGRESSO DE CANDIDATOS AO LOCAL DAS PROVAS APÓS ESTE HORÁRIO.**

6.3.1. O local de aplicação da prova objetiva será no Núcleo Municipal Teresa Lemos Preto, localizado na Av. Salomão Carneiro de Almeida, 1675, bairro Nossa Senhora Aparecida, Curitiba/SC, com início às 09:00hrs.

6.3.2. Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares prevista para o local das provas, o Município de Curitiba poderá alterar os horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data e/ou turno, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais através do site www.curitiba.sc.gov.br.

6.3.3. É de inteira responsabilidade do candidato, inteirar-se e informar-se sobre o horário da realização das provas ao cargo que se inscreveu a partir da data da homologação das inscrições até o dia anterior ao da aplicação das provas.

6.4. O Município de Curitiba reserva-se no direito de realizar as provas escritas de conhecimento nos períodos matutino, vespertino e noturno, de acordo com o número de candidatos inscritos no presente certame, se necessário for.

6.5. As provas escritas de conhecimento serão realizadas em etapa única de três horas (3h) de duração, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e o tempo necessário para as instruções gerais que serão repassadas pelos fiscais de sala.

6.6. Para entrada nos locais de prova, os candidatos deverão apresentar documentos de identificação válidos e com foto e portar junto o comprovante de inscrição e o comprovante de pagamento da taxa de inscrição.

6.7. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho e Carteira Nacional de Habilitação (somente o modelo com foto).

6.8. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, na

data de realização da prova, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta (30) dias.

6.9. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo e sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

6.10. Por ocasião da prova, o candidato que não apresentar o documento de identificação válido, na forma definida no item 6.6, não poderá fazer a prova e será automaticamente eliminado do certame.

6.11. Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição aos exigidos.

6.12. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

6.13. Durante a realização das provas é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares ou ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato do Concurso Público.

6.13.1. Os aparelhos de telefones celulares móveis e outros equipamentos eletrônicos deverão ser entregues desligados aos fiscais das salas antes do início das provas, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.

6.13.2. Não será permitido o uso de aparelhos celulares nos locais de provas, bem como é vedado ao candidato entrar no pátio do local de provas com o aparelho ligado, sendo que a não obediência implicará na eliminação e na remoção do candidato do estabelecimento designado como local de provas.

6.14. No decurso das provas, o candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala se acompanhado por um fiscal.

6.15. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de prova após uma hora de seu início.

6.16. O candidato, ao encerrar a prova e antes de se retirar do local de sua realização, entregará ao fiscal de prova/sala o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de prova. Caso não o faça, será automaticamente eliminado do Concurso Público.

6.17. Todos os cartões-respostas serão rubricados ou assinados no verso pelos três (03) últimos candidatos de cada sala, independente do cargo.

6.18. Os três (03) últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as suas provas e retirar-se definitivamente do local simultaneamente.

6.19. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas, nem a realização de prova fora dos horários e locais estabelecidos neste Edital.

VII - DA PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS

7.1. A prova objetiva de conhecimentos inclui questões de Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos, conforme ementa das disciplinas constantes dos Anexos presentes neste Edital.

7.2. A prova de conhecimentos para os cargos de nível médio e superior será objetiva e constará de 30 (trinta) questões, com quatro (4) alternativas de respostas cada uma, sendo que apenas uma (1) estará correta.

7.3. A pontuação de cada disciplina para os cargos de nível médio e superior será a seguinte:

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Língua Portuguesa	05	0,38	1,90
Matemática	05	0,36	1,80
Conhecimentos Gerais	05	0,16	0,80
Conhecimentos Específicos	15	0,36	5,50
Total	30		10,00

7.4. A prova de conhecimentos para os cargos de séries iniciais será objetiva e constará de 20 (vinte) questões, com quatro (4) alternativas de respostas cada uma, sendo que apenas uma (1) estará correta.

7.5. A pontuação de cada disciplina para os cargos de nível primário será a seguinte:

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Língua Portuguesa	08	0,50	4,00
Matemática	06	0,50	3,00
Conhecimentos Gerais	06	0,50	3,00
Total	20		10,00

7.6. Para realização da prova objetiva de conhecimentos, o candidato deverá utilizar caneta esferográfica de tinta azul ou preta, sendo as questões respondidas em cartão-resposta, que não será substituído em caso de erro do candidato.

7.7. A adequada marcação do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato.

7.8. Será atribuída nota zero (0,0) às respostas de questão(ões) que contenha(m):

- a) Emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis), no cartão-resposta;
- b) Mais de uma opção de resposta assinalada no cartão-resposta;
- c) Espaço não assinalado (s) no cartão-resposta;
- d) Cartão-resposta preenchido fora das especificações, ou seja, preenchido com lápis ou caneta esferográfica de tinta cuja cor seja diferente do especificado no item 7.6 ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

7.9. A prova objetiva de conhecimentos será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo as notas expressas com 01 (um) decimal, sem arredondamento.

7.10. O Gabarito Oficial referente à prova objetiva de conhecimentos será divulgado a partir das 9h do primeiro dia útil subsequente à realização da referida prova no endereço eletrônico www.curitiba.sc.gov.br e no Mural Público da Prefeitura Municipal de Curitiba/SC.

7.11 O caderno de provas estará disponível de forma única e será encaminhado aos candidatos que assim o requisitarem através do

protocolo da Prefeitura Municipal de Curitiba/SC.

7.12. Havendo impugnação de questões da prova objetiva de conhecimentos, o candidato poderá preencher um requerimento no momento em que estiver prestando a prova e entregar ao fiscal de sala.

7.12.1. O formulário de impugnação de questão estará disponível na sala de prova e poderá ser fornecido ao candidato no dia da realização da prova, caso este o solicite.

7.12.2. As respostas às eventuais impugnações de questão serão publicadas juntamente com a classificação final do Concurso Público, bem como o Gabarito Oficial definitivo, na ocorrência de recurso julgado procedente.

7.13. Toda questão anulada será computada como resposta correta para todos os candidatos.

VIII - DA PROVA PRÁTICA AO CARGO

8.1. Haverá prova prática para os cargos de motorista, operador de motoniveladora, operador de retroescavadeira e servente de obras, em horário e dia já determinado no ANEXO V.

8.2. O local de espera para os candidatos realizarem a prova prática para os cargos descritos no item anterior estão indicados nos anexos X, XI e XII.

8.3. A prova prática para os cargos de motorista, operador de motoniveladora e operador de retroescavadeira consistirá em uma prova em campo aberto, sendo que os itens que serão avaliados constam dos anexos X (motorista) e XI (operador de motoniveladora e retroescavadeira).

8.4. A prova prática de servente de obras consistirá na execução de tarefas observando-se os itens de avaliação do anexo XII.

8.5. Todo o candidato independente do tipo da prova prática sairá com nota máxima de 20,0 (vinte) pontos no formulário de avaliação, onde o mesmo durante a realização da prova prática poderá manter sua pontuação ou perder conforme critérios a serem avaliados pelo fiscal de prova durante a realização de sua prova prática.

8.6. A nota final do candidato que além da prova escrita e objetiva tiver realizado a prova prática, será o resultado da soma da prova escrita e objetiva, mais a nota da prova prática.

IX - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

9.1. Serão considerados aprovados de forma geral e farão parte da listagem final os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a cinco (5,0) pontos.

9.2. A nota final será calculada através da soma dos acertos na forma da Tabela constante do item 7.3 e 7.4 deste Edital, bem como da soma da pontuação da prova prática nos casos que houver.

9.3. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da nota final (prova escrita + prova prática).

9.4. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

- a) maior nota na prova prática;
- b) maior nota na prova de conhecimentos específicos;
- c) maior nota na prova de Matemática;
- d) maior nota na prova de Língua Portuguesa.
- e) maior nota na prova de conhecimentos gerais;

f) maior idade.

X - DOS RECURSOS

10.1. Será admitido recurso para cada uma das fases do Concurso Público que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado e apresentado nos prazos estabelecidos no cronograma constante do Anexo V deste Edital.

10.2. Os recursos aqui mencionados deverão ser protocolados na Prefeitura Municipal de Curitiba, contendo nome completo do candidato, número de inscrição e as razões do recurso.

10.3. Os recursos e os pedidos de impugnação e revisão de nota deverão ser encaminhados conforme item 10.2, cabendo a comissão de concursos a apreciação dos mesmos.

10.4. Os recursos que se apresentarem sem fundamentação teórica, ilegíveis, fora de prazo e que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos automaticamente.

10.5. Às decisões dos recursos será dada divulgação, sejam elas através de publicações no mural público municipal ou divulgação no site do município www.curitiba.sc.gov.br.

10.6. Os candidatos poderão solicitar revisão da nota das provas, sendo que a nota poderá ser mantida, aumentada ou diminuída.

10.7. Não serão admitidos pedidos de revisão de nota de prova de outros candidatos, ou seja, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua nota.

10.8. As decisões dos pedidos de revisão da nota das provas serão dadas a conhecer coletivamente.

10.9. A Comissão Especial do Concurso Público, nomeada pelo Decreto n. 4.509/2014, constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, não cabendo recursos ou revisões adicionais na esfera administrativa.

XI - DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. O resultado final do Concurso Público, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente e publicado no Mural Público da Prefeitura Municipal, no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC e no endereço eletrônico www.curitiba.sc.gov.br.

XII - DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

12.1. A nomeação dos candidatos aprovados no concurso público regulado por este certame, a juízo da conveniência e oportunidade, serão convocados, nomeados e empossados nos termos da LC n. 26/2002;

12.2. A convocação do candidato para apresentação dos documentos será realizada mediante publicação de Edital de Convocação no DOM/SC e contato através de email ou telefone, sendo de responsabilidade única e exclusiva do candidato informar seu endereço e telefone corretamente quando do preenchimento do formulário de inscrição e mantê-lo atualizado perante o Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal após a homologação do certame.

12.3. No prazo de 10 (dez) dias após a convocação, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Cópia de:

1. Documento de Identidade (RG);
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF);
3. Título de Eleitor e certidão de quitação eleitoral;
4. Certidão de Nascimento ou Casamento;

5. Certidão de Nascimento de Filhos;

6. CNH (se exigida para o cargo);

7. Diploma ou certificado comprobatório da escolaridade exigida para o cargo;

8. Carteira de inscrição no Conselho ou Órgão de Classe correspondente (quando exigido para o cargo);

b) Quitação com as obrigações militares, em caso de candidato de candidato do sexo masculino, com a devida apresentação da cópia do comprovante de quitação com o serviço militar;

c) 01 (uma) foto 3x4 colorida e recente;

d) Laudo médico de saúde física e mental.

e) Outros exames médicos que forem exigidos pelo departamento pessoal.

12.4. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos acima serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para nomeação e posse.

12.5. Apresentada a documentação acima mencionada e/ou outras julgadas necessárias pelo Município, o candidato convocado será nomeado para o cargo público.

12.6. A posse no cargo público dar-se-á até 30 (trinta) dias após a nomeação, sob pena de decadência do direito de ser empossado.

XIII - DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

13.1. Delega-se competência para a comissão de concurso para:

a) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas objetivas de conhecimentos;

b) apreciar todos os recursos administrativos previstos neste Edital;

c) emitir relatórios de classificação dos candidatos;

d) prestar informações sobre o Concurso Público;

e) definir normas para aplicação das provas;

f) selecionar fiscais para aplicação das provas.

VIX - DO FORO JUDICIAL

14.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Concurso Público de que trata este Edital é o da Comarca de Curitiba/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

XV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de realização da prova correspondente.

15.2. O prazo de validade do presente Concurso Público é de dois (02) anos, podendo ser prorrogado, por uma única vez, por igual período, mediante justificativa, interesse e conveniência da Administração Municipal.

15.3. Os candidatos aprovados neste certame serão nomeados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas constante do Anexo I, conforme a necessidade, a conveniência e a oportunidade, exceto os cargos que se destinam à formação de cadastro de reserva.

15.4. A aprovação no Concurso Público não assegura ao candidato o direito à nomeação imediata, devendo ocorrer conforme a necessidade do serviço público municipal durante a vigência do certame e de acordo com o número de vagas estabelecidas no Anexo I, sendo que as vagas criadas durante sua vigência serão providas seguindo a ordem de classificação dos aprovados em cada cargo.

15.5. Será excluído do presente Concurso Público, por ato da empresa responsável pelo certame, vencedora do processo licitatório, o candidato que:

- a) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
- b) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- c) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;
- d) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal.

15.6. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, deverá requerer o direito no ato da inscrição e no dia da prova deverá levar um (a) acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança, caso contrário ficará impossibilitada de realizar as provas.

15.7. O Gabarito Oficial da prova objetiva de conhecimentos e o resultado das provas serão divulgados no endereço eletrônico www.curitibanos.sc.gov.br e no Mural Público da Prefeitura Municipal de Curitiba/SC.

15.8. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público designada pelo Decreto n. 4.509/2014.

15.9. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - Dos Cargos, Vagas, Carga Horária, Vencimentos e Habilitação.
- b) ANEXO II - Do Conteúdo Programático para todos os cargos de Nível Séries Iniciais.
- c) ANEXO III - Do Conteúdo Programático Geral para todos os cargos de Nível Médio, Técnico e Superior.
- d) Anexo IV - Do Conteúdo Programático Específico ao cargo.
- e) ANEXO V - Do cronograma - (Sujeito a alterações).
- f) ANEXO VI - Do Requerimento/Declaração.
- g) ANEXO VII - Das atribuições dos cargos.
- h) ANEXO VIII - Formulário para interposição de recurso.
- i) ANEXO IX - Formulário de Inscrição.
- j) ANEXO X - Critérios para avaliação da prova prática de motorista III.
- k) ANEXO XI - Critérios para avaliação da prova prática de Op. de motoniveladora e retroescavadeira.
- l) ANEXO XII - Critérios para avaliação da prova prática de servente de obras masculino.

15.10. Será publicado Extrato do presente Edital para fins de publicidade legal, sendo que o Edital na íntegra estará disponível no Mural Público da Prefeitura Municipal e no endereço eletrônico www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitiba-SC, 19 de novembro de 2014.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
Prefeito Municipal

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS NR. 25/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA		PREGÃO PRESENCIAL	
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS		Nr.: 67/2014 - PR	
CNPJ:	83.754.044/0001-34	Processo Administrativo:	67/2014
RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860		Processo de Licitação:	67/2014
C.E.P.:	89520-000 - Curitiba - SC	Data do Processo:	21/10/2014

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE CADEIRAS PARA O AUDITÓRIO DO NÚCLEO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO TERESA LEMOS PRETO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 25/2014 (Sequência: 4)

Ao(s) 14 de Novembro de 2014, às 14:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 271/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 67/2014, Licitação nº 67/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: TENDO EM VISTA QUE AS EMPRESAS L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA; E VW COMERCIO ATACADISTA LTDA NÃO APRESENTARAM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL, AMBAS AS EMPRESAS SÃO CONSIDERADAS DESCLASSIFICADAS, SENDO APRAZADO POR LEI TEMPO PARA INTERPOR RECURSO.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA		PREGÃO PRESENCIAL	
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS		Nr.: 67/2014 - PR	
CNPJ:	83.754.044/0001-34	Processo Administrativo:	67/2014
RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860		Processo de Licitação:	67/2014
C.E.P.:	89520-000 - Curitiba - SC	Data do Processo:	21/10/2014

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Curitiba, 14 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL - -
Pregoeiro(a)

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 73/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 73/2014

O Fundo Municipal de Educação de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE KITS CONTENDO MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 05/12/2014, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 05/12/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 18 de Novembro de 2014.

Kleberson Luciano Lima Diego Sebem Wordell
Presidente do Fundo Pregoeiro

Ermo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 33/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo, torna público que encontra-se aberto o Processo de Licitação nº 33/2014 - Modalidade Tomada de Preço, objetivando a contratação de empresa para pavimentação com asfalto CBUQ, drenagem pluvial e sinalização viária na comunidade de Santana, no município de Ermo, com área de 6.116,00 m², com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 07:45 hs do dia 05/12/2014 e abertura às 08:00 hs do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo - SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07:30hs às 11:30 hs, ou pelo telefone (048) 3546-0083.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

LEI Nº 371, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 371, de 18 de novembro de 2014.

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Ermo para o Exercício Financeiro de 2015.

ELIAS NAGEL, Prefeito do Município de Ermo em exercício, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Ermo para o exercício financeiro de 2015, compreendendo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo e seus Fundos, em R\$ 9.686.799,25 (nove milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, setecentos e noventa e nove reais e vinte e cinco centavos).

Art. 2º As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições e de outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente discriminadas em anexo a esta lei, são estimadas com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$ 11.533.048,17
Receita Tributária	R\$ 372.785,98
Receitas de Contribuições	R\$ 81.800,96
Receita Patrimonial	R\$ 40.837,56
Receita de Serviços	R\$ 102.088,79
Transferências Correntes	R\$ 13.157.987,85
Outras Receitas Correntes	R\$ 116.559,94
Fundeb (-)	R\$ -2.339.012,91
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 1.331.414,49
Alienação de Bens	R\$ 33.660,49
Transferências de Capital	R\$ 297.754,00
Operação de Crédito	R\$ 1.000.000,00
Total	R\$ 12.864.462,66

Art. 3º A despesas fixadas, detalhadas em anexo a esta Lei conforme determina a Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, esta assim distribuída por Órgãos:

I - DESPESAS POR ÓRGÃOS

1- PREFEITURA MUNICIPAL

01 - Gabinete do Prefeito R\$ 340.510,16
02 - Secretaria de Administração e Finanças R\$ 931.841,76
03 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente R\$ 1.775.855,60
04 - Secretaria de Educação, Cultura, Espo e Tur. R\$ 3.922.888,60
05 - Secretaria de Obras, Viação, Transp. Serv. Urb R\$ 2.545.037,80
06 - Secretaria de Saúde e Promoção Social R\$ 604.216,80
99 - Reserva de Contingência R\$ 7.420,00

2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 2.100.147,67
3 - FUNDO MUNIC. DE ASSIST. E PREVID R\$ 106.000,00
4 - CÂMARA DE VEREADORES R\$ 530.544,27
TOTAL: R\$ 12.864.462,66

Art. 4º O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
II - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 5º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 6º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º As alterações ocorridas na Lei Orçamentária (LOA), com repercussão de remanejamento e/ou alterações de receitas e despesas no Plano Plurianual (PPA) de 2014 a 2017 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015 serão regulamentadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 9º A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 18 de novembro de 2014.
ELIAS NAGEL
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 0053/2014 – PROCESSO LICITATÓRIO 0095/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

AVISO DE EDITAL E RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO PR ESENCIAL 0053/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO 0095/2014.

O município de Faxinal dos Guedes, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 0053/2014, que trata da "Aquisição de data-show e instalação de suporte para projetores multimídia, tela de projeção e notebooks em salas de aula/laboratórios da rede municipal de ensino, com fornecimento de material e mão de obra, com garantia e assistência técnica no local onde os equipamentos os forem instalados, está sendo republicado a fim de atender o requisito de publicação conforme Lei 8.666/93. Faz-se também a publicação da retificação.

FICAM ALTERADOS OS SEGUINTEIS ITENS: 7 - DO CONTEÚDO DA PROPOSTA; ITEM 12 - DO CREDENCIAMENTO; ITEM 24 - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E O ITEM 2 DO ANEXO I;

Passando a vigorar nas seguintes descrições:

7.DO CONTEÚDO DA PROPOSTA:

7.1.As propostas de preços (envelope nº 01) deverão ser entregues impressas e conter: 7.1.1.O número do Processo e número deste PREGÃO ;

7.1.2.A razão social da proponente, CNPJ, endereço completo, telefone, endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato;

7.1.3.Apresentar a descrição do item do PREGÃO , em conformidade com as especificações contidas no ANEXO I, contendo Marca e Modelo/Referência dos equipamentos, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado por LOTE.

7.1.4.Declaração com prazo de validade não inferior a 150 (cento e cinquenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

7.1.5.Apresentar preço unitário e total dos itens com até 02 (duas) casas depois da vírgula, expresso em moeda corrente nacional, em algarismo, fixo e irrevogável, apurado à data da apresentação da proposta, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados o de menor valor efetivo do item unitário.

7.1.6.As empresas proponentes deverão apresentar Catálogo Técnico de todos os produtos Ofertados atendendo a todas as descrições do item.

7.1.7.Declaração que a entrega e instalação será de 15 dias após a o fornecimento das ordens de compra de acordo com a necessidade da secretária.

12.DO CREDENCIAMENTO:

12.7.As empresas que se demonstrarem interessadas a participar do certame juntamente a o credenciamento obrigatoriamente

deverá apresentar o s seguintes documentos:

A) Laudo de vistoria dos locais da instalação dos projetores cedido pela Secretária de Educação com antecedência de 4(quatro) dias úteis antes da licitação.

B) Declaração firmada pelo Responsável da empresa que esta ciente dos prazos da garantia de 12 meses on-site com atendimento em até 24 horas ciente que abrangerá cidade e interior contendo multa de atraso do atendimento por hora, com firma reconhecida.

C) Atestado de Capacidade Técnica comprovando que a empresa já efetuou esse tipo de venda conjunta a instalação e assistência técnica, emitido por entidade pública ou privada, contendo número e cópia da nota fiscal dos equipamentos, com firma reconhecida pelo emissor do atestado.

24. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

24.1.O fornecedor obriga-se a prestar os serviços, em que foi declarado vencedor, CONFORME CRONOGRAMA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, após receber a ordem de fornecimento/serviço vindo da Secretaria responsável;

24.2.Os materiais deverão ser entregues conforme ordem de fornecimento em até 15 dias após a solicitação.

24.3.O(S) VENCEDOR(ES) DEVERÁ NO ATO DA ENTREGA DOS PRODUTOS APRESENTAR, PROVA DA ORIGEM DA AQUISIÇÃO, ATRAVÉS DE CÓPIA DA NOTA FISCAL DO FORNECEDOR CONTENDO SEUS RESPECTIVOS DESCRITIVOS E NÚMERO DE SÉRIE A FIM DE EVITAR AQUISIÇÃO DE ORDEM ILÍCITA PARA A ENTIDADE PÚBLICA.

ITEM 02

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR UNITÁRIO
	Computador notebook Com Processador INTEL Core i3 2.1Ghz;			
	3Mb Cache; Tela LCD com iluminação de LED 14" WXGA			
	1366x768; 2Gb Memória DDR3L 1600Mhz; Expansível até 8Gb;			
	Tela LCD com iluminação de LED 14" WXGA 1366x768;HD			
	500gb 5400RPM; Gravador e Leitor de CD/DVD; Saída			
	HDMI; Saída VGA; Leitor de Cartão de Memória; Rede			
	Gigabit 10/100/1000; Wireless; ChipSet HM76; Bateria 6			
	Cell; 2 x USB 3.0; 2 x USB 2.0; Microfone Embutido;			
	WebCam 1.3Mp; Windows 7 PRO 64Bits; Apresentar junto a			
02	Proposta de preços sob pena de inabilitação:	Un	15	2.730,00
	Certificado PPB do Fabricante do notebook contendo			
	Modelo ofertado; Certificados ISO 9001 do Fabricante			

do Notebook; Certificado ISO 14001 do Fabricante do			
Notebook; Certificado HCL do Notebook sendo compatível			
com MS Windows 7 x64, onde o modelo cotado pela			
licitante proponente deverá ter sua comprovação obtida			
através de relatório emitido pela Microsoft (HCL); O			
fabricante deve estar na lista DMTF (Desktop			
Management Task Force) de nível Participation, Board ou Leadership.			

AS DATAS PARA O RECEBIMENTO DO ENVELOPE DOS DOCUMENTOS E DA PROPOSTA PERMANECEM INALTERADAS.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Os interessados poderão adquirir o edital na íntegra de segunda a sexta-feira no horário de expediente da prefeitura junto ao setor de licitações situado na AV. Rio Grande do Sul, 458 centro, Faxinal dos Guedes - SC ou através do site www.faxinal.sc.gov.br.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

Faxinal dos Guedes, 17 de novembro de 2014.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Forquilha

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 98/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 98/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - OTOCENTER CLINICA DE OTORRINOLARINGOS-COPIA S/S LTDA

OBJETO - Constitui objeto do presente Termo Contratual o credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, por meio de exames de média e alta complexidade, nos procedimentos de videoendoscopia e videolaringoscopia, para o exercício de 2014.

VALOR - O valor do serviço prestado será o mesmo praticado na Tabela SUS, limitado ao valor global de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) por ano.

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 3.3.90.39.50.00.00 (15).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Credenciamento nº. 46/FMS/2013.

DATA DA ASSINATURA - 07 de outubro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 96/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 96/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 2004/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA EPP.

DO OBJETO - Contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de mobiliário e equipamentos diversos, através de empresas do ramo pertinente, para utilização nas diversas Secretarias do Município de Forquilha/SC, de acordo com a proposta da contratada.

DO VALOR - Fica acrescido no objeto do contrato nº. 200/PMF/2014 o valor de R\$ 1.168,00 (um mil cento e sessenta e oito reais) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, relativo ao seguinte item:

ITEM	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	01	Aparelho de ar condicionado Split 9.000 BTUs	Elgin	R\$ 1.168,00	R\$ 1.168,00

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 10 de novembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.026, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 2.026, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte

Lei:

CAPÍTULO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa - órgão permanente, paritário, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações voltadas para a pessoa idosa no âmbito do município Forquilha.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa:

I - Zelar pela implantação, implementação, defesa e promoção dos direitos da pessoa idosa;

II - Propor, opinar e acompanhar a criação e elaboração da lei de criação da Política Municipal da Pessoa Idosa;

III - Propor, formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas e ações municipais destinadas à pessoa idosa, zelando pela sua execução;

IV - Cumprir e zelar pelas normas constitucionais e legais referentes à pessoa idosa, sobretudo a Lei Federal nº. 8.842, de 04/01/94, a Lei Federal nº. 10.741, de 01/10/03 (Estatuto do Idoso), bem como as leis de caráter municipal;

V - Denunciar à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer um dos dispositivos legais elencados no item anterior;

VI - Receber e encaminhar aos órgãos competentes as petições, denúncias e reclamações sobre ameaças e violação dos direitos da pessoa idosa e exigir das instâncias competentes medidas efetivas de proteção e reparação;

VII - Propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas voltados para a promoção, proteção, a defesa dos direitos e melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa;

VIII - Propor aos poderes e autoridades competentes a criação do fundo especial da pessoa idosa nos termos do Capítulo II desta lei;

IX - Elaborar e aprovar o plano de ação e aplicação dos recursos oriundos do Fundo Especial Municipal da Pessoa Idosa, bem como acompanhar e fiscalizar sua utilização e avaliar os resultados;

X - Elaborar seu regimento interno;

XI - Participar ativamente da elaboração das peças orçamentárias municipais: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), assegurando a inclusão de dotação orçamentária compatível com as necessidades e prioridades estabelecidas, zelando pelo seu efetivo cumprimento;

XII - Divulgar os direitos das pessoas idosas, bem como os mecanismos que asseguram tais direitos;

XIII - Convocar e promover as Conferências de Direitos da Pessoa Idosa em conformidade com o Conselho Nacional de Direitos do Idoso (CNDI);

XIV - Realizar outras ações que considerar necessário à proteção do direito da pessoa idosa.

Art. 3º Aos membros do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa idosa será facilitado o acesso aos diversos setores da administração pública, especialmente aos programas prestados à população idosa, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões, propostas e ações, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse da pessoa idosa.

Art. 4º O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa é composto de forma paritária entre o poder público municipal e a sociedade civil, e será constituído:

I - por representantes de cada um dos órgãos setoriais indicados a seguir:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social;

b) Secretaria Municipal de Saúde;

c) Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

II - por 3 representantes de entidades não governamentais representantes da sociedade civil atuantes no campo da promoção

e defesa dos direitos ou ao atendimento da pessoa idosa, legalmente constituída e em regular funcionamento, sendo eleitos em Fórum próprio especialmente convocado para este fim, sendo o processo eleitoral acompanhado por um representante do Ministério Público.

§1º Cada membro do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa terá um suplente;

§2º Todos os membros do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, respeitadas as indicações previstas na Lei.

§3º Os membros do Conselho terão um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

§4º O titular de órgão ou entidade governamental indicará seu representante, que poderá ser substituído, a qualquer tempo, mediante nova indicação do representado.

§5º Caberá às entidades eleitas a indicação de seus representantes ao Prefeito Municipal, diretamente, no caso da primeira composição do Conselho Municipal, ou por intermédio deste, tratando-se das composições seguintes, para nomeação, no prazo de 20 (vinte) dias após a realização do Fórum que as eleger, sob pena de substituição por entidade suplente, conforme ordem decrescente de votação.

Art. 5º O Presidente e o Vice Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus membros, por maioria absoluta, devendo haver, no que tange à Presidência e a Vice Presidência, uma alternância entre as entidades governamentais e não governamentais a cada novo mandato.

§1º O Vice Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa idosa substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a presidência será exercida pelo conselheiro mais idoso.

§2º O Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa poderá convidar para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, além de pessoas de notória especialização em assuntos de interesse da Pessoa idosa.

Art. 6º A função do membro do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 7º As entidades não governamentais representadas no Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa perderão esta condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

- I - Extinção de sua base territorial de atuação no município;
- II - Irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatíveis a sua representação no Conselho;
- III - Aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovada.

Art. 8º Perderá o mandato o Conselheiro que:

- I - Desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;
- II - Faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;
- III - Apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;
- IV - Apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;
- V - For condenado em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

Art. 9º Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa serão

substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

Art. 10. Os órgãos ou entidades representados pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art. 11. O conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa reunirá-se trimestralmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação de seu presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

Art. 12. O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa instituirá seus atos por meio da resolução aprovada pela maioria de seus membros.

Art. 13. As sessões do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa serão públicas, precedidas de ampla divulgação.

Art. 14. A Secretaria Municipal de Assistência Social proporcionará o apoio técnico administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 15. Os recursos financeiros para implantação e manutenção do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa serão previstos nas peças orçamentárias do município, possuindo dotações próprias.

CAPÍTULO II DO FUNDO MUNICIPAL DE PESSOA IDOSA

Art. 16. Fica criado o Fundo Municipal da Pessoa Idosa, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas às pessoas idosas no Município de Forquilha.

- Art. 17. Constituirão receitas do Fundo Municipal da Pessoa Idosa:
- I - Dotação orçamentária da União, do Estado e Município;
 - II - As resultantes de doações do Setor Privado, pessoas físicas ou jurídicas;
 - III - Os rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
 - IV - As advindas de acordos ou convênios;
 - V - As provenientes das multas aplicadas com base na Lei nº 10.741 de 17/10/2003;
 - VI - Outras.

Art. 18. O Fundo Municipal ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividade previstos no plano de ação e aplicação aprovado pelo Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa.

§1º Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação "Fundo Municipal da Pessoa Idosa", para movimentação dos recursos financeiros do fundo, sendo elaborado, mensalmente balancete demonstrativo da receita e da despesa, que deverá ser publicado na imprensa oficial, onde houver, ou dada ampla divulgação no caso de inexistência, após apresentação e aprovação do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa.

§2º A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§3º Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social gerir o Fundo Municipal da Pessoa idosa, sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, cabendo ao seu titular:

- I - Solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho

Municipal de Direitos da Pessoa Idosa;
 II - Submeter ao Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;
 III - Assinar cheques, ordenar empenho e pagamentos das despesas do Fundo;
 IV - Outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19. Para a primeira instalação do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, o Prefeito Municipal convocará por meio de edital, os integrantes da sociedade civil organizada, atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa, que serão escolhidos em fórum especialmente realizado para este fim, a ser realizado no prazo de trinta dias após a publicação do referido edital, cabendo às convocações seguintes à Presidência do Conselho.

Art. 20. A primeira indicação dos representantes governamentais será feita pelos titulares das respectivas Secretarias, no prazo de trinta dias após a publicação desta Lei.

Art. 21. O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa elaborará o seu regimento interno, no prazo máximo de sessenta dias a contar da data de instalação, o qual será aprovado por ato próprio, devidamente publicado pela imprensa oficial, onde houver, e dada ampla divulgação.
 Parágrafo único. O regimento interno disporá sobre o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, das atribuições de seus membros, entre outros assuntos.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 23. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 18 de novembro de 2014.
 VANDERLEI ALEXANDRE
 Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 18 de novembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
 Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.027, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 2.027, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR, TEMPORARIAMENTE, PROFISSIONAIS PARA ATUAREM EM PROJETOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA,
 Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a contratar temporariamente 05 (cinco) profissionais para implantação do Projeto para ministrar de Aula de Inglês aos alunos matriculados na rede municipal de ensino etapa ensino fundamental.
 § 1º As vagas de que trata o "caput" deste artigo serão preenchidas de acordo com as necessidades de profissionais, da seguinte forma:

Cargo	Nº de vagas	Habilitação Profissional
Professor de Inglês	05	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena ou de Licenciatura Curta em Letras – Inglês.

§ 2º Para contratação dos profissionais previstos nesta lei, serão observados os níveis de vencimentos estabelecidos no Anexo IX da Lei Municipal nº 875, de 06 de junho de 2002.

§ 3º As contratações por período determinado seguirão o Regime Jurídico do Município, sendo que o regime de previdência será o do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

§ 4º O prazo da contratação será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado enquanto perdurarem os projetos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 18 de novembro de 2014.
 VANDERLEI ALEXANDRE
 Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 18 de novembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
 Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 132, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 132, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

REAJUSTA EM 3,36% (TRÊS VIRGULA TRINTA E SEIS POR CENTO) OS VALORES EXPRESSOS EM REAIS DA TABELA CONSTANTE DO ART. 5º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 03, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 03, de 27 de dezembro de 2002, institui a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, prevista no art. 149-A da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 08, de 22 de dezembro de 2005, incluiu o § 3º ao art. 5º da Lei Complementar nº 03, de 27 de dezembro de 2002, dispondo que os valores da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, serão reajustados automaticamente na mesma época e mesmo percentual do reajuste repassado a tarifa de energia elétrica.

CONSIDERANDO que a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.797, de 23 de setembro de 2014, homologou reajuste tarifário da Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA de 3,36% (três virgula trinta e seis por centos) a tarifa de energia elétrica.

DECRETA:

Art. 1º Fica reajustado em 3,36% (três virgula trinta e seis por centos) os valores expressos em reais constantes na tabela do art. 5º da Lei Complementar nº 03, de 27 de dezembro de 2003, que instituiu a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, prevista no artigo 149-A da Constituição Federal, conforme a tabela abaixo.

FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO EM REAIS (R\$)
0 – 50 kwh	0,00
51 – 100 kwh	2,87
101 – 150 kwh	4,31
151 – 200 kwh	5,76
201 – 250 kwh	7,20
251 – 300 kwh	8,65
301 – 400 kwh	10,07
401 – 500 kwh	11,53
501 – 1.000 kwh	14,41
1.001 – 2.000 kwh	18,34
2.001 – 10.000 kwh	23,85
10.001 – 20.000 kwh	65,65
20.001 – 50.000 kwh	153,19
50.001 – 100.000 kwh	328,27
Acima de 100.000 kwh	437,70

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 03 de novembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 03 de novembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMA Nº 05/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMA Nº 05/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMA Nº. 18/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - FUCRI/UNESC UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE

DO OBJETO - Prestação de serviços de elaboração de estudos de viabilidade para pequenas barragens para rizicultura no município de Forquilha/SC, conforme Convênio nº. 2014 TR002560 firmado junto ao Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Criciúma, de acordo com a proposta da contratada que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 18/FMA/2014 de 28/10/2014 para 31/12/2014.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 26 de setembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/FMS/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: O presente Edital tem por objetivo a aquisição de camas hospitalares conforme especificações do edital, por meio da Secretaria de Saúde do Município de Forquilha/SC.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 32/FMS/2014

DATA DA ABERTURA: 09/12/2014 ÀS 09:00 HORAS

LOCAL: SALA DE LICITAÇÕES

FONE: (48) 3463-8121

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/FMS/2014

A Prefeitura Municipal de FORQUILHINHA, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designados pelo Decreto Municipal nº 02/2014 de 02/01/2014, reunir-se-ão no dia, hora e local designados neste Edital, na sala de licitações, na Avenida 25 de julho, 3400 - FORQUILHINHA - SC, onde será realizada licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "MENOR PREÇO". O certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações, bem como pelas disposições fixadas neste Edital e Anexos.

a) Os envelopes contendo as propostas de preços e habilitações serão recebidos pelo Pregoeiro, na sala de Licitações, no prédio da PREFEITURA - situado a Avenida 25 de julho, 3400, FORQUILHINHA/SC, até as 09:00 horas do dia 09 de dezembro de 2014. Não haverá atendimento aos Sábados, Domingos e feriados.

b) Não serão aceitas nem recebidas, em hipótese alguma, documentações e propostas após a data e hora aprazadas para esta licitação, ainda que tenham sido despachadas, endereçadas e ou enviadas por qualquer meio, anteriormente à data do vencimento.

c) Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a licitação ficara automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação

1. DO OBJETO

1.1. O presente Edital tem por objetivo a aquisição de camas hospitalares conforme especificações do edital, por meio da Secretaria de Saúde do Município de Forquilha/SC, obedecendo integralmente às especificações dos itens (Anexo) e determinações previstas nos termos da minuta contratual e demais anexos que fazem parte integrante deste edital.

2. DA ABERTURA

2.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida por um Pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

DATA DA ABERTURA: 09 DE DEZEMBRO DE 2014

HORA: 09:00 Horas

LOCAL: Sala de licitações, no prédio da PREFEITURA - situado a Avenida 25 de julho, 3400, FORQUILHINHA/SC.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste Pregão as interessadas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

3.2 - Não poderão participar da presente licitação as interessadas que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA Municipal de Forquilha, ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como licitantes que se apresentem constituídas na forma de empresas em consórcio.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Antes do início da sessão, os representantes das interessadas em participar do certame que pretendam ofertar lances, ou apenas acompanhar a licitação, com poderes gerais de representação, deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, devidamente munidos de documentos que os credenciem a participar desta licitação, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais, se for o caso, nos termos previstos pelo inciso IV, do artigo 11, do Decreto n.º 3.555 e demais documentos relacionados a seguir:

4.1.1. A proponente deverá apresentar, inicialmente e em separado dos envelopes, documento com a indicação do representante credenciado, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa proponente.

4.1.2. O credenciamento (modelo anexo VI) far-se-á por meio de:

a) Instrumento público de procuração e documento de identificação do representante com foto; ou

b) Instrumento particular com firma reconhecida, acompanhado de cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social e documento de identificação do representante, com foto; ou

c) Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar a cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e documento de identificação com foto.

4.1.2.1. Os documentos apresentados nos subitens de 4.1.2, "a", "b" e "c" deverão ser originais, ou, se a proponente preferir apresentá-los em fotocópia, a mesma deverá estar autenticada.

4.1.3. A proponente deverá apresentar inicialmente e em separado dos envelopes, Declaração para Habilitação, dando ciência de que a empresa licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, modelo de uso facultativo - (Anexo II do Edital).

4.1.3.1 - Em caso de não apresentação da declaração citada no item anterior, poderá ser preenchida, através de formulário (Anexo II), na própria Sessão Pública, que poderá ser fornecido pelo Pregoeiro na sessão, que será assinado por pessoa presente com poderes para tal. Ou, ainda, poderá ser entregue na Sessão Pública caso esteja em poder de pessoa presente;

4.1.4. A proponente deverá apresentar inicialmente e em separado dos envelopes, Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (se for o caso, de interesse da licitante), na forma do artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento de registro do Comércio (DNRC).

4.1.4.1. A ausência do documento citado em 4.1.4, não implicará na inabilitação da licitante.

4.1.5. A licitante que não se fizer representar na sessão pública

do pregão, deverá entregar os documentos solicitados nos itens 4.1.3. e se for o caso 4.1.4. fora dos envelopes ou em um terceiro envelope, contendo no anverso do mesmo:

ENVELOPE N.º 3 (Declaração de Pleno Atendimento aos requisitos de Habilitação)

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORQUILHINHA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/FMS/2014

LICITANTE: CNPJ:

4.1.5.1. O não atendimento do quesito exigido no item 4.1.5., importará na não aceitação da proposta.

4.1.6 - Não atendidos os itens anteriores (4.1.3), implicará na imediata exclusão da licitante do certame, valendo este item para licitantes credenciadas ou não;

4.1.7. Somente poderão se manifestar no transcorrer das reuniões, os representantes das proponentes, desde que devidamente credenciados.

4.1.8 - Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

4.1.9 - O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

4.1.10 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante, no mesmo item.

4.1.11 - A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer documentos para tanto exigidos impossibilitará o credenciamento e, de consequência, impedirá a prática de qualquer ato inerente ao certame pela pessoa que não o obteve.

4.1.12 - em caso de exclusão da licitante do certame, os envelopes permanecerão sob guarda do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, até o final da Sessão, momento que poderá ser devolvido, importando na preclusão do direito de participar da licitação, restando à Administração inutilizar os envelopes se não procurados no prazo de 30 (trinta) dias.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1- Cada licitante deverá apresentar dois conjuntos de documentos, a saber: de Proposta de Preços e de Habilitação.

5.2 - Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preços e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, e identificados com a razão social da licitante, o número e o título do conteúdo ("Proposta de Preços" ou "Documentos de Habilitação"), na forma dos incisos I e II a seguir:

I - envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preços:

ENVELOPE N.º 1 (PROPOSTA DE PREÇOS)

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORQUILHINHA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/FMS/2014

LICITANTE: CNPJ.:

II - envelope contendo os Documentos de Habilitação:

ENVELOPE N.º 2 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORQUILHINHA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/FMS/2014

LICITANTE: CNPJ.:

5.3 - Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados: no original; ou por cópia com autenticação procedida por tabelião; por servidor designado pela Administração Municipal; ou ainda por publicação em Órgão da Imprensa Oficial (perfeitamente legíveis).

5.3.1- Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preços e à habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

5.3.2 - Quaisquer documentos, necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

5.3.3 - O CNPJ indicado nos documentos da proposta de preços e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer os materiais, objeto da presente licitação.

5.4 - Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE N.º 1)

6.1 - O envelope "Proposta de Preços" deverá conter a proposta de preços da licitante, que deverá atender aos seguintes requisitos:

6.1.1. ser apresentada em formulário próprio contendo, assinado por quem de direito, em 01 (uma) via, no idioma oficial do Brasil, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devidamente identificadas todas as folhas com o número de inscrição no CNPJ ou timbre impresso da empresa, constando os preços propostos expressos em Real (R\$), em algarismos arábicos, devendo suas folhas serem rubricadas;

6.1.2. os preços propostos completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de assistência técnica, manutenção, reposição de peças, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constantes da proposta;

6.1.3. constar prazo de validade das condições propostas não inferior a 60 (sessenta) dias correntes, a contar da data de apresentação da proposta. Não havendo indicação expressa será considerado como tal;

6.1.4. indicar a razão social da empresa licitante, número de inscrição no CNPJ do estabelecimento da empresa que efetivamente irá prestar o objeto da licitação, endereço completo, telefone, fac-símile e endereço eletrônico ("e-mail"), este último se houver, para contato;

6.1.5. os preços unitários da proposta não poderão ultrapassar o valor máximo pré-estabelecido no anexo V deste edital.

6.1.5.1. os preços deverão ser expresso em moeda corrente nacional constando apenas de 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

6.1.5.2. prazo de validade da Proposta de Preços, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua abertura, sendo este o prazo considerado em caso de omissão;

6.2. As propostas porventura sem data serão consideradas emitidas para o dia do vencimento deste Edital de Licitação.

6.3. Todo o produto ofertado deverá estar estritamente dentro da ficha técnica apresentada pelo (anexo V) ao Edital.

6.4 - Ocorrendo discrepância entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos. Ocorrendo discrepância entre o valor unitário e total para o objeto do Edital, será considerado o primeiro.

6.5 - Os preços propostos por escrito serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6 - A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

6.7 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

6.8 - A Proposta de Preços será considerada completa abrangendo todos os custos dos materiais necessários à entrega do objeto em perfeitas condições de uso.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE N.º 2)

7.1. O licitante deverá apresentar os documentos a seguir descritos, em original, fotocópia autenticada por Tabelião, por servidor designado pela Administração Municipal, ou ainda por publicação em Órgão da Imprensa Oficial (perfeitamente legíveis), todos da sede da proponente ou conforme permite a lei vigente, em única via:

7.1.1 Declaração expressa do proponente, sob as penas da Lei, da não ocorrência de fatos impeditivos para a sua habilitação neste certame, na forma do § 2º, do art. 32 da Lei 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648/98, conforme modelo (anexo III).

7.1.2 Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em atendimento ao preceito do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, de conformidade com a Lei nº 9.854/99, conforme modelo (anexo IV).

7.1.3. Atestado de capacidade técnico operacional, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprove ter a empresa licitante prestado serviços de características semelhantes ao objeto da presente licitação de modo satisfatório.

7.1.4. Relativos à Habilitação Jurídica:

A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso consistirá em:

- a. registro comercial, no caso de empresa individual;
- b. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;
- c. inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício; e,
- d. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou

sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.5. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Certidão conjunta negativa perante a Fazenda Federal e quanto a Dívida Ativa da União, expedida pelo Órgão da Secretaria da Receita Federal;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual mediante certidão emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente na forma da Lei;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal mediante certidão emitida pela Fazenda do Município, do domicílio ou sede da empresa;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943. (incluído pela Lei nº 12.440 de 2011) (Vigência).

7.1.6. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- a. Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

7.1.7. A apresentação das exigências do item 7.1.4 deste edital no credenciamento, ISENTARÁ a apresentação do mesmo item no envelope nº. 02 (de documentação).

7.2. Disposições Gerais da Habilitação

7.2.1. Serão feitas consulta ao serviço de verificação de autenticidade das Certidões emitidas pela Internet, ficando as proponentes dispensadas de autenticá-las.

7.2.2. Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "comprovan-tes de solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

7.2.3. Na ocorrência de a documentação de habilitação não estar completa e correta e contrariar qualquer dispositivo deste Edital de Licitação e seus Anexos, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado, caso não consiga fazer sua correção durante a sessão.

8. DO RECEBIMENTO E ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES

8.1 A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação será pública, dirigida por um pregoeiro e realizada de acordo com a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, os Decretos n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e 3.784, de 06 de abril de 2001, Lei complementar 123/2006, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário já determinados.

8.2 A empresa que remeter os envelopes por meio postal, deverá obrigatoriamente anexar a Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, (conforme item 4.1.3.), sendo que a falta desta observação desclassificará automaticamente a licitante

8.2.1. A Prefeitura Municipal de Forquilha não se responsabilizará por extravios que por ventura venha a ocorrer, por meio de remessa postal.

8.3. No dia, horário e local indicados no preâmbulo do Edital, o Pregoeiro e a equipe de apoio reunir-se-ão em sala própria, na presença dos representantes de cada proponente participante, procedendo como adiante indicado:

8.3.1. Realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, conforme Cláusula Quarta do presente Edital.

8.3.2. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se em ata o ocorrido.

8.4. Abrir-se-ão os envelopes n.º 01 "PROPOSTA DE PREÇOS" das empresas que entregaram os envelopes até o dia e horário indicados apazados no Edital.

8.4.1 O pregoeiro e a equipe de apoio rubricarão os documentos contidos no certame. O Pregoeiro procederá a verificação do conteúdo do envelope n.º 01, em conformidade com as exigências contidas neste Edital.

8.4.2. O Pregoeiro classificará a proponente que apresentar a proposta de Menor Preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à proposta de preço de menor valor, ou classificará as 03 (três) propostas de preços de menor valor apresentadas pelas proponentes, quando não ocorrer pelo menos 03 ofertas no intervalo de 10% (dez por cento).

8.4.3 Às proponentes classificadas, conforme sub-item 8.4.2, será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.

8.4.4. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente de preços.

8.4.5. Fica a critério do Pregoeiro a fixação de parâmetros mínimos de valores sobre os lances verbais, podendo, inclusive, alterá-los no curso da sessão (estipulação de valores mínimos entre um lance e outro).

8.4.6. O pregoeiro poderá fixar tempo máximo para que as licitantes calculem e ofereçam novos lances.

8.4.7. Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.4.8. A proponente que desistir de apresentar lance verbal quando convocado pelo Pregoeiro, será excluída da etapa de lances verbais, mantendo-se o último preço apresentado pela mesma, para efeito de ordenação das propostas.

8.4.9. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro fará a classificação provisória pela ordem crescente dos preços apresentados.

8.5. Procedida a classificação provisória e verificado que o melhor preço foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro abrirá o seu envelope de habilitação, e caso a habilitação fiscal não estiver regular, o mesmo intimará a licitante para, no prazo de 4 (quatro) dias úteis, improrrogáveis, proceder a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.5.1. Regularizada a habilitação fiscal pela licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a mesma será declarada vencedora do certame.

8.5.2. Caso não ocorra a regularização da habilitação fiscal da licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no prazo concedido, a mesma será declarada excluída do certame, aplicando-se-lhe a penalidade de que trata o item 17 deste Edital, e retomando a licitação na forma do item 8.5 ou 8.6.

8.6. Procedida a classificação provisória e verificado que o melhor preço/lance não foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro verificará o eventual empate

legal das propostas, na forma do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, para aplicação do disposto no art. 45 daquele Diploma Legal.

8.6.1. Ocorrendo empate fictício, na forma da lei, o Pregoeiro procederá da seguinte forma:

- a) - a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da classificação provisória, situação em que, após a verificação da regularidade fiscal (na forma dos itens anteriores), será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- b) - não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma da letra "a" deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- c) - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- d) - O prazo para apresentação de nova proposta será de até 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de inovar em seu preço (art. 45, parágrafo 3º da LC 123/2006).
- e) - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da LC 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- f) - Será assegurada, como critério inicial de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

8.7. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta da primeira classificada por item, lote ou global (conforme o caso), quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.7.1. Será desclassificada a proponente que:

- a) deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;
- b) apresentar oferta de vantagem não prevista no Edital ou vantagem baseada nas propostas dos demais proponentes;
- c) apresentar preços com valor excessivo ou com preços manifestamente inexequíveis, comparados aos preços praticados no mercado da região.

8.7.2 Para fins de aferição de inexequibilidade das propostas, o Pregoeiro determinará que a licitante deverá fazer prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através da planilha pormenorizada com a devida comprovação (documentos, notas fiscais, recibos, etc...) que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado, na forma do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.7.3. Sendo aceitável a proposta de menor preço por item, lote ou global (conforme o caso), será aberto o envelope contendo a Documentação de Habilitação da licitante vencedora, para confirmação das suas condições habilitatórias, com base nas exigências constantes neste Edital.

8.8. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste Edital e seus Anexos.

8.9. Será julgada inabilitada a proponente que:

- a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital,
- b) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal.

8.10. Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/2006, o Pregoeiro adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

- a) serão analisados os documentos não integrantes da regularidade fiscal, decidindo-se sobre o atendimento das exigências constantes do Edital, de forma que serão inabilitados os licitantes que apresentarem irregularidades em relação a estas exigências;
- b) serão analisados os documentos relativos à regularidade fiscal, declarando-se:

b.1. o atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação; ou

b.2. o desatendimento das exigências constantes do Edital com a suspensão do julgamento da habilitação fiscal em relação aquela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, improrrogáveis por igual período, proceder a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

8.10.1. Ocorrendo a situação estabelecida no item b.2. acima, o licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte poderá se manifestar, na própria reunião, sob pena de decadência, sobre a desistência de sua proposta acaso não vislumbre a possibilidade de regularização da habilitação fiscal na forma da lei, isentando-se de eventual penalização em caso de ser declarada vencedora do certame.

8.11. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro declarará a vencedora, proporcionando à seguir, a oportunidade às licitantes para que se manifestem acerca da intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte das licitantes, registrando na Ata da Sessão, a síntese dos motivos para a futura impetração de recurso, bem como o registro de que todos as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias consecutivos, após o término do prazo do recorrente para juntada de memoriais - razões de recursos do recorrente - art 4º XVIII, da lei 10.520/2002, (03 dias consecutivos).

8.11.1. A ausência da proponente ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á renúncia ao direito de recorrer.

8.12. Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e a(s) licitante(s) presente(s).

8.13. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

8.14. Não considerar-se-á qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

8.15 - Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras, permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja retirada a nota de empenho e/ou assinado o contrato pela licitante vencedora. Após esse fato, ficarão por vinte dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo esse prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

8.16. No julgamento das propostas, será considerada vencedora a de MENOR PREÇO, desde que atendidas as exigências de habilitação e especificações constantes deste Edital.

9. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS

9.1 - Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolando o pedido até cinco dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão.

9.1.1 Em se tratando de licitante, o prazo para impugnação é de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício

não suspenderá o curso do certame.

9.1.2 - A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

9.1.3 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, se necessário.

9.2 Ao final da sessão, a proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese dos motivos, obrigando-se a juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. As razões e as contra razões de recurso deverão ser enviados aos cuidados do Pregoeiro.

9.2.1. A falta de manifestação imediata e motivada na sessão do Pregão Presencial, bem como a não entrega das razões de recurso importará na preclusão do direito de recurso.

9.2.2. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela proponente.

9.2.3. Não serão reconhecidas as impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

9.3. Os recursos e contra-razões de recurso, bem como impugnação do Edital, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e protocolados junto ao protocolo geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, em dias úteis, no horário de expediente, a qual deverá receber, examinar e submetê-lo à Autoridade competente que decidirá sobre a pertinência.

9.4. É vedada à licitante a utilização de recurso ou impugnação como expediente protelatório ou que vise a tumultuar o procedimento da Licitação. Identificado tal comportamento poderá o Pregoeiro, ou se for o caso, a Autoridade Superior, arquivar sumariamente os expedientes.

9.5 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6 - Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no setor de licitações, na Avenida 25 de julho, 3400 - Forquilha - SC.

9.7. Não serão conhecidos os recursos interpostos após o encerramento da sessão, nem serão recebidas as petições de contra-razões intempestivamente apresentadas.

10 DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 Em não sendo interposto recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e encaminhar o processo à Autoridade competente para a sua homologação.

10.2 Caso haja recurso, a adjudicação do objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e a homologação do processo efetuada pela Autoridade competente, somente após apreciação pelo pregoeiro sobre o mesmo.

11 - DO CONTRATO

11.1 Independentemente de sua transcrição, para todos os efeitos legais, farão parte do Contrato que vier a ser assinado, todas as condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, na Proposta de Preços do licitante vencedor e na Nota de Empenho.

11.2 Após a homologação deste certame, o licitante adjudicatário

terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, por escrito, para assinatura do Contrato, nos termos da Minuta constante do (Anexo I) deste Edital.

11.3 O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do licitante adjudicatário e aceita pela Administração.

11.4 Se o licitante vencedor convocado, dentro do prazo de validade da sua proposta, recusar-se a assinar o Contrato, conforme disposto no inciso XXIII, do art. 4º, da Lei nº 10.520/2002, a Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital e seus Anexos, podendo a Pregoeiro, ainda, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor, sendo este declarado vencedor, na forma dos incisos XVI, XVII da Lei em comento.

11.5 O licitante vencedor está obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, determinados pela Prefeitura, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, na forma do § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

11.6 Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, em não ocorrendo a convocação para assinatura do Termo Contratual, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

12- DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

12.1. As obrigações contratuais são as descritas nas respectivas cláusulas da minuta contratual (anexo I) que independentemente faz parte integrante deste edital.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 1701.2050.4490 (20).

14-DA FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

14.1. As formas de pagamento e de reajuste são as descritas nas respectivas cláusulas da minuta contratual (Anexo I) que independentemente de transcrição faz parte integrante deste Edital.

15. DAS OBRIGAÇÕES

15.1- Incumbe ao MUNICÍPIO/FORQUILHA/SC:

I - acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do produto, objeto desta licitação.

II - efetuar os pagamentos à Contratada.

III - aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

15.2 - Incumbe à Contratada, além de outras incluídas neste Edital e seus Anexos:

I - realizar a entrega do produto, objeto da presente licitação, nos prazos previstos conforme Edital;

II - pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre equipamento fornecido;

III - substituir, sem custos adicionais e no mesmo prazo definido para o produto rejeitado, recusado pela fiscalização do contrato;

IV - atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;

V - manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

VI - assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: transportes e demais custos que se fizerem necessários para a entrega do produto.

16. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um ou mais servidores representantes da PREFEITURA/FORQUILHINHA/SC., especialmente designados pelo Prefeito.

16.2 - A fiscalização será exercida no interesse da PREFEITURA/FORQUILHINHA/SC, e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

16.3 - Estando o produto em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao Departamento Financeiro, para o devido pagamento.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 - A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

17.2 - Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido na cláusula segunda do Contrato

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

17.3. Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

17.4 - No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

17.5 - No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

17.6 - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

18. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

18.1 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93, de 21/06/93.

19- DO FORNECIMENTO E LOCAL DE ENTREGA DO PRODUTO

19.1- Os produtos deste edital deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias, conforme, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da licitante na Secretaria Municipal de Saúde, Alameda Felipe Arns, Centro, Forquilha/SC, ou em local pré-definido pela respectiva secretaria, em perfeito estado de conservação, com as respectivas garantias, em horário a ser estabelecido, através do departamento de compras.

20- ACEITAÇÃO E CONTROLE DE QUALIDADE

20.1. Os produtos serão considerados devidamente aceitos depois de inspecionados, analisados e aprovados pelo fiscal da Secretaria de Saúde, responsável pelo recebimento.

20.2. Todo produto rejeitado deverá ser pronta e imediatamente substituído pela licitante fornecedora, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para a Secretaria de Saúde do município de Forquilha, independentemente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1- As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, atendidos o interesse público e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.

21.2 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão.

21.3 - É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

21.4 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

21.5 - A adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e a homologação do certame não implicarão direito à contratação.

21.6 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se

o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na PREFEITURA, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

21.7- O Prefeito Municipal de Forquilha/SC., poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei n.º 8.666/93.

21.8 - No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.9. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

21.10 -Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Forquilha.

21.11 - Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos.

21.12 - Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes nas Leis citadas no preâmbulo deste Edital.

21.13 - Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I - Minuta contratual;

Anexo II - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, cfme art. 4º -VII da lei 10.520;

Anexo III - Declaração de Inexistência de fato impeditivo de habilitação (modelo);

Anexo IV - Declaração cumprimento com o disposto no inciso XX-XIII do art.7º da const.federal (modelo);

Anexo V - Especificações dos materiais (planilha orçamentária);

Anexo VI - Modelo de Credenciamento;

21.13. Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relativos a esta licitação, poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira, no Departamento de Compras do Município de FORQUILHINHA no Paço Municipal 26 de ABRIL, sito a Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones: (48) 3463-8121 e ou fone/fax (48) 3463-8123.

PAÇO MUNICIPAL "26 DE ABRIL", 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

PREGOEIRA

ANEXO I - EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/FMS/2014

MINUTA CONTRATUAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, VISANDO AQUISIÇÃO DE CAMAS HOSPITALARES PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORQUILHINHA, com sede na Rua João José Back, Centro, município de Forquilha/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o nº.

10.540.697/0001-47, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXXXXXX, expedida pelo XXXXX, e inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, ora denominado CONTRATANTE e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx CNPJ/MF n.º xxxxxxxxxxxxxxxx estabelecida na xxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxx, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, brasileiro, CI xxxxxx, CPF xxxxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxxxxxxxxxxxx, celebram o presente Contrato, decorrente do Pregão Presencial nº. 30/FMS/2014 de 13/10/2014, homologado em XX/XX/200X, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, alterado pelos Decretos nºs 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e 3.784, de 06 de abril de 2001, Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001, alterado pelo Decreto 4.485, de 25 de novembro de 2002, e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas ulteriores alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes.

Cláusula Primeira

Do Objeto, Especificação e Quantidade

1. O presente Edital tem por objetivo a aquisição de camas hospitalares conforme especificações do edital, por meio da Secretaria de Saúde do Município de Forquilha/SC, durante o exercício corrente, de acordo com a proposta da contratada e especificações e quantidades a seguir:

1.1. A CONTRATADA será obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até o limite fixado no parágrafo 10., do artigo 65, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Terceira

Da Vigência Contratual

1. O presente contrato vigorará de 02/01/2014 até 30/06/2014, tendo por termo inicial a data de assinatura do contrato, ou até terminar as quantidades previstas, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, mediante termo aditivo, na forma e prazo estabelecidos na lei vigente.

2. As prorrogações autorizadas e devidamente justificadas serão anotadas e expedidas por escrito pelo órgão competente do CONTRATANTE.

Cláusula Quarta

Do Prazo e Condições de Fornecimento/Entrega

1. Os produtos deste contrato deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias, de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de FORQUILHINHA/Secretaria Municipal de Saúde, contados a partir da data de assinatura deste contrato, podendo este prazo ser prorrogado, caso haja interesse das partes, mediante termo aditivo, na forma da Lei.

2. Os produtos deverão ser entregues, de acordo com as características exigidas neste contrato, assim como com toda a sua documentação;

3. O prazo de entrega deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

4. O prazo de entrega estabelecido é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de "força maior", previsto em lei, comunicado pela CONTRATADA, por escrito, ao Setor de Patrimônio do CONTRATANTE, antes do vencimento do prazo.

4.1. aceito e oficializado por escrito, pelo Setor competente, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente, e por igual

número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.

Cláusula Quinta
Do Transporte e Local de Entrega

1. Os produtos serão transportados por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais indicados na ordem de fornecimento, no território do Município de Forquilha, previamente determinados.

Cláusula Sexta
Da Aceitação e do Controle de Qualidade

1. Os produtos serão considerados devidamente aceitos depois de inspecionados, analisados e aprovados pelo representante da Secretaria de Saúde, responsável pelo recebimento.

2. Todo produto rejeitado deverá ser pronta e imediatamente substituído pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, independentemente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

Cláusula Sétima
Dos Preços Unitários

1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo fornecimento do(s) produto(s) o(s) preço(s) unitário(s) proposto(s) que é(são): xxxxxxxxxxxxxxxx.

1.1. Nos preços acima propostos estão computados, além do lucro, todas as despesas e custos diretos e indiretos, todas as taxas e impostos, seguros, leis sociais, licenças ambientais, tributos de quaisquer natureza bem como os serviços de entrega e fixação, carga, descarga, frete/transporte e demais incidências sobre o preço final do produto.

2. É vedado a CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que por ventura venham a ser constatadas em sua proposta ou, ainda, decorrentes das variações das quantidades previstas no Parágrafo 1º, do Artigo 65 da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Oitava
Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura Eletrônica, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável da Administração Municipal, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura deverá constar, necessariamente o número, a data de assinatura deste contrato e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados na cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Administração Municipal, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona
Do Reajuste

1. Os preços propostos são irrevogáveis consoante dispõe o parágrafo 1º, do artigo 2º, da Lei nº 10.192, 14 de fevereiro de 2001.

2. Ocorrendo a prorrogação prevista na cláusula terceira deste contrato, poderá haver reajuste de preço que será efetuado de acordo com critério estabelecido pelo governo Federal, consoante prevê o artigo 20., da Lei nº 10.192, 14 de fevereiro de 2001.

Cláusula Décima
Da Dotação Orçamentária

1. A despesa do objeto deste contrato correrá pelas seguintes dotações orçamentárias: 1701.2050.4490 (20).

Cláusula Décima Primeira
Do Valor Global

1. O valor global deste contrato é de: R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).

Cláusula Décima Segunda
Da Execução e Fiscalização

1. Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

2. A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE especialmente designado.

3. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

Cláusula Décima Terceira
Da Alteração do Contrato

1. Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas, sempre através de Termo Aditivo em ordem crescente.

2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos do Parágrafo 1º, do Artigo 65, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Décima Quarta
Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

3. Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5 -No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6 -O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

Cláusula Décima Quinta Dos Recursos Administrativos

1. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, a autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Décima Sexta Da Rescisão

1. Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

2. Caso o CONTRATANTE não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas neste Contrato e na Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos e condições previstas no art. 79 da Lei nº 8.333/93 e alterações subsequentes.

4. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão previstas nos arts. 77 a 80 da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

5. Em caso de rescisão do presente contrato por parte do CONTRATANTE não caberá a CONTRATADA direito de qualquer indenização, salvo na hipótese do art. 79, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

6. A rescisão deste contrato sujeita à CONTRATADA a multa rescisória na ordem de 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da rescisão, independentemente de outras multas aplicadas à CONTRATADA por infrações anteriores.

7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

8. Nos demais casos previstos na legislação vigente.

Cláusula Décima Sétima Da Força Maior ou Caso Fortuito

1. Constitui motivo de força maior ou caso fortuito, para justificativa de atraso ou falta cometida por qualquer uma ou ambas as partes contratantes, aos termos do presente contrato, os fatos fora de seu controle, nos termos do art. 1.058 do Código Civil Brasileiro, desde que essas afetem, diretamente, os serviços contratados.

Cláusula Décima Oitava Da Subcontratação

1. É vedado à CONTRATADA subcontratar ou transferir o contrato, sem estar expressamente autorizado, por escrito, pelo CONTRATANTE

2. Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização escrita do CONTRATANTE, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.

3. Em caso de subcontratação, a CONTRATADA permanecerá solidariamente responsável, tanto em relação ao CONTRATANTE, como perante terceiros, pelo perfeito cumprimento de todas as cláusulas e condições do contrato.

Cláusula Décima Nona Partes Integrantes

1. Fazem parte integrante do presente Contrato, a Proposta da CONTRATADA e todos os elementos apresentados que tenham servido de base para julgamento do Edital de Pregão Presencial Nº. 32/FMS/2014, bem como as condições estabelecidas neste

instrumento e seus anexos, se houver, independentemente de transcrição.

1.1. Ficam, também fazendo parte deste Contrato, as Normas vigentes, Instruções, Ordens de Serviço e mediante Termo de Aditamento, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência.

Cláusula Vigésima
Do Foro

1. As dúvidas e/ou divergências contratuais, desde que não previstas expressamente no respectivo contrato e que não extrapolem os limites da Lei, poderão ser solucionados amigavelmente.

2. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, XX de XXXXXXXXX de 20XX.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA	CONTRATADA
VANDERLEI ALEXANDRE	XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Prefeito Municipal	XXXXXXXXXXXXXXXXXX

1ª TESTEMUNHA	2ª TESTEMUNHA
XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF n. XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX

--	--

ANEXO II
ao edital de Pregão nº. 32/FMS/2014

DECLARAÇÃO

(Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação)

Prezados Senhores,

Empresa: _____
_____, inscrito no CGC/CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que Atende Plenamente aos Requisitos de Habilitação, conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Datado aos _____ dias de _____ de _____.

Assinatura, Nome, Cargo e Função
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

ANEXO III
ao edital de Pregão nº. 32/FMS/2014

" M O D E L O "

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
C.N.P.J.
ENDEREÇO

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Para fins de participação no Edital de Pregão Presencial nº 32/FMS/2014, declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa não foi declarada inidônea e nem está suspensa em nenhum órgão público, Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do Artigo 32 - Parágrafo 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648/98

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, ____ de _____ de 20__.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificadas do representante legal da empresa licitante.

ANEXO IV
ao edital de Pregão nº. 32/FMS/2014

" M O D E L O "

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
C.N.P.J.
ENDEREÇO

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XX-XIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Para fins de participação, no Edital de Pregão Nº 32/FMS/2014, em cumprimento com o que determina o Art. 27, inciso V, da Lei 8.666/93, declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa não possui empregados menores de dezoito anos em jornada noturna, ou em locais insalubres ou perigosos; não possui em seus quadros empregados menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, ____ de _____ de 20__.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificadas do representante legal da empresa proponente.

ANEXO V

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/FMS/2014

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

OBJETO: O presente Edital tem por objetivo a aquisição de camas hospitalares conforme especificações do edital, por meio da Secretaria de Saúde do Município de Forquilha/SC.

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO MÁXIMO UNIT.	PREÇO MÁXIMO TOTAL
01	4	Unid.	CAMA HOSPITALAR COM MANIVELAS: MANUAL FAWLER, EXTRATO EM CHAPA, CABECEIRA E PESEIRA FECHADA, ALTURA REGULÁVEL NA HORA DA MONTAGEM, MOVIMENTOS DE CABECEIRA E PÉS POR 02 MANIVELAS. ACOMPANHA 01 COLCHÃO EM DENSIDADE 33 REVESTIDO EM COURVIM E 01 PAR DE GRADES LATERAIS. MEDIDAS: COMPRIMENTO: 190/200 CM, LARGURA: 90 CM, ALTURA DO SOLO: 50/60/70 CM E CAPACIDADE DE PESO ATÉ 130 KG.	R\$ 1.945,00	R\$ 7.780,00

ANEXO VI
ao edital de Pregão nº. 32/FMS/2014

Credenciamento

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____

_____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF sob nº _____, a participar da Licitação instaurada pelo Município de Forquilha, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, inscrita sob o CNPJ nº _____ bem como formular propostas/lances verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ de 2014.

Carimbo e assinatura do credenciante.

DECRETO Nº. 124, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 124, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014.

NOMEIA MURIEL ZANETTE PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal Nº. 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal Nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, seus anexos,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado MURIEL ZANETTE para exercer interinamente a função de Secretário de Saúde do Município de Forquilha.

Art. 2º O servidor acima nomeado manterá a remuneração do

cargo de Secretário Adjunto de Saúde.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 1º de outubro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 1º de outubro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0148_2014-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0148/2014 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de um freezer vertical, para utilização na Casa Lar João Alves dos Santos. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 04.12.2014. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 18 de novembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0149_2014-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0149/2014 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de uma central telefônica para instalação no CREAS - Centro de Referência em Assistência Social, localizado na Avenida Paraná, no Bairro Bela Vista, nesta cidade de Fraiburgo. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 9:15 horas do dia 05.12.2014. Abertura: Às 9:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 18 de novembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0032_2014 - ELIO M. LAZZAROTTO

Aviso da Inexigibilidade de Licitação Nº 0032/2014 - PMF

Processo Administrativo Licitatório Nº 0220/2014

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

OBJETO: Contratação do "Papai Noel do Brasil" para as festividades de final de ano "Natal no Lago" com chegada de helicóptero na Praça Maria Frey, Centro desta cidade no dia 18/12/2014 das 19h30min às 23h30min horas. CONTRATADA: ELIO M. LAZZAROTTO ME - NOEL DO BRASIL EVENTOS, CNPJ sob o nº 16.974.364/0001-02. VALOR E PAGAMENTO: R\$ 7.000,00 (sete mil reais) com pagamento integral no dia 19/12/2014. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inc. III, da Lei nº 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 18 de novembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2045/2014

PORTARIA N.º 2.045, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 14 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício nº 072/2014 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CIRLENE TEREZINHA DE JESUS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 715.517.279-00, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2046/2014

PORTARIA N.º 2.046, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0008 de 29 de maio de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício nº 076/2014 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de TACIANE MITTANCK FANTIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 057.194.229-60, contratada em caráter temporário na função de FARMACÊUTICO BIQUÍMICO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 24 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2047/2014

PORTARIA N.º 2.047, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0005 de 21 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício nº 079/2014 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de WOLMIR DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 646.853.579-49, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 10 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 0299/2014

DECRETO Nº 0299, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0049, DE 03 DE NOVEMBRO DE
2014.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0049 de 03 de novembro de 2014, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0049 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **I - QUADRO DE INSCRIÇÃO ESPECIAL PARA FÉRIAS DE PROFESSOR EFETIVO DA EDUCAÇÃO INFANTIL "MÊS DE JANEIRO D**

Código: **1** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina: **MÊS DE JANEIRO DE 2015**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	47	MARIA CAROLINA PRATES ZENERE	19
2	41	MARILSE PRIGOL	17
3	40	ANALICE APARECIDA ANGOLERI	17
4	43	MARCIA EULINA LUCIANO	17
5	24	MARIZETE FÁTIMA GAIO	16
6	25	SANDRA CEZÁRIA RONCHI ROCHA	16
7	7	VALEICA CLEIA BAHR DA SILVA	15
8	46	ANA CLAUDIA RIBEIRO	14
9	30	IVETE FATIMA SEGALA PUHL	13
10	19	ROSELI LEITE FERNANDES	13
11	23	LINDAMIR TEREZINHA GAIO CORDEIRO	13
12	35	MARINES DE FATIMA PINHEIRO SCAIN	13
13	51	NANDINE DE FÁTIMA GUEDES	13
14	53	IRACI PEREIRA DA CRUZ	13
15	5	VANESSA BRANDT	13
16	2	ELENICE MELLO PHILIPPUS	13
17	16	MARILI APARECIDA DO PRADO	13
18	37	LILLIAN CARINA T RIBEIRO DE OLIVEIRA	13
19	27	ENEZITA DE MELO PERAZZOLLI	13
20	1	JULIA KARINE MACHADO DOS SANTOS	13
21	3	MARISA APARECIDA SCHISSI FERREIRA	12
22	33	EDIANE MOLIM	12

Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
6	5	6	NÃO	31/01/1975
6	5	4	NÃO	18/05/1970
6	5	4	NÃO	24/07/1978
4	5	6	NÃO	05/01/1970
6	5	3	NÃO	15/03/1975
6	5	3	NÃO	06/11/1977
4	5	4	NÃO	27/06/1979
6	5	3	NÃO	10/02/1982
6	5	2	NÃO	21/09/1957
6	5	2	NÃO	25/05/1963
6	5	2	NÃO	23/11/1969
6	5	2	NÃO	20/08/1973
6	5	2	NÃO	19/07/1976
6	5	2	NÃO	22/06/1981
6	5	2	NÃO	07/05/1982
6	5	2	NÃO	10/07/1982
6	5	0	NÃO	02/11/1981
6	1	4	NÃO	13/08/1979
4	5	2	NÃO	25/05/1977
4	5	2	NÃO	30/10/1979
6	5	1	NÃO	25/12/1972
6	5	1	NÃO	19/11/1989

terça-feira, 18 de novembro de 2014

Página 1 de 2



23	42	ROSANA APARECIDA COMACHIO	12	4	4	2	NÃO	30/04/1978
24	17	MARILENE DE FÁTIMA DO PRADO	11	6	5	0	NÃO	22/02/1989
25	18	ROANGELA DORNELLES	11	4	5	2	NÃO	26/09/1981
26	15	TEREZINHA FERREIRA	10	4	5	1	NÃO	08/10/1967
27	44	MARLI APARECIDA DA ROSA	10	4	5	1	NÃO	02/07/1970
28	50	MARLENE PEREIRA	10	4	5	1	NÃO	21/03/1971
29	38	ANA LUCIA DE SOUZA VARELA	10	4	5	1	NÃO	14/11/1974
30	26	GERUSA ANDREA SCRAMOCIM ZAGO	10	4	5	1	NÃO	13/11/1979
31	11	DELYRIA BENTO DE ANDRADE	10	4	5	1	NÃO	17/04/1984
32	8	GRAZIELE BOGO	10	4	5	1	NÃO	07/11/1988
33	49	FABIANA TELLE	10	4	5	1	NÃO	21/02/1989
34	48	ROSEMERI SATURNINO DE MATOS	10	0	5	3	NÃO	14/10/1983
35	32	JUSSARA FARIAS BRANCO DA COSTA	9	4	5	0	NÃO	30/05/1977
36	31	DIANE DINO DOS SANTOS DO PRADO	9	4	5	0	NÃO	23/07/1981
37	34	SALETE IVANIR MAITELI DE OLIVEIRA	8	6	0	0	NÃO	20/08/1958
38	28	MELANIA DE FATIMA SUTIL DE OLIVEIRA DE BAIRROS	8	0	5	1	NÃO	03/02/1980
39	4	LUCIA MAINARD DE OLIVEIRA	7	0	5	2	NÃO	09/09/1971
40	39	NILSEIA APARECIDA LEMOS	7	0	5	2	NÃO	21/11/1976
41	6	LEONEIA APARECIDA MARCONDES DE CAMPOS	7	0	5	0	NÃO	19/09/1977
42	36	LUCIANE GERLACH MORAES	7	0	5	0	NÃO	14/12/1985
43	22	MARISA RODRIGUES	6	0	5	1	NÃO	05/11/1966
44	13	DERLI DE OLIVEIRA CORRÊA	6	0	5	1	NÃO	19/10/1968
45	10	MARLI GONÇALVES DE SOUZA	6	0	5	1	NÃO	26/10/1976
46	9	MARINÊS TELLES	6	0	5	1	NÃO	01/04/1979
47	20	DEJANIRA MOREIRA	6	0	5	1	NÃO	08/09/1984
48	12	ROSMARI DE FÁTIMA CAMARGO GARCIA	5	0	5	0	NÃO	29/08/1969
49	14	SUSAN CORREA	5	0	5	0	NÃO	03/01/1988
50	54	LUEINE MARIELI DE OLIVEIRA	5	0	5	0	NÃO	24/01/1991
51	52	ADRIANA OLIVEIRA DE SOUZA	5	0	3	0	NÃO	14/05/1985
52	45	MARCIA ADRIANA ROSALEN MALLMANN	3	0	3	0	NÃO	28/04/1979
53	21	EVELIZE CRISTINA GARCIA	2	0	2	0	NÃO	07/07/1990
54	29	RITA DE CÁSSIA SIMÕES	1	0	1	0	NÃO	31/05/1988

terça-feira, 18 de novembro de 2014

Página 2 de 2

Garopaba

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 85/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 85/2014
PMG

Ata nº. 85/2014; Processo nº.158/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME; JEREMIAS BASSO JACOBS; MADEVIALTDA ME; Objeto: Registro de preço para aquisição de tintas para pinturas de ruas pavimentadas e materiais de sinalização de uso do setor de trânsito do Município de Garopaba. Valor: R\$ 68.288,00; Data da Assinatura: 19/11/2014.

PORTARIA N.º 942/2014.

PORTARIA N.º 942, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que o Relatório Final referente ao Processo Sindicante, Portaria n.º 282/2013 e Parecer Jurídico nº 64/2014 encerrou-se na denúncia do servidor GILNÉRIO MANOEL VALENTIM, Motorista, Matrícula Funcional n.º 0734, indicando a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do artigo n.º 173, da Lei Municipal n.º 1000/2005;

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "o processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições; ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido";

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, a fim de apurar a responsabilidade

dos fatos relatados através do Processo Sindicante, Portaria n.º 282/2013.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão, os servidores RICHARD MACIEL HABERLEHNER, SANDRA APARECIDA AMARAL, FERNANDO DA SILVA FERREIRA, para sob a presidência do primeiro e secretariada por FRANCINI INÁCIO PEDRO, conduzirem o Processo Administrativo, de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. DESIGNAR para assessoramento técnico, a Senhora LUCIANA MACHADO TEIXEIRA, representando a Assessoria Jurídica.

Art. 4º. O prazo para a conclusão do processo será de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 18 de novembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/11/2014, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 943/2014.

PORTARIA N.º 943, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que o Relatório Final referente ao Processo Sindicante, Portaria n.º 456/2013 e Parecer Jurídico nº 63/2014 encerrou-se na denúncia do servidor MARCOS ABREU DOS SANTOS, Fiscal de Obras II, Matrícula Funcional n.º 4284, indicando a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do artigo n.º 173, da Lei Municipal n.º 1000/2005;

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "o processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições; ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido";

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, a fim de apurar a responsabilidade dos fatos relatados através do Processo Sindicante, Portaria n.º 456/2013.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão, os servidores ROSILENE PACHECO DE LIMA, ALICE VERECHUKI GARCIA RIBEIRO DA SILVA, CENIR GRUNTHAL RAMOS, para sob a presidência da primeira e secretariada por JULIANA VIEIRA, conduzirem o Processo Administrativo, de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. DESIGNAR para assessoramento técnico, o Senhor RICHARD MACIEL HABERLEHNER, representando a Assessoria Jurídica.

Art. 4º. O prazo para a conclusão do processo será de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 18 de novembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

AVISO DE LICITAÇÃO CANCELADA PE 090/2014

AVISO LICITAÇÃO CANCELADA
PREGÃO ELETRONICO Nº. 90/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que restou CANCELADA o Pregão Eletrônico nº90/2014 que teve por objeto a Contratação de empresa especializada para aquisição de conjuntos de aparelhos de ginástica para academias ao ar livre.

Garopaba, 18 de novembro de 2014.
Rafael de Souza
Pregoeiro

DECRETO Nº 170/2014

DECRETO N.º 170 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
ANULA SALDOS DE EMPENHO, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA,

Art. 1º. Fica determinada, a anulação dos saldos de empenho a pagar da PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, abaixo relacionado:

Empenho		Credor/Contrato de Dívida	Fonte de Rec.	Saldo
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA				
	Orgao:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
0003708/13	06/11/2013	JOSE RICARDO PEREIRA 76320790920	0.1.00	700,00
0003836/13	21/11/2013	MARCELO GALVAN SEBASTIAO - ME (MASTERFRIO)	0.1.00	2.750,00
	Orgao:	SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE		
0000623/12	08/02/2012	DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA	0.1.00	749,00
0000680/12	13/02/2012	LUIZ FELIPE FORNARI BITENCOURT-MEPINTA ARTE GRAFIC	0.1.00	175,00
0001118/12	19/03/2012	LIZZIANE DE ARAUJO PIRES	0.1.00	420,00
0001124/13	05/04/2013	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA	0.1.00	440,00
0001484/12	18/04/2012	CJ LEAL - EPP (LEAL INSTALADORA)	0.1.00	33,32
0001836/12	14/05/2012	ANCS - INFORMATICA LTDA EPP	0.1.00	31,40
0002277/12	20/06/2012	E-PRINTER SERVIÇOS E EQUIP. DE INF. LTDA - ME	0.1.00	60,00
0002579/12	11/07/2012	DIEGO DE CAMPOS - ME (GAROPABA INFO)	0.1.00	120,56
0002645/12	23/07/2012	COMERCIAL ELETRICA SÃO PEDRO LTDA	0.1.17	2,77
0002867/12	08/08/2012	POSTO PALHOCINHA COM TRANSP. DE COMBUS LTDA	0.1.00	423,54
0002902/13	02/09/2013	PROLINCON VIGILANCIA LTDA	0.1.00	225,00
0002932/12	17/08/2012	GRAFICA JULIANA LTDA - ME	0.1.00	124,83
0003329/13	10/10/2013	PROLINCON VIGILANCIA LTDA	0.1.00	225,00
0003579/12	22/10/2012	COMERCIAL CASCAES LTDA	0.1.17	150,00
0003580/12	22/10/2012	COMERCIAL CASCAES LTDA	0.1.17	500,00
0003856/12	12/11/2012	LUIZ FELIPE FORNARI BITENCOURT-MEPINTA ARTE GRAFIC	0.1.00	300,00
	Orgao:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		
0001343/13	26/04/2013	Infotriz Comercial Ltda EPP	0.1.00	15,00
0001344/13	26/04/2013	Infotriz Comercial Ltda EPP	0.1.00	92,46
0003483/12	03/10/2012	BOM PASTOR SERVIÇOS PÓSTOMOS LTDA - ME	0.1.00	700,00
0003687/13	05/11/2013	LAVACAO EDENESER LTDA ME	0.1.29	100,00
0004108/12	05/12/2012	MARIA MARGARIDA S. CARDONE	0.1.00	311,00
0004223/13	12/12/2013	M.J.G TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMATICA LTDA	0.1.29	190,00

0004232/13	12/12/2013	IVANILDO LUIZ DE SOUSA - ME (MERCADO SOUZA)	0.1.29	357,31
	Orgao:	SECRETARIA DE INFRA- ESTRUTURA		
0000760/13	01/03/2013	GAROPABA CORES E ACA- BAMENTOS COMERCIO DE TINTAS LT	0.1.64	1.386,61
0000918/13	25/03/2013	LUIZ FABIANO SILVEIRA - ME	0.3.24	3.089,91
0002848/13	29/08/2013	VALMORZINHO MOTOS LTDA	0.1.64	139,45

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de novembro de 2014.
PAULO SERGIO DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 171/2014

DECRETO N.º 171, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 13.590,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 13.590,00 (treze mil quinhentos e noventa reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	6.000,00
12364282.026 - Apoio ao Universitário	6.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	6.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	7.590,00
10301252.078 - Manutenção da Vigilância em Saúde	7.590,00
3.3.90.0.2.14.000069 - Aplicações Diretas	7.590,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 13.590,00 (treze mil quinhentos e noventa reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de novembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL FMS Nº 014/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

Processo Licitatório FMS nº 014/2014
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Registro de Preços para a possível aquisição de materiais de enfermagem, para atender as necessidades das Unidades de Saúde da Família e Pronto Atendimento do município.

Devido a alteração no item 5.1.6 do edital, o Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes foi alterado para 02/12/2014 as 08:30 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site: www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 18 de novembro de 2014.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 083/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 083/2014
Modalidade: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços
Tipo de julgamento: Preço e Técnica

Objeto: Aquisição de sistema de ensino que disponibilize material didático para as turmas de 5º anos (anos iniciais) e 6º, 7º, 8º e 9º anos (anos finais), incluindo: a) Fornecimento de Material Didático para as turmas de ensino fundamental (anos iniciais e finais acima citadas; b) Portal de Educação Interativo, c) Capacitação Pedagógica para os Gestores e Professores das turmas acima citadas e d) Material que contribua para melhoria dos índices do IDEB, e m conformidade com as características e quantidade s especificadas no Memorial Descritivo.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 19/12/2014 as 08:00 horas.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 18 de novembro de 2014.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 168/2014

DECRETO Nº 168, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

"Institui a Comissão de Avaliação Técnica para avaliar os materiais apresentados no Processo Licitatório na modalidade "Técnica e Preço" para prestação de serviços com fornecimento de material didático e dá outras providências"

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA :

Art. 1º - Fica instituída Comissão de Avaliação Técnica para avaliar os materiais apresentados no Processo Licitatório na modalidade "Técnica e Preço" para prestação de serviços com fornecimento de material didático:

Fabio Sozin - Diretor Administrativo

Mileidy Scheffen - Diretora de Ensino

Jucelene Furlan - Coordenadora de Programa

Maria Edlamar Aguiar Costa - Supervisora SME

Marlene Terezinha Amaral - Presidente do COMED e Diretora Escola M. Tancredo de Almeida Neves

Regina Fock Froelich - Assistente de Direção Escola M. Tancredo de Almeida Neves

Marcia Nagel Cristofolini - Supervisora Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves

Luis Mauricio de Paula Cordeiro - Diretor da Escola M. Vicente Vieira

Adriano Dierschnabel - Assistente de Direção Escola M. Vicente Vieira

Denise Romanzini da Silva - Supervisora Escola M. Vicente Vieira

Parágrafo Único - A presente Comissão será presidida pelo Diretor Administrativo Fabio Sozin.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Gaspar**PREFEITURA****DECRETO Nº 6.136, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 6.136, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

ALTERA O DECRETO Nº 168, DE 15 DE SETEMBRO 2000, QUE DECLARA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL A BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIBEIRÕES FORMADORES DO RIBEIRÃO BATEIAS, QUE COMPREENDE OS MANANCIAS HÍDRICOS DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO IV DO SAMAE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º do Decreto nº 168, de 15 de setembro de 2000, que declara área de proteção ambiental a bacia hidrográfica dos ribeirões formadores do ribeirão bateias, que compreende os mananciais hídricos da estação de tratamento IV do SAMAE, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada como Área de Proteção Ambiental (APA), doravante denominada "Área de Proteção Ambiental do Bateias", de acordo com a Lei Federal nº 6.902/1981, Lei Federal nº 9.985/2000, Decreto Federal nº 99.279/1990 e Resolução CONAMA nº 10/1988, a Bacia Hidrográfica dos Ribeirões formadores do Ribeirão Bateias e da qual são provenientes as águas que abastecem a ETA IV do SAMAE, localizada na Rua Carlos Zuchi Neto, Bairro Bateias, com limites geográficos que ficam definidos como sendo a linha do divisor de águas da bacia hidrográfica supracitada, com área aproximada de 200 (duzentos) hectares, tendo com coordenadas UTM os pontos:

I - Extremo Norte: N: 707484,394 e E: 7012107,581;

II - Extremo Sul: N: 707198,394 e E: 7009984,581;

III - Extremo Leste: N: 708056,394 e E: 7011617,581;

IV - Extremo Oeste: N: 706505,394 e E: 7012025,581."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.135, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 6.135, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 84, da Lei Municipal nº 1.305 de 09 de outubro de 1991,

DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a realização de até 60 (sessenta) horas extraordinárias pelo servidor Gilberto Fernandes de Souza e de até 60 (sessenta) horas extraordinárias pelo servidor Rogério Agostinho Laurindo, conforme escala, para o atendimento do transporte escolar e das demais atividades Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 15 de novembro a 14 de dezembro de 2014.

Parágrafo único. As horas extras serão realizadas sem prejuízo do repouso semanal remunerado.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão a conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 003/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2014

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 003/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2014

A CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, forma de julgamento GLOBAL, regime de execução INDIRETA - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, tendo por objeto aquisição de 1 (um) veículo automóvel novo (zero quilômetro), na forma e condições previstas no Edital de Licitação nº 003/2014, Pregão Presencial nº 003/2014: Título: aquisição de veículo automóvel. Interessado: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar. Modalidade: Pregão Presencial. Tipo: Menor Preço. Forma de Julgamento: Global. Regime de Execução: Execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global. Regência: Resolução nº 68, de 08 de outubro de 2014, da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar; Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais normas aplicáveis. Acesso Eletrônico ao Edital e à Participação: www.camaragaspar.sc.gov.br (link: Licitações e Contratos). Entrega dos Envelopes: na sessão pública a ser realizada no dia 03 de dezembro 2014, com início às 14h. Local de Recebimento dos Envelopes: Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro, Gaspar-SC (imóvel conhecido por Prédio do GASCIC). Abertura dos Envelopes: na sessão pública a ser realizar no dia 03 de dezembro de 2014, às 14h. Local das Sessões Públicas: Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro, Gaspar-SC (imóvel conhecido por Prédio do GASCIC). O Edital e anexos estão disponíveis no site da Câmara Municipal de Gaspar: www.camaragaspar.sc.gov.br, no link "Licitações e Contratos".

Gaspar/SC, 18 de novembro de 2014.

Marcelo de Souza Brick

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

AVISO DE LICITAÇÃO: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 004/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2014

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 004/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2014

A CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, forma de julgamento GLOBAL, regime de execução INDIRETA - EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, tendo por objeto a contratação de empresa de desenvolvimento de sistemas de informática para prestação de serviços continuados mediante o fornecimento de solução informatizada para a gestão pública, visando o atendimento das áreas de gestão administrativa, contábil, patrimonial e pessoal, compreendendo a licença de uso temporária não exclusiva, serviços de implantação, serviços de migração, serviços de customização, capacitação, suporte técnico e manutenção corretiva e legal, na forma e condições previstas no Edital de Licitação nº 004/2014, Pregão Presencial nº 004/2014: Título: contratação de empresa de informática para prestação de serviço continuado mediante fornecimento de solução informatizada para a gestão pública. Interessado: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar. Modalidade: Pregão Presencial. Tipo: Menor Preço. Forma de Julgamento: Global. Regime de Execução: Indireta - Empreitada por Preço Unitário. Regência: Resolução nº 72, de 05 de novembro de 2014, da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar; Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais normas aplicáveis. Acesso Eletrônico ao Edital e à Participação: www.camaragaspar.sc.gov.br (link: Licitações e Contratos). Entrega dos Envelopes: na sessão pública a ser realizada no dia 04 de dezembro 2014, com início às 14h. Local de Recebimento dos Envelopes: Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro, Gaspar-SC (imóvel conhecido por Prédio do GASCIC). Abertura dos Envelopes: na sessão pública a ser realizar no dia 04 de dezembro de 2014, às 14h. Local das Sessões Públicas: Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro, Gaspar-SC (imóvel conhecido por Prédio do GASCIC). O Edital e anexos estão disponíveis no site da Câmara Municipal de Gaspar: www.camaragaspar.sc.gov.br, no link "Licitações e Contratos".

Gaspar/SC, 18 de novembro de 2014.

Marcelo de Souza Brick

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

Grão Pará

PREFEITURA

RESULTADO PREGÃO CIACA

Consórcio Intermunicipal de Abrigo para Criança e Adolescente - CIACA

CNPJ 06.081.945/0001-61

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E PRODUTOS PARA HIGIENE E LIMPEZA PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ABRIGO PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CIACA.

Valor do Contrato/Data de Assinatura/Contratado: R\$ 44.279,69/ Dia 18 de novembro de 2014/Empresa Rech e Silva Supermercado Ltda (CNPJ 03.500.070/0001-05).

Prazo de Entrega: parceladamente, até 31 de dezembro de 2014 ou enquanto perdurarem as quantidades licitadas/contratadas, na forma da lei, sempre na existência de dotações orçamentárias do Consórcio Intermunicipal de Abrigo para Criança e Adolescente - CIACA, para empenho das despesas.

Prazo de Pagamento: O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais e apresentação da nota fiscal. Os preços homologados, adjudicados e contratados serão fixos e ir-reajustáveis.

Data da Adjudicação: 18/11/2014.

Data da Homologação: 18/11/2014.

Braço do Norte/SC, 18 de novembro de 2014.

AMILTON ASCARI

Presidente do CIACA

ANEXOS DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO - REF. 5º BIMESTRE DE 2014

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	30.922.040,00	30.922.040,00	2.853.156,54	9,23	15.155.267,95	49,01
RECEITA TRIBUTÁRIA	18.592.040,00	18.592.040,00	2.617.693,99	14,08	13.001.995,33	69,93
IMPOSTOS	2.006.455,00	2.006.455,00	160.965,61	8,02	1.004.780,17	50,08
TAXAS	1.596.055,00	1.596.055,00	142.245,60	8,91	623.524,92	39,07
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	207.900,00	207.900,00	11.756,44	5,65	145.335,82	69,91
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	202.500,00	202.500,00	6.963,57	3,44	235.919,43	116,50
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	72.000,00	72.000,00	12.883,90	17,89	68.113,90	94,60
RECEITA PATRIMONIAL	72.000,00	72.000,00	12.883,90	17,89	68.113,90	94,60
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	18.400,00	18.400,00	19.168,52	104,18	97.730,73	531,15
RECEITA DE SERVIÇOS	18.400,00	18.400,00	19.168,52	104,18	97.730,73	531,15
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	788.000,00	788.000,00	128.395,84	16,29	603.087,83	76,53
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.538.760,00	15.538.760,00	2.277.692,72	14,66	11.118.436,29	71,55
Transf. de Conv.	15.098.760,00	15.098.760,00	2.138.502,49	14,16	10.680.497,97	70,74
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	440.000,00	440.000,00	139.190,23	31,63	437.938,32	99,53
Multas e Juros de Mora	168.425,00	168.425,00	18.587,40	11,04	109.846,41	65,22
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	47.125,00	47.125,00	3.289,53	6,98	19.009,00	40,34
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.350,00	1.350,00	13,90	1,03	2.542,98	188,37
RECEITAS DIVERSAS	65.950,00	65.950,00	2.668,97	4,05	48.439,43	73,45
RECEITAS DE CAPITAL	54.000,00	54.000,00	12.615,00	23,36	39.855,00	73,81
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	12.330.000,00	12.330.000,00	235.462,55	1,91	2.153.272,62	17,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.700.000,00	1.700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS	1.700.000,00	1.700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	160.500,00	200,63
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	160.500,00	200,63
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	10.550.000,00	10.550.000,00	235.462,55	2,23	1.992.772,62	18,89
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	10.550.000,00	10.550.000,00	235.462,55	2,23	1.992.772,62	18,89
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	30.922.040,00	30.922.040,00	2.853.156,54	9,23	15.155.267,95	49,01
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	30.922,040,00	30.922,040,00	2.853.156,54	9,23	15.155.267,95	49,01	15.766.772,05
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	498.154,21	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	30.922,040,00	30.922,040,00	2.853.156,54	9,23	15.653.422,16	49,01	15.766.772,05
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.046.236,03	—	—	781.608,41	—	—
Superávit Financeiro	—	1.046.236,03	—	—	781.608,41	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)									
DESPESAS CORRENTES	30.922.040,00	1.332.710,72	32.254.750,72	2.802.674,57	16.695.129,76	3.280.616,38	15.653.422,16	48,53	16.601.328,56
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.817.477,75	510.181,52	16.327.659,27	2.452.608,15	12.270.389,90	2.557.346,36	11.691.614,81	71,61	4.636.044,46
JIUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	9.314.230,43	-4.472,56	9.309.757,87	1.423.018,71	6.982.276,44	1.431.462,56	6.971.291,10	74,88	2.338.466,77
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	52.000,00	-51.472,45	527,55	0,00	527,55	0,00	527,55	100,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	14.988.062,25	822.529,20	15.810.591,45	1.029.599,44	5.287.585,91	1.125.883,80	4.719.796,16	67,26	2.297.577,69
INVESTIMENTOS	13.867.062,25	863.801,90	14.730.864,15	350.066,42	4.424.739,86	723.270,02	3.961.807,35	25,06	11.848.784,10
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.121.000,00	-41.272,70	1.079.727,30	350.066,42	3.435.223,44	571.493,74	3.096.724,93	21,02	11.634.139,22
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	116.500,00	0,00	116.500,00	0,00	989.516,42	151.776,28	865.082,42	80,12	214.644,88
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	0,00	0,00	0,00	0,00	116.500,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	30.922.040,00	1.332.710,72	32.254.750,72	2.802.674,57	16.695.129,76	3.280.616,38	15.653.422,16	48,53	16.601.328,56

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	30.922.040,00	1.332.710,72	32.254.750,72	2.802.674,57	16.695.129,76	3.280.616,38	15.653.422,16	16.601.328,56
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	30.922.040,00	1.332.710,72	32.254.750,72	2.802.674,57	16.695.129,76	3.280.616,38	15.653.422,16	16.601.328,56

FONTE:

GRÃO PARÁ, 17/11/2014

AMILTON ASCARI Prefeito Municipal	VILSON PONCIANO Técnico Contábil	DIONE HEINZEN Secretário da Administração e Faz	EDMAR KEMPER NANDI Controlador Geral
--------------------------------------	-------------------------------------	--	---

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

GRÃO PARÁ, 17/11/2014

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral

Município de GRÃO PARÁ - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	30.922.040,00
Previsão Atualizada		—	30.922.040,00
Receitas Realizadas		2.853.156,54	15.155.267,95
Déficit Orçamentário		—	498.154,21
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	781.608,41
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	30.922.040,00
Créditos Adicionais		—	1.332.710,72
Dotação Atualizada		—	32.254.750,72
Despesas Empenhadas		2.802.674,57	16.695.129,76
Despesas Liquidadas		3.280.616,38	15.653.422,16
Superavit Orçamentário		—	0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		2.802.674,57	16.695.129,76
Despesas Liquidadas		3.280.616,38	15.653.422,16
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			16.048.227,20
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-720.512,05	-525.195,75
Resultado Primário		-1.798.400,00	109.225,03
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		2.090,51	1.546,09
EXECUTIVO		2.090,51	1.546,09
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		1.703.082,75	4.543,89
EXECUTIVO		1.703.082,75	4.543,89
TOTAL:		1.705.173,26	6.089,98
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.730.424,14	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.393.856,55	60%
Liquidadas		1.393.856,55	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.700.000,00
Despesa de Capital Líquida		3.961.807,35	11.848.784,10

Continua 1/2

Município de GRÃO PARÁ - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			160.500,00	-80.500,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			356.759,41	80.081,57
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.762.513,36	15,00	17,84
Liquidadas		1.762.513,36		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

GRÃO PARÁ, 17/11/2014

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	30.922.040,00	32.254.750,72	2.802.674,57	16.695.129,76	3.280.616,38	15.653.422,16	100,00	48,53
Legislativa	660.000,00	660.000,00	97.050,93	464.227,21	97.050,93	464.227,21	2,97	70,34
Ação Legislativa	660.000,00	660.000,00	97.050,93	464.227,21	97.050,93	464.227,21	2,97	70,34
Administração	1.743.700,00	1.834.700,00	213.933,51	1.490.479,80	248.863,90	1.413.315,47	9,03	77,03
Planejamento e Orçamento	135.000,00	125.000,00	14.689,72	102.009,02	14.689,72	102.009,02	0,65	81,61
Administração Geral	1.258.700,00	1.314.700,00	129.042,10	1.098.649,16	164.112,49	1.021.624,83	6,53	77,71
Administração Financeira	350.000,00	395.000,00	70.201,69	289.821,62	70.061,69	289.681,62	1,85	73,34
Segurança Pública	180.000,00	95.000,00	0,00	74.112,73	0,00	74.112,73	0,47	78,01
Informação e Inteligência	180.000,00	95.000,00	0,00	74.112,73	0,00	74.112,73	0,47	78,01
Assistência Social	1.291.940,00	1.318.913,52	128.813,68	667.551,45	153.043,75	625.607,63	4,00	47,43
Assistência ao Idoso	62.000,00	71.827,59	6.056,84	52.748,94	9.982,26	44.538,20	0,28	62,01
Assistência ao Portador de Deficiência	48.000,00	13.486,40	972,80	2.188,80	972,80	2.188,80	0,01	16,23
Assistência à Criança e ao Adolescente	451.940,00	415.346,89	35.062,57	281.290,75	51.945,43	266.858,17	1,70	64,25
Assistência Comunitária	730.000,00	818.252,64	86.721,47	331.322,96	90.143,26	312.022,46	1,99	38,13
Saúde	4.194.000,00	4.406.186,41	670.747,81	3.161.117,54	597.948,90	2.971.204,02	18,98	67,43
Atenção Básica	3.524.000,00	3.747.679,41	616.197,91	2.828.861,69	549.469,24	2.661.465,98	17,00	71,02
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	190.000,00	141.426,58	17.215,00	98.071,92	12.094,35	80.527,63	0,51	56,94
Suporte Profilático e Terapêutico	315.000,00	403.080,42	32.218,00	194.327,83	31.268,41	189.354,31	1,21	46,98
Vigilância Sanitária	55.000,00	40.000,00	0,00	10.917,22	0,00	10.917,22	0,07	27,29
Vigilância Epidemiológica	110.000,00	74.000,00	5.116,90	28.938,88	5.116,90	28.938,88	0,18	39,11
Educação	7.463.000,00	7.478.940,81	761.901,76	3.333.358,41	744.031,14	3.243.359,38	20,72	43,37
Ensino Fundamental	2.866.200,00	2.775.990,31	331.081,84	1.123.697,68	295.557,03	1.073.999,09	6,86	38,69
Ensino Médio	105.000,00	93.000,00	29.824,22	85.717,06	27.098,42	82.991,26	0,53	89,24
Ensino Profissional	150.000,00	100.000,00	38.332,25	38.332,25	38.332,25	38.332,25	0,24	38,33
Ensino Superior	60.000,00	31.600,00	0,00	31.600,00	11.000,00	27.650,00	0,18	87,50
Educação Infantil	3.973.800,00	4.178.903,71	320.307,45	1.836.485,65	327.211,53	1.809.161,65	11,56	43,29
Educação de Jovens e Adultos	308.000,00	299.446,79	42.356,00	217.525,77	44.831,91	211.225,13	1,35	70,54
Cultura	245.400,00	216.400,00	6.394,69	90.449,46	12.023,96	83.061,23	0,53	38,38
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	110.400,00	100.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	30.922.040,00	32.254.750,72	2.802.674,57	16.695.129,76	3.280.616,38	15.653.422,16	100,00	16.601.328,56
Cultura	245.400,00	216.400,00	6.394,69	90.449,46	12.023,96	83.061,23	0,53	133.338,77
Difusão Cultural	135.000,00	116.000,00	6.394,69	90.449,46	12.023,96	83.061,23	0,53	32.938,77
Urbanismo	4.052.000,00	3.872.535,10	135.173,77	995.691,88	297.254,18	806.569,67	5,15	3.065.965,43
Infra-Estrutura Urbana	3.210.000,00	2.823.886,07	0,00	423.938,92	193.545,22	289.391,43	1,85	2.534.494,64
Serviços Urbanos	842.000,00	1.048.649,03	135.173,77	571.752,96	103.708,96	517.178,24	3,30	531.470,79
Habituação	620.000,00	620.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	620.000,00
Habituação Urbana	620.000,00	620.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	620.000,00
Saneamento	1.928.500,00	1.888.500,00	75.959,16	559.607,39	102.332,01	529.954,17	3,39	1.358.545,83
Saneamento Básico Rural	80.000,00	80.000,00	0,00	3.691,90	0,00	3.691,90	0,02	76.308,10
Saneamento Básico Urbano	1.848.500,00	1.808.500,00	75.959,16	555.915,49	102.332,01	526.262,27	3,36	1.282.237,73
Ciência e Tecnologia	51.000,00	66.000,00	7.913,87	47.424,11	9.399,57	45.019,30	0,29	20.980,70
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	51.000,00	66.000,00	7.913,87	47.424,11	9.399,57	45.019,30	0,29	20.980,70
Agricultura	1.615.000,00	2.355.259,24	55.538,89	1.096.478,23	75.188,87	1.062.069,94	6,78	1.293.189,30
Abastecimento	1.100.000,00	1.965.259,24	0,00	765.569,07	0,00	765.569,07	4,89	1.199.690,17
Extensão Rural	515.000,00	390.000,00	55.538,89	330.909,16	75.188,87	296.500,87	1,89	93.499,13
Indústria	65.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
Promoção Industrial	15.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Produção Industrial	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Comércio e Serviços	266.000,00	186.000,00	0,00	5.653,71	0,00	5.653,71	0,04	180.346,29
Turismo	266.000,00	186.000,00	0,00	5.653,71	0,00	5.653,71	0,04	180.346,29
Transporte	3.929.200,00	4.920.484,39	534.137,54	3.043.925,52	627.856,61	2.827.251,54	18,06	2.093.232,85
Transporte Rodoviário	3.929.200,00	4.920.484,39	534.137,54	3.043.925,52	627.856,61	2.827.251,54	18,06	2.093.232,85
Desporto e Lazer	860.000,00	602.890,54	25.384,20	270.778,38	48.908,72	254.143,95	1,62	348.746,59
Desporto Comunitário	860.000,00	602.890,54	25.384,20	270.778,38	48.908,72	254.143,95	1,62	348.746,59
Encargos Especiais	1.640.800,00	1.561.440,71	89.724,76	1.394.273,94	266.743,84	1.247.872,21	7,97	313.568,50
Serviço da Divisão Interna	800.000,00	750.000,00	0,00	710.793,36	118.956,28	586.359,36	3,75	163.640,64
Outras Transferências	470.800,00	461.440,71	48.989,74	384.749,80	74.232,54	362.782,07	2,32	98.658,64
Outros Encargos Especiais	370.000,00	350.000,00	40.735,02	298.730,78	73.555,02	298.730,78	1,91	51.269,22

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	30.922.040,00	32.254.750,72	2.802.674,57	16.695.129,76	3.280.616,38	15.653.422,16	100,00	48,53
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	116.500,00	116.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	30.922.040,00	32.254.750,72	2.802.674,57	16.695.129,76	3.280.616,38	15.653.422,16	100,00	48,53
								16.601.328,56
								116.500,00
								16.601.328,56

FONTE:

GRÃO PARÁ, 17/11/2014

AMILTON ASCARI Prefeito Municipal	VILSON PONCIANO Técnico Contábil	DIONE HEINZEN Secretário da Administração e Faz
EDMAR KEMPER NANDI Controlador Geral		

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014								
	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)								
RECEITAS CORRENTES (I)	1.457.741,92	2.030.543,44	1.483.119,12	1.508.773,79	1.294.993,98	1.407.428,51	1.704.367,22	1.581.743,48	1.428.222,65	1.416.779,00	1.442.085,75	1.516.210,79	18.272.019,55								
RECEITA TRIBUTÁRIA	66.401,69	253.696,18	14.732,49	78.224,21	45.249,73	38.890,43	262.035,06	182.095,57	112.890,42	109.895,66	107.164,14	53.801,47	1.324.876,04								
I.P.T.U.	74,38	411,61	45,35	0,00	0,00	0,00	429,40	109.606,78	39.000,49	3.103,69	665,21	921,55	154.307,46								
I.P.R.F.	28.806,03	61.133,98	198,21	2.403,15	670,00	5.794,67	2.055,64	1.002,10	22.088,82	50.936,49	51.692,10	5.428,35	232.172,54								
I.S.S.	26.322,27	134.904,93	7.661,27	49.650,82	14.441,51	24.359,56	37.724,04	13.317,14	29.073,76	45.514,00	35.592,77	40.233,27	1.179.005,00								
I.T.B.I.	3.960,34	52.353,72	1.208,42	5.352,20	1.125,47	4.249,42	394,33	6.988,06	2.690,80	181,73	5.321,00	2.421,35	86.216,84								
Outras Receitas Tributárias	7.238,67	4.891,94	5.619,24	20.795,04	29.012,75	4.495,78	221.432,65	51.182,49	20.006,55	9.959,74	13.923,06	4.795,95	393.385,66								
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	6.407,60	6.021,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.426,70								
RECEITA PATRIMONIAL	5.821,63	7.230,66	10.144,15	8.269,98	6.953,36	13.903,79	6.481,57	9.746,16	11.845,98	11.282,22	10.892,94	9.729,39	112.299,83								
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								
RECEITA DE SERVIÇOS	56.230,19	59.417,18	47.830,93	60.017,73	63.291,48	57.603,46	66.217,00	54.941,68	65.897,68	59.902,03	66.635,39	62.760,45	786.000,00								
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.317.867,78	1.656.834,44	1.366.067,09	1.351.876,73	1.171.068,90	1.281.813,12	1.361.251,64	1.325.429,07	1.227.006,68	1.222.367,65	1.245.983,17	1.383.773,19	15.941.537,46								
Cota-Parte do F.P.M.	490.575,88	740.091,40	594.831,36	635.192,90	376.753,29	430.046,10	573.089,30	429.773,99	398.126,63	448.426,05	393.082,94	371.503,84	5.852.539,68								
Cota-Parte do I.C.M.S.	405.369,38	403.650,40	413.721,32	393.992,41	399.696,33	388.775,40	396.203,74	401.956,39	373.533,84	392.968,38	420.189,05	433.215,47	4.824.304,11								
Cota-Parte do IPVA,	41.221,99	27.055,82	24.274,93	42.557,23	50.416,15	57.544,59	60.972,55	53.000,39	66.706,01	46.936,35	51.285,64	65.462,05	715.900,00								
Cota-Parte do ITR,	262,65	38,73	27,61	63,20	46,23	0,00	7,97	78,70	125,38	20,75	3.003,84	3.102,90	6.797,95								
Outras Transferências Correntes	211.138,75	317.096,94	187.060,29	109.417,75	187.596,55	244.874,79	156.897,89	275.529,98	263.610,29	170.253,45	211.690,41	336.195,72	2.671.670,91								
Transferências da LC 61/1999	6.315,29	6.749,70	6.620,61	5.905,16	5.478,97	5.993,32	6.488,09	6.177,65	6.346,37	6.841,72	6.156,07	6.592,65	87.790,00								
Transferências da LC 87/1998	1.677,87	1.677,87	1.749,52	1.749,52	0,00	1.749,52	1.749,52	1.749,52	1.749,52	1.749,52	1.749,52	1.749,52	29.700,00								
Transferências do FUNDEB	161.305,97	180.473,58	167.233,45	163.278,56	151.053,28	151.899,40	166.044,58	157.133,45	145.908,64	155.941,43	158.834,70	163.951,04	1.880.000,00								
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.013,03	47.280,38	14.324,46	10.365,14	8.420,41	15.314,71	8.381,95	9.529,00	10.591,89	14.331,45	12.441,11	6.146,29	168.425,00								
DEDUÇÕES (II)	188.084,40	189.033,01	208.244,81	215.835,86	166.485,61	176.908,09	207.701,63	178.552,71	163.517,31	179.110,29	175.093,21	174.225,42	2.223.792,35								
Convênio Secretaria de Estado da Infra-Estrutura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-635,10	-635,10								
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	189.084,40	189.033,01	208.244,81	215.835,86	166.485,61	176.908,09	207.701,63	178.552,71	163.517,31	179.110,29	175.093,21	176.314,23	2.225.881,26								
Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. - Convênio-Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.429,67	-1.429,67								
Rec. Rem. Dep. Banc. - Conv. Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-24,14	-24,14								
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.269.573,12	1.841.510,43	1.274.874,31	1.292.937,93	1.128.508,37	1.230.520,42	1.496.665,59	1.403.190,77	1.264.705,34	1.237.668,71	1.267.002,54	1.341.985,37	16.048.227,20								
FONTE:																					
GRÃO PARÁ, 17/11/2014																					
<hr/>																					
AMILTON ASCARI	VILSON PONCIANO					DIONE HEINZEN															
Preleito Municipal	Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-8					Secretário da Administração e Fazenda															
<hr/>																					
EDMAR KEMPER NANDI																					
Controlador Geral																					

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
			No Bimestre Até o Bimestre/2014 Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)			
RECEITAS CORRENTES			
Recetta de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS
		DOTAÇÃO INICIAL	No Bimestre Até o Bimestre/2014 Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)			
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

GRÃO PARÁ, 17/11/2014

AMILTON ASCARI Prefeito Municipal	VILSON PONCIANO Técnico Contábil CRC-SC 12.498	DIONE HEINZEN Secretário da Administração e Faz	EDMAR KEMPER NANDI Controlador Geral
--------------------------------------	---	--	---

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.439.796,84	1.824.240,44	1.695.404,16
DEDUÇÕES (II)	111.796,97	67.601,36	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.806.528,28	2.125.250,29	1.695.728,24
Demais Haveres Financeiros	1.975,09	17.136,44	16.377,97
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.696.706,40	2.074.785,37	2.087.336,30
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.327.999,87	1.756.639,08	1.695.404,16
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	912.165,72	811.731,32	804.765,76
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	1.415.834,15	944.907,76	890.638,40

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
VALOR	-54.269,36	-525.195,75

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-720.512,05

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

GRÃO PARÁ, 17/11/2014

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	18.573.640,00	2.598.525,47	12.904.264,60	11.073.580,53
Receita Tributária	2.006.455,00	160.965,61	1.004.780,17	526.336,86
I.P.T.U.	200.000,00	1.586,76	153.821,47	139.210,07
I.S.S.	1.179.005,00	75.826,04	297.568,14	133.416,88
I.T.B.I.	63.450,00	7.742,35	29.902,78	38.712,31
I.R.R.F.	153.600,00	57.090,45	142.232,53	87.077,96
Outras Receitas Tributárias	410.400,00	18.720,01	381.255,25	127.919,64
Receita de Contribuição	72.000,00	12.883,90	68.113,90	57.721,67
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	72.000,00	12.883,90	68.113,90	57.721,67
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	18.400,00	19.168,52	97.730,73	41.017,95
(-) Aplicações Financeiras	18.400,00	19.168,52	97.730,73	41.017,95
Transferências Correntes	15.538.760,00	2.277.692,72	11.118.436,29	9.820.978,78
F.P.M.	5.940.000,00	611.669,46	3.697.498,16	3.422.601,31
I.C.M.S.	4.536.000,00	682.723,79	3.212.452,44	2.813.270,54
Convênios	440.000,00	139.190,23	437.938,32	83.536,74
Outras Transferências Correntes	4.622.760,00	844.109,24	3.770.547,37	3.501.570,19
Demais Receitas Correntes	956.425,00	146.983,24	712.934,24	668.543,22
Dívida Ativa	65.950,00	2.668,97	48.439,43	76.386,00
Diversas Receitas Correntes	890.475,00	144.314,27	664.494,81	592.157,22
RECEITAS DE CAPITAL (II)	12.330.000,00	235.462,55	2.153.272,62	1.285.427,85
Operações de Crédito (III)	1.700.000,00	0,00	0,00	315.525,85
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	80.000,00	0,00	160.500,00	0,00
Transferências de Capital	10.550.000,00	235.462,55	1.992.772,62	969.902,00
Convênios	10.550.000,00	235.462,55	1.992.772,62	969.902,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	10.550.000,00	235.462,55	1.992.772,62	969.902,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	29.123.640,00	2.833.988,02	14.897.037,22	12.043.482,53
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	16.327.659,27	2.557.346,36	11.691.614,81	10.449.503,69
Pessoal e Encargos Sociais	9.309.757,87	1.431.462,56	6.971.291,10	6.042.256,98
Juros e Encargos da Dívida (IX)	527,55	0,00	527,55	24.597,09
Outras Despesas Correntes	7.017.373,85	1.125.883,80	4.719.796,16	4.382.649,62
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	16.327.131,72	2.557.346,36	11.691.087,26	10.424.906,60
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	15.810.591,45	723.270,02	3.961.807,35	1.643.045,42
Investimentos	14.730.864,15	571.493,74	3.096.724,93	1.213.760,31
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.079.727,30	151.776,28	865.082,42	429.285,11
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	14.730.864,15	571.493,74	3.096.724,93	1.213.760,31
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	116.500,00	-	-	-

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	116.500,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	31.174.495,87	3.128.840,10	14.787.812,19	11.638.666,91
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.050.855,87	-294.852,08	109.225,03	404.815,62
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	781.608,41	0,00
Superávit Financeiro	-	-	781.608,41	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-1.798.400,00

FONTE:

GRÃO PARÁ, 17/11/2014

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS						
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	167.351,46	1.535.731,29	1.487.364,38	4.543,89	211.174,48	2.090,51	-	544,42	544,42	1.546,09	-
EXECUTIVO	167.351,46	1.535.731,29	1.487.364,38	4.543,89	211.174,48	2.090,51	0,00	544,42	544,42	1.546,09	0,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	26.430,33	26.430,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	44.848,69	44.848,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL - FMS	22.335,09	289.734,89	288.378,89	4.543,89	19.147,20	1.546,09	0,00	0,00	0,00	1.546,09	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS	0,00	20.783,72	20.783,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	109.052,15	108.792,15	0,00	260,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	67.371,18	67.371,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL	0,00	298.137,45	288.637,45	0,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	145,00	145,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO	0,00	145,00	145,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO	5.016,37	153.081,86	118.830,95	0,00	39.267,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE PLAN.IND.COM.E DESENV.URBAN.	140.000,00	65.541,42	65.541,42	0,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS	0,00	460.604,60	460.604,60	0,00	0,00	544,42	0,00	544,42	544,42	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I) + (II):	167.351,46	1.535.731,29	1.487.364,38	4.543,89	211.174,48	2.090,51	0,00	544,42	544,42	1.546,09	-0,00

FONTE:

GRÃO PARÁ, 17/11/2014

AMILTON ASCARI	VILSON PONCIANO	DIONE HEINZEN
Prefeito Municipal	Técnico Contábil CRC-SC 12.499/O	Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.701.405,00	1.701.405,00	144.127,94	634.130,05	37,27
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	305.350,00	305.350,00	3.469,10	164.426,60	53,85
1.1.1- IPTU	250.000,00	250.000,00	1.586,76	153.821,47	61,53
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.350,00	1.350,00	213,76	915,51	67,82
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	40.500,00	40.500,00	1.154,42	7.841,57	19,36
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	13.500,00	13.500,00	514,16	1.848,05	13,69
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	63.450,00	63.450,00	7.742,35	29.902,78	47,13
1.2.1- ITBI	63.450,00	63.450,00	7.742,35	29.902,78	47,13
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.179.005,00	1.179.005,00	75.826,04	297.568,14	25,24
1.3.1- ISS	1.179.005,00	1.179.005,00	75.826,04	297.568,14	25,24
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	153.600,00	153.600,00	57.090,45	142.232,53	92,60
1.4.1- IRRF	153.600,00	153.600,00	57.090,45	142.232,53	92,60
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.934.700,00	13.934.700,00	1.757.093,49	9.240.541,49	66,31
2.1- Cota-Parte FPM	7.425.000,00	7.425.000,00	764.586,78	4.621.872,40	62,25
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.425.000,00	7.425.000,00	764.586,78	4.621.872,40	62,25
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.670.000,00	5.670.000,00	853.404,52	4.015.284,33	70,82
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	29.700,00	29.700,00	3.499,04	15.745,68	53,02
2.4- Cota-Parte IP-Estação	87.750,00	87.750,00	12.748,72	61.966,61	70,62
2.5- Cota-Parte ITR	6.750,00	6.750,00	6.106,74	6.496,58	96,25
2.6- Cota-Parte IPVA	715.500,00	715.500,00	116.747,69	519.175,89	72,56
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	15.636.105,00	15.636.105,00	1.901.221,43	9.874.671,54	63,15
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	381.000,00	381.000,00	66.904,38	271.274,91	71,20
5.1- Transferências do Salário-Educação	220.000,00	220.000,00	35.820,86	169.477,75	77,04
5.2- Transferências Diretas - PDDE	1.000,00	1.000,00	0,00	908,08	90,81
5.3- Transferências Diretas - PNAE	81.000,00	81.000,00	17.404,00	52.212,00	64,46
5.4- Transferências Diretas - PNATE	79.000,00	79.000,00	13.441,26	47.044,41	59,55
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	238,26	1.632,67	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.415.000,00	3.415.000,00	173.970,12	293.962,02	8,61
6.1- Transferências de Convênios	3.415.000,00	3.415.000,00	173.970,12	293.962,02	8,61
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	211.000,00	211.000,00	53.002,05	161.959,36	76,76
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	4.007.000,00	4.007.000,00	293.876,55	727.196,29	18,15
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.786.940,00	2.786.940,00	351.407,54	1.847.763,85	66,30
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.485.000,00	1.485.000,00	152.917,32	924.374,24	62,25
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.134.000,00	1.134.000,00	170.680,73	802.831,89	70,80
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	5.940,00	5.940,00	669,80	3.149,10	53,02
10.4- Cota-Parte IP-Estação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	17.550,00	17.550,00	2.549,72	12.393,23	70,62
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.350,00	1.350,00	1.221,32	1.299,26	96,24
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	143.100,00	143.100,00	23.338,65	103.716,13	72,48
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.880.000,00	1.880.000,00	324.785,74	1.582.858,53	84,19
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.880.000,00	1.880.000,00	324.785,74	1.582.858,53	84,19
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-906.940,00	-906.940,00	-26.621,80	-264.905,32	29,21
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.411.100,00	1.598.044,17	281.169,59	1.393.856,55	87,22
13.1- Com Educação Infantil	933.000,00	1.105.944,17	183.512,36	966.094,96	87,35
13.2- Com Ensino Fundamental	478.100,00	492.100,00	97.657,23	427.761,59	86,93
14- OUTRAS DESPESAS	470.900,00	301.900,00	43.964,98	250.552,75	82,99
14.1- Com Educação Infantil	283.000,00	167.000,00	31.405,45	140.642,70	84,22
14.2- Com Ensino Fundamental	187.900,00	134.900,00	12.559,53	109.910,05	81,48
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.882.000,00	1.899.944,17	325.134,57	1.644.409,30	86,55
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.644.409,30
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					88,06
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					15,83
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-3,89
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	3.909.026,25	3.909.026,25	475.305,36	2.468.667,88	63,15
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.026.000,00	2.129.944,17	294.436,02	1.625.513,37	76,32
23.1- Creche	920.000,00	899.944,17	111.962,80	529.886,09	75,70
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	620.000,00	437.944,17	77.597,58	386.300,53	88,21
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	300.000,00	262.000,00	34.365,22	143.585,56	54,80
23.2- Pré-escola	1.106.000,00	1.430.000,00	182.473,22	1.095.627,28	76,62
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	596.000,00	835.000,00	137.320,23	720.437,13	86,28
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	510.000,00	595.000,00	45.152,99	375.190,15	63,06
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.236.000,00	1.122.093,04	211.994,34	857.949,62	76,46
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	666.000,00	627.000,00	110.216,76	537.671,64	85,75
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	570.000,00	495.093,04	101.777,58	320.277,98	64,69
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.262.000,00	3.252.037,21	506.430,36	2.483.462,99	76,37
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-264.905,32
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					17.944,17
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-246.961,15
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					2.730.424,14
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					27,65
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	220.000,00	228.677,19	53.659,52	186.500,47	81,56
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.576.000,00	3.594.626,41	122.242,77	333.397,13	9,27
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	3.796.000,00	3.823.303,60	175.902,29	519.897,60	13,60
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	7.058.000,00	7.075.340,81	682.332,65	3.003.360,59	42,45

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		19.792,79	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.582.858,53	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.594.661,99	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		1.582.813,37	0,00
49.2 Restos a Pagar		1.848,62	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		7.989,33	0,00

GRÃO PARÁ, 17/11/2014

AMILTON ASCARI	VILSON PONCIANO	DIONE HEINZEN	EDMAR KEMPER NANDI
Prefeito Municipal	Técnico Contábil CRC-SC 12.498	Secretário da Administração e Faz.	Controlador Geral

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 17.944,17, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Guaramirim

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE RP Nº103/2014 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 103/2014- PMG PREGÃO PRESENCIAL N.º 101/2014
Objeto: Registro de preços para aquisição e instalação de materiais para sinalização de trânsito. Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº101/2014 - PMG Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim (SC). Fornecedor: GP SINALIZAÇÃO – IND. E COM. LTDA EPP, com sede na Rodovia SC 438, s/nº, KM210, em Gravatal, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.314.355/0001-20. Valor: R\$ 82.500,00 (oitenta e dois mil e quinhentos reais). Vigência: Início: 05/11/2014 Término: 04/11/2015.
Guaramirim - SC, 18 de novembro de 2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ATA DE RP Nº104/2014 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 104/2014- PMG PREGÃO PRESENCIAL N.º 101/2014
Objeto: Registro de preços para aquisição e instalação de materiais para sinalização de trânsito. Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº101/2014 - PMG Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim (SC). Fornecedor: JMS SERVIÇOS DE TRANSITO EIRELLI, com sede na Rua Antonio João da Silva, nº280, em Joinville, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.578.279/0001-34. Valor: R\$ 33.587,00(trinta três mil quinhentos e oitenta e sete reais) Vigência: Início: 05/11/2014 Término: 04/11/2015.
Guaramirim - SC, 18 de novembro de 2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ATA DE RP Nº105/2014 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 105/2014- PMG PREGÃO PRESENCIAL N.º 101/2014

Objeto: Registro de preços para aquisição e instalação de materiais para sinalização de trânsito.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº101/2014 - PMG

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim (SC).

Fornecedor: SINALBLU INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP, com sede na Rua Ari Barroso, nº541, em Blumenau, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.433.422/0001-74.

Valor: R\$ 101.911,60 (cento e um mil novecentos e onze reais e sessenta centavos)

Vigência: Início: 05/11/2014 Término: 04/11/2015.

Guaramirim - SC, 18 de novembro de 2014.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ATA DE RP Nº106/2014 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 106/2014- PMG PREGÃO PRESENCIAL N.º 101/2014
Objeto: Registro de preços para aquisição e instalação de materiais para sinalização de trânsito. Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº101/2014 - PMG Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim (SC). Fornecedor: SINAL CITY SINALIZAÇÃO LTDA, com sede na Rua Feliciano Bortolini, nº210, em Jaraguá do Sul, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 14.137.396/0001-28. Valor: R\$ 53.185,20 (cinquenta e três mil cento e oitenta e cinco reais e vinte centavos) Vigência: Início: 05/11/2014 Término: 04/11/2015.
Guaramirim - SC, 18 de novembro de 2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ATA DE RP Nº107/2014 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 107/2014- PMG PREGÃO PRESENCIAL N.º 101/2014
Objeto: Registro de preços para aquisição e instalação de materiais para sinalização de trânsito. Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº101/2014 - PMG Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim (SC). Fornecedor: SINASC SINALIZAÇÃO E CONST. DE ROD. LTDA ME, com sede na Rua Juliano Lucchi, nº134, em Palhoça, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.150.434/0001-17. Valor: R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais). Vigência: Início: 05/11/2014 Término: 04/11/2015.
Guaramirim - SC, 18 de novembro de 2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 52/2012 - PMG

Estado de Santa Catarina
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 52/2012 - PMG

Processo Licitatório: 106/2012 - PMG
 Modalidade: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MELHORIAS E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM - SC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Serrana Águas Ltda., devidamente inscrita no CNPJ nº 17.873.007/0001-10, com sede na Rua Ottokar Doerffel, nº 841, bairro Atiradores, Guaramirim, SC.

Valor do Aditivo: R\$514.939,28 (quinhentos e catorze mil novecentos e trinta e nove reais e vinte e oito centavos).

GUARAMIRIM (SC), 06/11/2014.

LAURO FRÖHLICH
 PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 103/2011

Estado de Santa Catarina
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE COMPRAS
 EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO 103/2011- PMG

Processo de Licitação: 100/2011.
 Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para execução da obra de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização da Rua Benjamim Girardi com extensão de 454,40 metros, conforme termo de convênio firmado entre este Município e a União, por intermédio do ministério das cidades - contrato de repasse nº 329.548-65.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: Pavilan Pavimentação Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida na estabelecida na Rua Anélio Nicocelli, n.º 1720, Bairro Figueirinha, no município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato até 31/12/2014, para pagamentos e devido encerramento da obra. Fica alterada a cláusula décima oitava do contrato nº 103/2011, prorrogando o termo final de vigência do contrato para 31/12/2014.

Data da Assinatura: 29/05/2014 Vigência 31/12/2014.
 GUARAMIRIM (SC), 29/05/2014
 LAURO FROHLICH
 PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO 116/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 116/2014
Tipo : Menor Preço Global
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PROVEDORA DE DATACENTER PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO PÚBLICA EM AMBIENTE WEB, PARA A ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM/ SC, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA DO PRESENTE EDITAL.
Entrega dos Envelopes: 02/12/2014 às 09:00h
Abertura dos Envelopes: 02/12/2014 às 09:00h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h e pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247
GUARAMIRIM (SC), 18/11/2014.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ATA DE RP N. 101/2014 - EDITAL 81/2014 - FARDAMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM		
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 101/2014 - PMG		
PREGÃO PRESENCIAL N.º 81/2014 - PMG		
Objeto: AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO OPERACIONAL (MODELO 5B) PADRÃO PMSC, UNIFORME DE EDUCAÇÃO FÍSICA PADRÃO PMSC, CALÇADO OPERACIONAL (COTURNO) PADRÃO PMSC, PARA O QUADRO DE EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA, LOTADOS NA 2ª CIA/14º BPM, NO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM-SC.		
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 081/2014 - PMG		
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim (SC).		
Fornecedor: UNIFORMES GERAIS LTDA, com sede na Rua Aderbal Ramos da Silva, nº 110, Centro, Ascurra-SC, CEP 89138-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.777.319/0001-53, neste ato representada por seu sócio-administrador, Sr(a). Maurício Kuhn, inscrito no CPF sob o nº 494.985.259-00.		
Empresa: Uniformes Gerais LTDA		
Lote	Descrição	Preço Total Registrado
01	Fardamento Operacional da PMSC	R\$ 23.950,00
03	Camisa em meia malha dry, cor branca, com manga curta e gola redonda padrão PM	R\$ 1.730,00
Valor: R\$ 25.680,00 (vinte e cinco mil seiscentos e oitenta reais).		
Vigência: Início: 04/11/2014 Término: 03/11/2015.		
Guaramirim-SC, 18 de novembro de 2014.		
LAURO FRÖHLICH		
PREFEITO MUNICIPAL		

ATA DE RP N. 102/2014 - EDITAL 81/2014 - FARDAMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM		
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 102/2014 - PMG		
PREGÃO PRESENCIAL N.º 81/2014 - PMG		
Objeto: AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO OPERACIONAL (MODELO 5B) PADRÃO PMSC, UNIFORME DE EDUCAÇÃO FÍSICA PADRÃO PMSC, CALÇADO OPERACIONAL (COTURNO) PADRÃO PMSC, PARA O QUADRO DE EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA, LOTADOS NA 2ª CIA/14º BPM, NO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM-SC.		
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 081/2014 - PMG		
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim (SC).		
Fornecedor: WILSON ANTÔNIO PEREIRA CALÇADOS EPP, com sede na Rua Santa Catarina, nº 160, Floresta, Joinville-SC, CEP 89211-300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.522.888/0001-58, neste ato representada por seu proprietário, Sr(a). Wilson Antônio Pereira, inscrito no CPF sob o nº 248.249.259-91.		
Empresa: Wilson Antonio Pereira Calçados		
Lote	Descrição	Preço Total Registrado
02	Bota Comando em couro e lona	R\$ 9.200,00
04	Calção Modelo padrão PMSC, em poliéster	R\$ 1.600,00
Valor: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).		
Vigência: Início: 04/11/2014 Término: 03/11/2015.		
Guaramirim-SC, 18 de novembro de 2014.		
LAURO FRÖHLICH		
PREFEITO MUNICIPAL		

CÂMARA MUNICIPAL**ATA Nº 002/2014**

ATA Nº 002/2014

ABERTURA DO INVÓLUCRO DE Nº 02 E RESULTADOS DE JULGAMENTO GERAL DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

A partir das quatorze horas, do dia treze de novembro de dois mil e quatorze, na sala de reunião da Câmara de Vereadores de Guaramirim, reuniram-se o Presidente e os membros da Comissão Permanente de Licitação, basicamente para cotejar as vias não identificadas (Invólucro nº1) com as vias identificadas (Invólucro nº2) do Plano de Comunicação Publicitária; Elaborar planilha com as notas atribuídas pela Subcomissão Técnica, referentes aos Invólucros nº 1 e nº 3; e proclamar o resultado do julgamento das Propostas Técnicas. Compareceram a reunião os representantes das Agências: Sal Propaganda Ltda., que no ato juntou procuração, e ClicZoom Publicidade e Propaganda Ltda., já credenciada. Ato posterior mostrou cada um dos Invólucros nº 2 aos representantes das licitantes para que verificassem que se encontravam fechados e rubricados no fecho. Na sequência o presidente da Comissão Permanente de Licitação solicitou a Sra. Ady E. P. Denker, membro da Comissão, para fazer a leitura das atas de julgamento elaboradas pela Subcomissão Técnica, referentes aos Invólucros nº 1 e nº 3, respectivamente. Em seguida, realizaram-se a abertura dos Invólucros nº 2 e os procedimentos para a identificação da autoria das Propostas, mediante cotejo entre a primeira página da via identificada com a primeira página da via não identificada de cada Plano de Comunicação Publicitária. À medida que foi

identificada cada Proposta, suas notas, referentes aos Invólucros nº 1 e nº 3, foram lançadas em planilha (anexa).

As licitantes classificadas para a etapa seguinte do certame foram as seguintes:

Cliczoom Publicidade e Propaganda Ltda. - com pontuação total de 245;

Sal Propaganda Ltda. - com pontuação total de 212.

Em seguida, o presidente da Comissão informou que o resultado do julgamento das propostas técnicas será publicado no Diário Oficial, ficando intimados os presentes, abrir-se-á prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, conforme disposto no item 12.14 do edital, bem como vista do processo.

Feito isso, o presidente da Comissão indagou se havia algo a registrar em Ata, em relação ao julgamento das propostas técnicas pela Subcomissão Técnica, sendo que não houve manifestações.

Guaramirim - SC, 13 de Novembro de 2014.

AURÉLIO TADEU TOMASELLI

Presidente

ADY ESTERLITA PERSUHN DENKER

Membro

IRINEU JOSÉ VEIGA

Membro

EMPRESAS LICITANTES:

CLICZOOM PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA

SAL PROPAGANDA LTDA

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PREGÃO Nº 036/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO: Menor preço por item

OBJETO

Registro de Preços para a eventual aquisição de materiais e insumos de enfermagem para a Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello - UPA 24Hs pelo período de 12 meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 13h00min horas do dia 02/12/2014

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 15,80 (quinze reais e oitenta centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 17 de novembro de 2014.

NELSON GUINDANI

PREFEITO MUNICIPAL

Ibiam

PREFEITURA

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº 01/14

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

O Município de Ibiam, com sede Administrativa à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20, neste Ato representado pelo Prefeito Municipal, abaixo identificado e assinado, e a Empresa Cessionária MAUTRA Ind. e Com. de Madeiras Ltda, representada por seu Sócio Administrador Mauricio Rinaldi Tragancin, abaixo assinado, resolvem celebrar este Termo de Rescisão do Contrato de Cessão de Direitos e outras avenças Nº001/97, celebrado em 10 de Dezembro de 2007, mediante as seguintes Cláusulas.

Cláusula Primeira: A Empresa Cessionária, pelo Contrato de Cessão de direitos e outras avenças Nº001/2007, recebeu para uso real um Terreno de propriedade do Município com a área de 8.973,67 m² (oito mil novecentos e setenta e três metros e sessenta e sete centímetros quadrados) e mais um Barracão de Alvenaria com 160 m² (cento e sessenta metros quadrados) de área construída, localizados na Área Industrial.

Cláusula Segunda: O Imóvel e Barracão mencionados na Cláusula Primeira, fazem parte de uma área maior de 88.682,47 m² (oitenta e oito mil seiscentos e oitenta e dois metros e quarenta e sete centímetros quadrados) Matriculada no CRI da Comarca sob Nº 5.755.

Cláusula Terceira: A Empresa Cessionária utilizará o Imóvel e Barracão descritos na Cláusula Primeira, até o dia 31 de Dezembro de 2014.

Cláusula Quarta: Ao termino do prazo (31/12/2014), a Cessionária se retira do Imóvel, sem receber qualquer indenização por eventuais benfeitorias construídas, conforme disposto no Artigo 6º da Lei Nº325 de 30 de Agosto de 2006.

Cláusula Quinta: Por este instrumento ficam rescindidos o Termo de Aditamento Nº001/2012 de 12 de Novembro de 2012.

E por estarem certos e ajustados firmam este Termo em duas vias de igual teor e forma na presença de Testemunhas que também assinam.

Ibiam, 11 de Novembro de 2014.
MUNICIPIO DE IBIAM
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal

MAUTRA IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA
Mauricio Rinaldi Tragancin
Sócio Administrador

Testemunhas:
Rosinei Ceron Flávia Lenita Pelentir

DECRETO Nº 2710/2014

DECRETO Nº 2710, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 537/2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.300,00 (Dois mil e trezentos reais) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0207 SEC. MUN.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa: 0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
Projeto/Atividade: 2031 MANUT.DA SECR.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Modalidade de Aplicação: 339000000 APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte: 0100- RECURSOS ORDINÁRIOS
Valor: R\$ 2.300,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 2.300,00 (Dois mil e trezentos reais) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0207 SEC. MUN.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa: 0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
Projeto/Atividade: 2031 MANUT.DA SECR.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Modalidade de Aplicação: 319000000 APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte: 0100- RECURSOS ORDINÁRIOS
Valor: R\$ 2.300,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
EM 28 DE OUTUBRO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

DECRETO Nº 2711/2014

DECRETO Nº 2711, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do provável excesso de arrecadação do convênio de recursos federais fundo a fundo para construção de academia de saúde, no valor de R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais), no orçamento de 2014 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, nas seguintes programações de despesas:

Suplementação:

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS
Unidade Orçamentária: 0301 - Fundo Municipal da Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301- Atenção Básica
Programa: 1001 - Saúde com Qualidade
Projeto: 1014 - Ampliação da Rede Física de Saúde
Modalidade de Aplicação: 44900000 - Aplicações Diretas
Fonte: 0123 - Recursos Vinculados Convênios- Saúde
Valor R\$ 16.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado provável excesso de arrecadação do convênio de recursos federais fundo a fundo para construção de academia de saúde

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
EM 28 DE OUTUBRO DE 2014.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

DECRETO Nº 2713/2014

DECRETO Nº 2713, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

CONSIDERANDO: O fato de que o Município de forma unilateral por falência da empresa contratada realizou distrato do contrato de prestação de serviço;

CONSIDERANDO: Que a contabilidade após receber de forma verbal o comunicado efetuou o cancelamento da despesa;

CONSIDERANDO: Que a recurso financeiro encontra-se depositado na conta bancária 14.779-6;

CONSIDERANDO: Que a referida obra será realizada com quase na sua totalidade recursos vinculados a convênio, os quais encontram-se depositados em conta corrente..

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro, no valor de R\$ 16.911,26 (Dezesseis mil novecentos e onze reais e vinte e seis centavos), no orçamento de 2014 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, nas seguintes programações de

despesas:

Suplementação:

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS
Unidade Orçamentária: 0301 - Fundo Municipal da Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301- Atenção Básica
Programa: 1001 - Saúde com Qualidade
Projeto: 1014 - Ampliação da Rede Física de Saúde
Modalidade de Aplicação: 44900000 - Aplicações Diretas
Fonte: 0323 - Recursos Vinculados - Exercício Anterior Saúde
Valor R\$ 16.911,26

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado provável excesso de arrecadação do convênio de recursos federais fundo a fundo para construção de academia de saúde

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
EM 03 DE NOVEMBRO DE 2014.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

DECRETO Nº 2716/2014

DECRETO Nº 2716, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), no orçamento de 2014 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, nas seguintes programações de despesas:

Suplementação:

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS
Unidade Orçamentária: 0301 - Fundo Municipal da Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301- Atenção Básica
Programa: 1001 - Saúde com Qualidade
Atividade: 2039 - Manutenção das Atividades da Saúde
Modalidade de Aplicação: 44900000 - Aplicações Diretas
Fonte: 0364 - Exer.Anterior Atenção Básica
Valor R\$ 5.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior do Município de Ibiã.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
EM 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

Imarui

PREFEITURA

DECRETO Nº 116, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 116, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONVIDA A POPULAÇÃO PARA PARTICIPAR DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROGRAMA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - LAR LEGAL

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, em especial pelo disposto no art. 61, VI da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de realização de audiência pública para colher subsídios e difundir informações sobre o Programa supramencionado,

CONSIDERANDO a Resolução nº 11/2008 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA que institui o Programa Lar Legal, e que objetiva a regularização do registro de imóveis urbanos e urbanizados de loteamentos irregulares ou clandestinos, considerando especialmente as seguintes hipóteses;

CONSIDERANDO a grande demanda de habitação popular existente no Município de Imaruí;

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada Audiência Pública para discussão sobre a Regularização Fundiária - Programa Lar Legal, a realizar-se no dia 19 de dezembro de 2014, às 19h no Plenário da Câmara de Vereadores.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, SC, 18 de novembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 117, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO N. 117, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, em especial a autorização contida na Lei n.1.826, de 17 de novembro de 2014, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, DECRETO:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, exercício 2014, na importância de R\$16.800,00 com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.028	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE			
Dotação-Elemento	Cód.re- sumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00.00.00	378	1.062	Material de Consumo	16.800,00
Total Suplementação			16.800,00	

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º deste decreto serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.028	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE			
Dotação-Elemento	Cód. resu- mido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.36.00.00.00.00	379	1.062	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	1.800,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.028	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE			
Dotação-Elemento	Cód. resu- mido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.51.00.00.00.00	381	1.062	Obras e Instalações	5.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.028	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE			
Dotação-Elemento	Cód. resu- mido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.52.00.00.00.00	382	1.062	Equipamentos e Material Permanente	10.000,00
Total Suplementação			16.800,00	

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 18 de novembro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 118, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO N. 118, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, em especial a autorização contida na Lei n.1.826, de 17 de novembro de 2014, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, DECRETO:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, exercício 2014, na importância de R\$6.030,00 com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 16.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação-Elemento	Cód.resu- mido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00.00.00	138	1.000	Material de Consumo	6.030,00
Total Suplementação			R\$ 6.030,00	

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º deste decreto serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 16.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação-Elemento	Cód. resu- mido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00.00.00	142	1.000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	6.030,00
Total Suplementação			R\$ 6.030,00	

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 18 de novembro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 578, DE 01/10/2014

PORTARIA GP Nº 578/2014, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.
Exoneração do Cargo de Diretor de Obras.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

BATISTA DEMÉTRIO do Cargo de Diretor de Obras do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 068/2014 da

Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos.

Imaruí, 01 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 01/10/2014.

ROBSON DA SILVA FERNANDES
Responsável pela Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 579, DE 01/10/2014

PORTARIA GP Nº 579/2014, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.
Nomeação para o Cargo de Professor de Series Iniciais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1753/2013, e posteriores alterações e com o processo seletivo nº 003/2014, resolve:

NOMEAR:

ROBERTA CABRAL MATIAS com CPF: 085.910.399-47 para exercer do Cargo de Professor de Sereis Iniciais, com carga horaria de 40 semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 240/2014 da Secretaria Municipal da Educação, desporto e Juventude.

Imaruí, 01 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 01/10/2014.

ROBSON DA SILVA FERNANDES
Responsável pela Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 580, DE 01/10/2014

PORTARIA GP Nº 580/2014, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.
Nomeação para o Cargo de Professor de Series Iniciais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1753/2013, e posteriores alterações e com o processo seletivo nº 003/2014, resolve:

NOMEAR:

SILVANA VAZ com CPF: 178.167.458-26 para exercer do Cargo de Professor de Sereis Iniciais, com carga horaria de 20 semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 240/2014 da Secretaria Municipal da Educação. Desporto e Juventude.

Imaruí, 01 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 01/10/2014.

ROBSON DA SILVA FERNANDES
Responsável pela Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 581, DE 01/10/2014

PORTARIA GP Nº 581/2014, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.
Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Física.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1753/2013, e posteriores alterações e com o processo seletivo nº 003/2014, resolve:

NOMEAR:

POLLIANA DE SOUSA MARTINS com CPF: 047.984.839-40 para exercer do Cargo de Professor de Educação Física, com carga horaria de 20 semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 240/2014 da Secretaria Municipal da Educação. Desporto e Juventude.

Imaruí, 01 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 01/10/2014.

ROBSON DA SILVA FERNANDES
Responsável pela Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 582, 01/10/2014

PORTARIA GP Nº 582/2014, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.
Nomeação para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1753/2013, e posteriores alterações resolve:

NOMEAR:

LETICIA DA SILVA LIMAS com CPF: 080.762.189-77 para exercer do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 240/2014 da Secretaria Municipal da Educação. Desporto e Juventude.

Imaruí, 01 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 01/10/2014.

ROBSON DA SILVA FERNANDES
Responsável pela Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 583, DE 01/10/2014

PORTARIA GP Nº 583/2014, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.
Exoneração do Cargo de Professor de Series Iniciais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

DAIANE FERNANDES CARDOSO do Cargo de Professor de Series Iniciais do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com C.I nº 240/2014 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 01 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 01/10/2014.

ROBSON DA SILVA FERNANDES
Responsável pela Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 584, DE 01/10/2014

PORTARIA GP Nº 584/2014, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014
Revogação de Portaria.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 087/2013 da LÍLIA SANTOS DA ROSA FERNANDES, como Coordenador Geral do Setor Pedagógico do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 240/2014 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 01 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 01/10/2014.

ROBSON DA SILVA FERNANDES
Responsável pela Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 585, DE 01/10/2014

PORTARIA GP Nº 585/2014, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014
Revogação de Portaria.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve,

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 088/2013 do LOURIVAL DOS PASSOS, como Responsável pela Direção do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 240/2014 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 01 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 01/10/2014.

ROBSON DA SILVA FERNANDES
Responsável pela Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 586, DE 01/10/2014

PORTARIA GP Nº 586/2014, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.
Conceder Licença sem Vencimento

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com o requerimento resolve:

CONCEDER:
Licença Sem Vencimento para a funcionaria REGINA CELIA PEREIRA LEAL, ocupante do Cargo de Professor de Educação Física.

Imaruí, 01 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 01/10/2014.

ROBSON DA SILVA FERNANDES
Responsável pela Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 587, DE 01/10/2014

PORTARIA GP Nº 587/2014, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.
Conceder Licença sem Vencimento

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com o requerimento resolve:

CONCEDER:

Licença Sem Vencimento para a funcionaria SANDRA REGINA MATOS, ocupante do Cargo de Zelador na Secretaria Municipal da Educação, Desporto e Juventude.

Imaruí, 01 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 01/10/2014.

ROBSON DA SILVA FERNANDES
Responsável pela Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 588, DE 01/10/2014

PORTARIA GP Nº 588/2014, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014
Revogação de Portaria.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve,

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 0496/2014 do WILLIAN GUSTAVO MATOS DE OLIVEIRA como ocupante do cargo de Motorista, no Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 01 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 01/10/2014.

ROBSON DA SILVA FERNANDES
Responsável pela Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 589, DE 02/10/2014

PORTARIA GP Nº 589/2014, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014

Designa Servidor Municipal com Gratificação de Função de Confiança.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 005, de 04 de abril de 2008, resolve :

DESIGNA:

JOSIANE PACHECO DE SOUZA THIESEN, para atuar como Assessor de Direção da Unidade de acordo com a C.I nº 240/2014 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 01 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 02/10/2014

ROBSON DA SILVA FERNANDES
Responsável pela Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 590, DE 02/10/2014

PORTARIA GP Nº590/2014, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014

Nomeação para o Cargo de Chefe de Oficina .

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

BATISTA DEMETRIO com CPF: 749.942.209-72 para exercer do Cargo de Chefe de Oficina, do Quadro Geral de Pessoal, de acordo com a C.I nº 068/2014 da Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos.

Imaruí, 02 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 02/10/2014.

ROBSON DA SILVA FERNANDES
Responsável pela Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 591, DE 02/10/2014

PORTARIA GP Nº 591/2014, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Ampliação de carga horária de Professor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei complementar nº 005, de 04 de abril de 2008, resolve,

AMPLIAR:

A carga horária do (a) Professor (a) LORIVAL DOS PASSOS de 20 horas para 40 horas semanais, conforme solicitação da C.I. nº 0240/2014 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 02 de Outubro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura em 02/10/2014.

ROSBONS DA SILVA FERNANDES
Responsável pela Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 592, DE 03/10/2014

PORTARIA GP Nº 592/2014, DE 03 DE OUTUBRO DE 2014.

Exoneração do Cargo de Vigia.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

PEDRO TOMÉ DE CARVALHO do Cargo de Vigia na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviço Urbanos do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, conforme a aposentadoria concedida pelo INSS.

Imaruí, 03 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 03/10/2014.

ROBSON DA SILVA FERNANDES
Responsável pela Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 593, DE 06/10/2014

PORTARIA GP Nº 593/2014, DE 06 DE OUTUBRO DE 2014

Nomeação de Comissão do Processo Seletivo Edital nº004/2014 e nº 005/2014

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições de acordo com a Lei Complementar nº 003/2007, resolve:

NOMEIAR:

Comissão organizadora do Processo Seletivo nº 004/2014 e nº 005/2014, conforme a C.I nº 0245/2014 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude cujo aos membros são:

Maria Aparecida Reis Brasil- presidente da comissão
Lélia Regina de Souza Raimundo- membro
Vânia de Sousa Silveira membro

Imaruí, 06 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura em 06/10/2014.

ROBSON DA SILVA FERNANDES
Responsável pela Secretária de Administração e Finança

PORTARIA Nº 594, DE 09/10/2014

PORTARIA GP Nº594/2014, DE 09 DE OUTUBRO DE 2014

Nomeação para o Cargo de Secretario de Administração e Finanças.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

LUCIANO CEZAR BOICO com CPF: 933.629.009-68 para exercer do Cargo de Secretario de Administração e Finanças, do Quadro Geral de Pessoal.

Imaruí, 08 de Outubro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 08/10/2014.

ANDRÉ POLUCENO VIANA

Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 595, DE 08/10/2014

PORTARIA GP Nº 595/2014, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.

Revogação de Portaria.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve,

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 0576/2014 do ROBSON DA SILVA FERNANDES, como Responsável pela Secretaria de Administração e Finanças do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 08 de Outubro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 08/10/2014.

ANDRÉ POLUCENO VIANA

Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 596, DE 09/10/2014

PORTARIA GP Nº596/2014, DE 09 DE OUTUBRO DE 2014

Nomeação para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais .

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

DEYVIDA CARDOSO AGOSTINHO ROCHADEL com CPF: 026.079.629-86 para exercer do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro Geral de Pessoal, de acordo com a C.I nº 0248/2014 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 09 de Outubro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 09/10/2014.

LUCIANO CEZAR BOICO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 597, DE 09/10/2014

PORTARIA GP Nº 597/2014, DE 09 DE OUTUBRO DE 2014

Revogação de Portaria.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve,

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 070/2013 do JACÓB MONTEIRO DEMETRIO como responsável pelo Serviço de Manutenção das Rodovias Municipais do Quadro Geral de Pessoal, e de acordo com a C.I nº 059/2014 da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Imaruí, 09 de Outubro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 09/010/2014.

LUCIANO CEZAR BOICO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 598, DE 09/10/2014

PORTARIA GP Nº 598/2014, DE 09 DE OUTUBRO DE 2014

Revogação de Portaria.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve,

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 0410/2013 do DJALMA DA SILVA como responsável pelo almoxarifado do Quadro Geral de Pessoal, e de acordo com a C.I nº 073/2014 da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Imaruí, 09 de Outubro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 09/010/2014.

LUCIANO CEZAR BOICO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 599, DE 10/10/2014

PORTARIA GP Nº 599/2014, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014
Revogação de Portaria.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 069/2013 do ADEMAR JOSÉ LEMOS como responsável pela frota rodoviária da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos.

Imaruí, 10 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 10/10/2014.

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 600, DE 10/10/2014

PORTARIA GP Nº 600/2014, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014.
Revogação de Portaria.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 071/2013 do ALESSANDRO RESENDE como responsável pelo serviço de lubrificação dos equipamentos da Secretaria de Transporte, Obras, Serviços Urbanos.

Imaruí, 10 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 10/10/2014.

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 601, DE 10/10/2014

PORTARIA GP Nº 601/2014, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014.
Revogação de Portaria.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 0330/2013 do ADELSON SILVANA como responsável pela Fiscalização do Setor Tributário.

Imaruí, 10 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 10/10/2014.

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 602, DE 10/10/2014

PORTARIA GP Nº 602/2014, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014.
Revogação de Portaria.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 0483/2013 do JOÃO BATISTA DA SILVA como responsável pelo controle da agenda do prefeito.

Imaruí, 10 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 10/10/2014.

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 603, DE 15/10/2014

PORTARIA GP Nº 603/2014, DE 15 DE OUTUBRO DE 2014.
Exoneração do Cargo de Coordenador de Patrimônio.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

VANIO JOSÉ MARTINS do Cargo de Coordenador de Patrimônio, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 15 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 15/10/2014.

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 604, DE 15/10/2014

PORTARIA GP Nº 604/2014, DE 15 DE OUTUBRO DE 2014.
Exoneração do Cargo de Coordenador de Vigilância em Saúde.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

CLESIO LUIZ DA SILVA do Cargo de Coordenador de Vigilância em Saúde do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 15 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 15/10/2014.

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 605, DE 20/10/2014

PORTARIA GP Nº 605/2014, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.
Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Infantil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1753/2013, e posteriores alterações e com o processo seletivo nº 003/2014, resolve:

NOMEAR:

ANA PAULA RAMOS com CPF: 103.977.469-54 para exercer do Cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horaria de 20 semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 257/2014 da Secretaria Municipal da Educação, Desporto e Juventude.

Imaruí, 20 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 20/10/2014.

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 606, DE 20/10/2014

PORTARIA GP Nº 606/2014, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.
Nomeação para o Cargo de Professor de Artes.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1753/2013, e posteriores alterações resolve:

NOMEAR:

CHÉRIDA ALVES VIDAL com CPF: 039.644.879-88 para exercer do Cargo de Professor de Artes, com carga horaria de 20 semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 257/2014 da Secretaria Municipal da Educação, Desporto e Juventude.

Imaruí, 20 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 20/10/2014.

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 607, DE 21/10/2014

PORTARIA GP Nº 607/2014, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.
Nomeação para o Cargo de Professor de Ciências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1753/2013, e posteriores alterações resolve:

NOMEAR:

EDSON DA SILVA NAZARIO com CPF: 082.339.159-81 para exercer do Cargo de Professor de Ciências, com carga horaria de 20 semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 257/2014 da Secretaria Municipal da Educação, Desporto e Juventude.

Imaruí, 21 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 21/10/2014.

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 608, DE 21/10/2014

PORTARIA GP Nº 608/2014, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.
Nomeação para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005, e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

JULIANA DA SILVA com CPF: 005.428.555-33 para exercer do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horaria de 20 semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 257/2014 da Secretaria Municipal da Educação, Desporto e Juventude.

Imaruí, 21 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 21/10/2014.

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 609, DE 23/10/2014

PORTARIA GP Nº 609/2014, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.
Exoneração do Cargo de Diretor Geral.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

LUIZ VALTER PEDROSO PADILHA do Cargo de Diretor Geral do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 23 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 23/10/2014.

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 610, DE 31/10/2014

PORTARIA GP Nº 610/2014, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.
Exoneração do Cargo de Professor de Artes.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

ISRAEL CORRÊA do Cargo de Professor de Artes do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I. nº 0257/2014 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude

Imaruí, 31 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 31/10/2014.

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 611, DE 31/10/2014

PORTARIA GP Nº 611/2014, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.
Conceder Licença sem vencimento

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com o requerimento resolve:

CONCEDER:

Licença Sem Vencimento para a funcionaria SANDRA MIRIAM OLIVEIRA DA SILVA, ocupante do Cargo de Técnico de Enfermagem Secretaria Municipal de Saúde, partir do dia 28 de Outubro de 2014.

Imaruí, 31 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 31/10/2014.

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 612, DE 31/10/2014

PORTARIA GP Nº 612/2014, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.
Desligamento por Óbito

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, resolve:

DESLIGAR:

O Senhor AMERICO CAMPOS funcionário do quadro de Inativos deste poder Executivo. Por motivo de Óbito, a partir de 15 de Outubro de 2014.

Imaruí, 31 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 31/10/2014.

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 613, DE 31/10/2014

PORTARIA GP Nº 613/2014, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.
Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 0546/2014 do HELTON LAURINDO EVANGELISTA como responsável pelo setor de Tributário, a partir de 09 de outubro de 2014.

Imaruí, 31 de Outubro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 31/10/2014.

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

Imbituba**PREFEITURA****PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE DISPENSA Nº 03/2014 (SEASH)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 13/2014

DISPENSA Nº 03/2014

Objeto: contratação de palestrante para palestra motivacional com o tema prazer de existir e alegria de viver - o prazer que esta dentro de você.

Empresa: SDG - Seiva Desenvolvimento e Gestão Empresarial Ltda - ME.

Valor Total: R\$ 2.500,00

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 19 de novembro de 2014.

Selma Elias Westphal

Secretaria Municipal

PORTARIA PMI/DGP Nº 500/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 500, de 16 de novembro de 2014.

Dispõe sobre a Demissão de Auxiliar de Serviços, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por Término de Contrato, o abaixo relacionado, admitido em 09 de abril de 2013, através da PORTARIA PMI/DGP Nº 497/2013, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Valdeci da Silva de Jesus	Auxiliar de Serviços 40h	416.448.919-72	17/11/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 16 de novembro de 2014.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA SEDUC/PMI Nº 004, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA SEDUC/PMI Nº 004, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a administração de medicamentos nas unidades escolares da rede municipal de ensino e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Educação, MICHELA DA SILVA FREITAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO:

O artigo 29 da Lei 9394/96;

O Parecer COREN-SC Nº 013/AT/2003;

A necessidade de evitar a falta dos alunos às instituições, em virtude daqueles que necessitam fazer uso prolongado de medicamentos;

A necessidade de normatizar a administração destes medicamentos nas unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino;

Resolve:

Art. 1º Autorizar a Direção da Unidade Escolar a organizar, mediante solicitação e autorização por escrito dos pais - conforme anexo I desta Portaria - e prescrição médica, ministrarem remédios por via oral, para as crianças matriculadas nas unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º - O profissional de educação, responsável pela administração da medicação, deverá atentar para os seguintes itens na prescrição médica:

- nome da criança;
- nome do medicamento;
- carimbo do médico com nome legível e nº do CRM;
- dosagem;
- horário para a administração do medicamento.
- solicitação e autorização, de acordo com o anexo I, devidamente preenchida e assinada pelos pais ou responsável;

Art. 3º Em nenhuma hipótese, os medicamentos ficarão armazenados na instituição, devendo o pai/mãe ou responsável, fazer a entrega do mesmo à Direção da Instituição, bem como recolhê-lo no final do período escolar diário.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de Outubro de 2014.

MICHELA DA SILVA FREITAS

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I**TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

Pelo presente, eu (nome completo do responsável legal) _____

RG _____, CPF _____,

_____, na qualidade de pai/mãe, detentor da guarda e responsável legal pelo(a) aluno(a) _____

_____, série _____, turma _____, matriculado na Escola/CMEI _____,

autorizo e solicito, nos termos da Portaria SEDUC/PMI 004/2014, que seja(m) ministrado(s) o(s) medicamento(s) constante(s) na prescrição médica anexa, na forma, quantidade e horários descritos na mesma, de acordo com a orientação do pediatra/clínico responsável.

Declaro ainda, que estou ciente de que a prescrição médica de que trata esta autorização, deve atender as exigências constantes na Portaria SEDUC/PMI 004/2014.

Declaro por fim, que o(s) medicamento(s) a ser(em) ministrado(s), é(são) de minha inteira responsabilidade, sendo por mim fornecido(s) e recolhido junto a Direção da Instituição.

Imbituba/ /

Assinatura do pai/mãe - Responsável Legal

PORTARIA PMI/DGP Nº 501/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 501, de 16 de novembro de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor JOÃO BATISTA VIEIRA, Técnico em Edificações - 40h, inscrito no CPF sob o n.º 020.848.829-40, admitido em 03 de novembro de 1999, contrato nº 820, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
2009 a 2014	02.12.2014 a 30.01.2015	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/DGP Nº 502/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 502, de 16 de novembro de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor VÂNIO MÁRIO LAURENTINO, Engenheiro - 40h, inscrito no CPF sob o n.º 578.444.539-15, admitido em 13 de maio de 1998, contrato nº 565, referente

ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
2008 a 2013	02.12.2014 a 30.01.2015	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EXTRATO: PMI SEINFRA 68/2009 - A12

ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 68/2009 - A12

Contratada: GERH - GERENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS LTDA

C.N.P.J: 04.821.033/0001-53

ONDE SE LÊ DO VALOR: R\$ 62.789,59(SESSENTA E DOIS MIL SETECENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS) DEVE-SE LER: R\$ 188.368,77(CENTO E OITENTA E OITO MIL TREZENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS).

Fundamento: Processo nº. 46/2009 Pregão 46/2009

Imbituba, 28 de outubro de 2014.

José Afonso de Carvalho

Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
Contratante

Gerh - Gerenciamento de Recursos Humanos Ltda

Representante Legal

Contratada

PMI SEINFRA 2014/239 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2014/239 A00

Contratada: IMBIMOLDE PREMOLDADOS & CONTRUÇÕES LTDA - EPP.

C.N.P.J: 10.975.264/0001-14

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PREPARAÇÃO DO SOLO PARA RECEBER APARELHOS DE GINÁSTICA NA PRAÇA DO BAIRRO VILA ALVORADA, LOCALIZADA NA RUA ITAGIBA COM A RUA NOSSA SENHORA APARECIDA.

Valor: R\$ 8.935,50 Prazo: 45 DIAS

Fundamento: Processo nº. 144/2014 Dispensa 31/2014

Imbituba, 11 de novembro de 2014.
José Afonso de Carvalho
Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
Contratante

Imbimolde Pre Moldados & Construções Ltda - Epp.
Representante Legal
Contratada

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2014 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 151/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2014

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 01 de dezembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo maior desconto por lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para possível prestação de serviços de manutenção mecânica, elétrica, chapeação, pintura, reposição de peças e equipamentos obrigatórios nos veículos da Secretaria Municipal de Educação, para orçamento 2015. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 19 de novembro de 2014.
Michela da Silva Freitas
Secretária de Educação

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2014 (SEASH)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEASH
PROCESSO Nº 16/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 01 de dezembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de uniforme da dança, clientela do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, para o ano de 2014. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 19 de novembro de 2014.
Selma Elias Westphal
Secretária Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA CMI Nº 041/2014

PORTARIA CMI Nº 041/2014
"Concede Férias ao Servidor Thiago Guimarães Machado".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, ao Sr. Thiago Guimarães Machado, Técnico Legislativo, férias regulamentares de 20 (vinte) dias, sendo que 10 (dez) dias será revertido em pecúnia a ser recebido no mês de Novembro de 2014, referentes ao período aquisitivo de 29/01/2013 à 28/01/2014, a ser gozada no período de 19/11/2014 a 28/11/2014, com retorno ao trabalho programado para o dia 01/12/2014, ficando os outros 10 dias a serem usufruídos posteriormente antes do próximo vencimento das férias.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), 17 de Novembro de 2014.
Luís Antônio Dutra
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 17/11/2014.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 049/14

Ato da Presidência nº 049/14

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, comunica que, em virtude da licença concedida ao Vereador Rogberto de Farias Pires, fica prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2014 a investidura no cargo de Vereador do suplente Jair Figueiredo Alves, empossado anteriormente no dia 13 de outubro do corrente ano, devido à licença concedida ao vereador Dorlin Nunes Júnior a qual se encerrou no dia 11 de novembro de 2014.

Gabinete da Presidência, 13 de novembro de 2014.
Luís Antônio Dutra
Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 050/14

Ato da Presidência nº 050/14

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em especial àquelas conferidas pelos Incisos II e XI, do Art. 35, do Regimento Interno, RESOLVE alterar o CALENDÁRIO DE SESSÕES ORDINÁRIAS PARA O MÊS DE DEZEMBRO DE 2014, referente à 2ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura.

CALENDÁRIO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS – 2014 (2º Semestre)			
DEZEMBRO			
Nº DE ORDEM			
Anual	Mensal	DIA	Semana
41ª	1ª	01	Segunda-feira Sede

42ª	2ª	04	quinta-feira	Sede
43ª	3ª	09	terça-feira	Sede
44ª	4ª	11	quinta-feira	Sede

Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência,
em 18 de novembro de 2014.

Luís Antônio Dutra

Presidente da Câmara de Vereadores de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 18/11/2014 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Indaial

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 203/2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 203/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIP1782	8789043446	7455/0	30/09/2014	218 * I
AND7587	8789043608	7455/0	05/10/2014	218 * I
AOY2028	8789043619	7455/0	05/10/2014	218 * I
BAD1072	8789043359	7455/0	27/09/2014	218 * I
BHM9119	8789043568	7463/0	04/10/2014	218 * II
CTB1964	8789042771	7455/0	11/09/2014	218 * I
CTH2963	8789043567	7455/0	04/10/2014	218 * I
DAX1336	8789043652	7455/0	07/10/2014	218 * I
ETQ6407	8789043380	7463/0	28/09/2014	218 * II
ETQ6407	8789043381	7455/0	28/09/2014	218 * I
FEB8272	8789043517	7455/0	03/10/2014	218 * I
IAQ1221	8789043598	7455/0	05/10/2014	218 * I
ILE0393	8789043526	7455/0	03/10/2014	218 * I
IVE2923	8789043303	7455/0	26/09/2014	218 * I
IVE2923	8789043304	7455/0	26/09/2014	218 * I
JLB7997	8789043431	7455/0	30/09/2014	218 * I
JUR1948	8789043545	7455/0	04/10/2014	218 * I
LWW8798	8789043343	7463/0	27/09/2014	218 * II
LXF1593	8789043511	7455/0	02/10/2014	218 * I
LXJ4408	8789043357	7455/0	27/09/2014	218 * I
LXJ9416	8789043428	7455/0	30/09/2014	218 * I
LXM5979	8789043468	7463/0	01/10/2014	218 * II
LXR1064	8789043594	7455/0	05/10/2014	218 * I
LYO4725	8789043420	7455/0	29/09/2014	218 * I
LYW9095	8789043328	7455/0	27/09/2014	218 * I
LZK3580	8789043498	7455/0	02/10/2014	218 * I

1 / 4

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZP2449	8789043660	7455/0	07/10/2014	218 * I
LZT6783	8789043583	7455/0	04/10/2014	218 * I
LZZ9732	8789043499	7455/0	02/10/2014	218 * I
MAA5420	8789043401	7455/0	29/09/2014	218 * I
MAG8444	8789043310	7455/0	26/09/2014	218 * I
MAG8444	8789043585	7455/0	04/10/2014	218 * I
MAM6503	8789043546	7455/0	04/10/2014	218 * I
MAQ8728	8789043430	7463/0	30/09/2014	218 * II
MBC6138	8789042627	7455/0	07/09/2014	218 * I
MBF2176	8789043561	7455/0	04/10/2014	218 * I
MBI0626	8789043549	7455/0	04/10/2014	218 * I
MBI8171	8789043360	7455/0	28/09/2014	218 * I
MBN5518	8789043523	7455/0	03/10/2014	218 * I
MBQ6143	8789043563	7455/0	04/10/2014	218 * I
MBQ6364	8789043595	7455/0	05/10/2014	218 * I
MBX4347	8789043617	7455/0	05/10/2014	218 * I
MCB8014	8789043530	7455/0	03/10/2014	218 * I
MCB8014	8789043648	7455/0	07/10/2014	218 * I
MCD5982	8789043580	7455/0	04/10/2014	218 * I
MCH5252	8789043300	7471/0	26/09/2014	218 * III
MCH5252	8789043586	7471/0	04/10/2014	218 * III
MCH7048	8789043514	7455/0	02/10/2014	218 * I
MCZ1308	8789043524	7455/0	03/10/2014	218 * I
MDB7662	8789043497	7455/0	02/10/2014	218 * I
MDW1570	8789043332	7463/0	27/09/2014	218 * II
MDW1570	8789043333	7455/0	27/09/2014	218 * I
MEC5041	8789043441	7455/0	30/09/2014	218 * I
MEG2199	8789043527	7455/0	03/10/2014	218 * I
MEG6957	8789043389	7455/0	28/09/2014	218 * I
MEN5877	8789043540	7455/0	04/10/2014	218 * I
MEV9475	8789043345	7463/0	27/09/2014	218 * II
MEX8602	8789043557	7463/0	04/10/2014	218 * II
MFM6876	8789043299	7455/0	26/09/2014	218 * I
MFM7667	8789043556	7455/0	04/10/2014	218 * I
MFP4731	8789043376	7455/0	28/09/2014	218 * I
MFR0288	8789043508	7455/0	02/10/2014	218 * I
MGK4623	8789043659	7455/0	07/10/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGK9759	8789043589	7455/0	04/10/2014	218 * I
MGM8266	8789043600	7455/0	05/10/2014	218 * I
MGV3435	8789043551	7455/0	04/10/2014	218 * I
MGV5339	8789043326	7455/0	27/09/2014	218 * I
MGW0407	8789043433	7455/0	30/09/2014	218 * I
MGY7274	8789043320	7471/0	26/09/2014	218 * III
MHH1977	8789043602	7455/0	05/10/2014	218 * I
MHP2703	8789043327	7455/0	27/09/2014	218 * I
MHR3913	8789043513	7455/0	02/10/2014	218 * I
MIE1734	8789042912	7455/0	15/09/2014	218 * I
MIE6162	8789043406	7455/0	29/09/2014	218 * I
MIU2837	8789043529	7455/0	03/10/2014	218 * I
MIZ2798	8789043313	7455/0	26/09/2014	218 * I
MJK3883	8789043579	7455/0	04/10/2014	218 * I
MJK8705	8789043607	7455/0	05/10/2014	218 * I
MJT8858	8789043459	7455/0	01/10/2014	218 * I
MKF4615	8789043393	7455/0	28/09/2014	218 * I
MKF4615	8789043677	7455/0	07/10/2014	218 * I
MKG8326	8789043311	7455/0	26/09/2014	218 * I
MKK3092	8789043618	7455/0	05/10/2014	218 * I
MKS1172	8789043516	7455/0	03/10/2014	218 * I
MKX0559	8789042878	7455/0	14/09/2014	218 * I
MLJ5038	8789043011	7455/0	08/09/2014	218 * I
MLP4327	8789043003	7455/0	06/09/2014	218 * I
MLP4327	8789043039	7455/0	17/09/2014	218 * I
MLS2507	8789043682	7455/0	07/10/2014	218 * I
MMB0779	8789043344	7455/0	27/09/2014	218 * I
MMC6026	8789043013	7455/0	08/09/2014	218 * I
MNH7513	8789042751	7455/0	10/09/2014	218 * I
MYD7487	8789043412	7455/0	29/09/2014	218 * I
NLX0191	8789043407	7455/0	29/09/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE COMETIDO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 204/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 204/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFB0682	8789040415	7463/0	17/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
AGV5434	8789035699	7455/0	28/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
DQH7451	8789036172	7455/0	06/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
DRK8662	8789035734	7463/0	29/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
EEY2444	8789036048	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
JRL6550	8789036288	7455/0	09/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXS5014	8789037083	7455/0	23/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAY2683	8789035422	7455/0	24/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBG2213	8789035823	7455/0	01/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCS7374	8789036072	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDR1308	8789036230	7471/0	07/05/2014	R\$ 574,61	218 * III
MDR1308	8789036231	7455/0	07/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDZ8722	8789035730	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDZ8722	8789035731	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEM7141	8789035897	7455/0	02/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEN6760	8789036323	7455/0	10/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MES4566	8789036315	7455/0	09/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFJ0526	8789035980	7455/0	03/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFM7316	8789036371	7455/0	10/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFZ4907	8789035994	7463/0	04/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGM1263	8789036629	7455/0	15/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGW2064	8789035986	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHP6172	8789036521	7455/0	13/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIB0304	8789037206	7455/0	25/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIB5319	8789035278	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MII5160	8789036887	7455/0	19/05/2014	R\$ 85,12	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJF2133	8789035621	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJG5317	8789036408	7463/0	11/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJG5317	8789036409	7463/0	11/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJG5317	8789036410	7463/0	11/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJG5317	8789036411	7463/0	11/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJP1802	8789035932	7455/0	03/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJQ7618	8789036314	7455/0	09/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKJ0746	8789036404	7463/0	11/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKK5013	8789037348	7455/0	28/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKW1552	8789036349	7455/0	10/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLB4666	8789035429	7455/0	24/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLC2371	8789036865	7455/0	18/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLK0515	8789036531	7455/0	13/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLK6853	8789035757	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMF0037	8789036083	7455/0	05/05/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 205/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 205/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAA6267	8789043281	7455/0	25/09/2014	218 * I
MDG4510	8789043107	7463/0	20/09/2014	218 * II
MEU9004	8789043087	7455/0	19/09/2014	218 * I
MIL5977	8789043215	7463/0	22/09/2014	218 * II
MLM2402	8789043687	7463/0	07/10/2014	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE NOVENBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE COMETIDO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 206/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 206/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
EIJ6768	8789042306	7455/0	28/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
EIJ6768	8789042307	7455/0	28/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDI9690	8789042154	7463/0	24/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDR3533	8789042203	7455/0	25/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDY9881	8789042239	7455/0	26/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEM5511	8789042327	7455/0	28/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MER1127	8789041554	7463/0	07/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFB2324	8789042091	7455/0	23/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHF0309	8789042282	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHF2537	8789042110	7463/0	23/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHV2357	8789042340	7455/0	29/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIJ1309	8789042246	7455/0	26/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIR0799	8789035527	7455/0	27/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJM8920	8789042405	7455/0	31/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKG7816	8789042107	7455/0	23/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKQ0737	8789042041	7455/0	21/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKS4261	8789042013	7455/0	21/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLV7667	8789042379	7455/0	30/08/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 207/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 207/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AED1298	8789043059	7455/0	18/09/2014	218 * I
ASH9463	8789043264	7455/0	25/09/2014	218 * I
BQB4548	8789043208	7455/0	22/09/2014	218 * I
DMT4945	8789043180	7455/0	21/09/2014	218 * I
LXB9595	8789043137	7455/0	20/09/2014	218 * I
LXS0746	8789043150	7455/0	21/09/2014	218 * I
LXX4686	8789043235	7463/0	23/09/2014	218 * II
MAV3145	8789043065	7455/0	18/09/2014	218 * I
MBT3732	8789043173	7455/0	21/09/2014	218 * I
MCB8014	8789043245	7455/0	24/09/2014	218 * I
MCE7375	8789043092	7455/0	19/09/2014	218 * I
MCI5931	8789043130	7455/0	20/09/2014	218 * I
MEI2497	8789043070	7455/0	19/09/2014	218 * I
MHF7156	8789043217	7455/0	23/09/2014	218 * I
MHH7648	8789043166	7463/0	21/09/2014	218 * II
MHP5116	8789043240	7455/0	23/09/2014	218 * I
MHP5116	8789043242	7455/0	23/09/2014	218 * I
MHW6802	8789043177	7455/0	21/09/2014	218 * I
MIA7074	8789043099	7463/0	20/09/2014	218 * II
MIW4301	8789043226	7455/0	23/09/2014	218 * I
MJF1821	8789043167	7455/0	21/09/2014	218 * I
MJQ7127	8789043282	7455/0	25/09/2014	218 * I
MMA9763	8789043259	7455/0	25/09/2014	218 * I
MMC6062	8789043251	7455/0	24/09/2014	218 * I
MMM4826	8789043219	7455/0	23/09/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE COMETIDO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 208/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 208/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
APC9400	8789036061	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
APH0244	8789041308	7455/0	11/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
APP4119	8789042560	7455/0	04/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
AUD0542	8789034875	7455/0	07/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
AUH9410	8789036447	7455/0	12/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
BPC1800	8789035936	7463/0	03/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
COQ1305	8789043027	7455/0	14/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
DAX1336	8789041686	7455/0	11/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
HVV0808	8789042803	7455/0	12/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
JRM3249	8789041411	7455/0	05/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
JUN6571	8789035892	7455/0	02/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXP2884	8789036212	7463/0	07/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
LYK1182	8789042779	7463/0	11/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
LZK2152	8789035993	7463/0	04/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
LZP7897	8789036084	7455/0	05/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZU1371	8789036356	7455/0	10/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAP1775	8789042948	7455/0	16/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAR7474	8789040813	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCI9862	8789041497	7463/0	06/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCX3597	8789036221	7455/0	07/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEB0041	8789041876	7455/0	17/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MED3756	8789041637	7455/0	10/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEF0091	8789040461	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFK8802	8789036018	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFU8584	8789042552	7463/0	04/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGV3097	8789042548	7455/0	04/09/2014	R\$ 85,12	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHF1606	8789042601	7463/0	06/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHW8869	8789035718	7455/0	28/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHZ4654	8789036258	7455/0	08/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MII2897	8789041707	7455/0	12/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIP0503	8789035752	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIP8771	8789036213	7455/0	07/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIS4050	8789035976	7455/0	03/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJE9989	8789035594	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKO2744	8789041915	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
NAK3553	8789036261	7455/0	08/05/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1572/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1572/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CHV9901	55721020E	5185/1	19/10/2014	167
COD1212	55720537E	5185/1	16/10/2014	167
DIG3798	55720988E	7366/2	21/10/2014	252 * VI
LKV4318	55485522E	5185/1	02/10/2014	167
LXU1749	55486143E	5193/0	07/10/2014	168
MAM9753	55486039E	6122/0	10/09/2014	214 * I
MCL1365	55486464E	6858/0	11/10/2014	231 * VII
MCL6665	55485615E	5193/0	07/10/2014	168
MEA6589	55486133E	5550/0	02/10/2014	181 * XVIII
MFF0138	55485525E	7366/2	08/10/2014	252 * VI
MHT2203	55486200E	5185/1	10/10/2014	167
MHU7383	55486452E	5541/7	08/10/2014	181 * XVII
MIX9347	55486197E	5665/0	09/10/2014	182 * X

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE COMETIDO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1574/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1574/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZS1460	54426578E	5185/1	22/05/2013	R\$ 127,69	167
MCK2802	55040369D	5185/1	24/08/2014	R\$ 127,69	167
MEK8672	54430127E	5193/0	01/06/2014	R\$ 191,53	168
MEM2099	54430054E	5207/0	17/05/2014	R\$ 53,20	169
MEM2099	54430055E	5720/0	17/05/2014	R\$ 127,69	186 * I
MGM2253	54428442E	6050/2	27/06/2014	R\$ 191,53	208
MIF3940	54430213E	5541/1	01/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MII2224	55485885E	7366/2	08/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLW8492	54430512E	5541/5	08/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1576/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1576/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIE5215	55486126E	5452/1	30/09/2014	181 * VIII
ASJ4600	55486140E	5541/1	06/10/2014	181 * XVII
JQH8425	55486472E	5452/2	22/10/2014	181 * VIII
MDK1478	55486150E	7366/2	07/10/2014	252 * VI
MET0581	55486178E	5541/4	29/09/2014	181 * XVII
MJC4631	55720566E	7366/2	01/10/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE COMETIDO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1578/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1578/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALC0512	54428675E	5460/0	16/08/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MGD0103	55486010E	5380/0	01/09/2014	R\$ 85,12	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1580/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1580/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADV9562	55720608E	5231/1	23/10/2014	172
CWK6123	55720927E	5185/1	27/10/2014	167
LXP6102	55720590E	5185/1	05/11/2014	167
MAI0204	55720917E	5185/1	12/10/2014	167
MAS0889	55720882E	5835/0	30/10/2014	195
MAS0889	55720885E	5967/0	30/10/2014	203 * V
MAS0889	55720886E	6122/0	30/10/2014	214 * I
MIV7070	54430648E	5193/0	19/10/2014	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE COMETIDO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1582/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1582/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BLC9377	54428877E	5185/1	06/04/2014	R\$ 127,69	167
CAM7593	54428071E	5541/1	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
JUV8000	55040396D	5185/1	21/09/2014	R\$ 127,69	167
LXP3732	55485970E	5185/1	22/08/2014	R\$ 127,69	167
MDX6545	54427246E	7056/1	24/04/2014	R\$ 191,53	244 * III
MDX6545	54427247E	5452/1	24/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MFU2010	55485518E	5193/0	26/08/2014	R\$ 191,53	168
MHF4896	54428769E	6050/1	20/04/2014	R\$ 191,53	208
MKC2518	55485942E	5541/4	22/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLL5038	55720728E	6270/0	21/09/2014	R\$ 127,69	220 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

Ipumirim**PREFEITURA****DECRETO N. 2.109 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2.014**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO VALOR DE R\$ 39.000,00.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 - LOA,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I - Código reduzido 1, Projeto 1.041 - Estruturação e modernização da Saúde Pública, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 4.000,00.

II - Código reduzido 5, Projeto 2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 10.000,00.

III - Código reduzido 141, Projeto 2.061 - Gestão das Políticas e Ações do Transporte Rodoviário Municipal, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0025, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 25.000,00.

TOTAL GERAL
R\$ 39.000,00

Art. 2º Os créditos suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

I - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0002, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 14.000,00.

II - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0025, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 25.000,00.

TOTAL GERAL
R\$ 39.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 17 de novembro de 2.014.

Ipumirim-SC, 17 de novembro de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 12/2014, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2014/FMS

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 12/2014

JACIR LIRIO BONISSONI - GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: aquisição de peças originais e serviço conserto motor veículo Bora placa MGS-5474, ano de fabricação 2009, destinado as atividades da Secretaria de Saúde. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 18/11/2014

JACIR LIRIO BONISSONI

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO DISTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.70.9585-MB CATARINENSE LTDA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO 70/2014

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2014, do PROCESSO Nº 70/2014, homologado aos 07 de novembro de 2014, cujo objeto é: aquisição de material escolar e expediente destinado aos alunos do Ensino Fundamental e Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, de acordo com as descrições anexadas ao Edital, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DO DISTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.70.9585

de 07 de novembro de 2014

FORNECEDOR: MB CATARINENSE LTDA-ME, situada na RUA MADRE JULIA Nº 218, município de MARAVILHA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 16.961.181/0001-52 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 25.685.226-0, representado pelo Senhor FÁBIO MARLON MACHADO, CPF: 066.868.919-67.

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO: Em decorrência da não apresentação das amostras, conforme exigência no item 5.3 do presente Edital acima transcrito fica assim cancelada amigavelmente entre as partes a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.70.9585 da empresa acima citada.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Caixa com 12 lápis de cor + 2 lápis preto + 1 borracha +	CX	1.100,00	FABER CASTELL	9,20	10.120,00
2	Régua flexível de 30 cm.	UN	1.000,00	WALEU	0,43	430,00
3	Cola escolar, lavável-não tóxica de 40g.	UN	1.100,00	FRAMA	0,60	660,00
4	Caneta esferog. azul	UN	1.250,00	MOLIN	0,55	687,50
Valor Total Registrado					11.897,50	

A ata retrocitada possui vigência de 12 (doze) meses.

**COMUNICADO A EMPRESA MB CATARINENSE LTDA
PL 70, PP 40-2014-DECISÃO DA COMISSÃO DE
LICITAÇÃO, QUANTO A NÃO APRESENTAÇÃO DAS
AMOSTRAS.**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 70/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 40/2014

C O M U N I C A D O

(Decisão da Comissão de licitação, quanto a não apresentação das amostras da empresa MB CATARINENSE LTDA).

Vimos através desta, informar a Vossa Senhoria que, com base no Edital de licitação, item 5.3 referente às apresentações de amostras do lote 01, itens 01, 02, 03 e 04, restando à empresa MB CATARINENSE LTDA desclassificada do certame, por não apresentar as amostras, conforme exigências do presente Edital, ficando assim cancelada a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.70.9585 da empresa acima citada e classifica-se a segunda empresa melhor colocada do certame JP EQUIPAMENTOS LTDA no referido lote e itens acima transcritos.

Ipumirim - SC, 17 de novembro de 2014
Valdir Zanella
Prefeito Municipal

Laudecir Francio
Presidente da Comissão

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 12, DL 4-2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 4/2014 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 12/2014 Data do Processo: 18/11/2014
	Folha: 1/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Gestor Do Fundo Municipal De Saude, JACIR LIRIO BONISSONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 12/2014
b) Licitação Nr.: 4/2014-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 18/11/2014
e) Objeto da Licitação aquisição de peças originais e serviço conserto motor veiculo Bora placa MGS-5474, ano de fabricação 2009, destinado as atividades da Secretaria de Saúde.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

FERMAC PECAS E VEICULOS LTDA. (6081)

1	PLATOR DE EMBRIAGEM	UN	1,00	0,0000	244,91	244,91
2	DISCO DE EMBREAGEM	UN	1,00	0,0000	575,97	575,97
3	02A14165M-ROLAMENTO	UN	1,00	0,0000	129,63	129,63
4	02114179C-alavanca	UN	1,00	0,0000	27,62	27,62
5	02A14180A- BUCHA	UN	1,00	0,0000	36,04	36,04
6	038199207H- apoio	UN	1,00	0,0000	375,12	375,12
7	N10328002- PARAFUSO	UN	1,00	0,0000	5,88	5,88
8	N90712403- PARAFUSO	UN	2,00	0,0000	2,985	5,97
9	N01024425-PARAFUSO	UN	2,00	0,0000	2,37	4,74

Ipumirim, 18 de Novembro de 2014.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nr.: 4/2014 - DL

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 12/2014
 Data do Processo: 18/11/2014

Folha: 2/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

FERMAC PECAS E VEICULOS LTDA. (6081)

10	06A109119- CORREIA	UN	1,00	0,0000	143,29	143,29
11	06A109479F- ROLO	UN	1,00	0,0000	202,35	202,35
12	06A2608498- CORREIA	UN	1,00	0,0000	120,17	120,17
13	038103085E- RETENTOR	UN	1,00	0,0000	72,75	72,75
14	Flange de vedação	UN	1,00	0,0000	172,37	172,37
15	Vela de ignição	UN	4,00	0,0000	20,785	83,14
16	038103085C- RADIAL	UN	1,00	0,0000	15,14	15,14
17	06A103483C- VEDAÇÃO	UN	1,00	0,0000	53,59	53,59
18	GO13A8IMI- ADITIVO	UN	1,00	0,0000	34,16	34,16
19	Óleo lubrificante	L	4,00	0,0000	43,14	172,56
20	Filtro oleo Lubrificante	UN	1,00	0,0000	14,94	14,94
21	N90856001- PARAFUSO	UN	1,00	0,0000	2,52	2,52
22	Junta cabeçote	UN	1,00	0,0000	116,62	116,62
23	D176404A3- SILICONE	UN	2,00	0,0000	63,79	127,58
24	06A103384C- PARAFUSO	UN	10,00	0,0000	19,189	191,89
25	Bomba de agua	UN	1,00	0,0000	425,31	425,31
26	030099- JOGO PISTÃO MOTOR	UN	1,00	0,0000	1.790,00	1.790,00
27	BRONZINA DE BIELA	UN	1,00	0,0000	267,00	267,00
28	BRONZINA DO MANCAL	UN	1,00	0,0000	83,00	83,00
29	026637- ARRUELA	UN	2,00	0,0000	50,00	100,00
30	M89197- BUCHA BIELA STD	UN	4,00	0,0000	38,50	154,00
31	IH0452- GUIA DE VALVULA	UN	8,00	0,0000	6,57	52,56
32	036675- RETENTOR DE VALVULA	UN	16,00	0,0000	1,68	26,88
33	BOMBA DE ÓLEO LUBRIFICANTE	UN	1,00	0,0000	575,00	575,00

Ipumirim, 18 de Novembro de 2014.

 JACIR LIRIO BONISSONI
 GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO**Nr.: 4/2014 - DL**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 12/2014
Data do Processo: 18/11/2014

Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**FERMAC PECAS E VEICULOS LTDA. (6081)**

34	SERVIÇO EMBREAGEN	SER	1,00	0,0000	29,60	29,60
35	Serviço remoção e instalação do motor	SER	1,00	0,0000	738,52	738,52
36	SERVICO RETIFICA MOTOR	SER	1,00	0,0000	827,70	827,70
Total do Fornecedor:					7.998,52	
Total Geral:					7.998,52	

Ipumirim, 18 de Novembro de 2014.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Irineópolis

PREFEITURA

EDITAL Nº 04/2014 ACT 2015

EDITAL Nº 04/2014 - ACT 2015

Secretaria Municipal de Educação

1. PREÂMBULO

A Secretaria Municipal da Educação, através de sua Secretária, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Edital, que estabelece instrução destinada à inscrição para contratação de monitores e professores que irão atuar na Educação Infantil e Ensino Fundamental, para o ano letivo de 2015, em caráter temporário, nos termos do que autoriza a Lei Complementar nº 064/2013 de 26 de fevereiro de 2013 e na Resolução nº 02/2013 do Conselho Municipal de Educação.

Este Processo consistirá em Prova de Títulos referentes à Escolaridade, Tempo de

Serviço e Aperfeiçoamento Profissional, conforme disposto neste Edital.

Poderão participar do processo candidatos habilitados ou não habilitados, nos termos do Anexo I deste Edital.

Antes de se inscrever, o candidato deverá observar, atentamente, as prescrições do

presente Edital, assim como os requisitos e condições sobre os quais não poderá alegar desconhecimento.

A participação dos candidatos neste Processo Seletivo não implica obrigatoriedade de

sua contratação, ficando reservado à Secretaria Municipal de Educação do Município de Irineópolis - SC, o direito de proceder às contratações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, obedecendo rigorosamente à ordem de Classificação Final, dentro do prazo de validade deste Edital.

2. CARGO/FUNÇÃO/ÁREA:

a) Professor das áreas do conhecimento do Ensino Fundamental: Artes, Música Ciências, Educação Física, Geografia, História, Língua Inglesa, Ensino Religioso, Língua Portuguesa e Matemática - 10, 20, 30 ou 40 horas semanais;

b) Professor Anos Iniciais e Educação infantil: 20 ou 40 horas semanais;

c) Monitor de Creche: 44 horas semanais.

3. INSCRIÇÃO:

3.1 As Inscrições serão realizadas na Secretaria Municipal de Educação das 08:30hs de 24/11/14 até 17:00hs do dia 28/11/14.

3.2 No ato da inscrição, deverá ser informado: Nome completo, data de nascimento, RG, CPF, endereço, telefones para contato, comprovante de escolaridade, tempo de serviço e cursos de aperfeiçoamento, de acordo com a escolha da área/cargo de interesse do candidato.

3.3 O candidato poderá optar por no máximo duas funções/cargos, de acordo com a formação declarada.

3.4 A lista de homologação das inscrições será publicada no dia 01 de dezembro de 2014 no site www.irineopolis.sc.gov.br e no mural da Secretaria Municipal de Educação.

4. CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

4.1 Os candidatos serão classificados levando-se em conta a escolaridade, o tempo de serviço e o aperfeiçoamento profissional

mediante atribuição de pontos conforme ANEXO I deste Edital.

Obs: Os candidatos habilitados precederão os não habilitados na ordem de classificação, independente da pontuação obtida.

4.2 Escolaridade:

a) A Escolaridade deverá ser comprovada conforme opção do candidato de acordo com a

Tabela de Avaliação de Títulos do Cargo escolhido, ANEXO I;

b) Somente uma pós-graduação será considerada, de acordo com a área de interesse do candidato;

4.3 Tempo de Serviço

a) Será considerado tempo de serviço exercido na função ou cargo de Professor, em estabelecimentos de ensino da rede particular e/ou de outras Secretarias da Rede Pública Municipal, Estadual, Federal, até 31/10/2014.

b) Frações superiores a 15 dias serão consideradas equivalentes a 01 (um) mês.

c) Não será considerado Tempo de Serviço em estágio de aprendizagem e cargos comissionados, bem como período de aposentadoria ou de processo de aposentadoria.

4.4 Aperfeiçoamento

a) Serão considerados cursos com carga horária igual ou superior a 20 horas, totalizando no máximo 400 horas;

b) Para Educação Infantil e/ou Anos Iniciais, haverá pontuação extra para quem possuir Cursos na Área de Educação Especial, com carga horária mínima de 120 horas.

5. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

5.1 A apresentação dos Títulos e os documentos declarados na inscrição serão recebidos na Secretaria Municipal de Educação de Irineópolis, SC, Avenida 22 de Julho, 1454.

5.2 No ato da Comprovação dos Títulos, o candidato deverá entregar cópias dos documentos, juntamente com a(s) ficha(s) de inscrição impressa(s) de acordo com a(s) escolha(s) do(s) cargo(s).

5.3 Para cada escolha cargo/função deverá ser apresentado um comprovante/ficha de

inscrição, juntamente com a cópia dos títulos referentes à mesma.

5.4 O candidato será responsável pelas informações que constarem no Comprovante de

Inscrição, arcando com as consequências em relação a eventuais erros, fraudes ou omissões.

5.5 Será excluído do Processo Seletivo o candidato que não apresentar os documentos e títulos declarados na inscrição, na data prevista.

5.6 Os documentos comprobatórios seguem a classificação abaixo:

a) Identificação (obrigatórios)

Carteira de Identidade e CPF

b) - Escolaridade (Conforme a informação dada no ato da inscrição)

b1) Para os Habilitados: Diploma, ou Certidão, ou Certificado de Conclusão do Curso de Licenciatura, na área pretendida, acompanhado de Histórico Escolar, emitido por IES devidamente autorizado pelo MEC.

b2) Para os Não Habilitados:

Anos Iniciais e/ou Educação Infantil: Certificado de conclusão de Curso de Magistério acompanhado de Histórico Escolar e/ou declaração de matrícula de que está cursando o 3º ou 4º ano de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Anos Fins: Declaração atualizada indicando o ano e o curso de licenciatura, autorizado pelo MEC, em que o candidato acadêmico se encontra matriculado e frequentando, na área/disciplina que pretende atuar.

c) Formação Complementar: Demais Diplomas, Certidões ou Certificados de Conclusão dos Cursos previstos no como critério de pontuação no ANEXO I, reconhecidos ou autorizados pelos órgãos competentes. (Para Habilitados e Não Habilitados)

d) Tempo de Serviço: Atestado de tempo de serviço no magistério

expresso em anos, meses e dias, devendo constar também o período, expedido pelo órgão competente do magistério federal, estadual, municipal ou particular, considerado até 31/10/2014 até. Não será considerado tempo de serviço paralelo;

e) Aperfeiçoamento:

e1) Diplomas ou certificados de conclusão de curso de aperfeiçoamento ou atualização, expedido por instituição credenciada pelo MEC, exclusivamente na área da educação: Planejamento, Avaliação, Projeto Pedagógico, Educação para Diversidade, Métodos e Práticas de Ensino, Temas Transversais, Educação em Direitos Humanos, ou na área a que concorre, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas, realizado nos anos de 2012, 2013 e 2014, devidamente registrados, contendo, obrigatoriamente, o nome do curso, a carga horária, os conteúdos e o período de realização;

e2) Diplomas ou certificados de conclusão de curso de aperfeiçoamento ou atualização, expedido por instituição credenciada pelo MEC, exclusivamente na área da Educação Especial, de forma presencial ou semi presencial.

6. CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

O resultado da classificação preliminar será publicado no dia 02/12/14, através do site: www.irineopolis.sc.gov.br

6.1 Desempate

Havendo igualdade de pontuação na soma dos itens de Escolaridade, Tempo de Serviço e

Aperfeiçoamento Profissional, o desempate entre os candidatos será:

a) o mais idoso;

b) o que possuir o maior número de horas de aperfeiçoamento na área e/ou disciplina que deseja atuar;

6.2 Recurso

6.2.1 O candidato poderá ingressar com recurso junto a Secretaria Municipal de Educação de

02/12/14 a 04/12/14 das 8:30 às 11:30 e 14:00 às 17:00.

6.2.2 A reconsideração somente será analisada com base na documentação apresentada junto com a ficha de inscrição, não sendo aceita a inclusão de documentação posterior.

7. RESULTADO FINAL

Será publicado no dia 10 de dezembro de 2014 no site www.irineopolis.sc.gov.br

8. DA ESCOLHA DE VAGAS

8.1 A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação mediante a existência de vaga. Caso haja necessidade de escolha de vagas a data será publicada junto com a classificação dos candidatos.

8.2 O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de

vagas continuará na ordem de classificação, entretanto deverá aguardar o término da lista de candidatos para uma nova chamada.

8.3 O candidato presente no dia e horário determinado que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, bem como o que escolher a vaga e desistir da mesma, poderá ser consultado uma vez, caso apareçam vagas por desistência. Após, continuará na ordem de classificação, porém deverá aguardar o término da lista de candidatos para uma nova chamada.

8.4 O candidato que escolher vaga para cobrir período curto (licença prêmio, licença

gestação, licença saúde) poderá após o término da mesma ser chamado para outra vaga respeitando sempre a ordem de classificação.

8.5 O candidato que, no dia da escolha de vagas for chamado e estiver impedido de assumir

imediatamente (licença saúde, gestação e outros), continuará na ordem de classificação aguardando nova consulta, posterior ao término de sua licença, caso haja vaga.

9 DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas ou inexatas ou apresentar documentos adulterados/falsos terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo da tomada das medidas judiciais cabíveis.

9.3 O candidato no ato de sua inscrição declara que possui pleno conhecimento do presente

declarando sua expressa aceitação.

9.4 Caberá ao candidato manter seu cadastro atualizado junto a Secretaria Municipal de

Educação para eventuais comunicados sobre o processo seletivo.

9.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

9.6 A seleção de que trata este Edital terá validade para o ano letivo de 2015.

9.7 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis, 17 de novembro de 2014.

LILLIAN ELIANE BATSCHAUER FERREIRA

Secretária Municipal da Educação

ANEXO I

Função	Classificação	Requisito Mínimo	Pontuação		
Educação Infantil e Anos Iniciais	Habilitado	Licenciatura Plena em Pedagogia	Escolaridade	Especialização em nível de Doutorado	300
				Especialização em nível de Mestrado	250
				Especialização em nível de especialização em Educação Infantil e/ou Anos/Séries Iniciais	200
				Especialização em nível de especialização na área da Educação	150
				Curso completo de Magistério	50
			Tempo de Serviço		01 ponto para cada mês de serviço.
	Aperfeiçoamento	Formação Continuada	10 pontos para cada 20 horas de curso. (max. 200 pontos)		
		Formação continuada em Educação Especial	20		
	Não Habilitado	Curso Magistério completo ou cursando 3º ou 4º ano Licenciatura Plena em Pedagogia	Escolaridade	Cursando Pedagogia	750
				Magistério	100
				Outra Licenciatura	100
				Especialização em nível de especialização em Educação Infantil e/ou Séries Iniciais	200

Anos Finais	Habilitado	Licenciatura Plena na área de interesse	Aperfeiçoamento	Especialização em nível de especialização na área da Educação	150
				Tempo de Serviço	01 ponto para cada mês de serviço.
				Formação Continuada	10 pontos para cada 20 horas de curso. (max. 200 pontos)
			Escolaridade	Formação continuada em Educação Especial	20
				Especialização em nível de Doutorado	300
				Especialização em nível de Mestrado	250
	Não Habilitado	Cursando licenciatura Plena na área de interesse	Aperfeiçoamento	Especialização em nível de especialização na área da Educação	150
				Tempo de Serviço	01 ponto para cada mês de serviço.
				Formação Continuada	10 pontos para cada 20 horas de curso. (max. 200 pontos)
			Escolaridade	Especialização em nível de especialização na área da Educação	150
				Tempo de Serviço	01 ponto para cada mês de serviço.
				Formação Continuada	10 pontos para cada 20 horas de curso. (max. 200 pontos)

			Tempo de Serviço	01 ponto para cada mês de serviço.
			Aperfeiçoamento	10 pontos para cada 20 horas de curso. (max. 200 pontos)
			Formação Continuada	

ANEXO II - Cronograma

Cronograma - ACT 2015 - SME - Irineópolis	
Publicação Edital	18/11/2014
	24/11/2014
Abertura das Inscrições	às 08:30 horas
	28/11/2014
Encerramento das Inscrições	às 17:00 horas
Resultado Preliminar	02/12/2014
	02/12/14 a 04/12/14
Interposição de Recursos	8:30 às 11:30 14:00 às 17:00
Classificação Final	05/12/2014

ANEXO III

FICHA INSCRIÇÃO
Edital nº 04/2014/SME

DADOS PESSOAIS:

Nome:			
RG:	CPF:	Data Nasc.:	
Endereço:			Nº:
Bairro:	Cidade		
Fone Resid.:	Celular:		
Fone Recado:	E-mail:		

DADOS FUNCIONAIS:

Cargo:
Formação:

Irineópolis, ____ de _____ de 2014.

Assinatura do Candidato

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 21-2014

Portaria Nº 21/2014

EXONERA DO CARGO COMISSIONADO.

CLEUSA CLARICE DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo artigo 16, inciso I, letra "d", e inciso III letra "a" também do artigo 16 do Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Exonerar, a partir desta data, o Sr. LUCIO LUIZ COLOMBO, RG nº 317.790, inscrita no CPF sob o nº 216.603.109-97, do cargo de Assessor de Comunicação Social, desta Casa de Leis.

Gabinete da Presidência, em 17 de Novembro de 2014.

Cleusa Clarice de Lima

Presidente da Mesa

Itá**PREFEITURA****AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO 04 IH**

ITÁ HIDROMINERAL S.A.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2014

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

A Itá Hidromineral S.A. torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preço, no dia 01 de Dezembro de 2014, para possível contratação de serviços de exames médicos no Parque Thermas Itá. As propostas serão recebidas até as 14h00min do dia 01 de Dezembro de 2014 e abertas às 14h00min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível na Administração da Itá Hidromineral S.A., situada à Rod SC 155, Bairro Lago Azul, S/N, Itá-SC, as demais informações poderão ser obtidas no mesmo local ou pelo telefone (49) 3458-1909.

Itá - SC, 18 de Novembro de 2014.

Adriani Ricardo Deitos

Diretor Presidente

Itaiópolis**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO - PR Nº 28/2014**

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2014 - ARP Nº 12/2014 - OBJETO: contratação de empresa para prestar serviços de mão de obra na colocação de lajotas, meio-fios, tubos de concreto e confecção de bocas de lobo, na Rua Irineu Bornhausen - trecho da ponte a Rua José Schmokel, com extensão de 620,00m², sem fornecimento de materiais. Contrato nº 92/2014. CONTRATADA: R. K. Artefatos de Cimento Ltda. ME. Valor Unitário: 13,00 o m². Valor Total: R\$ 8.060,00. Prazo: 31/12/2014.

Itaiópolis, 12 de novembro de 2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL - DL Nº 1/2013

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAIÓPOLIS
Processo Licitatório nº 2/2013 - Dispensa de Licitação nº 1/2013. Objeto: locação de imóvel situado na Avenida Getúlio Vargas, 448, centro, Itaiópolis - SC, para funcionamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação. LOCADOR: José Antônio Buba. LOCATÁRIO: Fundo Municipal de Assistência Social de Itaiópolis. Justificativa: o Município recebeu através de Sentença Judicial um imóvel em área central, o qual abrigará a referida Secretaria.

Itaiópolis, 11/11/2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal.

EXTRATO DO EDITAL - PR Nº 61/2014

Processo Licitatório nº 78/2014 - Pregão Presencial nº 61/2014 - Objeto: registro de preços para aquisição de marmitas (almoço) para os Servidores Públicos da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 1º de dezembro de 2014, até às 09hs15min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 1º de dezembro de 2014, às 09hs20min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaiopolis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 18 de novembro de 2014.

JOSÉ HERALDO SCHRITKE

Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

PORTARIA Nº 255/2014

Portaria nº 255 de 17 de novembro de 2014

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 17 de novembro de 2014, Pedro Reinoldo Cagliari, para exercer as funções do cargo de provimento efetivo de Fiscal de obras e Posturas, com 40 horas semanais, tendo em vista aprovação no concurso público nº 01/2014, exercendo as atribuições do referido cargo de conformidade com a Legislação Municipal supra mencionada.

Art. 2º - O servidor municipal estará vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 613 classe A-02.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 17 de novembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES N.º 53/2014

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES N.º 53/2014

Ajudante geral

Class.	Protocolo	Nome
1	01	Claudiano Claudino Leite

Itapoá, 11 de Novembro de 2014
Terezinha Fávaro da Silveira
Secretária de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES N.º 54/2014

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES N.º 54/2014

ARTES

Class.	Protocolo	Nome
1	01	Lucyana Bernardin Arnhold

Itapoá, 13 de Novembro de 2014
Terezinha Fávaro da Silveira
Secretária de Educação

DM 2312/2014 – ALTERA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ITAPOÁ - CDUI

DECRETO MUNICIPAL NO 2312/2014

Data: 14 de Novembro de 2014

ALTERA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ITAPOÁ- CDUI.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e considerando Fundação pelo Desenvolvimento de Itapoá - Pró Itapoá.

DECRETA

Art.1º Fica alterado o inciso II do Art. 1º do Decreto Municipal nº 2013/2013, que passa a ter a seguinte redação:

II Fundação Pró Itapoá
Titular: Arthur Merry Paese
Suplente: João Roberto Viveiros Camargo

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 14 de Novembro de 2014
Sergio Ferreira de Aguiar
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE SAÚDE: CLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 048/2014 - AGENTE COMUNITÁRIO DO SAÍ MIRIM

CLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 048/2014 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS) DA LOCALIDADE DO SAÍ MIRIM

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, torna público a classificação do Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Agente Comunitário de Saúde da localidade do Saí Mirim.

CLASS.	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1ª	Jessica Speck dos Santos	70
2º	Jucélia de Souza	70
3º	Aline Maria Zawodine	66
4º	Mabiliane Lenzi Dias	62

Itapoá, 18 de Novembro de 2014.
Cristian Angelo Grassi
Secretário Municipal da Saúde

EXTRATO DO CONTRATO Nº97/2014
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 97/2014

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato pela Secretária de Administração e Finanças, a Sra. MARIA IZABEL BLANSKI, inscrita no CNPF/MF: 248.71.419-34 e portadora da CI.RG. 2/R 037.212-2/SC e pelo Prefeito Municipal, SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 8.739.943 SSP/PR e CNPF/MF nº 230.944.279-87, residente e domiciliado à Estrada Jaguaruna, s/nº, e, de outro lado a Empresa MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA, com sede á Rua Celio Weber, nº 965, Bairro Jardim Eldorado - Palhoça/SC, CEP: 88.130-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº80.121.858/0001-43, e Inscrição Estadual nº 251575926, representada neste ato pelo sócio administrador, o Sr. CLEBER KARKLIN NASCIMENTO, portador do CNPF/MF nº 060.439.429-25, e do CI.RG nº3.957.710 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam Aquisição de móveis para escritório, para atender às necessidades do Setor de Convênios, setor de contabilidade e do departamento de Cultura, conforme especificações técnicas descritas no anexo V do Edital e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2014 - PROCESSO Nº 128/2014 de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, e Lei Federal nº 8.078/90 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto deste contrato a Aquisição de móveis para escritório, para atender às necessidades do Setor de Convênios, setor de contabilidade e do departamento de Cultura, conforme especificações técnicas descritas no anexo V do Edital.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUAT.	UNID.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>Armário alto fecha do com 2 portas. Cor: cinza Dimensões: largura 800mm x profundidade: 472mm x altura:1607mm</p> <p>Descrição detalhada: laterais, tampo, base e prateleiras em madeira aglomerada de média densidade (mdf) com 18mm de espessura, revestido em laminado melamínico de baixa pressão liso na cor cinza com bordas em pvc extrudado com espessura de 0,45mm na mesma cor do laminado melaminico escolhido. Internamente com 01 prateleira fixa e 02 reguláveis, formando 04 vãos. Duas portas de giro com fechadura de travamento e com puxadores de alça em zamak com acabamento cromo acetinado. Dobradiças caneco em aço estampado com abertura de 110°. Niveladoras de piso em polipropileno injetado e haste metálica com regulagem interna e externa através de rosca 5/16.</p>	4	Unid.	MO MONDEL MÓVEIS	R\$330,00	R\$1.320,00
2	<p>Armário baixo fechado com 2 portas cor: cinza Dimensões: largura: 800mm x profundidade: 472mm x altura:737mm</p> <p>Descrição detalhada: armário baixo com laterais, tampo, tampo base e prateleiras em madeira aglomerada de média densidade (mdf) com 18mm de espessura, revestido em laminado melamínico de baixa pressão liso na cor cinza com bordas em pvc extrudado com espessura de 0,45mm na mesma cor do laminado melaminico escolhido. Internamente com 01 prateleiras regulável. Duas portas de giro com fechadura de travamento e com puxadores de alça em zamack com acabamento cromo acetinado. Dobradiças caneco em aço estampado com abertura de 110°. Niveladoras de piso em polipropileno injetado e haste metálica com regulagem interna e externa através de rosca 5/16.</p>	1	Unid.	MONDS MMM MONDEL MÓVEIS	R\$240,00	R\$240,00
3	<p>Gaveteiro móvel com 3 gavetas simples com rodas cor: cinza Dimensões: largura: 330mm x profundidade: 500mm x altura:568mm</p> <p>Descrição detalhada: gaveteiro móvel com rodas, com 03 gavetas simples. Tampo confeccionado em fibra de madeira aglomerada (mdf) 25mm de espessura, revestido em ambas as faces em laminado melaminico liso cor cinza com bordas em pvc extrudado com 2,5mm de espessura, na mesma cor do laminado escolhido. Laterais e fundo base em aglomerado de 18mm de espessura, revestido em ambas as faces em laminado melaminico baixa pressão liso com bordas em pvc de 0,45mm na mesma cor do laminado escolhido. Gavetas com frente e laterais em aglomerado de 18mm de espessura, revestido em ambas as faces em laminado melaminico liso com bordas em pvc de 2,00mm na mesma cor do laminado escolhido. Fundo em eucaplac 3mm de espessura. Internamente dotadas de corredeiras em aço estampado com roletes de nylon. Sistema de freio que delimita a abertura da gaveta, com capacidade de carga de até 20kg, em cada gaveta. Fechadura cilíndrica, quatro pinos, com fechamento simultâneo de todas as gavetas, puxador alça em zamak cromo acetinado. Rodízios em nylon com eixo e haste de aço.</p>	3	Unid. Unid.	 MONDEL MÓVEIS	R\$ 200,00	R\$ 600,00

4	<p>Mesa retangular linear. Cor: cinza Dimensões: largura: 1400mm x profundidade: 600mm x altura: 730mm.</p> <p>Descrição detalhada: tampo em madeira aglomerada de média densidade (mdf) com 25mm de espessura, revestido em ambas as faces em laminado melamínico baixa pressão liso na cor cinza com bordas em pvc extrudado de 2,5mm de espessura, na mesma cor do laminado escolhido. Dotada de 01 passa cabos em polipropileno injetado c/diâmetro central de 70mm, composto por tampa externa superior em formato oblongo c/04 saídas independentes p/o cabeamento, guia central e tampa externa inferior em formato circular com divisores p/a acomodação do cabeamento. Sistema de fixação nas estruturas feito através de bucha e parafuso com rosca milimétrica, facilitando a montagem e desmontagem da mesa sem danificar o produto. Pannel frontal em madeira aglomerada de média densidade (mdf) com 18mm de espessura, revestido em ambas as faces em laminado melamínico baixa pressão liso na cor cinza com bordas em pvc extrudado de 0,45mm de espessura, na mesma cor do laminado escolhido. Estrutura metálica em "I", composto por base em chapa de aço estampada com 2,0mm de espessura, coluna frisada em chapa de aço fino frio 1.06mm de espessura, com perfil interno em polipropileno e travessa superior em chapa de aço 1/4" de espessura. Fosfatizada com pintura eletrostática em epóxi na cor argila, espessura mínima de 40 microns. Nivelador de polipropileno injetado e haste metálica com regulagem através de rosca 5/16. Fixação ao tampo feita através de parafuso e bucha metálica c/rosca milimétrica. Coluna de canto sextavada em chapa de aço fino frio 1.06mm de espessura. Fosfatizada, pintura eletrostática em epóxi, espessura mínima de 40 microns. Nivelador de polipropileno injetado e haste metálica com regulagem através de rosca 5/16. Recurso interno para passagem da fiação.</p>	5	Unid.	MONDEL MÓVEIS	R\$ 150,00	R\$ 750,00
5	<p>Mesa angular em I. Cor: cinza Dimensões: largura 1600mm / profundidade: 600mm x largura 1400/600mm x altura: 730mm</p> <p>Descrição detalhada: tampo em madeira aglomerada de média densidade (mdf) com 25mm de espessura, revestido em ambas as faces em laminado melamínico baixa pressão liso na cor cinza com bordas em pvc extrudado de 2,5mm de espessura, na mesma cor do laminado escolhido. Dotada de 01 passa cabos em polipropileno injetado c/diâmetro central de 70mm, composto por tampa externa superior em formato oblongo c/04 saídas independentes p/o cabeamento, guia central e tampa externa inferior em formato circular com divisores p/a acomodação do cabeamento. Sistema de fixação nas estruturas feito através de bucha e parafuso com rosca milimétrica, facilitando a montagem e desmontagem da mesa sem danificar o produto. Pannel frontal em madeira aglomerada de média densidade (mdf) com 18mm de espessura, revestido em ambas as faces em laminado melamínico baixa pressão liso na cor argila com bordas em pvc extrudado de 0,45mm de espessura, na mesma cor do laminado escolhido. Estrutura metálica em "I", composto por base em chapa de aço estampada com 2,0mm de espessura, coluna frisada em chapa de aço fino frio 1.06mm de espessura, com perfil interno em polipropileno e travessa superior em chapa de aço 1/4" de espessura. Fosfatizada com pintura eletrostática em epóxi na cor argila, espessura mínima de 40 microns. Nivelador de polipropileno injetado e haste metálica com regulagem através de rosca 5/16. Fixação ao tampo feita através de parafuso e bucha metálica c/rosca milimétrica. Coluna de canto sextavada em chapa de aço fino frio 1.06mm de espessura. Fosfatizada, pintura eletrostática em epóxi, espessura mínima de 40 microns. Nivelador de polipropileno injetado e haste metálica com regulagem através de rosca 5/16. Recurso interno para passagem da fiação.</p>	3	Unid.	MONDEL MÓVEIS	R\$ 430,00	R\$ 1.290,00
VALOR TOTAL DOS ITENS					R\$ 4.200	

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

2.1 O contrato iniciará na data de assinatura, e o seu término está condicionado à entrega do total do objeto, ou até 31/12/2014. O objeto deverá ser entregue conforme solicitação e indicação apresentada pela Secretaria de Administração e Finanças, em até 10 (dez) dias corridos após a solicitação e ordem de entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1. O preço total para o fornecimento do objeto deste contrato é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pela CONTRATANTE, o qual para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, totaliza o valor de R\$ R\$ 4.200 (quatro mil duzentos reais).

3.2. Os preços serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses, sendo vedado qualquer tipo de reajuste com periodicidade inferior a tal período, de acordo com a Lei nº 10.192/2001.

CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

Para fins de controle de consumo e orçamentário, a CONTRATADA encaminhará a CONTRATANTE, a Nota Fiscal eletrônica, sendo que o pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil posterior à data de apresentação da Nota Fiscal eletrônica e entrega do objeto.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS PARA ATENDER ÀS DESPESAS

A despesa decorrente da presente licitação corre por conta de dotação orçamentária:

Descrição	Cód.	Órgão	Unid.	Função	Sub-função	Programa	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Administração	301	05	01	04	122	03	2015	10042	44905242
Gabinete	13	03	01	04	122	02	2004	10000	44905242
Tur./Cultura	178	10	03	13	392	08	1024	10000	44905242

CLÁUSULA SEXTA: DAS RESPONSABILIDADES

6.1. A CONTRATADA é a responsável direta pelo objeto deste contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos e prejuízos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a CONTRATANTE ou para terceiros até o término da prestação dos serviços.

6.2. A CONTRATADA é também responsável por quaisquer diferenças, erros ou omissões na efetivação do serviço, inclusive no ato da entrega.

6.3. Não existirá qualquer vínculo contratual entre eventuais subcontratadas e a CONTRATANTE, perante a qual a única responsável pelo cumprimento deste contrato, será sempre a CONTRATADA.

6.4. O objeto deverá estar de acordo com as normas estabelecidas neste edital de licitação e órgãos competentes fiscalizadores como Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

6.5. Somente poderá celebrar contrato ou instrumento equivalente com o Município de Itapoá, o adjudicatário CONTRATADA que, nos termos do parágrafo 3º do Art. 195 da Constituição Federal, comprove até a data da contratação, estar regular perante a Previdência Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e as esferas Federais, Estaduais, Municipais, mediante, respectivamente, a apresentação, em original ou cópia autenticada, da Certidão Negativa de Débito - CND, em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1. A rescisão contratual pode ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da CONTRATANTE;

c) A inexecução total ou parcial deste contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer motivos enumerados no art. 78 e acarretará também as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei 8.666/93;

d) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando houver sofrido;

8.2 - Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da CONTRATANTE, a rescisão importará em multa de 10% (dez) por cento do valor estimado do contrato.

a) Aplicação de pena de suspensão do direito de licitar com a CONTRATANTE e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

b) Declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo da CONTRATANTE. A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurada a defesa à infratora, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

8.3. A alteração do contrato dar-se-á nos termos do artigo 65, seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA: DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

9.1. O recebimento, a aceitação e a fiscalização do objeto deste contrato serão realizados pelo Setor de Convênios, através da Sra. FERNANDA GHISLERI GRASEL, portadora do CNPF/MF: 037.381.689-82, ou servidor técnico do município no ato designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

9.2. A verificação e a confirmação da efetiva realização do objeto contratado serão feitas mediante registro pelo MUNICÍPIO em boletim de inspeção de serviços nos termos da letra "b" inciso II do Art. 73, da Lei nº 8.666/93, com ciência da contratada, elaborado pelo fiscal de contrato, que identificará, quando for o caso, para efeito de glosa de fatura, a irregularidade cometida durante a entrega do objeto.

9.3. Caso o objeto recebido não atenda as especificações estipuladas neste Contrato e no respectivo processo licitatório, ou ainda, não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à CONTRATADA, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis, ou devolver o objeto no ato do recebimento.

9.4. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, o órgão solicitante dará ciência à Procuradoria Jurídica Municipal, através de Comunicação Interna - C.I, a fim de que se proceda a devida instauração procedimental, para aplicação das penalidades previstas neste edital e no presente contrato.

CLÁUSULA NONA: DO FORO

Para dirimir questões decorrentes deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Itapoá, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente juntamente com as testemunhas nominadas.

Itapoá, 07 de novembro 2014.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA CLEBER KARKLIN NASCIMENTO
MARIA IZABEL BLANSKI SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	

Testemunhas:

NOME :	NOME:
CNPJ/MF:	CNPJ/MF:

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE CARTA CONVITE Nº 27/2014 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E REPAROS GERAIS ATENDENDO NECESSIDADES DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Carta Convite nº 27/2014

Processo Licitatório nº 80/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E REPAROS GERAIS ATENDENDO NECESSIDADES DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 26 de novembro de 2014 até às 09:00 hrs. ABERTURA DOS ENVELOPES DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA: Dia 26 de novembro de 2014 às 09:30 na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07h00min às 13h00min, pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do e-mail: licitacao@ituporanga.sc.gov.br

Ituporanga, 19 de novembro de 2014

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

EDITAL DE CARTA CONVITE Nº 28/2014 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AÇÕES DE REABILITAÇÃO/RECUPERAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA CONFORME PROPOSTA TRANSFERENCIA 2014TR000544 - SDR

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Carta Convite nº 28/2014

Processo Licitatório nº 81/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AÇÕES DE REABILITAÇÃO/RECUPERAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA CONFORME PROPOSTA TRANSFERENCIA 2014TR000544 - SDR. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 26 de novembro de 2014 até às 09:00 hrs. ABERTURA DOS ENVELOPES DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA: Dia 26 de novembro de 2014 às 11:00 horas na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07h00min às 13h00min, pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do e-mail: licitacao@ituporanga.sc.gov.br

Ituporanga, 19 de novembro de 2014

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

Jacinto Machado

PREFEITURA

DECRETO N. 001, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014 - SAMAE

DECRETO N. 001, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jacinto Machado - SAMAE, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no artigo 1º da Lei Municipal n. 143/1997, combinado com o artigo 202 da Lei Municipal n. 245/2000, bem como a Lei Municipal n. 450/2006, que Reestrutura o Plano de Cargos e o Quadro de Funções Gratificadas do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Comissão Responsável do Processo Seletivo Simplificado do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Jacinto Machado/SC, conforme segue:

Presidente: Valmir Possamai;
Secretário: Marcio Luiz Abatti;
Membro: Tiago da Rosa Teixeira.

Art. 2º - A Comissão Responsável do Processo Seletivo Simplificado do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Jacinto Machado/SC, é soberana e com total autonomia para deliberar sobre todos os aspectos previstos ou não no Processo Seletivo Simplificado n. 001/2014, promover a realização das avaliações e emitir julgamento mediante a atribuição de notas.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado/SC, 17 de novembro de 2014.

AMILTON GUELLERE
Diretor do SAMAE

Publicada e registrada nesta Autarquia na data supra.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO Nº 001/2014 - SAMAE

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO Nº 001/2014

A Comissão Responsável pelo Processo Seletivo Simplificado, torna público que:

1. Estão abertas as inscrições para vagas de Encanador, Servente, Operador de ETA/ETE, Auxiliar de Administração e Leiturista do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jacinto Machado/SC, em quantidade, funções, carga horária, escolaridade mínima e remuneração a seguir discriminadas:

VAGAS	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	ESCOLARIDADE (mínima)	REMUNERAÇÃO
01	Encanador	40 horas semanais	Ensino Fundamental Completo	R\$ 1.167,84
01	Servente	40 horas semanais	4ª Série do Ensino Fundamental	R\$ 724,00

01	Auxiliar de Administração	40 horas semanais	Ensino Médio Completo	R\$ 937,22
01	Leiturista	40 horas semanais	Ensino Médio Completo	R\$ 1.167,84
04	Operador de ETA/ETE	40 horas semanais*	Ensino Médio Completo	R\$ 1.721,41

* O cargo de Operador de ETA/ETE exerce jornada prorrogada de 12/36.

2. As inscrições estarão abertas nos dias 19 de novembro a 03 de dezembro de 2014, no horário de expediente do Samae.

3. As inscrições serão realizadas na sede do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jacinto Machado, sito à Rua Abílio João Tomazi, 51, Centro, Jacinto Machado/SC, telefone (48) 3535-1090.

4. As provas consistirão em avaliação escrita e objetiva de múltipla escolha para todos os cargos, que será realizada no dia 05/12/2014, a partir das 19:00 horas, na Escola Municipal Figueira, Jacinto Machado.

5. O edital completo está à disposição dos interessados na sede do SAMAE e Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, nos dias de inscrição, bem como no site da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (www.jacintomachado.sc.gov.br).

6. Os resultados provisórios e finais serão afixados no mural interno do SAMAE e Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, no dia 17 de dezembro de 2014.

7. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

EVENTO	DATA PROVÁVEL
Inscrições no período de:	19/11/14 a 03/12/14
PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS	05/12/14 às 19:00hs
RESULTADO PRELIMINAR divulgação no site www.jacintomachado.sc.gov.br e murais do SAMAE e Prefeitura Municipal de Jacinto Machado.	10/12/14
RECURSOS contra as questões e ao resultado preliminar da prova objetiva escrita.	11 e 12/12/14
RESULTADO FINAL	17/12/14

8. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, de eventuais recursos, intempéries e por decisão da Comissão do Processo Seletivo Simplificado, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

Jacinto Machado/SC, 17 de novembro de 2014.

Valmir Possamai

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.675 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.675 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 16 DA LEI MUNICIPAL 4.439 DE 20/12/13 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 1.053 - Construção, Ampliação, Reforma e Reaparelhamento do Sistema de Água Rural

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-39

Valor: R\$ 30.000,00

Proj./Atividade: 2.061 - Operação e Manutenção do Sistema de Água-Urbano

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000-36

Valor: R\$ 50.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 14 de Novembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

DECRETO Nº 4.676 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.676 de 14 de NOVEMBRO de 2014.

SUBSTITUI MEMBRO DE COMISSÃO DE QUE TRATA O DECRETO Nº 4.259/2013 QUE DISPÕE SOBRE A COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA, PROCESSO ADMINISTRATIVO E Tomada de Contas Especial do Município de Joaçaba, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei, em especial a Lei nº 4.298/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituída, pelo período de 60 (sessenta) dias, a servidora ROSANGELA PELICIOLLI, pela servidora JULIANA KUSNIER, na composição da Comissão Permanente nº 02, nomeada pelo Decreto n. 4.259/2013, junto às Comissões Permanentes de Sindicância e Processo Administrativo do Município de Joaçaba, destinada a apuração de irregularidades e demais procedimentos previstos na Lei Complementar nº 76/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos e de apuração de irregularidades na execução de contratos administrativos na forma da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, com abrangência em toda Administração Pública Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA- SC, em 14 de novembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO A CONVOCAÇÃO

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência enviada após convocação do candidato(a) Sr(a) CARLOS ALBERTO STOCKL, Cargo de Técnico de Administração, classificado em 79º lugar, referente ao Concurso Público n.º 001/2011, sem que a convocação fosse atendida, fica registrado a perda da vaga pelo referido candidato.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de novembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3345

PORTARIA Nº 3.345 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr(a) SALETE VALMORBIDA MARCON, para exercer o cargo de Técnico de Administração, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, em especial o pedido de demissão da Sra. Taliane Regina Hoff, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de novembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

TERMO DE DESISTÊNCIA**TERMO DE DESISTÊNCIA APÓS CONVOCAÇÃO**

Tendo em vista correspondência enviada pelo candidato(a) Sr(a) CLAUDIA MARIEN ARNHOLD, Cargo de Técnico de Administração, classificado em 81º lugar, referente ao Concurso Público n.º 001/2011, fica registrado a desistência pelo referido candidato, possibilitando a chamada do próximo classificado.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

TERMO DE DESISTÊNCIA**TERMO DE DESISTÊNCIA APÓS CONVOCAÇÃO**

Tendo em vista correspondência enviada pelo candidato(a) Sr(a) FELIPE CHIAMULERA RODRIGUES DA COSTA, Cargo de Técnico de Administração, classificado em 82º lugar, referente ao Concurso Público n.º 001/2011, fica registrado a desistência pelo referido candidato, possibilitando a chamada do próximo classificado.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3346

PORTARIA Nº 3.346 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) CRISTINA ALVES PADILHA BERNARDINI, para exercer o cargo de Técnico de Administração, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, em especial a transferência do Sr. Sidnei Jose Gemelli para a Junta Militar, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 13 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3347

PORTARIA Nº 3.347 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) IVA LUIZA DA SILVA, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, em especial o pedido de exoneração da Sra Maisa Mozara da Rosa Buth, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 13 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3348

PORTARIA Nº 3.348 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) JULIANO DE DEUS E SILVA, para exercer o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a

aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 002/2014, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 13 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO A CONVOCAÇÃO

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista que decorreu o prazo de 30 dias da convocação do candidato(a) Sr(a) FABIANO LUIZ BONATO, Cargo de Professor Nível I (Licenciatura Plena - Inglês), classificado em 4º lugar, referente ao Concurso Público n.º 001/2011, sem que a convocação fosse atendida, fica registrado a perda da vaga pelo referido candidato.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 17 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3349

PORTARIA Nº 3.349 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr(a) ISELDO OLIVO, para exercer o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 002/2014, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,

obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 17 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3350

PORTARIA Nº 3.350 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014
"TRANSFERIR SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

RAFAEL LASKE, Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE

TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sra. CAMILA SALARDI FUTINA, Técnico de Administração, lotado na Secretaria Municipal de Saúde para a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a desde 13 de novembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 17 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

EXTRATO CONTRATO 35/2014/FMAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2014/FMAS
PL 9/2014/FMAS - TP 1/2014/FMAS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADA: ANDRE LEMOS VIEIRA & CIA LTDA

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma de edificação na Rua Adair Gasparini, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, neste Município, visando a instalação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 241.066,31 (duzentos e quarenta e um mil, sessenta e seis reais e trinta e um centavo), sendo:

☐ R\$ 168.746,38 (cento e sessenta e oito mil, setecentos e quarenta e seis reais e trinta e oito centavos), correspondente ao material e meio mecânico e

☐ R\$ 72.319,93 (setenta e dois mil, trezentos e dezenove reais e noventa e três centavos), correspondente aos serviços.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.013 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO PARA AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

12 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas.

VIGÊNCIA: 09 (nove) meses, contados da data de recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Serviço Inicial, podendo ser prorrogado, na forma da lei.

DATA DE ASSINATURA: 17/11/2014.

FISCAL: DENIR NARCISO ZULIAN.

EXTRATO CHAMADA PÚBLICA - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS AGRICULTURA FAMILIAR - 1/2014

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA 1/2014

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - AGRICULTURA FAMILIAR

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, representado neste ato por seu Secretário de Educação, Sr. JOSÉ JUNQUEIRA DE CARVALHO, atendendo à Lei nº. 11.947/2009 e Resolução/FNDE/CD nº 026/2013, torna público que realiza chamada pública (Edital 1/2014), até as 15 horas do dia 22 de dezembro de 2014, na sala da Secretaria da Educação, anexa à Prefeitura de Joaçaba - Av. XV de Novembro 378, Centro - 3º andar, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto à Secretaria Municipal de Educação, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8872 ou no sítio da Prefeitura - www.joacaba.sc.gov.br, a contar da publicação desse aviso. /

Joaçaba, 18 de novembro de 2014.

JOSÉ JUNQUEIRA DE CARVALHO

Secretário Municipal de Educação

Lages**PREFEITURA****RERRATIFICAÇÃO PP 87-2014 PML**

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2014 PML

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA USO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que a data de abertura da sessão, marcada para às 14:30 horas do dia 28/11/2014, será ANTECIPADA para às 16:30 do dia 26/11/2014. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 18 de novembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

EXTRATO CONTRATO 294/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 294/2014 PML

MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC. CONTRATADA: ELÓI DARTORA DE SOUZA JUNIOR ME, inscrita no CNPJ n.º 07.025.399/0001-04, com sede a Rua Valdomiro Koeche, 50 - Gethal, CEP 88520-450 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 195/2014, correlato a Dispensa de Licitação nº 60/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Madeiras, para uso próprio Municipal conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data do recebimento da(s) autorização(ões) de fornecimento até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 15.733,00 (quinze mil, setecentos e trinta e três reais).

Lages, 13 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 295/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 295/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JZAGO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, inscrita no CNPJ sob n.º 08.093.667/0001-98, com sede a Avenida Duque de Caxias, 1174 - Bairro Sagrado Coração de Jesus, CEP 88508-001 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 194/2014, correlato a Dispensa de Licitação nº 65/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Lonas, para uso próprio Municipal conforme Decreto

Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data do recebimento da(s) autorização(ões) de fornecimento até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 36.500,00 (trinta e seis mil e quinhentos reais).

Lages, 13 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 296/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 296/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: BALMAR CONSTRUÇÕES LTDA ME inscrita no CNPJ n.º 08.154.352/0001-03, com sede a Rua Vergílio Godinho 106 - Sala 01 - Bairro Brusque - CEP 88503-010 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 193/2014, correlato à Dispensa de Licitação 56/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Reforma da Cobertura do Almoarifado Central da secretaria Municipal da Saúde em decorrência do Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 13.224,80 (treze mil, duzentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos).

Lages, 13 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 297/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 297/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: CONSTRUTETO CONSTRUÇÕES EIRELI ME inscrita no CNPJ n.º 20.082.259/0001-36, com sede a Rua Doutor Aujor Luz, 791 - Garagem anexa, Bairro Santa Catarina, CEP 88.512-400 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 188/2014, correlato à Dispensa de Licitação 61/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Reforma da Cobertura do Telhado PAPS - Centro Psicossocial da Secretaria Municipal da Saúde em decorrência do Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 13.262,85 (treze mil, duzentos e sessenta e dois reais e oitenta e cinco centavos).

Elizeu Mattos - Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 298/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 298/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JOSÉ ROGÉRIO BORGES ME inscrita no CNPJ n.º 17.206.843/0001-41, com sede a Rua Jerônimo Coelho, 280 - Centro - CEP 88501-260 - Lages/SC

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 188/2014, correlato à Dispensa de Licitação 61/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Troca Emergencial de telhas de fibrocimento no telhado dos Setores de Compras, Apoio Administrativo, Protocolo, CPD Finanças, CPD Geral, Patrimônio, Gabinete Secretário da Administração, Secretaria de Comunicação Social e Gabinete do Prefeito em decorrência do Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 18.635,00 (dezoito mil seiscentos e trinta e cinco reais).

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 299/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 299/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: RONI RODRIGUES BORGES ME inscrita no CNPJ n.º 15.106.232/0001-04, com sede a Rua Cirilo Vieira Ramos, 758 - Bairro Vila Nova, CEP 88503-200 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Troca Emergencial da Cobertura do Teatro Marajoara, em decorrência do Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 13.040,00 (treze mil e quarenta reais).

Lages, 13 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 300/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 300/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JOSELITO CUNHA ME inscrita no CNPJ n.º 14.557.117/0001-85, com sede a Rua Marechal Floriano, 1058 - CEP 88501-102 - Centro - Lages/SC

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 196/2014, correlato à Dispensa de Licitação 62/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Forro Compensado Naval para uso no Teatro Municipal Marajoara, em decorrência do Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 27.300,00 (treze mil e quarenta reais), totalizando 600m².

Lages, 13 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 301/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 301/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JR COMÉRCIO DE CIMENTO E CONCRETO inscrita no CNPJ n.º 00.965.861/0001-04, com sede a Avenida Presidente Vargas, 3272 - Bairro São Cristóvão, CEP 99064-000 - Passo Fundo/RS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Lonas e Telhas para uso nos Próprios Municipais em decorrência do Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 123.332,00 (cento e vinte e três mil, trezentos e trinta e dois reais).

Lages, 13 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Lauro Muller**PREFEITURA****GABARITO TÉCNICO EM ENFERMAGEM - PROCESSO SELETIVO Nº 004/2014**

Município de Lauro Müller (Processo Seletivo Simplificado 04/2014)
Data: 09/11/2014

CARGO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM (01)
-------	----------------------------

GABARITO DEFINITIVO

QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA
01	A
02	D
03	D
04	C
05	B
06	A
07	B
08	A
09	C
10	A
11	B
12	A
13	D
14	C
15	A
16	C
17	A
18	D
19	B
20	D

GABARITO FARMACÊUTICO - PROCESSO SELETIVO Nº 004/2014

Município de Lauro Müller (Processo Seletivo Simplificado 04/2014)
Data: 09/11/2014

CARGO	FARMACÊUTICO (02)
-------	-------------------

GABARITO DEFINITIVO

QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA
01	A
02	D
03	D
04	C
05	B
06	A
07	B
08	A

09	C
10	A
11	A
12	C
13	B
14	D
15	A
16	B
17	C
18	A
19	A
20	D

PRORROGAÇÃO E RETIFICAÇÃO EDITAL DE CARTA CONVITE Nº118/2014 - PMLM

PRORROGAÇÃO E RETIFICAÇÃO EDITAL DE CARTA CONVITE Nº118/2014 - PMLM
PROCESSO Nº118/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Presidente da Comissão de Licitação comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que o certame agendado para dia 21 de novembro de 2014 às 10:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Carta Convite para contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de materiais e mão de obra para execução da pavimentação de base para instalação de uma academia ao ar livre na Praça Paulo Gazola, Arizona, está prorrogado para dia 27 de novembro de 2014 as 10:00hs devido a retificações necessárias em seu memorial descritivo e planilha orçamentaria, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 18 de novembro de 2014.
ALAN CROCETTA
Presidente da Comissão de Licitação.

EDITAL DE CARTA CONVITE Nº120/2014 - PMLM

EDITAL DE CARTA CONVITE Nº120/2014 - PMLM
PROCESSO Nº120/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Presidente da Comissão de Licitação comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 27 de novembro de 2014 às 11:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Carta Convite para contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de materiais e mão de obra para execução da reforma na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas na planilha orçamentária, memorial descritivo e projetos, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 18 de novembro de 2014.
ALAN CROCETTA
Presidente da Comissão de Licitação.

Leoberto Leal

PREFEITURA

LEI N.º 1.103/2014

LEI Nº 1.103, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, até o limite de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	43.081,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	43.081,00
Função	12	Educação	43.081,00
Sub-Função	361	Ensino Funda-mental	2.500,00
Programa	0004	Educação é Tudo	2.500,00
Projeto/ Atividade	2.006	Remuneração de Profissionais do Magistério - Ensi-no Fundamental	2.500,00
Categoria Econô-mica	3.0.00.00.00	Despesas Cor-rentes	2.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encar-gos Sociais	2.500,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Dire-tas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entida-des Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Se-guridade Social	2.500,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	2.500,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	40.581,00
Programa	0004	Educação é Tudo	40.581,00
Projeto/ Atividade	2.007	Remuneração de Profissionais do Magistério - Ensino Infantil	40.581,00
Categoria Econô-mica	3.0.00.00.00	Despesas Cor-rentes	40.581,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encar-gos Sociais	40.581,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	40.581,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	40.581,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	43.081,00
------------------------	-----------

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações, nas dotações com as seguintes classificações e valores:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	43.081,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	43.081,00
Função	12	Educação	43.081,00
Sub-Função	361	Ensino Funda-mental	43.081,00
Programa	0004	Educação é Tudo	43.081,00
Projeto/ Atividade	2.006	Remuneração de Profissionais do Magistério - Ensi-no Fundamental	15.900,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Cor-rentes	15.900,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encar-gos Sociais	15.900,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	15.900,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	15.900,00
Projeto/ Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	27.181,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Cor-rentes	12.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encar-gos Sociais	12.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entida-des Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Se-guridade Social	12.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	12.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Cor-rentes	15.181,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encar-gos Sociais	15.181,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entida-des Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Se-guridade Social	15.181,00

Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	15.181,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			43.081,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 19 de Novembro de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

LEI N.º 1.104/2014

LEI Nº 1.104, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE E DA SEGURIDADE SOCIAL"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, até o limite de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.000,00
Função	26	Transporte	5.000,00
Sub-Função	782	Transporte Rodoviários	5.000,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	5.000,00
Projeto/ Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes Obras e Serviços Urbanos	5.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Cor-rentes	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e encar-gos Sociais	5.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entida-des Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Se-guridade Social	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	500,00

Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	500,00
Função	04	Administração	500,00
Sub-Função	122	Administração Geral	500,00
Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	500,00
Projeto/ Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração Contabilidade e Finanças	5.00,00

Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e encargos Sociais	500,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	500,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	500,00
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	6.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	6.000,00
Função	12	Educação	6.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	6.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	6.000,00
Projeto/ Atividade	2.004	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Desporto	6.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e encargos Sociais	6.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	6.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Imposto e de Transferências de Impostos educação	6.000,00

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	15.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	15.000,00
Função	8	Assistência Social	15.000,00
Sub-Função	244	Assistência Comunitária	15.000,00
Programa	0007	Vivendo com Amor	15.000,00
Projeto/ Atividade	2.021	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Saúde e Assistência Social	15.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	3.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e encargos Sociais	3.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	3.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	3.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	12.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e encargos Sociais	12.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	12.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	12.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			26.500,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações, nas dotações com as seguintes classificações e valores:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	6.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	6.000,00
Função	12	Educação	6.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	6.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	6.000,00
Projeto/ Atividade	2.004	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Desporto	6.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.000,00

Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e encargos Sociais	6.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	6.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Imposto e de Transferências de Impostos educação	6.000,00
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	12.000,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	12.000,00
Função	4	Administração	12.000,00
Sub-Função	122	Administração Geral	12.000,00
Programa	0002	Gestão Geral com Excelência	12.000,00
Projeto/ Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	12.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	12.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	12.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	12.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	12.000,00
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	8.500,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	8.500,00
Função	20	Agricultura	8.500,00
Sub-Função	606	Extensão Rural	8.500,00
Programa	0011	Revitalização da Agricultura Familiar	8.500,00
Projeto/ Atividade	2.030	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente	8.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	8.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	8.500,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	8.500,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	8.500,00
TOTAL DA ANULAÇ			26.500,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 19 de Novembro de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EXTRATO CONCORRENCIA 02/2014

MUNICIPIO DE LINDÓIA DO SUL - SC
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 02/2014

Objeto: seleção de pessoa jurídica e ou física para explorar, através de Concessão de Uso, mediante locação, para fins comerciais a copa e cozinha, (lanchonete) do Ginásio Municipal conforme Lei Ordinária Municipal n 1.242/2014, de 05 de novembro de 2014.

Tipo: melhor proposta de preço.

Recebimento das propostas: até as 08:15 do dia 22 de dezembro de 2014, com abertura dos envelopes de habilitação quinze minutos após.

Informações complementares e inteiro teor do edital: Com o setor de licitações, na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal, cidade e Município de Lindóia do Sul, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br.

Lindóia do Sul, SC, 17 de novembro de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

LEI 1317

LEI Nº 1317 de 18 de novembro de 2014.

“ALTERA ALÍNEA “A” DO ART. 1º DA LEI Nº 1005 DE 04 DE OUTUBRO DE 2011 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art.1º- A alínea “a” do art. 1º da Lei nº 1005 de 04 de outubro de 2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

“art. 1º - ...

a) Parte do lote urbano, integrante da Matrícula Imobiliária sob nº 11.763, registrada no Cartório do Registro de Imóveis 1º Ofício, da Comarca de Joaçaba(SC), com as seguintes confrontações: Inicia-se se no marco denominado ‘2’, desde, segue por rua, dividindo-o com RUA DA AMIZADE; Daí segue por rua confrontando com RUA DA AMIZADE com o azimute de 95º04’43” e a distância de 7.61 m até o marco ‘3’ (E=8.666 m e N=19.398 m); Daí segue por linha seca confrontando com NADIR CAVALLI E PEDRO GABRIEL CAVALLI (Área remanescente da matrícula 11.763) com o azimute de 184º55’38” e a distância de 8.93 m até o marco ‘8’ (E=7.899 m e N=10.502 m); Daí segue por linha seca confrontando com NADIR CAVALLI E PEDRO GABRIEL CAVALLI (Área remanescente da matrícula 11.763) com o azimute de 178º22’19” e a distância de 6.16 m até o marco ‘7’ (E=8.074 m e N=4.345 m); Daí segue por linha seca confrontando com NADIR CAVALLI E PEDRO GABRIEL CAVALLI (Área remanescente da matrícula 11.763) com o azimute de 154º43’36” e a distância de 1.41 m até o marco ‘6’ (E=8.676 m e N=3.069 m); Daí segue por rua confrontando com RUA DA AMIZADE com o azimute de 273º10’46” e a distância de 5.66 m até o marco ‘1’ (E=3.025 m e N=3.383 m); Daí segue por rua confrontando com NADIR CAVALLI E PEDRO GABRIEL CAVALLI (Área da matrícula 11.762) com o azimute de 353º22’33” e a distância de 16.71 m até o marco ‘2’ (E=1.087 m e N=20.071 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 100,67 m², avaliado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).”

Art.2º - Os demais artigos e disposições vigentes da Lei nº 1005 de 04 de outubro de 2011, permanecem inalterados.

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de novembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

LEI 1318

LEI Nº 1318 de 18 de novembro de 2014.

“INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE LUZERNA - SMC, ESTABELECE DIRETRIZES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - O Sistema Municipal de Cultura de Luzerna - SMC, nos termos dos arts. 23, V, 30, I e II e 216-A §4º da Constituição Federal e arts. 123 a 126 da Lei Orgânica do Município fica organizado na forma desta Lei.

Parágrafo Único - O Sistema Municipal de Cultura de Luzerna - SMC integra o Sistema Nacional de Cultura - SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Cultura de Luzerna, criado pela Lei nº 682 de 07 de dezembro de 2006, passa a denominar-se Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA - SMC

SEÇÃO I DA NATUREZA E FINALIDADE

Art.3º- O Sistema Municipal de Cultura de Luzerna - SMC se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área cultural, tendo como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Art.4º - O SMC do Município de Luzerna fundamenta-se na política municipal de cultura expressa nesta lei e as suas diretrizes serão estabelecidas no Plano Municipal de Cultura, para instituir um processo de gestão compartilhada com os demais entes federados da República Brasileira (União, Estados-membros, Municípios e Distrito Federal) com suas respectivas políticas e instituições culturais e a sociedade civil.

Art.5º- O SMC de Luzerna tem as seguintes finalidades:

- I. integrar os órgãos, programas e ações culturais do Governo Municipal e Instituições parceiras;
- II. contribuir para a implementação de políticas públicas culturais democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da sociedade civil e Poder Público Municipal;
- III. articular ações transversais, descentralizadas e participativas, com vistas a estabelecer e efetivar o Plano Municipal de Cultura;
- IV. articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas sociais, destacando seu papel estratégico no processo de desenvolvimento;
- V. promover iniciativas para apoiar o desenvolvimento social com pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura, bem como o aprimoramento artístico cultural;
- VI. consolidar um Sistema Público Municipal de gestão cultural, com ampla participação e clareza nas ações públicas, através da implantação de novos instrumentos institucionais;
- VII. assegurar a centralidade da cultura no conjunto das políticas

locais, reconhecendo o Município como o território onde se traduzem os princípios da diversidade e da multiplicidade cultural;
VIII. estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural;
IX. promover o intercâmbio entre os entes federados para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica entre estes.

SEÇÃO II

DA ESTRUTURA DO SMC DE LUZERNA

Art.6º - Constituem o Sistema Municipal de Cultura - SMC:

- I - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Luzerna;
- II - Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;
- III - Conferência Municipal de Cultura;
- IV - Plano Municipal de Cultura - PMC;
- V - Fundo Municipal de Incentivo à Cultura - FMIC;
- VI - Sistema Municipal de Formação e Capacitação Cultural - SMFCC

Art. 7º- São objetivos específicos do SMC:

- I. consolidar um sistema público municipal de gestão cultural, com ampla participação e transparência nas ações públicas;
- II. estabelecer e implementar políticas culturais de longo prazo, em consonância com as necessidades e aspirações da comunidade;
- III. incentivar parcerias no âmbito do setor público e com o setor privado na área de gestão e promoção da cultura;
- IV. incentivar, integrar e coordenar a formação de redes e sistemas setoriais nas diversas áreas do fazer cultural;
- V. promover a cultura em toda a sua amplitude, buscando os meios para realizar o encontro dos conhecimentos e técnicas criativas, concorrendo para a valorização das atividades e profissões culturais e artísticas, fomentando a cultura crítica e a liberdade de criação e de expressão como elementos indissociáveis do desenvolvimento cultural;
- VI. estimular a organização e a sustentabilidade de grupos, associações, cooperativas e outras entidades atuantes na área cultural;
- VII. levantar, divulgar e preservar o patrimônio cultural do Município e as memórias (materiais e imateriais) da comunidade, bem como proteger e aperfeiçoar os espaços destinados às manifestações culturais;
- VIII. garantir continuidade aos projetos culturais já consolidados e com notório reconhecimento da comunidade.
- IX. fortalecer as identidades locais, através do incentivo à criação, produção, pesquisa, difusão e preservação das manifestações culturais;
- X. criar mecanismos para a difusão das diversas identidades étnicas existentes no Município de Luzerna, fortalecendo a inclusão e a difusão cultural;
- XI. proteger e aperfeiçoar os espaços destinados às manifestações culturais, cumprindo as legislações federal, estadual e municipal quanto aos legítimos direitos conferidos aos portadores de necessidades especiais;

SEÇÃO III

DO ÓRGÃO CENTRAL DO SMC

Art. 8º - Compete à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Luzerna, como órgão central do SMC:

- I. exercer a coordenação-geral do SMC;
- II. estabelecer as orientações e deliberações normativas e de gestão aprovadas na plenária do CMPC;
- III. emitir Recomendações, Resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas ao SMC, observadas as diretrizes sugeridas pelo CMPC;

IV. desenvolver e reunir, com o apoio dos órgãos integrantes do SMC, indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos para a democratização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Município e conveniados;

V. sistematizar e promover, com o apoio dos segmentos pertinentes no âmbito da Administração Municipal, a compatibilização e integração de normas, procedimentos técnicos e sistemas de gestão relativos à preservação e disseminação do patrimônio material e imaterial sob a guarda do Município;

VI. subsidiar as políticas e ações transversais da cultura nos planos e ações estratégicas do Governo Municipal;

VII. auxiliar a Administração Municipal e subsidiar os órgãos do Poder Público no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação dos programas e ações culturais, no âmbito dos respectivos planos plurianuais; convocar e coordenar a Conferência Municipal da Cultura.

SEÇÃO IV

DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL - CMPC

Art.9º - O Conselho Municipal de Política Cultural de Luzerna - CMPC, fundamentado no Sistema Nacional de Cultura, nas Resoluções e Princípios postulados pelas Conferências Municipais de Cultura, com atuação na formulação de estratégias e controle da execução das políticas públicas de cultura do Município de Luzerna, é órgão de caráter permanente, de natureza deliberativa, consultiva e fiscalizadora, integrante da estrutura municipal, composto de forma paritária, com representantes do Poder Executivo e da Sociedade Civil, escolhidos entre pessoas de reconhecida idoneidade, vivência e representatividade no meio cultural do Município.

Art. 10 - O artigo 3º da Lei nº 682 de 07 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“art.3º-O CMPC será constituído por 12 (doze) membros, sendo 06 (seis) representantes da sociedade civil das diversas áreas da cultura do Município e 06 (seis) representantes do Poder Público Municipal, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo para um período de 2 anos, permitida uma recondução.

§ 1º - Os membros do CMPC serão escolhidos entre pessoas de reconhecida idoneidade, vivência e representatividade no meio cultural do Município;

§2º - Os representantes da sociedade civil, das diversas áreas da cultura, serão indicados e eleitos por seus pares, na Conferência Municipal de Cultura, obedecendo a seguinte composição:

- a) 01 (um) representante da área de artes cênicas, compreendendo teatro e dança;
- b) 01 (um) representante da área de audiovisual, compreendendo cinema, vídeo, internet, televisão e rádio e da área de artes visuais, compreendendo fotografia, artes plásticas, design, artes gráficas e tecnológicas;
- c) 01 (um) representante da área de artesanato;
- d) 02 (dois) representantes da área de cultura popular e demais manifestações culturais tradicionais;
- e) 01 (um) representante da área de música;

§ 3º - Os representantes do Poder Público Municipal serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo, levando em conta a seguinte composição:

- a) 02 (dois) representantes da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município - Setor de Cultura;
- b) 02 (dois) representantes da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município - Setor de Ensino;
- c) 01 (um) representante da Secretaria da Fazenda e Administração;
- d) 01 (um) representante da Assessoria de Planejamento

§ 4º - Os representantes do Poder Público Municipal serão automaticamente afastados de suas funções de membros do CMPC ao deixarem de atuar no Governo, devendo, nesta hipótese, ser

substituídos por outros indicados, respeitando-se os critérios estabelecidos no § 1º.

§ 5º - A cada titular do CMPC corresponderá um suplente.

§ 6º - No caso de vacância de membro titular, será nomeado o membro suplente, que completará o tempo restante do mandato;

§ 7º - Nas ausências ocasionais e justificadas dos membros titulares, os membros suplentes deverão substituí-los, com direito a voz e voto;

§ 8º - A função de membro do CMPC não será remunerada, sendo considerada de relevante interesse público.”

Art. 11 - As entidades integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC - deverão estar inscritas, previamente, no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC - e eleitos seus membros bianualmente em Fórum.

Art. 12 - O funcionamento do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC bem como a composição e eleição de sua mesa diretora, será definida em Regimento Interno, devendo ser proposto e aprovado por seus integrantes.

Art. 13 - Compete ao CMPC:

I. estabelecer orientações, diretrizes, deliberações normativas e moções, pertinentes aos objetivos e atribuições do Sistema Municipal de Cultura (SMC);

II. apreciar e aprovar as diretrizes do Sistema Municipal de Apoio à Cultura (SIMAC), no âmbito das respectivas esferas de competência;

III. apoiar os acordos e pactos entre os órgãos do Município para implementação do Sistema Municipal de Cultura (SMC);

IV. delegar às diferentes instâncias componentes do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) a deliberação, fiscalização e acompanhamento de matérias;

V. aprovar o Plano Municipal de Cultura, a partir das diretrizes e ações definidas na Conferência Municipal de Cultura;

VI. fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura;

VII. responder, conjuntamente com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Luzerna, sobre a política de preservação do Patrimônio Cultural Móvel e Imaterial;

VIII. promover, bianualmente, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Luzerna, a Conferência Municipal de Cultura;

IX. elaborar o Regimento Interno da Conferência Municipal de Cultura;

X. estabelecer cooperação com os movimentos sociais organizações não-governamentais e o setor empresarial;

XI. incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;

XII. colaborar com o Conselho Estadual e Nacional de Política Cultural como órgão consultivo ou de assessoramento, sempre que solicitado ou apresentando sugestões;

XIII. opinar sobre os programas apresentados por instituições culturais para efeito de recebimento de subvenções, auxílios, ou orientá-los como forma de colaboração;

XIV. cooperar na defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico, arqueológico, natural e imaterial do Município;

XV. sugerir ações que estimulem a produção e a difusão das diversas formas de manifestações culturais do Município;

XVI. sugerir campanhas que visem o desenvolvimento das ações culturais do Município; opinar sobre o emprego dos recursos recebidos por instituições culturais através do Plano Municipal de Cultura e propor ao Chefe do Poder Executivo a abertura de procedimentos investigatórios quando entender conveniente;

XVII. emitir parecer sobre assuntos e questões de natureza cultural que lhe sejam submetidos pelo Chefe do Poder Executivo ou pelos órgãos competentes da sua administração indireta, na área cultural do Município;

XVIII. opinar sobre convênios e incentivá-los quando autorizados pelo Chefe do Poder Executivo, visando à realização de exposições, festivais, congressos de caráter científico, artístico e literário, ou intercâmbio cultural com outras entidades;

XIX. participar em eventos e ações que tratem de assuntos de relevância à área cultural.

Art. 14 - O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC realizará a cada 02 (dois) anos, intercalados com as Conferências, os Fóruns Setoriais, organizados em duas áreas: Arte/Cultura e Patrimônio Cultural.

Parágrafo Único - Participarão da plenária dos Fóruns Setoriais todos os integrantes do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC.

Art. 15 - São atribuições dos Fóruns Setoriais:

I. reunir os diversos segmentos das áreas, conforme definidas no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC - para debater questões relacionadas às políticas culturais;

II. criar Câmaras Temáticas representativas dos diversos segmentos de cada uma das áreas, de acordo com as demandas do movimento cultural, quando necessário.

Art.16 - Os Fóruns Setoriais são espaços de diálogo, de pactuação e formulação das políticas públicas para cada segmento, sugerindo ações e acompanhando sua execução pelo governo.

Parágrafo Único - Os Fóruns Setoriais podem ter reuniões extraordinárias quando houver necessidade, mediante convocação do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art. 17 - A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes garantirá infra-estrutura, suporte técnico, financeiro e administrativo ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC para o desempenho de suas atribuições.

Art. 18 - O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC tem o direito de usufruir de espaços oficiais nos meios de comunicação para publicar suas resoluções, comunicados e outros instrumentos previstos no Regimento Interno.

SEÇÃO V

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 19 - A Conferência Municipal de Cultura é o fórum participativo que reúne artistas, agentes e produtores, grupos e entidades culturais, professores, estudantes, gestores públicos, representantes de movimentos sociais e demais pessoas interessadas em contribuir com a formulação e implementação de políticas culturais e tem como principais objetivos:

Art. 20 - A Conferência Municipal de Cultura, promovida e organizada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Luzerna e pelo Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC é a instância máxima de participação e deliberação do Sistema Municipal de Cultura - SMC, tendo direito à voz e voto todas as pessoas físicas e jurídicas, inscritas no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC com direito apenas à voz todo cidadão inscrito previamente na Conferência.

Parágrafo Único - Em cada processo eleitoral, o cadastrado só pode se candidatar para representar um segmento ou área.

Art. 21 - São atribuições e competências da Conferência Municipal de Cultura:

I. subsidiar o Município, bem como seus respectivos órgãos gestores da área cultural, propondo e aprovando as diretrizes para elaboração do Plano Municipal de Cultura - PMC observando quando pertinentes às diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Cultura e o Plano Estadual de Cultura;

II. aprovar o Regulamento da Conferência no ato da abertura desta;
III. mobilizar a sociedade e os meios de comunicação para a importância da cultura, bem como de suas manifestações, para o desenvolvimento sustentável do Município;
IV. facilitar o acesso da sociedade civil aos mecanismos de participação popular, no Município, por meio de debates sobre os signos e processos constitutivos da identidade e diversidade cultural;
V. auxiliar o governo municipal, subsidiar os governos Estadual e Federal e consolidar os conceitos de cultura junto aos diversos setores da sociedade;
VI. identificar e fortalecer a transversalidade da cultura em relação às políticas públicas nos três níveis de governo;
VII. promover a viabilização de informações e conhecimentos estratégicos para a implantação efetiva do Sistema Municipal de Cultura e posteriormente da consolidação com os Sistemas Estadual e Nacional de Cultura;
VIII. avaliar a estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC levando em consideração os relatórios elaborados pelo mesmo, apresentando modificações, quando forem necessárias;
IX. avaliar a execução das diretrizes e prioridades das políticas públicas de cultura.

Art. 22 - A Conferência Municipal de Cultura é realizada, em caráter ordinário, a cada 2 (dois anos) e, extraordinariamente, de acordo com o Regimento Interno do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Parágrafo Único - O regulamento de cada Conferência Municipal de Cultura, sua dinâmica e finalidades, serão elaborados por uma comissão paritária formada por membros do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC e servidores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, de acordo com o estabelecido no Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 23 - A organização das atividades da Conferência Municipal de Luzerna será subsidiada por meio de uma Comissão Organizadora.
Parágrafo Único - A Comissão Organizadora será presidida pelo Diretor-Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC e formada por 6 (seis) membros, sendo 3 (três) indicados pelo Secretário(a) da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, e 3 (três) deles representantes de entidades culturais do Município.

Art. 24 - A Comissão Organizadora Municipal possui caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador, abrangendo as seguintes funções:
I. nomear o Grupo de Trabalho Executivo - GTE - para agilizar o desenvolvimento da Conferência Municipal da Cultura;
II. promover a realização da Conferência Municipal de Cultura, coordenando e supervisionando os trabalhos a serem realizados, atendendo aos aspectos jurídicos, técnicos, políticos e administrativos;
III. propor, divulgar e operacionalizar o Regulamento da Conferência;
IV. assegurar a veracidade de todos os procedimentos;
V. elaborar ou indicar textos de apoio para debate, nos respectivos grupos de discussão;
VI. envolver membros da sociedade civil, bem como integrantes de Fóruns Culturais, Poder Legislativo, entidades culturais, instituições comunitárias, entre outras;
VII. tornar público o local, data e eixos temáticos da referida Conferência;
VIII. elaborar a lista de convidados para a conferência, somente com direito a voz e sem direito a voto;
IX. escolher os relatores para os grupos de discussão, nos respectivos eixos temáticos, durante o desenvolvimento dos trabalhos; e
X. receber os relatórios dos grupos de discussão, durante a conferência, sistematizar e elaborar relatório final e demais documentos por ela emitidos, como os anais da conferência, bem como a lista

das entidades eleitas para o Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

§1º- O Grupo de Trabalho Executivo - GTE - possui caráter executivo, abrangendo as seguintes funções:

I - dar cumprimento às deliberações da Comissão Organizadora Municipal;

II - viabilizar e gerenciar os recursos para a realização da Conferência;

II - instruir os servidores responsáveis pelo apoio necessário.

§2º- Fica autorizada a contratação de especialistas para assessorar a organização da Conferência Municipal de Cultura de Luzerna.

Art. 25 - Os Eixos Temáticos da Conferência Municipal de Cultura de Luzerna que nortearão as discussões em todos os níveis e modalidades, serão deliberados pelo Ministério da Cultura quando se tratar de Conferências obrigatórias, ou seja, aquelas realizadas bianualmente, e serão definidos pelo Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC quando se tratar de Conferências livres.

Art.26 - A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes formará Comissão, constituída por representantes de entidades culturais, que se responsabilizará, excepcionalmente, pelo acompanhamento e apoio às Câmaras Temáticas com vistas à realização do primeiro Fórum Setorial, ao final do qual a referida Comissão será automaticamente dissolvida.

SEÇÃO V

DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 27 - O Plano Municipal de Cultura, doravante representado pela sigla PMC, é o instrumento de planejamento das ações, projetos, programas e do conjunto das políticas públicas para a cultura no Município de Luzerna, e caráter decenal, ocorrendo neste período um mínimo de três revisões, as quais ocorrerão obedecendo a metodologia e estrutura definidas nesta Lei.

Parágrafo Único - A primeira versão do PMC vigorará pelo período de 2015 a 2025 e tanto do ponto de vista de organização como de conteúdo servirá de parâmetro para as subseqüentes.

Art. 28 - O PMC contará, em sua elaboração, com duas etapas, sendo a primeira a análise e diagnóstico da situação artística e cultural de Luzerna e a segunda, a definição de projetos, propostas e diretrizes estratégicas objetivando atender as demandas apresentadas e o cumprimento das políticas gerais da área cultural, do governo e da sociedade.

Art. 29 - O PMC será elaborado sob a coordenação do Conselho Municipal de Política Cultural de Luzerna - CMPC, e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo precedido de ampla convocação e participação da sociedade civil organizada sendo esta não restrita aos segmentos estritamente artísticos, mas contemplando ainda movimentos sociais e instituições civis, assim como segmentos culturais étnicos, grupos comunitários e populares.

Parágrafo Único - O PMC será elaborado com a participação de grupos temáticos, formados pelos membros do Conselho Municipal de Política Cultural, Fóruns Setoriais e sociedade em geral.

Art. 30 - O PMC - Plano Municipal de Cultura, enquanto instrumento de planejamento da ação cultural no âmbito do Município, deverá, no prazo de 12 (doze) meses a contar da data de publicação desta Lei, ser elaborado com participação das diversas instâncias de consulta, aprovado pelo Conselho Municipal de Política Cultural e submetido à homologação do Executivo Municipal, através de Decreto.

SEÇÃO VII

DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 31 - Fica instituído, de acordo com a Lei Federal nº 4.320 de 1964, o Fundo Municipal de Cultura de Luzerna - FMC, vinculado à Secretaria de Educação e Cultura e destinado ao financiamento direto a projetos culturais apresentados por pessoas físicas, pessoas jurídicas de direito público, ou pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e de utilidade pública municipal.

Art. 32 - O Fundo Municipal de Cultura de Luzerna é um fundo de natureza contábil especial, que funcionará sob as formas de apoio a fundo perdido, com financiamento mediado preferencialmente pela seleção pública de projetos por meio do Edital de Apoio às Culturas.

Parágrafo Único - A gestão administrativa e financeira do Fundo Municipal de Cultura de Luzerna é de responsabilidade do Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes sob a supervisão e fiscalização do Conselho Municipal de Política Cultural.

Art.33- O Fundo Municipal de Cultura é constituído por recursos provenientes do orçamento anual do Município destinado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura e de outras fontes, com o objetivo de promover desenvolvimento da cultura no Município de Luzerna, podendo, para tanto, apoiar financeiramente:

I. Programas de Formação Cultural, apoiando financeiramente a realização de cursos e oficinas, ou a concessão de bolsas de estudo;

II. o incentivo a grupos artísticos;

III. a manutenção, reforma e ampliação de espaços culturais públicos;

IV. projetos de difusão cultural, podendo tratar-se de turnês artísticas, realização de Festivais, mostras ou circuitos culturais ou apresentação de artistas nacionais e internacionais em Luzerna;

V. pesquisas acerca da produção, difusão, comercialização ou recepção das atividades culturais; projetos de produção de bens culturais.

Parágrafo Único - Entende-se projetos de produção de bens culturais, aqueles que tenham por objetivo a produção de bens, materiais ou imateriais, de natureza artístico cultural.

Art.34 - Constituem receitas do Fundo:

I - repasses do Governo Federal;

II - repasses do Governo Estadual;

III - repasses do Poder Público Municipal;

IV - receitas provenientes de ações do Município de Luzerna;

V - doações de pessoas físicas ou jurídicas;

VI - receitas de eventos, atividades ou promoções realizadas com a finalidade de angariar recursos para o fundo;

VII - percentual das receitas provenientes de ações realizadas com patrocínio do Fundo.

§ 1º - No caso das receitas provenientes de ações do Poder Público Municipal, deverão estas ser definidas como receitas destinadas ao Fundo Municipal de Cultura por Decreto do Executivo Municipal.

§ 2º - A realização de eventos, atividades ou promoções por entidades externas ao Poder Público Municipal, com a finalidade de angariar recursos para o Fundo Municipal de Cultura, dependem de autorização do Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

§ 3º - O percentual das receitas provenientes de ações realizadas com o patrocínio do Fundo será definido para cada projeto individualmente, podendo ser igual a zero.

Art. 35 - São atribuições do gestor do Fundo Municipal de Cultura de Luzerna:

I - representar o Fundo ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;

II - prever e prover os recursos necessários ao alcance dos

objetivos do Fundo;

III - responsabilizar-se pela guarda e boa aplicação dos recursos do Fundo;

IV- autorizar as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades financeiras e em conformidade com o Plano de Aplicação dos recursos do Fundo.

Art.36 - Além da gestão do Fundo Municipal de Cultura - FMC - compete ao Secretário da Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

I. nomear os membros da Comissão de Avaliação e Seleção, escolhidos pelo Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC - bem como das Comissões Especiais de Avaliação;

II. designar e nomear os componentes da Comissão de Análise Técnica;

III. firmar contratos, convênios e congêneres;

IV. aprovar o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC;

V. encaminhar, nas épocas aprazadas, demonstrativos e prestações de contas, plano de aplicação de recursos e outros documentos informativos necessários ao acompanhamento e controle dos órgãos competentes.

Art.37 - O Fundo Municipal de Cultura pode beneficiar projetos apresentados por pessoas físicas, pessoas jurídicas de direito público, ou pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e de utilidade pública municipal, com domicílio no Município de Luzerna pelo período mínimo de 03 (três) anos.

Art. 38 - A concessão de benefícios se dará via lançamento de Editais.

Art. 39 - Os recursos do Fundo Municipal de Cultura serão aplicados exclusivamente na execução de projetos relacionados com o desenvolvimento cultural, de acordo com o cronograma físico-financeiro constante no Projeto aprovado, e mediante prestação de contas.

Art. 40 - É vedada a aplicação de recursos do FMC para as seguintes atividades:

I. Construção ou reforma de bens imóveis, salvo reforma ou restauração de bens tombados;

II. Aquisição de bens móveis de uso permanente (despesas de capital), salvo se tratar-se de aquisição de acervos;

III. Projetos cujo produto final seja destinado a circuitos privados e/ou particulares;

IV. Projetos que beneficiem exclusivamente seu proponente, na qualidade de sociedade com fins lucrativos, seus sócios ou titulares, e projetos que tenham sido beneficiados por outro sistema de financiamento, de origem municipal.

V. Projetos de pessoas ou empresas inadimplentes com a Fazenda Pública municipal;

VI. Projetos que não comprovem aplicação no Município de Luzerna.

Art.41 - Para a gestão de suas atividades, o FMC utilizará subsidiariamente a estrutura administrativa já existente na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Luzerna.

SEÇÃO VIII

DO CADASTRO MUNICIPAL DE PESSOAS E ENTIDADES CULTURAIS

Art. 42 - Fica criado o Cadastro Municipal de Pessoas e Entidades Culturais junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes através do seu departamento competente, que o manterá atualizado para fins administrativos e eleitorais.

§ 1º - Poderão fazer parte do cadastro as pessoas, grupos e instituições com interesse na política cultural do Município, em pleno gozo de seus direitos e com participação comprovada de no

mínimo 01 (um) ano.

§ 2º - O membro da comunidade cultural poderá ser inscrito em mais de um segmento ou área, desde que comprovada sua atuação ou participação no setor.

§ 3º - O Conselho Municipal de Política Cultural, se necessário, definirá outras formas e procedimentos para o cadastro.

SEÇÃO IX

DA AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE PROJETOS

Art. 43 - Para a seleção de projetos a serem custeados com os recursos do Fundo, deverão ser elaborados Editais específicos pela Secretaria de Educação e Cultura de Luzerna.

Parágrafo Único - Os projetos aprovados deverão ter como principal local de produção e execução o Município de Luzerna.

Art. 44 - Caberá à Secretaria de Educação e Cultura de Luzerna a elaboração dos editais, estabelecendo prazos, forma de apresentação dos projetos, critérios de seleção e documentação a ser exigida.

§ 1º - Ficará a cargo do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deliberar sobre os programas e projetos do Plano Municipal de Cultura para os quais serão destinados os editais, bem como aprovar os mesmos antes de sua publicação.

§ 2º - Os editais deverão respeitar a disponibilidade orçamentária e financeira do FMC.

Art. 45 - Os projetos culturais que pretendam obter financiamento deverão ser datados e assinados pelo proponente e apresentados na forma constante dos Editais e seguir todas as determinações destes, sob pena de serem considerados inabilitados.

Art. 46 - Os projetos culturais deverão apresentar proposta de contrapartida social ou retorno de interesse público, tais como doações, apresentações, bolsas de participação, entre outros.

Parágrafo Único - No caso de o objeto do projeto resultar em obra de caráter permanente, como CDs, DVDs, livros, etc., a contrapartida consistirá em doação de parcela da edição ao acervo municipal.

Art. 47 - O FMC poderá garantir até 100% (cem por cento) do custo de cada projeto aprovado, ficando a cargo dos Editais estabelecer as contrapartidas dos proponentes, de modo a não inviabilizar a sua execução.

Art. 48 - Para análise dos projetos que concorrerão aos Editais será estabelecida uma Comissão Técnica de Avaliação e Seleção de Projetos, composta por no mínimo 03 (três membros) aprovados pelo Conselho Municipal de Política Cultural e nomeados pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Luzerna. Parágrafo Único - Caberá à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Luzerna indicar nomes de possíveis membros da Comissão Técnica de Avaliação e Seleção de Projetos, que serão selecionados de acordo com o notório conhecimento dos mesmos.

Art. 49 - Compete à Comissão de Análise Técnica:

I. emitir e encaminhar a Comissão de Avaliação e Seleção parecer técnico prévio de habilitação dos projetos apresentados ao Fundo, considerando seus aspectos legais, de compatibilidade orçamentária, de viabilidade técnico-financeira e de adequação ao previsto no Edital, nos limites dos aspectos formais dos projetos;

II. acompanhar os projetos aprovados, encaminhando ao Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC ao seu término, ou a qualquer tempo, laudo técnico com a avaliação sobre o cumprimento das obrigações assumidas pelo proponente do projeto cultural;

III. opinar sobre cláusulas de convênios, contratos, prestações de contas, ou outras questões pertinentes relacionadas a projetos

apresentados ao Fundo.

Parágrafo Único - A Comissão de Análise Técnica será coordenada por um de seus membros, indicado pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 50 - Fica autorizada a contratação de técnicos especializados para comporem as Comissões Técnicas de Avaliação dos projetos, de acordo com as especificações de cada edital, custeados com recursos do FMC, desde que observados os comandos estabelecidos em lei.

Art. 51 - Todos os projetos aprovados e apoiados com verba do FMC deverão mencionar o apoio da Prefeitura Municipal de Luzerna, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Fundo Municipal de Cultura e do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC em entrevistas e declarações públicas, que tratem acerca do objeto do presente Convênio, bem como fazer constar a logomarca das entidades citadas em todas as peças publicitárias alusivas aos mesmos.

Art. 52 - Os projetos já aprovados e desenvolvidos anteriormente que forem concorrer a novos benefícios do FMC com repetição de seus conteúdos fundamentais devem anexar relatório de atividade contendo as ações previstas e executadas, bem como explicitar os benefícios planejados para a continuidade.

Art. 53 - Os projetos não-aprovados ficarão a disposição de seus proponentes até trinta dias após a divulgação do resultado, sendo inutilizados aqueles que não forem retirados neste prazo.

Art. 54 - A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - por meio da Comissão de Análise Técnica fica incumbida do acompanhamento e fiscalização da execução dos projetos, ao longo e ao término de sua execução.

§1º-A avaliação comprovará os resultados esperados e atingidos, objetivos previstos e alcançados, os custos estimados e reais e a repercussão da iniciativa na sociedade.

§2º-A avaliação culminará em laudo final, que será submetido ao Diretor-Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

§3º - O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC - acompanhará o desenvolvimento dos projetos durante sua execução e apresentação de resultados.

Art.55 - O acompanhamento dos projetos financiados dá-se na forma de visitas aos locais de execução e da apresentação, por parte dos executores, de relatórios de atividades e execução financeira, com periodicidade definida no Edital, em formulário padrão.

Art. 56 - Os projetos já aprovados e desenvolvidos anteriormente, que forem concorrer novamente aos benefícios do Fundo Municipal de Cultura - FMC - com repetição de seus conteúdos fundamentais, devem anexar relatório de atividades contendo as ações previstas e executadas, bem como explicitar os benefícios planejados para a continuidade.

Art. 57 - A não apresentação dos relatórios de atividades e execução financeira, nos prazos fixados, implica na aplicação sequencial das seguintes sanções ao proponente:

I - advertência;

II - suspensão da análise e arquivamento de projetos que envolvam seus nomes e que estejam tramitando no Sistema Municipal de Cultura - SMC;

III - paralisação e tomada de contas do projeto em execução;

IV - impedimento de pleitear qualquer outro incentivo do Sistema Municipal de Cultura - SMC - e de participar, como contratado, de eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

V - inclusão, como inadimplente, no órgão de controle de contratos e convênios do Município de Luzerna, além de sofrer ações

administrativas, cíveis e penais, conforme o caso.

Art. 58 - Em caso de impedimento do proponente, durante a execução do projeto, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - pode assumir ou indicar outro executor, conforme sua avaliação e do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC - para garantir a viabilidade do projeto, salvaguardadas as questões de direitos autorais.

Art. 59 - No caso de quitação da pendência, o proponente é reabilitado e, se houver reincidência da inadimplência no período de 03 (três) anos, é excluído, pelo prazo de 03 (três) anos, como proponente beneficiário do Fundo, bem como de outros mecanismos municipais de financiamento à cultura.

Art. 60 - O responsável pelo projeto, cuja prestação de contas for rejeitada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - tem acesso à documentação que sustentou a decisão, bem como pode interpor recurso junto à Administração Pública Municipal, conforme previsão de Edital, para reavaliação do laudo final, acompanhado, se for o caso, de elementos não apresentados inicialmente à consideração da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

SEÇÃO X

DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS

Art.61 - As pessoas, grupos e instituições com interesse na política cultural do Município devem se cadastrar no SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS - SNIIC.

SEÇÃO IX

DOSISTEMAMUNICIPALDEFORMAÇÃOECAPACITAÇÃOCULTURAL

Art. 62 - Fica instituído o Sistema Municipal de Formação e Capacitação Cultural - SMFCC - um conjunto de ações contínuas voltadas para a formação, capacitação dos gestores culturais e agentes culturais - artistas, produtores e técnicos do setor cultural - bem como para o fomento de pesquisas no campo artístico/cultural.

Parágrafo Único - Para consecução dos fins previstos neste artigo, o Sistema Municipal de Formação e Capacitação Cultural tem por objetivo:

I. Capacitar e contribuir para profissionalização de gestores culturais de instituições públicas e privadas dos setores culturais locais, de forma a melhor qualificar a formulação de políticas e a gestão de programas, projetos e serviços culturais oferecidos à população.

II. Estimular e fomentar de forma gradual e ao longo do tempo, a qualificação em todas aquelas áreas que são vitais para o funcionamento de um complexo sistema cultural, em diferentes níveis de formação, e que envolvem as seguintes áreas:

- a) Criação, inovação e invenção;
- b) Difusão, divulgação e transmissão;
- c) Circulação, cooperação, intercâmbios, trocas;
- d) Análise, crítica, estudo, investigação, reflexão, pesquisa;
- e) Fruição, consumo e formação de platéias;
- f) Conservação e preservação;
- g) Organização, gestão, legislação e produção da cultura;
- h) Cooperação e intercâmbio cultural;
- i) Logística e processos técnico-artísticos.
- j) Implementar e desenvolver um sistema voltado para a formação e aperfeiçoamento dos gestores culturais, contemplando conteúdos e metodologias capazes de oportunizar a compreensão da cultura em múltiplos aspectos, utilizando-se os seguintes aspectos:
- k) A dimensão simbólica e identitária;
- l) A centralidade para a cidadania e para o desenvolvimento social

e econômico;

m) A compreensão das políticas públicas de cultura como resposta a realidades objetivas de bases locais e regionais;

n) A compreensão da economia da cultura e dos modelos de financiamento público;

o) A compreensão e apropriação de ferramentas de gestão de políticas e programas;

p) A compreensão de que o planejamento estratégico é o momento de reflexão política e de correção de rumos, não se reduzindo a uma ferramenta de gestão.

q) Promover cursos de gestão e produção cultural, técnica e artística nas suas diversas áreas.

Art. 63 - Fica facultado ao Município buscar parcerias com as diversas instituições públicas e privadas, promotoras de formação e capacitação nos diversos níveis e setores culturais e artísticos da cidade, para fins de implementar os objetivos do SMFCC.

Art.64 - A organização e manutenção do Sistema Municipal de Formação e Capacitação Cultural - SMFCC - ficam sob a responsabilidade da Secretaria Educação e Cultura de Luzerna.

Parágrafo Único - O compromisso municipal com o SMFCC deve ser exercido na forma de investimento em capacitação do corpo de servidores municipais e agentes culturais atuantes na área cultural. Na criação de cursos, espaços de reflexão e debate sobre os temas culturais e de seminários e palestras em torno de questões a ele pertinentes: produção e gestão cultural, elaboração e formação de projetos, arrecadação de recursos, e outros.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 65 - Toda a implantação e gestão do Sistema Municipal de Cultura de Luzerna observará as recomendações, normas e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Cultura, em especial pelo Sistema Nacional de Cultura.

Art. 66 - Toda lei municipal de incentivo à cultura, ao desporto, preservação e manutenção do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Luzerna, bem como outros mecanismos de gestão das políticas públicas culturais também constituem instrumentos do SMC, estando sujeitos às mesmas regulamentações.

Art.67 - A Conferência Municipal de Cultura de Luzerna avaliará e proporá alterações, se necessárias, ao Sistema Municipal de Cultura de Luzerna - SMC - e as encaminhará ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 68 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, por Decreto, no que for necessário.

Art. 69 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de novembro de 2014.

Moisés Diersmann

Prefeito de Luzerna

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 17/11/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 17/11/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.592,47
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.592,47
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.592,47
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	955,48
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	636,99

Luzerna, 18/11/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Macieira**PREFEITURA****TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC
PUBLICAÇÃO RESUMIDA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0027/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº0021/2014
REGISTO DE PREÇO Nº 0009/2014.

TERMO ADITIVO DE ATA - Reequilíbrio econômico financeiro.
Objeto: Registro de Preço para a contratação futura de empresa especializada para o fornecimento de combustível - tipo óleo diesel S10 - destinado ao abastecimento dos veículos e máquinas da Frota Municipal Município de Macieira, conforme quantidades e especificações constantes no Edital.

1º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 16/2014.

Contratada: SAFRA DIESEL LTDA.

Valor registrado: O valor do litro do óleo diesel S10 passa de R\$ 2,59 (dois reais e cinquenta e nove centavos) para o valor de R\$ 2,70 (dois reais e setenta centavos) sofrendo um acréscimo de 4,24% (quatro vírgula vinte e quatro por cento), de acordo com as justificativas do Termo Aditivo e Cláusula Terceira, item 3.1. da Ata de Registros de Preços nº 16/2014.

Macieira - SC, 14 de novembro de 2014.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC
PUBLICAÇÃO RESUMIDA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0015/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº0012/2014
REGISTO DE PREÇO Nº 0006/2014.

TERMO ADITIVO DE ATA - Reequilíbrio econômico financeiro.
Objeto: Registro de Preço para a contratação futura de empresa especializada para o fornecimento de combustível - tipo óleo diesel S10 - destinado ao abastecimento dos veículos e máquinas da Frota Municipal Município de Macieira, conforme quantidades e especificações constantes no Edital.

1º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 13/2014.

Contratada: POSTO SERIBA LTDA.

Valor registrado: O valor do litro da gasolina comum passa de R\$ 3,10 (três reais e dez centavos) para o valor de R\$ 3,15 (três reais e quinze centavos) sofrendo um acréscimo de 1,61% (um vírgula oitenta e quatro por cento), de acordo com as justificativas do Termo Aditivo, e Cláusula, item.... do Contrato Original nº

Macieira - SC, 14 de novembro de 2014.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Mafra**PREFEITURA****LEI MUNICIPAL Nº. 4060**

Lei MUNICIPAL nº. 4060
DE 11 DE NOVEMBRO DE 2.014.

Autoriza a cessão DE uso do imóvel de propriedade do Município de Mafra à CÂMARA DE VEREADORES que especifica, ALTERA A Lei Municipal nº. 2.353, de 07 de outubro de 1999 e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a outorgar à Câmara Municipal mediante Termo de Cessão de Uso, a título gratuito e intransferível por prazo indeterminado, o imóvel urbano descrito na matrícula nº. 8.600, Livro nº. 2 do Registro Geral, Ficha 01, da 1ª Circunscrição do Registro de Imóveis da Comarca de Mafra, com as seguintes características:

I - Terreno urbano, sem benfeitorias, com a área de 1.224,45 m² (um mil, duzentos e vinte e quatro metro e quarenta e cinco decímetros quadrados), correspondente à área publica do loteamento Vila Aurora, situado nesta cidade, à rua José Cassias Pereira, lado par, esquina com a rua "D" (prol. do loteamento E. Grams), lado ímpar, na quadra completada pela rua "B" do loteamento Vila Aurora e terras de Ivani Grossl, confrontando-se na frente na extensão de quinze metros com a referida Rua José Cassias Pereira, nos fundos na extensão de trinta e um metros e cinquenta centímetros com a Rua "B" do loteamento Vila Aurora, pelo lado direito do terreno, na extensão de cinquenta e um metros e doze centímetros com terras de Ivani Grossl e pelo lado esquerdo na extensão de cinquenta e oito metros com a Rua "D" (Prol. do loteamento E. Grams). Proprietário: Prefeitura Municipal de Mafra.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º será utilizado para construção e funcionamento do Poder Legislativo Municipal, permanecendo o domínio e a posse indireta do bem com o CEDENTE.

Art. 3º O CEDENTE entrega ao CESSIONÁRIO o imóvel, livre e desembaraçado de quaisquer ônus judiciais e extrajudiciais, mediante a assinatura pelas partes do Termo de Cessão de Uso. Parágrafo único. Do Termo de Cessão de Uso deverão constar cláusulas e condições salvaguardando os interesses municipais e que assegurem a efetiva utilização do bem público cedido para o fim a que se destina, estipulando-se que, no caso de alteração de sua destinação, a cessão de uso será rescindida, restituindo-se o bem ao Município.

Art. 4º Altera a ementa da Lei Municipal nº. 2.353, de 07 de outubro de 1999, que passa a ter a seguinte redação:

"AUTORIZA DESAFETAÇÃO DE ÁREA"

Art. 5º Revoga os artigos 2º e 3º da Lei Municipal nº. 2.353, de 07 de outubro de 1999.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 11 de novembro de 2.014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 423/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 423/2014.

FORNECEDOR: FUNDAÇÃO JOÃO XXIII

CNPJ: 85.131.829/0001-86

OBJETO: Contratação de veículo falado (emissora de rádio) em amplitude modulada e frequência modulada para divulgação das ações e informações de utilidade pública da Administração Municipal, com a quantidade de 5.000 inserções, sendo 2.500 em cada banda (AM e FM).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso V, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 42.500,00 (Quarenta e dois mil e quinhentos reais).

Mafra, (SC) 18 de novembro de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 191/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 191/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e outros materiais permanentes, destinados a Secretaria Municipal da Criança e Ação Social, com recursos do IGD e repasses do Fundo Estadual de Assistência Social, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 12/12/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada à lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 18 de novembro de 2014.

Roberto Agenor Scholze Diego Ricardo Krachinski

Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 023/2014 E 024/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 23/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ Nº: 13.568.558/0001-10

Objeto Aquisição de medicamentos destinados à Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através da Secretaria Municipal de Saúde.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 233/2014, Dispensa por Justificativa nº 171/2014

Valor: R\$ 2.100,00 (Dois mil e cem reais)

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 09/04/2014

Prazo: 31/12/2014.

Dotação Orçamentária:

2985-1602.2096.3390300900

(268) Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 24/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA

CNPJ Nº: 67.729.178/0004-91

Objeto: Aquisição de medicamentos destinados à Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através da Secretaria Municipal de Saúde.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 233/2014, Dispensa por Justificativa nº 171/2014

Valor R\$ 4.538,60 (Quatro mil quinhentos e trinta e oito reais e sessenta centavos).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 09/04/2014

Prazo: 31/12/2014.

Dotação Orçamentária:

2985-1602.2096.3390300900

(268) Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 025/2014 E 026/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 25/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: DIMASTER COMÉRCIO DE PROTOCOLOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ Nº: 02.520829/0001-40

Objeto: Aquisição de medicamentos destinados à Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através da Secretaria Municipal de Saúde.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 233/2014, Dispensa por Justificativa nº 171/2014

Valor R\$ 6.480,00 (Seis mil quatrocentos e oitenta reais)

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 09/04/2014

Prazo: 31/12/2014.

Dotação Orçamentária:

2985-1602.2096.3390300900

(268) Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 26/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA

CNPJ Nº: 02.816.696/0001-54

Objeto: Aquisição de medicamentos destinados à Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através da Secretaria Municipal de Saúde.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 233/2014, Dispensa por Justificativa nº 171/2014

Valor R\$ 16.959,90 (Dezesseis mil novecentos e cinquenta e nove reais e noventa centavos)

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 09/04/2014

Prazo: 31/12/2014.

Dotação Orçamentária:

2985-1602.2096.3390300900

(268) Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 027/2014 E 028/2014**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº: 27/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
CNPJ Nº: 81.706.251/0001-98

Objeto: Aquisição de medicamentos destinados à Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através da Secretaria Municipal de Saúde.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 233/2014, Dispensa por Justificativa nº 171/2014

Valor R\$ 2.550,00 (Dois mil quinhentos e cinquenta reais)

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 09/04/2014

Prazo: 31/12/2014.

Dotação Orçamentária:

2985-1602.2096.3390300900

(268) Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 28/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: LIDIA VATRAZ LESNIOVSKI - ME

CNPJ Nº: 11.783.781/0001-54

Objeto: Aquisição de adesivos para plotagem do veículo Ford Transit da Polícia Militar e dos demais veículos das Secretarias Municipais.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 232/2014, Dispensa por Justificativa nº 170/2014

Valor R\$ 3.790,00 (Três mil setecentos e noventa reais)

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 09/04/2014

Prazo: 31/12/2014.

Dotação Orçamentária:

1169-0801.2016.3390399900

(39) 1211-2401.2145.3390399900

(215) 3380-1301.2057.3390399900

(127) Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 029/2014 E 030/2014**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº: 29/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: GERAMAC EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ Nº: 11.449.437/0001-23

Objeto Aquisição de peças e mão de obra para revisão das 50 horas da minicarregadeira modelo 2041, pertencente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, considerando o período de garantia desta.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 256/2014, Dispensa por Justificativa n.º 190/2014

Valor R\$ 2.396,40 (Dois mil trezentos e noventa e seis reais e quarenta centavos).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 11/04/2014

Prazo: 31/12/2014.

Dotação Orçamentária:

3051-1301.2054.3390391900

(119) 3050-1301.2054.3390303900

(119) Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 30/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: POSTO GALO LTDA

CNPJ Nº: 81.326.258/0003-46

Objeto Aquisição de combustíveis (gasolina e óleo diesel) para os veículos de uso da Secretaria Municipal de Saúde que fazem o transporte de pacientes à Florianópolis/SC, através do Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 247/2014, Dispensa por Justificativa nº 183/2014

Valor R\$ 115.480,00 (cento e quinze mil, quatrocentos e oitenta reais)

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 09/04/2014

Prazo: 31/12/2014.

Dotação Orçamentária:

2738-1602.2089.3390300100

(258) Foro: Comarca de Mafra

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 33.645.482/0001-96

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM

Nota Fiscal nº. 2881 R\$ 14.250,00

Valor Total: R\$ 14.250,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pela prestação de serviços técnicos para disponibilização e utilização da Nota Fiscal Eletrônica e Declaração Mensal de Serviços Eletrônica, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 19 de novembro de 2014

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 10.212.388/0001-48

INTEGRA COMERCIAL LTDA

Nota Fiscal nº. 7103 R\$ 1.389,29

Nota Fiscal nº. 7104 R\$ 4.446,84

VALOR TOTAL: R\$ 5.836,13

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo fornecimento de gênero alimentício para as escolas e creches (merenda escolar) do Município não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 19 de novembro de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária da Fazenda e Planejamento

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1000/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1000/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJK6883	54709363E	5185/2	28/03/2014	167
ANP1753	54465485E	5185/1	05/04/2014	167
HQL0562	54971302E	5428/1	05/04/2014	181 * V
MGK4023	54971305E	5622/2	09/04/2014	182 * VI
MLO0155	54465093E	5185/1	31/03/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1001/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AOI4510	54709945E	6599/2	18/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
AOI4510	54709946E	5010/0	18/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
AOI4510	54709947E	5118/0	18/02/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AOI4510	54709948E	6912/0	18/02/2014	R\$ 53,20	232
GSV0110	54708814E	6920/0	18/02/2014	R\$ 127,69	233
MBU1851	54709942E	6599/2	18/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBU1851	54709943E	5045/0	18/02/2014	R\$ 191,53	162 * V
MBU1851	54709944E	5096/0	18/02/2014	R\$ 191,53	163 c/c 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLÍCIA - 9 DRP

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1002/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEL8791	54282637D	5010/0	08/04/2014	162 * I
AEL8791	54282638D	5118/0	08/04/2014	164 c/c 162 * I
AEL8791	54282639D	6599/2	08/04/2014	230 * V
AEL8791	54282640D	6637/1	08/04/2014	230 * IX
AQF6421	55688850D	6920/0	07/04/2014	233
AQV3757	54482380D	5010/0	25/04/2014	162 * I
AXI6327	54465094E	5010/0	08/04/2014	162 * I
AXI6327	54465095E	5118/0	08/04/2014	164 c/c 162 * I
LZJ8845	54971133E	5045/0	26/04/2014	162 * V
MAX5027	54708685E	6920/0	02/04/2014	233
MBJ5891	54971151E	5010/0	06/04/2014	162 * I
MBK6592	54971901E	6610/2	24/04/2014	230 * VII
MBK6592	54971902E	6726/1	24/04/2014	230 * XVIII
MBT5225	54971139E	6599/2	30/04/2014	230 * V
MBT5225	54971140E	5045/0	30/04/2014	162 * V
MBT5225	54971141E	5037/1	30/04/2014	162 * III
MCO2516	54971107E	5169/1	07/04/2014	165
MCP3586	54971658E	6599/2	27/04/2014	230 * V
MDQ9153	54971255E	6599/2	06/04/2014	230 * V
MFA6033	54453467D	6599/2	03/05/2014	230 * V
MIB6869	54971106E	6912/0	07/04/2014	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1003/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1003/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AQV3757	54482379D	5207/0	25/04/2014	169
AXO9142	54971260E	7366/2	10/04/2014	252 * VI
CML2950	55688844D	7366/2	02/04/2014	252 * VI
MBT5225	54971138E	7030/1	30/04/2014	244 * I
MCO2516	54971108E	5207/0	07/04/2014	169
MJR0084	54464937E	7030/1	28/03/2014	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRÂNSITO

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1004/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHV6423	54708645E	6610/2	19/02/2014	R\$ 127,69	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1005/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1005/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFZ4723	54453110D	6920/0	08/04/2014	233
AKS5002	54971651E	6920/0	11/04/2014	233
AQJ8464	55448744C	6599/2	05/05/2014	230 * V
AQJ8464	55448745C	5010/0	05/05/2014	162 * I
AQJ8464	55448746C	5118/0	05/05/2014	164 c/c 162 * I
AQJ8464	55448747C	6408/0	05/05/2014	221
GLN4411	54453114D	6920/0	24/04/2014	233
IBD7779	54971613E	6920/0	07/05/2014	233
MCJ5165	54282636D	6610/2	07/04/2014	230 * VII
MFA6033	54453468D	5010/0	03/05/2014	162 * I
MFB8210	54971052E	6599/2	03/05/2014	230 * V
MHC5461	55448734C	6599/2	11/04/2014	230 * V
MIM5214	54971109E	5010/0	10/04/2014	162 * I
MIM5214	54971110E	6912/0	10/04/2014	232
MIM5214	54971111E	6726/1	10/04/2014	230 * XVIII
MIM5214	54971112E	7340/0	10/04/2014	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLÍCIA - 9 DRP

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1006/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1006/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGL0675	54708823E	6122/0	08/05/2014	214 * I
AKA8363	54971671E	5347/0	10/05/2014	178
AQJ8464	55448743C	5835/0	05/05/2014	195
AQJ8464	55448748C	7030/2	05/05/2014	244 * I
AQJ8464	55448749C	5215/1	05/05/2014	170
AQJ8464	55448750C	5215/2	05/05/2014	170
BDC3535	54971906E	5835/0	03/05/2014	195
BDC3535	54971907E	5185/1	03/05/2014	167
BDC3535	54971908E	5185/2	03/05/2014	167
BDC3535	54971910E	6076/0	03/05/2014	210
MAU0221	54971282E	5940/1	01/05/2014	203 * III
MBM7159	54971149E	7366/2	12/05/2014	252 * VI
MBM7159	54971150E	5185/1	12/05/2014	167
MKY4874	54708697E	6041/2	12/05/2014	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1007/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1007/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ATX3936	54709362E	6130/0	25/03/2014	R\$ 191,53	214 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1008/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1008/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALJ0678	54465488E	6599/2	08/04/2014	230 * V
APZ3430	54971810E	6610/2	10/05/2014	230 * VII
ARU6233	54971670E	6599/2	09/05/2014	230 * V
ATK9450	54465489E	5010/0	08/04/2014	162 * I
ATK9450	54465490E	6599/2	08/04/2014	230 * V
BDC3535	54971911E	5274/1	03/05/2014	175
GMK9409	54971286E	6769/2	02/05/2014	230 * XXII
LWX5422	54971264E	5010/0	14/04/2014	162 * I
LWX5422	54971265E	5118/0	14/04/2014	164 c/c 162 * I
LWX5422	54971266E	6599/2	14/04/2014	230 * V
MFT9741	54971402E	6599/2	21/04/2014	230 * V
MFT9741	54971403E	5010/0	21/04/2014	162 * I
MF5004	54971203E	6920/0	13/05/2014	233
MGO1304	54971659E	6912/0	27/04/2014	232
MGO1304	54971660E	6599/2	27/04/2014	230 * V
MGO1304	54971661E	5029/2	27/04/2014	162 * II
MGO1304	54971662E	5070/2	27/04/2014	163 c/c 162 * II
MIG5191	54971914E	5045/0	12/05/2014	162 * V
MIG5191	54971915E	6599/2	12/05/2014	230 * V
MJY5457	54971268E	5010/0	15/04/2014	162 * I
MJY5457	54971269E	6599/2	15/04/2014	230 * V
MJY5457	54971270E	5118/0	15/04/2014	164 c/c 162 * I
MML8963	54465400E	5274/1	05/04/2014	175

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1009/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1009/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKQ1465	54971276E	7366/2	22/04/2014	252 * VI
AQJ8464	54482397D	6181/0	05/05/2014	215 * II
ARD6950	54708695E	6041/2	12/05/2014	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1010/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1010/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACX5700	54453466D	5061/0	06/04/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1011/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1011/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLB6892	54971551E	7366/2	07/04/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLM0575	54452793D	6050/1	02/03/2014	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1012/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1012/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJG0474	54971812E	5010/0	18/05/2014	162 * I
AJG0474	54971813E	5118/0	18/05/2014	164 c/c 162 * I
AJW8242	54971851E	5045/0	15/05/2014	162 * V
AJW8242	54971852E	5142/0	15/05/2014	164 c/c 162 * V
AQC6146	54971153E	5010/0	12/05/2014	162 * I
ARG8718	54971202E	6599/2	07/05/2014	230 * V
CRH6832	54971811E	6599/2	14/05/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLÍCIA - 9 DRP

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1013/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1013/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIY6684	54971561E	7030/1	19/05/2014	244 * I
MBH2160	54971001E	5207/0	21/05/2014	169
MHN5181	54972052E	6050/1	19/05/2014	208
MLB6252	54971657E	5703/0	22/04/2014	185 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL
AUTORIDADE DE TRANSITO

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 074 1014/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 074 1014/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFF9410	55448737C	6599/2	11/04/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1015/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1015/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGG0905	54708687E	6912/0	01/05/2014	232
MBN3772	54482386D	5010/0	03/05/2014	162 * I
MBN3772	54482387D	6912/0	03/05/2014	232
MBN3772	54482389D	6599/2	03/05/2014	230 * V
MBN3772	54482390D	5118/0	03/05/2014	164 c/c 162 * I
MDY5786	54971144E	5010/0	04/05/2014	162 * I
MHS5597	54971320E	6920/0	26/05/2014	233
MLD9609	54971289E	5045/0	06/05/2014	162 * V
MLK7621	54972017E	6599/2	17/05/2014	230 * V
OLV9362	54971801E	6599/2	02/05/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLÍCIA - 9 DRP

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1016/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1016/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAR0962	54972018E	5185/1	17/05/2014	167
AFF5478	54972016E	5541/6	17/05/2014	181 * XVII
DCJ1919	54708547E	5622/2	13/05/2014	182 * VI
MBF1485	54971607E	6076/0	02/05/2014	210
MBF1485	54971608E	5185/1	02/05/2014	167
MBF1485	54971609E	5835/0	02/05/2014	195
MBN3772	54482388D	7030/1	03/05/2014	244 * I
MEL0221	54708549E	5541/6	20/05/2014	181 * XVII
MFU4072	54971143E	5541/3	30/04/2014	181 * XVII
MHV2077	54971122E	5835/0	22/04/2014	195
MHV2077	54971123E	5207/0	22/04/2014	169
MHV2077	54971124E	7064/0	22/04/2014	244 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL
AUTORIDADE DE TRANSITO

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1017/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1017/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AYA2529	55688842D	7366/2	01/04/2014	R\$ 85,12	252 * VI
IJA6544	55688830D	5452/2	07/03/2014	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1018/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1018/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZQ2258	54972022E	5118/0	17/05/2014	164 c/c 162 * I
MAY2009	54971319E	6599/2	16/05/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLÍCIA - 9 DRP

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1019/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1019/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALH1274	54971146E	5738/0	08/05/2014	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1020/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1020/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXT2632	54972005E	6599/2	13/05/2014	230 * V
LXT2632	54972006E	5010/0	13/05/2014	162 * I
LXT2632	54972007E	5118/0	13/05/2014	164 c/c 162 * I
LXT2632	54972008E	6637/1	13/05/2014	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1021/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1021/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBV1111	54972051E	6599/2	15/05/2014	230 * V
MDV6932	55983019C	6920/0	19/05/2014	233
MHL2942	54452900D	6599/2	14/05/2014	230 * V
MJX0458	54971313E	6912/0	08/05/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1022/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1022/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFK6320	54971952E	5010/0	10/05/2014	162 * I
MFP7222	54972040E	5045/0	13/06/2014	162 * V
MFP7222	54972041E	5142/0	13/06/2014	164 c/c 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLÍCIA - 9 DRP

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1023/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1023/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MF4199	54971717E	6599/2	30/06/2014	230 * V
MF4199	54971718E	5010/0	30/06/2014	162 * I
MF4199	54971719E	6912/0	30/06/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLÍCIA - 9 DRP

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1024/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1024/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJN6630	54972068E	5541/5	24/06/2014	181 * XVII
BBB5423	54972066E	5541/5	24/06/2014	181 * XVII
MFP3553	54971154E	5541/5	19/06/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1025/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1025/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAU0962	54971451E	6599/2	24/05/2014	230 * V
ABU6423	54971570E	6920/0	05/06/2014	233
ADP8341	54972065E	6920/0	24/06/2014	233
AHP2365	54971407E	5169/1	31/05/2014	165
AKM3999	54972109E	6912/0	27/05/2014	232
AKN7072	54971567E	6920/0	05/06/2014	233
ARD4855	54972151E	6726/1	11/06/2014	230 * XVIII
ARD4855	54972152E	5169/1	11/06/2014	165
ASL9988	54972201E	6599/2	05/06/2014	230 * V
ASL9988	54972202E	5045/0	05/06/2014	162 * V
ASL9988	54972203E	6912/0	05/06/2014	232
ATS0326	54972031E	6920/0	02/06/2014	233
AUN0963	55689532D	6912/0	18/05/2014	232
BNV7592	54708690E	6920/0	12/05/2014	233
CIR4973	55689547D	6599/2	30/06/2014	230 * V
CIR4973	55689548D	6610/2	30/06/2014	230 * VII
CSW6649	54453118D	6920/0	24/04/2014	233
CWT9339	54971920E	6599/2	04/06/2014	230 * V
CWT9339	54971924E	5010/0	04/06/2014	162 * I
CWT9339	54971925E	6556/1	04/06/2014	230 * I
CYJ3782	54971312E	6920/0	07/05/2014	233
DIE1654	54464948E	5010/0	05/07/2014	162 * I
HAB4959	54971618E	5010/0	24/05/2014	162 * I
HAB4959	54971619E	6726/1	24/05/2014	230 * XVIII
HAR2615	54971563E	6599/2	29/05/2014	230 * V
HAR2615	54971564E	5045/0	29/05/2014	162 * V

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HSA0775	54972030E	6920/0	02/06/2014	233
ICH5149	54971162E	6599/2	08/07/2014	230 * V
ICH5149	54971163E	5169/1	08/07/2014	165
IRB2422	54971677E	5010/0	16/06/2014	162 * I
IRB2422	54971678E	5061/0	16/06/2014	163 c/c 162 * I
JNG7348	54971003E	6920/0	16/06/2014	233
KTE0763	54971706E	5010/0	14/06/2014	162 * I
LXP2117	54971753E	6599/2	11/06/2014	230 * V
LXP2117	54971754E	5010/0	11/06/2014	162 * I
LXP2117	54971755E	5118/0	11/06/2014	164 c/c 162 * I
LXQ3846	54972062E	6920/0	24/06/2014	233
LYD5472	54971298E	6920/0	17/06/2014	233
LYD5472	54972035E	6599/2	12/06/2014	230 * V
LYD5472	54972036E	5010/0	12/06/2014	162 * I
LYD5472	54972037E	5118/0	12/06/2014	164 c/c 162 * I
LYN3977	54971569E	6920/0	05/06/2014	233
LYP4762	54971682E	6599/2	02/07/2014	230 * V
LYT3409	54971565E	6920/0	05/06/2014	233
LZC6591	54972115E	5010/0	19/06/2014	162 * I
LZC6591	54972116E	5118/0	19/06/2014	164 c/c 162 * I
LZP8866	54973155E	5169/1	22/06/2014	165
LZQ2258	54972020E	6599/2	17/05/2014	230 * V
LZQ2258	54972021E	5010/0	17/05/2014	162 * I
LZT8952	54971803E	5126/2	02/05/2014	164 c/c 162 * II
LZT8952	54971804E	5029/2	02/05/2014	162 * II
MBB5380	54971823E	6599/2	03/06/2014	230 * V
MCY9353	54972308E	7358/0	07/07/2014	252 * V
MEA4046	54972033E	6912/0	02/06/2014	232
MFE7967	54971205E	6920/0	19/05/2014	233
MFH2570	54971751E	6580/0	10/06/2014	230 * IV
MFP2093	54971822E	6599/2	30/05/2014	230 * V
MFZ3570	54971708E	5010/0	23/06/2014	162 * I
MGN8889	54464940E	6920/0	16/06/2014	233
MGS7590	54971956E	6920/0	23/06/2014	233
MHC6131	54971306E	5010/0	03/05/2014	162 * I
MHW9702	55689543D	6599/2	03/06/2014	230 * V
MIP7733	54971926E	5010/0	12/06/2014	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIP7733	54971929E	5118/0	12/06/2014	164 c/c 162 * I
MIU5018	54972061E	6920/0	24/06/2014	233
MJA9602	54971321E	6920/0	26/05/2014	233
MKG0188	54972059E	6912/0	23/06/2014	232
MLQ6236	54971809E	5010/0	10/05/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3007 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 3007 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014
Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1633 de 12 de Novembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0190.2101 - Manutenção dos Serviços de Atendimentos a População
0602 - 3190000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde R\$ 200.000,00
0602.010.302.0191.2103 - Manutenção da Unidade Hospitalar
0602 - 31900000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde R\$ 250.000,00
0602 - 33900000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde R\$ 150.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.361.0081.2039 - Manutenção do Ensino Fundamental
0501 - 33900000 - Aplicações Diretas
0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos - Educação R\$ 160.000,00
0501 - 44900000 - Aplicações Diretas
0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos - Educação R\$ 240.000,00
0501 - 45900000 - Aplicações Diretas
0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos - Educação R\$ 100.000,00

0501.012.365.0096.2053 - Manutenção da Educação Infantil Creche
0501 - 31900000 - Aplicações Diretas
0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos - Educação R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 12 DE NOVEMBRO DE 2014
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI
Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3005 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 3005 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014
Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1631 de 12 de Novembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401.015.452.0054.2025 - Conservação dos Serviços Urbanos
0401 - 3390000 - Aplicações Diretas
0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 70.000,00

0403 - GERÊNCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM
0403.026.782.0060.2029 - Conservação de Estradas Municipais
0403 - 33900000 - Aplicações Diretas
0403 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

0900 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE
0901 - GERÊNCIA DE AGRICULTURA
0901.020.606.0151.2078 - Assistência ao Produtor Rural
0901 - 3390000 - Aplicações Diretas
0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 80.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), dos seguintes programas e verba abaixo discriminados:

0200 - GABINETE DO PREFEITO
0201 - GABINETE DO PREFEITO
0201.004.124.0024.2009 - Gerenciamento do Controle Interno
0201 - 33900000 - Aplicações Diretas
0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00
0201 - 44900000 - Aplicações Diretas
0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
0304.028.846.0170.0082 - Pagamento de servidores inativos
0304 - 31900000 - Aplicações Diretas
0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0304.028.846.0170.0083 - Contribuição ao PASEP
0304 - 33900000 - Aplicações Diretas
0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 60.000,00

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401.006.182.0041.2018 - Apoio ao Corpo de Bombeiros
0401 - 33500000 - Transferências a Inst. Privadas sem fins Lucrativos
0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00
0401 - 44500000 - Transferências a Inst. Privadas sem fins Lucrativos

0401 - 10000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 5.000,00

0401.015.41.0050.1021 - Revitalização Urbana

0401 - 44900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 20.000,00

0900 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

0901 - GERÊNCIA DE AGRICULTURA

0901.020.606.0151.2077 - Apoio a Aqüicultura do Município

0901 - 31900000 - Aplicações Diretas

0901 - 10000 - Recursos Ordinários
.....R\$ 5.000,00

0901 - 33900000 - Aplicações Diretas

0901 - 10000 - Recursos Ordinários
.....R\$ 35.000,00

0901 - 44900000 - Aplicações Diretas

0901 - 10000 - Recursos Ordinários
.....R\$ 20.000,00

0800 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

0801 - GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO

0801.016.482.0071.1069 - Apoio a Construção de Casas Populares

0801 - 33900000 - Aplicações Diretas

0801 - 10000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 10.000,00

0801 - 44900000 - Aplicações Diretas

0801 - 10000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 10.000,00

0801 - 45900000 - Aplicações Diretas

0801 - 10000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,

EM 12 DE NOVEMBRO DE 2014

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3006 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 3006 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1632 de 12 de Novembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 125.000,00 (Cento e vinte e cinco mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.365.0096.2053 - Manutenção da Educação Infantil Creches

0501 - 31900000 - Aplicações Diretas

0501 - 11800 - Transferências do FUNDEB (aplic.prof)
..... R\$ 125.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 125.000,00 (Cento e vinte e cinco mil reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0082.1042 - Aquisição de Ônibus Escolares

0501 - 44900000 - Aplicações Diretas

0501 - 11900 - Transferências do FUNDEB (outras aplic.)
..... R\$ 27.000,00

0501.012.365.0091.2049 - Manutenção da Educação Infantil Pré-Escola

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 11900 - Transferências do FUNDEB (aplic.prof)
.....R\$ 83.000,00

0501.012.365.0097.1054 - Construção e Ampliação de Creches Municipais

0501 - 44900000 - Aplicações Diretas

0501 - 11900 - Transferências do FUNDEB (aplic.prof)
.....R\$ 15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,

EM 12 DE NOVEMBRO DE 2014

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI

Gerente de Gabinete

ATA 1/2014 - REAJUSTE FINANCEIRO DO COMBUSTÍVEL

ADITIVO DE VALOR - equilibrio economico-financeiro - DIESEL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 2/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL / REGISTRO DE PREÇO Nº. 1/2014- MULTIENTIDADE

registro de preço

Aos dezesete dias do mês de Novembro do ano de 2014, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, CPF nº. 399.964.099-53, Cédula de Identidade nº. 488.606-2, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, e o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05 e pela Sra. SUZANE E. F. REINKE, brasileira, casada, CPF nº. 468.882.339-87 e RG nº. 1.131.963-1, doravante denominados simplesmente de CONTRATANTES, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 2/2014 - Pregão Presencial Nº. 1/2014 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Fornecimento de combustíveis "óleo diesel e gasolina comum"

para abastecimento da frota do serviço público municipal para suprir as necessidades da Prefeitura de Massaranduba e do Fundo Municipal da Saúde de Massaranduba.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO EQUILIBRIO ECONOMICO E FINANCEIRO

2.1. Segue abaixo o realinhamento de preços, conforme solicitação e Parecer Jurídico nº. 124/2014, anexos a esta ata.

DO VALOR REGISTRADO ANTERIOR AO AUMENTO				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Marca	Valor Unitário litro
01	DUMASZAK COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRO-LEO LTDA	Óleo Diesel S500	Ipiranga e Petrobrás	R\$ 2,34
02	DUMASZAK COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRO-LEO LTDA	Óleo Diesel S10	Ipiranga e Petrobrás	R\$ 2,44

MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Marca	Valor Unitário litro com reajuste
01	DUMASZAK COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRO-LEO LTDA	Óleo Diesel S500	Ipiranga e Petrobrás	R\$ 2,48
02	DUMASZAK COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRO-LEO LTDA	Óleo Diesel S10	Ipiranga e Petrobrás	R\$ 2,5502

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata esta deu origem a este aditivo.

4.2 Integram esta Ata, o Edital de Processo Licitatório Nº. 2/2014 - Pregão Presencial Nº. 1/2014, e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado.

4.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

4.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 17 de Novembro de 2014.

MARIO FERNANDO REINKE	SUZANE E. F. REINKE
PREFEITO MUNICIPAL	FUNDO MUN DE SAÚDE DE MASSARANDUBA
Contratante	Gestora

DUMASZAK COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
LUIZ ANTONIO BOGO
CPF: 487.445.309-00

ATA 18/2014 - ADITIVO QUANTIDADE - OLEO LUBRIFICANTE

ADITIVO DE QUANTIDADE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 18/2014

Processo Licitatório Nº. 51 / 2014

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 28 / 2014 - MULTIENTIDADE

Aos dezessete dias do mês de Novembro do ano de 2014, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05 neste ato representado pela gestora Sra. SUZANE E. F. REINKE, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 51/2014 - Pregão Presencial nº. 28/2014 - PMM, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para contratação de empresa que forneçam óleo lubrificante e diversos filtros para a manutenção da frota veicular municipal.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Aquisição de óleo lubrificante e diversos filtros para a manutenção da frota veicular municipal, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

1.2. Este aditivo deu-se em virtude da quantidade estima não ser o suficiente para suprir as necessidades estimadas no processo licitatório. Segue abaixo as especificações e quantitativos aditados.

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde licitada	Qtde aditivada	R\$ unit.	R\$ total
00053	AGRICOPEL COM. DERIV. DE PETROLEO LTDA	LUBRIFICANTE HIDRÁULICO DE ALTA PERFORMANCE QUE ATENDA A ESPECIFICAÇÃO DIN 21524 PARTE 2 TIPO HPL (ISSO VG 46), PARA USO EM PC 215 - HID. NEW HOLLAND.BALDE COM 20 LITROS.	UNID	MANN	12	3	R\$ 185,00	R\$ 555,00

1.3. O valor estimado para o citado aditivo será de R\$ 555,00 (quinhentos e cinquenta e cinco reais)

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. Integram esta Ata, o Edital de Processo Licitatório nº. 51/2014, e as propostas das empresas classificadas no certame acima mencionado.

2.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

2.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 17 de Novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA	AGRICOPEL COM. DERIV. DE PETR. LTDA
MÁRIO FERNANDO REINKE	MOACIR HORSTMANN
Prefeito	Contratada

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 39/2014 - FMS - ERRATA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 39/2014 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO Nº. 29/2014 - FMS

ERRATA

No PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 39/2014 - FMS, PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO Nº. 29/2014 - FMS, ONDE SE LÊ:

"18.1.3 Entregar os objetos licitados rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas, após solicitação através de ordem de serviço, na sede do Pronto Atendimento e nos Postos de Saúde ora designados pela municipalidade, de segunda a sexta feira, das 07h00min às 12h e das 13h00min às 17h, devendo ser expedida a nota fiscal;"

LEIA-SE:

"18.1.3 Entregar os objetos licitados rigorosamente dentro do prazo de no máximo 48 (quarenta e oito) horas, após solicitação através de ordem de serviço, na sede do Pronto Atendimento e nos Postos de Saúde ora designados pela municipalidade, de segunda a sexta feira, das 07h00min às 12h e das 13h00min às 17h, devendo ser expedida a nota fiscal;"

E para que ninguém alegue desconhecimento, é a presente Errata publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, afixada no Mural de Avisos da Prefeitura Municipal de Massaranduba, e disponibilizada no site oficial: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba (SC), 18 de novembro de 2014.

CIRIO MARTINI

Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº. 094/2014**

PORTARIANº094/2014

17/11/2014

Mauro Bramorski, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 51, inciso II do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba:

RESOLVE:**NOMEAR A COMISSÃO PARA REAVALIAÇÃO DE BENS**

Art. 1º. Nomear os senhores citados abaixo como membros da Comissão para Avaliação e Reavaliação dos Bens Patrimoniais da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Massaranduba.

Presidente : Almir Trevisani

Equipe de Apoio : Dionisio Kemczynski

Equipe de Apoio : Marilu Maiochi Ziehlsdorff

Equipe de Apoio : Valeria Hochsprung

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC),
EM 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

Mauro Bramorski

Presidente

Publicado no Expediente da data supra

Dionisio Kemczynski

Contador

Meleiro**PREFEITURA****PORTARIA N.º 443/2014**

PORTARIA n.º 443/2014

DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT 1º DA PORTARIA Nº 344/2014, de 15 de Setembro de 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1.º Dar nova redação ao caput do artigo 1º da Portaria nº 344/2014, de 15 de Setembro de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), de 16 de Setembro de 2014, edição 1572, pg 387, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATAR

"Art. 1.º A Senhorita PATRICIA BORGES, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, em substituição à servidora Elines Lambertes Gonçalves, no Centro de Educação Infantil Pato Donald, em virtude do pedido de exoneração da servidora Franciele Bendo Nazário."

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 16/09/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Novembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 444/2014

PORTARIA nº 444/2014

TRATA DA PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, e Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º A Portaria de nº 209/2014, do Senhor JEAN MARCOS CORDEIRO XAVIER DE MOURA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Novembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

EXTRATO ADITIVO Nº 001/2014 - AO CONTRATO Nº 003/2014

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA A FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2014
(CONTRATO n.º 003/2014)

ADITIVO DE ACRÉSCIMO nº 001/2014 AO CONTRATO n.º 003/2014

Primeiro Termo Aditivo que entre si celebram a FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Centro- Meleiro - SC, inscrita no CNPJ nº. 01.896.727/0001-61 representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. JONNEI ZANETTE, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA, com a sua sede localizada a Rodovia SC 447, Bairro Sapiranga, município de Meleiro/SC, inscrita no CNPJ número sob o nº 07.551.295/0004-86, neste ato representado pelo seu Sócio Gerente o Senhor LUIS CARLOS FAGUNDES FILHO portador do CPF sob o número 004.728.650-48, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, já qualificadas no Contrato original, tem justo e acordado o ACRÉSCIMO do preço do óleo diesel contratado, de acordo com o Pregão Presencial n.º 063/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL e ÓLEO DIESEL S10), PARA O EXERCÍCIO DE 2014, conforme especificado abaixo, para suprimento da frota de veículos e máquinas desta municipalidade, correspondente ao item 01 e da nova redação da cláusula sexta do contrato original, dentro dos limites e forma do artigo 65, parágrafo 1º da Lei nº. 8.666/93 e artigo 65, I, letra B do mesmo diploma legal, por interesse público e feito amigavelmente pelas partes contratantes em face do necessário fornecimento do produto contratado.

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO ATUAL
ITEM 02 - ÓLEO DIESEL	Lts	4.000	R\$ 2,045
ITEM 03 - ÓLEO DIESEL S10	Lts	6.000	R\$ 2,345

CLAUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Fica reajustado o ITEM 02 - ÓLEO DIESEL em R\$ 0,1336 (treze centavos e trinta e seis décimos) por litro com o saldo restante de 4.000 (quatro mil) litros de óleo diesel.

Fica reajustado o ITEM 03 - ÓLEO DIESEL S10 em R\$ 0,1501 (quinze centavos e um décimo) por litro com o saldo restante de 1.000 (um mil) litros de óleo diesel S10.

O valor global deste Termo Aditivo é de R\$ 11.209,50 (onze mil duzentos e nove reais e cinquenta centavos).

CLAUSULA TERCEIRA

As partes estabelecem de comum acordo que o presente Termo Aditivo faz parte integrante ao Contrato original e que as demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E por assim, estarem justos os contratados, após lido e achado de conformidade, para que surta seus efeitos jurídicos legais, firmamos o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Meleiro/SC, 10 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO - CONTRATANTE

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA
CONTRATADO

Testemunhas:

a) _____

CPF n.º _____

b) _____

CPF n.º _____

EXTRATO ADITIVO Nº 001/2014 - AO CONTRATO Nº 004/2014

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA A FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2014
(CONTRATO n.º 004/2014)

ADITIVO DE ACRÉSCIMO nº 001/2014 AO CONTRATO n.º 004/2014

Primeiro Termo Aditivo que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Centro-Meleiro - SC, inscrita no CNPJ nº. 82.837.741/0001-96 representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. JONNEI ZANETTE, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA, com a sua sede localizada a Rodovia SC 447, Bairro Sapiranga, município de Meleiro/SC, inscrita no CNPJ número sob o nº 07.551.295/0004-86, neste ato representado pelo seu Sócio Gerente o Senhor LUIS CARLOS FAGUNDES FILHO portador do CPF sob o número 004.728.650-48, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, já qualificadas no Contrato original, tem justo e acordado o ACRÉSCIMO do preço do óleo diesel contratado, de acordo com o Pregão Presencial n.º 063/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL e ÓLEO DIESEL S10), PARA O EXERCÍCIO DE 2014, conforme especificado abaixo, para suprimento da frota de veículos e máquinas desta municipalidade, correspondente ao item 01 e da nova redação da cláusula sexta do contrato original, dentro dos limites e forma do artigo 65, parágrafo 1º da Lei nº. 8.666/93 e artigo 65, I, letra B do mesmo diploma legal, por interesse público e feito amigavelmente pelas partes contratantes em face do necessário fornecimento do produto contratado.

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO ATUAL
ITEM 02 - ÓLEO DIESEL	Lts	176.000	R\$ 2,045
ITEM 03 - ÓLEO DIESEL S10	Lts	84.000	R\$ 2,345

CLAUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Fica reajustado o ITEM 02 - ÓLEO DIESEL em R\$ 0,1336 (treze centavos e trinta e seis décimos) por litro com o saldo restante de 66.000 (sessenta e sei mil) litros de óleo diesel.

Fica reajustado o ITEM 03 - ÓLEO DIESEL S10 em R\$ 0,1501 (quinze centavos e um décimo) por litro com o saldo restante de 29.000 (vinte e nove mil) litros de óleo diesel S10.

O valor global deste Termo Aditivo é de R\$ 216.145,50 (duzentos e dezesseis mil cento e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos).

CLAUSULA TERCEIRA

As partes estabelecem de comum acordo que o presente Termo Aditivo faz parte integrante ao Contrato original e que as demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E por assim, estarem justos os contratados, após lido e achado de conformidade, para que surta seus efeitos jurídicos legais, firmamos o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Meleiro/SC, 10 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO - CONTRATANTE

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA
CONTRATADO

Testemunhas:

a) _____
CPF n.º _____

b) _____
CPF n.º _____

EXTRATO ADITIVO Nº 002/2014 - AO CONTRATO Nº 002/2014

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA A FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2014
(CONTRATO n.º 002/2014)

ADITIVO DE ACRÉSCIMO n.º 002/2014 AO CONTRATO n.º 002/2014

Segundo Termo Aditivo que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Centro- Meleiro - SC, representada pelo seu Prefeito Municipal o Sr. JONNEI ZANETTE, inscrita no CNPJ sob o número 01.896.727/0001-61 representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. JONNEI ZANETTE, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa AUTO POSTO MELEIRO LTDA, com a sua sede localizada a Rodovia Oracídio Olivo, nº 60, Bairro Zanette, município de Meleiro/SC, inscrita no CNPJ número sob o nº 02.849.638/0001-27, neste ato representado pelo seu sócio JOÃO GUILHERME VALIM OLIVO portador do CPF sob o número 041.308.919-36, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, já qualificadas no

Contrato original, tem justo e acordado o ACRÉSCIMO do preço da gasolina contratada, de acordo com o Pregão Presencial n.º 063/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (ÓLEO DIESEL E GASOLINA), PARA O EXERCÍCIO DE 2014, conforme especificado abaixo, para suprimento da frota de veículos e máquinas desta municipalidade, correspondente ao item 01 e da nova redação da cláusula sexta do contrato original, dentro dos limites e forma do artigo 65, parágrafo 1º da Lei nº. 8.666/93 e artigo 65, I, letra B do mesmo diploma legal, por interesse público e feito amigavelmente pelas partes contratantes em face do necessário fornecimento do produto contratado.

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE LICITADA	PREÇO UNITÁRIO
Gasolina	Lts	19.000	R\$ 2,91

CLAUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Fica reajustado o ITEM 01 em R\$ 0,06 (seis centavos) por litro com o saldo restante de 5.900 (cinco mil e novecentos) litros de gasolina.

O valor global deste Termo Aditivo é de R\$ 17.523,00 (dezessete mil quinhentos e vinte e três reais).

CLAUSULA TERCEIRA

As partes estabelecem de comum acordo que o presente Termo Aditivo faz parte integrante ao Contrato original e que as demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E por assim, estarem justos os contratados, após lido e achado de conformidade, para que surta seus efeitos jurídicos legais, firmamos o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Meleiro/SC, 18 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO - CONTRATANTE

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

AUTO POSTO MELEIRO LTDA
CONTRATADO

Testemunhas:

a) _____
CPF n.º _____

b) _____
CPF n.º _____

EXTRATO ADITIVO Nº 002/2014 - AO CONTRATO Nº 003/2014

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA A FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2014
(CONTRATO n.º 003/2014)

ADITIVO DE ACRÉSCIMO n.º 002/2014 AO CONTRATO n.º 003/2014

Segundo Termo Aditivo que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Centro-Meleiro - SC, inscrita no CNPJ nº. 82.837.741/0001-96 representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. JONNEI ZANETTE, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa AUTO POSTO MELEIRO

LTDA, com a sua sede localizada a Rodovia Oracício Olivo, nº 60, Bairro Zanette, município de Meleiro/SC, inscrita no CNPJ número sob o nº 02.849.638/0001-27, neste ato representado pelo seu sócio JOÃO GUILHERME VALIM OLIVO portador do CPF sob o número 041.308.919-36, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, já qualificadas no Contrato original, tem justo e acordado o ACRÉSCIMO do preço da gasolina contratada, de acordo com o Pregão Presencial n.º 063/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (ÓLEO DIESEL E GASOLINA), PARA O EXERCÍCIO DE 2014, conforme especificado abaixo, para suprimento da frota de veículos e máquinas desta municipalidade, correspondente ao item 01 e da nova redação da cláusula sexta do contrato original, dentro dos limites e forma do artigo 65, parágrafo 1º da Lei nº. 8.666/93 e artigo 65, I, letra B do mesmo diploma legal, por interesse público e feito amigavelmente pelas partes contratantes em face do necessário fornecimento do produto contratado.

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE LICITADA	PREÇO UNITÁRIO ATUAL
ITEM 01 - Gasolina	lts	16.000	R\$ 2,91

CLAUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Fica reajustado o ITEM 01 em R\$ 0,06 (seis centavos) por litro com o saldo restante de 1.960 (um mil novecentos e sessenta) litros de gasolina.

O valor global deste Termo Aditivo é de R\$ 5.821,20 (cinco mil oitocentos e vinte e um reais e vinte centavos).

CLAUSULA TERCEIRA

As partes estabelecem de comum acordo que o presente Termo Aditivo faz parte integrante ao Contrato original e que as demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E por assim, estarem justos os contratados, após lido e achado de conformidade, para que surta seus efeitos jurídicos legais, firmamos o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Meleiro/SC, 18 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO - CONTRATANTE

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

AUTO POSTO MELEIRO LTDA
CONTRATADO

Testemunhas:

a) _____

CPF n.º _____

b) _____

CPF n.º _____

Morro da Fumaça

PREFEITURA

EDITAL DE LEILAO 109/2014

Município de Morro da Fumaça. Edital de LEILAO 109/2014. Objeto: Alienação de bens inservíveis (veículo) à Administração Municipal, conforme anexo. Data: 19/12/2014 às 09:30. Local: Secretaria de Obras, Rua Emilio Frasson, Bairro Monte Verde, neste município.

Michel Antônio Maccari

Secretário de Finanças.

DECRETO Nº 106/2014

DECRETO Nº 106/2014, em 18 de Novembro de 2014.

DECLARA INSERVÍVEL O BEM MÓVEL QUE ESPECIFICA, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam considerado inservível para uso da administração, o bem a seguir descrito, de propriedade do patrimônio da Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça/SC:

- 01 camioneta, Marca/Modelo Fiat Ducato MC TCA MIS, Ano 2012/2013, Placa MJW 1134, CHASSI 93W245H34D2096958, RENAVAM 473370670, COR branca.

Art. 2º - Fica o setor de Patrimônio autorizado a proceder a baixa patrimonial do bem descrito no artigo 1º, após eventual alienação do mesmo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,

em 18 de Novembro de 2014.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

DECRETO 732 FIXA VALOR DA UFM PARA 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 732 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014
FIXA O VALOR DA UFM - UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO - PARA O ANO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto no § 1º do artigo 396 da Lei Complementar n.º 6 de 31 de dezembro de 2002 e no § 2º do artigo 97 do Código Tributário Nacional,

CONSIDERANDO que, de acordo com o IBGE, o índice acumulado de 12 meses do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - até o mês de outubro de 2014 é de 6,59%,

DECRETA:

Art. 1º Os tributos, os preços públicos e as multas municipais serão atualizados monetariamente em 1º de janeiro de 2015 pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado IPCA, acumulado nos doze meses até 31 de outubro de 2014.

Art. 2º Fica fixado em R\$ 121,78 (cento e vinte e um reais e setenta e oito centavos) o valor da UFM - Unidade Fiscal do Município - a partir de 1º de janeiro de 2015, corrigido com base no índice do artigo anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES,
17 DE NOVEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO 733 FIXA PRAZO PARA PAGAMENTO DO IPTU 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 733 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014
FIXA O PRAZO PARA PAGAMENTO DO IPTU E SUAS TAXAS REFERENTES AO ANO DE 2015, COM SEUS RESPECTIVOS DESCONTOS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 60, III da Lei Orgânica do Município e o artigo 237 da lei complementar n.º 6 de 31/12/2002,
DECRETA:

Art. 1º O vencimento da parcela única do IPTU e suas taxas referentes ao exercício de 2014 fica fixado conforme segue:

I - Pagamento até 31/1/2015: desconto de 20% (vinte por cento);
II - Pagamento até 28/2/2015: desconto de 15% (quinze por cento);

III - Pagamento até 31/3/2015: desconto de 10% (dez por cento).

Art. 2º Para o contribuinte que optar pelo pagamento do IPTU e suas taxas referentes ao exercício de 2015 em parcelas, poderá fazê-lo em até 10 (dez) vezes, com pagamento da primeira parcela até a data de 31/03/2015, sem multas ou juros.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de Novembro de 2014.
Benilde Perão SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 214/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
TOMADA DE PREÇO Nº 214/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE QUADRO DE COMANDO PARA 2 (DUAS) BOMBAS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO RESERVATÓRIO APOIADO DE 2000 M³, LOCALIZADO NA RUA RODOLFO GAIR, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 04/12/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 04/12/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n.º.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 18 de novembro de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 215/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 215/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MOCHILAS ESCOLARES, DEVIDAMENTE PERSONALIZADAS, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL), ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 01/12/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 01/12/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 18 de novembro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DESENAVE, REALIZADA EM 06/09/2013

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DESENAVE REALIZADA EM 06/09/2013.

Ata de reunião ordinária do Conselho de Desenvolvimento Econômico, aos seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze. Foi aberta a reunião e em primeira chamada verificado o quórum mínimo para instalação, funcionamento e deliberações dos trabalhos do Conselho, conforme consta em lista de presença. O Presidente cumprimenta a todos os presentes, passando a palavra ao Arquiteto Antonio Fontenele, que fará a apresentação da empresa Makro Central de Aviamentos LTDA. O Arquiteto Antonio inicia falando que foi contratado pela empresa, para escolher um terreno às margens da BR-470 e conduzir o processo técnico de implantação física de filial, que tem sua matriz localizada no Estado do Rio Grande do Sul. De todos os municípios tidos como opção, foi escolhido o município de Navegantes, visto que está em franca expansão. Após, o Arquiteto Antonio apresenta o Sr. Adilso Librelotto, Diretor Executivo da empresa e o Sr. Sidnei Viana Santos, Gerente de Patrimônio. Em seguida passa à apresentação da empresa que atua no setor de aviamentos e tecidos, sendo que os produtos são importados basicamente da China e distribuídos para todo o Brasil. A empresa tem um Centro de Distribuição em Canoas e possui algumas lojas e filiais na região Sul, em São Paulo, Rio de Janeiro e Vitória. Atualmente possui um galpão alugado em Itajaí, aonde são conferidos os produtos que chegam através dos Portos de Itajaí e Navegantes. A principal atividade da empresa é a importação de insumos, para confecção de roupas e distribuição em todo o país. A implantação da engenharia da obra, não traz nenhuma novidade, estando a mão-de-obra local apta à trabalhar nesta obra. Inicialmente será construída uma área de 3.600 m² de galpão, para uso próprio da empresa e em uma segunda fase de ampliação serão construídos mais 3.600 m² de galpão, ampliando a capacidade de armazenamento da empresa. O terreno permite a construção de mais 14.000 m² de galpão para ofertar à locação de outras empresas. No futuro, existe a pretensão de construir uma loja para venda de aviamentos para a região, atraindo também excursões de outros estados. O terreno está situado na BR-470, Km 13, Bairro Areias. Há a previsão de instalação de uma estação de tratamento de esgoto em uma área de 300 m², para tratamento de efluentes. O terreno possui 235 metros de frente por 450 metros de fundo aproximadamente. A previsão é de que a empresa fature em torno de R\$ 80.000.000,00 por ano e as despesas são estimadas em R\$ 5.000.000,00. A empresa será implantada com recursos próprios. Ainda, apresentou a estrutura de organização funcional da empresa, apontando como pontos

positivos a oferta de emprego para profissionais locais e toda a movimentação econômica que a empresa trará ao município. O início da obra está previsto para o mês de Novembro deste ano, o término para Julho de 2014 e à partir de 2015 será iniciado o processo de expansão. As medidas de promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida estão contempladas no projeto. Foi contratada empresa de licenciamento ambiental que está dando assessoria para emitir todas as licenças ambientais exigidas por lei. Segundo o Sr. Adilso a empresa tem recolhimento de ICMS em média de quase R\$ 3.000.000,00 por ano, somente na filial de Itajaí. Até 2016 serão investidos quase R\$ 100.000.000,00 nesta obra. A mão-de-obra será local, tanto na construção dos galpões, como na parte operacional. A empresa contrata entidades para qualificação de seus funcionários e fornece bolsa de auxílio aos estudos. Serão 120 novos empregos diretos quando os dois galpões estiverem construídos. À seguir, passa aos requerimentos, conforme previsão contida no artigo 7º, incisos I, III, IV e V e artigo 8º, incisos I ao VI, da Lei Complementar nº. 124/2011. Após a apresentação, o Presidente abre espaço para perguntas ou esclarecimentos. O Conselheiro João Goedert questiona quantos funcionários trabalham em Itajaí atualmente. Sr. Adilso responde que há somente um gerente e a parte logística fica à cargo de empresa contratada. O Conselheiro Cirino questiona se haverá alguma produção química e o Sr. Adilso responde que não, ali será feita somente a entrega e distribuição de mercadorias. Finalizando a apresentação, o Sr. Adilso comenta que está no ramo há quarenta e dois anos, a Makro é uma empresa séria, não possui dívida com fornecedores e governo. Por fim, agradece a atenção de todos. Após, o Presidente dispensa os representantes da empresa e convida os Conselheiros para o início da votação dos incentivos econômicos e benefícios fiscais que serão concedidos à empresa: os incentivos econômicos dispostos no artigo 7º da Lei 124/2011 ficarão condicionados à disponibilidade do poder público no momento em que forem requeridos. Quanto aos benefícios fiscais, foi deliberado da seguinte forma: a isenção do ITBI não se aplica, visto que o terreno já foi adquirido; isenção de oitenta por cento do IPTU, pelo prazo de cinco anos; isenção de cinquenta por cento da contribuição de melhoria, caso haja necessidade no prazo de cinco anos; isenção de oitenta por cento da taxa de licença para execução da obra; isenção de sessenta por cento do ISS, pelo prazo de cinco anos; e, isenção de oitenta por cento da taxa de licença para localização e verificação de funcionamento regular de estabelecimento, pelo prazo de cinco anos. Após, o Conselheiro Diego pediu que fosse feito registro, de que conforme já comentado em reuniões anteriores, não caberia isenção da contribuição de melhoria, já que nela existe uma contrapartida proporcional ao benefício, que em seu entendimento não se aplica neste caso. A seguir o Presidente solicitou que fosse feita a eleição do vice-presidente, sendo eleito o Conselheiro João Goedert. Como primeira Secretária foi nomeada a Sra. Carla Pires Rocha e como segundo Secretário o Conselheiro Paulo Celso Mafra. Assim, finalizando a reunião o Presidente agradece a presença de todos. Eu, Carla Pires Rocha, lavrei a presente Ata que deverá ser enviada a todos os membros por e-mail, aprovada e assinada pelo Presidente. Estiveram presentes na reunião: Sr. Antônio Carlos Carmona, Sr. Sidnei Milani, Sr. Leonardo Silva Viana, Sr. Charles Alberto Passos, Sr. Paulo Celso Mafra, Sr. Gian Thiago Moro, Sra. Janice Freygang, Sr. Rinaldo Luiz de Araújo, Sr. Libardoni Fronza, Sr. Diego de Paula, Sr. Ivo Carlos Hoemke, Sr. Hércules Kolher, Sr. João Goedert, Sr. Fábio João Jovita, Sr. Cirino Adolfo Cabral Neto, Sr. José Carlos Fantini, Sr. Paulo Roberto Sems, Sr. Adilso Librelotto, Sr. Sidnei Viana Santos e Sr. Antonio Fontenele.

Carla Pires Rocha

1ª Secretária

Antônio Carlos Carmona

Presidente

PORTARIA 3122 EXONERA CHEFE DE JUNTA MÉDICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 3122 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA COORDENADOR DE JUNTA MÉDICA QUE ESPECIFICA,
A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar n º 153 de 25/5/2012,

RESOLVE:

I EXONERAR o servidor Deoclécio Marioto da função de Chefe da Junta Oficial de Perícia Médica do Município de Navegantes a partir de 18/11/2014, A PEDIDO.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3123 EXONERA MEMBRO DE JUNTA MÉDICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 3123 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA COORDENADOR DE JUNTA MÉDICA QUE ESPECIFICA,
A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar n º 153 de 25/5/2012,

RESOLVE:

I EXONERAR o servidor Rafael Moreira da Silva da função de Membro da Junta Oficial de Perícia Médica do Município de Navegantes a partir de 18/11/2014, A PEDIDO.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DESENAVE - RESOLUÇÃO Nº. 05/2014

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE NAVEGANTES

RESOLUÇÃO Nº 05/2014

O Conselho de Desenvolvimento Econômico de Navegantes - DESENAVE - reunido em 06/09/2013, de acordo com o art. 8º da Lei Complementar nº 124 de 02 de dezembro de 2011, resolve conceder à empresa MAKRO CENTRAL DE AVIAMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 00.460.986/0005-06:

Art. 1º - Conceder isenção de 80% (oitenta por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, a partir do próximo ano exercício, pelo período de cinco anos.

Art. 2º - Conceder isenção de 50% (cinquenta por cento) na contribuição de melhoria, se houver, nos próximos cinco anos.

Art. 3º - Conceder isenção de 80% (oitenta por cento) da taxa de licença para execução da obra.

Art. 4º - Conceder isenção de 60% (sessenta por cento) do Imposto Sobre Serviços - ISS, pelo período de cinco anos, a contar da data de expedição do alvará de funcionamento, respeitando-se sempre o limite do artigo 88 do ADCT (mínimo de 2%).

Art. 5º - Conceder isenção de 80% (oitenta por cento) da taxa de licença para localização e verificação de funcionamento regular de estabelecimento, pelo período de cinco anos, a contar do início das atividades.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES,
17 DE NOVEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
Prefeito Municipal

Antonio Carlos Romão Carmona
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Receita

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 206/2014.

Inexigibilidade PMN Nº 206/2014.

Processo: IL206/2014.

Data: 11/11/2014.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE ABRIGAMENTO EMERGENCIAL PARA A ADOLESCENTE D.M.C , NA INSTITUIÇÃO DE ACOlhIMENTO ESTRELA DE ISABEL , AFIM DE DAR CUMPRIMENTO A DETERMINAÇÃO JUDICIAL CONTIDA NOS AUTOS 0002480-03.2014.8.24.0135.

Empresa: INSTITUTO DE PESQUISA ATENDIMENTO DEFESA E ASSESSORIA ESTRELA DE ISABEL.

CNPJ: 13.616.700/0001-57.

Valor: R\$ 56.880,00 (cinquenta e seis mil oitocentos e oitenta reais).

Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 272/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 272/2014.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada: INSTITUTO DE PESQUISA ATENDIMENTO DEFESA E ASSESSORIA ESTRELA DE ISABEL.

Valor : R\$ 56.880,00 (cinquenta e seis mil oitocentos e oitenta reais).

Vigência : Início: 11/11/2014 Término: 11/11/2015.

Licitação : Inexigibilidade nº 206/2014.

Recursos : Dotação: 2.035 3.3.90.00.00.

Objeto : contratação de abrigo emergencial da adolescente D.M.C na instituição de acolhimento Estrela de Isabel, a fim de dar cumprimento á determinação judicial oriunda do processo judicial - autos nº 0002480-03.20.2014.8.24.0135, conforme Inexigibilidade nº206/2014.

Navegantes, 11 de Novembro de 2014.

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS 049/2014.

Dispensa de Licitação FMS nº 49/2014.

Processo: DL49/2014.

Data: 14/11/2014.

Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS CIRURGICOS PARA A PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE CORREÇÃO ÓSSEA DO FEMUR, A FIM DE PROCEDER O CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL, CONFORME ORDEM JUDICIAL EMANADA DOS AUTOS 0901450-05.2014.8.24.0135, QUE TRAMITA NA 2ª VARA CIVIL DA COMARCA DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: ORTOMEDICAL ORTOPÉDICA

CNPJ: 09.557.129/0001-70.

VALOR: R\$ 43.991,66.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMV023/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMV Nº 23/2014

PROCESSO: DL023/2014

Órgão: FUNDACAO MUNICIPAL DE VIGILANCIA DE NAVEGANTES.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO PARA LIMPEZA DAS VIATURAS E DEPENDÊNCIA (LAVA JATO E ASPIRADOR DE PÓ) PARA UTILIZAÇÃO DO 25º BATALHÃO DE POLICIA MILITAR DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: VALDIR DO AMARAL FILHO ME.

CNPJ 12.237.248/0001-50

VALOR: 1.219,00.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.

NAVEGANTESPREV

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 10/2014 AO CONTRATO N.º 004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DO MUN. NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 10/2014 - Contrato Nº: 05/2014

Contratante: INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DO MUN. NAVEGANTES

Contratada: TIPOTIL GRAFICA E EDITORA LTDA

Vigência... : Início: 25/09/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 04/2014

Objeto... : PRIMEIRO TERMO ADITIVO, CUJO OBJETO É O ADITAMENTO DOS ITENS 01, 02 E 03 NA ORDEM DE R\$ 478,30, R\$ 38,10 E 603,60 RESPECTIVAMENTE, CORRESPONDENTE A UM PERCENTUAL DE 14,31% (CATORZE VIRGULA TRINTA E UM POR CIENTO) E A SUPRESSÃO DO ITEM DE 4 NA ORDEM DE R\$ 1.120,00, CORRESPONDENTE A UM PERCENTUAL DE 14,31 % (CATORZE VIRGULA TRINTA E UM POR CIENTO) , PERMANECENDO O VALOR TOTAL DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES EM 04/07/2014 INALTERADO.

Nova Trento

PREFEITURA

RESULTADO DE HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 013/2014

Resultado do Julgamento da Habilitação - Processo Licitatório nº 110/2014 - Tomada de Preço nº 013/2014 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a aquisição parcelada de Material Pedagógico e de Escritório para utilização da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, houve a participação das seguintes empresas licitantes: ELMO PAPELARIA LTDA. ME (03.999.762/000131); ALEXANDRA DOS PASSOS - ME (12.260.623/0001-82); DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP (09.008.570/0001-00); E AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO INFORMÁTICA E PAPELARIA EIRELI (00.147.109/0001-56). Da análise da documentação decidiu a comissão: A) Habilitar todas as participantes para a fase de propostas e análise de amostras por atenderem ao solicitado no edital; B) Marcar a abertura das propostas e análise de amostras para dia 26/11/2014 as 14:00 horas. Concedida a palavra aos participantes, estes não manifestaram interesse em interpor recurso.

Nova Trento (SC), 18 de novembro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

AVISO DE CANCELAMENTO - PP 076/2014

AVISO DE CANCELAMENTO

A Comissão Permanente de Licitação comunica que o processo referente ao Edital nº 123/2014 - Pregão Presencial nº 076/2014, que tem por objeto a aquisição parcelada de 600 (seiscentos) litros de larvícida biológico - BTI, com potência mínima de 1.200 UTI/MG e/ou potência mínima 3.000 UAA/MG, concentração mínima de 1,6% de princípio ativo e validade mínima de 12 meses, destinado ao controle do simulídeo (mosquito borrachudo). O cancelamento foi definido tendo em vista a necessidade de se alterar o Edital em especial no que tange ao objeto licitado e ao valor máximo definido.

Novo edital será publicado oportunamente no Diário Oficial dos Municípios e no Jornal O Trentino.

Aprígio José Botameli

Pregoeiro

Novo Horizonte

PREFEITURA

RESULTADO DO PL FMS Nº 016/2014-TOMADA DE PREÇOS FMS Nº 002/2014

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 016/2014 - TOMADA DE PREÇOS FMS Nº 002/2014-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação, torna público que na licitação em epígrafe, cujo OBJETO é a seleção de proposta mais vantajosa para a contratação de empresa Especializada à execução de obra de engenharia para Ampliação e Readequação de salas da Unidade de Saúde do município de Novo Horizonte/SC, em regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, conforme Projetos, Memorial Descritivo, Orçamentos e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos III - VII e demais Anexos parte integrante deste edital. QUE na data de sua realização dia 18/11/2014 às 09:00, que houve a participação da única empresa PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, a qual pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, restou HABILITADA pela Comissão, quando do julgamento da documentação, estando HABILITADA para a fase subsequente, qual seja julgamento da proposta, que se dará nesta mesma data.

Novo Horizonte (SC), em 18 de Novembro de 2.014.

Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS - PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 016/2014 -TOMADA DE PREÇOS FMS Nº 002/2014- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação, torna público que na licitação em epígrafe, cujo OBJETO é a seleção de proposta mais vantajosa para a contratação de empresa Especializada à execução de obra de engenharia para Ampliação e Readequação de salas da Unidade de Saúde do município de Novo Horizonte/SC, em regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, conforme Projetos, Memorial Descritivo, Orçamentos e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos III - VII e demais Anexos parte integrante deste edital.. QUE quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇO, restou classificada pela Comissão, apresentando única proposta, sagrando-se VENCEDORA, a empresa PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, com o valor global de R\$ 46.944,51 (Quarenta e seis mil novecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e um centavos) estando o preço de acordo com o orçamento da Prefeitura.

Novo Horizonte (SC), em 18 de Novembro de 2.014.

Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 023/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 17/11/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES DE CÂMARAS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital;

CONTRATADO: SUL REAL COMÉRCIO DE PNEUS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.655,00 (Dois mil seiscentos e cinquenta e cinco reais)

Novo Horizonte, 17/11/2014
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

EXTRATO PL Nº 069/2014-PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
Processo Licitatório Nº 069/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2014
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: A presente licitação tem como objeto a AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE 05 (CINCO) TORRES METÁLICAS DE 30 (TRINTA) METROS DE ALTURA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO NO ANEXO IX A SEREM INSTALADAS NO MUNICÍPIO EM LOCAIS A SEREM DEFINIDOS PELA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 02/12/2014
O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 8:00 h as 11:30 h e 13:30h as 17:30 h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br.
Fundamentação legal: Lei 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 19 de Novembro de 2014.
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

Orleans**PREFEITURA****AVISO Nº 170/2014 RECAPEAMENTO ASFALTICO**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: TOMADA DE PREÇOS Nº 170/2014.

Tipo: Menor Preço/Global

Objeto: RECAPEAMENTO ASFALTICO DAS SEGUINTE RUAS: LEITE RIBEIRO, ANDRE SPRICIGO E VIDAL PEREIRA ALVES, CONFORME PROJETO.

Recebimento das Propostas: até o dia 05/12/2014 às 14h00m.

Abertura das Propostas: dia 05/12/2014, às 14h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

Orleans, 18 de Novembro de 2014.

Eduardo Bertoncini

Secretario de Administração

AVISO Nº 41.2014 SAUDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA DE ORLEANS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2014.

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA OS VEÍCULOS DA FROTA OFICIAL DA SECRETARIA DE SAÚDE CONFORME ANEXOS.

Recebimento das Propostas: até o dia 01/12/2014 às 13h45m.

Abertura das Propostas: dia 01/12/2014, às 14h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos nos seguintes endereços e horários:

- Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas,
- Telefone (48) 3886.0100,
- Email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou licitacao3@orleans.sc.gov.br
- Site www.orleans.sc.gov.br.

ORLEANS, 18 de Novembro de 2014.

ANA REGINA ZOMER

Secretaria de Saúde

ERRATA DO EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº014/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS/SC
PROCESSO SELETIVO N.º 014/2014

ERRATA DO EDITAL DE CONCURSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA Nº 014/2014

A Prefeitura Municipal de Orleans, junto à Secretaria Municipal de Educação por meio da Comissão de Concurso de Alteração de Carga Horária e Remoção, no uso de suas atribuições, publica ERRATA junto ao Edital de Concurso de Alteração de Carga Horária Nº 014/2014, para nele fazer constar que:

ONDE SE LÊ:

10. HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO CONCURSO

10.1. O resultado final do Concurso de Remoção será divulgado pela Secretaria Municipal de Educação no dia 26/11/2014, às 13h.

LEIA-SE:

10. HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO CONCURSO

10.1. O resultado final do Concurso de Alteração de Carga Horária será divulgado pela Secretaria Municipal de Educação no dia 26/11/2014, às 13h.

ORLEANS (SC), 18 de novembro de 2014.

Marco Antonio Bertoncini Cascaes

Prefeito Municipal

Elisabete Menegasso Bagio

Presidente da Comissão

DECLARAÇÃO RRE 5º BIMESTRE 2014**DECLARAÇÃO**

Declaro que foi devidamente publicado o Relatório Resumido de Execução Orçamentária do Município de ORLEANS, referente ao 5º Bimestre/2014, em atendimento ao disposto nos arts. 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, sendo que o referido relatório foi publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios, Mural de Atos Públicos da Prefeitura e no sítio da Prefeitura Municipal de Orleans, no endereço: http://orleans.sc.gov.br/2013/index.php?option=com_content&view=article&id=570&Itemid=857, na data de 17 de setembro de 2014.

Comprometo-me, sob as penas da Lei, a encaminhar, nesta data, uma via da presente declaração ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Por ser verdade, firmo o presente.

Orleans/SC, 18 de novembro de 2014.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

RICARDO LUIZ CASCAES SANDRINI

Técnico Contábil CRC/18.870

Palhoça**PREFEITURA****RELAÇÃO DOS CLASSIFICADAOS - EDITAL 02/2014 - TEMPORADA VERÃO**

CLASSIFICAÇÃO POR PONTOS ALCANÇADOS TEMPORADA DE VERÃO 2014/2015

PONTO FIXO - EDITAL 02/2014

Classificação	Nome	Pontos	Processo nº
1º	João José Pinheiro	135	23099/2014
2º	João Pereira	120	23131/2014
3º	Alcione Pereira	120	23262/2014
4º	Maria Edi Mota	105	23054/2014
5º	Luiz Carlos Luz (Indefirido)	090	23056/2014
6º	Valdemar Silveira Filho	090	23918/2014
7º	Zelita Aparecida Ribeiro	080	23271/2014
8º	Uilto Jose Silva da Rosa	080	23914/2014
9º	Dhaimom Conceição Barbosa	075	23437/2014
10º	Jean Rielton Vieira	075	24058/2014
11º	Kleber Gustavo Colombo Varela	070	23952/2014
12º	Marcelo Auerback	070	24009/2014
13º	Eva Eliza de Lima C. da Silva	070	23185/2014
14º	Vanilda Alaide da Silveira	070	23580/2014
15º	Ivamar Salet KRULIKOSKI	060	23186/2014
16º	Idezia Martins da Silveira	060	23782/2014
17º	Werley Caetano de Brito	060	24071/2014
18º	Jefferson Maia de Andrades	060	24133/2014
19º	Ariane de Abreu	060	23739/2014
20º	Claudionor da Silva	045	23386/2014
21º	Avanir Souza Moraes	040	23191/2014
22º	Robson Eduardo Garcia	040	23788/2014
23º	Débora Maier	040	24075/2014
24º			
25º			

RELAÇÃO DOS CLASSIFICADOS - EDITAL 03/2014 - TEMPORADA VERÃO

CLASSIFICAÇÃO POR PONTOS ALCANÇADOS TEMPORADA DE VERÃO 2014/2015

Licença para Ambulante (LA) - EDITAL 03/2014

Classificação	Nome	Pontos	Processo nº
1º	JOÃO OTAVIO MARQUES	130	23349/2014
2º	LUIZ RENATO SILVA DE SOUZA	100	24127/2014
3º	THAIS SALVO FERREIRA	075	23936/2014
4º	IVONE IZABEL GONCALVES	070	23933/2014
5º	VINICIUS FRANCA DE FREITAS	070	24123/2014
6º	ANDERSON ALVES	070	24076/2014
7º	PAULO ROBERTO DA SILVA JUNIOR	065	24029/2014
8º	JOÃO LUIS SILVA DE ANDRADE	065	23965/2014
9º	NARCIZO CORDEIRO DOS SANTOS	060	23698/2014
10º	JOSE CARLOS CONSTANTE	060	23969/2014
11º	MIKE STANCOWICH	060	23929/2014
12º	FABRICIO FEITOZA DOS SANTOS	060	23963/2014
13º	MARINA CLENI CRESCENCIO	060	23520/2014
14º	JOÃO ANTONIO AZEVEDO	060	24026/2014
15º	ZAIDA FOGAÇA DE SOUZA	060	23911/2014
16º	MARIA MARGARETE DA SILVA	060	23552/2014
17º	EMERSON PAULO DE CASTRO JUCA	060	23166/2014
18º	JONAS VINICIUS SALVADOR	060	23378/2014
19º	JOÃO ROBERTO DA SILVEIRA	060	24134/2014
20º	RUDY MARCOS MINELLI	055	23649/2014
21º	JOÃO PAULO VARELA DE MORAES	055	24079/2014
22º	RENATO MARCELO LIZE POSSAMAI	050	23379/2014
23º	JAIR DA SILVA VIEIRA E MARIA JOSETE	050	23101/2014
24º	RODRIGO LOZANO	045	23885/2014
25º	GELSON DOS SANTOS	045	23960/2014

CLASSIFICAÇÃO POR PONTOS ALCANÇADOS TEMPORADA DE VERÃO 2014/2015

Licença para Ambulante (LA) - EDITAL 03/2014

Classificação	Nome	Pontos	Processo nº
26º	PEDRO ELIAS GOES	045	23959/2014
27º	FABRICIO ARAUJO DOS SANTOS	045	23961/2014
28º	LUSMARINO GOES	045	23968/2014

29º	NIVERSON RIBEIRO BORGES	045	23966/2014
30º	WANEÇA GOES DE PAULA	045	23964/2014
31º	ADÃO LUIZ GOES	040	23967/2014
32º	JOÃO ADORNO FREITAS	040	24049/2014
33º	CHALES CESAR BAUZA	040	23925/2014
34º	ANDERSON GONÇALVES DA SILVA	040	23962/2014
35º	ODILIO SALOMÃO FELISBERTO	030	23265/2014
36º	FRANCISCA SILVA LIMA VARELA	030	23526/2014
37º			
38º			
39º			
40º			
41º			
42º			
43º			
44º			
45º			
46º			
47º			
48º			
49º			
50º			

CLASSIFICAÇÃO POR PONTOS ALCANÇADOS TEMPORADA DE VERÃO 2014/2015

Licença para Ambulante (LA) - EDITAL 03/2014

Classificação	Nome	Pontos	Processo nº
51º			
52º			
53º			
54º			
55º			
56º			
57º			
58º			
59º			
60º			
61º			
62º			
63º			
64º			
65º			
66º			
67º			
68º			
69º			
70º			

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º043/2014

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º043/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º043/2014 - contratante : MUNICÍPIO DE PALHOÇA - contratada pessoa física RETIFICA DE MOROTES CONTINENTE LTDA. OBJETO: aquisição de peças e serviços para manutenção preventiva e corretiva de veículos da frota da Secretaria de Saúde. VALOR: R\$ 7.062,28 (sete mil e sessenta e dois reais e vinte e oito centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 450 -17.001.2.142.3.3.90.00.00.00, 482-17.001.2.145.3.3.90.00.00.00, 508-17.001.2.142.3.3.90.00.00.00. DATA: 14/11/2014.

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 029

JULGAMENTO EM 1º GRAU AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL (AIA)	DO AUTO DE INFRAÇÃO AMBIEN- TAL Nº 029
--	--

PROCESSO ADMINISTRA- TIVO Nº:	4322-2014	DATA:24/02/2014
-------------------------------------	-----------	-----------------

QUALIFICAÇÃO DO AUTUADO

NOME: Carolina Selma Lima	CNPJ/ CPF:	081.958.369- 33	RG:	6.011.771
ENDERE- ÇO COR- RESP.:	Rua Emílio de Medeiros Goulart, nº405 – Pontal – Palhoça/ SC			
COM- PLE- MEN- TO:	Fds. da Oficina do Geraldo		CEP:	88.130- 000

LOCALIZAÇÃO E DATA DA INFRAÇÃO AMBIENTAL

LOCAL DA INFRA- ÇÃO:	Rua Emílio de Medeiros Goulart, s/nº – Pontal – Palhoça/SC			
COM- PLE- MEN- TO:	Fds da Oficina do Geraldo	INS- CRIÇÃO IMOBILIÁ- RIA:		
DATA DA LAVRATURA DO AIA: 13/08/2014	HORA DA LAVRATURA DO AIA:		13h:00	

JULGAMENTO EM 1º GRAU

Vistos e analisados os autos do processo administrativo, verificou-se que o autuado cometeu infração ambiental GRAVE e foi enquadrado no(s) artigo(s) 74 e 43 do Decreto Federal nº6.514/08.

Houve dano ambiental, qual seja, o aterro, vedação e edificação em área de preservação permanente sem a devida autorização e o responsável foi autuado pela fiscalização ambiental/ FCAM.

Assim, conclui-se:

Pela manutenção do auto de infração ambiental nº00407, fixando o valor da multa simples emR\$15.000,00 (quinze mil reais), a ser recolhido no prazo de 5 dias, a partir do recebimento desta notificação, sob pena de inscrição na dívida ativa do município, ou para apresentar recurso, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, conforme estabelecido no Decreto Federal nº 6.514/08, arts.127 a 130.

Deverá o autuado efetuar INTEGRAL e IMEDIATA desfazimento das obras erigidas.

Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE, E CONFIRMO AS PENALIDADES APLICADAS.

Expeça-se o competente Ofício, encaminhe-se ao infrator para tomar ciência das obrigações a ele aqui determinadas.

Palhoça, 14 de outubro de 2014.

AUTORIDADE JULGADORA EM 1ºGRAU

JOÃO BATISTA DOS SANTOS

Presidente

Fundação Cambirela de Meio Ambiente

CONVÊNIO Nº 039, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

CONVÊNIO Nº 039, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

Convênio que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social/CMDCA/FIA e o CERENE- Centro de Recuperação Nova Esperança

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, através da SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL/CMDCA/FIA, neste ato representado por seu gestor, Adriano Silva Mattos e através do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente -CMDCA /FIA inscrito no CNPJ - 18.246.064/0001-32, neste ato representado por seu Coordenador Geral, e de outro lado o CERENE - Centro de Recuperação Nova Esperança, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 79.372.108/0002-46, com sede na Rua Verde Vale, 600, CEP 88138-247, bairro Praia de Fora, Palhoça/SC, representado neste ato pelo seu Presidente Sr. Marcos Edwin Mey, inscrito no CPF/MF sob o nº 506.758.509-91, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 4.127, de 04 de novembro de 2014 e Decreto Legislativo nº 344 /2014, Lei nº 3.994, de 18 de março de 2014 - FIA. Dispõe sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio, o apoio efetivo do CMDCA/FIA na manutenção e custeio da implantação e execução do Projeto INCLUSÃO DIGITAL PARA UMA VIDA SEM DROGAS, visando proporcionar aos adolescentes um espaço de aprendizagem a partir de aulas de informática, com linguagem simples, objetiva, lúdica e ao mesmo tempo técnica, oportunizando o crescimento pessoal e também curricular. proporcionar também um espaço para a

transformação da própria condição. Este convênio trata-se do repasse de recurso do Fundo Municipal para Infância e Adolescência - FIA, Art. 4º Constituição patrimônio e receitas do Fundo: a) recursos financeiros específicos consignados na lei orçamentária anual do Município e os adicionais que a referida lei estabelecer no transcorrer de cada exercício (...), a ser utilizada para o financiamento ou co-financiamento de programas de defesa de direitos e de atendimento de crianças e adolescentes, executados por entidades sem fins lucrativos no Município de Palhoça, conforme o Plano de Ação e Aplicação CMDCA/ 2014 (Anexo I).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do presente Convênio o FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA, repassará a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), tendo como objetivo exclusivo a execução do objeto deste Convênio, conforme PLANO DE APLICAÇÃO E CRO-NOGRAMA DE DESEMBOLSO, apensados como Anexo I, parte integrante deste Convênio.

I - As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, no valor de total de R\$15.000,00 conforme dotação abaixo:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE
Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE
Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA
Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

II - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade única e exclusiva, de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, e atendido os interesses das partes integrantes deste Convênio.

III - Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Terceira, serão liberados pela PMP/FIA à CONVENIADA, conforme obrigações, onde seguem as determinações abaixo:

I - A aplicação do recurso deve refletir exatamente o que foi solicitado no Plano de Aplicação do Projeto apresentado, sendo terminantemente proibido este recurso ser aplicado de maneira diversa a aquela prevista na autorização do Chefe do Poder Executivo. Será solicitada a devolução de todo o recurso aplicado em desconformidade com o Plano de Aplicação;

II - Definido no cronograma de repasse dos recursos conforme Plano de Aplicação do Projeto torna-se necessário à abertura de conta específica e vinculada, devendo ser identificada com o nome da unidade ou servidor receptor dos recursos acrescida da expressão Auxílio, ou Contribuição, ou Subvenção, Adiantamento ou Convênio, e do nome da unidade concedente.

III - A liberação das parcelas do Convênio poderá ser suspensa se verificado o desvio de finalidade na aplicação do valor do convênio, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas e práticas atentatórias aos princípios que regem a Administração Pública;

IV - O descumprimento pela conveniada de qualquer cláusula ou condição do convênio, poderá conforme já citado, determinar que seja efetuada imediatamente a devolução do recurso.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/FIA O MUNICÍPIO/FIA obriga-se a:

I - Efetuar o repasse do recurso financeiro.

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do programa que esteja relacionado com o objeto deste Convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Examinar e aprovar através de parecer técnico, a reformulação do Plano de Trabalho, quando se fizer necessário desde que não implique na alteração do objeto do Convênio;

V - Fornecer ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente informações pertinentes ao atendimento e ao recurso financeiro destinado a execução do presente Convênio;

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A CONVENIADA se obriga a:

I - Responsabiliza-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, bem como obedecer aos padrões de qualidade dos serviços, conforme legislação vigente, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao Município/FUNDO INFANCIA ADOLESCENCIA (FIA) os recursos recebidos deste Convênio quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO/FIA de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

V - Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Aceitar a supervisão e orientação técnica promovida pelo MUNICÍPIO/CMDCA, fornecendo imediatamente as informações necessárias a sua execução;

VII - Encaminhar ao MUNICÍPIO/FIA, com sede no endereço acima discriminado, a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do recebimento destes;

VIII - Manter conta corrente específica, sob o título Entidade/Municipal/FIA;

IX - Computar, obrigatoriamente, a critério do Convênio as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar demonstrativo específico que integrará às prestações de contas do ajuste;

XI - Devolver ao MUNICÍPIO/FIA, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, pelo orçamento conveniente;

XII - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim

estabelecido na Cláusula Primeira deste Convênio, sob pena de ressarcimento ao Município/FIA, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais;

XIII - Propiciar aos técnicos do MUNICIPIO/FIA CMDCA, todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do Convênio;

XIV - Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento à supervisão e o controle dos serviços.

XV - Dispor de pessoal técnico - administrativo de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pela Entidade e de acordo com as legislações vigentes;

XVI - Deverá produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto.

É vetado:

I - Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, ainda que em caráter de emergência;

II - Pagamento de despesas com data anterior ao do recebimento dos valores, mensalmente, depositados em conta corrente da Entidade;

III - Pagamento de despesas após 30 (trinta) dias de seu recebimento;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL

A utilização do pessoal, de que trata o Inciso XV da Clausula Quinta, necessária à execução do objeto deste convênio, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária, para o MUNICIPIO e/ou FUNDO/FIA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PRESTAÇÕES CONTAS

A Conveniada obriga-se a:

I - A conveniada ficará obrigada a apresentar as Prestações de Contas no PRAZO de 30 (trinta) dias, contados do recebimento dos recursos, bem como deverá a referida Cláusula determinar também a apresentação de cópias de contratos de Trabalho, quando se tratar de serviços executados por terceiros, como também deverá apresentar os documentos que seguem abaixo:

- a) Processo de concessão de recursos;
- b) Ofício do responsável pela Prestação de Contas;
- c) Cópia do Plano de Aplicação do Projeto;
- d) Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- e) Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
- f) Declaração do Presidente da Entidade que os recursos foram

rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

g) Declaração do Responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;

h) Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e Tesoureiro;

i) Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordem de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicas, etc.) preenchidos com clareza e sem rasuras;

j) Documentos fotocopiados não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas às incidências de tributos federais, estaduais e municipais;

k) Extrato Bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a compensação dos cheques);

l) Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;

m) Fotocópias dos cheques nominais aos credores;

n) Comprovante de recolhimento do saldo não aplicado se for o caso;

o) Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução acompanhada de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registro fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução

p) Os comprovantes de despesas deverão conter carimbo preenchido e assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou foi serviço prestado, conforme modelo abaixo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e aceito.

Em dia/mês/ano, e assinatura.

Nome:

Cargo:

Matrícula

II - O pagamento ocorrerá conforme a cláusula terceira, devendo a prestação de contas seguir de acordo com o que segue:

III - Encaminhar a Prefeitura Municipal de Palhoça a prestação de contas da primeira parcela, no prazo de trinta dias (30) dias, após o recebimento da mesma, comprovando através de relatório o cumprimento da primeira fase.

IV - O pagamento da segunda parcela estará sujeito à aprovação da prestação de contas da primeira parcela. Após o recebimento da segunda parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

V - O pagamento da terceira parcela estará sujeito à aprovação da prestação de contas da segunda parcela. Após o recebimento da terceira parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

VI - A Prestação de Contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Quarta será elaborada de acordo com as Normas de Contabilidade e Auditoria expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado.

VII - A Entidade deverá manter em arquivo, pelo prazo de cinco anos, o cadastro dos usuários do projeto, os prontuários, as guias de encaminhamentos, as fichas e relatórios individualizados dos usuários, bem como os registros contábeis relativos ao exercício de concessão, com a identificação do programa e deste convênio, com vistas a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle de serviços.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ANEXOS APENSADOS

Deverá conter no corpo desta Minuta de Convênio, três (3) Anexos Apensados, sendo:

I - Anexo I - Plano de Trabalho,

II - Anexo II - Resolução do CMDCA,

III - Anexo III - Documentos pertinentes à conveniada, que seguem a abaixo:

- a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral,
- b) Estatuto Social da Entidade,
- c) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pelo CMDCA,
- d) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pela PMP,
- e) Documentos Pessoais do Presidente da Entidade .

CLAÚSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao MUNICÍPIO/ através da Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo MUNICÍPIO/FIA, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas Cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

Mediante prévia aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de termo aditivo, desde que não se altere o objeto, nos termos dos §§ 1º e 2º da Cláusula Terceira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio, na presença das testemunhas abaixo.

Palhoça, em 17 de novembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeitura Municipal

ADRIANO DA SILVA MATOS
Secretaria de Assistência Social

SIRLENE DE FARIAS - Secretária Executiva
CMDCA /FIA

Marcos Edwin Mey - Presidente
CERENE- Centro de Recuperação Nova Esperança

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CONVÊNIO Nº 040, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

CONVÊNIO Nº 040/2014.

Convênio que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social/CMDCA/FIA e o Conselho Comunitário Aririú da Formiga

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, através da SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL/CMDCA/FIA, neste ato representado por seu gestor, Adriano Silva Mattos e através do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente -CMDCA /FIA inscrito no CNPJ - 18.246.064/0001-32, neste ato representado por seu Coordenador Geral, e de outro lado o Conselho Comunitário Aririú da Formiga, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 79.524.625/0001-02, com sede na Rua Aurélia Maria Maia, 578, CEP 88134-770, bairro Aririú da Formiga, Palhoça/SC, representado neste ato pelo seu Presidente Sr Mauro Cesar da Silva Goulart, inscrito no CPF/MF sob o nº 070.712.649-53, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº , de de de 2014 e Decreto Legislativo nº /2014, Lei municipal nº 3.994, de 18 de março de 2014 - FIA. Dispõe sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio, o apoio efetivo do CMDCA/FIA na manutenção e custeio da implantação e execução do PROJETO BRINQUEDOTECA CEI formiguinhas, visando Criar espaço para a realização de atividades pedagógicas com as crianças dos grupos: GTIII, GTIV e GTV, do CEI "Formiguinhas", mediante o uso de literatura infantil, brinquedos pedagógicos e materiais para

pintura, recorte, colagem e atividades manuais diversas, especialmente selecionados para o desenvolvimento de habilidades voltadas para a prática da cooperação, da organização, da interação social, da troca, da ajuda mútua, partilha e coordenação motora, assim como para o aprimoramento da comunicação interpessoal. Este convênio trata-se do repasse de recurso do Fundo Municipal para Infância e Adolescência - FIA, Art. 4º Constituirão patrimônio e receitas do Fundo: a) recursos financeiros específicos consignados na lei orçamentária anual do Município e os adicionais que a referida lei estabelecer no transcorrer de cada exercício (...), a ser utilizada para o financiamento ou co-financiamento de programas de defesa de direitos e de atendimento de crianças e adolescentes, executados por entidades sem fins lucrativos no Município de Palhoça, conforme o Plano de Ação e Aplicação CMDCA/ 2014 (Anexo I).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do presente Convênio o FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA, repassará a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), tendo como objetivo exclusivo a execução do objeto deste Convênio, conforme PLANO DE APLICAÇÃO E CRO-NOGRAMA DE DESEMBOLSO, apensados como Anexo I, parte integrante deste Convênio.

I - As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, no valor de total de R\$15.000,00 conforme dotação abaixo:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE
Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE
Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA
Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

II - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade única e exclusiva, de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, e atendido os interesses das partes integrantes deste Convênio.

III - Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Terceira, serão liberados pela PMP/FIA à CONVENIADA, conforme obrigações, onde seguem as determinações abaixo:

I - A aplicação do recurso deve refletir exatamente o que foi solicitado no Plano de Aplicação do Projeto apresentado, sendo terminantemente proibido este recurso ser aplicado de maneira diversa a aquela prevista na autorização do Chefe do Poder Executivo. Será solicitada a devolução de todo o recurso aplicado em desconformidade com o Plano de Aplicação;

II - Definido no cronograma de repasse dos recursos conforme Plano de Aplicação do Projeto torna-se necessário à abertura de conta específica e vinculada, devendo ser identificada com o nome da unidade ou servidor receptor dos recursos acrescida da expressão Auxílio, ou Contribuição, ou Subvenção, Adiantamento ou Convênio, e do nome da unidade concedente.

III - A liberação das parcelas do Convênio poderá ser suspensa se verificado o desvio de finalidade na aplicação do valor do convênio, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas e práticas atentatórias aos princípios que regem a

Administração Pública;

IV - O descumprimento pela conveniada de qualquer cláusula ou condição do convênio, poderá conforme já citado, determinar que seja efetuada imediatamente a devolução do recurso.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/FIA

O MUNICÍPIO/FIA obriga-se a:

I - Efetuar o repasse do recurso financeiro.

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do programa que esteja relacionado com o objeto deste Convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Examinar e aprovar através de parecer técnico, a reformulação do Plano de Trabalho, quando se fizer necessário desde que não implique na alteração do objeto do Convênio;

V - Fornecer ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente informações pertinentes ao atendimento e ao recurso financeiro destinado a execução do presente Convênio;

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A CONVENIADA se obriga a:

I - Responsabiliza-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, bem como obedecer aos padrões de qualidade dos serviços, conforme legislação vigente, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao Município/FUNDO INFANCIA ADOLESCENCIA (FIA) os recursos recebidos deste Convênio quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO/FIA de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

V - Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Aceitar a supervisão e orientação técnica promovida pelo MUNICÍPIO/CMDCA, fornecendo imediatamente as informações necessárias a sua execução;

VII - Encaminhar ao MUNICÍPIO/FIA, com sede no endereço acima discriminado, a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do recebido destes;

VIII - Manter conta corrente específica, sob o título Entidade/Municipal/FIA;

IX - Computar, obrigatoriamente, a critério do Convênio as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar demonstrativo específico que integrará às prestações de contas do ajuste;

XI - Devolver ao MUNICÍPIO/FIA, os saldos financeiros

remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, pelo orçamento conveniente;

XII - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Primeira deste Convênio, sob pena de ressarcimento ao Município/FIA, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais;

XIII - Propiciar aos técnicos do MUNICIPIO/FIA CMDCA, todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do Convênio;

XIV - Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento à supervisão e o controle dos serviços.

XV - Dispor de pessoal técnico - administrativo de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pela Entidade e de acordo com as legislações vigentes;

XVI - Deverá produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto.

É vetado:

I - Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, ainda que em caráter de emergência;

II - Pagamento de despesas com data anterior ao do recebimento dos valores, mensalmente, depositados em conta corrente da Entidade;

III - Pagamento de despesas após 30 (trinta) dias de seu recebimento;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL

A utilização do pessoal, de que trata o Inciso XV da Clausula Quinta, necessária à execução do objeto deste convênio, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária, para o MUNICIPIO e/ou FUNDO/FIA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PRESTAÇÕES CONTAS

A Conveniada obriga-se a:

I - A conveniada ficará obrigada a apresentar as Prestações de Contas no PRAZO de 30 (trinta) dias, contados do recebimento dos recursos, bem como deverá a referida Cláusula determinar também a apresentação de cópias de contratos de Trabalho, quando se tratar de serviços executados por terceiros, como também deverá apresentar os documentos que seguem abaixo:

- a) Processo de concessão de recursos;
- b) Ofício do responsável pela Prestação de Contas;
- c) Cópia do Plano de Aplicação do Projeto;

d) Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

e) Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;

f) Declaração do Presidente da Entidade que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

g) Declaração do Responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;

h) Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e Tesoureiro;

i) Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordem de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicas, etc.) preenchidos com clareza e sem rasuras;

j) Documentos fotocopiados não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas às incidências de tributos federais, estaduais e municipais;

k) Extrato Bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a compensação dos cheques);

l) Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;

m) Fotocópias dos cheques nominais aos credores;

n) Comprovante de recolhimento do saldo não aplicado se for o caso;

o) Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução acompanhada de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registro fotográficos, matérias jornalística e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução

p) Os comprovantes de despesas deverão conter carimbo preenchido e assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou foi serviço prestado, conforme modelo abaixo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e aceito.

Em dia/mês/ano, e assinatura.

Nome:

Cargo:

Matrícula

II - O pagamento ocorrerá conforme a cláusula terceira, devendo a prestação de contas seguir de acordo com o que segue:

III - Encaminhar a Prefeitura Municipal de Palhoça a prestação de contas da primeira parcela, no prazo de trinta dias (30) dias, após o recebimento da mesma, comprovando através de relatório o cumprimento da primeira fase.

IV - O pagamento da segunda parcela estará sujeito à aprovação da prestação de contas da primeira parcela. Após o recebimento

da segunda parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

V - O pagamento da terceira parcela estará sujeito à aprovação da prestação de contas da segunda parcela. Após o recebimento da terceira parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

VI - A Prestação de Contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Quarta será elaborada de acordo com as Normas de Contabilidade e Auditoria expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado.

VII - A Entidade deverá manter em arquivo, pelo prazo de cinco anos, o cadastro dos usuários do projeto, os prontuários, as guias de encaminhamentos, as fichas e relatórios individualizados dos usuários, bem como os registros contábeis relativos ao exercício de concessão, com a identificação do programa e deste convênio, com vistas a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle de serviços.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ANEXOS APENSADOS

Deverá conter no corpo desta Minuta de Convênio, três (3) Anexos Apensados, sendo:

I - Anexo I - Plano de Trabalho,

II - Anexo II - Resolução do CMDCA,

III - Anexo III - Documentos pertinentes à conveniada, que seguem a abaixo:

a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral,

b) Estatuto Social da Entidade,

c) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pelo CMDCA,

d) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pela PMP,

e) Documentos Pessoais do Presidente da Entidade .

CLAÚSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao MUNICÍPIO/ através da Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo MUNICÍPIO/FIA, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas Cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e

tem seu término em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

Mediante prévia aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente , o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de termo aditivo, desde que não se altere o objeto, nos termos dos §§ 1º e 2º da Cláusula Terceira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio, na presença das testemunhas abaixo.

Palhoça, em 17 de novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeitura Municipal

ADRIANO DA SILVA MATOS

Secretaria de Assistência Social

SIRLENE DE FARIAS - Secretária Executiva

CMDCA /FIA

MAURO CESAR DA SILVA GOULART - Presidente

Conselho Comunitário Aririú da Formiga

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 218/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 218/2014

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 01 de dezembro de 2014, às 14:00h o recebimento e abertura das propostas e para o dia 03 de dezembro de 2014, às 14:00h a sessão de lances, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 218/2014, que tem por objeto a aquisição de alimentos para suprir as necessidades do Corpo de Bombeiros e do Serviço de Fortalecimentos de Vínculos da Secretaria de Assistência Social do Município de Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net.

Palhoça, 18 de novembro de 2014.

A PREGOEIRA.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA**PORTARIA 072/2014 - ELEIÇÕES IPPA/2014**

Portaria n. 072/2014

Milton Luiz Espíndola, Presidente do Instituto de Previdência de Palhoça, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar os Servidores ENEDIR NEIDE VALENTE MARTINS, como Presidente da Mesa Coletora de Votos das Eleições do IPPA/2014, à disposição no IPPA, e CACILDA DE FATIMA RUFATTO, servidora aposentada do IPPA, como Mesário, para compor a mesa coletora de votos instalada na sede do IPPA.

Designar os Servidores, VERLANIS BURATTO, como Presidente da Mesa Coletora de Votos das Eleições do IPPA/2014, à disposição no IPPA, e VALDÍVIA CABRAL DE SOUZA, como Mesário, lotada no IPPA, para compor a mesa coletora de votos instalada no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Palhoça.

Palhoça, 18 de novembro de 2014.

MILTON LUIZ ESPÍNDOLA

Presidente do IPPA

Papanduva**PREFEITURA****1º TERMO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2014 CONCORRÊNCIA Nº 116/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2014 CONCORRÊNCIA nº 116/2014. Objeto: Concessão de uso do espaço público denominado "CAPELA MORTUÁRIA MUNICIPAL" Tipo: Maior Desconto. Entrega dos Envelopes: Até o dia 21/01/2015 às 08:30 horas; Abertura dos Envelopes: 21/01/2015 - 08:45 horas; Base Legal: Lei 8.666/93 atualizada e Lei Municipal nº 2025, de 22 de julho de 2014. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 8:00 às 14:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 17 de novembro de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Passos Maia**PREFEITURA****PORTARIA Nº 477, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 477, de 18 de novembro de 2014.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, Considerando o atestado médico para gestante emitido pelo Dr. Lirio Barreto, que sugere o afastamento da servidora Marciane Aline Berté de Freitas de suas atividades funcionais em razão de sua gestação;

Considerando o disposto no art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal n. 041, de 15 de março de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à servidora MARCIANE ALINE BERTÉ DE FREITAS, ocupante do Emprego Público de Auxiliar de Consultório Dentário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotação junto à Secretaria Municipal da Saúde, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, compreendendo o período de 12/11/2014 a 10/05/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 12/11/2014.

Registre-se e publique-se

Passos Maia-SC, 18 de novembro de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

Paulo Lopes**PREFEITURA****PORTARIA Nº 402/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 402/2014

EVANDRO JOAO SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, conforme justificativa nº 005/2014

AMPLIAR o prazo de contratação temporário do Servidor Público, Diogo de Oliveira Mendonça, matrícula 10946 médico plantonista, ate 06/02/2015 a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com mesmo contrato assinado, podendo ser ampliado conforme necessidade pública.

Município de Paulo Lopes - SC, em 12 de Novembro de 2014.

Evandro Joao dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Sabrina Rodrigues de Souza Eger

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 403/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 403/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTO, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Rosicleia da Silva Machado, brasileira, portadora do CPF nº 044.874.879-78, matrícula nº. 995, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, no período de 12/11/2014 á 11/11/2015.

Município de Paulo Lopes - SC, em 12 de Novembro de 2014.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Sabrina Rodrigues de Souza Eger

Secretária Municipal de Administração

Penha**PREFEITURA****TERMO DE RESCISÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o Termo Aditivo nº353/2014 Contrato nº 352/2014 - PMP, firmado entre a Sra. MARILENE WUNDEVALDE e esta PREFEITURA, em 06 de junho de 2014, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha/SC, 18 de novembro 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Peritiba**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO 140/2014**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº. 53/2011, TOMADA DE PREÇOS nº. 05/2011.

Objeto: O presente Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual até 31/12/2015.

Dados do Contrato: Contrato nº 140/2014 - SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2012

Contratado: EDITORA POSITIVO LTDA.

CNPJ: 79.719.613/0001-33

Data de Vigência: 17/11/2014 à 31/12/2015

Valor estimado do Contrato: 70.800,80 (Setenta mil e oitocentos reais e oitenta centavos).

Município de Peritiba - SC em 17 de Novembro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

PORTARIA Nº 356, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 356, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a conclusão da equipe de Auditoria de Regularidade do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, nos autos do Processo de Auditoria de Regularidade nº RLA 14/00463561,

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinada às servidoras Cintia Mânica, Jéssica Bado, Nelize Schlosser, Sônia Maria Hentz e Karina Chiarani Facin, ocupantes de cargos de provimento em comissão, o controle de horário por meio mecânico, na forma dos demais servidores.

Art. 2º É determinado ao Diretor do IPREPI que proceda as reavaliações dos aposentados por invalidez de forma periódica, efetuando abertura dos processos de reavaliação no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 3º Fica determinado ao Secretário de Administração que providencie levantamento dos cargos existentes na estrutura administrativa do Município sem descrição das respectivas atribuições, a fim de editar Projeto de Lei com finalidade de sanar a irregularidade apontada.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC,
12 de novembro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

--	--

Pomerode**PREFEITURA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 174/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 174/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CBA3190	54487889A	15/04/2003	73660	252 * VI	85.12
CLT7874	54488160A	16/04/2003	60500	208	191.53
LWS4849	54488124A	13/04/2003	55680	181 * XIX	127.69
LXN5283	54488122A	13/04/2003	55680	181 * XIX	127.69
LYN4406	54488121A	13/04/2003	55680	181 * XIX	127.69
LYP5951	54488091A	14/04/2003	65990	230 * V	191.53
LZF5141	54488093A	23/04/2003	65990	230 * V	191.53
LZJ7607	54488125A	14/04/2003	65990	230 * V	191.53
LZZ1355	54488405A	20/04/2003	72340	250 * I * a	85.12
MAF8839	54487060A	23/04/2003	51850	167	127.69
MAN1122	54488123A	13/04/2003	55500	181 * XVIII	85.12
MAO1080	54488092A	18/04/2003	51850	167	127.69
MBF5181	54488120A	13/04/2003	55500	181 * XVIII	85.12
MCB9907	54486960A	25/04/2003	50450	162 * V	191.53
MCB9907	54488095A	25/04/2003	70300	244 * I	191.53
MCG5857	54487888A	10/04/2003	73660	252 * VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTES EDITAIS.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 282/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 282/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWT4649	55601030A	07/06/2005	54520	181 * VIII
LXE9751	55600684A	11/06/2005	60500	208
MCI0857	55601029A	07/06/2005	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1571/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1571/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAX7481	54986041E	21/09/2014	55680	181 * XIX
ABO5859	54985812E	26/08/2014	54522	181 * VIII
AOG6959	54985837E	16/09/2014	55250	181 * XV
ATR7623	54985950E	13/09/2014	54526	181 * VIII
BGN2048	54881501E	29/08/2014	54521	181 * VIII
DIL8886	54985976E	27/08/2014	57461	187 * I
DMF3124	54986062E	15/09/2014	59670	203 * V
IKI8535	54881537E	18/09/2014	51851	167
LXN5712	54985815E	03/09/2014	54521	181 * VIII
LXN5712	54882218E	30/08/2014	55172	181 * XIV
LYM6536	54986101E	14/09/2014	55680	181 * XIX
MAH3995	54986008E	04/09/2014	57463	187 * I
MAT1853	54985842E	23/09/2014	57380	186 * II
MCD7119	54985988E	29/08/2014	58350	195
MCD7119	54985987E	29/08/2014	57380	186 * II
MCH4318	54986076E	23/09/2014	52070	169
MCZ0821	54986116E	18/09/2014	57380	186 * II
MEL1742	54883389E	08/09/2014	54521	181 * VIII
MFG3803	54986010E	05/09/2014	54521	181 * VIII
MGK0045	54985993E	30/08/2014	73662	252 * VI
MHB2778	54881505E	29/08/2014	73662	252 * VI
MHL8181	54881506E	29/08/2014	55680	181 * XIX
MIU8214	54986066E	16/09/2014	52070	169
MIY3501	54985813E	27/08/2014	57380	186 * II
MJT3183	54985955E	23/08/2014	61220	214 * I
MJX2062	54985844E	28/09/2014	55680	181 * XIX
MKD0795	54985995E	01/09/2014	61220	214 * I
MLV1169	54985922E	30/08/2014	51851	167
MLZ0874	54985916E	30/08/2014	55500	181 * XVIII
MMJ8050	54985814E	03/09/2014	54600	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 139/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 139/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ARA0150	54486650A	25/07/2002	73660	252 * VI	85.12
JFA5259	54486498A	25/07/2002	55500	181 * XVIII	85.12
LXY7572	54486648A	18/07/2002	60500	208	191.53
MAM6759	54486649A	21/07/2002	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 406/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 406/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAE3849	55602035A	09/12/2006	58000	192

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 247/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 247/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXN7955	54488287A	27/11/2004	67690	230 * XXII
MBK7486	55600122A	26/11/2004	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 220/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 220/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYF6608	55600211A	20/03/2004	51850	167	127.69
LYR3847	54487292A	12/04/2004	60500	208	191.53
LYX8013	55599788A	03/04/2004	62700	220 * II	127.69
MAT7864	54488327A	30/03/2004	62110	218 * I * a	127.69
MGL4390	54486348A	17/03/2004	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 331/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 331/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

LXX3549	55600795A	25/10/2005	65560	230 * I	191.53
LZE5856	54486998A	11/09/2004	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 290/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 290/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZP4911	55600167A	19/06/2005	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 413/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 413/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IGC3989	55601673A	07/12/2006	50450	162 * V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 115/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 115/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYK0109	54486886A	01/02/2002	65990	230 * V	191.53
MAH4250	54932452A	02/02/2002	51850	167	127.69
MAS0530	54486483A	01/02/2002	69200	233	127.69

MBZ6239 54486887A 10/02/2002 55500 181 * XVIII 85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 342/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 342/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZU9744	55601708A	20/05/2006	60500	208	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 312/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 312/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

FBF3636	55601275A	17/02/2006	65480	229
MAS1082	55600886A	17/03/2006	66450	230 * X
MBJ4971	55600885A	17/03/2006	66450	230 * X
MFY5482	55601362A	19/03/2006	65800	230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 87/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 87/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYJ7611	55542036	12/06/2001	51850	167	127.69
LZO7753	55559384	07/06/2001	70480	244 * II	191.53
LZY4638	55542035	12/06/2001	58350	195	127.69
MCM0450	55542034	12/06/2001	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 416/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 416/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACI5047	55190585B	16/03/2007	64400	224
LND1027	55601443A	05/03/2007	51850	167
LXW6247	55601685A	14/03/2007	70300	244 * I
LYL9902	55191056B	31/03/2007	51850	167
LZK3426	55190358B	15/03/2007	54520	181 * VIII
MDE9306	55190529B	08/03/2007	57380	186 * II
MDM9492	55190954B	19/03/2007	51850	167
MEQ6879	55190357B	14/03/2007	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 179/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 179/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACH5211	54487262A	10/05/2003	65990	230 * V	191.53
AFF8690	54487574A	14/05/2003	50100	162 * I	574.61
HQV2369	54486331A	29/05/2003	73660	252 * VI	85.12
LXJ7446	54488311A	02/06/2003	54280	181 * V	191.53
LXR8530	54488134A	27/05/2003	55500	181 * XVIII	85.12
LYM5401	54487626A	31/05/2003	55250	181 * XV	85.12
LYX8131	54487575A	15/05/2003	55250	181 * XV	85.12
LZA4343	54488164A	04/06/2003	69200	233	127.69
LZT6881	54487576A	21/05/2003	60500	208	191.53
LZV4694	54488166A	09/06/2003	55680	181 * XIX	127.69
LZW1854	54487578A	25/05/2003	52070	169	53.20
MAO4835	54488365A	02/06/2003	67850	231 * II * a	191.53
MAV6148	54488135A	27/05/2003	50450	162 * V	191.53
MAV6867	54487577A	21/05/2003	60500	208	191.53
MBE3500	54486790A	09/05/2003	72340	250 * I * a	85.12
MCX1080	54486330A	29/05/2003	57200	186 * I	127.69
MFL2003	54486792A	12/06/2003	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 472/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 472/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZG3693	55191119B	11/05/2007	60500	208	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 264/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 264/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXB2167 55600366A 01/03/2005 65990 230 * V
LYF5639 55600354A 21/02/2005 52070 169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 160/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 160/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

ACD4476 54487666A 11/01/2003 65300 228 127.69
DIT0304 54486739A 14/01/2003 65560 230 * I 191.53
LXD2001 54488211A 12/01/2003 60500 208 191.53
LXH5757 54487606A 13/01/2003 51850 167 127.69
LXO5823 54487667A 12/01/2003 51690 165 957.69
LYM4855 54487973A 17/01/2003 61220 214 * I 191.53
MAD1238 54488212A 10/01/2003 69200 233 127.69
MBQ1597 54487665A 17/01/2003 59320 203 * II 191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-
GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DI-
AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.126 319/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 319/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXX3061	55601476A	19/06/2006	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.126 114/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 114/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYD9444	54486825A	30/01/2002	51850	167	127.69
LYT1618	54487185A	30/01/2002	58000	192	127.69
LZP1754	54486826A	03/02/2002	60500	208	191.53
MAJ2156	54486620A	27/01/2002	60500	208	191.53
MDL6150	54486682A	06/02/2002	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 008/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 008/2014

Processo Administrativo n.º 109/2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: EMPRESA DE TRANSPORTES COLETIVO VOLKMANN LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PASSES ESCOLARES PARA TRANSPORTE COLETIVO DE ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO, COM RECURSOS ORIUNDOS DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE.

Valor total contratado: R\$11.962,50 (onze mil, novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Prazo de vigência: 31/12/2014.

Justificativa: Refere-se à aquisição de passes escolares fornecidos pela única empresa de transporte coletivo autorizada a operar no Município de Pomerode/SC.

Pomerode/SC, 18 de Novembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 007/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 007/2014

Processo Administrativo n.º 108/2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: EMPRESA DE TRANSPORTES COLETIVO VOLKMANN LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE BLOCOS DE PASSES ESCOLARES PARA TRANSPORTE COLETIVO DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL N.º 2.337/2011, COM RECURSOS ORIUNDOS DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE.

Valor total contratado: R\$24.650,00 (vinte e quatro mil e seiscientos e cinquenta reais).

Prazo de vigência: 31/12/2014.

Justificativa: Refere-se à aquisição de passes escolares fornecidos pela única empresa de transporte coletivo autorizada a operar no Município de Pomerode/SC, atendendo a Lei Municipal n.º 2.337, de 16 de março de 2011.

Pomerode/SC, 18 de Novembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada**PREFEITURA****RETIFICA 001**

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

RETIFICA 001 AO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0100/2014

CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA OBRAS E SERVIÇO DE ENGENHARIA N.º 008/2014

O Município de

Ponte Serrada torna público, aos interessados a seguinte alteração da licitação em epígrafe:

Onde se lê: 8.2.13.3 Para as Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), que apresentaram restrição na comprovação da regularidade fiscal, terão o prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, após intimação, a contar da declaração de vencedor, se uma EPP ou ME for declarada vencedora, para regularização da documentação pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

Leia-se: 8.2.13.3 Para as Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), que apresentaram restrição na comprovação da regularidade fiscal, terão o prazo máximo de 5(cinco) dias úteis, prorrogável por igual período após intimação, a contar da declaração de vencedor, se uma EPP ou ME for declarada vencedora, para regularização da documentação pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

As demais cláusulas permanecem inalteradas

Ponte Serrada, 18 de novembro de 2014.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.274, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 1.274/2014

Divulga os dias de feriados Nacional, Estadual e define os pontos facultativos nas repartições públicas do Município de Porto Belo, para o ano de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

Decreta:

Art. 1º Ficam divulgados os dias de feriados Nacional, Estadual e os pontos facultativos no ano de 2015, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:

I - 1º e 2 de janeiro, Confraternização Universal, quinta e sexta-feira, (feriado nacional e ponto facultativo, respectivamente);

II - 16 e 17 de fevereiro. No dia 18 de fevereiro, os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal prestarão atendimento ao público no horário compreendido das 12h00min. às 18h00min, exceto nas Secretarias de Saúde e Secretaria de Obras, que exercerão o horário normal (Carnaval);

III - 03 de abril, Paixão de Cristo (Feriado Nacional)

IV - 20 e 21 de abril, Tiradentes, segunda e terça-feira, (ponto facultativo e feriado nacional, respectivamente)

VI - 1º de maio, Dia Mundial do Trabalho, quinta-feira, (feriado nacional);

VI - 04 e 05 de junho, Corpus Christi, quinta e sexta-feira, (feriado municipal e ponto facultativo, respectivamente);

VII - 07 de agosto, transferência do Feriado Municipal de 06 de Agosto (dia do Senhor Bom Jesus dos Aflitos, Padroeiro do Município de Porto Belo) (Transferência de feriado municipal);

VIII - 7 de setembro, Independência do Brasil, domingo, (feriado nacional);

IX - 12 de outubro, dia de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, domingo, (feriado nacional);

X - 13 de Outubro, comemoração ao dia da Fundação do Município de Porto Belo. (Feriado Municipal)

XI - 28 de outubro, quarta-feira, dia do Servidor Público;

XII - 02 de novembro, segunda-feira, dia de Finados (feriado nacional);

XIII - 15 de novembro, Proclamação da República, sábado, (feriado nacional);

XIV - 24 de dezembro, quinta-feira, véspera de Natal, (ponto facultativo);

XV - 25 de dezembro, Natal, quinta-feira, (feriado nacional);

XVI - 31 de dezembro, quarta-feira, véspera de ano novo, (ponto facultativo).

Art. 2º O disposto neste Decreto não abrange os serviços considerados de natureza essencial, das Secretarias Municipais de Saúde e Saneamento Básico, Educação, Obras, Transportes e Serviços Públicos e Fundação Municipal de Turismo

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 12 dias de novembro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

DECRETO Nº 1.271, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.

DECRETO Nº 1.271/2014

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

Decreta:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo nos dias 24, 26 e 31 de dezembro do corrente ano, exceto nas Secretarias Municipais de Saúde e Saneamento Básico, Educação, Obras, Transportes e Serviços Públicos e Fundação Municipal de Turismo, além dos departamentos de Compras e Contabilidade, e nos setores de Fiscalização da Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Fundação do Meio Ambiente.

Parágrafo Único: Nos dias 24 e 31 de dezembro do corrente ano, a Secretaria Municipal de Educação trabalhará em regime especial, no período matutino.

Art. 2º. Os cronogramas de trabalho seguirão o estabelecido pelas respectivas secretarias.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 16 de mês de outubro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

LEI MUNICIPAL Nº 2.221, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.221, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

"ALTERA ANEXO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.078, DE 09 DE SETEMBRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica alterado o Demonstrativo 7 - Tabela 9 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V), referente ao anexo de metas fiscais - Estimativa e compensação da renúncia da receita 2014, da Lei Municipal nº 2.078, de 09 de setembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Tributo	Modalidade	Setores/Programas/ Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2014	2015	2016	
Impostos	Isenção	Servidores Públicos Municipais	77.000,00	80.320,24	83.783,65	Adequação dos gastos á disponibilidade de recursos
Impostos	Isenção	Baixa Renda	344.000,00	358.833,28	374.306,17	Limitação de despesas
Impostos e taxas	Isenção	Novos empreendimentos com autorização legislativa específica	300.000,00	305.000,00	310.000,00	Aumento do índice do ICMS e arrecadação do ISS
Multas e juros de mora	Redução de multas e juros de mora	Revigoração Econômico – Lei Complementar nº 52/2014 (Código Tributário Municipal)	300.000,00	300.000,00	300.000,00	Limitação de Despesas
Total			1.021.000,00	1.044.153,52	1.068.089,82	-

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 12 dias do mês de novembro de 2014

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

LEI MUNICIPAL Nº 2.223, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.223, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

“Altera e acrescenta ao artigo 17, e seus parágrafos da Lei Municipal nº 1228, de 20 de dezembro de 2001”.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º O artigo 17 e seus parágrafos da Lei 1228, de 20 de dezembro de 2001 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17- Para o fornecimento dos alvarás de autorização de funcionamento de atividades náuticas comerciais(banana boat, caiaques, pedalinhos, etc;), nos rios ou mares freqüentado por banhistas é necessário que as embarcações tenham condutor com a habilitação profissional específica para cada atividade, acompanhado de um assistente, bem como o Parecer da Marinha quanto á segurança da navegação.

§1º É necessário a delimitação do canal de navegação da faixa de areia até 200 metros transversal á praia, para que estes artefatos náuticos possam transitar livremente, sem representar riscos aos banhistas.

§2º Que as praias de maior atividade turística, identificadas pelo Município sejam balizadas numa faixa de 200 metros, no sentido longitudinal à faixa de areia, sobretudo naquelas com maior incidência de uso de motoaquática.

§ 3º Que as praias sejam sinalizadas com um canal de acesso transversal à faixa e areia, delimitando um canal para entrada e saída de embarcações diversas, devendo preferencialmente ser instalados nas extremidades das praias de modo a não interferir os bannhistas.

§4º A aquisição de bóias e a sua fixação serão por conta do autorizado na exploração da atividade.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 14 dias do mês de novembro de 2014

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

LEI MUNICIPAL Nº 2.222, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.222, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

“Altera a Lei Municipal nº 1735 de 16 de setembro de 2009 e dá outras providências.”

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei 1735, de 16 de setembro de 2009 fica alterado, passando a com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica denominada “Manoel Amâncio” a Rua que tem seu início na BR 101, ao lado da Fábrica de Tubos nas proximidades da Praça do Pedágio, com aproximadamente 2.300 metros (antiga Estrada da Mata), com término na atual Estrada Geral do Sertão de Santa Luzia.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 13 dias do mês de novembro de 2014

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 058, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 058, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

ACRESCENTA INCISOS, ALTERA ARTIGOS E O ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 34 - CÓDIGO DE OBRAS, DE 11 DE MARÇO DE 2011 CONFORME ESPECIFICA.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei Complementar:

Art. 1º Fica acrescido do inciso IV no art. 41 da Lei Complementar nº 34/2011, de 11 de março de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"IV - revogação, cassação e invalidação do alvará de construção."

Art. 2º Ficam acrescidos os artigos na Lei Complementar nº 34/2011, de 11 de março de 2011, que passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 53 A. A revogação será realizada decorridos 30 dias da expedição do alvará, caso não seja retirado.

Parágrafo Único. Será procedida a revogação em todos os casos que houver conveniência, respeitado o contraditório, em procedimento próprio.

Art. 53 B. Será cassado o alvará quando forem descumpridas as condições que deveriam ser atendidas, respeitado o contraditório, em procedimento próprio.

Art. 53 C. Concedido o alvará e havendo a suspeita de equívocos na aprovação, poderá ser procedida a invalidação do mesmo, respeitado o contraditório, em procedimento próprio."

Art. 3º Alteram-se as Seções do Capítulo IV da Lei Complementar nº 34/2011, que passam a ter as seguintes alterações:

"SEÇÃO IV

DA REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO E INVALIDAÇÃO DO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO

SEÇÃO V

DA DECISÃO ADMINISTRATIVA

SEÇÃO VI

DO RECURSO

SEÇÃO VII

DA JUNTA ESPECIAL DE RECURSO

SEÇÃO VIII

DOS EFEITOS DAS DECISÕES"

Art. 4º O Art. 53 da Lei Complementar nº 34/2011, de 11 de março de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 53. O valor das multas será proporcional à natureza da infração.

§ 1º As infrações serão classificadas, quanto a sua natureza, como:

I - leves;

II - graves;

III - gravíssimas.

§ 2º A classificação de cada infração é aquela apresentada na Tabela II - Multas, anexa e integrante da presente Lei.

§ 3º O valor das infrações deve obedecer à seguinte proporção:

I - para infrações leves: 100 Unidades Fiscais Municipais;

II - para infrações graves: 200 Unidades Fiscais Municipais;

III - para infrações gravíssimas: 500 Unidades Fiscais Municipais."

Art. 5º Fica alterado o Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 34 - Código de Obras, de 10 de junho de 2011, que trata das multas, integrante dessa Lei.

Art. 6º Os demais dispositivos das referidas Leis Complementares, permanecerão inalterados.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 12 dias do mês de novembro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Anexo II

Capítulo	Seção	Subseção	Leve	Grave	Gravíssima
----------	-------	----------	------	-------	------------

II - Dos Direitos e Responsabilidades	I – Do Município		Art. 7º			
			Art. 8º		x	
			Art. 9º	x		
			Art. 10			
			Art.11			
	II - Do Proprietário		Art. 12			
			Art. 13		x	
	III - Do Responsável Técnico		Art. 14		x	
			Art. 15		x	
			Art. 16		x	
III – Do Processo Administrativo	I – Da Certidão de Diretrizes		Art. 17			
			Art. 18			
	II – Do Alvará para Construção, reforma, Ampliação ou Demolição		Art. 19			x
			Art. 20			
			Art. 21			
			Art. 22		x	
			Art. 23			
		I - Da Apresentação do Projeto	Art. 24			
			Art. 25			
			Art. 26			
		II - Da análise e Aprovação do Projeto	Art.27			
			Art. 28			
			Art. 29			
			Art. 30		x	
		III - Da Aprovação de Projetos com Movimentação de Terra	Art. 31			x
			Art. 32			
			Art. 33			
	III – Das Alterações em Projetos Aprovados		Art. 34			x
			Art. 35			x
	IV – Do “Habite-se”		Art. 36			
			Art. 37			
			Art. 38			x
			Art. 39			
			Art. 40			

IV – Das Infrações e Penalidades	I - Do Embargo da Obra		Art. 41				
			Art. 42			x	
			Art. 43				
			Art. 44				
			Art. 45				
			Art. 46				
			Art. 47				
	II - Da Demolição Compulsória		Art. 48				
			Art. 49				
			Art. 50				
			Art. 51				
	III - Das Multas		Art. 52				
			Art. 53				
	IV - Da Decisão Administrativa		Art. 54				
			Art. 55				
	V - Do Recurso		Art. 56				
			Art. 57				
	VI - Da Junta Especial de Recurso		Art. 58				
			Art. 59				
	VII - Dos Efeitos das Decisões		Art. 60				
			Art. 61				
V- Da Execução e Segurança das Obras			Art. 62			x	
			Art. 63				
	I - Do Canteiro de Obras		Art. 64		x		
	II - Dos Tapumes e Equipamentos de Segurança		Art. 65		x		
			Art. 66		x		
			Art. 67	x			
			Art. 68		x		
			Art. 69	x			
			Art. 70		x		
	III - Da Paralisação das Obras		Art. 71		x		
			Art. 72		x		
			Art. 73		x		
			Art. 74		x		
	IV - Dos Vestígios Arqueológico		Art. 75			x	
			Art. 76			x	
			Art. 77			x	

VI - Das Condições Gerais Relativas à Edificação	I - Das Escavações, Aterros e Movimentos de Terra		Art. 78		x		
			Art. 79		x		
			Art.80		x		
	II - Das Estruturas, Paredes e Pisos		Art. 81	x			
			Art. 82	x			
			Art. 83	x			
	III - Das Portas, Passagens e Corredores		Art. 84	x			
			Art. 85	x			
			Art. 86	x			
	IV - Das Escadas e Rampas		Art. 87	x			
			Art. 88	x			
			Art. 89	x			
	V - Dos Elevadores		Art. 90	x			
			Art. 91	x			
			Art. 92	x			
	VI - Das Fachadas e Corpos em Balanço		Art. 93	x			
			Art. 94	x			
	VII - Das Dimensões Mínimas	I - Dos Compartimentos e Ambientes	Art. 95	x			
			Art. 96	x			
		II - Da Iluminação e Ventilação	Art. 97	x			
			Art. 98	x			
			Art. 99	x			
			Art. 100	x			
			Art. 101	x			
		III - Das Áreas de Estacionamento de Veículos	Art. 102	x			
			Art. 103	x			
			Art. 104	x			
			Art. 105	x			
			Art. 106	x			
			Art. 107	x			
			Art. 108	x			
			Art. 109	x			
			Art. 110	x			
	VIII - Das Calçadas e Muros		Art. 111		x		
			Art. 112		x		
			Art. 113		x		
			Art. 114		x		
			Art. 115		x		
	IX - Da Cota e Soleira		Art. 116	x			
			Art. 117	x			

VII - Das Instalações	I - Das Instalações de Água Pluviais	Art. 118				
		Art. 119				
		Art. 120	x			
		Art. 121	x			
		Art. 122	x			
	II - Das Instalações Hidráulico-Sanitárias	Art. 123				
		Art. 124		x		
		Art. 125		x		
		Art. 126	x			
		Art. 127		x		
		Art. 128		x		
		Art. 129		x		
		Art. 130		x		
	III - Das Instalações para Depósito de Lixo	Art. 131	x			
		Art. 132		x		
		Art. 133		x		
		Art. 134			x	
	IV - Das Instalações Elétricas	Art. 135	x			
		Art. 136	x			
	V - Das Instalações Especiais	Art. 137				
		Art. 138			x	
		Art. 139	x			
		Art. 140			x	
		Art. 141		x		
		Art. 142		x		
		Art. 143		x		
VIII - Das Edificações Residenciais		Art. 144		x		
		Art. 145	x			
		Art. 146		x		
	I - Das Residências Geminadas	Art. 147				
	II - Das Vilas Paralelas ao Alinhamento Predial	Art. 148		x		
		Art. 149				
	III - Das Vilas Transversais ao Alinhamento Predial	Art. 150		x		
		Art. 151		x		
		Art. 152				
	IV - Dos Conjuntos Residenciais	Art. 153		x		
		Art. 154		x		
		Art. 155		x		
		Art. 156			x	
IX - Das Edificações Para o Trabalho	I - Do Comércio e Serviços Geral	Art. 157			x	
		Art. 158			x	
		Art. 159			x	
		Art. 160			x	
		Art. 161			x	
		Art. 162			x	
	II - Dos Restaurantes, Bares, Confeitarias, Lanchonetes e Congêneres	Art. 163		x		
		Art. 164		x		
	III - Das Edificações Industriais	Art. 165			x	
		Art. 166			x	
		Art. 167			x	

X - Das Edificações Especiais	I - Das Escolas e Estabelecimentos Congêneres		Art. 168				x	
			Art. 169				x	
	II - Dos Hotéis e Congêneres		Art. 170					
			Art. 171				x	
			Art. 172				x	
	III - Dos Locais de Reunião e Salas de Espetáculos		Art. 173				x	
			Art. 174				x	
	IV - Dos Postos de Abastecimento de Combustíveis e Serviços para Veículos		Art. 175				x	
			Art. 176			x		
			Art. 177			x		
			Art. 178			x		
XI - Das Edificações Excepcionais em Áreas Costeiras Não Edificantes			Art. 179					
			Art. 180			x		
			Art. 181			x		
			Art. 182		x			
			Art. 183		x			
			Art. 184			x		
			Art. 185					

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 003/2014 - IMPRESS

Extrato de Termo Aditivo nº 003/2014

IMPRESS - Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União

1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 0015/2013.

Partes: IMPRESS e AMX ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS LTDA.

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

Adita-se para 12 (doze) meses a partir da data da assinatura deste termo.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União, SC, 01 de novembro de 2014.

MARGARETH FLISSAK

Presidente IMPRESS

Contratante

AMX ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS LTDA

Contratada

DECRETO Nº 583/2014

DECRETO Nº 583, de 17 de novembro de 2014.

Dispõe sobre Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no art. 40, § 1º, inc. III, alínea a, da Constituição Federal, devidamente combinado com o art. 31, inc. I, da Lei Municipal nº 2.108, de 09 de junho de 1995, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005, observado o disposto nos artigos 6º e 7º da Emenda Constitucional 41/2003,

DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, com proventos integrais, ao Servidor Público Municipal Sr. ANTONIO SZYMKOVIK, portador do RG nº 10R/492.485/SC e CPF nº 353.055.099-04, no Cargo de Motorista de Veículos Leves, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK

Presidente do IMPRESS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 101/2014

Edital de convocação 101/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2013

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionada, APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/20103 a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 18/11/2014 à 24/11/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Capítulo III do Edital 001/2013, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocopia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
EVANDRO VIEIRA LOPES	4º		

Porto União (SC), 18 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE DE PRESENCIAL 051/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 100/2014 - PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 051/2014 - PREFEITURA

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para a Aquisição de Material de Higiene e Limpeza para Manutenção do Departamento Municipal de Esportes. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 04 de dezembro de 2014, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 18 de novembro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 026/2014 - FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 033/2014- FAS

Extrato de Edital de Pregão Presencial 026/2014 - FAS

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para Aquisição de Eletrodomésticos e Equipamentos Diversos para Manutenção de Instituição de Acolhimento (Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União). O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 03 de dezembro de 2014 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 18 de novembro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 050/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 099/2014 - PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 050/2014 - PREFEITURA

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para a Contratação de Empresa para Executar o Transporte de Passageiros em Viagens Interestaduais, Intermunicipais para Eventos Esportivos e para Atividades de Idosos. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 02 de dezembro de 2014, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre

Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 18 de novembro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

ERRATA REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO 053/2014 - EDUCAÇÃO

ERRATA

REFERENTE PROCESSO LICITATORIO 053/2014 - EDUCAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 011/2014

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna pública a Errata do Processo Licitatório 053/2014 - EDUCAÇÃO, sendo que devido às alterações efetuadas no Preço Máximo Admitido do mesmo fica alterado o fim do Recebimento e Abertura dos envelopes para o dia 08 de Dezembro de 2014, às 14:00 horas, no mesmo local. Será disponibilizado novo arquivo para autocotação. As demais informações permanecem inalteradas.

Porto União SC, 18 de novembro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

ERRATA REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO 052/2014 - EDUCAÇÃO

ERRATA

REFERENTE PROCESSO LICITATORIO 052/2014 - EDUCAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 010/2014

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna pública a Errata do Processo Licitatório 052/2014 - EDUCAÇÃO, sendo que devido às alterações efetuadas no Prazo de Execução do mesmo fica alterado o fim do Recebimento e Abertura dos envelopes para o dia 05 de Dezembro de 2014, às 09:00 horas, no mesmo local. Será disponibilizado novo arquivo para autocotação. As demais informações permanecem inalteradas.

Porto União SC, 18 de novembro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 582/2014

DECRETO Nº 582, de 14 de novembro de 2014.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.155, de 08 de julho de 2013 (LDO) e 4.200, de 02 de dezembro de 2013 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do Fundo Municipal de Educação, as dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais):

ÓRGÃO ÓRGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2011 – Programa de Alimentação Escolar		
MODALIDADE	3390 – 109 – Aplicações Diretas	03	22.000,00
	TOTAL DA SU- PLEMENTAÇÃO		22.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação ocorrido no exercício, na Fonte 109.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 14 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 584/2014

DECRETO Nº 584, de 18 de novembro de 2014.

Dispõe sobre a nomeação do responsável pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto União - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o caráter público do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto União - SC;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização do responsável pela entidade junto à Receita Federal do Brasil - RFB,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado MARCOS ANTONIO VIEIRA, Responsável pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto União - SC, perante a Receita Federal do Brasil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 18 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 585/2014

DECRETO Nº 585, de 18 de novembro de 2014.

Dispõe sobre natureza jurídica do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto União - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o caráter público do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto União - SC;

CONSIDERANDO a necessidade de reenquadramento fiscal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a natureza jurídica do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto União - SC, que passa a ter a seguinte designação fiscal: 120-1 Fundo Público.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 18 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARCOS ANTONIO VIEIRA

Gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto União - SC

DECRETO Nº 586/2014

DECRETO Nº 586, de 18 de novembro de 2014.

Nomeia Comissão Responsável pela Avaliação de Progressão por Desempenho dos professores que atuam na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "c", da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 18 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Responsável pela Avaliação de Progressão por Desempenho dos professores que atuam na Secretaria Municipal de Educação, para o período de 03 (três) anos, conforme estabelece o artigo 18, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011.

Art. 2º Designar como membros da Comissão, nos termos do que dispõe o Artigo 18 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011:

- I- Bento Trindade Júnior - Secretário Municipal de Educação;
- II- Cecília Clarete Kopko Tidre e Rute dos Santos Renner - Membros da Equipe da Secretaria Municipal de Educação;
- III- Rosani Ester Schroh de Camargo e Janemar Aparecida Dalfovo Miskievicz - Membros de Unidade Educacional.

Art. 3º Designar para constituírem a Comissão de Avaliação, quando os participantes da mesma forem avaliados, nos termos do que dispõe o Artigo 19 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, os seguintes membros:

- I- Adriana Mary Correa Stacechen;
- II- Célia Regina Plautz Buch.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 18 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Pouso Redondo**PREFEITURA****PROCESSO 034 2014 FMS CREDENCIAMENTO**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 34/2014

INEXIGIBILIDADE Nº. 04/2014

EDITAL DE CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, a partir das 09:00 Horas do dia 01.12.2014, institui o sistema de Credenciamento de Farmácias para fornecimento de medicamentos conforme lista A - Z, aprovada pelo ministério da saúde, para os medicamentos não disponíveis na farmácia básica do município. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133.

Pouso Redondo, em 18 de Novembro de 2014.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO NR. 136/2014

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 136/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA – ME
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a aquisição de materiais didáticos, de expediente, pedagógico, recreativo e de aviamento, destinados ao "Projeto Técnico para Cofinanciamento de Serviços de Proteção Social Básica", atendendo a idosos, crianças, adolescentes e jovens do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR R\$:	R\$ 13.116,50 (treze mil, cento e dezesseis reais, com cinquenta centavos).
VIGÊNCIA:	14/11/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO NR. 137/2014

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 137/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	LUCIANE FRIGO ME
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a aquisição de materiais didáticos, de expediente, pedagógico, recreativo e de aviamento, destinados ao "Projeto Técnico para Cofinanciamento de Serviços de Proteção Social Básica", atendendo a idosos, crianças, adolescentes e jovens do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR R\$:	R\$ 11.140,13 (onze mil, cento e quarenta reais, com treze centavos).
VIGÊNCIA:	14/11/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO NR. 138/2014

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 138/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	TECIDÃO COMÉRCIO DE TECIDOS E CONFECÇÕES LTDA
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a aquisição de materiais didáticos, de expediente, pedagógico, recreativo e de aviamento, destinados ao "Projeto Técnico para Cofinanciamento de Serviços de Proteção Social Básica", atendendo a idosos, crianças, adolescentes e jovens do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR R\$:	R\$ 7.072,65 (sete mil, setenta e dois reais, com sessenta e cinco centavos).
VIGÊNCIA:	14/11/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR 290

LEI COMPLEMENTAR Nº 290, de 14 de novembro de 2014.

“ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 244 DA LEI COMPLEMENTAR 110, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica alterado o artigo 244 da Lei Complementar 110, de 17 de dezembro de 2003, que institui o Código Tributário no município de Rio do Sul, passando a vigorar com a seguinte redação:
	<p>Art. 244 - Fica permitido o parcelamento do Imposto sobre a transmissão inter-vivos, por ato oneroso, de bens imóveis, para os casos em que ainda não ocorreu o fato gerador da obrigação tributária, a partir da publicação da presente Lei Complementar, observando-se o seguinte:</p> <p>I - para obtenção do benefício, o contribuinte deverá solicitar a guia para recolhimento do imposto, indicando o número de parcelas desejadas;</p> <p>II - o parcelamento poderá ser concedido em até 5 (cinco) cotas mensais e sucessivas, sem juros, não inferiores a R\$ 200,00 (duzentos reais);</p> <p>III - para a lavratura da escritura pública no Cartório de Ofício de Notas ou a transcrição do título de transferência no Cartório de Registro de Imóveis, é obrigatório o adimplemento de todas as parcelas;</p> <p>IV - a Secretaria Municipal da Fazenda emitirá, ao final do pagamento, Declaração de Quitação, válida para certificação da quitação das parcelas.</p>

Art. 2º-	Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO

14 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul.

LEI 5.524

LEI Nº 5.524, de 14 de novembro de 2014.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:
----------	---

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL
20.01	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL
2.072	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00	Aplicações Diretas

01000000	Recursos Ordinários	R\$	60.000,00
	TOTAL	R\$	60.000,00

Art. 2º-	Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:		
----------	---	--	--

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
1.038	Projetos, Eventos e Contrapartida		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	60.000,00
	TOTAL	R\$	60.000,00

Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO

14 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

LEI 5.523

LEI Nº 5.523, de 14 de novembro de 2014.

“DENOMINA CARLITO BECKER A RUA SEM DENOMINAÇÃO LOCALIZADA NO BAIRRO FUNDO CANOAS”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica denominada “Carlito Becker” a rua sem denominação localizada no bairro Fundo Canoas, com início na Rua Elizabeth Jasper e final a 112,00 metros de seu início, medindo 112,00 metros de extensão e 12,00 metros de largura, conforme croqui, parte integrante da presente Lei.
----------	---

Art. 2º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

GABINETE DO PREFEITO

14 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

PORTARIA 1181/RH

PORTARIA Nº 1181/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal □ SIMM), Licença

Gestante, no período de 05/11/2014 a 04/03/2015, a servidora municipal DEISE FERREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de novembro de 2014.

CARLOS ALBERTO LUTHARDT

Secretário Municipal de Administração Interino

Cfr

PORTARIA Nº 1108/2014

PORTARIA Nº. 1108/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a partir de 10/10/2014, a servidora municipal JURIANA DALANDREA, do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de outubro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Apmf

DECRETO Nº 4413, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4413, de 14 de novembro de 2014.

"HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 7º da Lei nº 2.869, de 14 de março de 1994,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Trânsito (CMT) de Rio do Sul, cujo texto consta no Anexo I do presente Decreto.
----------	--

Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 4113, de 04 de junho de 2014.
----------	--

GABINETE DO PREFEITO.

14 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO (CMT) DE RIO DO SUL

TÍTULO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

CAPÍTULO I

Da Natureza

Art. 1º-	O Conselho Municipal de Trânsito (CMT), reger-se-á pelo presente Regimento Interno, observando as normas e disposições fixadas em Lei.
----------	--

CAPÍTULO II

Das Finalidades

Art. 2º-	O Conselho Municipal de Trânsito (CMT), órgão consultivo do Poder Executivo Municipal que tem por finalidade orientar o Chefe do Poder Executivo Municipal sobre matéria relacionada ao trânsito.
----------	---

TÍTULO II

DA COMPETÊNCIA, COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I

Da Competência

Art. 3º-	Ao Conselho Municipal de Trânsito (CMT), compete:
	I - zelar pela unidade do Departamento de Trânsito de Rio do Sul (DETURS) inserido na organização administrativa do Município de Rio do Sul;
	II - colaborar na articulação das atividades desenvolvidas pelo Departamento de Trânsito de Rio do Sul (DETURS);
	III - sugerir medidas de aperfeiçoamento relativas ao planejamento, administração e fiscalização do trânsito local;
	IV - auxiliar na coordenação de campanhas educativas de trânsito;
	V - opinar sobre questões de trânsito submetidas a sua apreciação;
	VI - acompanhar o resultado das coletas de dados estatísticos sobre acidentes de trânsito e suas causas, sugerir medidas que visem minimizar tais acidentes.

CAPÍTULO II

Da Composição

Art. 4º-	O Conselho Municipal de Trânsito (CMT) é constituído pelos seguintes membros:
	I - Assessor Especial de Defesa do Cidadão, ocupando a função de presidente do Conselho Municipal de Trânsito (CMT);
	II - Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos;
	III - Chefe da Divisão de Projetos, Urbanismo e Meio Ambiente;
	IV - Diretor do Departamento de Trânsito de Rio do Sul (DETURS);
	V - um membro da Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul;
	VI - um membro do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Rio do Sul;
	VII - um membro da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Alto Vale do Itajaí;
	VIII - um membro da Câmara de Dirigentes Lojistas;
	IX - dois membros da União das Associações de Bairros de Rio do Sul;
	X - um membro do 13º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina;
	XI - um membro da Polícia Civil, indicado através CIRETRAN de Rio do Sul;
	XII - um membro da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Rio do Sul;
	XIII - um membro da Câmara de Vereadores de Rio do Sul;
	XIV - um membro da Guarda Municipal de Rio do Sul.

	Parágrafo único - Caberá as entidades mencionadas indicar também um suplente, para cada membro titular indicado.
Art. 5º-	O Conselho Municipal de Trânsito (CMT) terá a seguinte estrutura:
	I - um presidente;
	II - um vice-presidente;
	III - um secretário.
	Parágrafo único - o mandato dos membros do Conselho Municipal de Trânsito (CMT) será de dois anos, podendo ser reconduzido uma única vez por igual período.

CAPÍTULO III Da Composição

Seção I Do Presidente

Art. 6º-	Compete ao presidente do Conselho Municipal de Trânsito (CMT):
	I - representar o Conselho Municipal de Trânsito (CMT);
	II - dirigir e orientar os trabalhos internos do Conselho Municipal de Trânsito (CMT);
	III - presidir reuniões;
	IV - convocar reuniões extraordinárias;
	V - fixar a pauta das reuniões do Conselho Municipal de Trânsito (CMT);
	VI - formular consultas ou promover conferências sobre matéria de interesse do Conselho Municipal de Trânsito (CMT);
	VII - baixar atos decorrentes das reuniões do Conselho Municipal de Trânsito (CMT);
	VIII - resolver questões de ordem;
	IX - requerer a realização de estudos solicitados pelo Conselho Municipal de Trânsito (CMT);
	X - encaminhar ao Chefe do Poder Executivo Municipal os pareceres e sugestões apresentadas pelo Conselho Municipal de Trânsito (CMT);

Seção II Do Vice-Presidente

Art. 7º-	Caberá ao vice-presidente do Conselho Municipal de Trânsito (CMT):
	I - desempenhar as atribuições do presidente, quando este estiver ausente, impedido ou licenciado;
	II - apresentar planos de trabalho;
	III - participar das votações;
	IV - assessorar o presidente.

Seção III Do Secretário

Art. 8º-	Compete ao Secretário:
	I - redigir as atas das reuniões e distribuí-las, mediante aprovação do presidente;
	II - redigir toda a correspondência, relatórios anuais, comunicados e similares do Conselho Municipal de Trânsito (CMT), mediante aprovação do presidente;
	III - manter os serviços administrativos e de arquivo do Conselho Municipal de Trânsito (CMT) atualizados e em ordem;
	IV - apresentar planos de trabalho;

	V - prestar informações ao presidente ou aos demais membros do Conselho Municipal de Trânsito (CMT) sobre assuntos administrativos;
	VI - receber informações de outros órgãos de interesse do Conselho Municipal de Trânsito (CMT) e transmiti-las ao presidente;
	VII - fornecer informações a outras entidades, mediante autorização do presidente.

Seção IV Dos Membros do Conselho

Art. 9º-	Compete aos membros do Conselho Municipal de Trânsito (CMT):
	I - comparecer as reuniões do Conselho Municipal de Trânsito (CMT);
	II - solicitar ao presidente do Conselho Municipal de Trânsito (CMT) a convocação de reuniões extraordinárias, justificando a necessidade;
	III - estudar e relatar assuntos que lhes forem distribuídos, emitindo parecer;
	IV - tomar parte nas discussões e votações;
	V - pedir vistas de pareceres;
	VI - assinar atas e pareceres;
	VII - desempenhar os encargos que lhe forem atribuídos pelo presidente;
	VIII - cumprir as determinações desse Regimento Interno.

Art. 10-	Na ausência do presidente e do vice-presidente do Conselho Municipal de Trânsito (CMT), assumirá a presidência o secretário e, na falta deste o membro mais antigo.
----------	---

TÍTULO III DAS REUNIÕES

Art. 11-	O Conselho Municipal de Trânsito (CMT) se reunirá mensalmente, com pauta de trabalho previamente elaborada e distribuída com antecedência mínima de 10 dias, para estudo e conhecimento de seus membros.
----------	--

Art. 12-	As reuniões extraordinárias realizar-se-ão sempre que o presidente do Conselho Municipal de Trânsito (CMT) convocar, observando-se o quorum de, no mínimo dois terços de seus membros.
----------	--

Art. 13-	As proposições dos membros do Conselho Municipal de Trânsito (CMT) serão sempre submetidas à votação, sendo aprovadas as que obtiverem o voto da maioria simples dos presentes.
----------	---

Art. 14-	O Conselho Municipal de Trânsito se reunirá em dias e horários fixados pelo presidente, ou extraordinariamente, mediante convocação com antecedência mínima de 15 dias.
----------	---

Art. 15-	As reuniões serão abertas com a presença de no mínimo 10 membros em primeira chamada, caso o número de membros presentes forem inferiores a 10 e decorrido o prazo de 10 minutos da primeira chamada, realizar-se-á segunda chamada, com a presença de no mínimo 05 membros.
----------	--

Art. 16-	Em cada sessão haverá:
	I - abertura da reunião;
	II - leitura, apreciação e aprovação da ata da reunião anterior;
	III - expediente;
	IV - ordem do dia;
	V - apreciação das propostas e projetos;
	VI - assuntos gerais.

Art. 17-	A ausência injustificada em pelo menos 03 reuniões consecutivas ou 05 alternadas, exclui automaticamente o membro faltante, devendo o presidente do Conselho Municipal de Trânsito (CMT) dar ciência ao respectivo órgão para a devida substituição.
----------	--

Art. 18-	O presidente somente votará em caso de empate.
----------	--

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19-	O período de atividades do Conselho Municipal de Trânsito (CMT) terá início na segunda semana do mês de fevereiro e término previsto na terceira semana do mês de dezembro, de cada exercício.
----------	--

Art. 20-	O conselho poderá solicitar diretamente aos órgãos técnicos e administrativos municipais que lhe prestem as informações e assistências que forem necessárias.
----------	---

Art. 21-	Os membros do Conselho Municipal de Trânsito (CMT) exercerão suas atividades de forma gratuita, sendo tais serviços considerados relevantes.
----------	--

Art. 22-	Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação.
----------	--

PORTARIA Nº 1123/2014

PORTARIA Nº. 1123/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a partir de 10/10/2014, a servidora municipal ALVACIR MACEDO PEREIRA, do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de outubro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Apmf

DECRETO Nº 4415, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4415, de 14 de novembro de 2014.

"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Processo Seletivo, integrada pelos Srs. Givanildo Silva, Vanessa Maria Bastos, Carmela Suzana da Veiga Ferreira, Débora Roiwas e Marlise Fronza para, sob a Presidência do primeiro, coordenar todas as etapas do Processo Seletivo - Edital nº 011/2014 do Município de Rio do Sul, destinado ao preenchimento de vagas para as funções de Professor e Pedagogo - Ano Letivo de 2015, em caráter temporário, para a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Além de Coordenar todas as etapas do Processo Seletivo, compete a referida comissão: a elaboração do edital, a execução, acompanhamento e supervisão de todas as etapas de avaliação, a emissão de julgamentos e deliberação sobre os casos omissos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

14 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

PORTARIA Nº 1184/2014

PORTARIA Nº 1184/RH

CARLOS ALBERTO LUTHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Portaria Nº.1158/RH, de 07 de novembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar vago, a partir de 25/10/2014, o cargo de provimento efetivo de Professor, ocupado pelo(a) servidor(a) SILVIO TOBIAS BRANDALIZE, em virtude de seu falecimento em 25/10/2014, conforme Certidão de Óbito Matrícula nº 105262 01 55 2014 4 00044 080 0016484 65 da Comarca de Rio do Sul

- Santa Catarina, nos termos do inciso VII do Art. 38 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de novembro de 2014.

Carlos Alberto Luithardt

Secretário Municipal de Administração Interino

Apmf

DECRETO Nº 4411, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4411, de 14 de novembro de 2014.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.426, de 12/12/2013 e Lei nº 5.524, de 14/11/2014,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:
----------	---

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
2.072	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	60.000,00
	TOTAL	R\$	60.000,00

Art. 2º-	Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:
----------	---

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
1.038	Projetos, Eventos e Contrapartida		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	60.000,00
	TOTAL	R\$	60.000,00

Art. 3º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

14 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4412, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4412, de 14 de novembro de 2014.

"EXONERA JOSÉ LEANDRO SOUZA DA VEIGA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonera, a pedido, a partir de 14/11/2014, o servidor JOSÉ LEANDRO SOUZA DA VEIGA, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Fiscalização da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

14 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário Municipal de Administração Interino

PORTARIA Nº. 1174/2014

PORTARIA Nº. 1174/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria n. 1158, de 07 de novembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento no § 1º. do Art. 50 da Lei Complementar nº 207/2010, fica dispensado do registro de ponto diário o(a) servidor(a) municipal CLAUDIO CIMARDI, matrícula nº 3630001, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL DE DEFESA DO CIDADÃO, em razão das particularidades afetas ao cargo, conforme os termos do Protocolo nº 150560/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de novembro de 2014.

Carlos Alberto Luithardt

Secretário Municipal de Administração Interino

Jhc

EDITAL Nº 02/14 SELEÇÃO DE BENEFICIÁRIO PARA O PROGRAMA MCMV

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
ECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE HABITAÇÃO

EDITAL - 02/14 - SELEÇÃO DE BENEFICIÁRIOS PARA O PROGRAMA MCMV

A Prefeitura Municipal de Rio do Sul, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, atendendo a Portaria nº 595, de 18 de dezembro de 2013 do Ministério das Cidades, o Decreto Municipal nº 3626, de 29 de setembro de 2013, com base no Termo de Compromisso firmado entre a Prefeitura e o Ministério das Cidades, torna pública as regras de sorteio para selecionar beneficiários para o empreendimento habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida- Faixa 1, conforme especificado a seguir:

1. Objeto

1.1 - O presente Edital tem objeto sortear 128 (cento e vinte e oito) unidades habitacionais do empreendimento RESIDENCIAL ATAÍDE GENEROSO FERNANDES "MARAJÓ", localizado na Rua Mafalda Lingner Porto, no Bairro Progresso, Rio do Sul/SC.

2. Participantes

2.1 - Participarão do sorteio candidatos inscritos no Programa Minha Casa Minha Vida, no Departamento de Habitação, que integra a Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação - Prefeitura de Rio do Sul/SC, por meio de inscrições realizadas até a data da publicação do presente Edital.

2.2 - Foram excluídos do sorteio os candidatos inscritos que não se enquadram nos critérios do Programa Minha Casa Minha Vida - Faixa 1, conforme o disposto no ANEXO 01, e candidatos que prestaram informações incorretas ou ilegíveis sobre número de Cadastro da Pessoa Física (CPF), Número de Identificação Social (NIS), nome dos beneficiários e demais informações do cadastro de inscrição.

2.3 - Para efeito desse sorteio foram considerados candidatos que atendem até 04 (QUATRO) critérios de prioridade, isolados ou simultaneamente, atendendo ao disposto na Linha b, Item 5.5, da Portaria 595, de 2013, do Ministério das Cidades.

2.4 - Serão atendidos diretamente, sem necessidade de sorteio para o referido 'Residencial', os candidatos que atendam entre 05 (cinco) e 06 (seis) critérios de prioridade, simultaneamente, além do disposto na linha a, Item 5.5, da Portaria 595, de 2013, do Ministério das Cidades.

2.5 - Serão atendidos diretamente, sem necessidade de sorteio para o referido 'Residencial', os candidatos provenientes de situação de emergência ou calamidade pública (Decreto nº 2.088 de 08 de setembro de 2011) até o limite de 50% das unidades disponíveis, que se enquadrem no critério de renda de até R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais).

2.6 - Os candidatos são responsáveis pelas informações prestadas e respondem sob as penas do Artigo 299 do Código Penal.

3. Sorteio

3.1 - O sorteio público e aleatório de unidades habitacionais ocorrerá no dia 20 de novembro de 2014, às 14 (catorze) horas, no Parque Universitário Norberto Frahn - PUNF, (Encontro dos Rios) - Rua Herculano Teixeira Nunes, 105 - Centro - Rio do Sul/SC e será realizado por meio físico abrangendo certames conforme descrito a seguir:

SORTEIO 01 - Sorteio de 05 (CINCO) unidades habitacionais destinadas a pessoa com deficiência ou a famílias de que façam parte pessoas com deficiência, conforme disposto no item 5.3 da Portaria nº 595, de 18 de dezembro de 2013 do Ministério das Cidades e art. 1º da Lei Municipal nº 5087, de 07 de dezembro de 2010 referentes a 07 (sete) por cento do número de unidades habitacionais do empreendimento.

SORTEIO 02 - Sorteio de 03 (TRÊS) unidades habitacionais destinadas a candidatos Idosos, referentes a 03 (três) por cento do número de unidades habitacionais do empreendimento, conforme estabelece a Lei 10.741, de 01 de Outubro de 2003, e suas alterações, e o Item 5.2 da Portaria nº 595, de 18 de Dezembro de 2013, do Ministério das Cidades.

SORTEIO 03 - Sorteio de 75% (Setenta e cinco por cento) de unidades habitacionais do número total de unidades habitacionais do empreendimento destinadas a candidatos do GRUPO I, que atendam de 03 (TRÊS) a 04 (QUATRO) critérios de prioridade, descontadas as unidades habitacionais destinadas a candidatos que atendam a famílias em que integram pessoa com deficiência e idosos e áreas de risco, somados os grupos familiares remanescentes dos sorteios 01 e 02, totalizando 159 grupos familiares.

SORTEIO 04 - Sorteio de 25% (vinte e cinco por cento) de unidades habitacionais destinadas aos candidatos do GRUPO II, que atendam de 0 (ZERO) a 02 (DOIS) critérios de prioridade, do número total de unidades do empreendimento já descontadas as unidades habitacionais dos sorteios 01, 02 integrantes de áreas de risco, totalizando 60 candidatos.

SORTEIO 05 - Sorteio de 30% (trinta por cento) de candidatos SUPLENTEs, do número de candidatos sorteados no Sorteio 03, em ordem numérica crescente, que serão considerados beneficiários respeitando a sequência numérica do Sorteio somente se houver desistência ou incompatibilidade de candidatos sorteados no Sorteio 03.

SORTEIO 06 - Sorteio de 30% (trinta por cento) de candidatos SUPLENTEs do número de candidatos sorteados no Sorteio 04, em ordem numérica crescente, que serão considerados beneficiários respeitando a sequência numérica do Sorteio somente se houver desistência ou incompatibilidade de candidatos sorteados no Sorteio 04.

3.2 - os critérios do Programa Minha Casa Minha Vida, faixa 01, a serem utilizados como base para este Edital estão dispostos no ANEXO 1.

3.3 - A divulgação do resultado do sorteio será realizada por meio da página da Prefeitura de Rio do Sul, na internet e pelo Diário Oficial do Município, em listagem com o nome, o critério de seleção e os três primeiros dígitos do CPF dos beneficiários.

3.4 - o resultado do sorteio será enviado para o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social conforme o Item 5.10 da Portaria Nº 595, de 18 de Dezembro de 2013, do Ministério das Cidades.

4. Das obrigações do Beneficiário

4.1 - Os beneficiários deverão comparecer ao Departamento de Habitação que integra a Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, portando os documentos relacionados no ANEXO 02 e deverão prestar as informações e assinar os documentos e declarações que forem exigidos pelas regras do Programa Minha Casa Minha Vida, pelo Agente Financeiro e pela Prefeitura de Rio do Sul;

4.2 - os beneficiários serão contatados por meio de telefone ou por carta, considerando os dados do cadastro de inscrição;

4.3 - os beneficiários que não comparecerem ao Departamento de Habitação /SMASH após o sorteio, não apresentarem documentação completa e não realizarem a assinatura de documentos exigidos, no prazo de 15 (QUINZE) dias serão, automaticamente, substituídos por candidatos suplentes sorteados.

4.4 - os candidatos suplentes sorteados serão convocados para preenchimento das vagas de acordo com a colocação na ordem do sorteio de suplente do certame;

4.5 - os candidatos suplentes serão contatados por meio de telefone ou por carta, considerando os dados do cadastro de inscrição e terão prazo de até 15 (quinze) dias para comparecer ao Departamento de Habitação/SMASH e apresentar documentação completa e realizarem a assinatura de documentos exigidos;

4.6 - os candidatos suplentes que não forem contemplados no empreendimento objeto deste Edital retornarão para o cadastro do município.

4.7 - Caso o número de adesões dos candidatos suplentes não preencha o número de unidades disponíveis, será realizado novo sorteio.

5. Da convocação para o processo de contratação da unidade habitacional.

5.1 - Os candidatos contemplados serão submetidos pela Caixa Econômica Federal, por intermédio do número de seus CPF's, a pesquisas cadastrais previstas no Programa Minha Casa Minha Vida, visando à comprovação das informações prestadas e, posteriormente, aprovação dos candidatos.

5.2 - os candidatos considerados incompatíveis pela Caixa Econômica Federal não serão convocados para participar do processo de contratação das unidades habitacionais e poderão saber a razão da incompatibilidade no Departamento de Habitação, que integra a Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação.

Rio do Sul, 11 de novembro de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO I

CRITÉRIOS PARA ENQUADRAMENTO E PRIORIDADES - PMCMV

CONDIÇÕES PARA ENQUADRAMENTO:

Para participar do Programa Minha Casa Minha Vida - Faixa 1, no município de Rio do Sul/SC, o candidato deve atender as seguintes condições:

- 1 - Ter idade mínima de 18 anos;
- 2 - Ter renda familiar mensal bruta de até R\$ 1.600,00;
- 3 - Não possuir imóvel próprio;
- 4 - Não ter sido beneficiado anteriormente por programas de habitação de interesse social;
- 5 - Prestar informações corretas e legíveis.

CRITÉRIOS DO PMCMV

São critérios de priorização para o Programa Minha Casa Minha Vida, considerando a Lei 11.977, de 07 de julho de 2009, a Portaria 595, de 18 de dezembro de 2013 do Ministério das Cidades, e o Decreto Municipal nº 3626, de 29 de setembro de 2013, da Prefeitura de Rio do Sul/SC:

Critérios Nacionais:

- a) Famílias residentes em áreas de risco ou insalubre ou que tenham sido desabrigadas;
- b) Famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar;
- c) Famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

Critério local:

- a) Residir no município desde no mínimo 08 de março de 2011.
- b) Famílias que habitam ou trabalham próximos à região do empreendimento, de forma a evitar deslocamentos interurbanos extensos;
- c) Famílias das quais façam parte crianças (0 a 11 anos, 11 meses e 29 dias).

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O PMCMV

O candidato sorteado deverá comparecer no Departamento de Habitação, que integra a Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, com os seguintes documentos:

- 1 - RG (Identidade) atualizada de acordo com o estado civil
- 2 - CPF - atualizado e acordo com o estado civil
- 3 - NIS
- 4 - Certidão de nascimento e/ou de casamento
- 5 - Averbação de divórcio e/ou separação na Certidão de Casamento.
- 6 - Atestado Médico com CID - Classificação Internacional de Doenças - dos membros das famílias que apresentem deficiência física, mental, auditiva, visual e nanismo.

Os beneficiários deverão ainda, assinar as declarações exigidas pelo Agente Financeiro e Prefeitura de Rio do Sul/SC. Todos os documentos devem estar legíveis e sem rasuras.

ANEXO III

A Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação torna pública - as informações técnicas - sobre o Sorteio de Unidades Habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida para o Residencial Marcolino Martinho Felipe.

Sobre o Sorteio

As unidades habitacionais serão sorteadas por meio físico, realizado em evento público, divulgado com antecedência de 03 (três) dias, possibilitando a participação de representantes da sociedade e interessados no Programa Minha Casa Minha Vida.

A lista de inscritos aptos até as datas definidas no Edital será utilizada como base para o sorteio das unidades habitacionais. Aos inscritos é atribuído um número utilizado como referência para sorteio.

PORTARIA 1185/RH

PORTARIA Nº 1185/RH

CARLOS ALBERTO LUTHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 254 e 255, da Lei Complementar Nº 207/2010 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal □ SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 26/11/2014 a 24/01/2015, a servidora municipal GREICE APARECIDA DA CONCEIÇÃO,

ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de novembro de 2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário Municipal de Administração Interino

Cfr

PORTARIA Nº 1182/RH

PORTARIA N. 1182/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria n. 1158, de 07 de novembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder as servidoras abaixo relacionadas, a primeira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2011 a 2014, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

MATRÍCULA	SERVIDORA	CARGO
171263/1	BEATRIZ PETRY PFLEGER	GUARDA MUNICIPAL
186937/1	BRUNA LIVRAMENTO	AGENTE ADMINISTRATIVO
127574/3	MAITARA GABRIELA DA LUZ BROERING	AGENTE ADMINISTRATIVO

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de novembro de 2014, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de novembro de 2014.

Carlos Alberto Luithardt

Secretário Municipal de Administração Interino

Asfj

PUBLICAÇÃO DE EDITAIS POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. ÓRGÃO AUTUADOR 8043, DO Nº1991/2014 AO Nº1998/2014. ÓRGÃO AUTUADOR 8796/RADAR, Nº88/2014 ATÉ O Nº91/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1991/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACP2880	55292116D	5029/2	13/09/2014	162 * II
AOD7245	55290088D	5010/0	26/09/2014	162 * I
AOD7245	55290089D	5118/0	26/09/2014	164 c/c 162 * I
CRI8963	55292410D	6599/2	15/10/2014	230 * V
DWS4014	55292414D	6599/2	15/10/2014	230 * V
LWY9168	54695990E	5010/0	11/10/2014	162 * I
LWY9168	54696000E	6610/2	11/10/2014	230 * VII
LWY9168	54696091E	5010/0	14/09/2014	162 * I
LWY9168	54696093E	6610/2	14/09/2014	230 * VII
LWY9168	54696094E	6726/1	14/09/2014	230 * XVIII
LYD9717	54695988E	6599/2	11/10/2014	230 * V
LYD9717	54697050E	5010/0	11/10/2014	162 * I
LYO2513	54695987E	6599/2	07/10/2014	230 * V
LYW5159	54697303E	6599/2	15/10/2014	230 * V
LYZ1630	54697122E	6726/1	11/10/2014	230 * XVIII
MCX5037	54695320E	6599/2	04/10/2014	230 * V
MDI2103	54697117E	6599/2	07/10/2014	230 * V
MDT2725	55292337D	6637/1	13/10/2014	230 * IX
MDT6343	54693931E	6610/2	03/10/2014	230 * VII
MDT6343	54693932E	6645/0	03/10/2014	230 * X
MEX9561	55292412D	5010/0	15/10/2014	162 * I
MEX9561	55292413D	6599/2	15/10/2014	230 * V
MFE6204	54696591E	6653/2	27/09/2014	230 * XI
MKF4241	55292336D	7340/0	13/10/2014	252 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1992/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AQT1739	55291819D	5541/2	01/09/2014	181 * XVII
ARZ9953	55291690D	5541/1	10/09/2014	181 * XVII
LWY9168	54696092E	5185/1	14/09/2014	167
LXR2830	55291849D	5541/2	01/09/2014	181 * XVII
LXU5370	55291792D	5185/1	03/10/2014	167
LYR2089	55291842D	5541/2	01/09/2014	181 * XVII
LYR2089	55291845D	5541/2	01/09/2014	181 * XVII
MCA1286	55291846D	5541/2	01/09/2014	181 * XVII
MER4826	55292326D	6270/0	06/10/2014	220 * II
MEX9561	55292411D	7030/2	15/10/2014	244 * I
MGE8170	55292231D	5541/6	08/10/2014	181 * XVII
MGV4809	55291829D	5541/2	01/09/2014	181 * XVII
MKC9948	55291389D	5568/0	16/09/2014	181 * XIX
MKM8506	55290132D	5509/0	12/09/2014	181 * XIII
MMK1406	55291836D	5541/2	01/09/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1993/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CHF8490	54693541E	5274/1	06/07/2014	R\$ 191,53	175
CHF8490	54693542E	6599/2	06/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LQW0066	54694256E	6912/0	12/07/2014	R\$ 53,20	232
LYH2486	54694861E	5010/0	31/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYH2486	54694862E	5118/0	31/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYH5267	54693030E	5290/0	25/08/2014	R\$ 957,69	176 * II
LYV8946	55496624E	6920/0	26/06/2014	R\$ 127,69	233
LYZ1630	55290195D	6599/2	05/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZM8557	55291775D	6637/1	18/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MAF3231	55291954D	6599/2	18/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBB5060	55496609E	6920/0	13/06/2014	R\$ 127,69	233
MBU1509	55893232B	5045/0	14/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
MBU1509	55893233B	5142/0	14/08/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MBW0171	54694964E	6599/2	23/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCJ3016	54695460E	5118/0	14/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCS2813	54694257E	6599/2	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCS2813	54694258E	5029/2	24/06/2014	R\$ 957,69	162 * II
MCU0406	54693629E	5010/0	21/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDA9882	54693625E	5010/0	26/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDA9882	54693630E	5169/1	26/06/2014	R\$ 1.915,38	165
MDO5953	54695493E	6653/2	16/08/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MER6693	54695504E	5169/1	21/06/2014	R\$ 1.915,38	165
MFE5540	54694955E	5010/0	20/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFI8668	54696731E	5169/1	03/08/2014	R\$ 1.915,38	165
MFL5799	54694503E	6912/0	21/06/2014	R\$ 53,20	232
MGG4810	55496615E	6920/0	18/06/2014	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGH8171	54694809E	6599/2	28/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHF3961	54695578E	6912/0	28/07/2014	R\$ 53,20	232
MHR1085	54692821E	6599/2	12/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHR5646	54696169E	5169/1	11/07/2014	R\$ 1.915,38	165
MIH7945	55291774D	6599/2	18/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MLF2402	54694501E	6599/2	18/06/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1994/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAM5838	55291601D	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ADQ1378	54696798E	5185/1	23/08/2014	R\$ 127,69	167
AEI3104	54696069E	5398/0	10/08/2014	R\$ 53,20	181 * II
AIV5659	54693248E	6050/1	09/06/2014	R\$ 191,53	208
APC0907	55288787D	6050/1	10/08/2014	R\$ 191,53	208
APC0907	55288788D	5835/0	10/08/2014	R\$ 127,69	195
BYG4415	55291771D	7366/2	13/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
CBV0718	54696804E	5185/1	11/07/2014	R\$ 127,69	167
CHF8490	54693543E	5835/0	06/07/2014	R\$ 127,69	195
CHF8490	54693544E	5967/0	06/07/2014	R\$ 191,53	203 * V
CHF8490	54693545E	5347/0	06/07/2014	R\$ 85,12	178
CHF8490	54693546E	5215/2	06/07/2014	R\$ 191,53	170
CIN5949	54696702E	6050/2	05/07/2014	R\$ 191,53	208
CJR5449	54696372E	5185/1	19/07/2014	R\$ 127,69	167
DLB3226	55291635D	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ELO8778	54696793E	5541/1	13/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
JSQ3044	55291376D	5509/0	08/08/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
LWT4318	54696446E	5541/6	08/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LWU8244	54696001E	6050/1	18/08/2014	R\$ 191,53	208
LYI1772	54696343E	7366/2	13/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
LZT1249	54696981E	6050/1	14/08/2014	R\$ 191,53	208
MAX3079	55288909D	5568/0	08/07/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MBQ0164	55291810D	5460/0	08/08/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MCH1964	54696980E	6050/1	14/08/2014	R\$ 191,53	208
MDO5953	54695492E	5819/6	16/08/2014	R\$ 574,61	193
MDQ7333	54695964E	5185/1	20/08/2014	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDY2715	54696489E	6050/1	18/08/2014	R\$ 191,53	208
MEE5818	54694493E	6050/1	13/06/2014	R\$ 191,53	208
MEG0410	55291300D	5541/4	18/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEM1006	54696361E	5185/1	12/07/2014	R\$ 127,69	167
MEZ2297	55288724D	5541/6	18/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFC1472	54696974E	6050/1	14/08/2014	R\$ 191,53	208
MFF3780	55288605D	6050/1	20/06/2014	R\$ 191,53	208
MFW6247	55288935D	5550/0	13/08/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGA6248	54696473E	5185/1	10/07/2014	R\$ 127,69	167
MGH5347	54696313E	5185/1	10/07/2014	R\$ 127,69	167
MJZ7571	54696969E	5185/1	12/08/2014	R\$ 127,69	167
MKV3212	54696746E	5452/1	21/08/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MLA7128	55289486D	5541/6	07/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMM6879	54696972E	5185/1	13/08/2014	R\$ 127,69	167
MRC8915	55290194D	6050/2	04/08/2014	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1995/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFJ9973	55291939D	6599/2	19/09/2014	230 * V
AGK8734	55292114D	6599/2	13/09/2014	230 * V
LWY3697	54697351E	5010/0	15/10/2014	162 * I
LYJ7032	54697054E	5274/1	27/09/2014	175
LYJ7032	54697056E	5169/1	27/09/2014	165
LYX0239	54697352E	5010/0	15/10/2014	162 * I
MBA0174	55290083D	6599/2	17/09/2014	230 * V
MCA1286	55292113D	6599/2	13/09/2014	230 * V
MIV7655	54697051E	6599/2	17/09/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1996/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHY9012	55292213D	5550/0	29/09/2014	181 * XVIII
DSI1558	55291398D	5460/0	03/10/2014	181 * IX
LXO2042	55292317D	5541/4	29/09/2014	181 * XVII
MCS1584	55292322D	5835/0	30/09/2014	195
MCS1584	55292323D	5541/1	30/09/2014	181 * XVII
MDT6343	54693930E	5835/0	03/10/2014	195
MFR9744	55292319D	5541/1	29/09/2014	181 * XVII
MHW0009	55292061D	5460/0	02/10/2014	181 * IX
MKN4372	55291936D	5541/1	17/09/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1997/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BMG8931	54694603E	5045/0	22/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
BMG8931	54694604E	5142/0	22/06/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
BMG8931	54695905E	6599/2	22/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYS0782	54693223E	5169/1	21/06/2014	R\$ 1.915,38	165
LZG4104	54696742E	5169/1	15/08/2014	R\$ 1.915,38	165
MAK7870	55496627E	6920/0	26/06/2014	R\$ 127,69	233
MCF7457	54694205E	5169/1	22/06/2014	R\$ 1.915,38	165
MCF7457	54694206E	5010/0	22/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCF7457	54694207E	6599/2	22/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCK2440	54695857E	6610/2	23/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MDA9882	54693626E	5118/0	26/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDA9882	54693627E	6599/2	26/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGE1743	55496607E	6920/0	16/06/2014	R\$ 127,69	233
MHE6272	55496603E	6920/0	10/06/2014	R\$ 127,69	233
MHL6532	54695852E	6599/2	18/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHL6532	54695853E	5045/0	18/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MHY8361	54693492E	6602/0	19/08/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MHY8361	54693493E	6637/2	19/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1998/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
APP1729	54696279E	5541/6	31/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BMG8931	55289181D	7366/2	17/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
DRH5695	54696922E	5185/1	02/08/2014	R\$ 127,69	167
LWX0178	54696467E	5185/1	10/07/2014	R\$ 127,69	167
LWX0178	54696468E	7366/2	10/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
LYV9257	55328711D	5428/4	21/06/2014	R\$ 191,53	181 * V
LZS5383	54696505E	5541/4	22/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBQ2311	55289178D	5541/1	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCY1763	54696351E	5185/1	07/07/2014	R\$ 127,69	167
MEZ9915	54696865E	5541/6	29/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGK3603	54697001E	5460/0	05/09/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MHS5758	55291807D	5509/0	27/07/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
MJI6423	54696937E	5541/6	04/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLC8563	54693221E	5452/1	20/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MLC8563	55288638D	5452/1	04/08/2014	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 796 88/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
GUD0257	8796005515	7463/0	25/09/2014	218 * II
LZK9362	8796005519	7455/0	09/10/2014	218 * I
LZT3966	8796005554	7455/0	09/10/2014	218 * I
MAL0668	8796005507	7455/0	25/09/2014	218 * I
MAP6259	8796005505	7455/0	25/09/2014	218 * I
MCU1009	8796005504	7455/0	25/09/2014	218 * I
MDG3166	8796005503	7455/0	25/09/2014	218 * I
MIV4713	8796005521	7455/0	09/10/2014	218 * I
MJI1821	8796005552	7455/0	09/10/2014	218 * I
MJT4127	8796005509	7455/0	25/09/2014	218 * I
MKY0207	8796005548	7455/0	09/10/2014	218 * I
MMK7945	8796005516	7455/0	25/09/2014	218 * I
MMM5669	8796005520	7455/0	09/10/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 796 89/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ANJ3434	8796003313	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
AOC3041	8796004070	7463/0	26/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
APD4751	8796004129	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
APS9402	8796004608	7463/0	14/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
ARW5255	8796003946	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
CNA2448	8796004097	7463/0	26/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
CPR8140	8796004127	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
CQB9878	8796004043	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
DEH6956	8796004125	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
DFF7295	8796003744	7455/0	15/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
DGB0684	8796003944	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
DKP7828	8796003928	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
DKV3811	8796003551	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
EFX1414	8796004058	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
EJA8837	8796004823	7463/0	18/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
HLJ3843	8796003993	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
KDF9045	8796004006	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LBK5755	8796004023	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LLC7894	8796004021	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LNS3857	8796004177	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYG7841	8796003997	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYH9471	8796003586	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYQ1777	8796004695	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYQ6322	8796004039	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZA8423	8796004187	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZR4240	8796004042	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZW7044	8796004137	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAM5080	8796004095	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAZ0578	8796004077	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCF8124	8796004169	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCL2695	8796004096	7471/0	26/07/2014	R\$ 574,61	218 * III
MCV4558	8796004074	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCX5037	8796004671	7463/0	18/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDD2669	8796004211	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDI1968	8796004189	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEF6511	8796004030	7471/0	26/07/2014	R\$ 574,61	218 * III
MEW2170	8796003964	7463/0	25/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MEY0173	8796004045	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFU2163	8796004018	7463/0	26/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGB1434	8796004180	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGL6465	8796003967	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGQ5368	8796003999	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGT2628	8796004063	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGW3309	8796004204	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHK9716	8796003984	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIB0304	8796003698	7463/0	15/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIP1409	8796004144	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIR9190	8796003592	7463/0	11/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIW0127	8796003988	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIY7056	8796004182	7463/0	30/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJB5311	8796003321	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJB5311	8796003716	7455/0	15/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJJ5548	8796004085	7463/0	26/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJL0643	8796004108	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJN7093	8796003971	7463/0	25/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJW3335	8796004011	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJW6465	8796004003	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKC5839	8796004139	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKM3495	8796004162	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKN1440	8796003952	7463/0	25/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLI8503	8796004056	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLL9101	8796004216	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLT2393	8796004055	7463/0	26/07/2014	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MMF1062	8796003630	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMK1529	8796004703	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MZW1395	8796003335	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 796 90/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CED2630	8796005492	7455/0	19/09/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 796 91/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
GYA5147	8796003633	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
IGP9024	8796003595	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
JOL8297	8796003885	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZJ0628	8796005001	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAR1614	8796004052	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBZ3462	8796002835	7455/0	10/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHB8846	8796005023	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJI1291	8796005100	7455/0	26/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJN7825	8796005197	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJO5670	8796005249	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJX4959	8796005165	7463/0	27/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJY0338	8796003341	7463/0	03/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKD5710	8796004955	7455/0	01/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLN8719	8796003737	7463/0	15/07/2014	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA
DIRETOR DO DETURS

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 073/2014

DECRETO Nº 073 - DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA EXCESSO
DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO ,
ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com
a Lei Municipal 01.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um
crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil
Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 4.016 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BASICA
VARIÁVEL

Categoria Econômica: 3.3 - DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 30.000,00

Fonte: 01.64

RED: 17

Art. 2º - A suplementação de que se trata o artigo anterior, será
utilizado o Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 10 de Novembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EXTRATOS DE CONTRATO NºS 171 À 180

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 171/2014

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: RADIO ATLANTICO SUL LTDA

OBJETO: Prestação de Serviços com transmissão das partidas do
Campeonato Municipal de Futebol Amador 2014, em emissora de
rádio FM, de alcance regional, aos domingos, das 15 às 18 horas.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

VIGÊNCIA: 06/10/2014 a 07/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 172/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 179/2013

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: CONCRETUBOS, OBRAS DE URBANIZAÇÃO LTDA
- EPP.

OBJETO: Prorrogação da vigência contratual de execução dos ser-
viços, conforme solicitação da empresa, em virtude das decorren-
tes chuvas, ocorrendo atraso na obra e por ocasião de adequa-
ção do projeto inicial Fica prorrogado a partir de 12/10/2014, até
12/12/2014 em conformidade com o disposto na Cláusula Décima
Nona, parágrafo único, do instrumento original do contrato e nos
termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

Vigência: 12/10/2014 até 12/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 173/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 131/2014

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

OBJETO: Prorrogação da vigência contratual de execução dos ser-
viços, conforme solicitação da empresa, em virtude das decorren-
tes chuvas, ocorrendo atraso na obra. Fica prorrogado a partir de
07/10/2014 até 08/12/2014, em conformidade com o disposto na
Cláusula Décima Nona, parágrafo único, do instrumento original
do contrato e nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

Base Legal: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993

Vigência: 07/10/2014 até 08/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 174/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2014-PL
02/2014- PR.

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ROMANO COMERCIO ATACADISTA DE DERIVADOS
DE PETRÓLEO LTDA

OBJETO: fica aditado para incluir quantitativos de Óleo Diesel S10.
Base Legal: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, Art 65.

Valor: R\$ 46.800,00 (quarenta e seis mil e oitocentos reais)

Vigência: 08/10/2014 até 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 175/2014

Pregão Presencial nº85/2014 - PL 85/2014

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: PEPE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME

OBJETO: Fornecimento de materiais para manutenção de bens
imóveis, proteção e segurança e ferramentas para as secretarias
do município, que será entregue parceladamente até 31/12/2014.
Base Legal: Lei Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal
nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 22.097,50(Vinte e dois mil, noventa e sete reais e

cinquenta centavos).
VIGÊNCIA: 27/10/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 176/2014
Pregão Presencial nº85/2014 - PL 85/2014
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul
CONTRATADA: RAMON ESPINDOLA FARIAS ME
OBJETO: Fornecimento de materiais para manutenção de bens imóveis, proteção e segurança e ferramentas para as secretarias do município, que será entregue parceladamente até 31/12/2014.
Base Legal: Lei Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.
VALOR: R\$ 29.928,85(Vinte e nove mil novecentos e vinte e oito reais e oitenta e cinco centavos).
VIGÊNCIA: 27/10/2014 à 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 177/2014
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 179/2013
Processo Licitatório nº 68/2013 - TP.
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul
CONTRATADA: CONCRETUBOS, OBRAS DE URBANIZAÇÃO LTDA - EPP
OBJETO: O objeto previsto na cláusula terceira do contrato de origem fica aditado para acrescer os quantitativos unitários, conforme parecer técnico e orçamento anexo ao contrato.
Base Legal: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993
Valor: R\$ 7.109,08(Sete mil cento e nove reais e oito centavos).
Vigência: 07/10/2014 até 08/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 178/2014
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul
CONTRATADA: INOVA
ASSESSORIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME
OBJETO: Serviços de ASSESSORIA E CONSULTORIA COMERCIAL EM TELECOMUNICAÇÕES pela CONTRATADA, que se caracteriza no acompanhamento dos valores pagos pela CONTRATANTE, ajuste de tarifas, negociações com consultores das operadoras de telefonia do País, mudanças de planos e contratações de serviços novos para a telefonia do cliente, orientação para cancelamentos de serviços ou produtos, com o objetivo específico de reduzir os gastos da CONTRATANTE com telefonia fixa em todos os seus números.
Base Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e posterior alteração do Código Civil
VALOR: R\$ 800,00(oitocentos reais), pelo período orçamentário.
VIGÊNCIA: 03/11/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 179/2014
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25/2012
Processo Licitatório nº 49/2011 - TP nº 04/2011.
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul
CONTRATADA: PRESERVALE SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA
OBJETO: O objeto previsto na cláusula terceira do contrato de origem fica aditado para acrescer os quantitativos unitários, nos termos do Art. 65 da Lei nº 8.666/93.
Base Legal: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993
Valor: R\$ 18.278,72(Dezoito mil duzentos e setenta e oito reais e setenta e dois centavos).
Vigência: 03/11/2014 até 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 180/2014
Processo de Licitação nº 84/2014-Concorrência Pública CONTRA-
TANTE: Município de Santa Rosa do Sul
CONTRATADA: BRAMAC CONSTRUÇÕES EIRELI EPP OBJETO:
EXECUÇÃO DA 1ª ETAPA DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, composto de serviços preliminares, ligações domiciliares, estações elevatórias, caixas de distribuições, wetland(filtro plantado), Baffled, emissários, e urbanização e paisagismo. Tudo será executado de conformidade com os projetos arquitetônicos

e complementares em anexo.(memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico financeiro).
Base Legal: Lei nº 8.666/93, e alterações introduzidas pela Lei nº 9.648/98, Lei Complementar nº 123/2006.
VALOR: R\$: 5.526.008,80, (Cinco milhões, quinhentos e vinte e seis mil, oito reais e oitenta centavos)
VIGÊNCIA: 14/11/2014 a 14/11/2015(12 meses)

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 141/2014

PORTARIA Nº 119/2014

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido licença maternidade à Servidora Pública Municipal Senhora SIMONE MÁRCIA MULLER ASSMANN, Matrículas nº 724/2 e 805/2 ocupante do cargo de ENFERMEIRO, pelo período de 120 dias a contar do dia 08 de Julho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso SC, 08 de Julho de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

DECRETO N. 300, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO N. 300, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas que lhe confere a Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 e alterações:

CONSIDERANDO o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado ao qual adolescentes autores de ato infracional têm direito;

CONSIDERANDO que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades;

CONSIDERANDO que com o advento da Lei nº 12.594/2012, passa a ser obrigatória a elaboração e implementação, nos municípios o Plano de Atendimento Socioeducativo (de abrangência decenal), com a oferta de serviços e programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto (cuja responsabilidade ficou a cargo dos municípios) e privativas de liberdade (sob a responsabilidade dos estados), além da previsão de intervenções específicas junto às famílias dos adolescentes socioeducandos;

CONSIDERANDO que o objetivo do SINASE, é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente intersetorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e "equipamentos" públicos;

CONSIDERANDO que o SINASE, estabelece que a aplicação e execução das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, por ser norteada, antes e acima de tudo, pelo "princípio da proteção integral à criança e ao adolescente", deve observar uma "lógica" completamente diversa da que orienta a aplicação e execução de penas a imputáveis (sem prejuízo, logicamente, do "garantismo" que, tanto na forma da lei quanto da Constituição Federal é assegurado indistintamente em qualquer dos casos), e que a verdadeira solução para o problema da violência infanto-juvenil, tanto no plano individual quanto coletivo, demanda o engajamento dos mais diversos órgãos, serviços e setores da Administração Pública, que não mais podem se omitir em assumir suas responsabilidades para com esta importante demanda;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que por força do disposto na própria Lei nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, demanda uma abordagem eminentemente interdisciplinar, considerando, inclusive, a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma intersetorial;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento e estes deverão ser colhidos junto às mais diversas fontes - Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que não é correto "delegar" exclusivamente ao CREAS a responsabilidade pela elaboração do "Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo" (assim como pela execução das medidas nele previstas), pois embora a área da assistência social seja muito importante tanto no processo de elaboração do "Plano", quanto no atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias, o planejamento e execução das ações respectivas deve também ficar a cargo de outros setores da administração (assim como outros "atores" do "Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente"), que desta forma, precisam ser também chamados a participar, formando uma "comissão intersetorial" encarregada de elaborar um esboço de "Plano Municipal";

CONSIDERANDO que o Plano de Atendimento Socioeducativo é uma construção coletiva, e exige uma a definição de uma "comissão intersetorial" que irá esboçá-lo e colocá-lo a aprovação em Audiência Pública;

DECRETA

Art. 1º. Nomear a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme segue:

Salete Ana Wagner Junge Secretaria Municipal de Assistência Social

Sidiane Baruf, representando a Secretaria Municipal de Saúde

Tereza Back, representando a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, Neide Delalibera, representando o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente

Andréia Ely, representando o Conselho Tutelar

Art. 2º. A Comissão Intersetorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 3º. O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo será elaborado e entregue ao CMDCA até o dia 18 de Novembro 2014.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Comissão Intersetorial definirá entre seus

membros um coordenador, além de definir conjuntamente o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso em, 18 de novembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
Matricula nº 1268/8

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL 80/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 107/2014.
Edital: PREGÃO Nº. 80/2014.
Tipo: Unitário.
Objeto: Prestação de serviço de locação de brinquedos para instalação na praça municipal, para utilização das crianças em comemoração ao natal a ser realizado no dia 18 de dezembro de 2014 das 18:00 horas às 21:00 horas.
Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 01 de dezembro de 2014.
Abertura dos Envelopes: 13:30 horas do dia 01 de dezembro de 2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 17 de novembro de 2014.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 89/2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Termo Aditivo Nº	89/2014
Contrato Principal Nº	83/2014
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	AUTO POSTO SANTIAGO LTDA - EPP.
Objeto	Apostilamento de contrato, sendo que será alterado os itens orçamentários para o pagamento do seguinte objeto ÓLEO DIESEL B5 – S500, para aplicação dos recursos do Convênio Nº.2014TR3278 firmado entre o município de Santiago do Sul e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Quilombo – SDR.
Vigência	14 de novembro a 31 de dezembro de 2014.
Processo Nº.	852014
Pregão Presencial	60/2014
Santiago do Sul-SC, 14 de novembro de 2014.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

CONTRATO 90/2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Termo Aditivo Nº	90/2014
Contrato Principal Nº	82/2014
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	CASANOVA, LORENZETTI & CIA LTDA
Objeto	Apostilamento de contrato, sendo que será alterado os itens orçamentários para o pagamento do seguinte objeto ÓLEO DIESEL B5 – S500, para aplicação dos recursos do Convênio Nº.2014TR3278 firmado entre o município de Santiago do Sul e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Quilombo – SDR.
Vigência	14 de novembro a 31 de dezembro de 2014.
Processo Nº.	852014
Pregão Presencial	60/2014
Santiago do Sul-SC, 14 de novembro de 2014.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

LEI MUNICIPAL Nº754/2014 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar gastos com a aquisição de brindes para presentear os Servidores Municipais no final do ano.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Santiago do Sul que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar gastos de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais), com a aquisição de brindes para presentear os servidores municipais no final de ano.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no Orçamento Municipal vigente:

Atividade: 2.004 - Manut. das Atividades da Administração Geral.
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,
Estado de Santa Catarina, em 17 de novembro de 2014.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Carine Piva
Secretária Municipal de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL Nº753/2014 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 23.300,00 (Vinte e três mil e trezentos reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 03.00 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade Orçamentária: 03.01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função: 04 - Administração
Sub-Função: 122 - Administração Geral
Programa: 0004 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Ação: 2.004 - Manut. das Atividades da Administração Geral
Atividade: 2.004 - Manut. das Atividades da Administração Geral
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas
..... R\$ 8.000,00

Órgão: 03.00 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade Orçamentária: 03.01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função: 28 - Encargos Especiais
Sub-Função: 846 - Outros Encargos Especiais
Programa: 0000 - ENCARGOS ESPECIAIS
Ação: 0.002 - Contribuição ao PASEP
Atividade: 0.002 - Contribuição ao PASEP
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas
..... R\$ 6.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Função: 12 - Educação
Sub-Função: 365 - Educação Infantil
Programa: 0007 - TODA CRIANÇA NA ESCOLA
Ação: 2.010 - Manutenção Atividades Educação Infantil
Atividade: 2.010 - Manutenção Atividades Educação Infantil
Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.19 - Aplicações Diretas
..... R\$ 9.300,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da anulação das dotações discriminadas a seguir:

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Função: 27 - Desporto e Lazer
Sub-Função: 812 - Desporto Comunitário
Programa: 0011 - ESPORTE É SAÚDE
Ação: 2.025 - Promoção e Incentivo ao Esporte Amador
Atividade: 2.025 - Promoção e Incentivo ao Esporte Amador

Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas
..... R\$ 8.000,00
Órgão: 03.00 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade Orçamentária: 03.01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função: 04 - Administração
Sub-Função: 121 - Planejamento e Orçamento
Programa: 0005 - MUNICIPALISMO FORTALECIDO
Ação: 2.005 - Contribuição a Entidades Municipalistas
Atividade: 2.005 - Contribuição a Entidades Municipalistas
Natureza de Despesa: 3.3.50.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas
..... R\$ 6.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Função: 12 - Educação
Sub-Função: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 0007 - TODA CRIANÇA NA ESCOLA
Ação: 2.016 - Transporte Escolar - Ensino Fundamental
Atividade: 2.016 - Transporte Escolar - Ensino Fundamental
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.19 - Aplicações Diretas
..... R\$ 9.300,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,
Estado de Santa Catarina,
em 17 de Novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Carine Piva
Secretária Municipal de Administração e Finanças

São Bento do Sul

PREFEITURA

PRORROGAÇÃO INSCRIÇÕES EDITAIS Nº 002 E 003/2014

PRORROGAÇÃO EDITAL Nº 002/2014

DE ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO TEMPORÁRIO

PRORROGA INSCRIÇÕES DO PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO TEMPORÁRIO DO QUADRO DE SERVIDORES LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL

Considerando que, conforme matrículas e rematrículas, para o ano letivo de 2015 poderá haver redução de turmas em algumas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, a Secretaria Municipal de Educação torna pública a prorrogação das inscrições para o processo de Atribuição de Exercício Temporário, do quadro de servidores efetivos desta Secretaria que possuam lotação na Secretaria de Educação e ou não possuam vaga na Unidade Escolar de lotação.

DAS INSCRIÇÕES E DOS PRAZOS

1. Fica prorrogado o período de inscrições para o processo de Atribuição de Exercício Temporário, de 19 a 20 de novembro de 2014, das 8 horas às 12 horas e das 13h30min às 17 horas, na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Benjamin Constant, 120 - Centro, São Bento do Sul/SC.
2. As inscrições seguirão as normas estabelecidas no Edital nº 002/2014, quanto a documentação necessária.
3. A classificação será publicada na Secretaria de Educação, bem como afixada no mural da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, no dia 25 de novembro de 2014.
4. O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da data de divulgação do resultado final, para entrar com pedido de reconsideração da classificação, em recurso dirigido a Comissão Organizadora, que o julgará em igual período.
5. A classificação final será publicada na Secretaria de Educação, no dia 28 de novembro de 2014.

São Bento do Sul, 17 de novembro de 2014.

ALCIONE TERESINHA HINKE

Secretária Municipal de Educação

PRORROGAÇÃO EDITAL Nº 003/2014

DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA, REMOÇÃO E/OU LOTAÇÃO POR CONCURSO E REMOÇÃO POR PERMUTA

PRORROGA INSCRIÇÕES DO PROCESSO DE REMOÇÃO E/OU LOTAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL

Considerando que, conforme matrículas e rematrículas, para o ano letivo de 2015 poderá haver redução de turmas em algumas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, a Secretaria Municipal de Educação torna pública a prorrogação das inscrições para o processo de Remoção e ou Lotação por Concurso, do quadro de servidores efetivos desta Secretaria.

DAS INSCRIÇÕES E DOS PRAZOS

1. Fica prorrogado o período de inscrições para o processo de Remoção e ou Lotação por Concurso, de 19 a 20 de novembro de 2014, das 8 horas às 12 horas e das 13h30min às 17 horas, na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Benjamin Constant,

120 - Centro, São Bento do Sul/SC.

2. As inscrições seguirão as normas estabelecidas no Edital nº 003/2014, quanto a documentação necessária.

3. A classificação será publicada na Secretaria de Educação, bem como afixada no mural da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, no dia 25 de novembro de 2014.

4. O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da data de divulgação do resultado final, para entrar com pedido de reconsideração da classificação, em recurso dirigido a Comissão Organizadora, que o julgará em igual período.

5. A classificação final será publicada na Secretaria de Educação, no dia 28 de novembro de 2014.

São Bento do Sul, 17 de novembro de 2014.

ALCIONE TERESINHA HINKE

Secretária Municipal de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 32/2014 FC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 32/2014

Resumido do Pregão Presencial Nº 32/2014

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

MENOR PREÇO POR ITEM

A Fundação Cultural de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através do Presidente Braulio Hantschel e da Pregoeira Municipal, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 de 17/07/2002 e 8.666/93 de 21/06/1993 e suas alterações, que receberá até às 08:30 horas do dia 01/12/2014, no protocolo do município, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A FUND. CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL - ESCOLA DE MÚSICA DONALDO RITZMANN, CONFE TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I E CONVÊNIO Nº 2014 TR 001212 E RESPECTIVO PLANO DE TRABALHO, COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MAFRA.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo na Fundação Cultural, no Largo Hugo Fischer, 33 - Centro, no horário das 08:00 h às 17:00h, ou ainda pelo site, no endereço: www.saobentodosul.sc.gov.br

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2014.

BRAULIO HANTSCHHEL

Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA

Pregoeira Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 265/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 265/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI.

DO OBJETO: O presente Contrato tem por objetivo a contratação de empresa para elaboração de Oficinas conforme termo de referência anexo, para cumprimento da medida sócio-educativa referente ofício do MPSC nº 0001950/14, constante do item 02 do Pregão Presencial nº 242/2014.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar desta data.

DO VALOR: R\$ 9.174,24 - Valor Total.

São Bento do Sul, 01 de setembro de 2014.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 266/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 266/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC.

DO OBJETO: O presente Contrato tem por objetivo a contratação de empresa para elaboração de Oficinas conforme termo de referência anexo, para cumprimento da medida sócio-educativa referente ofício do MPSC nº 0001950/14, constante do item 03 do Pregão Presencial nº 242/2014.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar desta data.

DO VALOR: R\$ 11.500,00 - Valor Total.

São Bento do Sul, 01 de setembro de 2014.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 267/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 267/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NAGILA CRISTINA HINCKEL - ME.

DO OBJETO: O presente Contrato tem por objetivo a contratação de empresa para elaboração de Oficinas conforme termo de referência anexo, para cumprimento da medida sócio-educativa referente ofício do MPSC nº 0001950/14, constante dos itens 1, 4, 5 e 6 do Pregão Presencial nº 242/2014.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar desta data.

DO VALOR: R\$ 13.880,00 - Valor Total.

São Bento do Sul, 01 de setembro de 2014.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

NAGILA CRISTINA HINCKEL - ME, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 314/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 314/2014

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 104/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa IMPACTO ENGENHARIA LTDA, em 31 de MAIO de 2014, conforme Dispensa de Licitação nº 104/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 104/2014, que consiste na contratação de empresa especializada para Revitalização dos Mirantes de Rio Natal, no Município de São Bento do Sul - SC;

Considerando que durante a execução da obra, ao desmontar o deck/mirante constatou-se a necessidade de substituição de peças da base anteriormente previstas por diferentes dimensões, bem como maior número de peças de forma a recuperar com maior segurança a estrutura existente;

Considerando também que para o deck optou-se por manter uma homogeneidade de peças, substituindo todas as peças por peças novas e quanto ao acabamento superior houve necessidade de maior número do que previsto inicialmente e também o acréscimo

da desmontagem da estrutura remanescente;
Diante do exposto, faz-se necessário aditivar e suprimir o referido Contrato, com base no Art. 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica incluso no Contrato o valor total de R\$ 2.523,42 (dois mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e dois centavos).

Fica suprimido do Contrato o valor total de R\$ 906,57 (novecentos e seis reais e cinquenta e sete centavos).

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 14 de outubro de 2014.

Ass: JOCELITO PIERIN, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município.

IMPACTO ENGENHARIA LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 269//2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 269/2014

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Confecção de Uniformes Escolares de nº 140/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa E & E CONFECÇÕES LTDA, em 07 de MAIO de 2014, conforme Edital Pregão Presencial nº 117/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 140/2014, que consiste na confecção de uniformes escolares (camisetas escolares manga curta) para os alunos do Ensino Fundamental e Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, constante dos lotes de nºs 5 e 6; Considerando que o novo material entregue pelo fornecedor apresentou defeitos e a referida empresa ainda não concluiu a entrega das camisetas até a presente data, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato, conforme Cláusula Quinta - Da Vigência, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 30 (trinta) dias, a contar de 04 de setembro de 2014 e com término em 03 de outubro de 2014.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 01 de setembro de 2014.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

E & E CONFECÇÕES LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 305/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 305/2014

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Confecção de Uniformes Escolares de nº 140/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa E & E CONFECÇÕES LTDA, em 07 de MAIO de 2014, conforme Edital Pregão Presencial nº 117/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 140/2014, que consiste na confecção de uniformes escolares (camisetas escolares manga curta) para os alunos do Ensino Fundamental e Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, constante dos lotes de nºs 5 e 6; Considerando que a Contratada está realizando a troca do material enviado com defeito para a Secretaria de Educação;

Considerando que após a conferência da entrega das camisetas entregues até a presente data pela Secretaria de Educação, foi constatado que ainda faltam 110 peças para serem entregues, para tanto se faz necessário prorrogar a vigência do referido Contrato, conforme Cláusula Quinta - Da Vigência, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 30 (trinta) dias, a contar de 04 de outubro de 2014 e com término em 02 de novembro

de 2014.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 02 de outubro de 2014.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

E & E CONFECÇÕES LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 325/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 325/2014

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 208/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, em 18 de JUNHO de 2014, conforme Edital de Tomada de Preços nº 159/2014.

Considerando o objeto do Contrato de nº 208/2014, que consiste no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para reforma do Condomínio Empresarial para as instalações do EMEJA - Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos situado na Rua João Pauli, Bairro Colonial, conforme memorial descritivo e projetos;

Considerando que durante a demolição do galpão lateral, anexo à edificação, pela Secretaria de Obras, constatou-se a necessidade de adequações na estrutura remanescente, como a demolição de alvenarias, complementação de cobertura, reparo de corrimão e execução de mureta;

Visando também a melhoria da segurança e controle do acesso à área do EMEJA, faz-se necessária a execução de cercas, portões e iluminação externa, não previstos no projeto inicial;

Considerando que para a execução dos referidos serviços, há a necessidade de prolongar o prazo de execução para a conclusão da obra por mais 20 (vinte) dias;

Diante do exposto faz-se necessário aditivar o referido Contrato, com base no Art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, e prorrogar com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos;

Fica incluso no Contrato o valor de R\$ 18.327,14 (dezoito mil trezentos e vinte e sete reais e quatorze centavos).

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 20 (vinte) dias, a contar de 06 de novembro de 2014 e com término em 25 de novembro de 2014.

Mantém-se o prazo de vigência com término em 14 de dezembro de 2014.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2014.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

CHIARA MARIELE GURGACZ DESTRO, como Arquiteta e Urbanista. BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, como Contratada.

DECRETO Nº 745/2014

DECRETO Nº 0745, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

ALTERA O DECRETO Nº 644 DE 18 DE AGOSTO DE 2014 QUE DISPÕE SOBRE A LIMITAÇÃO DE DESPESA DO ORÇAMENTO MUNICIPAL 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º do Decreto nº 644 de 18 de agosto

de 2014 na forma que segue:

"Para fins de limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o Artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000, e obedecidos os critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, ficam reduzidas no montante de R\$ 15.698.149,22 (quinze milhões, seiscentos e noventa e oito mil, cento e quarenta e nove reais e vinte e dois centavos), excluindo os valores das seguintes Dotações do Orçamento vigente, a seguir identificada por Fonte de Recurso:

Fonte de Recurso: 0152 – Outras Transferência de Recursos do Fundo de Assistência Social			
Proj./Ativ.: 2.080	Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade		
(282) 44.90.52	Equipamento e Material Permanente	7.000,00	
Proj./Ativ.: 2.079	Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade		
(270) 33.90.32	Material de Distribuição Gratuita	14.000,00	

Art. 2º O desbloqueio da limitação de empenho da dotação orçamentária relacionada no artigo 1º, deu-se em virtude do restabelecimento da receita na fonte de recurso: código 152 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul 12 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 747/2014

DECRETO Nº 0747, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

ALTERA O ART 2º DO DECRETO Nº 0665, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014 QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º. O art. 2º do Decreto nº 0665, de 08 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Órgão: 16 – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO			
Unidade: 01 – Empresa Municipal de Habitação			
Atividade: 2.055 – Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB			
(3)	3.1.90.16.00.00.00 100	Outras Desp. Variáveis - PC	1.000,00
(4)	3.1.90.94.00.00.00 100	Inden. e Rest. Trabalhistas	1.300,00
(5)	3.1.91.13.00.00.00 100	Obrigações Patronais	1.500,00"

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08 de setembro de 2014.

São Bento do Sul, 14 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 748/2014

DECRETO Nº 0748, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

FERNANDO TURECK,

PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 060/2001, art.7º, inciso V,

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 05, de 12 de novembro de 2014, do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

RESOLUÇÃO nº 05/2014, São Bento do Sul, 12 de novembro de 2014.

Dispõe sobre a Aprovação do 2º Relatório Quadrimestral/2014 e Avaliação do 2º Quadrimestre da Contratualização junto ao Hospital e Maternidade Sagrada Família.

O Conselho Municipal de Saúde em reunião extraordinária realizada em 10 de novembro de 2014, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990 e pela Lei nº 8142 de 28 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o 2º Relatório Quadrimestral/2014.

Art. 2º Aprovar a Avaliação do 2º Quadrimestre da Contratualização junto ao Hospital e Maternidade Sagrada Família.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente

Conselho Municipal de Saúde de São Bento do Sul

DECRETO Nº 749/2014

DECRETO Nº 0749, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Oswaldo José Candatten, Edemilson Benedito de Assis, Alexandre Zotz, Rodrigo Schreiner e Rogerio Fossati Pinto, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura, análise e julgamento das propostas referentes ao Edital de Chamamento Público nº 003/2014 - EMHAB, a realizar-se às 08:30 horas, do dia 10 de dezembro de 2014, na sala de reunião da sede do Município de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de novembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO Nº 750/2014

DECRETO Nº 0750, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014
DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Oswaldo José Candatten, Rodrigo Schreiner, Ivo Henning Filho, Igor Weiss e Rosane Fiedler para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 10/2014 - EMHAB, a realizar-se às 09:30 horas, do dia 03 de dezembro de 2014, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de novembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO Nº 751/2014

DECRETO Nº 0751, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.
FERNANDO TURECK,
PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 - Administração Geral

Atividade: 2.051 - Gestão dos Serviços Públicos

(73) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 5.000,00

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

(19) 3.3.50.41.00.00.00 100 - Contribuições R\$ 1.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais e totais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 - Administração Geral

Atividade: 2.051 - Gestão dos Serviços Públicos

(75) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 5.000,00

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

(23) 3.3.90.48.00.00.00 100 - Outros Auxílios Financ. a PF
R\$ 1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 17 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6847/2014

PORTARIA Nº 6847, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Corrige Portaria nº 5437/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CORRIGIR a Portaria nº 5437/2014, que admitiu como servidor temporário DIOGO LEAL, no tocante ao cargo, passando de "Professor Anos Finais - Educação Física" para "Professor Oficina de Esporte".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13 de maio de 2014.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 6859/2014

PORTARIA Nº 6859, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal CACILDA TERESA FLEISCHMANN BECKERT, ocupante do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00070/10-4, de 12 anos, 01 mês e 21 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 7225, de 07 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 6870/2014

PORTARIA Nº 6870, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal MARIA CARMEN ONGHERO, ocupante do cargo de Enfermeiro, na Secretaria Municipal de Saúde, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00056/13-6, de 12 anos, 09 meses e 16 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 7311, de 12 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 14 de novembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 6871/2014

PORTARIA Nº 6871, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor VALENTIM RAFAEL WOLFF CELESKI, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial GM/Corsa Hatch, placas MJS 3059.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 14 de novembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 6872/2014

PORTARIA Nº 6872, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor ALISSON HACKE, ocupante do cargo de Fiscal de Posturas, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais: GM/Corsa, placas MIU 1477, e GM/Corsa, placas MIU 1547.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de novembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 6873/2014

PORTARIA Nº 6873, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os servidores ARI RIBEIRO DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Topógrafo, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, e JOSNEI ANTONIO SCHRITKI, ocupante do cargo de Coordenador de Setor de Logística e Transporte, na Secretaria Municipal de Saúde, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial VW/Gol, placas MHQ 6962.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de novembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

EDITAL Nº 04/2014 - COMSEA

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO BENTO DO SUL - COMSEA

EDITAL Nº 004/2014

DIVULGAÇÃO FINAL DAS CANDIDATURAS QUE PARTICIPARÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DAS ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO BENTO DO SUL.

Art. 1º A Comissão Eleitoral do Fórum para o Processo de Escolha das Entidades Não Governamentais do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Bento do Sul, com base no Edital nº 01/2014 e no artigo 3º do Edital nº 02/2014, ambos deste Conselho, torna público a divulgação final das candidaturas que participarão do Processo de Escolha das Entidades Não Governamentais do COMSEA, que segue, por ordem alfabética, sendo:

- I - Associação de Moradores da Vila Eichendorf;
- II - Associação de Moradores do Bairro Rio Vermelho;
- III - Associação de Moradores do Loteamento Salzburg;
- IV - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;
- V - Câmara de Dirigentes Lojistas de São Bento do Sul - CDL;
- VI - Hospital e Maternidade Sagrada Família;
- VII - Rotary Clube de São Bento do Sul - Cidade dos Moveis;
- VIII - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC;
- IX - Serviço Social da Indústria - SESI; e
- X - União Sãobentense das Associações de Moradores - USBAM.

Art. 2º - Em função de vício de redação, onde no artigo acima, no inciso II se lê "Associação de Moradores do Bairro Rio Vermelho", deve-se sub-rogar a referida expressão por "Associação dos Moradores da Rua Alberto Torres e Adjacências" que desde o principio deveria estar constando no Edital, na ata e demais documentos atinentes ao referido.

Parágrafo único. Esta errata tem efeito retroativo pelo que restam sanados os documentos anteriores.

Art. 3º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de novembro de 2014,
Arnaldo José De Conto
Presidente da Comissão Eleitoral

PORTARIA Nº 6864/2014

PORTARIA Nº 6864, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014
Revoga Portaria nº 6810/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
REVOGAR, a partir de 05 de novembro de 2014, a Portaria nº 6810/2014, que exonerou PIERRE ANDRADE DOS SANTOS, do cargo de Assessor Jurídico, na Procuradoria Jurídica.

São Bento do Sul, 14 de novembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 6865/2014

PORTARIA Nº 6865, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014
Revoga Portaria nº 6811/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
REVOGAR, a partir de 05 de novembro de 2014, a Portaria nº 6811/2014, que exonerou THIAGO HILGENSTIELER, do cargo de Assessor de Gabinete, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 14 de novembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 6866/2014

PORTARIA Nº 6866, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014
Revoga Portaria nº 6812/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
REVOGAR, a partir de 05 de novembro de 2014, a Portaria nº 6812/2014, que nomeou THIAGO HILGENSTIELER, do cargo de Assessor Jurídico, na Procuradoria Jurídica.

São Bento do Sul, 14 de novembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 6867/2014

PORTARIA Nº 6867, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014
Exonera Assessor Jurídico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 03 de novembro de 2014, PIERRE ANDRADE DOS SANTOS, do cargo de Assessor Jurídico, na Procuradoria Jurídica.

São Bento do Sul, 14 de novembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 6868/2014

PORTARIA Nº 6868, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014
Exonera Assessor de Gabinete

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 03 de novembro de 2014, TIAGO ROGERIO HILGENSTIELER, do cargo de Assessor de Gabinete, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 14 de novembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 6869/2014

PORTARIA Nº 6869, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014
Nomeia Assessor Jurídico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 03 de novembro de 2014, TIAGO ROGERIO HILGENSTIELER, no cargo de Assessor Jurídico, na Procuradoria Jurídica.

São Bento do Sul, 14 de novembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

LISTAGEM PORTARIAS Nº 11/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 6848, de 12 de novembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 04 de novembro de 2014. Miriam Passos. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais. PEM Ernesto Venera dos Santos. SEMED.

Portaria nº 6849, de 12 de novembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 04 de novembro de 2014. Linda Ines de Lima. Auxiliar de Serviços. CEIM Pequenos Passos. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 6850, de 12 de novembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 04 de novembro de 2014. Donaria Leite Oribka. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais. EBM Adélia Lutz. SEMED.

Portaria nº 6851, de 12 de novembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 04 de novembro de 2014. Sheila Schtigler. Auxiliar de Serviços. EBM Ilona Tschoeke. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 6852, de 12 de novembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 04 de novembro de 2014. Zenilda de Oliveira Feliciano. Auxiliar de Serviços. EBM Osny Vasconcellos. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 6853, de 12 de novembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 04 de novembro de 2014. Edna Vanessa Krzezinski. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais. EBM Adélia Lutz. SEMED.

Portaria nº 6854, de 12 de novembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 04 de novembro de 2014. Luciane Dubena. Auxiliar de Serviços. EBM Hercilio Malinowsky. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 6855, de 12 de novembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 04 de novembro de 2014. Andreia Roepke da Silva. Auxiliar de Serviços. CEIM Pequenos Passos. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 6856, de 12 de novembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 10 de novembro de 2014. Rosilene de Jesus Rodrigues. Auxiliar de Serviços. CEIM Pingo de Gente. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 6857, de 12 de novembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 11 de novembro de 2014. Ivani Alves de Carvalho Oliveira. Auxiliar de Serviços. CEIM Algodão Doce. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 6858, de 12 de novembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 11 de novembro de 2014. Leticia de Campos Franzoni. Médico Clínico Geral. 10 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 6861, de 13 de novembro de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 12 de novembro de 2014. Jucelia Bora Correa. Atendente Educativo. Grupo Ocupacional Assistência Educacional. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 6862, de 13 de novembro de 2014. Revoga a Portaria nº 6861/2014 que nomeou servidora pública municipal Jucelia Bora Correa, no cargo de Atendente Educativo, por desistência espontânea em 12 de novembro de 2014.

Portaria nº 6863, de 13 de novembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 12 de novembro de 2014. Catiane Alesandra Jablonski Vieira. Auxiliar de Serviços. CEIM Tico e Teco. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 6874, de 18 de novembro de 2014. Concede Gratificação de Função, FG - 2 de Agente de Coordenação da Padaria Comunitária. Derli Teles de Andrade. Auxiliar de Serviços. SEMAS.

Portaria nº 6875, de 18 de novembro de 2014. Concede Gratificação de Função, FG - 2 de Agente de Coordenação do Programa Família de Apoio. Críchima Paes de Lima. Atendente Educativo. SEMAS.

São Bento do Sul, 19 de novembro de 2014.
FERNANDO TURECK,
PREFEITO MUNICIPAL.

IPRESBS**RETIFICAÇÃO PORTARIA IPRESBS Nº407/2014**
RETIFICAÇÃO

Na Portaria 407/2014, de 13 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios de 18 de novembro de 2014.

Onde se lê:

“Art. 2º (...) a partir de 14/11/2014, em virtude de Licença Maternidade.”

Leia-se:

“Art. 2º. (...) a partir de 14/11/2014.”

São Bento do Sul, 18/11/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

RETIFICAÇÃO PORTARIA IPRESBS Nº412/2014
RETIFICAÇÃO

Na Portaria 412/2014, de 14 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios de 18 de novembro de 2014.

Onde se lê:

“Art. 2º (...) Técnico em Enfermagem, Motorista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, (...)”

Leia-se:

“Art. 2º. (...) Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, (...)”

São Bento do Sul, 18/11/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

São Carlos**PREFEITURA****EXTRATO CONT.39-2014**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	039 /2014
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada..:	IOPLAN INST OESTE DE PLAN E CONS LTDA
Objeto.....:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO, ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
Valor.....:	R\$7.840,00(sete mil oitocentos e quarenta reais),
Vigência.....:	60 dias
Licitação.....:	AF
SAO CARLOS, 10 de novembro de 2014	
CLEOMAR WEBER KUHN	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONT N.40/2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	040 /2014
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada..:	LSW SERVIÇOS LTDA
Objeto.....:	EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS ANITA GARIBALDI-COSTA E SILVA, PE. JOÃO BERTHIER E SILVENIO PICCOLI - C/3.681M² CFME PROJETO
Valor.....:	R\$265.939,18(duzentos e sessenta e cinco mil novecentos e trinta e nove reais e dezoito centavos)
Vigência.....:	210 dias
Licitação.....:	87/2014
SAO CARLOS, 17 em novembro de 2014	
CLEOMAR WEBER KUHN	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONT N.41/2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	41 /2014
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	LEANDRO PAGLIARI ME
Objeto.....:	CONSTRUÇÃO DE PÓRTICO MUNICIPAL C/28,90 M²-CFME PROJETO
Valor.....:	R\$254.628,98(duzentos e cinquenta e quatro mil seiscentos e vinte e oito reais e noventa e oito centavos)
Vigência.....:	150 dias
Licitação.....:	88/2014
SAO CARLOS, em 17 de novembro de 2014.	
CLEOMAR WEBER KUHN	
PREFEITO MUNICIPAL	

São Domingos**PREFEITURA****DEC 1762 DE 13 11 2014 REMANEJAMENTO FMS E EDUCAÇÃO**

DECRETO Nº 1762 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.729, de 04/12/13;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 76.106,00 (setenta e seis mil, cento e seis reais) no Orçamento das entidades Prefeitura Municipal e Fundo de Saúde, nas seguintes modalidades de aplicação e fonte de recurso:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
12.368.1005.2.042 Manutenção das Atividades da Educação Básica

Da Classificação Orçamentária:

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	35	01.0058	46.106,00

Para Classificação Orçamentária:

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$	
33900000	Aplicações Diretas	31	01.0058	46.106,00	
10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
10.301.1006.2.027 – Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal					

Da Classificação Orçamentária:

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	21	01.0064	30.000,00

Para Classificação Orçamentária:

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	22	01.0064	30.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 13 de novembro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

CONT. PREFE N. 075 ANDRÉ VIANA

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: OUTUBRO/2014

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 075/2014 de 21/10/2014

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 5.500,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 21/10/2014

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA ASSESSORAR A COMISSÃO INTERSETORIAL PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: Andre Viana Custodio

CPF/CNPJ/MF: 19.845.618/0001-80

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2014

CONT. PREFE N. 074 COZINHA

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: OUTUBRO/2014

NÚMERO CONTRATO: PREFE Nº 074/2014 de 17/10/2014

VALOR TOTAL DO CONTRATO: 10.000,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 17/10/2014

DESCRIÇÃO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA A COZINHA DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: Valdenir Camara ME

CNPJ: 10.881.363/0001-37

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2014

CONT. PREFE N. 076 JAIME MARQUES

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: OUTUBRO/2014

NÚMERO CONTRATO: PREFE Nº 076/2014 de 24/10/2014

VALOR TOTAL DO CONTRATO: 3.106,90

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 24/10/2014

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA: A) AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO; SERVIÇOS GRÁFICOS; DE DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO; SONORIZAÇÃO; LOCAÇÃO DE ESPAÇO E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO 6º SEMINÁRIO DAS MULHERES ORGANIZADAS, A SER REALIZADO NA DATA PROVÁVEL DE 08 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO (EXECUÇÃO PARCIAL DA META 3) E; B) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS (EXECUÇÃO DA META 1 DO PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES - CONVÊNIO N. 788173/2013) - (COMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 110/2014, PREGÃO PRESENCIAL PREFE N. 036/2014 NOS ITENS QUE RESTARAM DESERTOS).

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: Jaime José Marques - Minimercado ME

CNPJ: 04.306.004/0001-53

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2014

CONT. PREFE N. 077 ACORDAR - 6º SEMINÁRIO

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: OUTUBRO/2014

NÚMERO CONTRATO: PREFE 077 DE 24/10/2014

VALOR: R\$ 3.385,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 24/10/2014

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE 20 (VINTE) HORAS DE SERVIÇO NA ORGANIZAÇÃO DO 6º SEMINÁRIO DAS MULHERES ORGANIZADAS PARA A EXECUÇÃO PARCIAL DA META 3 DO PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES EM SÃO DOMINGOS, REFERENTE AO CONVÊNIO N. 788173/2013.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATANTE: Município de São Domingos - SC

CNPJ: 83.009.894.001-08

CONTRATADA: ACORDAR TREINAMENTOS LTDA - EPP

CNPJ nº 12.927.815/0001-08

DATA FINAL VIGÊNCIA: 31/12/2014

CONT. PREFE N. 078 MACROMAQ PÁ CARREGADEIRA

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2014

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 078/2014 de 13/11/2014

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 350.000,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 13/11/2014

DESCRIÇÃO: AQUISIÇÃO DE UMA MÁQUINA PÁ CARREGADEIRA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC, OBJETO DO CONVÊNIO N. 809379, CONTRATO DE REPASSE N. 1.020.481-86/2014 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/MAPA/CAIXA.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: Macromaq Equipamentos Ltda

CPF/CNPJ: 83.675.413/0002-84

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2014

ADITIVO FMS 014 BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: OUTUBRO/2014

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 014 de 29/10/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 29/10/2014

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 019/2014 Pregão Presencial 008/2014

DESCRIÇÃO: o objeto do presente Termo Aditivo consiste na inclusão do "item 10" na tabela constante da CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO e na alteração da CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR do Contrato FMS n. 002 de 1º de agosto de 2014.

VALOR DO ADITIVO: R\$ 800,00 (oitocentos reais)

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS

CPF/CNPJ/MF: 01.356.570/0001-81

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 01/08/2015

CONT. PREFE N. 038 CLARINE KUHLEKAMP

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: ABRIL/2014

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 038 DE 01/04/2014

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 12.600,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/04/2014

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTOR (A)/PROFESSOR (A) DE CAPOEIRA, PARA AS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) COM CARGA HORÁRIA DE 08 (OITO) HORAS SEMANAIS.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADA: CLARINE KUHLEKAMP MEI

CNPJ n. 17.921.940/0001-16,

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2014

ADITIVO FMS 015 SCARIOTI & LONGO VALOR

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2014

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 015 DE 04/11/2014

5º termo Aditivo ao Contrato FMS n. 010/2012

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 04/11/2014

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 006/2012 Tomada de Preços n. 001/2012

DESCRIÇÃO: o objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Segunda do Contrato n. 010 de 26/03/2012

Valor do aditivo: R\$ 716,89

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: Clínica de Diagnóstico Scarioti & Longo Ltda

CPF/CNPJ: 07.100.523/0001-59

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2014

RESCISÃO CIMEC

DADOS DA RESCISÃO PARCIAL UNILATERAL

DATA: 03 DE NOVEMBRO DE 2014

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 021, DE 14 DE MARÇO DE 2012

VALOR DA RESCISÃO: 21.589,89 (vinte e um mil, quinhentos e oitenta e nove reais e oitenta e nove centavos)

DESCRIÇÃO: CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA JUNTO AO LOTEAMENTO VIDA NOVA NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, OBJETO DO TERMO DE COMPROMISSO n. 0352.422-30/2011 - MC/CEF, COM ÁREA TOTAL DE 4.197,40 M².

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

CNPJ n. 83.009.894/0001-08

Contratada: CIMEC PRÉ-FABRICADOS DE CIMENTO EIRELLI ME

CNPJ n. 01.418.444/0001-04

Fundamento Legal da Rescisão: artigo 79 da Lei n. 8.666/93

ADITIVO FMS 010 DR. LUIZ PRAZO

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: SETEMBRO/2014

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 010 DE 22/09/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 22/09/2014

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 004/2013 Tomada de Preços n. 001/2013

DESCRIÇÃO: o objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO do contrato FMS n. 011 de 04 de março de 2013.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: Luiz Carlos Theobaldo Pereira ME

CPF/CNPJ: n. 08.779.523/0001-90

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 30/06/2015

São José

PREFEITURA

EDITAL Nº 001/2014/SSDST - CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA IMPLANTAÇÃO DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA IMPLANTAÇÃO DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSE, no uso de suas atribuições e, em atendimento ao que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 8.987/95, faz saber a quem interessar possa, especialmente aos cidadãos joseenses, que fará realizar Audiência Pública, com vistas a discutir a implantação do Estacionamento Rotativo para otimizar os espaços de estacionamentos e propiciar maior acessibilidade e mobilidade, e para ela CONVIDA nos seguintes termos:

1. DA SESSÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

1.1 DATA: 02.12.2014

1.2 HORÁRIO: Com início às 19h30m (horário de Brasília)

1.3 LOCAL: AUDITÓRIO DO CATI - Av. Acioni de Souza Filho, s/n, Beira Mar, Praia Comprida, São José

2. DO OBJETO

2.1 Discutir a implantação do estacionamento pago, através do Sistema denominado Estacionamento Rotativo, a fim de democratizar o uso das vagas existentes no Município, bem como regularizar o uso dos recuos e calçadas, visando à acessibilidade.

2.2 Os estudos e seu Relatório Final estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de São José - <http://www.pmsj.sc.gov.br/zonaazul>, para dar conhecimento e publicizar o conteúdo do referido estudo à Comunidade do Município de São José.

3. DA APRESENTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E SUGESTÕES

3.1 Os pedidos de esclarecimentos e sugestões poderão ser previamente apresentados até o dia 01.12.2014, sempre por escrito, com identificação do consulente (nome, telefone, email, endereço), endereçado ao Presidente da Mesa Diretora (que subscreve este edital) para o endereço eletrônico: zonaazulpmsj@gmail.com.

4. DA SESSÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

4.1 A sessão da Audiência Pública será conduzida pela Mesa Diretora, e desenvolver-se-á da seguinte forma:

a. Identificação dos presentes, através da assinatura da lista de presença, disponibilizada no início da reunião;

b. Abertura da sessão, por parte do Presidente da Mesa Diretora, com apresentação dos integrantes da Mesa, que participarão dos trabalhos;

c. Anúncio por parte do Presidente da Mesa Diretora, da ordem de sequência das exposições, e dos respectivos expositores que se incumbirão da apresentação dos objetivos da contratação, e das diretrizes básicas do objeto a ser licitado;

d. Abertura do prazo para formulação e apresentação das questões, por escrito, por parte dos interessados. Serão admitidas manifestações orais, desde que devidamente inscrito para tal, limitadas a 2 (dois) minutos cada uma e que ocorrerão logo após a apresentação dos técnicos, pelo período de 20 minutos;

e. As questões apresentadas serão respondidas na própria sessão, juntamente com aquelas apresentadas na forma do sub item 3.1, sendo analisadas e tratadas pela Mesa Diretora;

f. Retomada da reunião, com leitura em voz alta das perguntas formuladas e não respondidas anteriormente, e apresentação das considerações cabíveis, por parte da Mesa Diretora dos trabalhos;

g. Abertura de prazo final para que os presentes formulem, por escrito, eventuais solicitações de esclarecimentos de pontos que restaram obscuros ou incompletos acerca das informações prestadas, vedada a apresentação de novas questões que não foram apresentadas no tempo apropriado para tal, na forma da alínea "d" deste subitem;

h. Apresentação das considerações finais, declaração de encerramento da reunião, com a lavratura da respectiva ata por parte do Presidente da Mesa Diretora.

4.2 Competirá ao Presidente da Mesa Diretora conduzir os trabalhos, dirimir as questões de ordem que surgirem ao longo da Audiência Pública, inclusive quanto a definição de prazos, e terá prerrogativa de conceder e cassar a palavra, além de determinar a retirada de pessoas que perturbarem ou impedirem o bom andamento dos trabalhos.

4.2.1 Competirá ao Presidente da Mesa interromper os trabalhos e marcar data para continuação da sessão, sempre que houver necessidade de tal medida, de forma a reunir as condições necessárias ao pleno atingimento dos objetivos esperados pela Audiência Pública, com a devida publicação desta nova sessão, pelos mesmos meios utilizados para a divulgação da reunião que a antecedeu.

4.3 O material da Audiência Pública, tais como ata de reunião, caderno de pergunta e respostas, estará disponível no endereço eletrônico indicado SECOM, após o encerramento da sessão.

4.3 Na ata de reunião deverá ser fixada a data para a divulgação dos esclarecimentos que porventura não puderam ser prestados no ato da Audiência Pública. Esse prazo não poderá ultrapassar 03 (três) dias úteis, da data da realização da sessão.

4.3.1 O material de que trata o disposto no subitem 4.4 estará disponível no prazo nele estabelecido, no mesmo endereço eletrônico citado no subitem 4.3, e na forma de Caderno de Perguntas e Respostas.

4.4 As dúvidas e sugestões deverão ser apresentadas por escrito, de forma concisa, clara e objetiva, com identificação do consulente, e sempre referenciando diretamente o item questionado, tal como ele se apresenta nas diretrizes básicas do objeto a ser licitado.

4.5 As críticas e sugestões apresentadas serão apreciadas se forem acompanhadas da correspondente fundamentação, sob pena de serem consideradas como manifestações de cunho meramente opinativo, individual ou particularizado.

4.6 A sessão de Audiência Pública poderá ser gravada em mídia digital, em áudio e vídeo, para registro dos atos praticados, sem prejuízo da lavratura da correspondente ata.

5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 Os casos omissos serão dirimidos pelo Presidente da Mesa Diretora da Audiência Pública.

São José, 14 de novembro de 2014

Andréa Irany Pacheco Rodrigues

Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2014

TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2014

TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM ENTRE SI, A FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ E A ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DO CONCURSO VESTIBULAR PARA INGRESSO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NOS CONCURSOS PROMOVIDOS PELA ACAFE.

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ - FUNDESJ, mantenedora do Centro Universitário de São José - USJ, estabelecido na Avenida Acioni Souza Filho - São José - Santa Catarina - Brasil - CEP: 88.102-130, inscrito no CNPJ nº 07.159.202/0001-20,

doravante denominada simplesmente como FUNDESJ, representada por sua Superintendente a Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann, e a ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS - ACAFE, doravante denominada ACAFE, com sede na Capital, na rua Presidente Coutinho, 311, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.472/0001-60, neste ato representado por seu Presidente, Professor Aristides Cimadon, resolvem celebrar o presente convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio visa à realização pela ACAFE do Concurso Vestibular para Ingresso nos Cursos de Graduação do USJ, e/ou outros Processos Seletivos a serem operacionalizados pela ACAFE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA ACAFE NA REALIZAÇÃO DOS CONCURSOS VESTIBULARES DA USJ

Na realização dos Concursos Vestibulares para ingresso na USJ, e de processos seletivos para a FUNDESJ, compete à ACAFE realizar:

- a) a operacionalização de todas as etapas do Concurso Vestibular para ingresso aos cursos de graduação da USJ;
- b) arrecadação da taxa de inscrição;
- c) deferimento e indeferimento das inscrições;
- d) validação das inscrições dos candidatos isentos;
- e) elaboração das questões de prova, impressão de relatórios para aplicação da prova objetiva, leitura;
- f) impressão dos cadernos de prova, cartões respostas e folhas de redação;
- g) correção e processamento de dados dos cartões respostas;
- h) leitura, correção e processamento de dados das folhas de redação;
- i) serviços de análise e julgamento dos recursos previstos no edital;
- j) serviços de divulgação;
- k) serviços de segurança no transporte, retorno dos malotes de prova;
- l) serviços de segurança na aplicação da prova;
- m) custeio de despesas; e,
- n) impressão de cartões respostas e processamento de dados dos processos seletivos quando for o caso.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA USJ

Compete a FUNDESJ/USJ:

- a) informar nos prazos estabelecidos pelo cronograma previamente negociado com a ACAFE, a relação dos cursos, vagas e turno de estudos dos cursos a serem oferecidos;
- b) publicar o Edital para isenção da taxa de inscrição;
- c) proceder a inscrição e análise dos documentos dos candidatos isentos da taxa de inscrição;
- d) encaminhar à ACAFE, a relação dos candidatos isentos da taxa de inscrição, em arquivo formato Excel, contendo nome, CPF, RG e data de nascimento.
- e) prestar à ACAFE, todas as informações necessárias à realização de Processos Seletivos, quando for o caso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- f) acompanhar a realização das etapas dos Concursos Vestibulares e Processo Seletivos;
- g) providenciar local adequado para aplicação da prova objetiva;
- h) responsabilizar-se pela aplicação da prova objetiva;
- i) Emitir comprovante fiscal dos valores repassados, a título de custeio para a aplicação de prova.

CLÁUSULA QUINTA - DA ARRECADAÇÃO E DO VALOR DAS INSCRIÇÕES

A arrecadação do valor referente à taxa de inscrição será efetuada pela ACAFE visando o custeio das despesas com a operacionalização

dos Concursos Vestibulares.

Parágrafo Primeiro - O valor da taxa de inscrição é definido em Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo - A ACAFE fará o repasse do valor correspondente a R\$ 12,00 (doze reais) por candidato inscrito em concurso vestibular da USJ e/ou processo seletivo, e optante pela realização da prova no município de São José a título de custeio para aplicação das provas, sendo que, será descontado do montante repassado, o valor correspondente a taxa de inscrição dos candidatos isentos.

Parágrafo Terceiro - A ACAFE cobrará o valor correspondente à impressão dos cartões respostas e serviços de processamento de dados para realização dos Concursos Vestibulares da USJ e/ou dos Processos Seletivos, quando for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO

O prazo do presente convênio é de 4 (quatro) anos, contados a partir da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES E RESCISÕES

O presente convênio poderá ser alterado por meio de Termos Aditivos, com mútuo consentimento das partes, e rescindido pelo inadimplemento de suas cláusulas e condições, ou pela vontade de uma das partes, desde que a parte interessada na rescisão manifeste a intenção com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA NONA - DOS CASOS OMISSOS E DO FORO

As questões porventura oriundas deste convênio deverão ser preliminarmente resolvidas de comum acordo pelas partes interessadas. Na impossibilidade de acordo, fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado, para dirimir dúvidas ou controvérsias resultantes do presente convênio.

E, por estarem de pleno acordo, assinam as partes o presente convênio em 3 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

São José, 16 de outubro de 2014.
Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann
Superintendente da FUNDESJ

Aritides Cimadon
Presidente da ACAFE

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO - 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 021/2013**

EXTRATO DE CONTRATO - 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 021/2013

CONTRATO Nº 021/2013

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC

CONTRATADA: PARADIGMA BUSINESS SOLUTIONS S/A

OBJETO: Aquisição de licença de uso de sistemas de compras eletrônicas via internet, para otimizar a gestão dos processos de compras através da implementação de metodologias e tecnologias de informação, estando incluso: a instalação, treinamento, manutenção e suporte para atender as necessidades da Câmara Municipal de São José.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.57.00.00.00.(13).

VALOR: R\$ 32.256,31(trinta e dois mil duzentos e cinquenta e seis reais e trinta e um centavos)

PRAZO: 12 (doze) MESES.

RESOLUÇÃO Nº. 419, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

RESOLUÇÃO Nº. 419, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

dispõe sobre procedimentos para a realização de inventário geral de bens moveis e imóveis da câmara municipal de são josé/sc - mandato biênio 2013/2014 da 18ª legislatura e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ART. 74, INCISO II, ALÍNEA "a", 1, DO REGIMENTO INTERNO, RESOLVE:

Art.1º - Realizar inventário geral por ocasião do encerramento de mandato do biênio 2013/2014 da 18ª Legislatura de bens móveis e imóveis da Câmara Municipal de São José, através de Comissão de Avaliação Patrimonial designada expressamente para tal finalidade.

Art. 2º - Para fins desta resolução, considera-se patrimônio da Câmara Municipal de São José, imobiliário e mobiliário, o conjunto de bens, direitos e obrigações suscetíveis de apreciação econômica, obtidos através de compra, doação ou outra forma de aquisição, devidamente identificados e registrados em rubrica contábil própria.

Art.3º - O patrimônio imobiliário é constituído por bem imóvel, assim considerado o solo com sua superfície, seus acessórios e adjacências naturais, compreendendo as plantas, espaço aéreo e o subsolo, e tudo quanto o homem lhe incorporar permanentemente, os edifícios e construções de modo que não se possa retirar sem destruição, fratura ou dano.

Art.4º - O patrimônio mobiliário é constituído pelo conjunto de bens móveis definido pelo Código Civil Brasileiro, suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por

RESOLUÇÃO Nº. 419, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

força alheia, sem que a sua substância e finalidade de utilização sejam alteradas, de valor não irrisório e com vida útil superior a dois anos.

Art.5º - Os bens móveis da Câmara Municipal, para fins de inventário patrimonial materiais permanentes que em razão de seu uso corrente, tem durabilidade e utilização superior a dois anos e possuem controle individualizado (material permanente, bem, bem móvel e bem patrimonial são considerados sinônimos).

Art.6º - São atribuições da Comissão de Avaliação Patrimonial, dentre outras previstas nesta resolução, as seguintes:

I - a identificação, cadastramento e entrega dos bens adquiridos por compra, doação, transferência, etc.;

II - documentar de imediato toda e qualquer movimentação dos bens sob seu controle;

III - verificar os relatórios mensais dos itens recebidos, a identificação da localização física da área responsável pelo bem através de seu titular;

IV - emitir e controlar os Termos de Responsabilidade de Carga Patrimonial atribuídos aos responsáveis setoriais e os Termos de Responsabilidade Individual ou sub-carga aos servidores responsáveis pelo uso contínuo de bens;

V - assessorar os detentores de bens patrimoniais nas mudanças de titulares das áreas, orientando-os para os procedimentos pertinentes;

VI - realizar o controle físico do patrimônio mobiliário e imobiliário da Câmara Municipal consoante o disposto nos artigos seguintes desta Resolução.

Art.7º - Os bens patrimoniais, inclusive aqueles adquiridos por doação ou por qualquer outra modalidade de aquisição, serão cadastrados no sistema de controle patrimonial, mediante a verificação de sua origem através da documentação hábil, por identificação numérica e pelo cadastramento dos dados relativos a sua descrição.

RESOLUÇÃO Nº. 419, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

Parágrafo Único - No cadastramento dos bens devem ser especificadas informações relativas a tamanho, material de composição, tipo, modelo, cor, marca e outras que, sendo possíveis, possam evitar dúvidas de identificação.

Art.8º - Os servidores que carreguem consigo ou tenham depositado qualquer tipo de bem classificado como materiais permanentes comunicarão à Comissão de Avaliação patrimonial.

Art.9º - Os bens patrimoniais considerados inservíveis ou irre recuperáveis, se não representarem valor econômico que justifique a sua guarda, poderão ser alienados na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, cabendo a Comissão de Avaliação Patrimonial, após processo regular, providenciar junto ao Setor de Contabilidade, a respectiva baixa patrimonial.

Art.10 - Compete à Comissão de Avaliação Patrimonial a execução do conjunto de procedimentos, voltado à verificação da localização, do estado de conservação, da utilização, bem como da execução dos contratos de manutenção e seguros dos bens patrimoniais e da garantia concedida pelos fabricantes relacionada aos mesmos.

Parágrafo Único - O controle físico terá caráter permanente, em decorrência da própria necessidade de acompanhamento da posição físico-financeira do ativo permanente do Município.

Art.11 - O controle físico envolve as seguintes modalidades:

I - CONTROLE DE LOCALIZAÇÃO, que consiste na verificação sistemática do local onde está situado o bem, bem como do servidor responsável que o detém, com vista à determinação fidedigna das informações existentes no cadastro sobre essa localização. A divergência constatada entre a localização real dos bens e a que constar em relatório de cadastro ou inventário, deve ser imediatamente corrigida pela Comissão de Avaliação Patrimonial;
RESOLUÇÃO Nº. 419, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

II - CONTROLE DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, que consiste no acompanhamento sistemático do estado de conservação dos bens patrimoniais, objetivando manter sua integridade física,

observando-se a proteção do bem contra agentes da natureza, mediante a tomada de medidas para evitar a corrosão, oxidação, deterioração e outros agentes que possam reduzir a sua vida útil;

III - CONTROLE DE UTILIZAÇÃO, que consiste na identificação e análise, pela Comissão de Avaliação Patrimonial, das condições de utilização dos bens patrimoniais, observando o seguinte:

- a) - conhecimento das condições de utilização do bem, em função das atividades desenvolvidas pelo responsável;
- b) - cumprimento das normas técnicas do fabricante, no que se refere à capacidade operacional e manuseio.
- c) - compatibilidade entre a finalidade e características do bem, com a natureza dos serviços a ele atribuídos.

IV - CONTROLE DE GARANTIA E MANUTENÇÃO, que consiste no acompanhamento do vencimento dos prazos de garantia e dos contratos de manutenção; os contratos deverão ser controlados conjuntamente pela Comissão de Avaliação Patrimonial e Diretoria de administração, observando rigorosamente o seu prazo de vencimento, bem como a data de expiração da garantia.

V - CONTROLE DE SEGURO, que consiste no acompanhamento, por parte da Contabilidade e da Comissão de Avaliação Patrimonial, dos prazos de vencimento dos contratos de apólices de seguro do prédio da Câmara de Vereadores.

§1º - No período deste inventário para o caso de manutenção dos bens patrimoniais será solicitada ou comunicada pelos responsáveis à Comissão de Avaliação Patrimonial.

RESOLUÇÃO Nº. 419, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

§2º - A verificação do estado físico dos bens deste inventário será realizada pela Comissão de Avaliação Patrimonial, podendo ser identificadas as seguintes condições de conservação:

- a) - Novo: Refere-se ao bem comprado e que se encontra com menos de dois anos de uso e esta sendo utilizado normalmente;
- b) - Bom: É o bem que embora com mais de dois anos de adquirido esteja em boas condições e plena atividade, sendo utilizado de acordo com as suas especificações técnicas e capacidade operacional;
- c) - Regular: É o bem com mais de dois anos após sua aquisição que esta sendo utilizado normalmente e se encontra em razoável estado de conservação que faz supor que tenha atingido a mais de 50% (cinquenta por cento) de sua vida útil;
- d) - Precário: É o bem em estado precário ainda em utilização;
- e) - Inservível Recuperável: É o bem que está avariado, sendo viável economicamente a sua recuperação, ou seja, o valor de sua recuperação não ultrapassa 50% de seu valor de mercado e seja favorável ao erário público a relação custo de recuperação/expectativa de vida útil se comparada à decorrente da substituição por um novo bem;
- f) - Inservível antieconômico: É aquele bem que está avariado, e podendo ser recuperado, não é recomendada, sob o ponto de vista econômico, a sua recuperação, ou ainda, embora sem avarias, a sua manutenção for onerosa ou o seu rendimento precário em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência;
- g) - Inservível Irrecuperável: É o bem avariado ou desgastado de recuperação impossível.

§3º - Será considerado como ocioso o bem móvel em condições de utilização que por qualquer motivo não esteja sendo utilizado e não tenha previsão de utilidade na finalidade a que se destina no local em que se encontra no período de 06 (seis) meses, salvo casos de bens de utilização cíclica.

RESOLUÇÃO Nº. 419, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

§4º - Cabe a Comissão de Avaliação Patrimonial providenciar a remoção e recolocação por redistribuição dos bens ociosos.

§5º - A análise das condições de utilização dos bens patrimoniais

será feita através de verificações locais, realizadas por iniciativa da Comissão de Avaliação Patrimonial, que quando constatar discrepâncias nas condições de utilização de um bem tomará a medida corretiva cabível.

§6º - A Comissão de Avaliação Patrimonial encaminhará as informações sobre seguros, garantias e contratos de manutenção à Contabilidade impreterivelmente até o dia 15 (quinze) de dezembro de 2014, para fins encerramento do mandato do Presidente em exercício.

§7º - Nenhum bem pode ser reparado, restaurado ou revisado sem autorização do da Chefia imediata mediante comunicação à Comissão de Avaliação Patrimonial.

§8º - Nos casos em que pela realização deste inventário, se constatarem qualquer mudança na situação atual do bem, em relação a que está registrada, a Comissão de Avaliação Patrimonial pode alterar e corrigir as informações cadastrais relativas aos mesmos.

Art.12 - É competência da Comissão de Avaliação Patrimonial a incorporação dos materiais permanentes adquiridos, utilizando dados descritivos constantes da nota de empenho, nota fiscal, manuais e prospectos dos fabricantes do bem adquirido, certificados, comprovantes, termos ou documentos de doação, cessão e permuta quando for o caso, ou estimativas de custo de produção para os bens gerados por produção interna, ou ainda o respectivo valor de avaliação.

RESOLUÇÃO Nº. 419, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

Art.13 - A incorporação de materiais permanentes que compõem o patrimônio da Câmara Municipal tem como fatos geradores a compra, a permuta, a doação, a avaliação, a apropriação originada por produção própria, a reposição, o reaproveitamento e a dação em pagamento.

Parágrafo Único - Ocorrendo a constatação da existência desses bens, por ocasião do levantamento físico dos bens patrimoniais pela Comissão de Avaliação Patrimonial, ou em outras quaisquer situações que identifiquem a existência de um bem sem documentação específica, a Comissão procederá à incorporação com as devidas avaliações.

Art.15 - Também serão objetos de controle patrimonial, os bens de que estejam temporariamente em poder da administração municipal, em decorrência de operações de locação e arrendamento no período do respectivo vínculo contratual e os, nas mesmas condições, originados por comodato ou contratos leasing.

Parágrafo Único - Tais bens, enquanto sob a guarda da Câmara Municipal deverão ser objeto de rigorosa vistoria, levada a efeito quando de seu recebimento e antes da devolução, com vista à apuração de seu estado de conservação e de eventuais danos ocorridos no decorrer do período de locação.

Art.16 - As adequações e modificações sem alteração das dimensões externas ou das estruturas básicas de uma edificação já integrante do patrimônio da Câmara Municipal, bem como terraplanagem e jardinagem são consideradas reforma ou manutenção e como tal, não susceptíveis de incorporação e serão registradas à conta de despesas de custeio.

Art.17 - As vistorias dos bens móveis serão realizadas pela Comissão de Avaliação Patrimonial, que fará constar no inventário para fins de aferição das características dos bens, sua situação, documentação, valor e outros fatores relevantes.

RESOLUÇÃO Nº. 419, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

Art.18 - Durante a realização deste inventário fica vedada toda e qualquer movimentação física de bens abrangidos pelos trabalhos, exceto mediante autorização específica do respectivo Chefe imediato e prévia comunicação à Comissão de Avaliação Patrimonial.

Art.19 - Para a realização deste inventário será constituída, por ato do Legislativo Municipal, Comissão composta por integrantes do quadro de servidores da Câmara Municipal.

§1º- Dentre os membros, um servidor será designado Presidente da Comissão, preferencialmente com experiência na área de Administração de Material e Patrimônio;

§2º - Para auxiliar a Comissão podem ser convocados estagiários e servidores da Câmara, bem como contratar empresas prestadoras de serviços, para desenvolverem tarefas sob supervisão do Presidente da Comissão.

Art.20 - No desempenho de suas funções, a Comissão constituída para o levantamento do Inventário é competente para:

I - cientificar à Chefia para que estas providencie a notificação a todos os envolvidos, com antecedência necessária da data marcada para o início dos trabalhos, a fim de viabilizar o acesso aos locais em inventário;

II - solicitar documentos necessários aos levantamentos;

III - requisitar servidores, máquinas, equipamentos, transporte, materiais e tudo mais que for necessário ao cumprimento das tarefas da Comissão;

IV - identificar a situação patrimonial e o estado de conservação dos bens inventariados, discriminando em relatório, os suscetíveis de desfazimento, para ciência do Departamento de Patrimônio;

V - propor à Chefia a apuração de irregularidades constatadas;

RESOLUÇÃO Nº. 419, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

VI - relacionar e identificar com numeração própria, os bens que se encontram sem o número de patrimônio ou sem o devido registro patrimonial para as providências cabíveis;

VII - solicitar o livre acesso em qualquer recinto, para efetuar levantamento e vistoria de bens.

VIII - proceder, levando em conta os valores de mercado e o estado de conservação, a avaliação, reavaliação e depreciação para fins de registro/incorporação dos bens cujo preço de aquisição, por qualquer motivo, não possa ser apurado

IX - propor a baixa de bens considerados inservíveis ou não localizados que possam como tal ser considerados levando em conta o tempo de vida útil, desgaste ou obsolescência.

§1º - Na realização da atribuição prevista no inciso VIII, a Comissão constituída para levantamento de inventário, poderá utilizar serviços de especialistas de reconhecida capacidade técnica em avaliação de bens móveis que requeiram conhecimentos específicos, tais como: motores geradores de energia, veículos, máquinas e equipamentos e outros de valor considerável.

§2º - Concluído o processo de avaliação pela Comissão cabe ao responsável pelo Departamento de Patrimônio com anuência do Controle Interno, mediante as informações nele contidas, providenciar a incorporação ou ajustes relativos ao bem no sistema de controle patrimonial.

Art.21 - Quando constituídas, no encerramento dos trabalhos, a Comissão de Avaliação Patrimonial deve apresentar a autoridade que a constituiu, um relatório do Inventário, composto como determinado na portaria de sua criação, circunstanciando as irregularidades eventualmente constatadas e demais aspectos observados nos trabalhos e propondo medidas para o saneamento de anomalias. Também devem constar as informações analíticas

de bens levantados e, sendo possível, o resumo dos fechamentos contábeis.

RESOLUÇÃO Nº. 419, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

Art.22 - Toda documentação do inventário deve ser arquivada pelo responsável do Departamento Patrimônio da Câmara Municipal, podendo ser colocada à disposição da Contabilidade, dos Controles Interno e Externo.

Art.23 - Desincorporação é a operação de baixa de um bem pertencente ao acervo patrimonial da Câmara Municipal, e a consequente retirada do seu valor do ativo imobilizado, sendo que o controle de bens baixados será feito exclusivamente pelo responsável pelo Departamento de Patrimônio.

Art.24 - O Número de controle do bem no cadastro Patrimonial de um bem baixado não será aproveitado para qualquer outro bem.

Art.25 - A baixa patrimonial pode ocorrer por quaisquer das formas a seguir:

I - por doação;

II - por permuta;

III - perda por extravio ou desaparecimento;

IV - perda por sinistro;

V - perda por furto ou roubo;

VI- perda por demolição ou destruição;

VII - por inservibilidade.

Art.26 - A baixa por perda consiste na formalização, para fins contábeis, da desincorporação de bens que já não existem fisicamente por terem sido objeto dos eventos a seguir:

I - Roubo, furto, extravio ou qualquer outro tipo de desaparecimento;

II - Acidente de qualquer natureza;

III - Sinistro de qualquer natureza;

IV - Demolição ou destruição.

RESOLUÇÃO Nº. 419, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

Parágrafo Único - Nos casos do inciso I, se a qualquer tempo o bem for recuperado, o mesmo será reincorporado através do processo que originou a baixa (furto ou roubo e extravio), utilizando-se, entretanto, outro número de inscrição patrimonial.

Art.27 - A ocorrência dos fatos mencionados nos incisos I a III do artigo anterior poderá ensejar:

I - instauração de sindicância interna ou inquérito administrativo para averiguação das causas do evento e quando for o caso, apuração de responsabilidade;

II - comunicação a autoridade policial competente;

III - remessa da cópia do processo ao Controle Interno;

IV - acionamento das companhias de seguro nos casos em que as causas dos eventos sejam cobertas por apólices.

Art.28 - Caberá ao responsável pelo Departamento Patrimônio da Câmara Municipal proceder à baixa patrimonial nos casos previstos no artigo anterior, após conclusão do procedimento formal do evento correspondente.

Parágrafo Único - Conforme o artigo 32 da Lei nº 5.700 de 01/09/1971, as bandeiras em mau estado de conservação devem ser entregues a qualquer Unidade Militar, para que sejam incineradas no Dia da Bandeira, segundo o cerimonial peculiar.

Art.29 - Os bens móveis baixados por inservibilidade permanecerão guardados em locais próprios sob a responsabilidade do Departamento de Patrimônio até a destinação final dos mesmos

Art.30 - A iniciativa da baixa por inservibilidade cabe à Comissão de Avaliação Patrimonial, após a lavratura do respectivo Termo de Declaração de Inservibilidade.

RESOLUÇÃO Nº. 419, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

Art.31 - O termo de declaração de inservibilidade será lavrado após vistoria procedida pela Comissão que levará em consideração:

I - o estado de conservação do bem e os danos sofridos pelo mesmo, por desgaste, quebra ou avaria cuja extensão torne inviável, economicamente, a sua recuperação;

II - obsolescência do bem, quando não for possível seu aproveitamento por nenhuma unidade que compõe o sistema Municipal;

III - quando o bem se torna antieconômico, não sendo conveniente a sua manutenção;

IV - outros fatos justificados que tornem o bem inservível

Art.32 - Consoante o disposto no artigo 106 da Lei Federal 4.320/64 de 17/03/1964 os bens patrimoniais móveis e imóveis são incorporados pelo seu valor de aquisição, ou pelo custo de produção ou construção;

Parágrafo Único - Os bens móveis e imóveis poderão ser reavaliados.

Art.33 - Considera-se reavaliação a diferença entre o valor líquido contábil do bem e o valor reavaliado não superior ao seu valor de mercado.

Art.34 - No caso da efetivação da avaliação e reavaliação de bens móveis a Comissão deve levar em conta as características técnicas e operacionais de uso e a vida útil econômica estimada de cada bem ou de um conjunto deles com características semelhantes.

Art.35 - É de competência da Comissão de Avaliação Patrimonial, ouvidas a Contabilidade e o Controle Interno, a definição de fluxos, processos, rotinas e formulários que serão utilizados na sistemática de controle definida neste regulamento, bem como a revisão e definição sobre procedimentos necessários eventualmente omitidos.

RESOLUÇÃO Nº. 419, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

Art.36 - A Comissão de Avaliação Patrimonial e o Departamento de Patrimônio, após anuência do Controle Interno encaminhará a Diretoria Contábil Financeira o balancete financeiro até o dia 19 de dezembro de 2014 para providências contábeis necessárias.

Câmara Municipal de São José, 12 de Novembro de 2014.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Presidente

PORTARIA Nº. 115 /2014

PORTARIA Nº. 115 /2014.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais,
Resolve:

Art. 1º - Constituir a Comissão de Avaliação Patrimonial, a qual deverá apresentar relatório conclusivo de inventário circunstanciando as irregularidades eventualmente constatadas e demais aspectos observados nos trabalhos e propondo medidas para o saneamento de anomalias, com início de suas atividades nesta data, conforme determinação do artigo nº 19 da Resolução nº 419

de 12 de novembro de 2014, para tanto nomeia:

I - Para tanto nomeia:

a) Tânia Regina Kremer - Presidente

b) Elenir Maria de Aguiar de Melo - Membro

c) Cristiane Pereira-Membro

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Publique-se.Registre-se.Cumpra-se

Câmara Municipal de São José, 13 de Novembro de 2014.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Presidente

RESOLUÇÃO Nº. 420, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

RESOLUÇÃO Nº. 420, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

O VEREADOR SANDERSON ALMECI DE JESUS - PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, DE 17 À 23 DE NOVEMBRO DE 2014 ASSUME A CHEFIA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, NOS TERMOS DO OFÍCIO Nº. 452/2014.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ART. 74, INCISO II, ALÍNEA "a", 5, DO REGIMENTO INTERNO, RESOLVE:

Art. 1º - O Vereador SANDERSON ALMECI DE JESUS, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São José/SC., nos termos do ofício nº. 452/2014 (doc. anexo), assume a Chefia do Poder Executivo do Município de São José/SC., no período compreendido de 17 à 23 de novembro de 2014.

Parágrafo Único - Nos termos do art. 30 do Regimento Interno da Câmara Municipal, no período 17 à 23 de novembro de 2014, o Vice-Presidente substituirá o Presidente.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 17 de Novembro de 2014.

GERALDO SWIECH

Presidente

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº. 101/2013**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Câmara Municipal de São José, atendendo deliberação do Presidente da Comissão de Obras, Serviços Públicos e Defesa do Meio Ambiente, torna público a realização de Audiência Pública para discussão do Projeto de Lei nº. 101/2013, dos Vereadores Amauri Valdemar da Silva, Adriano de Brito, Francisco Silvy, Clonny Capistrano, Geraldo Swiech, Méri Hang, Michel Schlemper, Neri Amaral, Sanderson de Jesus, Sandra Martins, Túlio Márcio Maciel e Wallace de Souza, que tem como objeto: "Dispõe sobre a regularização de desdobro de lotes edificadas no Município de São José, conforme específica e dá outras providências", a realizar-se no Dia 02 de dezembro de 2014, terça-feira, às 20h00min, no Plenário da Câmara Municipal de São José, sito a Praça Arnaldo de Souza, 38 - Centro - São José/SC.

Ainda, atendendo deliberação do Presidente da Comissão de Obras, Serviços Públicos e Defesa do Meio Ambiente, torna público a transferência da Audiência Pública para discussão do Projeto de

Lei nº. 039/2014, do Poder Executivo - Prefeita Municipal, que tem como objeto: "Autoriza o Município a receber doações com encargos e altera a adequação e o uso de área constante no Anexo I do Plano Diretor aprovado pela Lei nº. 1.605/85 e alterações", que ocorreria dia 18 de novembro de 2014, para o dia 02 de dezembro de 2014.

Assim, todos ficam devidamente convocados para querendo participarem da audiência pública, para discussão dos Projetos: Projeto de Lei nº. 101/2013 e do Projeto de Lei nº. 039/2014 ora transferido, a realizarem-se no Dia 02 de dezembro de 2014, terça-feira, às 20h00min, no Plenário da Câmara Municipal de São José, sito a Praça Arnaldo de Souza, 38 - Centro - São José/SC.

São José (SC), 17 de novembro de 2014.

GERALDO SWIECH

Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São José/SC.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 106.2014

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 106/2014 MODALIDADE: Tomada de Preços - TIPO: Menor Preço Global. OBJETO: A presente licitação tem por objeto: A contratação de uma empresa especializada para a Reforma e Ampliação da Escola Básica Profº Augusto Schnitzler, localizada no bairro em Santa Filomena, neste Município. DATA DE ABERTURA COM ENTREGA DOS ENVELOPES: 08/12/2014 às 09:00h RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos emails licitacoes@pmspa.sc.gov.br e compras@pmspa.sc.gov.br. INFORMAÇÕES: 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 07:00h às 13:00h.

São Pedro de Alcântara, 18/11/2014

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 073/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 073/2014, CELEBRADO ENTRE MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA ADRIANA CARDOSO OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado Senhora ADRIANA CARDOSO SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob Nº 645.847.479-20, residente e domiciliada a Rua Luiz Fagundes, nº 1214 - Picadas do Sul - São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 073/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 073/2014 até o dia do término da licença para tratamento de saúde da servidora titular Scheila Cristina Schmitz. Não havendo o retorno da servidora supracitada até o dia 12/12/2014, fica esta data como sendo término do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 10 de novembro de 2014.
MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 048/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 048/2014, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR DALCIONI OLIVEIRA DE SOUZA OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA II.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor DALCIONI OLIVEIRA DE SOUZA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº. 920.751.779-53, residente a Rua Alberto Bernardo Gueser, nº. 04, Campo de Demonstração, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 048/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:
Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 048/2014 até o dia 19/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 17 de novembro de 2014.
MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

DECRETO Nº191/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br
DECRETO Nº191/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

07.01.15.452.10-2078- Funcionamento e Manutenção da Coordenadoria de Serviços Públicos R\$ 1.500,00
Anula:

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$1.500,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$1.500,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 12 de novembro de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

DECRETO Nº192/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br
DECRETO Nº192/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

05 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.08.243.7.2036 - Funcionamento e Manutenção da Assistência Social R\$ 2.690,00

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.0143 - Aplicações Diretas R\$2.690,00

Suplementa:

4.4.90.00.00.00.00.00.0143 - Aplicações Diretas R\$2.690,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 12 de novembro de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 057/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 057/2014, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA EDUARDA STAHELIN OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA AUXILIAR DE SALA.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita EDUARDA STAHELIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 077.878.749-45, residente e domiciliada a Rua Frei Atico Francisco Enig, s/nº. - Vira Copo - São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 057/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 057/2014 até o dia 12/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 18 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 069/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 069/2014, CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA GLAUCEA HENKEL BAUER OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora GLAUCEA HENCKEL BAUER, brasileira, União Estável, inscrita no CPF sob nº. 008.868.959-01, residente a Rua Dr. Eurico Rauen, nº. 4, Colônia Santana - São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 069/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 069/2014 até o dia do término da licença para tratamento de saúde da servidora titular Maria Eliete da Silva Ender. Não havendo o retorno da servidora supracitada até o dia 12/12/2014, fica esta data como sendo término do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 10 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

PORTARIA N.º 434/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000
- Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 434/2014

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 002/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso IV do artigo 45 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear em substituição permanente como Membro da Comissão do Processo Seletivo Edital nº 002/2014, a Sra. MARI-NEIDE BORGES MARINEIDE BORGES SCHEFFMACHER, matrícula nº. 2982, inscrita no CPF/MF sob o nº. 785.144.529-91 no lugar de ANA FLÁVIA DE ALMEIDA E SILVA.

Art. 2.º-. Esta Portaria entrara em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º- Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de novembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 435/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 435/2014

Concede férias à servidora JANETE APARECIDA DA SILVA DO AMARAL.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora JANETE APARECIDA DA SILVA DO AMARAL, ocupante do cargo de Agente de Saúde - ESF, férias por 30 dias que gozará a partir de 17/11/2014 a 16/12/2014, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de novembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 436/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 436/2014

Concede férias a servidora JOELMA DA SILVA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora JOELMA DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - ESF, férias por 30 dias que gozará a partir de 17/11/2014 a 16/12/2014, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de novembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 437/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 437/2014

Concede licença para tratamento de saúde a servidora SIMONE MORETTI, ocupante do cargo de Assessora Adjunta de Gabinete.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora SIMONE MORETTI, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar da data de 04/11/2014, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04/11/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de novembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 438/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 438/2014

Concede licença para tratamento de saúde a servidora MARIA TEREZINHA LUIZ SCHMITT, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora MARIA TEREZINHA LUIZ SCHMITT, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar da data de 05/11/2014, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05/11/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de novembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 439/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 439/2014

Concede férias ao servidor ESDRAS CAMARGOS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ESDRAS CAMARGOS ocupante do cargo de Médico Ginecologista/Obstetra, férias por 30 dias que gozará a partir de 19/11/2014 a 18/12/2014, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de novembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 440/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 440/2014

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A ELIANE GORETE MARTINS, MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990, e o disposto na Lei Municipal nº. 08/97 de 29 de Janeiro de 1997,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a ELIANE GORETE MARTINS, a partir de 14/11/2014, até a data da cessação do benefício homologada pela previdência Social.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14/11/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de novembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 441/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 441/2014

Exonera EMERSON VAGNER DE SOUZA do cargo de Motorista II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar EMERSON VAGNER DE SOUZA do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 056/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de novembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

DECRETO Nº193/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº193/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

02.01.04.122.02-2002- Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito R\$ 2.444,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas R\$ 2.444,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas R\$ 2.444,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 17 de novembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 107.2014

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 107/2014 MODALIDADE: Tomada de Preços - TIPO: Menor Preço Global. OBJETO: A presente licitação tem por objeto: A contratação de uma empresa especializada para a Reforma e Ampliação da Escola de Educação Básica Drº Adalberto Tolentino de Carvalho, localizada no bairro em Santa Tereza, neste Município. DATA DE ABERTURA COM ENTREGA DOS ENVELOPES: 08/12/2014 às 11:00h RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos emails licitacoes@pmspa.sc.gov.br e compras@pmspa.sc.gov.br. INFORMAÇÕES: 0xx-48-3277-0122 R: 202 das 07:00h às 13:00h.

São Pedro de Alcântara, 18/11/2014
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO 16/2014 FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo Pregão Presencial - Registro de Preços nº 16/2014 FMS-TIPO: Menor Preço - OBJETO: Aquisição estimada parcelada de Suplemento alimentar em pó hipercalórico, conforme a solicitação do Medico Dr Afonso Baleeiro, para o Paciente Leonardo Constante Bosqueti Mateus. Com solicitação do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, conforme especificações e quantitativos do anexo I do Edital. DATA DE ABERTURA COM ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: 03/12/2014 até às 08:45h RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos emails licitacoes@pmspa.sc.gov.br e compras@pmspa.sc.gov.br. INFORMAÇÕES: 0xx-48-3277-0122 R: 202 das 07:00h às 13:00h.

São Pedro de Alcântara, 18/11/2014
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal.

Schroeder

PREFEITURA

PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014- SECEL/PMS (HOMOLOGAÇÃO)

Processo Seletivo nº. 004/2014- SECEL/PMS
Edital de Processo Seletivo nº. 004/2014

O Sr. Moacir Zamboni, Prefeito do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício, por meio de suas atribuições legais, resolve:

TORNAR PÚBLICO

A homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 004/2014 SECEL/PMS para os cargos de Professores, Psicopedagogos, Auxiliares de Salas, Auxiliares de Biblioteca, Auxiliares de Serviços Gerais I e Serventes. Conforme lista de classificação abaixo:

Cargo	Nome	Nota Final	Classificação
Professor A - Ensino de Educação Infantil	FABIANA DO ROSARIO	8,16	1º
Professor A - Ensino de Educação Infantil	GABRIELE WASHMANN	7,71	2º
Professor A - Ensino de Educação Infantil	ANA CLAUDIA FEO	7,59	3º
Professor A - Ensino de Educação Infantil	SHALLY KATLEEM PISKE	7,46	4º
Professor A - Ensino de Educação Infantil	PRISCILA BARBOZA AMORIM DE OLIVEIRA	7,03	5º
Professor A - Ensino de Educação Infantil	EDCLEIA RAMOS DOS SANTOS HUBNER	6,93	6º
Professor A - Ensino de Educação Infantil	JESSICA MARIA ALEXA DA SILVA	6,93	7º
Professor A - Ensino de Educação Infantil	GISELE SOARES DOS SANTOS	6,93	8º
Professor A - Ensino de Educação Infantil	CAROLINE GAE-DTKE	6,93	9º
Professor A - Ensino de Educação Infantil	LOHAINE GIULIANE POMMERENING	6,93	10º
Professor A - Ensino de Educação Infantil	LUCILENE PEREIRA	6,93	11º
Professor A - Ensino de Educação Infantil	NELCI REJANE NUNES BERGMANN	6,90	12º
Professor A - Ensino de Educação Infantil	FABIANA SUZY DE SOUZA	6,68	13º
Professor A - Ensino de Educação Infantil	GABBI CRISTINA JAHN	6,60	14º

Professor A - Ensino de Educação Infantil	VIVIANE CARLA BRAGA TAVARES	6,60	15º
Professor A - Ensino de Educação Infantil	PAOLA MAROS-TICA	6,60	16º
Professor A - Ensino de Educação Infantil	GISELIA APARECIDA PEREIRA	6,27	17º
Professor A - Ensino de Educação Infantil	NADIELI PRISCILA AVANCE	6,14	18º
Professor A - Ensino de Educação Infantil	MIRIAN DA SILVA BREMM	5,94	19º
Professor A - Ensino de Educação Infantil	IVANE LEU	5,94	20º
Professor A - Ensino de Educação Infantil	RITA DE CASSIA APARECIDA FRANCO	5,94	21º
Professor A - Ensino de Educação Infantil	CLAUDETE DUARTE	5,91	22º
Professor A - Ensino de Educação Infantil	GENY FERREIRA D NASCIMENTO GOMES	5,61	23º
Professor A - Ensino de Educação Infantil	CHRISTIANE KARVAT	5,28	24º
Professor A - Ensino de Educação Infantil	ALANA GOMES	5,28	25º
Professor A - Ensino de Educação Infantil	GISLAINE MIRLEIA CORREA	5,00	26º
Professor A - Ensino de Educação Infantil	MARIA ANGELA DEE TOLEDO	5,00	27º
Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	NADIA CRISTINA GAEDTKE RAITER	7,96	1º
Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	SEMIRAMIS BAIER PUTTENDORF MUNDEL	7,03	2º
Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	LUCINEIA PRAXEDES NUNES	7,03	3º
Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	CHARLENE APARECIDA FERREIRA SCOZ	6,93	4º
Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	PATRICIA HASSE ONOFRE	6,60	5º
Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	RITA DE CASSIA BENTHIEN PEREIRA	6,54	6º
Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	JOSIANE APARECIDA RIOS	6,24	7º
Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	DEBORA KURZAWSKI	5,94	8º

Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	LUZIA DOS PASSOS CRISTOFOLINI	5,61	9º
Professor B - Ensino de Educação Infantil	ANA CARLA VOGEL	8,68	1º
Professor B - Ensino de Educação Infantil	SIRLEI LOMBARDI	7,92	2º
Professor B - Ensino de Educação Infantil	APARECIDA DE CAMPOS RODRIGUES	7,92	3º
Professor B - Ensino de Educação Infantil	ROMI KLEBBER DA SILVA	7,36	4º
Professor B - Ensino de Educação Infantil	GRASIELLE SANTOS DE OLIVEIRA	7,33	5º
Professor B - Ensino de Educação Infantil	DENISE DA COSTA BAREIROS LOPES	7,26	6º
Professor B - Ensino de Educação Infantil	ERIVETE DA SILVA MARTINS	7,10	7º
Professor B - Ensino de Educação Infantil	MORGANA PATRICIA GEBHARDT PONATH	6,93	8º
Professor B - Ensino de Educação Infantil	TERESINHA PEREIRA PACHECO	6,70	9º
Professor B - Ensino de Educação Infantil	ELIANE PEREIRA DE ALMEIDA CAVALHEIRO	6,70	10º
Professor B - Ensino de Educação Infantil	LILIA KLAUMANN RENKAVESKI	6,70	11º
Professor B - Ensino de Educação Infantil	ENEKELY ZIMMERMANN	6,67	12º
Professor B - Ensino de Educação Infantil	MAGALI KUBNIK	6,60	13º
Professor B - Ensino de Educação Infantil	CLAIR BELISKI	6,57	14º
Professor B - Ensino de Educação Infantil	VILMA DA APARECIDA BUENO	6,47	15º
Professor B - Ensino de Educação Infantil	CRISTIANE DECKER STEINBACH	6,27	16º
Professor B - Ensino de Educação Infantil	SAMYRA VILELA ENTHOLZER	6,27	17º
Professor B - Ensino de Educação Infantil	ADRIANE DOS SANTOS CAMARGO NARDELLI	6,20	18º
Professor B - Ensino de Educação Infantil	GLADIS INES ULSENHEIMER	5,98	19º
Professor B - Ensino de Educação Infantil	VANESSA STACK DO AMARAL	5,94	20º

Professor B - Ensino de Educação Infantil	TCHAIANY ALINY COSTA	5,94	21º
Professor B - Ensino de Educação Infantil	SUZANE ALVES CORREA	5,61	22º
Professor B - Ensino de Educação Infantil	MARIA ELIANE PEREIRA DE SOUZA	5,58	23º
Professor B - Ensino de Educação Infantil	PAMELLA SUELLEN RIBEIRO	5,38	24º
Professor B - Ensino de Educação Infantil	ELIANE DESOUSA TOMELIN	5,28	25º
Professor B - Ensino de Educação Infantil	NATACIANE OLIVEIRA IDELFONSO	5,28	26º
Professor B - Ensino de Educação Infantil	FERNANDA DOS SANTOS	5,08	27º
Professor B – Ens. Fundamental Anos Iniciais	CRISTIANE LESSMANN DE ARAUJO	8,02	1º
Professor B – Ens. Fundamental Anos Iniciais	JULIANE CARINA DE SOUZA	7,36	2º
Professor B – Ens. Fundamental Anos Iniciais	ALESSANDRA FISCHBORN	7,36	3º
Professor B – Ens. Fundamental Anos Iniciais	GISELE CRISTINA DIAS	7,30	4º
Professor B – Ens. Fundamental Anos Iniciais	ADRIANA TABORDA RIBAS	7,26	5º
Professor B – Ens. Fundamental Anos Iniciais	ASTA SCHROEDER KRETZER	7,23	6º
Professor B – Ens. Fundamental Anos Iniciais	LUCIANA FIGUEIREDO DE SOUZA	7,07	7º
Professor B – Ens. Fundamental Anos Iniciais	EDICLEIA ALVES DA LUZ	7,03	8º
Professor B – Ens. Fundamental Anos Iniciais	FABIANI MULLER	7,03	9º
Professor B – Ens. Fundamental Anos Iniciais	ARIANA ANDREZA MAFFEZZOLLI EICHSTADT	6,93	10º
Professor B – Ens. Fundamental Anos Iniciais	SOLANGE INES FENERICH ASOLF	6,80	11º
Professor B – Ens. Fundamental Anos Iniciais	DEISE KETLIN STIEGLER BALENA	6,27	12º
Professor B – Ens. Fundamental Anos Iniciais	MARGARETE REGINA TRINDADE	5,28	13º
Professor C - Ensino de Educação Infantil	DANMILES DA SILVA SANTOS	8,09	1º

Professor C - Ensino de Educação Infantil	ROSILMA DE FATIMA BUENO GRACIOLI	7,93	2º
Professor C - Ensino de Educação Infantil	MARILENE KATIA MIELKE	7,70	3º
Professor C - Ensino de Educação Infantil	ELSINIRA PORATH BORGMANN	7,59	4º
Professor C - Ensino de Educação Infantil	SAIONARA CRISTINE DE MIRAZIMMERMANN	7,56	5º
Professor C - Ensino de Educação Infantil	LOSANGELA BELERS	7,46	6º
Professor C - Ensino de Educação Infantil	PATRICIA DE LIMA	7,33	7º
Professor C - Ensino de Educação Infantil	MARGALISE TOWE KNEUBUHLER	7,10	8º
Professor C - Ensino de Educação Infantil	JESSICA VOLLES	7,00	9º
Professor C - Ensino de Educação Infantil	VERIDIANA MICHELLE METZNER	6,93	10º
Professor C - Ensino de Educação Infantil	MARIA APARECIDA DA SILVA FONSECA	6,71	11º
Professor C - Ensino de Educação Infantil	FRANCIS LOIZE ZOZ COELHO	6,57	12º
Professor C - Ensino de Educação Infantil	ANDREA CRISTINA GAULKE	6,47	13º
Professor C - Ensino de Educação Infantil	ELIANE MARIZE OLSEN DEPNER	6,37	14º
Professor C - Ensino de Educação Infantil	VALDIRENE FATIMA DE LIMA	6,27	15º
Professor C - Ensino de Educação Infantil	JANAINA JUNKS	6,10	16º
Professor C - Ensino de Educação Infantil	RITA DE CASSIA DA SILVA HILDEBRAND POHLL	6,04	17º
Professor C - Ensino de Educação Infantil	MIRIAN RAMOS	5,58	18º
Professor C - Ensino de Educação Infantil	JAQUELINE PEREIRA	5,28	19º
Professor C - Ens. Fundamental Anos Iniciais	LINDOMAR SILVA DE JESUS	9,13	1º
Professor C - Ens. Fundamental Anos Iniciais	PATRICIA DE LIMA	8,02	2º
Professor C - Ens. Fundamental Anos Iniciais	CRISTIANE GONÇALVES DE JESUS	7,99	3º

Professor C - Ens. Fundamental Anos Iniciais	SUSIANE PATRICIA DOS SANTOS BLASIU	7,76	4º
Professor C - Ens. Fundamental Anos Iniciais	MARLENE INES SIMON	7,70	5º
Professor C - Ens. Fundamental Anos Iniciais	CESAR AUGUSTO VIEIRA	7,43	6º
Professor C - Ens. Fundamental Anos Iniciais	SABRINA KOLL-ROSS FERNANDES	7,02	7º
Professor C - Ens. Fundamental Anos Iniciais	LONI MARLICE KOCH	6,80	8º
Professor C - Ens. Fundamental Anos Iniciais	ROSE MARLI TOMASELLI	6,80	9º
Professor C - Ens. Fundamental Anos Iniciais	ELISANE DE LOURDES MORSCH	6,70	10º
Professor C - Ens. Fundamental Anos Iniciais	MARIA ALICE DA LUZ JAHN	6,27	11º
Professor C - Ens. Fundamental Anos Iniciais	IVANICE DIAS FURTADO	6,00	12º
Professor C - Ens. Fundamental Anos Iniciais	EDELTRAUD OE-PKE GREITER	5,61	13º
Professor C - Ens. Fundamental Anos Iniciais	LAURECI DA SILVA FROGEL	5,28	14º
Professor B - Ed. Física - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais	MONICA GONÇALVES	7,59	1º
Professor B - Ed. Física - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais	ADOLFO HARMEL ALVES	6,95	2º
Professor B - Ed. Física - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais	DIOGO LUIS LOMBARDI	6,60	3º
Professor B - Ed. Física - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais	MOACIR FABRICIO NUNES SILVA	6,31	4º
Professor B - Ed. Física - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais	MARTINA LARISA DUVE	5,94	5º
Professor B - Ed. Física - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais	LUCAS BAGATOLI	5,94	6º
Professor B - Ed. Física - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais	PAOLO ROSSI BONA	5,94	7º
Professor B - Ed. Física - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais	ALESSIO EUGENIO KNEBEL	5,94	8º

Professor B - Ed. Física - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais	JANDERSON ROBERTO DOS SANTOS	5,61	9º
Professor B - Ed. Física - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais	ELIANE DE ANDRADE DOS SANTOS	5,61	10º
Professor B - Ed. Física - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais	CLEITON MOREIRA	5,48	11º
Professor B - Ed. Física - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais	RAFAEL DOS SANTOS DA SILVEIRA	5,00	12º
Professor B - Ed. Física - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais	MAYLON CASTILHOS	5,00	13º
Professor C - Ed. Física - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais	ADEMAR JOSE OTTO JUNIOR	7,07	1º
Professor C - Ed. Física - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais	YURI DOLBERTH L LEITE	6,27	2º
Professor C - Ed. Física - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais	SALIMAR SANTOS SCHETTERT	6,10	3º
Professor C - Ed. Física - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais	INES LINDEMANN PINNOW	6,10	4º
Professor C - Ed. Física - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais	CINTIA FRACAROLLI	5,28	5º
Professor C - Ed. Física - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais	ANIBAL RUVIARO DANTAS	5,28	6º
Professor C - Ed. Física - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais	CARLA ROCINEI TORR	5,28	7º
Professor B - Artes - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais	CARLOS ALBERTO GOMES	6,70	1º
Professor B - Artes - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais	ROSENILDA SOUZA	5,94	2º
Professor C - Artes - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais	DEBORA KISTEN-MACHER POTT	6,61	1º

Professor C - Artes - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais	CAREN APARECIDA MAFRA	5,91	2º
Professor B - Intérprete de Libras - Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	FRANCIELE MARTINS DE ABREU	7,26	1º
Professor B - Intérprete de Libras - Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	ARYKLECIA PEREIRA DOS SANTOS STRICKER	6,24	2º
Professor B - L. Estr. Inglês - Ens. Fundamental Anos Finais	JANAINE POMETTI JUNGLAUS	7,26	1º
Professor B - L. Estr. Alemã - Ens. Fundamental Anos Finais	CARINE RORATO DE OLIVEIRA	7,59	1º
Professor B - L. Portuguesa - Ens. Fund. Anos Finais	KEZIA FERNANDES GARCES MARTINS	6,93	1º
Professor B - L. Portuguesa - Ens. Fund. Anos Finais	MARIA PAULA VIEIRA OLIVEIRA	6,37	2º
Professor C - L. Portuguesa - Ens. Fund. Anos Finais	LILIAN DE OLIVEIRA	6,27	1º
Professor B - Ciências - Ens. Fundamental Anos Finais	GUSTAVO LUIS DERETTI	8,02	1º
Professor B - Ciências - Ens. Fundamental Anos Finais	JÉSSICA RODRIGUES DE MELO	6,66	2º
Professor B - Ciências - Ens. Fundamental Anos Finais	JULIANA WINTTRICH	6,37	3º
Professor B - Ciências - Ens. Fundamental Anos Finais	JONATAN MICHEL	6,27	4º
Professor B - Ciências - Ens. Fundamental Anos Finais	MARIANE GEHLEN CASTRO	5,30	5º
Professor C - Ciências - Ens. Fundamental Anos Finais	ELAINE MARA KICHELESKI KLODZINSKI	7,07	1º

Professor B - Geografia - Ens. Fundamental Anos Finais	OLIVIO CORREIA NETO	6,93	1º
Professor B - História - Ens. Fundamental Anos Finais	CAMILA MICHELE WACKERHAGE	5,94	1º
Professor B - História - Ens. Fundamental Anos Finais	LUIS FERNANDO GOIS DA LUZ	5,28	2º
Professor B - Ética e Cidadania - Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	BERNADETE DO PRADO TAMBOSI	7,59	1º
Professor B - Ética e Cidadania - Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	GIOVANI CUNHA REPLE	6,60	2º
Professor B - Ética e Cidadania - Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	ANDREA MAFFEZZOLLI	6,27	3º
Professor C - Ética e Cidadania - Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	KLAUDINEI ENGELMANN	8,58	1º
Professor B - Ens. Religioso - Ens. Fund. Anos Finais	ELICACIA GONÇALVES DE OLIVEIRA ZAZULA	5,28	1º
Professor C - Ens. Religioso - Ens. Fund. Anos Finais	JOSE APARECIDO FELIX	6,61	1º
Professor C - Ens. Religioso - Ens. Fund. Anos Finais	RAFAEL VICTOR BATISTA DE OLIVEIRA	6,27	2º
Professor C - Ens. Religioso - Ens. Fund. Anos Finais	MAURO PANFIL	5,06	3º
Psicopedagogo	SARITA BEHLING	6,87	1º
Psicopedagogo	SALETE DE FÁTIMA KRANKEL	6,24	2º
Psicopedagogo	FABIOLA OLIVEIRA DOS SANTOS ENGELMANN	5,61	3º
Auxiliar de Serviços Gerais I	JOAO CARLOS NASCIMENTO	7,92	1º

Auxiliar de Serviços Gerais I	ALISON ALIXANDRE CARDOSO	7,59	2º
Auxiliar de Serviços Gerais I	KAIO JUNIOR RIBEIRO	6,60	3º
Auxiliar de Serviços Gerais I	LEONIDA APARECIDA PINHEIRO LOTH	6,60	4º
Auxiliar de Serviços Gerais I	VANESSA APARECIDA PRESTES	6,60	5º
Auxiliar de Serviços Gerais I	TEREZA YARA VAZ DE JESUS	6,27	6º
Auxiliar de Serviços Gerais I	JOSIELY DA LUZ	5,94	7º
Servente	IVANA PEREIRA DE SOUZA	8,25	1º
Servente	ROSIANE CRISTINA PETRI DE SOUZA	7,92	2º
Servente	FABIANA SILVA BREMM	7,26	3º
Servente	SANDRA KELLY LINZMEYER	6,27	4º
Servente	EDILAINE APARECIDA DOS SANTOS	5,94	5º
Servente	THAIS CRISTINA NASCIMENTO	5,61	6º
Servente	ANTONIA MARIA DO NASCIMENTO SILVA	5,61	7º
Servente	IRENI GOMES DA SILVA	5,61	8º
Servente	MONICA LAIS NASCIMENTO	5,61	9º
Servente	MARIA ELANE SOUZA MENDES	5,28	10º
Servente	NIVAVA PEREIRA GOMES	5,28	11º
Auxiliar de Sala	BEATRIS OELKE	10,0	1º
Auxiliar de Sala	FABIANE STUY	8,91	2º
Auxiliar de Sala	MÉLANI MURARA	8,25	3º
Auxiliar de Sala	NADIA DE FATIMA MACHADO GROSSKLAGS	8,25	4º
Auxiliar de Sala	JESSYKA AMANDA PINTER	7,92	5º
Auxiliar de Sala	BRUNA VERBEN GRODISKY	7,92	6º
Auxiliar de Sala	JOSIANI MAIOLI DE ANEVÃO	7,69	7º
Auxiliar de Sala	KETLEEN TAIS KRUGER	7,63	8º
Auxiliar de Sala	JANICE VOLKMANN DA SILVA	7,59	9º
Auxiliar de Sala	GRACIELA STRELOW	7,59	10º
Auxiliar de Sala	FLAVIANA KRAHN COLPINI	7,59	11º
Auxiliar de Sala	GISLAINE VITAL DOS SANTOS LUDTKE	7,59	12º
Auxiliar de Sala	ADRIANA PRESTES DE SOUZA	7,59	13º

Auxiliar de Sala	SILVANE DEO-RASKI OLIVEIRA	7,26	14º
Auxiliar de Sala	LINEIA FERNANDA CORA	7,26	15º
Auxiliar de Sala	PRISCILA LOURENÇO	7,26	16º
Auxiliar de Sala	ANTONIO CEZAR NOBRE DOS SANTOS	7,03	17º
Auxiliar de Sala	SANDRA MARA BECKER DA SILVA	6,93	18º
Auxiliar de Sala	BRUNA CAROLINA CORREIA	6,60	19º
Auxiliar de Sala	JOICE CRISTIANE LEMKE ROCHA	6,60	20º
Auxiliar de Sala	LAILA JAISZA MONTEIRO	6,27	21º
Auxiliar de Sala	TATIANE OLCZYK	6,27	22º
Auxiliar de Sala	BIANCA GOMES	5,94	23º
Auxiliar de Sala	CARINA ALVES DE OLIVEIRA	5,61	24º
Auxiliar de Biblioteca	DENISE KURTEN	8,25	1º
Auxiliar de Biblioteca	JULIA GRAZIELA DA SILVA CASTRO	8,25	2º
Auxiliar de Biblioteca	RAFAEL ANTONIO RODRIGUES BELOLI	7,92	3º
Auxiliar de Biblioteca	PAULA CRISTINA GOIS DA LUZ FERREIRA	7,92	4º
Auxiliar de Biblioteca	JIVAGO CAMPOS OLIVEIRA	7,59	5º
Auxiliar de Biblioteca	ALINE DOS SANTOS	7,26	6º
Auxiliar de Biblioteca	LEANDRO ROGALA BRITZ	7,26	7º
Auxiliar de Biblioteca	BIANCA SCHUMACHER	7,26	8º
Auxiliar de Biblioteca	ALINE CRISTINA DE SOUZA CAETANO	7,26	9º
Auxiliar de Biblioteca	CLEIDE TEIXEIRA SANTOS	6,93	10º
Auxiliar de Biblioteca	EDGAR DE SOUZA ORTIZ	6,93	11º
Auxiliar de Biblioteca	BRUNA ERICA BRITO DA SILVA	6,93	12º
Auxiliar de Biblioteca	LUAN MIRANDA RIBEIRO	6,93	13º
Auxiliar de Biblioteca	FERNANDA LINZMEYER DA LUZ	6,60	14º
Auxiliar de Biblioteca	CLEIA APARECIDA BUDAL	6,60	15º
Auxiliar de Biblioteca	THAINA GABRIELE BAIL	6,27	16º
Auxiliar de Biblioteca	VALDILENA NEVES DA SILVA LIMA	6,27	17º
Auxiliar de Biblioteca	DANIELA APARECIDA KLAUMANN	6,27	18º

Auxiliar de Biblioteca	KELLY BEATRIZ PIGOSSO DO NASCIMENTO	5,94	19º
Auxiliar de Biblioteca	JAQUELINE MELO	5,94	20º
Auxiliar de Biblioteca	JOAO ANTONIO SILVEIRA	5,94	21º
Auxiliar de Biblioteca	MARIA DAS GRAÇAS CAMPOS OLIVEIRA	5,94	22º
Auxiliar de Biblioteca	LENI FAURO ORTIZ	5,61	23º
Auxiliar de Biblioteca	LUAN VICTOR DE MOURA	5,61	24º
Auxiliar de Biblioteca	SANDRA VON DEN BYLAARDT	5,61	25º
Auxiliar de Biblioteca	GRACIELE DE MIRNDA FLORES	5,28	26º
Auxiliar de Biblioteca	EGILDO DE ANEVÃO	5,28	27º
Auxiliar de Biblioteca	SIMONE CRISTINA WILL DA SILVA	5,00	28º

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina,
em 17 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI e.e.
Prefeito Municipal

FABIANE HELLER
Presidente
Comissão Organizadora do Processo Seletivo

PORTARIA Nº 5.783/2014, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 5.783/2014, de 17 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o afastamento por Licença Maternidade para a servidora, Sra. Charlene Aparecida Ferreira Scoz, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal e.e.

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 5.784/2014, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 5.784/2014, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014
NOMEIA SUBSTITUTO PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear o Senhor Walter Egidio Mukai, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº015.944.159-51, CREA-SC nº.065488-5-SC, para substituir o Senhor Marcelo Gumboski, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº054.159.519-97, CREA-SC nº.11.0461-7-SC, para que juntamente com o Senhor Cezar Santos de Jesus, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº. 048.348.439-39, CREA-SC nº093789-5 e o Senhor Ilmar José Pereira Borges Filho, inscrito no CPF sob o nº018.026.899-66, CREA SC nº51.856-6, sejam responsáveis pela fiscalização, da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

- Execução de serviços (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Luiza Maske, Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 205,00m e área total de 2.050,00m², de acordo com o Programa de Transferência 2014003364, do Apoio ao Sistema Viário - FUNDOSOCIAL, 4194, de acordo com o Contrato nº. 136/2014-PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 06/2014-PMS, Processo nº. 106/2014-PMS - empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Schroeder, 17 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 5.785/2014, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA No 5.785/2014, de 17 de novembro de 2014

DETERMINA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ENCERRAMENTO DA SINDICÂNCIA Nº008/2014.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Determinar a prorrogação em até 60 (sessenta) dias, contados a partir de desta data, do prazo para encerramento da Sindicância nº008/2014, de acordo com o Ofício nº006/2014-PS 008/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 17 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 5.786/2014, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA No 5.786/2014, de 17 de novembro de 2014

DETERMINA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ENCERRAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº001/2014.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Determinar a prorrogação em até 60 (sessenta) dias, contados a partir de desta data, do prazo para encerramento do Processo Administrativo nº001/2014, de acordo com o Ofício nº005/2014-PS 001/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 17 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 100/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 100/2014-PMS

PROCESSO Nº. 216/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal em Exercício no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 18 de novembro de 2014, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h, visando a aquisição e instalação de condicionador de ar para as unidades escolares do ensino fundamental da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

O Prefeito Municipal em Exercício comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura do Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 100/2014-PMS, realizar-se-á em 02 de dezembro de 2014, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h e Abertura do processo: às 14h15min.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 18 de novembro de 2014.

Moacir Zamboni

Prefeito Municipal em Exercício

ATA PREGÃO PRESENCIAL 100/2014-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 100/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 216/2014 Data do Processo: 21/10/2014

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 157/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição e instalação de condicionador de ar para as unidades escolares do ensino fundamental da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio reuniram para abertura da licitação conforme determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Diante da ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. O processo foi declarado deserto. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 18 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane klitzke	- - Equipe de Apoio

ATA TOMADA DE PREÇOS 11/2014-PMS (SEQUÊNCIA 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 11/2014 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 215/2014 Data do Processo: 20/10/2014

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 158/2014 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa ou pessoa física especializada na prestação de serviços de Consultoria nas Áreas de Contabilidade Pública e Planejamento Governamental para a Prefeitura Municipal e seus Fundos, na sede do Município de Schroeder/SC para o exercício de 2015

A comissão reuniu-se após recebimento do recurso impetrado pela empresa INSTITUTO CATARINENSE DE MODERNIZAÇÃO MUNICIPAL, devidamente protocolado dentro do prazo estabelecido anteriormente. Diante dos recursos impetrados, cancela-se a abertura da proposta comercial marcada para dia 21 de novembro de 2014, às 14h, e abre-se prazo para contrarrecurso conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 25 de novembro de 2014, às 17h. Posteriormente, será enviada ata com nova data para continuação do certame. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e dos recursos às empresas participantes.

Schroeder, 18 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Gelson Stein	- - Membro
Cheila Adriane Klitzke	- - Membro
Daniela Samuleski	- - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- - Membro Suplente
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente

Serra Alta

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

Edital: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2014

Tipo : Menor preço - Por Item

Objeto : AQUISIÇÃO DE UM TRATOR AGRÍCOLA DE PNEUS NOVO.

Para conhecimento dos interessados, o Município de Serra Alta estará realizando o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2014, através do site www.cidadecompras.com.br, em conformidade com as disposições da Lei 10.520/2002, Decreto Municipal nº30/13, e, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e Lei Complementar nº123/2006 e nº 147/2014, cuja proposta deve ser apresentada até o dia e hora abaixo especificados:

Data de apresentação das propostas: até dia 05/12/2014

Horário: até às 08h45min.

Data de abertura da Sessão: dia 05/12/2014

Horário: às 9 horas

Serra Alta - SC, 19 de novembro de 2014.

BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO

Prefeita de Serra Alta em exercício

EXTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

Edital: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2014

Tipo : Menor preço - Por Item

Objeto : Aquisição de um CAMINHÃO NOVO e de uma CARROCEIRA METÁLICA BASCULANTE (CAÇAMBA) NOVA, com o objetivo de proporcionar melhores condições e agilidade na execução dos serviços prestados pela Secretaria de Agricultura para o atendimento da demanda.

Para conhecimento dos interessados, o Município de Serra Alta estará realizando o

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2014, através do site www.cidadecompras.com.br,

em conformidade com as disposições da Lei 10.520/2002, Decreto Municipal nº30/13,

e, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e Lei Complementar nº123/2006 e nº 147/2014,

cujas propostas devem ser apresentadas até o dia e hora abaixo especificados:

Data de apresentação das propostas: até dia 05/12/2014

Horário: até às 10h15min.

Data de abertura da Sessão: dia 05/12/2014

Horário: às 10h30min.

Serra Alta - SC, 19 de novembro de 2014.

BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO

Prefeita de Serra Alta em exercício

DECRETO Nº 191/2014

DECRETO Nº 191/2014 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARTA FUCHS FUZINATO PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita (em exercício) de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a o Art. 33 da Lei Municipal 498/2001 de 10/09/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada a pedido a Servidora Pública Municipal MARTA FUCHS FUZINATO, CPF sob Nº 042.934.499-65, do cargo de Auxiliar de Enfermagem, Nível 22, Grupo 2 (SAL) 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo o vencimento constante na lei nº 684/2005 de 13/12/2005.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3 Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, e demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 18 de Novembro de 2014.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO

Prefeita (em exercício)

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

DECRETO Nº 192/2014

DECRETO Nº 192/2014 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

"Dispõe sobre Férias da Servidora Municipal FRANCIELI MACHADO DOS SANTOS referente ao Período aquisitivo de 2014, e dá outras providências".

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita (em exercício) de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 110/1991, lei orgânica Municipal e Lei Municipal 498/2001 de setembro de 2001;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam concedidas férias a Servidora Pública Municipal FRANCIELI MACHADO DOS SANTOS no período de 23 DE DEZEMBRO 2014 A 21 DE JANEIRO DE 2015 (30 dias), referente ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 31/12/2014, Servidora ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitária de Saúde, nível 11, do Grupo 1 - SEG, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde conforme Plano de Cargos e Remuneração da Prefeitura Municipal de Serra Alta.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto serão utilizados recursos consignados no orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de Novembro de 2014.
BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO
Prefeita (em exercício)

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 110/2014

PORTARIA Nº 110/2014 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal de Serra Alta (em exercício), Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; e alterações posteriores e lei 692/2006 de 13/04/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de VILSON PAULETTO, CPF 767622899-91 e RG 2.756.789 do Cargo de Motorista, nível 31 do Grupo 3 - SOP, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores, vigentes no município de Serra Alta.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de Novembro de 2014.
BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO
Prefeita (em exercício)

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

EXTRATO 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2014

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Aditivo

Contrato Nº.: 001/2014

Contratante

MUNICIPIO DE SERRA ALTA

TRANSCUNHADOS TRANSPORTES LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Aditamento Contratual tem por objeto:

Contratada

Objeto.....

1.1.1 Alterar o Item "2.1 da Cláusula Segunda – Do Preço e condições de pagamento" relativo ao contrato nº 01/2014, com fundamentação legal no artigo 65, parágrafo 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO"

2.1 - A CONTRATANTE a partir da presente data pagará a CONTRATADA, pela aquisição do combustível, objeto deste Contrato, o preço proposto de R\$ 2,84 (Dois reais e oitenta e quatro centavos) o litro do ÓLEO DIESEL S-10, havendo um acréscimo de R\$ 0,13 (Treze centavos) por litro em relação ao valor inicial vigente do contrato e R\$ 2,67 (Dois reais e sessenta e sete centavos) o litro do ÓLEO DIESEL S-500, havendo um acréscimo de R\$ 0,09 (Nove centavos) por litro em relação ao valor inicial vigente do contrato".

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o acréscimo de valor nos limites permitidos por lei, em função do realinhamento de preço do valor do óleo diesel S-10 e S-500, verificado nas notas fiscais de compra do fornecedor. Aumento monopolizado pelo mercado interno praticado em todo o país, cuja tabela demonstrativa de preço do óleo diesel segue em anexo, como se na íntegra estivesse.

Valor.....:

Vigência....

18/11/2014 á 31/12/2014.

SERRA ALTA/SC, 18 de Novembro de 2014.

BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO

PREFEITA EM EXERCÍCIO

Sombrio**PREFEITURA****DECRETO Nº. 218/14**

DECRETO Nº 218, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.,02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE SOMBRIO
2.018 - Benefícios Eventuais
3.3.90.00.00.00.00.00.0067 - Aplicações Diretas
R\$ 6.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do excesso de arrecadação da fonte 67.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 11 de novembro de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Timbé do Sul**PREFEITURA****LEI Nº 1.735/2014**

LEI Nº 1.735 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE DO SAMAE DE TIMBÉ DO SUL EXERCÍCIO DE 2.014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Adicional Especial ao Orçamento do SAMAE, na importância de R\$ 11.600,58 (Onze mil e seiscentos reais e cinquenta e oito centavos), para as Dotações abaixo especificadas:

Órgão: 10 – SAMAE	
Unidade: 01 – Sistema de Água e Esgoto	
Funcional: 17.512.0111.2.030– Manutenção do SAMAE	
18 – 3.1.71.00.00.00.06000-	Transferência a Consórcios Públicos.....R\$ 4.640,23
17 – 3.3.71.00.00.00.06000-	Transferência a Consórcios Públicos.....R\$ 4.640,23
16 – 4.4.71.00.00.00.06000-	Transferência a Consórcios Públicos.....R\$ 2.320,12

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação total das dotações abaixo especificadas:

Funcional: 17.512.0111.2.030- Manutenção do SAMAE.
13 - 3.1.70.00.00.00.06000- Transf. a Inst. Multigovernamentais R\$ 4.640,23
12 - 3.3.70.00.00.00.06000- Transf. a Inst. Multigovernamentais R\$ 4.640,23
11 - 4.4.70.00.00.00.06000- Transf. a Inst. Multigovernamentais R\$ 2.320,12

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Timbé do Sul, 15 de Novembro de 2014.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente lei, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 189/2014

DECRETO Nº 189 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento do SAMAE de Timbó do Sul

O Prefeito Municipal de Timbó do Sul/SC no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.735/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Especial no Orçamento do SAMAE, na importância de R\$ 11.600,58 (Onze mil e seiscentos reais e cinquenta e oito centavos), para as Dotações abaixo especificadas:

Órgão: 10 – SAMAE	
Unidade: 01 – Sistema de Água e Esgoto	
Funcional: 17.512.0111.2.030– Manutenção do SAMAE	
18 – 3.1.71.00.00.00.06000-	Transferência a Consórcios Públicos.....R\$ 4.640,23
17 – 3.3.71.00.00.00.06000-	Transferência a Consórcios Públicos.....R\$ 4.640,23
16 – 4.4.71.00.00.00.06000-	Transferência a Consórcios Públicos.....R\$ 2.320,12

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação total das dotações abaixo especificadas:

Funcional: 17.512.0111.2.030- Manutenção do SAMAE.

13 - 3.1.70.00.00.00.06000- Transf. a Inst. Multigovernamentais R\$ 4.640,23

12 - 3.3.70.00.00.00.06000- Transf. a Inst. Multigovernamentais R\$ 4.640,23

11 - 4.4.70.00.00.00.06000- Transf. a Inst. Multigovernamentais R\$ 2.320,12

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Timbó do Sul, 18 de Novembro de 2014.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Timbó**PREFEITURA****DIVULGA LISTA DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS DO EDITAL Nº 001/2014 DE PROCESSO SELETIVO**

Ato 002/SME/ED1/14

DIVULGA LISTA DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS DO EDITAL Nº 001/2014 DE PROCESSO SELETIVO

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do município de Timbó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Processo seletivo, torna público, conforme segue:

1. Ficam DEFERIDAS as inscrições constantes do anexo I deste edital, sendo indeferidas àquelas conforme situação apontada.

2. Ficam INDEFERIDAS as inscrições constantes do anexo II deste edital, não processadas por falta de pagamento da taxa de inscrição.

3. Os recursos contra o indeferimento da inscrição poderão ser interpostos nos dias 18 e 19 de novembro de 2014, nos termos do edital.

Timbó, 17 de Novembro de 2014.

Secretário Municipal de Educação

Sergi Frederico Mengarda

ANEXO I DO ATO 002/SME/ED1/14

DIVULGA LISTA DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS DO EDITAL Nº 001/2014 DE PROCESSO SELETIVO

Auxiliar de Recreação Infantil - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	23389	Adriana Fur-lani Zatelli	01/06/1984	Deferido
2	24536	Aline Sacht Vargas	28/02/1991	Deferido
3	25109	Amanda Farias Simões	08/07/1987	Deferido
4	25953	Andrea Campestrini	25/09/1975	Deferido
5	26129	Angelica Latzke	16/05/1990	Deferido
6	23945	Arlete Faez Rocha	15/09/1967	Deferido
7	25160	Camila Hinsching	03/06/1991	Deferido
8	23439	Camila Nattally Gutz	22/02/1989	Deferido
9	25979	Cristiane Tomio	12/03/1985	Deferido
10	23701	Debora Rafaela Roedel	15/12/1995	Deferido
11	24485	Diangela Danubia Maas Nones	30/03/1981	Deferido
12	22802	Edineia Ficanha	17/02/1985	Deferido

13	25751	Eliana Aparecida Dalcastagne	04/01/1991	Deferido
14	23032	Eliane Slomp	16/07/1965	Deferido
15	23659	Elisabeth Michelle Bruske Lenzi Kienen	11/07/1979	Deferido
16	23801	Elisângela Gisele Gretter	13/01/1983	Deferido
17	22690	Elizete De Almeida	17/10/1989	Deferido
18	22629	Fabiana Regina Vansuit	07/11/1988	Deferido
19	23494	Fernanda Moreira De Castro Pereira	26/09/1992	Deferido
20	24616	Gabriela Mendonça Pereira Gomes	02/12/1993	Deferido
21	21844	Gesiele Samantha Dos Santos	10/05/1992	Deferido
22	23810	Glauce Cordeiro Simm	22/04/1972	Deferido
23	26268	Graciela Regina Dietrich	24/09/1979	Deferido
24	25556	Grazielli Oliveira	25/10/1989	Deferido
25	23978	Ihara Radunz Vestewig	25/04/1975	Deferido
26	23448	Inês Zoboli Dallabona	16/06/1960	Deferido
27	23474	Irani Roeder	01/10/1974	Deferido
28	22538	Isabel Cristina Lima	03/04/1979	Deferido
29	24696	Janete Grether Melere	18/10/1971	Deferido
30	25042	Jéssica Maria Aparecida Machado Felipe	04/04/1993	Deferido
31	24663	Jeniffer Regina Campes-trini	22/07/1993	Deferido
32	23725	Joice Bianca De Oliveira Vieira	21/06/1987	Deferido
33	23570	Katia De Silva Gibowski	13/01/1995	Deferido
34	22472	Kellen Aparecida Valerio Dias	21/06/1983	Deferido
35	23153	Kelly Terezi-nha Hilario Brandão	14/09/1987	Deferido
36	25490	Lillian Schmidt Tomasoni	24/03/1961	Deferido
37	24366	Luciane Ewald Vol-tolini	14/09/1981	Deferido
38	24449	Manoela Priscila Da Silva	27/06/1995	Deferido
39	23274	Marcia Oberziner	21/02/1986	Deferido

40	25427	Maria Cristina Marcondes Dos Santos	21/04/1954	Deferido
41	25414	Maria Da Gloria Marcondes Martinson	01/05/1957	Deferido
42	24308	Marlise Clara Nolli	15/05/1968	Deferido
43	25405	Martina Larissa Duve	27/02/1987	Deferido
44	23563	Mayara Cristine De Borba	08/04/1988	Deferido
45	24510	Nádia Karla Starke Sadlovski	09/09/1975	Deferido
46	24213	Neiva Rosana Richter Crispim	24/11/1969	Deferido
47	22409	Nicole Alvares Sprung	29/10/1995	Deferido
48	24060	Pâmela Letícia Thurow Da Silva.	03/05/1985	Deferido
49	25858	Priscila Aparecida Lima Rodrigues	30/06/1990	Deferido
50	24208	Rafaela Bittencourt Bernardo	14/03/1989	Deferido
51	24768	Rafaela De Fatima Leandro	19/06/1990	Deferido
52	22375	Rosane Terezinha Moreira Valerio	13/12/1990	Deferido
53	23318	Samara Luiza Riola	09/08/1994	Deferido
54	23094	Silmara Rodrigues Da Silva	15/09/1981	Deferido
55	24241	Silvana Avancini Werner	07/08/1979	Deferido
56	21731	Solecir Terezinha Da Silva	27/08/1994	Deferido
57	21610	Talita Viviani Manfrini	10/04/1995	Deferido
58	24345	Valdiria Maas Sprung	27/08/1980	Deferido
59	24099	Vanessa Martoffel	27/09/1980	Deferido

Auxiliar Operacional I - Alfabetizado

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	23799	Adilvo Feltrin	14/10/1964	Deferido
2	23110	Alzira Brehmer	10/01/1956	Deferido
3	23276	Ana Maria Rodrigues Da Silva	25/11/1973	Deferido
4	25049	Andréa Beatriz Fachini	07/11/1977	Deferido
5	23641	Andréia Dos Santos	11/01/1978	Deferido

6	23663	Carol Gatti De Amorim	01/12/1993	Deferido
7	24049	Cenir Aparecida Iglkoski Lavinski	14/12/1969	Deferido
8	23967	Cristiane Cardozo	15/09/1968	Deferido
9	25273	Daniella Rodrigues Carvalho	25/09/1981	Deferido
10	23911	Delia Coelho Dos Santos	30/05/1982	Deferido
11	25406	Dilma Chequeto	10/08/1957	Deferido
12	22098	Dirce Soraya Janke	02/10/1968	Deferido
13	24941	Edilse Maria Leske	22/10/1971	Deferido
14	21741	Eli Aguinalda Pfleger Eger	29/07/1961	Deferido
15	21988	Eliane Gonçalves De Liz	28/10/1978	Deferido
16	23649	Elza Valadares Alvarenga Dutton	13/04/1967	Deferido
17	22397	Emilene Monteiro Da Cunha Meliorini	20/05/1983	Deferido
18	24540	Franciani Dutra Ribeiro Borges	10/12/1987	Deferido
19	24619	Glauca Oliveira Da Silva	03/01/1993	Deferido
20	23931	Heleinice De Fatima Moreira Martins	29/06/1967	Deferido
21	25069	Isanete Marcia Riola	18/03/1975	Deferido
22	24274	Ivanildes Maria Moreira	19/04/1958	Deferido
23	23272	Jacira Rodrigues Da Silva	28/09/1977	Deferido
24	22031	Jandira Isabel Frusina	28/01/1978	Deferido
25	21651	Jucélia Antonia De Vargas Soares	28/06/1981	Deferido
26	24487	Juliana Valões	19/08/1986	Deferido
27	24172	Juliane Hoffmann	16/01/1991	Deferido
28	25506	Jusselina Loureiro Sampaio	19/12/1972	Deferido
29	25352	Kelly Juliana Wiergutz Grassmann	06/06/1983	Deferido
30	22660	Lara Maria Giovanella	18/02/1971	Deferido
31	24945	Leonercio Riola	24/01/1969	Deferido
32	25397	Lindamira Aparecida Ribeiro	01/02/1973	Deferido

33	21663	Lourdes Dallabona	14/01/1960	Deferido
34	21456	Lucilene Amadeu Do Nascimento	27/09/1978	Deferido
35	23841	Luiz Carlos Manske	28/10/1964	Deferido
36	21732	Mara Lucia Dalabona	03/12/1973	Deferido
37	23566	Marcia Cristina Klein Hickmann	13/07/1980	Deferido
38	22493	Marcia Regina Biz Ropelatto	05/12/1976	Deferido
39	24489	Marcos Feliciano Domela	09/08/1974	Deferido
40	22316	Maria De Lourdes Vitorino Da Silva	24/03/1959	Deferido
41	23811	Maria Heck Manske	13/03/1964	Deferido
42	22392	Maristela Aparecida Rincão	22/05/1977	Deferido
43	21566	Marlise Pinheiro	11/04/1995	Deferido
44	21674	Marly Barreto Dos Santos	17/08/1968	Deferido
45	22428	Márcia Feltrin Müller	03/08/1979	Deferido
46	26048	Monica Knoop	17/11/1995	Deferido
47	24956	Monica Petters	05/09/1985	Deferido
48	24973	Nair João Da Silva Ribeiro	09/10/1962	Deferido
49	23941	Patricia Bolduan	26/04/1990	Deferido
50	23772	Patricia Mattiello Andreazza	24/09/1988	Deferido
51	23721	Pedro Paul	11/12/1962	Deferido
52	23527	Rita Pieritz	14/05/1945	Deferido
53	23509	Roseli Maria Ropelatto	18/10/1961	Deferido
54	24501	Rosely Ferrari Gonçalves	04/01/1977	Deferido
55	23140	Rosimeri Ferreira Da Silva	17/02/1989	Deferido
56	24191	Rovena Uecker Kruger	26/01/1960	Deferido
57	23068	Sandra Monika Ewers Mohr	03/05/1972	Deferido
58	23465	Selma Da Silva	08/01/1949	Deferido
59	23639	Simone Bondi De Carvalho De Cristo	15/04/1975	Deferido
60	22688	Simone Felipe Cristofolini	09/09/1977	Deferido
61	24340	Sirlei Garcia	15/09/1973	Deferido
62	21705	Sueli Maria Pellin Lourenço	15/05/1959	Deferido

63	21863	Tânia Mariza Coelho	23/12/1972	Deferido
64	23106	Thandriane Laisy Prestes Prochnow	22/07/1987	Deferido
65	26026	Valdir Regue	04/04/1967	Deferido
66	21639	Vera Kretz	01/05/1961	Deferido
67	23949	Veronica Santos Da Silveira	28/02/1957	Deferido
68	23524	Veronica Sepka	19/06/1962	Deferido
69	23419	Wanderléia Maria Oribka	17/05/1989	Deferido

Educador Infantil (habilitado) - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	24706	Adriana Silva Beccari Luz	01/09/1974	Deferido
2	23356	Alinne Tatiane Marcarini	29/05/1984	Deferido
3	25639	Amanda Rogéria Bona	14/03/1984	Deferido
4	25147	Ana Paula De Mendonça Ferreira Moura	26/02/1983	Deferido
5	21622	Andréa Queiroz Dos Santos	08/11/1987	Deferido
6	23597	Andressa De Andrade	23/03/1994	Deferido
7	23470	Angela Ferrari	11/01/1974	Deferido
8	22842	Angelita De Souza Purim	21/10/1978	Deferido
9	25505	Aparecida Bule Tavares	15/06/1959	Deferido
10	24047	Arlete Do Rocio Coelho Bueno	12/03/1973	Deferido
11	21694	Arlete Krüger	16/08/1955	Deferido
12	24342	Élida Maria De Mélo Ferreira	28/10/1965	Deferido
13	24490	Bernadete Vinharski	24/02/1966	Deferido
14	24849	Cinira Olinda Busarello	10/09/1985	Deferido
15	22146	Daiane Jaeger	31/07/1993	Deferido
16	21506	Danielle Cristina Barth	15/03/1992	Deferido
17	21896	Darciele Schlueter	29/11/1996	Deferido
18	25528	Dirlene Nunes Ribeiro	04/09/1989	Deferido
19	24048	Eliane Norato	25/07/1984	Deferido
20	23377	Emanuela Aparecida Cristofolini	12/08/1983	Deferido
21	24064	Emilia Odorizzi	26/11/1968	Deferido
22	25152	Eva Luana Ponath	07/07/1984	Deferido

23	23545	Fabiane Luiza Bee Pereira	09/11/1976	Deferido
24	21813	Franciele Moreira Dos Santos	13/07/1995	Deferido
25	21530	Francielle Talita Pegoretti	16/03/1994	Deferido
26	22714	Gilberto José Gomes	26/07/1978	Deferido
27	24289	Grazielle Krause Bittencourt	18/04/1985	Deferido
28	21427	Grazielle Klitztke Klug	09/04/1980	Deferido
29	23287	Isabel Cristina Tomaselli Fernandes	28/10/1965	Deferido
30	22739	Isolde Tessaroli Leitempergher	03/06/1967	Deferido
31	25707	Jaciara Paola Bell Saraiva	23/06/1992	Deferido
32	23556	Janara Thaís Maas	11/02/1992	Deferido
33	24928	Jaqueline Von Zeschau	09/01/1990	Deferido
34	23722	Jéssica Popowicz	14/01/1991	Deferido
35	25890	Jennifer Maschio Brucker	11/10/1989	Deferido
36	21929	Joseane De Oliveira	12/10/1986	Deferido
37	25504	Joyce Aparecida Paul	16/08/1992	Deferido
38	22439	Juliana Teicoski Da Silva	27/09/1987	Deferido
39	24078	Juliete Menestrina	24/08/1992	Deferido
40	23958	Jusceli Aparecida De Oliveira	15/08/1974	Deferido
41	23743	Jusielle Mirlene Janke	09/06/1992	Deferido
42	21587	Kathleen Oliveira Krankel Pasquali	02/05/1986	Deferido
43	25856	Katia Cilene Iaghi Leite	11/03/1972	Deferido
44	22748	Lúcia Helena Lenzi	26/09/1980	Deferido
45	22986	Luciana Cristina Lazzarini Felippi	22/12/1978	Deferido
46	24063	Luciane Janke	23/11/1975	Deferido
47	25250	Luiza Maria Marques	20/05/1981	Deferido
48	24862	Luzia Doraci Cunha	13/12/1959	Deferido
49	22271	Maristela Weiss	27/03/1966	Deferido
50	23898	Meri Favero Teschner	01/05/1980	Deferido
51	22187	Monica De Lima Miranda Silva	30/07/1973	Deferido

52	24747	Morgana Valcanaia	22/05/1991	Deferido
53	23998	Nelci Magalhães De Abreu	06/01/1963	Deferido
54	24957	Nilceia Alves Da Silva	12/06/1985	Deferido
55	22808	Patricia Regina Felippi	19/12/1991	Deferido
56	23537	Pâmela Cristina Backes	02/02/1991	Deferido
57	26286	Pricilla Kelle Pereira	20/11/1986	Deferido
58	23703	Priscila Deckmann Da Silva	05/05/1990	Deferido
59	25256	Priscila Maria Branco Pereira	27/02/1983	Deferido
60	21501	Priscila Rope-lato	06/06/1992	Deferido
61	23428	Renilda Batista Wenceslau	20/02/1974	Deferido
62	22240	Rosana Vailati Fusinato	11/02/1970	Deferido
63	21453	Roselandy C.dos S.demonti	28/12/1971	Deferido
64	23591	Rosely Maria Habitzreuter Bublitz	26/03/1982	Deferido
65	21841	Sandra Eliane Stasaitis Nunes	20/07/1973	Deferido
66	24660	Scheila Cristina Zomer	29/03/1984	Deferido
67	22840	Silvana Kemper	10/03/1989	Deferido
68	23492	Silvana Macedo Dos Santos Costa	18/05/1965	Deferido
69	24493	Sonia Gonçalves Ribeiro	02/02/1970	Deferido
70	25932	Stifani Inês Luft	05/08/1981	Deferido
71	22878	Tayane Cata-festa	03/01/1994	Deferido
72	21539	Thâmis Lehmkuhl De Souza Travaglia	12/07/1987	Deferido
73	22669	Ursula Andreazza Cristofolini	14/01/1981	Deferido
74	23089	Vanderleia Da Silva Melo Tessmann	02/11/1976	Deferido
75	23101	Vanderleia Wolter	05/01/1983	Deferido
76	25954	Vanessa Fernanda Kannenberg	15/10/1984	Deferido
77	23765	Vanessa Pacher Stolf	17/12/1992	Deferido
78	23080	Vanusa Wolter	24/09/1986	Deferido

79	25198	Vera Wetzel	26/05/1978	Deferido
80	23757	Zenir Rohling Bechtold	27/05/1971	Deferido
81	24603	Zuleica Nass Raasch	20/08/1980	Deferido

Educador Infantil (não-habilitado) - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	23141	Adriana Gonçalves De Andrade Baldo	11/06/1976	Deferido
2	23332	Aline Lima De Oliveira Klemz	30/05/1972	Deferido
3	21672	Ana Lécia De Araújo Krambeck	30/04/1981	Deferido
4	23913	Ana Paula Da Silva Agostini	25/07/1982	Deferido
5	22485	Bianca Matos Costa	10/01/1989	Deferido
6	25193	Camila Ninow	16/11/1994	Deferido
7	25525	Camila Tamar Tambosi Sargagna	16/08/1995	Deferido
8	22247	Carla Juliana Carlos De Maria	26/05/1986	Deferido
9	25916	Carmelita Maria Correia Roeder	17/12/1963	Deferido
10	25853	Cheila Oliveira Freitas Teske	10/12/1989	Deferido
11	22185	Cristina Isabel Campes-trini	10/06/1985	Deferido
12	22903	Dayana Priscilla Dorigatti Maukiewicz	26/04/1986	Deferido
13	21448	Débora Cristina Da Silva	04/07/1994	Deferido
14	21612	Diessica R. M. Z Giovanella	19/10/1988	Deferido
15	22164	Eliane Sandri	13/02/1993	Deferido
16	25716	Elisângela Gisele Gretter	13/01/1983	Deferido
17	26185	Emilia Caroline Andruchen	21/02/1996	Deferido
18	25620	Erica Patricia Gomes Barbosa	11/07/1975	Deferido
19	23103	Eunice Gomes De Araujo Cazita	01/05/1977	Deferido
20	25618	Franceli Aparecida Moraes	23/01/1982	Deferido
21	21893	Franciane Gisele Begalke Meneghelli	15/08/1986	Deferido

22	25896	Francielle Carla Rosa Hessmann	06/09/1984	Deferido
23	25150	Giovana Tillmann Hinsching	10/08/1973	Deferido
24	26204	Helena Scoz	07/08/1985	Deferido
25	23739	Heltrud Schutze Hennings	15/04/1951	Deferido
26	25164	Jamaica Suellen Bell Saraiva	23/06/1992	Deferido
27	22587	Jandira Pitan Pasquali	11/01/1979	Deferido
28	23864	Janice Voigtlaender	01/10/1976	Deferido
29	21816	Jaqueline Zambon	31/10/1991	Deferido
30	26166	Kauana Luchtenberg	06/11/1995	Deferido
31	26103	Laura De Oliveira Agostini	02/12/1991	Deferido
32	23363	Lia Mara Hamann Thurow	30/12/1989	Deferido
33	22338	Liliane De C Rodrigues Vital	26/07/1984	Deferido
34	23391	Luciane De Freitas Brehmer	28/12/1983	Deferido
35	25601	Maike Gielow	14/09/1986	Deferido
36	21647	Maisa Wisenthiner	13/12/1992	Deferido
37	25225	Marcia Maria Rosa	12/11/1965	Deferido
38	21555	Marceli Taise Voss	14/10/1991	Deferido
39	22921	Nadia Djanira Santos De Jesus Rocha	02/09/1981	Deferido
40	25664	Nayara Regina Lucio	30/07/1990	Deferido
41	23562	Scarlett Oliveira Mota	26/07/1995	Deferido
42	21702	Scheila Patricia Zichuhr	26/10/1991	Deferido
43	24056	Simone Kuester Neves	01/10/1987	Deferido
44	25041	Suellen Gebhardt	02/07/1995	Deferido
45	23773	Tatiana Cristina Catafesta Lenzi	07/01/1984	Deferido
46	26005	Tatiane Josieli Nieckarz	14/05/1993	Deferido
47	23483	Tuane Naiara Müller	20/06/1991	Deferido
48	23012	Valmiria Zichuhr	04/12/1976	Deferido
49	22588	Viviana Ligia Zimath Hiller	06/02/1985	Deferido

50	22598	Wanessa Giovanna Boettger Fraimer	19/02/1979	Deferido
51	22058	Werlany Silva Teixeira Campos	15/07/1975	Deferido

Professor - Artes - para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	23515	Ana Lucia Caetano Bergamo	28/03/1974	Deferido
2	21742	Antonio Cesar Wantowsky	04/02/1986	Deferido
3	25928	Bruna Hedler	06/09/1988	Deferido
4	24785	Cleusa Bet	10/04/1972	Deferido
5	24637	Eliana Radwanski	24/06/1977	Deferido
6	23314	Flavia Menestrina	16/10/1989	Deferido
7	22452	Francine Marta Bianchini Ferrari	03/05/1982	Deferido
8	23271	Kátia Milena Becker Pedroso	03/04/1984	Deferido
9	23635	Keity Naira Girardi	02/04/1985	Deferido
10	21603	Maria De Fátima Ferrari	24/06/1955	Deferido
11	23908	Moara De Oliveira Gustmann	26/02/1985	Deferido
12	25154	Paulo Lacerda	27/09/1971	Deferido
13	22016	Rogeria Aparecida Borges De Lima Ribeiro	18/03/1977	Deferido
14	23204	Sueli De Lourdes Ropke Valcanai	01/01/1900	Deferido
15	23486	Suellen Priscilla Stein	07/05/1992	Deferido
16	23357	Tayla Branco Gesser	28/07/1989	Deferido
17	23288	Vivian De Tofol Hansen	07/11/1977	Deferido
18	22579	Yana Batista	26/03/1988	Deferido

Professor - Artes - para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (não-habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	23444	Carolina Torres Maciel Da Silva	09/10/1987	Deferido
2	22401	Dorisete Romilda Perini Ferrari	31/07/1973	Deferido
3	23529	Eduarda Butzke	12/09/1995	Deferido

4	26147	Elaine Regina Andruchchen	31/01/1994	Deferido
5	25747	Emanuel Lemos Menezes	18/02/1981	Deferido
6	22469	Fagner Luiz Silva	25/07/1989	Deferido
7	25030	Gabriela Girardi	27/01/1995	Deferido
8	25444	Greicy Rosaly Bileski Gomes Carbone	06/05/1983	Deferido
9	23805	João Victor Teikoski	28/11/1996	Deferido
10	25691	Jocinei Langa	12/04/1991	Deferido
11	25076	Juliani Soares Marques	26/04/1981	Deferido
12	23622	Maria De Fátima Portela Jaepelt	04/09/1959	Deferido
13	21629	Maytê Mittelman	04/02/1992	Deferido
14	25872	Rafael Lira	20/01/1985	Deferido
15	25344	Viviane Gadotti	20/04/1989	Deferido

Professor - Ciências - para Ensino Fundamental (habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	25534	André Costa De Azevedo	25/01/1980	Deferido
2	24091	Carla Kühl	16/10/1961	Deferido
3	21914	Evelyn Vieira Hass	18/06/1983	Deferido
4	26214	Fabiana Machado Butzke	06/01/1978	Deferido
5	21559	Lidia Ketlyn Heinig	09/10/1984	Deferido
6	23340	Maike Sabrine Corrêa Venturi	29/04/1988	Deferido
7	21915	Pathyra Salvador Motta Teixeira	17/10/1986	Deferido
8	22255	Pâmela Eduarda Maass	06/07/1992	Deferido
9	24953	Schirley Pasquali	01/01/1900	Deferido
10	24647	Wiliam Bezerra De Sant'anna	11/07/1981	Deferido

Professor - Ciências - para Ensino Fundamental (não-habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	25796	Antonio Marcos Alves	05/01/1976	Deferido
2	23139	Cleicieli Aparecida Ermonge	15/11/1992	Deferido
3	22473	Daniela Deise Schroeder	03/07/1988	Deferido

Professor - Educação Física - para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	24723	Ademir Luiz Manfrini	20/06/1953	Deferido
2	25060	Alessandra Picagevicz	20/02/1984	Deferido
3	22354	Alexandre Dos Santos Gomes	25/02/1980	Deferido
4	21544	Aline Mittank	21/10/1988	Deferido
5	25936	Ana Tereza Homem	20/02/1973	Deferido
6	21540	Analú Lenzi Kleinschmidt	30/08/1983	Deferido
7	21451	Anderson Inacio Migliorini	22/10/1987	Deferido
8	22270	André Anastacio	06/08/1975	Deferido
9	23797	Bruna Gonçalves De Jesus	27/01/1990	Deferido
10	21658	Daniel Alexandre Voigt	02/07/1984	Deferido
11	25561	Diego Francisco Catão	21/12/1985	Deferido
12	23028	Diogo Augusto Moser	16/02/1984	Deferido
13	23149	Eli Da Silva	30/09/1971	Deferido
14	24168	Emerson Giovani Lenzi	17/05/1972	Deferido
15	21796	Emir José Felski Agostini	09/05/1952	Deferido
16	25296	Fernanda Dalpiaz Hendges	28/01/1988	Deferido
17	21500	Francieli Elaine Tais	26/10/1986	Deferido
18	25141	Gisiele Baldussi	01/12/1988	Deferido
19	24803	Henri Blaesing	14/07/1977	Deferido
20	25269	Igor De Oliveira Insaurriaga Silva	19/09/1979	Deferido
21	21455	Jéssica Naya-ra Richter	15/02/1993	Deferido
22	22278	Jeverson Bernardo Da Cruz	21/06/1986	Deferido
23	23182	John Elinton Trisotto	05/05/1986	Deferido
24	23900	Jonathan Guilherme Menestrina	26/10/1988	Deferido
25	25597	Josiane Marcia Angelo	26/01/1991	Deferido
26	22941	Karine Constantino	22/04/1984	Deferido
27	21593	Kelly Tician Schumann	14/03/1982	Deferido

28	21596	Kimberley Batista Da Silva Segundo	31/12/1982	Deferido
29	21634	Lucas Ferreira Povoas	24/03/1991	Deferido
30	25905	Luiz Roberto Shroeder	03/09/1985	Deferido
31	25491	Maicon Michael De Oliveira	26/11/1984	Deferido
32	24034	Manoel Henrique Peixoto Da Cunha	05/02/1973	Deferido
33	21780	Marcel Luis Agostini	27/05/1987	Deferido
34	23222	Marcondes Faggiani	08/03/1969	Deferido
35	25735	Mariel Taís Schroeder	09/02/1989	Deferido
36	21444	Maristela Siewert	01/05/1987	Deferido
37	24799	Pamella Barattieri Siegel	12/02/1992	Deferido
38	21902	Rafael Spiess	02/04/1989	Deferido
39	22816	Ronald Karl Habitzreuter	18/07/1991	Deferido
40	24995	Samara Thays Zermiani	19/03/1993	Deferido
41	23745	Sandra Caroline Hennings Correia	05/11/1973	Deferido
42	23256	Tatiana Angeli De Abreu	27/04/1986	Deferido
43	24872	Thelma De Souza	07/09/1986	Deferido
44	21993	Thiago Rafael Barth	20/09/1991	Deferido
45	23368	Tiago Schulz	26/12/1989	Deferido
46	23237	Vanderlei Formigari	26/02/1985	Deferido
47	26112	Vânio Formigari	17/01/1990	Deferido
48	23381	Willian Pompilio Andreis	24/08/1989	Deferido

Professor - Educação Física - para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (não-habilitado - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	24189	Cristian Tiago Heinrich	19/09/1988	Deferido
2	25824	Daiane Dos Santos	16/02/1988	Deferido
3	25472	Dionei Alex Ferrari	13/05/1993	Deferido
4	24526	Edevandro Perego	15/08/1993	Deferido
5	25062	Franciele Dos Santos Guedes	14/03/1994	Deferido
6	25917	Gilbram Zadi Dos Santos	09/09/1986	Deferido
7	25057	Gustavo Miranda Regis	06/08/1996	Deferido

8	24231	Iago Miguel Da Rosa	20/03/1992	Deferido
9	23569	Jeferson Rodrigo Stolf	03/06/1991	Deferido
10	24895	Joari Cícero Campestrini	04/07/1979	Deferido
11	24562	Jonas Moraes De Almeida	28/06/1991	Deferido
12	24949	Marcelo Alexandre Sobieranski	20/04/1995	Deferido
13	26267	Marcos Paulo Cristofolini	18/07/1995	Deferido
14	24020	Michael Senem	13/10/1983	Deferido
15	23541	Patrícia Slomp	28/01/1988	Deferido
16	21560	Rahoni Reimar Raddatz	02/10/1993	Deferido
17	25545	Renê Graciano Pedrelli	25/11/1988	Deferido
18	26274	Steffanie Bárbara Borges	16/07/1995	Deferido
19	24221	Valter Miguel Kuzbik	12/06/1986	Deferido
20	25683	Yasmine Sabrina Ruprecht Lorenz	28/06/1996	Deferido

Professor - Educação Inclusiva - para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	21611	Adriane Cristina Carlini	30/08/1988	Deferido
2	26218	Andresa Cristina Zermiani	28/10/1991	Deferido
3	25213	Carla Klabunde Meier	25/02/1966	Deferido
4	21576	Carla Sagás Ferreira Da Silva	22/02/1979	Deferido
5	24700	Cintia Poffo	22/06/1987	Deferido
6	24554	Clara Beatriz P.ramvalho Da Silva	11/11/1977	Deferido
7	24927	Dalmir Gabriel Santana	05/11/1987	Deferido
8	25598	Daniela Rosimeri Lange	20/08/1987	Deferido
9	24813	Dorotea Moser	19/08/1955	Deferido
10	25615	Elsinha Vieweg	21/10/1952	Deferido
11	24522	Flavia Campestrini Dos Santos	29/06/1976	Deferido
12	24946	Gizele Cristina Hordina	03/04/1984	Deferido
13	22919	Ivanilda Tottene R. Voltolini	01/01/1900	Deferido
14	21669	Jaqueline Correa Bertram	01/01/1963	Deferido

15	24582	Juliana Lenzi	26/12/1973	Deferido
16	25036	Kelly Nathana Pacher	01/11/1990	Deferido
17	24939	Larissa Bona	14/01/1985	Deferido
18	24549	Libane Cristina Panini Trentini	23/08/1970	Deferido
19	24090	Marcia Maria Marcello	20/02/1981	Deferido
20	23385	Maria Zulair Ramos Moser	11/10/1959	Deferido
21	23603	Marinita Vas-selai Putka	20/12/1958	Deferido
22	23863	Maristela Maria De Cas-tilho Hennich	25/04/1968	Deferido
23	23862	Nádia Carla Bogo Zanella	29/01/1977	Deferido
24	23425	Patrícia Darolt	21/03/1986	Deferido
25	25101	Patricia Kopsel	21/06/1991	Deferido
26	23766	Raquel Zima-th Holler	14/02/1976	Deferido
27	23221	Rubia Luiza Adam Girardi	23/09/1963	Deferido
28	24108	Tamara Taise Busarello	03/12/1989	Deferido
29	25736	Teresa Cristina Rodrigues De Oliveira	21/08/1967	Deferido

Professor - Educação Inclusiva - para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (não-habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	24418	Adriana Bona	01/01/1900	Deferido
2	25624	Andreia Maria Ferrari	19/02/1978	Deferido
3	23373	Cristiane Raquel Welter Ewald	15/03/1978	Deferido
4	24085	Elisangela Kienen	28/01/1980	Deferido
5	25264	Greisiela Tamara Rossi Marian	18/02/1978	Deferido
6	21532	Jociane Miranda	10/12/1988	Deferido
7	25088	Marluce Schumann Prada	23/04/1988	Deferido
8	24812	Mirela Bertoldi Campes-trini	01/06/1978	Deferido
9	21722	Roseli Ferretti	20/09/1988	Deferido
10	23000	Sandra Regina Mattedi Nardelli	04/03/1968	Deferido
11	23294	Sonara Murara	16/12/1987	Deferido
12	23151	Vivian Karina Schuster Ittner	27/03/1987	Deferido

13	22486	Wanderleia Regina Nekel Gessner	28/12/1980	Deferido
----	-------	---------------------------------	------------	----------

Professor - Educação Jovens e Adultos (habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	25984	Kathia Regina Bublitz	19/03/1980	Deferido
2	24275	Ladir Willrich	01/01/1900	Deferido
3	22591	Luci Beatriz Schlögl	13/08/1963	Deferido
4	23481	Olivia Wein-gartner	03/07/1957	Deferido

Professor - Educação Jovens e Adultos (não-habilitado) - Ensino Superior

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Professor - Ensino Fundamental para 1º, 2º e 3º ano (habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	23210	Adriana Dos Santos	22/06/1983	Deferido
2	24109	Andréa Stolf Schwartz	01/08/1982	Deferido
3	23059	Andreia Carla Bona	06/12/1990	Deferido
4	22125	Angélica Neves Fontoura Alves Abdalla	31/01/1972	Deferido
5	25134	Ariela Karina Mora	09/06/1983	Deferido
6	24810	Beatriz Luzia Wetzel Beber	01/06/1992	Deferido
7	23418	Carla Alexandra Weiss Moser	10/11/1971	Deferido
8	24457	Carla Mariani Naegeler	06/03/1991	Deferido
9	24196	Charlene Voltolini Alves De Souza	22/09/1981	Deferido
10	25126	Claudia Moss-mann	19/03/1991	Deferido
11	23351	Clécia Jaqueline Dutra	27/02/1991	Deferido
12	23429	Cleide Luiza Fiamoncini	05/11/1973	Deferido
13	22771	Cleusa Hell-mann Sotero	18/07/1985	Deferido
14	24837	Denise Klotz De Becerra	08/03/1962	Deferido
15	25418	Dirléia Aparecida Bonacolsi Possamai	11/10/1975	Deferido
16	23201	Doraci Pia-nezza	17/09/1965	Deferido
17	23503	Edgna Hum-belino	03/02/1974	Deferido

18	22918	Eliane Lercília Pereira Furtado	07/11/1964	Deferido
19	21447	Fabiola Janaina Tomasini	20/12/1985	Deferido
20	23087	Glória Cristina Valcanaia	20/05/1979	Deferido
21	22140	Ines Ender Goral	22/03/1972	Deferido
22	22455	Ires Costa	02/09/1971	Deferido
23	24314	Isabel Maria Beber	05/11/1967	Deferido
24	25254	Jaqueline Elmia Teske	22/02/1991	Deferido
25	23241	Jéssica Laiz Dalabona Nardelli	06/09/1980	Deferido
26	23330	Joelma Demonti Tiso	20/07/1971	Deferido
27	21657	Joseane Noll Heimann	27/11/1982	Deferido
28	25169	Joyce Margo Lach Angelo	01/05/1983	Deferido
29	22069	Juliana Rope-lato	29/12/1976	Deferido
30	24852	Juliana Wegner Michelson	18/04/1984	Deferido
31	25209	Maria De Lur-des Oliveira De Liz De Andrade	27/03/1978	Deferido
32	23738	Maristela Pisetta	16/12/1966	Deferido
33	24298	Marlete Grundmann Schlueter	25/09/1978	Deferido
34	22590	Marli Regina Leomil Jun-queira Konell	15/03/1962	Deferido
35	25769	Michelle Cristina Hins-ching	04/02/1984	Deferido
36	23460	Morgana Elen Kissner	14/08/1990	Deferido
37	22976	Nadia Seide Zickuhr	20/04/1976	Deferido
38	21794	Nadir Nazatto Machado	28/08/1962	Deferido
39	25304	Naiara Cristi-na Zoboli	15/03/1986	Deferido
40	25208	Patricia Blunck	25/12/1989	Deferido
41	22606	Rose-mary Dalpiaz Corrêa	24/04/1981	Deferido
42	24083	Roseli De Fá-tima Gomes	16/06/1969	Deferido
43	24784	Scheila Danker	22/12/1981	Deferido
44	22079	Tatiana Klug	11/08/1979	Deferido
45	23750	Tuanny Michelle Da Silva Soares	02/01/1992	Deferido
46	25476	Vera Lucia De Castilho	01/08/1972	Deferido

Professor - Ensino Fundamental para 1º, 2º e 3º ano (não-habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	23508	Angela Bor-chardt	23/07/1990	Deferido
2	22232	Daniéla Lenzi	14/12/1995	Deferido
3	24331	Dionei Alex Ferrari	13/05/1993	Deferido
4	23485	Eloize Dos Santos	17/03/1987	Deferido
5	25677	Flavio Dias De Almeida	23/06/1983	Deferido
6	22170	Janaína Vanessa Klug Stolfi	24/07/1980	Deferido
7	22962	Maria Ivonete Ossoski Belli	04/10/1975	Deferido
8	25106	Marlise Bublitz Habitz-reuter	08/12/1970	Deferido
9	23784	Nilvane Mau-ricice Hoss	06/01/1975	Deferido
10	24890	Pamela Mica-élle Schoen	01/06/1994	Deferido
11	25248	Rodelene Melo Silva	11/09/1982	Deferido
12	22165	Rosemeri Prusak	12/07/1976	Deferido
13	24072	Sandra Maria Nichelatti	17/11/1967	Deferido
14	23741	Soraia Silvana Zwicker Dall-mann	23/03/1976	Deferido
15	23215	Viviane Dos Santos	23/10/1984	Deferido

Professor - Ensino Fundamental para 4º e 5º ano (habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	21474	Aline Fernan-da Mengarda	25/03/1990	Deferido
2	24306	Ana Cláudia Koglin Strobel	15/06/1969	Deferido
3	23995	Ana Paula Fachini Tiso	26/01/1975	Deferido
4	24677	Andréa Mari-na Brehmer Peters	23/07/1976	Deferido
5	23445	Anita Nardelli	12/01/1959	Deferido
6	24764	Édna Mara Gonçalves	16/07/1979	Deferido
7	21713	Camila Fernanda Giovanella	01/03/1989	Deferido
8	25906	Carmen Fie-bes Dahmer	11/03/1979	Deferido
9	23611	Cristiane Roberta Bewiahn Tomaselli	11/11/1981	Deferido
10	22763	Dayse Tatiane Witthoef	03/12/1986	Deferido

11	25202	Denise Alessandra Brehmer	07/09/1981	Deferido
12	24280	Eleonora Manske	23/12/1952	Deferido
13	21529	Elizandra Marlise Beber	12/03/1977	Deferido
14	23751	Guisela Gutjahr	20/06/1956	Deferido
15	24018	Jaciele Bárbara Da Veiga	31/10/1990	Deferido
16	24722	Jucimara Franciele Valcanaia	06/06/1990	Deferido
17	25330	Maira Liana Maas	17/09/1983	Deferido
18	24507	Marcia Nilceia Antunes Da Rosa	14/05/1962	Deferido
19	24067	Mareni Schlickmann Prada	09/03/1986	Deferido
20	24556	Maria De Lourdes Vaialtti	14/04/1962	Deferido
21	21567	Rosalene Teske Henschel	06/08/1968	Deferido
22	21786	Rose Mary Do Nascimento Agostini	08/05/1957	Deferido
23	24548	Silvana Edina Formigari Bueno	30/04/1980	Deferido
24	24452	Taiana Negherbon	27/07/1989	Deferido
25	21904	Tatiana Cristina Machado Garcia	24/09/1980	Deferido
26	22966	Vanderleia De Jesus Muniz Coelho Bastos Bruske	16/01/1980	Deferido
27	24880	Vanessa Trintim Prada	24/02/1983	Deferido

Professor - Ensino Fundamental para 4º e 5º ano (não-habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	22268	Alcilene Candida Soares Silva	24/07/1977	Deferido
2	21706	Angelita Kader De Oliveira	03/04/1969	Deferido
3	25633	Fabiana Kanies	20/01/1985	Deferido
4	22035	Geni Alves Canoffr Frotscher	08/01/1981	Deferido
5	24153	Luiza Franzoi	15/12/1988	Deferido
6	25538	Rosemeri Prusak	12/07/1976	Deferido

7	25275	Tatiane Dietrich	13/02/1984	Deferido
---	-------	------------------	------------	----------

Professor - Ensino Religioso - para Ensino Fundamental (habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	25270	Valdênio De Barros Ferreira	17/03/1958	Deferido

Professor - Ensino Religioso - para Ensino Fundamental (não-habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	25039	Djanildo Amorim De Moura	02/11/1980	Deferido

Professor - Espanhol - para Ensino Fundamental (habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	22124	Carlos Augusto Valandro	02/04/1980	Deferido
2	25371	Dayane Perini Salvador	05/01/1988	Deferido
3	25317	Joseane Carla Agostini Tafner	14/09/1975	Deferido

Professor - Espanhol - para Ensino Fundamental (não-habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	24571	Francieli Sepanhaki	01/01/1988	Deferido

Professor - Geografia - para Ensino Fundamental (habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	24416	Ana Paula Muller Rodrigues	21/04/1989	Deferido
2	23344	Anderson Miguel Bona	03/12/1986	Deferido
3	26156	Dirceu Walter Tamanini	28/02/1979	Deferido
4	21661	Elisangela Lenzi	09/03/1979	Deferido
5	22137	Elizangela Agostini Volani	21/02/1991	Deferido
6	23378	Marciano José Emilio Da Silva	02/03/1988	Deferido
7	21746	Patrícia De Fátima Coelho	12/08/1977	Deferido
8	23061	Rafael Schade	08/12/1987	Deferido
9	22537	Sálvio Antônio Zatelli	23/07/1961	Deferido
10	22946	Simone De Oliveira Schade	27/06/1983	Deferido

Professor - Geografia - para Ensino Fundamental (não-habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	25261	Aristeu Sidney Engel	13/11/1990	Deferido
2	21775	Edson José Bona	27/03/1976	Deferido
3	24296	Tatiane Thyse Morell	13/03/1988	Deferido
4	24655	Vonir Freiner	29/07/1980	Deferido

Professor - História - para Ensino Fundamental (habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	24807	Christian David Machado	13/05/1980	Deferido
2	24793	Daniel Borchardt	24/06/1987	Deferido
3	21801	Darlene Felisbino Schwarzwald	05/10/1991	Deferido
4	21978	Elaine Cristina Souza	28/12/1993	Deferido
5	25251	Francisco Aurélio Da Silva	04/10/1974	Deferido
6	22703	Gisele Pacheco Da Silva	20/11/1985	Deferido
7	24781	Jaqueline Hornburg	15/08/1988	Deferido
8	25377	Jonathan Arno Gaulke	28/05/1987	Deferido
9	24898	Jose Nantan Pereira Crispim	21/06/1980	Deferido
10	24360	Neusa Das Graças Antunes Bauler	03/07/1960	Deferido
11	25662	Nilo Perini	28/12/1981	Deferido
12	26067	Paulo Cesar Alves Lima	05/05/1980	Deferido
13	22984	Rafaela Raiser Athayde	17/10/1987	Deferido
14	24724	Roberto Henrique Wolter	23/02/1985	Deferido
15	22582	Tatiana Dickmann Zumach	09/01/1989	Deferido

Professor - História - para Ensino Fundamental (não-habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	23213	Angelica Jaroczinski	28/09/1993	Deferido
2	21997	Berenice Betania Ochner Sardagna	11/07/1973	Deferido
3	25372	Brenda Abigail Schönewald Brum	11/06/1994	Deferido
4	23446	Edegar Jean Testoni	15/08/1983	Deferido

5	22684	Hilson Donizete Cristofolini	08/09/1975	Deferido
6	24726	Luciano Correia	01/04/1978	Deferido
7	24564	Maristela Fernanda Toret	16/03/1988	Deferido
8	22661	Pricila Marcelino Franco Langa	11/02/1990	Deferido

Professor - Informática Educacional - para Ensino Fundamental (habilitado) - Ensino Superior

Nenhum candidato inscrito neste cargo.
--

Professor - Informática Educacional - para Ensino Fundamental (não-habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	21594	Eduardo Hansen	02/10/1981	Deferido
2	24278	Evandro Nones	28/08/1992	Deferido
3	24102	Maico Luiz Trisotto	19/06/1990	Deferido
4	22648	Marcionir Bruno Cristofolini	03/07/1978	Deferido
5	23578	Ricardo Michel Moser	01/01/1990	Deferido
6	23520	Ricardo Putka	24/05/1984	Deferido
7	25206	Rutineia Luciene Bell	17/10/1990	Deferido

Professor - Inglês - para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	25347	Aminadab Messias De Souza	05/09/1959	Deferido
2	25676	Cleide Beatriz Tambosi Pisetta	02/12/1990	Deferido
3	25267	Daniela Cristofolini	05/11/1990	Deferido
4	24212	Darcísio Knoch	10/04/1975	Deferido
5	21926	Debora Cristofolini	10/09/1988	Deferido
6	21471	Jociane Stolf	19/11/1987	Deferido
7	25786	Marisa Sofia Becker	12/03/1988	Deferido
8	24670	Patrícia Macedo	03/05/1983	Deferido

Professor - Inglês - para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (não-habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	21677	Caroline Bona	20/09/1993	Deferido
2	25750	Débora Kuntz	15/05/1979	Deferido
3	23593	Marili Michel-son	20/12/1964	Deferido
4	22351	Tamires Andréia Nardelli	21/05/1990	Deferido

Professor - Língua Portuguesa - para Ensino Fundamental (habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	24318	Angelina Muniz Schneider	15/12/1983	Deferido
2	23400	Bruna Maria Boing Ribeiro	06/02/1991	Deferido
3	21502	Cristina Maria Costa Wecker	29/06/1980	Deferido
4	22843	Graciana Lúvia Lenzi	22/01/1988	Deferido
5	21715	Juarez Marcio Galkowski	01/03/1975	Deferido
6	24348	Luzia Geruza Ferreira	13/12/1978	Deferido
7	24935	Marilda De Oliveira Vallim Mota	06/05/1954	Deferido
8	23081	Michele De Souza	29/12/1990	Deferido
9	23893	Neide De Araujo Rosa	26/04/1979	Deferido
10	24569	Priscila Da Cunha	19/11/1990	Deferido
11	21481	Priscila Moraes Bragagnolo Hansen	17/02/1984	Deferido
12	21568	Talita Nazario Bristot Silva	02/05/1984	Deferido
13	23684	Tatiane Patricia Teske Weege	16/02/1986	Deferido

Professor - Língua Portuguesa - para Ensino Fundamental (não-habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	22936	Andressa Karolina Bruske	29/05/1995	Deferido
2	23310	Angélica Naffien Seidel	22/02/1975	Deferido
3	21597	Carol Cristine Dos Santos	19/12/1995	Deferido
4	24367	Jusimara Raque-quel Nardelli	09/04/1987	Deferido
5	22030	Lidiane Lewin	27/10/1984	Deferido
6	24795	Lislayne Silva Arendarchul Steffen	22/10/1986	Deferido
7	23528	Lucas Schlue-ter	23/08/1993	Deferido

8	24128	Vanessa Frantxiele Da Silva	17/02/1989	Deferido
---	-------	-----------------------------	------------	----------

Professor - Matemática - para Ensino Fundamental (habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	25051	Adriano De Oliveira	07/09/1984	Deferido
2	22533	Andreia Sheila Zatelli Fiamoncini	24/06/1989	Deferido
3	24779	Bruna Daniel	11/03/1992	Deferido
4	21869	Claudiamara Tesser Kisner	09/05/1986	Deferido
5	23115	Cristiane Bonatti	12/07/1981	Deferido
6	22752	Elton Ricardo Poffo	06/02/1987	Deferido
7	22788	Graziela Ropelato	22/05/1982	Deferido
8	21887	Marcos Felippi	31/05/1976	Deferido
9	24699	Maria Zenida Da Luz Koch	03/02/1979	Deferido
10	24155	Monique Vieira Bona	24/07/1986	Deferido
11	24926	Roberto Valmor Bruhm-muller Kisner	11/06/1982	Deferido
12	25191	Rubens Hei-tor Mengarda	27/06/1973	Deferido
13	24765	Tereza Bea-triz Bertoldi Floriani	23/08/1961	Deferido

Professor - Matemática - para Ensino Fundamental (não-habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	24404	Andréa Hahnebach Kurth	21/01/1980	Deferido
2	26032	Claudio Brucker	20/10/1991	Deferido
3	22890	Daniel Lou-renço	13/07/1988	Deferido
4	21654	Diego Felipe Dos Santos	07/04/1992	Deferido
5	25223	Edionara Bachmann	24/09/1995	Deferido
6	24913	Gisele Cristi-na Cunha	03/05/1979	Deferido
7	22849	Grazielle Jeanie Patricio	16/06/1981	Deferido
8	25995	Valdir Perini Júnior	05/04/1989	Deferido

Professor - Pré-Escolar (habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	23849	Alessandra Severina Theilacker Wolter	25/04/1978	Deferido
2	25625	Alilian Mairkeline Vitória Dos Santos	06/05/1980	Deferido
3	25672	Aline Carla Dos Santos	17/07/1990	Deferido
4	23035	Ana Patricia Uller	02/11/1971	Deferido
5	24417	Ariane De Souza Busarello	20/09/1989	Deferido
6	23392	Betania Cristina Janke Schramm	01/06/1982	Deferido
7	21650	Camila Bona	25/09/1989	Deferido
8	25634	Christiana Suchara Pedron	07/12/1978	Deferido
9	23571	Cintia Thiersch Baldo	26/02/1984	Deferido
10	21744	Claudia Terezinha Fontana De Almeida	03/10/1971	Deferido
11	21574	Daniela Beda Dalcortivo	15/07/1983	Deferido
12	22159	Daniela Cristina Micheli	01/01/1981	Deferido
13	23783	Daphne Daiane Fagundes	16/02/1982	Deferido
14	21466	Dirce Maria Tiegs Da Veiga	31/05/1965	Deferido
15	23496	Edineide Manske Müller	16/06/1985	Deferido
16	24482	Elisandra Pazianoti Horst	18/03/1983	Deferido
17	21659	Fabiane Aline Ewald	26/08/1982	Deferido
18	22450	Fernanda Campestrini	18/03/1988	Deferido
19	24818	Gabriele Alice Grether	28/06/1989	Deferido
20	24116	Giuvana Salvador	10/12/1972	Deferido
21	25339	Grazieli Staack	16/12/1980	Deferido
22	22898	Greice Motzeiski	18/08/1991	Deferido
23	25280	Ináthia Raquel Wilhelm	14/02/1992	Deferido
24	23249	Irma Bloedorn	04/06/1952	Deferido
25	23830	Isolane Petersen Valcanaia	21/10/1980	Deferido
26	23184	Ivone Maria Duarte Nasato	08/06/1955	Deferido
27	23386	Jéssica Elloá Berri	26/12/1989	Deferido
28	24685	Juliana Pfeifer	05/03/1984	Deferido

29	22120	Laurita Pellin	01/05/1977	Deferido
30	22234	Luana Thays Pacher	30/12/1991	Deferido
31	21834	Marcia De Andrade Gessner	14/09/1971	Deferido
32	22870	Maria De Lourdes De Barros Oss Emer	02/04/1962	Deferido
33	21577	Maria Salete Coelho Da Rocha	10/06/1967	Deferido
34	24766	Marisa Regina Reichardt	04/06/1978	Deferido
35	21664	Maristela Tomaselli	06/06/1962	Deferido
36	23505	Pamella Samanta Bertoldi	22/11/1990	Deferido
37	23135	Patricia Do Nascimento Amorim Kleinhempel	23/10/1983	Deferido
38	25205	Rita Janaina Tristao	06/06/1986	Deferido
39	25115	Sabrina Demonti	25/05/1990	Deferido
40	24711	Sarajane Klug	19/02/1990	Deferido
41	22478	Susane Maria Berri Busarello	30/05/1962	Deferido
42	22513	Susi Patrine Ochner	25/08/1984	Deferido
43	25588	Thais Hafemann Dos Santos Reis	23/12/1988	Deferido
44	23814	Vera Maria De Oliveira Sperb	10/08/1961	Deferido
45	23746	Zenaide Jesus De Bairos De Oliveira	02/08/1965	Deferido
46	23975	Zita Maria Pahl	08/09/1969	Deferido

Professor - Pré-Escolar (não-habilitado) - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	25118	Ana Regina Dalcanele Campestrini	06/01/1989	Deferido
2	24727	Angela Luiza Eccel	26/06/1992	Deferido
3	21554	Cristiane Inês Wecker Neis	29/06/1980	Deferido
4	23423	Dorita Wenceslau	24/01/1992	Deferido
5	24003	Elaine Alesandra Da Rosa	13/09/1987	Deferido
6	22480	Emmely Aparecida Uller	14/05/1993	Deferido

7	22461	Janaísa Sanzon Cristofolini	23/08/1982	Deferido
8	21945	Jaqueline Wagenknecht	16/04/1990	Deferido
9	25271	Juliana Mendes Volani	02/06/1979	Deferido
10	23695	Larissa Daiane Borchardt	20/01/1995	Deferido
11	22426	Lindalva Menestrina Dalpiaz	25/08/1972	Deferido
12	23791	Luciana Aparecida Moreira	11/06/1987	Deferido
13	25657	Marlene Joepen Bertram	20/12/1982	Deferido
14	23560	Patricia Cristina Hoppe	08/04/1988	Deferido
15	21789	Rosecleia Maris Senes	27/10/1987	Deferido
16	21584	Talita Mara Dos Passos Tancon	13/10/1989	Deferido
17	24866	Verônica Moser Krause	08/08/1988	Deferido

Secretário Escolar - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	21615	Cristiana Salvador	01/02/1975	Deferido
2	24336	Edna Da Silveira Cardoso Da Fonseca	06/12/1983	Deferido
3	26025	Jhennyfer Maria Sassi Da Silva	11/02/1993	Deferido
4	24126	Viviana Romilda Wüerz	19/05/1977	Deferido

ANEXO II DO ATO 002/SME/ED1/14
INSCRIÇÕES INDEFERIDAS DO EDITAL Nº 001/ DE PROCESSO SELETIVO
NÃO PROCESSADAS POR AUSENCIA DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO.

21407
21408
21421
21422
21424
21425
21429
21486
21536
21558
21561
21608
21660
21696

21752

21782

21823

21877

21907

22126

22217

22227

22314

22361

22443

22484

22554

22576

22622

22677

22757

22769

22810

22811

22814

22855

22929

23065

23142

23171

23186

23206

23227

23297

23329

23334

23372

23383

23565

23585

23632

23670

23686

23764

23780

23782

23905

23921

23930

24111

24304

24353

24362

24423

24454

24547

24644

24667
24754
24777
24844
24867
24887
24932
24972
24980
24981
25035
25097
25117
25158
25201
25203
25259
25321
25412
25448
25464
25475
25585
25594
25602
25648
25670
25685
25778
25823
25848
25850
25885
25949
25963
25967
25975
25982
26002
26061
26064
26082
26107
26109
26137
26145
26191
26296

DIVULGA DECISÃO DOS REQUERIMENTOS SOLICITANDO VAGA PARA DEFICIENTE E CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAR A PROVA DO EDITAL Nº 001/2014 DE PROCESSO SELETIVO

Ato 003/SME/ED1/14

DIVULGA DECISÃO DOS REQUERIMENTOS SOLICITANDO VAGA PARA DEFICIENTE E CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAR A PROVA

DO EDITAL Nº 001/2014 DE PROCESSO SELETIVO

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do município de Timbó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Processo seletivo, torna público, conforme segue:

1. As decisões dos requerimentos enviados em conformidade com o item 5 e sub item 5.6 do edital seguem abaixo:

Inscrição/Candidato	Cargo	Solicitação	Decisão
25296 – Fernanda Dalpiaz Hendges	Prof. Educação Física para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (habilitado)	Amamentação.	DEFERIDO nos termos do edital.
24168 – Emerson Giovani Lenzi	Prof. Educação Física para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (habilitado)	Vaga para deficiente, e solicita condição especial para realização da prova, (ampliação).	DEFERIDO nos termos do edital.

2. Os recursos contra o indeferimento poderão ser interpostos nos dias 18 e 19 de novembro de 2014, nos termos do edital.

Timbó, 17 de Novembro de 2014.
Secretário Municipal de Educação
Sergi Frederico Mengarda

SEGUNDA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2014 DE PROCESSO SELETIVO

Ato 004/SEMED1/14

SEGUNDA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2014 DE PROCESSO SELETIVO

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do município de Timbó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Processo seletivo, torna público a primeira retificação do Edital n.º 001/2014, conforme segue:

1. Do cargo de PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO

a) Fica incluído o conteúdo programático que passa a ter o seguinte teor:

PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO

O ensino religioso no Brasil: processo histórico e perspectivas. O Ser Humano e o Fenômeno Religioso: fundamentos históricos, filosóficos, psicológicos e sociológicos das tradições religiosas; as tradições religiosas como elementos indissociáveis das culturas; religiões afro-brasileiras; o símbolo e o sagrado; o mito e o rito; os textos sagrados; a descrição das representações dos transcendentais nas tradições religiosas; síntese da história do budismo, cristianismo, hinduísmo, islamismo e judaísmo.

2. Do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA - Pré Escolar e Ensino Fundamental

a) Fica incluído o conteúdo programático que passa a ter o seguinte teor:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA - Pré Escolar e Ensino Fundamental

A escola como inclusiva, a abordagem bilíngue, a abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez, surdocegueira e deficiência múltipla, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual, recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa, orientação e mobilidade, Adequação postural e acessibilidade espacial, livro acessível e informática acessível. Programa educação inclusiva: Direito à diversidade/MEC, Programa de implantação das salas de recursos multifuncional/MEC.

3. As demais normas do edital permanecem inalteradas.

Timbó, 17 de Novembro de 2014.

Secretário Municipal de Educação

Sergi Frederico Mengarda

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SEMED N.º 001/2014 EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES - COM RETIF 01 E 02

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SEMED N.º 001/2014

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

(Incluindo Retificação 01 e 02)

O Prefeito do Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal e o artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó e de acordo com a Lei Municipal 2.045 de 22 de dezembro de 1998, através da Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo, nomeada pela Portaria nº 1386/2014, torna público a realização de Processo Seletivo Simplificado, para compor Cadastro de Reserva, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, do quadro da Secretaria Municipal de Educação de Timbó, mediante as condições previstas neste Edital.

1.DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo será realizado sob a responsabilidade do Instituto O Barriga Verde -IOBV, localizado na Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, município de Taió, Estado de Santa Catarina, tel./fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico www.iobv.org.br, e-mail concursos@iobv.com.br, sob a supervisão da Comissão Municipal de Seletivo Público, nomeada pela Portaria Número 1386/2014

1.2 A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Item	Cronograma das Atividades	Período
1.	Período de inscrições exclusivamente pela internet (on-line).	29/10/2014 a 12/11/2014
2.	Último dia para pagamento da taxa de inscrição de todos os candidatos.	13/11/2014
3.	Prazo final para solicitação de isenção da taxa de inscrição através dos correios sedex/AR.	03/11/2014
4.	Divulgação dos requerimentos deferidos e indeferidos das solicitações de isenção da taxa de inscrição.	07/11/2014

5.	Recursos contra os requerimentos indeferidos das solicitações de taxas de inscrição.	10 e 11/11/2014
6.	Prazo final para protocolo ou envio via sedex do requerimento e do laudo médico dos candidatos que solicitarem condição especial para realização da prova, inclusive mãe nutriz.	12/11/2014
7.	Apresentação dos Títulos (na Secretaria de Educação)	10, 11 e 12/11/2014
8.	Homologação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os cargos.	17/11/2014
9.	Prazo para recursos contra o resultado da homologação das inscrições.	18 e 19/11/2014
10.	Publicação do edital de homologação definitiva das inscrições caso haja alterações.	21/11/2014
11.	Divulgação dos locais da prova escrita objetiva	19/11/2014
12.	Aplicação das provas escritas objetivas	22/11/2014
13.	Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva escrita no site Instituto O Barriga Verde www.iobv.org.br e www.timbo.sc.gov.br	24/11/2014
14.	Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita.	25 e 26/11/2014
15.	Divulgação do gabarito definitivo da prova objetiva no site do Instituto O Barriga Verde www.iobv.org.br e www.timbo.sc.gov.br	01/12/2014
16.	Divulgação da classificação preliminar	05/12/2014
17.	Recursos contra a classificação preliminar prova escrita.	08 e 09/12/2014
18.	Classificação Final	11/12/2014
19.	Homologação final.	Após 12/12/2014

1.3. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo e da Comissão do Instituto O Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.4. Os candidatos que enviarem a documentação via postal, por SEDEX AR, devem providenciar sua expedição com a devida antecedência para que o IOBV receba dentro do prazo estipulado no cronograma. Passada essa data a documentação não mais será processada. Devendo ser enviadas para o seguinte endereço:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Ref.: Processo Seletivo Timbó Edital 01/2014

Avenida Luiz Bertoli, 233 - Centro

CEP 89.190-000 - Taió - SC

1.5. O Edital do Seletivo Público, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Seletivo Público, serão publicados no sítio do Processo Seletivo na Internet: www.iobv.org.br.

1.6. O Edital do Processo Seletivo também será publicado no site da Prefeitura de Timbó na Internet: <http://www.timbo.sc.gov.br/> e no órgão oficial de imprensa (www.diariomunicipal.sc.gov.br), bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal;

1.7. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá os dispositivos da RE/598.099//

STF, de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

1.8. O prazo de validade do Seletivo é de 1 (um) ano, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do Seletivo, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal de Timbó - SC.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente Seletivo:

- a) A nacionalidade brasileira;
- b) O gozo dos direitos políticos;
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) O nível de escolaridade exigido;
- e) A idade mínima de dezoito anos;
- f) Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com prévia inspeção médica oficial realizada na forma do art. 269 da Lei Complementar nº 020/08;
- g) Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- h) Ter sido aprovado no Seletivo Público, na forma estabelecida neste Edital;
- i) Comprovar a formação exigida para o cargo e o registro profissional quando exigido.
- j) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

2.2. Excepcionalmente, para os cargos componentes do quadro do magistério, será admitida a contratação de pessoal que comprove estar cursando a habilitação correlata à exigida para o cargo efetivo, com exceção do cargo de educador infantil, para o qual será exigido no mínimo o magistério no ensino médio;

2.3. Os requisitos constantes deste item somente serão exigidos no ato da contratação, não impedindo o candidato de inscrever-se e participar do processo seletivo caso não os possua no momento da inscrição.

2.4. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos neste Edital de Processo Seletivo.

2.5. O candidato que, na data da posse, não reunir os requisitos enumerados no item 1 deste Capítulo perderá o direito à contratação no referido cargo.

3. DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

3.1 A relação dos cargos com as exigências mínimas de formação, vencimento, carga horária, número de vagas, atribuições dos cargos e outras informações constam nos anexos I e II deste edital.

3.2. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e legislação em vigor, deverão ser comprovados quando da convocação do candidato para admissão.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Seletivo Público, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

4.2. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Seletivo público.

4.3. A participação no presente Processo Seletivo iniciará-se pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

4.4. A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico www.iobv.org.br, no período estabelecido no

cronograma de atividades capítulo I deste edital.

4.5. Para efetivar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- a) Ler atentamente o edital verificando se atende a todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital;
- b) Acessar o endereço eletrônico www.iobv.org.br, em "Seletivos abertos" selecionar o município de TIMBÓ - Edital de Processo Seletivo 01/2014 SEMED;
- c) Preencher o Requerimento de Inscrição;
- d) Conferir atentamente os dados informados e enviá-lo pela Internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;
- e) Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição preferencialmente nas agências do Banco do Brasil, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.
- f) Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

4.6 O valor da taxa de inscrição é de:

- a) Para cargos com exigência de curso superior (Professores e Secretário Escolar): R\$ 20,00 (vinte reais);
- b) Para cargos com exigência de curso de ensino médio (Auxiliar de Recreação Infantil e Educador Infantil): R\$ 15,00 (quinze reais);
- c) Para cargos com exigência de nível alfabetizado (Auxiliar Operacional I): R\$ 5,00 (cinco reais);

4.7. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico www.iobv.org.br, com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo.

4.7.1 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.8. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

4.9. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.10. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.11 A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

4.12 Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do concurso, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

4.13. Da isenção da taxa de inscrição

4.13.1. Os candidatos poderão requerer a isenção da taxa de inscrição desde que atendam os requisitos da lei municipal nº 2.275/2005

4.13.2. Fica isento de pagamento de taxa para inscrição em Processo Seletivo promovidos pelos órgãos públicos do Município de Timbó, o cidadão que:

I - comprovar que não possui renda;

II - comprovar ser doador de sangue.

4.13.3. Para se beneficiar da isenção o candidato deverá no ato da inscrição requerer na ficha de inscrição on-line a isenção da taxa de inscrição e encaminhar via correio Sedex com AR, até a data constante do cronograma, aos cuidados do Instituto O Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, Taió - SC, CEP 89190-000, os documentos que comprovem seu direito à isenção.

4.13.4. Para o candidato que declarar não possuir renda este deverá enviar até a data prevista no cronograma, os seguintes

documentos:

- a) Requerimento firmado com pedido expresso de isenção da taxa de inscrição, declarando que não é detentor de cargo público e declarando que não possui nenhuma renda (Anexo VI do edital);
- b) Cópia autenticada da carteira de trabalho, da página com os dados do candidato, da página do último registro de emprego e da página seguinte que deve estar em branco;
- c) Comprovante de inscrição no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal -CadÚnico.

4.13.5. O candidato deve informar-se corretamente dos valores com cópias, autenticações e correios, pois dependendo do somatório é mais viável pagar a inscrição.

4.13.6. Para o doador de sangue, deverá enviar até a data prevista no cronograma, os seguintes documentos:

- a) Requerimento firmado com pedido expresso de isenção da taxa de inscrição;
- b) Cópia autenticada ou original de comprovação da condição de doador de sangue que deverá ser expedido por órgão oficial ou entidade credenciada coletora, discriminando o número e as correspondentes datas em que foram realizadas as doações de no mínimo 3 (três) doações no período compreendido entre a data de publicação deste edital e os 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

4.13.7. Após análise dos pedidos de isenção, será divulgado Edital contendo a relação dos isentos do pagamento da taxa de inscrição, abrindo-se prazo recursal de 2 (dois) dias úteis para contestação dos requerimentos indeferidos.

4.13.8. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos deverão efetuar o pagamento do boleto bancário da inscrição até a data limite, conforme cronograma, sob pena de eliminação do Processo Seletivo.

4.13.9. Os candidatos que tiverem os pedidos de isenção deferidos terão suas inscrições automaticamente efetivadas e estarão habilitados a todos os atos e termos do Edital.

4.13.10. É de total responsabilidade do candidato verificar/acompanhar o resultado do pedido de isenção, inclusive sobre eventual indeferimento no prazo supra descrito, para todos os efeitos legais.

4.14 Demais disposições referente às inscrições

4.14.1 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, via e-mail, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

4.14.2 As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

4.14.3 A Comissão Municipal de Processo Seletivo e o IOBV, a qualquer tempo, poderão anular a inscrição, as provas e admissão do candidato, se verificada falsidade em qualquer declaração ou documento exigido neste edital.

4.14.4 As mudanças de endereço e/ou dados cadastrais deverão ser alteradas, na área restrita do candidato, até a data de realização da prova.

4.14.5. O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição via Internet não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação e outros fatores de ordem técnica que impossibilitar a transferência dos dados ou a impressão dos documentos relacionados.

4.14.6. O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é do Banco do Brasil, cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco.

4.14.7. Para evitar transtornos ao candidato aconselha-se que faça sua inscrição antecipadamente.

4.14.8 O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição, verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente

devidamente paga.

4.14.9 O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Seletivo Público.

4.14.10 A inscrição implica no conhecimento e aceitação das regras e condições estabelecidas neste edital, seus termos aditivos, convocações bem como avisos publicados no endereço eletrônico do Seletivo, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos, a acerca dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento, sendo sua responsabilidade manter-se informado, acompanhando as divulgações no site oficial www.iobv.org.br.

4.14.11 Será cancelada a inscrição do candidato que:

- a) Efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem a provisão de fundos, agendamentos não compensados ou com qualquer outra irregularidade;
- b) Prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer as condições estabelecidas neste Edital.

4.14.12. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

4.14.13 Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Seletivo público.

4.14.14 As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.org.br e <http://www.timbo.sc.gov.br>.

4.15. Das condições especiais para realizar a prova

4.15.1 Os candidatos, inscritos que necessitarem de atendimento especial para realização da prova (local de fácil acessibilidade, uso de aparelhos de audição ledor, prova com fonte ampliada e etc.), deverão assinalar esta opção no Requerimento de Inscrição e indicar o atendimento especial que desejar, devendo enviar tal solicitação através do anexo IV deste edital, via sedex AR para o endereço do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233 - Centro - 89.190-000 - Taió - SC.

4.15.2 A candidata que necessitar amamentar deverá, além de requerer atendimento especial para realizar a prova, nos termos do item 4.15.1, deverá comparecer ao local do exame com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior de 18 anos que ficará responsável pela guarda da criança. O menor e o responsável ficarão em sala especial. Nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza ao local. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

4.15.3 O IOBV publicará, no endereço do Seletivo www.iobv.org.br, conforme cronograma, despacho das solicitações de atendimento especial deferidas e indeferidas.

5. DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

5.1 Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem neste Seletivo público, desde que sua deficiência seja compatível com as atribuições a que pretende concorrer, sendo-lhes reservadas 10% (dez por cento) das vagas oferecidas, de acordo com a Lei Municipal LC Nº 1/93, os quais integrarão lista de chamada especial.

5.2 Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e as alterações constantes do artigo 7 do Decreto Federal 5.296/04.

5.3. O resultado final do Concurso será publicado em duas listas: lista geral e lista especial. A primeira trará a relação de todos os

candidatos aprovados e classificados, inclusive das pessoas com deficiência.

5.3.1 Em função do número de vagas, não há previsão de imediato oferecimento de vaga às pessoas com deficiência. Nesses cargos, o primeiro candidato classificado no Concurso na lista especial dos candidatos inscritos para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga aberta. O segundo classificado no Concurso na listagem especial ocupará a 40ª (quadragésima) vaga aberta e assim sucessivamente, obedecendo a ordem de classificação na listagem especial e o prazo de validade do concurso.

5.4. O candidato com deficiência concorrerá a todas as vagas oferecidas no cargo escolhido, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.

5.5 O candidato que se declarar pessoa com deficiência, participará do presente Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos quanto ao conteúdo das provas; à avaliação e aos critérios de aprovação; ao horário e ao local de aplicação das provas; e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

5.6 Para concorrer às vagas reservadas o candidato deve realizar sua inscrição pela Internet e nela declarar-se portador de deficiência em seguida providenciar e enviar a seguinte documentação:

a) Encaminhar laudo médico original, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), bem como à provável causa da deficiência.

b) Encaminhar requerimento conforme anexo IV deste edital, devidamente preenchido e assinado, no qual poderá ser informada a condição especial que necessita para a realização da prova.

c) Cópia do comprovante de inscrição.

5.6.1 A documentação de que tratam as alíneas, deverá ser encaminhada via correios sedex/AR, ou protocolada pessoalmente na sede do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233, Centro - 89190-00 - Taió - SC.

5.6.2 O fornecimento do laudo médico é de responsabilidade exclusiva do candidato e os documentos entregues não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias.

5.6.3 O atendimento às condições especiais solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

5.7. O candidato que tenha declarado sua deficiência será encaminhado, antes da homologação da inscrição, em data a ser divulgada, a uma junta oficial para avaliação da compatibilidade da deficiência com o cargo a que concorre, sendo lícito à Administração programar a realização de quaisquer outros procedimentos prévios, se a junta de especialistas assim o requerer, para a elaboração de seu laudo.

5.8. A junta oficial será composta conforme disposto no Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

5.9. Compete à junta oficial, além da emissão do laudo, declarar, conforme a deficiência do candidato, se este deve ou não usufruir do benefício previsto no item 5.1.

5.10. A avaliação em questão será realizada sem ônus para o candidato, garantido recurso em caso de decisão denegatória, na forma deste Edital.

5.11 Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de deficiência que deixarem de atender, no prazo e condições determinados pelo Edital, em especial as relacionadas aos documentos comprobatórios de sua deficiência, terão sua inscrição como portador de deficiência invalidada e passarão a ser considerados como não portadores de deficiência.

5.12. Tendo sido aprovado no Seletivo Público, os portadores de deficiência serão submetidos à Equipe Multiprofissional, designada com o objetivo de avaliar a compatibilidade entre as atribuições essenciais do cargo com a necessidade especial de que o candidato é portador, emitindo relatório que servirá de base para o laudo expedido pela Perícia Médica Oficial do município.

5.13 Tendo sido aprovados no Processo Seletivo os portadores de

deficiência serão submetidos a Perícia Médica Oficial para comprovação da deficiência informada pelo candidato no ato de seu exame admissional e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

5.14 Será eliminado da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas aos portadores de deficiência, o candidato cuja deficiência assinalada no ato da inscrição não seja constatada ou não seja compatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.

5.15. O candidato que requerer vaga especial não está isento do pagamento da taxa de inscrição.

5.16. O candidato com deficiência participará deste Seletivo em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão divulgadas preliminarmente no site deste Seletivo www.iobv.org.br, conforme cronograma deste edital.

6.2. Caso a inscrição preliminar do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do se nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

6.2.1 Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

6.3. Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.

7. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

7.1 O Processo Seletivo a que se refere o presente edital, se desenvolverá, em uma, duas ou três etapas de caráter eliminatório e classificatório, conforme o cargo e conforme descrito no "tipo de prova" do anexo I deste edital, a saber:

a) Prova escrita para todos os cargos, que constará do exame de habilidades e de conhecimentos aferidos através de questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, com duração de até duas horas.

b) Prova de títulos, de caráter classificatório para os cargos de professores nível superior.

7.2 As provas serão realizadas no município de TIMBÓ-SC, não sendo permitida a realização das provas em outro local, a não ser o determinado no Edital de Convocação.

7.3. DOS HORÁRIOS E LOCAIS DAS PROVAS

7.3.1 Os locais de realização das provas serão divulgados no site www.iobv.org.br e no site www.timbo.sc.gov.br na data prevista no cronograma, em edital próprio de convocação.

7.3.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos:

Tipo de Cargo	Evento	Horário
TODOS OS CARGOS (Vespertino)	Abertura dos portões e acesso dos candidatos aos locais de prova.	13h15
	Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	13h50
	Abertura dos invólucros e distribuição das provas e na sequência início das provas OBS.: O tempo gasto para abertura e distribuição das provas será acrescido ao tempo final da prova caso seja necessário.	14h
	Tempo mínimo de permanência em sala de prova	14h30
	Final Devolução obrigatória do caderno de questões e cartão-resposta	16h

7.3.3 A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br, considerando que os portões dos locais fecharão 10 (dez minutos) antes do horário marcado para início da prova.

7.3.4 O IOBV e o Município de Timbó eximem-se das despesas com viagens e estadia dos candidatos para prestar as provas do concurso público em qualquer uma das etapas.

8. DA PROVA ESCRITA

8.1 A prova escrita será constituída de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas das quais uma única será correta e com duração de até 2 (duas) horas.

8.2. As áreas de conhecimento para cada cargo, abrangidas pela prova, o número e valor das questões de cada uma delas, seguem abaixo descritas:

8.2.1. Cargos: Auxiliar Operacional, Auxiliar de Recreação Infantil, Educador Infantil

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	10	0,40	4,00
	Conteúdos gerais e atualidades			
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	10	0,60	6,00
	Total	20		10,00

8.2.4. Cargos de Ensino Superior Completo (Professores e Secretário Escolar)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
Conhecimentos Gerais	Legislação – LDB	5	0,50	2,50
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	15	0,50	7,50
	Total	20		10,00

8.3. Os programas das provas (conteúdos programáticos) constam

do anexo III deste edital.

8.4. A nota da prova escrita (NPE) se dará numa escala de 0,00 a 10,00.

8.5. À Prova escrita será atribuído o seguinte resultado:

a) APROVADO: o candidato que alcançou nota final da prova escrita igual ou maior a 0,00 (zero); sendo convocado para a próxima fase, se assim o cargo exigir;

b) AUSENTE: o candidato que não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação.

c) ELIMINADO: o candidato ausente e que deixar de cumprir as normas editalícias especialmente às de regras de aplicação da prova e seu correto preenchimento.

8.6 NORMAS PARA A APLICAÇÃO DA PROVA ESCRITA COM QUESTÕES OBJETIVAS

8.6.1 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos no edital de convocação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões, munido de documento de identidade original, não sendo permitido o acesso ao local da prova do candidato que chegar atrasado.

8.6.1.1 Os portões de acesso ao local da prova escrita objetiva fecham 10 (dez) minutos antes do horário definido para início da prova.

8.6.1.2. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o fechamento do portão seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que chegar com atraso a qualquer uma das provas, eliminado do concurso público

8.6.2. Não será permitido o acesso ao local de prova do candidato que:

a) Chegar após o horário determinado para o fechamento dos portões de entrada;

b) Não apresentar documento de identificação oficial válido, original e com foto;

c) Não dispor de caneta esferográfica de material transparente com tinta nas cores azul ou preta.

8.6.3. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

8.6.4. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

8.6.5. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

8.6.6. A identificação especial ou coleta de digitais poderá ser exigida, cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

8.6.7. Recomenda-se, para a rápida solução de qualquer pendência, que o candidato tenha consigo o comprovante de pagamento da taxa e comprovante de inscrição.

8.6.8. A não apresentação de documento de identidade, nos termos deste edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova e, em consequência, a sua eliminação do certame.

8.6.9. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Processo Seletivo poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), fotografia ou gravação de imagem e a revista pessoal e de seus pertences inclusive por meio eletrônico. A recusa de tal procedimento acarretará a sua eliminação do Seletivo.

8.6.10. Em vista de eventual varredura eletrônica a que possa ser submetido, o candidato que faça uso de marca-passos, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverá comunicar esta

particularidade até o último dia de inscrições e entregar, até esta mesma data, ao IOBV laudo médico que comprove as informações prestadas.

8.6.11 O candidato receberá para realizar a prova escrita, um caderno de questões e um cartão resposta, comprometendo-se a ler e conferir todos os dados, informações e instruções neles constantes, bem como conferir se o cartão resposta corresponde ao seu nome, número de inscrição e o cargo e se o caderno de questões corresponde ao seu cargo e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e a resolução da prova.

8.6.12 Na hipótese de serem verificadas falhas de impressão no caderno de questões, o coordenador do local de prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

- a) substituir os Cadernos de questões defeituosos;
- b) proceder, em não havendo número suficiente de cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um caderno de questões completo.
- c) estabelecer prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

8.6.13 As respostas das questões da prova escrita deverão ser transcritas para o cartão resposta, de acordo com as instruções nele contidas, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

8.6.14. Ao terminar a prova o candidato entregará ao fiscal, juntamente com o cartão-resposta assinado, o Caderno de questões.

8.6.15 Não serão consideradas quaisquer anotações no caderno de questões, sendo o cartão resposta o único documento válido para a correção.

8.6.16 O cartão resposta não será substituído por erro ou rasura do candidato.

8.6.17 Será atribuída nota 0 (zero) à questão da prova escrita:

- a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- b) Contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
- c) Contenha mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Não estiver assinalada no cartão resposta;
- e) Seja preenchida fora das especificações contidas no cartão resposta ou nas instruções da prova.
- f) Cujo cartão resposta não esteja assinado pelo candidato.

8.6.18. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

8.6.18.1 Além da assinatura do candidato, a escolha da alternativa de cada questão, deve ser preenchido o quadrinho correspondente na sua totalidade, não sendo admitidos "x", bolinhas, ou outra marcação que não seja igual ao exemplo:

8.6.19 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do Seletivo .

8.6.20 O candidato só poderá ter em seu poder no local de prova escrita objetiva o seguinte material: caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, documento de identidade original e, se assim desejar, comprovante de pagamento da taxa de inscrição, copo ou garrafa de água fabricada de material transparente, sem rótulos ou etiquetas, alimentos (barra de cereal, chocolate, fruta, desde que desembalados e acondicionados em saco plástico transparente.)

8.6.21 Para responder as questões da prova o candidato somente poderá utilizar caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, que não será distribuída aos candidatos, cabendo a eles sua aquisição.

8.6.22 Não é permitido durante a prova escrita objetiva:

- a) O uso de relógio, calculadoras, telefones celulares ou qualquer outro equipamento eletro-eletrônico, bem como bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura.
- b) A comunicação entre os candidatos, bem como consulta a qualquer obra, anotação, instrumento ou equipamento.

c) Ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal.

d) A entrada de candidato armado, sob qualquer alegação.

e) Comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.6.23 Os candidatos que trouxerem para o local de prova quaisquer materiais, objetos e ou equipamentos não permitidos, deverão entregá-los antes do início da prova, ao fiscal de sala. A simples posse, mesmo que desligado ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do Seletivo público.

8.6.24 Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do Seletivo público.

8.6.25 Os três (3) últimos candidatos que permaneceram na sala só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo e assinarão a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

8.6.26 O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico www.iobv.org.br no dia seguinte ao da realização da prova, juntamente com as provas que estarão disponíveis na área restrita do candidato.

8.6.27 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para nenhuma das provas, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

8.6.28 Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento do Seletivo público.

8.6.29 O IOBV e a Prefeitura do Município de Timbó não assumem responsabilidade por acidentes pessoais, perda, extravio, roubo, furto ou avaria de equipamentos e veículos trazidos pelo candidato ao local de prova.

8.6.30 Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

8.6.31 Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

8.6.31.1 Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

8.6.32 Motivará a eliminação do candidato do Seletivo Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outra relativas ao Seletivo , aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.6.33 No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

8.6.33.1 A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

8.6.33.2. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos

os atos dela decorrentes.

8.6.34. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

- a) se apresentar após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
- b) não comparecer às provas, qualquer que seja o motivo alegado;
- c) não apresentar documento que bem o identifique, ou não submeter-se à coleta de impressão digital;
- d) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal;
- e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o fornecido pelo IOBV no dia da prova;
- f) se ausentar da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
- g) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- h) se utilizar de meios ilícitos para a execução das provas;
- i) não devolver integralmente o material recebido;
- j) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos.
- k) estiver portando ou fazendo uso, após o início da prova, em qualquer local do edifício onde a prova estiver sendo realizada, de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, mp3 players, fones de ouvido, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador ou outros equipamentos similares), bem como relógios digitais ou analógicos;
- l) tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.

9 DA PROVA DE TÍTULOS PARA OS CARGOS DE PROFESSORES

9.1. A prova de títulos, de caráter classificatório, constará da avaliação dos documentos apresentados pelos candidatos aos cargos de professores que comprovem a sua titulação.

9.2. A prova de títulos consistirá na avaliação dos DIPLOMAS e CERTIFICADOS de especialização ou capacitação, relacionados à área do cargo escolhido, desde que devidamente comprovado, concluído até o último dia definido para a inscrição e devidamente registrado.

9.2.1. Os títulos serão pontuados conforme quadro abaixo:

	Títulos (concluídos)	Descrição	Pontuação
a.	Somente será pontuado o título de maior valor e será considerado válido apenas 1 (um) quando apresentados 2 (dois) ou mais de mesma pontuação).	Doutorado	2,50
		Mestrado	2,00
		Especialização (mínimo 360 h/a)	1,50
b.	Curso de aperfeiçoamento na área de atuação (Período: emitido nos anos de 2012, 2013 e 2014)	40 horas	0,50
		120 horas	1,00
	Pontuação máxima		3,50

9.3. A somatória dos títulos não poderá ultrapassar 3,50 (três pontos e cinquenta centésimos).

9.4. A pontuação de títulos será somada à pontuação da prova escrita (NF= NPE +NPT), podendo o candidato atingir a nota final máxima de 13,50 (treze pontos e cinquenta centésimo).

9.5. Constituem Títulos válidos para esse certame, somente os indicados, no item 9.2.1, desde que devidamente comprovados, concluídos até a data estipulada e relacionados à área para a qual o candidato está se candidatando.

9.6. O(s) diploma(s) e/ou certificados dos títulos de pós-graduação (alínea A), deverá (ão) ser expedido(s) por instituição oficial e/ou privada de ensino devidamente reconhecidos pelo Ministério da

Educação, serão aceitos apenas um certificado de cada.

9.6.1. Os títulos que se refere o item 9.6, será pontuado apenas o de maior valor e apenas um de cada modalidade.

9.6.2. Para os que concluíram e ainda não possuem o diploma e/ou certificado, só serão aceitos atestados ou declarações de conclusão de curso desde que em papel timbrado da instituição, devidamente assinado pelo responsável da instituição e acompanhado do histórico escolar.

9.7 Não serão recebidos títulos fora do prazo, local e horário estabelecido neste Edital, ou em desacordo com o disposto neste item.

9.8. Os documentos, em língua estrangeira, de cursos realizados, somente serão considerados quando traduzidos para a Língua Portuguesa, com declaração expressa do tradutor.

9.9. Cursos sem carga horária definida ou sem registro no órgão emissor não receberão pontuação.

9.10. Títulos sem conteúdo especificado não serão pontuados, caso não se possa aferir a relação com o cargo.

9.11. Certificados de magistério, graduação e atestados de frequência não somam para pontuação.

9.12. A segunda graduação ou segunda pós graduação não somam como horas de curso.

9.13. A banca somente avaliará os certificados devidamente registrados no órgão expedidor, exceto para congressos, simpósios, conferências e outros eventos.

9.14. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.

9.15. DA ENTREGA DOS TÍTULOS

9.15.1. A entrega dos títulos se dará nos dias 10, 11 e 12 de novembro de 2014, no Tele Centro -junto a praça central, município de Timbó - SC, no horário das 8h às 12h e das 14 às 17h.

9.15.2. No local, data e hora acima o candidato apresentará para os atendentes a seguinte documentação:

- a) Comprovante de inscrição no cargo pretendido;
- b) Formulário de Apresentação de títulos (anexo VII deste edital) devidamente preenchido e assinado.
- c) Os originais dos certificados apresentados.
- d) Cópia simples dos certificados especificados no formulário de apresentação de títulos.
- e) Envelope preenchido com os seguintes dados:
INSTITUTO O BARRIGA VERDE
Ref.: Prova de Títulos Processo Seletivo Timbó Edital 01/2014
Candidato:
Cargo:
Número de Inscrição:

9.15.3. Os atendentes farão o "confere com o original" e o candidato lacrará a documentação no envelope devidamente preenchido e receberá um número de protocolo.

9.15.4 O preenchimento do formulário de apresentação de títulos é de responsabilidade do candidato e deverá OBRIGATORIAMENTE ser preenchido em letra de forma legível, digitado ou datilografado, sob pena de não serem avaliados os títulos.

9.15.5. Cópias desacompanhadas de seus originais, não serão consideradas a não ser que estejam autenticadas em cartório.

9.15.6. Os documentos comprobatórios de títulos não podem apresentar rasuras, emendas ou entrelinhas, sob pena de não serem pontuados.

9.15.7. Entregue a relação dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

9.15.8. Não serão aceitos títulos apresentados de outra forma, data ou local que não seja o estipulado neste edital.

9.15.9. Os certificados serão recebidos e conferidos pelos atendentes, sendo que a pontuação será definida posteriormente pela Banca Avaliadora do IOBV.

10. DOS RECURSOS

10.1 Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, preterição de formalidade essencial prevista no presente edital, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Concurso Público.

10.1.1 Os recursos poderão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da publicação do ato que gerou a reclamação, somente através da área restrita do candidato no site www.iobv.org.br.

10.2 Para interposição dos recursos os candidatos deverão apresentar seu pedido de revisão obedecendo os seguintes passos:

a) Acessar a área do candidato no site www.iobv.org.br, e realizar login identificando-se.

b) Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o concurso Edital 01/2014 de Timbó;

c) Na coluna "opções" (à direita) deslize o mouse sobre os ícones (botão) e clique naquele que exibir "Solicitar Recurso".

d) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.

e) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).

f) Para cada questão deverá ser enviado um recurso.

g) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.

h) Clicar em "enviar"

10.4 Não serão aceitos recursos ou anexos de recursos não enviados pela área do candidato ou enviados para outro endereço de e-mail.

10.5. É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que o Instituto O Barriga Verde confirmará o seu recebimento através de mensagem automática do sistema, sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do www.iobv.org.br, após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

10.5.1. O Instituto O Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

10.6. Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

10.7. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

10.8. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

10.9. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

10.10. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

10.11. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.iobv.org.br.

10.11.1. Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

10.12. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas

demaís avaliações realizadas.

10.13. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

11. DO CÁLCULO DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO

11.1 A nota final dos candidatos (NF) será calculada com o emprego das fórmulas abaixo:

a) Nota Final dos cargos de professores com prova escrita e prova de títulos: $NF = NPE + NPT$

b) Nota final para todos os demais cargos: $NF = NPE$

Sendo:

NPE= Nota da prova escrita.

NPT= Nota da prova de títulos.

NF = Nota Final

11.2 Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota final diferente de 0,00 (zero).

11.3 A classificação será determinada pela nota final que será expressa em duas casas decimais sem arredondamento.

11.4 Ocorrendo empate na nota final, aplicar-se-á, para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 11.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

11.5 Para o efeito do item 11.4 será considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrições para o presente Seletivo.

11.6 Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

a) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos específicos;

b) Maior titulação no caso dos cargos de professor.

c) Maior Idade.

d) Sorteio público.

12 DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

12.1 A homologação do resultado final deste Seletivo, se dará através de decreto do executivo devidamente publicada nos meios legais e no endereço eletrônico do Seletivo e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

12.2 Os atos e resultados serão divulgados no site www.iobv.org.br.

13. DA ESCOLHA DE VAGAS PARA CARGOS DA EDUCAÇÃO

13.1. As vagas a serem oferecidas na área da Educação, para os candidatos inscritos e classificados serão as vagas remanescentes do concurso de ingresso e as vagas vinculadas decorrentes dos afastamentos legais.

13.2.1. Primeiramente serão convocados os candidatos aprovados dos cargos de professores habilitados, e após escolha, havendo vagas remanescentes serão convocados os candidatos não-habilitado, devendo os candidatos no momento da escolha de vagas, comprovarem sua condição de habilitado (com ensino superior completo) ou não-habilitado (cursando ensino superior).

13.3. A escolha de vagas da 1ª chamada ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada, na Secretaria de Educação, conforme cronograma abaixo:

EDUCADOR INFANTIL: 14 dez (domingo) - 8:00h - na SEMED

AUXILIAR RECREAÇÃO: 14 dez (domingo)- 13:00h - na SEMED

AUXILIARES OPERACIONAIS: 15 dez (segunda) - 16:00h - na SEMED

21/01/15

8h - Professor Pré - Escolar

8h30min - Secretária
9h - Professor de Língua Portuguesa (anos finais)
10h30min - Professor de Matemática
14h - Professor de Ciências
15h30min - Professor de História

22/01/15

8h30min - Professor de Geografia
10h - Professor de Arte
11h 30min - Professor de Inglês
14h - Professor de Educação Física
16h30min - Professor de Informática Educacional

23/01/15

8h30 min - Professor Anos Iniciais -Alfabetizador (1º ao 3º ano)
10h - Professor Anos Iniciais - 4º e 5º ano
14h - Professor de Educação Inclusiva

13.4. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, ou por procuração devidamente registrada em cartório.

13.5. A chamada dos candidatos aprovados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vaga.

13.6. O candidato que escolher vaga e desistir da mesma será excluído da listagem de classificação de escolha de vaga, ficando impedido de escolher outra vaga durante a vigência do ano letivo de 2015.

13.7. O candidato que escolher vaga e no decorrer do ano letivo necessitar de redução de carga horária deverá encaminhar requerimento com justificativa ao Departamento de Educação e aguardar deferimento do mesmo, que poderá atender ou não de acordo com as necessidades de excepcional interesse público.

13.8. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vaga, será excluído do processo seletivo do ano letivo de 2015,

13. O candidato presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, deverá assinar termo de desistência para aquela vaga, e continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar uma nova chamada.

13.10. A chamada dos candidatos não habilitados deverá ocorrer depois de esgotadas todas as possibilidades de admissão dos candidatos habilitados.

13.16. As vagas disponibilizadas no Processo Seletivo 001/2014 serão aquelas remanescentes da distribuição de aulas aos professores efetivos, portanto, estas aulas somente constituirão vaga a ser ofertada ao professor ACT depois de esgotadas todas as possibilidades de aproveitamento pelo professor efetivo.

13.17. A classificação dos candidatos no prazo de validade estabelecido para este Processo Seletivo não gera para a Secretaria Municipal de Educação de Timbó, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos classificados. A classificação gera, para o candidato, apenas o direito à preferência na escolha de vagas, dependendo da sua classificação no Processo Seletivo.

13.18. O cronograma é uma previsão dependendo de confirmação, devendo o candidato acompanhar as publicações e os editais de convocação.

14. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

14.1. A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da Prefeitura do Município de Timbó. A admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do Seletivo ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital, atendendo os dispositivos da RE/598.099/STF.

14.2. A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido em lei municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Timbó.

14.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados

são de competência e responsabilidade da Prefeitura Municipal de Timbó.

14.3.1. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

14.4. Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site www.iobv.org.br, após homologação deverá informar o município junto ao Departamento de Educação.

15 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

15.1 Delega-se competência ao IOBV - Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste Seletivo , para:

- Receber os requerimentos de inscrições;
- Emitir os documentos de homologação das inscrições;
- Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas;
- Analisar e pontuar os títulos;
- Apreciar os recursos previstos neste edital;
- Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- Prestar informações sobre o Seletivo dentro de sua competência;
- Atuar em conformidade com as disposições deste edital.

i) Responder, em conjunto com o município de TIMBÓ eventuais questionamentos de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

15.2 A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal do Seletivo Público, devidamente nomeada através da Portaria Número 1386/2014

15.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Prefeitura do Município de TIMBÓ.

16 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Seletivo.

16.2. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas a número de inscritos por cargo e ao resultado do Seletivo Público.

16.3. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Departamento de Educação, até que expire a validade do Seletivo, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

16.4. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Seletivo, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

16.5. Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

16.6. A Prefeitura do Município de TIMBÓ e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Seletivo sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.iobv.org.br.

16.7. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.

16.8 As despesas relativas à participação do candidato no Seletivo e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

16.9 No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Seletivo, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento - AR (correios), será considerada a data de postagem.

16.10 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão de Seletivo Público, tanto da Prefeitura do Município de TIMBÓ como do IOBV, bem como de seus parentes até 2º grau.

16.11 Na ocorrência de inscrição de parente, o membro da comissão deverá afastar-se e ser substituído por outro a ser designado através de portaria.

16.12 Os cadernos de provas escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

16.13 A Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do Município de TIMBÓ e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

16.14 Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecurável, pela Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do município de TIMBÓ e do IOBV.

16.15 Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo previsto neste Edital o Foro da Comarca de Timbó/SC.

16.16 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

Anexo I - Cargos e Vagas; Anexo II - Atribuições dos Cargos; Anexo III - Conteúdo Programático; Anexo IV- Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo V - Requerimento de Isenção de Inscrição - Anexo VI - Formulário de Recurso. Anexo VII - Formulário de Apresentação de Títulos

TIMBÓ, 29 de outubro de 2014
Secretário Municipal de Educação
Sergi Frederico Mengarda

ANEXO I
DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

CÓDIGO	CARGOS	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	VAGAS	VENCIMENTO (R\$)	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	TIPO DE PROVA	TAXA INSCRIÇÃO
1	AUXILIAR OPERACIONAL I	Alfabetizado	CR	44 horas semanais	R\$ 744,38	Escrita	R\$ 5,00
2	AUXILIAR DE RECREAÇÃO INFANTIL	Ensino Médio Completo	CR	40 horas semanais	R\$ 880,62	Escrita	R\$ 15,00
3	EDUCADOR INFANTIL (não habilitado)	Atestado comprovando cursar no mínimo a 3ª fase em curso de nível Ensino Superior em Pedagogia	CR	30 horas semanais	R\$1. 100,27	Escrita	R\$ 15,00
4	EDUCADOR INFANTIL (habilitado)	Ensino Superior Completo em Pedagogia ou Normal Superior com Habilitação em Educação Infantil ou Diploma de conclusão do Curso de Normal/ Magistério em nível de Ensino Médio.	CR	30 horas semanais	R\$1. 100,27	Escrita	R\$ 15,00
5	PROFESSOR – Pré-Escolar (habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00

6	PROFESSOR – Pré-Escolar (não habilitado)	Diploma de conclusão do curso de nível médio Magistério ou atestado comprovando cursar no mínimo a 3ª fase de curso de nível superior com licenciatura plena em Pedagogia.	CR	R\$ 9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
7	PROFESSOR – Educação Jovens e Adultos (Habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
8	PROFESSOR - Educação Jovens e Adultos (Não habilitado)	Diploma de conclusão do curso de nível médio Magistério ou atestado comprovando cursar no mínimo a 3ª fase de curso de nível superior com licenciatura plena em Pedagogia.	CR	R\$ 9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
9	PROFESSOR – En- sino Fundamental para 1º, 2º e 3º ano (Habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
10	PROFESSOR - En- sino Fundamental para 1º, 2º e 3º ano (Não habilitado)	Diploma de conclusão do curso de nível médio Magistério ou atestado comprovando cursar no mínimo a 3ª fase de curso de nível superior com licenciatura plena em Pedagogia	CR	R\$9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
11	PROFESSOR - En- sino Fundamental para 4º e 5º ano (Habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
12	PROFESSOR - En- sino Fundamental para 4º e 5º ano (Não habilitado)	Diploma de conclusão do curso de nível médio Magistério ou atestado comprovando cursar no mínimo a 3ª fase de curso de nível superior com licenciatura plena em Pedagogia.	CR	R\$ 9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00

13	PROFESSOR – Educação Inclusiva – para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (Habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em educação especial.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
14	PROFESSOR – Educação Inclusiva – para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (Não Habilitado)	Atestado comprovando cursar no mínimo a 3ª fase de curso de nível superior com licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior.	CR	R\$ 9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
15	PROFESSOR – Educação Física – para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (Habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Educação Física.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
16	PROFESSOR – Educação Física – para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (Não Habilitado)	Atestado comprovando cursar no mínimo a 3ª fase de curso de nível superior com licenciatura plena em Educação Física.	CR	R\$ 9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
17	PROFESSOR – Inglês – para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (Habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Letras com habilitação em Inglês.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
18	PROFESSOR - Inglês – para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (Não Habilitado)	Atestado comprovando cursar no mínimo a 3ª fase em curso de nível superior com licenciatura plena em Letras/Inglês.	CR	R\$9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
19	PROFESSOR – Artes - para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (Habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
20	PROFESSOR – Artes - para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (Não Habilitado)	Atestado comprovando cursar no mínimo a 3ª fase em curso de nível superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	CR	R\$ 9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
21	PROFESSOR – Ciências – para Ensino Fundamental (Habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00

22	PROFESSOR - Ciências – para Ensino Funda- mental (Não Habilitado)	Atestado com- provando cursar no mínimo a 3ª fase em curso de nível superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	CR	R\$ 9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
23	PROFESSOR – Ensino Religioso – para Ensino Fundamental (Habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Ensino Religioso.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
24	PROFESSOR - Ensino Religioso – para Ensino Fundamental (Não Habilitado)	Atestado com- provando cursar no mínimo a 3ª fase em curso de nível superior com licenciatura plena em Ensino Religioso.	CR	R\$ 9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
25	PROFESSOR – Espanhol – para Ensino Funda- mental (Habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Letras com habilitação em Espanhol.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
26	PROFESSOR – Espanhol – para Ensino Funda- mental (Não Habilitado)	Atestado com- provando cursar no mínimo a 3ª fase em curso de nível superior com licenciatura plena em Letras/ Espanhol.	CR	R\$ 9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
27	PROFESSOR – Geografia – para Ensino Funda- mental (Habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
28	PROFESSOR – Geografia – para Ensino Funda- mental (Não Habilitado)	Atestado com- provando cursar no mínimo a 3ª fase em curso de nível superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	CR	R\$ 9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
29	PROFESSOR – História – para Ensino Funda- mental (Habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00

30	PROFESSOR – História – para Ensino Fundamental (Não Habilitado)	Atestado comprovando cursar no mínimo a 3ª fase em curso de nível superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	CR	R\$ 9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
31	PROFESSOR – Matemática – para Ensino Fundamental (Habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
32	PROFESSOR – Matemática – para Ensino Fundamental (Não Habilitado)	Atestado comprovando cursar no mínimo a 3ª fase em curso de nível superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	CR	R\$ 9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
33	PROFESSOR – Língua Portuguesa – para Ensino Fundamental (Habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Letras.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
34	PROFESSOR – Língua Portuguesa – para Ensino Fundamental (Não Habilitado)	Atestado comprovando cursar no mínimo a 3ª fase em curso de nível superior com licenciatura plena em Letras.	CR	R\$ 9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
35	PROFESSOR – Informática Educacional – para Ensino Fundamental (Habilitado)	Licenciatura Plena em Computação ou Graduação em curso na área de educação.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
36	PROFESSOR – Informática Educacional – para Ensino Fundamental (Não Habilitado)	Atestado comprovando cursar no mínimo a 3ª fase em curso de nível superior com licenciatura plena em computação ou em curso de graduação na área de educação.	CR	R\$ 9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
37	SECRETÁRIO ESCOLAR	Ensino Superior completo com licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior	CR	40 horas semanais	R\$1.774,93	Escrita e Títulos	R\$ 20,00

Todos os servidores, recebem, à título de Prêmio Eficiência, 22 quotas mensais de R\$9,40 cada.

20% de regência de classe para Professores

CR: cadastro reserva

ANEXO II ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

PROFESSOR	Orientar a aprendizagem do aluno, participar no processo de planejamento das atividades da escola, organizar as operações inerentes ao processo de ensino aprendizagem, contribuir para aprimoramento da qualidade do ensino, e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.
PROFESSOR DE INFORMÁTICA EDUCACIONAL	Orientar a aprendizagem do aluno, participar no processo de planejamento das atividades da escola, organizar as operações inerentes ao processo de ensino aprendizagem, contribuir para aprimoramento da qualidade do ensino, dar suporte aos demais educadores na sala informatizada e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.
SECRETÁRIO ESCOLAR	Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola; Organizar e dirigir o serviço de secretaria, coordenando o trabalho de seus auxiliares; Assinar, juntamente com o diretor da Unidade, os documentos escolares dos alunos, bem como toda a documentação da secretaria, apontando seu número de registro ou autorização do órgão competente; Participar de reuniões e elaborar relatórios; Promover reuniões com seus auxiliares; Elaborar o Plano de Ação da secretaria da Unidade, estabelecendo a função de seus auxiliares, submetendo-o a aprovação do Diretor; Organizar e manter atualizada a escrituração escolar, bem como os prontuários de legislação referente à Escola e ao ensino; Zelar pelo recebimento e expedição de documentos autênticos; Extrair dados que interessem à escrituração escolar de documentos apresentados pelo aluno, ou responsável. Cumprir e fazer cumprir e divulgar os despachos e determinações do Diretor: Elaborar relatórios e instituir processos; Registrar e controlar a frequência dos funcionários da Escola; Responsabilizar-se pela documentação da Associação de Pais e Professores, na ausência do Auxiliar de Direção.
CARGO DE NÍVEL MÉDIO - MAGISTÉRIO	
EDUCADOR INFANTIL	Estimular experiências físicas, sociais e intelectuais através de atividades espontâneas; Adequar as atividades ao nível de desenvolvimento; Observar, planejar, registrar e avaliar constantemente as atividades desenvolvidas no Núcleo de Educação; Atender prontamente às solicitações da coordenação, visando à troca de experiências e aperfeiçoamento do trabalho; Despertar a atenção da criança através do uso de brinquedos, contato físico carinhoso e emprego de voz suave; Participar ativamente dos centros de estudo e reuniões de equipe convocadas pela Coordenação; Estar atento para detectar eventuais desvios de comportamento e desenvolvimento, e levá-los ao conhecimento da direção do Núcleo de Educação através de registros escritos e contatos pessoais; Atender as demais atribuições inerentes ao cargo ou previstas na legislação ou nos regimentos e demais serviços afins e/ou compatíveis com área de atuação.

AUXILIAR RECREAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL

Conforme disciplinado nas normativas de regência do cargo efetivo, e em especial no que tange a recepcionar as crianças na entrada e saída do horário Escolar; realizar tarefas de banho e higiene das crianças; fornecer alimentação das crianças nos horários determinados; manter vigilância permanente das crianças no tocante a saúde e alimentação; zelar pela higiene e conservação da sala, objetos e materiais permanentes às crianças; auxiliar na recreação e atividades de coordenação psicomotora das crianças; executar toda e qualquer tarefa compatível com o seu cargo, bem como aquelas que lhe forem atribuídos pela Secretaria Municipal da Educação. Participar cooperativamente das reuniões, encontros e demais eventos promovidos pela instituição (NEI) ou Secretaria de Educação (SEMED); Auxiliar na organização e funcionamento da instituição contribuindo com sugestões; Respeitar as normas e regras constituídas pela Instituição (NEI) e Secretaria de Educação (SEMED); Cumprir horários estabelecidos pela coordenação da instituição, podendo ser alterada conforme necessidade do NEI.. A referida contratação se faz necessária diante da pendência de candidatos aprovados em concurso público e pela imperiosa necessidade de atendimento à demanda reprimida dos NEI's.

CARGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO – Séries Iniciais (4ª. série completa).

AUXILIAR OPERACIONAL I

Conforme disciplinado nas normativas de regência do cargo efetivo, e em especial no que tange serviços de apoio à administração pública, em tarefas que requerem o conhecimento prático do trabalho, limitados a uma rotina (tais como serviço de recepção e protocolo de papéis) e predominância do esforço físico tais como: Serviços gerais de limpeza, manutenção e conservação do patrimônio público municipal (móveis, imóveis, instalações, equipamentos, utensílios), serviços de higienização de ambientes, recolhimento de lixo, limpeza de sanitários, preservação do patrimônio público em qualquer dos serviços ou unidades do serviço público municipal. Serviços de cozinha em Unidades de Ensino e demais órgãos/estabelecimentos do município, no preparo de refeições; Auxiliar em levantamentos planialtimétricos, roçadas, abertura de rumos. Serviços de lavagem de veículos, Conservação e manutenção de vias públicas, abertura de valas, colocação de tubos, serviços de calçetaria, auxílio aos operadores de máquinas e veículos e demais serviços auxiliares com predominância de esforço físico.

ANEXO III
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ATENÇÃO:

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As

bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo.

1. CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

1.1. Conhecimentos Gerais

1.1.1. Legislação Educacional- Comum a todos os cargos
Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96

1.1.2. Conhecimento técnico da disciplina

PROFESSOR – PRÉ-ESCOLAR

1. Função social da escola. 2. Concepções e teorias de aprendizagem. 3. Avaliação na educação infantil. 4. Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos. 5. A criança e a educação infantil: concepção de infância. 6. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: linguagens e brincadeiras. 7. Componentes curriculares da educação infantil: o jogo, a brincadeira e o faz de conta. 8. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. 9. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. 10. Inclusão.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

1. Função social da escola. 2. Interdisciplinaridade. 3. Teorias de aprendizagem. 4. Avaliação: dimensões, instrumentos e critérios. 5. Planejamento docente: dinâmica e processos. 6. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. 7. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. 8. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. 9. Alfabetização e letramento: características e pressupostos. 10. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. 11. Inclusão.

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (Anos Iniciais)

Função social da escola. Interdisciplinaridade. Teorias de aprendizagem. Avaliação: dimensões, instrumentos e critérios. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. . Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. Alfabetização e letramento: características e pressupostos. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. Inclusão. Processos de Ensino Aprendizagem: conceitualização apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; - PCN'S. - Recreação: Atividades recreativas. Cadernos de formação dos cursos do PNAIC (<http://pacto.mec.gov.br/2012-09-19-19-09-11>) anos 2013 e 2014.

PROFESSOR DE ARTES – Educação Infantil e Ensino Fundamental

História da Arte: conceitos estéticos, movimento artísticos, artistas e suas obras. História da Arte Brasileira: conceitos estéticos, movimento artísticos, artistas e suas obras. Elementos da Linguagem Visual: fundamentos e composição visual. Folclore Catarinense: as manifestações folclóricas. Arte: suas linguagens, materiais e conceitos. Arte-educação: histórico e propostas metodológicas. Leitura de Imagem. O ensino de música no ensino básico; Contribuições da música na formação do indivíduo; A intencionalidade da avaliação no processo de apropriação e produção do conhecimento.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS

1. O Universo e o Sistema Solar - corpos celestes que os constituem: a comparação entre os planetas do Sistema Solar - os planetas e suas características; o movimento de rotação - o estudo dos dias e das noites; a Lua - características, movimentos e fases; o movimento de translação e a inclinação do eixo imaginário da Terra - sua relação com as estações do ano; os eclipses do Sol e da Lua e as zonas climáticas como consequência da forma esférica da Terra e de como os raios solares atingem o planeta, propiciando distribuição da luz e do calor de forma diferenciada - consequências das zonas climáticas para a vida no planeta. 2. Introdução aos conceitos de matéria e energia - a relação destes conceitos com a vida: propriedades dos materiais; a organização da matéria - construindo modelos, introdução à linguagem química; a relação entre matéria e energia; as transformações da matéria e os diferentes tipos de materiais presentes na água, no ar e no solo. 3. A Água: a formação dos oceanos na Terra primitiva; o papel da água na formação do relevo; água e vida; as características físico-químicas da água: propriedades da água, seus estados físicos e o ciclo da água; a importância da água na história da humanidade; as bacias hidrográficas - definição, formação, importância sócio-ambiental das bacias hidrográficas - a trajetória da água e a interferência humana, as alterações dos cursos dos rios, represamento, assoreamento, turvação, contaminação, poluição e desequilíbrios ambientais e o tratamento da água e suas consequências para a saúde. 4. O Ar: a formação da atmosfera: composição da atmosfera primitiva e suas transformações até os dias atuais; as propriedades do ar e sua relação com a vida; a composição da atmosfera - camadas; a formação dos ventos e sua importância para a compreensão da erosão; o papel da atmosfera no desenvolvimento e manutenção da vida no planeta; os problemas de poluição do ar, efeito estufa e degradação da camada de ozônio - suas consequências para os seres vivos e a qualidade do ar e seus efeitos na saúde. 5. O Solo: a origem e formação da crosta terrestre; os diferentes tipos de solo - sua formação e principais características; os minerais, minérios e combustíveis; os métodos de conservação do solo utilizados pelo homem: irrigação, drenagem, correção de pH, adubação, aração etc; o papel do homem na degradação e na conservação do solo; as agressões ao solo e suas consequências para o ambiente: desmatamento, queimada, erosão, desertificação, contaminação, poluição etc; introdução ao conceito de gravidade; o sistema de medidas - do universo macroscópico ao universo microscópico; relações entre o tempo cósmico e o tempo biológico; relações da diversidade ambiental com as zonas climáticas e com a biodiversidade; estudo de ecossistemas brasileiros; materiais sintéticos: fabricação, usos e problemas relacionados a decomposição - plásticos, tecidos, borrachas, supercondutores; empuxo e vasos comunicantes; as cores do céu - as ondas luminosas e as cores; estudo de algumas mudanças meteoroológicas e fontes alternativas de energia: energia solar, eólica, das mares, etc. 6. Origem da Vida: as diferentes explicações sobre a existência da vida e do ser humano; a origem da vida, a organização dos materiais, os elementos químicos dispersos na atmosfera inicial; o desenvolvimento da vida e a expansão pelos ecossistemas aquáticos e a conquista do ambiente terrestre; introdução às teorias evolutivas e a importância dos fósseis: marcos do processo evolutivo. Estudo da seleção natural através de evidências adaptativas e das relações entre o sucesso reprodutivo de uma espécie e sua adaptação ao ambiente. 7. Biodiversidade: sistemática e classificação: uma tentativa de ordenar a diversidade; características dos seres vivos; classificação em reinos e principais categorias taxonômicas; a diversidade biológica: Evolução, organização, adaptações; características gerais dos principais grupos nos diversos reinos (Monera, Protista; Fungi, Vegetal e Animal); características dos vírus e consequências para a saúde; importância ecológica; importância econômica e o impacto da ação humana e manejos

sustentados; seres vivos e saúde. 8. Ecologia: o Sol - fonte externa constante de energia, essencial para a vida no planeta; fotossíntese: assimilação da energia radiante e transformação em energia química - base para a cadeia alimentar; respiração: estratégia de obtenção de energia para os processos celulares; a importância dos decompositores para o fluxo de matéria nos ecossistemas; cadeias e teias alimentares e outras relações biológicas; os ecossistemas como sistemas abertos, compostos por elementos bióticos e abióticos que interagem através de um ciclo de materiais e de um fluxo de energia; os fatores que interferem no equilíbrio das populações: abióticos (salinidade, temperatura, quantidade de oxigênio, tipos e quantidades de nutrientes, grau de acidez, índice pluviométrico etc.) e bióticos (parasitismo, predatismo, competição etc.); os desequilíbrios ambientais causados pela interferência humana: chuva ácida, efeito estufa, destruição da camada de ozônio e desertificação; evolução dos sistemas de classificação e sua relação com o contexto histórico, social e cultural; história evolutiva: os diversos períodos, suas características ambientais e seres vivos; ciclo astronômico, sazonalidade e sua influência sobre a vida do homem; controle biológico; plantas medicinais, biopirataria e patentes; organismos geneticamente modificados: transgênicos - importância econômica; impacto ambiental; riscos para a saúde; transformações ambientais, seres em risco de extinção e projetos de conservação. 9. Origem da Espécie: o surgimento e a história evolutiva da espécie humana; a espécie humana na pré-história e mudanças sociais e culturais que levaram ao surgimento do homem moderno e a adaptação da espécie humana ao ambiente. 10. Organização do Corpo: organização celular e da célula ao organismo; a Manutenção da Espécie: a reprodução como característica principal para a vida, manutenção e evolução das espécies; os processos assexuais e sexuais: comparação das estratégias de reprodução de outros seres vivos e da espécie humana (a existência de células especializadas para a reprodução os gametas, fecundação interna ou externa ao corpo, as várias formas para o desenvolvimento do embrião); fases da vida; adolescência - um período de grandes transformações psicológicas e físicas; os órgãos reprodutores, a fecundação, a gravidez e o parto; sexualidade, vida e saúde; doenças sexualmente transmissíveis; planejamento familiar, métodos anticoncepcionais; as bases da hereditariedade: os genes e as características; o Homem - As Funções de Nutrição e de Relação: alimento - garantia de energia para o funcionamento do organismo; a importância da água e das substâncias nutritivas: seu papel na manutenção da vida; digestão: processos de quebra dos alimentos e de absorção; digestão mecânica e química e o papel dos diversos órgãos e estruturas; respiração: liberação de energia para o organismo; o papel dos diversos órgãos e estruturas; respiração e produção de energia; a qualidade do ar e a saúde; circulação e sangue: o estudo do sangue: constituição, coagulação, grupos sanguíneos e saúde; o papel do coração e a circulação sanguínea; o papel do sistema circulatório e sua relação com os demais sistemas e o sistema linfático; excreção: a eliminação dos produtos do metabolismo; o papel dos diversos órgãos e estruturas; o papel do suor e o equilíbrio químico do corpo; o sistema nervoso: o funcionamento dos neurônios e das fibras nervosas; o papel dos diversos órgãos e estruturas e reflexos: ato reflexo, reflexo e arco reflexo; o sistema sensorial: os órgãos dos sentidos e seu papel na vida do homem e o caminho da visão, da audição, do olfato, do tato e do paladar devem ser estudados enfatizando a relação entre os fenômenos químicos, físicos e biológicos; o sistema endócrino: o papel dos diversos órgãos e estruturas; o Sistema de Defesa: as células responsáveis pela defesa natural do organismo; o desenvolvimento das vacinas, soros e de medicamentos - defesas artificiais; as Relações entre Ossos e Músculos; o sistema ósseo - estrutura óssea e articulações; o sistema muscular - fisiologia muscular e ação mecânica dos músculos; alterações nos músculos e ossos; origem e evolução dos sistemas - anatomia e fisiologia comparadas; anorexia e bulimia: distúrbios físico-emocionais; complementos alimentares: necessidades e problemas decorrentes de seu

uso sem orientação; aditivos químicos - corantes, conservantes e aromatizantes; desnutrição e obesidade; decifrando e controlando os genes; a hipertensão arterial e os problemas renais; a doação de sangue e de órgãos; o uso de drogas lícitas e ilícitas - seus efeitos no organismo, problemas sociais implicados no consumo e comercialização; os problemas da visão e as lentes côncavas e convexas; a prática de exercícios físicos para manutenção da saúde integral; diabetes; hipo e hipertireoidismo; clonagem e evolução dos papéis sociais do homem e da mulher na comunidade e sociedade. 11. O Estudo dos Materiais - Uma visão geral da matéria: organização; propriedades gerais e específicas; propriedades físicas, químicas e biológicas; os estados físicos da matéria e mudanças de estado da matéria e fatores que as influenciam (temperatura, pressão, etc.); A diversidade de elementos químicos e a necessidade de classificação: evolução dos modelos atômicos: os nomes e os símbolos dos elementos; a organização da tabela periódica; a ligação química e os ciclos biogeoquímicos e a vida na Terra. 12. As Substâncias da Natureza - Principais conceitos a serem estudados: as misturas e as combinações: os processos de separação das misturas da natureza, nas fábricas, nos laboratórios, nas residências e no interior dos seres vivos; a química do cotidiano: substâncias sintéticas - na agricultura, nos alimentos, nos remédios, nos produtos de limpeza e nos produtos de higiene; a química e a poluição e os combustíveis fósseis: as transformações químicas para a produção de energia. 13. Energia: conceito e propriedades - Força: noções intuitivas de força e velocidade; força e movimento: forças alteram a velocidade dos corpos e força como interação: o princípio da ação e reação; Energia Mecânica: o trabalho como uma forma de transformação da energia; a potência como a capacidade de realizar trabalho; as máquinas realizam trabalho: alavancas, cunhas, roldanas e máquinas complexas e Energia potencial e energia cinética; Som - ruído, emissão e propagação através de um meio material, percepção auditiva; medidas de intensidade; infra-som, ultra-som; eco, sonar, poluição sonora; Luz - propagação da luz; fontes de luz; reflexão; a luz e a visão; espelhos, lentes e prismas; refração; luz e cor - composição da luz; eclipses, arco-íris etc.; Calor - trocas de energia entre sistemas, estados da matéria, mudanças de estado, conceitos de temperatura e pressão; Noções de Eletricidade - desequilíbrio entre carga positiva e carga negativa; A Energia do Sol se Transforma: o Sol como fonte primária de energia que se transforma em outras formas de energia: luminosa, química, térmica, elétrica e mecânica; a fotossíntese e respiração: transformações energéticas essenciais para a manutenção da vida no planeta; fluxo de energia nos seres vivos e pirâmide de energia; os grupos das bases, dos óxidos, dos ácidos e dos sais; o papel dos combustíveis na sociedade; as alterações ambientais; a formação dos combustíveis fósseis e sua relação com a extinção das espécies; campo gravitacional; o uso e a produção de pigmentos - do homem pré-histórico aos dias de hoje; as ilusões de ótica; eletricidade e Magnetismo: Eletrostática; corrente elétrica; circuito elétrico, condutores e isolantes; pilhas; o impulso nervoso; eletroímã; A Terra como um ímã natural; a Ciência e a Revolução Industrial; o protocolo Kioto e a poluição. 14. Ciência e Tecnologia: as concepções de ciência e seus métodos; ciência como construção humana; o papel da ciência; a materialização do conhecimento científico; Ciência, Tecnologia e Sociedade.

PROFESSOR DE INFORMÁTICA EDUCACIONAL

1 - Noções básicas de: Informática básica; Sistemas operacionais; Internet; Editor de texto; Planilhas eletrônicas; Editor de imagens; Editor de apresentações. 2 - Noções básicas de: Hardware, Software, Banco de dados, 3 - PCNs, Psicologia da aprendizagem e do Desenvolvimento, Didática Geral. 4- Tecnologia e Educação : PROINFO, O professor e a informática.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (Educação Infantil e Ensino Fundamental)

1. Fundamentos Educacionais. Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's.
2. Concepção de área - Cultura Corporal. Objetivos da área. História da Educação Física no Brasil - tendências pedagógicas. Organização didático-pedagógica do conhecimento. Avaliação em Educação Física - concepção e critérios Conteúdos - Eixos de Trabalho. Jogo - Jogos de Interpretação, Jogos Tradicionais, Jogos Cooperativos, Jogos Pré-desportivos. Esporte - Atletismo, Futebol, Futsal, Voleibol, Basquetebol, Handebol. Ginástica - Ginástica Geral; Ginástica Olímpica ou Artística; Ginástica Rítmica Desportiva. Recreação.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

O espaço geográfico: Noções de espaço geográfico, lugar, paisagens, território. A representação da Terra: Noções de cartografia, escala, projeções cartográficas, tipos de mapas, importâncias dos mapas, meios de orientação, a bússola e seu funcionamento, sistema de posicionamento global, representação do relevo. A formação do espaço natural: A evolução geológica da Terra, a deriva dos continentes, a estrutura interna da Terra, dobramentos, placas tectônicas, movimentos tectônicos, vulcanismo, abalos sísmicos, a estrutura externa da Terra, a crosta terrestre, rochas e minerais, os escudos cristalinos, bacias sedimentares, os processos erosivos, a exploração dos recursos naturais, atmosfera, composição, camadas, tempo, clima, elementos e fatores do clima, as precipitações atmosféricas, as mudanças climáticas, os ecossistemas florestais. O espaço brasileiro: A formação do território brasileiro, a expansão das fronteiras, a posição geográfica e limites, os fusos horários brasileiros, a estrutura geológica, as classificações do relevo, os domínios morfoclimáticos, os biomas, o clima e seus fatores, as classificações climáticas brasileiras. A população brasileira: A diversidade étnica, as migrações internacionais, as migrações internas, a emigração, o crescimento demográfico, a distribuição espacial da população brasileira e suas consequências, a urbanização, os problemas urbanos. A economia brasileira: A agropecuária e seus produtos, a estrutura fundiária, os conflitos no campo, o processo histórico da industrialização, a distribuição espacial da indústria, os transportes e seus problemas. O cenário mundial: A bipolarização, a multipolarização, a globalização, o histórico da evolução industrial, os países subdesenvolvidos industrializados e seus problemas socioeconômicos, a indústria nos países desenvolvidos, a geopolítica mundial, a guerra fria, os conflitos atuais, a formação dos blocos econômicos, a circulação das riquezas, os problemas ambientais, a escassez da água, as fontes de energia convencionais, as fontes alternativas de energia, os problemas ambientais brasileiros, a poluição das águas, a poluição atmosférica, o desmatamento e suas consequências.

PROFESSOR DE HISTÓRIA

História geral. Idade antiga (+ou- 4000 a.C. - 476 d.C.). As Civilizações da Antiguidade Oriental. As Civilizações da Antiguidade Ocidental. Cultura, Política, Economia e Sociedade. Idade Média (476 - 1453). A Alta Idade Média. A Baixa Idade Média. Idade Moderna (1453 - 1789). Transição Feudalismo/Capitalismo. Renascimento Cultural. Grandes Navegações. Reformas Religiosas/Contra-Reforma. Absolutismo/Mercantilismo. Colonização da América. Iluminismo. Idade Contemporânea (1789 - Dias Atuais). As Revoluções Burguesas e a Era Napoleônica. A Europa do século XIX. Revolução Industrial e os Movimentos Operários. Imperialismo/Neocolonialismo. As Guerras Mundiais e suas consequências. O Mundo pós-Segunda Guerra Mundial. O mundo Atual.

História do Brasil. Brasil-Colônia. Política. Economia. Cultura. Sociedade. Brasil-Império. Primeiro Reinado. Período Regencial. Segundo Reinado. Brasil-República. República Velha. Era Vargas. Populismo no Brasil. Ditadura Militar. Nova República.

PROFESSOR DE ESPANHOL (Ensino Fundamental)

1 - Análise e interpretação de textos. 2 - Estudos do vocabulário dos textos: significado de palavras e expressões; semelhança e diferenças de significado de palavras. 3 - Aspectos gramaticais: flexão do nome, do pronome, do artigo; flexão do verbo (modo, tempo, número, pessoa, voz); concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; nexos (preposições, conjunções); processo de relação de idéias de causa, consequência, fim, condição, oposição, concessão, comparação; 4 - Metodologia do ensino da língua estrangeira; 5 - Proposta curricular da língua estrangeira moderna; O ensino de língua para a comunicação; 6 - Dimensões comunicativas no ensino de espanhol/italiano/alemão.

PROFESSOR - INGLÊS (Educação Infantil e Ensino Fundamental)

1. Compreensão e interpretação textual: compreender/interpretar idéias/informações em textos de vários gêneros, com temática variada; inferir o sentido de palavras/expressões com base no contexto lingüístico e no conhecimento prévio sobre o tema de um texto; apreender o sentido global de um texto; identificar o tema principal de um texto; localizar informações pontuais e explícitas em textos; identificar recursos lingüísticos que promovem a coesão e a coerência das idéias em um texto: elementos de co-referência (palavras que se referem a uma mesma realidade lingüística, garantindo a manutenção e a progressão das idéias em um texto: sinônimos, pronomes, expressões definidas); 2. Aspectos da morfossintaxe: formação de palavras (sufixação e prefixação); o sintagma nominal (classes de substantivos, adjetivos, locuções adjetivas, pronomes, determinativos); o sintagma verbal (classes de verbos, sistemas de tempo, aspecto e modo, concordância verbal, aspecto perfectivo e modalidade, voz ativa e voz passiva); o sintagma adverbial (advérbios e adjuntos adverbiais); o sintagma preposicional (preposições simples e complexas, verbos frasais e preposicionais); coordenação e subordinação (conjunções e conectivos); estratégias de coerência e coesão textuais. 3. Metodologia do ensino da língua inglesa: Diferentes metodologias para o ensino de língua inglesa: metodologias pré-comunicativas; metodologias humanísticas; metodologias comunicativas (competência comunicativa).

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

1.Noções de Lógica. Noção intuitiva de conjunto. Operações com conjuntos. 2.Conjuntos Numéricos: Números naturais, inteiros, racionais e reais: propriedades, operações, valor absoluto, números primos, múltiplos e divisores. MDC e MMC, proporcionalidade, regra de três e porcentagem. Juros simples e compostos. Sistemas de Medida. Sistemas de numeração. 3.Cálculo Algébrico: Produtos notáveis e fatoração. Equações fracionárias e literais. 4.Funções: gráficos e operações. Função Inversa. Estudo das seguintes funções reais: Função Afim, Função Quadrática, Função Exponencial e Logarítmica. 5.Equações e inequações de 1º e 2º graus. Equações e inequações exponenciais e logarítmicas. Sistemas de equações e inequações de 1º e 2º graus. 6.Sequências. Progressões aritméticas e geométricas. Números complexos: formas trigonométrica e algébrica, representação e operações. 7.Polinômios: Definição. Operações. Dispositivo de Briot-Ruffini. 8.Equações polinomiais: Definição. Teorema Fundamental da Álgebra, Teorema da Decomposição, Multiplicidade de uma raiz. Raízes Complexas. Raízes racionais. Relações de Girard. 9.Análise combinatória: Princípio

Fundamental da Contagem, Arranjos, Combinações e Permutações. 10. Binômio de Newton. 11. Probabilidade: Probabilidade da união de dois eventos, probabilidade de dois eventos sucessivos ou simultâneos e probabilidade condicional. 12. Matrizes: Operações. Inversa de uma matriz. Determinantes de matrizes de ordem n . 13. Sistemas de equações lineares: Resolução e discussão. 14. Geometria plana: Teorema de Tales. Semelhança de triângulos e polígonos. Relações métricas em triângulos, polígonos regulares e círculos. Perímetros e áreas de figuras planas. 15. Geometria espacial: Poliedros, prismas, pirâmides, cilindros, cones e esferas: áreas e volumes. Sólidos semelhantes. Troncos. Inscrição e circunscrição de sólidos. Superfícies e sólidos de revolução. 16. Trigonometria: Razões trigonométricas no triângulo retângulo. Lei dos Cossenos, Lei dos Senos. Arcos e ângulos. Funções trigonométricas. Relações entre as funções trigonométricas. Arco soma, arco duplo. Equações. 17. Operações com vetores do R^2 e R^3 . 18. Reta e circunferência no R^2 : Equações cartesianas, representação gráfica e identificação dos elementos. 19. Reta, plano e esfera no R^3 : Equações e identificação dos elementos. 20. Noções de limites. Limite de funções polinomiais, racionais e exponenciais. Limites fundamentais.

PROFESSOR DE PORTUGUÊS

O ensino da Língua Portuguesa no Ensino Fundamental Língua e ensino. - Língua: uso e função. - Língua oral e língua escrita. - Variação lingüística e norma padrão. Ensino e aprendizagem da gramática normativa. - Fonologia/Fonética: Conceito de som, fonema e letra; Encontros vocálicos, encontros consonantais, dígrafo; Sílabas; Acentuação gráfica. - Morfologia: Estrutura, formação e classificação das palavras, emprego das classes de palavras. - Sintaxe: Concordância e regência nominal e verbal; Colocação pronominal; Estrutura do período e da oração; Crase. Leitura e produção de textos: -Tipos ou gêneros textuais; Inter-textualidade; Coesão e coerência textuais; O texto e a prática de análise lingüística.

PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO

O ensino religioso no Brasil: processo histórico e perspectivas. O Ser Humano e o Fenômeno Religioso: fundamentos históricos, filosóficos, psicológicos e sociológicos das tradições religiosas; as tradições religiosas como elementos indissociáveis das culturas; religiões afro-brasileiras; o símbolo e o sagrado; o mito e o rito; os textos sagrados; a descrição das representações dos transcendentes nas tradições religiosas; síntese da história do budismo, cristianismo, hinduísmo, islamismo e judaísmo.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA - Pré Escolar e Ensino Fundamental

A escola como inclusiva, a abordagem bilíngue, a abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez, surdocegueira e deficiência múltipla, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual, recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa, orientação e mobilidade, Adequação postural e acessibilidade espacial, livro acessível e informática acessível. Programa educação inclusiva: Direito à diversidade/MEC, Programa de implantação das salas de recursos multifuncional/MEC.

SECRETÁRIO ESCOLAR

Importância da Secretaria Escolar e do Secretário, perfil e papel, princípios norteadores do trabalho dos profissionais da Secretaria, gestão da Secretaria escolar Comunicação Oral e Escrita: atendimento ao público, relações humanas, comunicação, comunicações organizacionais, eficácia nas comunicações administrativas, correspondência oficial - documentos e/ou modelos utilizados, mensagens eletrônicas, atendimento telefônico, formulários, cartas

comerciais, serviços da empresa brasileira de telégrafos, fraseologia adequada, redação oficial, abreviações, formas de tratamento. Documentação e Arquivo: pesquisa, documentação, arquivo, sistemas e métodos de arquivamento. Cronograma de atividades do serviço de secretaria. Serviço de pessoal, conceito, competência, atribuições. Ergonomia: postura e movimento, fatores ambientais, organização e higiene do/no local de trabalho, informação e operação.

CARGOS DE ENSINO MÉDIO

2.1. Língua portuguesa

Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Fonética e Fonologia, Morfologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, figuras de sintaxe, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira. Gêneros literários e discursivos. Ortografia oficial - novo acordo ortográfico.

2.2. Conteúdos Gerais e atualidades

Aspectos sócio-econômicos, geográficos, históricos e político do Brasil, de Santa Catarina, do Médio Vale do Itajaí e do Município de Timbó.

2.3. Conhecimento técnico-profissional

AUXILIAR DE RECREAÇÃO

1. Conceito de Saúde: noções de desenvolvimento e crescimento do escolar; 2. Desenvolvimento dos primeiros anos de vida; 3. Higiene dos Alimentos; 4. Promoção da Saúde: Prevenção de Acidentes na educação infantil; 5. O lúdico na educação infantil; 6. O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais. 7. Família e instituição. 8. Estatuto da Criança e do Adolescente.

EDUCADOR INFANTIL

1. A criança e a educação infantil: história, concepções. 2. Conceito de Saúde Escolar; Noções de Desenvolvimento e crescimento do escolar; 3. Desenvolvimento dos primeiros anos de vida; 4. Higiene dos Alimentos; 5. Promoção da Saúde. Prevenção de Acidentes na educação infantil; 6. O lúdico na educação infantil; 7. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar. 8. O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais.. 9. Família e instituição. 10. Estatuto da Criança e do Adolescente.

3. CARGOS NÍVEL ALFABETIZADO - Auxiliar Operacional I

3.1. Língua Portuguesa

Demonstrar Domínio da língua escrita, Leitura e Interpretação de Textos; Alfabeto - Vogais e Consoantes; Maiúsculas e Minúsculas; Separação de sílabas; Masculino e Feminino (artigos); Plural e Singular.

3.2. Conteúdos Gerais e atualidades

Aspectos sócio-econômicos, geográficos, históricos e político do Brasil, de Santa Catarina, do Médio e do Município de Timbó.

3.3. Conhecimento técnico-profissional

AUXILIAR OPERACIONAL I

Noções de alimentação, nutrição e grupos de alimentos; Etapa da produção de refeições; Recepção e armazenamento de gêneros alimentícios, pré-preparo, preparo e distribuição. Controle de estoque e técnicas de armazenamento de alimentos. Manuseio e conservação de equipamentos e utensílios; Noções de higiene e

higiene no ambiente de trabalho e higiene dos alimentos; Técnicas de uso e conservação de material de limpeza; Simbologia dos produtos químicos e de perigo; Noções de operação de máquinas simples para limpeza e conservação do ambiente; Reciclagem de lixo; limpeza e higienização de prédios públicos, superfícies brancas e revestimentos cerâmicos; limpeza e higienização de banheiros e áreas comuns; armazenamento, cuidados de manuseio e destino do lixo. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Noções de Primeiros Socorros; e outras conteúdos inerentes as atribuições do cargo e a execução das atividades que o mesmo exige.

ANEXO IV

REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF nº _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Processo Seletivo 001/2014 da Prefeitura Municipal de TIMBÓ, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

1 - () Vaga para portadores de Deficiência física.

Deficiência: _____

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:
a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte
Fonte nº _____ / Letra _____

b) () Sala Especial
Especificar: _____
c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.
Nome do Acompanhante: _____
Horários de amamentação: _____

e) () Outra Necessidade:
Especificar: _____

Nestes Termos.
Pede Deferimento.
_____, _____ de _____ de 2014.

Assinatura do Requerente

ANEXO V

REQUERIMENTO PARA ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu _____, portador do documento de

identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ Inscrição nº _____ do Processo Seletivo - Edital 001/2014 da Prefeitura Municipal de Timbó, residente e domiciliado a Rua/Av. _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

Venho REQUER a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me ENQUADRO NA CONDIÇÃO de:

[] Não possuir renda

Sendo que:

- Declaro para os devidos fins que não sou detentor de cargo público;
- Declaro que não possuo outra fonte de renda.

[] Doador de Sangue

Nestes Termos firma a presente declaração e Pede Deferimento do requerimento

_____, _____ de _____ de 2014
(local e data)

Assinatura do Declarante/Requerente

ANEXO VI
FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO
PROCESSO SELETIVO 001/2014- PM TIMBÓ

Tipo de Recurso:

- [] 1 – Contra indeferimento de inscrição
- [] 2 – Contra questão da prova ou gabarito provisório
- [] 3 – Contra a classificação
- [] 4 – Outro: _____

Nome do Candidato:

N.º de Inscrição:

Cargo:

N.º da Questão:

Data:

Fundamentação e Referência Bibliográfica:

Local e data _____ de _____ de 2014.

Assinatura do Candidato

ANEXO VII
FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE TÍTULOS
(PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)

Nome: _____

Número da Inscrição: _____ Cargo: _____

Venho perante a Banca Examinadora da Prova de Títulos do Processo Seletivo 001/2014 do Município de Timbó/SC, requerer o recebimento dos títulos abaixo relacionados, com as respectivas cópias, devidamente acompanhadas dos originais. Estou ciente de que só serão pontuados os títulos que atenderem a todas as disposições e normas editalícias.

	Títulos (concluídos)	Descrição (máximo 1 título)	PT	Descrição	Nº A/Hs	Pontuação (para uso da banca examinadora)
a	Certificado de pós-graduação	Doutorado	2,50			
		Mestrado	2,00			
		Especialização (mínimo 360 h/a)	1,50			
b.	Curso de Formação na área de atuação. Período de 2012, 2013 e 2014.	40 horas	0,50			
		120 horas	1,00			
	Pontuação alcançada (a + b)					

Observação: Os títulos deverão ser numerados em sequência de acordo com esta planilha. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc...) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

(Local e data) _____, ____ de _____ de 2014.

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 021 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 021 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certificam que:

Está APROVADO o DESMEMBRAMENTO denominado "VOLANI", situado no lado ímpar da Rua Chile, distando pelo lado direito do imóvel, 134,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Barão do Rio Branco, com a área de 1.942,57m² (Hum mil, novecentos e quarenta e dois metros e cinqüenta e sete decímetros quadrados), processo D-024/2014 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente LUIZ CARLOS VOLANI E ODETE VOLANI CRISTOFOLINI, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 6.543, datado de 04 de novembro de 2014 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 24.462, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.03.042.0253.001, sendo constituído:

De 01 (um) lote, e uma área remanescente, abaixo transcritos:

Lote 01 (um) - com área de 450,00m² (Quatrocentos e cinqüenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Chile, distando pelo lado direito do imóvel, 134,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Barão do Rio Branco; estremando na frente em 15,00 metros com lado ímpar da Rua Chile; fundos estrema em 15,00 metros com a área remanescente; lado direito estrema em 30,13 metros com terras de Sérgio Luiz Busarello, matrícula nº 5.502, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 29,86 metros com a área remanescente;

Área Remanescente - com área de 1.492,57m² (Hum mil, quatrocentos e noventa e dois metros e cinqüenta e sete decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Chile, distando pelo lado direito do imóvel, 149,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Barão do Rio Branco; estremando na frente em 15,00 metros com lado ímpar da Rua Chile; fundos estrema em 30,84 metros, sendo em 15,00 metros com terras de Tatiane Bonatti, matrícula nº 15.235, livro 2, em 15,00 metros com terras de Adair Marcos Tiegs, matrícula nº 15.279, livro 2 e em 0,84 metros com terras de Vera Lucia Alves Maia, matrícula nº 12.438, livro 2; lado direito estrema em linha quebrada em 29,86 metros e em 15,00 metros com o lote 01 e em 34,02 metros com terras de Sérgio Luiz Busarello, matrícula nº 5.502, livro 2; e, lado esquerdo

estrema em linha quebrada em 28,59 metros e em 1,05 metros com terras de Leopoldina Alves de Souza de Castilho, matrícula nº 9.271, livro 2 e em 34,59 metros com terras de Reimar Bachmann, matrícula nº 8.376, livro 2. Edificado com uma casa sob nº 427;

Continuação da Certidão n.º 021/2014, fls. 02.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto n.º. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 12 de novembro de 2014.
FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.
Município de Timbó

CERTIDÃO Nº 023 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

CERTIDÃO Nº 023 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

ALTERA E RENOVA dispositivo da Certidão nº 004, de 07 de março de 2014, com a seguinte descrição:

“02 - Área Remanescente - com área de 3.177,16m² (Três mil, cento e setenta e sete metros e dezesseis decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Tupiniquim, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 751,85 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Araponguinhas; estremando na frente em 31,73 metros com o lado par da Rua Tupiniquim; fundos estrema em 33,49 metros com terras de Ingrid Siegle Ehrhardt, matrícula nº 21.698, livro 2; lado direito estrema em linha quebrada em 30,01 metros, em 21,45 metros, em 45,52 metros, em 15,13 metros e em 34,69 metros com terras de Ingrid Siegle Ehrhardt, matrícula nº 21.698, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 45,39 metros e em 39,38 metros com a área a desmembrar e em 44,67 metros com terras de Denise Jussara Penz e Paulo Sérgio Penz, matrícula nº 1.633, livro 2. Neste imóvel fica reservada uma faixa com 3,00 metros de largura, destinada à Faixa Sanitária, situada nos fundos do imóvel, com a extensão de 28,40 metros, até uma distância de 5,00 metros do lado esquerdo e seguindo em 46,96 metros até a divisa com a área a desmembrar.”
Ficam ratificados os demais termos.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 13 de novembro de 2014.
FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente
Município de Timbó

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 024 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 024 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certifica que:

Está APROVADO o DESMEMBRAMENTO denominado “ROLAND VICENTE”, situado no lado ímpar da Rua Pomerode, distando pelo lado direito do imóvel, 356,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Augusto Brandt, nesta Cidade, com a área de 3.750,00m² (Três mil, setecentos e cinquenta metros quadrados), processo D-015/2014 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente ROLAND VICENTE, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 5.993, datado de 08 de outubro de 2014 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 9.753, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.06.050.0640.001, sendo constituído:

De 01 (um) lote e área remanescente, abaixo transcritos:

01 - Lote nº 01 (um) - com área de 2.824,67m² (Dois mil, oitocentos e vinte e quatro metros e sessenta e sete decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Pomerode, distando pelo lado direito do imóvel, 356,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Augusto Brandt; estremando na frente em 36,50 metros com o lado ímpar da Rua Pomerode; fundos estrema em 16,85 metros com a área remanescente; lado direito estrema em linha quebrada de 46,80 metros, em 19,74 metros e em 35,11 metros com terras de Adelina Gessner, matrícula nº 15.973, livro 2; e, lado esquerdo estrema em linha quebrada de 14,13 metros e em 89,36 metros com a área remanescente. Neste imóvel fica reservada a área destinada à Área de Preservação Permanente conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, com a área de 2.116,96m², constante da faixa de 30,00 metros de ambas as margens do ribeirão, com a seguinte descrição: estremando na frente, em 36,50 metros com o lado ímpar da Rua Pomerode; fundos, estrema em 5,17 metros com terras de Adelina Gessner, matrícula nº 15.973, livro 2 e em 32,50 metros com terras do proprietário; lado direito, estrema em 46,80 metros com terras de Adelina Gessner, matrícula nº 15.973, livro 2; e, lado esquerdo, estrema em 45,13 metros e em 14,13 metros com a área remanescente;

02 - Área Remanescente - com área de 925,33m² (Novecentos e vinte cinco metros e trinta e três decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Pomerode, distando pelo lado direito do imóvel, 392,50 metros da esquina formada com o lado par da Rua Augusto Brandt; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Pomerode; fundos estrema em 19,74 metros com terras do Município de Timbó, matrícula nº 15.972, livro 2; continuação da Certidão n.º 024/2014, fls. 02.

lado direito estrema em linha quebrada de 14,13 metros, em 89,36 metros e em 16,85 metros com o lote 01 e em 28,99 metros com terras de Adelina Gessner, matrícula nº 15.973, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 130,80 metros com terras de Harry Kannenberg Junior, Paulo Joepen e Raymundo Wantovsky, matrícula nº 7.612, livro 2. Neste imóvel fica reservada a área destinada à Área de Preservação Permanente - conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, com a área de 254,30m², constante da faixa de 30,00 metros de ambas as margens do ribeirão, com a seguinte descrição: estremando na frente, em 15,00 metros com o lado

ímpar da Rua Pomerode; fundos, estrema em 3,08 metros com terras do proprietário; lado direito, estrema em 14,13 metros e em 45,13 metros com o lote 01; e, lado esquerdo, estrema em 59,97 metros com terras de Harry Kannenberg Junior, Paulo Joepen e Raymundo Wantovsky, matrícula nº 7.612, livro 2.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar nº 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 13 de novembro de 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Município de Timbó

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 022 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 022 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certifica que:

Está APROVADO o DESMEMBRAMENTO denominado "HEINZ RUBENS MARQUARDT", situado no lado par da Rua Bolívia, distando pelo lado direito do imóvel, 109,50 metros da esquina formada com o lado par da Rua Salete, nesta Cidade, com a área de 4.926,42m² (Quatro mil, novecentos e vinte e seis metros e quarenta e dois decímetros quadrados), processo D-016/2014 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente HEINZ RUBENS MARQUARDT E DOROTHEA MARQUARDT, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 6.101, datado de 13 de outubro de 2014 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 24.163, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.06.001.0209.001, sendo constituído:

De 01 (uma) área a desmembrar e mais a área remanescente, abaixo transcritos:

01 - Área a Desmembrar - com área de 2.325,44m² (Dois mil, trezentos e vinte e cinco metros e quarenta e quatro decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Bolívia, distando pelo lado direito do imóvel, 109,50 metros da esquina formada com o lado par da Rua Salete; estremando na frente em 26,47 metros com o lado par da Rua Bolívia; fundos estrema em linha sinuosa de 41,24 metros com a margem esquerda do Rio Benedito; lado direito estrema em 95,02 metros, sendo em 26,50 metros com terras de Ivo Schulz, matrícula nº 2.504, livro 2, em 15,00 metros com terras de Valmor Mengarda, matrícula nº 2.237, livro 2 e em 53,52 metros com terras de Alfonso Marquardt, matrícula nº 14.236, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 83,77 metros com a área remanescente. Neste imóvel fica reservada a área destinada à Área de

Preservação Permanente conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, com a área de 1.549,82m², constante da faixa de 50,00 metros da margem esquerda do Rio Benedito, com a seguinte descrição: estremando na frente, em linha sinuosa de 30,02 metros com terras do proprietário; fundos, estrema em linha sinuosa de 41,24 metros com a margem esquerda do Rio Benedito; lado direito, estrema em 57,35 metros, sendo em 3,83 metros com terras de Valmor Mengarda, matrícula nº 2.237, livro 2 e em 53,52 metros com terras de Alfonso Marquardt, matrícula nº 14.236, livro 2; e, lado esquerdo, estrema em 60,19 metros a área remanescente.

02 - Área Remanescente - com área de 2.600,98m² (Dois mil, seiscentos metros e noventa e oito decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Bolívia, distando pelo lado direito continuação da Certidão nº 022/2014, fls. 02.

do imóvel, 135,97 metros da esquina formada com o lado par da Rua Salete; estremando na frente em 26,45 metros com o lado par da Rua Bolívia; fundos estrema em linha sinuosa de 43,28 metros com a margem esquerda do Rio Benedito; lado direito estrema em 83,77 metros com a área a desmembrar; e, lado esquerdo estrema em linha quebrada de 38,73 metros e em 21,66 metros com terras de Alidor Pieritz, matrícula nº 9.226, livro 2, e em 25,12 metros com terras de Heinz Rubens Marquardt, matrícula nº 8.576, livro 2. Neste imóvel fica reservada a área destinada à Área de Preservação Permanente - conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, com a área de 2.057,55m², constante da faixa de 50,00 metros da margem esquerda do Rio Benedito, com a seguinte descrição: estremando na frente, em linha sinuosa de 27,58 metros com terras do proprietário; fundos, estrema em linha sinuosa de 43,28 metros com a margem esquerda do Rio Benedito; lado direito, estrema em 60,19 metros com a área desmembrar; e, lado esquerdo, estrema em linha quebrada de 21,34 metros e em 21,66 metros com terras de Alidor Pieritz, matrícula nº 9.226, livro 2 e em 25,12 metros com terras de Heinz Rubens Marquardt, matrícula nº 8.576, livro 2.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar nº. 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 13 de novembro de 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Município de Timbó

ATA ABERTURA DE PROPOSTAS CONCORRÊNCIA N.º 114 2014 - PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS DA CONCORRÊNCIA Nº. 114/2014 - PMT

Às oito horas, do décimo terceiro dia, do mês de novembro de dois mil e catorze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger, participou ainda da sessão o Sr. Marcelo Benvenuti, para abertura dos envelopes de proposta das empresas habilitadas (EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA) no processo licitatório Concorrência nº 114/2014 - PMT conforme segue: Iniciada a sessão a Senhora Presidente solicitou aos presentes que conferissem a inviolabilidade dos envelopes. Em prosseguimento, a Senhora Presidente passou à abertura dos envelopes de Proposta, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos. Da abertura dos envelopes de proposta, o valor apresentado pela empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA., foi de R\$ 4.783.126,64 (quatro milhões, setecentos e oitenta e três mil, cento e vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos), e o valor apresentado pela empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., foi de R\$ 5.616.534,54 (cinco milhões, seiscentos e dezesseis mil, quinhentos e trinta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos). Da análise e exame das propostas, à vista das exigências constantes do Edital, a Presidente suspendeu a sessão para encaminhamento dos documentos da proposta ao Setor de Engenharia da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, para análise dos valores e quantitativos, bem como das planilhas de composição do BDI apresentados pelas empresas licitantes, sendo que após a emissão do parecer/análise será realizado o julgamento da empresa vencedora do certame. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião e assinada a ata pela Comissão, encaminhando-se os autos ao Setor de Engenharia para as providências de estilo. Registre-se, publique-se, intemem-se.

CARMELINDE BRANDT
PresidentePAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
SecretáriaALINE BURGER
Membro**ATA JULGAMENTO DE PROPOSTAS CONCORRÊNCIA N.º 114 2014 - PMT**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 114/2014 - PMT

Às oito horas do décimo oitavo dia do mês de novembro de dois mil e catorze, na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os Membros da Comissão de Licitações (nomeada pela Portaria nº. 792/2014), sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger, para julgamento das propostas das empresas Paviplan Pavimentação Ltda e Empreiteira de Mão de Obra Adrimar Ltda (abertas na data de treze de novembro de dois mil e catorze), com supedâneo nas manifestações técnicas apresentadas pelo setor de engenharia e do Secretário de Obras e Serviços Urbanos. Conforme consta da Ata de Abertura de Propostas de fls.

0986, por força das exigências editalícias o certame foi suspenso e os documentos encaminhados ao Setor de Engenharia da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente para análise dos valores, quantitativos e planilhas de composição do BDI. O Parecer Técnico expedido por profissional de engenharia da Secretaria de Planejamento (fls. 1046 e seguintes) aponta que ambas as propostas estão dissonantes com as regras do edital, pois eivadas de vícios que lhe comprometem a validade, conforme segue:

- PAVIPLAN PAVIMENTAÇÕES LTDA. (fls. 987 a 1015), faltou constar na planilha os itens de reperfilagem da Rua Manaus, mais especificamente o de nº. 1 (serviços iniciais), 2 (terraplenagem), 3 (pavimentação asfáltica), 4 (drenagem) e 5 (passeios);

- EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, (fls. 1016 a 1043) por apresentar valores inexequíveis (abaixo dos 70% orçado - item 8.6 do edital), especificamente nas seguintes planilhas e subitens: Planilha rua Blumenau: 4.1, 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5, 6.6, 6.7, 6.8, e 6.9; Planilha Rua Indaial: 4.1, 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5, 6.6, e 6.7; Planilha interligação setor industrial: 2.2, 3.1, 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5, 6.6, 6.7, 6.8 e 6.9; planilha rua Manaus: 3.1, 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5, 6.6, 6.7, 6.8 e 6.9; planilha rua Marechal: 4.1, 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5, 6.6, 6.7, 6.8 e 6.9; planilha rua Aristiliano Ramos/Campinas: 3.1, 5.1, 5.2, 5.3, 5.4 e 5.5; Planilha Av. Sete de Setembro: 3.1, 5.1, 5.2, 5.3, 5.4 e 5.5; Planilha ciclovias: 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 4.6, 4.7 e 4.8; Planilha recuperação estrutural de pavimento asfáltico: 1.1, 1.4, 1.5 e 1.6.

Tendo em vista que tal realidade desclassifica as propostas, a Comissão, considerando o que estabelece o §3º do art. 48 da Lei nº. 8.666/93 e buscando zelar pela regularidade procedimental/legal e interesse público municipal, entendeu necessário o encaminhamento do certame ao Secretário de Obras e Serviços Urbanos para sua análise e manifestação, especialmente acerca das providências a serem adotadas. Em resposta ao referido questionamento o Secretário de Obras e Serviços Urbanos manifestou-se nos seguintes termos: "Ante o exposto, considerando o nítido prejuízo ao qual a administração esta sujeita e o que estabelece o §3º do art. 48 da Lei nº. 8.666/93 determino que seja oportunizada aos licitantes a possibilidade de apresentarem nova documentação ou proposta, nos moldes deste dispositivo legal." Ante o exposto, analisada toda documentação juntada aos autos, aliada com o parecer técnico e a manifestação do Secretário de Obras e Serviços Urbanos, e atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório a Comissão de Licitação decide pela DESCLASSIFICAÇÃO das propostas das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÕES LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, e nos termos do art. 48, §3º da Lei 8.666/93, confere às empresas o prazo de 8 (oito) dias úteis (contados da publicação da presente Ata), para apresentação de NOVAS PROPOSTAS DE PREÇOS, nos termos e condições estabelecidas no Edital. Outrossim, intemem-se as empresas TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI e RENTAL SERVICE LTDA EPP, inabilitadas no certame, para que, no prazo consignado no edital, retirem seus envelopes lacrados da proposta, junto ao Setor de Licitações da Prefeitura de Timbó. Desta forma, determino a publicação da Ata e a realização de contato com as empresas para cumprimento da medida, viabilizando assim a continuidade do feito. Nada mais havendo a Presidente encerrou a sessão, lavrando a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pela mesma e demais membros da Comissão. Registre-se, publique-se, intemem-se.

CARMELINDE BRANDT
PresidentePAMELA A. A. CAMPREGHER FLORIANO
Secretária

ALINE BURGER
Membro

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - TOMADA DE PREÇOS 141.2014 PMT

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO LICITAÇÃO DESERTA
TOMADA DE PREÇOS Nº. 141/2014

O Município de Timbó torna público para conhecimento dos interessados que restou DESERTA a Tomada de Preços nº. 141/2014 que teve por objetivo a contratação de empresa(s) especializada(s) para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra), das seguintes obras: pavimentação do passeio dos núcleos de educação infantil Lar da Criança e Maria Luiza Bell (Dona Clara) localizados, respectivamente, na Rua Otto Wolter, Bairro Quintino e Rua Dona Clara, Bairro Dona Clara, neste Município, em atendimento às necessidades da Secretaria de Educação, sendo que não houve empresas interessadas em participar do certame.

Timbó (SC), 18 de novembro de 2014
SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário de Educação

CERTIDÃO Nº 20 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

CERTIDÃO Nº 20 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014
ALTERA dispositivo da Certidão nº 016, de 11 de setembro de 2014, com a seguinte descrição:

“ Lote 01 (um) - com área de 588,75m2 (Quinhentos e oitenta e oito metros e setenta e cinco decímetros quadrados), de formato triangular, situado no lado ímpar da Rua Lages, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 91,05 metros da esquina formada com o lado par da Rua Itapema; estremando na frente em 9,48 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da Rua Lages, e em 34,78 metros com lado ímpar da Rua Lages; fundos estrema em linha quebrada de 24,96 metros e em 3,90 metros com o lote nº 02; e, lado direito estrema em 31,70 metros com terras de Wilmar Wurmth, matrícula nº 9.416, livro 2;”

Ficam ratificados os demais termos.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 10 de novembro de 2014.
FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente
Município de Timbó

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 150 2014 PMT - IMPRESSOS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 150/2014 - PMT

OBJETO: aquisição de materiais impressos, sendo: - folder, para divulgação da programação do Natal Mais Encantado 2014, em atendimento às necessidades da Fundação Cultural de Timbó; - informativo, para divulgação das obras da Prefeitura de Timbó à comunidade, em atendimento às necessidades da Assessoria Institucional de Comunicação Social; - pastas administrativas, para padronização dos processos administrativos, em atendimento às necessidades da Secretaria da Fazenda e Administração. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h30min do dia 02 de dezembro de 2014. ABERTURA: dia 02 de dezembro de 2014 as 09h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 18/11/2014
JORGE R. FERREIRA
Diretor Presidente Fundação Cultural de Timbó

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária de Fazenda e Administração

JAIME AVENDANO
Assessor Institucional de Comunicação Social

AVISO TOMADA DE PREÇO N.º 07 2014 FME - ADEQUAÇÃO SISTEMA PREVENTIVO DE INCÊNDIO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº 07/2014 - FME

OBJETO: contratação de empresa especializada para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra) da adequação do sistema preventivo de incêndio do Complexo Esportivo localizado na Rua Gustavo Piske, s/nº, bairro Pe. Martinho Stein, neste município, em atendimento às necessidades da Fundação Municipal de Esportes. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 05 de dezembro de 2014. ABERTURA: dia 05 de dezembro de 2014 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 18/11/2014
MARTINHO DE SOUZA FILHO
Presidente da FME

Treze Tílias

PREFEITURA

PORTARIA N 121/2014

PORTARIA Nº 121/14 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares a servidora municipal abaixo mencionada.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Josiane Kleinschmidt	01/10/2013 A 30/09/2014	12/11/2014 A 11/12/2014	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

COMUNICADO DE SUSPENSÃO DE EDITAL 14/2014 FMS

SUSPENSÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2014.

O Município de Treze Tílias comunica aos interessados que, diante do recebimento de impugnação de edital interposto pela Empresa, Branet Gestão de Logística em Saúde no dia 17 de novembro de 2014, a suspensão do processo licitatório nº 14/2014 FMS que seria realizado no dia 19/11/2014 às 09h00min. A suspensão aqui prevista permanecerá pelo prazo legal previsto em lei para julgamento da impugnação interposta.

LEI N 1838

LEI Nº. 1.838/2014 de 12/11/2014

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a firmar convênio com entidade que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO DE TREZE TÍLIAS/SC. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a firmar convênio com o Clube Atlético Paranaense, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Curitiba/PR, inscrita no CNP/MF nº. 82.777.251/0001-41, nos termos da minuta ora anexada.

Art. 2º. O objeto do convênio é estabelecer obrigações recíprocas para instalação e funcionamento de uma escola denominada

"Escola Furação" nas instalações desportivas do município, com a finalidade precípua de promover práticas desportivas, ensinamentos fundamentais dos princípios do futebol, educacional e social, sem caráter de rendimento, buscando alcançar o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes para o exercício da cidadania e da prática do lazer, de acordo com os princípios previstos no artigo 217 da Constituição Federal de 1988.

Art. 3º. As despesas para execução da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária 07.02.2218 / 3390.00.00.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias/SC, 12 de novembro de 2014.
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

A Presente lei foi publicada no Diário oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

LEI N 1839

LEI Nº. 1.839/2014 de 12/11/2014

"ALTERA DENOMINAÇÃO DE VIA PÚBLICA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Prefeito de Treze Tílias, Santa Catarina, MAURO DRESCH, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica Denominada a Rua do Município de Treze Tílias conhecida como João Miterer, de MAESTRO JOHANN MITTERER

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias (SC),
12/11/2014
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO 1952/2014

DECRETO Nº. 1.952/2014, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

NOMEIA COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO CALENDÁRIO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Treze Tílias/SC e o disposto nos arts. 13, XV e 14, II da Lei Complementar Municipal nº 38/2011.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear as seguintes pessoas para elaborar o Calendário de Eventos do Município de Treze Tílias/SC para o Ano de 2015:

a) Gabriela Rugere

- b) Werydiana Falchetti
- c) Rafael Hensel
- d) Adelino Ferronato
- e) Gerson Mergreiter
- f) Marcelo Anrain

Art. 2º. A comissão será presidida pela Secretária Municipal da Cultura que deverá articular-se com as demais secretarias, para levantamento dos eventos anuais do município.

Art. 3º. A definição do calendário deverá ser feita com a participação de todas as entidades do município legalmente constituídas em evento específico a ser convocado pela comissão supra mencionada, devendo tudo ser constado em livro de ata, especialmente criado para tal finalidade.

Art. 4º. O calendário de eventos devidamente aprovado torna-se obrigatório em todo o município de Treze Tílias/SC, sendo que a entidade que o desrespeitar, será penalizada com a suspensão do evento no calendário do ano subsequente, salvo justificativa aceita pela Secretaria Municipal de Cultura do Município.

Art. 5º. Do evento que definirá o calendário deverão ser cientificadas todas as entidades e associações interessadas.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Fica revogado o Decreto nº 1.840/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,
em 13 de novembro de 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - D.O.M.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N 1953/2014

DECRETO Nº 1.953/2014

"NOMEIA SERVIÇO ADMINISTRATIVO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei Orgânica do Município e da Lei Municipal nº 806/91,
DECRETA:

Art. 1º - O Serviço Administrativo de que se trata o art. 4º da Lei nº 806/91 responsável pela Administração, contabilidade, Controle e Movimentação dos Recursos Financeiros do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, será assim composto:

JOSÉ CARLOS TOPOROSKI: Gestor
DENISE GRATT: Tesoureira
MARIA LÚCIA DALLA COSTA CENCI: Contadora

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias aos 14 de novembro de 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA N 122/2014

PORTARIA Nº 122/14 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares a servidora municipal abaixo mencionada.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
	02/08/2011 a 01/08/2012	17/11/2014 a 21/11/2014	05
Marisa Maciel Behrend Peretti	02/08/2012 a 01/08/2013	22/11/2014 a 21/12/2014	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA N 123/2014

PORTARIA Nº 123/14 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a Sra. GABRIELA MAZZARINO, CPF nº 059.797.959-60, residente e domiciliada no município de Luzerna, do cargo comissionado de COORDENADORA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO À SAÚDE.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

AVISO DE LICITAÇÃO PP 74/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 74/2014 - PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de horas máquina de escavadeira hidráulica, trator de esteira e caçamba truck traçada, destinadas a execução da infraestrutura do terreno onde será construído o novo centro de eventos de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 02/12/2014, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

Turvo**PREFEITURA****PORTARIA 359/2014**

PORTARIA Nº 359/14, de 10 de Novembro de 2014.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar ate 19 de Dezembro de 2014, a contratação do servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Fiscal de Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR	CPF	MATRICULA
Augusto Gabriel Simon	076.027.919-59	2980

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de novembro de 2014.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 360/2014

PORTARIA Nº 360/14, de 12 de Novembro de 2014.

DEMITE A PEDIDO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Agente Comunitário de Saúde, nomeado temporariamente através do Processo Seletivo nº 001/13 - ESFs, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME	CPF	MATRICULA
Mara Rubia Brognoli Beterli	021.137.229-33	2135

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 12 de novembro de 2014.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 361/2014

PORTARIA Nº 361/14, de 14 de Novembro de 2014.

DEMITE A PEDIDO OPERADOR DE EQUIPAMENTOS, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido o Servidor abaixo relacionado, ocupante da função pública de Operador de Equipamentos, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME	CPF	MATRICULA
Denizar Boeira Berti	094.233.609-71	3197

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 14 de novembro de 2014.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 362/2014

PORTARIA Nº 362/14, de 18 de Novembro de 2014.

ALTERA DEFINITIVAMENTE CARGA HORÁRIA DE SERVIDORAS EFETIVAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido no artigo 42 e 43 da Lei Complementar nº 010/14, de 24 de agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar carga horária da servidora MARIZETE DA SILVA GIUSTI, CPF nº 742.213.539-53, matrícula nº 0100, no cargo de Professora III, na Escola Municipal São Luiz de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 18 de Novembro de 2014, do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art. 2º - Alterar carga horária da servidora BERNARDETE GIRARDI WARMILING, CPF nº 638.314.819-20, matrícula nº 0120, no cargo de Professora III, na Escola Municipal São Luiz, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 18 de Novembro de 2014, do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 18 de novembro de 2014.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Urussanga

PREFEITURA

AVISO TP 23/2014/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 23/2014/PMU

Objeto: material e serviços para pavimentação asfáltica da Avenida Ouro Negro, área de 200,73m, no bairro Santana, Contrato de Repasse nº 790388/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, Processo nº 2624.1008581-56/2013. Recebimento dos envelopes: até 08h30 do dia 09/12/2014, na Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 08h30 do dia 09/12/2014. Edital: estará a disposição dos interessados das 07h às 13h, segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, somente no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º12 ou poderá ser solicitado pelo e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 03/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Contrato: 03/2013

Data de assinatura: 18/11/2014

Processo de Licitação n.º 94/2012

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ/CPF: 00.456.865/0001-67

Objeto: locação de sistemas para gestão pública.

Valor Global do Aditivo: R\$ 144.976,91

Vigência prorrogada até 31/12/2015.

AVISO TP 24/2014/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 24/2014/PMU

Objeto: material e serviços para recapeamento e reconstrução de pavimentação asfáltica da Avenida Marcos Costa, área de 1.113,78m, no bairro da Figueira, Termo de Compromisso nº 800163/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES, PROCESSO Nº 2624.1013903-67/2013. Recebimento dos envelopes: até 10h30 do dia 09/12/2014, na Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 10h30 do dia 09/12/2014. Edital: estará a disposição dos interessados das 07h às 13h, segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, somente no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º12 ou poderá ser solicitado pelo e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 207/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Contrato: 207/2014

Data de assinatura: 18/11/2014

Processo de Licitação n.º 69/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ/CPF: 00.456.865/0001-67

Objeto: locação de sistemas para gestão pública, betha procuradoria.

Valor Global do Aditivo: R\$ 4.080,00

Vigência prorrogada até 31/12/2015.

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO ao Contrato nº 117/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: AUTO POSTO VARGEÃO LTDA

OBJETO: Repactuação de preços para o item gasolina, alterando o valor contratual do item para R\$ 3,11 (três reais e onze centavos) por litro; para o item óleo diesel S500, alterando o valor contratual do item para R\$ 2,49 (dois reais e quarenta e nove centavos) por litro e para o item óleo diesel S10, alterando o valor contratual do item para R\$ 2,67 (dois reais e sessenta e sete centavos) por litro. AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 117/2014.

Vargeão, SC, 17 de novembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

Abre inscrições e define normas para o concurso público destinado ao provimento de vagas de cargos efetivos do Quadro Único de Pessoal da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Vargeão, Santa Catarina e dá outras providências.

O Prefeito Municipal do MUNICÍPIO DE VARGEÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Concurso Público para provimento de vagas do quadro único de pessoal da administração direta do município de Vargeão, para cargos públicos contratados sob o regime estatutário conforme Lei Complementar Municipal nº 006/2003 e suas alterações e para emprego público do Programa Estratégia da Família, contratados sob o regime celetista, conforme Lei Municipal Complementar nº 021/2008 e que se regerá pelas normas estabelecidas neste edital e demais legislação vigente.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso Público será realizado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, município de Taió, Estado de Santa Catarina, tel./fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico www.iobv.org.br, e-mail concursos@iobv.com.br, sob a supervisão da Comissão Municipal de Concurso Público, nomeada pelo Decreto nº 060/2014.

1.2 A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	Data Provável
Inscrições exclusivamente pela internet (online) no período de:	10/11/14 a 09/12/14
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	10/12/14
Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por Sedex/AR do requerimento.	09/12/14

Listagem dos inscritos: divulgação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os candidatos e decisão vaga deficiente e condição especial	15/12/2014
Recursos contra indeferimento das inscrições e decisão vaga deficiente e condição especial	16 e 17/12/14
Locais das Provas divulgação dos locais de provas	19/12/14
Homologação das inscrições	19/12/14
PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS e PROVAS PRÁTICAS	11/01/15
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	12/01/15
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita.	13 e 14/01/15
Gabarito Definitivo da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	19/01/15
Classificação Preliminar.	21/01/15
Recursos contra a classificação preliminar	22 e 23/01/15
Classificação Final	27/01/15
Homologação do resultado final	Após 27/01/15

1.3. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.4. Os candidatos que enviarem a documentação via postal, por SEDEX AR, devem providenciar sua expedição com a devida antecedência para que o IOBV receba dentro do prazo estipulado no cronograma. Passada essa data a documentação não mais será processada. Devendo ser enviadas para o seguinte endereço:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Ref.: Concurso Público Vargeão Edital 001/2014

Avenida Luiz Bertoli, 233 - Centro

CEP 89.190-000 - Taió - SC

1.5. O Edital do Concurso Público, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Concurso Público, serão publicados no sítio do Concurso Público na Internet: www.iobv.org.br.

1.6. O Edital do concurso público também será publicado no site da Prefeitura de Vargeão na Internet: <http://www.vargeao.sc.gov.br/> e no órgão oficial de imprensa (www.diariomunicipal.sc.gov.br), bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal e sede da Câmara de Vereadores; e ainda, publicado, na forma de extrato, em jornal de circulação local e estadual e Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

1.7. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá os dispositivos da RE/598.099//STF, de acordo com a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

1.8. O prazo de validade do concurso é de 2 (dois) anos, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do concurso, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal de Vargeão - SC.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente concurso:

a) A nacionalidade brasileira;

- b) O gozo dos direitos políticos;
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) O nível de escolaridade exigido;
- e) A idade mínima de dezoito anos;
- f) Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com prévia inspeção médica oficial realizada na forma do art. 269 da Lei Complementar nº 020/08;
- g) Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- h) Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- i) Ter sido aprovado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital;
- j) Comprovar a formação exigida para o cargo e o registro profissional quando exigido.
- k) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

3. DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

3.1 A relação dos cargos com as exigências mínimas de formação, vencimento, carga horária, número de vagas, atribuições dos cargos e outras informações constam nos anexos I e II deste edital.

3.2. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e legislação em vigor, deverão ser comprovados quando da convocação do candidato para admissão.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

4.2. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente concurso público.

4.3. A participação no presente Concurso Público iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

4.4. A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico www.iobv.org.br, no período estabelecido no cronograma de atividades capítulo I deste edital.

4.5. Para efetivar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- a) Acessar o endereço eletrônico www.iobv.org.br, em "concursos abertos" selecionar o município de Vargeão Edital 001/2014;
- b) Baixar e Ler atentamente o edital completo, verificando se atende a todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital;
- c) Preencher o Requerimento de Inscrição;
- d) Conferir atentamente os dados informados e enviá-lo pela Internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;
- e) Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição preferencialmente nas agências do Banco do Brasil, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.
- f) Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

4.5.1 Para os candidatos que não possuem internet, haverá uma central na Prefeitura Municipal de Vargeão, localizada junto à Biblioteca Pública Municipal, anexa ao Centro Educacional Meteoro, sito à Rua 7 de Setembro, 477, Centro, Vargeão, SC, com atendimento das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.

4.6 O valor da taxa de inscrição é de:

- a) Para cargos com exigência de curso superior: R\$ 100,00 (cem

reais);

- b) Para cargos com exigência de curso de ensino médio: R\$ 70,00 (setenta reais);

- c) Para cargos com exigência de ensino fundamental: R\$ 50,00 (cinquenta reais);

4.7. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser realizado mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico www.iobv.org.br, impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo.

4.7.1 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.8. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

4.9. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.10. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.11 A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

4.12 Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do concurso, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

4.13 Demais disposições referente às inscrições

4.13.1 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, via e-mail, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

4.13.2 As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

4.13.3 A Comissão Municipal de Concurso Público e o IOBV, a qualquer tempo, poderão anular a inscrição, as provas e admissão do candidato, se verificada falsidade em qualquer declaração ou documento exigido neste edital.

4.13.4 As mudanças de endereço e/ou dados cadastrais deverão ser alteradas, na área restrita do candidato, até a data de realização da prova.

4.13.5. O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição via Internet não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação e outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão dos documentos relacionados.

4.13.6. O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é do Banco do Brasil, cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 001.

4.13.7. Para evitar transtornos ao candidato aconselha-se que faça sua inscrição antecipadamente.

4.13.8 O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição, verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente devidamente paga.

4.13.9 O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Concurso Público.

4.13.10 A inscrição implica no conhecimento e aceitação das regras e condições estabelecidas neste edital, seus termos aditivos, convocações bem como avisos publicados no endereço eletrônico

do concurso, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos, a acerca dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento, sendo sua responsabilidade manter-se informado, acompanhando as divulgações no site oficial www.iobv.org.br.

4.13.11 Será cancelada a inscrição do candidato que:

- a) Efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem a provisão de fundos, agendamentos não compensados ou com qualquer outra irregularidade;
- b) Prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer as condições estabelecidas neste Edital.

4.13.12. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

4.13.13 Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente concurso público.

4.13.14 As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.org.br e <http://www.vargeao.sc.gov.br>.

4.14. Das condições especiais para realizar a prova

4.14.1 Os candidatos, inscritos que necessitarem de atendimento especial para realização da prova (local de fácil acessibilidade, uso de aparelhos de audição ledor, prova com fonte ampliada e etc.), deverão assinalar esta opção no Requerimento de Inscrição e indicar o atendimento especial que desejar, devendo enviar tal solicitação através do anexo IV deste edital, via sedex AR para o endereço do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233 - Centro - 89.190-000 - Taió - SC.

4.14.2 A candidata que necessitar amamentar deverá, além de requerer atendimento especial para realizar a prova, nos termos do item 4.14.1, deverá comparecer ao local do exame com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior de 18 anos que ficará responsável pela guarda da criança.

4.14.3. O menor e o responsável ficarão em sala especial e nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza ao local, sendo que o tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

4.14.4 O IOBV publicará, no endereço do concurso www.iobv.org.br, conforme cronograma, despacho das solicitações de atendimento especial deferidas e indeferidas.

4.15. Da isenção da taxa de inscrição

4.15.1. Por falta de previsão legal municipal não haverá nenhuma forma de isenção de taxa de inscrição.

5. DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

5.1 Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem neste concurso público, desde que sua deficiência seja compatível com as atribuições a que pretende concorrer, sendo-lhes reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas, conforme Lei Complementar Municipal nº 006/2003, os quais integrarão lista de chamada especial.

5.2 Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e as alterações constantes do artigo 7 do Decreto Federal 5.296/04.

5.3. O resultado final do Concurso será publicado em duas listas: lista geral e lista especial. A primeira trará a relação de todos os candidatos aprovados e classificados, inclusive das pessoas com deficiência.

5.3.1 Os cargos contemplados com vagas para deficientes, consta divulgado no anexo I deste edital;

5.3.1.1 Para os demais cargos não contemplados com vaga para

deficientes, em função do número de vagas, não há previsão de imediato oferecimento de vaga às pessoas com deficiência. Nesses cargos, o primeiro candidato classificado no Concurso na lista especial dos candidatos inscritos para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga aberta. O segundo classificado no Concurso na listagem especial ocupará a 40ª (quadragésima) vaga aberta e assim sucessivamente, obedecida a ordem de classificação na listagem especial e o prazo de validade do concurso.

5.4. O candidato com deficiência concorrerá a todas as vagas oferecidas no cargo escolhido, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.

5.5 O candidato que se declarar pessoa com deficiência, participará do presente concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos quanto ao conteúdo das provas; à avaliação e aos critérios de aprovação; ao horário e ao local de aplicação das provas; e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

5.6 Para concorrer às vagas reservadas o candidato deve realizar sua inscrição pela Internet e nela declarar-se portador de deficiência em seguida providenciar e enviar a seguinte documentação:

a) Encaminhar laudo médico original, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), bem como à provável causa da deficiência.

b) Encaminhar requerimento conforme anexo IV deste edital, devidamente preenchido e assinado, no qual poderá ser informada a condição especial que necessita para a realização da prova.

c) Cópia do comprovante de inscrição.

5.6.1 A documentação de que tratam as alíneas, deverá ser encaminhada via correios Sedex/AR, ou protocolada pessoalmente na sede do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233, Centro - 89190-00 - Taió - SC.

5.6.2 O fornecimento do laudo médico é de responsabilidade exclusiva do candidato e os documentos entregues não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias.

5.6.3 O atendimento às condições especiais solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

5.7 Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de deficiência que deixarem de atender, no prazo e condições determinados pelo Edital, em especial as relacionadas aos documentos comprobatórios de sua deficiência, terão sua inscrição como portador de deficiência invalidada e passarão a ser considerados como não portadores de deficiência.

5.8. Tendo sido aprovado no Concurso Público, os portadores de deficiência serão submetidos à Equipe Multiprofissional, designada com o objetivo de avaliar a compatibilidade entre as atribuições essenciais do cargo com a necessidade especial de que o candidato é portador, emitindo relatório que servirá de base para o laudo expedido pela Perícia Médica Oficial do município.

5.9 Tendo sido aprovados no Concurso Público os portadores de deficiência serão submetidos a Perícia Médica Oficial para comprovação da deficiência informada pelo candidato no ato de seu exame admissional e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

5.10 Será eliminado da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas aos portadores de deficiência, o candidato cuja deficiência assinalada no ato da inscrição não seja constatada ou não seja compatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.

5.11. O candidato que requerer vaga especial não está isento do pagamento da taxa de inscrição.

5.12. O candidato com deficiência participará deste concurso em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão divulgadas preliminarmente no site deste concurso www.iobv.org.br, conforme cronograma deste edital.

6.2. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

6.2.1 Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

6.3. Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.

7. DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

7.1 O concurso público a que se refere o presente edital, se desenvolverá, em uma, duas ou três etapas de caráter eliminatório e/ou classificatório, conforme o cargo e conforme descrito no "tipo de prova" do anexo I deste edital, a saber:

a) Prova escrita para todos os cargos, que constará do exame de habilidades e de conhecimentos aferidos através de questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, com duração de até três horas.

b) Prova prática, de caráter classificatório, para o cargo de Operador de Máquinas.

7.2 As provas serão realizadas no município de Vargeão - SC, não sendo permitida a realização das provas em outro local, a não ser o determinado no Edital de Convocação.

7.3. DOS HORÁRIOS E LOCAIS DAS PROVAS

7.3.1 Os locais de realização das provas serão divulgados no site www.iobv.org.br e no site www.vargeao.sc.gov.br na data prevista no cronograma, em edital próprio de convocação.

7.3.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos:

Tipo de Cargo	Evento	Horário
Todos os cargos (Matutino)	Abertura dos portões e acesso dos candidatos aos locais de prova.	8h15
	Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50
	Abertura dos invólucros e distribuição das provas e na sequência início das provas OBS.: O tempo gasto para abertura e distribuição das provas será acrescido ao tempo final da prova caso seja necessário.	9 h
	Tempo mínimo de permanência em sala de prova	10 h
	Final Devolução obrigatória do caderno de questões e cartão-resposta	12h

7.3.3 A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br, considerando que os portões dos locais fecharão 10 (dez minutos) antes do horário marcado para início da prova.

7.3.4 O IOBV e o Município de Vargeão eximem-se das despesas com viagens e estadia dos candidatos para prestar as provas do concurso público em qualquer uma das etapas.

8. DA PROVA ESCRITA

8.1 A prova escrita será constituída de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas das quais uma única será correta e com duração de até 3 (três) horas.

8.2. As áreas de conhecimento para cada cargo, abrangidas pela prova, o número e valor das questões de cada uma delas, seguem descritas por escolaridade:

8.2.1. Escolaridade: Fundamental Completo

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
TODOS	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,25	2,50
		Matemática	5		
	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	15	0,50	7,50
		Total	25		

8.2.2. Escolaridade: Ensino Médio completo

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
TODOS	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,20	4,00
		Matemática	5		
		Conhecimentos Gerais	5		
		Informática Básica	5		
		Legislação	5		
	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	15	0,30	6,00
		Total	40		

8.2.3. Escolaridade: Ensino Superior Completo

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
TODOS	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,20	3,00
		Conhecimentos Gerais	5		
		Informática Básica	5		
	Conhecimentos Específicos	Legislação	5	0,28	7,00
		Conhecimentos técnicos profissionais	20		
		Total	40		

8.3. Os programas das provas (conteúdos programáticos) constam do anexo III deste edital.

8.4. A nota da prova escrita (NPE) se dará numa escala de 0,00 a 10,00, e será calculada pela seguinte fórmula, de acordo com a

escolaridade exigida para o cargo:

a) Cargos com exigência de nível fundamental completo: $NPE = (NACG \times 0,25) + (NACE \times 0,50)$

b) Cargos com exigência de nível médio: $NPE = (NACG \times 0,20) + (NACE \times 0,30)$

c) Cargos com exigência de nível superior: $NPE = (NACG \times 0,20) + (NACE \times 0,28)$

Sendo:

NPE= Nota da Prova Escrita

NACG = Número de acertos das questões de conhecimentos gerais;

NACE = Número de acertos das questões de conhecimentos específicos.

8.5. À Prova escrita será atribuído o seguinte resultado:

a) APROVADO: o candidato que alcançou nota final da prova escrita igual ou maior a 5,00 (cinco); sendo convocado para a próxima fase, se assim o cargo exigir;

b) REPROVADO: o candidato que obteve nota menor que 5,00 (cinco) sendo eliminado do certame;

c) AUSENTE: o candidato que não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação.

d) ELIMINADO: o candidato ausente e que deixar de cumprir as normas editalícias especialmente às de regras de aplicação da prova e seu correto preenchimento.

8.6 NORMAS PARA A APLICAÇÃO DA PROVA ESCRITA COM QUESTÕES OBJETIVAS

8.6.1 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos no edital de convocação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões, munido de documento de identidade original, não sendo permitido o acesso ao local da prova do candidato que chegar atrasado.

8.6.1.1 Os portões de acesso ao local da prova escrita objetiva fecham 10 (dez) minutos antes do horário definido para início da prova.

8.6.1.2. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o fechamento do portão seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que chegar com atraso a qualquer uma das provas, eliminado do concurso público. (não haverá nenhuma tolerância de tempo).

8.6.2. Não será permitido o acesso ao local de prova do candidato que:

a) Chegar após o horário determinado para o fechamento dos portões de entrada;

b) Não apresentar documento de identificação oficial válido, original e com foto;

c) Não dispor de caneta esferográfica de material transparente com tinta nas cores azul ou preta.

8.6.3. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

8.6.4. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

8.6.5. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

8.6.6. A identificação especial ou coleta de digitais poderá ser exigida, cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

8.6.7. Recomenda-se, para a rápida solução de qualquer pendência, que o candidato tenha consigo o comprovante de pagamento

da taxa e comprovante de inscrição.

8.6.8. A não apresentação de documento de identidade, nos termos deste edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova e, em consequência, a sua eliminação do certame.

8.6.9. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Concurso Público poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), fotografia ou gravação de imagem e a revista pessoal e de seus pertences inclusive por meio eletrônico. A recusa de tal procedimento acarretará a sua eliminação do Concurso.

8.6.10. Em vista de eventual varredura eletrônica a que possa ser submetido, o candidato que faça uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverá comunicar esta particularidade até o último dia de inscrições e entregar, até esta mesma data, ao IOBV, laudo médico que comprove as informações prestadas.

8.6.11 O candidato receberá para realizar a prova escrita, um caderno de questões e um cartão resposta, comprometendo-se a ler e conferir todos os dados, informações e instruções neles constantes, bem como conferir se o cartão resposta corresponde ao seu nome, número de inscrição e o cargo, e se o caderno de questões corresponde ao seu cargo e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e a resolução da prova.

8.6.12 Na hipótese de serem verificadas falhas de impressão no caderno de questões, o coordenador do local de prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

a) substituir os Cadernos de questões defeituosos;

b) proceder, em não havendo número suficiente de cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um caderno de questões completo.

c) estabelecer prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

8.6.13 As respostas das questões da prova escrita deverão ser transcritas para o cartão resposta, de acordo com as instruções nele contidas, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

8.6.14. Ao terminar a prova o candidato entregará ao fiscal, juntamente com o cartão-resposta assinado, o Caderno de questões.

8.6.15 Não serão consideradas quaisquer anotações no caderno de questões, sendo o cartão resposta o único documento válido para a correção.

8.6.16 O cartão resposta não será substituído por erro ou rasura do candidato.

8.6.17 Será atribuída nota 0 (zero) à questão da prova escrita:

a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;

b) Contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);

c) Contenha mais de uma opção de resposta assinalada;

d) Não estiver assinalada no cartão resposta;

e) Seja preenchida fora das especificações contidas no cartão resposta ou nas instruções da prova.

f) Cujo cartão resposta não esteja assinado pelo candidato.

8.6.18. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

8.6.18.1 Além da assinatura do candidato, a escolha da alternativa de cada questão, deve ser preenchido o quadrinho correspondente na sua totalidade, não sendo admitidos "x", bolinhas, ou outra marcação que não seja igual ao exemplo:

8.6.19 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do concurso público poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do concurso.

8.6.20 O candidato só poderá ter em seu poder no local de prova escrita objetiva o seguinte material: caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, documento de identidade original e, se assim desejar, comprovante de

pagamento da taxa de inscrição, copo ou garrafa de água fabricada de material transparente, sem rótulos ou etiquetas, alimentos (barra de cereal, chocolate, fruta, desde que desembalados e acondicionados em saco plástico transparente.)

8.6.21 Para responder as questões da prova o candidato somente poderá utilizar caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, que não será distribuída aos candidatos, cabendo a eles sua aquisição.

8.6.22 Não é permitido durante a prova escrita objetiva:

- a) O uso de relógio, calculadoras, telefones celulares ou qualquer outro equipamento eletroeletrônico, bem como bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura.
- b) A comunicação entre os candidatos, bem como consulta a qualquer obra, anotação, instrumento ou equipamento.
- c) Ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal.
- d) A entrada de candidato armado, sob qualquer alegação.
- e) Comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.6.23 Os candidatos que trouxerem para o local de prova quaisquer materiais, objetos e ou equipamentos não permitidos, deverão entregá-los antes do início da prova, ao fiscal de sala. A simples posse, mesmo que desligado ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do concurso público.

8.6.24 Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 60 (sessenta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do concurso público.

8.6.25 Os três (3) últimos candidatos que permaneceram na sala só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo e assinarão a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

8.6.26 O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico www.iobv.org.br no dia seguinte ao da realização da prova, juntamente com as provas que estarão disponíveis na área restrita do candidato.

8.6.27 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para nenhuma das provas, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

8.6.28 Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento do concurso público.

8.6.29 O IOBV e o Município de Vargeão não assumem responsabilidade por acidentes pessoais, perda, extravio, roubo, furto ou avaria de equipamentos e veículos trazidos pelo candidato ao local de prova.

8.6.30 Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

8.6.31 Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

8.6.31.1 Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

8.6.32 Motivará a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outra relativas ao concurso, aos comunicados, às instruções o candidato

ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.6.33 No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

8.6.33.1 A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

8.6.33.2. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

8.6.34. Será excluído do Concurso Público o candidato que:

- a) se apresentar após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
- b) não comparecer às provas, qualquer que seja o motivo alegado;
- c) não apresentar documento que bem o identifique, ou não submeter-se à coleta de impressão digital;
- d) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal;
- e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o fornecido pelo IOBV no dia da prova;
- f) se ausentar da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
- g) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- h) se utilizar de meios ilícitos para a execução das provas;
- i) não devolver integralmente o material recebido;
- j) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos.
- k) estiver portando ou fazendo uso, após o início da prova, em qualquer local do edifício onde a prova estiver sendo realizada, de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, mp3 players, fones de ouvido, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador ou outros equipamentos similares), bem como relógios digitais ou analógicos;
- l) tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.

9. DA PROVA PRÁTICA

9.1 Haverá prova prática para o cargo de Operador de Máquinas, com o objetivo de avaliar a aptidão do candidato para o exercício das atividades inerentes à função.

9.1.1 A prova prática será realizada na mesma data da prova escrita objetiva, no período vespertino.

9.1.2 Caso na homologação das inscrições, verifique-se um número elevado de inscritos que impossibilite a realização na mesma data, esta poderá ser antecipada para sábado ou adiada para outra data a ser definida e comunicada.

9.2. Para realizarem a Prova Prática, todos os candidatos convocados deverão se apresentar para identificação, chamada e receber instruções, no local e no horário anunciado no dia da prova, vestidos com trajes e calçados de acordo com as normas do Código de Trânsito Brasileiro, portando a Carteira Nacional de Habilitação exigida para a condução do veículo/equipamento para cujo cargo se candidataram, não se aceitando cópias, mesmo que autenticadas ou qualquer tipo de protocolo.

9.2.1 Para realizar a prova prática os candidatos ao cargo de Operador de Máquinas, deverão apresentar carteira de habilitação categoria mínima "C", a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova.

9.2.2 O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

9.2.3 Não serão aceitos certificados de autoescola, comprovantes de encaminhamento, boletim de extravio ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

9.3. Os candidatos ao serem chamados assinarão a lista de presença e em hipótese alguma haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

9.3.1 O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência ou atraso.

9.3.2. O não comparecimento ao local e horário de apresentação, por qualquer que seja o motivo, impedirá o acesso do candidato à prova prática e caracterizará desistência, resultando na eliminação do Concurso.

9.3.3. Não será aplicada prova fora do dia, horário e local diferente daquele informado na data da prova.

9.4. Os equipamentos, veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser utilizados na prova prática serão fornecidos pelo Município de Vargão, no estado em que se encontrarem.

9.5. O candidato que oferecer risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, provocando acidentes e prejuízos físicos e materiais será responsabilizado pelo ato e será automaticamente eliminado do certame. O candidato ao assinar a lista de presença fica ciente de sua responsabilidade.

9.6. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou repetir a prova e nem lhe conferem o direito de realizar a prova em outra oportunidade.

9.7. Após a identificação dos candidatos, estes receberão as instruções quanto às provas práticas e o local de realização e permanecerão à espera do fiscal que vai lhes acompanhar até o local de realização da prova.

9.8. Será considerado desistente e eliminado do certame o candidato que não comparecer, chegar atrasado ou que se ausentar do recinto sem autorização da comissão do concurso antes de realizar seu teste.

9.9. Durante a realização da prova prática é proibido utilizar telefones celulares e ou qualquer outro equipamento de comunicação, usar equipamento de som de qualquer natureza, fumar ou ingerir qualquer medicamento, alimento ou bebida, exceto água acondicionada em garrafa de material plástico transparente e sem rótulo.

9.10. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local sem comunicar-se com os demais candidatos.

9.11. A prova poderá ser filmada e gravada e o candidato ao assinar o termo de realização da prova prática concordará e atestará terem sido cumpridas todas as normas editalícias, declarando estar ciente de que é responsável por qualquer dano ao equipamento, avaliadores ou transeuntes.

9.12. No desenvolvimento da Prova Prática, cada candidato será avaliado, através de itens constantes em uma planilha de avaliação elaborada para esta finalidade.

9.13. Por razões de ordem técnica ou meteorológica a prova poderá ser adequada ou transferida a data, local e horário da realização da Prova prática. Os candidatos serão avisados por comunicado no sítio do concurso e ou por aviso fixado no mural e ou porta de entrada principal do local anteriormente marcado para a sua realização, quando o evento determinante da alteração for de natureza imprevisível.

9.14. DA AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA PARA OPERADOR DE MÁQUINAS

9.14.1. A prova prática constituir-se-á na execução de tarefas inerentes ao cargo, a serem realizadas individualmente pelo candidato, tarefas estas previamente elaboradas pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de até 20 (vinte) minutos

para a execução da prova.

9.14.2. A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado, avaliando sua habilidade ao operar o equipamento, seu aproveitamento, técnica e produtividade.

9.14.3 Os candidatos realizarão a prova em uma máquina do tipo "retroescavadeira", não sendo permitido escolher o tipo de equipamento.

9.14.4. A ordem de prestação da prova prática será determinada pela Comissão Organizadora, de acordo com as necessidades técnicas que se apresentarem.

9.14.5. A obtenção da nota mínima para que o candidato seja classificado, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer da execução da tarefa proposta serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta	Pontos a serem descontados
Faltas Graves	1,00
Faltas Médias	0,50
Faltas Leves	0,25

b) A categoria de faltas previstas no item anterior, constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

Faltas Graves: Aproveitamento do Equipamento, Produtividade, técnica, aptidão e eficiência

- NÃO Liberou equipamentos de segurança dos comandos
- NÃO utilizou da melhor forma possível a máquina para o serviço com eficácia e qualidade.
- NÃO utilizou corretamente a máquina, para não danificar o equipamento durante a tarefa.
- NÃO concluiu por completo a tarefa proposta.
- NÃO estacionou a máquina em baixando acessórios ao solo e/ou não engatou o freio para parar a máquina, ao estacionar após o término da tarefa.

Faltas Médias: Habilidades do Operador

- NÃO Executou com eficiência o início da operação, partida e arrancada.
- NÃO executou com eficiência movimentos de marcha à frente e à ré.
- NÃO respeitou a velocidade durante a avaliação, promovendo manobra não autorizada, como demonstração desnecessária de habilidade.
- NÃO Controlou o veículo provocando nele movimento irregular.
- NÃO respeitou a capacidade operacional e técnica da máquina.
- NÃO desligou a máquina ao estacionar após término da tarefa.
- NÃO apresentou calma e serenidade nas operações.

Faltas Leves: Verificação do Equipamento

- NÃO usou roupas e caçados adequados
- NÃO usou equipamento de proteção auricular ou não usou cinto de segurança
- NÃO subiu corretamente no equipamento usando três pontos de apoio
- NÃO fez os ajustes necessários antes da movimentação da máquina como, bancos e espelhos retrovisores.
- NÃO esperou a leitura e/ou não conferiu os instrumentos do painel como medidores de pressão, luzes indicadoras, horímetro.
- NÃO conferiu os instrumentos de painel como, nível de combustíveis e nível de óleo."

9.14.6 No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

9.14.7 Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será

considerado desclassificado e eliminado do Concurso.

9.14.8. A Prova Prática terá caráter classificatório sendo a nota da prova prática somada à nota da prova escrita, conforme a seguinte fórmula: $NF = NPE \times 4 + NPP \times 6 / 10$

10. DOS RECURSOS

10.1 Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, preterição de formalidade essencial prevista no presente edital, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Concurso Público.

10.1.1 Os recursos poderão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da publicação do ato que gerou a reclamação, somente através da área restrita do candidato no site www.iobv.org.br.

10.2 Para interposição dos recursos os candidatos deverão apresentar seu pedido de revisão obedecendo os seguintes passos:

a) Acessar a área do candidato no site www.iobv.org.br, e realizar login identificando-se.

b) Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o concurso Edital 001/2014 de Vargeão;

c) Na coluna "opções" (à direita) deslize o mouse sobre os ícones (botão) e clique naquele que exibir «Solicitar Recurso».

d) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.

e) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).

f) Para cada questão deverá ser enviado um recurso.

g) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.

h) Clicar em "enviar"

10.3 Não serão aceitos recursos ou anexos de recursos não enviados pela área do candidato ou enviados para outro endereço de e-mail.

10.4. É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que o Instituto O Barriga Verde confirmará o seu recebimento através de mensagem automática do sistema, sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do www.iobv.org.br, após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

10.4.1. O Instituto O Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

10.5 Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

10.6. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

10.7. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

10.8. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

10.9. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

10.10. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.iobv.org.br.

10.10.1. Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

10.11. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota,

pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

10.12. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

11. DO CÁLCULO DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO

11.1 A nota final dos candidatos (NF) será calculada com o emprego das fórmulas abaixo:

a) Nota Final para os cargos de operador de equipamento com prova escrita e prova prática:

$$NF = (NPE \times 4) + (NPP \times 6) / 10$$

b) Nota final para todos os demais cargos: $NF = NPE$

Sendo:

NPE= Nota da prova escrita.

NPT= Nota da prova de títulos.

NPP= Nota da prova prática.

NF = Nota Final

11.2 Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota final igual ou superior a 5,00 (cinco).

11.3 A classificação será determinada pela nota final que será expressa em duas casas decimais sem arredondamento.

11.4 Ocorrendo empate na nota final, aplicar-se-á, para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 12.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

11.5 Para o efeito do item 12.4 será considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrições para o presente concurso.

11.6 Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

a) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos específicos;

b) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos gerais;

c) Maior nota na prova prática no caso dos cargos de operador de equipamentos.

d) Maior Idade.

e) Sorteio público.

12 DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

12.1 A homologação do resultado final deste concurso, se dará através de decreto do executivo devidamente publicada nos meios legais e no endereço eletrônico do concurso e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

12.2 Os atos e resultados serão divulgados no site www.iobv.org.br.

13. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

13.1. A aprovação e classificação neste Concurso Público não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de Vargeão, sendo a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do concurso ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital, atendendo os dispositivos da RE/598.099/STF.

13.2. A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido em lei municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Vargeão.

13.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de Vargeão.

13.3.1. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

13.4. Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site www.iobv.org.br, após homologação deverá informar o município junto ao Setor de Recursos Humanos.

13.5 O candidato após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

13.6. O candidato aprovado no concurso, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

13.7. O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Vargem, até a data, estabelecida conforme item 13.5, será excluído deste Concurso Público.

13.8. É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do concurso, estas deverão ser comunicadas diretamente Setor de Recursos Humanos de VARGEM.

13.8.1. A inobservância do subitem 13.5, implicará na desclassificação do Concurso Público.

13.9 Por ocasião da posse serão exigidos, dos candidatos aprovados e nomeados, os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação e descritos no edital de convocação.

13.10 O não cumprimento dos quesitos necessários impede a posse do candidato.

14 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

14.1 Delega-se competência ao IOBV - Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste concurso, para:

- Receber os requerimentos de inscrições;
- Emitir os documentos de homologação das inscrições;
- Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas e práticas;
- Analisar e pontuar os títulos;
- Apreciar os recursos previstos neste edital;
- Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- Prestar informações sobre o concurso dentro de sua competência;
- Atuar em conformidade com as disposições deste edital.

i) Responder, em conjunto com o município de VARGEM eventuais questionamento de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

14.2 A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Concurso Público, devidamente nomeada através do Decreto nº 060/2014.

14.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de VARGEM.

15 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.

15.2. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas a número de inscritos por cargo e ao resultado do Concurso Público.

15.3. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Vargem, até que expire a validade do

Concurso, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

15.4. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Concurso, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

15.5. Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

15.6. O Município de VARGEM e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.iobv.org.br.

15.7. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.

15.8 As despesas relativas à participação do candidato no Concurso e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

15.9 No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Concurso, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento - AR (correios), será considerada a data de postagem.

15.10 É vedada a inscrição neste Concurso Público de quaisquer membros da Comissão de Concurso Público, tanto da Prefeitura do Município de VARGEM como do IOBV, bem como de seus parentes até 2º grau.

15.11 Na ocorrência de inscrição de parente, o membro da comissão deverá afastar-se e ser substituído por outro a ser designado através de portaria.

15.12 Os cadernos de provas escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

15.13 A Comissão do Concurso Público da Prefeitura do Município de VARGEM e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

15.14 Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecorrível, pela Comissão do Concurso Público da Prefeitura do município de VARGEM e do IOBV.

15.15 Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público previsto neste Edital o Foro da Comarca de Ponte Serrada/SC.

15.16 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos: Anexo I - Cargos e Vagas; Anexo II - Atribuições dos Cargos; Anexo III - Conteúdo Programático; Anexo IV- Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo V- Formulário de Recurso.

VARGEM, 05 de novembro de 2014

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ANEXO I

DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA*	Valor da Taxa de inscrição
1. Auxiliar Administrativo	01	40 h/s	R\$ 1.206,29	Portador de Certificado de Conclusão de curso nível médio ou equivalente, com experiência na área de atuação.	Escrita/objetiva	R\$ 70,00
2. Auxiliar de Serviços Gerais	01	40 h/s	R\$ 984,08	Portador de Certificado de conclusão de ensino fundamental ou equivalente e comprovada experiência de atuação na área.	Escrita/objetiva	R\$ 50,00
3. Médico ESF (emprego público – CLT)	01	40 h/s	R\$ 13.095,39	Portador de Diploma de Médico com registro no Conselho Regional de Medicina.	Escrita/objetiva	R\$ 150,00
4. Operador de Máquinas	01	40 h/s	R\$ 1.534,32	Portador de Certificado de conclusão de ensino fundamental ou equivalente e habilitação necessária para a condução do equipamento ou comprovada experiência de atuação na área.	Escrita/objetiva e Prática	R\$ 50,00
5. Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais	10	20 h/s	R\$ 1.137,51	Licenciatura em Pedagogia	Escrita/objetiva	R\$ 100,00
6. Psicólogo	01	40 h/s	R\$ 2.857,00	Portador de Diploma de Grau Superior, com registro no respectivo Conselho.	Escrita/objetiva	R\$ 100,00

ANEXO II ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

AUXILIAR ADMINISTRATIVO:

Exercer tarefas administrativas, de redação oficial, de digitação, controles cadastrais, arquivamento de documentos, executar serviços administrativos auxiliares elementares e operacionais, junto aos diversos setores da Administração.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

Serviços de limpeza e manutenção de prédios públicos, de mobiliário em geral de logradouros e rodovias e de limpeza e manutenção de veículos e máquinas.

MÉDICO ESF:

São atribuições comuns a todos os profissionais: participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local; realizar o cuidado em saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário; realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local; garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde; realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local; realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo; responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde; participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis; promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social; identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da SMS; garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica; participar das atividades de educação permanente; e realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais.

Atribuições específicas: realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade

adulta e terceira idade; realizar consultas clínicas e procedimentos na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc); realizar atividades de demanda espontânea e programada em clínica médica, pediatria, ginecoobstetrícia, cirurgias ambulatoriais, pequenas urgências clínico-cirúrgicas e procedimentos para fins de diagnósticos; encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contra-referência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência; indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ACD e THD; e participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

OPERADOR DE MÁQUINAS:

Operar as respectivas máquinas nos serviços de infraestrutura rodoviária, agrícola, e urbana; promover a manutenção e recuperação preventiva das máquinas e de seus componentes.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS:

Participar da elaboração do projeto político-pedagógico da escola, de seus cursos, programas e atividades; elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo o projeto político-pedagógico da escola; zelar pela aprendizagem dos educandos; cumprir os dias letivos, ministrar as aulas programadas e participar integralmente de todos os períodos destinados ao planejamento, à avaliação, ao desenvolvimento profissional e demais atividades previstas no calendário escolar; estabelecer, com o apoio dos demais agentes da escola, estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento escolar; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.

PSICÓLOGO:

Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, participando da execução das políticas e dos programas, planos, serviços e ações de saúde e de assistência social; participar da formulação das políticas de saúde e de assistência social no Município; orientação e acompanhamento psicológicos dos servidores públicos municipais e de estudantes da rede municipal de ensino.

ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ATENÇÃO:

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo.

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Leitura e Interpretação de Textos; Semântica; Verbos. Morfologia. Processos de formação de palavras. Mecanismos de flexão dos nomes e verbos. Classes de Palavras. Substantivos, adjetivos, conjunções, pronomes, preposições, verbos. Ortografia. Pontuação. Acentuação Gráfica.

Bibliografia Sugerida:

CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010.

FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995.

Livros didáticos da Língua Portuguesa de 1ª a 4ª série do ensino fundamental.

Outras Gramáticas Normativas.

MATEMÁTICA

Bibliografia Sugerida:

Livros didáticos de 1ª a 4ª série do ensino fundamental.

GIOVANNI, José Ruy; CASTRUCCI, Benedito; GIOVANNI JR., José Ruy. A conquista da Matemática: 5ª a 8ª série. SP, Ed. FTD, 2008.

CAVALCANTE, Luiz G; SOSSO, Juliana; VIEIRA, Fabio; POLI, Edneia. Para Saber Matemática: 5ª. A 8ª. Série. SP Ed. Saraiva, 2008

SOARES, Eduardo Sarquis. Matemática com o Sarquis. 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Ed. Saraiva.

SANCHES, Lucília Bechara, LIBERMAN, Marlúcia, WEY, Regina Lúcia Motta. Fazendo e compreendendo a Matemática. 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Ed. Saraiva.

SANTOS, Ieda Medeiros C.E, DARIN Áurea Joana S. Matemática. 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Ed. IBEP.

SOUZA, Maria Helena Soares de. Matemática - série Brasil. 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Ed. Ática.

CONHECIMENTOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

Auxiliar de Serviços Gerais

Materiais de limpeza e sua utilização. Destinação do lixo e reciclagem. Limpeza dos diferentes espaços. Conhecimentos teóricos e práticos relacionados a faxina, manipulação de alimentos, copa. Noções de alimentação, nutrição e grupos de alimentos; Recepção e armazenamento de materiais de limpeza. Controle de estoque e técnicas de armazenamento de alimentos. Manuseio e conservação de equipamentos e utensílios; Produtos de limpeza, produtos químicos de limpeza, símbolos e cuidados. Prevenção de Acidentes. Segurança no trabalho. Tipos de limpeza, varredura seca, úmida e molhada. Tipos de materiais (panos de limpeza, esponjas, Mops, rodos etc) e suas adequadas utilizações. Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e coletiva. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Bibliografia Sugerida: a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

Operador de Máquinas

Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997, atualização e Legislação Complementar. Resoluções do CONTRAN. Noções de Manutenção, Conservação e Limpeza das Máquinas e Equipamentos de Trabalho. Utilização dos equipamentos apropriados para cada serviço específico. Cuidados necessários na utilização do equipamento com segurança. Utilização de Equipamentos de Proteção Individual necessários para o desempenho da função. Princípios de manutenção de veículos e máquinas. Tipos de óleos lubrificantes. Sistema elétrico. Sistema de arrefecimento. Conhecimentos básicos de primeiros socorros. Noções básicas de mecânica. Noções básicas de direção defensiva.

Bibliografia Sugerida: a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CARGOS DE ENSINO MÉDIO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Morfologia, Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbos, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, Sintaxe, figuras de sintaxe, concordância, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos.

Bibliografia Sugerida

ANDRÉ, Hildebrando A de. Gramática ilustrada. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1990.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 26. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1985.

FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 26. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino médio e Outras Gramáticas Normativas.

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

MATEMÁTICA

Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, regras de três simples e composta, sistema de numeração decimal e romana; Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, juros simples e compostos, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa. Álgebra, trigonometria, geometria, geometria analítica, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística, Sequência, Progressão Aritmética e Progressão Geométrica.

Bibliografia Sugerida

GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto, GIOVANNI JR., J. Matemática Fundamental: 2º, Grau - volume único.. SP, Ed. FTD, 2008.

Outros Livros de Matemática do ensino médio

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

Bibliografia Sugerida

Almanaque Abril 2013.

Livros, Jornais, Revistas, Telejornais e outros materiais que abranjem o programa proposto e a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

INFORMÁTICA BÁSICA

Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares

maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.

Bibliografia Sugerida

Ajuda eletrônica integrada aos Programas básicos de informática. A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**LEGISLAÇÃO:**

Legislação: Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - Dos Direitos Sociais - Da Nacionalidade - Dos Direitos Políticos - Dos Municípios - Da Administração Pública - Dos Servidores Públicos, Lei Orgânica do Município e Estatuto do Servidor de Vargeão.

Bibliografia Sugerida:

Legislação federal pode ser encontrada em www.planalto.gov.br.

Legislação Municipal pode ser encontrada em <http://www2.leismunicipais.com.br/prefeitura/sc/Vargeão>

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

Auxiliar Administrativo

Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração. Controle Da Administração. Correspondência Oficial, Noções de Protocolo, técnicas de arquivo. Comportamento organizacional (motivação, liderança, comunicação, trabalho em equipe, relacionamento interpessoal, relações humanas). Ética Profissional; Qualidade no atendimento: Atendimento ao público interno e externo, pessoalmente ou através do telefone; recebimento, orientação e encaminhamento das pessoas ao setor específico. Comunicação; Elementos da comunicação, emissor e receptor; Fraseologia adequada para o recepção. Redação e Documentos oficiais: formas de tratamento, elaboração, organização e expedição de documentos oficiais como relatório, ofício, memorando, aviso, ata, atestado, declaração, despacho, portaria, requerimento, circular e etc.; Recepção e despacho de documentos; Uso e funcionamento de equipamentos de escritório. Informática básica. Correio eletrônico e uso da internet. Técnicas e serviços bancários. Serviços e rotinas de protocolo, expedição e arquivo; classificação de documentos e correspondências; correspondência oficial; processos administrativos: formação, autuação e tramitação; gestão de material e controle de estoques e almoxarifado; organização administrativa dos serviços do Órgão Municipal: finalidades dos órgãos; Formas de tratamento -Decretos -Organograma -Poderes Legislativo e Executivo Municipal; qualidade no atendimento ao público; a imagem da instituição, a imagem profissional, sigilo e postura; ética e cidadania; INFORMÁTICA BÁSICA.

Referências bibliográficas básicas:

- Brasil. Leis nº 8.666/93, nº 10.520/02, nº 12.527/2011, 4.320/64 e LC nº 101/2000 disponíveis em <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>

- Brasil. Manual de Redação da Presidência da República disponível em <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>

- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. 23ª, Editora Atlas, 2010.

- Manuais, livros e apostilas relacionados aos temas descritos no conteúdo.

- MEDEIROS, João Bosco. Correspondência - Técnicas de Comunicação Criativa. 16ª ed. Atlas, 2003.

- VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos. Campus.

- CARVALHO, João Antônio . Noções de Informática para Concursos - Teoria e exercícios. Campus.

Referência Informática básica: Ajuda eletrônica integrada aos Programas básicos de informática.

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - COMUM A TODOS OS

CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Morfologia, Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbos, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, Sintaxe, figuras de sintaxe, concordância, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos.

Bibliografia Sugerida

ANDRÉ, Hildebrando A de. Gramática ilustrada. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1990.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 26. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1985.

FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 26. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino médio e Outras Gramáticas Normativas.

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

Bibliografia Sugerida

Almanaque Abril 2013.

Livros, Jornais, Revistas, Telejornais e outros materiais que abrangem o programa proposto e a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

INFORMÁTICA BÁSICA

Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.

Bibliografia Sugerida

Ajuda eletrônica integrada aos Programas básicos de informática.

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PSICÓLOGO

Legislação: Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - Dos Direitos Sociais - Da Nacionalidade - Dos Direitos Políticos - Dos Municípios - Da Administração Pública - Dos Servidores Públicos, Lei Orgânica do Município e Estatuto do Servidor de Vargeão.

Bibliografia Sugerida:

Legislação federal pode ser encontrada em www.planalto.gov.br.

Legislação Municipal pode ser encontrada em <http://www2.leismunicipais.com.br/prefeitura/sc/Vargeão>

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

Psicologia Educacional. Desenvolvimento psicológico da criança; psicologia da aprendizagem. História da Psicologia. Bases

fisiológicas do Comportamento. Escolas de Psicologia. Psicologia Contemporânea. Métodos de Psicologia. Campos da Psicologia. Princípios da Psicologia. Limites e alcances da Psicologia da Saúde □ O trabalho da Psicologia na Saúde Pública; Saúde mental na atualidade; Código de Ética; Constituição Federal no que diz respeito à saúde. Teorias da educação; Psicologia do desenvolvimento; Histórico da Psicologia; Métodos da Psicologia; O Arco reflexo; A Inteligência; A Motivação e a Aprendizagem; O processo de aprendizagem segundo Piaget; A Personalidade; A sensação e a percepção; A Psicanálise; O Gestalt - Terapia; O Behaviorismo; Os testes psicológicos; Etiologia das Deficiências Mentais; Desordens da Personalidade; Deficiências Mentais; Orientação de Pais; Conhecimentos em Psicomotricidade; Psicoterapia de grupo; Desenvolvimento; Psicoterapia Breve; Orientação Familiar; História da Psicologia Brasileira - Da época colonial até 1934; Sobre o Behaviorismo; Psicomotricidade - Educação e Reeducação num Enfoque Psicopedagógico; Psicoterapia Breve - Abordagem Sistematizada de situações de crise; 32 tipos de Inteligência - Os caminhos da Árvore da Vida pelo inconsciente coletivo; Novas abordagens do Diagnóstico Psicológico da Deficiência Mental; Psicoterapia de Grupo; Gestalt - Terapia Explicada. Regulamentação da profissão e Código de Ética; e Legislação e normativas aplicadas à área. Legislação e Programas como "Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), sua criação, objetivos, portarias de regulamentação, modalidades. Administração pública. Poderes Administrativos. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

MÉDICO ESF

Legislação: SUS, ESF, SUAS, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Saúde e Estatuto do Idoso.

Conteúdo Específico comum a todos os cargos de médicos:

Política Nacional de Humanização;. Processo saúde - doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. . Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Administração pública. Poderes Administrativos. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

Bibliografia Sugerida

Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), www.saude.gov.br

Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, www.mds.gov.br

Legislação federal pode ser encontrada em www.planalto.gov.br

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

Exames de imagem; Cardiologia: Angina Pectoris, infarto agudo do miocárdio, hipertensão arterial sistêmica; Pneumologia: pneumonia, broncopneumonia, doença pulmonar obstrutiva crônica; Hematologia: anemias, leucoses e linfomas. Gastroenterologia: esofagite, gastrite, úlcera péptica, doenças inflamatórias intestinais, pancreatite, cirrose hepática; Doenças da tireóide; Urgências clínicas: ICC; edema agudo do pulmão, crise hipertensiva e pressão alta, asma brônquica, hemorragia digestiva alta, insuficiência hepática, IRA, cólica renal, embolia. Endocrinologia: diabetes melitus tipo 1 e 2, doenças da tireóide, distúrbios do eixo hipotálamo-hipófiseadrenal; Nefrologia: malformações e infecções do trato urinário, litíase urinária; Cardiologia: hipertensão arterial sistêmica, insuficiência cardíaca congestiva, endocardite infecciosa, taquiarritmias, bradiarritmias, doença arterial coronariana; Dermatologia: infecções e neoplasias cutâneas, doenças auto-imunes que acometem a pele e anexos; Imunologia: doenças reumáticas; Pneumologia: infecções e neoplasias do trato

respiratório, doença pulmonar obstrutiva crônica, asma brônquica; Infectologia: doenças sexualmente transmissíveis, vacinação, profilaxia anti-rábica; Hematologia: anemias carenciais, anemias hemolíticas, leucoses; Nutrologia: obesidade, anorexia nervosa, bulimia, desnutrição; Gastroenterologia: doenças pépticas, neoplasias do trato digestivo, hepatites, etilismo; Intoxicação e envenenamento; Adinamia circulatória aguda; Insuficiência respiratória aguda; Restauração Hemodinâmica; Politraumatismo; Abdômen agudo; Estado de inconsciência; Queimaduras; Distúrbios hidro-eletrolíticos e ácidos-básicos; Enfermidades do aparelho geritourinário; Doenças reumáticas; Doenças Sexualmente transmissíveis; Doenças infecto-contagiosas e parasitárias; Doenças neurológicas; Avitaminoses; Ortopedia; Noções gerais de Epidemiologia das doenças infecto-contagiosas; Noções gerais de Epidemiologia das doenças crônico-degenerativas; Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil

PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS

Legislação: LDB, ECA, Plano Municipal de Educação, Estatuto Municipal do Magistério, Lei Complementar Nº 179 de 30 de Abril De 2013, Dispõe Sobre o Sistema Municipal De Ensino De Vargeão, Constituição Federal no que diz respeito à Educação

Conhecimentos Comuns a todos os cargos:

DIDÁTICA E TEORIAS DA APRENDIZAGEM: Concepções inatistas, ambientalistas e interacionistas. Abordagens comportamentais, gestálticas, humanistas, cognitivas e sistêmicas.

Teorias clássicas de desenvolvimento cognitivo - Métodos, teorias e/ou sistemas educacionais: Freinet, Montessori, Waldorf, Freire, Decroly, Piaget, Wallon, Vygotsky, Morin, Perrenoud e etc. Teoria da Aprendizagem Social de Albert Bandura, Teoria de Ensino de Jerome Bruner, Teoria da Aprendizagem Significante de Carl Rogers, Teoria de Aprendizagem Significativa de David Ausubel, Teoria da Atividade (Vygotsky, Leontiev, Davydov), Possibilidades de ensino e aprendizagem através de mídias eletrônicas, Pressupostos e Características da Didática, A relação pedagógica como decorrência do estar no mundo, A prática pedagógica sistemática socialmente promovida, A relação discurso-fundamento-ação, contexto da Prática Pedagógica, Propostas curriculares para o ensino fundamental, Especificidades da escola pública, Dinâmica da Sala de Aula, Interesses e objetivos: o consensual e o conflitante, A Construção de uma Proposta de Ensino-Aprendizagem, - Conhecimento da realidade e alternativas de ensino, Planejamento da ação: metas e objetivos, o significado dos conteúdos, a propriedade dos procedimentos didáticos, o sentido da avaliação. Planejamento, avaliação e currículo. Interdisciplinaridade, plano de aula, mediação professor/aluno. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

Bibliografia Sugerida

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; - PCN'S. - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento;. Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/ Escrita, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas. RESOLUÇÃO Nº 7, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010, Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

- RECNEI. Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e

sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/ Escrita, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, RECNEI. Educação Infantil na perspectiva histórica; O papel social e a função da educação infantil; A organização do tempo e do espaço na educação infantil; O brincar no espaço educativo; O papel do profissional da educação infantil; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: educar e cuidar, dimensões humanas, direitos da criança e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Desenvolvimento Infantil.

Publicações do site oficial do Ministério da Educação (apostilas e cartilhas), www.mec.gov.br

Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, www.mds.gov.br

Legislação federal pode ser encontrada em www.planalto.gov.br

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

ANEXO IV

REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF nº _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Concurso Público 001/2014 da Prefeitura Municipal de VARGEÃO, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

1 - () Vaga para portadores de Deficiência.

Deficiência: _____

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte
Fonte nº _____ / Letra _____

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

f) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2014.

Assinatura do Requerente

ANEXO V

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONCURSO PÚBLICO 001/2014- PM VARGEÃO

Tipo de Recurso:

[] 1 – Contra indeferimento de inscrição

[] 2 – Contra questão da prova ou gabarito provisório

[] 3 – Contra a classificação

[] 4 – Outro: _____

Nome do Candidato:

N.º de Inscrição:

Cargo:

N.º da Questão:

Data:

Fundamentação e Referência Bibliográfica:

Local e data _____. ____ de _____ de 2014.

Assinatura do Candidato

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014

Abre inscrições e define normas para o Processo Seletivo destinado ao provimento de vagas em caráter temporário do Quadro Único de Pessoal da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Vargeão, Santa Catarina e dá outras providências.

O Prefeito Municipal do MUNICÍPIO DE VARGEÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Processo Seletivo para provimento de vagas em caráter temporário e emergencial, para os cargos do quadro único de pessoal da administração direta do município de Vargeão, para cargos públicos contratados sob o regime estatutário conforme Lei Complementar Municipal nº 006/2003 e Lei Complementar Municipal nº 065/2014, e que se regerá pelas normas estabelecidas neste edital e demais legislação vigente.

1.DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo será realizado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, município de Taió, Estado de Santa Catarina, tel./ fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico www.iobv.org.br, e-mail concursos@iobv.com.br, sob a supervisão da Comissão Municipal de Processo Seletivo Público, nomeada pelo Decreto nº 060/2014.

1.2 A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	Data Provável
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	10/11/14 a 09/12/14
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	10/12/14

Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por sedex/AR do requerimento.	09/12/14
Listagem dos inscritos: divulgação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os candidatos.	15/12/2014
Recursos contra indeferimento das inscrições	16 e 17/12/14
Locais das Provas divulgação dos locais de provas	19/12/14
Homologação das inscrições	19/12/14
PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS	11/01/15
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	12/01/15
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita.	13 e 14/01/15
Gabarito Definitivo da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	19/01/15
Classificação Preliminar.	21/01/15
Recursos contra a classificação preliminar	22 e 23/01/15
Classificação Final	27/01/15
Homologação do resultado final	Após 27/01/15

1.3. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.4. Os candidatos que enviarem a documentação via postal, por SEDEX AR, devem providenciar sua expedição com a devida antecedência para que o IOBV receba dentro do prazo estipulado no cronograma. Passada essa data a documentação não mais será processada. Devendo ser enviadas para o seguinte endereço:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Ref.: Processo Seletivo Vargeão Edital 001/2014

Avenida Luiz Bertoli, 233 - Centro

CEP 89.190-000 - Taió - SC

1.5. O Edital do Processo Seletivo Público, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Processo Seletivo Público, serão publicados no sítio do Processo Seletivo na Internet: www.iobv.org.br.

1.6. O Edital do Processo Seletivo também será publicado no site da Prefeitura de Vargeão na Internet: <http://www.vargeao.sc.gov.br/> e no órgão oficial de imprensa (www.diariomunicipal.sc.gov.br), bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal e sede da Câmara de Vereadores; e ainda, publicado, na forma de extrato, em jornal de circulação local e estadual e no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

1.7. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá os dispositivos da RE/598.099//STF, de acordo com a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

1.8. O prazo de validade do Processo Seletivo é de 2 (dois) anos, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do Processo Seletivo, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal de Vargeão - SC.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente Processo Seletivo:

- a) A nacionalidade brasileira;
- b) O gozo dos direitos políticos;
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) O nível de escolaridade exigido;
- e) A idade mínima de dezoito anos;
- f) Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com prévia inspeção médica oficial realizada na forma do art. 269 da Lei Complementar nº 020/08;
- g) Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- h) Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- i) Ter sido aprovado no Processo Seletivo Público, na forma estabelecida neste Edital;
- j) Comprovar a formação exigida para o cargo e o registro profissional quando exigido.
- k) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

3. DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

3.1 A relação dos cargos com as exigências mínimas de formação, vencimento, carga horária, número de vagas, atribuições dos cargos e outras informações constam nos anexos I e II deste edital.

3.2. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e legislação em vigor, deverão ser comprovados quando da convocação do candidato para admissão.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo Público, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

4.2. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo público.

4.3. A participação no presente Processo Seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

4.4. A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico www.iobv.org.br, no período estabelecido no cronograma de atividades capítulo I deste edital.

4.5. Para efetivar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- a) Acessar o endereço eletrônico www.iobv.org.br, em "Processos Seletivos abertos" selecionar o município de VARGEÃO Edital 001/2014;
- b) Baixar e Ler atentamente o edital completo, verificando se atende a todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital;
- c) Preencher o Requerimento de Inscrição;
- d) Conferir atentamente os dados informados e enviá-lo pela Internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;
- e) Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição preferencialmente nas agências do Banco do Brasil, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.
- f) Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

4.5.1 Para os candidatos que não possuem internet, haverá uma central na Prefeitura Municipal de Vargeão, localizada junto à Biblioteca Pública Municipal, anexa ao Centro Educacional Meteor, para atendimento.

sito à Rua 7 de Setembro, 477, Centro, Vargão, SC, com atendimento das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min..

4.6 O valor da taxa de inscrição é de:

- a) Para cargos com exigência de curso superior: R\$ 50,00 (cinquenta reais);
- b) Para cargos com exigência de curso de ensino médio: R\$ 40,00 (quarenta reais);
- c) Para cargos com exigência de ensino fundamental: R\$ 30,00 (trinta reais);

4.7. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser realizado mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico www.iobv.org.br, impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo.

4.7.1 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.8. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

4.9. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.10. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.11 A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

4.12 Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do Processo Seletivo, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

4.13 Demais disposições referente às inscrições

4.13.1 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, via e-mail, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

4.13.2 As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

4.13.3 A Comissão Municipal de Processo Seletivo e o IOBV, a qualquer tempo, poderão anular a inscrição, as provas e admissão do candidato, se verificada falsidade em qualquer declaração ou documento exigido neste edital.

4.13.4 As mudanças de endereço e/ou dados cadastrais deverão ser alteradas, na área restrita do candidato, até a data de realização da prova.

4.13.5. O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição via Internet não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação e outros fatores de ordem técnica que impossibilitar a transferência dos dados ou a impressão dos documentos relacionados.

4.13.6. O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é do Banco do Brasil, cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 001.

4.13.7. Para evitar transtornos ao candidato aconselha-se que faça sua inscrição antecipadamente.

4.13.8 O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição, verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente devidamente paga.

4.13.9 O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da

inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Processo Seletivo Público.

4.13.10 A inscrição implica no conhecimento e aceitação das regras e condições estabelecidas neste edital, seus termos aditivos, convocações bem como avisos publicados no endereço eletrônico do Processo Seletivo, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos, a acerca dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento, sendo sua responsabilidade manter-se informado, acompanhando as divulgações no site oficial www.iobv.org.br.

4.13.11 Será cancelada a inscrição do candidato que:

- a) Efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem a provisão de fundos, agendamentos não compensados ou com qualquer outra irregularidade;
- b) Prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer as condições estabelecidas neste Edital.

4.13.12. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

4.13.13 Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo público.

4.13.14 As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.org.br e <http://www.vargão.sc.gov.br>.

4.14. Das condições especiais para realizar a prova

4.14.1 Os candidatos, inscritos que necessitem de atendimento especial para realização da prova (local de fácil acessibilidade, uso de aparelhos de audição ledor, prova com fonte ampliada e etc.), deverão assinalar esta opção no Requerimento de Inscrição e indicar o atendimento especial que desejar, devendo enviar tal solicitação através do anexo IV deste edital, via Sedex AR para o endereço do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233 - Centro - 89.190-000 - Taió - SC.

4.14.2 A candidata que necessitar amamentar deverá, além de requerer atendimento especial para realizar a prova, nos termos do item 4.15.1, deverá comparecer ao local do exame com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior de 18 anos que ficará responsável pela guarda da criança.

4.14.3. O menor e o responsável ficarão em sala especial e nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza ao local, sendo que o tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

4.14.4 O IOBV publicará, no endereço do Processo Seletivo www.iobv.org.br, conforme cronograma, despacho das solicitações de atendimento especial deferidas e indeferidas.

4.15. Da isenção da taxa de inscrição

4.15.1. Por falta de previsão legal municipal não haverá nenhuma forma de isenção de taxa de inscrição.

5. DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

5.1 Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem neste Processo Seletivo público, desde que sua deficiência seja compatível com as atribuições a que pretende concorrer, sendo-lhes reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas, conforme Lei Complementar Municipal nº 006/2003, os quais integrarão lista de chamada especial.

5.2 Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e as alterações constantes do artigo 7 do Decreto Federal 5.296/04.

5.3. O resultado final do Processo Seletivo será publicado em duas listas: lista geral e lista especial. A primeira trará a relação de todos os candidatos aprovados e classificados, inclusive das pessoas

com deficiência.

5.3.1 Os cargos contemplados com vagas para deficientes, constam divulgados no anexo I deste edital;

5.3.1.1 Para os demais cargos não contemplados com vaga para deficientes, em função do número de vagas, não há previsão de imediato oferecimento de vaga às pessoas com deficiência. Nesses cargos, o primeiro candidato classificado no Processo Seletivo na lista especial dos candidatos inscritos para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga aberta. O segundo classificado no Processo Seletivo na listagem especial ocupará a 40ª (quadragésima) vaga aberta e assim sucessivamente, obedecida a ordem de classificação na listagem especial e o prazo de validade do Processo Seletivo.

5.4. O candidato com deficiência concorrerá a todas as vagas oferecidas no cargo escolhido, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.

5.5 O candidato que se declarar pessoa com deficiência, participará do presente Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos quanto ao conteúdo das provas; à avaliação e aos critérios de aprovação; ao horário e ao local de aplicação das provas; e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

5.6 Para concorrer às vagas reservadas o candidato deve realizar sua inscrição pela Internet e nela declarar-se portador de deficiência em seguida providenciar e enviar a seguinte documentação:

a) Encaminhar laudo médico original, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), bem como à provável causa da deficiência.

b) Encaminhar requerimento conforme anexo IV deste edital, devidamente preenchido e assinado, no qual poderá ser informada a condição especial que necessita para a realização da prova.

c) Cópia do comprovante de inscrição.

5.6.1 A documentação de que tratam as alíneas, deverá ser encaminhada via correios Sedex/AR, ou protocolada pessoalmente na sede do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233, Centro - 89190-00 - Taió - SC.

5.6.2 O fornecimento do laudo médico é de responsabilidade exclusiva do candidato e os documentos entregues não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias.

5.6.3 O atendimento às condições especiais solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

5.7 Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de deficiência que deixarem de atender, no prazo e condições determinados pelo Edital, em especial as relacionadas aos documentos comprobatórios de sua deficiência, terão sua inscrição como portador de deficiência invalidada e passarão a ser considerados como não portadores de deficiência.

5.8. Tendo sido aprovado no Processo Seletivo Público, os portadores de deficiência serão submetidos à Equipe Multiprofissional, designada com o objetivo de avaliar a compatibilidade entre as atribuições essenciais do cargo com a necessidade especial de que o candidato é portador, emitindo relatório que servirá de base para o laudo expedido pela Perícia Médica Oficial do município.

5.9 Tendo sido aprovados no Processo Seletivo os portadores de deficiência serão submetidos a Perícia Médica Oficial para comprovação da deficiência informada pelo candidato no ato de seu exame admissional e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

5.10 Será eliminado da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas aos portadores de deficiência, o candidato cuja deficiência assinalada no ato da inscrição não seja constatada ou não seja compatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.

5.11. O candidato que requerer vaga especial não está isento do pagamento da taxa de inscrição.

5.12. O candidato com deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se

refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão divulgadas preliminarmente no site deste Processo Seletivo www.iobv.org.br, conforme cronograma deste edital.

6.2. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexistência relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

6.2.1 Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

6.3. Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.

7. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

7.1 O Processo Seletivo a que se refere o presente edital, se desenvolverá, em uma, duas ou três etapas de caráter eliminatório e/ou classificatório, conforme o cargo e conforme descrito no "tipo de prova" do anexo I deste edital, a saber:

a) Prova escrita para todos os cargos, que constará do exame de habilidades e de conhecimentos aferidos através de questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, com duração de até três horas.

7.2 As provas serão realizadas no município de Vargeão - SC, não sendo permitida a realização das provas em outro local, a não ser o determinado no Edital de Convocação.

7.3. DOS HORÁRIOS E LOCAIS DAS PROVAS

7.3.1 Os locais de realização das provas serão divulgados no site www.iobv.org.br e no site www.vargeao.sc.gov.br na data prevista no cronograma, em edital próprio de convocação.

7.3.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos:

Tipo de Cargo	Evento	Horário
Todos os cargos (Vespertino)	Abertura dos portões e acesso dos candidatos aos locais de prova.	13h15
	Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	13h50
	Abertura dos invólucros e distribuição das provas e na sequência início das provas OBS.: O tempo gasto para abertura e distribuição das provas será acrescido ao tempo final da prova caso seja necessário.	14h
	Tempo mínimo de permanência em sala de prova	14h30
	Final Devolução obrigatória do caderno de questões e cartão-resposta	16h

7.3.3 A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br, considerando que os portões dos locais fecharão 10 (dez) minutos antes do horário marcado para início da prova.

7.3.4 O IOBV e o Município de Vargem eximem-se das despesas com viagens e estadia dos candidatos para prestar as provas do Processo Seletivo em qualquer uma das etapas.

8. DA PROVA ESCRITA

8.1 A prova escrita será constituída de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas das quais uma única será correta e com duração de até 3 (três) horas.

8.2. As áreas de conhecimento para cada cargo, abrangidas pela prova, o número e valor das questões de cada uma delas, seguem descritas por escolaridade:

8.2.1. Escolaridade: Fundamental Completo

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
Todos	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,30	3,00
		Matemática	5		
	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	10	0,70	7,00
		Total	20		

8.2.2. Escolaridade: Ensino Médio e Ensino Superior

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
TODOS	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,25	2,50
		Conhecimentos Gerais	5		
	Conhecimentos Específicos	Legislação	5	0,50	7,50
		Conhecimentos técnicos profissionais	10		
		Total	25		10,00

8.3. Os programas das provas (conteúdos programáticos) constam do anexo III deste edital.

8.4. A nota da prova escrita (NPE) se dará numa escala de 0,00 a 10,00, e será calculada pela seguinte fórmula, de acordo com a escolaridade exigida para o cargo:

a) Cargos com exigência de nível fundamental completo: $NPE = (NACG \times 0,30) + (NACE \times 0,70)$

b) Cargos com exigência de nível médio e superior: $NPE = (NACG \times 0,25) + (NACE \times 0,50)$

Sendo:

NPE= Nota da Prova Escrita

NACG = Número de acertos das questões de conhecimentos gerais;

NACE = Número de acertos das questões de conhecimentos específicos.

8.5. À Prova escrita será atribuído o seguinte resultado:

a) APROVADO: o candidato que alcançou nota final da prova escrita igual ou maior a 3,00 (três); sendo convocado para a próxima fase, se assim o cargo exigir;

b) REPROVADO: o candidato que obteve nota menor que 3,00

(três) sendo eliminado do certame;

c) AUSENTE: o candidato que não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação.

d) ELIMINADO: o candidato ausente e que deixar de cumprir as normas editalícias especialmente às de regras de aplicação da prova e seu correto preenchimento.

8.6 NORMAS PARA A APLICAÇÃO DA PROVA ESCRITA COM QUESTÕES OBJETIVAS

8.6.1 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos no edital de convocação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões, munido de documento de identidade original, não sendo permitido o acesso ao local da prova do candidato que chegar atrasado.

8.6.1.1 Os portões de acesso ao local da prova escrita objetiva fecham 10 (dez) minutos antes do horário definido para início da prova.

8.6.1.2. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o fechamento do portão seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que chegar com atraso a qualquer uma das provas, eliminado do Processo Seletivo público. (não haverá nenhuma tolerância de tempo).

8.6.2. Não será permitido o acesso ao local de prova do candidato que:

a) Chegar após o horário determinado para o fechamento dos portões de entrada;

b) Não apresentar documento de identificação oficial válido, original e com foto;

c) Não dispor de caneta esferográfica de material transparente com tinta nas cores azul ou preta.

8.6.3. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

8.6.4. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

8.6.5. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

8.6.6. A identificação especial ou coleta de digitais poderá ser exigida, cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

8.6.7. Recomenda-se, para a rápida solução de qualquer pendência, que o candidato tenha consigo o comprovante de pagamento da taxa e comprovante de inscrição.

8.6.8. A não apresentação de documento de identidade, nos termos deste edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova e, em consequência, a sua eliminação do certame.

8.6.9. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Processo Seletivo poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), fotografia ou gravação de imagem e a revista pessoal e de seus pertences inclusive por meio eletrônico. A recusa de tal procedimento acarretará a sua eliminação do Processo Seletivo.

8.6.10. Em vista de eventual varredura eletrônica a que possa ser submetido, o candidato que faça uso de marca-passos, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverá comunicar esta particularidade até o último dia de inscrições e entregar, até esta mesma data, ao IOBV, laudo médico que comprove as informações prestadas.

8.6.11 O candidato receberá para realizar a prova escrita, um caderno de questões e um cartão resposta, comprometendo-se a ler

e conferir todos os dados, informações e instruções neles constantes, bem como conferir se o cartão resposta corresponde ao seu nome, número de inscrição e o cargo, e se o caderno de questões corresponde ao seu cargo e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e a resolução da prova.

8.6.12 Na hipótese de serem verificadas falhas de impressão no caderno de questões, o coordenador do local de prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

- a) substituir os Cadernos de questões defeituosos;
- b) proceder, em não havendo número suficiente de cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um caderno de questões completo.
- c) estabelecer prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

8.6.13 As respostas das questões da prova escrita deverão ser transcritas para o cartão resposta, de acordo com as instruções nele contidas, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

8.6.14. Ao terminar a prova o candidato entregará ao fiscal, juntamente com o cartão-resposta assinado, o Caderno de questões.

8.6.15 Não serão consideradas quaisquer anotações no caderno de questões, sendo o cartão resposta o único documento válido para a correção.

8.6.16 O cartão resposta não será substituído por erro ou rasura do candidato.

8.6.17 Será atribuída nota 0 (zero) à questão da prova escrita:

- a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- b) Contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
- c) Contenha mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Não estiver assinalada no cartão resposta;
- e) Seja preenchida fora das especificações contidas no cartão resposta ou nas instruções da prova.
- f) Cujo cartão resposta não esteja assinado pelo candidato.

8.6.18. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

8.6.18.1 Além da assinatura do candidato, a escolha da alternativa de cada questão, deve ser preenchido o quadrinho correspondente na sua totalidade, não sendo admitidos "x", bolinhas, ou outra marcação que não seja igual ao exemplo:

8.6.19 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do Processo Seletivo.

8.6.20 O candidato só poderá ter em seu poder no local de prova escrita objetiva o seguinte material: caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, documento de identidade original e, se assim desejar, comprovante de pagamento da taxa de inscrição, copo ou garrafa de água fabricada de material transparente, sem rótulos ou etiquetas, alimentos (barra de cereal, chocolate, fruta, desde que desembalados e acondicionados em saco plástico transparente.)

8.6.21 Para responder as questões da prova o candidato somente poderá utilizar caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, que não será distribuída aos candidatos, cabendo a eles sua aquisição.

8.6.22 Não é permitido durante a prova escrita objetiva:

- a) O uso de relógio, calculadoras, telefones celulares ou qualquer outro equipamento eletroeletrônico, bem como bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura.
- b) A comunicação entre os candidatos, bem como consulta a qualquer obra, anotação, instrumento ou equipamento.
- c) Ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal.
- d) A entrada de candidato armado, sob qualquer alegação.
- e) Comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.6.23 Os candidatos que trouxerem para o local de prova

quaisquer materiais, objetos e ou equipamentos não permitidos, deverão entregá-los antes do início da prova, ao fiscal de sala. A simples posse, mesmo que desligado ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo público.

8.6.24 Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 60 (sessenta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do Processo Seletivo público.

8.6.25 Os três (3) últimos candidatos que permaneceram na sala só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo e assinarão a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

8.6.26 O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico www.iobv.org.br no dia seguinte ao da realização da prova, juntamente com as provas que estarão disponíveis na área restrita do candidato.

8.6.27 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para nenhuma das provas, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

8.6.28 Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento do Processo Seletivo público.

8.6.29 O IOBV e o Município de Vargeão não assumem responsabilidade por acidentes pessoais, perda, extravio, roubo, furto ou avaria de equipamentos e veículos trazidos pelo candidato ao local de prova.

8.6.30 Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

8.6.31 Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

8.6.31.1 Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

8.6.32 Motivará a eliminação do candidato do Processo Seletivo Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outra relativas ao Processo Seletivo, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.6.33 No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

8.6.33.1 A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

8.6.33.2. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

8.6.34. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

- a) se apresentar após o horário estabelecido, inadmitindo-se

qualquer tolerância;
b) não comparecer às provas, qualquer que seja o motivo alegado;
c) não apresentar documento que bem o identifique, ou não submeter-se à coleta de impressão digital;
d) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal;
e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o fornecido pelo IOBV no dia da prova;
f) se ausentar da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
g) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
h) se utilizar de meios ilícitos para a execução das provas;
i) não devolver integralmente o material recebido;
j) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos.
k) estiver portando ou fazendo uso, após o início da prova, em qualquer local do edifício onde a prova estiver sendo realizada, de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, mp3 players, fones de ouvido, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador ou outros equipamentos similares), bem como relógios digitais ou analógicos;
l) tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.

9. DOS RECURSOS

9.1 Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, preterição de formalidade essencial prevista no presente edital, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Processo Seletivo Público.

9.1.1 Os recursos poderão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da publicação do ato que gerou a reclamação, somente através da área restrita do candidato no site www.iobv.org.br.

9.2 Para interposição dos recursos os candidatos deverão apresentar seu pedido de revisão obedecendo os seguintes passos:

- Acessar a área do candidato no site www.iobv.org.br, e realizar login identificando-se.
- Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o Processo Seletivo Edital 001/2014 de Vargem;
- Na coluna "opções" (à direita) deslize o mouse sobre os ícones (botão) e clique naquele que exibir "Solicitar Recurso".
- Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.
- No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).
- Para cada questão deverá ser enviado um recurso.
- Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.
- Clicar em "enviar"

9.3 Não serão aceitos recursos ou anexos de recursos não enviados pela área do candidato ou enviados para outro endereço de e-mail.

9.4. É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que o Instituto O Barriga Verde confirmará o seu recebimento através de mensagem automática do sistema, sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do www.iobv.org.br, após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.
9.4.1. O Instituto O Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como

congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

9.5 Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

9.6. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

9.7. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

9.8. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

9.9. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

9.10. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.iobv.org.br.

9.10.1. Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

9.11. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

9.12. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

10. DO CÁLCULO DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO

10.1 A nota final dos candidatos (NF) será calculada com o emprego das fórmulas abaixo:

a) Nota final para todos os cargos: $NF = NPE$

Sendo:

NPE= Nota da prova escrita.

NF = Nota Final

10.2 Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota final igual ou superior a 3,00 (três).

10.3 A classificação será determinada pela nota final que será expressa em duas casas decimais sem arredondamento.

10.4 Ocorrendo empate na nota final, aplicar-se-á, para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 12.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.5 Para o efeito do item 12.4 será considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrições para o presente Processo Seletivo.

10.6 Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

- Maior número de acertos nas questões de conhecimentos específicos;
- Maior número de acertos nas questões de conhecimentos gerais;
- Maior Idade.
- Sorteio público.

11 DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

11.1 A homologação do resultado final deste Processo Seletivo, se dará através de decreto do executivo devidamente publicada nos meios legais e no endereço eletrônico do Processo Seletivo e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

11.2 Os atos e resultados serão divulgados no site www.iobv.org.

br.

12. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

12.1. A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de Vargeão, sendo a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do Processo Seletivo ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital, atendendo os dispositivos da RE/598.099/STF.

12.2. A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido em lei municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Vargeão.

12.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de Vargeão.

12.3.1. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

12.4. Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site www.iobv.org.br, após homologação deverá informar o município junto ao Setor de Recursos Humanos.

12.5 O candidato após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

12.6. O candidato aprovado no Processo Seletivo, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

12.7. O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Vargeão, até a data, estabelecida conforme item 14.5, será excluído deste Processo Seletivo Público.

12.8. É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do Processo Seletivo, estas deverão ser comunicadas diretamente ao Setor de Recursos Humanos de VARGEÃO.

12.8.1. A inobservância do subitem 12.5, implicará na desclassificação do Processo Seletivo.

12.9 Por ocasião da posse serão exigidos, dos candidatos aprovados e nomeados, os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação e descritos no edital de convocação.

12.10 O não cumprimento dos quesitos necessários impede a posse do candidato.

13 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

13.1 Delega-se competência ao IOBV - Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste Processo Seletivo, para:

- Receber os requerimentos de inscrições;
- Emitir os documentos de homologação das inscrições;
- Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas e práticas;
- Analisar e pontuar os títulos;
- Apreciar os recursos previstos neste edital;
- Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- Prestar informações sobre o Processo Seletivo dentro de sua competência;
- Atuar em conformidade com as disposições deste edital.
- Responder, em conjunto com o município de VARGEÃO eventuais questionamento de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

13.2 A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Processo Seletivo Público, devidamente nomeada através do Decreto nº 060/2014.

13.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do

Município de VARGEÃO.

14 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Processo Seletivo.

14.2. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas a número de inscritos por cargo e ao resultado do Processo Seletivo Público.

14.3. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Vargeão, até que expire a validade do Processo Seletivo, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

14.4. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Processo Seletivo, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

14.5. Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

14.6. O Município de VARGEÃO e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Processo Seletivo sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.iobv.org.br.

14.7. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.

14.8 As despesas relativas à participação do candidato no Processo Seletivo e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

14.9 No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Processo Seletivo, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento - AR (correios), será considerada a data de postagem.

14.10 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão de Processo Seletivo Público, tanto da Prefeitura do Município de VARGEÃO como do IOBV, bem como de seus parentes até 2º grau.

14.11 Na ocorrência de inscrição de parente, o membro da comissão deverá afastar-se e ser substituído por outro a ser designado através de portaria.

14.12 Os cadernos de provas escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

14.13 A Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do Município de VARGEÃO e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

14.14 Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecorrível, pela Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do município de VARGEÃO e do IOBV.

14.15 Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo previsto neste Edital o Foro da Comarca de Ponte Serrada/SC.

14.16 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

Anexo I - Cargos e Vagas; Anexo II - Atribuições dos Cargos; Anexo III - Conteúdo Programático; Anexo IV- Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo V - Formulário de Recurso.

VARGEÃO, 05 de Novembro de 2014

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ANEXO I

DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

				escola; zelar pela aprendizagem dos educandos; cumprir os dias			
CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA*	Valor da Taxa de inscrição	
1. Servente	05	40 h/s	R\$ 984,08	Portador de Certificado de conclusão de ensino fundamental ou equivalente e comprovada experiência de atuação na área.	Escrita/objetiva	R\$ 30,00	
2. Técnico em Enfermagem	01	40 h/s	R\$ 1.322,69	Habilitação em Enfermagem obtida em curso técnico de nível médio, com diploma registrado no órgão competente.	Escrita/objetiva	R\$ 40,00	
3. Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais	10	20 h/s	R\$ 1.137,51	Licenciatura em Pedagogia	Escrita/objetiva	R\$ 50,00	
4. Professor de Língua Estrangeira Moderna – Licenciatura em Inglês	01	20 h/s	R\$ 1.137,51	Licenciatura em Inglês	Escrita/objetiva	R\$ 50,00	

ANEXO II ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

SERVENTE:

Executar serviços auxiliares, de menor complexidade, nos diversos setores da Administração, como no funcionamento de escolas, unidades de saúde, na execução de limpeza e higienização de ambientes e outros afins.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

Exercer as atividades técnicas de enfermagem, além de participar das dos serviços e ações de saúde pública, junto às unidades de saúde e na operacionalização dos programas de saúde em que o Município seja partícipe ou os desenvolva especialmente os de saúde preventiva e das campanhas de saúde pública e de controle epidemiológico.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS:

Participar da elaboração do projeto político-pedagógico da escola, de seus cursos, programas e atividades; elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo o projeto político-pedagógico da escola; zelar pela aprendizagem dos educandos; cumprir os dias letivos, ministrar as aulas programadas e participar integralmente de todos os períodos destinados ao planejamento, à avaliação, ao desenvolvimento profissional e demais atividades previstas no calendário escolar; estabelecer, com o apoio dos demais agentes da escola, estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento escolar; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - LICENCIATURA EM INGLÊS:

Participar da elaboração do projeto político-pedagógico da escola, de seus cursos, programas e atividades; elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo o projeto político-pedagógico da

Leitura e interpretação de textos; Semântica; verbos. Morfologia. Processos de formação de palavras. Mecanismos de flexão dos nomes e verbos. Classes de Palavras. Substantivos, adjetivos, conjunções, pronomes, preposições, verbos. Ortografia. Pontuação. Acentuação Gráfica.

Bibliografia Sugerida:

CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010.

FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995.

Livros didáticos da Língua Portuguesa de 1ª a 4ª série do ensino fundamental.

Outras Gramáticas Normativas.

MATEMÁTICA

Bibliografia Sugerida:

Livros didáticos de 1ª a 4ª série do ensino fundamental.

GIOVANNI, José Ruy; CASTRUCCI, Benedito; GIOVANNI JR., José Ruy. A conquista da Matemática: 5ª a 8ª série. SP, Ed. FTD, 2008.

CAVALCANTE, Luiz G; SOSSO, Juliana; VIEIRA, Fabio; POLI, Edneia. Para Saber Matemática: 5ª. A 8ª. Série. SP Ed. Saraiva, 2008

SOARES, Eduardo Sarquis. Matemática com o Sarquis. 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Ed. Saraiva.

SANCHES, Lucília Bechara, LIBERMAN, Marlúcia, WEY, Regina Lúcia Motta. Fazendo e compreendendo a Matemática. 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Ed. Saraiva.

SANTOS, Ieda Medeiros C.E, DARIN Áurea Joana S. Matemática. 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Ed. IBEP.

SOUZA, Maria Helena Soares de. Matemática - série Brasil. 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Ed. Ática.

CONHECIMENTOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

SERVENTE

Materiais de limpeza e sua utilização. Destinação do lixo e reciclagem. Limpeza dos diferentes espaços. Conhecimentos teóricos e práticos relacionados a faxina, manipulação de alimentos, copa. Noções de alimentação, nutrição e grupos de alimentos; Recepção

e armazenamento de materiais de limpeza. Controle de estoque e técnicas de armazenamento de alimentos. Manuseio e conservação de equipamentos e utensílios; Produtos de limpeza, produtos químicos de limpeza, símbolos e cuidados. Prevenção de Acidentes. Segurança no trabalho. Tipos de limpeza, varredura seca, úmida e molhada. Tipos de materiais (panos de limpeza, esponjas, Mops, rodos etc) e suas adequadas utilizações. Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e coletiva. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Bibliografia Sugerida: a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CARGOS DE ENSINO MÉDIO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Morfologia, Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbos, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, Sintaxe, figuras de sintaxe, concordância, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos.

Bibliografia Sugerida

ANDRÉ, Hildebrando A de. Gramática ilustrada. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1990.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 26. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1985.

FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 26. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino médio e Outras Gramáticas Normativas.

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

MATEMÁTICA

Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, regras de três simples e composta, sistema de numeração decimal e romana; Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, juros simples e compostos, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa. Álgebra, trigonometria, geometria, geometria analítica, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística, Sequência, Progressão Aritmética e Progressão Geométrica.

Bibliografia Sugerida

GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto, GIOVANNI JR., J. Matemática Fundamental: 2º, Grau - volume único.. SP, Ed. FTD, 2008.

Outros Livros de Matemática do ensino médio

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

Bibliografia Sugerida

Almanaque Abril 2013.

Livros, Jornais, Revistas, Telejornais e outros materiais que abrangem o programa proposto e a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

INFORMÁTICA BÁSICA

Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.

Bibliografia Sugerida

Ajuda eletrônica integrada aos Programas básicos de informática.

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO:

Legislação: Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - Dos Direitos Sociais - Da Nacionalidade - Dos Direitos Políticos - Dos Municípios - Da Administração Pública - Dos Servidores Públicos, Lei Orgânica do Município e Estatuto do Servidor de Vargeão.

Bibliografia Sugerida:

Legislação federal pode ser encontrada em www.planalto.gov.br.

Legislação Municipal pode ser encontrada em <http://www2.leismunicipais.com.br/prefeitura/sc/Vargeão>

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

Técnico em Enfermagem

- Regulamentação da profissão e Código de Ética; Legislação da Política de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto do Idoso; Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Constituição Federal/88 - artigos 6º ao 11; Lei Federal 8.080; Lei Federal 8.142; Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família;

- Procedimentos: Curativos (Potencial de contaminação, Técnicas de curativos); Princípios da administração de medicamentos (terapia medicamentosa, noções de farmacoterapia); Escuta ativa;

- Saúde Mental: intervenções, sinais e sintomas;

- Doenças Sexualmente Transmissíveis: Prevenção, tratamento e sinais e sintomas.

- Imunização: Vacinas, acondicionamento, Cadeia de frio (conservação), dosagens, aplicação, Calendário de vacinação);

- Esterilização de Material;

- Saneamento Básico - Esgoto sanitário, Destino do Lixo;

- Saúde da Mulher - Planejamento familiar, gestação (pré-natal), parto e puerpério, prevenção do câncer de colo e mamas;

- Saúde Materno-Infantil: Assistência de Enfermagem no Pré-Parto, Parto e

Puerpério e nas Emergências Obstétricas E Assistência de Enfermagem em Pediatria;

- Saúde do adulto e do idoso: Hipertensão arterial sistêmica, Diabetes mellitus, doenças respiratórias, outras patologias crônicas;

Regulamentação da profissão e Código de Ética; e Legislação e normativas aplicadas à área.

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Morfologia, Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbos, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, Sintaxe, figuras de sintaxe, concordância, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos.

Bibliografia Sugerida

ANDRÉ, Hildebrando A de. Gramática ilustrada. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1990.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 26. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1985.

FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 26. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino médio e Outras Gramáticas Normativas.

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

Bibliografia Sugerida

Almanaque Abril 2013.

Livros, Jornais, Revistas, Telejornais e outros materiais que abranjam o programa proposto e a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

INFORMÁTICA BÁSICA

Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.

Bibliografia Sugerida

Ajuda eletrônica integrada aos Programas básicos de informática.

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PROFESSORES

Legislação: LDB, ECA, Plano Municipal de Educação, Estatuto Municipal do Magistério, Lei Complementar Nº 179 de 30 de Abril De 2013, Dispõe Sobre o Sistema Municipal De Ensino De Vargeão, Constituição Federal no que diz respeito à Educação

Conhecimentos Comuns a todos os cargos:

DIDÁTICA E TEORIAS DA APRENDIZAGEM: Concepções inatistas, ambientalistas e interacionistas. Abordagens comportamentais, gestálticas, humanistas, cognitivas e sistêmicas.

Teorias clássicas de desenvolvimento cognitivo - Métodos, teorias e/ou sistemas educacionais: Freinet, Montessori, Waldorf, Freire,

Decroly, Piaget, Wallon, Vygotsky, Morin, Perrenoud e etc. Teoria da Aprendizagem Social de Albert Bandura, Teoria de Ensino de Jerome Bruner, Teoria da Aprendizagem Significante de Carl Rogers, Teoria de Aprendizagem Significativa de David Ausubel, Teoria da Atividade (Vygotsky, Leontiev, Davydov), Possibilidades de ensino e aprendizagem através de mídias eletrônicas, Pressupostos e Características da Didática, A relação pedagógica como decorrência do estar no mundo, A prática pedagógica sistemática socialmente promovida, A relação discurso-fundamento-ação, contexto da Prática Pedagógica, Propostas curriculares para o ensino fundamental, Especificidades da escola pública, Dinâmica da Sala de Aula, Interesses e objetivos: o consensual e o conflitante, A Construção de uma Proposta de Ensino-Aprendizagem, - Conhecimento da realidade e alternativas de ensino, Planejamento da ação: metas e objetivos, o significado dos conteúdos, a propriedade dos procedimentos didáticos, o sentido da avaliação. Planejamento, avaliação e currículo. Interdisciplinaridade, plano de aula, mediação professor/aluno. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

Bibliografia Sugerida

Publicações do site oficial do Ministério da Educação (apostilas e cartilhas), www.mec.gov.br

Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, www.mds.gov.br

Legislação federal pode ser encontrada em www.planalto.gov.br

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; - PCN'S. - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/ Escrita, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas. RESOLUÇÃO Nº 7, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010, Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. - RECNEI. Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, RECNEI. Educação Infantil na perspectiva histórica; O papel social e a função da educação infantil; A organização do tempo e do espaço na educação infantil; O brincar no espaço educativo; O papel do profissional da educação infantil; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: educar e cuidar, dimensões humanas, direitos da criança e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Desenvolvimento Infantil.

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - LICENCIATURA EM INGLÊS.

Verb Forms (affirmative/interrogative/negative): The present simple; the present continuous; the past simple; the past continuous;

the present perfect; the present perfect continuous ; the past perfect; the future; the near future; the future continuous .Modals and auxiliary verbs.Phrasal Verbs. Used to/get used to/be used to. If clauses and other conditionals. The Infinitive and the "-ing" form. Reported Speech. Articles: indefinite and definite articles. Nouns: singular and plural; countable and uncountable nouns. Quantifiers: much, many, a lot, little, few etc. Pronouns: subjective and objective pronouns; demonstratives; reflexive and emphatic pronouns: indefinite pronouns; possessive pronouns. Adjectives: the use and position of adjectives; comparatives and superlatives; adjectives ending in "-ed" and "-ing"; possessive adjectives. Adverbs: of manner, of frequency, time and place; adverbs of degree; "too" and "enough". Prepositions and Preposition Phrases. Prepositions/Link words. Relative clauses: with "who, which, that"; "where, whose, what"; defining and non-defining relative clauses; clauses with "-ing" or a past participle; "with" in identifying phrases. Word order. Vocabulary, antonyms, synonyms, false cognates, meanings, idioms, collocations, ambiguity . Pronunciation: vowel sounds, consonant sounds, "-ed sounds", plural sounds. Reading Comprehension.

ANEXO IV

REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Processo Seletivo 001/2014 da Prefeitura Municipal de VARGEÃO, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

1 - () Vaga para portadores de Deficiência

Deficiência: _____

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte
Fonte nº _____ / Letra _____

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

e) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2014.

Assinatura do Requerente

ANEXO V

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PROCESSO SELETIVO 001/2014 - PM VARGEÃO

Tipo de Recurso:

[] 1 – Contra indeferimento de inscrição

[] 2 – Contra questão da prova ou gabarito provisório

[] 3 – Contra a classificação

[] 4 – Outro: _____

Nome do Candidato:

N.º de Inscrição:

Cargo:

N.º da Questão:

Data:

Fundamentação e Referência Bibliográfica:

Local e data _____. ____ de _____ de 2014.

Assinatura do Candidato

Vargem Bonita

PREFEITURA

LEI N.1021/2014

Estado de Santa Catarina
Município de Vargem Bonita
LEI Nº 1.021/2014, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
AUTORIZA REALIZAR DESPESAS QUE ESPECIFICA.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, torna público que o Poder Legislativo aprovou e o Executivo sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com o "26º RODEIO CRIÓULO 2014" a realizar-se nos dias 22 e 23 de novembro, no valor de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Parágrafo único. As despesas autorizadas no "caput" do presente artigo serão destinadas a aquisição de troféus e ao pagamento de convites.

Art. 2º - As despesas para o cumprimento da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 18 de novembro de 2014.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 19/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

Rua Coronel Vitória, 966 * Fone (49) 3548-3000 * CEP 89.675-000
* Vargem Bonita – SC
CNPJ 95.996.187/0001-31 * e-mail: pmvargem.bonita@uol.com.br

PORTARIA N. 303/2014

PORTARIA N 303/2014
"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES QUE ESPECIFICA"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais infra relacionados para serem gozadas no mês de Novembro de 2014, como segue:

Cód.	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo
292	Adair Spader	02/04/13 a 01/04/14	01/11/14 a 30/11/14
1386	Francieli Marcolino	01/02/13 a 31/01/14	01/11/14 a 30/11/14

1453	Italo Fábio Carneiro da Silva	08/01/14 a 07/01/15	01/11/14 a 30/11/14
823	José Diomar Bandeira	25/10/09 a 24/10/10	01/11/14 a 30/11/14
683	Marlene Margarida Sartori	01/03/11 a 29/02/12	01/11/14 a 30/11/14
1480	Raquel Gonçalves Antunes	05/04/13 a 04/04/14	01/11/14 a 30/11/14
1329	Venicius Giovanni Sachet Massoni	02/05/13 a 01/05/14	01/11/14 a 30/11/14

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos de lei a partir de 1º de novembro de 2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 03 de Novembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 304/2014

PORTARIA N. 304/2014
"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora "ROSANGELA MARIA DE ALMEIDA AMARAL", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 18/11/1971, portadora do CPF n. 808.355.899-00, carteira de identidade n. 11/R 4.373.965, título eleitoral n. 41903480906, ocupante do cargo efetivo de "AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS", nível 01, classe/referência "A", "LICENÇA PRÊMIO" pelo período de 85 (oitenta e cinco) dias consecutivos, a contar de 01 de Novembro de 2014 a 24 de Janeiro de 2015 conforme facultam os artigos 137 e 139 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - A Licença Prêmio ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 03/07/2006 á 02/07/2011.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de novembro de 2014.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 03 de Novembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 305/2014

PORTARIA N. 305/2014

"EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "PRISCILA FABIOLA RHEINHEIMER ZENATTI DA COSTA", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 29/11/1990, inscrita no CPF n. 073.031.709-95, carteira de identidade n. 5.780.519, título eleitoral n. 051929290957, contratada em caráter temporário para exercer o cargo de "SECRETARIO DE ESCOLA" – 40 horas, nível 28 classe "A", através da portaria n. 298/2014 de 09 de setembro de 2014 a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 12 de Novembro de 2014

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 306/2014

PORTARIA N. 306/2014

"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

Considerando o teor do Ofício TCE/GAP/OUVI n. 017/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da Servidora "SUZI CARLA COSTA ROSA", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 22/05/1978, inscrita no CPF n. 008.507.289-32, carteira de identidade n. 3.847.858, título eleitoral n. 044164540981 ocupante do cargo comissionado de "COORDENADOR" – 40 horas, passando para "COORDENADOR" – 20 horas, nível CC-3, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 13 de Novembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

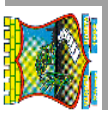
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

ANEXOS REF. AO 5º BIMESTRE 2014 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

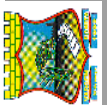
RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.770.000,00	17.770.000,00	3.058.279,47	17,21	17.634.357,03	99,24
RECEITAS CORRENTES	17.770.000,00	17.770.000,00	3.097.660,91	17,43	15.665.760,83	88,16
RECEITA TRIBUTÁRIA	939.640,00	939.640,00	157.541,42	16,77	882.685,68	93,94
IMPOSTOS	888.000,00	888.000,00	155.025,41	17,46	838.950,60	94,48
TAXAS	51.520,00	51.520,00	2.516,01	4,88	43.735,08	84,89
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	120,00	120,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	126.000,00	126.000,00	21.092,49	16,74	101.394,48	80,47
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	126.000,00	126.000,00	21.092,49	16,74	101.394,48	80,47
RECEITA PATRIMONIAL	83.840,00	83.840,00	13.677,96	16,31	118.133,86	140,90
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	60.120,00	60.120,00	7.529,60	12,52	70.025,60	116,48
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	23.720,00	23.720,00	6.148,36	25,92	48.108,26	202,82
RECEITA AGROPECUÁRIA	120,00	120,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	120,00	120,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	39.360,00	39.360,00	24.530,82	62,32	102.117,16	259,44
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.540.370,00	16.540.370,00	2.876.306,62	17,39	14.378.030,74	86,93
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.399.050,00	16.399.050,00	2.843.161,74	17,34	14.225.694,52	86,75
Transf. de Pessoas	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Conv.	140.120,00	140.120,00	33.144,88	23,65	152.336,22	108,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	40.670,00	40.670,00	4.511,60	11,09	83.398,91	205,06
Multas e Juros de Mora	10.200,00	10.200,00	2.547,93	24,98	10.453,95	102,49
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.800,00	4.800,00	611,41	12,74	21.839,87	455,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	12.000,00	12.000,00	1.352,26	11,27	46.685,09	389,04
RECEITAS DIVERSAS	13.670,00	13.670,00	0,00	0,00	4.420,00	32,33
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	-39.381,44	0,00	1.968.596,20	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	254.300,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	254.300,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	-39.381,44	0,00	1.714.296,20	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	244.800,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	-39.381,44	0,00	1.469.496,20	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	17.770.000,00	17.770.000,00	3.058.279,47	17,21	17.634.357,03	99,24
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3





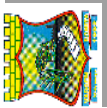
Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Mobiliária						
Contratual	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	17.770.000,00	17.770.000,00	3.058.279,47	17,21	17.634.357,03	99,24
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	17.770.000,00	17.770.000,00	3.058.279,47	17,21	17.634.357,03	99,24
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.612.594,90	—	—	1.211.477,15	—
Superávit Financeiro	—	1.612.594,90	—	—	1.211.477,15	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	17.770.000,00	5.665.969,90	23.435.969,90	3.052.832,06	18.210.837,98	3.501.140,42	16.678.383,16	71,17	6.757.586,74
DESPESAS CORRENTES	16.697.380,00	1.153.026,10	17.850.406,10	2.523.497,96	14.117.224,04	2.733.867,64	13.647.873,63	76,46	4.202.532,47
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.344.740,00	497.869,98	9.842.609,98	1.530.660,88	7.926.709,06	1.530.660,88	7.926.709,06	80,53	1.915.900,92
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.500,00	-4.000,00	1.500,00	0,00	118,81	0,00	118,81	7,92	1.381,19
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.347.140,00	659.156,12	8.006.296,12	992.837,08	6.190.396,17	1.203.206,76	5.721.045,76	71,46	2.285.250,36
DESPESAS DE CAPITAL	1.057.620,00	4.512.943,80	5.570.563,80	529.334,10	4.093.613,94	767.272,78	3.030.509,53	54,40	2.540.054,27
INVESTIMENTOS	917.120,00	4.626.943,80	5.544.063,80	529.334,10	4.068.174,87	767.272,78	3.005.070,46	54,20	2.538.993,34
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	140.500,00	-114.000,00	26.500,00	0,00	25.439,07	0,00	25.439,07	96,00	1.060,93
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	17.770.000,00	5.665.969,90	23.435.969,90	3.052.832,06	18.210.837,98	3.501.140,42	16.678.383,16	71,17	6.757.586,74

Continua 2/3



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

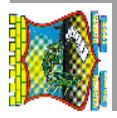
Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.770.000,00	5.665.969,90	23.435.969,90	3.052.832,06	18.210.837,98	3.501.140,42	16.678.383,16	6.757.586,74
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	955.973,87	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.770.000,00	5.665.969,90	23.435.969,90	3.052.832,06	18.210.837,98	3.501.140,42	17.634.357,03	6.757.586,74

FONTE:

VARGEM BONITA, 18/11/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEZES SUÉLEN FAVRETTO DORNELES ANTONIO PELICOLI
Prefeita Municipal Sec. de Administração e Finanças CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

ANEXOS REF. AO 5º BIMESTRE 2014 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Município de VARGEM BONITA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

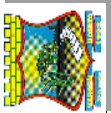
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.770.000,00	23.435.969,90	3.052.832,06	18.210.837,98	3.501.140,42	16.678.383,16	100,00	71,17
Legislativa	900.000,00	900.000,00	151.118,55	655.253,06	151.118,55	655.253,06	3,93	72,81
Ação Legislativa	900.000,00	900.000,00	151.118,55	655.253,06	151.118,55	655.253,06	3,93	72,81
Administração	2.452.310,00	2.370.417,53	272.875,90	1.800.119,91	333.762,63	1.695.161,65	10,16	71,51
Planejamento e Orçamento	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	2.422.310,00	2.370.417,53	272.875,90	1.800.119,91	333.762,63	1.695.161,65	10,16	71,51
Segurança Pública	58.160,00	43.902,69	2.306,83	33.463,18	6.481,83	28.963,18	0,17	65,97
Policimento	40.160,00	25.902,69	2.306,83	15.463,18	3.481,83	15.463,18	0,09	59,70
Defesa Civil	18.000,00	18.000,00	0,00	18.000,00	3.000,00	13.500,00	0,08	75,00
Assistência Social	548.600,00	695.079,86	84.452,35	478.907,71	89.222,76	480.036,36	2,76	66,18
Assistência à Criança e ao Adolescente	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	538.600,00	685.079,86	84.452,35	478.907,71	89.222,76	480.036,36	2,76	67,15
Saúde	4.691.120,00	5.382.558,33	726.221,10	4.459.701,46	902.130,03	4.153.887,58	24,91	77,17
Atenção Básica	4.620.760,00	5.296.760,00	715.056,45	4.430.232,61	890.542,38	4.124.418,73	24,73	77,87
Vigilância Sanitária	38.240,00	40.032,69	3.396,00	7.361,02	3.819,00	7.361,02	0,04	18,39
Vigilância Epidemiológica	12.120,00	25.765,64	5.828,00	15.218,38	5.828,00	15.218,38	0,09	59,06
Alimentação e Nutrição	20.000,00	20.000,00	1.940,65	6.889,45	1.940,65	6.889,45	0,04	34,45
Educação	4.130.590,00	4.657.755,21	755.344,95	3.815.904,06	785.060,83	3.792.850,55	22,74	81,43
Alimentação e Nutrição	162.320,00	212.320,00	34.438,05	146.698,73	35.326,20	146.698,73	0,88	69,09
Ensino Fundamental	2.574.270,00	2.886.435,21	462.400,76	2.447.310,37	486.344,92	2.428.423,16	14,56	84,13
Ensino Médio	130.000,00	130.000,00	24.837,98	89.278,19	24.837,98	89.278,19	0,54	68,68
Ensino Superior	362.000,00	522.000,00	101.946,92	401.270,42	101.946,92	401.270,42	2,41	76,87
Educação Infantil	844.000,00	814.000,00	120.721,24	643.846,35	125.604,81	639.680,05	3,84	78,58
Educação de Jovens e Adultos	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	55.000,00	93.000,00	11.000,00	87.500,00	11.000,00	87.500,00	0,52	94,09
Cultura	208.000,00	196.000,00	13.021,73	170.701,13	15.166,73	160.366,13	0,96	81,82
Difusão Cultural	208.000,00	196.000,00	13.021,73	170.701,13	15.166,73	160.366,13	0,96	81,82
Urbanismo	587.000,00	1.537.000,00	389.247,28	1.317.837,93	470.657,71	812.937,60	4,87	52,89
Infra-Estrutura Urbana	15.000,00	755.000,00	350.000,00	750.000,00	350.000,00	350.000,00	2,10	46,36
Serviços Urbanos	572.000,00	782.000,00	39.247,28	567.837,93	120.657,71	462.937,60	2,78	59,20

Continua 1/3

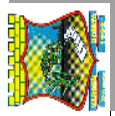


Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.770.000,00	23.435.969,90	3.052.832,06	18.210.837,98	3.501.140,42	16.678.393,16	100,00	6.757.586,74
Habituação	60.000,00	190.575,37	73.062,41	143.471,82	73.208,01	143.097,45	0,86	47.477,92
Habituação Rural	10.000,00	10.000,00	0,00	4.754,59	0,00	4.754,59	0,03	5.245,41
Habituação Urbana	50.000,00	180.575,37	73.062,41	138.717,23	73.208,01	138.342,86	0,83	42.232,51
Saneamento	10.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Saneamento Básico Urbano	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Recursos Hídricos	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.295.000,00	1.704.807,42	169.427,17	1.381.195,62	179.882,37	1.368.253,26	8,20	336.554,16
Extensão Rural	1.295.000,00	1.704.807,42	169.427,17	1.381.195,62	179.882,37	1.368.253,26	8,20	336.554,16
Indústria	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Promoção Industrial	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Produção Industrial	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Comércio e Serviços	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Promoção Comercial	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Turismo	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Comunicações	21.000,00	21.000,00	1.500,00	13.000,00	2.900,00	11.600,00	0,07	9.400,00
Telecomunicações	21.000,00	21.000,00	1.500,00	13.000,00	2.900,00	11.600,00	0,07	9.400,00
Transporte	1.832.220,00	4.749.109,15	295.630,68	3.231.211,14	359.232,02	2.694.544,63	16,16	2.054.564,52
Transporte Rodoviário	1.832.220,00	4.749.109,15	295.630,68	3.231.211,14	359.232,02	2.694.544,63	16,16	2.054.564,52
Desporto e Lazer	388.000,00	497.764,34	55.020,27	355.568,76	68.714,11	346.929,51	2,08	150.834,83
Desporto Comunitário	388.000,00	497.764,34	55.020,27	355.568,76	68.714,11	346.929,51	2,08	150.834,83
Encargos Especiais	562.000,00	459.000,00	63.602,84	354.502,20	63.602,84	354.502,20	2,13	104.497,80
Serviço da Dívida Interna	145.000,00	27.000,00	0,00	25.557,88	0,00	25.557,88	0,15	1.442,12
Outros Encargos Especiais	417.000,00	432.000,00	63.602,84	328.944,32	63.602,84	328.944,32	1,97	103.055,68

Continua 2/3



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.770.000,00	23.435.969,90	3.052.832,06	18.210.837,98	3.501.140,42	16.678.383,16	100,00	71,17
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	17.770.000,00	23.435.969,90	3.052.832,06	18.210.837,98	3.501.140,42	16.678.383,16	100,00	71,17

FONTE:

VARGEM BONITA, 18/11/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEZES SUÉLEN FAVRETTO DORNELES ANTONIO PELICOLI
Prefeita Municipal Sec. de Administração e Finanças CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

ANEXOS REF. AO 5º BIMESTRE 2014 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.



Município de VARGEM BONITA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.577.799,22	2.115.285,55	2.082.361,46	1.933.634,62	1.744.593,78	1.922.930,87	1.939.906,63	1.767.930,32	1.890.623,25	1.806.772,02	1.796.667,91	1.578.311,55	22.576.816,18
RECEITA TRIBUTÁRIA	73.606,13	92.961,64	73.985,66	84.635,99	106.236,16	102.402,65	85.451,22	116.873,15	85.740,16	67.816,23	77.666,95	79.874,47	1.049.243,65
I.P.T.U.	404,30	1.182,34	0,00	0,00	3.535,29	17.638,25	13.582,16	2.844,60	1.938,23	342,63	668,59	1.819,85	43.967,24
I.R.R.F.	22.793,47	37.696,66	27.211,27	22.797,90	26.670,91	21.690,28	28.897,71	30.899,58	30.824,10	26.646,46	27.609,21	26.646,46	328.986,19
I.S.S.	47.661,61	52.615,75	47.763,10	43.594,58	53.469,06	59.853,79	38.790,54	80.988,95	52.151,53	37.493,73	45.476,08	43.936,35	602.905,07
I.T.B.I.	2.202,18	124,12	702,36	2.040,00	5.705,00	2.600,00	2.200,00	1.860,00	240,00	1.440,00	2.577,07	6.091,80	27.782,53
Outras Receitas Tributárias	544,57	1.332,97	308,93	16.203,51	17.855,92	733,33	1.980,81	1.170,02	586,32	2.380,23	1.335,00	1.381,01	45.612,62
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	8.914,46	9.782,86	9.471,10	9.288,18	9.710,18	10.066,35	9.472,66	9.321,71	13.107,92	9.863,89	9.474,66	11.617,83	120.091,80
RECEITA PATRIMONIAL	9.044,08	11.589,00	38.466,49	11.748,04	8.180,52	10.815,43	7.718,84	15.984,67	7.322,68	6.619,23	8.339,97	5.337,99	138.766,94
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.581,54	6.429,55	9.378,97	10.709,63	7.016,97	9.842,59	13.854,93	10.860,66	8.550,46	7.372,13	12.520,11	12.010,71	114.128,25
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.778.235,54	1.988.608,03	1.910.321,91	1.812.397,43	1.594.592,73	1.787.218,76	1.821.430,47	1.630.441,35	1.572.748,01	1.713.236,49	1.687.331,64	1.766.293,53	21.062.845,89
Cota-Parte do F.P.M.	480.575,88	740.091,40	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	575.089,30	429.779,96	369.126,63	448.426,05	393.062,94	371.503,84	5.882.539,68
Cota-Parte do I.C.M.S.	983.941,00	979.788,63	989.619,69	922.408,74	935.759,29	912.060,69	927.133,27	940.599,31	874.084,74	917.010,92	983.259,90	1.013.742,31	11.359.318,49
Cota-Parte do I.P.V.A.	16.589,52	10.858,06	15.084,77	30.548,35	46.200,47	45.477,30	43.723,89	38.536,96	40.202,28	42.278,76	33.401,16	39.344,81	402.250,33
Cota-Parte do ITR	7.959,85	348,90	39,00	201,25	11,61	7,83	0,00	0,00	0,00	12,86	581,91	13.485,45	22.648,66
Outras Transferências Correntes	137.021,29	114.960,10	173.286,26	71.833,15	98.396,48	255.979,15	120.920,97	73.950,74	150.064,67	157.405,33	127.177,28	171.479,39	1.536.890,00
Transferências da LC 61/1989	15.483,81	16.549,42	15.656,66	13.255,31	14.101,17	14.101,17	15.331,04	14.802,00	15.000,82	15.462,51	14.551,03	15.582,93	178.528,83
Transferências da LC 87/1996	4.072,65	4.072,65	4.095,95	4.095,95	0,00	4.095,95	4.095,95	4.095,95	4.095,95	4.095,95	4.095,95	4.095,95	45.008,85
Transferências do FUNDEB	122.591,54	121.958,87	137.808,22	134.861,78	124.479,46	125.420,57	137.136,05	129.776,40	120.168,92	128.544,11	131.181,47	137.058,85	1.550.976,24
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.416,47	5.924,27	40.737,33	4.865,35	18.857,20	2.582,09	1.978,51	4.848,78	3.154,00	1.864,05	1.334,58	3.177,02	91.739,65
DEDUÇÕES (II)	303.724,38	303.518,54	319.845,26	321.140,32	274.342,37	281.168,02	312.674,47	285.522,63	280.502,72	285.457,24	285.767,73	291.550,82	3.408.880,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	303.724,38	303.518,54	319.845,26	321.140,32	274.342,37	281.168,02	312.674,47	285.522,63	280.502,72	285.457,24	285.767,73	291.550,82	3.408.880,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.574.073,84	1.811.767,01	1.762.516,20	1.612.494,30	1.470.251,41	1.641.762,85	1.627.232,16	1.502.407,69	1.430.120,53	1.521.314,78	1.510.900,18	1.586.760,73	17.770.000,00

FONTE:

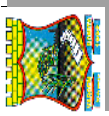
VARGEM BONITA, 18/11/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEZINHNI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVERETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/0

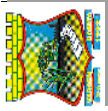
ANEXOS REF. AO 5º BIMESTRE 2014 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
				Até o Bimestre/2013	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
				Até o Bimestre/2013	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)					
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/3

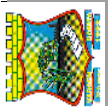


Continuação 2/3

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3



Município de VARGEM BONITA - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

VARGEM BONITA, 18/11/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEZES SUÉLEN FAVRETTO DORNELES ANTONIO PELICOLI
Prefeita Municipal Sec. de Administração e Finanças CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

ANEXOS REF. AO 5º BIMESTRE 2014 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Município de VARGEM BONITA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	137.212,05	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.924.447,37	3.411.815,01	2.996.548,75
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.924.447,37	3.411.815,01	2.996.548,75
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.787.235,32	-3.411.815,01	-2.996.548,75
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	89.172,99	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.876.408,31	-3.411.815,01	-2.996.548,75

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
VALOR	415.266,26	-1.120.140,44

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	710.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

VARGEM BONITA, 18/11/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI
 Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
 Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
 CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

ANEXOS REF. AO 5º BIMESTRE 2014 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	17.746.280,00	3.091.512,55	15.617.652,57	13.861.047,10
Receita Tributária	939.640,00	157.541,42	882.685,68	698.407,38
I.P.T.U.	36.000,00	2.489,44	42.370,60	40.009,31
I.S.S.	550.000,00	89.412,43	502.627,71	386.165,83
I.T.B.I.	22.000,00	8.668,87	25.456,23	19.139,62
I.R.R.F.	280.000,00	54.454,67	268.496,06	212.651,75
Outras Receitas Tributárias	51.640,00	2.516,01	43.735,08	40.440,87
Receita de Contribuição	126.000,00	21.092,49	101.394,48	90.803,50
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	126.000,00	21.092,49	101.394,48	90.803,50
Receita Patrimonial Líquida	60.120,00	7.529,60	70.025,60	72.892,40
Receita Patrimonial	83.840,00	13.677,96	118.133,86	90.351,50
(-) Aplicações Financeiras	23.720,00	6.148,36	48.108,26	17.459,10
Transferências Correntes	16.540.370,00	2.876.306,62	14.378.030,74	12.938.385,25
F.P.M.	4.584.000,00	611.669,47	3.697.498,17	3.422.601,31
I.C.M.S.	8.560.000,00	1.597.601,96	7.516.487,99	6.827.658,39
Convênios	140.120,00	33.144,88	152.336,22	114.820,48
Outras Transferências Correntes	3.256.250,00	633.890,31	3.011.708,36	2.573.305,07
Demais Receitas Correntes	80.150,00	29.042,42	185.516,07	60.558,57
Dívida Ativa	12.000,00	1.352,26	46.685,09	9.692,33
Diversas Receitas Correntes	68.150,00	27.690,16	138.830,98	50.866,24
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	-39.381,44	1.968.596,20	400.225,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	254.300,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	-39.381,44	1.714.296,20	400.225,00
Convênios	0,00	-39.381,44	1.469.496,20	400.225,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	244.800,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	-39.381,44	1.714.296,20	400.225,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	17.746.280,00	3.052.131,11	17.331.948,77	14.261.272,10
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	17.850.406,10	2.733.867,64	13.647.873,63	12.017.430,17
Pessoal e Encargos Sociais	9.842.609,98	1.530.660,88	7.926.709,06	6.946.947,87
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.500,00	0,00	118,81	413,32
Outras Despesas Correntes	8.006.296,12	1.203.206,76	5.721.045,76	5.070.068,98
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	17.848.906,10	2.733.867,64	13.647.754,82	12.017.016,85
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.570.563,80	767.272,78	3.030.509,53	403.203,70
Investimentos	5.544.063,80	767.272,78	3.005.070,46	307.668,59
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	26.500,00	0,00	25.439,07	95.535,11
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	5.544.063,80	767.272,78	3.005.070,46	307.668,59



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	15.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	23.407.969,90	3.501.140,42	16.652.825,28	12.324.685,44
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-5.661.689,90	-449.009,31	679.123,49	1.936.586,66
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.211.477,15	1.211.477,15
Superávit Financeiro	-	-	1.211.477,15	1.211.477,15
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				32.480,00

FONTE:

VARGEM BONITA, 18/11/2014

 MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI
 Prefeita Municipal

 SUÉLEN FAVRETTO
 Sec. de Administração e Finanças

 DORNELES ANTONIO PELICOLI
 CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

ANEXOS REF. AO 5º BIMESTRE 2014 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013			Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013		
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)								
EXECUTIVO								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	-	309.418,84	209.418,84	-
SECRETARIA DE AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	309.418,84	209.418,84	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	162.650,00	162.650,00	0,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.768,84	46.768,84	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)								
	-	-	-	-	0,00	100.000,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	309.418,84	209.418,84	0,00
100.000,00								

FONTE:

VARGEM BONITA, 18/11/2014

MELANIA AP. ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAYRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

ANEXOS REF. AO 5º BIMESTRE 2014 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO						
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			% (c) = (b/a)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	898.800,00	898.800,00	156.923,67	883.672,19	98,32	
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	43.200,00	43.200,00	4.314,35	48.079,20	111,29	
1.1.1- IPTU	36.000,00	36.000,00	2.489,44	42.370,60	117,70	
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.200,00	1.200,00	109,96	397,16	33,10	
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	4.800,00	4.800,00	1.288,07	4.284,69	89,26	
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.200,00	1.200,00	426,88	1.026,75	85,56	
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	22.000,00	22.000,00	8.668,87	25.456,23	115,71	
1.2.1- ITBI	22.000,00	22.000,00	8.668,87	25.456,23	115,71	
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	553.600,00	553.600,00	89.485,78	541.640,70	97,84	
1.3.1- ISS	550.000,00	550.000,00	89.412,43	502.627,71	91,39	
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.200,00	1.200,00	73,35	724,74	60,40	
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.200,00	1.200,00	0,00	37.511,44	3.125,95	
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.200,00	1.200,00	0,00	776,81	64,73	
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	280.000,00	280.000,00	54.454,67	268.496,06	95,89	
1.4.1- IRRF	280.000,00	280.000,00	54.454,67	268.496,06	95,89	
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	17.004.400,00	17.004.400,00	2.886.728,18	14.589.983,07	85,80	
2.1- Cota-Parte FPM	5.730.000,00	5.730.000,00	764.586,78	4.621.872,40	80,66	
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.730.000,00	5.730.000,00	764.586,78	4.621.872,40	80,66	
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	10.700.000,00	10.700.000,00	1.997.002,21	9.395.608,86	87,81	
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	50.400,00	50.400,00	8.191,90	36.863,55	73,14	
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	154.000,00	154.000,00	30.133,96	146.495,60	95,13	
2.5- Cota-Parte ITR	30.000,00	30.000,00	14.067,36	14.339,91	47,80	
2.6- Cota-Parte IPVA	340.000,00	340.000,00	72.745,97	374.802,75	110,24	
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	17.903.200,00	17.903.200,00	3.043.651,85	15.473.655,26	86,43	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			% (c) = (b/a)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	211.410,00	211.410,00	48.905,48	189.844,83	89,80	
5.1- Transferências do Salário-Educação	167.520,00	167.520,00	29.479,37	150.333,07	89,74	
5.2- Transferências Diretas - PDDE	1.200,00	1.200,00	0,00	90,00	7,50	
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
5.4- Transferências Diretas - PNATE	42.570,00	42.570,00	7.998,26	27.993,91	65,76	
5.5- Outras Transferências do FNDE	120,00	120,00	11.427,85	11.427,85	9.523,21	
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	135.240,00	135.240,00	33.144,88	132.579,52	98,03	
6.1- Transferências de Convênios	135.000,00	135.000,00	33.144,88	132.579,52	98,21	
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	240,00	240,00	0,00	0,00	0,00	
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.200,00	1.200,00	64,19	2.797,79	233,15	
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	347.850,00	347.850,00	82.114,55	325.222,14	93,49	
FUNDEB						
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			% (c) = (b/a)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.400.880,00	3.400.880,00	577.318,55	2.917.971,58	85,80	
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.146.000,00	1.146.000,00	152.917,31	924.374,23	80,66	
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.140.000,00	2.140.000,00	399.400,25	1.879.120,87	87,81	
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	10.080,00	10.080,00	1.638,38	7.372,71	73,14	
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	30.800,00	30.800,00	6.026,79	29.303,54	95,14	
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	6.000,00	6.000,00	2.813,45	2.867,95	47,80	
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	68.000,00	68.000,00	14.522,37	74.932,28	110,19	
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.400.000,00	1.400.000,00	268.240,32	1.306.425,83	93,32	
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.400.000,00	1.400.000,00	268.240,32	1.306.425,83	93,32	
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-2.000.880,00	-2.000.880,00	-309.078,23	-1.611.545,75	80,54	
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB						



MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	840.720,00	1.100.720,00	187.415,27	991.361,55	90,06
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	840.720,00	1.100.720,00	187.415,27	991.361,55	90,06
14- OUTRAS DESPESAS	560.480,00	435.645,21	75.807,07	346.658,11	79,57
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	560.480,00	435.645,21	75.807,07	346.658,11	79,57
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.401.200,00	1.536.365,21	263.222,34	1.338.019,66	87,09
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.338.019,66
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					75,88
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					26,53
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-2,42
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					15.165,21
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					15.165,21
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	4.475.800,00	4.475.800,00	760.912,96	3.868.413,82	86,43
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	844.000,00	814.000,00	125.604,81	639.680,05	78,58
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.227.620,00	2.539.785,21	415.386,95	2.134.506,01	84,04
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.401.200,00	1.536.365,21	263.222,34	1.338.019,66	87,09
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	826.420,00	1.003.420,00	152.164,61	796.486,35	79,38
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.071.620,00	3.353.785,21	540.991,76	2.774.186,06	82,72
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-1.611.545,75
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-1.611.545,75
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					4.385.731,81
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					28,34

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	167.640,00	167.640,00	29.945,78	150.117,42	89,55
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	98.330,00	98.330,00	16.867,72	67.273,29	68,42
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	265.970,00	265.970,00	46.813,50	217.390,71	81,74
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.337.590,00	3.619.755,21	587.805,26	2.991.576,77	82,65



MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.306.425,83	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		1.306.425,83	0,00

VARGEM BONITA, 18/11/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEGHIN SUÉLEN FAVRETTO DORNELES ANTONIO PELICOLI
Prefeita Municipal Sec. de Administração e Finanças CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

ANEXOS REF. AO 5º BIMESTRE 2014 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	5.570.563,80	3.030.509,53	0,00	2.540.054,27
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	5.570.563,80	3.030.509,53	0,00	2.540.054,27
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-5.570.563,80	-3.030.509,53		-2.540.054,27

FONTE:

VARGEM BONITA, 18/11/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

ANEXOS REF. AO 5º BIMESTRE 2014 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Município de VARGEM BONITA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
 2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2013 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

VARGEM BONITA, 18/11/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

ANEXOS REF. AO 5º BIMESTRE 2014 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	254.300,00	-254.300,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	254.300,00	-254.300,00
TOTAL	0,00	254.300,00	-254.300,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	85.000,00	85.000,00	0,00	0,00
Investimentos	85.000,00	85.000,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	169.300,00	169.300,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	169.300,00	169.300,00	0,00	0,00
TOTAL	254.300,00	254.300,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

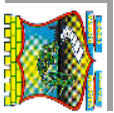
VARGEM BONITA, 18/11/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICIOI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

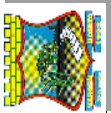
ANEXOS REF. AO 5º BIMESTRE 2014 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)		R\$ 1,00		
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		RECEITAS REALIZADAS		
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)				
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	134.820,00	134.820,00	132.550,83	98,32
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	5.400,00	5.400,00	6.355,59	117,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.300,00	3.300,00	3.818,43	115,71
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	82.500,00	82.500,00	75.394,15	91,39
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	42.000,00	42.000,00	40.274,42	95,89
Dívida Ativa dos Impostos	360,00	360,00	168,29	46,75
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	900,00	900,00	6.269,40	696,60
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				
Cota-Parte FPM	2.550.660,00	2.550.660,00	2.188.496,66	85,80
Cota-Parte ITR	859.500,00	859.500,00	693.280,87	80,66
Cota-Parte IPVA	4.500,00	4.500,00	2.150,99	47,80
Cota-Parte ICMS	51.000,00	51.000,00	56.219,63	110,23
Cota-Parte IPI-Exportação	1.605.000,00	1.605.000,00	1.409.341,31	87,81
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	23.100,00	23.100,00	21.974,35	95,13
Desoneração ICMS (LC 87/96)	7.560,00	7.560,00	5.529,51	73,14
	7.560,00	7.560,00	5.529,51	73,14
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		2.685.480,00	2.321.047,49	86,43
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		RECEITAS REALIZADAS		
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE		0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				
DESPESAS CORRENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100
Pessoal e Encargos Sociais	3.450.880,00	4.625.068,33	3.777.093,61	81,67
Outras Despesas Correntes	2.756.900,00	3.060.900,00	2.539.663,34	82,97
	693.980,00	1.564.168,33	1.237.430,27	79,11
DESPESAS DE CAPITAL	125.120,00	710.870,00	671.811,00	94,51
	125.120,00	710.870,00	671.811,00	94,51
Investimentos			510.353,28	71,79
			510.353,28	71,79

Continua 1/4

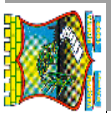


Continuação 2/4

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	125.120,00	710.870,00	671.811,00	94,51	510.353,28	71,79
Investimentos	125.120,00	710.870,00	671.811,00	94,51	510.353,28	71,79
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.576.000,00	5.335.938,33	4.448.904,61	83,38	4.143.990,73	77,66
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	890.520,00	935.520,00	694.313,65	15,61	693.941,65	16,75
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	766.680,00	811.680,00	633.845,36	14,25	633.473,36	15,29
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	123.840,00	123.840,00	60.468,29	1,36	60.468,29	1,46
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	890.520,00	935.520,00	694.313,65	15,61	693.941,65	16,75
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.685.480,00	4.400.418,33	3.754.590,96	67,77	3.450.049,08	60,91
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						
			3.101.891,96			

Continua 2/4



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

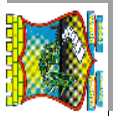
Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
		0,00	0,00		0,00			
TOTAL (VIII)		0,00	0,00		0,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
		LIMITE NÃO CUMPRIDO						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
		-	-		-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
				Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)		% (m/Total m)*100
Atenção Básica Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica		3.545.760,00	5.290.260,00			4.121.718,73		99,46
		18.120,00	19.912,69			7.053,62		0,16
		12.120,00	25.765,64			15.218,38		0,34
TOTAL		3.576.000,00	5.335.938,33	100,00		4.143.990,73		100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4



Município de VARGEM BONITA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

VARGEM BONITA, 18/11/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEZINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

ANEXOS REF. AO 5º BIMESTRE 2014 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Município de VARGEM BONITA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPEAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

VARGEM BONITA, 18/11/2014

 MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI
 Prefeita Municipal

 SUÉLEN FAVRETTO
 Sec. de Administração e Finanças

 DORNELES ANTONIO PELICOLI
 CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

ANEXOS REF. AO 5º BIMESTRE 2014 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Município de VARGEM BONITA - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	17.770.000,00
Previsão Atualizada		—	17.770.000,00
Receitas Realizadas		3.058.279,47	17.634.357,03
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.211.477,15
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	17.770.000,00
Créditos Adicionais		—	5.665.969,90
Dotação Atualizada		—	23.435.969,90
Despesas Empenhadas		3.052.832,06	18.210.837,98
Despesas Liquidadas		3.501.140,42	16.678.383,16
Superavit Orçamentário		—	955.973,87
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		3.052.832,06	18.210.837,98
Despesas Liquidadas		3.501.140,42	16.678.383,16
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			19.051.601,68
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		710.000,00	-1.120.140,44
Resultado Primário		32.480,00	679.123,49
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	309.418,84	0,00	209.418,84
EXECUTIVO	309.418,84	0,00	209.418,84
TOTAL:	309.418,84	0,00	209.418,84
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.385.731,81	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		991.361,55	60%
Liquidadas		991.361,55	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		3.030.509,53	2.540.054,27

Continua 1/2



Município de VARGEM BONITA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			254.300,00	-254.300,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			85.000,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		3.450.049,08	15,00	148,64
Liquidadas		3.450.049,08		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

VARGEM BONITA, 18/11/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Videira

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 074/14

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 074/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o emprego público para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público para Emprego Público - Edital nº 001/2014:

CONVOCADADA	EMPREGO PÚBLICO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. DAIANE MARIA DE CAMPOS	ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	11.344/14, DE 17/11/2014

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 17 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1406/14

PORTARIA nº 1406/14

Designa a servidora pública Lucélia Fedrigo, para promover a venda, em leilão, dos bens móveis inservíveis

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 53 da Lei nº 8.666/93,

RESOLVE

Designar a servidora LUCÉLIA FEDRIGO, para promover a venda, em leilão, dos bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio público do Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1404/14

PORTARIA nº 1.404/14

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 19.109/14;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, pela Carboni Veículos Ltda, no dia 28 de novembro de 2014, das 15h00min às 21h00min, a fim de realizar o evento Love Drive Solidário, a fim de angariar alimentos para doação a famílias carentes por meio de test drives.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1403/14

PORTARIA nº 1403/14

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 2369/10, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 18.784/14 e da Comunicação Interna nº 74/14 do Departamento De Pessoal;

RESOLVE

Conceder Licença Maternidade, de 120 (cento e vinte) dias, à servidora SAMANTA DE SOUZA, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 30 de outubro de 2014 até 26 de fevereiro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 30 de outubro de 2014, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1.389/14.

Videira, 14 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1401/14

PORTARIA nº 1.401/14

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE

Art. 1º Designar NADIR BIZZOTTO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 061.067.029-85, Engenheiro Civil, matrícula nº 125896-8, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT14PMV212, Processo Administrativo Licitatório nº 166/2014, Tomada de Preços nº 14/2014, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO EM ALVENARIA DE SALAS, REFORMA

DO REFEITÓRIO E PINTURA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DIONÍSIO ROBASKEWICZ, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, nesta cidade de Videira, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 05 de novembro de 2014, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1.390/14.

Videira, 13 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1400/14

PORTARIA nº 1.400/14

Designa Fiscal de Obra Decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE

Art. 1º Designar RAQUEL BRUSCHI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 021.413.429-61, Engenheira Civil, matrícula nº 11.673, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT14PMV201, Processo Administrativo Licitatório nº 164/2014, Tomada de Preços nº 15/2014, cujo objeto é a contratação de empresa para construção de muro de contenção (tipo gabião), na Rua Afonso Marchioro, incluindo material e mão de obra, conforme projeto básico, nesta cidade de Videira, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 23 de outubro de 2014, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1.351/14.

Videira, 13 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1407/14

PORTARIA nº 1407/14

Designa Servidor para substituir membro da Comissão de Fiscalização dos Concursos Públicos referentes aos Editais nº 002/2014 e 003/14.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 72, IX da Lei Orgânica do Município e, de conformidade com o art. 18, da Lei Complementar nº 129/12, bem como, com o art. 18, da Lei Complementar nº 130/12 e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 19.379/14,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora SÔNIA EVELYN MYCHAYLYK REICHARDT para exercer as funções de Membro da Comissão de Fiscalização dos Concursos Públicos referentes aos Editais nº 002/2014 e 003/14, nomeada pela Portaria nº 0964/2014, em substituição à servidora MARIZA APARECIDA DE DEUS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

EXTRATO DO CONTRATO N. 0622/2014

Extrato do Contrato n. 0622/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIZANGELA APARECIDA RIBEIRO

CPF: 038.574.499-42

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA LUCIA BIRNFELD PASCOALI EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

VIGÊNCIA: de 01 de outubro de 2014 a 30 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0627/2014

Extrato do Contrato n. 0627/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ALBERTINA DE MATTOS

CPF: 707.522.229-53

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA TEREZINHA SOVRANI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA

VIGÊNCIA: de 01 de outubro de 2014 a 19 de outubro de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0126/2014

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0126/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUCIANA RAMOS DA CUNHA

CPF: 072.639.859-42

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 15 de fevereiro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº 189

ATA 189 – Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e catorze, às treze horas e trinta minutos, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado na Rua Lauro Muller 288 (duzentos e oitenta e oito), bairro Alvorada, cidade de Videira, Santa Catarina, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para deliberarem sobre os seguintes assuntos de pauta. 1. Aprovação do Plano Municipal de atendimento Sócio-educativo; 2. Regimento Interno Conselho Tutelar; 3. Lei Municipal da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente; 4. Inscrição CIEE (Centro de Integração Empresa Escola). A Senhora Katiani Guaraci de Moraes fez a acolhida dos membros, e, iniciou a reunião falando sobre o Plano Municipal de atendimento Sócio-educativo, que foi posteriormente apresentado pela Assistente Social do Creas, Sra. Caroline Rocha de Paula. Caroline falou que para a construção deste plano, reuniu-se comissão intersecretorial diversas políticas públicas, com o objetivo de visualizar um diagnóstico completo da situação que se encontra o adolescente em nosso município, falou ainda sobre as atividades que serão contempladas dentro de cada instituição em um período de 10(dez) anos. Destacou que a apresentação ao CMDCA é o requisito final para o município estar dentro dos preceitos nacionais da política do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo). Após a apresentação e em deliberação, os conselheiros aprovaram por unanimidade o Plano Municipal de Atendimento Sócio-educativo. Seguindo a pauta estabelecida, passou-se a explanação do Parecer emitido pela Comissão de Normas e Regulamentação, quanto ao Regimento Interno do Conselho Tutelar. A Comissão não aprovou o Regimento Interno, no quesito horário, pois o mesmo não estava de acordo com o Decreto estabelecido pelo Executivo Municipal. Ainda sobre este assunto, as conselheiras Juliana Weber, Marilene Vanz dos Santos e Juliana Cantelli manifestaram sua opinião falando que não vão cumprir com os horários estabelecidos pelo Decreto pois o acham desumano. Os conselheiros de Direitos diante de tal situação, da impossibilidade de acordo quanto ao cumprimento do decreto, e no entendimento de que a situação merecia nova avaliação se propuseram reunir-se novamente em comissão juntamente com o Conselho Tutelar, para estudarem uma nova proposta, bem como a possibilidade de sua efetivação. Quanto a Legislação explanou-se sobre o encaminhamento para o Jurídico da Prefeitura, para posterior encaminhamento à Câmara de Vereadores. E quanto à inscrição do CIEE (Centro de Integração Empresa Escola), junto ao CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), deliberou-se favoravelmente, uma vez que a Instituição já apresentou toda a documentação e vem realizando trabalhos com adolescentes vulneráveis do nosso município junto ao território do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Nada mais havendo a tratar, a Presidente, Senhora Katiani Guaraci de Moraes, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, da qual eu, Esther, lavei a presente ata que será assinada por mim e pelos demais conforme livro de assinaturas.

RESOLUÇÃO Nº 14

RESOLUÇÃO Nº 014/2014

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Atendimento Sócio-educativo 2014/2024.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Videira/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, sob ata nº 189 de 03 de novembro de 2014, Plano Municipal de Atendimento Sócio-educativo 2014/2024.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data e sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 18/11/2014
Katiani G. de Moraes
Presidente do CMDCA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

KATIANI GUARACI DE MORAIS, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Videira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1836/07, leva ao conhecimento de todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem;

CONSIDERANDO:

- A renúncia da conselheira ROSA CRISTINA DUTRA, DELIBERA por convocar o conselheiro suplente abaixo relacionado, para comparecer na Sede do CMDCA localizado à Rua Lauro Muller, 288 - Centro até o dia 28 de novembro de 2014, das 12h30min às 18h30min portando os documentos exigidos em lei, a fim de procedimentos a serem adotados para tomar posse do cargo de Conselheiro Tutelar devido a licença da conselheira.

12ª MACLEISE TRENTO

O presente será publicado no Diário Oficial do Município de Videira.

Videira, 18 de novembro de 2014.

KATIANI GUARACI DE MORAIS
Presidente do CMDCA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0144/2014

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0144/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JAINE PATRICIO

CPF: 079.710.829-75

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 05 de fevereiro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0170/2014

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0170/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GISELE PONTES BOEIRA

CPF: 063.504.339-47

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 19 de dezembro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0209/2014

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0209/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LEIDI CRISTINA KNECHT

CPF: 060.740.519-84

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 19 de dezembro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0300/2014

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0300/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: OLIVETE PEROZA DE MELLO

CPF: 040.751.849-51

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 20 de dezembro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0365/2014

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0365/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SABRINA PESSIN

CPF: 005.798.229-58

VIGÊNCIA: de 06 de março de 2014 até 20 de dezembro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0482/2014

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0482/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARILDA WONLINGER DE PAULA

CPF: 387.140.789-53

OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 2.653,17 (dois mil, seiscentos e cinquenta e três reais e dezessete centavos) e em substituição à servidora ADRIANE RIBEIRO MADRUGA WONZOSKI, em gozo de licença maternidade, conforme portaria n. 0754/14" para "R\$ 2.706,23 (dois mil, setecentos e seis reais e vinte e três centavos) e em substituição à servidora ADRIANE RIBEIRO MADRUGA WONZOSKI, em gozo de licença prêmio, conforme portaria n. 1327/14".

VIGÊNCIA: de 02 de junho de 2014 até 19 de dezembro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0538/2014

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0538/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VANDA RODRIGUES BOLZANI

CPF: 552.222.859-87

OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) e em substituição à servidora ROZANE FATIMA MULLER DE FREITAS, em licença de tratamento de saúde, conforme perícia médica" para "R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos) e em substituição à servidora ROZANE FATIMA MULLER DE FREITAS, em gozo de férias interrompidas, conforme portaria n. 0350/14".

VIGÊNCIA: de 11 de julho de 2014 até 15 de novembro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0564/2014

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0564/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANDREIA APARECIDA COSTA DE SOUZA

CPF: 867.373.419-34

VIGÊNCIA: de 12 de agosto de 2014 até 01 de dezembro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO IV GASTOS COM SAÚDE - OUTUBRO 2014

DECRETO 11.120/14

ANEXO IV

CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE OUTUBRO DE 2014

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					
1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS			ARRECADAÇÃO		
			ATÉ O MÊS		
RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO					
1.1 - IPTU			4.106.732,04		
1.2 - ITBI			1.816.483,44		
1.3 - ISS			6.765.884,05		
1.4 - IRRF			1.414.784,98		
1.5 - FPM			15.406.241,37		
1.6 - ITR			33.749,33		
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO			112.370,67		
1.8 - ICMS			28.647.119,49		
1.9 - IPVA			5.623.030,37		
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO			442.033,53		
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS			473.262,83		
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS			322.494,73		
1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS			65.164.186,83		
2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE			ACUMULADO		
			ATÉ O MÊS		
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)			9.774.628,02		
2.2 - TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO			4.178.880,77		
2.3 - SUPERAVIT TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO			2.233.842,96		
2.4 - CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE			0,00		
2.5 - SUPERAVIT CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE			0,00		
2.6 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE			494.614,08		
2.7 - SUPERAVIT OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE			331.337,00		
TOTAL			17.013.302,83		
3. APLICAÇÃO		RECEITA ACUMULADA	DESPESA LIQUIDADADA	%	DIFERENÇA
3.1 - Limite constitucional 15% sobre receitas impostos		9.774.628,02	10.232.819,70	15,70	458.191,68
3.2 - Transferências do SUS - União e Estado		6.412.723,73	3.924.410,01	61,20	-2.488.313,72
3.2 - Convênios vinculados a Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00
3.3 - Outras aplicações vinculadas à saúde		825.951,08	338.631,12	41,00	-487.319,96
TOTAL		17.013.302,83	14.495.860,83		-2.517.442,00

Fonte:Departamento de Contabilidade

Videira, 14 de Novembro de 2.014.

Juliane M.C.Wartha
Contadora CRC-SC 024015/O-6

Maria Eneida Furlin Dresch
Secretário Mun. de Saúde e Ação Social

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 021/2014**

PORTARIA Nº 021/2014
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR EZEQUIEL CARLOS DE OLIVEIRA

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Conceder licença prêmio a título de cinco anos de serviço prestado pelo servidor EZEQUIEL CARLOS DE OLIVEIRA, por período de 03 (três) meses, com início no dia 20 de novembro de 2014 e término no dia 20 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. O período aquisitivo da licença se refere: 02/05/2008 a 31/01/2011 exercidos no Poder Executivo Municipal e 01/02/2011 a 01/08/2013 exercidos no Poder Legislativo.

Art. 3º No período entendido entre 07/07/2012 a 07/10/2012 ficou suspenso o direito, a título de desincompatibilização para concorrer às eleições de 2012.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 2014.
LOURENÇO BECKER
Presidente

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI
Vice-Presidente

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
1ª Secretária

Vitor Meireles**PREFEITURA****DECRETO Nº 066/2014**

DECRETO N.º 066/2014
CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Complementar 048, de 23 de dezembro de 2009 e Lei Complementar 010, de 19 de dezembro de 2003.

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Processo Seletivo, integrada pelos Senhores PAULO ROBERTO DE FREITAS, EDENIR BRAN-GER FRANÇA, JOSIANE BERKENBROCK MASOTE, LUIS CARLOS BOING e JEOVANA WINTER, para, sob a Presidência do primeiro, supervisionar a preparação, execução e julgamento do Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes no quadro de pessoal do magistério da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

Art. 2º - A Comissão de Processo Seletivo ora constituída poderá baixar instruções especiais sobre o Processo Seletivo nº 005/2014, e as disposições legais em vigor, tomando as providências necessárias à sua fiel execução e julgamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 18 DE NO-
VEMBRO DE 2014.

Publicado e Registrado na data LOURIVAL LUNELLI
Vitor Meireles/SC, ____/____/ ____ . Prefeito Municipal

DECRETO Nº 067/2014

DECRETO 067/2014
Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Provi-
dências.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0899, de 17/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.123.003.2003 - Manutenção da Administração e Finanças

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 25.000,00

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
06.181.003.2004 - Manutenção da Segurança Pública

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários

..... R\$ 4.000,00

0401 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV.PEC. E MEIO AMBIENTE

20.606.006.2006 - Manutenção da Sec. de Agricultura, Silv. Pec. e Meio Ambiente

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais
--

31900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 32.000,00

0401 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV.PEC. E MEIO AMBIENTE

20.606.006.2007 - Apoio ao Associativismo e Diversificação de Cultura

44000000.00 – Investimentos

44900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 9.037,00

0701 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.014.2033 - Manutenção de Obras e Serviços Públicos

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 50.000,00

Art. 2º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica

31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0200 - Rec. Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde
..... R\$ 106.000,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica

33000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

33930000.00 - Transferência a Consórcios Públicos

0.1.0200 - Rec. Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde
..... R\$ 14.037,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 18 de Novembro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xavantina

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO CONTRATUAL ADITIVO Nº 001/2014

EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL ADITIVO nº 001/2014

OBJETO DO ADITIVO: "TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAVANTINA E A EMPRESA AMPLIZA - TUNI & SANTOS ARQUITETURA S/S LTDA."

Considerando que não foram sopesados, quando no agendamento do prazo, que seriam necessários serviços de sondagem de solo para a conclusão dos projetos arquitetônicos, entende-se razoável a prorrogação do prazo de 30 (trinta) dias estabelecido na Cláusula Segunda do Contrato Administração de Prestação de Serviços nº 008/2014, Convite de Licitação nº 003/2014.

Novo Prazo:

Conforme autoriza a Cláusula Segunda do Contrato Administração de Prestação de Serviços nº 008/2014, Convite de Licitação nº 003/2014, a CÂMARA DE VEREADORES anui com a prorrogação do prazo para até a data de 31/12/2014.

Xavantina-SC, 14 de Novembro de 2014.

Xaxim

PREFEITURA

CONVITE

Convite

A Administração Municipal de Xaxim, através de seu Gestor, e da Comissão multidisciplinar nomeada pelo Decreto 254/2014, destinada à análise dos estudos de Impacto de vizinhança (EIV), convida toda a população de Xaxim, para que no dia 24/11/2014, nas dependências do Salo Comunitário da Vila Diadema, situada à Vila Diadema, às 19:30horas, para que participe da discussão/apreciação do projeto quanto à implantação do loteamento industrial e habitacional "Da Campo", de uma área de terras de propriedade de Valério da Campo, com área de 240.089,32m².

Ainda, os participantes da reunião, poderão desde que de forma pertinente, realizar questionamentos aos empreendedores e à Comissão Multidisciplinar.

Xaxim, 17 de novembro de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Membros da Comissão Multidisciplinar

DECRETO 453

DECRETO Nº 453/2014

Torna definitiva a alteração de carga horária de professor e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações; Lei Complementar Nº 081, de 20 de julho de 2011 e suas alterações; Lei Complementar Nº 128, de 28 de novembro de 2013 e Edital 006/2013, de 02 de dezembro de 2013 e considerando solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada DEFINITIVA, a alteração de carga horária da servidora municipal LIANE POMPERMAIER CEREZOLLI, matrícula 1945, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora (Educação Infantil), na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, conforme estabelecido no Decreto nº 631/2013.

Art. 2º A presente alteração passa de temporária para definitiva, em decorrência de aposentadoria do servidor titular da vaga.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de novembro de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO CHAMADA 012

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE XAXIM SC

CHAMADA PUBLICA N. 012/2014

OBJETO: Convocação a todas as pessoas físicas e ou jurídicas que já prestam serviço de táxi no município de Xaxim, para apresentarem documentos que comprovem a prestação de serviço, para fins de outorga de concessão, conforme Lei Municipal n. 3993/2014.

Considerando que, foram apresentados documentos em apenas 2/3 (dois terços) do número de taxistas que consabidamente exercem a profissão no município; Considerando que, não é intenção da Administração a tais, trazer prejuízo aos mesmos, talvez pela ausência de tempo hábil para comprovação da função; Considerando que, a ausência da apresentação da documentação poderia ocasionar a possibilidade da paralisação do exercício da atividade; entende-se pela prorrogação do prazo do presente chamamento público, até o dia 28/11/2014 (sexta-feira).

As demais disposições permanecem inalteradas.

Xaxim 18 de novembro de 2014.
Idacir Antônio Orso
Prefeito

Consórcios

ARIS

DELIBERAÇÃO Nº 017/2014

DELIBERAÇÃO n. 017/2014

Dispõe sobre a autorização para o reajuste das tarifas de abastecimento de água e dos preços dos serviços públicos complementares no município de Massaranduba.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando a documentação encaminhada pelo Município, através da Águas de Massaranduba, responsável pela prestação dos serviços de saneamento no município de Massaranduba, recebido em 31 de outubro de 2014, na qual a secretaria requer a autorização de reajuste tarifário e dos valores de Serviços Públicos Complementares; e considerando os pareceres técnicos, apresentados em anexo, vem DELIBERAR:

1. Fica autorizado o Município, através da Águas de Massaranduba, a promover o reajuste de 12,18% sobre a estrutura tarifária atual, de forma linear em cada faixa de consumo, e também na Tabela de Serviços Complementares.
2. Os novos valores de Tarifas e Serviços Públicos Complementares somente terão eficácia após 30 (trinta) dias contados da sua efetiva publicação pela ARIS e da divulgação aos usuários pelo Município, em jornal de veiculação no município e no site institucional.
3. Solicita-se que sejam encaminhados a esta agência: cópia do jornal onde foi feita a publicação e cópia da nova tabela tarifária a ser aplicada.

Florianópolis, 12 de novembro de 2014.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

CIM-AMAVI

COMUNICADO DE HOMOLOGAÇÃO - CONVITE Nº 002/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI

CONVITE Nº 002/2014

COMUNICADO DE HOMOLOGAÇÃO

José Constante, Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições, comunica a HOMOLOGAÇÃO do Convite nº 002/2014 que tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios e materiais de uso diverso para a manutenção do Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock situado na Rua Walter Rohde, 02, na cidade de Vidal Ramos/SC, nos termos previstos no Edital e em seus Anexos, considerando ainda o constante no artigo 43, inciso VI da Lei 8.666/93 e consoante o Termo de Homologação disponível no endereço eletrônico: www.amavi.org.br/cim.

Rio do Sul, 18 de novembro de 2014.

José Constante

Presidente do CIM-AMAVI

CIMVI

RESOLUÇÃO Nº 112, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

RESOLUÇÃO Nº 112, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

Altera a composição da Comissão Especial de Concurso Público do CIMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIMVI, e fundamentado no Artigo 17 do Regulamento do Quadro de Pessoal, aprovado pela Resolução nº 98, de 10/07/14, e Considerando-se que a alteração do cronograma do Concurso Público nº 01/2014 resultou na impossibilidade de atuação de servidores públicos integrantes da Comissão Especial; resolve:

ALTERAR

A composição da Comissão Especial, constituída pela Resolução nº 106, de 06 de outubro de 2014, ficando composta pelos servidores abaixo para, sob a presidência do primeiro, coordenar todas as etapas do Concurso Público nº 01/2014, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, a contar desta data:

Nome	Emprego/Função
Norma Conzati Kades	Oficial de serviços administrativos
Silvana Vicente Roepke	Auxiliar de serviços administrativos
Renato Carlos Brandes	Dentista (representante do Sindicato)

Timbó - SC, em 10 de novembro de 2014.
HARTWIG PERSUHN
Presidente

CIS/AMARP

EDITAL Nº 01/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

Edital Nº. 01/2014

EUZEBIO CALISTO VIECELI, prefeito de Pinheiro Preto e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS/AMARP, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art.17, inciso VI do Estatuto Social,

CONVOCA

Art. 1º Os prefeitos dos Municípios Consorciados, para Assembléia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe- CIS/AMARP, a realizar-se:

Data: 21 de novembro de 2014.

Local: Auditório da AMARP - Videira-SC.

Horário: 17:00 horas.

Art. 2º A Assembléia Geral Ordinária, terá como assuntos:

I - Eleição da Diretoria;

II - Eleição do Conselho Fiscal Efetivos e Suplentes;

V - Outros assuntos de interesse dos Prefeitos Consorciados.

Art. 3º Esta convocação entra em vigor nesta data, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, SC, 17 de novembro de 2014

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Presidente do CIS-AMARP

RESOLUÇÃO Nº 47/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

Resolução nº 47/2014

Euzebio Calisto Vieceli, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Incluídos na tabela CIS-AMARP, em conformidade com a necessidade dos municípios consorciados, os procedimentos a seguir:

MAMOGRAFIA	CÓD. (*)	CIS
MAMOGRAFIA BILATERAL	9016287	45,00

(*) Código próprio CIS/AMARP

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura.

As demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviço original permanecem inalteradas produzindo seus efeitos.

Videira, 17 de novembro de 2014.

CONTRATANTE

Euzébio Calisto Vieceli

CONTRATADA

Rodolpho Luiz Faria Marsico

TESTEMUNHAS:

VISTO:

Humberto Dalpizzol

OAB/SC 15588

CIS/AMUREL

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01- ARMAZEM

EXTRATO DE CONTRATO

Termo Aditivo nº. 01 ao Contrato de Rateio nº. 02/2014

Município: Armazém

Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da Amurel

Objeto: Alteração da cláusula "3" do Contrato de Rateio nº. 02/2014, alterando os valores a serem repassados ao Consórcio, com transferência através Abertura de Crédito Suplementar ao Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Armazém.

Amparo Legal: Decreto Municipal nº. 25/2014, de 20/10/2014.

Data da Assinatura: 24/10/2014.

Assinantes: Jaime Wensing e Jean Carlos de Aguiar pelo Município, e Jaime Wensing pelo Consórcio.

CISAM**BALANCETE FINANCEIRO - POR CATEGORIA ECONÔMICA OUTUBRO/2014****Santa Catarina****CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	16.230,43	Despesa Orçamentária	22.497,49
RECEITA PATRIMONIAL	4.789,81	Despesas exceto Intra-orçamentárias	22.497,49
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.081,94	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.974,64
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.358,68	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.522,85
Receita Extra - Orçamentária	23.989,79	Despesa Extra - Orçamentária	23.891,66
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	24,66	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	24,66
CRÉDITOS A RECEBER	24,66	CRÉDITOS A RECEBER	24,66
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	24,66	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	24,66
DEPÓSITOS	1.467,64	DEPÓSITOS	1.490,14
CONSIGNAÇÕES	1.467,64	CONSIGNAÇÕES	1.490,14
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.155,54	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.155,54
TESOURO NACIONAL	312,10	TESOURO NACIONAL	334,60
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	22.497,49	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	22.376,86
OBRIGAÇÕES A PAGAR	22.497,49	OBRIGAÇÕES A PAGAR	22.376,86
FORNECEDORES	5.352,52	FORNECEDORES	5.231,89
PESSOAL A PAGAR	10.749,74	PESSOAL A PAGAR	10.749,74
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	3.224,90	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	3.224,90
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	3.170,33	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	3.170,33
Saldos anteriores	616.798,38	Saldos atuais	610.629,45
BANCO C/ MOVIMENTO	616.798,38	BANCO C/ MOVIMENTO	610.629,45
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	657.018,60	Total	657.018,60

Capinzal, 18/11/2014

TALES HENRIQUE MORÉS
CONTADOR SC 037340/O-2

ANDEVIR ISGANZELLA
PRESIDENTE